BARCLAYS

Construir o banco do futuro

Barclays PLC
Relatório Anual 2016

Relatório Estratégico

Uma visão geral do nosso desempenho em 2016, um enfoque na nossa direção estratégica, e uma revisão dos negócios que sustentam a nossa estratégia.

Completar a reestruturação do Barclays

02 Carta do Presidente
04 Revisão do Diretor-Executivo

6 Ambiente Operativo
8 O nosso modelo de negócio
10 A Nossa estratégia
13 Gestão de risco
16 Os nossos Indicadores-chave de desempenho

Análise do nosso desempenho operacional

26 Barclays UK
28 Banca Pessoal
29 Barclaycard Consumer UK
30 Património, Empreendedores e Banca Empresarial

32 Barclays International
34 Banco Corporativo e de Investimento
35 Consumidor, Cartões e Pagamentos

36 Non-Core e África

Resumo da governação e desempenho financeiros

38 Resumo da governação 41
Declaração de viabilidade

42 A nossa cultura e o nosso pessoal
44 Enquadramento de remuneração
48 Desempenho financeiro

Para informação de acionistas e informação de contacto, ver pág. 375

O Relatório Detalhado

Dentro do Relatório Anual , estas divulgações informam acerca do desempenho do Barclays em 2016.
O conteúdo cumpre, e onde necessário ultrapassa, os padrões regulamentares mínimos de relatórios.

Governação Corporativa

Índice de governação 49
Quem somos 51
O que fizemos 54
Como cumprimos 84
Outra Informação legal 91
Pessoas 95
Relatório de remuneração 99

Relatório de Risco

Conteúdo da avaliação do risco 134
Riscos substanciais existentes e emergentes 136
Gestão de risco 145
Desempenho de risco 163
Supervisão e regulamentação 229

Análise financeira

Índice da análise financeira 237
Indicadores-chave de desempenho 238
Demonstração dos resultados resumida consolidada 240
Comentário à demonstração de resultados 241
Balanço resumido consolidado 242
Comentário sobre o balanço 243
Análise de resultados por negócio 244

Demonstrações financeiras

Índice de demonstrações financeiras 267
Demonstrações financeiras consolidadas 277
Notas às demonstrações financeiras 284

O Relatório Estratégico foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 22 de fevereiro de 2017 e assinado em seu nome pelo Presidente do Conselho de Administração.

Relatório do Auditor O relatório do Auditor sobre todas as contas para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2016 não foi qualificável, e a sua declaração ao abrigo da secção 496 (no caso de o Relatório Estratégico e de o Relatório do Diretor serem consistentes com as contas) da Lei das Companhias de 2006 não foi qualificada.

Notas, medidas de desempenho Não-IFRS e Demonstrações Prospectivas A gerência do Barclays acredita que as medidas de desempenho não-IFRS incluídas neste documento fornecem informação valiosa para os leitores das demonstrações financeiras. Este documento também contém certas demonstrações prospectivas dentro do âmbito da Secção 21E da Lei dos Valores Mobiliários Americana de 1934, conforme alterada, e a Secção 27A do Securities Act de 1933, conforme alterado, no que respeita ao Grupo. Para a informação completa das Notas, medidas de desempenho Não-IFRS, e Demonstrações prospectivas usadas neste documento, por favor consulte a contracapa.

Completar a reestruturação do Barclays

Onde posso encontrar mais informações?

Pode obter mais informações sobre a estratégia do Barclays, os nossos negócios e desempenho, abordagem à gestão e ao risco online, onde os últimos relatórios anuais e estratégicos arquivados estão disponíveis para serem consultados ou descarregados.

Para mais informações e uma compreensão mais detalhada dos resultados e do estado da situação do Grupo, consulte o Relatório e Contas Anual de 2016 completo em **home.barclays/annualreport**

Carta do Presidente

Apesar de existir ainda muito por fazer, a reestruturação do negócio será maioritariamente completada em 2017...

Resumo

Atualmente o Grupo é mais pequeno, mais seguro mais focado, menos influenciado, melhor capitalizado e altamente líquido, com o consumidor no centro do negócio. A venda de África, a resolução de matérias de condutas passadas e a saída do Non-Core (negócios periféricos) irão trazer melhorias significativas doravante.

Para mais informação, consulte
home.barclays/annualreport

2016 foi crucial para o Barclays, que está envolvido numa das maiores reestruturações da história.

Jes Staley teve um primeiro ano impressionante. Inicialmente, pôs em marcha um novo plano estratégico para o Grupo como Banco líder Britânico e transatlântico, com o cliente no cerne, colocando-o na liderança da nossa indústria, e voltando a abraçar a banca como profissão.

Sob a sua liderança, os negócios Core (centrais) foram redefinidos e reorganizados na preparação para a reforma estrutural, juntamente com os planos para trazer retornos superiores às taxas mínimas de rentabilidade.Foi decidida a saída de África e o aceleramento da redução de Non-Core. A equipa de gestão superior foi reforçada com nomeações internas e externas, e planos implementados para alcançar uma reforma estrutural de sucesso no Reino Unido e nos EUA, assim como uma importante iniciativa a médio-prazo com vista a adotar tecnologia digital, de forma a ficar totalmente equipada virtualmente e melhorar a nossa eficácia de controlo.

Apesar de faltar ainda muito, incluindo a transferência total do negócio para o banco autonomizado do Reino Unido durante a primeira metade de 2018, a reestruturação do negócio ficará em grande maioria completa em 2017, e sujeita ao impacto futuro de um número de questões passadas relacionadas com a conduta. Isto irá permitir ao Grupo voltar a um bom e mais estável desempenho financeiro em 2018 e possivelmente nos últimos meses de 2017.

O próprio ano registou surpresas externas, incluindo a decisão por parte do Reino Unido de abandonar a UE, um consequente declínio da Libra, assim como um novo clima político emergente no Reino Unido e nos EUA. Fomos também confrontados com pressão regulamentar para aumentar os níveis de capital, e a necessidade de melhorar ainda mais a nossa eficiência de controlo e cultura corporativa.

Apesar dessas pressões, estou satisfeito com os progressos que fizemos. O Grupo implementou a sua atenção geográfica no Reino Unido e América do Norte, mantendo no entanto uma cobertura internacional para os nossos clientes. O negócio foi reorganizado em Barclays International (banca corporativa/de investimento e consumo internacional) e Barclays UK (consumo local, pequenos negócios, património e cartões de crédito do Reino Unido) como preparação para a reforma estrutural e para alavancar as vantagens competitivas essenciais do Grupo. Foi adicionada nova gerência superior no Risco, na Banca Corporativa e de Investimento e nas Operações e Tecnologia, e foi criado um novo Comité Executivo do Grupo, com Jes a investir fortemente na sua coesão e eficiência.

No contexto geral, o Grupo voltou a ter rentabilidade final no ano, com lucros atribuíveis até 2,0mM£ e com ganhos básicos por ação de 10,4p. O capital foi reforçado, e o rácio do Capital Ordinário de Nível 1 melhorou em 100bps para 12,4%. O custo: rácio de rendimento melhorou de 84% para 76%.

O negócio Core teve um bom ano com os lucros atribuíveis a dobrarem para 3,4mM£, juntamente com uma melhoria equivalente do Retorno de Património Tangível para 8,4% e ganhos básicos por ação de 20,5p.

Tal foi atenuado significativamente pela perda de 1,9mM£ (11,3p por ação), associado à redução do Non-Core, que viu os seus ativos ponderados pelo risco reduzidos em 41% para 32mM£ com transações anunciadas em França, Itália, Espanha, Portugal e Ásia. Dado este progresso, esperamos agora que a redução de Non-Core seja completada seis meses mais cedo que o esperado, no final do primeiro semestre de 2017. Isto deixará um residual antecipado de 25mM£ em ativos ponderados pelo risco que serão reabsorvidos pelos negócios Core.

Uma decisão importante foi a redução da nossa participação de 62% no Barclays Africa Group Ltd (BAGL) e o processo começou com a redução para uma percentagem ligeiramente acima dos 50%. Este investimento deixou de ser economicamente viável devido às atuais regras regulatórias do capital, e ao imposto bancário do Reino Unido. O BAGL teve um ano razoável em 2016, embora se tenha registado uma ligeira redução de lucros em 2015. A nossa participação beneficiou de uma melhoria na taxa de câmbio e um aumento do seu preço de ações.

Tendo em conta estas estatísticas, podemos ver os méritos de melhorar ainda mais o retorno do Core, a eliminação do arrasto de Non-Core, a venda de África, e o progresso da resolução de matérias de conduta passadas.

Vale a pela relembrar aos acionistas as enormes mudanças que estão em movimento no Barclays. No nosso auge, em 2008, tínhamos:

- 2,1mMM £ em ativos contra 1,2mMM £ hoje, um decréscimo de 40%, e em queda
- o capital acionista era de 36,6mM £,e agora é de 58,4mM £, uma subida de 60%
- a alavancagem do balanço (total de ativos para fundos de acionista ordinários) foi alargada 56 vezes e reduzida 21 vezes
- a percentagem de capital dos acionistas como percentagem de ativos ponderados pelo risco foi de 8,5% e é agora quase o dobro em 16%.

Nesse sentido, atualmente o Grupo é mais pequeno, mais seguro mais focado, menos influenciado, melhor capitalizado e altamente líquido, com o consumidor no centro do negócio. A venda de África, o acordo sobre as matérias de condutas passadas e a saída do Non-Core irão trazer melhorias significativas doravante.

Apesar deste progresso, ainda faltam mudanças significativas. A taxa de juro e ambiente de crescimento continuam limitados nos nossos mercados essenciais. Os nossos negócios essenciais, no geral, continuam a operar abaixo do nosso custo de capital. A curto prazo, temos que abandonar o Non-Core e completar a venda de África com o melhor resultado financeiro possível. A reforma estrutural do Reino Unido e dos EUA tem também de ser implementada, com uma situação importante que envolve a transferência de negócio do Barclays Bank PLC para o banco delimitado. Várias matérias de condutas passadas potencialmente substanciais têm de ser resolvidas com um custo aceitável. Temos de encontrar um rumo que permita agarrar a oportunidade e mitigar o risco da saída do Reino Unido da UE, dependendo do acordo final internacional. Finalmente, temos de alcançar o nosso capital regulamentar necessário e os níveis de controlo desejados. Estou confiante que temos a capacidade de lidar com estes desafios.

Olhando para o futuro, portanto, muito mudou no Barclays e muito mais irá mudar ainda conforme progredirmos. Somos um agente importante e completo no Reino Unido, temos uma liderança em vários segmentos importantes e somos líderes na banca digital. Temos também uma importante presença na banca corporativa e de investimento, e nos cartões nos EUA. Por exemplo, os nosso cartões e negócios e pagamentos de consumidores nessa zona produzem agora mais redimentos do que o nosso negócio equivalente do Reino Unido. Também mantemos uma presença internacional focada em servir os nosso clientes internacionalmente e trazer de fora clientes para os nosso mercados essenciais.

12,4%

Rácio de Capital Ordinário de Nível 1

Rácio 2016 CET1 subiu 100bps vs 2015
(2015: 11.4%)

58,4 mM£

Capital próprio dos accionistas

Capital dos acionistas em 2016 subiu 7% vs. 2015
(2015: 54,5 mM£)

Esta fundação proporciona-nos um novo começo e matéria para a resolução de matérias de condutas passadas e a execução satisfatória do plano a curto prazo. Acredito genuinamente que conseguimos ver a luz ao fundo do túnel. A reestruturação será maioritariamente completada em 2017, e sujeita a matérias passadas, o que deverá possibilitar ao Grupo regressar a um bom e mais estável desempenho financeiro em 2018 e possivelmente nos últimos meses de 2017. Isto é um bom presságio para a conclusão da viragem no Barclays, para uma futura criação de valor e, no devido tempo, uma reconsideração do dividendo.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao nosso Conselho pela sua contribuição para esta empresa. Estou também grato pelo enorme progresso registado pela nossa equipa de gerência superior, e agradecer a todo o nosso pessoal em toda a organização por se apresentarem todos os dias para servir os nosso clientes, sem os quais não teríamos uma empresa. Agradeço também aos nossos acionistas pela sua contínua paciência e apoio.

John McFarlane
Presidente

... posicionarmo-nos para o crescimento ao mesmo tempo que causamos um impacto positivo na sociedade.

Resumo

Iremos ficar ligados a um princípio financeiro fundamental: ganhar e manter a confiança dos nossos clientes. Tal como há 327 anos quando a nossa empresa foi fundada, o Barclays será conhecido pela forma como fazemos negócio, a integridade sob a qual operamos, ter um impacto positivo na sociedade e proporcionar valor aos acionistas.

Para mais informação, consulte
home.barclays/annualreport

Há um ano atrás, demos a conhecer a nossa intenção em acelerar a reestruturação do Barclays e recentrar o nosso negócio como banco transatlântico, comercial, corporativo e de investimento, sustentado pelas duas capitais financeiras do mundo, Londres e Nova Iorque.

É com satisfação que comunico que as ações estratégicas às quais procedemos em 2016 nos permitiram fazer largos progressos no âmbito deste programa: reorganizar o nosso negócio em Barclays UK e Barclays International; renovar o nosso compromisso em operar um banco corporativo e de investimento líder; reduzir a nossa participação no Barclays Africa, ao longo do tempo, para um nível não consolidado; e acelerar a redução dos nossos ativos periféricos.

O Barclays UK e o Barclays International estão numa boa situação, o nosso Banco Corporativo e de Investimento solidificou a sua posição de suporte volumoso, a nossa redução de No-Core está adiantada, e esperamos fechar essa unidade a meio de 2017. Estamos também no bom caminho para completar a venda planeada da nossa participação no Barclays Africa para um nível não consolidado a seu tempo. Existem ainda algumas questões passadas relacionadas com a conduta e tencionamos fazer mais progressos nessa área.

Resumidamente, alcançámos muito num ano, e estou grato a cada um dos nossos colegas que tornaram isto possível. Os seus esforços significam que, em 2017, podemos começar a avançar para além da reestruturação do Barclays, mudando a nossa atenção apenas para o futuro, e em particular em como gerar retornos atrativos, sustentáveis e distribuíveis para vocês, os nossos acionistas.

Isto significa aumentar a atenção da gestão no Barclays UK e Barclays International, o futuro da nossa companhia. Juntos, eles compõem um gama diversa de consumidores líderes de mercado e negócios grossistas. Desde as operações de banca retalhista e empresarial. e do nosso negócio de aquisição comercial no Reino Unido, à nossa banca corporativa e de investimento e negócios de cartões nos EUA, o Barclays UK e o Barclays International são diversificados por produto, por consumidor e cliente, por moeda e por geografia. Proporcionamos tudo, desde assessoria institucional a cartões e pagamentos internacionais; desde mercados de capitais a empréstimos corporativos; de execuções macroeconómicas a hipotecas.

> **“Alcançámos muito num ano, e estou agradecido a cada um dos nossos colegas que tornaram isto possível. Os seus esforços significam que, em 2017, podemos começar a avançar para além da reestruturação do Barclays, mudando a nossa atenção apenas para o futuro, e em e em particular em como gerar retornos atrativos, sustentáveis e distribuíveis para vocês, os nossos acionistas.”**

Vale a pena relembrar que um pouco mais de metade do rendimento de 2016 veio dos nossos negócios de consumidores, e um pouco menos de metade do nosso negócio grossistas. Este equilíbrio entre os dois é uma enorme força para o Barclays, dando-nos oportunidades de crescimento numa área vasta, e uma resiliência dos ganhos no caso de um lado de ambos estiver sob pressão. Acredito firmemente que este modelo nos oferece a capacidade de gerar retornos fortes e sustentáveis para vocês, os nossos acionistas, em qualquer que seja o ciclo, especialmente com a capacidade de reinvestimento que esperamos gerar através de reduções de custos de uma única fundação operacional essencial que estamos a construir.

A força operacional e tecnológica vai ser uma vantagem competitiva chave para qualquer banco global no futuro. Daí a nossa intenção em construir o Barclays tendo com base as operações e tecnologias essenciais de classe mundial. Isto irá reforçar os nosso processos chave, dar ao nosso negócio a capacidade de usar dados de novas formas mais inovadoras, permitindo-nos fundamentalmente repensar a forma como gerimos o Barclays, e como servimos os nosso clientes. Com este pilar, podemos gerar eficiência à escala enquanto simultaneamente asseguramos ao cliente um serviço de classe mundial, o qual é essencial na criação de lealdade e crescimento a longo prazo.

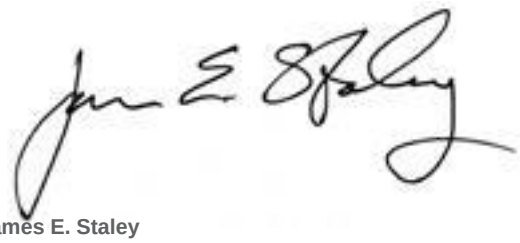
Conforme terminarmos a reestruturação do nosso banco, iremos ficar ligados a um princípio financeiro fundamental: ganhar e manter a confiança dos nossos clientes. Tal como há 327 anos, quando a nossa empresa foi fundada, o Barclays será conhecido pela forma como fazemos negócio, a integridade sob a qual operamos, termos um impacto positivo na sociedade e proporcionarmos valor aos acionistas.

Isso será feito através da prestação de um excelente serviço, assim como cumprindo o nosso papel nas comunidades em que vivemos e trabalhamos. Estou muito orgulhoso particularmente em como, no seguimento do referendo sobre a UE em junho passado, o Barclays continuou a ser um parceiro construtivo dos nossos clientes, e com o governo, assim com lidar com o impacto inicial dessa decisão.

Permanecemos verdadeiramente “abertos ao público” ao longo de 2016, emprestando 3,6mM de £ a pequenas e médias empresas no Reino Unido. Concedemos 19 mM£ em hipotecas a quase 90 000 famílias em todo o país, incluindo a 18 000 novos compradores. Processámos 260mM de £ em pagamentos para consumidores e negócios no Reino Unido, com 1 em cada 3 libras gasta em cartões que passaram no nosso sistema. Melhorámos as experiências dos nossos consumidores, introduzindo inovações líderes de mercado como a segurança por voz, dinheiro sem contacto, uma nova plataforma de investimento direto e o nosso serviço de gestão de dinheiro “de pagamentos” para negócios.

Fiquei especialmente agradado quando nos tornámos no primeiro grande banco britânico a correr publicidade na televisão sobre como as pessoas se podem proteger de fraude. Ajudámos também a melhorar as competências de 1,7 milhões de pessoas através de um conjunto de parcerias regionais e do nosso programa Life Skills. Mais de 43 000 colegas também contribuíram com 212 000 horas em voluntariado num conjunto de associações de caridade e outras causas.

O nosso pessoal, e o seu compromisso para com os clientes do Barclays, são a razão pela qual tenho tanta confiança na nossa capacidade de alcançar o nosso potencial como empresa. Independentemente da função ou localização, antiguidade ou unidade de negócio, sinto-me continuamente impressionado pelo talento do qual dispomos dentro do Barclays e com a dedicação que as pessoas mostram nesta instituição. Essa dedicação é um dos ativos mais fortes desta empresa, e é graças a ela que prevemos anos prósperos para o nosso banco. Estou ansioso em discutir este futuro consigo quando nos encontramos na RGA.



James E. Staley
Director Executivo do Grupo

As nossas tomadas de decisão têm em consideração os desenvolvimentos no ambiente externo...

Resumo

Como banco comercial, corporativo e de investimento com operações por todo o mundo, o Barclays é afetado por todos os desenvolvimentos de caráter macroeconómico, político, regulatório e contabilístico, tecnológico, social e ambiental. Continuamos a viver num período de mudanças significativas e incerteza, o que requer que estejamos vigilantes nas nossas avaliações do ambiente operacional e o mais ágeis possíveis na implementação das nossas estratégias.

O crescimento económico global tem sido modesto em anos recentes e 2016 ficou marcado por uma incerteza contínua, com períodos de volatilidade nos mercados globais e uma continuação do ambiente de baixas taxas de juro. Um crescimento baixo e ambiente de baixas taxas de juro fazem do crescimento de rendimentos um desafio maior.

Verificámos desenvolvimentos significativos no ambiente político global em 2016, incluindo o voto do Reino Unido para abandonar a UE em junho e as eleições presidenciais americanas em novembro. A incerteza política significativa mantém-se devido às implicações destes acontecimentos, e existe a possibilidade de mais alterações políticas em 2017, com o acontecimento de eleições em vários países europeus. Continuamos alerta quanto aos riscos, incluindo aqueles causados por alterações de natureza política no comércio global e no investimento, assim como o impacto de potenciais tensões geopolíticas atuais . No entanto, não antevemos que estes eventos tenham impacto na direção geral que guia a nossa estratégia definida em março de 2016, ou seja, ser um dos bancos transatlânticos líderes com um alcance global.

Em anos recentes, um dos objectivos significativos de mudanças em regulamentos financeiros é a criação de um ambiente bancário mais forte através do reforço de capital, liquidez e financiamento nesse setor. Um ambiente bancário mais seguro foi ainda mais auxiliado através de um aumento do foco nos testes de esforço, com as autoridades reguladoras do Reino Unido a completarem o seu terceiro teste de esforço exaustivo no setor em novembro de 2016. Um dos elementos chave do plano regulamentar, chamado Reforma Estrutural, exige que os bancos implementem certas medidas de proteção em certas atividades e sobre estes requisitos, especialmente no Reino Unido e nos EUA. Tal refletiu-se na atualização da nossa estratégia em março de 2016. A implementação destas alterações requer uma atenção significativa e continuamos a executar a nossa abordagem de acordo com os prazos regulamentares estabelecidos. Uma consideração adicional diz respeito a alterações contabilísticas futuras, especificamente a introdução do IFRS9 em 2018, o qual irá registar alterações significativas na contabilização de imparidades.

O escrutínio regulamentar em torno da conduta mantem-se sob muita atenção e continuamos a implementar uma cultura centrada na conduta em toda a organização, através da implementação da nossa estratégia, de forma a obter resultados positivos para todos as partes envolvidas. Estamos também a trabalhar de forma a resolver questões passadas relacionadas com a conduta e o prazo limite proposto pela FCA, no final de junho de 2019, para reclamações do SPP, ainda que por confirmar, é um desenvolvimento significativo.

Mudanças tecnológicas continuam a acontecer rapidamente, o que tem um impacto significativo nas expectativas do cliente e leva a uma constante avaliação dos modelos e sistemas operativos bancários estabelecidos.

> **“Um dos benefícios chave da digitalização e do crescimento da banca móvel foi a melhoria das experiências dos clientes, uma vez que as transações e as interações se tornaram mais rápidas e mais convenientes.”**

No entanto, a elevada velocidade da inovação também acarreta desafios. Vimos agentes digitais ágeis entrarem no mercado, ao mesmo tempo que surgem novas áreas de atividades fraudulentas e criminais cada vez mais sofisticadas. Continuamos a desenvolver novas tecnologias e a investir em capacidades digitais e móveis de forma a melhorar e diferenciar a nossa oferta, enquanto mantemos uma vigilância constante, e um investimento, em áreas como a prevenção de fraude, risco cibernético, segurança informática e gestão de dados apropriada.

A Revolução block chain em finança comercial

O Barclays e a *start-up* inovadora Wave tornaram-se os primeiros a executar uma transação global usando a tecnologia block chain.

O novo sistema de block chain desenvolvido pela Wave, uma empresa que passou pelo programa Barclays Accelerator em Nova Iorque, usa tecnologia *ledger* distribuída para assegurar que todas as partes podem ver, transferir títulos e transmitir documentos de envio e outra documentação comercial original através de uma rede segura descentralizada. O novo sistema pode nesse sentido acelerar as transações comerciais, reduzir custos para empresas em todo o mundo e reduzir o risco de fraude documental.

A carta da transação de crédito entre a Ornua (anteriormente a Irish Dairy Board) e a Seychelles Trading Company foi a primeira a ver a documentação comercial tratada pela nova plataforma da Wave.

Para mais informações, consulte **newsroom.barclays.co.uk/r/3396/barclays_and_wave_complete_world_first_blockchain_trade**

Ao longo de 2016, houve atividade para aumentar a compreensão do setor financeiro das potenciais implicações financeiras, operacionais e estratégicas das alterações climáticas. Além disso, existiu um aumento no nível de interesse nas respostas das empresas às alterações climáticas, em grande parte devido à ratificação dos requisitos da Conferência sobre as alterações Climáticas da ONU e a publicação da proposta de recomendações pela Financial Stability Board's Taskforce relativamente às divulgações financeiras de relatórios anuais.

Desenvolvimentos no ambiente externo revelam tanto oportunidades com riscos. Sem uma gestão de risco ativa para lidar com os fatores externos, os nosso objetivos a longo prazo podem sofrer um impacto adverso. A nossa abordagem face à gestão de risco e aos riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo podem ser encontrados na secção de Gestão de Risco na página 137.

...criamos valor para os nossos acionistas e oferecemos benefícios económicos mais amplos para a sociedade...

Resumo

O Grupo Barclays PLC opera através de duas divisões claramente definidas – o Barclays UK e o Barclays International – com um modelo de negócios diversificado que acreditamos ser o uma ajuda para a melhoria da nossa resiliência perante alterações no ambiente externo.

Para mais informações sobre as nossas divisões, consulte:

Barclays UK – páginas 26 a 31
Barclays International – páginas 32 a 35

criar valor para os nosso parceiros:

- a força e a reputação da nossa marca – a servir clientes há mais de 325 anos
- um balanço forte, diversificado e com bastantes fundos
- as relações com os clientes
- o nosso foco geográfico: firmemente baseado nos dois centros financeiros de Londres e Nova Iorque, com um alcance global
- um registo histórico de sucesso para com os clientes
- as competências e experiências do nosso pessoal e os valores partilhados que orientam a forma com trabalhamos e como agimos.

Esperamos fornecer serviços de nível superior de forma a ajudar clientes a criar, aumentar e proteger riqueza de uma forma sustentável

Os clientes do Barclays incluem: indivíduos, pequenas e médias empresas, corporações, instituições financeiras e bancos, e instituições e governos

Oferecemos:

- um lugar seguro para poupar, investir e gerir dinheiro e pagamentos
- financiamento para compras e crescimento
- gestão de negócios e riscos financeiros
- relatório financeiro e de negócio.

Apoiamos os nossos parceiros através de um negócio comercialmente bem-sucedido, gerador de resultados sustentáveis a longo prazo

- Os nosso serviços geram rendimento através de juros líquidos e juros de outras receitas, incluindo honorários e comissões, assim como rendimentos comerciais e de investimento referentes às nossas atividades grossistas.
- Somos em grande parte uma instituição financeira e proporcionamos diversificação por área de negócio, geografia e cliente; com base num perfil de risco conservador. Acreditamos que esta diversificação e prudência melhoram a nossa resiliência.

Temos como objetivo proporcionar um valor abrangente através da forma como fazemos negócio, incluindo:

- um serviço superior que permita aos nossos clientes atingir as suas ambições
- carreiras estimulantes e gratificantes para o nosso pessoal, numa organização orientada por valores
- retornos sustentáveis a longo prazo para os nosso investidores
- trabalhamos juntos com reguladores de forma a conseguirmos minimizar o risco na indústria e proporcionar uma paisagem bancária mais sustentável a longo prazo
- emprego e crescimento nas economias em que operamos
- envolvimento com governos e sociedades para abordar problemas e necessidades sociais.

... sucesso para nós é ser um banco transatlântico, líder e diversificado.

Resumo

O nosso objetivo é tornarmo-nos o banco de eleição, para tal proporcionando serviços superiores aos clientes e apoiando os nossos colaboradores através de um negócio com sucesso comercial que gera retornos sustentáveis a longo prazo.

A estratégia do Grupo Barclays PLC é melhorar o nosso peso com banco transatlântico comercial, corporativo, e de investimento, suportado pelos nossos dois mercados domésticos no Reino Unido e nos EUA, mantendo um alcance global. As nossas duas divisões claramente definidas, Barclays UK e Barclays International, fornecem diversificação por área de negócio, geografia e cliente, aumentando a resiliência financeira e ajudando na contribuição com retornos consistentes durante o ciclo de negócio. Temos um negócio base forte, com possibilidades aliciantes, bem posicionado para proporcionar valor a longo prazo aos nossos acionistas.

Em linha com o objetivo de proporcionar valor sustentável a longo prazo para todos os nosso colaboradores, desenvolvemos a nossa Ambição de Crescimento Conjunto
– a nossa abordagem a cidadania e sustentabilidade do modelo de negócio que utilizamos, A intenção é tomar decisões e realizar negócios que proporcionem aos nosso clientes, e às comunidades que servimos, o acesso a um futuro próspero.

A apresentação da nossa estratégia está sujeita à energia, compromisso e dedicação do nosso pessoal, e o nosso propósito está bem estabelecido: ajudar as pessoas a atingir as suas ambições, da melhor forma. Os nosso valores comuns orientam a nossa forma de trabalhar e como agimos, e guiam as escolhas que fazemos todos os dias.

Construir o Barclays do futuro
Em março de 2016, anunciamos as seguintes ações para avançar substancialmente com a nossa reestruturação e criar as bases para uma maior estabilidade e um desempenho melhorado:

- a criação de duas divisões claramente definidas, Barclays UK e Barclays International, consistentes com os requisitos regulamentares para a delimitação no Reino Unido
- a diminuição da nossa participação de 62,3% no Barclays Africa Group Limited (BAGL) para uma posição desconsolidada e de não-controlo

um aumento único do Barclays Non-Core, com um plano para acelerar a sua redução.

As prioridades que emergiram no nosso anúncio de março de 2016 podem ser resumidas de forma geral como:

- simplificar os nosso negócios Core
- acelerar a redução nas nossas operações Non-Core
- continuar a lidar com as nossas restantes questões passadas relacionadas com a conduta e melhorar o nosso ambiente de controlo.

Simplificar os nossos negócios Core
As nossas duas divisões representam uma junção equilibrada de negócio, a qual acreditamos ajudar na melhoria da nossa resiliência a desenvolvimentos no nosso ambiente externo, enquanto nos mantemos focados em ajudar os nosso clientes a atingir as suas ambições.

O Barclays UK é o nosso banco britânico comercial e de consumo, diferenciado pela escala e capacidade digital estabelecida. O Barclays UK tornar-se-à o banco delimitado para o Reino Unido em 2018, e fornecerá produtos e serviços transacionais, de empréstimo e de investimento a mais de 24 milhões de clientes pessoais, patrimoniais e empresariais. Para mais informação sobre o desempenho do Barclays UK, consulte a página 26.

Redução do Non-Core

Em 2016, o Barclays finalizou a venda da sua Banca de Retalho, da Gestão de Património e de Investimento e parte do seu negócio da Banca Empresarial em Portugal, o qual serve pequenas e médias empresas para o Bankinter S.A. O Barclays também completou a venda do seu negócio de seguradora em Portugal ao Bankinter Seguros de Vida S.A. Seguros y Reaseguros, o qual tem uma joint-venture de seguros com a Mapfre S.A.

A conclusão desta transação foi outro progresso no sentido de completar a reestruturação do Barclays, resultando na redução de ativos ponderados pelo risco de 1,8mM£. É também esperado que esta venda reduza os custos anuais do Grupo em 70M£.

Para mais informação, consulte **http://www.newsroom.barclays.com/r/3331/accelerated_rundown_of_barclays_non_core_continues__sale**

O Barclays International é o nosso banco transatlântico grossista e de consumo, o qual será parte do Barclays Bank PLC, o futuro banco não delimitado. Esperamos competir em mercados nos quais temos a vantagem competitiva e prestar os melhores serviços aos nosso clientes. A 1 de julho de 2016, a nossa Sociedade Intermédia Gestora nos EUA (SIG) ficou operacional como parte do Barclays International. Para mais informação sobre o desempenho do Barclays International, consulte a página 32.

O nosso objetivo é manter um grau de investimento sólido para as nossas entidades cotadas.

O Barclays UK e o Barclays International serão suportados por uma Empresa de Serviços do Grupo, uma subsidiária que contem a maioria das Funções do Grupo Barclays e o Gabinete de Operações, o qual inclui Operações e Tecnologia.

Mais detalhes sobre a estrutura do Grupo sob a Reforma Estrutural podem ser encontrados na secção de Supervisão e Regulamentação na página 236.

Estamos também a reduzir a nossa participação no Barclays Africa Group Limited para posição regulamentar desconsolidada de não-controlo, sujeita a aprovação necessária. Concluída a primeira redução para 50,1% em 2016, esperamos continuar a reduzir a nossa participação e iremos executar esta mudança na nossa responsabilidade de investimento.

Acelerar a redução nas nossas operações Non-Core

Os nosso negócios Non-Core representam um entrave significativo à rentabilidade do Grupo e a saída destes negócios irá permitir-nos focar a nossa atenção num Grupo simplificado, centrado nas nossas principais áreas mais fortes. Ao longo do ano, continuámos a reduzir os nosso negócios Non-Core, reduzindo ativos ponderados pelo risco e reforçando o nosso Rácio de Capital Ordinário de Nível 1.

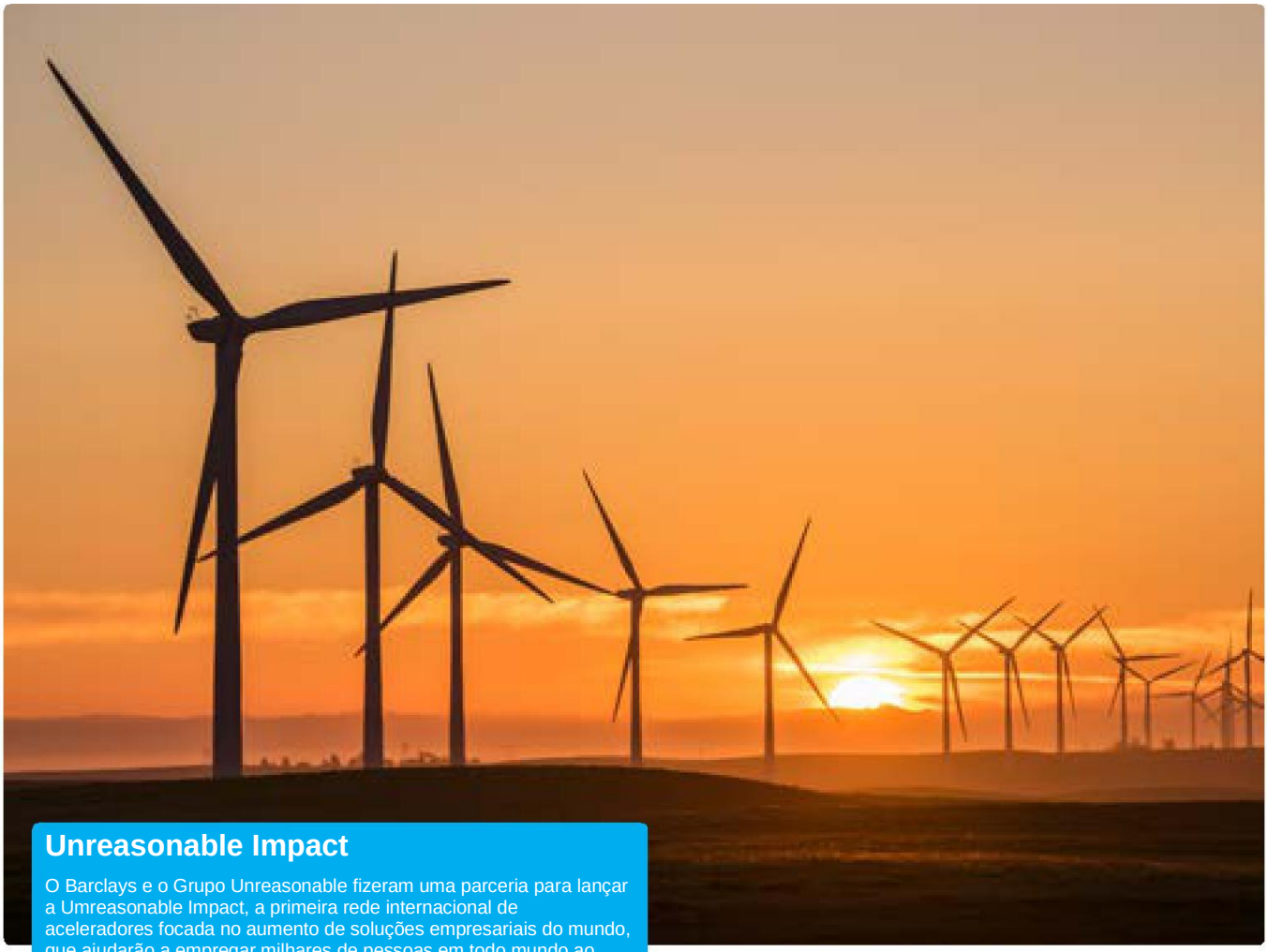
Fizemos bastantes progressos na execução da nossa estratégia e estamos totalmente empenhados no fecho antecipado do Non-Core em junho de 2017. Para mais detalhes, por favor consulte o Desempenho de Não-Essencial Avaliação na página 36.

Continuar a lidar com as restantes questões passadas relacionadas com a conduta e melhorar o nosso ambiente de controlo

Estamos a trabalhar incansavelmente no sentido de resolver as nossas restantes questões passadas relacionadas com conduta assim que for conveniente, enquanto melhoramos o nosso ambiente de controlo.

Aspiramos a ser um dos bancos mais bem respeitados e com a melhor reputação do mundo. Colocamos os nosso clientes no centro de tudo o que fazemos e procuramos reforçar a confiança na profissão da Banca, através da transparência e integridade para gerar a confiança dos nosso clientes e da sociedade em geral.

... sucesso para nós é ser um banco transatlântico, líder e diversificado.



Unreasonable Impact

O Barclays e o Grupo Unreasonable fizeram uma parceria para lançar a Umreasonable Impact, a primeira rede internacional de aceleradores focada no aumento de soluções empresariais do mundo, que ajudarão a empregar milhares de pessoas em todo mundo ao mesmo tempo que resolve alguns dos nosso desafios mais urgentes. O programa apoia a escala de iniciativas em fase de crescimento através do fornecimento aos empresários de recursos, orientação e uma rede global de suporte de que estes necessitam para criarem empregos rapidamente em setores de impacto elevado, como as energias renováveis, gestão de resíduos e agricultura sustentável.

Para mais informações, visite **unreasonableimpac**

Equilibramos risco e oportunidade...

Resumo

A gestão de risco no Barclays é dirigida e monitorizada pala função independente da Gestão de Risco. Os principais papeis da função são a definição no nível de risco assumido pelo Grupo em condições económicas normais e de pressão e a monitorização da consistência das atividades de negócios assumidas com estes níveis.

Para mais informação, consulte
home.barclays/annualreport

A função de Gestão de Risco tem responsabilidades perante o CEO e o Comité de Risco do Conselho. Em 2016, a condição financeira do Barclays e os nossos resultados foram sujeitos a vários desenvolvimentos externos, incluindo a volatilidade do mercado relacionado com o referendo para o Reino unido deixar a UE, em Junho, assim como as expetativas de deflação relacionadas com as eleições nos EUA em novembro. Em 2017, iremos continuar a monitorizar o ambiente externo, incluindo: riscos macroeconómicos no Reino Unido e Europa, o risco mais elevado de deflação global e o possível término dos programas de flexibilização do banco central, assim como os atuais desenvolvimentos de regulamentação.

O Barclays está envolvido em atividades que pressupõem a existência de risco, todos os dias, nos seus negócios. A empresa é vulnerável a perdas de crédito nos seus empréstimos e transações bancárias. Tem ganhos e perdas derivadas de riscos de mercado nas suas posições comerciais. Está sujeita a riscos de tesouraria (incluindo liquidez, alavancagem e ganhos e perdas de capital) na sua gestão financeira. Muitas atividades importantes são geridas e controladas através de modelos, os quais só por si acarretam riscos. Em todo o seu negócio, a empresa está sujeita a riscos operacionais incluindo fraude e falhas nos processos ou na tecnologia. A nossa reputação é importante no que toca à confiança na integridade e competência da empresa. Além disso, o Barclays, nas suas atividades, poderá criar risco de consulta em relação aos seus clientes e mercados em que opera. O Barclays é confrontado com o risco de ser penalizado se não cumprir as suas obrigações legais.

A empresa define uma apetência pelo risco baseada em exposições atuais e antecipadas, e interpretações sobre a evolução dos mercados e da economia em condições normais e de tensão. Para todos os efeitos, a apetência do risco é desenhada para medir a quantidade de volatilidade e tensão do mercado que a companhia consegue suportar, continuando a alcançar os seus objetivos financeiros e requisitos regulatórios. Isto permite à função do Risco definir, monitorizar e impor limites de risco apropriados.

A gestão geral do Risco está definida numa Estrutura de Gestão de Risco Operacional (EGRO), a qual descreve a forma como o Barclays identifica e gere o risco. A estrutura define os Riscos Principais aos quais a companhia está sujeita (ver a tabela no verso). Riscos do modelo, risco para a reputação e risco legal são recentemente classificados como Riscos Principais na mais recente versão do EGRO, refletindo a crescente importância destes tipos de risco no actual ambiente. Outros riscos poderão também surgir ocasionalmente, como por exemplo, a empresa também está sujeita a riscos políticos e regulamentares. Apesar de estes riscos não serem considerados Riscos Principais, estão também sujeitos aos princípios definidos pela EGRO, e monitorizados pela Gestão de Risco.

> **“A empresa define uma apetência pelo risco baseada em exposições atuais e antecipadas, e interpretações sobre a evolução dos mercados e da economia em condições normais e de tensão.”**

Todos os colegas têm responsabilidades específicas para a gestão de risco sob o modelo das Três Linhas de Defesa. A Primeira Linha inclui colegas que lidam com o cliente e funções de assistência. O papel da primeira linha é identificar e gerir os riscos. As funções de Risco e Cumprimento formam a Segunda Linha. Eles definem e monitorizam o cumprimento das regras e limites necessários para permanecer dentro da apetência por risco. Finalmente, a Auditoria Interna é a Terceira Linha, a qual garante ao Conselho a eficácia da gestão de risco. A EGRO também define princípios de gestão de risco e estruturas de comissões. A EGRO é aprovada pelo Conselho Administrativo.

Equilibramos risco e oportunidade..

Os Riscos Principais são monitorizados por uma função dedicada da segunda linha

Os riscos são classificados como Riscos Principais, conforme o indicado em baixo		Como os riscos são incorridos/geridos
Risco de Crédito	O risco de perda para a empresa motivado por falhas de clientes,clientes ou contrapartes, incluindo entidades, a cumprirem a totalidade das suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento atempado e completo de riscos principais, juros, garantias e outros dividendos a receber.	Assumimos risco de crédito quando emprestamos dinheiro, por exemplo a clientes individuais (incluindo hipotecas, cartões de crédito e empréstimos pessoais), pequenas e médias empresas, empréstimos a grandes empresas; e de contratos derivativos.
Risco de Mercado	O risco de perda que advém de potenciais alterações adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis do mercado, incluindo, mas não apenas limitados a, taxas de juro, taxas de câmbio, preços do capital, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.	Incorremos em risco de mercado através de atividades comerciais com clientes e dos ativos líquidos que o Barclays detêm para garantir que temos a capacidade de cumprir as nossas obrigações a curto prazo.
Risco de Tesouro e Capital	Risco de liquidez: O risco de que a empresa seja incapaz de cumprir as suas obrigações contratuais e contingentes ou que não tenha Risco de Capital: O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficientes de capital para suportar as suas atividades de negócio normais e de cumprir os seus requisitos de capital regulamentar sob ambientes operacionais normais ou sob condições de tensão (quer atuais quer como definido para fins de planeamento interno ou de regulamentação). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa. Risco da Taxa de Juro na Carteira Bancária: O risco ao qual a empresa está exposta perante a volatilidade de capital ou rendimento devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos não comerciais.	Podemos incorrer em risco de liquidez no caso de graves alterações do mercado financeiro ou incidentes de idiossincrasias do Barclays que impeçam a capacidade do banco receber financiamento seguro. O risco de capital deve-se sobretudo a grande perdas inesperadas, que pode vir, por exemplo, de incidentes económicos e de mercado ou multas. Alterações em regulamentações podem também afetar a avaliação do capital adequado. O risco da taxa de juro vem de ativos, como empréstimos a clientes, e passivos, como depósitos, que podem ter diferentes taxas de juro. Perdas podem ocorrer quando as alterações nas taxas de juro afetam o desempenho dos ativos e passivos de forma diferente. As taxas de juro têm diferentes impactos em ativos e passivos derivados de diferenças contratuais, por exemplo, perfis de taxas de juro fixos vs. variáveis.
Risco Operacional	O risco de perda para a empresa oriundo da falha ou inadequação de processos e sistemas, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa não se deve ao crédito ou riscos de mercado.	Os riscos operacionais estão inerentes nas atividades da empresa, e podem surgir, por exemplo de fraude ou falhas de processo ou tecnologia.
Risco do Modelo	O risco das possíveis consequências adversas de avaliações financeiras ou de decisões baseadas em relatórios ou conclusões incorretas ou mal interpretadas.	O risco do modelo incorre da má interpretação do modelo ou modelos mal concebidos ou mal implementados.
Risco de Reputação	O risco de que uma ação, transação, investimento ou incidente possa reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, empregados ou do público.	O risco de reputação é gerido através da manutenção de uma cultura dinâmica e positiva dentro do Barclays, assegurando que agimos com integridade, permitindo que sejam estalecidas relações fortes e de confiança com os clientes, colegas e a sociedade em geral.
Risco de Conduta	O risco de prejuízo a clientes, integridade do mercado, concorrência ou ao Barclays através do fornecimento indevido de serviços financeiros, incluindo casos de conduta indevida intencional ou por negligência	Todos os colegas são responsáveis pela gestão e minimização do risco de conduta. A função de Cumprimento define padrões mínimos que são necessários de forma a garantir que este risco é gerido e procede à fiscalização para se assegurar que estes riscos são geridos de forma eficiente ou reencaminhados quando for apropriado.
Risco Legal	O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas derivados de uma falha da empresa em cumprir as suas obrigações legais incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.	O Grupo leva a cabo diversas atividades num mercado global altamente regulado e portanto exposto ao risco de multas ou outras sanções relacionadas com a conduta adotada no seu negócio. O Conselho Geral do Grupo e a função legal ajudam colegas a minimizar o risco.

Note
a Legal risk is overseen by the Group General Counsel and the Legal function, which are not part of the Three Lines of Defence

Em 2016, os mercados passaram por 3 fases distintas de volatilidade. No início do ano, reservas quanto à desaceleração da China levaram a um declínio acentuado das taxas de juro e nos mercados de capital. A meio do ano, mais perto do local de origem, o Referendo que ditou a saída do Reino Unido da UE levou não só à volatilidade nos mercados financeiros mas também ao declínio acentuado na libra para níveis inéditos desde há 30 anos. Além disso, o referendo despoletou receios, que ainda perduram, de uma fragilidade real da economia britânica. Perto do final do ano, os resultados das eleições nos EUA impulsionaram os mercados de capital internacionais, e provocaram uma subida nas taxas em antecipação à deflação global. A empresa apontou a uma gestão cuidadosa das exposição aos mercados financeiros durante o último ano, consistente com a nossa apetência por risco e envolvimento nos mercados financeiros globais. Os resultados do referendo britânico e das eleições americanas serão provavelmente sentidos em 2017 e posteriormente, e necessitarão de um cuidado continuado nas exposições da empresa, não apenas nos mercados financeiros mas também nos portfólios de crédito. Além do risco financeiro, a empresa continua a monitorizar de perto os seus processos de risco e o os seus riscos operacionais.

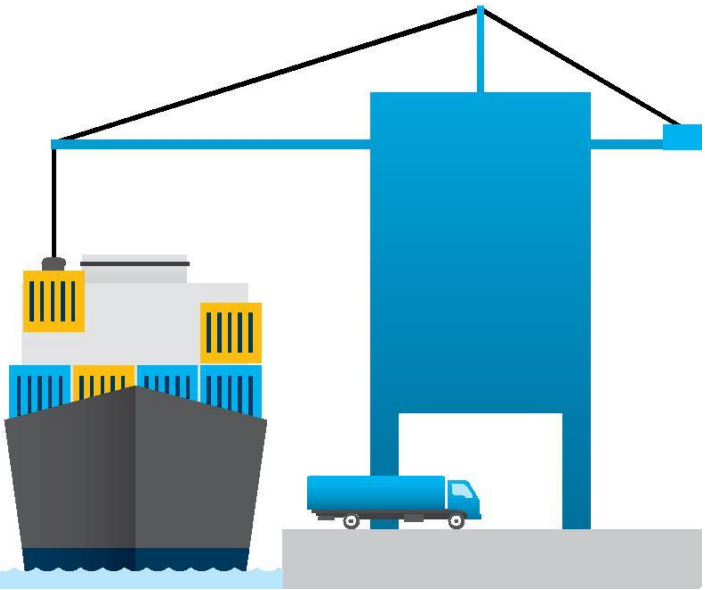
As áreas de foco em 2016 incluem o risco de crédito, com uma avaliação da gestão do modelo de imparidade do portfólio do cartões do Reino unido e dos EUA, que levaram a melhorias no processo, e a áreas fulcrais do risco operacional que incluem a segurança de tecnologia e informação. O número de casos documentados de ataques informáticos e fraudes associadas tem vindo a aumentar tanto em alcance como em dimensão, o que colocou uma grande necessidade de um aumento de proteção. O Barclays continua também a prestar atenção á gestão de riscos de conduta e reputação (consultar páginas 160 e 161).

“Todos os colegas têm uma responsabilidade específica na gestão de risco num modelo de Três Linhas de Defesa.”

A empresa continua a responder a requisitos regulamentares em evolução, incluindo em relação ao teste de tensão IFRS9, Reforma Estrutural britânica, e a instituição da Sociedade Intermédia Gestora (SIG) nos EUA. Estas alterações requerem um esforço de gestão do risco e monitorização consideráveis (consultar o material existente e riscos emergentes mencionados na secção de Avaliação do Risco na página 137). Particularmente, é esperado que a Implementação do IFRS9 resulte em perdas de provisões de imparidade que são reconhecidas anteriormente, numa base mais voltada para o futuro e com uma alcance de instrumentos financeiros mais abrangente. Finalmente, em 2016, a empresa iniciou a reorganização da função de gestão de risco por uma entidade legal. Tal está a ser feito de acordo com os requisitos da Reforma Estrutural e de forma a apoiar a SIG.

Resumidamente, a escala, complexidade e requisitos da Gestão de Risco tem vindo a aumentar de forma constante desde a crise financeira de 2008-2009 e tal irá continuar a acontecer. Ao mesmo tempo, os ambientes económicos e dos mercados estão a mostrar sinais mais fortes de fluxo, após um longo período de melhoramento das condições de crédito e uma volatilidade quiescente. A combinação deste fatores irá certamente proporcionar desafios para a Gestão de Risco de 2017.

C.S. Venkatakrishnan
Oficial de Risco Executivo



…e resultados positivos para os nossos colaboradores são essenciais para o nosso sucesso estratégico a longo prazo.

Resumo

Em 2013, introduzimos a Balanced Scorecard de forma a permitir que a nossa estratégia seja avaliada num horizonte de cinco anos. Como estamos a aproximar-nos do final desse período, acreditamos que uma abordagem revista à avaliação do desempenho financeiro e não-financeiro, aliado a uma atualização estratégica anunciada a 1 de março de 2016, é mais apropriada. Comentamos nesta secção sobre o nosso desempenho em comparação com o Balanced Scorecard em 2016, e introduzimos um quadro de avaliação do desempenho revisto, o qual iremos usar doravante para avaliar o progresso em comparação com a nossa estratégia.

Em 2016, o Balanced Scorecard foi usado pela organização como parte do quadro de gestão de desempenho, de forma a avaliar a nossa prestação em comparação com as nove métricas específicas que foram concebidas para que fosse possível avaliar o progresso em relação à estratégia. Estas métricas foram organizadas em cinco categorias: Empresa, Cliente, Colega, Cidadania e Conduta. Na revisão da nossa abordagem à avaliação do desempenho doravante, mantivemos elementos do Balanced Scoreboard consistentes, como o objectivo de proporcionar resultados positivos para todos os nosso colaboradores e muitas das métricas, mas aumentámos o alcance da avaliação de forma a produzir uma reflexão mais detalhada e informada sobre se estamos dentro do cumprimento dos objectivos estratégicos.

No geral, em 2016 a maioria destas métricas do Balanced Scoreboard permaneceram relativamente estáveis, com a excepção do nosso rácio CET1 e a percentagem de mulheres na liderança superior, nos quais se verificou uma melhoria. Segue-se uma resumo do nosso desempenho em 2016 relativamente a cada uma das categorias do Balanced Scoreboard.

Empresa: as nossa métricas financeiras foram revistas dentro do Balanced Scoreboard no início de 2016 quando anunciámos a nossa intenção de simplificar as nossas metas financeiras para o Grupo Barclays PLC para nos focarmos em 3 métricas chave. Mudámos o nosso foco de Retorno do Capital para o Retorno do Capital Tangível, tendo em consideração o feedback dos nosso colaboradores e estando em sintonia com a quantidade dos nosso pares que comunicam os seus retornos. Estamos também empenhados na gestão continuada da nossa base de custos, como proporção do rendimento, e do nosso Custo incorporado: Rácio de rendimento como uma nova métrica. Finalmente, continuamos a prestar muita atenção ao nosso rácio CET1, aumentando a força do capital e a resiliência do Barclays e assegurando uma banco mais seguro para todos os nossos colaboradores. Mais detalhes sobre o nosso desempenho relativamente às métricas financeiras do nosso quadro de avaliação de desempenho revisto podem ser consultados na página 19.

Desempenho em 2016 do Grupo Barclays PLC relativamente ao nosso Balanced Scoreboard

	Métricas primárias		2014 Atual	2015 Atual	**2016**	2018 Objetivo
Empresa	Rendimento do Capital Tangível	Excluindo itens assinaláveis[b]	5.9%	5.8%	**4.4%**	N/A
		Incluindo itens assinaláveis	(0.3%)	(0.7%)	**3.6%**	
	Rácio Custo:Rendimento[c]	Excluindo itens assinaláveis[b]	70%	69%	**72%**	N/A
		Incluindo itens assinaláveis	81%	81%	**74%**	
	Rácio de Capital Ordinário de Nível 1		10.3%	11.4%	**12.4%**	N/A
Cliente	Net Promoter Score (NPS)		4th	4th	**4th**	1st
	Classificação de Franquia de Clientes (CFC)		5th	5th	**5th**	Top three
Colega	Envolvimento sustentável da classificação de colaboradores		72%	75%	**75%**	87-91%
	% de mulheres na liderança superior		22%	23%	**24%**	26%
Cidadania	Plano de Cidadania – iniciativas a decorrer ou antecipadas		11/11	10/11	**8/10**	Plan targets
Conduta	Reputação de Conduta (Estudo YouGov)		5.3/10	5.4/10	**5.4/10**	6.5/10

Nota:

a a Foram introduzidos novos objetivos da empresa a 1 de março de 2016. A métrica de Retorno Ajustado de Capital foi substituída pelo Retorno de Capital Tangível e o rácio Custo:Rendimento foi introduzido

b b Os itens assinaláveis englobam provisões de compensações para clientes britânicos de 1mM de £ (2015: 2,8mM), um ganho de 615M de £ (2015: nulo) da venda da participação do Barclays na Visa Europe Limited, e uma perda de crédito próprio de 35M£ (2015: ganho de 430M£)

c O rácio Custo:Rendimento para a Balanced Scoreboard expressa como as despesas operacionais totais do Grupo, incluindo África, divididas pelo rendimento total deste negócios (ambos excluindo itens assinaláveis)

Cliente: apesar das melhorias do nosso NPS na maioria dos negócios de consumo, o nosso 4º lugar no ranking relativo aos nosso grupos pares permaneceu o mesmo, uma vez que as melhorias se verificaram em toda a indústria. Focámo-nos em fazer mais melhoramentos nos trajetos dos clientes e reforçar os níveis de compromisso que temos para com os nosso clientes, enquanto continuamos a oferecer produtos e serviços inovadores que vão de encontro às suas necessidades. Ficámos satisfeitos com o facto de a nossa Classificação de Franquia de Cliente tenha permanecido fixa em 2015, demonstrando a força das nossas franquias bancárias e de mercado no Reino Unido e nos EUA, apesar da execução do nosso realinhamento estratégico anunciado a 1 de março de 2016. Pode consultar mais detalhes sobre como proporcionámos resultados positivos aos Clientes segundo o nosso quadro de avaliação de desempenho revisto na página 20.

“Continuamos totalmente focados em criar um ambiente no qual os nosso colegas se sintam capazes de alcançar todo o seu potencial.”

Colega: verificámos uma melhoria na diversidade de género na nossa liderança, com as iniciativas de promoção de diversidade a relevarem-se um êxito. O compromisso dos nosso colegas manteve-se constante apesar de algumas alterações organizacionais significativas. Continuamos totalmente focados em criar um ambiente no qual os nosso colegas se sintam capazes de atingir todo o seu potencial. Pode consultar mais detalhes sobre como proporcionámos resultados positivos aos Clientes segundo o nosso quadro de avaliação de desempenho revisto na página 22.

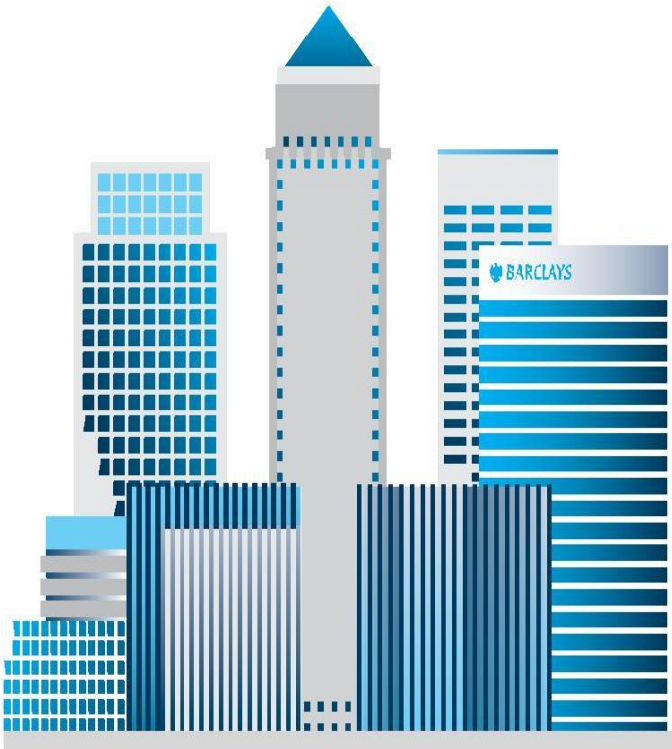
Cidadania: anteriormente, o desempenho era avaliado com base em 11 métricas inseridas no Plano de Cidadania de 2015, que foi agora terminado. Em junho de 2016, o Barclays lançou a Ambição de Crescimento Partilhado, e desenvolvemos novas métricas como parte da evolução do nosso quadro de avaliação de desempenho. 2016 é um ano de transição na mudança para a nossa nova abordagem, com quadros de desempenho distintos para o Grupo Barclays (excluindo África) e o Barclays Africa.

Para o Grupo Barclays (excluindo África), o desempenho foi avaliado relativamente a seis iniciativas: três que refletem as novas áreas de foco da Ambição de Crescimento Partilhado de “acesso a financiamento”, “acesso à capacitação financeira e digital” e “acesso ao emprego”; e três iniciativas que são consistentes com o anterior Plano de Cidadania, nomeadamente “formação Barclays Way”, “redução da emissões de CO2” e “pagamento atempado aos nossos fornecedores”. Excedemos os nosso objetivos em todas estas seis iniciativas em 2016 (consulte a página 23 para mais detalhes).

O Barclays Africa tem uma estratégia de Cidadania mais aproximada, mas focada em quatro objetivos regionais específicos. Em 2016, o Barclays Africa teve desempenhos fortes em “investimento em educação” e “financiamento de PMEs”, os quais estava se desenrolaram como planeado em 2016. No entanto, o desempenho em duas iniciativas em África ficou aquém das expetativas devido a desafios externos que tiveram um impacto no desempenho da “empregabilidade planeada” e das “intervenções de inclusão financeira”, e resultou numa pontuação geral do Grupo de 8/10 para Cidadania no Balanced Scorecard.

Conduta: o resultado nossa Reputação de Conduta manteve-se fixo em 2015 em 5.4/10, uma vez que as perceções dos colaboradores enfraqueceram ligeiramente nas componentes de avaliação da Conduta, com a excepção de “tem produtos e serviços de alta qualidade”. Apesar de estar abaixo das nossas expetativas, o desempenho da avaliação da reputação de Conduta manteve-se mais forte do que em dois dos três anos anteriores e reflete o nosso compromisso contínuo em promover uma conduta positiva e uma cultura baseada em valores. Em 2016, o Grupo continuou a incorrer em custos significativos relativos a questões de litígio e conduta, e a resolução destas questões continua a ser um passo necessário e importante na progressão da estratégia do Grupo, juntamente com um compromisso contínuo em melhorar a supervisão da cultura e da conduta. Com a transição para o nosso quadro de avaliação de desempenho revisto (consulte a página 18 para mais detalhes), a forma como agimos através da nossa cultura enfatiza o nosso objetivo de alcançar resultados positivos para todos as partes interessadas e é interiorizada por toda a organização.

1



Apoiar a economia do Reino Unido
o Barclays contribuiu com 8,5 mM de £ em benefícios económicos para o Reino Unido, através do nosso empregos, cadeia de fornecimento e poder de compra, o que cria uma repercussão positiva transversal a toda a economia. Esta contribuição é maior que o total de cada uma das indústrias farmacêutica, informática e aeronáutica do Reino Unido.

Nota
a de abril de 2015 a março de 2016.

… e resultados positivos para os nossos colaboradores são essenciais para o nosso sucesso estratégico a longo prazo.

Quadro de avaliação de desempenho revisto

Desenvolver a nossa abordagem para medir o progresso na direção dos nosso objetivos estratégicos e proporcionar resultados positivos para todos os nosso colaboradores.

Em linha com o nosso objetivo de proporcionar um banco simplificado, focado em proporcionar valor sustentável a longo prazo para todos os nossos colaboradores através das ações estratégicas anunciadas a 1 de março de 2016, estamos agora a evoluir a nossa abordagem para a avaliação do desempenho, de forma a melhor refletir a forma como a gestão monitoriza o desempenho do Grupo. O quadro incorpora um equilíbrio entre métricas de desempenho financeiro chave, enquanto aumenta a nossa abordagem de medidas estratégicas não-financeiras, e representa uma evolução do Balanced Scorecard que tem sido usado desde 2013.

A nossa abordagem revista mantém um foco semelhante em alcançar resultados positivos para os nosso colaboradores chave. No entanto, em vez de se focar em alguns objetivos restritamente definidos de medição do nosso desempenho, a abordagem revista permite uma avaliação mais integral, e proporciona uma melhor reflexão do nosso progresso rumo aos objetivos estratégicos da organização.

“A abordagem revista irá suportar a implementação sustentada da nossa estratégia a médio ou longo prazo e irá influenciar a remuneração executiva de 2017. O nosso sucesso estratégico está intrinsecamente ligado ao impacto positivo que temos em todos os nossos colaboradores e na sociedade em geral.”

Métricas de desempenho financeiro
As métricas financeiras estão alinhadas com os Objetivos Financeiros do Grupo Barclays PLC: Retorno do Capital Tangível (RoTE) do Grupo a ir ao encontro do RoTE do Core; Rácio Custo:Rendimento abaixo de 60%; e o rácio CET1 150-200bps acima do nível mínimo regulamentar, e serão comunicadas trimestralmente, englobadas nos nossos resultados financeiros. Atingir estes três objetivos num prazo razoável é consistente com a nossa intenção de gerar retornos sustentáveis a longo prazo para os acionistas do Grupo Barclays PLC.

Medidas estratégicas de desempenho não-financeiro As medidas não-financeiras permanecem um elemento importante de como avaliamos o nosso desempenho estratégico, na procura da nossa ambição de proporcionar um negócio sustentável para todos os nossos colaboradores. Focamo-nos no impacto que temos nos nosso clientes, colegas e no benefício que trazemos à sociedade através da nossa nova estratégia de cidadania – a nossa Ambição de Crescimento Conjunta. Estas medidas são reforçadas pela forma como agimos perante os nossos colaboradores, através da nossa conduta e da nossa cultura.

Para avaliar o nosso desempenho, utilizamos um vasto leque de fontes de informação que estão alinhados com o nosso quadro de comunicação da gestão, que inclui relatórios de gestão interna e medidas externas, de forma a garantir uma visão equilibrada. Com o desenvolvimento do nosso quadro de comunicação da gestão, as fontes podem também elas evoluir, mas iremos manter uma abordagem consistente, com uma avaliação quantitativa e qualitativa para garantir contexto à avaliação do desempenho.

Quadro de Avaliação do Desempenho do Grupo Barclays PLC Revisto

Métricas de desempenho financeiro
– a ser implementado dentro de um prazo razoável

- RoTE do Grupo a convergir com o RoTE do Core
- Rácio Custo:Rendimento do Grupo abaixo de 60%
- Rácio CET1 150-200bps acima do nível mínimo regulamentar

Medidas estratégicas de desempenho não-financeiro
– para proporcionar resultados positivos para os nossos colaboradores

Cliente

- Conquistar a confiança dos nosso clientes, de forma a que nos queiram recomendar a outros
- Inovar com sucesso e desenvolver produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades
- Oferecer produtos e serviços adequados de una forma acessível, assegurando uma experiência excelente para o cliente

Colega

Promover e manter:

- Uma força laboral diversificada e inclusiva, na qual empregados de todas as origens são tratados igualmente e têm a oportunidade de ter sucesso e de atingir o seu potencial
- Colegas empenhados e motivados
- Uma conduta positiva um ambiente baseado em valores

Cidadania

- Tomar decisões e fazer negócio que proporcionam aos nosso clientes, acionistas, colegas e comunidades que servimos o acesso a um futuro próspero, através da nossa Ambição de Crescimento Conjunto
- Gerir de forma proativa os impactos ambientais e sociais do nosso negócio

Visível na forma como agimos face a todos os nossos colaboradores através da nossa **conduta e cultura**

Desempenho financeir métricas

Os resultados chave que esperamos alcançar incluem:
Atingir as metas financeiras do grupo Barclays PLC dentro de prazos razoáveis, consistentes com a nossa intenção de gerar retornos sustentáveis a longo prazo para os nossos acionistas

Como medimos o sucesso
As atuais metas financeiras que pretendemos atingir dentro de um prazo razoável:

- Retorno do Capital Tangível (RoTE) para o Grupo convergir com o RoTE do Core
- Rácio Custo:Rendimento abaixo dos 60%
- Rácio de CET1 150-200 acima do nível mínimo regulamentar.

Como e Porque estamos a renovar a nossa abordagem
A 1 de março de 2016, definimos três metas financeiras que permitem aos acionistas acompanhar o nosso progresso relativamente aos nosso objetivos estratégicos. A nossa abordagem revista alinha as nossas métricas de desempenho financeiro com as metas do Grupo Barclays PLC, que são comunicadas trimestralmente com os nosso resultados financeiros.

Como estamos

3,6%

Retorno do Capital Tangível para o Grupo (2015: (0,7%))

8,4%

Retorno do Capital Tangível do Core (2015: 4,8%)

O RoTE mede a nossa capacidade de gerar retornos aceitáveis para os acionistas. É calculado como lucro após os impostos atribuíveis a acionistas ordinários, dividido pelo capital médio dos acionistas para o ano, excluindo interesses não- e outros instrumentos de capital ajustados à dedução de ativos intangíveis e *goodwill*.

O RoTE do Grupo aumentou para 3,6% (2015: (0,7%)), o que reflete o impacto predominantemente mais baixo de itens assinaláveis em 2016, uma vez que os lucros antes dos impostos aumentaram 182% para 3230M£. Os itens assinaláveis totalizaram uma perda líquida antes dos impostos de 420M£ (2015: 3330M£), que inclui as provisões para a compensação de clientes do Reino Unido de 1000M£ (2015: 2772M£), um ganho de 615M£ (2015: nulo) da venda da participação do Barclays na Visa Europe Limited e um crédito próprio de 35M£ (2015: ganho de 430M£). Excluindo os itens assinaláveis, o RoTE do Grupo foi de 4,4% (2015: 5,8%).

O RoTE do Core aumentou para 8,4% (2015: 4,8%) ou 9,4% (2015: 11,2%) excluindo itens assinaláveis, ou uma base média de capital tangível que aumentou 4,2mM£, para os 41,0mM€. Apesar de esperarmos que o RoTE do Grupo e do Core se aproximem com o passar do tempo, o RoTE do Grupo em 2016 sofreu um impacto significativo pelo prejuízo antes dos impostos de 2786M£ (2015: 2603M£) incorrido pelo Non-Core à medida que a redução se foi acelerando.

76%

Rácio Custo:Rendimento (2015: 84%)

O rácio Custo:Rendimento mede as despesas operacionais como uma percentagem do rendimento total, e é usado para medir a eficiência e produtividade do nosso negócio.

O rácio Custo:Rendimento do Grupo foi reduzido para 76% (2015: 84%), primariamente devido a uma diminuição nos casos de litígio e conduta, uma vez que as despesas operacionais totais diminuíram 12% para 16338M£. O rácio Custo:Rendimento do Grupo, excluindo itens assinaláveis, foi de 73% (2015: 70%), com o aumento primariamente causado pelo rendimento negativo no Non-Core, o que reflete a aceleração da redução. O rácio Custo:Rendimento, excluindo itens assinaláveis, foi de 61% (2015: 62%), uma vez que o rendimento do Core aumentou em 7% para 22 035M£, ao passo que as despesas operacionais que aumentaram 6% para 13 507M£. Estamos no bom caminho para atingir a meta do nosso Grupo de ficar abaixo de 60%.
.

… e resultados positivos para os nossos colaboradores são essenciais para o nosso sucesso estratégico a longo prazo.

12,4%

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (2015: 11.4%)

O rácio CET1 é uma medição da força e resiliência do capital do Barclays. O objetivo da gestão de capital do Grupo é maximizar o valor dos acionistas através de uma gestão prudente do nível e mistura dos seus capitais para: assegurar que o Grupo e todas as suas subsidiárias estão devidamente capitalizadas relativamente aos seus requisitos mínimos regulamentares e de tensão; suportar as opções do Grupo para a apetência pelo risco, o crescimento e as estratégias, enquanto tenta manter uma proposta de crédito robusta para o Grupo e as suas subsidiárias.

O rácio expressa o capital do Barclays como uma percentagem dos ativos ponderados pelo risco (APRs), conforme definido pelo PRA, no contexto da Diretiva de Requisitos de Capital IV (CRDIV - uma diretiva da U.E. que prescreve os requisitos de adequação do capital e as exigências de liquidez), e forma parte do quadro regulamentar que rege a forma como os bancos e instituições depositárias são supervisionados.

O rácio CET1, em total conformidade com a CRDIV, aumentou para 12,4% (2015: 11,4%) devido a um aumento no capital CET1 para 45,2mM£ (2015: 40,7mM£), devido em grande parte aos lucros gerados durante o ano. Tal foi parcialmente contrabalançado por um aumento dos APRs para 366mM£ (2015: 358mM£), devido à apreciação monetária do USD, EUR e ZAR face à GBP.

Aumentámos as nossas reservas de gestão final expectáveis de 100-150 bps para 150-200bps, acima do nível mínimo regulamentar, fornecendo uma reserva de 400-500bps para o ponto de referência sistemático do teste de tensão do Banco de Inglaterra. Com base nisto, esperamos que o nosso CET1 final atual esteja entre 12,3-12,8% e mantemo-nos confiantes na nossa trajetória de capital.

Para os detalhes finais do nosso desempenho financeiro, consulte as nossas demonstrações financeiras da página 267.

Medidas estratégicas de desempenho não-financeiro: Cliente

Os resultados chave que esperamos alcançar incluem:

- Conquistar a confiança dos nosso clientes, de forma a que nos queiram recomendar a outros
- Inovar com sucesso e desenvolver produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades
- Oferecer produtos e serviços adequados de una forma acessível, assegurando uma experiência excelente para o cliente

Como medimos o sucesso

O progresso na direção destes resultados é informado por um número de fontes, incluindo painéis internos, materiais de relatórios de gestão regulares e medidas externas, os quais asseguram uma avaliação equilibrada do desempenho. A avaliação inclui, mas não é limitada a:

- Net Promoter Scores (NPS)[1]
- Classificações de clientes e quotas de mercado
- Desempenho de reclamações
- Volumes de empréstimos proporcionados a clientes

Como e Porque estamos a renovar a nossa abordagem

Estas medidas apoiam-se nas métricas anteriores do Balanced Scorecard para Clientes, definidas como Relação NPS e Classificação de Franquia de Cliente. A nossa abordagem revista permite ter uma consideração alargada de como estamos a servir os nosso clientes, incluindo o nosso desempenho de reclamações e o volume de empréstimos proporcionados a clientes e negócios, assim como exemplos de inovação.

Apoio a PMEs

Emprestámos a PMEs do Reino Unido a cada quatro minutos.

Nota

a de abril de 2015 a março de 2016

Em 2016, focámo-nos em proporcionar um excelente experiência ao cliente, oferecendo produtos e serviços que fossem ao encontro das suas necessidades de uma forma apropriada e acessível, enquanto promovemos mercados justos, abertos e transparentes. Apesar de os nossos NPS terem aumentado em muitos dos nosso negócios, as expetativas dos nosso clientes continuaram também a aumentar, o que significa que são necessárias melhorias constantes aos percursos dos clientes nos negócios. E apesar de o reposicionamento do nosso CIB ter abarcado escolhas estratégicas desafiantes para reduzir as nossas atividades em certos produtos e geografias, as nossas classificações dos clientes e as nossas quotas de mercado demonstram a força da nossa proposta nos nossos mercados de origem do Reino Unido e EUA. A redução das reclamações permanece uma prioridade e temos ainda trabalho a fazer, como pode ser visto pela nossa posição nas tabelas de reclamações da FCA no Reino Unido. Isto é uma área de foco essencial para a gestão, como parte do nosso compromisso constante de melhorar a nossa supervisão de conduta.

Net Promoter Scores[1]
A Relação NPS (RNPS) em todo o Barclays UK em 2016 atingiu um máximo de +13, um aumento de 6 pontos comparado com 2015, com mais clientes a defender as mossas marcas e categorias de produtos chave, particularmente contas corrente e cartões de crédito no Reino Unido. As melhorias contínuas que fizemos nos percurso de clientes através da automação, digitalização e capacidades omnicanal refletiram-se num aumento médio de cinco pontos NPS Transacional (NPST) com pontuações particularmente fortes no Barclays Mobile Banking e no Pingit. O nosso negócio Barclaycard International também continuou a ter um RNPS forte, como resultado do nosso foco claro em defender e melhorar os nossos produtos e a nossa experiência digital. Apesar de termos registado melhorias ligeiras no nosso NPS na banca empresarial, estamos empenhados em melhorar na experiência do cliente em 2017, de forma a alcançar e ultrapassar os padrões de referência do setor. Estamos a tomar particular atenção ao nosso RNPS para telefonia e reclamações da banca empresarial, os quais estão abaixo das expetativas.

Classificações de clientes e quotas de mercado
No Barclays International, dentro do Banco Corporativo e de Investimento, ficámos na 5ª posição por quota de honorários em 2016, uma subida face ao 6º lugar de 2015, nos nossos mercados domésticos no RU e EUA, em fusões e aquisições, mercados de dívida e de capital e transações de empréstimos sindicados em 2016 (Dealogic); e em 4º baseado na quota de mercado de Rendimentos Globais Fixos (Greenwich Associates). Entre os nossos maiores clientes empresariais no Reino Unido, 90% consideraram o serviço que receberam do Barclays bom, muito bom ou excelente, mantendo-se estável relativamente a 2015 (Charterhouse).

Reclamações
O volume de reclamações subjacentes no Barclays UK diminuiu em 11% como resultado do nosso foco constante em melhorar os percursos dos clientes. No entanto, com as reclamações SPP a subirem 16%, o total do volume de reclamações do Barclays UK subiu 1% anualmente em 2016. As reclamações do Barclays International subiram 8%, especialmente nos nossos negócios de consumo, devido a um crescimento de 6% em contas de cartões de crédito médias abertas nos EUA, apesar de as reclamações por conta permanecerem perto do número mais baixo de sempre.

Volumes de empréstimos
O Barclays é um importante fornecedor de serviços financeiros para negócios no Reino Unido
– proporcionamos cerca de 70mM£ em empréstimos, uma subida de 6%, e um pouco mais de 3,6mM£ a PMEs, o que demonstra o nosso empenho em apoiar o crescimento no Reino Unido. Também estendemos e renovámos as instalações de hipoteca, com um valor perto de 19mM£, uma subida de 8% do ano passado, para cerca de 90 000 famílias no Reino Unido. Aproveitando o sucesso da nossa oferta digital de empréstimo ao consumo para clientes já existentes, tornámo-nos recentemente o primeiro banco do Reino unido a oferecer empréstimos empresariais instantâneos por meio da nossa aplicação móvel. Processámos também um terço de todos os pagamentos feitos no Reino unido através de gastos do cliente e da nossa rede de aquisições comerciais.

“Em 2016, focámo-nos em proporcionar ao cliente uma experiência excelente, através da oferta de produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades de uma forma apropriada e acessível.”

Facilitar as vidas dos clientes
Estamos a facilitar bastante a vida dos nosso clientes através de inovação pioneira. Por exemplo, o Barclays será o primeiro banco do Reino Unido a oferecer um serviço de levantamento móvel sem contacto até 100 £ com um toque de um smartphone. Também lançámos o nosso novo serviço de investimento direto online (Smart Investor) e somos o primeiro banco de referência a proporcionar um sistema bancário e de investimentos totalmente integrado via banca online. O Barclaycard também continua a ser líder de inovação, sendo o primeiro entre os nossos concorrentes a lançar uma funcionalidade sem contacto patenteada para Android, através da nossa aplicação.

Também oferecemos iniciativas para ajudar negócios de rápido crescimento a terem sucesso – por exemplo, os nossos Laboratórios Barclays Eagle criaram plataformas de inovação para negócios pioneiros em sucursais bancárias em todo o Reino Unido (ver o caso de estudo na página 28). A nossa equipa Especialista de Apoio a cartões de crédito no Reino Unido foi premiada com o galardão para Vulnerable Customer Support Initiative nos Prémios Collections and Customer Service de 2016; isto confirma o trabalho significativo que temos [redacted]ado para conseguirmos proporcionar a melhor experiência possível aos [redacted]es em situações difíceis.

Os nosso clientes estão no cerne do nosso propósito e da nossa estratégia. Para mais informações sobre as nossas propostas a clientes proporcionadas pelas nossas duas divisões, Barclays UK e Barclays International, consulte as páginas 26 a 35.

Notes
1 NPS is a ranking widely used in banking and other industries that facilitates comprehensive benchmarking and identifies best practice. Relationship NPS is measured at a business level, whereas Transactional NPS is measured for key customer journeys.
2 FCA reporting methodology changes were implemented for the second half of 2016, with reporting to commence from the end of February 2017.
3 Charterhouse Research Business Banking survey, 804 interviews with businesses in the UK turning over £25m-£1bn in 2016. Data is weighted to be representative of the UK business market. Percentage rating for overall service of bank named as main bank.

…e resultados positivos para os nossos colaboradores são essenciais para o nosso sucesso estratégico a longo prazo.

Medidas estratégicas de desempenho não-financeiro:
Colega

Os resultados chave que esperamos alcançar incluem:
Promover e manter:

- Uma força laboral diversificada e inclusiva, na qual empregados de todas as origens são tratados igualmente e têm a oportunidade de ter sucesso e de atingir o seu potencial
- Colegas empenhados e motivados
- Uma conduta positiva um ambiente baseado em valores

Como medimos o sucesso
O progresso rumo a estes resultados é informado por várias fontes, incluindo painéis internos, relatórios de gestão regulares e medidas externas, os quais asseguram uma avaliação equilibrada do desempenho. A avaliação inclui, mas não é limitada a:

- Estatísticas de diversidade e inclusão
- Pontuações do inquérito sobre o envolvimento sustentável dos empregados
- Medidas de conduta e cultura

Como e Porque estamos a renovar a nossa abordagem
Estas medidas têm por base as anteriores métricas do Balanced Scorecard para os Colegas, o envolvimento sustentável de colegas e a proporção de mulheres na liderança superior. A nossa abordagem revista permite uma consideração mais abrangente das extensas iniciativas no Barclays que promovem um ambiente diversificado e inclusivo, onde os colegas estão empenhados e motivados, mantendo também uma conduta positiva e uma cultura baseada em valores.

“Apesar de isto ser uma prova de um progresso significativo, continuamos a reforçar os nosso planos de género e a permitir às mulheres atingir as seus objetivos na carreira.”

Apoio aos nosso funcionários
Proporcionamos 2 milhões de horas de formação aos nossos funcionários.

Como estamos
Em 2016, recebemos um reconhecimento externo positivo pelos nossos esforços na tentativa de promover uma força laboral diversificada, com iniciativas em curso em cada um dos nosso pilares de diversidade. Ao mesmo tempo, o envolvimento dos nosso colegas manteve-se estável no geral, com oportunidades identificadas para motivar os nosso colegas a ter um excelente desempenho. Também fizemos progressos sólidos no sentido de cultivar uma conduta positiva e um ambiente com base em valores, o qual irá continuar a evoluir de 2017 em diante.

Para mais informações sobre o nosso Pessoal, consulte a página

95, **Diversidade na nossa força laboral e inclusão dos nosso**

colegas

Em 2016, continuamos focados em aumentar a diversidade da nossa força laboral, com o aumento da representação feminina a todos os níveis como um foco chave – no nosso Conselho Executivo esta manteve-se em 31% (objetivo para 2020 de 33%). Em toda a liderança superior, a representação feminina é de 24% (objetivo para Mulheres na Liderança em 2018 é de 26%). Seguindo as recomendações da Avaliação Hampton Alexander de 2017, iremos publicar o número agregado de mulheres no Comité Executivo do Grupo e os seus subordinados diretos, o qual foi de 25% no final de 2016 (objetivo para 2020 de 33%). Além disso, em 2016, aumentámos a contratação de licenciados do sexo feminino para 39%, de 31% em 2014.

Apesar de isto ser uma prova de um progresso significativo, continuamos a reforçar os nosso planos de género e a permitir às mulheres atingir as suas aspirações na carreira, através de atividades como: a cimeira Barclays Global Women in Leadership de 2016, a promoção de Dynamic Working, o nosso Programa Encore! Returnship, a nossa campanha HeForShe e a Rede Barclays Women’s Initiatives.

Os outros pilares da nossa Estratégia de diversidade e inclusão global são:

- **Deficiência**: o Programa Barclays ‘Able to Enable’ Apprenticeship foi lançado em 2016 juntamente com o Fórum Business Disability, o que valeu ao Barclays uma pontuação de 98%, a pontuação máxima de uma empresa na história do indicador
- **LGBT**: O nosso programa Spectrum Allies inclui mais de 7000 colegas no apoio aos nossos planos LGBT
- **Multicultural**: 30% dos nosso estagiários identificam-se como Negros, Asiáticos e
- Minorias étnicas, 19 pontos percentuais acima da média nacional de estagiários
- **Multigenerational**: o programa Barclays Armed Forces Transitioning, Employment and Resettlement (AFTER) com quase 400 ex-militares contratados desde 2010.

Reconhecimento externo de organizações como a Stonewall, o Top 50 de Lugares para Mulheres Trabalharem do The Times, 100% no Índice de Igualdade Corporativa da Human Rights Campaign e um prémio Working Mother Media’s Top Employer for Women, confirmam o progresso que fizemos. Em 2017, iremos focar-nos no nosso plano multicultural através do lançamento da nossa campanha Embracing Us e de parcerias com organizações que incluem o Wall Street Project e o Race for Opportunity.

Nota
a No âmbito da Lei das Empresas de 2006, também temos a obrigação de comunicar a repartição por géneros dos nossos funcionários e nos “gestores superiores” – uma abrangência mais restritiva do que a nossa definição de Mulheres na Liderança Superior. Da nossa força laboral de 119 300 (60 100 do sexo masculino, 59 200 do sexo feminino), 756 são gestores superiores (531 do sexo masculino, 225 do sexo feminino), os quais incluem Oficiais do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo, líderes de grande unidades empresariais, certos Diretores de Gestão Superiores, e diretores nos conselhos de empreendimentos do Grupo, mas exclui indivíduos que têm posições de diretores no Conselho Administrativo da Empresa

Colegas empenhados e motivados
É altamente importante ter funcionários motivados, uma vez que é mais provável que estes permaneçam e recomendem o Barclays, e produzam para além dos requisitos diários do seu cargo. Ao promover a mobilidade interna e a evolução da carreira, esperamos não apenas atrair indivíduos talentosos, como também mantê-los. Em 2016, lançámos a nossa campanha de mobilidade interna 'Apply Within', o que aumentou a nossa taxa de contratação interna para 48%, de 37% no final de 2015 (excluindo África).

Este ano, o inquérito anual à opinião dos funcionários "Your View" passou a ser um inquérito trimestral (excluindo África), o que permite um feedback mais atual sobre como é trabalhar no Barclays. No final de 2016, a motivação sustentável dos nosso colegas permaneceu estável em 75%. As áreas específicas mais fortes do inquérito incluem: "colegas orgulhosos da contribuição do Barclays para com a comunidade e a sociedade" (88% a favor, uma subida de 3% relativamente a 2015) e "empregados sentem-se respeitados, independentemente do seu cargo" (83% a favor, uma subida de 4% relativamente a 2015).

Áreas de oportunidade incluem "remover obstáculos que impedem as pessoas de efetuar o seu trabalho adequadamente" e "assegurar que as pessoas têm as ferramentas e recursos necessários para alcançar um desempenho ideal" (ambos com 52% a favor). Para fazer face a estes, continuamos a procurar formas de melhorar a simplicidade e eficiência dos nosso sistemas, ferramentas e recursos, de modo a intensificar a cultura de excelência.

Uma conduta positiva e uma cultura baseada em valores
Ter a cultura certa no Barclays é crítico para o nosso sucesso e continuamos a criar uma conduta positiva e uma cultura baseada em valores, através de iniciativas centradas em reforçar a profissão na banca. A campanha de gestão de desempenho "Let's talk about how", lançada este ano, apoia as atitudes que sublinham os nosso valores e que reforçam a importância que colocamos em avaliar e recompensar tanto aquilo que os nossos funcionários contribuem como o modo como o fazem.

Em 2016, desenvolvemos um quadro de avaliação da cultura, baseado nos nosso valores, para gerir e avaliar o progresso na implementação de uma conduta positiva e uma cultura baseada em valores. Os resultados iniciais demonstram que temos tido bastante sucesso na continuação da implementação de Gestão e Integridade através do foco na inovação e cidadania, e criando uma ambiente onde os colegas "se sentem cada vez mais seguros para se manifestarem livremente" (81% a favor, uma subida de 6% face a 2015); e onde "não têm medo de comunicar atitudes não éticas" (primeiro resultado comunicado de 86% a favor). Além disso, Serviço e Respeito permaneceram sólidos com 83% dos colegas a concordarem com a proposta de que o "Barclays está verdadeiramente concentrado em alcançar bons resultados com os clientes" e 89% dos colegas a concordarem que "os Líderes do Barclays apoiam a diversidade no ambiente de trabalho". Excelência continua a ser a nossa maior oportunidade para melhorar, com 36% dos colegas a concordarem que "o Barclays tem tido sucesso em eliminar obstáculos à eficiência".

Medidas estratégicas de desempenho não-financeiro: Cidadania

Os resultados chave que esperamos alcançar incluem:
- Tomar decisões e fazer negócios que proporcionam aos nosso clientes, acionistas, colegas e comunidades que servimos o acesso a um futuro próspero, através da nossa Ambição de Crescimento Conjunto
- Gerir de forma proativa os impactos ambientais e sociais do nosso negócio

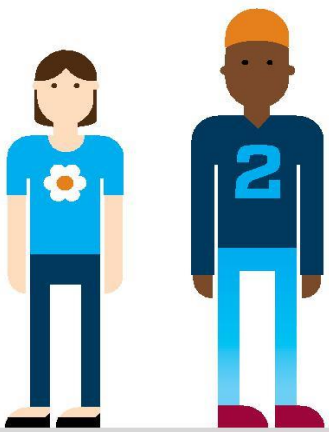
Como medimos o sucesso
O progresso no alcance destes resultados é medido por uma avaliação face à nossa Ambição de Crescimento Conjunto. Estes são apoiados por painéis e medidas externas. A avaliação inclui, mas não é limitada a:

- Alcance face à nossa Ambição de Crescimento Conjunto
- Motivação de colegas em atividades de cidadania
- Referências e estudos externos

Como e Porque estamos a renovar a nossa abordagem
Desde 2012, avaliámos o progresso face às iniciativas no nosso plano de Cidadania a quatro anos. Em junho de 2016, lançámos o novo plano, a Ambição de Crescimento Conjunto.

> **"A nossa meta a longo prazo é criar e aumentar um conjunto de produtos, serviços e parcerias que melhorem as vidas das pessoas nas comunidades que servimos, enquanto garantimos os retornos comerciais que os nossos acionistas merecem."**

Cada vez estamos mais distantes do estabelecimento de metas restritivas para a nossa Ambição de Crescimento Conjunto, uma vez que nos focamos mais no impacto e usamos uma gama mais abrangente de indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar o desempenho. Iremos continuar a estabelecer metas para a redução das emissões de carbono e para a formação no Barclays Way. Pretendemos melhorar o impacto da nossa Ambição de Crescimento Conjunto ao longo do tempo e expandir a nossa avaliação para incluir medidas adicionais em anos vindouros.



Competências para a Vida
Desde 2013, 3,6 milhões de pessoas participaram no programa, e ganharam experiências reais para um futuro melhor.

Os nossos Indicadores-chave de desempenho

… e resultados positivos para os nossos colaboradores são essenciais para o nosso sucesso estratégico a longo prazo.

Como estamos
Excedemos os nosso próprios objetivos em todas as seis iniciativas no primeiro ano da nossa Ambição de Crescimento Conjunto. O desempenho superou o esperado face aos marcos estabelecidos para três iniciativas em torno do "acesso ao financiamento", "acesso à capacitação digital e financeiro" e "acesso ao emprego" Excedemos também as nossas metas para a formação no Barclays Way, redução das emissões de carbono e pagamento atempado aos fornecedores.

Acesso ao financiamento: Continuamos a proporcionar soluções financeiras inovadoras para áreas que incluem energias renováveis; infraestrutura social; tecnologias de água e de baixo carbono, instituições de desenvolvimentos; e financiamento a pequenas empresas. O Barclays proporcionou 21,1mM£ em financiamento para segmentos sociais e ambientais selecionados em toda a nossa linha de negócios. Isto inclui um leque de transações de obrigações ecológicas para clientes empresariais, supranacionais e municipais, bem como instalações de empréstimo para projetos de energias renováveis. Para mais informações, consulte o nosso Suplemento Ambiental, Social e de Governação (ASG) de 2016, disponível em **home.barclays/ annualreport**

Acesso ao reforço financeiro e digital: Sistemas financeiros inclusivos são essenciais para atingir o progresso económico e social, mas podem existir algumas barreiras a transpor. Acreditamos que ofertas digitais podem ajudar a quebrar estas barreiras. Ajudámos a capacitar cerca de 249 000 pessoas em 2016, através de iniciativas como a Barclaycard Initial para aqueles têm um historial de crédito limitado; a nossa rede Digital Eagles, composta por funcionários do Barclays especialmente formados para trabalhar no fornecimento de suporte a tecnologia grátis para clientes e não-clientes; e o desenvolvimento contínuo de plataformas de aprendizagem como a Financial Wings e a Digital Wings.

Acesso ao emprego: No século XXI, cada vez mais os empregos vêm de pequenos negócios e empresas com rápido crescimento, as quais necessitam de apoio para crescerem. O Barclays está focado em trabalhar tanto no lado da oferta como da procura – a melhoria da oferta auxiliando as pessoas a terem acesso a novas competências, e apoiando a procura através da ajuda a empresários na criação de emprego. Ajudámos mais de 1,7 milhões de pessoas a adquirirem novas competências em 2016, através de um conjunto de parcerias e do nosso programa Life Skills. Também lançámos o "Unreasonable Impact" em parceria com o Unreasonable Group, focado em dimensionar empreendimentos que resolvam problemas ambientais e sociais. As primeiras coortes no reino Unido começaram em setembro e nos EUA em novembro de 2016, com o surgimento na Ásia agendado para 2017.

Conduta empresarial e impacto ambiental
O Barclays Way define o Propósito e Valores que regem a forma como operamos globalmente em todo o nosso negócio. Consiste num ponto de referência que cobre todos os aspetos das relações laborais de colegas. 99,6% dos nosso colegas completaram a formação anual no Barclays Way em 2016 (Meta: acima de 97%).

Reduzimos as emissões de carbono em 15,8% relativamente à base de referência de 2015, fazendo bons progressos face à nossa nova meta de uma redução de 30% até 2018. Também atingimos 88% dos pagamentos aos nosso fornecedores efetuados atempadamente (Meta: 85%).

Motivar os nossos colegas
O nosso pessoal são os maiores embaixadores do Barclays, contribuindo com tempo, competências e experiência para termos um impacto positivo e sustentável na sociedade. Em 2016, mais de 43 000 colegas participaram num leque de causas, contribuindo com 212 000 horas e doando um total de quase 25M£, onde se inclui a correspondência de fundos do Barclays.

"Reduzimos as emissões de carbono em 15,8% relativamente à base de referência de 2015, fazendo bons progressos face à nossa nova meta de uma redução de 30% até 2018."

Padrões de referência do nosso desempenho
Em 2016, melhorámos o nosso desempenho e mantivemos a nossa afiliação tanto com o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual a nossa pontuação aumentou dois pontos percentuais para 84%, como com o Índice FTSE4Good, com uma pontuação absoluta de 3,9/5, que subiu de 3,6 em 2015.

Para mais detalhes sobre as políticas, incluindo a Declaração do grupo Barclays sobre Escravatura nos Tempos Modernos, consulte o nosso website em **home.barclays/citizenship**

Também fornecemos informações sobre iniciativas chave que estão alinhadas com as diretivas da Iniciativa de Comunicação Global, conforme apresentado no Suplemento Ambiental, Social e de Governação (ESG) de 2016 disponível em **home.barclays/annualrepor**

Uma avaliação do nosso desempenho operacional

Barclays UK

Resumo

O nosso objetivo no Barclays UK é ajudar as pessoas a progredir. Fazemo-lo criando relações substanciais com os nossos clientes, oferecendo-lhes produtos e serviços relevantes, e utilizando as nossas capacidades avançadas de dados e análises para garantir a adequação e oferecer uma ótima experiência ao cliente.

Em 2018, o Barclays UK tornar-se-á o banco delimitado do Reino Unido, continuando a fornecer produtos transacionais, de empréstimo e de investimento, bem como serviços a 24 milhões de clientes Pessoais, Patrimoniais e Empresariais, através de uma entidade legal à parte.

Ashok Vaswani é o CEO do Barclays UK e esteve no Barclays nos últimos sete anos em várias funções, após uma longa carreira no Citigroup. Ashok representa o Barclays como Diretor Não-Executivo no Conselho de Administração do Barclays Africa Group Limited e pertence ao Conselho de Administração da Telenor ASA. É ainda membro do conselho consultivo de várias Instituições, tais como Citizens Advice, FICO, Rutberg & Co e é o Diretor e Fundador da Lend-a-Hand, uma organização sem fins lucrativosfocada na educação na Índia rural.

As expetativas do cliente também estão a aumentar. Os nossos clientes querem respostas prontas aos seus requisitos bancários. Querem que as transações sejam precisas e eficientes, e que, ao mesmo tempo, recebam apoio personalizado em momentos-chave das suas vidas.

No Barclays UK temos uma oportunidade tremenda para expandir o nosso negócio e gerar retornos sustentáveis, construindo relações substanciais com os 24 milhões de clientes com que trabalhamos atualmente. Ao inovar e potenciar a tecnologia, conseguimos oferecer soluções simples e relevantes aos nossos clientes, criar fluxos de receitas sustentáveis, remover custos estruturalmente e atingir um crescimento equilibrado dentro da nossa apetência pelo risco.

Conseguimos estes objetivos da seguinte forma:

- potenciando as nossas capacidades de dados para identificar quando os clientes necessitam de soluções, como por exemplo o Smart Business, o nosso primeiro produto de *big data*, que fornece às PMEs as informações, métricas e visões essenciais para ajudara a expandir os seus negócios
- melhorando as funcionalidades bancárias online e móveis, de forma a permitir que os clientes executem toda a sua rotina bancária transacional de forma rápida e fácil. Mais de 9,5 milhões de clientes estão ativos digitalmente
- criando o Direct Bank. Criámos capacidades como o reconhecimento de voz e transações bancárias por vídeo, que nos permitem interagir com os nossos clientes 24 horas por dia, aumentar as capacidades e ter interações mais substanciais com os clientes
- personalizando serviços, como a pré-seleção de clientes bancários existentes para o Barclaycard, oferecendo um atendimento digital instantâneo e uma experiência personalizada através do Barclays Mobile Banking
- fornecendo investimentos e serviços bancários totalmente integrados com novas plataformas digitais sofisticadas, com um vasto leque de ferramentas úteis, organizadores e informação para ajudar os clientes a tomar decisões informadas e controlar os seus investimentos
- providenciando aos clientes os dados de mercado necessários para que tomem decisões personalizadas transversais aos negócios, propriedades, educação e investimento – utilizando o nosso Barclays UK Prosperity Map (Mapa de Prosperidade) ou através da nossa campanha Unlock Britain
- mantendo os nossos clientes protegidos, com um investimento e um foco cada vez maiores no combate à fraude virtual.

Lideramos também a revolução digital com os nossos colegas, colaborando de perto com as comunidades e ajudando os clientes a sentirem-se confortáveis no ambiente digital, apresentando-lhes as nossas iniciativas Digital Eagles e Digital Wings.

O Barclays UK oferece diversificação ao Grupo, com o nosso equilíbrio de produtos e serviços no setor bancário do Reino Unido. Esta diversificação ajuda a proteger os fluxos de receitas no contexto em mudança, e permite-nos permanecer próximos dos nossos clientes para todas as suas necessidades bancárias.

Riscos do modelo operacional

Acompanhamos o ambiente do mercado de perto – particularmente o efeito das taxas de juro baixas, o crescimento previsto no crédito e empréstimos sem garantia, e ajustamos os nossos pressupostos económicos e financeiros de forma.

prudente. Como grande banco comercial no Reino Unido, temos conhecimento do risco de crédito enfrentado com os nossos empréstimos. O nosso perfil de risco conservador para empréstimos através de produtos como hipotecas ou cartões de crédito é monitorizado continuamente, de forma a garantir que a nossa exposição corresponde à nossa apetência pelo risco.

O Barclays UK é o maior contribuidor para as receitas acima da margem do Grupo. O nosso foco numa política de preços disciplinada, refletida na nossa margem de juros estável nos últimos anos, bem como o nosso programa de cobertura estrutural – investindo em *swaps* de taxas de juros de forma a atenuar as alterações às taxas de juros
– protegeram-nos das mudanças adversas no contexto das taxas de juros em 2016, e vão continuar a fazê-lo no futuro, apesar de o impacto benéfico da cobertura estrutural diminuir ao longo do tempo.

Comprometemo-nos a garantir o crescimento contínuo dos negócios no Reino Unido e estamos a desenvolver a nossa oferta de produtos e serviços no sentido de adequá-los às necessidades dos clientes, nos seus ambientes locais. Entendemos os desafios levantados por alterações tecnológicas significativas e sabemos que é essencial permanecermos relevantes e fornecer soluções atualizadas aos nossos clientes. O ritmo de desenvolvimento acarreta também um conjunto de riscos em mudança; desde a integridade dos dados à continuidade do serviço. Garantimos que os nossos sistemas de contingência são testados sob pressão, de forma a garantir que não existem perturbações no serviço ao cliente. O risco virtual continua a ser preocupante, e investimos fortemente na prevenção do crime virtual, colaborando de perto com o governo do Reino Unido e com outros fornecedores para criar um ambiente digital seguro.

Queremos garantir que podemos deixar no passado os problemas de conduta, e continuamos a reduzir o risco e a simplificar o nosso portfólio de produtos.

Pode ler mais acerca das alterações nos regulamentos e riscos do negócio na secção Risco e nas secções Supervisão e Regulamentos do Relatório Anual.

Destaques nos negócios

Um dos destaques de 2016 foi a criação do Barclays UK e um foco ainda maior na transformação da forma como interagimos com os nossos clientes e utilizamos dados para identificar oportunidades para satisfazer as suas necessidades.

Em 2016 o RoTE (Retorno dos Ativos Tangíveis) do Barclays UK, excluindo itens assinaláveis, foi de 19,3% (2015: 21,1%), enquanto os lucros antes de impostos desceram 5% para 2.587M£, motivados por um aumento nos custos por imparidade de crédito, o que foi parcialmente compensado por uma redução no total das despesas operacionais. Incluindo os itens assinaláveis, refletindo as provisões de compensação de clientes no Reino Unido, o RoTE foi de 9,6% (2015: (0,3%)). Assistimos a um forte crescimento nos depósitos, estabilidade na margem líquida de juros e um crescimento cauteloso nos empréstimos e adiantamentos – sobretudo nos segmentos da re-hipoteca e rácios mais baixo entre o valor do empréstimo e o valor da garantia – e nos empréstimos sem garantia para clientes já existentes.

Temos agora 5,7 milhões de utilizadores registados no Barclays Mobile Banking. Em média, os clientes entram na nossa aplicação móvel 31 vezes por mês, o que indica um envolvimento profundo.

Este ano, lançámos avaliações automatizadas para compras de casas, diminuindo em quatro a cinco dias o tempo de processamento e transformando a experiência tanto do colega como do cliente. Introduzimos também o Acordo de Princípio de Hipoteca em 338 divisões, permitindo ao cliente obter uma decisão relativa à hipoteca em menos de 15 minutos. Estamos também a oferecer produtos de hipoteca personalizados para os clientes Premier. De um modo geral, o nosso negócio de hipoteca tem registado um crescimento sustentável.

Focámo-nos na automatização do percurso completo do cliente por todas as partes do nosso negócio, resultando numa experiência melhor para o cliente, redução de custos e uma queda de dois dígitos nas reclamações de clientes. Facilitámos a abertura de contas e os pedidos de empréstimo para clientes empresariais, com a integração digital, o Portal do Requerente – um portal dedicado à gestão do percurso completo de empréstimo empresarial – e limites pré-aprovados. O Empréstimo Empresarial Instantâneo reduziu a duração dos ciclos para clientes requerentes de empréstimos sem garantia de quantias inferiores a 25.000£, de 5 dias para uma questão de minutos.

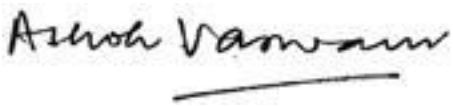
Lançámos também um novo produto empolgante para as PMEs. O SmartBusiness é uma ferramenta de análise de dados que permite a uma empresa saber as suas vendas mensais, transações anuais do cartão de débito, vendas anuais, ou valores médios de transação num simples resumo, utilizando todos os dados de cartões de débito e de crédito que possuímos para essa empresa. Acreditamos que, ao fornecer estas análises às pequenas empresas, estamos a auxiliar o progresso dos seus negócios.

Estamos a oferecer oportunidades significativas com a UK Cards, não só fornecendo cartões de crédito a clientes existentes com conta corrente, potenciando a informação que obtivemos da entrega digital de crédito ao consumidor, mas também alargando programas como o SmartSpend e a Features Store a todos os clientes UK Cards.

A Pingit – a nossa aplicação onde pode executar uma transação quer seja cliente Barclays ou não – tem agora 3,2 milhões de utilizadores registados. Como aplicação par da Pingit, temos a nossa ferramenta de referência, a Cloudit, que permite que toda a correspondência com o banco fique guardada na *cloud* pessoal do cliente.

Somos o único banco na Europa a ter lançado as transações bancárias por vídeo, implementando-as em escala e encriptando o processo. E fomos também o primeiro banco no Reino Unido a introduzir o dinheiro sem contacto – uma forma completamente nova para os clientes levantarem dinheiro, usando tecnologia sem contacto.

Fizemos alterações significativas ao negócio em 2016, e estou confiante de que em 2017 continuaremos o nosso trajeto de inovação e crescimento.



Ashok Vaswani
CEO, Barclays UK

Barclays UK operational model

- Clientes e Clientes
- Indivíduos
- PMEs

Produtos e Serviços

Serviços bancários pessoais
Cartões de crédito e empréstimo transacional
Produtos e serviços de investimentos investimento
Soluções bancárias empresariai

Criação de valor

- Para os nossos clientes – Criação de relações substanciais para fornecer soluções financeiras relevantes
- Para a sociedade – Ajudar comunidades a progredir
- Para o Barclays – Banco delimitado centrado no Reino Unido com receitas sustentáveis e um crescimento prudente do saldo

Contribuição para o Grupo

- 7,5mM£ de Rendimento
- 1,7mM£ de Lucros antes de impostos
- 9,6% de RoTE
- 65% de Rácio Custo-Rendimento
- 67,5mM£ de Ativos Ponderados pelo Risc

Barclays UK

Banca Pessoal

Resumo

A Banca Pessoal oferece produtos bancários simples e transparentes a cerca de 16 milhões de clientes, ajudando-os a antecipar e satisfazer as suas necessidades financeiras. Podem variar desde a abertura da primeira conta bancária enquanto jovem até à gestão das finanças na reforma, ou desde seguros do dia-a-dia à compra de uma casa.

Um elemento chave do negócio da Banca Pessoal é o uso das tecnologias para automatizar transações, permitindo-nos interagir com clientes sobre aquilo que realmente lhes importa, o que querem e quando o querem.

A escala e o alcance da Banca Pessoal oferecem uma oportunidade única para ajudar as pessoas a progredir, com confiança, num ambiente financeiro cada vez mais dinâmico e em mudança.
Continuamos a transformar a experiência dos nossos clientes, criando tecnologias inovadoras que facilitam a atividade bancária. As tecnologias mais eficientes também permitem aos nossos colegas passar mais tempo com os clientes, o que nos deixa numa boa posição para o futuro.

O nosso foco, portanto, é providenciar uma experiência excecional aos nossos clientes, aos nossos colegas e às comunidades em que operamos. Acreditamos na construção de relações que demonstrem que compreendemos as circunstâncias individuais e coletivas ao ponto de podermos fornecer uma solução que é relevante e significativa. Oferecemos opções e flexibilidade na forma como satisfazemos as necessidades da nossa base de clientes diversificada, e temos o orgulho de ser o primeiro banco no Reino Unido a lançar a segurança por voz e as transações bancárias seguras por vídeo.

Descobrir o valor de ligar os clientes a outras pessoas nas suas comunidades relevou-se um grande sucesso. As nossas divisões fornecem espaços para Incubadoras e projetos Barclays Accelerator, sessões Digital Eagle e também Eagle Labs – não só educando os clientes relativamente a novas e diferentes tecnologias, mas também oferecendo-lhes espaços para se reunirem, colaborarem, conetarem e desenvolverem ideias.

A nossa tecnologia inovadora lidera o setor e recebemos prémios pelo nosso trabalho em produtos intuitivos e modos de banca que satisfazem as necessidades dos clientes. Lançar uma combinação tão ampla de produtos, serviços e formas convenientes de executar atividades bancárias no dia-a-dia significa, contudo, que continuamos a registar uma descida nas transações de balcão. Porém, evoluímos o nosso património físico em zonas como Newcastle, com a nova divisão no centro da cidade, e também redesenhámos as divisões em Fenchurch Street e Hanover Square, em Londres, de forma a se adequarem melhor às necessidades bancárias das comunidades desas zonas. Os nossos negócios altamente automatizados de empréstimo ao consumidor para clientes já existentes está a crescer rapidamente, tornando o Barclays líder no empréstimo pessoal digital sem garantia no Reino Unido.

Foram feitas melhorias significativas à experiência do cliente, observando a mesma do início ao fim, da perspetiva do cliente. Trata-se de um programa a decorrer, mas já se traduziu num decréscimo de dois dígitos no número de reclamações de clientes, bem como numa contribuição para a redução de custos e melhoria do controlo.

O que é um Eagle Lab?

Os nossos laboratórios Eagle Lab fazem parte da iniciativa Digital Eagles, abrindo espaço subaproveitado nas nossas divisões e escritórios. O objetivo é estimular as aptidões inovadoras, criativas e digitais, oferecendo apoio e formação em novas tecnologias e técnicas. Abrimos nove Laboratórios até agora, incluindo Cambridge, Bournemouth e Brighton. Além das empresas, os nossos Laboratórios estão abertos às comunidades. Estão a desenvolver aptidões de produção para inspirar futuros inovadores, a providenciar o fomento tão necessário às aptidões digitais no Reino Unido. O nosso Laboratório de Brighton ajudou a transformar a vida de Rilee, 3 anos de idade, que nasceu com apenas uma mão e um antebraço. Rilee era demasiado jovem para receber uma prótese de mão do SNS. Ao longo de vários meses, o nosso técnico de laboratório Jon Paterson desenhou e imprimiu em 3D uma prótese de mão e um braço para a Rilee. Ao usar inovação de código aberto e os mais recentes métodos de produção, o nosso Eagle Lab ajudou a Rilee de uma forma incomensurável.

Para mais informações, visite **labs.uk.barclays**

Recompensar a lealdade dos clientes tem sido um dos focos em 2016. As Recompensas Azuis, incluindo *Cashback*, Exclusivos Premier e ofertas de boas-vindas a compradores de habitação pela primeira vez, são bons exemplos disso. Pretendemos criar momentos que se destaquem para os nossos clientes, e facilitar as suas vidas, simplificando os nossos processos. Estas medidas apoiam a nossa ambição de criar melhores relações com os nossos clientes a todos os níveis.

> **“Continuamos a transformar a experiência dos nossos clientes, criando tecnologia inovadora para facilitar a atividade bancária.”**

Melhorámos o apoio que prestamos às comunidades que servimos, tornando mais fácil para os estudantes e jovens profissionais abrirem uma conta. Além disso, continuamos a apoiar o pessoal militar, de forma a melhorar o seu acesso à banca.

Estamos a criar um ambiente para os nossos colegas que os inspire a serem dedicados e empáticos, e que os faça sentirem-se habilitados para encontrar soluções para os nossos clientes – e, por sua vez, ajudarem os clientes a progredir e atingir as suas ambições financeiras

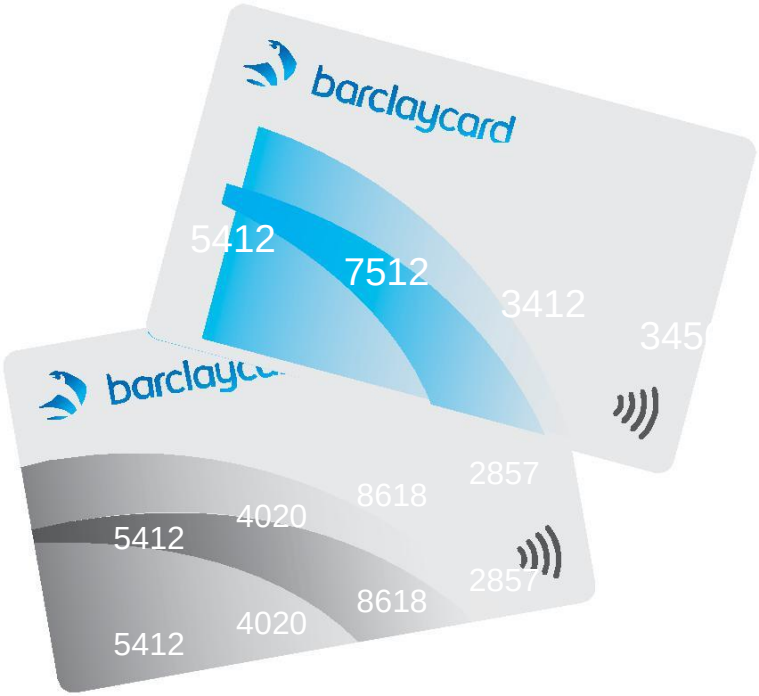
Barclaycard Consumer UK

Resumo

A Barclaycard Consumer UK é líder no fornecimento de cartões de crédito no Reino Unido.

Somos um mutuante responsável e ajudamos os consumidores a financiar compras, fornecendo-lhes crédito com base no seu historial de crédito e capacidade de pagar o empréstimo, e na nossa apetência pelo risco. Permitimos aos nossos consumidores pagarem da forma mais conveniente – com cartão, online, por telemóvel, ou com outro dispositivo portátil, incluindo o Barclaycard Contactless Mobile e o Apple Pay.

Somos um cliente focado e investimos nas pessoas, processos e futuras tecnologias, de forma a continuar a desempenhar o papel de líder na indústria e ajudar os nossos clientes a progredir diariamente.



Em 2016, a Barclaycard celebrou o seu 50.º aniversário, tendo lançado o primeiro cartão de crédito no Reino Unido em 1966. Fomos responsáveis por muitas inovações
– desde cartões de crédito empresariais, até ao Chip e ao PIN, à tecnologia sem contacto, pagamentos móveis e mais recentemente a nossa gama de opções de pagamento portáteis. Visto que o Barclays é o único grande fornecedor de cartões e de aceitação de pagamentos no Reino Unido, estamos numa posição única para moldar o panorama dos pagamentos, tornar os negócios mais bem sucedidos e dar às pessoas um maior controlo sobre o seu dinheiro.

Na UK Cards, oferecemos três produtos principais em termos de cartões de crédito. O nosso cartão de crédito inicial Barclaycard é direcionado para clientes que procuram o seu primeiro cartão de crédito, ou que têm um historial de crédito limitado, e ajuda-os a criar um perfil de crédito. O nosso cartão Barclaycard Platinum oferece poupanças promocionais nas transferências de saldo e compras, para mutuários com um bom historial de crédito. Alternativamente, os compradores podem ganhar pontos de recompensa em qualquer local onde efetuem compras com o nosso cartão de crédito Barclaycard Freedom Rewards. Todos os nossos produtos estão sujeitos a termos e condições que tenham recebido o selo Crystal Mark da Plain English Campaign.

Cada Barclaycard traz funcionalidades e benefícios adicionais, incluindo formas de gerir as contas online e no telemóvel com a aplicação Barclaycard. Oferecemos Avaliações de Crédito gratuitas da Experian e uma gama de benefícios de entretenimento. Também oferecemos apoio aos consumidores, providenciando guias sobre proteção contra a fraude, como podem proteger as suas compras e o que fazer se tiverem preocupações monetárias.

Procuramos continuamente formas de melhorar a experiência que providenciamos ao cliente. Monitorizamos o nosso Transactional Net Promoter Score (TNPS) após interações com os clientes, e usamos as redes sociais de forma a obter feedback dos nossos clientes e melhorar os processos. Desde que a UK Cards foi comprada pela estrutura do Barclays UK em Março, temos procurado formas de melhorar os serviços que prestamos aos nossos clientes comuns. Por exemplo, os clientes Barclays podem agora requerer um cartão Barclaycard através da aplicação Barclays Mobile Banking, com pré-aprovações garantidas para clientes elegíveis.

Os mercados dos empréstimos sem garantia e dos pagamentos de consumidores continuam a experienciar mudanças consideráveis, desencadeadas por novos operadores, novas tecnologias e alterações nas expetativas e comportamentos dos consumidores. Continuamos a investir em novas tecnologias e a desenvolver novos produtos e serviços pioneiros para os nossos consumidores. Por exemplo, lançámos a funcionalidade sem contacto patenteada para Android, através da nossa aplicação, seis meses antes do nosso concorrente mais próximo.

Temos a honra de ter recebido diversos prémios, reconhecendo os produtos e serviços líderes de mercado que oferecemos aos nossos consumidores. Recebemos o prémio para Melhor Fornecedor Global de Cartões de Crédito nos prémios Money Pages Finance Awards 2016/17. Além disso, fomos também premiados pelo nosso apoio a clientes vulneráveis e pelo nossos uso das redes sociais.

Centro para Problemas Monetários

Muitas pessoas escondem os seus problemas de dívidas porque se sentem constrangidos, e podem hesitar em pedir ajuda ao seu banco. Criámos o Centro para Problemas Monetários, em parceria com a Step Change Debt Charity, de forma a encorajar os clientes a chegarem-se à frente e pedirem ajuda, mostrando que estamos a par das suas situações e que estamos dispostos a ajudar. O Centro para Problemas Monetários foi concebido para ajudar os clientes a compreender como a UK Cards auxiliou outras pessoas em situações semelhantes no passado, e como podem ajudar também outras pessoas com as quais se preocupam.

Para mais informações, consulte
barclaycard.co.uk/personal/ customer/money-worries

Património, Empreendedores & Banca Empresarial

Resumo

A oferta patrimonial do Barclays oferece um serviço de gestão de património verdadeiramente holístico, que inclui banca privada doméstica, planeamento patrimonial, serviços fiduciários, gestão de investimentos e corretagem.

A Banca Empresarial apoia mais de um milhão de clientes por todo o Reino Unido, gerindo e expandindo os negócios dos mesmos, desde *start-ups* a médias empresas. O nosso modelo baseia-se nas relações e é orientado para o formato digital.

Temos como objetivo facilitar aos clientes o acesso aos produtos de que necessitam, e da forma que desejam – online, móvel ou colaborando com um Gestor de Relação. Colocamos os nossos clientes no centro do nosso negócio, fornecendo-lhes o serviço de que necessitam, da forma que escolherem.

Resumo do Património
No nosso negócio patrimonial, os nossos banqueiros oferecem conselhos gerais aos clientes e coordenam o acesso a especialistas em Património e à divisão mais ampla do Barclays UK. Os clientes beneficiam com a nossa especialização em banca pessoal, cartões de crédito, banca empresarial e inovação digital.

Um foco acentuado nos nossos principais contribuidores para o negócio do Património, ao longo de 2016, traduziu-se num forte crescimento dos ativos subjacentes, gerando um crescimento sustentável dos rendimentos e uma melhoria no nosso rácio custo-rendimento.

Continuámos a melhorar a experiência dos nossos clientes Patrimoniais em 2016, particularmente com o lançamento da aplicação Barclays Mobile Banking for Wealth, que introduziu funcionalidades inovadoras, tais como a análise do historial de desempenho, a funcionalidade de comparação com o padrão de referência e esquemas das classes de ativos.

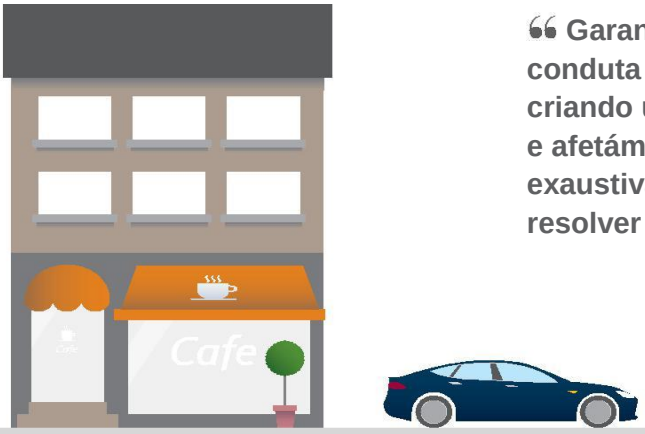
Reduzimos o nosso risco, recentrando o nosso negócio Patrimonial nos mercados centrais do Reino Unido. O mercado patrimonial global continua estável e prevemos que permanecerá competitivo. Julgamos que este negócio está relativamente protegido dos efeitos das FinTech sobre os serviços financeiros tradicionais, uma vez que os nossos clientes preferem um serviço pessoal e com interação humana.

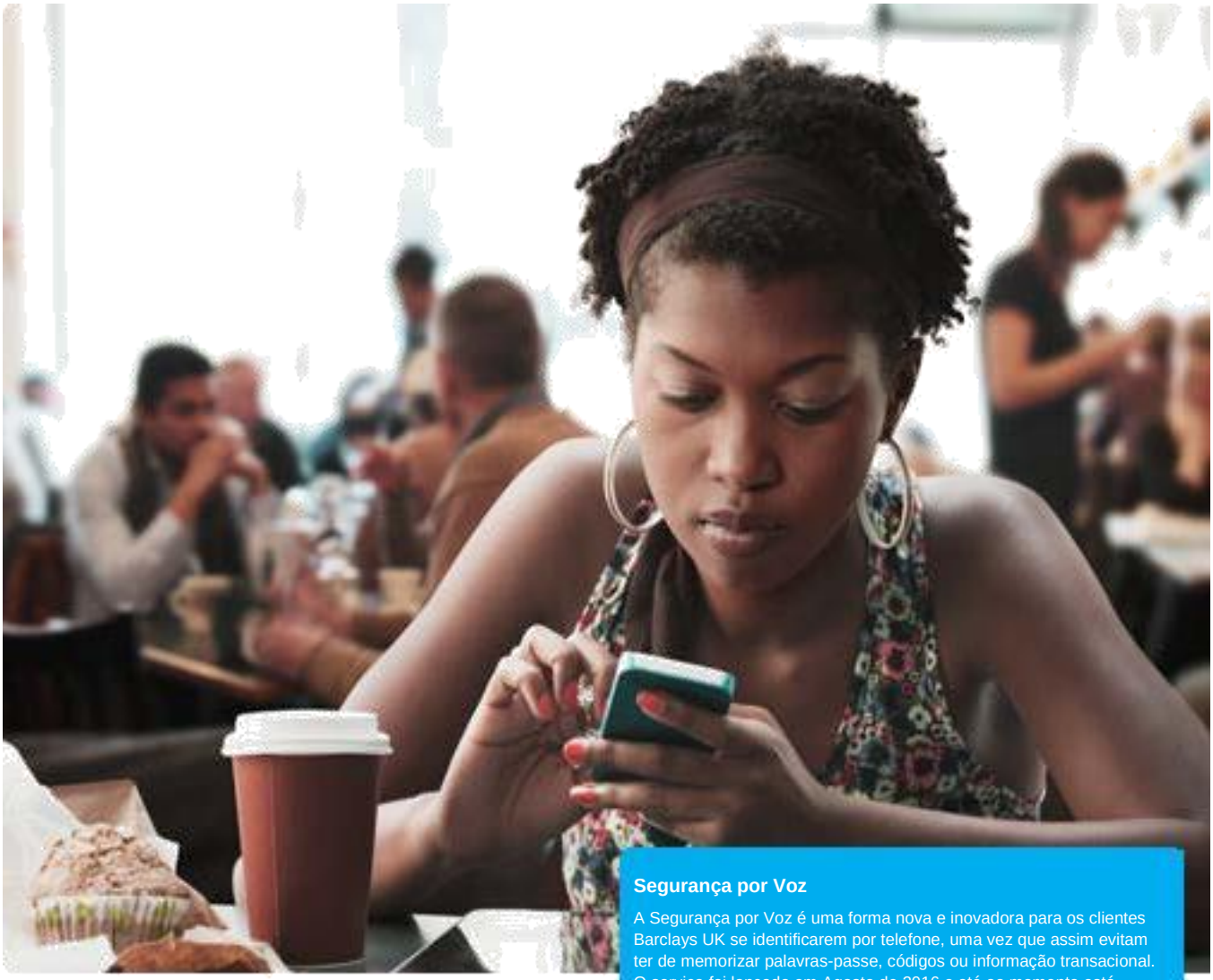
Resumo da Banca Empresarial
Fornecemos cobertura a todos os clientes no Reino Unido ao longo de todas as fases dos seus ciclos de negócios em qualquer setor, providenciando modelos de distribuição correspondentes às necessidades e sofisticação dos clientes. Servimos os nossos clientes através de um modelo baseado nas relações e orientado para o formato digital, combinando um modelo de relação direta e pessoal com soluções digitais únicas. Lançámos várias inovações em 2016, incluindo empréstimos instantâneos online, e por telemóvel, bem como coletas de dinheiro sob solicitação. Somos o único banco no Reino Unido a oferecer estes serviços.

Em 2016, lançámos novas ferramentas para os nossos colegas na Banca Empresarial, reunindo num só lugar informações relevantes e atualizados do setor, melhorando assim o nossos serviços para os clientes, através de informações e conhecimentos mais profundos.

O Centro de Conhecimento do Setor, por exemplo, reúne 150 resumos do setor partilháveis com os clientes, notícias externas do setor, marketing e liderança de opinião num só local facilmente acessível para os colegas. Pretendemos continuar a melhorar a plataforma em 2017, incluindo a possibilidade de os colegas personalizarem os seus relatórios do setor e marcar os seus relatórios mais utilizados.

“Garantimos um foco acentuado na conduta e nos resultados para os clientes, criando um ambiente seguro e controlado, e afetámos equipas experientes e exaustivas para monitorizar, antecipar e resolver possíveis problemas.”





O lançamento dos nossos “Gestores de relações diretos regionais” para pequenas empresas oferece uma plataforma firme para o crescimento e, em 2016, transitámos 830.000 clientes para o novo modelo. Usaremos a equipa direta para ajudar os negócios a crescer, através do nosso contacto pessoal em momentos-chave.

Uma das áreas em que nos focámos em 2016 foi um programa educativo sobre a fraude virtual, tanto para clientes como para colegas. Oferecemos formação aos colegas, com vista a habilitá-los para discutir as principais ameaças virtuais com os seus clientes. Oferecemos também sessões aprofundadas aos clientes, através de eventos presenciais e *webinars*. Muitos deles foram levados a cabo em parceria com Câmaras do Comércio locais, conselhos e outros parceiros de negócios, permitindo-nos apoiar os clientes juntamente com as cadeias de fornecimento e as comunidades.

Segurança por Voz

A Segurança por Voz é uma forma nova e inovadora para os clientes Barclays UK se identificarem por telefone, uma vez que assim evitam ter de memorizar palavras-passe, códigos ou informação transacional. O serviço foi lançado em Agosto de 2016 e até ao momento está disponível para 750.000 clientes pessoais. O feedback dos clientes tem sido extremamente positivo: “é tão fácil e muito mais natural”, “é ótimo para mim porque nunca me consigo lembrar da minha palavra-passe do banco”, “foi tão rápido”.

Para mais informações, visite **barclays.co.uk/voice-security**

Barclays International

Resumo

O Barclays International é um banco grossista e comercial transatlântico diversificado, que formará parte do Barclays Bank PLC, o futuro banco não delimitado. Procuramos competir em mercados onde temos a vantagem competitiva e a escala para oferecer o melhor serviço no setor aos nossos clientes. Temos como objetivo manter e melhorar a nossa posição como líderes na prestação de serviços financeiros a corporações, instituições e indivíduos.

Tim Thorsby juntou-se ao Barclays em Janeiro de 2017 como Presidente do Barclays International e CEO do Banco Corporativo e de Investimento. Faz parte do Comité Executivo do Grupo e reporta ao CEO do Grupo, Jes Staley. Tim tem tido uma carreira extensa na banca e no capital privado e mais recentemente trabalhou para o JP Morgan, tornando-se Diretor Global de Títulos em 2012.

Mercado e ambiente de operação da divisão

Em 2016, a incerteza política intensificou-se em ambos os nossos mercados domésticos, causando uma volatilidade significativa nos mercados de capitais e movimentos substancias nos mercados cambiais, particularmente na Libra Esterlina.

Apesar disso, o ambiente em que operamos está mais estável do que tem estado nos últimos anos. As repercussões de vários regulamentos pós-crise nos modelos de negócios dos bancos, particularmente bancos de investimento, tornaram-se mais claras ao longo de 2016, visto que vários regulamentos chave entraram em vigor ou foram clarificados. Em cumprimento da Secção 165 do Ato Dodd-Frank, o Barclays e outras grandes organizações bancárias estrangeiras a operar nos Estados Unidos tiveram de estabelecer uma Sociedade Intermediária Gestora (IHC) americana até 1 de julho de 2016. A IHC é uma empresa gestora para as subsidiárias do Banco nos Estados Unidos e está sujeita a padrões prudenciais da Reserva Federal, de forma a garantir a segurança e salvaguarda, particularmente no que diz respeito ao capital, liquidez e gestão de risco. A IHC do Barclays entrou em operação no dia 1 de julho de 2016 e as suas subsidiárias chave incluem a Barclays Capital Inc. (corretora de valores americana), que opera negócios chave da banca de investimento, e o Barclays Bank Delaware, que opera o Barclaycard US.

A implementação da nossa estratégia, em linha com os regulamentos no Reino Unido para a delimitação, resultou na criação do Barclays International, uma divisão-irmã do Barclays UK, soba a alçada do Grupo Barclays PLC. O Barclays Bank PLC, a futura entidade bancária não-delimitada, continuará a englobar a divisão do Barclays International.

Apoiado pela recém-criada Empresa de Serviço do Grupo, o Barclays International baseia-se no apoio das operações e tecnologias internas para maximizar a eficiência para os clientes e cumprir os requisitos dos reguladores. Neste ambiente dinâmico, temos de ditar as tendências, usando tecnologia voltada para o futuro, e adaptar-nos rapidamente à evolução dos regulamentos e das condições do mercado.

Por exemplo, o campo dos pagamentos, a evolução tecnológica, os regulamentos e os comportamentos dos consumidores estão a causar ruturas, que irão provavelmente transformar a forma como os consumidores e os negócios efetuam as transações.

O Barclays International engloba os seguintes negócios:

- Banco Corporativo e de Investimento (CIB)
- Consumidor, Carões e Pagamentos (CC&P)

Estes negócios unem-se para formar um portfólio de negócios diversificados, mas altamente complementares, que demonstrou ser resiliente num ano se incerteza e mudança consideráveis. Focamos os nossos esforços e recursos conscientemente nos produtos, setores e geografias onde possuímos uma vantagem competitiva significativa.

Os nossos dois mercados domésticos, no Reino Unido e Estados Unidos, sustentam os nossos negócios nos dois centros financeiros mais importantes à escala global e duas das economias ocidentais mais resilientes.

O Barclays International agrega um portfólio de negócios que serve consumidores, PMEs, corporações e investidores institucionais. No campo dos consumidores, o Barclaycard International fornece cartões de crédito e empréstimos aos consumidores. Nos Serviços Ultramarinos e Banco Privado, fornecemos serviços bancários, de investimento, e de gestão de património, globalmente a todos os clientes. Para as PMEs e corporações, possibilitamos aceitação de pagamentos, pagamentos de cartões comerciais e finanças nos pontos de venda. Através do nosso CIB, também servimos corporações, aconselhando na obtenção de capitais ou capital de dívida, e apoiamos os nossos investidores institucionais, facilitando-lhes a troca de ações e obrigações.

O nosso modelo de negócios no Barclays International, particularmente no CIB, depende das relações com os clientes e dos serviços que prestamos a esses clientes. Munidos destas ferramentas financeiras, ajudamos os nossos clientes a executar as suas estratégias de negócio e a expandir os seus negócios. Isto pode ter como resultado a obtenção de capitais para construir um novo centro de produção e, por sua vez, criar emprego, bem como produtos para fundos de pensão em que se pode investir.

Riscos do modelo operacional

A volatilidade global e a incerteza macroeconómica em alguns mercados continuam a ser um risco. Embora o voto do Reino Unido no referendo para abandonar a UE não altere os nossos objetivos estratégicos gerais, estamos cientes de que irá acrescentar complexidade às nossas operações na UE a curto prazo.

O volume e o alcance das alterações regulamentares continua a exigir atenção considerável e levanta vários desafios a médio prazo. No entanto, demonstrámos a nossa capacidade de reação atempada às alterações regulamentares e ao impacto que estas têm sobre o nosso ambiente operativo, transformando frequentemente os desafios em vantagens competitivas.

Os dados e as tecnologias trazem benefícios para os nossos clientes. A importância de cumprir adequadamente as leis de proteção de dados e proteger esta informação de criminosos cada vez mais sofisticados tem um papel cada vez mais central nas nossas operações.

A frequência e o alcance dos ataques virtuais têm crescido acentuadamente, e as instituições financeiras, como o Barclays, são alvos óbvios para atividade virtual maliciosa. Estamos muito focados em garantir que as nossas defesas virtuais permanecem a par das ameaças cada vez mais sofisticadas que enfrentamos.

Além disso, a preparação do nosso negócio para uma reforma estrutural continua. O Barclays International opera agora como um segmento independente dentro do Grupo, mas ainda estão por ultrapassar diversos marcos de execução até que atinjamos o objetivo do Grupo para o estado da estrutura. Temos na máxima consideração a garantia de que os nossos clientes enfrentem o mínimo possível de perturbações durante esta transição.

Continuamos a fortalecer a nossa resistência ao risco para deixar para trás as questões passadas relacionadas com a conduta.

Destaques nos negócios

O RoTE do Barclays International foi de 8,0% (2015: 9,5%), excluindo itens assinaláveis, ao passo que os lucros antes de impostos desceram 3% para 3.747M£, motivado pelo aumento das despesas por imparidade de crédito e das despesas operacionais. Este valor foi parcialmente compensado pelo forte crescimento nos rendimentos, incluindo o benefício da valorização do Dólar Americano e do Euro face à GBP. Com base na regulamentação, o RoTE foi de 9,8% (2015: 7,2%).

O Barclays assumiu um papel de liderança na tecnologia Blockchain no setor bancário, juntamente com melhorias na análise de dados, segurança virtual e técnicas inovadoras de identificação e verificação. Isto permitiu-nos utilizar as inovações para prestar um serviço melhorado ao cliente. Tornámo-nos a primeira organização no mundo a efetuar uma transação comercial facilitada por Blockchain para transferir documentação original de entrega. A iniciativa ajudou o cliente a completar um processo que normalmente demoraria 10 dias em apenas 4 horas, sobretudo porque permite a troca de documentos sem papel, transparência total através da cadeia de fornecimento e mitigação de riscos de crime financeiro. Para mais informações consulte o estudo de caso na página 7.

A transparência e a utilização inteligente de dados tem sido um dos focos chave. Continuámos a implementar a plataforma SPECS por todo o Barclays. A SPECS fornece aos comerciantes do lado do comprador um portal online para consultar, verificar e solicitar alterações às definições de tratamento da encomenda do cliente. Cumpre os requisitos para maior controlo, transparência, dados analíticos comerciais e uma visão consolidada das definições da encomenda.

A nossa especialização nos pagamentos e dedicação aos clientes permitiu-nos reter e melhorar as relações com clientes e parceiros, tais como a American Airlines, a US Cards e a TfL, através da nossa proposta de aceitação de pagamento, bem como obter novas parcerias como por exemplo com a JetBlue Airways. Além disso, expandimos a nossa oferta de crédito com novos empréstimos pessoais nos Estados Unidos e Alemanha e uma nova parceria com a Apple no programa de atualização do iPhone no Reino Unido.

Fizemos progressos encorajadores na proteção virtual e contra a fraude em 2016 e continuaremos a focar-nos nesta área fundamental. Por exemplo, no Banco Corporativo introduzimos soluções de ponta de deteção de *malware* e de ataques e um novo Pad leitor de PIN e leitor biométrico Barclays, para responder à fraude de captura do PIN.

Os serviços que oferecemos aos nossos clientes foram reconhecidos com prémios no setor: a revista International Financing Review (IFR) premiou o Barclays como instituição do ano para obrigações de alto rendimento nos Estados Unidos, crédito nas Américas e obrigações em Libras Esterlinas na sua análise anual de 2016. A nossa plataforma de investigação ficou em 3.º lugar na lista para Investigação de Mercados para Títulos e Rendimentos Fixos no inquérito de 2016 da revista Institutional Investor, refletindo o alinhamento com a nossa estratégia transatlântica. Além disso, recebemos o galardão de Melhor Banco de Investimento na Europa Ocidental nos prémios Euromoney Awards for Excellence 2016

Tim Throsby
President, Barclays International and Chief Executive Officer, Corporate and Investment Bank

Modelo operacional do Barclays International

Clientes e Clientes

- Corporações
- Instituições financeiras
- Investidores institucionais
- Governos
- Consumidores
- Indivíduos com Património Líquido Alto e Ultra-alto
- Negócios familiares

Produtos e Serviços

- Aconselhamento financeiro
- Obtenção de capitais primários e execução de mercados de capitais
- Gestão de risco e liquidez
- Crédito
- Vendas e transações
- Cartões de crédito internacionais
- Pagamentos do consumidor
- Atividade Bancária
- Investimentos
- Gestão de património

Criação de valor

- **Para os nossos clientes –** criamos valor facilitando a transmissão de dinheiro dos fornecedores para os utilizadores do capital
- **Para a sociedade –** fornecemos financiamento, incluindo a seleção de segmentos sociais e ambientais
- **Para o Barclays –** como banco diversificado comercial e grossista transatlântico

Contribuição para o Grupo

- 15mM£ de Rendimentos
- 4,2mM£ de Lucros antes de impostos
- 9,8% de RoTE
- 63% de Rácio Custo-Rendimento
- 213mM£ de Ativos Ponderados pelo Risco

Banco Corporativo e de Investimento

Resumo

O CIB oferece produtos e serviços de banca grossista a clientes corporativos e investidores institucionais. O negócio baseia-se nos nossos dois mercados domésticos – dois dos maiores mercados de capitais do mundo. Adaptámo-nos rapidamente às mudanças nos mercados e nos regulamentos, posicionando o negócio de forma a manter a posição de líder dos CIBs europeus.

A criação do Barclays International ajudou-nos a alinhar melhor os nossos negócios — para que agora apresentemos uma única visão integrada do Barclays aos clientes corporativos e institucionais através do CIB — e a desenvolver sinergias para o negócio. O CIB oferece aos clientes a possibilidade de um serviço completo através de duas novas divisões:

- A banca oferece conselhos estratégicos a longo prazo sobre fusões e aquisições, finanças corporativas e soluções estratégicas de gestão de risco, capacidades de originação de crédito e capitais, juntamente com produtos de banca comercial
- Os mercados oferecem serviços de execução, de corretagem e de gestão do risco em toda a gama de classes de ativos, incluindo títulos e rendimentos fixos e produtos monetários.

Simplificámos extensivamente o nosso CIB ao longo dos últimos três anos, tomando decisões estratégicas desafiantes, de forma a reduzir as atividades em certos produtos e geografias, no sentido de posicionar melhor o negócio face às condições regulamentares e de mercado que agora enfrentamos. Apesar da crescente incerteza política a que assistimos em 2016, o ambiente em que operamos está mais estável comparativamente aos últimos anos, e começamos a ver as consequências positivas das decisões estratégicas que tomámos antecipadamente no modelo de negócio do nosso CIB. Temos como objetivo reter a nossa posição como CIB líder na Europa, competindo com os bancos sediados nos Estados Unidos nos nossos produtos e mercados preferenciais.

Na nossa divisão de Banca, temos o objetivo de ajudar os clientes, grandes ou pequenos, a melhorar o seu desempenho e fazer crescer os seus negócios. Avaliamos as necessidades individuais de cada empresa, de forma a oferecer soluções personalizadas, adequadas aos objetivos particulares dessa empresa. Por exemplo, através das nossas operações de financiamento de ativos, o Barclays pode ser um facilitador na transição para operações mais sustentáveis, através do financiamento de locais de produção mais eficientes e cadeias de fornecimento sustentáveis. Apoiamos empréstimos a negócios de grande crescimento que habitualmente têm dificuldades de acesso a financiamento bancário, bem como maiores financiamentos para projetos de infraestruturas, uma área na qual promovemos o financiamento mais de 500 MegaWatts de energia limpa no Reino Unido e Irlanda em 2016, o equivalente à energia para 220.000 habitações por ano.

Pode encontrar mais informações no estudo de caso abaixo, e no suplemento de ESG disponível em home.barclays.com/annualreport

Desempenho

O nosso negócio de Banca teve um desempenho forte em 2016, aumentando as quotas, particularmente nos nossos mercados domésticos no Reino Unido e Estados Unidos, onde ficámos na 5.ª posição nas quotas para todos os clientes em fusões e aquisições, mercados de títulos e capital de dívida e transações de empréstimos sindicados em 2016 (Dealogic). Este ímpeto ajuda-nos a manter e contratar indivíduos talentosos e desenvolver ainda mais as relações com a nossa base de clientes corporativos. As transações de referência que fechámos em 2016 incluem:

- conselheiros financeirosda Teva Pharmaceutical na aquisição do negócio de medicamentos genéricos da Allergan
- coordenador conjunto dos dois maiores financiamentos por concessão de crédito de
- 2016, para a Dell e a Avago
- coordenador ativo conjunto e coordenador global na segunda maior oferta de obrigações corporativas com grau de investimento da história, relativa ao financiamento destas obrigações na fusão e aquisição da ABInBev.

Os rendimentos dos mercados subiram comparativamente a 2015, com prestações fortes nos negócios subjacentes. Os rendimentos de crédito beneficiaram de um bom desempenho no crédito de rendimentos fixos e nos negócios de mercados emergentes, os quais beneficiaram, por sua vez, do aumento da volatilidade do mercado e da procura dos clientes. Os rendimentos macroeconómicos beneficiaram de um aumento de atividade após o voto do Reino Unido no referendo para abandonar a UE, e as eleições Norte-americanas. Estas prestações foram parcialmente contrariadas por um decréscimo nos títulos, refletindo a simplificação dos negócios na Europa, Médio Oriente e Ásia, e da menor atividade dos clientes na Ásia.

Inovação no financiamento

No contexto da nossa Proposta de Elevado Crescimento e Empreendedores, juntámo-nos ao Fundo Europeu de Investimento (FEI), através dos programa de Garantia para PMEs do InnovFin, que apoia empresas que tipicamente têm dificuldades no acesso a financiamento bancário. O programa é apoiado financeiramente pelo FEI, ao abrigo do programa Horizon 2020 da Comissão Europeia, que cobre cerca de 50% das perdas em empréstimos e que apoia o Barclays nos empréstimos a estes negócios na sua fase inicial. A Pod Point é uma criadora de carregadores para veículos elétricos. O seu fundador e diretor executivo, Erik Fairbairn, abriu o negócio em 2009, com as suas próprias poupanças e obteve depois financiamento do investidor-anjo Peter Hiscocks, antes de recorrer, em 2014, ao *crowdfuding*, conseguindo mais de 1,5M£, e outros 2M£ in 2015.

Em 2016, o Barclays providenciou à Pod Point financiamento sob a forma de um empréstimo apoiado pelo FEI de 1M£, para ajudar a empresa a cumprir a sua missão de ter um ponto de recarga em qualquer lugar onde as pessoas estacionem por uma hora ou mais.

A empresa tem agora mais de 25.000 clientes e fornece estações de carregamento ao público em mais de 1.500 locais à escala nacional.

Para mais informações, visite **barclayscorporate.com/insight-and-research/lending**

Consumidor, Cartões & Pagamentos

Resumo

Consumidor, Cartões e Pagamentos é a estrutura de relatórios consolidados para a Barclaycard International e Serviços Ultramarinos e do Banco Privado.

A Barclaycard International fornece cartões de crédito para consumidores a nossa marca ou em associação de marca, e empréstimos aos nossos clientes, bem como soluções empresariais à escala global.

Os Serviços Ultramarinos e o Banco Privado oferecem serviços de banca, investimento e gestão de património a mais de 163.000 clientes à escala global.

Barclaycard US
O nosso negócio central de cartões de crédito da nossa marca ou com associação de marca nos Estados Unidos continuou a crescer fortemente; continuamos a ser o nono maior fornecedor por saldo, crescendo 14% no último ano. Fortalecemos a nossa relação com os parceiros existentes, por exemplo assinando um acordo importante com a American Airlines, e ao mesmo tempo lançámos um novo programa de parceria com a JetBlue Airways. A nossa marca Barclaycard continua a crescer nos Estados Unidos, com o nosso Barclaycard Arrival Plus World Elite MasterCard a ser nomeado o Melhor Cartão de Crédito de Viagem para Viajantes Frequentes pela Revista MONEY®.

O nosso negócio de depósitos retalhistas online atingiu os 11mM$, apoiando a nossa estratégia global de financiamento nos Estados Unidos. Em Novembro, lançámos uma oferta de crédito pessoal, aumentando a nossa gama de produtos.

Soluções Empresariais Barclaycard

A Barclaycard providencia aceitação de pagamentos, pagamentos comerciais e soluções financeiras no ponto de venda a todos os setores de clientes no Reino Unido. Somos líderes no fornecimento de todas estas áreas, sendo o segundo maior fornecedor de aceitação de pagamento na Europa por volume.

Entre os nossos feitos alcançados este ano, lançámos propostas de cartões de visita líderes de mercado, desenvolvemos funcionalidades totalmente omnicanal, incluindo funcionalidades de elevada segurança de dados, e aliámo-nos à Apple para ajudar a lançar a Atualização do iPhone Apple.

O nosso vasto portfólio corporativo continuou a crescer, com a aquisição e retenção de vários clientes importantes, incluindo a TfL, a Greggs e a Centrica.

Barclaycard Alemanha e EnterCard

Este ano, a Barclaycard Alemanha celebrou o seu 25.º aniversário e serve agora 1,1 milhões de clientes. Com uma quota de 34%, a Barclaycard Alemanha é líder no fornecimento de cartões de crédito renovável na Alemanha por saldo em dívida. No mercado do crédito a prestações, a Barclaycard Alemanha posiciona-se como um competidor forte, com uma taxa de crescimento de 15% e uma quota de 1%. Os produtos e funcionalidades inovadoras como o Express-Kredit totalmente digital ou o Plano de Igualdade de Pagamento, bem como o foco contínuo nos clientes, levam às classificações excecionais em termos de satisfação do cliente, sendo que a empresa lidera o mercado nos cartões de crédito e está na segunda posição nos empréstimos, respetivamente.

Fornecemos também cartões e empréstimos na Noruega, Suécia e Dinamarca, através da nossa *joint-venture* EnterCard.

Travis Perkins PLC

A Travis Perkins PLC, uma empresa líder nos mercados de comércio de construção e melhorias de habitação, estava à procura de uma plataforma única para pagamentos de clientes, transversal a todas as suas diferentes marcas. Queria trabalhar com um parceiro que reduzisse a complexidade da gestão e manutenção de um contexto de pagamentos diversificado e altamente seguro, e ao mesmo tempo permitisse a flexibilidade para inovar e explorar novas interações com os clientes.

A Barclaycard Business Solutions conseguiu fornecer uma plataforma de pagamentos verdadeiramente omnicanal, que oferece uma gestão num ponto único transversal a várias marcas e canais, desde páginas de pagamento online a pontos de venda nas lojas. Com esta implementação, a Travis Perkins PLC já obteve benefícios da maior segurança nos pagamentos com cartão e da proteção da sua marca, bem como uma redução nos tempos de resposta a transações até aos 94%.

Para mais informações, visite **www.the-logic-group.com/cp/case-studies**

Banco Privado

A estratégia futura para o Banco Privado é fornecer soluções de banca privada, investimento e gestão de património a indivíduos com um património líquido elevado ou ultra elevado, providenciando acesso total a produtos e serviços complexos e inovadores transversais a todas as plataformas do Barclays. Os clientes recebem o apoio de um banqueiro privado dedicado e de uma equipa de especialistas em investimento e património. Além disso, o Banco Privado facilita o acesso à gama completa de produtos e serviços do Banco Corporativo e de Investimento do Barclays. O Banco Privado está cada vez mais focado nas nossas competências essenciais e bem posicionado para crescer, como ficou demonstrado no forte crescimento dos ativos e rendimentos subjacentes em 2016.

Serviços Ultramarinos

Com uma gama completa de operações de banca, crédito, investimento e gestão de património, sobretudo nas ilhas de Man, Jersey e Guernsey, o nosso negócio de Serviços Ultramarinos apoia todos os tipos de clientes, desde os pessoais aos corporativos. Os Serviços Ultramarinos são o ponto de entrada para o Grupo Barclays em geral, oferecendo possibilidades *offshore* e conhecimento especializado. Os negócios registaram resultados sólidos em 2016, com um forte crescimento nas obrigações, aliado a um foco contínuo na gestão de custos, levando a um bom rácio Custo-Rendimento e retornos em 2016.

Apoio às nossas comunidades

Dando seguimento ao nosso compromisso de fazer uma diferença positiva nas comunidades em que vivemos e trabalhamos, levámos a cabo uma série de iniciativas bem-sucedidas transversais à Barclaycard International em 2016. No Reino Unido, lançámos uma nova e importante parceria com o The Prince's Trust, ajudando jovens a melhorar as suas aptidões e confiança, e recebemos o prémio por Serviço aos Jovens dessa mesma instituição, pelo nosso voluntariado corporativo. Nos Estados Unidos e na Alemanha, temos apoiado *start-ups* através dos nossos programas com a West End Neighbourhood House e a nossa incubadora Social Impact Lab respetivamente. Temos também ajudado indivíduos a desenvolver aptidões essenciais de codificação através do nosso programa Apps Camp e parcerias com a Tech Impact e a Universidade Delaware State.

Non-Core e África

Non-Core

Resumo

A redução dos Non-Core (ativos não essenciais) é um fator chave na simplificação do Barclays, ajudando a melhorar os retornos do Grupo e transmitir valor aos acionistas. Após o nosso progresso acelerado em 2016, pretendemos encerrar o Non-Core seis meses mais cedo, a 30 de Junho de 2017.

O Non-Core foi formado em 2014 para supervisionar a alienação dos ativos e negócios não-estratégicos do Barclays, libertando capital para apoiar o crescimento estratégico dos nossos negócios centrais. O Non-Core reuniu negócios e ativos que não se encaixavam na nossa estratégia, que permaneciam abaixo da escala com possibilidades de crescimento limitadas, ou que enfrentavam desafios no âmbito regulamentar do capital.

O Non-Core é gerido por uma equipa dedicada de gestão, que opera dentro de um contexto claro de governança para otimizar o valor dos acionistas à medida que os negócios e ativos são alienados. Mantém um âmbito robusto de gestão de risco, de forma a mitigar os riscos inerentes aos nossos negócios e ativos, bem como aos processos de alienação e redução. Os objetivos claramente definidos para o Non-Core são de reduzir os ativos ponderados pelo risco, bem como a base de custos operacionais decorrentes, e simplificar o portfólio e os riscos residuais, em preparação para o seu retorno aos ativos essenciais.

Para alienar os Non-Core com sucesso, dependemos em parte de fatores externos que podem influenciar o nosso perfil de redução planeado. Por exemplo, o rendimento dos nossos negócios e ativos, a quantidade de ativos ponderados pelo risco e por último a apetência do mercado por componentes Non-Core são todos influenciados pelo contexto do mercado. Além disso, a nossa capacidade de completar alienações depende de aprovações regulamentares em várias jurisdições e possíveis alterações regulamentares no tratamento de ativos ponderados pelo risco podem ter impacto sobre o nosso *stock* de ativos ponderados pelo risco.

2016 foi um ano importante para os ativos Non-Core, na medida em que os ativos ponderados pelo risco desceram 41% para 32mM£, preparando a divisão para a sua reintegração nos ativos essenciais em 2017. Os prejuízos antes de impostos aumentaram para 2,8mM£, refletindo o aceleramento da redução durante o ano, em que se registou um progresso significativo transversal às três componentes do Non-Core. Os ativos ponderados pelo risco empresariais foram reduzidos em 4mM£, com a conclusão das vendas da Barclays Risk Analytics and Index Solutions, o negócio de Gestão de Investimento e Património na Ásia, o negócio de cartões no Sul da Europa e o negócio retalhista em Itália. Fizemos bons progressos na redução de Derivados, reduzindo os ativos ponderados pelo risco em 10mM£, e os Títulos e Empréstimos em 3mM£ respetivamente.

Tendo em conta o progresso registado em 2016, pretendemos encerrar o Non-Core seis meses mais cedo, no dia 30 de junho de 2017, com cerca de 25mM£ de ativos ponderados pelo risco, o que significa que os teríamos reduzido em cerca de 85mM£ em pouco mais de três anos. Esperamos que os prejuízos dos Non-Core em 2017 sejam significativamente menores que em 2016, com mais reduções posteriores, assim que os restantes ativos tenham sido reabsorvidos para o Core (os ativos essenciais). Onde continuarão a ser geridos.

África

Resumo

No âmbito da nossa revisão estratégica de 1 de março de 2016, o Barclays anunciou a sua intenção de vender as suas ações no BAGL, até a um ponto que permita a desconsolidação.

O Barclays Africa Group Limited (BAGL) é um prestador de serviços financeiros diversificados, líder pan-africano, sediado na África do Sul, com operações significativas por todo o continente (Botsuana, Gana, Quénia, Maurícias, Moçambique, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia) e está cotado na bolsa de valores de Joanesburgo.

Durante o ano de 2016, vendemos ações no valor de 12,2%, reduzindo o valor anterior de 62,3% para 50,1%. Esperam-se mais vendas que permitam a desconsolidação regulamentar, e a intenção atual da Direção é de manter uma participação minoritária e uma relação comercial com o BAGL. Ambas teriam de ser compatíveis com o objetivo de atingir a desconsolidação regulamentar.

O BAGL está representado nas contas do Barclays através da Africa Banking. A Africa Banking representa as contas do BAGL convertidas para GBP, além dos *goodwills* do Barclays nas aquisições e distribuições da Sede que se considerem incorridas gradualmente como consequência das operações do Barclays em África, tais como o imposto bancário no Reino Unido. Para clarificar esta questão, é fornecida a demonstração de resultados na página 257. Uma vez que a Africa Banking cumpre os requisitos para a apresentação como operação descontinuada, os resultados são apresentados em duas linhas na demonstração de resultados do Grupo, representando o lucro após impostos relativo à nossa participação de 50,1%, à porção de 49,9% atribuível a participações não controladoras no BAGL. Isto pode ser consultado na demonstração de resultados do Grupo, na página 277.

O Barclays e o BAGL têm colaborado de perto para planear e preparar a separação eficaz e a migração das operações do BAGL do Grupo Barclays, enquanto o Barclays avalia as opções de venda, tanto no mercado como fora do mesmo. Esta colaboração culminou no acordo dos termos com o BAGL para os serviços transitórios e providências de apoio, cujos detalhes foram submetidos aos reguladores relevantes, englobados num requerimento para aprovação da venda por parte do Barclays da sua participação até a um valor minoritário.

A desconsolidação regulamentar das operações do BAGL conduzirá a uma maior simplificação para o Grupo, traduzindo-se numa subida do rácio CET1 e constituirá mais um passo rumo ao foco nas nossa operações essenciais transatlânticas relativas ao consumidor, às corporações e ao banco de investimento.

Detalhes sobre a prestação do BAGL podem ser consultados em **www.barclaysafrica.com**

Resumo da governação e desempenho financeiro

Os nossos valores partilhados orientam as opções que tomamos diariamente...

Resumo

Um âmbito exaustivo de governação corporativa é essencial... ajuda a garantir que o seu investimento no Barclays está protegido, e ao mesmo tempo reconhece os interesses dos nossos investidores mais amplos.

Para o vosso Conselho, 2016 foi um ano de foco contínuo na execução e gestão durante um período de mudança. O CEO do nosso Grupo, Jes Staley, concluiu o seu primeiro ano no papel e o ímpeto atingido sob a sua liderança, num intervalo de tempo relativamente curto, foi notável. Durante este período, articulou uma estratégia clara para o futuro e reuniu uma equipa de gestão executiva focada na implementação dessa estratégia e em gerar retornos sustentáveis para os nossos acionistas. Um âmbito exaustivo de governação corporativa é essencial para apoiar a gestão executiva na sua execução da estratégia, bem como para fomentar um desempenho sustentável a longo prazo. Ajuda a garantir que o seu investimento no Barclays está protegido, e ao mesmo tempo reconhece os interesses dos nossos investidores mais amplos.

Apoio à execução da estratégia

O programa do Conselho em 2016 focou-se em supervisionar e apoiar a equipa de gestão executiva na implementação dos objetivos estratégicos do Barclays. Pode ler noutras secções deste relatório o progresso alcançado na prestação dos nossos negócios centrais, com a redução acelerada de negócios periféricos e a venda da nossa participação no Barclays África. Enquanto Conselho, também passámos uma quantidade de tempo considerável na Reforma Estrutural, em particular no projeto para separar as nossas operações bancárias retalhistas numa entidade legal à parte, dentro do Grupo Barclays. Esta é uma mudança significativa e abrangente na estrutura operacional do Barclays. Ao acompanhar o progresso da implementação, o vosso Conselho debateu os riscos e desafios transversais a todos as partes interessadas, incluindo os potenciais impactos para os acionistas,funcionários e clientes.A Reforma Estrutural terá também um impacto profundo na forma como o próprio Conselho do Barclays opera, principalmente em termos de como interage com as direções das entidades legais recém-estabelecidas e em relação à gestão de talento e planeamento da sucessão para a gestão executiva e cargos diretivos no Grupo Barclays.

> **“A responsabilização pessoal é um princípio fundamental da nossa cultura, e permite-nos atingir os melhores padrões de desempenho e criar valor para os nossos clientes. É também essencial para garantir que o setor da banca recupera a confiança, sustentando assim o nosso sucesso a longo prazo.”**

É durante estes períodos de transformação que a liderança e a boa governação são mais importantes do que nunca. O desafio aumentou em 2016, devido ao referendo do Reino Unido relativo à sua inclusão na UE. O vosso Conselhou dedicou tempo a avaliar os planos de contingência do Barclays e avaliar o potencial impacto da saída do Reino Unido da UE em cada um dos negócios do Barclays. Esta avaliação incluiu as possíveis consequências para o capital, operações e regulamentações, bem como o impacto para funcionários e clientes. Como é óbvio, os termos concretos da saída do Reino Unido da UE, e os seus efeitos a longo prazo ainda não são conhecidos e só se tornarão claros com o passar do tempo. Contudo, a nossa estratégia permanece focada na consolidação dos nossos pontos fortes como banco transatlântico comercial, corporativo e de investimento, sediado no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Governação em Ação

Uma governação corporativa sólida serve para prestar mais apoio nos processos de tomada de decisão e responsabilização em todo o Barclays.

Pode encontrar mais detalhes relativos ao trabalho do vosso Conselho e respetivos Comités no relatório do Diretor, páginas 49 a 133, ou online em **home.barclays/annualreport**. Encontrará uma série de estudos de caso que descrevem o papel do Conselho e dos seus principais Comités em algumas das questões significativas com que nos deparámos e decisões que tomámos em 2016, incluindo:

- preparação para a Reforma Estrutural e o impacto material que terá na forma como o Barclays irá operar futuramente
- transição do revisor oficial de contas, de forma a facilitar uma transmissão fluida das responsabilidades
- planos de contingência para o Referendo da saída do Reino Unido da UE, um acontecimento de risco significativo para os negócios externos, tanto antes como depois do referendo
- medição do progresso cultural, fornecendo desafios e apoio à gestão na sua prestação em termos de conduta, cultura e criação de valor

Cultura, valores e responsabilização

Como Presidente, uma parte importante do meu papel é promover os mais elevados padrões de governação corporativa no Barclays e garantir que estes são sustentados por uma cultura, valores e comportamentos adequadas desde o topo da hierarquia. A implementação, em março de 2016, do Regime de Gestores Superiores introduziu novos padrões regulamentares para a responsabilização e conduta individual, paralelos ao nosso propósito, cultura e valores estabelecidos. A responsabilização pessoal é um dos princípios centrais da nossa cultura, permitindo-nos atingir os melhores padrões de desempenho e a criar valor para os nossos clientes. É também essencial para garantir que o setor da banca recupera a confiança, sustentando assim o nosso sucesso a longo prazo.

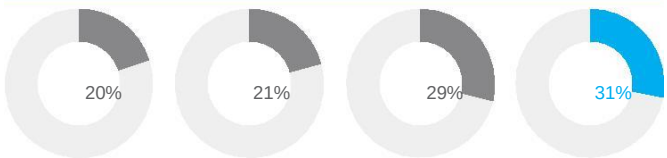
John McFarlane
Presidente

22 de fevereiro de 2017

O Conselho

John McFarlane	Presidente do Grupo
Jes Staley	Presidente Executivo do Grupo; Diretor Executivo
Mike Ashley	Diretor Não-Executivo
Tim Breedon	Diretor Não-Executivo
Mary Francis	Diretor Não-Executivo
Crawford Gillies	Diretor Não-Executivo
Sir Gerry Grimstone	Vice-Presidente e Diretor Superior Independente
Reuben Jeffery III	Diretor Não-Executivo
Tushar Morzaria	Diretor Financeiro do Grupo; Diretor Executivo
Dambisa Moyo	Diretor Não-Executivo
Diane de Saint Victor	Diretor Não-Executivo
Diane Schueneman	Diretor Não-Executivo
Steve Thieke	Diretor Não-Executivo

Diversidade no Conselho – equilíbrio de género



31.12.2013	31.12.2014	31.12.2015	**31.12.2016**
3 Mulheres	3 Mulheres	4 Mulheres	**4 Mulheres**
12 Homens	11 Homens	10 Homens	**9 Homens**

Para mais informações, consultar as páginas 39 a 133

Os nossos valores partilhados orientam as opções que tomamos diariamente...

Resumo

Segue-se um resumo de como o Barclays cumpre os requisitos do Código de Governação Corporativa do Reino Unido (o Código).

Cumprimento do Código de Governação Corporativa no Reino Unido

Liderança

Existe uma divisão clara de responsabilidades entre o Presidente, que gere o Conselho, e o Diretor Executivo do Grupo, que gere os negócios do Grupo. Os papéis individuais no Conselho e as respetivas responsabilidades estão definidas na *Carta de Expetativas* do Barclays.

O Diretor Superior Independente, Sir Gerry Grimstone, atua como interlocutor do Presidente e intermediário para os outros Diretores quando necessário. Está também disponível para os acionistas se estes tiverem preocupações que não foram abordadas através dos canais habituais.

O Conselho definiu a cultura, valores e comportamentos do Barclays na *Missão e Valores* do Barclays e *O Caminho Barclays*, que são assimilados por todo o Grupo.

Dos diretores, espera-se que ofereçam contestação rigorosa e construtiva em assuntos que, devido às suas implicações ou consequências estratégicas, financeiras ou de reputação, sejam considerados significativos para o Grupo.

Eficácia

As aptidões, conhecimentos e experiência necessários para um Conselho eficaz estão registados numa matriz de aptidões, usada pelo Comité de Nomeações do Conselho para informar o recrutamento, iniciação e desenvolvimento contínuo de Diretores.

A composição dos principais Comités do Conselho cumpre os critérios de independência do Código e têm um número adequado de membros cruzados para ajudar a promover a eficácia.

10 dos 13 Diretores são Diretores independentes não-executivos (77%), enquanto que o Presidente era independente quando foi nomeado.

No final de 2016, havia quatro mulheres Diretoras (31%), em comparação com a nossa meta de 33% até 2020.

O Comité de Nomeações do Conselho delibera regularmente os planos de sucessão para o Conselho e para a gestão superior.

As nomeações para o Conselho são efetuadas através de um processo formal, rigoroso e transparente, com base no mérito, tomando em consideração as aptidões, a experiência e a diversidade necessária no Conselho, no contexto da direção estratégica do Barclays.

Todos os Diretores devem dedicar o tempo suficiente para cumprir os seus deveres para com o Barclays. Em 2016, a assiduidade dos Diretores nas reuniões agendadas do Conselho foi de 98% e, transversalmente às reuniões agendadas do Comité do Conselho, a média foi também de 98%.

O Conselho avalia a sua própria eficácia, a dos Comités e a dos Diretores individuais anualmente, num processo facilitado externamente por uma terceira parte independente.

Os Diretores estão sujeitos a reeleição pelos acionistas, todos os anos, na Reunião Geral Anual (RGA).

A *Carta de Expetativas* do Barclays estabelece as responsabilidades de fornecimento de informação precisa, atempada e de alta qualidade ao Conselho, necessária para que este cumpra os seus deveres.

Responsabilização

O Conselho é responsável por definir a apetência pelo risco do Barclays, isto é, os riscos que está preparado a assumir no contexto dos seus objetivos estratégicos a atingir.

A finalidade do Quadro de Gestão de Risco Corporativo é identificar e definir os requisitos mínimos no que diz respeito aos riscos principais para a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo, e dar garantias razoáveis de que os controlos internos são eficazes.

O Conselho leva a cabo avaliações robustas dos principais riscos enfrentados pelo Barclays, incluindo os que podem ameaçar o seu modelo de negócio, desempenho futuro, solvência ou liquidez. Os resultados destas avaliações são reportados na demonstração anual de Viabilidade (verso).

Os Diretores avaliam também a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco do Grupo.

O Conselho implementou processos para apoiar a apresentação aos acionistas de informação justa, equilibrada e inteligível.

O Comité de Auditoria do Conselho, composto por Diretores não-executivos independentes, supervisiona a eficácia dos auditores internos e externos do Barclays.

Remunerações

O Comité de Remuneração do Conselho, composto por Diretores não-executivos independentes, define a política global de remuneração do Grupo e aprova as disposições de remuneração do Presidente, dos Diretores executivos e de outros executivos superiores.

O Comité de Remuneração da Direção solicita a perspetiva dos principais acionistas do Barclays nas matérias de remuneração. Esta comunicação é significativa e contribui diretamente para as decisões tomadas pelo Comité.

O quadro de recompensas do Barclays é simples e transparente, e foi concebido para apoiar e fomentar a estratégia de negócio e o sucesso a longo prazo.

De forma a garantir que corresponde aos interesses dos acionistas, uma quantia significativa dos pagamentos relacionados com o desempenho é entregue através das ações do Barclays.

A remuneração diferida não recebida está sujeita a malus. Também é aplicada a recuperação de quaisquer remunerações variáveis concedidas a Tomadores de Risco Material da PRA após 1 de janeiro de 2015.

Compromisso

O Presidente e o Diretor Superior Independente, juntamente com outros representantes do Conselho e o Secretário da Empresa, reúnem com os investidores relativamente a questões de governação corporativa.

O Diretor Executivo e o Diretor Financeiro do Grupo apresentam os resultados trimestrais em reuniões breves, e o Diretor Financeiro do Grupo convoca reuniões breves para os analistas de capital e dívida do lado das vendas.

A comunicação regular com os corretores do Barclays garante que a estratégia e o desempenho do grupo são comunicados eficazmente e oferece uma compreensão mais profunda das perspetivas dos investidores.

O Conselho recebe feedback relativo à atividade das relações com os investidores, juntamente com relatórios regulares de alterações substanciais nas participações de acionistas e relatórios sobre os movimentos dos preços das ações.

São organizados vários eventos ao longo do ano para manter um diálogo aberto com os investidores, entre os quais a RGA é o mais importante.

Demonstração de Viabilidade

Enquanto as demonstrações financeiras e contabilísticas foram elaboradas com base no princípio de continuidade, o Código de Governação Corporativa do Reino Unido requer que os Diretores incluam uma demonstração no Relatório Anual em relação à viabilidade do Grupo, incluindo uma explicação de como avaliaram as perspetivas futuras do Grupo, o período de tempo que avaliaram e a razão pela qual consideram esse período adequado.

Tendo em conta a análise abaixo, o Conselho avaliou a viabilidade do Grupo e confirmou que os Diretores têm uma expetativa razoável de que o Grupo consiga continuar as operações e cumprir as suas obrigações, à medida que estas vencem nos próximos três anos. Este intervalo de tempo é usado no Relatório de Viabilidade e Capital Circulante (RCC) da gerência, de 16 de fevereiro de 2017. A disponibilização do RCC oferece à gerência e ao Conselho visibilidade e confiança suficientes quanto ao futuro ambiente operacional para este intervalo de tempo. O intervalo de três anos foi escolhido porque:

- enquadra-se no período das projeções futuras do Grupo para a rentabilidade, fluxo de caixa, requisitos de capital e recursos de capital;
- enquadra-se também no período para o qual são efetuados os testes de esforço regulamentares e internos, e, no contexto atual, é necessário que o Conselho garanta que a confiança no Grupo se mantém a curto prazo; e
- como consequência do nível inédito de alterações regulamentares no setor dos serviços financeiros, um intervalo de três anos é adequado.

Os Diretores estão convencidos de que este período é suficiente para permitir que se efetue uma avaliação razoável da viabilidade.

Ao efetuar esta avaliação, o Conselho:

- levou a cabo um avaliação robusta e regular do perfil e material de risco existente e dos riscos emergentes. De salientar entre estes, estão alguns riscos que a gerência superior crê que podem levar o desempenho futuro do Grupo (isto é, os resultados das operações ou as condições financeiras) a divergir substancialmente das expetativas atuais, incluindo a capacidade de cumprir as expetativas relativas aos dividendos, de manter os níveis mínimos de capital regulamentar e de cumprir as metas de solvência (incluindo capital, alavancagem e capacidade total de absorção de perdas, incluindo TLAC/MREL) ao longo do período da avaliação;
- avaliou como esses riscos são geridos e controlados (ver abaixo e mais detalhes nas páginas 146 a 162);
- tomou em consideração o RCC, que oferece uma avaliação de previsão do CET1, rácio de alavancagem, rácios de capital de Nível 1 e total, bem como o acumulado de MREL até 2022;
- avaliou o perfil de liquidez e financiamento do Grupo, particularmente a apetência pelo risco de liquidez (ARL) interno do Barclays e os rácios de cobertura de liquidez regulamentares;
- tomou em consideração a viabilidade do Grupo em contextos específicos de pressão interna e regulamentar (mais detalhes abaixo);
- tomou em consideração a estabilidade dos principais mercados em que opera, os riscos levantados pela simplificação do modelos de negócio e as alterações regulamentares;
- avaliou as contas estatutárias e a divulgação detalhada do desempenho financeiro do Grupo;
- tomou em consideração o plano a médio prazo (PMP) do Grupo; e
- avaliou as questões legais, regulamentares e de competição estabelecidas na Nota 29 das demonstrações financeiras, nas páginas 330 a 338.

Os riscos de conduta, capital e operacionais são controlados e geridos de acordo com o Quadro de Gestão de Risco Corporativo e com os Quadros Principais de Riscos. A gerência executiva define a Apetência pelo Risco para o Grupo, que é aprovada posteriormente pelo Conselho. A segunda linha define os limites dentro dos quais a primeira linha deve operar. A Gerência e o Conselho supervisionam o Perfil de Risco associado.

Em relação à alteração regulamentar, a empresa tem uma equipa de projeto com todos os recursos, dedicada a compreender e implementar alterações requeridas pela Reforma Estrutural.

Os riscos específicos para a viabilidade, identificados pelo Conselho, estão detalhados abaixo. Foram escolhidos com base na sua capacidade de afetar a viabilidade durante o intervalo de tempo da avaliação. Em alguns casos, porém, os riscos existem para além deste período:

- questões passadas de conduta e o risco potencial de multas e outras sanções;
- o custo e a escala da alteração regulamentar no setor dos serviços financeiros, incluindo a implementação da reforma estrutural, que pode influenciar as notações, alterar o comportamento dos depositantes e afetar a capacidade da empresa para manter rácios adequados de capital e liquidez; e
- os riscos operacionais em evolução (particularmente a segurança virtual, a tecnologia e a resiliência) e os potenciais impactos nos sistemas de operações e/ou pagamento.

O Conselho deliberou também sobre a viabilidade do Grupo sob cenários específicos de pressão interna e regulamentar.

O último teste de pressão interno efetuado no T4 de 2016 (concluído no dia 16 de fevereiro de 2017) tomou em consideração os potenciais impactos de:

- uma recessão global grave;
- um desaceleramento no crescimento na China e mercados emergentes;
- uma queda no mercado imobiliário no Reino Unido; e
- uma queda significativa e sustentada nos preços dos bens essenciais.

As questões litigiosas e de remediação/reparação são avaliadas como parte do processo de teste de pressão. A apetência pelo risco de capital e a apetência pelo risco de liquidez foram definidas a um nível que permitisse ao Grupo resistir ao cenário de pressão, com base no desempenho financeiro esperado. A gerência identificou também ações, incluindo reduções de custos e suspensão de linhas de negócios, disponíveis para devolver o Grupo aos seu caminho desejado em termos de capital, sob vários contextos operativos.

O âmbito de teste de pressão transversal ao Grupo também inclui técnicas de teste de pressão inverso, que procuram identificar e analisar as circunstâncias sob as quais o modelo de negócio do Grupo deixaria de ser viável, levando a uma mudança significativa na estratégia de negócio e à identificação de ações adequadas de mitigação. Os exemplos incluem cenários de recessão macroeconómica extrema (“gravemente adversos”), ou incidentes de idiossincrasias específicas, englobando tanto o risco operacional (por exemplo um ataque virtual) como incidentes de capital/liquidez.

Estes testes internos de pressão informaram as conclusões do RCC. Com base nas previsões atuais, incorporando as principais alterações regulamentares conhecidas e tendo em conta os cenários possíveis de pressão, a posição atual de capital e liquidez do Grupo continua a suportar a avaliação do Conselho da viabilidade do Grupo.

O Conselho também avaliou os resultados dos testes de pressão regulamentares externos, que foram concebidos para avaliar a resiliência dos bancos`a circunstâncias económicas adversas, de forma a garantir que temos processos de planeamento robustos para o futuro para os riscos associados ao nosso perfil de negócios. O Barclays não está obrigado a submeter planos de capital revistos no âmbito destes testes.

A avaliação por parte do Conselho à viabilidade do Grupo para os próximos três anos está sujeita a riscos substanciais existentes e emergentes, destacados nas páginas 137 a 144. Futuros incidentes, como a cristalização de qualquer um destes riscos, podem exigir que o Conselho reveja a política de dividendos.

… e a energia, o compromisso e a dedicação dos nossos colegas reforça o nosso sucesso...

Resumo

Reconhecemos que promover uma cultura adequada no Barclays é crucial para o nosso sucesso, e queremos desempenhar um papel importante na definição do futuro da banca, restaurando a confiança e o respeito pela nossa profissão.

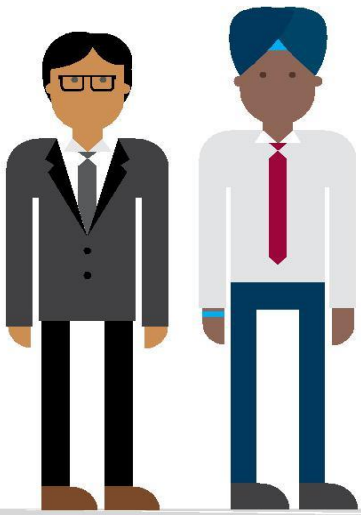
No Barclays, estamos há quatro nos num percurso de mudança cultural e temos um conjunto bem definido de valores que orientam a forma como trabalhamos e agimos. Continuamos a fazer progressos no sentido de incutir e suster uma cultura baseada em valores, através de iniciativas direcionadas para o fortalecimento da profissão bancária. Reconhecemos que promover uma cultura adequada no Barclays é crucial para o nosso sucesso, e queremos desempenhar um papel importante na definição do futuro da banca, restaurando a confiança e o respeito pela nossa profissão. Temo-nos focado continuamente na importância de uma cultura baseada em valores e, nesse sentido, a conduta, a cultura e os valores foram estabelecidos como parte das nossas prioridades estratégicas chave para este ano. Ao longo de 2016, lançámos várias iniciativas para promover a cultura certa no Barclays e desenvolvemos um quadro de avaliação da cultura, baseado nos nossos valores, de forma a avaliar e gerir o progresso na incorporação da nossa cultura focada nos valores por toda a organização. Procuramos também partilhar com todos os diferentes setores do negócio as iniciativas que estão a ter um impacto positivo na nossa cultura e na relação com os nossos funcionários.

“Ter diálogos construtivos e empáticos com os clientes demonstra o nosso foco contínuo numa cultura com base nos valores.”

De forma a garantir que fazemos revisões e reavaliações constantes para constatar o que funciona melhor, o inquérito anual Your View passou a ser trimestral (excluindo África), oferecendo aos colegas a oportunidade de expressarem mais frequentemente as suas experiências e como se sentem a trabalhar no Barclays. No terceiro trimestre do ano, sondámos 50% dos colegas e os restantes 50% foram sondados no quarto trimestre. A partir de 2017, cada trimestre serão convidados a participar no inquérito 25% dos colegas (exceto África).

Os resultados do inquérito Your View continuam a medir o Compromisso Sustentável e este ano recebemos resumos mais frequentes. Os resultados trimestrais foram posteriormente agregados, no final do ano, num resumo global anual do compromisso. No final de 2016, o Compromisso Sustentável dos nossos colegas permaneceu estável comparativamente aos outros anos, por volta dos 75%. Os resultados trimestres do inquérito Your View e os indicadores e informações do nosso quadro de avaliação da cultura ajudam-nos avaliar o que estamos a fazer bem e a focar ações de gestão transversais aos nossos negócios e funções, conforme necessário. Os resultados de cada trimestre são analisados ao pormenor e as nossas equipas superiores de liderança de todos os negócios e funções colaboram para identificar as ações relevantes para continuar a promover a cultura em que se assenta o Barclays do futuro. Os resultados do inquérito Your View, juntamente com as informações dos indicadores trimestrais do quadro de avaliação da cultura, demonstram que continuamos a evidenciar um forte progresso na implementação de uma cultura baseado em valores, transversal a todo o banco.

O nosso programa de mobilidade interna “Apply within”, e a nossa campanha de gestão de desempenho “Let's talk about how”, ambas lançadas este ano, são iniciativas que incentivam os comportamentos que representam os nossos valores. A campanha “Let’s talk about how” reforça a importância que damos tanto ao que os funcionários apresentam, como à forma como o fazem. Sendo este um novo evento criado este ano, patrocinado pelo CEO do Grupo, foi um passo em frente no desenvolvimento da nova geração de líderes empresariais que contribuem ativamente para recriação da profissão da banca, através da sua própria liderança e influência sobre os outros. Ao reunir líderes superiores de grande potencial oriundos de todos os nossos negócios e funções, pretendemos fortalecer a colaboração e uma visão transversal a toda a empresa entre os líderes superiores, com o intuito de melhorar as soluções e produtos para os nossos clientes.



Rotatividade das funções de controlo no Grupo

Reconhecemos que as funções de controlo são uma parte crucial do nosso sucesso e que é importante que os nossos futuros líderes entendam como as funções operam e adquiram uma nova perspetiva da Segunda Linha de Defesa, enquanto parte das nossas responsabilidades de gestão. Em maio deste ano foi lançado pelo CEO do Grupo um programa piloto de rotatividade
de rotatividade das funções de controlo, com o objetivo de apoiar a sua ambição de fortalecer a profissão da banca. Este programa levou um grupo de colegas do nosso CIB a passar três meses na nossa função de Cumprimento como membro integrante da equipa de Cumprimento, de forma a criar uma experiência bancária mais ampla e obter uma maior consciência e compreensão do ambiente de controlo. As apresentações ao CEO e outros líderes superiores no final da rotação, dá ao grupo uma oportunidade partilhar o que aprenderam e a formação que receberam, bem como ideias sobre como as funções de negócio e de controlo podem continuar a incutir uma cultura baseados em valores. O feedback dos participantes expressa que a rotação ajudou a melhorar a comunicação e a compreensão entre os negócios e entre as funções de negócio e de controlo; promoveu a formação trans-divisional; e encorajou a mobilidade interna destacando percursos profissionais alternativos. Em 2017, o número de participantes será aumentado e o programa será expandido de forma a incluir oportunidades noutras funções de controlo.

Para mais informações relativas às oportunidades no Barclays, consulte **joinus.barclays.com**

O nosso programa de saúde; o Barclays Shared Growth Ambition, focado no acesso a emprego, habilitação financeira e digital e financiamento; bem como o Diagnóstico de Empatia e Âmbito de Diálogo, lançado no Barclays UK para ajudar colegas a terem diálogos construtivos e empáticos com os clientes, refletem o nosso foco contínuo numa cultura baseada em valores que garanta que fazemos a escolha acertada para os nossos clientes.

Tristram Roberts
Diretora dos Recursos Humanos do Grupo

… para que a nossa remuneração espelhe a forma como negociamos.

Resumo

O Comité continua focado em alinhar o nosso pagamento de forma a recompensar o bom desempenho, e em estabelecer a remuneração a um nível que nos permita atrair, reter e motivar o pessoal, mas não mais do que o necessário para garantir o aceleramento da criação de valor para os acionistas. A tensão inerente entre estas considerações importantes continua a ser uma componente chave das deliberações do Comité.

2016 foi um ano de forte progresso contra a nossa estratégia. As deliberações do Comité relativamente ao total de incentivos de 2016 espelharam o desempenho do Grupo e a execução estratégica, tanto nos negócios centrais como nos periféricos. Chegámos à decisão de que um total de incentivos de 1.533M£, ligeiramente inferior aos 1.544M£ de 2015, é adequado, apesar dos bons resultados em 2016. Este grau de incentivos também absorve o impacto adverso substancial de movimentos no mercado cambial ao longo do ano, mais do que suficiente para contrariar o impacto das reduções no número de funcionários nesse ano.

O rácio entre a compensação dos negócios centrais (Core) e os rendimentos líquidos (excluindo itens assinaláveis) desceu de 34,0% em 2015 para 32,7% em 2016, sem ter em conta o impacto das alterações por diferimento, subindo ligeiramente para 34,7% se o incluirmos. Ao nível do Grupo, o rácio subiu para 40,2% (2015:
37,7%), motivado pelos negócios periféricos, à medida que estes continuam a ser reduzidos.

A partir de 2016, uma alteração no tempo de reconhecimento dos custos de diferimento, juntamente com uma harmonização dos níveis de diferimento transversais ao Grupo, irá resultar em melhorias na flexibilidade operacional do Grupo de 2017 para a frente. Pode encontrar mais informações sobre as alterações no diferimento na página 104.

Procuraremos a aprovação dos acionistas para a anova política de remuneração dos Diretores no RGA de 2017. Pode consultar mais detalhes no verso.

Em 2017, o Comité irá continuar a focar-se na garantia de que a remuneração corresponde à execução da nossa estratégia e ao retorno sustentável para os acionistas. O Comité continuará também a monitorizar a competitividade da nossa remuneração, face às alterações regulamentares recentes levadas a cabo pela PRA, FCA e EBA. Continuaremos a progredir no nosso programa para abordar a desigualdade no pagamento, em linha com as propostas do Livro Verde do Governo relativo à Reforma da Governação Corporativa.

O Comité agradece o feedback recebido dos nossos principais acionistas sobre as nossas propostas de remuneração e valoriza as impressões obtidas destas discussões.

Crawford Gillies
Comité de Remuneração do Conselho (Presidente

Continuamos a focar-nos em alinhar as recompensas com os desempenhos
Total de incentivos do Grupo Barclays
2010 – 3.484M£
2011 – 2.578M£
2012 – 2.168M£
2013 – 2.378M£
2014 – 1.860M£
2015 – 1.544M£
2016 – 1.533M£

Nota
O valor de 2015 foi reajustado de 1.669M£, de modo a contemplar a Africa Banking como uma operação descontinuada. Os valores de 2010-2014 não foram reajustados.

Distribuição da remuneração total de 2016 total pelos funcionários do Grupo por faixas
364 – 1M£+
11.962 – 100m-£1M£
39.990 – 25m-£100m£
33.989 – 0-25m£

Nota
O número de funcionários remunerados acima do 1M£ desceu ligeiramente ano a ano, numa base monetária constante (364 em 2016, 369 em 2015).

Política de remunerações dos Diretores
A nova política de remuneração dos Diretores do Barclays está sujeita à aprovação dos acionistas na RGA de 2017, no dia 10 de maio de 2017. Se for aprovada, planeia-se aplicá-la de imediato e durante 3 anos até à data da RGA de 2020. A nova política originou de uma política existente que foi atualizada consoante as alterações regulamentares, e simplificado onde era possível.

Pode encontrar mais detalhes relativos à nossa política de remuneração de Diretores nas páginas 108 a 120

As principais alterações à política podem ser resumidas da seguinte forma:

Principais alterações	
Pagamento fixo	■ Vai ser introduzido o "Pagamento Fixo", substituindo o salário o Pagamento com Base nas Funções ■ O Pagamento Fixo é efetuado 50% em dinheiro e 50% em ações (sujeitas a um período de 5 anos de retenção com levantamento proporcional) ■ O Pagamento Fixo não será alterado durante o período da política, para qualquer um dos atuais Diretores executivos ■ As pensões são mantidas nos níveis atuais, mas limitadas a 10% do Pagamento Fixo para novas contratações
Pagamento variável	▪ Bónus e Plano de Incentivo a Longo Prazo (PILP) agregados para fins de diferimento regulamentar
Medidas de desempenho	▪ Bónus: Medidas financeiras ≥ 60% ▪ LTIP: Medidas financeiras ≥ 70%
Execução	▪ Qualquer diferimento do bónus é adquirido em tranches iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário da atribuição ▪ O desempenho do PILP é testado no final do período de desempenho de 3 anos e é adquirido em trances iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário da atribuição
Requisito de participação	■O requisito será aumentado para 200% do pagamento fixo total (isto é, o Pagamento Fixo mais a Pensão) um prazo de 5 anos a partir da data de atribuição (de 400% do salário ao equivalente a 457% do salário para o CEO)
Contratos de trabalho	■ Para novas contratações, a assimetria nos períodos de pré-aviso foi removida, ou seja 6 meses para a Empresa e 6 meses para o Diretor (anteriormente 12 meses para a Empresa e 6 meses para o Diretor)

Remuneração em 2017
Segue-se um resumo de como seria implementada a política de remuneração dos Diretores em 2017, partindo do princípio que a nova política é aprovada pelos acionistas.

	Pagamentos fixos	Bónus anuala	PILPa
Jes Staley	2.350.000£	Máximo de 80% do Pagamento fixo total	Máximo de 120% do Pagamento fixo total
Tushar Morzaria	1.650.000£	Máximo de 80% do Pagamento fixo total	Máximo de 120% do Pagamento fixo total
mais benefícios competitivos e pensão			

Nota
a O Pagamento fixo total define-se como o Pagamento Fixo mais a Pensão.

Remuneração em 2016
As tabelas que se seguem apresentam um valor total único para a remuneração em 2016, relativamente ao serviço qualificado para cada Diretor executivo e não-executivo, juntamente com valores comparativos para 2015.

Diretores Executivos: Valor total único para a remuneração em 2016 (fiscalizado)

	Salário 000 £		Pagamentos por função 000 £		Benefícios tributáveis 000 £		Bónus anual 000 £		PILP 000 £		Pensões 000 £		Total 000 £	
	2016	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015
Jes Staley	1.200	100	1.150	96	169	48	1.318	–	–	–	396	33	4.233	277
Tushar Morzaria	800	800	750	750	44	82	854	701	1.008	–	200	200	3.656	2.533

Nota
a Os valores de 2015 para Jes Staley referem-se ao período a partir de 1 de dezembro de 2015, quando este se juntou ao Conselho como Diretor Executivo do Grupo

Informação adicional relativa a cada elemento de pagamento para os Diretores executivos (fiscalizado)

Pagamento por Função (RBP)

Os Diretores Executivos receberam RBP, que foi entregue trimestralmente em ações com um período de 5 anos de retenção com restrições de levantamento (20% cada ano). O valor apresentado corresponde às ações na data de atribuição.

Benefícios tributáveis

Os benefícios tributáveis incluem cobertura médica privada, proteção de rendimentos em caso de morte ou doença, assessoria fiscal, deslocações, subsídio automóvel, uso de veículo da Empresa e motorista quando necessário para fins empresariais e outros benefícios considerados de menor significância.

Bónus anual

As atribuições de bónus em 2016 espelham como o Comité avaliou até que ponto os Diretores executivos atingiram as suas medidas de desempenho Financeiras (50% peso) e de *Balanced Scorecard* (35% de peso), bem como os seus objetivos pessoais (15% de peso). Abaixo é fornecido um resumo da avaliação comparativamente às medidas de desempenho. Para mais informações, consulte as páginas 121 e 122.

Financeiras (50% de peso)

Medida do desempenho	Peso	Limite 25%	Máximo 100%	2016 Real	2016 Resultados
Lucros antes de impostos (excluindo itens assinaláveis)	20%	3,45mM£	4,20mM£	3,65mM£	9%
Custos (excluindo itens assinaláveis)	10%	14,6mM£	13,7mM£	15,3mM£	0%
Rácio CET1	20%	11,1%	11,6%	12,4%	20%
Total Financeiro	**50%**				**29%**

Balanced Scorecard (35% de peso)

O progresso em relação a cada um dos 5 Cs do *Balanced Scorecard* foi avaliado pelo Comité. O Comité usou uma abordagem semelhante à de 2015, isto é, uma escala de três pontos em relação a cada medida, em que 0% a 2% é "abaixo" do objetivo, 3% ou 4% "dentro" do objetivo, e 5% a 7% "acima" do objetivo de progresso, comparativamente a um componente específico do *Balanced Scorecard*. Com base nesta abordagem, o Comité acordou uma pontuação de 18%, num máximo de 35%.

Objetivos pessoais (15% de peso)

(i) Jes Staley: O Comité concluiu que Jes Staley obteve um desempenho muito positivo ao longo do ano. No final de 2016, a nova estratégia definida já estava firmemente incorporada numa nova estrutura organizacional, consistente com a reforma estrutural que foi implementada. Os negócios centrais tiveram bons resultados, trazendo rentabilidade e eficiência custo-rendimento. Ao mesmo tempo, foram feitos progressos significativos na exclusão de negócios periféricos. Jes Staley demonstrou uma liderança forte, fortaleceu a equipa de gestão e incutiu uma ética e cultura de prestação eficaz dentro da organização. Tendo em conta este desempenho muito positivo, o Comité deliberou que 13%, de um máximo de 15%, era adequado.

(ii) Tushar Morzaria: O Comité concluiu que Tushar Morzaria obteve uma prestação extraordinária em 2016. Ao efetuar esta avaliação, o Comité salientou o papel de Tushar Morzaria na reestruturação do negócio e, em particular, reconheceu a o seu contributo para o progresso significativo na descontinuação de negócios periféricos, que resultaram numa redução de 22mM£ nos Ativos Ponderados pelo Risco, bem como o seu foco na obtenção de um rácio CET1 substancialmente mais elevado e um rácio Custo:Rendimento mais baixo. O Comité assinalou também que Tushar Morzaria continuou a desenvolver fortes laços profissionais com os acionistas, investidores, reguladores, ao mesmo tempo que melhorou o desempenho na execução das Funções Financeiras. Dada esta prestação excecional em 2016, o Comité achou adequado atribuir 14% de um máximo de 15%.

Resumo geral

No total, a avaliação de desempenho para Jes Staley traduziu-se, através da fórmula, num resultado global de 60% da oportunidade máxima de bónus atingida. O bónus resultante é de 1.318.000£, dos quais 70% são diferidos ao abrigo do Plano de Valorização de Ações e serão recebidos em cinco tranches iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário (sujeito às regras do Plano de Valorização de Ações, conforme emendado pontualmente).

No total, a avaliação de desempenho para Tushar Morzaria traduziu-se, através da fórmula, num resultado global de 61% da oportunidade máxima de bónus atingida. O bónus resultante é de 854.000£, dos quais 60% são diferidos ao abrigo do Plano de Valorização de Ações e serão recebidos em cinco tranches iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário (sujeito às regras do Plano de Valorização de Ações, conforme emendado pontualmente).

PILP

O valor do PILP incluído no montante total de 2016 para Tushar Morzaria é o valor desse montante que está agendado para ser libertado para o prémio PILP atribuído em 2014, relativo ao desempenho no período de 2014-2016 (referente ao preço médio das ações no T4 de 2016). Jes Staley não participou neste ciclo. A prestação obtida comparativamente aos objetivos foi a seguinte:

Medida do desempenho	Peso	Limite	Aquisição máxima	Real	% do prémio adquirida
Rendimento de ativos ponderados pelo risco (RoRWA)	50%	23% dos prémios recebidos para a média anual do RoRWA de 1,08%	Média anual do RoRWA de 1,52%	0,33%	0%
Taxa de perdas de crédito	20%	7% dos prémios recebidos para média anual de taxa de perda de empréstimos de 70bps	Média anual de taxa de perda de empréstimos de 55bps ou inferior	50bps	20%
Painel de Resultados	30%	O desempenho em comparação com o Balanced Scorecard foi avaliado pelo Comité para determinar a percentagem do prémio que pode ser recebida entre 0% e 30%. Cada um dos 5 Cs no Balanced Scorecard tem um peso igual.		Consultar a página 123.	14%

O Comité ficou também satisfeito com o cumprimento do apoio voluntário respetivo à saúde financeira estrutural do Grupo, com base nos lucros antes de impostos, e estabeleceu em conformidade que 34% do número máximo de ações incluídas no prémio total devem ser tidas em consideração para libertação em março de 2017. Após a libertação, as ações estão sujeitas a um período adicional de retenção de 2 anos.

Pensões

Os Diretores Executivos recebem os pagamentos em dinheiro, em vez das contribuições para a pensão. Esta é uma prática do mercado para executivos superiores em cargos comparáveis. **Presidente e Diretores não-executivos: Valor total único para taxas em 2016 (fiscalizado)**

	Taxas		Benefícios		Total	
	2016 000 £	2015 000 £	**2016 000 £**	2015 000 £	**2016 000 £**	2015 000 £
Presidente						
John McFarlanea	800	628	1	11	801	639
Sir David Walkerb	–	285	–	6	–	291
Directores Não-Executivos						
Mike Ashley	207	207	–	–	207	207
Tim Breedon	220	232	–	–	220	232
Mary Francisc	29	–	–	–	29	–
Crawford Gillies	195	178	–	–	195	178
Sir Gerry Grimstoned	250	–	–	–	250	–
Reuben Jeffery III	120	135	–	–	120	135
Wendy Lucas-Bulle	64	358	–	–	64	358
Dambisa Moyo	135	152	–	–	135	152
Frits van Paasschenf	35	88	–	–	35	88
Diane de Saint Victor	118	135	–	–	118	135
Diane Schuenemang,h	232	74	–	–	232	74
Steve Thiekeh	221	184	–	–	221	184
Sir Michale Rakei	–	250	–	–	–	250
Sir John Sunderlandj	–	60	–	–	–	60
Total	**2.626**	**2.966**	**1**	**17**	**2.627**	**2.983**

Os Diretores não-executivos são reembolsados pelas despesas incorridas por motivos de negócios. Qualquer imposto resultante destas despesas é pago pelo Barclays.

O Presidente recebe cobertura médica e o uso de um veículo da Empresa, com motorista, quando for necessário por motivos de negócios.

Notas

a John McFarlane juntou-se ao Conselho como Diretor não-executivo em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015 e como Presidente a partir de 24 de abril de 2015. O total de 2015 inclui taxas de Diretor não-executivo, no valor de 78.000£, para o período de 1 de janeiro de 2015 a 24 de abril de 2015.
b Sir David Walker retirou-se do Conselho com efeito a partir do dia 23 de abril 2015.
c Mary Francis juntou-se ao Conselho como Diretora não-executiva, com efeito a partir de 1 de outubro de 2016.
d Sir Gerry Grimstone juntou-se ao Conselho como Diretor não-executivo a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e sucedeu a Sir Michael Raike como Diretor Superior Independente e Vice-Presidente, com efeito a partir da mesma data.
e e Wendy Lucas-Bull retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 1 de março de 2016. Os valores incluem taxas recebidas por Wendy Lucas-Bull pelo seu papel como Presidente do Barclays Africa Group Limited. f Frits van Paasschen retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 28 de abril de 2016.
g Diane Schueneman juntou-se ao Conselho como Diretora não-executiva, com efeito a partir de 25 de junho de 2015.
h Diane Schueneman e Steve Thieke formaram parte, em 2016, do Conselho de Avaliação de Governança nos Estados Unidos, um conselho de assessoria estabelecido como percursor do conselho da nossa sociedade intermédia gestora nos Estados Unidos, estabelecido em 2016. Ambos aderiram posteriormente ao Conselho da sociedade intermédia gestora nos EUA quando este foi formado. Os valores de 2015 para Diane Schueneman e Steve Thieke incluíram taxas de 37.500$ e 75.000$, respetivamente, pelos seus cargos no Conselho de Avaliação de Governança dos Estados Unidos. Os valores de 2016 incluem taxas no valor de 138.000$ e 150.000$, respetivamente, pelos seus cargos no Conselho de Avaliação de Governança nos Estados Unidos e no Conselho da sociedade intermédia gestora. Steve Thieke renunciou a taxas no valor de 63.000$.
i Sir Michael Raike retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 31 de dezembro de 2015. j Sir John Sunderland retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 23 de abril de 2015.

A nossa estratégia está no bom caminho, com bons progressos em 2016.

Resumo

2016 demonstrou o bom desempenho operacional do Barclays UK e do Barclays International, espelhando os benefícios da diversificação de clientes, geografias e produtos.

Os negócios centrais geraram um RoTE, excluindo itens assinaláveis, de 9,4% (2015: 11,2%) com uma base de capital tangível médio afetado de 41mM£, o que representa um aumento de 4mM£. Os negócios centrais geraram também um rácio custo-rendimento positivo. Pretendemos continuar a reduzir o custo estrutural base do Grupo, tendo como objetivo um rácio custo-rendimento inferior a 60% para o Grupo, com o tempo. A redução acelerada de Non-Core (negócios periféricos) traduziu-se numa redução dos Ativos Ponderados pelo Risco de 22mM£ a 32mM£, resultando na decisão de fechar a unidade seis meses antes da data planeada, no dia 30 de junho 2017. A progressão do rácio de capital, rumo ao estado final com requisitos de 150bps a 200bps acima do nível mínimo regulamentar, foi forte, com um rácio CET1 de 12,4% (dezembro de 2015: 11,4%), espelhando amplamente a geração de lucros nesse período.

	2016	2015
Rácio Common Equity Tier 1 (CET1)	**12,4%**	11,4%
Custo: rácio do rendimento	**76%**	84%
Retorno do capital tangível (RoTE) dos acionistas	**3,6%**	(0,7%)
Despesas operacionais totais	**16.338M£**	18.536M£
Ativos Ponderados pelo Risco Non-Core	**32mM£**	54mM£

Desempenho do Grupo

- O retorno do capital tangível dos acionistas foi de 3,6% (2015: (0,7%)) e os ganhos base por ação foram de 10,4p (2015: (1,9))
- Os lucros antes de impostos aumentaram para 3.230M£ (2015: 1.146M£). O desempenho do Grupo demonstrou bons resultados dos negócios centrais, apesar do impacto das perdas antes dos impostos dos negócios periféricos, no valor de 2.768M£ (2015: 2.603M£) e das provisões de compensação dos clientes no Reino Unido, no valor de 1.000M£ (2015: 2.772M£). A valorização do USD e do EUR face à GBP teve um impacto positivo nos rendimentos e adverso nas despesas operacionais e de imparidade
- O total de rendimentos desceu 3% para os 21.451M£, uma vez que os rendimentos Non-Core foram reduzidos em 1.776M£ para uma despesa líquida de 1.164M£, devido ao aceleramento da redução dos ativos periféricos, ao passo que os rendimentos centrais aumentaram 6% para 22.615M£, impulsionados pelo Barclays International
- As despesas por imparidade de crédito aumentaram 611M£ para um total de 2.373M£, incluindo uma despesa de 320M£ no T316 após a revisão do modelo de imparidade do portfólio da UK Cards e US Cards. Isto traduziu-se num aumento de 11bps na taxa de perdas nos empréstimos, para 53bps
- O total das despesas operacionais diminuiu 12% para 16.338M£, espelhando a queda nas despesas por litígios e conduta. Este dado foi parcialmente contrariado pelo facto de não se terem repetido os ganhos do ano anterior, de 429M£ na valorização de uma componente das obrigações estabelecidas face aos benefícios de reforma, e por uma despesa de 150M£ no Barclays International no T316, relativa à redução do impacto imobiliário, que irá gerar poupanças em períodos futuros. As despesas operacionais incluíram também uma despesa adicional de 395M£ no T416, relativa à atribuição de compensações em 2016
- A taxa de imposto efetiva sobre os lucros antes dos impostos desceu para 30,7% (2015: 100,3%), principalmente devido à redução das despesas não-dedutíveis
- Os lucros antes dos impostos relativos às operações contínuas aumentaram para 2.237M£ (2015: perda de 3M£). Os lucros antes dos impostos relativos às operações descontinuadas da Africa Banking desceram para 591M£, uma vez que o crescimento as despesas crescentes por imparidade de crédito e as despesas operacionais foram compensadas em parte pelo crescimento dos rendimentos
- Os itens assinaláveis somaram um prejuízo líquido antes dos impostos de 420M£ (2015: 3.330M£), incluindo as provisões para a compensação de clientes no Reino Unido, no valor de 1.000M£ (2015: 2.772M£), um ganho de 615M£ (2015: 0£) na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited e um perda de crédito próprio de 35M£ (2015: ganho de 430M£)

Capital do Grupo e alavancagem

- O rácio CET1, em total conformidade com a Diretiva de Requisitos de Capital IV, aumentou para 12,4% (dezembro de 2015: 11,4%), revelando um aumento no capital CET1 de 45,2mM£, apesar do aumento nos Ativos Ponderados pelo Risco de 7mM£, para 366mM£
  - — O aumento do capital CET1 deveu-se sobretudo a lucros de 2,1mM£ gerados no período, após a absorção do impacto dos itens assinaláveis. Outros movimentos favoráveis incluem a reserva de conversão de moeda, como resultado da valorização de todas as principais moedas face à GBP
  - — O aumento dos Ativos Ponderados pelo Risco deveu-se sobretudo à valorização do ZAR, USD e EUR face à GBP, bem como ao crescimento dos negócios, que foram mais do que contrariados pelas reduções dos Ativos Ponderados pelo Risco nos Non-Core

Governação

Os nossos processos de governação corporativa e o papel que desempenham no apoio à implementação da nossa estratégia, incluindo relatórios do Presidente e de cada um dos Presidentes dos Comités do Conselho.

Relatório dos Diretores

		Pagina
Governação Corporativa do Reino Unido Código	• Índice das divulgações	50
Quem somos	• Conselho de Direção	51
	• Comité Executivo do Grupo	53
	• Diversidade do Conselho	53
O que fizemos em 2016	• Apresentação do Presidente	54
	• Relatório do Comité de Auditoria do Conselho	58
	• Relatório do Comité de Risco do Conselho	68
	• Relatório do Comité de Reputação do Conselho	73
	• Relatório do Comité de Nomeações do Conselho	77
Como cumprimos		84
Outra Informação legal		91
Pessoas		95
Relatório de remuneração		99

Governação: relatório dos Diretores

Código de Governação Corporativa do Reino Unido: índice de divulgações

“O objetivo da governação corporativa consiste em apoiar a gestão eficaz, empreendedora e prudente, que possa garantir o sucesso da empresa no longo prazo.”

Código de Governação Corporativa do Reino Unido

O Código de Governação Corporativa do Reino Unido (o Código) não é um conjunto rígido de regras. Inclui princípios (centrais e auxiliares) e provisões. As Regras de Admissão à Cotação obrigam as empresas a adotar os princípios centrais e a reportar aos acionistas de que modo o fizeram. As nossas divulgações podem ser consultadas do modo seguinte:

			Página
Liderança	Cada empresa deve ser liderada por um conselho eficaz e que seja coletivamente responsável pelo sucesso da empresa no longo prazo.	Conselho de Direção Composição do Conselho	51 a 52 87
	Deve existir uma clara divisão de responsabilidades nos níveis mais altos da empresa entre a gestão do conselho e a responsabilidade executiva pela gestão do negócio da empresa. Nenhum indivíduo deve ter poderes irrestritos de decisão.	Funções no Conselho	85
	O presidente é responsável pela liderança do conselho e por garantir a sua eficácia em todos os aspetos da sua função.	Funções no Conselho	85
	Como parte da sua função de membros de um conselho unitário, os diretores não-executivos devem debater de forma construtiva e ajudar a desenvolver propostas sobre estratégia.	Funções no Conselho	85
Eficácia	O conselho e os seus comités devem possuir o equilíbrio adequado de competências, experiência, independência e conhecimento da empresa, para que possam cumprir de forma eficaz os seus respetivos deveres e responsabilidades.	Conselho de Direção	51 a 52
	Deve existir um procedimento formal, rigoroso e transparente para a nomeação de novos diretores para o conselho.	Nomeação e re-eleição de Diretores	80
	Todos os diretores devem ser capazes de afetar tempo suficiente à empresa para o cumprimento eficaz das suas responsabilidades.	Assiduidade Compromisso temporal	86 87
	Todos os diretores devem receber uma formação inicial quando aderem ao conselho e devem atualizar regularmente as suas competências e conhecimentos.	Formação inicial, formação e desenvolvimento	87
	O conselho deve receber informação de forma oportuna, e num formato e com qualidade adequados para permitir-lhe cumprir os seus deveres.	Informação fornecida ao Conselho	88
	O conselho deve efetuar uma avaliação anual formal e rigorosa do seu próprio desempenho, bem como do desempenho dos seus comités e diretores individuais.	Análise à Eficácia do Conselho e dos Comités do Conselho	81
	Todos os diretores devem ser submetidos a re-eleição a intervalos regulares, que dependerá de desempenho satisfatório continuado.	Funções no Conselho Nomeação e re-eleição de Diretores	85 80
Responsabilização	O conselho deve apresentar uma avaliação justa, equilibrada e acessível da posição e perspetivas da empresa.	Relatório Estratégico Gestão de risco Declaração de viabilidade, continuidade	1 a 48 145 a 162 41, 80
	O conselho é responsável por determinar a natureza e a extensão dos riscos principais que está disposto a correr para cumprir os seus objetivos estratégicos. O conselho deve assegurar uma gestão sólida do risco e os sistemas de controlo interno.	Gestão do risco e controlo interno	88 a 89
	O conselho deve definir disposições formais e transparentes para ponderar o modo como deve aplicar a produção de informação corporativa, a gestão de risco e os princípios de controlo interno, e para manter um relacionamento adequado com os auditores da empresa.	Relatório do Comité de Auditoria do Grupo	58 a 67
Remunerações	A remuneração dos diretores executivos deve ser concebida para promover o sucesso da empresa no longo prazo. Os elementos relativos ao desempenho devem ser transparentes, abrangentes, e aplicados de forma rigorosa.	Relatório de remuneração	99 a 133
	Deve existir um procedimento formal e transparente para o desenvolvimento de políticas sobre a remuneração de executivos e para determinação dos pacotes salariais de cada diretor. Nenhum diretor deve envolver-se na decisão relativa à sua própria remuneração.	Relatório de remuneração	99 a 133
Relações com os acionistas	Deve existir um diálogo com os acionistas que se baseie na compreensão mútua de objetivos. O conselho é responsável, no seu conjunto, por garantir que ocorre um diálogo satisfatório com os acionistas.	Envolvimento de partes interessadas	89 a 90
	O conselho deve usar as reuniões gerais para comunicar com os investidores e para encorajar a sua participação.	Envolvimento de partes interessadas	89 a 90

Quem somos
Conselho de Direção

Conselho de Direção

O Barclays compreende a importância de ter um Conselho que possua o equilíbrio devido entre competências, experiências e diversidade, e a composição do Conselho é revista de forma regular pelo Comité de Nomeações do Conselho. As competências e experiências dos atuais Diretores e valor que os mesmos aportam ao Conselho do Barclays são descritas de seguida.

As biografias detalhadas podem ser consultadas on-line em **home.barclays/investorrelations**

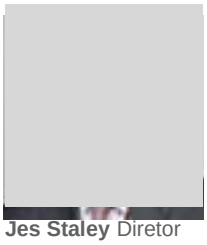
John McFarlane
Presidente

Nomeação: 1 de janeiro de 2015

Competências e experiência relevantes
John é um veterano nos círculos globais da banca e dos serviços financeiros, e este é o seu 42º ano no setor, após 22 anos como diretor no conselho, 10 anos como Diretor Geral e seis anos como presidente. John é Presidente do Barclays PLC e do Barclays Bank PLC. É também diretor não-executivo da Westfield Corporation e da Old Oak Holdings Limited. É presidente do TheCityUK, e membro do Conselho para a Comercialização e Investimento em Serviços Financeiros e da Mesa Redonda Europeia para os Serviços Financeiros. John foi anteriormente presidente da Aviva plc, altura em que supervisionou uma transformação da empresa, e foi também, durante um breve período, presidente do FirstGroup plc. Foi também diretor não-executivo do The Royal Bank of Scotland plc, tendo sido nomeado aquando do resgate pelo governo do Reino Unido. Antes disso, durante 10 anos, foi Diretor Geral do Australia and New Zealand Banking Group Ltd, Diretor Geral do Grupo no Standard Chartered plc e responsável pelo Citibank no Reino Unido.

Outras nomeações atuais
Nenhuma

Comités
Nom*



Jes Staley Diretor Executivo do Grupo

Nomeação: 1 de dezembro de 2015

Competências e experiência relevantes
Jes integrou o Barclays como Diretor Geral do Grupo em 1 de dezembro de 2015. Ele possui quase quatro décadas de ampla experiência na banca e em serviços financeiros. Trabalhou durante mais de 30 anos na JP Morgan, inicialmente na banca comercial, passando mais tarde à liderança dos principais negócios de títulos, banca privada e gestão de ativos, e finalmente liderando o Banco de Investimento Global da companhia. Mais recentemente, Jes foi Sócio Gerente na BlueMountain Capital. Estas funções proporcionaram-lhe uma vasta experiência em liderança, e ele traz para o Conselho do Barclays um vasto conhecimento da banca de investimento.

Outras nomeações atuais
Nenhuma

Comités
Nenhuma

Sir Gerry Grimstone
Presidente Adjunto e Diretor Sénior Independente

Nomeação: 1 de janeiro de 2016

Competências e experiência relevantes
Sir Gerry traz para o Conselho uma rica experiência na banca de investimento, serviços financeiros, e na área comercial, recolhida nos seus cargos seniores na Schroders e nos seus vários cargos de administração. Sir Gerry tem uma experiência empresarial global no Reino Unido, Ásia, Médio Oriente e EUA. Sir Gerry tem experiência significativa como diretor não-executivo e presidente. Atualmente, é presidente da Standard Life plc, membro independente e não-executivo do conselho da Deloitte LLP e o principal não-executivo no Ministério da Defesa.

Outras nomeações atuais
Conselho para a Comercialização e Investimento em Serviços Financeiros

Comités
Nom, Rep*

Mike Ashley
Não-executivo

Nomeação: 18 de setembro de 2013

Competências e experiência relevantes
Mike tem um conhecimento profundo das questões de auditoria e regulamentares associadas, tendo trabalhado na KPMG durante mais de 20 anos, onde era sócio. Mike foi sócio principal nos projetos de auditoria de grandes grupos financeiros, nomeadamente o HSBC, o Standard Chartered e o Banco de Inglaterra. Enquanto esteve na KPMG, Mile foi Responsável pela Qualidade e Gestão de Risco para a KPMG Europe LLP, tendo a seu cargo a responsabilidade da gestão dos riscos profissionais e do controlo de qualidade. Também deteve a função de Sócio da KPMG para a Ética no Reino Unido.

Outras nomeações atuais Comité de Padrões Éticos ICAEW; Conselho Internacional de Padrões Éticos para Contabilistas; Presidente da Agência Governamental para a Auditoria Interna; Comissão de Filantropia

Comités
Aud*, Nom, Ris, Rep

Tim Breedon
Não-executivo

Nomeação: 1 de novembro de 2012

Competências e experiência relevantes
Tim ingressou no Barclays após uma destacada carreira na Legal & General onde, entre outras funções, serviu como diretor geral do grupo até junho de 2012. A experiência de Tim como diretor geral permite-lhe desafiar, aconselhar e apoiar o Executivo quanto ao desempenho e à tomada de decisões. Tim traz ao Conselho uma extensa experiência em serviços financeiros, conhecimento de gestão de risco e de regulamentação no Reino Unido e na União Europeia, bem como um entendimento das questões-chave dos investidores.

Outras nomeações atuais
Marie Curie Cancer Care; Presidente, Apax Global Alpha Limited; Presidente, The Northview Group

Comités
Aud, Nom, Rem, Ris*

Mary Francis CBE
Não-executivo

Nomeação: 1 de outubro de 2016

Competências e experiência relevantes
Mary possui uma grande experiência de administração numa série de setores. É diretora não-executiva do Swiss Re Group e da Ensco plc e foi Diretora Sénior Independente da Centrica e diretora não-executiva do Banco de Inglaterra, da Aviva e da Alliance & Leicester. Deteve cargos executivos sénior no Tesouro do Reino Unido e no Gabinete do Primeiro-Ministro, e na City como Diretora Geral da Associação de Seguradoras Britânicas. Traz ao Barclays um forte entendimento da interação entre os setores público e privado, e competências em tomada de decisões estratégicas em todos os aspetos da governação do conselho.

Outras nomeações atuais
Comissão Consultiva do Instituto para a Ética Empresarial

Comités
Rem, Rep

Crawford Gillies
Não-executivo

Nomeação: 1 de maio de 2014

Competências e experiência relevantes
Crawford tem uma grande experiência empresarial e de gestão, conseguida com a Bain & Company e com a Standard Life plc. Essas funções proporcionaram-lhe experiência na tomada de decisões estratégicas e conhecimento da estratégia da empresa em vários setores e localizações geográficas.

Crawford também deteve cargos de presidência de conselho e de comités durante a sua carreira, especialmente como presidente dos comités de remunerações a Standard Life plc e do MITIE Group PLC.

Outras nomeações atuais
SSE plc; Control Risks International; The Edrington Group Limited

Comités
Aud, Nom, Rem*

Governação: relatório dos Diretores

Quem somos
Conselho de Direção

Reuben Jeffery III
Não-executivo

Nomeação: 16 de julho de 2009

Competências e experiência relevantes
Reuben tem uma extensa experiência em serviços financeiros, especialmente na banca de investimento e na gestão de fortunas, através da função de diretor geral e presidente da Rockefeller & Co. Inc. e da Rockefeller Financial Services Inc. e dos seus antigos cargos sénior na Goldman Sachs, nomeadamente como sócio gerente do escritório de Paris. Os seus vários cargos governamentais nos EUA, nomeadamente como presidente da Comissão para o Comércio de Futuros de Mercadorias, traz conhecimento do ambiente político e regulamentar dos EUA ao Conselho do Barclays.

Outras nomeações atuais Comissão Consultiva da Towerbrook Capital Partners LP; Rothschild Capital Management Limited; Corpo de Voluntários de Serviços Financeiros; The Asia Foundation

Comités Nom, Ris

Tushar Morzaria
Diretor Financeiro do Grupo

Nomeação: 15 de outubro de 2013

Competências e experiência relevantes
Tushar ingressou no Barclays em 2013 tendo passado os quatro anos anteriores em funções de gestão sénior com o JP Morgan Chase, mais recentemente como Diretor Financeiro do seu Banco de Empresas e de Investimento. Durante o seu tempo no JP Morgan adquiriu experiência em gestão financeira estratégica e em relações com reguladores. Desde que aderiu ao Conselho do Barclays tem exercido uma influência motivadora no programa de redução de custos do Grupo e tem gerido o plano de capital do Grupo, especialmente em resposta à Reforma Estrutural.

Outras nomeações atuais Membro do comité principal do 100 Group

Comités Nenhum

Dambisa Moyo
Não-executivo

Nomeação: 1 de maio de 2010

Competências e experiência relevantes

Dambisa é economista internacional e comentadora da economia global, tendo completado um Doutoramento em economia. Dambisa tem experiência em serviços financeiros e um vasto conhecimento e entendimento das questões económicas, políticas e sociais Africanas, para além da sua experiência como diretora de empresas com operações complexas e globais. Foi diretora não-executiva da SABMiller Plc entre 2009 e 2016.

Outras nomeações atuais Chevron Corporation; Barrick Gold Corporation; Seagate Technology plc

Comités Rem, Rep

Diane de Saint Victor
Não-executivo

Nomeação: 1 de março de 2013

Competências e experiência relevantes Diane exerce funções de consultoria geral e de secretária da companhia na ABB Limited, uma empresa cotada em bolsa que é líder tecnológico em produtos de eletrificação, robótica e movimento, automação industrial e redes elétricas. Os antecedentes jurídicos de Diane, combinados com o seu conhecimento dos requisitos regulamentares e de compliance, trazem uma perspetiva única aos debates do Conselho e dos seus comités.

Outras nomeações atuais Câmara de Comércio Americana em França

Comités Rep

Nota
A composição do Conselho referida é a de 22 de fevereiro de 2017.

Legenda de composição dos Comités
Aud Comité de Auditoria do Conselho
Nom Comité de Nomeações do Conselho
Rem Comité de Remunerações do Conselho
Rep Comité de Reputação do Conselho
Ris Comité de Risco do Conselho
* Presidente do Comité

Diane Schueneman
Não-executivo

Nomeação: 25 de junho de 2015

Competências e experiência relevantes
Diane ingressou no Barclays após uma longa carreira na Merrill Lynch, onde desempenhou uma série de funções sénior, nomeadamente a responsabilidade por serviços bancários, de corretagem, e de tecnologia fornecidos aos clientes de retalho e de média dimensão da empresa, e posteriormente para serviços de TI, operações e a clientes em todo o mundo. Traz consigo uma experiência rica na gestão de operações globais e interdisciplinares, de serviços a clientes e tecnologia na indústria de serviços financeiros. Diane é membro do conselho do Barclays US LLC, a sociedade intermediária que detém o Barclays US.

Outras nomeações atuais Nenhuma

Comités Aud, Ris

Steve Thieke Não-executivo

Nomeação: 7 de janeiro de 2014

Competências e experiência relevantes
Steve tem experiência significativa em serviços financeiros, tanto na banca de investimento com a JP Morgan, onde serviu, entre outros cargos, como presidente do comité de gestão de risco, e na atividade reguladora, com cargos junto do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque e da Autoridade para Serviços Financeiros. Também tem experiência significativa em cargos de administração, tendo desempenhado funções como diretor executivo e não-executivo durante a sua carreria. Steve é presidente do conselho do Barclays US LLC.

Outras nomeações atuais Nenhuma

Comités Ris

Secretária da Empresa

Claire Davies

Nomeação: 1 de dezembro de 2016

Competências e experiência relevantes
Claire é advogada e Membro do Instituto de Secretários e Administradores Certificados. Tem experiência substancial nas funções jurídica, de compliance e de secretariado da companhia, adquirida internamente e durante a prestação de serviços profissionais. Foi nomeada Secretária do Grupo Barclays a partir de 1 de dezembro de 2016, um cargo que detera anteriormente na Legal & General plc e no Lloyds Banking Group plc. Mais recentemente, foi Secretária da Sociedade no Co-operative Group. É membro não-executivo do comité de auditoria e risco do Ministério para as Empresas, Energia e Estratégia Industrial.

Comité Executivo do Grupo

As biografias de Jes Staley, Diretor Executivo do Grupo, e de Tushar Morzaria, Diretor Financeiro do Grupo, que pertencem ao Comité Executivo do Grupo presidido por Jes Staley, podem ser consultadas nas páginas 51 e 52.

Paul Compton
Diretor de Operações do Grupo

Bob Hoyt
Conselheiro Geral do Grupo

Tristram Roberts
Diretor de Recursos Humanos do Grupo

Mike Roemer
Responsável pela Compliance do Grupo

Amer Sajed
Diretor-Geral, Barclaycard International

Tim Throsby
Presidente, Barclays International e Diretor Geral, Banco de Empresas e de Investimento

Ashok Vaswani
CEO, Barclays UK

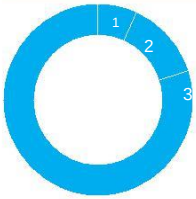
C.S. Venkatakrishnan
Diretor de Risco

As reuniões do Comité Executivo do Grupo também contam com a presença regular da Diretora de Auditoria Interna, Sally Clark, e por um membro ex-officio da gestão sénior. O atual membro ex-offico é Kathryn McLeland, Responsável pelas Relações com os Investidores.

Diversidade no Conselho

O Conselho tem um leque equilibrado e diversificado de competências e experiências. Todas as nomeações para o Conselho são feitas com base no mérito, no contexto da diversidade de competências, experiência, antecedentes e género necessária à sua eficácia.

Equilíbrio entre Diretores não-executivos: Diretores executivos



1 Presidente	1
2 Diretores Executivos	2
3 Diretores Não-Executivos	10

Equilíbrio entre géneros

Homens: Mulheres **9:4**

Duração do mandato
(Presidente e Diretores não-executivos)

0-3 anos	6
3-6 anos	3
6-9 anos	2

Distribuição Geográfica
(Presidente e Diretores não-executivos)

Reino Unido	6
EUA	3
Europa Continental	1
Outros	1

Experiência no setor / de base
(Presidente e Diretores não-executivos)[a]

Serviços financeiros	10 (91%)
Contactos políticos / regulamentares	11 (100%)
Presidente/Diretor-geral atual/recente	3 (27%)
Contabilidade/finanças	1 (9%)
Internacional (EUA)	3 (27%)
Internacional (Europa)	1 (9%)
Internacional (Resto do Mundo)	3 (27%)
Operações e Tecnologia	1 (9%)

Nota
um Diretor específico pode pertencer a uma ou mais categorias

Governação: relatório dos Diretores

O que fizemos em 2016
Apresentação do Presidente

“ A governação forte e eficaz... beneficia as empresas e a economia do Reino Unido em geral, ao instilar a confiança pública e o respeito pelo setor empresarial, fazendo do Reino Unido um local atrativo para fazer negócios. ”

Caros Coacionistas
Bem-vindos ao meu relatório sobre governação empresarial para 2016. Quando penso em governação empresarial, concentro-me inevitavelmente no modo forte e eficaz como a governação age para proporcionar os necessários mecanismos de controlo nos níveis hierárquicos superiores das empresas, fomentando dessa forma a tomada de melhores decisões e a responsabilização. Por sua vez, isto beneficia as empresas e a economia do Reino Unido em geral, ao instilar a confiança pública e o respeito pelo setor empresarial, fazendo do Reino Unido um local atrativo para fazer negócios, algo que aumentou de importância após o Referendo sobre a UE. Sendo um banco, é primordial adquirirmos esta confiança e respeito. O nosso negócio está assente em e funciona com a confiança: a confiança dos nossos clientes, dos nossos funcionários e do público em geral. A governação empresarial forte e eficaz é vital para garantirmos que ganhamos e mantemos essa confiança

Qual é o papel do Conselho?
Acredito firmemente que o papel do Conselho consiste em concentrar-se na criação de valor que seja sustentável no longo prazo. No centro da nossa estratégia, que anunciámos em março de 2016, está o desenvolvimento da nossa força como um banco transatlântico de retalho, de empresas e de investimento, com um alcance global. Com esse propósito, o Conselho exerceu uma supervisão crítica dos níveis executivos durante o desenvolvimento e implementação desta estratégia, criando um banco mais pequeno e simplificado, capaz de produzir, de forma sustentada, resultados de qualidade elevada para os nossos acionistas.

Quais foram as principais áreas de interesse do Conselho em 2016?
Durante o ano de 2016, o Conselho concentrou a sua atividade no apoio à gestão para o cumprimento da estratégia acordada. Pode ser consultado um resumo dos principais assuntos considerados pelo Conselho nas páginas 56 a 57. As principais áreas de atividade do Conselho consistiram na garantia de que temos alicerces sólidos, concentrando-nos no desempenho dos nossos negócios Nucleares, e na finalização da re-estruturação do Barclays por meio da aceleração da redução dos nossos negócios não-Nucleares. Também tomamos a decisão difícil mas importante de vender a nossa participação no Barclays Africa. A evolução nestas áreas está a permitir-nos construir o Barclays do futuro. Para garantir que estamos bem posicionados, e para cumprir requisitos regulamentares, alinhámos os nossos negócios de forma mais próxima à estrutura da nossa entidade jurídica e às localizações geográficas. Poderão ler mais sobre o papel do Conselho na preparação do Barclays para a Reforma Estrutural no estudo de caso da página 57. Também tivemos de enfrentar os impactos do voto do Reino Unido para abandonar a UE, e organizámos uma reunião especial nos dias seguintes ao Referendo da UE para avaliar a posição do Barclays. Poderão ler mais sobre o modo como nos preparámos para o Referendo da UE no estudo de caso da página 72.

Qual é o grau da eficácia do Conselho?
A entrega eficaz de valor sustentável e no longo prazo para os acionistas requer um Conselho eficaz. Uma parte importante da minha função enquanto Presidente estar seguro de que o Conselho, tanto coletivamente como os seus membros individuais, funciona de forma eficaz. Todos os anos realizamos uma autoavaliação do nosso desempenho, apoiados por um mediador independente, e poderão consultar o relatório dos resultados da autoavaliação de 2016 nas páginas 81 a 83. Também descrevemos as ações que tomámos durante o ano de 2016 como resposta aos assuntos identificados para melhoria durante a autoavaliação de 2015. Espero que forneça uma ideia de quão seriamente o Conselho considera este importante exercício.

O relacionamento de trabalho entre o Conselho e os diretores executivos é, sem dúvida, crítico para a eficácia do Conselho, e tenho o prazer de informar que desfrutamos de um relacionamento saudável e construtivo, com o nível adequado de tensão criativa que ajuda a promover discussões produtivas nas nossas reuniões.

De que forma se alterou o Conselho em 2016?
Para ser eficaz, o Conselho precisa das pessoas certas e, em especial, precisa de ter o equilíbrio e a diversidade corretos de competências, experiências e perspetivas. É importante que a composição do Conselho mobilize um leque amplo de perspetivas e talentos sociais durante o processo de tomada de decisões e que o Conselho seja capaz de estabelecer uma ligação com a população constituída pelos clientes e funcionários do Barclays. Temos uma saudável presença não-executiva no Conselho, que foi reforçada em 2016 com as nomeações de Sir Gerry Grimstone como Presidente Adjunto e Diretor Sénior Independente e de Mary Francis como Diretora não-executiva. São ambos Diretores não-executivos com grande experiência e vêm acrescentar experiência e talento ao Conselho. Durante o ano de 2016, Wendy Lucas-Bull e Frits van Paasschen, ambos Diretores não-executivos, deixaram o Conselho, e agradeço os seus serviços em nome do Conselho.

No início de 2016, impusemo-nos um novo objetivo de diversidade para o Conselho, que consiste em ter 33% de mulheres no Conselho em 2020. Temos atualmente 31% de mulheres no Conselho e estamos satisfeitos com a evolução no sentido do nosso objetivo. Claro está que a diversidade não tem apenas a ver com o género, e embora não tenhamos definido outros objetivos de diversidade, como os relacionados com a etnia, sempre que o Comité de Nomeações do Conselho discute e avalia a composição e os potenciais candidatos ao Conselho, também considera uma série de fatores antes de apresentar as suas recomendações. Em última instância, é primordial a manutenção da eficácia global do Conselho, e mantemos a posição de que todas as nomeações para o Conselho são fundamentadas no mérito. Existem mais informações sobre o processo de nomeações para o Conselho na página 80.

Como garante o Conselho a manutenção de elevados padrões de conduta empresarial?
É indiscutível que, para termos êxito e para criarmos valor sustentável e de longo prazo, temos de manter a confiança dos consumidores e dos mercados. Precisamos de agir com transparência e integridade em todas as interações com todas as partes interessadas no nosso negócio, e esse comportamento deve ser fundamental na maneira como operamos. É por esta razão que o Conselho continuou a apoiar incondicionalmente o objetivo partilhado e os valores comuns do Barclays. O Modo do Barclays, que eu defendo, como Presidente, descreve o objetivo e os valores que governam a nossa maneira de trabalhar nos nossos negócios globais. Evidentemente, o desafio que temos, numa grande organização como o Barclays, é garantir que todos os funcionários fazem o que está certo, todos os dias. Para resolver este desafio, todos os funcionários devem continuar a receber formação anual sobre o Modo do Barclays, e o Comité de Reputação do Conselho monitorizará as taxas de conclusão. Além disso, o Comité de Reputação do Conselho recebe informação diretamente da gestão sénior de cada negócio quanto ao modo como estão a ser endereçados quaisquer assuntos de conduta e culturais específicos a esse negócio, responsabilizando assim a gestão sénior pelos valores e comportamentos no seu negócio. Podem ser consultadas mais informações sobre o trabalho do Comité de Reputação do Conselho nas páginas 73 a 76.

De que forma o Conselho encara os grupos alargados de intervenientes do Barclays? Referi várias vezes o papel do Conselho na criação e distribuição de valor aos acionistas de um modo sustentável e para o longo prazo. Isto só se consegue se estivermos constantemente atentos ao impacto que as nossas decisões empresariais podem ter nos nossos clientes, funcionários, e outros, e se compreendermos e avaliarmos todas as obrigações sociais que temos. Estas questões são importantes para o Conselho, e o Comité de Reputação do Conselho cumpre uma função vital, em nome do Conselho, ao monitorizar indicadores-chave nas áreas da conduta, cultura, cidadania e reclamações de clientes. Isto compreende, por exemplo, não apenas a avaliação dos volumes de reclamações de clientes que recebemos, mas também o modo como estas são tratadas. Compreende a avaliação dos resultados de inquéritos regulares à opinião dos funcionários e as ações efetuadas para resolver quaisquer questões ou temas que decorram da atividade empresarial. Também se inclui aqui a supervisão do cumprimento da nossa estratégia de cidadania, a Ambição de Crescimento Partilhado, em que o nosso objetivo de longo prazo consiste em criar e desenvolver um conjunto de produtos, serviços e parcerias que melhore as vidas das pessoas nas comunidades onde prestamos serviços. Toda esta atividade pode e deve apoiar o objetivo global do Conselho de proporcionar rendimentos sustentáveis aos nossos acionistas.

Mais informações sobre a *Ambição de Crescimento Partilhado* em **home.barclays/citizenship**

Olhando para o futuro
Espero que 2017 seja um ano decisivo para o Barclays quanto à realização da sua estratégia; um ano em que completaremos a nossa re-estruturação e em que nos definiremos como um banco reconhecido pela sua solidez financeira, transparência financeira, estabilidade operacional, sustentado por uma cultura baseada em valores. Estamos incrivelmente concentrados e a trabalhar duramente, enquanto vosso Conselho, para gerarmos o respeito e a confiança pela nossa Empresa e pela profissão bancária, de forma a apoiarmos os nossos clientes, a contribuirmos para a reputação do Reino Unido como um local para fazer negócios e para proporcionarmos valor de longo prazo aos nossos acionistas.

John McFarlane
Presidente
22 de fevereiro de 2017

Governação: relatório dos Diretores

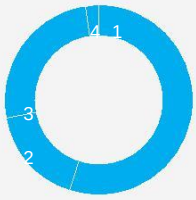
O que fizemos em 2016

Durante o ano de 2016, o Conselho concentrou-se num conjunto de áreas específicas, descritas na tabela seguinte, de acordo com três objetivos estratégicos e cinco riscos principais do Barclays:

Objetivos estratégicos
- (F) Ter alicerces fortes
- (A) Acelerar a conclusão da re-estruturação
- (B) Construir o Barclays do futuro

Riscos principais
- (C) Crédito
- (M) Mercado
- (F) Financiamento
- (O) Operacional
- (C) Conduta

Afetação de tempo do Conselho (%)



		2016	2015
1	Formulação de estratégia e implementation monitoring	55	56
2	Finanças (incl. capital e liquidez)	17	11
3	Governação e Risco (incl, questões regulamentares)	26	29
4	Outros (incl. compensações)	2	4

	Objetivo estratégico	Riscos Principais
Formulação e monitorização da estratégia		
■ Debateu o impacto potencial do Referendo sobre a UE e dos planos de emergência em desenvolvimento. Após o resultado do Referendo, discutiu e avaliou as implicações para o Reino Unido, o setor bancário e para o Barclays, incluindo uma apresentação de um terceiro sobre os aspetos políticos e as suas implicações potenciais	F A B	M F O C
■ Debateu regularmente e monitorizou a evolução das preparações do Barclays para a Reforma Estrutural (consultar o estudo de caso na página 57 para mais detalhes)	F A B	M F O C
■ Refletiu sobre a posição do Barclays Africa no Grupo Barclays e no seu impacto sobre a posição de capital do Barclays, decidindo alienar a participação do Barclays até um nível em que a desconsolidação contabilística e regulamentar do Barclays Africa pudesse ser atingida	F A B	F O C
■ Avaliou a evolução da execução da estratégia no Barclays UK, no banco de investimento e na banca de empresas do Barclays International e no negócio de Cartões, através de apresentações realizadas pelos responsáveis de cada negócio	F A B	M F O C
■ Monitorizou a evolução do encerramento de áreas Não-Nucleares do Barclays através de apresentações regulares pelos responsáveis do negócio Não-Nuclear	A	M F O C
■ Discutiu atualizações regulares do Presidente Executivo do Grupo sobre a evolução relativa às prioridades de execução do Grupo, e recebeu opiniões sobre questões associadas a partes interessadas (nomeadamente, as apresentadas por clientes, funcionários, reguladores e governos) e questões culturais, como os resultados de inquéritos às opiniões dos funcionários	F A B	M F O C
■ Debateu e forneceu informação à gestão para a formulação da estratégia global do Grupo, nomeadamente — o impacto das mudanças estruturais e a criação de novas entidades jurídicas subsidiárias no Grupo — a evolução da venda do Barclays Africa, nomeadamente de potenciais opções, de custos de separação, de riscos potenciais de conduta e de impactos sobre clientes — o impacto do resultado do Referendo da UE, considerando uma avaliação dos possíveis cenários políticos e dos impactos potenciais em cada um dos negócios do Barclays, em termos de capital, operações, económicos, regulação e clientes — uma abordagem estratégica à otimização de custos — restrições e riscos associados à execução da estratégia, relacionados com pressupostos económicos; requisitos regulamentares esperados sobre os rácios de capital e de solvabilidade a nível do Grupo e das entidades jurídicas subsidiárias; alterações previstas a regras contabilísticas; expetativas de investidores; e impactos potenciais sobre clientes — oportunidades potenciais para crescimento, relativas a análise do panorama concorrencial para o Barclays do Reino Unido, Barclays International and the Cards business; key trends and risks for each business in terms of economics, regulation, customers, employees and technology; near-term focus areas and potential transformational opportunities	F A B	M F O C
Finanças, incluindo capital e liquidez		
■ Debateu e aprovou o Plano de Médio Prazo para o Grupo para o período entre 2016 e 2018 e o plano de curto prazo para 2016, com ênfase na produção de rendimentos acrescidos no futuro	F A B	M F
■ Avaliou, de forma regular, o desempenho financeiro do Grupo e dos seus principais negócios com base em relatórios do Diretor Financeiro do Grupo	F A B	M F
■ Analisou e aprovou os resultados financeiros do Barclays antes da sua publicação, para além de aprovar os dividendos finais e intercalares	F A B	M F
■ Discutiu a reação dos mercados e dos investidores às comunicações do Barclays relativamente à estratégia e a resultados financeiros, com perspetivas fornecidas pelo Responsável das Relações com Investidores	F A B	M F
■ Forneceu informações, orientações e conselhos à gestão sénior sobre a forma genérica do Plano de Médio Prazo do Barclays para o período de 2017 a 2019 e posteriormente aprovou o plano final	F A B	M F

	Objetivo estratégico	Riscos Principais
Governação e Risco, incluindo questões regulamentares		
■ Debateu e aprovou a apetência de risco em 2016 para o Grupo Barclays		M F O C
■ Avaliou regularmente o perfil global de risco do Barclays e questões emergentes relativas a risco, reunindo diretamente com o Diretor de Risco e com o Presidente do Comité de Risco do Conselho	F A B	C M F O C
■ Avaliou a capacidade operacional e tecnológica do Barclays, nomeadamente no que se refere a atualizações específicas da proteção contra ciber-riscos e da estratégia para serviços de infraestruturas. Aprovou a Estratégia Global de TI e Dados do banco de investimento do Barclays International		O
■ Aprovou o Plano de Recuperação do Grupo para 2016 e o Plano de Resolução dos EUA		M F O C
■ Realizou reuniões específicas com representantes dos reguladores do Barclays no Reino Unido e nos EUA para conhecer, em primeira mão, as expetativas regulamentares e as suas opiniões específicas sobre o Barclays	F A B	C M F O C
■ Avaliou o estado do risco e do ambiente de controlo do Barclays, e os planos implementados para melhorar o modelo de risco e de controlo, e aprovou um Modelo de Gestão do Risco Empresarial (MGRE) revisto		M F O C
■ Analisou as atualizações regulares fornecidas pelo Conselheiro Geral do Grupo e relativas aos riscos jurídicos enfrentados pelo Barclays	F A B	O C
■ Reuniu regularmente com os presidentes dos principais Comités do Conselho, sobre as questões discutidas nas reuniões dos Comités do Conselho	F A B	C M F O C
■ Recebeu atualizações do presidente do Barclays US IHC relativas a questões discutidas nas suas reuniões do conselho	F A B	C M F O C
■ Reuniu diretamente com representantes do Conselho de Normas Bancárias para discutir a sua avaliação da cultura no Barclays e do setor bancário na generalidade	F A B	C
Outros, incluindo compensações		
■ Reviu a estratégia de Gestão de Talentos do Barclays e o processo de planeamento de sucessões para os principais cargos executivos, reunindo diretamente com o Diretor de RH do Grupo e com o Presidente do Comité de Nomeações do Conselho	F A B	O C
■ Recebeu e discutiu uma apresentação, feita pelo facilitador independente, sobre a análise da eficácia do Conselho em 2016 quanto aos resultados e áreas potenciais para melhoria	F A B	O C

A análise anterior reflete o MGRE em vigor durante o ano de 2016.

Governação em Ação: preparar a reforma estrutural

O direito e a regulamentação no Reino Unido, e as respetivas normas regulamentares, exigem que o Barclays concentre as suas operações de banca a retalho numa entidade jurídica distinta e independente (processo conhecido como "delimitação"/"ring-fencing"). O Barclays tem um Programa interno de Reforma Estrutural para implementar estas alterações necessárias no Reino Unido. Está a ser fundada uma nova entidade bancária no Reino Unido para servir de banco delimitado (Barclays UK) que servirá os clientes de retalho e as pequenas empresas, bem como os clientes de gestão de fortunas e de cartões de crédito. Será criada uma Empresa de Serviços Partilhados para apoio da estrutura da entidade operacional intervencionada.

Estas alterações estruturais terão impacto relevante no modo como o Barclays conduzirá as suas operações no futuro. Consequentemente, a evolução do Programa de Reforma Estrutural foi insistentemente incluída na agenda do Conselho em 2016, dada a escala das alterações exigidas e os potenciais riscos relevantes associados à transição para a nova estrutura, e à própria nova estrutura em si. O Conselho avaliou a evolução do Programa de Reforma Estrutural em sete das oito reuniões do Conselho havidas durante 2016, nomeadamente através de uma avaliação específica do impacto das alterações estruturais incluída na reunião anual do Conselho para a estratégia do Grupo. Incluem-se nas questões específicas discutidas pelo Conselho:

- Planos de conceção e implementação da Reforma Estrutural, nomeadamente a avaliação de todos os riscos e desafios identificados; ponderação da reação regulamentar sobre os planos e estado das ações decorrentes do compromisso com o regulador; e estabelecimento do modelo de responsabilização interna
- avaliação do progresso da fundação da nova entidade jurídica para o Barclays UK, incluindo os requisitos de licenciamento e preparativos regulamentares necessários para o modelo de transferências delimitadas
- monitorização da criação da Empresa de Serviços Partilhados, nomeadamente na avaliação da sua conceção, da estrutura do seu conselho de gestão, do seu modelo de controlo e supervisão e dos objetivos operacionais a alcançar
- debate dos potenciais efeitos da Reforma Estrutural sobre o sistema de pensões do Barclays, tanto em termos do impacto potencial sobre o Barclays como sobre os membros do sistema de pensões
- realização de avaliação das considerações globais sobre o risco de conduta associado à Reforma Estrutural, com incidência nos potenciais impactos para clientes
- avaliação do trabalho em curso para abordar a migração de códigos bancários, incluindo o planeamento e implementação de tecnologia e considerações sobre o impacto em clientes

Por outro lado, durante o ano de 2016, os negócios do Barclays nos EUA foram organizados no quadro de uma Sociedade Intermediária (SI) para cumprimento de requisitos legais dos EUA. A SI entrou em funções a 1 de julho de 2016. O Conselho foi regularmente informado do progresso da implementação, de todos os riscos e desafios, e do modo como eram geridos.

Os Comités do Conselho apoiaram o Conselho na supervisão da implementação da Reforma Estrutural nos assuntos que sejam da sua competência direta. Por exemplo, o Comité de Nomeações do Conselho determinou a composição proposta dos conselhos das novas entidades operacionais e está a identificar e avaliar propostas de candidatos para nomeação para esses conselhos. Também debateu e subscreveu um conjunto de Princípios Orientadores de Governação, que regerão o relacionamento entre a empresa-mãe e as novas entidades operacionais. O Comité de Risco do Conselho usa tempo em cada reunião para avaliar os impactos potenciais da Reforma Estrutural sobre o capital e a liquidez, enquanto o Comité de Auditoria do Conselho avaliou as potenciais consequências contabilísticas. Nas páginas seguintes podem ser consultadas mais informações sobre os relatórios individuais dos Comités do Conselho.

O que fizemos em 2016
Relatório Comité de Auditoria do Grupo

“ A mudança tem prosseguido a bom ritmo, e tem sido essencial a concentração na garantia de que o compromisso de fortalecimento do ambiente de controlo se mantém durante este período de transformação.”

Caros Coacionistas

O relatório que vos apresentei no ano passado sublinhava o grau significativo de mudança que o Barclays enfrentava, impelido pelos seus próprios objetivos estratégicos, e pelas exigências da Reforma Estrutural. A mudança continuou a bom ritmo, e tem sido crítico para o Comité concentrar-se em garantir que o compromisso de fortalecimento do ambiente de controlo é mantido durante este período de transformações. Durante o ano de 2016, o Barclays reuniu uma equipa de gestão sénior significativamente alterada, e tanto eu como os meus colegas de Comité nos sentimos imensamente incentivados pela atenção e vigor renovados com que o ambiente de controlo está a ser abordado, e pelo sentido de responsabilização pessoal que vemos. Um desenvolvimento significativo no quarto trimestre de 2016 foi a criação de um gabinete de controlo e a nomeação de um Diretor de Controlo, que impulsionará o desenvolvimento de um programa avançado concebido para fortalecer o ambiente de controlo e para remediar quaisquer problemas identificados. Embora a estrutura do novo gabinete de controlo ainda se encontre na sua fase inicial, saúdo a abordagem mais estratégica que está a ser tomada de incorporação da responsabilização para um ambiente de controlo forte na primeira linha da gestão. A importância deste programa para o Barclays é tal que, na sua fase inicial, os progressos do modelo serão notificados diretamente ao pleno do Conselho. Durante a avaliação das questões de controlo para divulgação do Relatório Anual, o Comité continuou a aplicar definições semelhantes às usadas na avaliação de controlos financeiros internos ao abrigo da Lei Sarbanes-Oxley. A conclusão a que chegámos é que não existem questões de controlo que sejam considerados pontos fracos relevantes e que mereçam divulgação específica. Podem ser consultados mais detalhes na secção de Gestão de risco e controlo interno na página 88.

A nossa preenchida agenda de 2016 continuou a incluir as nossas responsabilidades de supervisão do desempenho e da eficácia da auditoria interna e externa, os principais mecanismos independentes de garantia que servem para proteger os interesses dos acionistas. O Comité também continuou a exercer as suas responsabilidades na garantia da integridade das informações financeiras publicadas por Barclays, debatendo e discutindo as apreciações da gestão e os pressupostos e estimativas em que estas se basearam. O exercício de juízo adequado durante a preparação das demonstrações financeiras é crítico para garantir que o Barclays notifica os seus acionistas de um modo justo, equilibrado e transparente. O relatório seguinte descreve detalhes dos assuntos considerados relevantes pelo Comité desde o meu último relatório.

Uma alteração significativa que o Comité tem vindo a supervisionar é a transição para a KPMG como auditor oficial do Barclays, após o concurso para auditoria concluído em 2015. Reuni regularmente com o sócio principal de auditoria da PwC e com o seu sucessor da KPMG durante o ano de 2016. A KPMG tem acompanhado o auditor atual, a PwC, durante a auditoria de final de ano de 2016, e o Comité já está a assistir a algum valor decorrente da perspetiva fornecida pela KPMG quanto a estimativas e políticas contabilísticas. O estudo de caso da página 67 contém mais detalhes sobre a transição de auditores.

A introdução em março de 2016 do Regime de Diretores Sénior no Reino Unido atribuiu-me responsabilidades específicas pela salvaguarda da independência, e pela supervisão do desempenho, da função de auditoria interna, nomeadamente o desempenho da Diretora de Auditoria Interna, de acordo com os requisitos regulamentares. Na prática, pouco se alterou no modo como cumpro as minhas responsabilidades: continuo a reunir-me regularmente com a Diretora de Auditoria Interna e com os membros da sua gestão para garantir que sou informado dos programas de trabalho atuais e de quaisquer questões emergentes, e também subscrevo os objetivos da Diretora de Auditoria Interna e os resultados da sua avaliação de desempenho. Durante o ano de 2016, a PRA realizou uma análise da Auditoria Interna do Barclays (AIB) e apresentou uma série de recomendações para melhorar a sua eficácia e sua monitorização por parte do Comité. Foi desenvolvido um plano de ações para dar resposta a essas recomendações. O Comité também organizou um evento de criação de contactos com a AIB durante o ano de 2016, o que permitiu aos membros do Comité reunirem-se de maneira menos formal com os membros sénior da equipa da AIB.

.

Uma responsabilidade adicional que assumi, ao abrigo do Regime de Diretores Sénior, foi o de Defensor do Denunciante, um cargo que a FCA obriga a estar representado ao nível do Conselho. Como defensor, sou especificamente responsável pela integridade, independência e eficácia das políticas e procedimentos do Barclays relativos à denúncia, nomeadamente dos procedimentos de proteção de funcionários que denunciem preocupações decorrentes de tratamento incorreto. Durante o ano de 2016, gravei uma mensagem de vídeo a todos os funcionários do Grupo, sublinhando o meu papel como Defensor do Denunciante, e sensibilizando para as políticas e procedimentos que estão implementados.

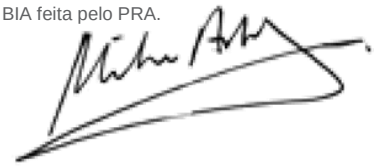
Continuei a colaborar de perto com os meus colegas presidentes dos Comités do Conselho durante o ano de 2016, especialmente com o presidente do Comité de Risco do Conselho na questão dos assuntos de risco operacional, que cada Comité tem responsabilidades na supervisão. Participei em reuniões do comité de auditoria da SI para ter uma perspetiva em primeira mão das questões abordadas por esse comité, e convidei o seu presidente a estar presente numa reunião do Comité no início de 2017, para retribuir o gesto. Reuni-me frequentemente com outros membros da gestão sénior, nomeadamente o Diretor Financeiro do Grupo, e prossegui o meu envolvimento com os reguladores do Barclays, tanto no Reino Unido como nos EUA.

Desempenho do Comité

A avaliação do desempenho do Comité durante 2016 consta da análise anual, realizada de forma independente, à eficácia do Conselho, Os meus colegas de Conselho concluíram que o Comité é considerado rigoroso e que o Conselho se baseia na qualidade do trabalho do Comité. A principal área identificada para melhoria foi garantir que o Comité continua a estabelecer um equilíbrio apropriado entre o tratamento das questões com um grau de detalhe adequado e a adoção de abordagens estratégicas à sua supervisão e fiscalização da gestão. A análise também comentou a necessidade de fortalecimento da profundidade de competências financeiras e de contabilidade no Comité através de novas nomeações, assunto que já fora considerado durante 2016, e a necessidade de garantir que o modo de funcionamento do Comité com os Comités do Conselho para a Reputação e do Conselho para o Risco continua a capturar todas as questões significativas de forma eficaz, minimizando ao mesmo tempo quaisquer duplicações. Procurarei endereçar todas estas áreas no próximo ano. Podereis ler mais sobre os resultados da análise à eficácia do Conselho nas páginas 81 a 83.

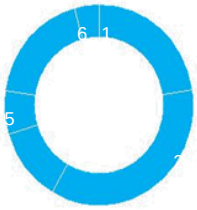
Olhando para o futuro

O Comité espera trabalhar tanto com o novo Responsável pelo Controlo como com o novo auditor, a KPMG, durante 2017. Para além de supervisionar a evolução da gestão na melhoria do ambiente de controlo, o Comité concentrar-se-á em algumas questões contabilísticas significativas, nomeadamente a preparação para a implementação da IFRS9 e as implicações contabilísticas da Reforma Estrutural. Também monitorizaremos de perto a implementação do plano de ações para respeitar as recomendações decorrentes da análise do BIA feita pelo PRA.



Mike Ashley
Presidente, Comité de Auditoria do Grupo
22 de fevereiro de 2017

Afetação de tempo do Comité de Auditoria do Grupo (%)



		2016	2015
1	Questões de controlo	**23**	18
2	Ambiente de controlo do negócio	**19**	16
3	Resultados financeiros	**36**	27
4	Assuntos de auditoria interna	**11**	7
5	Assuntos de auditoria externa (incluindo o concurso de auditoria externa de 2015)	**6**	26
6	Outros (incluindo governação e compliance)	**4**	6

Composição e reuniões do Comité

O Comité é composto exclusivamente por Diretores não-executivos independentes, sendo a sua participação concebida para fornecer a amplitude de experiência financeira e de sensibilidade comercial de que necessita para cumprir as suas responsabilidades. Os seus membros, no conjunto, têm experiência no setor da banca e dos serviços financeiros, para além de experiência genérica de gestão e na área comercial. Diane Schueneman foi nomeada para o Comité em 18 de fevereiro de 2016, trazendo perspetivas valiosas sobre o risco e controlos operacionais e de tecnologia. Diane de Saint Victor deixou o Comité no fim de maio de 2016. Mike Ashley é o perito financeiro do Comité nomeado para os efeitos da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA. Embora cada membro do Comité tenha experiência na área financeira e/ou em serviços financeiros, o Conselho constatou que o Comité pode ser fortalecido pela nomeação de um membro adicional, com experiência directa em contabilidade e auditoria. A este respeito, estão a ser ponderadas nomeações adicionais para o Comité; porém, dado o impacto da Reforma Estrutural, a pesquisa de candidatos adequados está a ser abordada no contexto dos requisitos globais da composição do Conselho. Podem ser consultados mais detalhes sobre a experiência dos membros do Comité nas suas biografias das páginas 51 e 52.

O Comité reuniu 12 vezes em 2016, e o gráfico acima mostra como o seu tempo foi distribuído. As reuniões são geralmente organizadas com grande antecedência, e são normalmente agendadas segundo o calendário de relatórios financeiros do Barclays. Duas das reuniões foram especificamente organizadas para dar oportunidade ao Comité de considerar questões específicas e relevantes para as demonstrações financeiras, como a declaração de viabilidade e o prazo proposto para os créditos de PPI. Às reuniões do Comité compareceram a gestão, nomeadamente o Diretor Geral do Grupo, o Diretor Financeiro do Grupo, o Diretor de Auditoria Interna, o Diretor de Risco, o Diretor de Operações, o Conselheiro Geral e Responsável pela Compliance, bem como representantes dps negócios e de outras funções. No futuro, o Diretor de Controlo comparecerá regularmente nas reuniões. O sócio principal de auditoria do auditor externo compareceu a todas as reuniões do Comité, e o Comité realizou uma série de sessões privadas tanto com o Diretor de Auditoria Interna como com o sócio principal de auditoria, em que a gestão não compareceu. A partir de 1 de julho de 2016, o sócio principal de auditoria da KPMG também compareceu às reuniões, como previsto no processo de transição de auditor oficial. Durante o ano de 2016, uma reunião contou também com a participação de representantes da PRA.

Membro	Reuniões assistidas/elegível para assistir
Mike Ashley	12/12
Tim Breedon	12/12
Crawford Gillies*	11/12
Diane de Saint Victor (até 31 de maio de 2016)	8/8
Diane Schueneman (a partir de 18 de fevereiro de 2016)	9/9

*Não participou numa reunião convocada com pouca antecedência devido a um compromisso prévio

Função e responsabilidades do Comité

O Comité é responsável por:

- avaliar a integridade das demonstrações financeiras do Grupo e assegurar-se que quaisquer apreciações financeiras significativas feitas pela gestão são adequadas
- avaliar a eficácia dos controlos internos do Grupo, nomeadamente os controlos financeiros internos
- examinar as atividades e o desempenho dos auditores internos e externos, incluindo a monitorização da sua independência e objetividade.

Os termos de referência do Comité estão disponíveis em **home.barclays/corporateGovernação**

O que fizemos em 2016
Relatório do Comité de Auditoria do Grupo

O trabalho do Comité
Os assuntos relevantes abordados pelo Comité durante o ano de 2016 e na avaliação do relatório anual e das demonstrações financeiras do Barclays para 2016 são descritos nas páginas seguintes.

Assuntos relativos à comunicação de demonstrações financeiras
A principal responsabilidade do Comité relativamente às comunicações financeiras consiste em rever, com a gestão e o auditor externo, a adequabilidade das demonstrações financeiras do Barclays, nomeadamente as divulgações de resultados trimestrais e as demonstrações financeiras semestrais e anuais, bem como das apresentações para analistas que lhes estão associadas, com incidência primária sobre:

- a qualidade e aceitabilidade das políticas e práticas contabilísticas
- qualquer correspondência provinda de entidades reguladoras de comunicação financeira e relacionada com a comunicação financeira do Barclays
- áreas relevantes onde tenham sido tomadas decisões significativas, juntamente com quaisquer pressupostos ou estimativas significativas, ou assuntos significativos discutidos com ou contestados pelo auditor externo
- avaliar se o Relatório Anual, tomado no seu conjunto, é razoável, equilibrado e compreensível, e se fornece a informação necessária aos acionistas para que estes avaliem a posição, o desempenho, o modelo e a estratégia de negócio do Barclays.

Políticas e práticas contabilísticas
O Comité debateu os relatórios da gestão relativos à identificação de decisões contabilísticas críticas e das principais fontes de incerteza das estimativas, das políticas contabilísticas significativas e a proposta divulgação das mesmas no Relatório Anual para 2016. Na sequência de discussões com a gestão e o auditor externo, o Comité aprovou as decisões contabilísticas críticas, as políticas contabilísticas críticas e divulgações, que se definem na nota 1 às demonstrações financeiras consolidadas, "Politicas contabilísticas significativas". Não houve alterações significativas nas políticas contabilísticas durante o período. Durante o ano de 2016, o Comité foi regularmente informado quanto aos preparativos do Barclays para a implementação da IFRS9 (Instrumentos Financeiros), que entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, nomeadamente quanto às principais decisões e interpretações técnicas necessárias e à abordagem proposta pelo Barclays para cada uma. O Comité também ponderou as implicações contabilísticas da Reforma Estrutural e a implementação do banco delimitado. Estas áreas continuarão a merecer atenção durante 2017.

Reguladores de comunicações financeiras e o Barclays
No terceiro trimestre de 2016, o Barclays recebeu uma carta de comentário, proveniente da Equipa de Análise de Informações Empresariais (EAIE/Corporate Reporting Review Team-CRRT) do Conselho de Informação Financeira (CIF/Financial Reporting Council-FRC), relativa à sua análise setorial de declarações fiscais. A carta de comentário referia a divulgação de provisões fiscais incertas no relatório anual e nas demonstrações financeiras do Barclays para 2015. A EAIE solicitou e recebeu a informação adicional relativa à divulgação das posições fiscais incertas do Barclays, nomeadamente um exemplar antecipado da política reforçada do Barclays relativa a divulgações desse teor (ver página 294), e confirmou posteriormente por escrito que tinha encerrado as suas investigações."

Periodicamente, o Comité analisa cartas de comentário provenientes da SEC e relativas às suas análises do Relatório Anual e de outras demonstrações financeiras do Barclays publicamente apresentadas. Estas cartas de comentário e as respetivas respostas do Barclays são disponibilizadas publicamente pela SEC no seu sítio web, www.sec.gov, quando esta encerra cada análise. O Comité procurou garantir que o Barclays tomasse a devida atenção às opiniões da SEC sobre a sua informação externa.

Decisões e assuntos significativos
Indicam-se a seguir as decisões e assuntos significativos e as medidas tomadas pelo Comité referentes ao relatório anual e demonstrações financeiras para 2016. As decisões e assuntos significativos são, em geral, de natureza comparável aos de anos anteriores. Todos estes assuntos foram discutidos com o auditor externo durante o ano e, nos casos devidos, foram abordados como áreas para verificação pela auditoria no Relatório do Auditores das páginas 269 a 275,

*A análise da EAIE baseou-se no relatório anual e demonstrações financeiras do Barclays, e não beneficiou de informações detalhadas do negócio do Barclays ou das transações em que este participa. O encerramento das investigações da EAIE não garante que o relatório anual e as contas do Barclays estejam corretos em todos os aspetos relevantes, já que o papel do CIF não consiste em confirmar informações, mas sim em garantir a conformidade com os requisitos de informação, O CIF não assume qualquer responsabilidade pela boa fé depositada na sua carta de encerramento por parte do Barclays ou de qualquer terceiro, nomeadamente de investidores e acionistas.

Área de interesse	Assunto de comunicação	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Provisões para conduta (consulte a nota 27 às demonstrações financeiras).	O Barclays parte de certos pressupostos e estimativas, cuja análise sustenta a constituição de provisões para custos com ressarcimentos a clientes, como o Seguro de Proteção de Pagamentos (SPP).	• Analisou regularmente as decisões e estimativas feitas relativamente ao provisionamento do Barclays para pedidos de SPP, considerando as previsões e pressupostos para reclamações de SPP, e a experiência real com pedidos do Barclays e do setor como um todo. • Debateu o impacto potencial sobre as provisões futuras decorrente do prazo de prescrição proposto pela FCA para os pedidos e do prazo previsto em junho de 2019, discutindo os níveis de incerteza das projeções. • Discutiu a gama potencial de cenários que podem decorrer do caso Plevin (a sentença em 2014 do Supremo Tribunal do Reino Unido no caso Plevin contra Paragon Personal Finance Ltd) e se seria necessário qualquer incremento das provisões. • Avaliou propostas de provisões adicionais para SPP e se a análise realizada pela gestão era consistente com períodos anteriores e se refletia os dados de tendências conhecidas, e se a abordagem do Barclays era consistente com a tomada pelos seus pares no setor. • Avaliou provisões para SPP alternativos (seguro de proteção de cartão e de interrupção de pagamento), e os pedidos verificados situaram-se na gama de cenários máximos e mínimos razoáveis previamente determinada.	O Comité e a gestão continuaram a monitorizar estreitamente quaisquer alterações no comportamento de clientes ou de empresas de gestão de pedidos em face do caso Plevin e da prescrição de prazo proposta pela FCA. No decorrer de 2016, tendo avaliado os pedidos reais e o impacto potencial da prescrição de prazo proposta e do caso Plevin, o Comité concordou em reconhecer provisões adicionais de 1 000 m£ em 2016, elevando as provisões cumulativas totais do Barclays para os custos com ressarcimentos de SPP e custos de processamento associados para 8,4 mM£, das quais permanecem 2,0 mM£.

Área de interesse	Assunto de comunicação	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Provisões jurídicas, de concorrência, e regulamentares (consulte as notas 27 a 29 às demonstrações financeiras.	O Barclays está envolvido em várias questões jurídicas, concorrenciais, e regulamentares. A extensão do impacto destas questões sobre o Barclays não é sempre previsível, mas as questões podem dar azo à constituição de provisões para responsabilidades eventuais ou outras, dependendo dos factos e circunstâncias relevantes. O nível de provisionamento está sujeito à decisão da gestão, sustentada por aconselhamento jurídico, e é por essa razão um domínio prioritário para o Comité.	• Avaliou aconselhamentos sobre o estado das atuais questões jurídicas, concorrenciais, e regulamentares. • Avaliou as decisões da gestão e as estimativas dos níveis de provisões a constituir, bem como a adequabilidade das mesmas provisões, com base em informações e provas disponíveis. • Considerou a adequabilidade da divulgação, reconhecendo que qualquer decisão de constituição de provisões envolve uma apreciação significativa.	O Comité discutiu as provisões e a sua utilização. Após análise da informação disponível para determinar o que era simultaneamente provável e o que podia ser estimado de forma fiável, o Comité concordou que não deveriam ser constituídas provisões adicionais durante o ano para investigações e contencioso em curso. Podem ser consultadas mais informações nas páginas 330 a 338.
Valorizações (consultar as Notas 14 a 18 às demonstrações financeiras).	O Barclays realiza apreciações durante a valorização e divulgação de instrumentos financeiros, ativos de derivados e determinadas carteiras, especialmente quando não estão disponíveis preços de cotações no mercado, nomeadamente na carteira de Educação, Habitação Social e Autoridade Local (EHSAL) do Grupo.	• Avaliou relatórios do Comité de Valorizações do Barclays, com especial ênfase sobre a reestruturação da carteira EHSAL e o seu posterior desreconhecimento; uma disparidade de valorização com um terceiro, relativamente a uma carteira de derivados com idade apreciável; e uma avaliação do impacto das taxas de juro negativas sobre a valorização de derivados. • Considerou propostas do Comité de Valorizações para rever a abordagem de valorizações para o restante da carteira EHSAL e para rever a abordagem à sinalização do Crédito Próprio.	O Comité confirmou a sua aprovação quanto à reestruturação e desreconhecimento da carteira EHSAL e concluiu que se tratava de um evento de desreconhecimento. Observou a falta de progressos no sentido da resolução da disparidade com a valorização por um terceiro, que está pendente há algum tempo, e assegurou-se, com base na informação disponível, que a metodologia de valorização usada no Barclays permanece adequada. Aprovou uma revisão do modelo usado para valorizar a restante carteira EHSAL recomendada pelo Comité de Valorizações.
Imparidades (consultar a Nota 7 às demonstrações financeiras).	Sempre que for apropriado, o Barclays modela o desempenho potencial das imparidades, permitindo determinados pressupostos e sensibilidades, para aprovar subvenções para imparidades de crédito, nomeadamente acordando o momento do reconhecimento de quaisquer imparidades e estimando o seu volume, especialmente nos casos em que tenha sido concedida tolerância	Avaliou a experiência com as imparidades relativamente às previsões, e se as provisões para imparidades eram adequadas. Avaliou a adequabilidade e o momento do reconhecimento das imparidades, relativamente às exposições do Barclays aos setores petrolífero e do gás, nomeadamente quanto ao impacto de perdas individuais nos setores petrolífero e de matérias-primas. Debateu o ajuste nas imparidades realizado no negócio de Cartões para acordos informais de tolerância e o impacto potencial de alterações na modelização de emergência. Considerou um relatório do Comité de Imparidades do Grupo sobre a adequação das subvenções para imparidades de empréstimos à data de 31 de dezembro de 2016, incluindo tendências internas e externas, metodologias, e principais apreciações de gestão.	O Comité contestou o momento das imparidades de petróleo e gás consideradas nos resultados semestrais, embora tenha confirmado que a provisão era adequada. Saudou a proposta de criação de um novo Comité de Imparidades do Grupo e de alargamento do papel da função Financeira do Grupo na avaliação do provisionamento para imparidades. Concordou com um ajuste pós-modelo de 250M£ para imparidades nos negócios de Cartões do Reino Unido e dos EUA durante o terceiro trimestre de 2016 e obteve esclarecimentos sobre a política de imparidades para o negócio de Cartões. Para o ano completo, após discussão do relatório enviado pelo Comité de Imparidades do Grupo, confirmou a adequação dos encargos com imparidades para o ano completo, no valor de 2,4 mM£.
Fiscalidade (consultar a Nota 10 às demonstrações financeiras).	O Barclays está sujeito a obrigações fiscais num conjunto de jurisdições e ao reconhecimento e determinação de ativos fiscais diferidos.	Avaliou a adequabilidade das provisões para riscos fiscais quanto à cobertura dos riscos fiscais existentes. Debateu as previsões e os pressupostos de apoio ao reconhecimento e valorização dos ativos fiscais diferidos.	O Comité confirmou as provisões para riscos fiscais para o ano completo e o tratamento dos ativos fiscais diferidos.

O que fizemos em 2016

Relatório do Comité de Auditoria do Grupo

Área de interesse	Assunto de comunicação	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Viabilidade no longo prazo (consultar a página 41 para mais informações).	Os Diretores devem fazer uma declaração no Relatório Anual sobre a viabilidade do Barclays no longo prazo. O Comité aconselha o Conselho quanto à forma e conteúdo da declaração, incluindo os pressupostos subjacentes.	• Avaliou, no fim do ano, um relatório da gestão que definia a perspetiva da viabilidade do Barclays no longo prazo. Este relatório baseou-se no Plano para o Médio Prazo (PMP) do Barclays e apresentou previsões para capital, liquidez e alavancagem, incluindo o desempenho das previsões quanto aos objetivos regulamentares, os resultados do teste de esforço do PMP e o desempenho das previsões de capital e liquidez comparativamente às taxas do cenário de esforço, previsões de financiamento e liquidez, e uma avaliação das questões globais do risco e do perfil de risco do Grupo. • Considerou a declaração de viabilidade conjuntamente com as declarações do Barclays quanto ao risco e as divulgações de estratégia/modelo de negócio. • Abordou opiniões específicas de investidores e de outras partes interessadas quanto às declarações de viabilidade em geral.	Tendo em conta a avaliação feita pelo Comité de Risco do Conselho relativa aos resultados do teste de esforço e à apetência pelo risco, o Comité concordou em recomendar que o Conselho aprovasse a declaração de viabilidade.
Informação razoável, equilibrada e compreensível (incluindo informação por país e informação relativa ao 3º Pilar).	O Barclays é obrigado a garantir que a sua informação para o exterior é razoável, equilibrada e compreensível. O Comité realiza uma avaliação em nome do Conselho, para fornecer ao Conselho a garantia de poder apresentar a declaração exigida pelo Código.	• Avaliou, através de debate e desafio à gestão, nomeadamente com o Diretor Geral do Grupo e com o Diretor Financeiro do Grupo, se as divulgações contidas nas demonstrações financeiras publicadas pelo Barclays eram razoáveis, equilibradas e compreensíveis. • Avaliou os relatórios do Comité de Divulgação do Barclays quanto à sua avaliação do conteúdo, exatidão e tom das divulgações. • Determinou, através de relatórios apresentados pela gestão, que não existiam indicações de fraude relativas a questões de informação financeira. • Avaliou os resultados das avaliações aos controlos internos e ao processo de controlo interno previsto na secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley • Avaliou os controlos e procedimentos de divulgação. • • Confirmou-se que a gestão tinha relatado e comprovado a base sobre a qual foram feitas as representações aos auditores externos	Após avaliação de toda a informação disponível e das garantias concedidas pela gestão, o Comité concluiu que os processos subjacentes à preparação das demonstrações financeiras publicadas pelo Barclays, nomeadamente o relatório anual e as demonstrações financeiras de 2016, eram apropriados para garantir que essas demonstrações fossem razoáveis, equilibradas e compreensíveis. Ao avaliar as demonstrações financeiras dos resultados do Barclays durante 2016, o Comité abordou especificamente e forneceu informações à gestão sobre a divulgação e a apresentação de: • O Barclays reavaliou os resultados financeiros, nomeadamente as atribuições ao Barclays UK e ao Barclays International e a separação do negócio de Cartões . • a venda da participação do Barclays no Barclays Africa e a sua classificação como detida para venda • orientações fornecidas ao mercado relativamente aos custos da Reforma Estrutural em apresentações do Diretor Financeiro do Grupo a analistas • medidas de desempenho alternativas perante novas orientações da Associação Europeia de Títulos e Mercados • desempenho e efetivos do negócio nuclear capital de risco operacional e orientações sobre níveis de capital • o nível de informação segmentada. Determinou, através de relatórios apresentados pela gestão, que não existiam indicações de fraude relativas a questões de informação financeira. Avaliou os resultados das avaliações aos controlos internos e ao processo de controlo interno previsto na secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

Outros assuntos significativos
Para além das questões de informação financeira o Comité é responsável pela supervisão da eficácia dos controlos internos do Barclays, do desempenho e eficácia da AIB e do desempenho, objetividade e independência do auditor externo. Os assuntos mais significativos tratados durante 2016 descrevem-se abaixo:

Área de interesse	Assunto abordado	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Controlo Interno As páginas 88 e 89 contêm mais informações sobre os processos de controlo interno e de gestão do risco no Barclays.	A eficácia do ambiente geral de controlo, nomeadamente o estado de quaisquer questões de controlo relevantes e a evolução de planos de resolução específicos.	• Avaliou e monitorizou o estado da maioria das questões de controlo relevantes identificadas pela gestão, em relatórios regulares do Responsável pelo Risco Operacional, e ultimamente do Director de Controlo. • Avaliou o estado de questões de controlo relevantes e específicas, nomeadamente e em particular as relacionadas com a Segurança de Dados Secretos e Confidenciais, a Gestão de Acesso à Infraestrutura, a Resiliência do Grupo, a Segurança de TI, a Governação de Dados, a Gestão da Modelagem do Risco, e a Infraestrutura e Aplicações não Suportadas, encontrando-se estas questões por resolver no fim de 2016. • Discutiu as lições aprendidas em incidentes de controlo específicos, e o modo como as mesmas lições poderiam ser aplicadas globalmente ao negócio do Barclays, através de um processo melhorado de lições aprendidas. • Debateu todos os relatórios regulamentares ou outras informações recebidas pelos reguladores sobre o ambiente global de controlo no Barclays. • Avaliou o estado das melhorias em curso no processo de autoavaliação de risco e controlo (AARC) do Barclays para apoiar as divulgações no relatório anual do Barclays .	O Comité solicitou melhorias à informação para clarificar os casos em que o risco operacional estava fora da apetência, e quais as ações tomadas. O Comité saudou as melhorias aplicadas ao processo de lições aprendidas, e propôs que o novo Comité de Controlos do Grupo desempenhasse um papel na definição de normas para os exercícios de lições aprendidas, e que decidisse quando os mesmos devam ser levados a cabo. O Comité aprovou o trabalho desenvolvido, sob a liderança do Diretor de Controlo, para abordar todas as opiniões recebidas de reguladores sobre o ambiente de controlo do Barclays, referindo que o Conselho supervisionaria diretamente os progressos realizados no tratamento de opiniões específicas de reguladores. O Comité também deliberou com a gestão para garantir que o processo AARC era suficientemente robusto, devido a terem emergido algumas questões de controlo específicas depois de determinadas AARC terem sido completadas. .
	A eficácia da abordagem do controlo da gestão e do ambiente de controlo em cada negócio individual, incluindo o estado de quaisquer questões de controlo relevantes e o progresso de planos de remediação específicos.	• Avaliou relatórios individuais do Barclays UK, do Barclays International, do negócio de Cartões, das operações não-Nucleares do Barclays, das operações de banca de investimento nos EUA do Barclays International e do Barclays Africa, nomeadamente questionando diretamente os responsáveis desses negócios quanto à sua abordagem/cultura de controlo de gestão, incluindo quaisquer questões de controlo específicas, questões de resiliência, o estado e o progresso de quaisquer planos de remediação ou fluxos de trabalho, e planos para melhorar o ambiente de controlo. • Monitorizou os planos para implementação de estruturas revistas de governação do controlo em cada negócio, para coincidirem com as mudanças na estrutura organizacional do Barclays. • Comentou os objetivos de controlo para 2016 com cada membro do Comité Executivo do Grupo .	O Comité saudou a decisão do Barclaycard de redirecionar o investimento estratégico no sentido da melhoria do seu ambiente de controlo e da restrição do crescimento em novos negócios quando determinadas questões de controlo, como os níveis de fraude nos EUA, foram abordadas. Para clarificar os níveis esperados de responsabilização pessoal, o Comité pediu que os objetivos de controlo para cada membro do Comité Executivo do Grupo durante 2016 fossem alvo de uma maior especificação, com ênfase na priorização de questões de controlo.

O que fizemos em 2016
Relatório do Comité de Auditoria do Grupo

Área de interesse	Assunto abordado	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
	A eficácia do ambiente de controlo na Direção de Operações (DO) e o estado e correção de quaisquer questões de controlo relevantes.	• Examinou, com periodicidade regular, o ambiente de controlo da DO, aproveitando a ocasião para interpelar e questionar diretamente os responsáveis funcionais, incluindo o Diretor de Operações, quanto ao progresso dos planos de remediação. • Debateu a clareza da responsabilização e as normas de consistência necessárias, dada a descentralização do negócio. • Endereçou a questão da resiliência e da inerente apetência pelo risco, discutindo em particular o impacto da mudança sobre as iniciativas de resiliência. • Discutiu o impacto da proposta venda da participação do Barclays no Barclays Africa, incluindo quaisquer requisitos de apoio em curso em questões de controlo relevantes relacionadas com a DO.	O Comité salientou a necessidade de um domínio e de uma responsabilização claros entre o negócio e a DO para as questões de controlo de tecnologia, que foi endereçada através da implementação da nova estrutura de gestão organizacional. Face ao volume de tecnologia e à remediação por mudança necessários, o Comité incumbiu o Diretor de Operações de melhorar os processos de autoidentificação e de registo das questões de risco e controlo. O Comité também pediu ao novo Diretor de Informática que conduzisse uma análise profunda às questões de controlo da Tecnologia, tendo os resultados da mesma sido avaliados pelo Comité no quarto trimestre de 2016. O Comité saudou a clareza melhorada dos planos para fortalecer o ambiente de controlo da DO e receberá mais atualizações regulares durante o ano de 2017.
	A adequabilidade das disposições do Grupo para permitir aos funcionários denunciar problemas com toda a confiança, sem medo de retaliações, e os resultados de todos os casos fundamentados.	• Avaliou os resultados de um exercício de comparação entre os processos e volumes dos casos do Barclays e 40 empresas homólogas. • Controlou o progresso da campanha interna para consciencialização de funcionários relativamente à denúncia de problemas. • Monitorizou as tendências em casos reportados e fundamentados de denúncia, incluindo quaisquer informações em quaisquer exemplos de retaliação.	O Comité concluiu que os processos do Barclays eram apropriados e alinhados com os seus pares. Notou que o êxito da campanha interna gerou um aumento no número dos relatórios de denúncia, tendo sido todos investigados. Os volumes dos casos permaneceram proporcionais à dimensão e presença do Barclays. O Comité pediu à gestão para fornecer detalhes adicionais nos seus relatórios futuros, sempre que qualquer investigação por denúncia decorra durante mais de seis meses. No futuro, como Defensor da Denúncia no Barclays, o Presidente do Comité apresentará um relatório anual ao Conselho sobre questões associadas a denúncias.

Área de interesse	Assunto abordado	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Auditoria Interna	O desempenho da AIB e a implementação do plano de auditoria interna, nomeadamente o âmbito do trabalho executado, o nível dos recursos e a metodologia e cobertura do plano de auditoria interna.	• Examinou e acordou planos de auditoria interna e documentos associados para o ano de 2016, nomeadamente na definição de áreas de interesse, como a tecnologia, dados, mudança, risco de execução, e aos recursos necessários. • Monitorizou a implementação dos planos de auditoria acordados, nomeadamente avaliando os recursos e os níveis de rotatividade da auditoria interna e quaisquer impactos sobre o plano. • Debateu a apetência pelo risco da auditoria e a validação de questões. • Monitorizou os níveis de auditorias não satisfatórias, nomeadamente discutindo o tempo gasto na emissão de relatórios de auditoria e os motivos de quaisquer atrasos. • Discutiu a avaliação feita pela AIB à abordagem do controlo de gestão e ao ambiente de controlo no Barclays UK, no Barclays International e na DO. • Debateu com a AIB a possibilidade de auditar a cultura. • Avaliou os resultados da autoavaliação anual da AIB. • Debateu a opinião recebida da PRA quanto ao desempenho da AIB e discutiu as expetativas regulamentares da AIB e o impacto sobre os planos e recursos da auditoria interna.	O Comité aprovou um aumento no número dos seus membros para garantir uma cobertura adequada de auditoria à tecnologia, e acordou um nível intercalar de auditoria para a apetência pelo risco até completar o recrutamento, dependente de medidas de atenuação atribuídas ao Diretor de Operações. O Comité sublinhou à gestão que não se dava por satisfeito com o número de auditorias não satisfatórias e ponderou definir um objetivo para a gestão. Também solicitou à AIB para divulgar nos seus relatórios as razões para quaisquer atrasos na emissão dos relatórios de auditoria, juntamente com detalhes de todo o trabalho de auditoria que tenha sido adiado ou cancelado. Face às expetativas adicionais depositadas na AIB, o Comité solicitou detalhes das vagas na auditoria interna, das áreas de negócio e dos conjuntos de competências, e encorajou o Responsável pela Auditoria Interna para que considerasse a mobilidade interna e outras soluções criativas para preencher as lacunas de recursos. Acordou também com a AIB o plano de ações para endereçar as recomendações decorrentes da análise ao desempenho da AIB que a PRA levou a cabo. O Comité confirmou o seu apreço pelos resultados da autoavaliação do desempenho da AIB, que provou que a função está globalmente em conformidade com as normas definidas pelo Instituto de Auditores Internos. O Comité confirmou ainda que se sentiu capaz de responder ao trabalho da AIB no que dizia respeito às suas próprias responsabilidades.
Auditoria externa	O trabalho e desempenho da PwC, nomeadamente na manutenção da qualidade de auditoria durante o período de transição para um novo auditor.	• Reuniu com membros-chave da equipa de auditoria da PwC para discutir o plano de auditoria para 2016 e as áreas de interesse acordadas. • Avaliou os relatórios regularmente produzidos pela PwC, relativos à evolução da auditoria em 2016, e quaisquer assuntos relevantes identificados, como o debate com a PwC sobre se seriam necessárias alterações ao plano de auditoria após o referendo no Reino Unido para abandonar a UE. • Discutiu o relatório da PwC sobre determinadas áreas de controlo e o ambiente de controlo, incluindo um relatório específico sobre os controlos de acesso a sistemas de pagamento solicitado pelo Comité. • Discutiu o parecer provisório dos auditores antes do fim do ano de 2016. • .	• O Comité aprovou o plano de auditoria e as principais áreas de interesse. • Podem ser encontrados mais detalhes sobre o papel do Comité na avaliação do desempenho, eficácia e independência do auditor externo e sobre a qualidade da auditoria externa nas páginas 66 a 67.

Relatório do Comité de Auditoria do Grupo

O Comité também tratou dos seguintes assuntos:

- monitorizou a evolução das tarefas em curso específicas para melhorar os controlos de crime financeiro no Barclays e a implementação de um modelo operacional revisto para o crime financeiro. O Comité também avaliou o relatório anual do Responsável do Grupo para o Branqueamento de Capitais, e foi informado de todas as questões decorrentes da publicação da informação conhecida como "Panama Papers"
- avaliou o estado do programa existente para garantir a conformidade do Barclays com os requisitos regulamentares associados a ativos de clientes, nomeadamente a aprovação do relatório anual de auditoria sobre os ativos de clientes, e a discussão do impacto potencial da Reforma Estrutural sobre os ativos de clientes
- avaliou os resultados da avaliação do desempenho do Comité e todas as áreas do desempenho do Comité que precisaram de melhoria
- analisou e atualizou os seus termos de referência, apresentando-os ao Conselho para aprovação.

Auditor externo

A PwC, e as empresas que a precederam, foi o auditor externo do Barclays desde 1896. Foi lançado um concurso para auditor externo em 2015, com o objetivo de imprimir rotatividade à empresa de auditoria externa a partir da auditoria de 2017. A PwC não recebeu convite para concorrer. O processo concursal concluiu-se no verão de 2015 e o Conselho anunciou em julho de 2015 que nomeara a KPMG como auditor oficial do Barclays com efeitos a partir do exercício de 2017. Henry Daubeney, da PWC, tem desempenhado as funções de auditor oficial sénior desde o exercício de 2015. Será sucedido por um sócio de auditoria da KPMG a partir da auditoria para o exercício de 2017.

Avaliação da eficácia do auditor externo, da objetividade e independência do auditor, e de serviços para além da auditoria

O Comité é responsável por avaliar a eficácia, objetividade, e independência do auditor do Grupo, a PwC. Esta responsabilidade foi assumida durante o ano em reuniões formais do Comité, durante reuniões privadas com a PwC, e através de discussões com os principais executivos interessados. Para além das questões atrás referidas, durante o ano de 2016 o Comité:

- aprovou os termos da carta de compromisso de auditoria e dos honorários associados, em nome do Conselho
- debateu e acordou revisões à Política do Grupo para Provisão de Serviços por parte do Auditor Oficial do Grupo e analisou regularmente relatórios da gestão sobre os serviços de não-auditoria fornecidos ao Barclays. Encontram-se a seguir mais informações sobre serviços de não-auditoria
- avaliou e aprovou revisões à *Política do Grupo sobre a Contratação de Funcionários ou Trabalhadores do Auditor Oficial* e garantiu a conformidade com a política, avaliando com regularidade os relatórios da gestão relativos a todas as nomeações feitas
- avaliou o relatório provisório sobre a PRA preparado pela PwC e relativo ao seu trabalho de auditoria detalhado para tópicos específicos
- foi informado pela PwC de estimativas contabilísticas críticas que obrigam a uma apreciação significativa
- avaliou todas as ameaças potenciais à sua independência autoidentificadas e notificadas pela PwC
- analisou o relatório sobre a PwC publicado pela equipa de Análise à Qualidade da Auditoria do FRC.

O desempenho, independência e objetividade da PwC durante o ano de 2016 foram formalmente avaliados no início de 2017, através de um questionário preenchido por elementos-chave em todo o Grupo, O questionário foi desenhado para avaliar o processo de auditoria da PwC e abordou questões que incluíram a qualidade do planeamento e da comunicação, o conhecimento técnico, o nível de escrutínio e debate aplicado e a compreensão do negócio por parte da PwC. O Comité interessou-se especialmente em avaliar se a qualidade da auditoria se manteve durante o período de transição para um novo auditor, e se foi mantido o grau adequado de debate e ceticismo. Os resultados da avaliação confirmaram que tanto a PwC como o processo de auditoria eram eficazes. Face ao concurso para auditor externo que decorreu em 2015 e à decisão de nomear a KPMG como auditor externo do Barclays a partir do exercício de 2017, a PwC deixará de ser o auditor oficial do Grupo após a conclusão da revisão de contas de 2016 e o Conselho nomeará a KPMG para preencher o posto. Será proposta uma resolução na AGM de 2017 para nomear a KPMG como auditor. A PwC estará disponível na AGM de 2017 para responder a quaisquer perguntas.

Serviços de não-auditoria

De forma a salvaguardar a independência e objetividade do auditor, o Barclays possui uma política que define as circunstâncias em que o auditor pode ser contratado para fornecer serviços para além dos que estiverem cobertos pela auditoria ao Grupo. *A Política do Grupo sobre o Fornecimento de Serviços pelo Auditor Oficial do Grupo* (a Política) aplica-se a todas as subsidiárias do Barclays e a outras entidades relevantes sobre as quais o Barclays tenha influência significativa. O princípio fundamental da Política consiste em que os serviços de não-auditoria (para além dos legalmente exigidos ao auditor do Grupo) só devem ser executados pelo auditor em circunstâncias específicas e controladas. A Política define os tipos de serviços que são estritamente proibidos e aqueles que, em princípio, são permitidos. Todos os tipos de serviço que não estejam previstos numa ou outra lista serão analisados pelo Presidente do Comité numa base casuística, apoiado por uma avaliação de risco fornecida pela gestão. Deste outubro de 2015, o Comité também exigiu que todas as novas contratações da KPMG para serviços de não-auditoria fossem consideradas à luz da Política, e tem mantido a supervisão de tais serviços na mesma base que para a PwC. Em particular, à KPMG não foi permitido fornecer quaisquer serviços de não-auditoria que pudessem ter continuado para além de meados de 2016, caso tivessem potencial para causar questões relacionadas com a independência.

Durante o ano de 2016, a Política foi revista para refletir a proposta de um Padrão de Ética para os Auditores publicada pelo CIF em setembro de 2015, que implementou a Diretiva de Revisão Legal de Contas da UE. O novo Padrão de Ética entra em vigor nos exercícios que comecem em ou após 17 de junho de 2016, o que quer dizer que o Barclays deverá cumpri-lo a partir de 1 de janeiro de 2017. Porém, o Comité decidiu adotar antecipadamente os requisitos do novo Padrão de Ética a partir de 1 de julho de 2016, alinhando-se assim com o momento em que a KPMG iniciou o seu período de independência. De forma a seguir o novo Padrão de Ética, foram feitas alterações significativas à lista de serviços que são estritamente proibidos pela Política. Uma série de serviços que eram prestados pela PwC ou pela KPMG tiveram de ser suspensos após a adoção da nova Política, tendo sido todas as exceções aprovadas pelo Presidente e notificadas ao Comité.

Nos termos da Política, o Comité pré-aprovou todos os serviços permitidos até 100 000£ ou até 25 000£ para serviços de aconselhamento fiscal; porém, todos os trabalhos propostos, independentemente do seu valor, devem ser patrocinados por um executivo sénior e registados num sistema on-line centralizado, com uma explicação detalhada do benefício comercial decorrente da contratação do auditor em detrimento de outros potenciais fornecedores de serviços. O sócio da empresa de auditoria também deve confirmar que a contratação foi aprovada de acordo com os próprios padrões éticos internos do auditor e que não coloca qualquer ameaça à independência ou objetividade do auditor. Todos os pedidos de contratação do auditor são avaliados por gestores independentes antes do início do trabalho. Os pedidos para os tipos de serviços permissíveis relativamente aos quais se espere que os honorários igualem ou excedam os limites anteriores devem ser aprovados pelo Presidente do Comité antes do início do trabalho. Os serviços cujos honorários se espere que atinjam 250 000 £ ou mais devem ser aprovados pelo Comité como um todo. Todas as despesas e desembolsos devem ser incluídos no cálculo dos honorários. Os limiares não foram alterados quando a Política foi revista em 2016.

Durante o ano de 2016, todos os compromissos em que os honorários esperados cumpriam ou excediam os limiares acima referidos foram avaliados pelo Presidente do Comité ou pelo Comité como um todo que, antes de confirmar qualquer aprovação, se assegurou de que existia motivo justificável para contratar o auditor e que a sua independência e objetividade não seriam ameaçadas. Não foram recusados pedidos para usar a PwC em 2016 (2015: dois), tendo um pedido para usar a KPMG sido recusado (2015: n/d). Trimestralmente ,o Comité examinou detalhes dos serviços individualmente aprovados ou pré-aprovados, realizados pela PwC e pela KPMG, para se assegurar que não constituíam qualquer risco de independência, quer considerados isoladamente ou de forma agregada. Para os efeitos da Política, o Comité determinou que todos os serviços pré-aprovados com valores inferiores a 50 000£ devem ser considerados como claramente triviais no que diz respeito ao seu impacto sobre as demonstrações financeiras do Barclays, e exigiu que o Controlador Financeiro do Grupo analisasse e confirmasse especificamente ao Comité que todos os serviços pré-aprovados com um valor entre 50 000£ e 100 000£ (ou até 25 000£, para serviços de aconselhamento fiscal) podiam ser considerados como claramente triviais. O Comité realizou uma análise aos serviços pré-aprovados durante a sua reunião de dezembro de 2016 e concluiu que esses serviços pré-aprovados eram claramente triviais, no contexto do seu impacto sobre as demonstrações financeiras.

Os honorários pagos à PwC durante o ano findo em 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 49M£ (2015: 43M£), dos quais 8M£ (2015: 9M£) foram pagos relativamente a serviços de não-auditoria. Os serviços de não-auditoria representaram 20,6% dos honorários do auditor oficial (2015: 24,2%). Pode ser consultada uma desagregação dos honorários pagos ao auditor pelo trabalho de revisão de contas e pelo trabalho de não-auditoria na Nota 42 presente na página 362. Dos 8M£ dos serviços de não-auditoria prestados pela PwC durante o ano de 2016, as categorias de envolvimento mais significativas, ou seja, os serviços cujos honorários ultrapassaras as 500 000£, incluíram:

- audit-related services: additional work to facilitate the transition to KPMG as Barclays' statutory auditor
- apoio a transações: serviços prestados e relativos à venda da posição do Barclays no Barclays Africa, nomeadamente agindo como contabilista responsável pela informação na circular emitida aos acionistas do Barclays e conferindo tranquilidade relativamente à documentação associada.
- garantia de qualidade: serviços prestados em nome do Barclays Africa sobre o trabalho desempenhado pelo Barclays relacionado com os acordos de separação do Barclays.

Os honorários pagos à KPMG por trabalho de não-auditoria durante o ano de 2016 foram de 17,3M£ (2015: 38M£). Incluem-se, nas categorias significativas de envolvimento aprovadas em 2016:

- Serviços relacionados com auditoria: serviços prestados e relacionados com os requisitos regulamentares mínimos para auditorias a apresentações de taxas de juro de referência.

A Ordem 2014 de Investigação de Mercado para Serviços de Auditoria Oficial para Grandes Empresas (Uso obrigatório de processos concursais competitivos e responsabilidades do comité de auditoria)
Como se descreve neste relatório, o Barclays encontra-se em conformidade com os requisitos da Ordem 2014 de Investigação de Mercado para Serviços de Auditoria Oficial para Grandes Empresas (Uso obrigatório de processos concursais competitivos e responsabilidades do comité de auditoria), relativa à frequência e à governação dos concursos para nomeação do auditor externo e à definição de uma política para a prestação de serviços de não-auditoria.

Governação em Ação: mudança de revisor oficial de contas

Uma atividade significativa do Comité durante o ano de 2016 foi a supervisão da transição do revisor oficial de contas do Barclays, da PwC para a KPMG. Após o concurso de auditoria concluído em meados de 2015, a KPMG tornar-se-á o revisor oficial de contas do Barclays a partir do exercício financeiro de 2017. O Comité desenvolveu atividades para gerir o período de transição e facilitar a transferência de responsabilidades.

O Comité supervisionou os passos necessários para permitir que a KPMG alcançasse a independência até 1 de julho de 2016. Estes incluíram:

- nomear uma equipa dedicada para a transição para apoiar atividades operacionais, incluindo a evolução para um acordo global de serviços e para acordos com as jurisdições locais
- acordar com a KPMG o plano global para atingir a independência e avaliar os relatórios regulares da KPMG relativos aos progressos realizados
- monitorizar a cessação ordeira dos serviços de não-auditoria prestados ao Barclays pela KPMG que serão proibidos depois da KPMG se tornar o revisor oficial
- exigir à KPMG que cumprisse, a partir de 1 de junho de 2016, as provisões das políticas do Grupo relativas ao revisor oficial de contas, especificamente,
  A Política do Grupo sobre a prestação de serviços pelo Revisor Oficial de Contas do Grupo e a *Política do Grupo sobre a contratação de funcionários ou trabalhadores do Revisor Oficial de Contas*, e exigir à gestão que reportasse ao Comité quaisquer serviços ou compromissos empreendidos de acordo com estas políticas
- aceitar uma declaração formal de independência da KPMG. Isto incluiu uma lista dos serviços de não-auditoria em curso que são considerados admissíveis e que foram aprovados de acordo com a política do Barclays e a confirmação de que a KPMG cumpre as regras éticas e de independência aplicáveis.

Após ter sido conseguida a independência, o Comité supervisionou o plano de transferência e a transição para as condições normais de funcionamento. Isto incluiu:

- convidar o sócio principal de auditoria da KPMG para estar presente nas reuniões do Comité, como parte do processo de observação da revisão da PwC para 2016
- providenciar para que o sócio principal de auditoria da KPMG participasse no Comité de Reputação do Conselho e no Comité de Risco do Conselho
- receber um resumo da KPMG relativamente aos desenvolvimentos contabilísticos, que cobriu: Imparidades e o impacto da IFRS9 (Instrumentos financeiros); Valorizações; Taxas de juro negativas; Reforma Estrutural; IFRS15 (Rendimentos de contratos com clientes) e IFRS16 (Locações)
- debater as interpretações da KPMG quanto a políticas contabilísticas depois da análise das políticas contabilísticas do Barclays realizada pela KPMG
- avaliar relatórios regulares da KPMG sobre os progressos alcançados em atividades-chave, como a criação da equipa de auditoria do Barclays e a compreensão dos principais processos, sistemas e controlos do Barclays
- reviewing the report on KPMG issued by the FRC's Audit Quality Review team
- programar uma reunião de planeamento entre o Comité e a KPMG para o segundo trimestre de 2017, para discutir a estratégia de auditoria e para dar contributos.

O que fizemos em 2016
Relatório do Comité de Risco do Grupo

“A atenção do Comité durante o ano de 2016 centrou-se num conjunto de desafios principais, que incluíram riscos económicos e políticos emergentes, principalmente os associados ao Referendo para a UE e aos posteriores resultados do voto no Reino Unido no sentido de abandonar a UE.”

Caros Coacionistas
A atenção do Comité durante o ano de 2016 centrou-se num conjunto de desafios principais. Em primeiro lugar, o Barclays continuou a implementação da sua nova estratégia e a execução do seu Programa de Reforma Estrutural, que apresenta algumas implicações específicas em termos de gestão de capital e de liquidez para as entidades jurídicas do Barclays. Em segundo lugar, continuou a atenção sobre os riscos emergentes decorrentes dos nossos mercados principais no Reino Unido, EUA e África do Sul, provocados por deteriorações macroeconómicas ou por perturbações nas condições do mercado financeiro. Por fim, debateram-se os desafios representados por riscos económicos e políticos emergentes, principalmente os associados ao Referendo para a UE e aos posteriores resultados do voto no Reino Unido no sentido de abandonar a UE.

As considerações relativas à apetência pelo risco para 2016 e ao Plano para o Médio Prazo (PMP) incluíram as condicionantes do ciclo de crédito; o impacto dos baixos preços das matérias-primas; o abrandamento potencial da China; e a probabilidade de aumentos nas taxas de juro. Consequentemente, a recomendação da função de risco, que foi aprovada pelo Comité, foi pela manutenção de uma abordagem conservadora ao crescimento, e pela concentração em produtos e mercados nucleares. Esperámos a continuação da volatilidade nas condições externas, e tentámos garantir que o Grupo estivesse posicionado de forma conservadora. Durante o ano de 2016 verificaram-se condições desfavoráveis com potencial para impactos significativos e diretos sobre os negócios do Barclays, nomeadamente o acréscimo do risco económico do Reino Unido após o Referendo para a UE; o aumento do risco geopolítico após as eleições presidenciais nos EUA; e a posição segundo a IAS19 do regime de pensões do Barclays, que é vulnerável à volatilidade de mercado. Outros riscos emergentes com o potencial para ter impacto sobre o Barclays incluem os movimentos nas taxas de juro e nos spreads de crédito; as tensões sobre os preços do imobiliário no Reinio Unido; os impactos potenciais indiretos de qualquer abrandamento verificado na China; e a volatilidade verificada nos preços do petróleo, que permanecem baixos. Todos estes riscos potenciais continuam a ser geridos de forma ativa, e o perfil de risco e as medidas tomadas estão sujeitas à supervisão regular do Comité. Nestas circunstâncias, consideramos que o desempenho do capital e da alavancagem em 2016 foi favorável, embora o desempenho das imparidades tenha sido contrário ao planeado, principalmente como consequência de efeitos pontuais decorrentes da análise, realizada pela gestão, à modelização de imparidades nos negócios de Cartões no Reino Unido e nos EUA.

No início de 2016, o Barclays nomeou um novo Diretor de Risco, C.S. Venkatakrishnan, tendo esta nomeação sido recomendada ao Conselho pelo Comité. O Comité supervisionou a transição, solicitando especificamente ao Diretor de Risco cessante informações sobre os planos de transição e as disposições da transferência, e procurando assegurar-se junto do novo Diretor de Risco que este recebera toda a informação necessária para permitir-lhe cumprir as suas responsabilidades. O Comité saudou a oportunidade de trabalhar de perto com o novo Diretor de Risco durante o ano de 2016. Também testemunhámos o aparecimento de uma maior atenção, em 2016, sobre as responsabilidades da primeira linha de defesa relativas à gestão do risco nos seus negócios, com a participação dos diretores gerais de cada negócio nas reuniões do Conselho para apresentarem diretamente ao Comité, com o apoio dos seus diretores de risco, o perfil de risco dos seus negócios e o modo como o risco está a ser gerido.

As minhas próprias responsabilidades como Presidente do Comité foram reforçadas durante o ano de 2016, com a introdução, em Março de 2016, do Regime de Diretores Sénior no Reino Unido. Ao abrigo deste regime regulamentar, foram-me atribuídas responsabilidades específicas de salvaguarda da independência, e de supervisão do desempenho, da função de risco, nomeadamente o desempenho do Diretor de Risco, de acordo com os requisitos regulamentares. Para além das minhas reuniões regulares com o Diretor de Risco e com membros da sua gestão sénior, chefiei o Comité no encorajamento da função de risco, para desenvolver um modo de avaliar a capacidade da gestão do risco, depois de termos acordado que esta será sujeita a uma análise periódica e externa. A função de risco também foi encorajada no sentido de desenvolver um modo de medição da cultura do risco em todo o Grupo.

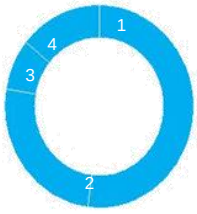
Durante o ano de 2016, continuei a trabalhar de perto com o Presidente do Comité de Auditoria do Conselho, especialmente no que diz respeito a questões de risco operacional, nos casos em que existe algum grau de sobreposição entre as competências dos dois comités. Também participei numa reunião do comité de risco do Barclays US IHC, para ter uma perspetiva em primeira mão das questões de risco abordadas pela gestão dessa entidade. Prossegui a minha prática de reuniões regulares com outros membros da gestão sénior e continuei o envolvimento com os reguladores do Barclays no Reino Unido e nos EUA.

Desempenho do Comité
O desempenho do Comité durante o ano de 2016 foi avaliado durante a análise anual à eficácia do Conselho, apoiada por uma entidade independente. Tenho o prazer de informar que os meus colegas do Conselho concluíram que o Comité é considerado rigoroso e eficaz e que o Conselho tem um elevado grau de confiança no empenho e abrangência do Comité. A principal área identificada para melhoria foi garantir que a cooperação e a colaboração entre o Comité e os Comités de Auditoria e de Reputação do Conselho continua a capturar todas as questões de risco significativas de forma eficaz. Continuarei a trabalhar nesse sentido ainda mais estreitamente com os meus colegas presidentes dos Comités do Conselho durante o próximo ano. Poderão ler mais sobre os resultados da análise à eficácia do Conselho nas páginas 81 a 83.

Olhando para o futuro
2017 will be a key year for Barclays in delivering its strategy, as it completes its restructuring and makes significant steps in implementing the new legal entity structure required under Structural Reform. I expect the Committee to focus on strategic risk, with an emphasis on promoting even greater linkages between strategy formulation and risk management, and ensuring that there is appropriate global oversight of risk across the new Group structure.

Tim Breedon
Chairman, Board Risk Committee
22 February 201

Afetação de tempo do Comité de Risco do Conselho (%)



	2016	2015
1 Risk profile/risk appetite (including Gestão de risco e liquidez	**52**	43
2 Key risk issues	**26**	31
3 Internal control/risk policies	**8**	11
4 Outros (incluindo governação e Governação issues)	**14**	15

Composição e reuniões do Comité

O Comité é exclusivamente composto por Diretores não-executivos independentes. Podem ser consultados detalhes das competências e experiências dos membros do Comité nas suas biografias das páginas 51 a 52.

O Comité reuniu oito vezes em 2016, tendo uma das reuniões decorrido nos escritórios do Barclays em Nova Iorque. Foi organizada uma reunião especificamente para considerar as implicações quanto ao risco decorrentes do resultado do Referendo da UE, cujos detalhes podem ser consultados na página 72. O gráfico acima mostra o modo como o Comité afetou o seu tempo durante o ano de 2016. As reuniões do comité contaram com a participação da gestão, nomeadamente o Diretor Geral do Grupo, o Diretor Financeiro do Grupo, o Diretor de Auditoria Interna, o Diretor de Risco, o Tesoureiro e Conselheiro Geral do Barclays, bem como representantes dos negócios e outros representantes da função de risco. Os representantes do auditor externo corrente, a PwC, e, a partir de 1 de julho de 2016, os representantes do novo auditor externo, a KPMG, também participaram nas reuniões

Membro	Reuniões assistidas/elegível para assistir
Tim Breedon	8/8
Mike Ashley	8/8
Reuben Jeffery*	7/8
Diane Schueneman	8/8
Steve Thieke	8/8

*Não participou numa reunião devido a um compromisso prévio

Função e responsabilidades do Comité

As principais responsabilidades do Comité incluem:

- recomendar ao Conselho o nível total do risco financeiro e operacional que o Grupo está preparado para assumir (apetência pelo risco), para conseguir a criação de valor para o acionista no longo prazo
- monitorizar a apetência pelo risco financeiro e operacional, nomeadamente definindo limites para tipos individuais de risco, por ex., risco de crédito, de mercado, e de financiamento
- monitorizar o perfil de risco financeiro e operacional do Grupo
- garantir que o risco financeiro e operacional é considerado durante a fase de diligência devida de qualquer transação estratégica
- contribuir, numa perspetiva financeira e operacional, para as deliberações do Comité de Remunerações do Conselho.

Os termos de referência do Comité estão disponíveis em **home.barclays/corporateGovernação**

O trabalho do Comité

Descrevem-se seguidamente os assuntos relevantes abordados pelo Comité durante 2016

Area of focus	Matter addressed	Role of the Committee	Conclusion/action taken
Apetência pelo risco e testes de esforço, isto é, o nível de risco que o Grupo escolhe assumir para a prossecução dos seus objetivos comerciais, nomeadamente testando se a posição financeira e o perfil de risco do Grupo proporcionam resiliência suficiente para resistir ao impacto de tensões económicas severas.	O contexto do risco para o PMP, as restrições e parâmetros financeiros e os limites de autorização e escala para exposições específicas ao risco do negócio; os exercícios internos de testes de esforço do Grupo, nomeadamente a seleção de cenários e as restrições financeiras, temas de testes de esforço, e os resultados e implicações dos testes de esforço, nomeadamente os aplicados pelo Banco de Inglaterra (BdI).).	• Avaliou o contexto de risco para o PMP de 2016, nomeadamente as condições económicas e financeiras gerais e o modo como estas foram refletidas nos pressupostos do planeamento. • Debateu os pressupostos, parâmetros e resultados do teste de esforço interno à apetência pelo risco do PMP de 2016. • Discutiu e definiu limites de autorizações e escala para os riscos de mercado e de crédito. • Aprovou os parâmetros para o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia. • Aprovou os parâmetros para a expansão de cenários do teste de esforço do BdI. • Avaliou os resultados do teste de esforço do BdI, incluindo as atualizações na governação e metodologia do teste de esforço, e a avaliação de potenciais ações do plano de emergência. • Debateu a reação regulamentar e do mercado aos resultados do teste de esforço do BdI. • Considerou e aprovou temas relativos ao teste de esforço interno e as restrições e cenários financeiros para o teste de esforço à apetência pelo risco para o PMP de 2017. • Monitorizou regularmente o progresso do US IHC na preparação do teste de esforço Análise e Revisão Abrangente de Capital (ARAC). • Comprehensive Capital Analysis and Review (CCAR) stress test.	O Comité recomendou, para aprovação pelo Conselho, a apetência pelo risco proposta para 2016, embora tenha solicitado à gestão que desenvolvesse um plano de emergência com disparadores identificados e ações que pudessem ser implementadas caso as condições de esforço se verificassem. Também sublinhou à gestão que os limites de mandato e de escala deviam ser definidos em níveis apropriados, refletindo o desejo de se centrar no crescimento conservador em produtos e mercados nucleares. O Comité aprovou os limites dos riscos de crédito e de mercado e solicitou que fossem definidos limites adicionais para o risco de mercado, de modo a melhorar a monitorização e o controlo. Também solicitou à gestão que revisse os limites e orientações, e desenvolvesse um modelo revisto para a gestão de riscos individuais, que posteriormente considerou e aprovou. O Comité aprovou os resultados do teste de esforço para apresentação ao BdI. Depois de avaliar as opiniões do BdI sobre o teste de esforço, o Comité encorajou o envolvimento da gestão com o BdI em pontos específicos, em que a clareza adicional relativa às expetativas regulamentares foi considerada desejável. .

O que fizemos em 2016

Relatório do Comité de Risco do Grupo

Área de interesse	Assunto abordado	Função do Comité	Conclusão/medida tomada
Capital e financiamento, ou seja, ter suficientes recursos de capital e financeiros para cumprir os requisitos regulamentares do Grupo e as suas obrigações à medida que as mesmas se vencem, para manter a sua notação de crédito, para apoiar opções de crescimento e estratégicas.	A trajetória para alcançar as metas regulamentares e internas necessárias e os rácios de capital e alavancagem, incluindo o impacto potencial da Reforma Estrutural e de requisitos de entidade jurídica.	Debateu, com regularidade, o desempenho do capital relativamente ao planeado, monitorizando a trajetória do capital, todos os desafios e oportunidades e desenvolvimentos de política regulamentar. Avaliou, com regularidade, o desempenho da liquidez relativamente aos requisitos internos e regulamentares. Monitorizou regularmente os requisitos de capital e de financiamento por entidade jurídica, avaliando também os processos de capital e liquidez propostos para o Barclays UK. Debateu, com a gestão, as ações propostas para a reestruturação da permuta de ativos do Grupo e da carteira EHSLA, de forma a reduzir o impacto da volatilidade de mercado sobre o capital.	O Comité apoiou a previsão de capital e a trajetória de financiamento, e as ações identificadas pela gestão para gerir a posição de capital do Grupo, nomeadamente as ações tomadas para reestruturar a permuta de ativos e a carteira EHSLA. O Comité aprovou os processos propostos de capital e liquidez para o Barclays UK, para apresentação ao regulador.
Risco político e económico, ou seja, o impacto dos desenvolvimentos políticos e económicos e das condições macroeconómicas sobre o perfil de risco do Grupo.	O impacto potencial, sobre o perfil de risco do Grupo, de desenvolvimentos políticos como o Referendo sobre a UE no Reino Unido e as eleições presidenciais nos EUA, do risco político e económico na África do Sul, e do enfraquecimento das condições macroeconómicas, como a perturbação e a volatilidade nos mercados financeiros.	Monitorizou de perto o impacto potencial do Referendo sobre a UE no Reino Unido sobre o perfil de risco e a gestão do risco no Grupo; **consultar o estudo de caso da página 72 para detalhes adicionais**. Solicitou uma avaliação do impacto potencial das taxas de juro negativas do Reino Unido sobre o Barclays e sobre os bancos do Reino Unido em geral, avaliando o impacto potencial sobre a apetência pelo risco, os clientes, e os modelos do Barclays. Continuou a avaliar a situação económica e política na África do Sul e o seu potencial impacto sobre o perfil de risco do Grupo, incluindo a avaliação do risco potencial de uma redução da notação do risco de crédito soberano e as ações tomadas pela gestão para posicionar o negócio adequadamente. Continuou a avaliar os indicadores económicos chineses e o potencial para impacto global decorrente de abrandamentos económicos na China Discutiu o impacto da volatilidade do mercado sobre o regime de pensões do Barclays Monitorizou a exposição do Barclays a determinados bancos Europeus, em face de potenciais tensões específicas em bancos individuais e das condições económicas e políticas na zona Euro.	O Comité identificou o risco de taxa de juro como uma área potencial de risco emergente, e solicitou à gestão uma avaliação da sensibilidade do Barclays às alterações nas taxas de juro e na inflação, que foi apresentada ao Comité no quarto trimestre. O Comité sugeriu que o Conselho fosse informado sobre este assunto, e está planeada uma sessão informativa para 2017. O Comité assegurou-se que as ações tomadas para posicionar o negócio do Barclays na África do Sul foram adequadas, no contexto do risco económico e político identificado. Continua a manter o impacto potencial de um abrandamento Chinês sob análise ativa, e será atualizado pela gestão no início de 2017, com uma avaliação do horizonte de risco. Dada a incerteza política e económica que ressurgiu em Itália no fim de 2016, o Comité pediu à gestão que renovasse a sua atenção na redução de quaisquer riscos de redenominação decorrentes das operações do Barclays em Itália.
Risco de setores específicos, ou seja, o perfil de risco do Grupo em setores que apresentem sinais de tensão, como o setor petrolífero	As exposições do Grupo aos setores petrolífero e de matérias-primas, face à fragilidade e volatilidade contínuas de preços nestes setores durante o ano de 2016	Continuou a avaliar regularmente as exposições do Grupo ao setor petrolífero, nomeadamente o modo como a carteira evoluiu e se isso foi conforme às expetativas, dadas as ações tomadas para gerir ou reestruturar as exposições do Barclays.	O Comité assegurou-se de que as ações tomadas pela gestão foram adequadas. Dada a volatilidade contínua neste setor, continuará a monitorizar a carteira, quanto a sinais adicionais de tensão que possam requerer ações adicionais.

Área de interesse	Assunto abordado	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Risco de crédito ou seja, o potencial para perdas financeiras caso os clientes e no deixem de cumprir as suas obrigações contratuais.	As condições no mercado imobiliário do Reino Unido, especialmente em Londres e no Sudeste, e a apetência pelo risco do Grupo por e a gestão de setores como o setor de compra para arrendamento níveis de endividamento dos consumidores no Reino Unido, especialmente no contexto do risco de taxas de juro crescentes; e o desempenho do negócio de Cartões, especialmente o negócio de Cartões nos EUA, incluindo níveis de imparidade.	• Continuou a avaliar as condições do mercado imobiliário do Reino Unido, quanto a quaisquer sinais de tensão. • Avaliou o modo como a gestão monitorizou e respondeu a níveis crescentes de endividamento de clientes. • Escrutinou o desempenho do negócio de Cartões, incluindo a análise do desempenho relativamente à apetência pelo risco, avaliando os fatores impulsionadores de imparidades nos negócios do Reino Unido e dos EUA, e avaliando as ações tomadas para garantir que o desempenho de determinados segmentos de negócio permanecia dentro da apetência acordada para o risco.	O Comité continuou a encorajar a gestão no sentido de continuar com a sua abordagem conservadora ao crédito hipotecário no Reino Unido, especialmente face aos sinais de abrandamento do mercado após o Referendo para a UE. Também encorajou a gestão para que continuasse a sua monitorização próxima dos níveis globais de endividamento dos consumidores. O Comité contestou o desempenho de crédito de determinados segmentos do negócio de Cartões dos EUA e encorajou a gestão a completar as ações identificadas para melhorar o desempenho do crédito. Também enfatizou junto da gestão a necessidade de fortalecer as relações entre a estratégia do negócio e a apetência pelo risco.
Risco operacional, i.e. ou seja, custos decorrentes de fatores humanos, processos e sistemas inadequados ou eventos externos.	Requisitos de capital do risco operacional do Grupo e quaisquer alterações relevantes ao perfil de risco operacional do Grupo e ao desempenho de riscos operacionais específicos relativamente à apetência pelo risco acordada.	• Monitorizou indicadores-chave de risco operacional através de relatórios regulares do Responsável pelo Risco Operacional. • Avaliou o impacto potencial de desenvolvimentos regulamentares sobre os requisitos de capital do risco operacional. • Debateu áreas específicas do risco operacional, nomeadamente fraude; operações transacionais; tecnologia; pagamentos; e risco informático, avaliando a extensão de perdas, o cenário global de ameaças, as tendências de risco e os controlos implementados, de forma a avaliar o impacto potencial sobre os requisitos de capital do risco operacional.	O Comité concentrou a sua atenção nos impactos financeiros e de capital do risco operacional, com atenção particular aos riscos principais que se encontravam fora da apetência. Encorajou a gestão no sentido de implementar relações mais fortes entre o ambiente de controlo em cada negócio e o capital do risco operacional atribuído a esse negócio. Também enfatizou à gestão que deveria existir uma maior coordenação entre os riscos principais salientados ao Comité e as questões de controlo do risco operacional notificadas ao Comité de Auditoria do Conselho, que estão a ser abordadas através do novo gabinete de controlos principais.
Modelo de risco Governação	Os modelos, políticas e talentos e ferramentas Disponíveis para apoiar a gestão e supervisão eficazes do risco.	• Avaliou o risco do modelo e os planos existentes para melhorar os modelos e as capacidades de modelização do Barclays. • Monitorizou o progresso de projetos importantes de gestão do risco, nomeadamente os planos existentes para alcançar a conformidade com os princípios BCBS239 de agregação de dados de risco. • Debateu todas as questões relativas à gestão do risco apresentadas pelos reguladores do Barclays e as ações tomadas pela gestão em resposta às mesmas. • Discutiu e aprovou a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial (MGRE) do ponto de vista do risco financeiro e operacional. • Supervisionou a transição e a transferência para um novo Diretor de Risco. • Encorajou a gestão no sentido de encontrar modos de avaliar as competências de risco e a cultura de gestão do risco.	O Comité continuará a monitorizar a entrega de planos para melhorar a modelização, e concentrar-se-á nesta tarefa durante o ano de 2017, como parte da sua supervisão do modelo de riscos principais. O Comité encorajou a gestão no sentido de continuar a melhorar a qualidade de dados de risco, nomeadamente incorporando a responsabilidade pela qualidade de dados de risco com os diretores de risco dos negócios. O Comité continuará a monitorizar a resposta da gestão a quaisquer questões de gestão de risco apresentadas pelos reguladores do Grupo. O Comité congratulou-se pelo facto da transferência para o novo Diretor de Risco ter sido adequada. O Comité saudou o desenvolvimento de um quadro de capacidades para gestão do risco, e solicitou que a capacidade de gestão de risco fosse periodicamente avaliada por uma entidade externa, com início em 2017. Também saudou a proposta de medição da cultura de risco e solicitou que a mesma fosse incluída na avaliação global da cultura do Barclays, realizada pelo Comité de Reputação do Conselho.
Remunerações	The scope of any risk adjustments to be taken into account by the Comité de Remuneração do Conselho when making remuneration decisions for 2016.	Debated the Risk function's view of 2016 performance, making a recommendation to the Board Remuneration Committee on the financial and operational risk factors to be taken into account in remuneration decisions for 2016.	The Committee asked for capital and liquidity on a stressed basis to be taken into account when finalising the risk input to remuneration decisions.

Adicionalmente, o Comité também tratou das seguintes questões em 2016:

- avaliou as exposições do Barclays ao mercado de financiamento alavancado e as condições gerais desse mercado
- foi informado pela PwC de todas as questões de risco associadas à revisão de contas de 2015, especificamente as relacionadas com as imparidades, a valorização da carteira ESHLA, e uma disparidade de valorização com um terceiro
- avaliou os resultados da avaliação do desempenho do Comité e todas as áreas do desempenho do Comité que precisaram de melhoria
- analisou e atualizou os seus termos de referência, apresentando-os ao Conselho para aprovação.

Governação em Ação – planeamento de emergência para o Referendo do Reino Unido sobre a UE

Um evento significativo de risco externo em 2016 foi o Referendo do Reino Unido sobre a continuação da sua permanência na UE. O Comité de Risco do Conselho monitorizou ativamente este risco emergente durante o ano de 2016, tanto antes como depois da votação.

A atividade do Comité prévia ao Referendo sobre a UE incluiu:

- o debate da potencial saída da UE pelo Reino Unido, incluindo a avaliação dos impactos potenciais sobre o Barclays da decisão de saída e a discussão das principais mensagens a dirigir aos legisladores e às autoridades prudenciais e relativas aos riscos
- a avaliação das exposições potenciais do Barclays no caso de um resultado eleitoral no sentido da saída da UE, incluindo a avaliação dos passos tomados pela gestão para atenuar quaisquer ricos (tais como a redução de quaisquer desfasamentos cambiais), de forma a posicionar defensivamente o Barclays para gerir o impacto de qualquer volatilidade no risco de mercado e financiamento
- a avaliação da probabilidade de quaisquer questões de risco operacional que possam ocorrer, caso exista um período de volatilidade de mercado após um resultado eleitoral no sentido da saída
- a realização de uma análise global da adequabilidade dos preparativos do Barclays para quaisquer movimentos do mercado
- a comunicação, ao Conselho, das deliberações do Comité.

Para além das atividades empreendidas pelo Comité, os membros do Conselho, onde se incluíram determinados Diretores não-executivos, participaram num exercício de planeamento de gestão de crises do Grupo baseado na votação do Reino Unido para abandonar a UE. O exercício concentrou-se na resposta do Barclays e no planeamento de comunicações no caso do voto ser no sentido do abandono; na articulação de alguns dos cenários de impacto de alto nível após uma votação no sentido da saída; e na determinação das decisões e na direção subsequente exigidas pela Equipa do Barclays para Liderança em Crises.

A atividade do Comité posterior ao Referendo sobre a UE incluiu:

- a organização de uma reunião especial para discutir e avaliar a eficácia dos preparativos do Barclays, que concluiu que os planos que foram implementados foram executados de forma satisfatória
- a avaliação do desempenho das ações tomadas para gerir o impacto da volatilidade sobre o risco de mercado e de financiamento
- a avaliação de uma perspetiva revista no sentido de uma maior tensão, com base em pressupostos económicos revistos, e no seu impacto sobre o perfil de risco do Barclays, considerando o efeito da perspetiva revista sobre as imparidades previstas e sobre o capital e o financiamento, o risco de mercado e o risco de crédito.
- a consideração das exposições do Barclays a bancos Europeus, em antecipação de perturbações potenciais de mercado na zona Euro, e as ações que foram tomadas para limitar essas exposições
- a discussão, com a gestão, das ações que foram tomadas para reduzir a apetência pelo risco e os limites às exposições da promoção imobiliária residencial, das hipotecas com rácios elevados entre os empréstimos e o valor, e dos empréstimos para arrendamento, e de outras ações que foram implementadas para gerir o risco em segmentos de retalho com risco mais elevado e em carteiras de empresas
- encorajar a gestão no sentido de considerar as implicações estratégicas do voto no sentido da saída
- sublinhar à gestão a necessidade de um envolvimento pleno e franco em assuntos de interesse mútuo com o governo e os reguladores do Reino Unido, dado o novo ambiente político e económico
- continuar a monitorizar o impacto potencial do voto no sentido da saída, e as ações tomadas pela gestão para lidar com quaisquer sinais emergentes de tensão nas carteiras do Barclays
- a comunicação, ao Conselho, das deliberações do Comité.

O Conselho também reuniu em plenário após o resultado do referendo, para ser informado do desempenho do Barclays durante o período de volatilidade imediatamente posterior ao resultado, o que incluiu a discussão da posição de capital e liquidez do Barclays; das condições de mercado; das comunicações com funcionários e clientes; do contacto com reguladores e com o governo do Reino Unido; das perspetivas para a economia do Reino Unido; do desempenho do preço das ações, e de potenciais impactos estratégicos.

Read more about Barclays' risk management on pages 145 to 162 and in our Pillar 3 report, which is available online at **barclays.com/annualreport**

O que fizemos em 2016
Relatório do Comité de Reputação do Conselho

“Construir e sustentar uma cultura em que todas as nossas pessoas demonstrem comportamentos e condutas consistentes, suportadas pelos valores do Barclays, é essencial para garantirmos um desempenho elevado junto de todas as nossas partes interessadas e, consequentemente, para garantirmos o nosso êxito no longo prazo.”

Caros Coacionistas
Uma das principais áreas de atenção do Comité durante o ano de 2016 consistiu em encorajar a gestão para desenvolver um modo de compreender e medir melhor áreas intangíveis como o comportamento e a cultura. O Barclays tem um objetivo forte e abrangente, "Ajudar as pessoas a cumprir as suas ambições da maneira certa", e um conjunto de valores bem reconhecido, "Respeito, Integridade, Serviço, Excelência e Intendência". Esta cultura é firmemente apoiada pelo topo: construir e sustentar uma cultura em que todas as nossas pessoas demonstrem comportamentos e condutas consistentes, suportadas pelos valores do Barclays, é essencial para garantirmos um desempenho elevado junto de todas as nossas partes interessadas e, consequentemente, para garantirmos o nosso êxito no longo prazo.

O nosso desafio tem sido a coordenação de esforços para desenvolver uma cultura através do Grupo e para obter garantias que estão a ser feitos progressos. Foi dada atenção significativa durante o ano de 2016 ao desenvolvimento de medidas e de informação consistente sobre a cultura, e o papel do Comité nesta importante iniciativa pode ser consultado no estudo de caso da página 76. Foi adotada uma abordagem semelhante para o desenvolvimento de um conjunto de indicadores que nos permitisse medir a evolução nas outras áreas de responsabilidade do Comité: conduta, reclamações e cidadania.

Durante o ano de 2016, o Comité continuou a monitorizar a exposição do Barclays, e do setor financeiro na generalidade, aos riscos reputacionais. Também renovou a atenção sobre as iniciativas em curso para desenvolver e gerir a reputação do Barclays junto das suas principais partes interessadas. Também continuámos a supervisionar a função de Compliance do Barclays, nomeadamente a aprovação do seu plano de negócios, orçamento e recursos anuais.

Ao abrigo do Regime dos Gerentes Sénior do Reino Unido, que foi instituído em março de 2016, tenho responsabilidades específicas e relativas à salvaguarda da independência e integridade da função de Compliance do Barclays, e pela supervisão do seu desempenho, que inclui o desempenho do Responsável pela Compliance. Para este efeito, reuni regulamente com o Responsável pela Compliance para receber informações relativas ao trabalho da Compliance e para prestar apoio sempre que necessário. Também reuni regularmente com outros membros da gestão sénior, incluindo os pertencentes às equipas de Relações Corporativas, Cidadania e de Risco Reputacional.

Este é o meu primeiro relatório como Presidente do Comité de Reputação do Conselho, e gostaria de registar os meus agradecimentos a Sir Michael Rake, a quem sucedi como Presidente a 1 de janeiro de 2016, e a Wendy Lucas-Bull e a Frits van Paasschen, que abandonaram o Comité aquando da sua saída do Conselho do Barclays, durante o ano de 2016. Mike Ashley e Mary Francis foram posteriormente admitidos no Conselho para garantir que temos o equilíbrio certo de competências e de experiência, e a adequada participação cruzada nos outros Comités do Conselho.

O relatório das páginas 74 a 76 apresenta detalhes sobre as questões relevantes consideradas pelo Comité durante o ano de 2016.

Desempenho do Comité
O desempenho do Comité no ano de 2016 foi avaliado durante a análise da eficácia do Conselho desenvolvida por uma entidade independente. Posso comunicar que os meus colegas do Conselho consideraram que o Comité efetuou progressos quanto a definição das suas funções, e que está a funcionar devidamente. A principal área identificada para melhoria está relacionada com a garantia de que os membros do Conselho têm maior consciência do mandato e da agenda central do Comité. Podem ser consultados mais detalhes sobre os resultados da análise de eficácia do Conselho nas páginas 81 a 83.

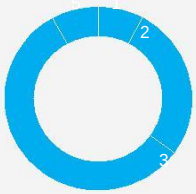
Olhando para o futuro
A transformação cultural permanece no centro da agenda do Comité, e continuaremos a monitorizar os indicadores-chave e a medir os progressos realizados. Isto será cada vez mais importante, à medida que o Barclays for implementando o seu Programa de Reforma Estrutural e começar a criar entidades jurídicas independentes no seio do Grupo. O meu principal objetivo em 2016 consistiu em pôr o Comité no centro do impulso do Barclays para ser um líder relativamente à conduta, cultura e reputação, áreas em que nem sempre sobressaímos no passado. Ainda há muito a fazer, mas acredito que a liderança e os processos que já implementámos constituam excelentes alicerces para construções futuras.

Sir Gerry Grimstone
Presidente, Comité de Reputação do Conselho
22 de fevereiro de 2017

O que fizemos em 2016

Relatório do Comité de Reputação do Conselho

Afetação de tempo do Comité de Reputação do Conselho (%)



	2016	2015
1 Cidadania	8	6
2 Questões reputacionais	27	13
3 Cultura, conduta e compliance	57	57
4 Risco operacional:*	0	19
5 Outros	8	6

*A supervisão do risco operacional é atualmente da competência do Comité de Risco do Conselho

Composição e reuniões do Comité

O Comité inclui Diretores não-executivos independentes. Durante 2016 houve uma série de alterações à constituição do Comité, que se descrevem na tabela ao lado.

O Comité reuniu cinco vezes durante o ano de 2016, tendo uma das reuniões decorrido nos escritórios do Barclays em Nova Iorque. O gráfico anterior mostra o modo como o seu tempo foi afetado. As reuniões do Comité contaram com a participação de representantes da gestão, nomeadamente o Diretor Geral do Grupo, o Diretor da Auditoria Interna, o Diretor de Risco, o Conselheiro Geral, o Diretor de Relações Corporativas do Grupo, e os Responsáveis pela Compliance, Risco de Conduta e Risco Operacional, bem como com a participação de representantes dos negócios e de outras funções. Os representantes da FCA também participaram numa reunião durante o ano de 2016.

Membro	Reuniões assistidas/elegível para assistir
Sir Gerry Grimstone (a partir de 1 de janeiro de 2016)	5/5
Mike Ashley (a partir de 1 de maio de 2016)	4/4
Mary Francis (a partir de 1 de novembro de 2016)	2/2
Wendy Lucas-Bull (até 1 de março de 2016)	0/0*
Dambisa Moyo	5/5
Diane de Saint Victor	5/5
Frits van Paasschen (até 1 de abril de 2016)	1/1

* Não houve reuniões do Comité anteriores a 1 de março de 2016, momento em que Wendy Lucas-Bull deixou o Comité

Função e responsabilidades do Comité

O principal objetivo do Comité consiste em:

- apoiar o Conselho na promoção da sua visão coletiva para o propósito, valores, cultura e comportamentos do Barclays
- garantir, em nome do Conselho, a eficiência dos processos para a identificação e gestão do risco de conduta e reputacional
- supervisionar a conduta do Barclays relativamente às suas obrigações corporativas e societárias, nomeadamente definindo as orientações, direção e políticas para a abordagem do Barclays aos clientes e às questões regulamentares, e a Estratégia de Cidadania do Barclays,
- nomeadamente a gestão das contribuições do Barclays no campo económico, social e ambiental.

Os termos de referência do Comité estão disponíveis em **home.barclays/corporateGovernação**

O trabalho do Comité

Descrevem-se seguidamente os assuntos relevantes abordados pelo Comité durante 2016:

Área de interesse	Assunto abordado	Função do Comité	Conclusão/medida tomada
Risco de conduta	Consiste no risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays decorrente do fornecimento inadequado de serviços financeiros, incluindo casos de conduta indevida voluntária ou negligente.	■ Discutiu atualizações provenientes da gestão e relativas ao risco de conduta, e solicitou o desenvolvimento de um relatório/painel de instrumentos contendo indicadores de conduta, a apresentar em cada reunião. ■ Monitorizou regularmente o desempenho relativamente a indicadores de risco de conduta previamente acordados. ■ Debateu os indicadores que foram desenvolvidos para medir riscos e questões relevantes de conduta, nomeadamente fornecendo opiniões sobre indicadores para infrações às políticas. ■ Discutiu com a AIB a sua opinião relativa à gestão do risco de conduta em todo o Grupo, com especial ênfase na manutenção da atenção sobre o risco de conduta durante períodos de mudança. ■ Contribuiu, através do Presidente do Comité, para o âmbito da análise realizada pela AIB sobre o programa de risco de conduta. ■ Discutiu diretamente com a gestão do Barclays International e do Barclays UK a sua opinião quanto às questões de conduta e culturais nesses negócios, e o estado de quaisquer iniciativas implementadas para fortalecimento da conduta e da cultura. ■ Confirmou com a gestão que foram empreendidas análises para recolha de ensinamentos de questões ocorridas noutros bancos e instituições financeiras, por ex. esquemas de incentivos baseados em vendas. ■ Monitorizou os níveis globais de certificação pelos colegas do Modo do Barclays, o código de conduta do Grupo.	O Comité solicitou ainda uma atenção adicional sobre as propostas, adequabilidade e atualizações relativas ao desenvolvimento e aos controlos de produtos. Em 2017, receberá um relatório trimestral sobre novos produtos. Forneceu informações relativas ao desenvolvimento do painel de instrumentos, nomeadamente solicitando que inclua os relatórios da AIB, e que utilize dados pontuais externos caso estejam disponíveis. O Comité reiterou junto da gestão a importância de garantir que a ênfase na conduta é mantida, nos negócios ou jurisdições que o Barclays está a abandonar ou onde está a reduzir a sua presença. O Comité encorajou a gestão no sentido de incluir os colaboradores associados no âmbito da formação sobre o Modo do Barclays, e estão a ser tomadas providências para que todos os membros do Comité frequentem, eles mesmos, esta formação.
	O âmbito de quaisquer ajustes ao risco de conduta, a considerar pelo Comité de Remunerações do Conselho durante a tomada de decisões para 2016.	■ Considerou os ajustes propostos aos planos de incentivos, de uma perspetiva do risco de conduta.	O Comité apoiou a metodologia usada e os ajustes resultantes propostos.

Transformação cultural	Progresso alcançado na incorporação da transformação cultural.	■ Debateu relatórios sobre o progresso desenvolvido para efetivar a transformação cultural no Barclays em termos globais, discutindo as medidas tomadas para definir a cultura desejada e o modo como a mesma é medida. ■ Solicitou que fosse desenvolvido um relatório único de indicadores culturais para apresentação em cada reunião, e monitorizou regularmente o desempenho relativamente aos indicadores acordados. ■ Discutiu o estado das ações decorrentes da avaliação do Barclays realizada em 2015 pelo Conselho de Normas Bancárias (CNB), o progresso da avaliação de 2016 e o relatório de avaliação resultante, solicitando à gestão uma maior coordenação entre o trabalho do CNB e os inquéritos internos aos funcionários.	**O estudo de caso da página 76 contém mais informação relativa ao desenvolvimento do enquadramento das medidas para a cultura.**
Reclamações	Assegurar resultados justos aos clientes, a partir da monitorização do volume de reclamações recebidas e do padrão e da qualidade dos processos de gestão de reclamações.	■ Solicitou o desenvolvimento de um relatório/painel de instrumento contendo indicadores de reclamações, a apresentar em cada reunião. ■ Monitorizou regularmente o desempenho relativamente a indicadores de reclamações previamente acordados. ■ Discutiu o modo como as reclamações são tratadas e a ênfase de resolver as reclamações no primeiro ponto de contacto. ■ Debateu as alterações iminentes no setor quanto ao modo como as reclamações notificáveis são registadas, e quanto ao seu potencial para risco reputacional.	O Comité encorajou a gestão a desenvolver um modo de definir e comunicar reclamações no banco de investimento do Barclays International, e será emitida uma norma para gestão de reclamações nesse negócio no primeiro trimestre de 2017. O Comité solicitou que fosse incluída informação adicional sobre as causas principais das reclamações em relatórios futuros.
Cidadania	O estado do Plano de Cidadania do Barclays para o período entre 2016 e 2018, a *Ambição de Crescimento Partilhado*.	■ Debateu as metas a definir para as iniciativas do Crescimento Partilhado. ■ Concordou com a proposta de centrar a atividade nos temas do acesso ao emprego, à capacitação financeira e digital, e ao financiamento. ■ Avaliou as atualizações de estado quanto ao progresso da *Ambição de Crescimento Partilhado*. ■ Solicitou o desenvolvimento de um relatório/painel de instrumentos com indicadores de cidadania, para apresentação em todas as reuniões e monitorização regular do desempenho relativamente aos indicadores acordados. ■ Estudou, e recomendou para aprovação pelo Conselho, a declaração do Barclays relativa à Lei do Esclavagismo Moderno do Reino Unido, que pode ser consultada no website do Barclays.	O Comité apresentou informações sobre o modo como a *Ambição de Crescimento Partilhado* foi articulada, e solicitou informação adicional relativamente às áreas e métricas centrais, e ao modo como o progresso seria medido e comunicado. Estas informações foram incorporadas no plano, que foi apresentado em junho de 2016. **As páginas 23 a 24 contém mais detalhes sobre a abordagem do Barclays à cidadania.**
Risco de reputação	Garantir que o Barclays prevê, identifica e gere questões reputacionais que possam ter impacto sobre si ou sobre o setor, agora ou no futuro.	■ Acompanhou questões atuais de risco reputacional, incluindo o envolvimento do Barclays em setores sensíveis, como a defesa ou a energia e os combustíveis fósseis. ■ Avaliou questões reputacionais emergentes, como as mudanças climáticas e a flexibilização de determinadas sanções contra o Irão. ■ Avaliou as medidas em curso para construir e gerir de forma proativa a reputação do Barclays junto das partes interessadas. ■ Avaliou os resultados de inquéritos a opiniões externas, as tendências dos indicadores e os fatores influenciadores dos resultados dos inquéritos, nomeadamente o impacto potencial do Referendo sobre a UE e as alterações na liderança dos governos do Reino Unido e dos EUA. ■ Discutiu os riscos reputacionais associados à fiscalidade e o modo como foram geridos no Grupo, nomeadamente a eficácia dos Princípios Fiscais e do Código de Conduta do Barclays.	O Comité apresentou informações relativas à forma e conteúdo dos relatórios sobre risco reputacional e ao modo como os riscos específicos e sistémicos do Barclays podem ser monitorizados. Aprovou alterações à Política de Sanções do Barclays relativamente às sanções contra o Irão. O Comité solicitou um relatório regular que apresentasse continuamente uma perspetiva dos últimos 12 meses relativamente às campanhas de comunicações do Barclays. Também solicitou e recebeu informação adiconal sobre o negócio do Barclays em jurisdições com fiscalidade reduzida. Solicitou e recebeu relatórios regulares do Comité de Supervisão de Gestão Fiscal sobre as transações que analisou.

O que fizemos em 2016

Relatório do Comité de Reputação do Conselho

O Comité também tratou dos seguintes assuntos:

- discutiu a evolução dos planos para desenvolvimento da marca Barclays
- aprovou as prioridades da equipa de Relações Corporativas do Barclays para 2017
- avaliou o MGRE revisto na perspetiva do risco de conduta e reputacional, e recomendou a sua aprovação pelo Conselho
- aprovou o plano de negócios da Compliance para 2016 e monitorizou a sua evolução, nomeadamente nas atualizações relativas aos recursos e aos níveis de cessação de atividade
- recebeu um relatório relativo à análise anual da gestão quanto à eficácia do cumprimento da Regra Volcker (que restringe a negociação por conta própria e determinados investimentos em fundos a bancos que operem nos EUA)
- avaliou e discutiu um relatório sobre o desempenho do Comité durante o ano de 2015
- aprovou revisões aos seus termos de referência e recomendou a sua aprovação pelo Conselho.

Podem ser consultadas mais informações sobre a gestão do risco no Barclays nas páginas 145 a 162
e no nosso relatório sobre o Pilar 3, que está disponível on-line em **barclays.com/annualreport**

Governação em Ação - medição da evolução cultural

Uma área que mereceu a atenção especial do Comité em 2016 foi a discussão e o apoio à gestão quanto à sua implementação da transformação cultural. O Comité Executivo do Gurpo confirmou a conduta, a cultura e os valores como uma das suas prioridades de execução para 2016, com o objetivo de monitorizar a transformação cultural e de reunir diferentes indicadores culturais, para formar uma perspetiva coerente e consolidada da cultura em todo o Barclays.

Representantes sénior da Compliance, Risco, RH e AIB apresentaram ao Comité, no início de 2016, a evolução da implementação da transformação cultural e propostas para desenvolvimento de um conjunto de indicadores-chave, juntamente com estruturas claras de governação e responsabilização pela monitorização e sustentabilidade do progresso cultural. O Comité debateu e apoiou os seguintes objetivos:

- identificar o estado final pretendido para a cultura e o modo de medição da evolução nesse sentido
- desenvolver uma ferramenta de medição cultural que forneça informações simples e consistentes, e relevantes para todas as partes interessadas
- usar as perspetivas obtidas para impulsionar ações e incorporar e sustentar a desejada cultura baseada em valores.

Foram identificados dez resultados culturais, fortemente ligados aos valores do Barclays:

Valor	Resultados culturais	
Respeito	Inclusão	Colaboração
Integridade	Manifestação	Responsabilização pessoal
Serviço	Centralidade no cliente	Balanced short and long-term needs
Excelência	Simplicidade e eficiência	Elevado desempenho
Intendência	Melhoria contínua	Reputação forte

Para cada resultado cultural pretendido, foi identificado um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, juntamente com indicadores de perceção externa. Os indicadores propostos foram construídos a partir de indicadores existentes e usados no Grupo, como os resultados do Your View (o inquérito à opinião dos funcionários), os resultados de inquéritos à opinião externa, os relatórios da AIB, as análises de desempenho e indicadores relacionados com a gestão do risco e com a compliance. A avaliação destes indicadores garantirá que os esforços em curso permanecem centrados nas questões prioritárias e nos desafios que possam impedir a transformação cultural.

Ao debater e apoiar os resultados e indicadores culturais propostos, o Comité forneceu informações à gestão. Em particular, discutiu:

- como incorporar a cultura pretendida nos níveis médios de gestão, e se seria necessário um plano de ações específico para este grupo populacional
- como a estruturação correta de incentivos, com base na responsabilização pessoal, poderia ajudar a impulsionar a cultura e os comportamentos corretos
- se seria necessária uma abordagem mais holística às avaliações de desempenho, com ênfase ainda maior na recompensa do modo como as coisas são feitas, em vez da ênfase no que é alcançado
- se os indicadores baseados nas avaliações do "como" nas avaliações de desempenho poderiam ser incorporados como uma medida do êxito
- se os indicadores existentes sobre as questões de auditoria e as ações regulamentares poderiam ser incorporados como uma medida do êxito.

A informação do Comité foi posteriormente incorporada na ferramenta de medida. O Comité também solicitou o desenvolvimento de um painel de instrumentos para a cultura, definindo trimestralmente o desempenho relativamente aos indicadores acordados. O primeiro relatório desta série foi feito em setembro de 2016, com um relatório adicional em dezembro de 2016, permitindo ao Comité debater os resultados e tendências e as áreas identificadas para potenciais análises aprofundadas ou ações específicas. Durante o ano de 2017, o Comité continuará a avaliar os indicadores trimestrais, os potenciais temas emergentes, e quaisquer desafios específicos identificados ao nível dos negócios e das funções.

O que fizemos em 2016

Relatório do Comité de Nomeações do Conselho

> **“A garantia de que existem processos adequados para a sucessão de executivos é uma parte central da nossa função.”**

Caros Coacionistas

No seguimento da sua nomeação como Diretor Geral do Grupo no fim de 2015, Jes Staley tem vindo a criar o seu Comité Executivo do Grupo. É necessária a análise, a nível do Conselho, das nomeações para o Comité Executivo do Grupo, e durante o ano de 2016 o Comité de Nomeações do Grupo continuou a incorporar a sua supervisão do planeamento de sucessões do Comité Executivo do Grupo. O Comité foi atualizado quanto à estratégia de talentos e sucessão do Barclays, e recebeu os perfis funcionais e os resultados de avaliações de sucessores internos às funções do Comité Executivo do Grupo. Faz parte central da nossa função assegurarmo-nos de que estão implementados os devidos processos para a sucessão de executivos, e nas nossas reuniões regulares discutimos o modo como os sucessores potenciais estão a receber experiências amplas e relevantes como parte do seu desenvolvimento.

Uma outra área de interesse em curso para o Comité em 2016 foi a composição dos conselhos das nossas filiais, à luz dos requisitos jurídicos, regulamentares e de governação da Reforma Estrutural. Prestou-se toda a atenção no sentido de garantir a independência do conselhos e dos comités de conselhos das filiais do Barclays estrategicamente significativas, ao mesmo tempo que se fomentou a colaboração entre esses conselhos e o Conselho do Barclays. Deliberámos longamente quanto à estrutura dos conselhos das filiais e quanto ao modo como estas devem informar e interagir com o Conselho do Grupo, que deve continuar a assegurar a supervisão adequada, para garantir a operação eficaz do Grupo e a proteção dos interesses dos acionistas. Durante o ano de 2016, finalizámos e recomendámos ao Conselho um conjunto de Princípios Orientadores de Governação, que documentam as expetativas de alto nível para o relacionamento que existirá entre o Barclays e as suas filiais estrategicamente significativas.

O Comité considerou, com regularidade, o equilíbrio de competências, experiência e diversidade necessário no Conselho durante o ano de 2016. Atualizámos a matriz de competências do Conselho para fortalecer e melhorar a eficácia do Conselho. Realizámos buscas por novos Diretores não-executivos, e aprovámos a nomeação de Mary Francis como Diretora não-executiva: Mary traz, simultaneamente, experiência em serviços financeiros e experiência significativa de administração não-executiva ao Conselho. Também considerámos a composição dos conselhos das filiais em cada uma das reuniões do nosso Comité, tomando especial atenção às nomeações nos conselhos das filiais estrategicamente significativas, à medida que continuámos a incorporar a Reforma Estrutural. É justo dizer-se que atrair candidatos com as aptidões, experiência e qualidades de que necessitamos continua a ser uma tarefa de considerável envergadura: a participação no conselho de um banco não é uma tarefa considerada ligeira e o nosso êxito em conseguir os candidatos certos tem sido necessariamente limitado pelos desafios que estes intuem.

.

Durante a análise da composição e dos planos de sucessão do Conselho e do Comité do Conselho, a diversidade continua a merecer a nossa atenção prioritária. Continuámos a receber atualizações regulares sobre a diversidade e a inclusão durante o ano de 2016, e foi com satisfação que ouvimos que o número de mulheres em cargos de liderança sénior aumentou pelo terceiro ano consecutivo. Como Conselho, alcançámos a nossa meta de 25% de representação de mulheres em 2015 e estamos a progredir no sentido da meta, que definimos o ano passado, de 33% de representação de mulheres em 2020. Porém, a diversidade não é relativa apenas ao género, e estamos sempre atentos à diversidade em todas as suas formas, mesmo quando não definimos metas específicas.

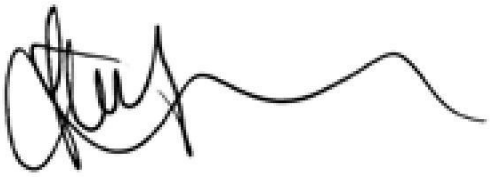
Determinadas responsabilidades que me foram atribuídas como Presidente do Comité foram estabelecidas pelo Regime de Gestores Sénior introduzido no Reino Unido em março de 2016. Ao abrigo desse regime, sou responsável por garantir que o Comité mantém a sua independência e que funciona de forma eficaz, cumprindo as responsabilidades esperadas pelos nossos reguladores em termos da supervisão das decisões relativas à estrutura, dimensão, composição, diversidade e desempenho do Conselho. O relatório que se segue descreve o modo como estas responsabilidades foram cumpridas. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos meus colegas do Comité o seu apoio permanente durante o ano de 2016.

Desempenho do Comité

O desempenho do Comité foi avaliado como durante a análise anual à eficácia do Conselho, e tenho o prazer de informar que se apurou que estava a funcionar de forma eficaz. Uma área identificada para melhoria está relacionada com a garantia de que são enviadas mais informações regulares ao Conselho sobre o estado do recrutamento dos novos Diretores não-executivos, que eu endereçarei. O relatório sobre a análise à eficácia do Conselho contém mais informações e pode ser consultado nas páginas 81 a 83.

Olhando para o futuro

Em 2017, continuaremos a apoiar a implementação da nova estrutura do Grupo, assegurando que temos as pessoas certas para levar o Barclays adiante. Conforme o caso, continuaremos a apresentar recomendações ao Conselho para garantir que permanecemos na linha da frente das melhores práticas de governação empresarial.

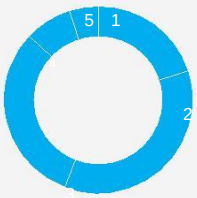


John McFarlane
Presidente, Comité de Nomeações do Conselho
22 de fevereiro de 2017

O que fizemos em 2016

Relatório do Comité de Nomeações do Conselho

Afetação de tempo do Comité de Nomeações do Conselho (%)



	2016	2015
1 Assuntos de governação corporativa Composição do Conselho e do	20	17
2 Comité	36	24
3 Planeamento de sucessões e talento	31	47
4 Eficácia do Conselho	8	6
5 Outros	5	6

Membro	Reuniões assistidas/elegível para assistir
John McFarlane	7/7
Mike Ashley	7/7
Tim Breedon	4/7
Crawford Gillies	7/7
Sir Gerry Grimstone	6/7
Reuben Jeffery*	6/7

*Não participou em determinadas reuniões agendadas e organizadas com antecedência reduzida, devido a compromissos prévios

Nota
O Presidente e o Diretor Geral do Grupo autodispensam-se das reuniões nas ocasiões em que o Comité se debruça sobre a sucessão dos seus cargos.

Composição e reuniões do Comité

O Comité é composto unicamente por Diretores não-executivos independentes. John McFarlane, como Presidente do Conselho, é também o Presidente do Comité. Mike Ashley, Tim Breedon, Crawford Gillies, e Sir Gerry Grimstone, sendo os Presidentes de cada um dos restantes Comités do Conselho, e Reuben Jeffery, são também membros do Comité. Podem ser consultados detalhes das competências e experiência dos membros do Comité nas suas biografias das páginas 51 e 52.

Durante o ano de 2016 realizaram-se sete reuniões do Comité, incluindo uma reunião conjunta com o Comité de Remunerações do Conselho. Três destas reuniões foram agendadas com reduzida antecedência para tratar de questões específicas. A participação de membros do Comité nas reuniões apresenta-se ao lado e o gráfico acima mostra o modo como o Comité afetou o seu tempo. O Diretor Geral do Grupo assistiu às reuniões do Comité, e o Diretor de RH do Grupo, o Responsável pelo Talento, e o Responsável Global pela Diversidade e Inclusão participaram sempre que se considerou adequado.

Função e responsabilidades do Comité

O principal objetivo do Comité consiste em:

- apoiar e aconselhar o Conselho, no sentido de garantir que a composição do Conselho e dos seus Comités é adequada e que lhes permite funcionar eficazmente
- examinar as competências, experiência e diversidade do Conselho e planear a sucessão das principais posições no Conselho, planeando antecipadamente para precaver futuras aposentações e para colmatar quaisquer previsíveis lacunas de competências
- proporcionar supervisão, ao nível do Conselho, do programa de gestão de talentos e das iniciativas de diversidade e inclusão a decorrer no Grupo
- aprovar o processo de análise anual à eficácia do Conselho e monitorizar a evolução de quaisquer ações que o mesmo suscite.

Os termos de referência do Comité podem ser consultados em **home.barclays/corporateGovernação**

O trabalho do Comité

Descrevem-se seguidamente os assuntos relevantes abordados pelo Comité durante 2016:

Área de interesse	Assunto considerado	Papel do Comité	Conclusão/ação realizada
Conselho e a composição do Comité do conselho	Os membros do conselho e a actual e futura composição do Conselho e os seus comités..	▪ Discutiu um plano previsional das aptidões esperadas e da experiência necessária no Conselho, no contexto da direção estratégica futura. ▪ Avaliou a matriz revista de competências do Conselho e, tendo em conta as alterações conhecidas e esperadas do Conselho, procedeu à pesquisa de Diretores não-executivos. ▪ Reviu as participações nos Comités do Conselho. ▪ Considerou e forneceu informações para os planos de sucessão do Presidente do Comité do Conselho.	O Comité aprovou a revisão da matriz de competências e concordou em levar a cabo uma pesquisa de novos Diretores não-executivos alinhada com os requisitos identificados. Recomendou a nomeação de Mary Francis para o Conselho como Diretora não-executiva, tendo esta posteriormente aderido ao Conselho a partir de 1 de outubro de 2016. O Comité concluiu que seria necessária experiência adicional em contabilidade e auditoria para permitir mais opções futuras de sucessão à presidência do Comité de Auditoria do Conselho, e continua a pesquisa de potenciais candidatos. **Na página 80 são apresentados mais detalhes sobre a abordagem do Conselho ao recrutamento de novos Diretores.**

Área de interesse	Assunto considerado	Função do Comité	Conclusão/medida tomada
Planeamento da sucessão de executivos e gestão de talento	Composição e sucessão do Comité Executivo do Grupo após a nomeação do novo Diretor Geral do Grupo em 2015. Supervisão da sucessão do Diretor Geral do Grupo e nomeações para cargos-chave.	■ Debateu as atualizações do Diretor de RH do Grupo relativas aos planos de sucessão do Comité Executivo do Grupo, nomeadamente quanto à avaliação das opções em caso de emergência e da base de talentos existente. Considerou avaliações externas e a comparação dos talentos internos. Debateu os ■ requisitos de aprovação para as nomeações ao Comité Executivo do Grupo e para outras posições-chave no Grupo.	O Comité solicitou uma apresentação das principais conclusões da reunião externa do Comité Executivo do Grupo sobre o talento. Também pediu para receber relatórios das avaliações de executivos levadas a cabo por um mediador externo. O Comité concordou com os requisitos de aprovação para posições-chave, e aprovou posteriormente a nomeação de Tim Throsby como Presidente do Barclays International , de acordo com estes requisitos.
Implicações de governação da Reforma Estrutural e da composição dos conselhos de filiais estrategicamente significativas	Composição dos conselhos e dos comités de conselhos de filiais estrategicamente significativas, nomeadamente quanto à dimensão, estrutura e interações propostas para o conselho. Princípios de governação para o relacionamento entre o Barclays e as suas filiais estrategicamente significativas.	■ Finalizou os Princípios Orientadores de Governação para o período posterior à Reforma Estrutural do Grupo, que definem as competências máximas para tomada de decisões, respeitando ao mesmo tempo os direitos e as responsabilidades dos conselhos das filiais estrategicamente significativas. Debateu a estrutura e a composição ■ necessárias dos conselhos e dos comités de conselhos das filiais estrategicamente significativas, à luz dos requisitos e das opiniões regulamentares. Analisou a matriz de competências do conselho proposta para o Barclays UK. Considerou candidatos para as posições de presidente do Barclays UK e do Barclays International. Considerou nomeações para o conselho do US IHC, e os honorários respetivos. Considerou nomeações para o conselho do Barclays Africa.	O Comité aprovou e recomendou os Princípios Orientadores de Governação para aprovação pelo Conselho. Acordou uma estrutura para os conselhos das filiais estrategicamente significativas e iniciou uma pesquisa de diretores não-executivos, nomeadamente para a posição de presidente do Barclays UK, e acordou um processo para a nomeação do presidente do Barclays International. O Comité aprovou a nomeação de Diretores para o conselho do US IHC, que incluiu a aprovação dos honorários a eles devidos. Também aprovou nomeações ao conselho do Barclays Africa.
Eficácia do Conselho	Progresso realizado relativamente às ações identificadas pela análise à eficácia do Conselho em 2015. Análise à eficácia do Conselho e dos seus Comités em 2016.	■ Discutiu e acordou as ações propostas para aplicação em resposta às conclusões da análise de 2015. Reavaliou o estado das ações durante o ano e monitorizou o progresso do plano de ações. ■	O Comité recomendou o plano proposto de ações e os objetivos do Conselho para 2016 para aprovação pelo Conselho. O Conselho concordou e recomendou o processo para a análise de eficácia em 2016, que decorreu do modo recomendado
Governação	Mudanças aomodelo de governação seguindo a implementação da gestão sénior em Março de 2016. .	• Analisou as atualizações à *Governação Corporativa no Barclays* e à *Carta de Expetativas* após a implementação do Regime dos Gestores Sénior, de forma a integrar os requisitos no modelo de governação corporativa existente, atribuindo atenção especial aos perfis de funções individuais atualizados.	Aprovou, e recomendou para aprovação pelo Conselho, os documentos de governação corporativa atualizados e os perfis de funções para os principais cargos no Conselho.

O que fizemos em 2016
Relatório do Comité de Nomeações do Conselho

Adicionalmente, o Comité tratou das seguintes questões:

- recebeu uma apresentação da PRA relativa à sua análise anual do Barclays
- propostas para o Relatório de Governação Corporativa de 2016
- análise à eficácia do Comité e o seu caderno de encargos.

Nomeação e re-eleição de Diretores
A composição do Conselho e dos Comités do Conselho é um ponto permanente para consideração em todas as reuniões do Comité. Inclui-se aqui a consideração de novas nomeações de potenciais Diretores não-executivos, tanto relativas à sucessão planeada de aposentações conhecidas como por resultado da análise contínua das aptidões e experiência necessárias ao Conselho, para que este possa continuar a funcionar de forma eficaz.

O Comité toma frequentemente em consideração uma matriz de competências para o Conselho, que identifica as competências nucleares, as aptidões, a diversidade e a experiência necessárias ao Conselho para que este cumpra os seus objetivos estratégicos e governe eficazmente o Grupo, Cada atributo identificado na matriz de competências têm uma ponderação-alvo associada, e estas são regularmente atualizadas ao longo do tempo para que reflitam as necessidades do Grupo. O Comité analisa a matriz de competências sempre que considera uma nova nomeação para o Conselho, e sempre que revê a composição atual e esperada do Conselho e dos Comités do Conselho. Isto ajuda a estabelecer um calendário das nomeações propostas para o Conselho.

Durante o recrutamento de um novo Diretor não-executivo, são identificadas as competências específicas necessárias, por exemplo, um indivíduo com experiência internacional, ou com experiência recente em funções num determinado comité do conselho. A *Carta de Expetativas* contém as principais competências e aptidões que se espera dos Diretores não-executivos e estas, para além de outros detalhes como o compromisso temporal esperado, serão incluídas na especificação de indivíduos. O Comité considera posteriormente em plenário o curriculum vitae e as referências de candidatos potenciais. Quaisquer candidatos pré-selecionados serão entrevistados por membros do Comité e, conforme o caso, pode ser solicitado a acionistas de referência e aos reguladores do Barclays que se pronunciem quanto à nomeação proposta. O Conselho é informado relativamente à evolução do processo de recrutamento e entrevista, e quaisquer informações relativas às entrevistas são fornecidas ao Conselho, juntamente com uma recomendação para nomeação.

As empresas de pesquisa de executivos Egon Zehnder, JCA Group e MWM Consulting receberam instruções para ajudar na pesquisa de Diretores não-executivos durante o ano de 2016. Nenhuma destas empresas tem qualquer outra ligação ao Barclays, para além de fornecer serviços de recrutamento. A divulgação pública de cargos disponíveis no Conselho não foi usada em 2016, já que o Comité acredita que o recrutamento seletivo é o modo ótimo de recrutamento para os cargos no Conselho. Todas as empresas usadas para o recrutamento de Diretores não-executivos subscreveram o código voluntário de conduta para as empresas de pesquisa de executivos, que inclui medidas para melhorar a diversidade de género nos conselhos.

Em 2016, o Barclays anunciou a nomeação de Mary Francis como Diretora não-executiva, e ela integrou o Conselho a partir de 1 de outubro de 2016. Como foi informado anteriormente, Mary tem grande experiência de administração numa série de setores. Wendy Lucas-Bull abandonou o Conselho em março de 2016, no seguimento do anúncio da intenção do Barclays em reduzir a sua participação acionista no Barclays Africa Group Limited, e Frits van Paasschen não se candidatou à re-eleição na RGA de 2016.

Os Diretores em exercício no fim de 2016 foram sujeitos a uma análise de eficácia, como se descreve na página 81. Com base nos resultados dessa análise, o Conselho aceitou a opinião do Comité, de que cada Diretor proposto para recondução continua a ser eficaz. e que demonstraram o nível de compromisso requerido relativamente à sua função no Conselho e às necessidades do negócio. Diane de Saint Victor e Steve Thieke anunciaram a sua intenção de abandonar o Conselho na RGA de 2017.

Declaração de Diversidade
O Conselho teve em conta duas importantes publicações emitidas em 2016: as recomendações da *Hampton-Alexander Review* para melhorar o equilíbrio de género das equipas de liderança nas empresas cotadas no FTSE e as recomendações da *Parker Review* relativas à diversidade étnica nos conselhos de administração no Reino Unido. O Comité informou o ano passado que o Conselho excedera o seu objetivo de 25% de mulheres Diretoras no fim de 2015, e que marcara um novo objetivo de 33% para representação do género no Conselho até 2020. Este objetivo refletiu-se formalmente na Política de Diversidade do Conselho, que pode ser consultada on-line em home.barclays/corporateGovernação. Abaixo do nível do Conselho, o Grupo cumpriu o seu objetivo de 24% de mulheres líderes sénior. O Comité está ciente de que o Comité Executivo do Grupo atualmente não inclui mulheres, mas está satisfeito com o nível de diversidade nesse Comité e com a percentagem de mulheres entre os subordinados diretos dos membros do Comité Executivo do Grupo (25% no fim de 2016). Para alargar o âmbito das perspetivas e das contribuições enviadas às reuniões do Comité Executivo do Grupo, foi implementada uma iniciativa pelo Diretor Geral do Grupo durante o ano de 2016, para criar um cargo ex officio no Comité, ocupado em rotação por cada um dos nomeados durante um período de quatro meses. A primeira nomeada foi Kathryn McLeland, Responsável das Relações com Investidores. Relativamente à diversidade étnica, o Conselho considera que o Barclays está atualmente bem posicionado em termos de representação ao nível do Conselho, e também ao nível do Comité Executivo do Grupo, de acordo com a definição da Parker Review (que inclui indivíduos de origens etno-culturais Negras, da Ásia Oriental, Latino-Americanas, do Médio Oriente, ou da Àsia do Sul).

Durante o ano de 2016, o Comité recebeu atualizações regulares do Responsável Global pela Diversidade e Inclusão relativas a todo o espetro da agenda para a diversidade e inclusão no Barclays. Para o ano de 2017, o Comité solicitou informação adicional relativa à inclusão social.

O Comité reconhece a importância de garantir a existência de diversidade de género, etnia, geografia e experiência profissional no Conselho, ao mesmo tempo que continua a recomendar que todas as nomeações sejam feitas com base no mérito, no contexto das competências e experiência exigidas. O objetivo de diversidade do Barclays relativo às mulheres no Conselho é reconhecido na matriz de competências do Conselho, que identifica as competências e aptidões nucleares necessárias a um Conselho eficaz. Nos casos em que são contratadas empresas de pesquisa de executivos para apoiar no recrutamento de um novo Diretor, a diversidade é apontada como um fator-chave. Adicionalmente, a avaliação externa ao Conselho levou a diversidade em conta durante a avaliação da eficácia do Conselho.

Podem ser consultados mais detalhes sobre a estratégia de diversidade e inclusão do Barclays na página 96

Análise à eficácia do Conselho e dos Comités do Conselho Todos os anos, o Conselho leva a cabo uma autoavaliação, apoiada por um agente externo, à eficácia do Conselho, dos Comités do Conselho e dos Diretores individuais. A Independent Board Evaluation facilitou a análise à eficácia em 2015 e foi contratada para levar a cabo a análise de 2016, que se baseou nas conclusões da análise de 2015, e que incluiu a avaliação do progresso das ações anteriormente identificadas. A Independent Board Evaluation é uma consultora independente externa sem ligações ao Barclays. De forma a garantir a recolha de opiniões de elevada qualidade, Ffion Hague, a consultora, baseou a análise em entrevistas individuais com os Diretores. O Diretores receberam uma agenda previamente à sua entrevista, que foi centrada nas áreas para melhoria identificadas pela análise à eficácia de 2015, bem como em quaisquer novas questões que tenham emergido após a conclusão da referida análise. Para além das entrevistas, Ffion Hague participou nas reuniões do Conselho e dos Comités do Conselho na qualidade de observadora, reuniu com os membros do Comité Executivo do Grupo, com a Secretária da Empresa e com outros membros da gestão sénior, para além de recolher opiniões junto de partes interessadas externas. Em dezembro de 2016, a Independent Board Evaluation apresentou um relatório ao Conselho sobre as conclusões da análise de eficácia. Além disso, o Presidente recebeu um relatório e informações sobre o desempenho de cada um dos Diretores, e o Diretor Independente Sénior recebeu um relatório sobre o Presidente. Os presidentes dos Comités do Conselho receberam relatórios individuais sobre o desempenho dos Comités do Conselho. Depois de analisadas as conclusões da análise à eficácia de 2016, os Diretores permaneceram convictos de que o Conselho e cada um dos Comités do Conselho estão a funcionar eficazmente. O progresso relativo a 2015 foi positivo e o Conselho continua empenhado em fazer mais progressos para garantir que é considerado como tendo uma eficácia elevada e esperada de uma empresa do FTSE100. Depois da conclusão da análise do Comité de Nomeações do Conselho, com o apoio da Secretária da Empresa, preparou um documento detalhado de planeamento de ações. Nas páginas 82 e 83 divulga-se um resumo das ações identificadas para apoiar o Conselho a manter e melhorar a sua eficácia, bem como uma atualização das ações tomadas após a análise à eficácia de 2015

O que fizemos em 2016
Relatório do Comité de Nomeações do Conselho

Análise à Eficácia do Conselho e dos Comités do Conselho

Prioridades do conselho	Aproveitando a experiência do Conselho em benefício dos executivos	Maior sensibilização para o trabalho dos Comités do Conselho
Conclusões de 2015 Garantir a otimização da agenda do Conselho, no sentido de incluir tempo para uma discussão fundamental sobre os principais riscos	**Conclusões de 2015** Continuar a garantir que todos os Diretores não-executivos têm oportunidade de contribuir para o debate estratégico. .	**Conclusões de 2015** Continuar a consciencialização de todos os membros do Conselho para as questões significativas consideradas pelos Comités do Conselho e continuar a aperfeiçoar a competência e o âmbito do Comité de Reputação do Conselho.
Medidas tomadas em 2016 No início de 2016, o Conselho definiu um conjunto de objetivos para monitorizar a evolução das prioridades do Conselho. As agendas do conselho foram alteradas para permitir mais tempo para a discussão de opções estratégicas. Este foi também um tema central na Jornada de Estratégia do Conselho em 2016. Os jantares do Conselho foram usados para discussões mais livres, sendo os Diretores notificados antecipadamente dos tópicos sugeridos. Não foram tomadas nem eram esperadas decisões durante estas discussões, que foram usadas para proporcionar um debate mais amplo em futuras reuniões do Conselho.	**Medidas tomadas em 2016** John McFarlane e Sir Gerry Grimstone responsabilizaram-se por garantir que todos os Diretores não-executivos foram envolvidos na tomada de decisões estratégicas. No decurso do ano, decidiu-se que os Diretores não-executivos não seriam associados a membros do Comité Executivo do Grupo. Porém, a experiência dos Diretores não-executivos foi aproveitada do modo adequado, por ex., as nomeações de Steve Thieke e de Diane Schueneman para o conselho do Barclays US IHC. Os Diretores não-executivos continuam a contribuir de forma valiosa para o Conselho e os seus Comités.	**Medidas tomadas em 2016** Todos os Diretores têm acesso aos documentos e atas de reuniões dos Comités do Conselho, e é-lhes recordado que podem participar nas reuniões dos Comités do Conselho, independentemente de serem membros dos mesmos. Alguns Diretores exerceram esta opção durante o ano de 2016. Os Presidentes dos Comités do Conselho continuaram a reportar ao Conselho relativamente às questões específicas discutidas nas reuniões dos Comités do Conselho. Durante o ano de 2016, Sir Gerry Grimstone, presidente do Comité de Reputação do Grupo, tomou medidas para definir e concentrar mais claramente o seu papel e âmbito, nomeadamente a implementação de novas iniciativas de informação, como o desenvolvimento de relatórios com quadros de indicadores.
Conclusões de 2016 Criar sessões regulares e abrangentes para supervisão do risco pelo Conselho, para permitir aos Diretores avaliarem todo o espetro do risco. Agendar um debate sobre o papel do Conselho e dos Diretores não-executivos, e relacionar as suas conclusões com os objetivos revistos pelo Conselho, para ajudar a centrar a agenda do Conselho durante o próximo ano	**Conclusões de 2016** A análise à eficácia do Conselho identificou relações positivas e construtivas entre o Conselho e a nova equipa de gestão	**Conclusões de 2016** Continuar a otimizar o fluxo de informação entre Diretores na preparação para a Reforma Estrutural em 2018. Ponderar a aceitação de valores comuns para o Grupo e para os conselhos das filiais bancárias na nova estrutura. Para o ano de 2017, esta conclusão será rebatizada como *"Otimizar a comunicação e a colaboração entre diretores, conselhos e comités*
Medidas a tomar em 2017 Continuaremos a identificar oportunidades para uma discussão mais abrangente sobre o risco, integrada na sessão anual de estratégia do Conselho. O papel do Conselho do Grupo e dos Diretores não-executivos do Grupo será analisado no contexto da Reforma Estrutural.	**Medidas a tomar em 2017** O Conselho continuará a apoiar e a desafiar a gestão executiva, com ênfase especial na implementação da estratégia.	**Medidas a tomar em 2017** O Presidente continuará a usar as suas reuniões prévias com os Diretores não-executivos, antes das reuniões do Conselho, para garantir que todos os Diretores não-executivos são informados dos assuntos correntes. Serão identificadas oportunidades para o Conselho (e, a seu tempo, para os conselhos das filiais bancárias) passar mais tempo em plenário antes e depois das reuniões do Conselho. Assim que os conselhos das filiais forem criados, será acordado um conjunto de valores comuns para complementar os Princípios Orientadores da Governação que já foram implementados

Melhorias ao processo de nomeações do Conselho

Conclusões de 2015

Continuar a avaliar as competências e a experiência necessárias no Conselho e assegurar que a composição do Conselho se mantém equilibrada entre membros do Reino Unido e membros internacionais.

Melhorar o planeamento de sucessões do Conselho, especialmente no que se refere às posições-chave.

Medidas tomadas em 2016

Durante o ano de 2016, foram apresentadas ao Comité de Nomeações do Conselho uma revisão do plano de sucessão e uma matriz de competências atualizada. O plano aborda necessidades imediatas e requisitos de mais longo prazo, para levar em conta o mandato dos Diretores não-executivos.

O plano de sucessão incluiu a sucessão de funções-chave e considerou a dimensão ótima do Conselho. Também foi considerada a futura composição do Conselho, depois da Reforma Estrutural.

Adicionalmente, o Conselho recebeu atualizações sobre a gestão de talentos executivos e o planeamento de sucessões durante o ano de 2016.

Conclusões de 2016

Continuar a refinar a matriz de competências do Conselho, para garantir que a mesma está alinhada com a estratégia do Grupo e que informa o plano de sucessão para funções-chave do Conselho. Assegurar uma maior regularidade no envio ao Conselho de relatórios sobre a análise de potenciais Diretores não-executivos.

Medidas a tomar em 2017

A matriz de competências do Conselho será analisada, devendo ser acordadas matrizes de competências distintas com os respetivos presidentes das subsidiárias bancárias.
O plano de sucessão do Conselho do Grupo continuará a ser analisado regulamente pelo Comité de Nomeações do Grupo, e o Presidente manterá os membros do atual Conselho regulamente atualizados quanto aos planos de recrutamento e aos candidatos potenciais

Formação inicial de Diretores

Conclusões de 2015

Melhorar o programa de formação inicial e de formação posterior do Conselho, com especial ênfase nas necessidades de formação dos membros do Conselho oriundos de setores diferentes do setor de serviços financeiros.

Medidas tomadas em 2016

O programa de formação do Conselho para 2016 incluiu sessões específicas destinadas especialmente aos Diretores não-executivos sem experiência prévia de serviços financeiros. Podem ser consultados detalhes do programa de formação ministrado durante 2016 na página 87.

Conclusões de 2016

Continuar a melhorar a formação inicial de Diretores, com ênfase no fornecimento de uma formação mais abrangente sobre governação a quem não tiver sido anteriormente membro de um conselho de uma sociedade anónima no Reino Unido.

Medidas a tomar em 2017

O programa de formação inicial de Diretores será analisado e revisto no sentido de incluir formação personalizada em governação para novos Diretores.Esta medida está também a ser alargada aos diretores das novas subsidiárias bancárias.

Dealing more strategically with global regulation

Conclusões de 2015

Continuar a facultar oportunidades para que os membros do Conselho contribuam atempadamente para a reflexão sobre questões e decisões importantes.

Medidas tomadas em 2016

A agenda do Conselho durante o ano de 2016 concentrou-se mais em questões estratégicas, nomeadamente nos impactos da Reforma Estrutural sobre o capital e a liquidez. Para uma descrição da atividade do Conselho em 2016, nomeadamente a informação fornecida à gestão relativa à formulação da estratégia do Grupo e a outras decisões significativas, devem ser consultadas as páginas 56 a 57.

Conclusões de 2016

Analisar as disposições relativas à informação sobre a implementação de estratégias, e rever os ICP ou os relatórios/painéis de instrumentos para iniciativas-chave.

Para o ano de 2017, esta conclusão será rebatizada como *"Otimizar a informação sobre estratégia e prioridades de execução a entregar ao Conselho"*.

Medidas a tomar em 2017

A forma e o conteúdo das informações a enviar ao Grupo será analisada e atualizada pela gestão, para garantir que o Conselho recebe a adequada informação de gestão sobre estratégia e prioridades de execução. Os tópicos específicos indicados pelo Conselho para análise foram tidos em conta na agenda do Conselho para 2017.

Governação: relatório dos Diretores

Como cumprimos

Código de Governação Corporativa do Reino Unido (Código)
Como o Barclays está cotado na Bolsa de Valores de Londres, aplicamos os princípios fundamentais do Código e cumprimos as provisões do Código. Em 2016 entrou em vigor um Código revisto, aplicável aos exercícios iniciados em 17 de junho de 2016 ou posteriormente, e que se aplicará ao Barclays a partir de 1 de janeiro de 2017.
Podem ser consultadas em www.frc.org.uk cópias dos Códigos de 2014 e de 2016. O documento *Governação Corporativa no Barlcays* contém uma descrição completa das nossas práticas de governação corporativa, e está disponível on-line em home.barclays/ corporateGovernação. Para o ano findo a 31 de dezembro de 2016, e à data da produção deste relatório, cumprimos o Código de 2014, excetuando nos casos a seguir enunciados:

- A provisão E.2.3 do Código requer que o Presidente garanta que todos os Diretores participem na RGA. Embora esses trâmites tenham sido assegurados, Steve Thieke não pôde participar na RGA de 2016 devido a outros compromissos nos EUA, onde está sediado. O Presidente e todos os Presidentes dos Comités do Conselho disponibilizaram-se para responder a perguntas na RGA.

As alterações efetuadas ao Código de 2016 estavam relacionadas com a relevância da experiência do comité de auditoria e com a readjudicação da auditoria, assuntos que são tratados neste relatório.

Orientações para divulgação e Regras de transparência
Em virtude da informação incluída nesta secção de Governação do Relatório Anual, cumprimos os requisitos da declaração de governação corporativa incluídos nas Regras de Orientações para Divulgação e Transparência emitidas pela FCA. Nas páginas 91 a 94 pode ser consultada informação adicional que necessita de ser divulgada, de acordo com a DTR7.2.6.

Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE)
As regras da NYSE permitem que o Barclays siga as práticas de governação corporativa do Reino Unido em vez das aplicadas nos Estados Unidos. Porém, quaisquer variações significativas devem ser explicadas mediante a apresentação 20-F do Barclays, que pode ser acedida na base de dados EDGAR da Securities and Exchange Commission (Comissão de Títulos e Câmbios) ou através do nosso website, home.barclays.

Liderança

A função do Conselho
O Conselho de Direção é responsável pela promoção dos mais elevados padrões de governação corporativa no Barclays. Consideramos que o modo como agimos promove o sucesso do Barclays ao mesmo tempo que beneficia os acionistas na sua globalidade, e somos responsáveis perante os acionistas por criar e distribuir valor sustentável. É nossa responsabilidade, como Conselho, garantir que a gestão não só cumpre os objetivos de curto prazo, mas ainda que promove o crescimento do Barclays no longo prazo. O modelo existente de governação corporativa incorpora a cultura, os valores e os comportamentos corretos em todo o Grupo e apoia o nosso papel na determinação de objetivos e políticas estratégicas..

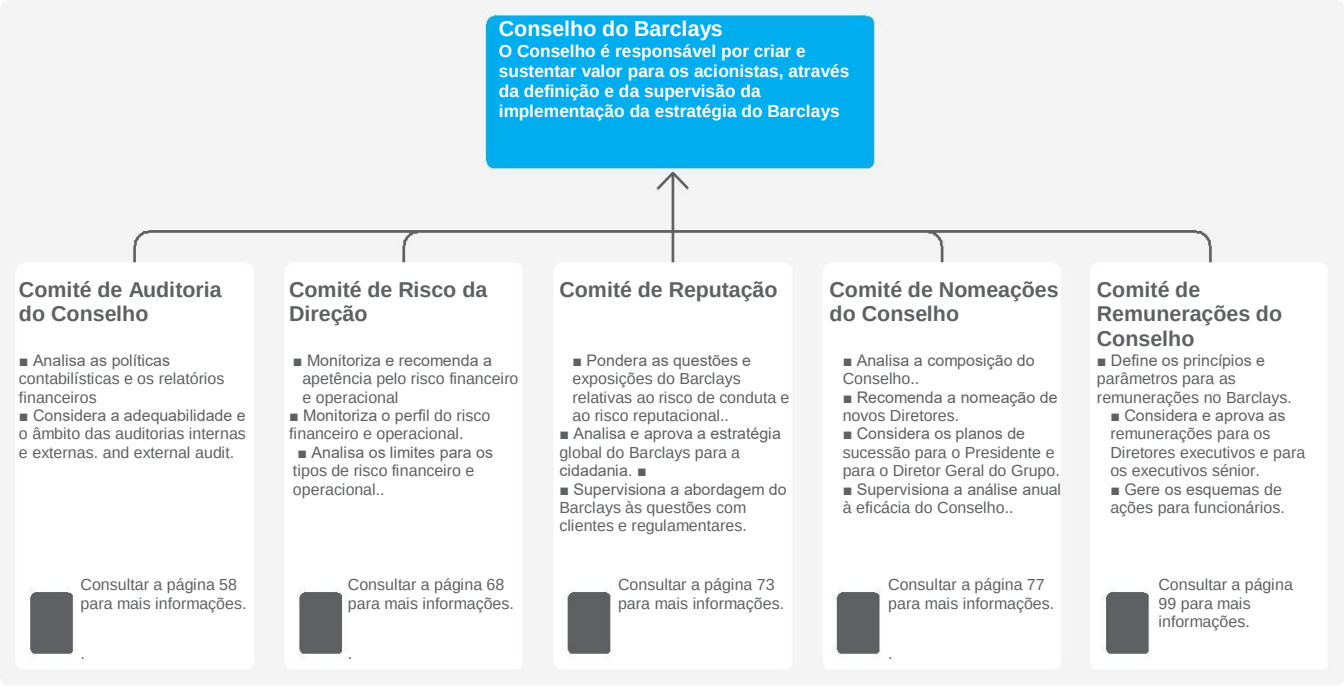
Para além de definir estratégias e supervisionar a sua implementação, também somos responsáveis por garantir que a gestão mantém um sistema eficaz de controlo interno. Um sistema eficaz de controlo interno deve assegurar operações eficazes e eficientes, controlos financeiros internos, e a conformidade com a lei e os regulamentos. Ao cumprirmos este objetivo, consideramos o que é adequado para o negócio e reputação do Grupo, a relevância dos riscos financeiros e de outras naturezas e os custos e benefícios relevantes associados à implementação de controlos.

O conselho é o órgão de tomada de decisão para assuntos que, devido às suas implicações estratégicas, financeiras ou reputacionais, sejam considerados significativos para o Grupo. Uma lista formal de competências reservada ao Conselho garante que mantemos o nosso controlo sobre estas decisões-chave. Pode ser consultado um resumo das questões reservadas ao Conselho em home.barclays/corporateGovernação. Este resumo inclui a aprovação das nomeações ao Conselho, a estratégia, demonstrações financeiras e despesas de capital do Barclays, bem como todas as principais aquisições, fusões ou alienações.

Modelo de Governação do Conselho
Os principais Comités do Conselho são o Comité de Auditoria do Conselho, o Comité de Nomeações do Conselho, o Comité de Remuneração do Conselho, o Comité de Reputação do Conselho e o Comité de Risco do Conselho. Ao abrigo da autoridade dos nossos Estatutos, a cada Comité do Conselho foram delegadas responsabilidades específicas pelo Conselho. Podem ser consultadas informações adicionais sobre a função e as atividades de cada um dos Comités do Conselho neste relatório e nos seus termos de referência individuais, que foram aprovados pelo Conselho e estão disponíveis em home.barclays/corporateGovernação.

In addition, the Regulatory Investigations Committee was formed in 2012 and focuses on providing Board-level oversight of regulatory investigations. In 2016 the Committee met five times. John McFarlane is the Committee Chairman and the other Committee members are Mike Ashley, Sir Gerry Grimstone, Diane de Saint Victor and Jes Staley.

Modelo de Governação do Conselho



Funções no Conselho

Os Diretores executivos e não-executivos partilham os mesmos deveres e estão sujeitos às mesmas restrições mas, de acordo com os princípios do Código, foi estabelecida uma divisão de responsabilidades clara..
O Presidente é responsável por liderar e gerir o trabalho do Conselho, enquanto a responsabilidade pela gestão quotidiana do Barclays foi delegada no Diretor Geral do Grupo.

O Diretor Geral do Grupo é apoiado nas suas funções pelo Comité Executivo do Grupo.

Podem ser consultadas mais informações sobre o Comité Executivo do Grupo na página 53.
Como Conselho, enunciámos as nossas expetativas quanto a cada Diretor na Carta de Expetativas do Barclays.
Estas incluem os perfis funcionais e os comportamentos e competências requeridos para cada função do Conselho, nomeadamente o Presidente, o vice-Presidente, o Diretor Independente Sénior, os Diretores não-executivos, os Diretores executivos e os Presidentes dos Comités. OComité de Nomeações do Conselho revê anualmente a Carta de Expetativas para garantir que permanece relevante e atual. Está publicada em home.barclays/corporategovernance para garantir que existe completa transparência nas normas que definimos para nós próprios.

Governação: relatório dos Diretores

Como cumprimos

Assiduidade

Como membros do Conselho de Direção, espera-se que participemos em todas as reuniões do Conselho, e em 2016 participámos em reuniões agendadas e adicionais do Conselho, como se divulga na tabela abaixo. O Presidente reuniu em privado com os Diretores não-executivos antes de cada reunião agendada do Conselho, e quando os Diretores, devido a circunstâncias excepcionais, não podiam participar em reuniões do Conselho, garantiam que as suas opiniões eram transmitidas ao Presidente previamente à reunião.

Board attendance	Independente	Scheduled meetings eligible to attend	Scheduled meetings attended	% attendance	Informações meetings eligible to attend	Informações meetings attended	% attendance
Presidente do Grupo							
John McFarlane	Por nomeação	8	8	100	2	2	100
Diretores Executivos							
Tushar Morzaria	Diretor Executivo	8	8	100	2	2	100
Jes Staley	Diretor Executivo	8	8	100	2	2	100
Diretores Não-Executivos							
Mike Ashley	Independente	8	8	100	2	1	50
Tim Breedon	Independente	8	8	100	2	2	100
Mary Francis	Independente	2	2	100	0	0	não disponível
Crawford Gillies	Independente	8	8	100	2	2	100
Sir Gerry Grimstone	Diretor Independente Sénior	8	8	100	2	2	100
Reuben Jeffery III†	Independente	8	7	88	2	1	50
Dambisa Moyo	Independente	8	8	100	2	2	100
Diane de Saint Victor†	Independente	8	7	88	2	2	100
Diane Schueneman	Independente	8	8	100	2	2	100
Steve Thieke	Independente	8	8	100	2	2	100
Antigos Diretores							
Wendy Lucas-Bull	Não-independente	1	1	100	1	1	100
Frits van Paasschen	Independente	3	3	100	1	1	100
Secretária							
Claire Davies		1	1	100	0	0	não disponível
Antigo Secretário							
Lawrence Dickinson		7	7	100	2	2	100

† Não pôde participar numa reunião agendada devido a compromissos prévios.

Participação cruzada nos Comités do Conselho

	Comité de Auditoria do Conselho	Comité de Nomeações do Conselho	Comité de Remunerações do Conselho	Comité de Reputação do Conselho
Comité de Risco do Conselho	3	3	1	1
Comité de Reputação do Conselho	1	2	2	
Comité de Remunerações do Conselho	2	2		
Comité de Nomeações do Conselho	3			

Eficácia

Composição do Conselho
Em conformidade com os requisitos do Código, a maioria dos membros do Conselho são Diretores independentes não-executivos. O Conselho compreende atualmente um Presidente, independente no momento da nomeação, dois Diretores executivos e dez Diretores não-executivos. Analisamos anualmente a independência dos nossos Diretores não-executivos, usando os critérios de independência definidos no Código e analisando o seu desempenho à luz dos comportamentos que identificámos como essenciais para que sejam considerados independentes. Os critérios de independência podem ser consultados no documento *Governação Corporativa no Barclays,* em home.barclays/ corporateGovernação.

O Comité de Nomeações do Conselho pondera o planeamento de sucessões do Conselho, e analisa regularmente a composição do Conselho e dos Comités do Conselho, para garantir que existe um equilíbrio e uma diversidade adequados de competências, experiência, independência e conhecimentos. A dimensão do Conselho não é fixa, e pode ser oportunamente revista para refletir as necessidades dinâmicas do negócio, e o Comité de Nomeações do Conselho levará em conta o equilíbrio de competências e experiência dos atuais Diretores sempre que considerar uma nomeação proposta.

Todos os anos levamos a cabo uma análise à eficácia, de forma a avaliar o nosso desempenho enquanto Conselho, bem como o desempenho de cada um dos Comités do Conselho e dos Diretores individuais. Esta análise anual avalia se cada um de nós continua a exercer os seus respetivos deveres e responsabilidades de forma eficaz, e é considerada sempre que Diretores individuais se apresentam para eleição ou re-eleição na RGA. Pode ser consultada mais informação sobre a análise à eficácia do Conselho em 2016 na página 81.

Nas páginas 51 e 52 podem ser consultadas as nossas biografias, que contêm as nossas competências e experiência relevantes, a participação no Comité do Conselho e outras nomeações importantes. Na página 91 são divulgadas as alterações ao Conselho verificadas em 2016 e no ano corrente até à data presente.

Os contratos de serviço para os Diretores executivos e as cartas de nomeação para o Presidente e para os Diretores não-executivos estão disponíveis para inspeção na nossa sede social.

Compromisso temporal
Espera-se que, para exercermos as nossas responsabilidades de forma eficaz, cada um de nós afete tempo suficiente à nossa função no Conselho. Espera-se que participemos em todas as reuniões do Conselho e dos Comités do Conselho, e que estejamos bem preparados para as mesmas, para além de reservarmos tempo para compreendermos o negócio, reunirmos com executivos e reguladores, e frequentarmos formação contínua. Como se refere na nossa *Carta de Expetativas*, o compromisso temporal é negociado individualmente com cada Diretor não-executivo. Divulga-se a seguir o tempo médio esperado para as funções de Diretor não-executivo e para as outras posições não-executivas do Conselho. Para estas posições adicionais existe a expetativa da exigência de um compromisso temporal adicional, de forma a cumprir eficazmente as responsabilidades adicionais.

Função	Compromisso temporal esperado
Presidente	80% de um cargo a tempo inteiro
Vice-Presidente	Pelo menos, 0,5 dias por semana
Diretor Independente Sénior	O necessário para desempenhar as funções
Diretor Não-Executivo	30 days a year (membership of one Board Committee included, increasing to 40 days a year if a member of two Board Committees)
Presidentes dos Comités	At least 60 days a year (including non-executive Director time commitment)

O Presidente deve comprometer-se a despender o tempo que for necessário para cumprir os seus deveres e, embora se espere que esse tempo seja equivalente a 80% de um cargo a tempo inteiro, a sua Presidência do Grupo e a liderança do Conselho tem prioridade sobre quaisquer outros compromissos empresariais. Em circunstâncias excecionais, espera-se que todos nós afetemos mais tempo ao nosso trabalho no Conselho.

Formação inicial
Uma vez nomeados para o Conselho, todos os Diretores recebem uma formação inicial, ajustada aos requisitos individuais do novo Diretor. O programa da formação inicial é concebido para proporcionar rapidamente ao novo Diretor uma compreensão de como o Grupo funciona e das questões-chave que enfrenta. Durante a conceção de um programa de formação inicial, o Secretário da Empresa consulta o Presidente, prestando a devida atenção às necessidades específicas do novo Diretor. Nos casos em que um Diretor seja admitido num Comité do Conselho, o programa inclui uma formação inicial sobre o funcionamento desse Comité.

Depois de concluído o programa de formação inicial, o Diretor terá conhecimentos e compreensão suficientes sobre a natureza do negócio, e sobre as oportunidades e desafios que o Barclays enfrenta, que lhe permitirão contribuir de forma eficaz em discussões de estratégia e na supervisão do Grupo.

Em 2016, Sir Gerry Grimstone e Mary Francis receberam programas de formação inicial aquando da sua entrada no Conselho. De acordo com a prática corrente, reuniram com o Secretário da Empresa, os atuais Diretores não-executivos e membros do Comité Executivo do Grupo, e com Grupo de Liderança Sénior. Além disso, Sir Gerry Grimstone reuniu com Sir Michael Rake, o Vice-Presidente cessante e Diretor Independente Sénior, e antigo Presidente do Comité de Reputação do Conselho.

Formação e desenvolvimento
Para continuar a contribuir de forma eficaz para as reuniões do Conselho e do Comité do Conselho, é-nos regularmente disponibilizada a oportunidade de participarmos em formação e desenvolvimento contínuos. Durante a nossa avaliação anual de desempenho com o Presidente, debatemos todas as necessidades específicas de desenvolvimento que possam ser satisfeitas quer por formação formal ou por reunir com um executivo sénior específico.

O Secretário de Empresa organiza um programa de formação formal para o ano, que abrange os requisitos de formação do Conselho e do Comité do Conselho, para garantir que a nossa perspetiva do negócio do Grupo e consciência do ambiente externo em que atuamos continua depois da conclusão dos nossos programas formais de formação inicial.

Durante o ano de 2016, participámos em sessões de informação sobre os seguintes assuntos:

- capital e liquidez (incluindo metas e restrições regulamentares)
- o exercício CCAR da Reserva Federal dos EUA
- Resiliência de Grupo
- ciber-risco
- uma apresentação da Compliance e Relações Regulamentares sobre as expetativas regulamentares dos diretores e os limiares de desencadeamento da PRA
- uma sessão de informação das Finanças e Risco sobre o impacto da IFRS9
- uma atualização contabilística apresentada pela KPMG
- uma atualização sobre a implementação do Regime de Gestores Sénior
- planeamento estratégico e planos de gestão de crise antes do Referendo sobre a UE
- sessões de informação internas sobre a Reforma Estrutural.

Estas sessões de informação foram complementadas com materiais impressos, como foi o caso de uma nota informativa sobre a implementação do Regulamento sobre o abuso de mercado no Reino Unido.

Adicionalmente, foram organizadas visitas às operações do Barclays UK e de Cartões nos EUA, assim como outros encontros comerciais e compromissos regulares. Inclui-se aqui a participação dos nossos Presidente do Comité de Auditoria do Conselho e Presidente do Comité de Risco do Conselho em reuniões de comité de conselho do US IHC nos escritórios do Barclays em Nova Iorque.

Conflitos de interesses
De acordo com a Lei das Empresas de 2006 e com os Estatutos, o Conselho tem autoridade para autorizar conflitos de interesses. Os Diretores devem declarar quaisquer conflitos de interesses potenciais ou efetivos que possam interferir com a sua capacidade de agir no melhor interesse do Grupo. O Secretário da Empresa mantém um registo de conflitos, que regista os conflitos efetivos e potenciais, juntamente com quaisquer autorizações do Conselho relativas ao conflito. As autorizações teem duração indefinida mas são revistas anualmente pelo Comité de Nomeações do Conselho. O Conselho tem o poder de alterar ou cancelar a autorização em qualquer momento.

Governação: relatório dos Diretores

Como cumprimos

Informação fornecida ao Conselho
O Perfil de Funções do Presidente, como definido na nossa *Carta de Expetativas*, confirma a sua responsabilidade por garantir que os membros do Conselho recebem informação exata, oportuna e de elevada qualidade. Em particular, precisamos de informação sobre o desempenho do Barclays que nos permita tomar decisões sensatas, monitorizar de forma eficaz e aconselhar no sentido da promoção do êxito da Empresa. Trabalhando em colaboração com o Presidente, o Secretário da Empresa é responsável por assegurar a boa governação, e reúne com os Diretores para garantir que existem bons fluxos de informação e que o Conselho recebe a informação de que precisa para ser eficaz.

Durante o ano, os Diretores executivos e os executivos sénior mantiveram o Conselho informado quanto aos principais desenvolvimentos no negócio, através de relatórios e atualizações regulares. Estes acrescem às apresentações que o Conselho e os Comités do Conselho recebem durante as suas reuniões formais. Os Diretores podem solicitar aconselhamento independente e profissional por conta do Barclays, se necessário, para permitir aos Diretores cumprirem as suas obrigações como membros do Conselho.

Responsabilização

Gestão do risco e controlo interno
Os Diretores são responsáveis por garantir que a gestão mantém um sistema eficaz de gestão do risco e de controlo interno e que a sua eficácia é avaliada. Esse sistema é concebido para identificar, avaliar e gerir, em vez de eliminar, o risco de não obtenção dos objetivos empresariais, e só proporciona uma garantia razoável e não absoluta contra distorções ou perdas relevantes.

O Barclays compromete-se a operar dentro de um forte sistema de controlo interno que permite que os negócios sejam transacionados e o risco assumido sem expor o Grupo a possíveis perdas inaceitáveis ou danos reputacionais. O Barclays tem uma estrutura abrangente que define a abordagem para a governação interna. O Guia do Barclays, que estabelece os mecanismos e processos pelos quais o Conselho orienta a organização, através da definição do tom e das expetativas a partir do topo, delegando autoridade e supervisionando a conformidade.

Um componente central do *Guia do Barclays* é o *Modelo de Gestão do Risco Empresarial* (MGRE). O objetivo do MGRE consiste em identificar e definir requisitos mínimos relativos aos maiores riscos associados à consecução dos objetivos estratégicos do Grupo e assegurar de forma razoável que os controlos internos são eficazes. Os elementos centrais do sistema de controlo interno do Grupo, que está harmonizado com as recomendações do *Modelo Integrado de Controlo Interno do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (2013 COSO), encontram-se estabelecidos nos modelos de controlo do risco relativos a cada um dos Riscos Principais e Centrais do Grupo. Para além de incorporarem os nossos requisitos internos, estes refletem requisitos legais e regulamentares relevantes para todo o grupo e relativos ao controlo e segurança internos.

Eficácia dos controlos internos
Os controlos principais são regularmente avaliados quanto à conceção e à eficácia operacional. As questões emergentes das avaliações do risco e de controlo empresarial são examinadas para identificação de tendências difusas. Sempre que for adequado, as questões de controlo são relatadas ao Comité de Auditoria do Conselho (CAC). Além disso, são apresentados relatórios regulares ao CAC pela gestão, a AIB e as funções Financeira, de Compliance e Jurídica, cobrindo especialmente os controlos financeiros, a compliance e outros controlos operacionais.

Gestão do risco e modelo de controlo interno
O MGRE é o Modelo de Controlo Interno do Grupo. É atualizado anualmente e foi substancialmente revisto em 2016. O CAC recebe relatórios trimestrais relativos à eficácia do Ambiente de Controlo e cobrindo todos os riscos e controlos, nomeadamente o risco financeiro, operacional e de compliance.

Anualmente, o CAC analisa formalmente o sistema de controlo interno e gestão do risco. Durante o ano findo a 31 de dezembro de 2016 e até à data. o Grupo utilizou um sistema de controlo interno que proporciona uma garantia razoável de operação eficaz sobre todos os controlos, incluindo os controlos financeiros e operacionais e a conformidade com leis e regulamentos. Existem processos para identificar, avaliar e gerir os principais riscos enfrentados pelo Grupo de acordo com as *"Orientações de Gestão de Risco, Controlo Interno, e Informação Financeira e Empresarial Relacionada"* publicadas pelo Financial Reporting Council. A análise à eficácia do sistema de gestão de risco e controlo interno é feita através de uma abordagem em quatro passos, centrada na análise da eficácia do Guia do Barclays e das suas componentes:

1. As reuniões de Governação de Risco e Controlo dos Comités Executivos de Negócio e Funcionais monitorizam, analisam e debatem a eficácia da operação dos principais processos de gestão do risco e de controlo, o que inclui os resultados das auditorias e análises empreendidas pela AIB (que incluem avaliações do Ambiente de Controlo e da Abordagem ao Controlo de Gestão) e os exames e avaliações empreendidos pelos nossos reguladores primários, de forma permanente e como parte integrante do sistema de gestão do risco e de controlo interno. A correção das questões identificadas no Ambiente de Controlo é monitorizada regularmente pela gestão e pelo CAB.
2. Testes aplicados às reuniões de Governação do Risco e Controlo efetuadas nos Comités Executivos garantem que os comités supervisionam eficazmente o Ambiente de Controlo, bem como os processos associados de gestão do risco e de controlo interno.
3. Os responsáveis dos principais processos de governação que integram o *Guia do Barclays* devem confirmar que os processos foram implementados.
4. A análise anual ao sistema de gestão do risco e de controlo interno reúne os resultados das atividades realizadas nos passos 1 a 3, para garantir que cada um dos principais processos foi verdadeiramente analisado.

O Conselho recebe relatórios regulares que referem os riscos com importância significativa a nível do Grupo. O Comité de Risco do Conselho e o Comité de Reputação do Conselho examinam relatórios sobre os Riscos Principais (Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Capital, Risco de Liquidez, Risco Operacional e Risco de Conduta), bem como relatórios sobre as metodologias de medição do risco e a apetência pelo risco. Podem ser consultados mais detalhes sobre os procedimentos para gestão do risco e sobre potenciais fatores de risco nas secções de análise do Risco e de gestão do risco das páginas 136 a 162.

Controlos sobre a informação financeira
Foi implementada uma estrutura de controlos e procedimentos de divulgação para apoiar a aprovação das demonstrações financeiras do Grupo. O Comité de Análise Jurídica e Técnica é responsável por examinar os relatórios e informações financeiras do Grupo, para garantir que foram sujeitas a verificação adequada e que cumprem com as normas e legislação aplicáveis. O Comité transmite as suas conclusões ao Comité de Divulgação. O Comité de Divulgação examina o conteúdo e a exatidão das informações e transmite as suas conclusões ao Comité de Auditoria do Grupo, que apresenta as suas conclusões e promove a discussão. Finalmente, o Conselho examina e aprova as Apresentações de Resultados e o Relatório Anual, e garante que foram efetuadas todas as divulgações adequadas. Este processo de governação garante que tanto a gestão como o Conselho têm oportunidade suficiente para debater e discutir as demonstrações financeiras e outras informações significativas do Grupo antes de estas serem tornadas públicas.

Relatório da Gestão de controlo interno sobre informações financeiras A gestão é responsável por estabelecer e manter um controlo interno adequado sobre as informações financeiras. O Controlo interno sobre as informações financeiras é um processo concebido sob a supervisão do executivo principal e dos responsáveis financeiros principais para garantir de forma razoável a fiabilidade das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras para efeitos de informação externa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) do modo adotado pela União Europeia e emitido pelo Conselho Internacional de Normas Contabilísticas (CINC). O controlo interno sobre as informações financeiras inclui políticas e procedimentos que dizem respeito à manutenção de registos que, com detalhe razoável, refletem de forma exata e justa transações e alienações de ativos; que asseguram de forma razoável que as transações são registadas como necessárias, para permitir a preparação das demonstrações financeiras previstas pelas NIRF, e que os recibos e despesas são produzidos apenas associados a autorizações da gestão e dos Diretores respetivos; e asseguram de forma razoável a prevenção ou deteção oportuna de aquisições, utilizações ou alienações não autorizadas de ativos que possam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Os sistemas de controlo interno, independentemente de serem bem desenhados, têm limitações inerentes e podem não evitar ou detetar inexatidões. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de indaquação dos controlos devido a alterações nas condições, ou a que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos se deteriore.

A gestão avaliou o controlo interno sobre as informações financeiras a 31 de dezembro de 2016. Durante a sua avaliação, a gestão utilizou os critérios estabelecidos no modelo COSO de 2013. A gestão concluiu que, com base na sua análise, o controlo interno sobre as informações financeiras era eficaz a 31 de dezembro de 2016. A nossa empresa independente de contabilidade publicou um relatório do controlo interno do Grupo sobre as informações financeiras, que se apresenta na página 276.

O sistema de controlos financeiros e operacionais internos também é sujeito a supervisão regulamentar no Reino Unido e no estrangeiro. Podem ser consultadas mais informações sobre supervisão dos reguladores dos serviços financeiros nos pontos Supervisão e Regulação da secção de análise do Risco, nas páginas 229 a 236.

Alterações no controlo interno sobre as informações financeiras
Não houve alterações no controlo interno do Grupo sobre as informações financeiras durante o período a que este relatório diz respeito e que tenham alterado ou possam vir a alterar de forma relevante o controlo interno do Grupo sobre as informações financeiras.

Remunerações

O Conselho delegou a responsabilidade pela análise e aprovação dos acordos remuneratórios do Presidente, dos Diretores executivos, de outros executivos sénior e de determinados funcionários do Grupo ao Comité de Remunerações do Conselho. O Conselho como um todo, e com a abstenção dos Diretores não-executivos, analisa anualmente os honorários pagos aos Diretores não-executivos. Podem ser consultadas informações sobre as atividades do Comité de Remunerações do Conselho nas páginas 99 a 133 do relatório sobre remunerações dos Diretores, que faz parte do balanço de governação corporativa.

Envolvimento de partes interessadas

Envolvimento de investidores
O Conselho compromete-se a estabelecer canais de comunicação eficazes com os nossos acionistas e a defender a boa governação corporativa como meio de criar relacionamentos mais fortes e mais empenhados com os mesmos. O nosso compromisso abrangente de Relações com Investidores no mercado ajuda-nos a compreender as opiniões dos investidores sobre o Barclays, que são comunicadas regularmente ao Conselho. As nossas orientações para comunicação com os acionistas, que sustentam todos os compromissos com investidores, estão disponíveis no nosso website em home.barclays/investorrelations.

Investidores institucionais
Em 2016, o nosso compromisso de Relações com Investidores com investidores institucionais decorreu durante o ano, tanto após os nossos resultados trimestrais como fora do calendário de divulgação. Isto permitiu uma oportunidade para que investidores existentes e potenciais lidassem regularmente com o Barclays, promovendo o diálogo sobre desenvolvimentos estratégicos e de mais longo prazo, bem como sobre o recente desempenho financeiro do Grupo.

Os Diretores, juntamente com a equipa executiva sénior e as Relações com Investidores, participaram em várias formas de encontros, como reuniões, seminários e conferências com investidores em muitas geografias, refletindo a natureza variada dos nossos capitais e investimentos institucionais. A nossa gestão divisional também se apresentou extensivamente aos investidores, promovendo uma maior consciencialização e compreensão dos nossos negócios operacionais.

Durante o ano de 2016, as discussões com investidores centraram-se na execução continuada da nossa estratégia, depois da nomeação de Jes Staley como Diretor Geral do Grupo, e da atualização estratégica anunciada em 1 de março de 2016.

Também decorrerão durante o ano reuniões com investidores centradas na governação corporativa, com o Presidente, o Diretor Independente Sénior, outros representantes do Conselho e o Secretário da Empresa.

Realizámos conferências telefónicas/webcasts para as nossas sessões de informação sobre resultados trimestrais, e uma apresentação presencial dos nossos resultados anuais de 2015 em março de 2016, todas apresentadas pelo Diretor Geral do Grupo e pelo Diretor Financeiro do Grupo. Além disso, o Diretor Financeiro do Grupo organizou uma reunião trimestral de pequeno-almoço para analistas de venda de ativos, tendo sido uma transcrição dos debates carregada no nosso website. Para os investidores de rendimento fixo, organizámos conferências telefónicas para os nossos resultados anuais e semestrais, apresentadas pelo Diretor Financeiro do Grupo e pelo Tesoureiro do Grupo.

A secção de Relações com Investidores do nosso website é um importante canal de comunicação, que permite a eficaz distribuição de informação a um mercado, e de um modo claro e consistente. As apresentações, discursos e, sempre que possível, reproduções de webcast da gestão executiva são regularmente carregadas no nosso website. Em 2016, também criámos uma ficha melhorada "Sobre o Barclays", para dar aos investidores a oportunidade de compreenderem a estratégia financeira do Barclays e de verem todos os principais indicadores financeiros de uma só vez. Também continuámos a disponibilizar vídeos de curta duração, que resumem as principais mensagens do Diretor Geral do Grupo e do Diretor Financeiro do Grupo relativas aos nossos resultados.

.

Como cumprimos

Acionistas privados

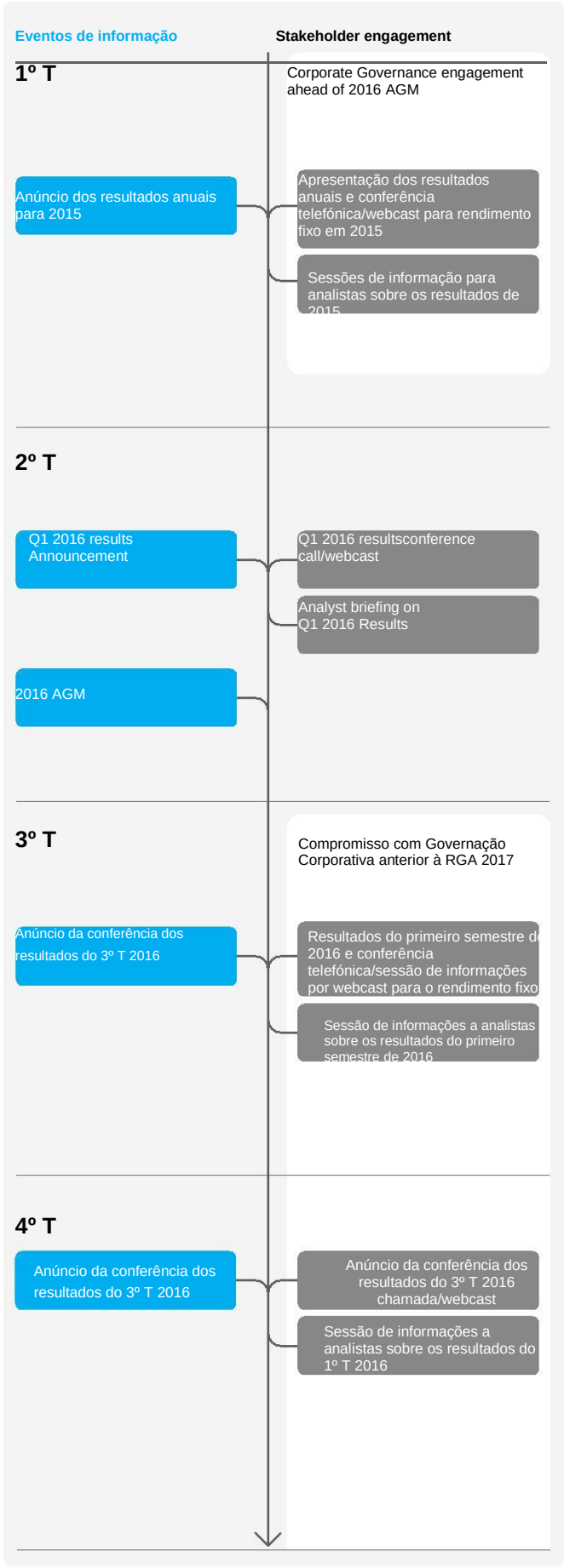
Durante o ano de 2016, continuámos a comunicar com os nossos acionistas privados através dos nossos mailings para acionistas. Os acionistas também podem escolher assinar a Shareview e receber, diretamente e por e-mail, informação sobre o Barclays e sobre a sua participação. Em termos práticos, mais de 60 000 acionistas não descontaram os seus cheques de Ações Não Levantadas (ANL) emitidos após a Emissão de Direitos em setembro de 2013. Em 2016, continuámos o processo de rastreio para reunir estes acionistas aos seus proveitos ANL e quaisquer dividendos não reclamados. No fim de 2016, tínhamos devolvido mais de 1,65M£ aos nossos acionistas, para além dos 2,2M£ devolvidos em 2015. Também inaugurámos em novembro de 2016 um Serviço Especial de Negociação de Ações destinado a acionistas com participações relativamente pequenas, para quem a negociação de títulos seria de outra forma desvantajosa. Uma opção disponível aos acionistas foi a de doar o produto da venda à ShareGift. Como consequência desta iniciativa, foram doadas mais de 100 000£.

A nossa RGA

O Conselho e a equipa executiva sénior continuam a considerar a nossa RGA como uma data principal na agenda. A RGA fornece uma ocasião ímpar para nos relacionarmos com os nossos acionistas, em particular com os nossos acionistas privados, sobre os principais assuntos enfrentados pelo Grupo e em quaisquer questões que estes tenham. Um conjunto de Diretores, incluindo o Presidente, disponibilizaram-se para discussões informais tanto antes como depois da reunião. Todas as resoluções propostas na RGA de 2016, que foram devidamente submetidas a votação, foram aprovadas com votações entre os 86% e os 99,9% dos votos totais emitidos.

A RGA de 2017 ocorrerá a 10 de maio de 2017 no Royal Festival Hall, em Londres. O Anúncio da RGA pode ser consultado num documento específico, que é enviado pelo menos 20 dias úteis antes da RGA e que também está disponível em home.barclays/agm. As resoluções serão votadas e os resultados serão anunciados pelo Serviço de Notícias Regulamentares e disponibilizados no nosso website no mesmo dia. Encorajamos todos os acionistas que não possam participar no próprio dia a que votem antes da reunião indo a home.barclays/investorrelations/vote ou através do Shareview (www.shareview.co.uk).

Calendário de envolvimento



Governação: relatório dos Diretores

Outra Informação legal

Os Diretores apresentam o seu relatório em conjunto com a auditoria das contas para o ano findo em 31 de dezembro de 2016.

As outras informações relevantes para o relatório dos Diretores e, que estão inseridas mediante remissão no presente relatório, podem ser localizadas conforme se segue:

	Página
Envolvimento dos Colaboradores	95
Política relativa à contratação de pessoas com incapacidade	97
Instrumentos Financeiros	299 a 321
Política de salvaguarda contabilística	284
Remuneration policy, including details of the remuneration of each Director and Directors' interests in shares	99 a 133
Relatório de governação corporativa	49 a 90
Análise de risco	136 a 236
Demonstração de Viabilidade	41

As divulgações obrigatórias relativas à Regra à Cotação 9.8.4R podem ser consultadas nas seguintes páginas:

	Página
Regimes de incentivos de longo prazo	111
Emolumentos a diretores	361
Atribuição de numerário para títulos de capital	342
Dispensa de dividendos	91

A secção 414A da Lei das Empresas de 2006 exige que os Diretores apresentem um relatório Estratégico no Relatório Anual e nas Demonstrações de Resultados. Estas informações podem ser encontradas nas páginas 1 a 48.

A Empresa optou, de acordo com a secção 414 C (11) da Lei das Empresas de 2006 e, como foi referido no presente relatório dos Diretores, por incluir determinados assuntos no seu Relatório Estratégico cuja divulgação seria exigida no presente relatório dos Diretores.

Pode ser consultada uma indicação dos desenvolvimentos futuros prováveis no relatório Estratégico.

Os detalhes relativos a eventos importantes que afetaram a Empresa desde o fim do exercício podem ser consultados no relatório Estratégico e na Nota 29, Questões jurídicas, concorrenciais e regulamentares.

Lucros e dividendos

Os lucros depois de impostos para 2016 foram de 2 828M£ (2015: 623M£). O dividendo final para 2016 de 2,0p por ação será pago em 5 de abril de 2017 aos acionistas mencionados no Registo de Membros no momento do fecho de operações de 3 de março de 2017. Com o dividendo provisório de 1,0p por ação ordinária, pago em setembro de 2016, a distribuição total para 2016 foi de 3,0p (2015: 6,5p) por ação ordinária. Os dividendos provisórios e finais para 2016 ascenderam a 757M£ (2015: 1 081M£).

A 31 de dezembro de 2016, as reservas passíveis de distribuição do Barclays PLC (a Empresa-mãe) eram de 6 831M£. A 31 de dezembro de 2016 as reservas passíveis de distribuição do Barclays Bank PLC eram de 25 834M£.

As empresas representantes de determinados fundos de benefícios de funcionários dos Barclays detentoras de ações do Barclays relacionadas com a operação dos planos de ações da Empresa interpuseram renúncias perenes aos dividendos de ações por elas detidas e que não tenham sido atribuídas a funcionários. O montante total de dividendos renunciados durante o ano findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 2,6M£ (2015: 6,4M£).

Os acionistas podem reinvestir os seus dividendos no Barclays se aderirem ao Programa de Subscrição de Dividendos do Barclays PLC (o Programa). Na RGA de 2013 do Barclays, os acionistas aprovaram a introdução do Programa para substituição do Plano de Reinvestimento de Dividendos do Barclays. O Programa permite aos acionistas, caso queiram, receberem novas ações ordinárias integralmente realizadas do Barclays PLC em vez de um dividendo em dinheiro, sem incorrer em custos de negociação ou de imposto de selo.

Conselho de Direção

Os nomes dos atuais Diretores do Barclays PLC, juntamente com os seus detalhes biográficos, são apresentados nas páginas 51 e 52 e estão inseridos neste relatório por remissão. As alterações a Diretores ocorridas durante o ano são descritas a seguir:

Nome	Função	Data real de nomeação/ demissão
Sir Gerald (Gerry) Grimstone	Diretor não-executivo nomeado 1	janeiro de 2016
Mary Francis	Diretor não-executivo nomeado 1	outubro de 2016
Wendy Lucas-Bull	Diretor Não-Executivo	Reforma 1 março 2016
Frits van Paasschen	Diretor Não-Executivo	Reforma 28 abril 2016

Nomeação e aposentação de Diretores

A nomeação e aposentação de Diretores é gerida pelos Estatutos da Empresa (os Estatutos), o Código de Governação das Sociedades do Reino Unido (o Código), a Lei das Sociedades de 2006 e legislação conexa.

Os Artigos só podem ser alterados por resolução especial dos acionistas. O Conselho tem poder para nomear Diretores adicionais ou para preencher uma vaga ocasional entre os Diretores. Um tal Diretor permanecerá em funções apenas até à próxima RGA, podendo apresentar-se para re-eleição. O Código recomenda que todos os diretores de empresas do FTSE 350 sejam sujeitos a re-eleição anual, e todos os Diretores serão candidatos à eleição ou re-eleição na RGA de 2017, com exceção de Diane de Saint Victor e de Steve Thieke.

Governação: relatório dos Diretores

Outra Informação legal

Indemnizações aos Diretores
Estiveram em vigor provisões qualificadas para indemnizações a terceiros (tal como definido na secção 234 da Lei das Sociedades de 2006) no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de dezembro de 2016, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos Diretores em relação a certos prejuízos e responsabilidades em que possam ter incorrido (ou incorreram), relacionadas com as suas obrigações, poderes ou mandato. Adicionalmente, a Empresa mantém um seguro de responsabilidade civil que cobre qualquer ação legal movida contra os seus Diretores.

Estiveram em vigor provisões qualificadas para indemnizações com regimes de pensões (tal como definido na secção 235 da Lei das Sociedades de 2006) no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de dezembro de 2016, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos diretores do Barclays Pension Funds Trustees Limited como Agente Fiduciário do Barclays Bank UK Retirement Fund. Os diretores do Agente Fiduciário são indemnizados pelas perdas ocorridas devido às atividades da empresa como Agente Fiduciário do Barclays Bank UK Retirement Fund.

Da mesma forma, a qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões esteve em vigor durante 2016, em benefício dos diretores do Barclays Executive Schemes Trustees Limited como Empresa Fiduciária do Barclays Bank International Zambia Staff Pension Fund (1965), do Barclays Capital International Pension Scheme (Nº 1) e do Barclays PLC. Os diretores do Conselho Fiduciário são indemnizados por passivos incorridos relacionados com as atividades da empresa como Empresa Fiduciária dos regimes referidos supra.

Donativos políticos
O Grupo não atribuiu qualquer montante para fins políticos no Reino Unido, no resto da UE ou fora da UE, nem fez quaisquer donativos políticos a partidos políticos ou a outras organizações políticas, ou a quaisquer candidatos eleitorais independentes, nem incorreu em quaisquer despesas políticas durante o ano.

Em conformidade com a Lei Federal de Campanha Eleitoral dos EUA, o Barclays fornece apoio administrativo a um Comité de Ação Política (CAP) federal nos EUA, financiado pelas contribuições políticas voluntárias de funcionários elegíveis. O CAP não é controlado pelo Barclays e todas as decisões relativas aos montantes e destinatários das contribuições são geridas por um comité de direção que inclui funcionários elegíveis para contribuição no CAP. As contribuições para organizações políticas relatadas pelo CAP durante o ano civil de 2016 totalizaram $12 500 (2015: $79 500).

Ambiente
O Barclays concentra-se em abordar questões ambientais, onde acreditamos que temos o maior potencial para fazer a diferença. Focamo-nos em gerir a nossa própria pegada de carbono e reduzir as nossas emissões de carbono absoluto, desenvolver produtos e serviços para ajudar viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono; e gerir os riscos da mudança do clima para nossas operações, clientes, e sociedade em geral. Investimos na melhoria da eficiência energética das nossas operações e compensamos as restantes emissões através da compra de créditos de carbono. Temos também um compromisso de longa data para gerir os riscos ambientais e sociais associados às práticas de empréstimo, que é incorporado nos nossos processos de risco de crédito. A estrutura de governação está instalada para facilitar o diálogo claro em toda a empresa e com os fornecedores em torno das questões do risco potencial ambiental e social.

Divulgamos as emissões globais de gases com efeito de estufa pelas quais somos responsáveis, conforme estabelecido pelos ‘‘Regulamentos de 2013 da Lei das Empresas 2006 (Relatório Estratégico e Relatório dos Diretores)’’. Apresenta-se informação mais completa em
(i) financing solutions for the lower carbon economy, (ii) environmental risk management and (iii) management of our carbon and environmental footprint in the Barclays Environmental, Social and Governação (ESG) Supplement available on our website at home. barclays.com/citizenship.

	Corrente relatório ano a 2016	Previous reporting ano b 2015	Previous relatório ano c 2014	Comparison Ano d 2013
Global GHG emissões				
Total CO_2e (toneladas)[e]	678 412	712 916	830 668	968 781
Âmbito 1 CO_2e emissões (toneladas)f	46 571	56 642	49 994	58 176
Âmbito 2 CO_2e emissões (toneladas)g	538 783	520 098	655 426	723 993
Âmbito 3 CO_2e emissões (toneladas)h	93 059	136 176	125 248	186 612
Rácio de intensidade				
Total de Colaboradores a Tempo Inteiro Colaboradores(FTE)	119 300	129 400	132 300	139 600
CO_2e total e por FTE (toneladas)	5,69	5,51	6,28	6,94
Scope 2 market based emissions (toneladas)j	596 198			

Notas
a O exercício do relatório de 2016 cobre o 4º trimestre de 2015 e os 1º, 2º e 3º trimestres de 2016. O ano de relatório das emissões de dióxido de carbono não está totalmente alinhado com o ano do exercício abrangido pelo relatório dos diretores.
b O exercício do relatório de 2015 cobre o 4º trimestre de 2014 e os 1º, 2º e 3º trimestres de 2015.
c O exercício do relatório de 2014 cobre o 4º trimestre de 2013 e os 1º, 2º e 3º trimestres de 2014.
d O exercício do relatório de 2013 cobre o 4º trimestre de 2012 e os 1º, 2º e 3º trimestres de 2013.
e A metodologia utilizada para calcular as nossas emissões de CO2e é a abordagem de controlo operacional sobre os limites a reportar definida pelo World Resources Institute/ World Business Council for Sustainable Development (WRI /WBCSD) Greenhouse Gas Protocol (GHG): A Corporate Accounting and Reporting Standard, Revised Edition.
Nos casos de propriedades referidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Barclays mas que estejam arrendadas a inquilinos a quem sejam faturados serviços de utilidade pública, as emissões correspondentes não são incluídas nos cálculos de GHG do Grupo. Também recolhemos o consumo de propriedades que ainda não foram consolidadas pelo Barclays e que por essa razão o Barclays é responsável pelo custo dos serviços de utilidade pública.
f O Âmbito 1 cobre a combustão direta de combustíveis e os veículos detidos pela empresa (apenas do Reino Unido e da Àfrica do Sul, que são os principais contribuidores). As emissões fugitivas relatdas no Âmbito 1 para 2013-2016 incluem emissões das Américas, Ásia-Pacífico e África do Sul. As emissões fugitivas do Âmbito 1 excluem o Reino Unido enquanto alteramos os nossos procedimentos de governação. No Reino Unido as viagens de negócios são relatadas no Âmbito 1.
g O Âmbito 2 cobre as emissões da eletricidade e do vapor adquiridos para uso próprio. As emissões do Âmbito 2 usam fatores de emissão baseados em localizações. Consultar a nota j seguinte para as emissões Baseadas no Mercado de Âmbito 2.
h O Âmbito 3 cobre as emissões indiretas decorrentes das viagens de negócios (voos globais e transporte terrestre do Reino Unido e África do Sul). A partir de 2014, os dados de aluguer de automóveis incluem os EUA e a Índia. Os dados dos transportes terrestres (excluindo os carros da empresa do Âmbito 1) cobrem apenas países onde este tipo de transporte é relevante e onde existem dados.
i Intensity ratio calculations have been calculated using location based emission factors only.
j Foram referidas emissões Baseadas no Mercado de Âmbito 2 apenas para 2016.

Investigação e desenvolvimento
No decurso normal da sua atividade, o Grupo desenvolve novos produtos e serviços em cada uma das suas divisões de negócio.

Capital social

Estrutura do capital social

A Empresa emitiu ações ordinárias. Os Estatutos da Empresa também permitem a emissão de ações preferenciais em libras, dólares dos EUA, euros e ienes (ações preferenciais). Não foram emitidas ações preferenciais até 20 de fevereiro de 2017 (a última data possível para inclusão neste relatório). As ações ordinárias representam assim 100% do capital total emitido em ações em 31 de dezembro de 2016 e 20 de fevereiro de 2017 (a última data possível para inclusão neste relatório). Os detalhes do movimento de capitais de ações ordinárias durante o ano podem ser consultados na Nota 31 da página 342.

Votação

Cada membro que esteja presente em pessoa ou representado em qualquer reunião geral da Empresa, e que tenha direito a votar, tem um voto numa votação por braço erguido. Cada procurador/a presente tem um voto. O/a procurador/a terá um voto a favor e um voto contra uma resolução, se tiver sido instruído/a para votar a favor ou contra a resolução por vários membros ou num sentido por um membro, enquanto outro membro permitiu a decisão do/a procurador/a quanto ao sentido do voto. Numa votação, todos os membros que estejam presentes ou representados e tenham direito a votar têm um voto por cada ação detida. Nos casos de cotitularidade, apenas o voto do titular mais antigo (determinado pela ordem no registo de ações) ou o seu procurador/a pode ser considerado. Se quaisquer montantes devidos permanecerem por pagar relativamente à participação de um membro, esse membro não terá direito a votar por essa ação ou exercitar quaisquer outros direitos relacionados com reuniões da Empresa, a menos que o Conselho decida de outra forma. Se qualquer membro, ou qualquer outra pessoa que pareça demonstrar interesse em quaisquer ações ordinárias da Empresa, for intimado por um aviso ao abrigo da secção 793 da Lei das Sociedades de 2006 e não fornecer à Empresa as informações requeridas pelo aviso, o Conselho poderá determinar, a seu exclusivo critério, que o membro não tem direito a votar em quaisquer reuniões da Empresa. O Conselho pode ainda decidir que se as ações do membro em incumprimento representarem 0,25% ou mais das ações emitidas da classe relevante, esses dividendos ou quantias a pagar sobre essas ações serão retidos pela Empresa até que a decisão deixe de vigorar e que não tenha sido registada qualquer transferência dessas ações (para além de determinadas "transferências excecionais" específicas). Uma decisão deixa de vigorar sete dias depois da Empresa ter recebido a informação requerida, ou quando a Empresa é notificada de que ocorreu uma transferência excecional de todas as ações relevantes para um terceiro, ou do modo que o Conselho decidir.

Transferências

As ações ordinárias podem ser detidas de forma materializada ou escritural. As ações ordinárias materializadas serão transferidas por escrito de qualquer forma habitual ou outra que seja aprovada pelo Secretário e executada por ou em nome do cedente. As transferências de ações ordinárias escriturais serão efetuadas de acordo com a Lei das Sociedades de 2006 e com os Regulamentos CREST.

O Conselho não está vinculado a registar uma transferência de ações ordinárias parcialmente realizadas ou de ações integralmente realizadas em circunstâncias excecionais aprovadas pela FCA. O Conselho também pode recusar registar um instrumento de transferência e ações ordinárias materializadas a menos que este esteja devidamente selado e depositado no local prescrito e acompanhado do(s) certificado(s) das ações e de quaisquer outras provas razoavelmente exigidas pelo Conselho para provar o direito à transferência, que se refere apenas a uma classe de ações, e que é feito a favor de um único cessionário, ou não mais que quatro cocessionários (exceto nos casos de testamenteiros ou agentes fiduciários de um membro).

De acordo com as provisões da Secção 84 da Lei das Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Emprego de 2015, as ações preferenciais só podem ser emitidas sob a forma nominativa. As ações preferenciais serão transferidas por escrito de qualquer forma habitual ou outra que seja aprovada pelo Secretário e executada por ou em nome do cedente. O secretário da Empresa registará essas transferências de ações preferenciais realizando as entradas adequadas no registo de ações preferenciais. Cada ação preferencial conferirá, no caso de uma liquidação ou de qualquer retorno de capital por reduções de capital (para além de, a menos que tal seja disposto de outra forma pelos seus termos de emissão, um resgate ou compra pela Empresa de qualquer quantidade das suas ações emitidas, ou de uma redução no capital social), o direito a receber dos ativos excedentários da Empresa disponíveis para distribuição pelos membros com prioridade relativamente aos detentores de ações ordinárias e de quaisquer outras ações da Empresa subordinadas à série relevante das ações preferenciais e pari passu com qualquer outra classe de ações preferenciais (para além de quaisquer classes de ações já emitidas e tenham prioridade sobre a série relevante das ações preferenciais), o reembolso do montante pago ou tratado como pago e relativo ao valor nominal da ação preferencial, adicionado de quaisquer prémios que tenham sido pagos ou tratados como pagos no momento da emissão da ação preferencial, acrescido a um montante igual aos dividendos acumulados e não pagos.

Alteração de direitos

Os direitos associados a qualquer classe de ações podem ser alterados quer pelo consentimento escrito dos detentores de pelo menos 75% do valor nominal das ações emitidas para essa classe, ou pela aprovação de resolução especial deliberada em reunião separada dos detentores das ações dessa classe. Os direitos sobre ações não serão considerados alterados (a menos que tal seja expressamente referido pelos direitos associados a essas ações) pela criação de mais ações de importância equivalente ou subsequente às originais.

Limitações sobre acionistas estrangeiros

Não existem restrições impostas pelos Estatutos ou (para além do efeito de quaisquer sanções económicas que possam ocorrer oportunamente) pelas leis atuais do Reino Unido que sejam apenas relativas a não-residentes no Reino Unido e que limitem os direitos de tais não-residentes a deter ou (caso tenham esse direito) votar as ações ordinárias.

Exercício de direitos num sistema de ações para funcionários

Os Fundos Beneficiários dos Funcionários (FBF) funcionam ligados a determinados Planos de Ações de Funcionários do Grupo (Planos). Os administradores dos FBF podem exercer todos os direitos associados às ações em conformidade com os seus deveres fiduciários, para além dos especificamente limitados pelos documentos de governação do Plano relevante. Os administradores dos FBF informaram a Empresa que a sua política normal consiste em absterem-se de votar relativamente às ações do Barclays detidas pelo fundo. Os administradores do FPF Global Sharepurchase e dos FBF Sharepurchase do Reino Unido podem votar relativamente às ações do Barclays detidas pelos FPF, mas apenas se instruídos para tal pelos participantes nesses Planos e relativamente às suas ações da sociedade e (quando adquiridas) correspondentes ações e dividendos. De outra forma, os administradores não exercerão o direito de voto relativo às ações detidas pelos FBF Sharepurchase.

Direitos especiais

Não existem pessoas que detenham títulos que confiram direitos especiais relativos ao controlo da Empresa.

Principais acionistas

Os principais acionistas não detêm direitos de voto diferentes dos outros acionistas. As informações fornecidas à Empresa pelos acionistas mais representativos e de acordo com as Orientações de Divulgação e Regras de Transparência da FCA são publicadas através de um Serviço de Informações Regulamentares e é disponibilizada no website da Empresa. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha sido notificada ao abrigo da Regra 5 das Orientações de Divulgação e Regras de Transparência relativamente às seguintes detenções de direitos de voto nas suas ações.

Person interested	Número de Barclays shares	% of total direitos de voto attaching to issued share capital[a]
The Capital Group Companies Inc[b]	1 172 090 125	6,98
Qatar Holding LLC[c]	1 017 455 690	5,99
BlackRock, Inc.[d]	922 509 972	5,45
Norges Bank	512 348 359	3,03

Notas

a A percentagem dos direitos de voto detalhada acima foi calculada no momento das divulgações relevantes feitas ao abrigo da Regra 5 das Orientações de Divulgação e Regras de Transparência

b A Capital Group Companies Inc (CG) detém as suas ações através de empresas e fundos da CG. Parte das ações CG é detida na forma de Certificados de Depósito Americanos.

c A Qatar Holding LLC é subsidiária integral da Qatar Investment Authority.

d O total apresentado inclui 3 860 531 contratos por diferenças a que foram associados direitos de voto. Parte das ações é detida na forma de Certificados de Depósito Americanos. A 19 de janeiro de 2017, a BlackRock, Inc. divulgou por meio de um Anexo 13G apresentado junto da SEC o benefício efetivo de 1 054 988 420 ações ordinárias da Empresa a 31 de dezembro de 2016, representando 6,2% dessa classe de ações.

Governação: relatório dos Diretores

Outras informações legais

Entre 31 de dezembro de 2016 e 20 de fevereiro de 2017 (a última data possível para inclusão neste relatório) a empresa foi notificada que o Norges Bank detém agora 508 175 594 ações do Barclays, representando 2,996% do total de direitos de voto associados a capital social emitido.

Poderes dos Diretores para emitir ou recomprar as ações da empresa
Os poderes dos Diretores são determinados pela Lei das Sociedades de 2006 e pelos Estatutos da Empresa. Os Diretores estão autorizados a emitir e a distribuir ações e a recomprar ações, sujeitos a aprovação anual na RGA. Esta autoridade foi-lhes concedida pelos acionistas durante a RGA de 2016. Será proposto na RGA de 2017 que os Diretores recebam nova autoridade para distribuir e recomprar ações.

Recompra de ações
A Empresa não recomprou quaisquer ações ordinárias durante o ano de 2016 (2015: nenhuma). A 20 de fevereiro de 2017 (a última data possível para inclusão neste relatório) a Empresa detinha uma autoridade remanescente de recompra de ações ordinárias até um máximo de 1 681M£ de ações ordinárias.

Alteração de controlo
Não existem acordos significativos em que a Empresa seja parte afetada por uma alteração do controlo sobre a Empresa após uma oferta pública de aquisição. Não existem acordos entre a Empresa e os seus Diretores ou funcionários que prevejam indemnizações por perda de emprego decorrente de uma oferta pública de aquisição.

Princípio de continuidade
As atividades de negócio, a posição financeira e o capital do Grupo, fatores que provavelmente afetarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho e os objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros aos quais está exposto, discutem-se nas secções do Relatório Estratégico e da Análise e Gestão do Risco.

Os Diretores consideraram apropriada a preparação de relatórios financeiros assumindo a continuidade das atividades.

Divulgação de informações ao auditor
Cada Diretor confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não existem informações de auditoria relevantes sobre as quais os auditores do Banco não tenham conhecimento, e que cada um dos Diretores levou a cabo todos os passos que deveria ter levado como Diretor para se tornar consciente de qualquer informação de auditoria relevante e para providenciar que os auditores da Empresa estão ao corrente de tal informação. Esta confirmação é apresentada em cumprimento da secção 418 da Lei das Sociedades de 2006 e deve ser interpretada em conformidade com e sujeita a tais provisões.

Responsabilidades dos Diretores
A seguinte declaração, que deve ser lida conjuntamente com o relatório dos Auditores descrito nas páginas 269 e 275, é feita com o intuito de distinguir aos acionistas as respetivas responsabilidades dos Diretores e dos auditores em relação às contas.

Os Diretores são obrigados pela Lei das Sociedades de 2016 a preparar contas para cada exercício e, relativamente às contas do Grupo, em conformidade com o Artigo 4º do Regulamento IAS. Os Diretores prepararam contas individuais e de Grupo em conformidade com as NIRF e do modo adotado pela UE. A lei e as NIRF obrigam a que as contas representem de forma adequada a posição e o desempenho financeiros da Empresa e do Grupo para esse período. A Lei das Sociedades de 2006 prevê, relativamente a tais contas, que as referências a contas que apresentem uma perspetiva verdadeira e adequada são referências à representação adequada.

Os Diretores consideram que, em preparação para as contas nas páginas 267 a 374, e a informação adicional contida nas páginas 134 a 236, o Grupo usou todas as políticas de contabilidade apropriadas, apoiadas por julgamentos e estimativas razoáveis e que todas as regras de contabilidade que consideram aplicáveis foram seguidas.

Tendo considerado todos os assuntos apresentados pelo Conselho e trazidos à atenção do Conselho durante o ano em questão, os Diretores consideram que o Relatório Anual e os Relatórios Financeiros, de modo geral, são justos, equilibrados e compreensíveis e fornecem a informação necessária para que os acionistas possam avaliar a posição e desempenho, o modelo de negócios, e a estratégia da Empresa.

Declaração de Responsabilidade dos Diretores
Os Diretores têm a responsabilidade de garantir que a Empresa e o Grupo mantenham registos contabilísticos que revelem com razoável rigor a situação financeira da Empresa e do Grupo que lhes dê a capacidade para garantirem que as contas cumprem a Lei das Empresas de 2006.

Os Diretores são responsáveis pela manutenção e integridade do website da Empresa. A legislação do Reino Unido que gere a preparação e divulgação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação noutras jurisdições.

Os Diretores são geralmente responsáveis por tomar as medidas que estejam à sua disponibilidade razoável para a salvaguarda dos ativos do Grupo e para prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades.

Os Diretores, cujos nomes e funções são indicados nas páginas 51 e 52, confirmam, tanto quanto têm conhecimento, que:

(a) as demonstrações financeiras, preparadas em conformidade com o conjunto de normas contabilísticas aplicáveis, conferem uma visão verdadeira e correta dos ativos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou prejuízo da Empresa e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo; e

(b) o relatório de gestão, que está incorporado no Relatório dos Diretores nas páginas 49 a 94, inclui uma análise correta do desenvolvimento e desempenho da atividade empresarial e da situação da Empresa, e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.

Por ordem do Conselho de Administração.

Claire Davies

Secretário da Companhia
22 de fevereiro de 2017

Barclays PLC.
Registado no Reino Unido.
Empresa Nº 48839

Cultura e Valores
Há quatro anos que percorremos uma jornada de transformação cultural no Barclays. Durante este período definimos um conjunto comum de valores e incorporámo-los em toda a organização, assegurando que são reconhecidos e compreendidos pelos nossos funcionários. Reconhecemos que o fomento da cultura certa no Barclays é crítico para o nosso êxito e temos insistido continuamente na importância de uma cultura baseada em valores para a organização. No início de 2016, a conduta, a cultura e os valores foram definidos como uma das prioridades estratégicas para o ano, e nesse sentido desenvolvemos um modelo de medição da cultura para gerir e medir a evolução da incorporação de uma cultura baseada em valores no Barclays. Este modelo está ancorado nos nossos valores, e através de indicadores e perspetivas trimestrais conseguimos avaliar o que estamos a fazer bem e onde podemos precisar de prestar mais atenção e priorizar ações de gestão nos nossos negócios e funções. Os indicadores e perspetivas trimestrais são apresentados ao Comité de Reputação do Conselho e ao Comité Executivo do Grupo, e são partilhados com as nossas equipas de liderança sénior com o objetivo de se tornarem parte integral da nossa informação regular de gestão, para que possamos garantir que as nossas prioridades e decisões se concentram nas áreas certas. As perspetivas resultantes dos indicadores e métricas no modelo de medição da cultura para este ano sustentam a ideia de que os nossos esforços contínuos têm um impacto positivo na continuação da criação de uma cultura que nos ajudará a construir o Barclays do futuro.

A Sua Visão
O envolvimento dos nossos funcionários é um dos principais indicadores da saúde cultural, e reconhecemos a importância de ouvirmos os nossos colaboradores e de mantermos um diálogo aberto e recíproco. As opiniões dos nossos colaboradores moldam as decisões que tomamos, ajudando-nos a criar um ambiente em que os colaboradores querem trabalhar, e que por sua vez acreditamos impulsionará o elevado desempenho. Para garantir que analisamos e reavaliamos constantemente para ver o que está a funcionar, em 2016 o inquérito anual Your View (Sua Opinião), o nosso inquérito de opinião aos funcionários, tornou-se num inquérito de opinião trimestral exceto em África, fornecendo aos colaboradores a oportunidade mais regular de dizerem o que é para eles trabalhar no Barclays. No terceiro trimestre do ano, inquirimos 50% de todos os colaboradores, e os restantes 50% foram inquiridos no quarto trimestre. A partir de 2017, em cada trimestre 25% dos colaboradores exceto África serão convidados a participar no Your View.

Os resultados do Your View continuaram a medir o Envolvimento Sustentável, e este ano recebemos relatórios mais regulares. Os resultados trimestrais foram posteriormente agregados no fim do ano para um quadro anual global do envolvimento. No fim de 2016, o Envolvimento Sustentável dos nossos colaboradores permaneceu estável em 75% quando comparado com o ano passado. As áreas mais fortes segundo os resultados anuais incluem: os colaboradores sentem-se seguros para falar (81% favoráveis, mais 6% do que em 2015); os colaboradores sentem orgulho nas contribuições que o Barclays faz à comunidade e à sociedade (88% favoráveis, mais 3% do que em 2015) e os funcionários sentem-se respeitados independentemente da sua função (83% favoráveis, mais 4% do que em 2015). Além disso, o compromisso e o esforço voluntário dos funcionários continua a ser muito elevado, com 94% a dizer que acreditam que trabalham mais do que lhes é exigido para ajudar o Barclays a ter êxito. Juntamente com as perspetivas proporcionadas pelos indicadores trimestrais no modelo de medição de cultura, estes resultados provam que continuamos a progredir na incorporação de uma cultura baseada em valores em todo o banco.

Liderança e Aprendizagem
As nossas soluções de liderança e aprendizagem são alicerçadas nos nossos valores e são específicas para apoiar os nossos colaboradores no desenvolvimento de aptidões e capacidades críticas. Tanto a Academia do Barclays como o nosso Currículo Global proporcionam recursos de desenvolvimento aos colaboradores, através de uma variedade de formatos e conteúdos. Em 2016, os nossos funcionários gastaram em média 40 horas cada um em formação ministrada em programas formais, para além de terem acesso a muitas outras oportunidades informais de aprendizagem que não são capturadas pelo nosso sistema de gestão de aprendizagem. Continuamos a avaliar o alinhamento dos candidatos aos nossos Valores e Comportamentos através dos nossos processos de recrutamento e de promoção e também garantimos que os recém-contratados frequentam o programa Global de Formação Inicial "Being Barclays", que proporciona uma experiência aprofundada dos Valores. Todos os colaboradores devem confirmar e demonstrar a sua compreensão dos comportamentos esperados através do Código Global de Conduta (O Modo do Barclays).

Este ano foi lançado um novo evento, patrocinado pelo DG do Grupo, para começarmos a desenvolver a próxima geração de líderes empresariais que contribuam ativamente para reconstruir a profissão bancária, através da sua própria liderança e da influência que exercem sobre outros. Ao reunirmos líderes seniores de elevado potencial provenientes dos nossos negócios e funções, pretendemos fortalecer a colaboração e uma perspetiva para toda a empresa entre os nossos líderes seniores, para proporcionarmos soluções e produtos melhorados aos nossos clientes.

Continuámos a lançar e a atualizar iniciativas de liderança e aprendizagem, com especial atenção ao apoio do desenvolvimento de gestores intermédios. Incluem-se, por exemplo, o nosso Programa de Excelência para Gestores, o programa iLead para Diretores de elevado potencial, e o programa de Desenvolvimento de Liderança Sénior no negócio Bancário. Todas as nossas atividades de desenvolvimento de liderança seguem um princípio comum em que os líderes ensinam líderes, criando oportunidades para partilha de conhecimentos entre várias partes do Barclays.

Carreiras iniciais e estágios de aprendizagem
O Barclays compromete-se a ajudar pessoas a alcançarem as suas ambições quando entram no mundo do trabalho, independentemente de serem um jovem que entra num local de trabalho pela primeira vez ou um profissional experiente que procura desenvolver novas aptidões. A proposta Barclays Early Careers inclui programas para licenciados, de estágio e de aprendizado, e em 2016 contratámos mais de 750 estagiários e 700 licenciados. Desde 2012, criámos mais de 3 000 aprendizados. Proporcionamos caminhos para progressão, de aprendiz a licenciado, apoiados por qualificações certificadas e, enquanto o fazemos, ajudamos a criar uma reserva interna de talento.

A ambição em 2016 para os nossos programas de aprendizado consistia em alargar o acesso e garantir que os nossos programas são plenamente inclusivos. Expandimos o nosso Bolder Apprenticeship Programme, destinado a adultos desempregados de longa duração com mais de 24 anos, e também testámos o nosso Able to Enable Programme destinado a desempregados de longa duração com incapacidade. Estes programas, a par com a nossa presença no Apprenticeship Delivery Board do Governo do Reino Unido, refletem o nosso compromisso de enfrentar as questões sociais e de atrair talentos diversos. Durante o ano de 2016 continuámos a receber reconhecimento externo pelos nossos programas de aprendizado.

Transformámos o modo como recrutamos para os nossos programas de Estágio e para Licenciados na EMEA, para proporcionarmos uma experiência melhorada aos candidatos e para garantirmos que avaliamos os candidatos relativamente às aptidões e qualidades corretas. Este processo de recrutamento ajuda a promover a diversidade e a inclusão, à medida que os estudantes demonstram capacidades e potencial durante o processo, de forma a que os resultados do recrutamento sejam baseados no desempenho em vez de serem baseados nas habilitações académicas, nas universidades frequentadas ou na experiência profissional prévia. Este ano, nas Américas, implementámos o nosso primeiro programa "Sophomore Springboard", destinado a preparar um conjunto variado de estudantes para um estágio no seu terceiro ano. Esta representou a primeira fase de uma estratégia de dois anos para identificação precoce de talentos variados.

Relações industriais
O Barclays tem uma abordagem de parceria de longa data para as relações industriais, e valorizamos os relacionamentos que temos com mais de 30 organizações sindicais, conselhos laborais e associações de empregados em todo o mundo. No Reino Unido temos uma parceria formal com a Unite, que subsiste há mais de 15 anos e que é uma das parcerias de mais longa data no Reino Unido. Durante o ano de 2016, continuámos a empreender diálogo regular e construtivo com os representantes dos funcionários sobre um grande conjunto de tópicos que têm impacto sobre os nossos funcionários, para recolhermos as suas opiniões antes das implementações. Os fóruns de discussão regionais também constituíram uma plataforma para aproximar e envolver os representantes dos funcionários num leque alargado de tópicos que afetam os interesses dos nossos funcionários.

Gestão da mudança
Sempre que consideramos a re-estruturação para apoio da nossa estratégia, discutimos essas propostas com as nossas organizações sindicais ou fóruns de funcionários e funcionários em causa, antes das implementações. De acordo com os nossos Valores e para garantir que tratamos todos os colaboradores com o devido respeito, procuramos evitar redundâncias forçadas sempre que possível, e tentamos encontrar modos de conseguir isso durante a fase de discussão. Continuamos a colocar ênfase suficiente tanto nos programas de redundância voluntária como na mobilidade interna, através do nosso programa "Internals First". O Internals First apoia os colaboradores que tenham sido afetados pela mudança e proporciona apoio individual para garantir que retemos talentos no

Barclays. Em 2016, mais de 1 000 colaboradores inscreveram-se para o apoio do Internals First, e realocámos 32% no Barclays. Durante o ano de 2016, os colaboradores participaram em eventos Internal First relativos a carreiras e criação de contactos e optaram por serviços de apoio à recolocação. Quando um funcionário abandona o Barclays como consequência de uma re-estruturação, o nosso compromisso consiste em garantir que lhes é fornecido o melhor apoio possível para a próxima fase na sua carreira. Para conseguir isto, o Barclays fornece um serviço global de transição de carreiras que oferece aconselhamento e apoio personalizados a funcionários em risco de redundância. Também tentamos manter-nos em contacto com antigos colaboradores através do Barclays Global Alumni Programme, que fornece uma plataforma para antigos e atuais funcionários se ligarem ao Barclays e entre si através de eventos globais de criação de contactos, e-newsletters mensais e acesso a oportunidades de carreira.

Mobilidade Interna
Durante o ano de 2016, a mobilidade interna tem sido um aspeto fundamental. Uma das nossas ambições mais importantes é sermos capazes de atrair e reter indivíduos talentosos, e de fornecer-lhes a oportunidade de controlarem a sua carreira e o seu desenvolvimento no Barclays. O nosso objetivo consiste em apoiar a mobilidade interna no Barclays e torná-la simples e fácil para os colaboradores que queiram transferir-se internamente, já que dessa forma estamos a reter e a desenvolver o nosso talento interno. Para promover isto e fornecer aos colaboradores oportunidades para alargarem a sua experiência, o DG do Grupo lançou "Apply Within", o nosso programa de mobilidade interna, no início de 2016. Desenvolvemos várias ferramentas e recursos para que os colaboradores possam descobrir novas oportunidades internas de carreira e para que os gestores encontrem e avaliem candidatos internos adequados. As feiras de carreiras globais, a Ferramenta de Mentoring do Barclays, e as melhorias ao portal on-line "My Career", que foi lançado em 2015, fazem parte da campanha. Milhares de colaboradores que visitaram o portal "My Career" durante este ano para atualizar os seus perfis funcionais, carregar os seus CV e importar perfis de LinkedIn e as nossas equipas de Gestão de recursos tentaram fazer corresponder as vagas às aptidões e aspirações dos colaboradores. Aumentamos a nossa percentagem de recrutamento interno para 48% em toda a empresa (exceto África).

Bem-estar
Ao apoiarmos ativamente os funcionários a serem saudáveis e felizes, conseguimos proporcionar melhores resultados aos colaboradores, ao Barclays e à sociedade. O nosso programa global de bem-estar "Be Well" foi lançado em 2015 e tem-se concentrado na educação para a saúde, numa Série de Conferências Globais, na identificação, prevenção e gestão dos riscos para a saúde, bem como em novos programas de liderança e gestão que ajudam os gestores intermédios no apoio aos colaboradores. As perspetivas desenvolvidas este ano através do nosso programa de bem-estar ajudam a identificar os temas e as áreas a prestar atenção em 2017.

Gestão de desempenho
A abordagem do Barclays à gestão do desempenho é fundamental para garantir a prossecução da nossa estratégia e para continuar a incorporar uma cultura baseada em valores. Os colaboradores alinham os seus objetivos ("o que" fornecerão) com os objetivos do negócio e da equipa, para apoiar a prossecução da nossa estratégia e bons resultados para os clientes. As expetativas comportamentais ("como" atingirão os seus objetivos) são definidas no contexto dos nossos Valores. Este ano reforçámos a atenção no equilíbrio entre "o quê" e o "como", com o lançamento da campanha "Let's talk about how", para relembrar aos colaboradores que o "como" atingem os seus objetivos é tão importante como "o que" conseguem alcançar. Tanto a campanha e o modelo "Values in Action" fornecem ferramentas e recursos para que os colaboradores possam avivar os comportamentos que alicerçam os nossos valores e para melhorarmos a qualidade das nossas avaliações de desempenho.

O nosso programa global de reconhecimento fornece aos colaboradores a oportunidade de reconhecerem realizações de destaque das pessoas que demonstraram os nossos Valores. Continuamos a assistir a uma subida, ano após ano, do número de colaboradores que receberam uma mensagem de agradecimento de um cocolaborador, com mais de 250 000 enviadas em 2016.

Os colaboradores também são encorajados a envolverem-se no desempenho da empresa, com a participação nos planos de ações do Barclays, que decorrem com sucesso há mais de 10 anos. Mais pormenores sobre a nossa abordagem à remuneração estão incluídos no Relatório de Remuneração, nas páginas 105 e 106.

O Barclays informa regularmente os seus funcionários relativamente aos fatores financeiros e económicos que afetam o desempenho da empresa durante o ano, usando uma série de canais de comunicação. Estes incluem comunicações com o DG e líderes sénior, pacotes de informação para gestores intermédios, entrevistas vídeo e pontos de discussão que são distribuídos pelos funcionários todos os trimestres, para coincidirem com o calendário de apresentações financeiras do Barclays. Estes canais são concebidos para desenvolver a consciência por e a compreensão dos resultados do Barclays e do ambiente macroeconómico mais lato, e para motivar o diálogo. Também organizamos uma série de eventos para que os funcionários possam interagir diretamente com o Diretor Geral e com o Comité Executivo do Grupo e apresentar-lhes questões.

Também apresentámos recentemente um comunicado intitulado "Ask the Experts", que dá perspetivas provenientes de todo o banco sobre aquilo que significam os resultados do Barclays e o modo como isso é recebido por diferentes partes interessadas. Em cada trimestre ação lançadas campanhas emblemáticas e destinadas a todos os funcionários, cobrindo tópicos como o bem-estar, o reconhecimento e o trabalho dinâmico, para despertar a consciência quanto às ferramentas que estão a ser implementadas para ajudá-los a desenvolver as suas carreiras no Barclays, e para fornecer-lhes a oportunidade de compreenderem e de participarem em iniciativas de funcionários. Os colaboradores também são informados, através de atualizações regulares pela intranet e por e-mail, da evolução realizada pelo Barclays em atividades como a Diversidade e a Inclusão e a Gestão do Desempenho.

Os funcionários são convidados a partilhar as suas opiniões sobre como é trabalhar no Barclays, através de eventos interativos regulares com líderes sénior. Estes eventos proporcionam aos funcionários a oportunidade de discutir a sua perspetiva sobre uma variedade de áreas para ajudar a gestão de topo a perceber o que está a funcionar bem e onde é que precisamos de melhorar. Quaisquer mudanças que sejam implementadas como resultado do feedback dos colegas são comunicadas através de briefings das chefias e de iniciativas e envolvimento em cada negócio e função.

Diversidade e inclusão
A estratégia global do Barclays para a Diversidade e Inclusão (D&I) estabelece objetivos, iniciativas e planos que compreendem cada um dos cinco pilares centrais: Género, LGBT, Incapacidade, Multicultural e Multigeracional. Como organização, permanecemos concentrados em ampliar a diversidade dos nossos funcionários e, ao continuarmos a promover uma cultura inclusiva, tentamos garantir que funcionários de todas as proveniências sejam tratados de forma equitativa e tenham oportunidades para serem bem-sucedidos.

Em reconhecimento do referido, em 2016 continuámos a desenvolver oportunidades para atrair e reter uma base diversificada de funcionários talentosos de todo o banco. Este ano lançámos novas iniciativas, nomeadamente o nosso Programa de Recontratação "Encore!", que oferece oportunidades de desenvolvimento de liderança e de formação a profissionais que fizeram uma pausa na sua carreira e que estão a tentar voltar à atividade. Também lançámos em 2016 a nossa iniciativa de aprendizado Able to Enable, direcionada aos desempregados de longa duração com incapacidade. Ao trabalharmos com a Remploy e ao providenciarmos um processo personalizado e motivador de seleção, que inclui uma experiência de desenvolvimento de 13 semanas, esperamos proporcionar oportunidades a este grupo demográfico.

Em junho divulgámos melhorias às nossas políticas de Licença de Maternidade e Militar nos EUA, em apoio ao nosso compromisso para criarmos um ambiente diversificado e inclusivo, através de políticas que ajudam os funcionários a integrar harmoniosamente as suas vidas profissionais e pessoais.

Proporcionar o desenvolvimento da liderança para garantirmos que continuamos a construir um ambiente de trabalho inclusivo é primordial para a nossa estratégia de diversidade, e em 2016 a nossa Formação sobre Preconceito Inconsciente, anteriormente ministrada a mais de 8 000 líderes sénior, foi ministrada aos nossos grupos mais juniores, tendo mais de 1 900 pessoas participado até hoje nos seminários.

Temos sempre mais a fazer, mas regozijamo-nos quando reconhecem a nossa evolução no sentido de uma maior inclusão. Durante o ano de 2016, continuámos a receber reconhecimentos nacionais e internacionais de organizações respeitadas, tais como o Business Disability Forum do Reino Unido, a Human Rights Campaign nos EUA e a Comunidade Empresarial, das nossas realizações, referindo o nosso trabalho de D&I como inovador, consistente e sustentável.

Género
Continuar a evolução no sentido de uma maior representação feminina em todos os níveis do Barclays permanece um objetivo central dos nossos processos de gestão de talento e de sucessão de liderança. Em toda a nossa organização e no setor dos serviços financeiros esperamos assistir a uma subida do número de mulheres em funções sénior e estamos determinados a apoiar as mulheres a cumprirem as suas aspirações de carreira. Como se referiu na secção do Comité de Nomeações do Conselho, na página 80, alterámos a nossa Política de Diversidade do Conselho em 2015, para refletir o nosso novo objetivo de representatividade mínima de 33% de mulheres no nosso Conselho até 2020.

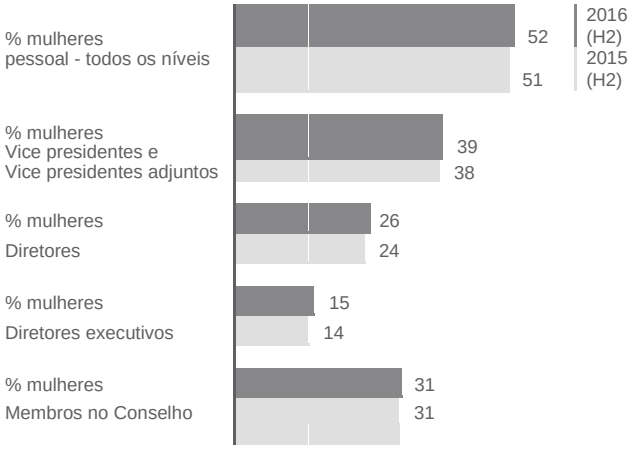
Atualmente, 31% dos membros do nosso Conselho são mulheres, situação que reflete estarmos no bom caminho para cumprir o nosso objetivo para 2020.

Como signatários fundadores da Carta das Mulheres em Cargos de Liderança do Tesouro de Sua Majestade, e apoiantes da Avaliação Hampton-Alexander, definimos proativamente objetivos de género, e no fim de 2016 a representação feminina na população de líderes seniores chegou aos 24%, representando o terceiro aumento anual consecutivo e a evolução no sentido da nossa meta Women in Leadership de 26% para 2018. De acordo com as recomendações da Avaliação Hampton-Alexander, a partir de 2017 publicaremos o número total de mulheres no Comité Executivo do Grupo e que reportem diretamente ao Comité Executivo. No fim de 2016, a representação feminina neste grupo populacional era de 25%. Também usaremos os resultados da análise para informar a atualização das nossas metas Women in Leadership.

A nossa base de género continuou a fortalecer-se em todos os níveis, graças a programas extensivos que se concentram no desenvolvimento de competências e capacidades, tais como a nossa conferência Global Women in Leadership em que participaram mais de 5 000 colaboradoras, o Programa de Recontratação "Encore!" e o número de contratações de licenciadas que aumentou de 31% em 2014 para 39% em 2016. A Rede de Iniciativas para Mulheres (WiN) do Barclays também proporciona oportunidades específicas para desenvolvimento e criação de contactos, tais como orientação de grupo, feiras de carreiras, e eventos que ajudem a relacionar colaboradoras júnior e sénior em toda a organização.

Em reconhecimento dos nossos esforços, fomos convidados pelas Nações Unidas a ser um defensor corporativo IMPACT, na sua campanha HeForShe para a igualdade de género. Internamente, pedimos aos colaboradores para demonstrarem o seu apoio, empenhando-se num compromisso específico que contribuirá para a paridade de género. Desde o lançamento de HeForShe, 60% dos novos membros são homens, e muitos desempenham agora um papel mais visível como mentores e patrocinadores, ajudando a contribuir para a diversidade de género e para uma maior inclusão. Permanecer na vanguarda das boas práticas requer um compromisso sustentado, e nós valorizamos as avaliações independentes que nos permitem calibrar a nossa abordagem. Pelo nono ano consecutivo, congratulámo-nos com a inclusão no Top 50 do The Times dos Locais de Trabalho para Mulheres no Reino Unido, e por sermos nomeados pelo quarto ano consecutivo como uma das 100 Melhores Empresas dos EUA para a "Mãe que trabalha".

Representação feminina



Representado acima a variação positiva na representação feminina no Barclays de 2015 (2º sem.) até 2016 (2º sem.)

LGBT

Uma cultura inclusiva é vital para que os colaboradores tenham a liberdade e a escolha de trazer tudo de si para o trabalho. Para promover esta cultura, contamos com os nossos "Spectrum Allies", colaboradores que estão comprometidos com a inclusão e a igualdade. Ao educarem outros e ao apoiarem visivelmente a igualdade, os aliados ajudam os colaboradores LGBT e os seus amigos e familiares a sentir-se mais seguros e mais confortáveis no modo como vivem. A campanha Spectrum Allies identificou em 2016 mais de 7 000 colegas em todo o mundo como aliados LGBT.

"#nofilter" era o mote do Pride in London 2016, de que nos orgulhámos de ser o principal patrocinador pelo terceiro ano consecutivo. Mais de 1 100 colaboradores, líderes, amigos e familiares reuniram-se para o Pride in London e centenas de colaboradores marcharam à frente do desfile no mês de junho. Os eventos para os nossos colaboradores e clientes decorreram durante o mês de junho para celebrar o mês do Orgulho, e uma parceria entre a equipa de Marketing do Barclays UK e a Thomson Reuters resultou numa bem-sucedida campanha nas redes sociais, que incluiu mais de 10 000 transferências da aplicação para smartphone Pride in London, em que o anúncio "nofilter" do Barclays era destacado.

As mensagens nas ATM do Barclays transmitiram a nossa defesa do IDAHOBIT (Dia internacional contra a homofobia, bifobia e transfobia) e do Dia Mundial da SIDA, com uma campanha de fundos efetuada pelos colaboradores acrescida de uma correspondência libra a libra, para organizações destacadas no tratamento e prevenção do VIH e da SIDA.

O reconhecimento independente reflete o impacto sustentado do nosso trabalho global. A Stonewall continua a nomear-nos como um de apenas oito organizações "Star Performer" consideradas globalmente como líderes. Os colaboradores-modelo foram reconhecidos este ano na lista OUTstanding do Financial Times de 100 líderes financeiros LGBT, e na Pride Power List. Os prémios servem apenas como motivação para continuarmos a moldar a nossa cultura, de modo a que os colaboradores possam trazer toda a sua personalidade para o trabalho. Através do inquérito Your View damos oportunidade aos colaboradores de se identificarem como LGBT, e em 2016 3% dos colaboradores identificaram-se como LGBT.

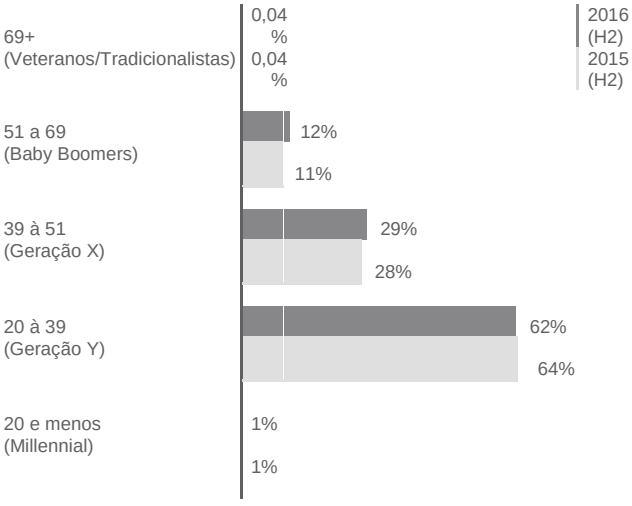
Incapacidade

A nossa ambição de sermos o "banco mais acessível" permanece firme. Na prossecução do nosso objetivo, este ano em parceria com o Prefeito da City, expandimos a nossa campanha interna "This is Me" para a City de Londres, para encorajarmos outras organizações a aderir à eliminação dos estigmas associados às questões de saúde mental. Mais de 70 organizações já se inscreveram para "This is Me in The City". Através do nosso portal corporativo para a acessibilidade, passámos a disponibilizar a nossa aprendizagem sobre acessibilidade e inclusão a todas as organizações.

Continuámos a analisar com a máxima e justa consideração as propostas de candidatos com incapacidade provável. Os nossos processos de recursos humanos garantem que todos os colaboradores podem evoluir nas suas carreiras, com formação e desenvolvimento abrangentes que incluem o nosso eLearning Disability Confident, e através de ajustes ao local de trabalho personalizados e baseados nas necessidades sempre que for relevante. Este ano revimos o nosso processo de Ajustes no Local de trabalho para que seja mais simples e fácil aos colaboradores, e o nosso Passaporte de Ajuste descreve os ajustes razoáveis necessários aos colaboradores para eliminar a necessidade dos colaboradores informarem os seus superiores e para aumentar a facilidade da mobilidade interna. Os funcionários que se tornem portadores de incapacidade durante o período do seu contrato poderão aceder a uma gama completa de serviços e de apoio para retenção do seu talento.

Os nossos esforços foram reconhecidos quando o Barclays atingiu os 98% na mundialmente conhecida Escala de preparação para a Incapacidade do Business Disability Forum, o resultado mais alto alguma vez atribuído a uma organização, desde a criação da Escala de preparação para a Incapacidade em 2004.

Multigeracional



Acima mostram-se as várias gerações que trabalham no Barclays e a mudança percentual em 2015 (H2) e 2016 (H2)

Beneficiamos com as perspetivas diversas de funcionários de cinco gerações, e precisamos de garantir que o nosso local de trabalho seja inclusivo para todos. A nossa campanha Dynamic Working, relevante para os colaboradores em qualquer fase da sua vida com o lema "how do you work your life", encoraja a integração das responsabilidades pessoais e profissionais através de padrões de trabalho mais inteligentes.

Governação: Pessoas

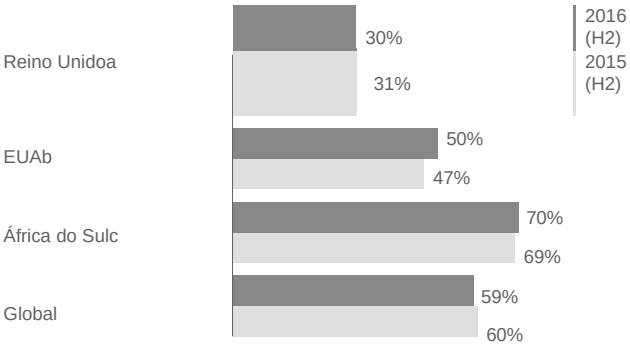
Como exemplo do nosso compromisso com os colaboradores em diferentes fases da vida, somos um dos oito membros fundadores da campanha Working Forward da Comissão para a Igualdade e para os Direitos Humanos (CIDH) que tem como objetivo fazer com que os locais de trabalho Britânicos sejam o melhor que podem ser para mulheres grávidas e para mães que trabalham. A nossa rede Working Families apoia esta campanha organizando seminários de integração para colaboradores regressados de licença parental ou de adoção.

A rede Emerge apoia os colaboradores no início de carreira ou inexperientes em serviços financeiros e a composição multigeracional da nossa força de trabalho. Este ano foi lançado um programa global de mentoria reversa, com a criação de mais de 200 parcerias de mentoria reversa bem-sucedida. O nosso Bolder Apprentice Programme continua a crescer e os nossos programas de Recontratação, tanto no Reino Unido como nos EUA, estão a ter êxito.

A alteração de carreiras também é importante, e por isso o nosso programa de Transição, Emprego e Reabilitação de Forças Armadas (TERFA) continuou a analisar talentos ex-militares para adesão a nossa empresa, ou para apoio no sentido de obter aptidões relevantes e adequadas ao trabalho. Desde que o programa começou em 2010, o TERFA apoiou mais de 4 000 veteranos na transição de emprego, contratámos perto de 400 talentos ex-militares e doámos mais de 4M£ a instituições militares de beneficência para apoiar pessoal ferido e lesionado na transição de emprego. AO mesmo tempo, os nossos programas "LifeSkills" continuam a preparar os jovens para os seus primeiros passos no mundo do trabalho.

A Working Families do Reino Unido reconheceu o Barclays pela melhor flexibilidade incorporada no local de trabalho, com a nossa Campanha Dynamic Working. Em Singapura, ganhámos o prémio Most Empowering Company for Mums do National Trades Union Congress, enquanto que nos EUA fomos incluídos nas '100 Melhores Empresas Para Mães Trabalhadoras". No Reino Unido, a nossa abordagem à atração de talento foi reconhecida tanto pela Working Mums como pela comunidade empresarial.

Multicultural



Acima apresentamos a percentagem de populações pouco representadas que formam as nossas populações globais e regionais. Note-se que as populações pouco representadas são definidas regionalmente para assegurar a inclusão com todos os grupos no local de trabalho

a O Reino Unido inclui Asiáticos, Mistos, Negros, Outros e Não-revelados.
b Os EUA incluem Hispânicos/Latinos, Asiáticos, Mistos, Negros, Outros e Não-revelados.
c A África do Sul inclui Africanos, Indianos, Pessoas de cor, Outros e Não-revelados.

A pegada global do Barclays torna imperativa a inclusão multicultural. A promoção de ligações interculturais é possibilitada pela nossa rede multicultural, Embrace. Durante o ano, a Embrace tem feito parcerias com líderes e envolvido colaboradores da nossa comunidade global para organizar discussões onde se desenvolvem perspetivas e ideias sobre como podemos servir melhor os nossos clientes multiculturais. A Embrace também nos ajuda a assinalar no calendário importantes datas culturais e religiosas para 2016, como o Diwali e o Eid, criando comunicações e eventos que dão vida à rica diversidade multicultural das nossas pessoas. Dia após dia, esta diversidade é viabilizada, por exemplo, pela existência de salas sossegadas dedicadas à oração e à reflexão em muitas das nossas principais localizações, e por servirmos alimentos halal e kosher nos nossos refeitórios.

O Programa de Aprendizado do Barclays reflete o nosso compromisso de recrutamento de uma força de trabalho diversificada. Desde que o programa foi lançado em 2012, recrutámos mais de 3 000 aprendizes que são considerados SEEF (Sem Educação formal, Emprego ou Formação). 30% identificaram-se como Negros, Asiáticos, e pertencentes a minorias étnicas, o que é 19% mais elevado do que a média nacional de 11% no aprendizado. Além disso, 43% dos nossos aprendizes vêm de uma área desfavorecida, conforme a definição do Departamento de Educação. Através deste programa, conseguimos garantir um impacto positivo tanto no desemprego juvenil como na mobilidade social.

Garantir que as empreendedoras Negras, Asiáticas, e pertencentes a Minorias Étnicas (NAME) conseguem manter e desenvolver os seus negócios tem sido uma preocupação partilhada da nossa parceria com o Women's Business Council do Reino Unido, e em 2016 também apoiámos os Black British Business Awards na celebração das conquistas de líderes NAME no Reino Unido. O perfil multicultural da organização foi reconhecido externamente, com os principais modelos de líderes sénior reconhecidos no primeiro top 100 da "UPstanding Executive Power List" de líderes NAME no Reino Unido e nos EUA, e na Powerlist, uma publicação anual das pessoas com heranças Africanas e Afro-Caribenhas mais influentes na Grã-Bretanha.

Funcionários permanentes por região

	2016	2015	2014
Reino Unido	**46 400**	49 000	48 600
Europa Continental	**4 700**	7 400	9 900
Américas	**9 700**	10 600	10 900
África e Médio Oriente	**42 800**	43 600	44 700
Ásia Pacífico	**15 700**	18 800	18 200
Total	**119 300**	129 400	132 300

Governação: Relatório de remunerações

Declaração anual do Presidente do Comité de Remunerações do Conselho

“Continuamos focados no alinhamento da nossa remuneração com o bom desempenho, e na determinação da remuneração a um nível que nos permita atrair, reter e motivar o pessoal, mas não maior que o necessário para garantir que aceleramos a criação de valor para os acionistas. A tensão inerente entre estas considerações importantes continua a ser uma componente chave das deliberações do Comité.”

Caros Coacionistas
Como Presidente do Comité de Remunerações do Conselho, congratulo-me pela apresentação do relatório de Remunerações para 2016. Refiro a seguir o contexto comercial que influenciou as principais decisões tomadas pelo Comité durante o ano. O relatório deste ano também inclui uma nova política remuneratória para os Diretores, que foi atualizada devido a alterações regulamentares, e simplificada sempre que possível.

Desempenho e remuneração
Continuamos focados no alinhamento da nossa remuneração com o bom desempenho, e na determinação da remuneração a um nível que nos permita atrair, reter e motivar o pessoal, mas não maior que o necessário para garantir que aceleramos a criação de valor para os acionistas. A tensão inerente entre estas considerações importantes continua a ser uma componente chave das deliberações do Comité.

2016 representou um ano de fortes progressos na realização da nossa estratégia. Ficámos um passo mais perto de completarmos a re-estruturação do Barclays, uma re-estruturação que criará um banco simplificado concentrado em proporcionar valor sustentável no longo prazo a todas as partes interessadas no nosso negócio. Os nossos negócios Nucleares estão a ter um bom desempenho, a redução dos negócios Não-Nucleares tem acelerado, e o Barclays continua a explorar oportunidades para reduzir a sua participação acionista no BAGL até um nível que permita a desconsolidação regulamentar. O resultado consistirá na criação de um banco de consumo, de empresas e de investimento transatlântico de elevado desempenho.

Os nossos negócios Nucleares tiveram um lucro antes de impostos que subiu de forma relevante, 60% quando comparado com 2015. Excluindo operações notáveis, este aumento foi de 4%, e de 10% se for excluído o impacto das alterações às nossas disposições de diferimento (detalhes adicionais no verso), Os custos Nucleares de 13,4mM£ excederam as orientações devido às alterações nas disposições de diferimento. A rendibilidade dos capitais tangíveis (RoTE) nos nossos negócios Nucleares aumentou para 8,4% em 2016 (2015:
4,8%). Excluindo operações notáveis, o RoTE Nuclear foi de 9,4% (2015: 11,2%).

O desempenho dos negócios Não-Nucleares acompanhou a estratégia, tendo a sua redução sido acelerada ao mesmo tempo que se preservou o capital, proporcionando uma redução de 22mM£ em Ativos Ponderados pelo Risco.

Os lucros do Grupo antes de impostos para 2016 subiram 182% desde 2015, para 3 230M£, em parte devido a uma redução relevante nos custos associados a eventos de risco e conduta em 2016. A posição de capital do Grupo continua a fortalecer-se, com um rácio de Capital de Base de nível 1 (CET1) no valor de 12,4% (2015: 11,4%) CRD IV no fim de 2016.

As deliberações do Comité relativamente ao total de incentivos de 2016 refletiram o desempenho do Grupo e a execução estratégica, tanto nos negócios Nucleares como nos Não-Nucleares. Chegámos à decisão de que um total de incentivos para o Grupo de 1 533M£, ligeiramente inferior aos 1 544M£ de 2015, é adequado, apesar dos bons resultados em 2016. Este grau de incentivos também absorve o impacto adverso substancial de movimentos no mercado cambial ao longo do ano, que foi mais do que suficiente para contrariar o impacto das reduções no número de funcionários nesse ano.

O rácio entre compensações e rendimento líquido do negócio Nuclear (excluindo operações notáveis) desceu de 34,0% em 2015 para 32,7% em 2016, excluindo o impacto das alterações de diferimento, e aumentou ligeiramente para 34,7% se for incluído o impacto destas alterações. Ao nível do Grupo, o rácio aumentou para 40,2% (2015: 37,7%), impelido pela redução continuada do negócio Não-Nuclear.

Risco e conduta
O Comité leva muito a sério as questões de risco e conduta, e assegura que são aplicados os ajustes adequados, tanto ao nível individual como do conjunto de incentivos.

As análises à gestão do desempenho individual avaliam o alinhamento dos indivíduos com os Valores Barclays, e por sua vez têm impacto sobre as decisões de incentivos individuais. Os funcionários que demonstrem os Valores Barclays, e que consigam resultados positivos quanto ao risco e à conduta, são recompensados em conformidade, ao passo que aqueles que sejam direta ou indiretamente responsáveis por questões de risco e conduta verão a sua remuneração ser ajustada no sentido descendente. Isto inclui reduções no bónus no ano corrente e, sempre que adequado, reduções por aplicação de malus e, no futuro, por aplicação de retenções (clawback).

Membros do Comité de Remunerações

Presidente
Crawford Gillies

Membros
Tim Breedon
Mary Francis (a partir de novembro de 2016)
Dambisa Moyo
Steve Thieke (até março de 2016)

Índice

	Página
Declaração anual	99
Política de remuneração dos novos diretores: um resumo	101
Incentivos de 2016	103
Politica de remuneração para todos os funcionários	105
Política de remuneração dos Diretores	108
Relatório anual sobre a remuneração dos Diretores	121
Informações adicionais relativas à remuneração	133

LP

Governação: Relatório de remunerações

Declaração anual do Presidente do Comité de Remunerações do Conselho

Foram feitos ajustes coletivos ao conjunto de incentivos do grupo para eventos específicos e relevantes de risco e conduta, e para considerar uma análise global sobre um conjunto alargado de riscos futuros, nomeadamente de fatores de conduta e não-financeiros que possam apoiar o estabelecimento de uma cultura forte de gestão do risco e de conduta, e de outros fatores, nomeadamente a reputação, o impacto sobre os clientes, mercados e outras partes interessadas.

Alterações a disposições de diferimento
No âmbito das disposições existentes para o diferimento, existe uma relação limitada entre os custos com o desempenho contabilizados anualmente e as alterações ao conjunto dos incentivos. Este resultado deve-se aos níveis globalmente elevados de diferimento, bem como ao modo como os custos destes diferimentos foram reconhecidos nas nossas contas. O efeito desta realidade é que se escolhermos (por exemplo) reduzir o conjunto de incentivos num dado ano devido a um mau desempenho, o impacto sobre os custos seria limitado para o ano em questão. Esta falta de flexibilidade infra-anual para um item de custo tão importante não é ideal. A partir de 2016, a alteração no momento do reconhecimento dos custos diferidos, juntamente com uma harmonização dos níveis de diferimento em todo o Grupo, resultará em melhorias da flexibilidade operacional do Grupo a partir de 2017.

Estas alterações são descritas em maior detalhe na página 104.

Nova política de remunerações para 2017
Procuraremos a aprovação dos acionistas para uma nova política de remuneração de Diretores (PRD) na RGA de 2017. A nova política adota, sempre que possível, uma abordagem mais simples e transparente às remunerações, e está alinhada mais de perto com a filosofia de remunerações do Barclays. As alterações na política também abordam desenvolvimentos regulamentares recentes, em especial o requisito de diferir bónus e prémios do Plano de Incentivos de Longo Prazo (PILP), durante um período que pode ir até sete anos. Também apresentámos um novo requisito para os Diretores executivos, que devem deter ações durante dois anos até depois da rescisão.

O Comité apoiou uma abordagem ainda mais simplificada do que a proposta, mas concluiu que, embora essa alternativa fosse interessante, não existia ainda clareza suficiente sobre as expetativas dos principais acionistas para que pudéssemos propor uma tal alteração no momento presente. As alterações propostas à PRD foram discutidas com alguns dos nossos maiores acionistas e entidades de acionistas institucionais, e estes aprovam globalmente as alterações. Pode ser consultado um resumo da nova política nas páginas 101 e 102 deste relatório, e a política integral é apresentada nas páginas 108 a 120.

Principais decisões de remunerações relativas a Diretores executivos
Com base no desempenho dos nossos Diretores executivos, relativamente às medidas de desempenho definidas no início do ano, o Comité aprovou um prémio de bónus em 2016 de 1 318 000£ (60% do máximo) para Jes Staley e de 854 000£ (61% do máximo) para Tushar Morzaria. Podem ser consultados mais detalhes sobre as decisões do Comité em 2016 relativamente aos Diretores executivos nas páginas 121 e 122. 70% do bónus anual de Jes Staley e 60% do bónus anual de Tushar Morzaria foram diferidos em ações. O período de diferimento da remuneração variável aumentou para sete anos. As remunerações variáveis não adquiridas são sujeitas a malus durante o período de aquisição. Qualquer remuneração variável atribuída aos Diretores executivos também fica sujeita a retenção por um período que pode ir até 10 anos.

O Comité concordou que a Remuneração Fixa de Jes Staley ficará inalterada em 2017 em 2 350 000£ (2016: 1 200 000£ de salário e 1 150 000£ de Retribuição Associada à Função (RAF)). O Comité concordou que a Remuneração Fixa de Tushar Morzaria será aumentada para 1 650 000£ em 2017 (2016: 800 000£ de salário e 750 000£ de RAF). Ao ponderar o nível adequado para a remuneração fixa Total (Remuneração Fixa mais Pensões) de Tushar Morzaria, o Comité considerou o tempo em que exerceu funções sem qualquer aumento (mais de três anos), o seu destacado desempenho, e os valores de mercado para a função no setor. O Comité concluiu que um aumento de 5,7%, sendo inferior ao aumento cumulativo pago aos funcionários no Reino Unido durante o mesmo período, era justificável, mas concordou em que os Diretores executivos não seriam elegíveis para novos aumentos durante os próximos três anos (ou seja, durante o período de vigência da nova política).

A partir de 2017, o Barclays evoluirá da abordagem existente de Quadro de Resultados para uma outra que reflete melhor o progresso alcançado no sentido dos nossos objetivos estratégicos. Embora muitas das medidas de desempenho permaneçam consistentes com o Quadro de Resultados, o novo Modelo de Medição do Desempenho permite uma avaliação mais holística e expande a nossa abordagem a medidas estratégicas não-financeiras ao mesmo tempo que mantém o equilíbrio nas principais medidas de desempenho financeiro. O modelo foi incorporado nas medidas para o bónus anual de 2017 e no PILP com efeitos a partir do bónus de 2017. As medidas financeiras condicionarão 60% da oportunidade máxima para o bónus anual de 2017, e 70% da oportunidade máxima para o prémio PILP de 2017.

Agenda para 2017
O Comité continuará a dar atenção à garantia de que as remunerações estão alinhadas com a prossecução da nossa estratégia e com rendimentos sustentáveis para os acionistas. O Comité também continuará a monitorizar a competitividade das nossas remunerações à luz das recentes alterações regulamentares realizadas pela PRA, FCA e EBA. Estas alterações agravaram a desvantagem competitiva das empresas globais baseadas no Reino Unido, devido á falta de condições equitativas regulamentares a nível global.

Também continuaremos a implementar a nossa agenda para abordar a desigualdade nas remunerações (detalhes adicionais na página 106), que está alinhada com as propostas do Livro Verde do Governo sobre a Reforma da Governação Corporativa. O Comité saúda este Livro verde e apoia a sua intenção de intensificar a responsabilização pelas remunerações de executivos. Já apresentámos as nossas opiniões sobre as propostas, através de uma resposta setorial, e acompanharemos os desenvolvimentos durante os meses seguintes.

O nosso relatório de Remunerações
O relatório foi preparado de acordo com a divulgação de informação sobre remunerações exigida pelo Regulamento de Empresas e Grupos de Grande e Média Dimensão (Contas e Relatórios) (Revisto) de 2013. Estamos a procurar a aprovação dos acionistas na RGA 2017 para a nossa nova PRD, para o relatório de Remunerações (na parte que não se refere à PRD), e para as revisões ao PILP do Barclays feitas em resposta às alterações nos requisitos regulamentares. Podem ser consultados mais detalhes na Convocatória para a RGA de 2017
of Meeting.

Congratulo-me pelas respostas recebidas dos nossos maiores acionistas e sobre as nossas propostas remuneratórias, e valorizamos as perspetivas proporcionadas pelos debates. Espero que apoiem estas resoluções na RGA de 2017.

Crawford Gillies
Presidente, Comité de Remunerações do Conselho
22 de fevereiro de 2017

Governação: Relatório de remunerações

Nova política de remunerações dos diretores: um resumo

Introdução
A nova PRD do Barclays está sujeita à aprovação dos acionistas na RGA de 2017 a 10 de maio de 2017 e, se for aprovada, será imediatamente aplicada, e permanecerá em vigor durante três anos até á data da RGA de 2020.

Quais foram os principais fatores considerados durante a determinação da nova PRD?
Durante a elaboração da nova PRD, o Comité considerou os desenvolvimentos regulamentares relativos à filosofia de remunerações do Barclays (adotada em 2015) e a sua experiência de funcionamento com a antiga PRD.

Contribuições	Resultados
Alinhamento com a filosofia de remunerações do Barclays	■ Atrair e reter o talento necessário para cumprir a estratégia do Barclays ■ Alinhar a retribuição com os interesses dos investidores ■ Recompensar o desempenho sustentável ■ Apoiar os Valores e cultura do Barclays ■ Alinhar com a apetência pelo risco, a exposição ao risco, e as expetativas de conduta ■ Ser tão claro, transparente, e simples quanto possível
Desenvolvimentos regulamentares	■ Períodos de diferimento mais longos: — pro-rata de 7 anos, a partir do 3º ao para Gestores Sénior PRA (incluindo Diretores executivos) — Extensão do período de retenção, de 7 para 10 anos, para os Gestores Sénior PRA (incluindo Diretores executivos) ■ Aplica-se pela primeira vez na avaliação de 2017: — Proibição de dividendos equiparados em ações diferidas — Aumento para um ano (de 6 meses) do período de detenção para as ações distribuídas como prémio — Exigência de que as doações LTIP sejam baseadas no desempenho do ano anterior e nos períodos de desempenho futuros

Quais são as principais alterações à PRD?

Principais alterações	
Pagamento fixo	■ Introduzido o “Pagamento Fixo”, substituindo o salário e o PBF ■ O Pagamento Fixo é efetuado 50% em dinheiro e 50% em ações (sujeitas a um período de 5 anos de retenção com levantamento proporcional) ■ O Pagamento Fixo não será alterado durante a vigência da política, para qualquer um dos atuais Diretores executivos ■ As contribuições para pensões são mantidas nos níveis atuais, mas limitadas a 10% do Pagamento Fixo para novas contratações
Pagamentos variáveis	■ Bónus e PILP agregados para fins de diferimento regulamentar
Medidas de desempenho	■ Bónus: Medidas financeiras ≥ 60% ■ PILP: Medidas financeiras ≥ 70%
Execução	■ Qualquer diferimento do bónus é adquirido em tranches iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário da atribuição ■ O desempenho do PILP é testado no final do período de desempenho de 3 anos e é adquirido em tranches iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário da atribuição
Requisito de participação	■ Requisito aumentado para 200% do pagamento fixo Total (Pagamento Fixo mais Pensões) até 5 anos a contar da respetiva data de nomeação (de 400% do salário até ao equivalente de 457% do salário para o DG) ■ Novo requisito para a detenção de ações no valor de 100% do Pagamento fixo total (ou proporcional ao mesmo) durante 2 anos após a rescisão
Contratos de trabalho	Para novas contratações, removida a assimetria dos períodos de ■ notificação, ou seja 6 meses da Empresa e 6 meses do Diretor (de 12 meses da Empresa e 6 meses do Diretor)

Os detalhes completos das alterações à PRD podem ser consultados na página 113.
A PRD integral encontra-se nas páginas 108 a 120.

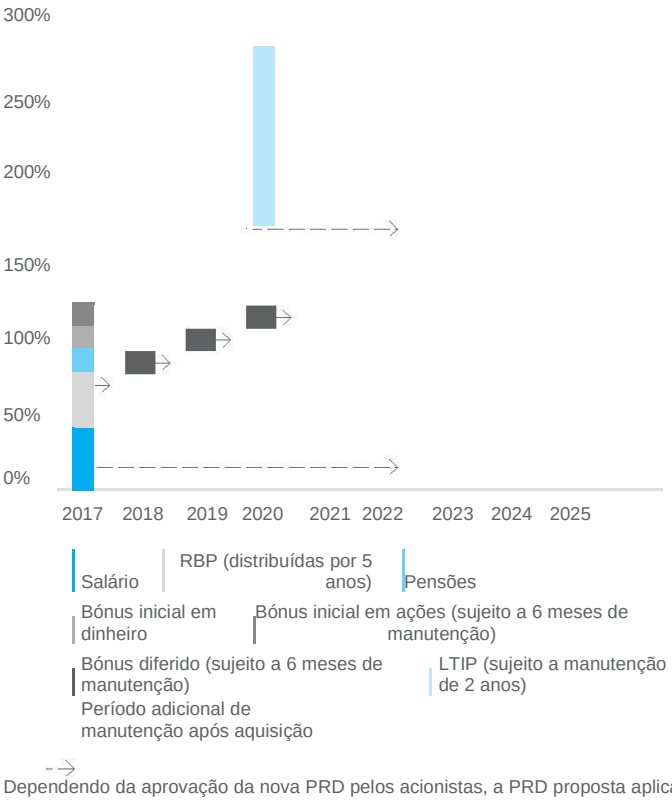
Governação: Relatório de remunerações

Nova política de remunerações dos diretores: um resumo

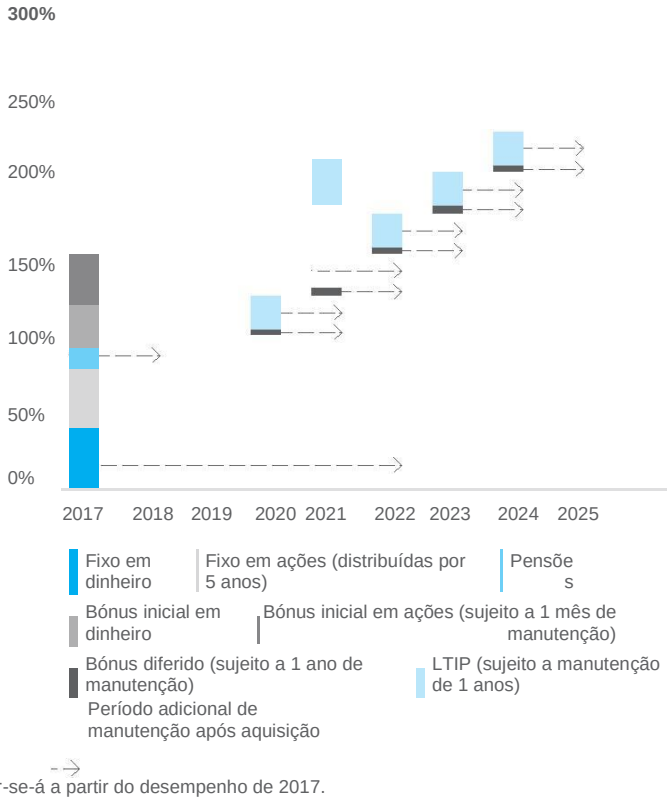
Como será implementada a nova PRD?

Os gráficos seguintes ilustram como os perfis de aquisição de direitos da compensação total máxima para o Diretor Geral do Grupo se alterariam, da política atual para a nova política. Todas as atribuições de ações estão sujeitas a períodos de detenção adicionais após a concessão de direitos, durante os quais as ações não podem ser vendidas ou transferidas.

Política atual: pré alteração regulamentar (para o DG atual)



Política proposta: pós alteração regulamentar (para o DG atual)



Dependendo da aprovação da nova PRD pelos acionistas, a PRD proposta aplicar-se-á a partir do desempenho de 2017.

Como será estruturada a remuneração dos Diretores executivos em 2017?

Salário fixo total

	Salário fixo 000 £	Pensões 000 £
Jes Staley	2 350	396
Tushar Morzaria	1 650	200

Bónus anual

Máximo 80% do salário fixo total

Medidas e ponderadores de desempenho para 2017:	
Lucros antes de impostos (excluindo itens assinaláveis)	22,5%
Rácio CET1	22,5%
rácio Custo:Rendimento excluindo os itens assinaláveis	15,0%
Estratégicos/não financeiros	20,0%
Objetivos pessoais	20,0%

PILP

Máximo 120% do salário fixo total

Medidas e ponderadores de desempenho para o ciclo 2017-2019:	
RoTE (excluindo itens assinaláveis)	25%
Rácio CET1 a 31.12.19	25%
rácio Custo:Rendimento excluindo os itens assinaláveis	20%
Estratégicos/não financeiros	15%
Quadro de resultados de risco	15%

Governação: Relatório de remunerações

Incentivos de 2016

Esta secção fornece detalhes do modo como foram tomadas as decisões de atribuição de incentivos totais em 2016.

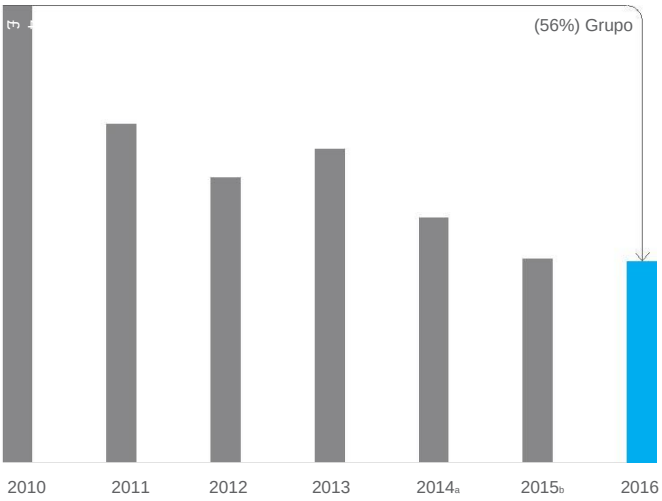
Cabeçalhos de 2016 relativos a pagamentos e desempenho
As principais considerações relativas ao desempenho que o Comité considerou durante a tomada das suas decisões de remuneração para 2016 salientam-se a seguir:

- Os lucros do Grupo antes de impostos subiram 182% para 3 230M£ (2015: 1 146M£)
- O rácio CET1 do Grupo subiu 12.4% (2015: 11.4%)
- O lucro Nuclear antes de impostos subiu 60% relativamente a 2015 com 6 016M£. Excluindo os casos notáveis, o lucro Nuclear antes de impostos subiu 4% para 6 436M£ (2015: 6 191M£), e subiu 10% excluído o impacto das alterações de diferimento efetuadas em 2016
- O RoTE nos nossos negócios Nucleares aumentou para 8,4% em 2016 (2015: 4,8%). Excluindo os casos notáveis, o RoTE Nuclear foi de 9,4% (2015: 11,2%)
- importante execução da redução do Não-nuclear, que implicou uma redução dos ativos ponderados pelo risco em 22mM£

Os resultados e decisões relativas a remunerações podem ser resumidas do seguinte modo:

- os custos totais com compensações aumentaram 2% para 7 445M£ (2015: 7 301M£), e incluem o impacto das alterações de diferimento. Excluindo este impacto, os custos com compensações desceram 3%
- o total de prémios de incentivo concedidos decresceu ligeiramente para 1 533M£ (2015: 1 544M£)
- o nível do plano de incentivos absorve o impacto adverso relevante dos movimentos cambiais durante o ano, que mais que compensa o impacto das reduções em pessoal durante o ano
- O rácio entre as compensações dos negócios Nucleares (Core) e os rendimentos líquidos (excluindo itens assinaláveis) melhorou para 32,7% (34,0% em 2015), excluindo o impacto das alterações por diferimento, subindo ligeiramente para 34,7% se incluirmos o impacto destas alterações
- A compensação do Grupo para o rácio do resultado líquido (excluindo itens assinaláveis) foi de 40,2% (2015: 37,7%) impulsionada pela redução do rendimento dos negócios Não-Nucleares, à medida que estes vão sendo abandonados
- Os prémios de incentivo do front-office do Banco de Empresas e de Investimento (BEI) também decresceram ligeiramente para 875M£ (2015: 884M£). Excluindo o impacto das
alterações de diferimentos feitas em 2016, a compensação do BEI para o rácio do resultado líquido (excluindo itens assinaláveis) foi de 39,2% (2015: 40,3%)
- houve uma diferenciação forte e continuada, baseada no desempenho individual, para permitir que o Grupo gerisse mais eficazmente os custos com as compensações.

Decisões de atribuição de incentivos em 2016
As decisões do Comité relativas aos incentivos de 2016 tomaram plenamente em conta o desempenho financeiro e não-financeiro, e ainda o reposicionamento substancial dos incentivos assegurados desde 2010. Desde 2010, o conjunto de incentivos do Grupo decresceu progressivamente, de 3 484M£ em 2010 para 1 533M£ em 2016 (uma diminuição de 56% ao longo de seis anos).



Notas
Uma Parcela da redução dos incentivos em 2014 deveu-se à introdução da RBP.
b O conjunto de incentivos para 2015 foi reajustado de 1 669M£, de modo a contemplar as operações bancárias em Africa como uma operação descontinuada. Os incentivos do Grupo para 2010-2014 não foram reajustados.

Governação: Relatório de remunerações

Incentivos de 2016

Total de prémios de incentivo atribuídos (ano corrente)

	Barclays Group		
	Exercício findo em 31/12/2016 M£	Exercício findo em 31/12/2015 M£	% variação
Prémios de incentivo atribuídos			
Bónus	1 459	1 453	0
Comissões e outros incentivos[a]	74	91	19
Total de prémios de incentivo atribuídos	**1 533**	1 544	1
Reconciliação de prémios de incentivo atribuídos com encargos da demonstração de resultados:			
Menos: bónus diferidos concedidos mas não contabilizados no ano corrente	(300)	(665)	55
Mais: encargos do ano corrente com bónus diferidos em anos anteriores	690	856	19
Outros[b]	(26)	26	
Encargos da demonstração de resultados com custos de desempenho[c]	**1 897**	1 761	(8)
Custos totais com compensações [b]	**7 445**	7 301	(2)
Custos totais com compensações antes do impacto das alterações de diferimento[d,e]	**7 050**	7 301	3
Proporção dos bónus diferidos %	30	46	

Notas
a Os prémios incluídos como compromissos em 2015 são hoje refletidos nos Bónus, para garantir a consistência com 2016.
b A diferença entre os prémios de incentivos concedidos e os encargos na demonstração de resultados com comissões e outros incentivos. c Inclui o impacto de 395M£ por alterações nas disposições de diferimento.
d Os custos totais com compensações em 2015 foram ajustados para excluir o impacto de um ganho de 429M£ na valorização de um componente da responsabilidade definida para o benefício. e Além disso 212M£ relativos à compensação do Grupo (2015: 236M£) foram capitalizados como software desenvolvido internamente.

Alterações a disposições de diferimento

A partir de 2016, os custos relativos aos bónus diferidos são registados no ano de desempenho relativamente ao qual são concedidos. Aproximadamente 33% dos custos diferidos com bónus serão assumidos no ano do desempenho, sendo este o ano anterior à concessão (anteriormente eram 0%). Esta aceleração do custo futuro melhora de forma imediata a relação entre os custos anuais com o desempenho e a dimensão do conjunto de incentivos.

O relacionamento entre os custos anuais com o desempenho e as alterações ao conjunto de incentivos será posteriormente melhorado, através de uma alteração para harmonizar a abordagem de diferimento para todo o pessoal do Grupo e para criar consistência interna. Historicamente, temos aplicado níveis de diferimento significativamente superiores aos exigidos pelos nossos reguladores para os pagamentos de bónus entregues especificamente ao pessoal sénior do nosso Banco de Investimento, fazendo-os diferir 100% dos prémios de incentivos durante pelo menos três anos, não efetuando quaisquer pagamentos no ano em que o desempenho é demonstrado. Isto significava que quaisquer alterações ao conjunto de prémios de incentivo do Banco de Investimento tinham impacto limitado sobre os custos anuais com o desempenho reconhecidos nas nossas contas. Esta abordagem também nos afastava com as práticas do setor, em que os níveis de diferimento são normalmente mais reduzidos. A nossa nova abordagem de diferimento no Grupo garante que todo o pessoal diferirá, no mínimo, aquilo que é exigido pelos nossos reguladores, enquanto todo o nosso pessoal mais bem remunerado continuará a diferir mais do que é requirido, para manter um forte alinhamento com o desempenho futuro do Grupo. Esta alteração significa que qualquer alteração nos prémios de incentivo terá agora um impacto direto e imediato nos custos com o desempenho para o ano em que o encargo é reconhecido.

O alinhamento dos níveis de diferimento em todo o Grupo também ajuda numa perspetiva concorrencial global, dadas as diferenças nas abordagens adotadas pelos diferentes regimes regulamentares. As diferenças intensificaram-se devido às alterações recentes no Reino Unido, como o aumento na duração do diferimento para sete anos no caso de Gestores Sénior PRA e para cinco anos para muitos outros MRT (de três anos, no passado). A harmonização da nossa abordagem de diferimento melhora a competitividade do modelo fora do Reino Unido, ao mesmo tempo que mantém as nossas responsabilidades junto de todas as nossas partes interessadas.

Impacto das alterações ao diferimento

	Barclays Group	
Barclays Group	Exercício findo em 31/12/2016 %	Exercício findo em 31/12/2015 %
Custos com compensações em % do rendimento líquido (excluindo itens notáveis)		
Antes do impacto das alterações ao diferimento	38,1	37,7
Depois do impacto das alterações ao diferimento	40,2	37,7

Barclays Nucleares	%	%
Custos com compensações em % do rendimento líquido (excluindo itens notáveis)		
Antes do impacto das alterações ao diferimento	32,7	34,0
Depois do impacto das alterações ao diferimento	34,7	34,0

Governação: Relatório de remunerações

Politica de remunerações para todos os funcionários

Esta secção apresenta a política de remunerações para todos os funcionários, explicando a filosofia subjacente à estrutura dos pacotes remuneratórios, e o modo como se relacionam as remunerações com a consecução de desempenho elevado e sustentado e a criação de valor no longo prazo.

Filosofia de remunerações
Em outubro de 2015, o Comité adotou formalmente uma filosofia de remunerações revista e simplificada, que articula a abordagem abrangente do Barclays às remunerações e se descreve a seguir.

Filosofia de remunerações do Barclays	
Atrair e reter o talento necessário para cumprir a estratégia do Barclays	O êxito no longo prazo depende do talento dos nossos funcionários. Isto significa atrair e reter um leque adequado de talentos para implementar a nossa estratégia, e pagar a quantia certa por esse talento
Alinhar a retribuição com os interesses dos investidores	Assegurar que os interesses dos funcionários estão alinhados com os dos investidores (detentores de capital e de dívida), tanto em termos de estrutura como quanto ao adequado equilíbrio de rendimentos
Recompensar o desempenho sustentável	O desempenho sustentável significa contribuir de forma positiva para os acionistas, tanto no curto como no longo prazo, desempenhando um papel válido na sociedade
Apoiar os Valores e cultura do Barclays	Os resultados devem ser alcançados de um modo consistente com os nossos Valores. Os nossos Valores e cultura devem indicar o modo como o nosso negócio é conduzido
Alinhar com a apetência pelo risco, a exposição ao risco, e as expetativas de conduta	Concebida para recompensar os funcionários por alcançarem resultados alinhados com a apetência pelo risco e com as expetativas de conduta do Banco
Ser tão claro, transparente, e simples quanto possível	Todos os funcionários e partes interessadas devem compreender o modo como recompensamos os nossos funcionários. As estruturas remuneratórias devem ser tão simples quanto possível, para que todos possam compreender como funcionam e os comportamentos que recompensam

Cultura e remunerações
A filosofia de remunerações do Barclays relaciona a remuneração com a consecução de um desempenho elevado e sustentado e com a criação de valor no longo prazo. A nossa filosofia de remunerações aplica-se globalmente a todos os funcionários do Barclays e tem como objetivo reforçar a nossa convicção de que a gestão eficaz do desempenho é essencial para assegurar o cumprimento da nossa estratégia de negócio, alinhada com os nossos Valores. Os funcionários que adiram aos Valores do Barclays e contribuam para o êxito do Barclays são recompensados em conformidade.

Isto consegue-se baseando a avaliação do desempenho em normas claras de cumprimento e comportamento, e inicia-se pelo alinhamento dos objetivos dos funcionários ("o que" cumprirão) às metas do negócio e da equipa, de forma a apoiar o cumprimento da estratégia de negócio e bons resultados para os clientes. As expetativas comportamentais ("como" as pessoas alcançam os seus objetivos) são definidas no contexto dos nossos Valores.

O desempenho individual é avaliado relativamente a critérios financeiros e não-financeiros. São também considerados outros fatores relacionados com a avaliação global de desempenho, nomeadamente as principais responsabilidades funcionais, os comportamentos relativamente ao risco e ao controlo, as opiniões de colaboradores e de partes interessadas, bem como informações das funções de Risco e Compliance, sempre que for adequado.

Através da nossa abordagem de gestão do desempenho, destacamos a igual importância entre "o que" um indivíduo cumpriu e "como" o conseguiu, encorajando assim a ponderação equilibrada de cada dimensão. Ambos os elementos são avaliados e classificados, um independentemente do outro. Em 2016 eliminámos o requisito de ter uma classificação global, o que deverá potenciar diálogos mais sólidos e reflexivos, entre gestores e membros da equipa, sobre as componentes individuais do desempenho.

Uma parte essencial da filosofia de gestão do desempenho promove um diálogo contínuo de qualidade durante todo o ano. Isto ajuda a gerir eficazmente as mensagens relacionadas com o desempenho, e permite um reconhecimento mais atempado, bem como orientação e apoio mais adequados sempre que for necessário.

Ao ligar a avaliação de desempenho individual à estratégia do Barclays e aos nossos valores e, por sua vez, às decisões de remuneração, conseguimos um alinhamento claro entre aquilo que queremos alcançar, o modo como o alcançamos e, em última análise, o modo como reconhecemos esse facto em termos financeiros individuais.

Risco, conduta e remunerações
Uma outra característica importante da nossa filosofia de remunerações é o alinhamento da remuneração com a nossa apetência pelo risco e com as expetativas de conduta do Barclays, dos nossos reguladores e das nossas partes interessadas. O Comité leva muito a sério os eventos de risco e conduta, e assegura que são feitos os ajustes adequados à remuneração individual e, sempre que necessário, ao conjunto de incentivos.

O Painel de Análise das Remunerações, que reporta ao Comité, apoia o Comité neste processo. O Painel é presidido pelo Diretor de Risco e inclui representantes sénior das funções de controlo principais do Risco, Compliance, Auditoria Interna, área Jurídica e Recursos Humanos, bem como os DG do Barclays UK e do Barclays International. Define a política e os processos para avaliar os ajustes às compensações decorrentes de eventos de risco e conduta.

Temos processos sólidos para avaliar o risco e a conduta como parte dos processos de gestão do desempenho individual, e os seus resultados são refletidos nas decisões de remuneração individuais. Os gestores intermédios têm a responsabilidade primária por garantir que as questões de risco e conduta são ponderadas, durante a avaliação do desempenho e a tomada de decisões relativas a remuneração. Além disso, é feita uma análise secundária pelas funções de controlo nos casos de indivíduos envolvidos em falhas significativas da gestão do risco, questões de conduta, ações regulamentares ou outros incidentes importantes que tenham impacto sobre o Grupo ou negócio, para garantir que essas questões também são consideradas. Caso se pondere a responsabilidade individual, são levados em conta vários fatores, tais como se um indivíduo foi diretamente responsável ou se o indivíduo, em virtude da sua senioridade, poderia ser considerado indiretamente responsável, como no caso de pessoal que molda a cultura do Grupo e define a sua estratégia.

Governação: Relatório de remunerações

Politica de remunerações para todos os funcionários

As medidas que podem ser tomadas quando a gestão do risco e a conduta descerem abaixo dos padrões exigidos incluem:

Ajustamento	Os bónus anuais para o ano corrente são ajustados no sentido da baixa caso os indivíduos sejam responsabilizados (direta ou indiretamente) num evento de risco ou conduta indevida
Malus	Os bónus diferidos não adquiridos de anos anteriores estão sujeitos a provisões de malus, que permitem ao Comité reduzir o nível de aquisição dos bónus diferidos (incluindo até zero), a seu critério. Os eventos que podem levar o Comité a tomar esta decisão incluem nomeadamente a conduta indevida de funcionários ou uma falha relevante na gestão do risco.
Retenção	É aplicável a retenção de qualquer remuneração variável atribuída a um Tomador de Risco Relevante (TRR) da PRA a partir de 1 de janeiro de 2015 inclusive, relativa aos anos durante os quais é TRR. O Barclays pode aplicar a retenção se, em qualquer momento durante o período de sete anos a contar da data de atribuição da remuneração variável a um TRR: (i) existirem provas razoáveis de comportamento delituoso ou erro relevante do funcionário, e/ou (ii) a empresa ou a unidade de negócio sofrerem uma falha relevante na gestão do risco, tendo em conta a proximidade e a responsabilidade do indivíduo face a esse incidente. A retenção pode ser prolongada até 10 anos para os Gestores Sénior da PRA caso estejam pendentes investigações internas ou regulamentares no fim do período de 7 anos de retenção.

Sempre que possível, será efetuado um ajustamento ao bónus anual do ano corrente, antes da aplicação de malus e posteriormente de retenção-

Para além das reduções a bónus individuais, o Comité considera e procede a ajustamentos coletivos ao conjunto de incentivos devido a eventos específicos e relevantes de risco e conduta. Em 2016, o impacto destes ajustes coletivos, resultante do impacto financeiro direto sobre o desempenho e dos ajustamentos adicionais aplicados pelo Comité, é uma redução de 150M£.

Também ajustámos o conjunto de incentivos do grupo para considerar a análise de um conjunto alargado de riscos futuros, nomeadamente de fatores de conduta e não-financeiros que possam apoiar o estabelecimento de uma cultura forte de gestão do risco e de conduta, e de outros fatores, nomeadamente a reputação, o impacto sobre os clientes, mercados e outras partes interessadas.

Níveis de remuneração

O Barclays é um apoiante de longa data do Living Wage (Salário Condigno). Sendo um empregador Living Wage credenciado, o Barclays compromete-se a garantir que todos os funcionários permanentes do Reino Unido e os funcionários de terceiros do Reino Unido que prestam serviços nas nossas instalações, recebem pelo menos o Living Wage atual de Londres ou do Reino Unido. Também alargámos este compromisso a todos os nossos aprendizes contratados no Reino Unido.

O Barclays também está plenamente empenhado na resolução da desigualdade de remunerações. O trabalho do Barclays neste campo é ilustrado pelos recentes acordos salariais com sindicatos e pelo reposicionamento dos conjuntos de incentivos em anos recentes. Durante os últimos anos, redirecionámos conscientemente o financiamento dos incentivos, disponibilizando uma maior proporção aos funcionários mais jovens.

Para os funcionários do Reino Unido, a média da Compensação Total (salário fixo e bónus) para os Diretores Gerais reduziu-se consideravelmente desde 2010 (em consonância com a redução de incentivos). Durante o mesmo período, as populações juniores foram protegidas, e assistiram a pequenos aumentos da Compensação Total, apesar de um ambiente empresarial difícil. Da mesma forma, os salários foram deliberadamente aumentados para os níveis empresariais mais baixos no Reino Unido. O acordo salarial do Reino Unido que vigorou entre 2014 e 2016 permitiu às populações não-diretivas (principalmente fora do Banco de Investimento) um aumento de 7,5% por mérito durante o período de três anos. Em janeiro de 2017, chegou-se a um novo acordo de três anos com a Unite, que assegura um aumento de 7,5% por mérito à população não-diretiva durante o período de 2017 a 2019, e também assegura um aumento mínimo de 10% para a maior parte dos funcionários juniores.

Estrutura de remunerações

A estrutura de remunerações dos funcionários é estreitamente alinhada com a dos Diretores executivos, descrita em detalhe na PRD, que se encontra nas páginas 108 a 120 deste relatório e para a qual se procurará aprovação pelos acionistas na RGA de 2017. A principal exceção é que os Diretores executivos participam no PILP do Barclays.

Os funcionários recebem salário, pensões e outros benefícios, e são elegíveis à consideração para bónus anuais. Os funcionários de alguns negócios onde exista interação com o cliente participam em plano s de incentivos predefinidos, incluindo planos que consideram os bons resultados nos clientes como a principal medida de desempenho. Os planos também reconhecem o modo como os resultados são alcançados, de acordo com os Valores do Barclays. Alguns funcionários seniores também recebem RBP. Para os Diretores, de acordo com a nova PRD, o salário e a RBP são substituídos pela Remuneração Fixa. A Remuneração dos TRR está sujeita ao rácio máximo de 2 para 1 entre a remuneração variável e a remuneração fixa total. Em 2016, 1 561 (2015: 1 523) indivíduos eram TRR. As divulgações quantitativas sobre TTR relativas ao regulamento de requisitos de capital (RRC) constam das páginas 176 e 177 do Relatório do Pilar 3 do Barclays PLC para 2016.

A remuneração de funcionários envolvidos em funções de controlo é determinada independentemente do negócio que apoiarem e de acordo com os parâmetros de incentivo que o Comité lhes atribui.

Remuneração fixa

Salário	Os salários refletem as aptidões e experiência dos indivíduos, e são anualmente revistos no contexto da avaliação anual de desempenho. São aumentados sempre que justificado pela alteração de funções, pela responsabilidade acrescida ou por uma alteração da taxa de mercado adequada. Os salários também podem ser aumentados de acordo com os requisitos legais locais e de acordo com os compromissos sindicais e com conselhos de de empresa.
Pagamento por Função (RBP)	Um pequeno número de funcionários sénior recebe um tipo de remuneração fixa denominada RBP para reconhecer a senioridade, amplitude e profundidade das suas funções.
Pensões e benefícios	A provisão de um pacote competitivo de benefícios é importante para atrair e reter os talentos necessários à consecução da estratégia do Barclays. Os funcionários têm acesso a uma série de benefícios financiados pela empresa e específicos para o país, nomeadamente, regimes de pensões, cuidados de saúde, seguros de vida e os planos de ações do Barclays, bem como a outros benefícios voluntariamente financiados. O custo de providenciar estes benefícios está definido e controlado.

Remuneração variável

Bónus anual

Os bónus anuais incentivam e recompensam as conquistas do Grupo, os objetivos empresariais e individuais, e recompensam os funcionários por demonstrarem comportamentos individuais alinhados com os Valores Barclays.

A capacidade de reconhecer o desempenho através da remuneração variável permite ao Grupo controlar a sua base de custos de forma flexível e reagir aos eventos e circunstâncias do mercado. Os Bónus continuam a ser uma característica principal da prática remuneratória no altamente competitivo e móvel mercado de talentos do setor de serviços financeiros. O Comité tem o cuidado de controlar a proporção entre a remuneração variável e a fixa pagas a indivíduos.

A partir de 2016, as estruturas de diferimento típicas são:

Para TRR:	
Prémio incentivo	Montante diferido
< 500 000£	40% do prémio total
500 000£ a 1 000 000£	60% do prémio total
≥ 1 000 000£	60% até 1 000 000£ 100% acima de 1 000 000£

Para não-TRR:	
Prémio incentivo	Montante diferido
Até 65 000£	0%
> 65 000£	Nível graduado de diferimento

Os bónus diferidos são normalmente distribuídos em partes iguais como dinheiro diferido e ações diferidas, sujeitos às regras dos planos de dinheiro diferido e de ações (com as atualizações futuras) e ao serviço continuado. A partir de 2016, os bónus diferidos foram sujeitos a um período de diferimento de 3, 5 ou 7 anos, de acordo com os requisitos regulamentares

Planos de ações

O alinhamento entre os funcionários seniores e os acionistas é alcançado através do diferimento ou do pagamento de incentivos. Também encorajamos a participação alargada dos funcionários, com os planos de ações abertos a todos os funcionários. 82% da população global de funcionários (excetuando África) é elegível para participação.

Governação: Relatório de remunerações

Política de remunerações dos Diretores

Esta secção apresenta a nova e avançada política remuneratória do Barclays para os Diretores, que evoluiu a partir da política existente e que explica cada elemento de remuneração e o modo como funciona. A política descrita nesta secção destina-se a ser aplicada durante três anos a contar da data da RGA de 2017, e está sujeita à aprovação dos acionistas.

A política em vigor pode ser consultada nas páginas 100 a 110 do Relatório Anual de 2013 ou em home.barclays/annualreport.

Política de remunerações para os Diretores executivos

Elemento e objetivo	Operações	Valor máximo e medidas de desempenho
A. Pagamento fixo		
Pagamento fixo Para recompensar aptidões e experiência adequadas à amplitude e profundidade do cargo, e para providenciar a base de um pacote remuneratório competitivo	O Pagamento Fixo é determinado com referência à prática no mercado e aos dados históricos do mercado (relativamente aos quais o Comité recebe aconselhamento independente, e reflete a experiência e o cargo do indivíduo. A compensação total dos Diretores Executivos é referenciada a cargos comparáveis nos seguintes bancos: Bank of America, BNP Paribas, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JP Morgan Chase & Co, Lloyds, Morgan Stanley, Standard Chartered e UBS. O Comité pode alterar a lista de empresas para comparação, para garantir que permanece relevante para o Barclays ou caso as circunstâncias o determinem (por exemplo, como resultado de fusões ou aquisições). 50% do Pagamento Fixo são pagos em dinheiro (mensalmente). e 50% em ações. As ações são pagas trimestralmente e estão sujeitas a um período de detenção com levantamento condicionado durante cinco anos (20% em cada ano). À medida que os Diretores executivos detenham o benefício das ações, terão direito a quaisquer dividendos pagos por essas ações. As provisões para malus e retenções não se aplicam aos Pagamentos Fixos.	O Pagamento Fixo para Diretores executivos é definido no intervalo de referência determinado pelo Comité, considerando a sua experiência e desempenho. O Pagamento Fixo máximo é 2 350 000£ para Jes Staley (Diretor Geral do Grupo) e 1 650 000£ para Tushar Morzaria (Diretor Financeiro do Grupo). Estes montantes são fixos e não serão alterados durante a vigência da política para estes indivíduos.
Pensões Para permitir aos Diretores executivos constituírem poupanças de longo prazo para a reforma	Os Diretores executivos recebem uma prestação anual em dinheiro, em vez de uma participação num acordo de pensões.	A prestação anual em dinheiro máxima é de 396 000£ para Jes Staley (Diretor Geral do Grupo) e de 200 000£ para Tushar Morzaria (Diretor Financeiro do Grupo). Estes montantes são fixos e não serão alterados durante a vigência da política para estes indivíduos.
Benefícios Para proporcionar um pacote de benefícios competitivo e eficaz em termos de custos, adequado à função e à localização	A provisão para benefícios dos Diretores executivos inclui, nomeadamente, cobertura médica privada, exame anual de saúde, proteção ao rendimento em caso de morte ou doença, subsídio para lavagem do carro, e uso de veículo e motorista da Empresa sempre que for necessário para fins comerciais. Para além do referido acima, se um Diretor executivo precisar de ser transferido, receberá apoio adicional durante um período de tempo definido e limitado e alinhado com a política geral do Barclays para a mobilidade de funcionários, que pode incluir a provisão de alojamento temporário, aconselhamento fiscal, custos relacionados com o abandono de casa, pagamento dos custos com mudanças e voos de transferência para o Diretor executivo, cônjuge e filhos. O Barclays pagará os impostos do Diretor executivo associados aos custos de transferência, mas não efetuará compensações fiscais nem pagará imposto sobre qualquer outro rendimento do trabalho.	O valor máximo do benefício é determinado pela natureza do próprio benefício, e os custos da concessão podem depender de fatores externos, por ex., custos com seguros.

Elemento e objetivo	Operação	Medidas de máximo valor e desempenho
A. Pagamentos variáveis		
Bónus anual Para recompensar a entrega de objetivos financeiros a curto prazo fixados anualmente, o desempenho individual dos Diretores executivos na consecução desses objetivos e a sua contribuição para a concretização dos objetivos estratégicos do Barclays A distribuição, em parte, de ações com um período de detenção aumenta o alinhamento com os acionistas. Os bónus diferidos incentivam o foco e a retenção a mais longo prazo	**Determinação do bónus anual** Os bónus individuais são discricionários e as decisões têm por base o parecer do Comité sobre o desempenho dos Diretores executivos durante o ano, avaliado face aos objetivos pessoais e do Grupo. **Estrutura de distribuição** Os bónus anuais são distribuídos numa combinação de numerário e ações, uma parte das quais pode ser diferida e/ou sujeita a um período de detenção. As proporções de diferimento e os perfis de aquisição serão estruturados de forma que, em combinação com qualquer prémio PILP, a proporção do pagamento variável que é diferido não seja inferior à exigida pela regulamentação. Os bónus diferidos são concedidos pelo Comité (ou por um subcomité autorizado), a seu critério, e são sujeitos às regras do plano relevantes, conforme emendado pontualmente. Os equivalentes a dividendos, sob a forma de ações adicionais, são devidos sobre as ações de bónus diferidos adquiridas, iguais aos dividendos pagos ou a pagar entre a data do prémio e a data de transferência relevante. Se os equivalentes a dividendos não forem permissíveis de acordo com a regulamentação, o número de ações de bónus diferidos a ser atribuído terá por base um preço de ação descontado por referência a um rendimento de dividendos esperado durante o período de aquisição de direitos. Nessas circunstâncias, o Comité tem o poder discricionário de reduzir (não aumentar) o número de ações que são transmitidas se os dividendos reais pagos durante o período forem substancialmente inferiores ao pressuposto do dividendo original. Pode ser aplicado um desconto nocional aos prémios de bónus diferidos para efeitos de cálculo do limite 2:1 na medida em que tal seja permitido pela regulamentação (atualmente é permitido um desconto de até 25% do pagamento variável quando estiverem reunidas as condições para a aplicação desse desconto). **Operação de ajuste de risco e de conduta, malus e recuperação** Qualquer bónus concedido irá refletir a devida consideração em relação a eventos de risco e de conduta do Grupo. As decisões de bónus individuais podem também refletir reduções apropriadas em relação a eventos específicos de risco e de conduta. Qualquer bónus está ainda sujeito a provisões de malus e recuperação. As provisões de malus permitem que o Comité reduza o montante de bónus sem benefício (incluindo zero) anterior ao bónus sem benefício adquirido em circunstâncias especificadas, incluindo, mas não se limitando a: ■ um interveniente que engane deliberadamente o Barclays, o mercado e/ou os acionistas em relação ao desempenho financeiro do Grupo Barclays ■ um interveniente que prejudique a reputação do Barclays ou cujas ações sejam entendidas como má conduta, incompetência ou negligência ■ uma reformulação significativa das demonstrações financeiras do Grupo Barclays ou de qualquer subsidiária, ou do Grupo ou qualquer unidade de negócio que sofra um declínio significativo no seu desempenho financeiro ■ uma incapacidade significativa de gestão de risco no Grupo Barclays ■ uma deterioração significativa da solidez financeira do Grupo Barclays.	A oportunidade máxima de bónus anual é de 80% do pagamento fixo total. Para estes efeitos, o pagamento fixo total é o pagamento fixo acrescido da pensão. As medidas de desempenho através das quais é avaliado o bónus de qualquer Diretor executivo incluem medidas financeiras e não financeiras, que incluem também medidas relacionadas com o risco e objetivos pessoais. Ao fazer a sua avaliação de todos os bónus, o Comité considerará fatores financeiros para orientar pelo menos 60% da oportunidade de bónus. Todos os bónus são discricionários e qualquer montante pode ser concedido, de zero até ao valor máximo. O Comité pode, se assim o entender, variar as medidas e respetivas ponderações dentro de cada categoria. As medidas e ponderações serão divulgadas anualmente no âmbito do relatório anual sobre a remuneração dos Diretores.

Elemento e objetivo	Operação	Medidas de máximo valor e desempenho
B. Pagamentos variáveis continuação		
	As provisões de recuperação permitem que os montantes sejam recuperados após terem sido atribuídos (por um período de sete anos a partir da concessão/10 anos em circunstâncias especificadas, por exemplo, quando está em curso uma investigação relevante no final do período inicial de sete anos) em circunstâncias em que (i) as ações ou omissões de um interveniente representam má conduta ou erros significativos e/ou (ii) o Barclays ou a unidade de negócio relevante sofreu uma incapacidade significativa de gestão de riscos. **Momento da receção** Os componentes em dinheiro não diferidos de todos os bónus são pagos após o ano de desempenho a que se referem, normalmente em março. Os bónus de ações não diferidos são também concedidos normalmente em março e estão sujeitos a um período de detenção (após o pagamento do imposto), de acordo com a regulamentação e com um lançamento não mais rápido do que o permitido pela regulamentação (atualmente, um mínimo de seis meses, aumentando para um ano no que se refere ao ano de desempenho de 2017). Os bónus de ações diferidos estão estruturados de forma que nenhumas ações diferidas sejam transmitidas mais rapidamente do que o permitido pela regulamentação (atualmente, em cinco parcelas iguais com a primeira distribuição no terceiro aniversário da concessão ou por volta do mesmo, e a última parcela distribuída no sétimo aniversário da concessão ou por volta do mesmo). A distribuição está também sujeita às provisões das regras do plano, incluindo o emprego e as provisões de malus e recuperação (tal como explicado acima). Todas as ações que são distribuídas são sujeitas a um período de detenção adicional (após o pagamento do imposto), de acordo com a regulamentação, e com um lançamento não mais rápido do que o permitido pela regulamentação (atualmente, um mínimo de seis meses, aumentando para um ano no que se refere ao ano de desempenho de 2017).	

Pagament

B. os variáveis continuação

Elemento e objetivo	Operação	Medidas de máximo valor e desempenho
Prémio do Plano de Incentivo a Longo Prazo (PILP) Para recompensar a execução da estratégia do Barclays ao longo de um período de vários anos A mensuração do desempenho a longo prazo, o diferimento e os períodos de detenção incentivam uma visão de longo prazo e alinham os interesses dos Diretores executivos com os dos acionistas. As provisões de malus e recuperação desencorajam a assunção excessiva de riscos e comportamentos inapropriados	**Determinação do prémio PILP** Os prémios PILP são criados pelo Comité, após uma discussão das recomendações feitas pelo Presidente (para o prémio PILP do Chefe Executivo do Grupo) e pelo Chefe Executivo do Grupo (para prémios PILP de outros Diretores Executivos) com base no desempenho satisfatório no ano anterior. **Estrutura de distribuição** Os prémios PILP são concedidos de acordo com as regras do plano e materializados em ações do Barclays (embora possam ser materializados em outros instrumentos, conforme exigido pela regulamentação). Os prémios PILP são estruturados de forma que, quando combinados com o bónus anual, a proporção dos pagamentos variáveis que são diferidos não seja inferior ao exigido pela regulamentação. Para cada prémio, as medidas de desempenho de previsão são estabelecidas na concessão, não sendo permitido reavaliar essas condições. O Comité tem, dentro dos parâmetros indicados em contrário, a flexibilidade para variar a ponderação das medidas de desempenho e a calibração para cada prémio antes da sua concessão. O Comité tem poder discricionário, de acordo com as regras do plano aprovadas pelos acionistas, em circunstâncias excecionais, para alterar os objetivos, as medidas ou o número de prémios se ocorrer um evento (por exemplo, uma transação significativa) que, na opinião do Comité, faça com que os objetivos ou as medidas originais deixem de ser adequados ou que esse ajustamento seja razoável. O Comité tem também o poder discricionário de reduzir a distribuição de qualquer prémio, nomeadamente para zero, se considerar que o resultado não é consistente com o desempenho demonstrado. Os equivalentes a dividendos, sob a forma de ações adicionais, são devidos sobre as ações de bónus diferidos adquiridas, iguais aos dividendos pagos ou a pagar entre a data do prémio e a data de transferência relevante. Se os equivalentes a dividendos não forem permissíveis de acordo com a regulamentação, o número de ações de bónus diferidos a ser atribuído terá por base um preço de ação descontado por referência a um rendimento de dividendos esperado durante o período de aquisição de direitos. Nessas circunstâncias, o Comité tem o poder discricionário de reduzir (não aumentar) o número de ações que são transmitidas se os dividendos reais pagos durante o período forem substancialmente inferiores ao pressuposto do dividendo original. Pode ser aplicado um desconto nocional aos prémios PILP para efeitos de cálculo do limite 2:1 na medida em que tal seja permitido pela regulamentação (atualmente é permitido um desconto de até 25% do pagamento variável quando estiverem reunidas as condições para a aplicação desse desconto). **Operação de malus e recuperação** A realização de medidas de desempenho determina a extensão à qual os prémios PILP serão atribuídos. Os prémios estão também sujeitos a malus durante o período de atribuição e a recuperação por um período de sete anos (10 anos em circunstâncias específicas) a partir da data do prémio, o que permite ao Comité reduzir o nível de atribuição de prémios (nomeadamente para zero). Tal é explicado com mais detalhe nos parágrafos acima, referentes ao bónus anual. **Momento da receção** Os prémios PILP do Barclays são estruturados de forma que nenhum prémio seja distribuído antes do terceiro aniversário da concessão e que um prémio não seja distribuído mais rapidamente do que o permitido pela regulamentação (atualmente, em cinco parcelas iguais com a primeira parcela adquirida no terceiro aniversário da concessão e ou em torno do mesmo, e a última parcela adquirida no sétimo aniversário da data da concessão ou em torno do mesmo). Todas as ações que são distribuídas estão sujeitas a um período de detenção adicional (após o pagamento do imposto), de acordo com a regulamentação, com restrições de levantamento que não ultrapassam o permitido pelos regulamentos (atualmente um mínimo de seis meses, aumentando para um ano para o ano de desempenho de 2017).	O prémio PILP máximo anual é de 120% do pagamento fixo total. Para estes efeitos, o pagamento fixo total é o pagamento fixo acrescido da pensão. A destribuição depende das medidas de desempenho e dos serviços. As medidas de desempenho de previsão terão por base o desempenho financeiro e outras medidas estratégicas a longo prazo. O Comité tem o poder discricionário para alterar as ponderações, mas as medidas financeiras serão pelo menos 70% da oportunidade total. As medidas e as ponderações serão estabelecidas antes de cada concessão. O limite e o nível máximo de desempenho para cada medida de desempenho financeiro serão divulgados anualmente como parte do Relatório anual sobre a remuneração dos Diretores. A distribuição linear aplica-se entre limite e máximo para as medidas financeiras e as ponderações com uma distribuição não superior a 25% no limite do desempenho.

Política de remunerações para os Diretores executivos continuação

Elemento e objetivo	Operação	Medidas de máximo valor e desempenho
C. Outros		
Planos de ações de todos os empregados Para proporcionar uma oportunidade de os Diretores executivos investirem voluntariamente na Empresa através dos planos de participação com benefícios fiscais concedidos aos trabalhadores HMRC do Reino Unido	Os Diretores executivos podem participar: (i) no plano de poupança de ações (Barclays Sharesave), no âmbito do qual podem efetuar poupanças mensais por um período de três ou cinco anos, associadas à concessão de uma opção sobre as ações do Barclays, que pode implicar um desconto de até 20% sobre o preço das ações fixado inicialmente. (ii) no plano de aquisição de ações (Barclays Sharepurchase), no âmbito do qual podem fazer contribuições (mensais ou fixas) a partir do pagamento antes de impostos (se baseados no Reino Unido), que são utilizadas para adquirir ações do Barclays.	(i) Poupanças entre 5 £ e o máximo fixado pelo Barclays (que não será superior ao máximo do HMRC) por mês. Não existem medidas de desempenho. (ii) Contribuições entre 10 £ e o máximo fixado pelo Barclays (que não será superior ao máximo do HMRC) por ano fiscal que o Barclays pode fazer corresponder até ao máximo do HMRC (a correspondência atual é de 600 £). Não existem medidas de desempenho.
Prémios legados anteriores Para cumprir os prémios e pagamentos existentes	Os prémios concedidos e/ou os pagamentos acordados numa altura em que estava em vigor uma política anterior, aprovada pelos acionistas, podem ser transferidos e/ou pagos de acordo com essa política anterior, apesar de tais prémios e/ou pagamentos não estarem de acordo com a nova política acima descrita.	Em conformidade com os acordos existentes.
Requisitos de participação Para continuar a melhorar a sintonia entre os interesses dos acionistas e dos Diretores executivos na criação de valor a longo prazo	Os Diretores executivos devem criar uma participação de 200% do pagamento fixo total (ou seja, pagamento fixo acrescido da pensão) no prazo de cinco anos a contar da data de nomeação como Diretor executivo. Têm um período razoável para acumular este requisito novamente se o mesmo não for cumprido devido a uma depreciação significativa do preço das ações. Os Diretores executivos devem igualmente continuar a deter uma participação durante dois anos após a rescisão, da seguinte forma: (i) se o Diretor executivo tiver estado empregado por mais de cinco anos: 100% do total do pagamento fixo; ou (ii) se o Diretor executivo tiver estado empregado por menos de cinco anos: (a) aumentar a sua participação para o requisito proporcional, se o requisito proporcional não tiver sido cumprido. Os Diretores seriam apenas autorizados a vender ações para pagar os passivos fiscais que cristalizam quando os prémios diferidos são distribuídos no ato da rescisão ou posteriormente; ou (b) se o requisito proporcional tiver sido excedido, os Diretores executivos teriam autorização para vender as ações acima deste requisito e, também, a vender ações para pagar os passivos fiscais que cristalizam quando os prémios diferidos são distribuídos após a rescisão.	As ações do Barclays, no valor de um mínimo de 200% do pagamento fixo total devem ser detidas por um período de cinco anos acrescido de uma participação de 100% do total do pagamento fixo (ou proporcional do mesmo) por dois anos após a rescisão.
Nomeações externas Para incentivar o autodesenvolvimento e permitir a introdução de visões e práticas externas	As ações que contam para efeitos do requisito são ações de propriedade beneficiária, incluindo quaisquer prémios de ações adquiridos sujeitos apenas a períodos de detenção (incluindo PILP distribuídos, bónus de ações diferidos distribuídos, ações de pagamento fixo e ações RBP). As ações de bónus de ações diferidos sem benefícios e PILP sem benefícios não contam para efeitos do requisito. Os Diretores executivos podem aceitar uma nomeação do Conselho de Diretor não executivo numa outra empresa cotada. Antes de aceitar uma nomeação, deve ser solicitada a aprovação do Presidente. Os honorários podem ser retidos pelo Diretor executivo. Nenhum dos Diretores executivos detém atualmente uma nomeação externa.	Não aplicável.

Notas à tabela nas páginas 108 a 112

Medidas e objetivos de desempenho

O Comité seleciona medidas de desempenho financeiro que são fundamentais para o cumprimento face à estratégia do Banco e são consideradas as medidas financeiras mais importantes utilizadas pelos Diretores executivos para supervisionar a direção do negócio. As medidas de desempenho não financeiras e as fontes de dados são escolhidas para representar indicadores-chave de desempenho sustentável, que são em grande medida monitorizados e relatados à administração. As medidas são determinadas em consulta com os principais acionistas.

Os objetivos financeiros são definidos como extensivos, mas exequíveis e estão alinhadas para aumentar o valor dos acionistas. No que diz respeito ao PILP, as medidas, as ponderações e os objetivos financeiros serão divulgados no início do período de desempenho relevante. No que diz respeito ao bónus anual, as medidas e as ponderações financeiras serão divulgados no início do ano de desempenho relevante. O Comité considera que os objetivos financeiros para o bónus anual são sensíveis do ponto de vista comercial no que respeita à Empresa e que seria prejudicial divulgar detalhes no início do ano de desempenho relevante. O desempenho face aos objetivos será divulgado no final do ano de desempenho relevante no relatório de remuneração desse ano, sujeito à sensibilidade comercial já não verificada.

O Painel de Resultados existente evoluiu para um quadro de "Medição do Desempenho" que reflete da melhor forma o progresso em direção aos nossos objetivos estratégicos e não financeiros. O melhoramento das fontes disponíveis de informações e relatórios de gestão, que vão desde painéis internos até medidas externas de terceiros, permite uma visão mais holística do desempenho empresarial sustentável, em vez de focar-se em alguns alvos estritamente definidos. A avaliação centrar-se-á em medidas-chave de desempenho (muitas das quais continuam a partir do Painel de Resultados), com uma divulgação retrospetiva detalhada dos progressos ao longo do período face a cada categoria, juntamente com a fundamentação de apoio para os pagamentos.

Alterações na política de remunerações para 2017

A tabela seguinte apresenta um resumo das alterações à PRD para 2017:

Elemento	Alteração	Fundamentação da alteração
Pagamentos fixos	■ Consolidação do salário e o do PBF num elemento único de "pagamento fixo" (efetuado 50% em dinheiro e 50% em ações, sujeitas a um período de 5 anos de retenção com levantamento proporcional). ■ O pagamento fixo não será alterado durante o período da política para qualquer um dos atuais Diretores executivos.	■ Simplicidade, transparência.
Pensões	■ Continuação da provisão de pensão enquanto provisão separada: – para os Diretores executivos existentes, montante inalterado mas fixo enquanto durar esta política – para novas contratações, provisão limitada a 10% do pagamento fixo.	■ Apoio a uma abordagem simplificada ao pagamento fixo
Pagamentos variáveis	■ Combinação do bónus e do PILP anuais para fins de diferimento, retendo a variável máxima em 200% do total do pagamento fixo e uma divisão 60:40 entre o PILP máximo e o bónus anual. ■ Medidas de desempenho – Bónus: desempenho financeiro medido em pelo menos 60%. – PILP: desempenho financeiro medido em pelo menos 70%. ■ Dividendos – Quando as restrições regulatórias impedem o alinhamento de dividendos, utiliza-se o preço da ação descontado para calcular o número de ações do prémio. – O Comité tem o poder discricionário de reduzir o número de ações que são transmitidas se os dividendos reais pagos forem substancialmente inferiores ao pressuposto do dividendo original.	■ Mitigação do impacto competitivo global de períodos de diferimento mais longos e períodos de retenção ao abrigo das Regras de Remuneração da PRA e das Orientações da EBA sobre políticas de remuneração sólidas. ■ Simplicidade, transparência. ■ Recreação do alinhamento com os acionistas perdido através da proibição regulatória de dividendos.
Requisito de participação	■ Aumento do requisito para 200% do pagamento fixo total (ou seja, o pagamento fixo acrescido da pensão) de 400% do salário. ■ Introdução do requisito de participação de 2 anos após a rescisão de 100% do pagamento fixo total (ou proporcional ao mesmo).	■ Alinhamento mais longo e forte com o acionista (equivalente a 457% do salário para o CEO).
Contratos de trabalho	■ Para novas contratações, um período de pré-aviso de 6 meses para a Empresa e de 6 meses para o Diretor executivo.	■ Retirar a assimetria relativa aos períodos de notificação. ■ Alinhamento entre o trabalhador e a Empresa.
Saídas	■ Aplicação de um tratamento elegível de saída a bónus diferidos e prémios PILP a partir de 5 anos (exceto em casos de rescisão por transgressão grave). Possibilidade de aplicar malus durante a totalidade do período de atribuição mantido. ■ Proporcionalidade de PILP para saídas elegíveis retidas mas com base num período de desempenho de 4 anos, ou seja, inclui um período de avaliação anterior à concessão. ■ Recuperação alargada a 10 anos em circunstâncias específicas.	■ Mitigação parcial do impacto competitivo global de períodos de diferimento mais longos (aumentando de 3 para 7 anos) e períodos de retenção ao abrigo das Regras de Remuneração da PRA e das Orientações da EBA, respetivamente. ■ Alinhamento com as orientações da EBA para a avaliação do desempenho anterior ao prémio.

Diferenças entre a política de remunerações dos Diretores executivos e a política para todos os colaboradores do Grupo Barclays
A estrutura dos pacotes de remuneração dos Diretores executivos está estreitamente alinhada com a população de colaboradores em geral. Os colaboradores recebem salário, pensão e benefícios e são elegíveis para serem considerados para um bónus e para participarem nos planos de ações para todos os empregados. Normalmente, a generalidade dos colaboradores não tem um limite contratual sobre o montante da remuneração e não recebe PBF, que é pago apenas a alguns, mas não a todos, a colaboradores que assumem riscos materiais e a outros funcionários superiores. Ao abrigo da nova PRD, os Diretores executivos não recebem PBF.

Tal como acontece com os Diretores executivos, o pagamento variável para a generalidade dos trabalhadores tem por base o desempenho. O pagamento variável para os Diretores executivos e a generalidade dos trabalhadores está sujeito a requisitos de deferimento. Os Diretores executivos e outros colaboradores que assumem riscos materiais estão sujeitos a um diferimento a uma taxa mínima de 40% (para um pagamento variável de menos de 500 000 £) ou de 60% (para um pagamento variável entre 500 000 £ e 1 000 000 £) ou de 60% até 1 000 000 £ e 100% acima de 1 000 000 £ (para um pagamento variável de mais de 1 000 000 £). Para os colaboradores que não assumem riscos materiais, os bónus acima de 65 000 £ são atualmente sujeitos a um nível graduado de diferimento. Os termos de bónus diferidos para os Diretores executivos e para a generalidade dos trabalhadores são, no geral, os mesmos, em especial a distribuição de todos os bónus diferidos (sujeitos a condições de serviço e malus).

Atualmente, a generalidade dos trabalhadores não tem participação nos PILP do Barclays.

A forma como as opiniões dos acionistas e os pagamentos da generalidade dos trabalhadores são tidas em conta pelo Comité na definição da política e na tomada de decisões relativamente à remuneração
Reconhecemos que a remuneração é uma área de particular interesse para os acionistas e que, ao estabelecer e considerar alterações na remuneração, é fundamental ouvirmos e termos em conta as suas opiniões. Consequentemente, são realizadas anualmente várias reuniões com os principais acionistas e os grupos representativos dos acionistas. O Presidente do Comité participa nestas reuniões, acompanhado pelos colaboradores superiores do Barclays (incluindo o Diretor de Recompensas e Desempenho do Grupo e o Secretário da Empresa). O Comité observa que os pontos de vista dos acionistas sobre algumas questões nem sempre são unânimes, mas valoriza a visão e o compromisso que estas interações proporcionam, incluindo a expressão de pontos de vista por vezes diferentes. Este envolvimento é significativo e útil para o Comité no seu trabalho e contribui diretamente para as decisões tomadas pelo Comité. O feedback dos acionistas foi incorporado na nova PRD.

O Comité tem em consideração as condições de pagamento e de emprego da generalidade dos trabalhadores quando considera a remuneração dos Diretores executivos. O Comité recebe e revê as análises de propostas de remunerações para os colaboradores em todos os negócios do Grupo. Assim, quando o Comité considera a remuneração dos Diretores executivos, faz essa consideração, no contexto de uma compreensão pormenorizada da remuneração da generalidade dos trabalhadores, para assegurar a coerência em todo o Grupo.

Política dos Diretores executivos sobre recrutamento

O Barclays opera num setor altamente especializado, e muitos dos seus concorrentes por talentos estão fora do Reino Unido. A abordagem do Comité no que respeita à remuneração em matéria de recrutamento consiste em não pagar mais do que o necessário para atrair os melhores candidatos para um cargo.

A aprovação dos pacotes de remuneração oferecidos por nomeação de qualquer novo Diretor executivo é um requisito específico dos Termos de Referência do Comité. Os termos de tais pacotes devem ser aprovados pelo Comité em consulta com o Presidente e com o Chefe Executivo do Grupo (exceto no que respeita aos termos da sua própria remuneração).

Todos os pacotes de novos Diretores executivos incluiriam os mesmos elementos dos Diretores executivos existentes, conforme demonstrado abaixo.

Elemento de remuneração	Comentário	Máximo valor
Pagamento fixo	Determinado pela experiência, a prática de mercado, as condições de mercado e a capacidade de recrutamento.	Conforme determinado pelo Comité com base nestes fatores. O Pagamento Fixo excederá apenas os montantes pagos aos Diretores executivos atuais, de acordo com o que é considerado razoável pelo Comité, com base nestes fatores. Se, por nomeação, o Pagamento Fixo for igual ou superior ao máximo declarado para o cargo relevante na política (para o atual Diretor executivo), não são permitidas alterações durante o período da política. Se, por nomeação, o Pagamento Fixo se situar a um nível inferior ao máximo declarado para o cargo relevante na política (para o atual Diretor executivo), o Comité mantém o poder discricionário de reajustar o Pagamento Fixo durante um período transitório, o que pode significar que são necessários aumentos do Pagamento Fixo anual para a nova nomeação até se atingirem os referidos montantes máximos.
Pensões	De acordo com a política.	10% do Pagamento fixo.
Benefícios	De acordo com a política.	De acordo com a política.
Bónus anual	De acordo com a política.	80% do Total do pagamento fixo.
Plano de Incentivos de Longo Prazo	De acordo com a política.	120% do Total do pagamento fixo.
Aquisição	O Comité pode considerar a aquisição de uma oportunidade de bónus perdida ou prémios de incentivos que o novo Diretor executivo tenha perdido por aceitar a nomeação do Barclays, sujeito à prova de perda, quando aplicável. Conforme exigido pelas Regras de Remuneração da PRA, todos os prémios concedidos para compensar a remuneração perdida do emprego anterior do novo Diretor executivo não podem ser mais generosos do que, e devem refletir, tanto quanto possível, o valor, o momento e a forma de entrega esperados dos termos da remuneração perdida, devendo ser do melhor interesse do Barclays a longo prazo. No entanto, a política de diferimento do Barclays deverá ser aplicada, no mínimo, a qualquer aquisição de oportunidade de bónus anual.	O valor de qualquer aquisição não está incluído dentro dos níveis máximos de incentivo acima, uma vez que o mesmo se relaciona com uma aquisição de oportunidade de bónus perdida ou prémios de incentivos de um anterior empregador.

Quando um executivo superior é promovido ao Conselho, os compromissos contratuais existentes que foram acordados antes da sua nomeação podem ainda ser cumpridos de acordo com os termos do compromisso relevante, incluindo a aquisição de qualquer bónus diferido pré-existente ou prémios de incentivo de longo prazo.

Política dos Diretores Executivos em matéria de pagamento por perda de funções (incluindo ou após uma aquisição)
A abordagem do Comitê em relação aos pagamentos em caso de rescisão é levar em conta as circunstâncias individuais, incluindo o motivo da rescisão, o desempenho individual, as obrigações contratuais e os termos dos planos de bónus diferidos e dos PILP em que o Diretor executivo participa.

Disposições relativas à cessação de funções dos Diretores Executivos

Disposição padrão	Política	Detalhes
Períodos de pré-aviso nos contratos de serviço dos Diretores Executivos	Para os Diretores executivos existentes, um período de pré-aviso de 12 meses para a Empresa e de 6 meses para o Diretor executivo. Para as novas contratações de Diretores executivos, um período de pré-aviso de 12 meses para a Empresa e de 6 meses para o Diretor executivo.	Os Diretores executivos podem ser obrigados a trabalhar durante o período de pré-aviso ou ser colocados em período de suspensão remunerada ou, no caso de não terem de trabalhar durante a totalidade do período de pré-aviso, podem ser pagos no caso de não ser dado pré-aviso (sujeito a uma redução quando relevante).
Pagamento durante o período de pré-aviso ou pagamento no caso de não ser dado pré-aviso por contratos de serviço	Pagamento fixo a pagar e a continuação das pensões e de outros benefícios contratuais enquanto trabalhador durante o período de pré-aviso.	O Pagamento Fixo feito em dinheiro é pago em prestações faseadas (ou fixas) e sujeito a uma redução se for pago em prestações e o Diretor executivo obtiver um trabalho alternativo durante o período de pré-aviso ou de suspensão remunerada. O Pagamento Fixo feito em ações é concedido na data de entrega trimestral seguinte e proporcional ao número de dias desde o início do trimestre relevante até à data da rescisão. Caso o Barclays opte por cessar a relação de trabalho com efeito imediato, fazendo um pagamento sem ser dado pré-aviso, o Diretor executivo não receberá quaisquer ações que, de outro modo, teriam sido pagas durante o período em que o pagamento fosse efetuado (exceto se exigido de outra forma por regulamentação ou pela lei local). No caso de rescisão por transgressão grave não há lugar a um pré-aviso ou a um pagamento sem pré-aviso.
Tratamento do bónus anual no ato da rescisão	Sem direito automático ao bónus de rescisão, mas pode ser considerado a critério do Comité, de forma proporcional ao serviço, e sujeito ao cumprimento das medidas de desempenho. Não haveria qualquer pagamento de bónus em caso de transgressão grave ou pedido de demissão.	
Tratamento de prémios de bónus diferidos não adquiridos	Em caso de morte, ou se o Diretor executivo for uma "saída elegível", este continuará a ser elegível para as parcelas não distribuídas de prémios diferidos, sujeito às regras do plano relevante, a menos que o Comité determine o contrário em circunstâncias excecionais. O termo "saída elegível" é definido como uma saída devido a lesões, incapacidades ou problemas de saúde, reforma, despedimento, saída do Grupo por parte do negócio ou da empresa que emprega o Diretor executivo, ou despedimento do trabalhador por parte do empregador, em circunstâncias que não incluam transgressão grave ou demissão por justa causa. Além disso, o Comité aplicará o seu poder discricionário para considerar o pedido de demissão no quinto aniversário da data de concessão ou após o mesmo como estatuto de "saída elegível". Os prémios de bónus diferidos pendentes perderão a validade se o Diretor executivo sair por motivo de pedido de demissão antes do quinto aniversário, for demitido por transgressão ou causa graves, ou, de outra forma, não for designado como uma "saída elegível". Os prémios diferidos estão sujeitos a provisões de malus que permitem ao Comité reduzir o nível de distribuição dos bónus diferidos (nomeadamente para zero) e, uma vez distribuídos, estes estão sujeitos a provisões de recuperação (conforme descrito acima). No caso de uma aquisição ou de outro grande evento empresarial, o Comité tem poder discricionário absoluto para determinar se todos os prémios pendentes serão distribuídos antecipadamente ou se devem continuar na mesma forma ou sofrer uma reavaliação no seguimento da mudança de controlo. O Comité pode também determinar que os participantes podem trocar os prémios existentes por prémios em ações numa empresa adquirente, mediante o acordo dessa empresa.	Em caso de "saída elegível", os prémios de bónus diferidos podem ser considerados para emissão na totalidade nas datas de emissão agendadas, a não ser que o Comité determine em contrário, em circunstâncias excecionais. Após a emissão, as ações estão sujeitas a um período de detenção adicional, de acordo com a regulamentação (atualmente, um mínimo de seis meses, aumentando para um ano no que se refere ao ano de desempenho de 2017).

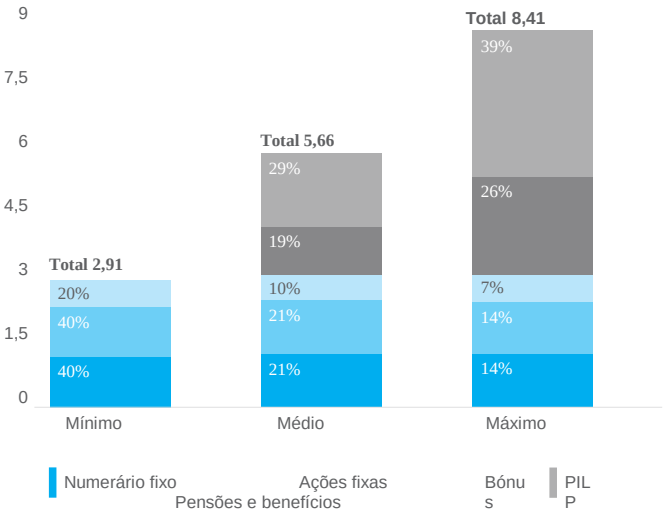
Disposição padrão	Política	Detalhes
Tratamento de prémios não distribuídos nos termos do PILP	Em caso de morte, ou se o Diretor executivo for uma "saída elegível", este continuará a ser considerado para um prémio. O termo "saída elegível" é definido como uma saída devido a lesões, incapacidades ou problemas de saúde, reforma, despedimento, saída do Grupo por parte do negócio ou da empresa que emprega o Diretor executivo, ou por qualquer outro motivo se o Comité decidir a seu critério. Além disso, o Comité aplicará o seu poder discricionário para considerar o pedido de demissão no quinto aniversário da data de concessão ou após o mesmo como estatuto de "saída elegível". Os prémios pendentes não distribuídos nos termos do PILP perderão a validade se o Diretor executivo sair por motivo de pedido de demissão antes do quinto aniversário, for demitido por transgressão grave, ou, de outra forma, não for designado como uma "saída elegível". Os prémios estão sujeitos a provisões de malus que permitem ao Comité reduzir o nível de distribuição dos prémios (nomeadamente para zero) e, uma vez distribuídos, estes estão sujeitos a provisões de recuperação (conforme descrito acima). No caso de uma aquisição ou de outro grande evento empresarial (excluindo uma reorganização interna do Grupo), o Comité tem poder discricionário absoluto para determinar se todos os prémios pendentes serão distribuídos condicionados à realização de quaisquer condições de desempenho. O Comité tem o poder discricionário para aplicar uma redução proporcional para refletir a parte remanescente do período de atribuição. O Comité pode também determinar que os participantes podem trocar os prémios por prémios em ações numa empresa adquirente, mediante o acordo dessa empresa. No caso de uma reorganização interna, o Comité pode determinar que os prémios pendentes serão trocados por prémios equivalentes numa outra empresa.	Em caso de "saída elegível", os prémios podem ser considerados para emissão nas datas de emissão agendadas, proporcionalmente ao tempo (durante todo o período de desempenho, incluindo o período de avaliação anterior à concessão de prémios concedidos em ou após 10 de maio de 2017) e ao desempenho, sujeito ao poder discricionário do Comité para determinar em contrário, em circunstâncias excecionais, de acordo com as regras do plano, conforme emendado pontualmente. Após a emissão, as ações (líquidas de deduções fiscais) estão sujeitas a um período de detenção adicional (atualmente, um mínimo de seis meses, aumentando para um ano para o ano de desempenho de 2017).
Repatriação	Exceto em caso de transgressão grave ou pedido de demissão, quando um Diretor executivo tiver sido deslocado no início do contrato de trabalho, a Empresa pode pagar os custos de repatriação do Diretor executivo, nos termos da política geral de mobilidade dos trabalhadores do Barclays, incluindo alojamento temporário, pagamento de custos de mudanças e voos para o Diretor executivo, cônjuge e filhos. A empresa pagará o imposto do Diretor executivo sobre os custos de deslocação, mas não fará a equalização fiscal e também não pagará impostos sobre os seus outros rendimentos relativos à cessação de emprego.	
Outros	Exceto em caso de transgressão grave ou pedido de demissão, a Empresa poderá pagar os honorários legais e o aconselhamento fiscal do Diretor executivo relativamente à cessação do contrato de trabalho e prestar serviços de recolocação. A Empresa poderá pagar o imposto do Diretor executivo sobre estes custos específicos.	

Cenários ilustrativos da remuneração dos Diretores Executivos

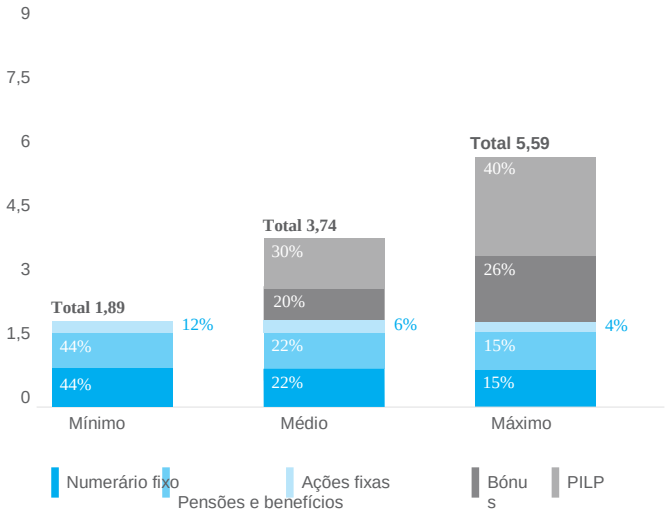
Os gráficos abaixo mostram o valor potencial da atual remuneração total dos Diretores executivos em 2017 nos termos da nova PRD em três cenários: "Mínimo" (ou seja, pagamento fixo, pensões e benefícios), Máximo (ou seja, pagamento fixo, pensões, benefícios e o máximo pagamento variável que pode ser concedido) e 'Médio' (ou seja, pagamento fixo, pensões, benefícios e 50% do máximo pagamento variável que pode ser concedido). Para efeitos destes gráficos, o valor dos benefícios tem por base um valor anual estimado para 2017. Os cenários não refletem a variação do preço das ações entre concessão e aquisição.

Uma proporção significativa da remuneração potencial dos Diretores executivos é variável, estando, portanto, relacionada com o desempenho. Está também sujeita a diferimento, períodos de detenção adicionais, malus e recuperação.

Oportunidade de remuneração total: Chefe Executivo do Grupo (M£)



Oportunidade de remuneração total: Diretor Financeiro do Grupo (M£)



Nos cenários ilustrativos acima, os benefícios incluem benefícios contratuais regulares. Podem surgir benefícios pontuais adicionais, por exemplo, a deslocação dos Diretores executivos para o estrangeiro,
mas estes serão sempre concedidos em conformidade com a PRD.

Política de remunerações dos Diretores não-executivos Esta secção fornece detalhes sobre a política de remunerações do Presidente e dos Diretores não-executivos.

Elemento e objetivo	Operação	Máximo valor
Honorários Refletem as responsabilidades individuais e a composição dos Comités do Conselho e são definidas para atrair Diretores não-executivos que tenham capacidades e experiência relevantes para supervisionar a implementação da nossa estratégia Os honorários são definidos a um nível que reflete o cargo, as responsabilidades e o compromisso temporal esperados do Presidente, do Vice-Presidente e dos Diretores não-executivos	O Presidente e o Vice-Presidente recebem honorários globais para todas as responsabilidades do Conselho. O Presidente tem um compromisso temporal mínimo equivalente a pelo menos 80% de um cargo de full-time. Os outros Diretores não-executivos recebem uma comissão base referente a Membros do Conselho, com honorários adicionais devidos quando os indivíduos são membros ou o Presidente de um Comité do Conselho. Os honorários são revistos anualmente pelo Conselho, como um todo. 30 000 £ (Presidente: 100 000 £) após os impostos e contribuições de seguro por ano dos honorários base de cada Diretor não-executivo são utilizados para a compra de ações do Barclays que são retidas em nome do Diretor não-executivo até à sua saída do Conselho. Alguns Diretores não-executivos poderão também receber honorários como diretores de empresas subsidiárias do Barclays PLC. No caso de certas nomeações subsidiárias, essa remuneração adicional é aprovada pelo Comité de Nomeações do Conselho.	Os honorários são reavaliados face aos dos Diretores não-executivos em empresas de dimensão e complexidade semelhantes. Para além de circunstâncias excecionais, os honorários não aumentarão em mais de 20% acima dos níveis de honorários atuais durante este período da política (os honorários de base aumentaram pela última vez em 2011).
Benefícios	O Presidente recebe um seguro médico privado cuja cobertura está sujeita aos termos dos planos do Barclays periodicamente, e tem o direito a utilizar um veículo da Empresa e um motorista, quando tal for necessário para fins da empresa. Os benefícios que são de menor importância e em caso algum excedem um custo de 500 £ podem ser concedidos a Diretores não-executivos em circunstâncias específicas. Os Diretores não-executivos não são elegíveis para subscreverem planos de pensões do Barclays.	
Despesas	O Presidente e os Diretores não-executivos são reembolsados por todas as despesas razoáveis e apropriadas incorridas por motivos de negócios. Qualquer imposto resultante destas despesas é pago pelo Barclays.	
Bónus e planos de ações	É necessário o Presidente ser elegível para participar em planos de participação com benefícios fiscais concedidos aos trabalhadores HMRC, devido ao seu compromisso de 80% de um full-time, mas o mesmo optou por não participar. O Presidente não é elegível para participar em quaisquer outros planos de incentivo de caixa, de ações ou a longo prazo do Barclays. Todos os outros Diretores não-executivos não são elegíveis para participar nos planos de incentivo de caixa, de ações ou a longo prazo do Barclays.	
Disposições de pré-aviso e de cessação de funções	A nomeação de todos os Diretores não-executivos é por um período inicial de seis anos, renovável a critério do Barclays por um período único posterior de três anos e sujeito a reeleição anual pelos acionistas. **Período de pré-aviso** Presidente: 12 meses por parte da Empresa (seis meses por parte do Presidente). Diretores não-executivos: seis meses por parte da Empresa (seis meses por parte do Diretor não-executivo). **Política relativa a pagamentos em caso de cessação de funções** A nomeação do Presidente pode ser terminada pelo Barclays com um pré-aviso de 12 meses ou de imediato, caso em que os honorários e os benefícios contratuais de 12 meses são pagos em prestações nos momentos em que teriam sido recebidos se a nomeação tivesse continuado, mas sujeitos a uma redução se o Presidente tiver obtido um trabalho alternativo. Existem disposições de cessação de funções semelhantes para Diretores não-executivos baseadas em 6 meses de honorários. Não é devido qualquer pagamento contínuo de honorários (ou benefícios) se um Diretor não-executivo não for reeleito pelos acionistas na RGA do Barclays.	

De acordo com a tabela de políticas acima, qualquer novo Presidente e Vice-Presidente receberia honorários globais apenas e qualquer novo Diretor não-executivo receberia honorários de base pela sua nomeação como Diretor não-executivo, acrescidos dos honorários relativos à sua participação e/ou presidência de quaisquer comités do Conselho, distribuídos temporalmente no primeiro ano, conforme necessário. Não são oferecidos quaisquer pagamentos de incentivo a Diretores não-executivos.

Governação: Relatório de remunerações

Política de remunerações dos Diretores

Contratos de serviço e cartas de nomeação
Todos os Diretores executivos têm um contrato de serviços, enquanto todos os Diretores não-executivos têm uma carta de nomeação. As cópias dos contratos de serviços e cartas de nomeação, respetivamente, estão disponíveis para inspeção na sede da Empresa. As datas dos contratos de serviços e das cartas de nomeação dos Diretores atuais são apresentadas na tabela abaixo.

	Data efetiva
Presidente	
John McFarlane	1 de janeiro de 2015 (Diretor não executivo), 24 de abril de 2015 (Presidente)
Diretores Executivos	
Jes Staley	1 de dezembro de 2015
Tushar Morzaria	15 de outubro de 2013
Diretores Não-Executivos	
Michael Ashley	18 de setembro de 2013
Tim Breedon	1 de novembro de 2012
Mary Francis	1 de outubro de 2016
Crawford Gillies	1 de maio de 2014
Sir Gerry Grimstone	1 de janeiro de 2016
Reuben Jeffery III	16 de julho de 2009
Dambisa Moyo	1 de maio de 2010
Diane de Saint Victor	1 de março de 2013
Diane Schueneman	25 de junho de 2015
Steve Thieke	7 de janeiro de 2014

Todos os Diretores são apresentados para reeleição em cada RGA, a menos que tenham indicado que não pretendem uma reeleição na RGA.

Poder discricionário
Para além dos diversos poderes discricionários operacionais que o Comité pode exercer no desempenho das suas funções (incluindo aquelas previstas nos planos de ações da Empresa), o Comitê reserva-se o direito de fazer alterações menores ou administrativas à política para benefício da sua operação ou para fazer alterações mais significativas, a fim de cumprir com novas leis, regulamentos e/ou orientações regulamentares. O Comité exercerá apenas esse direito se julgar ser do interesse da Empresa fazê-lo e se não for possível, praticável ou apropriado procurar ou aguardar a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

Relatório anual sobre as remunerações dos Diretores

Esta secção explica como foi implementada a nossa política de remunerações dos Diretores em 2016.

Diretores Executivos

Diretores Executivos: Valor total único para a remuneração em 2016 (auditado)
A tabela seguinte apresenta um valor total único para a remuneração em 2016 em relação ao serviço qualificado para cada Diretor executivo, juntamente com valores comparativos para 2015.

	Salário 000 £		Pagamentos por função 000 £		Benefícios tributáveis 000 £		Bónus anual 000 £		PILP 000 £		Pensões 000 £		Total 000 £	
	2016	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015
Jes Staley[a]	1 200	100	1 150	96	169	48	1 318	–	–	–	396	33	4 233	277
Tushar Morzaria	800	800	750	750	44	82	854			–	200	200	3 656	2 533

Nota
a Os valores de 2015 para Jes Staley referem-se ao período a partir de 1 de dezembro de 2015, quando este se juntou ao Conselho como Diretor Executivo do Grupo.

Informação adicional relativa a cada elemento de pagamento para os Diretores executivos (auditado)

Salário
Jes Staley recebeu um salário de 1 200 000 £ por ano desde a sua nomeação para o cargo de Chefe Executivo do Grupo em 1 de dezembro de 2015. Tushar Morzaria recebeu um salário de 800 000 £ por ano como Diretor Financeiro do Grupo.

Pagamento por Função (RBP)
Os Diretores Executivos receberam RBP, que foi entregue trimestralmente em ações com um período de 5 anos de retenção com restrições de levantamento (20% cada ano). O valor apresentado corresponde às ações na data de atribuição.

Benefícios tributáveis
Os benefícios tributáveis incluem cobertura médica privada, proteção de rendimentos em caso de morte ou doença, assessoria fiscal, deslocações, subsídio automóvel, uso de veículo da Empresa e motorista quando necessário para fins empresariais e outros benefícios considerados de menor significância.

Bónus anual
Os bónus anuais são discricionários e, normalmente, são atribuídos no primeiro trimestre após o exercício a que se referem. O Comité considerou o desempenho dos Diretores executivos face às medidas de desempenho financeiro (ponderação de 50%) e do Painel de Resultados (ponderação de 35%) que foram definidas para refletir as prioridades estratégicas para 2016. O desempenho face aos seus objetivos pessoais individuais (ponderação de 15%) foi avaliado numa base individual.

Resultados do bónus anual de2016 Financeiro (ponderação de 50%)
A abordagem adotada para avaliar o desempenho financeiro face a cada uma das medidas financeiras tem por base um resultado linear entre 25% para o limite de desempenho e 100% aplicável a cada medida para a obtenção do máximo desempenho.

O resultado através da fórmula do desempenho de 2016 face às medidas financeiras deu um total de 29% de 50% a pagar devido a essas medidas. É apresentado um resumo da avaliação na tabela seguinte.

Medida de desempenho financeiro	Ponderação	Limite 25%	Máximo 100%	2016 Real	2016 Resultado
Lucros antes de impostos (excluindo itens	20%	3,45 mM£	4,20	3,65	9%
Custos (excluindo itens assinaláveis)	10%	14,6 mM£	13,7	15,3	0%
Rácio CET1	20%	11,1%	11,6%	12,4%	20%
Total Financeiro	**50%**				**29%**

Ao refletir sobre o bónus adequado de 2016, o Comité considerou o impacto das mudanças de diferimento sobre os resultados através da fórmula face às medidas financeiras. O Comité observou particularmente que, embora a decisão de acelerar os encargos de diferimento melhorasse a flexibilidade operacional do Grupo até 2017 e para além disso, a mesma levaria também a um resultado do bónus de 2016 inferior ao que poderia ter sido justificado sem as alterações. Contudo, no balanço, o Comité considerou que os resultados globais eram adequados, tendo em conta, em especial, o foco contínuo no sentido de um reequilíbrio para melhorar os retornos dos acionistas.

Painel de Resultados (35% de ponderação)
O progresso em relação a cada um dos 5 C do Painel de Resultados foi avaliado pelo Comité. O Comité usou uma abordagem semelhante à de 2015, isto é, uma escala de três pontos em relação a cada medida, em que 0% a 2% é “abaixo” do objetivo, 3% ou 4% “dentro” do objetivo, e 5% a 7% “acima” do objetivo de progresso, face a um componente específico do Painel de Resultados.

Governação: Relatório de remunerações

Relatório anual sobre as remunerações dos Diretores

Com base nesta abordagem para avaliar o desempenho face aos marcos mais importantes do Painel de Resultados de 2016, o Comité acordou um resultado de 18%, num máximo de 35%. Na página seguinte é apresentado um resumo da avaliação. Nas páginas 16 e 17 encontram-se mais detalhes relativamente ao desempenho em cada categoria.

Painel de Resultados – 5C	Peso	Métrica	2016 Meta	2016 Real	2016 Resultados de um máximo de
Cliente	7%	Classificação média ponderada da RNPS versus conjuntos de pares para PCB, Barclaycard e Banca	4º	4º	4%
		Risco de Franquia de Clientes	6º	5º	
Colaborador	7%	Envolvimento sustentável da classificação de	77-79%	75%	3%
		% de mulheres na liderança superior	24%	24%	
Cidadania	7%	Plano de Cidadania - iniciativas dentro do prazo ou	Objetivos do	8/10	5%
Conduta	7%	Reputação da Conduta (Sondagem YouGov)	5,5-5,6/10	5,4/10	2%
Empresaa	7%	Retorno em capital corpóreob	4,8%	4,4%	
		Custo: Rácio do rendimentobc	70%	72%	4%
		Rácio CET1	11,3%	12,4%	
Total Painel de Resultados	**35%**				**18%**

Notas
a As métricas da empresa foram atualizadas de modo a refletirem o anúncio de estratégia de 1 de março de 2016. b Excluindo itens assinaláveis.
c Custo: Rácio de rendimento expresso como as despesas operacionais totais do Grupo, incluindo África, divididas pelo rendimento total deste negócios.

Resultados individuais incluindo a avaliação de objetivos pessoais
O desempenho face a cada um dos objetivos pessoais individuais dos Diretores executivos (ponderação global de 15%) foi avaliado pelo Comité numa base individual.

(i) Jes Staley

A tabela seguinte apresenta um resumo da avaliação de Jes Staley face às suas medidas específicas de desempenho.

Medida do desempenho		Ponderação	Resultados
Financeiro	Ver a tabela na página 121	50%	29%
Painel de Resultados – 5C	Ver a tabela acima	35%	18%
Objetivos pessoais	Avaliação crítica – ver abaixo	15%	13%
Total		100%	60%
Resultados finais aprovados pelo Comité de Remunerações			**60%**

O Comité avaliou o desempenho de Jes Staley em relação aos seus objetivos pessoais de 2016 (como definido na página 97 do Relatório Anual de 2015) e concluiu que Jes Stanley obteve um desempenho muito positivo ao longo do ano. No final de 2016, a nova estratégia definida já estava firmemente incorporada numa nova estrutura organizacional, consistente com a reforma estrutural que foi implementada. Os negócios centrais tiveram bons resultados, trazendo rentabilidade e eficiência custo-rendimento. Ao mesmo tempo, foram feitos progressos significativos na exclusão de negócios periféricos. Jes Staley demonstrou uma liderança forte, fortaleceu a equipa de gestão e incutiu uma ética e cultura de prestação eficaz dentro da organização. Tendo em conta este desempenho muito positivo, o Comité deliberou que 13%, de um máximo de 15%, era adequado.

No total, a avaliação de desempenho para Jes Staley traduziu-se, através da fórmula, num resultado global de 60% da oportunidade máxima de bónus atingida. O bónus resultante é de 1 318 000 £, dos quais 70% são diferidos ao abrigo do Plano de Valorização de Ações e serão recebidos em cinco parcelas iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário (sujeito às regras do Plano de Valorização de Ações, conforme emendado pontualmente).

(ii) Tushar Morzaria

A tabela seguinte apresenta um resumo da avaliação de Tushar Morzaria face às suas medidas específicas de desempenho.

Medida do desempenho		Ponderação	Resultados
Financeiros	Ver a tabela na página 121	50%	29%
Painel de Resultados – 5C	Ver a tabela acima	35%	18%
Objetivos pessoais	Avaliação crítica – ver abaixo	15%	14%
Total		100%	61%
Resultados finais aprovados pelo Comité de Remunerações			**61%**

O Comité avaliou o desempenho de Tushar Morzaria face aos seus objetivos pessoais de 2016 (como definido na página 97 do Relatório Anual de 2015) e concluiu que Tushar Morzaria obteve uma prestação extraordinária em 2016. Ao efetuar esta avaliação, o Comité salientou o papel de Tushar Morzaria na reestruturação do negócio e, em particular, reconheceu a o seu contributo para o progresso significativo na descontinuação de negócios periféricos, que resultaram numa redução de 22mM£ nos Ativos Ponderados pelo Risco, bem como o seu foco na obtenção de um rácio CET1 substancialmente mais elevado e um rácio Custo:Rendimento mais baixo. O Comité assinalou também que Tushar Morzaria continuou a desenvolver fortes laços profissionais com os acionistas, investidores, reguladores, ao mesmo tempo que melhorou o desempenho na execução das Funções Financeiras. Dada esta prestação excecional em 2016, o Comité achou adequado atribuir 14% de um máximo de 15%.

No total, a avaliação de desempenho para Tushar Morzaria traduziu-se, através da fórmula, num resultado global de 61% da oportunidade máxima de bónus atingida. O bónus resultante é de 854 000 £, dos quais 60% são diferidos ao abrigo do Plano de Valorização de Ações e serão recebidos em cinco parcelas iguais entre o terceiro e o sétimo aniversário (sujeito às regras do Plano de Valorização de Ações, conforme emendado pontualmente).

Todas as ações (diferidas ou não) estão sujeitas a um novo período de detenção de seis meses a partir do momento da emissão. Os bónus de 2016 estão sujeitos a provisões de recuperação e, adicionalmente, os bónus de 2016 diferidos sem benefícios estão sujeitos a provisões de malus que permitem ao Comité reduzir o nível de atribuição de bónus diferidos (nomeadamente para zero).

PILP

O valor do PILP incluído no montante total de 2016 para Tushar Morzaria é o valor desse montante que está agendado para ser libertado para o prémio PILP atribuído em 2014, relativo ao desempenho no período de 2014-2016 (referente ao preço médio das ações no T4 de 2016). Uma vez que Jes Staley não participou neste ciclo, o valor do PILP na tabela do valor único par ele é de zero. A emissão depende, entre outros fatores, do desempenho ao longo do período entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2016. A distribuição linear é aplicada entre o limite e o máximo de pontos em relação ao RoRWA e às medidas da taxa de perdas com empréstimos. O desempenho obtido face aos objetivos foi a seguinte:

Medida do	P	Limite	Aquisição	R	% do prémio
Rendimento de ativos ponderados pelo risco (RoRWA)	50%	23% dos prémios recebidos para a média anual	Média anual do RoRWA de 1,52%	0,33	0%
Taxa de perdas de crédito	20%	7% dos prémios recebidos para a taxa anual	Média da taxa anual das perdas com empréstimos de	50b	20%
Painel de Resultados Resultados foi	30%	O desempenho face ao Painel de avaliado pelo Comité para determinar a percentagem do prémio que pode ser recebida entre 0% e 30%. Cada um dos 5C no Painel de Resultados tem a mesma ponderação.		Ver abaixo	14%
Total					**34%**

Abaixo é fornecido um resumo da avaliação do Comité comparativamente à medida de desempenho do Painel de Resultados ao longo do período de desempenho de três anos.

Categoria	Desempenho	Distribuição de um máximo de 6% para cada 'C'
Cliente Colaborador	■ O desempenho Net Promoter Score (NPS) face aos pares foi 4º durante o período. Entre as categorias de produtos chave, particularmente contas corrente e cartões de crédito no Reino Unido, as classificações NPS do Barclays melhoraram, com mais clientes a defenderem as nossas marcas. ■ A Classificação de Franquia de Cliente manteve-se estável em 5º lugar ao longo do período, um resultado positivo dada a mudança na estratégia para o foco em geografias e negócios fortes no Banco de Investimento.	3%
Cidadania	■ Melhoria contínua na representação feminina em toda a nossa liderança superior, aumentando de 22% em 2014 para 24% no final de 2016. ■ O envolvimento dos colegas melhorou de 72% em 2014 para 75% em 2016, um resultado positivo à luz da mudança sofrida pela organização durante o período.	3%,
Conduta	■ Na continuação do sucesso do Plano de Cidadania, que encerrou 2015 com 10 das 11 iniciativas a atingir ou superar os objetivos, o Grupo Barclays (ex-África) excedeu os objetivos em todas as 6 iniciativas no primeiro ano da Ambição de Crescimento Conjunto. ■ O Barclays Africa também teve um forte desempenho em "investimento em educação" e "financiamento SME", os quais estavam a desenrolar-se como planeado em 2016. Dois objetivos ficaram aquém das expetativas devido a desafios externos que tiveram um impacto no desempenho da empregabilidade planeada e das intervenções de inclusão financeira (apesar de a estrutura estar agora estabelecida, o que permitirá uma forte dinâmica em 2017).	4%
Empresa	■ A Reputação de Conduta, tal como medido pela sondagem YouGov, manteve-se em ou abaixo de 5,4 durante o período. ■ No entanto, foram reduzidos novos itens de conduta e custos.	1%
	■ O rácio CET1 fortaleceu-se significativamente ao longo do período, para 12.4% no final de 2016. ■ No entanto, os rendimentos excluindo os itens assinaláveis (ambos RoE e RoTE) estiveram abaixo do objetivo durante grande parte do período.	3%
Total		**14%**

O prémio PILP está também sujeito a um apoio em que o Comité deve ficar satisfeito com a solidez financeira subjacente do Grupo, com base nos lucros antes de impostos. O Comité ficou satisfeito com o cumprimento do apoio e estabeleceu em conformidade que o prémio deve ser considerado para emissão em 34% do número máximo de ações incluídas no prémio total. As ações estão agendadas para emissão em março de 2017. Após a emissão, as ações estão sujeitas a um período adicional de retenção de dois anos.

Pensões

Os Diretores executivos são pagos em dinheiro e não em contribuições para pensões. O subsídio em dinheiro em 2016 foi de 33% do salário para Jes Staley e 25% do salário para Tushar Morzaria. Não foram recebidos quaisquer outros benefícios pelos Diretores executivos de quaisquer planos de pensões do Barclays.

Diretores Executivos: outros prémios PILP
A regulamentação relativa ao relatório sobre a remuneração dos Diretores exige a inclusão no valor total único de apenas o valor dos prémios PILP cujo último ano de desempenho termina no exercício relevante e cujo resultado de distribuição é conhecido. Para 2016, este é o prémio para Tushar Morzaria no ciclo 2014-2016 do PILP, sendo apresentados mais detalhes na página 123. Esta secção descreve outros ciclos do PILP nos quais participam os Diretores executivos, cujo resultado permanece dependente do desempenho futuro.

Prémios PILP a ser concedidos em 2017
O Comité decidiu conceder um prémio no ciclo 2017-2019 do PILP a Jes Staley e a Tushar Morzaria (com base no seu desempenho em 2016) com um valor nominal na concessão de 120% do Total do pagamento fixo respetivo em 31 de dezembro de 2016.

O prémio PILP de 2017-2019 será sujeito às seguintes medidas de desempenho de previsão.

Medida do desempenho	Ponderação	Limite	Máximo de aquisição
Retorno em capital corpóreo (RoTE) excluindo itens assinaláveis	25%	6,25% dos prémios recebidos para a média do RoTE, excluindo itens assinaláveis de 7,5%	Média do RoTE, excluindo itens assinaláveis de 9,5%
Rácio CET1 em 31 de dezembro de 2019	25%	O rácio CET1 deve manter-se a um preço aceitável ou acima do mesmo para qualquer um destes elementos a atribuir. O limite será revisto e definido anualmente com base nas condições de mercado e nos requisitos regulamentares (11% em 31 de dezembro de 2017) 6,25% dos prémios recebidos para o rácio CET1 100 pontos base acima do obstáculo das restrições obrigatórias de distribuição (OROD)	Rácio CET1 200 pontos base acima do OROD
rácio Custo:Rendimento excluindo os itens assinaláveis	20%	5% dos prémios recebidos para a média do rácio Custo:Rendimento de 63%	Média do rácio Custo:Rendimento de 58%
Tabela de Riscos ajustamentos de riscos de incentivo	15%	A Tabela de Riscos capta um conjunto de riscos e está em conformidade com o quadro anual de acordado com a Autoridade para a Regulamentação Prudencial (PRA). O quadro atual mede o desempenho face a três vastas categorias – Capital e Liquidez, Ambiente de Controlo, e Conduta – utilizando uma combinação de métricas quantitativas e qualitativas. O quadro pode ser atualizado ocasionalmente, de acordo com a estratégia de risco do Grupo. Os objetivos específicos dentro de cada uma das categorias são considerados sensíveis do ponto de vista comercial. No Relatório de remuneração de 2019 será feita a divulgação em retrospetiva do desempenho.	
Estratégico/Não-financeiro	15%	Tal como referido na página 18, O Painel de Resultados existente evoluiu para um quadro de "Medição do Desempenho" em linha com o objetivo de apresentar um Barclays simplificado através das ações estratégicas anunciadas em março de 2016. A avaliação centrar-se-á em medidas-chave de desempenho (muitas das quais continuam a partir do Painel de Resultados), com uma narrativa retrospetiva detalhada dos progressos ao longo do período face a cada categoria. O desempenho face às Medidas estratégicas/não-financeiras estratégicas será avaliado pelo Comité para determinar a percentagem do prémio que poderá ser recebida entre 0% e 15%. As medidas são organizadas em torno de três categorias principais: Cliente, Colaborador, e Cidadania. Cada uma das três categorias principais tem igual ponderação. As medidas incluirão provavelmente, mas não apenas, o seguinte: ■ Cliente: NPS para negócios de consumo, classificações de Clientes e cotas de mercado para o Banco Empresarial e de Investimento, desempenho de reclamações e o volume de empréstimos proporcionados a clientes. ■ Colaborador: Estatísticas de diversidade e inclusão (incluindo mulheres na liderança superior), pontuações do inquérito sobre o envolvimento sustentável dos trabalhadores e avaliações de conduta e de cultura. ■ Cidadania: Alcance face à nossa Ambição de Crescimento Conjunto, Envolvimento dos colaboradores em Atividades de cidadania e referências e estudos externos.	

A distribuição linear aplica-se entre o limite e o máximo de pontos relativamente às medidas financeiras. O prémio está sujeito a um apoio em que o Comité deve ficar satisfeito com a solidez financeira subjacente do Grupo.

Prémios PILP pendentes

(i) Prémios PILP concedidos em 2015
As medidas de desempenho para os prémios concedidos no ciclo 2015-2017 do PILOP são apresentadas abaixo.

Medida do desempenho	Ponderação	Limite	Máximo de aquisição
Capital próprio líquido geradoa	30%	7,5% dos prémios recebidos para Capital próprio líquido gerado de 1 363 M£	Capital próprio líquido gerado de 1 844 M£
Retorno de ativos fundamentais em ativos ponderados pelo risco (RoRWA) excluindo o arrasto de ativos não fundamentais do crédito próprio no retorno sobre o capital próprio (RoE) excluindo itens assinaláveis	20%	5% dos prémios recebidos para a média anual do RoRWA de ativos fundamentais de 1,34%	Média anual do RoRWA de ativos fundamentais de 1,81%
	10%	2,5% dos prémios recebidos para o arrasto de ativos não fundamentais no RoE de -4,02%	Arrasto de ativos não fundamentais no RoE de –2.97%
Taxa de perdas com empréstimos anual	10%	2.5% dos prémios recebidos para a média da taxa das perdas com empréstimos de 70bps	Média da taxa anual das perdas com empréstimos de 55bps ou inferior
Painel de Resultados	30%	O Desempenho face ao Painel de Resultados é avaliado pelo Comité para determinar a percentagem do prémio que poderá ser recebida entre 0% e 30%. Cada um dos 5C no Painel de Resultados tem a mesma ponderação. Os objetivos dentro de cada um dos 5C são considerados sensíveis do ponto de vista comercial. No entanto, no Relatório de remuneração de 2017 será feita a divulgação em retrospetiva dos objetivos e do desempenho face a estes, sujeito à sensibilidade comercial já não verificada.	

Nota
a O Capital próprio líquido gerado é uma métrica que converte as alterações no rácio CET1 numa medição absoluta equivalente ao capital. Para fins de remuneração, o capital próprio líquido gerado irá excluir ações inorgânicas, tais como a emissão de direitos, como determinado pelo Comité.

A distribuição linear aplica-se entre o limite e o máximo de pontos relativamente às medições financeiras e do risco. O prémio está sujeito a um apoio em que o Comité deve ficar satisfeito com a solidez financeira subjacente do Grupo.

(ii) Prémios PILP concedidos em 2016

Em 14 de março de 2016 foi concedido um prémio a Tushar Morzaria nos termos do ciclo 2016-2018 do PILP com um preço de ações à data da concessão de 1,6535 £, em conformidade com a nossa política de remunerações dos Diretores. Este é o preço utilizado para calcular o valor nominal abaixo. Jes Staley não foi elegível para uma concessão, nos termos do ciclo 2016-2018 do PILP.

	% do pagamento fixo	Número de ações	Valor nominal na concessão	Período de desempenho
Tushar Morzaria	120%	1 270 033 £	2 100 000 £	2016-2018

As medidas de desempenho para os prémios PILP 2016-2018 são os seguintes:

Medida do desempenho	Ponderação	Limite	Máximo de aquisição
Retorno em capital corpóreo (RoTE) excluindo itens assinaláveis	25%	6,25% dos prémios recebidos para a média do RoTE de 7,5%	Média do RoTE de 10,0%
Rácio CET1 em 31 de dezembro de 2018	25%	O rácio CET1 deve manter-se a um preço aceitável ou acima do mesmo para qualquer um destes elementos a atribuir. O limite será revisto e definido anualmente com base nas condições de mercado e nos requisitos regulamentares (11% em 31 de dezembro de 2017)	6,25% dos prémios recebidos para o rácio CET1 de 11,6% Rácio CET1 de 12,7%
Rácio Custo:Rendimento excluindo itens importantes	20%	5% dos prémios recebidos para o rácio Custo:Rendimento de 66%	Média do rácio Custo:Rendimento de 58%
Tabela de Riscos	15%	O Desempenho face à Tabela de Riscos é avaliado pelo Comité, com o auxílio da posição de Risco do Grupo, o Comité de Risco da Direção e o Comité de Reputação da Direção conforme apropriado, para determinar a percentagem do prémio que poderá ser recebida entre 0% e 15%. A Tabela de Riscos mede o desempenho relativamente a três vastas categorias – o Perfil de Risco (incluindo a Conduta), o Ambiente de Controlo, e a Capacidade de Risco – utilizando uma combinação de métricas quantitativas e qualitativas. Os objetivos específicos dentro de cada uma das categorias são considerados sensíveis do ponto de vista comercial. No Relatório de remuneração de 2018 será feita a divulgação em retrospetiva do desempenho, sujeita à sensibilidade comercial já não verificada.	
Painel de Resultados	15%	O Desempenho face ao Painel de Resultados é avaliado pelo Comité para determinar a percentagem do prémio que poderá ser recebida entre 0% e 15%. Cada um dos 5C no Painel de Resultados tem a mesma ponderação. A avaliação será feita em função dos progressos relativamente aos objetivos de 2018.	

A distribuição linear aplica-se entre o limite e o máximo de pontos relativamente às medidas financeiras. O prémio está sujeito a um apoio em que o Comité deve ficar satisfeito com a solidez financeira subjacente do Grupo.

Diretores Executivos: Declaração da implementação da política de remunerações em 2017

O pacote dos Diretores executivos para 2017, em conformidade com a nova PRD, será implementado com efeito a partir da RGA de 2017 da seguinte forma:

	Jes Staley	Tushar Morzaria	Comentários
Pagamento Fixo Pagamento Fixo	2 350 000 £	1 650 000 £	O "Pagamento Fixo" substitui o salário e o Pagamento com base no cargo é efetuado 50% em dinheiro e 50% em ações (sujeitas a um período de 5 de retenção com levantamento proporcional). Não houve alterações no Pagamento fixo de 2016 para Jes Staley. O Pagamento fixo aumentou para 1 650 000 £ de 1 550 000 £ para Tushar Morzaria.
Pensão	396 000 £	200 000 £	Sem alterações relativamente a 2016.
Bónus máximo	80% do Pagamento fixo totala	80% do Pagamento fixo totala	Oportunidade variável total sem alteração. Bónus e PILP agregados para fins de diferimento regulamentar.
PILP máximo fixo totala	120% do Pagamento fixo totala	120% do Pagamento	

Nota:
a O Pagamento fixo total define-se como o Pagamento Fixo mais a Pensão.

Ao considerar o nível adequado do pagamento fixo total de Tushar Morzaria (pagamento fixo acrescido da pensão), o Comité teve em conta o tempo em que o mesmo esteve em funções sem qualquer aumento (mais de três anos), o seu bom desempenho e a sua importância para a organização, bem como os valores de mercado da indústria para o cargo. O Comité decidiu conceder um aumento de 5,7% (sendo este inferior ao aumento concedidos aos trabalhadores do Reino Unido em relação ao mesmo período), mas acordou que os Diretores executivos não seriam elegíveis para qualquer outro aumento nos três anos seguintes (ou seja, durante o período da nova política).

Governação: Relatório de remunerações

Relatório anual sobre as remunerações dos Diretores

Recuperação e malus

O Barclays pode aplicar recuperação se, em algum momento durante o período de sete anos a partir da data em que qualquer remuneração variável é concedida: (i) existirem provas razoáveis de má conduta individual ou erros significativos, e/ou (ii) a empresa sofrer uma incapacidade significativa de gestão de riscos, tendo em conta a proximidade do indivíduo e respetiva responsabilidade pelo incidente. Para os prémios de remuneração variável concedidos aos Diretores executivos a partir de 2016, o período de recuperação pode ser alargado para 10 anos em circunstâncias em que a Empresa ou uma autoridade reguladora deu início a uma investigação que poderia potencialmente levar à aplicação de recuperação.

As provisões de malus continuarão a aplicar-se a prémios diferidos não distribuídos.

Diferimento

Aplicar-se-á um período de diferimento de sete anos (sem atribuição anterior ao terceiro aniversário do prémio, e atribuição em parcelas iguais entre o terceiro ano e o sétimo) a qualquer remuneração variável diferida em 2017 concedida aos Diretores executivos.

Medidas de desempenho de bónus anual de 2017

As medições do desempenho com objetivos extensíveis apropriados foram selecionadas para cobrir um intervalo de objetivos financeiros e não financeiros que apoiam os objetivos-chave estratégicos da Empresa. As medições e ponderações do desempenho são apresentadas abaixo.

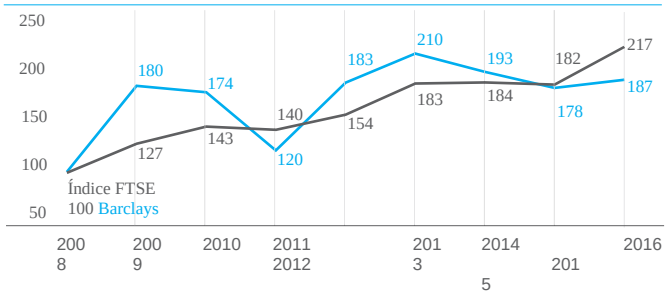
Financeiras (60% de ponderação) Foi definido um intervalo de objetivos de desempenho para cada uma das medições financeiras.	■ Lucros antes de impostos excluindo itens assinaláveis (ponderação de 22,5%) ■ Rácio Custo:Rendimento excluindo itens assinaláveis (ponderação de 15%) ■ Rácio CET1(22.5% de ponderação)
Estratégico/Não-financeiro (ponderação de 20%)	■ Tal como mencionado na página 18, o Painel de Resultados existente evoluiu para um quadro de "Medição do Desempenho" de acordo com o objetivo de apresentar um Barclays simplificado através das ações estratégicas anunciadas em março de 2016. O melhoramento das fontes disponíveis de informações e relatórios de gestão, que vão desde painéis internos até medidas externas de terceiros, permite uma visão mais holística do desempenho empresarial sustentável, em vez de focar-se em alguns alvos estritamente definidos. A avaliação centrar-se-á em medições-chave do desempenho (muitas das quais continuam a partir do Painel de Resultados), com uma narrativa retrospetiva detalhada dos progressos ao longo do período relativamente a cada categoria. ■ O desempenho relativamente às Medidas estratégicas/não-financeiras estratégicas será avaliado pelo Comité para determinar a percentagem do prémio que poderá ser recebida entre 0% e 20%. As medidas são organizadas em torno de três categorias principais: Cliente, Colaborador, e Cidadania. Cada uma das três categorias principais tem igual ponderação. As medidas incluirão provavelmente, mas não apenas, o seguinte: – Cliente: NPS para negócios de consumo, classificações de Clientes e cotas de mercado para o Banco Empresarial e de Investimento, desempenho de reclamações e o volume de empréstimos proporcionados a clientes. – Colaborador: Estatísticas de diversidade e inclusão (incluindo mulheres na liderança superior), pontuações do inquérito sobre o envolvimento sustentável dos trabalhadores e avaliações de conduta e de cultura. – Cidadania: Alcance face à nossa Ambição de Crescimento Conjunto, Envolvimento dos colaboradores em Atividades de cidadania e referências e estudos externos.
Pessoal (ponderação de 20%)	Os Diretores executivos têm os objetivos pessoais conjuntos para 2017: ■ cumprir compromissos financeiros em 2017, incluindo a melhoria contínua no RoTE, no rácio Custo:Rendimento e na criação da nossa base de capital (rácio CET1) ■ abandonar as áreas que não são fundamentais e garantir a reintegração bem sucedida dos restantes ativos/negócios nas áreas fundamentais ■ conseguir a venda do Barclays Africa Group Ltd para obter a desconsolidação contabilística ■ garantir a implementação bem sucedida do programa de Reformas Estruturais de 2017, incluindo a criação da Empresa de Serviços ■ tanto quanto possível, identificar e implementar em 2017 uma solução estrutural para garantir o acesso contínuo ao mercado único na Europa ■ gerir os riscos e o controlo de forma eficaz e fazer progressos contínuos na resolução de questões litigiosas e de condutas passadas. Para além disso, os objetivos pessoais individuais para 2017 são os seguintes: Jes Staley: ■ progredir continuamente no sentido de uma cultura de alto desempenho e em linha com os nossos Valores, fortalecendo também o envolvimento dos funcionários ■ melhorar a satisfação do cliente, reduzindo o número de reclamações globais ■ fortalecer a linha de planeamento de sucessões para o Grupo e a Unidade Empresarial e os Comités Executivos Funcionais, e continuar a aumentar a percentagem de mulheres em posições superiores de liderança ■ melhorar o ambiente de controlo do Grupo, bem como a sua infraestrutura de operações e tecnologia. Tushar Morzaria: ■ demonstrar uma gestão eficaz das relações e reputação externas ■ continuar a fortalecer o desempenho da equipa, a linha de talentos e o envolvimento dos funcionários na área de Finanças, Impostos e Tesouraria do Grupo.

A calibração detalhada dos objetivos financeiros e estratégicos é sensível do ponto de vista comercial, não sendo adequado divulgar essas informações externamente numa base de prospeção. A divulgação da realização será feita no Relatório Anual de 2017, sujeito ao facto de os objetivos já não serem sensíveis do ponto de vista comercial. O Comité pode exercer o seu poder discricionário para alterar o resultado através da fórmula face aos objetivos. Qualquer exercício de poder discricionário será divulgado e explicado.

Gráfico e tabela do desempenho

O gráfico do desempenho abaixo ilustra o desempenho do Barclays ao longo dos exercícios entre 2009 e 2016 no que respeita ao retorno dos acionistas, em comparação com o das empresas que abrangem o índice FTSE 100. O índice foi selecionado porque representa um setor transversal das principais empresas do Reino Unido.

Total do retorno dos acionistas – com nova base para 2008 Ano terminado em 31 de dezembro



Além disso, a tabela abaixo fornece um resumo do total da remuneração do Chefe Executivo do Grupo relevante no mesmo período do gráfico anterior. Para efeitos de cálculo do valor da remuneração do Chefe Executivo do Grupo, os dados foram reunidos numa base consistente com a metodologia de "valor único".

Ano	2009	2010	2011	2012	2012	2013	2014	2015	2015	2015	2016
Diretor Executivo do Grupo	John Varley	John Varley	Bob Diamond	Bob Diamond[a]	Antony Jenkins[b]	Antony Jenkins	Antony Jenkins	Antony Jenkins[b]	John McFarlane[c]	Jes Staley[d]	Jes Staley
Valor único do total da remuneração do	2 050	4 567	11 070[e]	1 892	529	1 602	5 467[f]	3 399	305	277	4 233
Bónus anual face à oportunidade máxima em %	0%	100%	80%	0%	0%	0%	57%	48%	n/a	n/a	60%
Distribuição de incentivos de longo prazo face à oportunidade máxima	50%	16%	n/a[g]	0%	n/a[g]	n/a[g]	30%	39%	n/a[g]	n/a[g]	n/a[g]

Notas
a Bob Diamond deixou o Conselho em 3 de julho de 2012.
b Antony Jenkins tornou-se Chefe Executivo do Grupo em 30 de agosto de 2012 e deixou o Conselho em 16 de julho de 2015.
c John McFarlane foi Presidente Executivo entre 17 de julho de 2015 e 30 de novembro de 2015. Os seus honorários, que se mantiveram inalterados, foram proporcionais ao tempo em que exerceu o cargo. Não foi elegível para receber um bónus ou PILP.
d Jes Staley tornou-se Chefe Executivo do Grupo em 1 de dezembro de 2015.
e Este valor inclui 5 745k £ de equalização fiscal, tal como definido no Relatório de remuneração de 2011. Bob Diamond teve uma equalização fiscal sobre os impostos acima da taxa do Reino Unido, em que não houve lugar a uma compensação por um acordo de dupla tributação.
f O pagamento de Antony Jenkins em 2014 foi mais alto do que em anos anteriores, uma vez que ele recusou um bónus em 2012 e 2013 e não teve a atribuição de PILP nesses anos. g Não participou num prémio de incentivo que foi distribuído nesse período.

Variação percentual na remuneração do Chefe Executivo do Grupo

A tabela abaixo mostra como a variação percentual no salário, nos benefícios e no bónus do Chefe Executivo do Grupo entre 2015 e 2016 se compara com a variação percentual da média de cada um desses componentes de remuneração para os funcionários baseados no Reino Unido.

	Pagamentos fixos	Benefícios	Bónus anual
Diretor Executivo do Grupo[a]	0%	118%[b]	n/a[c]
Média com base em funcionários do RU[d]	3,6%	Sem	(0,1)%

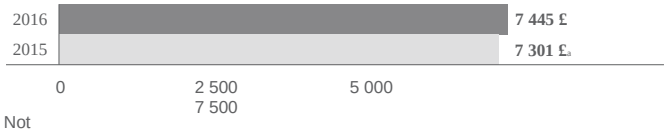
Notas
a Os valores de 2015 para o Chefe Executivo do Grupo são baseados no Chefe Executivo do Grupo, Jes Staley, e são convertidos em valores anuais a fim de proporcionar uma comparação significativa da variação ano-a-ano na remuneração do Chefe Executivo do Grupo e dos funcionários baseados no Reino Unido.
b O aumento percentual em benefícios para o Chefe Executivo do Grupo surge principalmente como resultado da deslocação em 2016. c O Chefe Executivo do Grupo não recebeu um bónus anual em 2015.
d Determinados grupos foram excluídos, para permitir uma comparação homogénea significativa.

Escolhemos os funcionários baseados no Reino Unido como grupo de comparação, uma vez que este é o grupo mais representativo para comparações de estrutura remuneração.

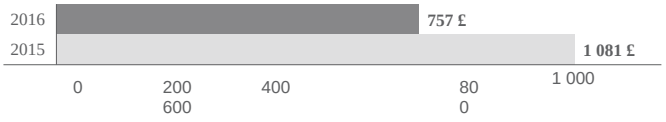
Importância relativa dos gastos com pagamentos

Abaixo é apresentada uma comparação ano-a-ano dos custos de compensações do Grupo e das distribuições aos acionistas.

Custos de compensações do Grupo (M£)



Dividendos aos acionistas (M£)



Not
a
a Os custos de compensações do Grupo em 2015 foram ajustados para excluir o impacto do ganho de 429M£ na valorização de um componente do passivo de benefício definido.

Governação: Relatório de remunerações

Relatório anual sobre as remunerações dos Diretores

Presidente e Diretores não-executivos

A remuneração dos Diretores não-executivos reflete as suas responsabilidades e o compromisso temporal, bem como o nível de honorários pagos a Diretores não-executivos de empresas representativas no Reino Unido comparáveis.

Presidente e Diretores não-executivos: Valor total único para os honorários em 2016 (auditado)

	Honorários		Benefícios		Total	
	2016 000 £	2015 000 £	**2016 000 £**	2015 000 £	**2016 000 £**	2015 000 £
Presidente						
John McFarlanea Sir	800	628	1	11	801	639
David Walkerb	–	285	–	6	–	291
Diretores Não-Executivos						
Mike Ashley	207	207	–	–	207	207
Tim Breedon	220	232	–	–	220	232
Mary Francisc	29	–	–	–	29	–
Crawford Gillies	195	178	–	–	195	178
Sir Gerry Grimstoned	250	–	–	–	250	–
Reuben Jeffery III	120	135	–	–	120	135
Wendy Lucas-Bulle	64	358	–	–	64	
Dambisa Moyo	135	152	–	–	135	152
Frits van Paasschenf	35	88	–	–	35	88
Diane de Saint Victor	118	135	–	–	118	135
Diane Schuenemangh	232	74	–	–	232	74
Steve Thiekeh	221	184	–	–	221	184
Sir Michael Rakei	–	250	–	–	–	250
Sir John Sunderlandj	–	60	–	–	–	60
Total	2 626	2 966	1	17	2 627	2 983

Os Diretores não-executivos são reembolsados pelas despesas incorridas por motivos de negócios. Qualquer imposto resultante destas despesas é pago pelo Barclays.

O Presidente recebe cobertura médica e o uso de um veículo da Empresa, com motorista, quando for necessário por motivos de negócios.

Notas
a John McFarlane juntou-se ao Conselho como Diretor não-executivo em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015 e como Presidente a partir de 24 de abril de 2015. O total de 2015 inclui taxas de Diretor não-executivo, no valor de 78 000 £, para o período de 1 de janeiro de 2015 a 24 de abril de 2015.
b Sir David Walker retirou-se do Conselho com efeito a partir do dia 23 de abril 2015.
c Mary Francis juntou-se ao Conselho como Diretora não-executiva, com efeito a partir de 1 de outubro de 2016.
d Sir Gerry Grimstone juntou-se ao Conselho como Diretor não-executivo a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e sucedeu a Sir Michael Raike como Diretor Superior Independente e Vice-Presidente, com efeito a partir da mesma data.
e Wendy Lucas-Bull retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 1 de março de 2016. Os valores incluem honorários recebidos por Wendy Lucas-Bull pelo seu cargo como Presidente do Barclays Africa Group Limited. f Frits van Paasschen retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 28 de abril de 2016.
g Diane Schueneman juntou-se ao Conselho como Diretora não-executiva, com efeito a partir de 25 de junho de 2015.
h Diane Schueneman e Steve Thieke formaram parte, em 2016, do Conselho de Avaliação de Governança nos Estados Unidos, um conselho de assessoria estabelecido como percursor do conselho da nossa sociedade intermédia gestora nos Estados Unidos, estabelecido em 2016. Ambos aderiram posteriormente ao Conselho da sociedade intermédia gestora nos EUA quando este foi formado. Os valores de 2015 para Diane Schueneman e Steve Thieke incluíram taxas de 37 500$ e 75 000$, respetivamente, pelos seus cargos no Conselho de Avaliação de Governança dos Estados Unidos. Os valores de 2016 incluem taxas no valor de 138.000$ e 150.000$, respetivamente, pelos seus cargos no Conselho de Avaliação de Governança nos Estados Unidos e no Conselho da sociedade intermédia gestora. Steve Thieke renunciou a taxas no valor de 63 000$.
i Sir Michael Raike retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 31 de dezembro de 2015. j Sir John Sunderland retirou-se do Conselho, com efeito a partir de 23 de abril de 2015.

Presidente e Diretores não-executivos: Declaração da implementação da política de remunerações em 2017

Abaixo são apresentados os honorários de 2017, sujeitos a uma revisão anual em linha com a política, para o Presidente e os Diretores não-executivos.

	1 de janeiro de 2017 000 £	1 de janeiro de 2016	Aumento percent
Presidentea	800	800	0
Vice-presidentea	250	250	0
Membro no Conselho	80	80	0
Responsabilidades acrescidas			
Diretor Superior Independente	30	30	0
Presidente da Auditoria do Conselho ou Comité de Remuneração do Conselho	70	70	0
Presidente do Comité de Risco do Conselho	70	60	17
Presidente do Comité de Reputação do Conselho	50	50	0
Membro da Auditoria do Conselho ou Comité de Remuneração do Conselho	30	30	0
Membro da Reputação do Conselho ou Comité de Risco do Conselho	25	25	0
Membro do Comité de Nomeações do Conselho	15	15	0

Notas
a O Presidente e o Vice-Presidente não recebem quaisquer outros honorários de responsabilidade adicionais para além dos respetivos honorários de Presidente e Vice-Presidente.
b Os honorários de base a pagar aos Diretores não-executivos foram aumentados pela última vez em maio de 2011. Foram feitas algumas revisões aos honorários adicionais a pagar ao Presidente do Comité do Conselho, para refletir o compromisso temporal e as responsabilidades.

Pagamentos a antigos Diretores

Ex-Diretor Geral do Grupo: Antony Jenkins

Antony Jenkins continuou a receber o salário base, benefícios RBP e contribuições para pensão até 7 de Julho de 2016 (a Data da Conclusão). O total de detalhes da sua elegibilidade para pagamento variável foi divulgado no relatório de Remunerações de Diretores de 2015 (página 101 do Relatório Anual 2015).

Ex-Diretor Financeiro do Grupo: Chris Lucas

Em 2016, Chris Lucas continuou a ser elegíveis para receber cobertura de seguro de vida, cobertura médica privada e pagamentos sob o Plano de Proteção do Rendimento de Diretores (EIPP). Todos os detalhes para a sua elegibilidade sob o EIPP foram divulgados no relatório de Remunerações de Diretores (página 115 do Relatório Anual 2013). Chris Lucas não recebeu qualquer outro pagamento ou benefício em 2016.

Interesses de ações e participações de Diretores

Interesses de ações e participações de Diretores Executivos (auditado)

A tabela em baixo mostra o valor de ações do Barclays detidas para benefício por Jes Staley e Tushar Morzaria em 20 de Fevereiro de 2017 que cumprem o requisito de, como mínimo, ações do Barclays com um valor 4 vezes superiores ao salário. Os atuais diretores executivos têm cinco anos a partir da sua data de posse para cumprir este requisito. No fecho de negócio a 20 de Fevereiro de 2017, o valor de mercado das ações ordinárias do Barclays era de 2,375£.

Jes Staley (£000)

Tushar Morzaria (000£

Interesses em ações do Barclays PLC (auditado)

A tabela em baixo mostra ações detida para benefício de todos os Diretores e ações sobre as quais Diretores executivos detêm prémios que estão sujeitos a termos em diferimento e/ou medidas de sempenho. As ações mostradas em baixo, que estão sujeitas a medidas de desempenho, são baseadas num número máximo de ações que poderão ser distribuídas.

		Não distribuíveis			
	Total propriedade	Sujeito a medidas de desempenho	Não sujeito a medidas de desempenho	Total a 31 de dezembro de 2016 (ou data de saída do concelho executivo, se anterior)	Total a 20 fevereiro 2017
Diretores Executivos					
Jes Staley Tushar	4.243.848	–	–	4.243.848	4.243.848
Morzaria	1.466.204	3.474.246	578.391	5.518.841	5.518.841
Presidente					
John McFarlane	46.852	–	–	46.852	46.852
Directores Não-Executivos					
Mike Ashley	65.290	–	–	65.290	65.290
Tim Breedon	29.755	–	–	29.755	29.755
Mary Francisa	7.600	–	–	7.600	7.600
Crawford Gillies	70.208	–	–	70.208	70.208
Sir Gerry Grimstone	103.288	–	–	103.288	103.288
Reuben Jeffery III	200.196	–	–	200.196	200.196
Wendy Lucas-Bullb	15.672	–	–	15.672	–
Dambisa Moyo	51.192	–	–	51.192	51.192
Frits van Paasschenc	23.681	–	–	23.681	–
Diane de Saint Victor	36.691	–	–	36.691	36.691
Diane Schueneman	16.004	–	–	16.004	16.004
Steve Thieke	55.073	–	–	55.073	55.073

Notas
a Mary Francis juntou-se ao Conselho como Diretora não-executiva, com efeito a partir de 1 de outubro de 2016.
b Wendy Lucas-Bull retirou-se do Conselho como um Diretor não-executivo com efeito a 1 de março de 2016 c Frits van Paasschen retirou-se do Conselho como um Diretor não-executivo com efeito a 28 de abril de 2016

Governação: Relatório de remunerações

Relatório anual sobre as remunerações dos Diretores

Comité de Remuneração do Conselho

O Comité de Remuneração do Conselho é responsável por monitorizar as remunerações conforme o descrito em baixo mais detalhadamente.

Termos de Referência

O papel do Comité consiste em:

- definir os princípios e parâmetros abrangentes da política de remuneração em todo o Grupo
- ponderar e aprovar os acordos de remuneração do (i) Presidente do Conselho, (ii) os Diretores Executivos, (iii) os membros do Comité Executivo do Grupo Barclays e quaiquer outros executivos especificados pelo Comité exporadicamente, e (iv) todos os outros empregados do Grupo cujas compensações totais anuais excedam um montante determinado pelo Comité exporadicamente (atualmente 2M£)
- proceder à fiscalização de matérias de remuneração.

O Comité tem em conta todos os aspetos da elaboração e operação da política de remuneração pare que uma abordagem coerente seja assegurada no que respeita a empregados. Como exercício desta responsabilidade, o Comité procura assegurar que a política avalia, entre outras coisas, o impacto de acordos de pagamento de cultura e todos os elementos da gestão de risco. O Comité também aprova fundos de incentivo para todos os principais negócios e funções, revê regularmente o planeamento e provisão dos benefícios de reforma e pondera e aprova medidas criadas para promover o alinhamento dos interesses dos acionistas e dos empregados. O Comité e os seu membros com outros Comités do Conselho conforme necessário, e está autorizado a selecionar a nomear os seu próprios consultores conforme necessário.

Os Termos de Referência podem ser consultados em home.barclays/corporateGovernação ou na Secretaria da Empresa mediante um pedido.

Presidente do Conselho e membros

O Presidente do Conselho e membros do Comité são os seguintes:

- Crawford Gillies, membro do Comité desde 1 de maio de 2014 e Presidente do Conselho desde 24 de abril de 2015
  Tim Breedon, membro do Comité desde 1 de dezembro de 2012
- Mary Francis, membro do Comité desde 1 de novembro de 2016
- Dambisa Moyo, membro do Comité desde 1 de setembro de 2015.

Antigos membros

Steve Thieke deixou o Comité a 1 de março de 2016, quando era membro do Comité desde 6 de fevereiro de 2014.

Todos os atuais membros são considerados independentes pelo Conselho.

Assiduidade do Comité de Remuneração em 2016

	Número de reuniões elegíveis a participar	Número de reuniões em que
Crawford Gillies	9	9
Tim Breedon	9	8
Mary Francis	2	2
Dambisa Moyo	9	9
Steve Thieke	3	3

O desempenho do Comité é avaliado todos os anos como parte da Avaliação da Eficiência do Conselho. A avaliação de dezembro de 2016 concluiu que os membros do Conselho têm a total confiança na eficiência e rigor do Comité. Os detalhes completos da avaliação da Eficiência do Conselho podem ser consultados na página 81.

Consultores do Comité de Remuneração

Até fevereiro de 2016, o Comité era aconselhado por Willis Towers Watson. O Comité está satisfeito com o facto dos pareceres proporcionados por Willis Towers Watson ao Comité foi independente e objetivo. Willis Tpwers Watson é signatário, e a sua nomeação como consultor do Comité dependeu da condição dessa assinatura, do Código de Conduta UK para consultores executivos remunerados.

Durante o resto de 2016, o Comité decidiu não recorrer a consultores independentes. Apesar disso, Willis Towers Watson continuou a fornecer ao Comité com dados de mercado com compensação aquando da ponderação de níveis de incentivo e pacotes de remuneração.

Os honorários para o trabalho do Comité foram calculados numa base tempo/custo e Willis Towers Watson foi pago um total de 48.00£ (excluindo IVA) em honorários pelos seus serviços de consultoria ao Comité em 2016, relacionados com os Diretores Executivos (tanto exclusivamente como juntamente com outros empregados dentro dos Termos de Referência do Comité).

Willis Towers Watson também presta consultoria sobre pensões, saúde e provisão de benefícios, assistência e suporte tecnológico para inquéritos internos e gestão de desempenho, e dados de remuneração para o Grupo. Willis Towers Watson também fornece consultoria sobre pensões e serviços administrativos ao Barclays Bank UK Retirement Fund.

No decurso das suas deliberações, os Comité também tem em consideração os pontos de vista do Diretor Geral do Grupo, do Diretor de Recursos Humanos do Grupo e o Diretor de Recompensas e Desempenho do Grupo. O Diretor Financeiro do Grupo e o Diretor de Risco fornecem atualizações regulares sobre o desempenho financeiro do Grupo e de negócios e o perfil de risco do Grupo, respetivamente.

Nenhum empregado do Barclays ou Diretor participa em discussões com, ou decisoões sobre, o Comité relativo à sua remuneração. Nenhum outros consultor prestou serviços significativos ao Comité este ano.

Atividades do Comité de Remuneração em 2016
É a seguir apresentado um resumo das atividades co Comité durante 2016 e nas reuniões de janeiro e fevereiro de 2017, nas quais as decisões sobre as remunerações de 2016 foram finalisadas.

Reunião	Questões de pagamento fixas ou variáveis	Governação, risco e outras questões
janeiro 2016	propostas ao incentivo de financiamento de 2015	■ Atualizações Financeiras e de Risco
fevereiro 2016 (Duas reuniões)	• Aprovou os pagamentos fixos de 2016 do Diretores e executivos seniores • Aprovou os prémios anuais de 2016 dos Diretores executivos medidas de desempenho • Aprovou os orçamentos de pagamentos fixos do Grupo para 2016 • Aprovou o financiamento de incentivo final de 2015 • Aprovou propostas para os prémios dos Diretores excutivos e excutivos seniores de 2015 e os prémios LTIP para Diretores executivos de 2016	■ Relatório de remuneração de 2015 aprovado ■ Atualizações Financeiras e de Risco, incluindo ajustamento de risco ex ante ■ Nomeação do consultor Independente do Comité ■ Atualizações na contagem e desgaste de empregados ■ Considerações dos resultados da avaliação de eficiência do Comité de 2015
junho 2016	• Abordagem em diferido do Barclays • Impacto da restruturação corporativa na remuneração do Diretor executivo e dos membros do Comité Executivo do Grupo	■ Avaliação da política de remuneração dos Diretores ■ Atualização da Reforma Estrutural
julho 2016		■ Avaliação da remuneração geral do Barclays Filosofia Avaliação da política de remuneração dos Diretores
setembro 2016 (reuniões conjuntas com o Comité de Nomeções)	• Aprovou a nomeação e remuneração de Tim Throsby acordos	
outubro 2016		■ Avaliação da política de remuneração dos Diretores
novembro 2016	• projeções de financiamento de incentivo em 2016, includindo ajustamentos de risco • Medidas de desempenho LTIP de 2017	■ Avaliação anual dos Termos de Referência do Comité ■ Atualizações Financeiras e de Risco ■ Atualizações na contagem e desgaste de empregados ■ Planeamento de envolvimento salarial do acionista de 2016
dezembro 2016	• Considerações iniciais sobre prémios de executivos seniores em 2016 e pagamentos fixos em 2017 • Medidas de desempenho LTIP de 2017 • propostas de financiamento de incentivo em 2016, includindo ajustamentos de risco	■ Avaliação da remuneração dos Diretores em projeto política ■ Atualizações Financeiras e de Risco ■ Atualizações na contagem e desgaste de empregados
janeiro 2017	• propostas de financiamento de incentivo em 2016, includindo ajustamentos de risco • propostas de prémios para executivos seniores em 2016 • Abordagem em diferido do Barclays	■ Atualizações Financeiras e de Risco
fevereiro 2017	• Aprovou os pagamentos fixos de 2017 do Diretores e executivos seniores • Aprovou os prémios anuais de 2017 dos Diretores executivos • medidas de desempenho • Aprovou os orçamentos de pagamentos fixos do Grupo para 2017 • Aprovou financiamento de incentivo final em 2016, includindo ajustamentos de risco • Aprovou propostas para os prémios dos Diretores excutivos e excutivos seniores de 2016 e os prémios LTIP para Diretores executivos de 2017	■ Relatório de remuneração de 2016 aprovado ■ Atualizações Financeiras e de Risco ■ Atualizações na contagem e desgaste de empregados

Itens recorrentes: atualizações de mercados e acionistas, incluindo PRA/FCA, Reserva Federal dos EUA e outras questões de regulamentação; atualizações de reuniões do Painel de Avaliação de Remuneração; operação do Quadro de Controlo do Comité sobre contratação, retenção e cessação; e atualizações de desempenho LTIP.

Declaração de voto na Assembleia Geral Anual

A tabela em baixo mostra o resultado da votação no que respeita aos nosso acordos de remuneração na AGA que teve lugar a 28 de Abril de 2016 e o último voto da política na AGA que teve lugar a 24 de Abril de 2014:

	A Favor % de votos Número	Contra % de votos Número	Abstenções Número
Caráter consultivo no relatório de Remuneração de 2015	93,60% 11.351.168.552	6,40% 776.042.467	83.768.745
Caráter vinculativo da política de remuneração dos	93,21% 9.936.116.114	6,79% 723.914.712	154.598.278

Governação: Relatório de remunerações

Informações adicionais relativas à remuneração

Esta secção contem informações voluntárias sobre os níveis de remuneração para os nosso oito executivos seniores mais bem pagos, níveis de remuneração de empregados no Grupo barclays e planos acionistas em dívida e prémios LTIP para os nossos Diretores executivos.

Remuneração total dos oito executivos seniores mais bem pagos abaixo do nível do Conselho em 2016
A tabela em baixo mostra a remuneração dos oito executivos seniores mais bem pagos abaixo do nível do Conselho que eram Pessoal de Gestão Principal em 2016.

Oito executivos seniores mais bem pagos abaixo do nível do Conselho

	1 2016 000 £	2 2016 000 £	3 2016 000 £	4 2016 000 £	5 2016 000 £	6 2016 000 £	7 2016 000 £	8 2016 000 £
Pagamento Fixo, (salário e o PBF)	1.813	1.500	1.974	1.925	1.250	1.300	1.170	1.049
Prémios em numerário do ano atual	200	200	200	200	200	190	198	105
Prémios em ações do ano atual	200	200	200	200	200	190	198	105
Prémios em numerário diferido	2.233	1.125	813	825	375	285	297	158
Prémios em ações diferidas	2.233	1.125	813	825	375	285	297	158
Total de remunerações	**6.679**	**4.150**	**4.000**	**3.975**	**2.400**	**2.250**	**2.160**	**1.575**

Total de remunerações de empregados do Grupo Barclays
A tabela em baixo mostra o número de empregados no Grupo Barclays em 2015 e 2016 em faixas como referência ao total de remunerações. O total de remunerações agrega o salário, RBP, outras contribuições, prémios e o valor por prémio de prémios LTIP.

Total de remunerações de empregados do Grupo Barclays

	Número de colaboradores		
	2016	2015	2015
Faixa de Remuneração		Moeda constante	Real
0£ a 25.000£	33.989	38.457	39.720
25.001£ a 50.000£	22.927	25.220	25.153
50.001£ a 100.000£	17.063	18.869	18.885
100.001£ a 250.000£	9.098	10.047	9.210
250.001£ a 500.000£	2.093	2.367	2.181
500.001£ a 1.000.000£	771	879	740
1.000.001£ a 2.500.000£	307	309	264
2.500.001£ a 5.000.000£	46	51	50
Acima de 5.000.000£	11	9	5

O Barclays é um negócio global. Dos empregados a ganhar acima de 1M£ como remuneração total em 2016 na tabela em cima, 63% estão baseados nosEUA, 32% ino Reino Unido, e 5% no resto mundo.

O número de funcionários remunerados acima do 1M£ desceu ligeiramente ano a ano, numa base monetária constante (364 em 2016, 369 em 2015).

Plano acionista em dívida e prémios LTIP (auditado)

Plano	Número de ações sob prémio a 1 de janeiro 2016 (máximo)	Número de ações prémios no ano (máximo)	Preço de mercado data de	Número de ações distribuídas	Preço de mercado na data de	Número de ações sob prémio a 31 de 2016 (máximo)	Valor da publicaçã 000£	Final de período de desempenho em primeiro data de	Agendado em data de
Jes Staley									
Plano de Valorização de Ações de 2015	896.450	–	2.34£	896.450	1,65 £	–	1.479	–	–
Tushar Morzaria									
LTIP do Barclays 2014-2016	1.375.811	–	2,31 £	–	–	1.375.811	–	Em 31-12-2016	Em 08-03-2017
LTIP do Barclays 2015-2017	828.402	–	2,54£	–	–	828.402	–	Em 31-12-2017	Em 05-03-2018
LTIP do Barclays 2016-2018	–	1.270.033	1,65 £	–	–	1.270.033	–	Em 31-12-2018	Em 04-03-2019
Plano de Valorização de Ações de 2013	322.440	–	2,51£	243.616	1,65£	78.824	402	Em 17-03-2014	Em 05-03-2018
Plano de Valorização de Ações de 2014	206.372	–	2,31£	103.186	1,65£	103.186	170	Em 16-03-2015	Em 08-03-2017
Plano de Valorização de Ações de 2015	213.017	–	2,54£	71.005	1,65£	142.012	117	Em 14-03-2016	Em 05-03-2018
Plano de Valorização de Ações de 2016	–	254.369	1,65£	–	–	254.369	–	Em 06-03-2017	Em 04-03-2019

Os interesses demonstrados na tabela em cima são o número máximo de ações do Barclays que poderão ser recebidas em cada plano. Diretores Executivos não Pagam por nenhum plano acionista ou prémios LTIP. Nenhuma ação perdeu a validade durante 2016.

Jes Staley recebeu 19.846 ações equivalentes a dividendos de prémios SVP publicados em 2016 e Tushar Morzaria recebeu 27.503 ações equivalentes a dividendos em prémios SVP publicados em 2016.

Análise de risco

A gestão de risco é um determinante crítico para a execução da estratégia do Barclays. Os riscos e incertezas materiais que o Grupo enfrenta em todos os seus negócios e carteiras são áreas-chave do foco da gestão.

Para uma descrição mais detalhada da nossa abordagem de Gestão de Risco e do nosso Desempenho de Risco, consulte as páginas 163 a 236. As exposições ao risco do Barclays são apresentadas no Relatório Anual e Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

		Relatório Anual	Relatório Pilar 3
Riscos materiais existentes e emergentes			
Conhecimento sobre o nível de risco nos nossos negócios e carteiras, os riscos materiais existentes e emergentes e as incertezas que enfrentamos, e as áreas-chave de foco da gestão.	■ Riscos materiais existentes e emergentes com um potencial impacto em mais do que um Risco Principal	137	n/a
	■ Risco de crédito	139	n/a
	■ Risco de mercado	141	n/a
	■ Risco de capital e tesouraria	141	n/a
	■ Risco operacional	142	n/a
	■ Risco de modelo	143	n/a
	■ Risco de conduta	143	n/a
	■ Risco de reputação	144	n/a
	■ Risco jurídico	144	n/a
Gestão de risco			
Visão geral da abordagem do Barclays na gestão de risco. Uma visão geral detalhada, juntamente com informações mais específicas sobre as políticas que o Grupo considera serem de particular importância no atual ambiente operacional podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC ou em Barclays.com.	■ Estratégia de gestão de risco	146	110
	■ Gestão de risco de crédito	149	119
	■ Gestão de técnicas de mitigação do risco de crédito e do risco de crédito de contraparte150	135	
	■ Gestão de risco de mercado	151	138
	■ Gestão de exposições à titularização	n/a	146
	■ Gestão de risco de capital e tesouraria	152	150
	■ Gestão de risco operacional	157	158
	■ Gestão de risco de modelo	159	162
	■ Gestão de risco de conduta	160	164
	■ Gestão de risco de reputação	161	166
	■ Gestão de risco jurídico	162	168
Desempenho de risco			
Risco de crédito: O risco de sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos clientes ou contrapartes de mercado do Grupo não cumprirem as suas obrigações contratuais.	■ Visão geral do risco de crédito	166	32
	■ Análise do balanço	166	n/a
	■ Análise da exposição máxima, garantias e outras melhorias de crédito detidas	167	47
	■ A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito	169	48, 51
	■ Análise da concentração do risco de crédito	171	41, 43
	■ Exposição a países da zona Euro	172	n/a
	■ Empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos	175	n/a
	■ Análise de carteiras e tipos de ativos específicos	176	n/a
	■ Análise de empréstimos problemáticos	180	61
	■ Tolerância	182	n/a
	■ Imparidade	186	61
Risco de mercado: O risco de uma redução de ganhos ou capital devido à volatilidade das posições da carteira de negociação ou uma incapacidade de cobrir o balanço da carteira bancária	■ Visão geral de risco de mercado e medidas no Grupo	191	81
	■ Vista do balanço das carteiras de negociação e de operações bancárias	192	82
	■ Risco de mercado negociado	193	83
	■ Esforços de cenários de negócio	194	83
	■ Análise de medidas regulamentares	194	84
	■ Requisitos de capital para o risco de mercado	n/a	85
	■ Risco de mercado não negociado	195	86
	■ Capital económico	196	87
	■ Risco de câmbio	197	88
	■ Análise do risco de pensão	198	90
Risco de Financiamento - Capital: O risco de que o Grupo seja incapaz de manter rácios de capital adequados.	■Visão geral de risco de capital e requisitos de capital mínimo regulamentar e alavancagem	202	n/a
	■ Recursos de capital	203	n/a
	■ Ativos ponderados pelo risco	205	n/a
	■ Rácio de alavancagem e exposições	206	28
Risco de financiamento – Liquidez: O risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes para lhe permitir cumprir as suas obrigações à medida que se vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo.	■ Visão geral de testes de liquidez e testes de esforço	209	152
	■ Fundo de liquidez	211	152
	■ Estrutura de financiamento e relações de financiamento	212	n/a
	■ Financiamento de depósitos	*212*	n/a
	■ Financiamento grossista para o Grupo	213	n/a
	■ Financiamento a prazo	215	n/a
	■ Oneração	215	175
	■ Notações de crédito	219	n/a
	■ Gestão de liquidez no Grupo BAGL	220	n/a
	■ Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros	220	n/a

Desempenho de risco (continuação)

		Relatório Anual	Relatório Pilar 3
Risco operacional: O risco de impactos diretos ou indiretos resultantes de fatores humanos, processos internos fracassados ou inadequados e de sistemas ou eventos externos.	▪ Visão geral de risco operacional	226	105
	▪ Resumo do desempenho no período	226	106
	▪ Perfil de risco operacional	226	107
Risco de conduta: É o risco de que sejam causados prejuízos aos nossos clientes, contrapartes ou ao Barclays e aos seus colaboradores devido a um julgamento inapropriado na execução das nossas atividades comerciais.	▪ Medida de reputação da conduta	227	n/a
	▪ Visão geral de risco de conduta	228	n/a
	▪ Resumo do desempenho	228	n/a
Supervisão e regulamentação: As operações do Grupo, incluindo das suas agências, sucursais e associados no estrangeiro, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentos que são uma condição para a autorização de efetuar atividades bancárias e serviços financeiros.	▪ Supervisão do Grupo	229	n/a
	▪ Desenvolvimentos regulamentares globais	230	n/a
	▪ Regulamentação nos EUA e no RU	230	n/a
	▪ Regulamentação nos EUA	233	n/a
	▪ Desenvolvimentos regulamentares nos EUA	235	n/a
	▪ Desenvolvimentos na reforma estrutural	236	n/a

Relatório Pilar 3

Contém informações exaustivas sobre o risco bem como a gestão de capital.	▪ Resumo detalhado do perfil de risco e de capital	n/a	3
	▪ Notas sobre a base de preparação	n/a	5
	▪ Âmbito de aplicação das regras de Basileia	n/a	6
Análise da posição de capital e de risco: Fornece uma análise detalhada da adequação de capital regulamentar do Barclays e a sua relação com a gestão de risco do Barclays.	▪ Recursos de capital, requisitos e comparativas CRD IV do Grupo	n/a	15
	▪ Análise de risco de crédito	n/a	32
	▪ Análise de risco de crédito de contrapartes	n/a	67
	▪ Análise de ajuste do valor de crédito	n/a	79
	▪ Análise de risco de mercado	n/a	80
	▪ Análise de exposições de titularização	n/a	92
	▪ Análise de risco operacional	n/a	105

Análise de risco

Riscos materiais existentes e emergentes

Análise de riscos materiais existentes e emergentes

Esta secção descreve os riscos materiais em que a direção de topo presta uma atenção particular e acredita poderem fazer com que os resultados futuros das operações, situação financeira e perspetivas do Grupo difiram materialmente das expetativas atuais.

Para mais informações sobre as principais políticas de risco subjacentes às exposições de risco, consulte as informações qualitativas baseadas em políticas consolidadas no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC. Um resumo destas informações pode ser encontrado neste relatório, na secção “Gestão de risco”, entre as páginas 146 e 162.

Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo

Esta secção descreve os riscos materiais em que a direção de topo presta uma atenção particular e acredita poderem fazer com que os resultados futuros das operações, situação financeira e perspetivas do Grupo difiram materialmente das expetativas atuais. Estas expetativas incluem a capacidade de pagar dividendos, manter os níveis adequados de capital e cumprir as metas de capital e rácio de alavancagem, e alcançar os compromissos declarados, conforme descrito no Relatório Estratégico. Além disso, os riscos relacionados com o Grupo que não são atualmente conhecidos ou que são atualmente considerados imateriais, podem individualmente ou cumulativamente ter o potencial de afetar significativamente os resultados futuros das operações, situação financeira e perspetivas do Grupo.

Os riscos materiais e o seu impacto são descritos abaixo em duas secções: i) riscos que a direção de topo acredita poderem afetar mais do que um Risco Principal; e ii) riscos que a direção de topo acredita poderem afetar um único Risco Principal. Um risco emergente é um risco que tem o potencial para ter um efeito negativo significativo na performance do Grupo, mas atualmente o resultado e o horizonte temporal para a cristalização do seu possível impacto é mais incerto e difícil de prever do que para outros fatores de risco que não são identificados como riscos emergentes. O ERMF foi aprovado pelo Conselho em dezembro de 2016. Isto inclui uma taxonomia de risco revista, composta por oito Riscos Principais (o Risco do Modelo, o Risco de Reputação e o Risco Jurídico não foram anteriormente classificados como Riscos Principais). Mais detalhes sobre o ERMF e os Riscos Principais podem ser encontrados na página 146.

Mais detalhes sobre a gestão de risco podem ser encontrados na Abordagem do Barclays à Gestão de Risco no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Riscos materiais existentes e emergentes que podem afetar mais do que um Risco Principal

i) Reforma estrutural

A Lei dos Serviços Financeiros (Reforma Bancária) do Reino Unido de 2013 (a Lei da Reforma Bancária do Reino Unido) e a legislação secundária e normas regulamentares associadas exigem que todos os bancos que aceitam depósitos do RU com mais de 25mM£ de depósitos (de indivíduos a pequenas empresas) separem determinadas atividades bancárias do dia-a-dia (por ex., aceitação de depósitos) oferecidas a clientes de retalho e pequenas empresas de outros serviços da banca de investimento e grossista.

Através da criação do banco delimitado (*ring-fence*) do Barclays, o Grupo garantirá que os principais depósitos colocados no Espaço Económico Europeu (EEE) estão circunscritos para cumprir as exigências da legislação até 2019. A implementação destas alterações envolve uma série de riscos que inclui:

- O Grupo deve reestruturar os seus acordos de capital intra-grupo e externo, acordos de financiamento e de liquidez para cumprir os requisitos regulamentares e apoiar as necessidades de negócio. As alterações terão impacto nas fontes de financiamento disponíveis para as diferentes entidades, incluindo a prevenção do acesso de bancos não delimitados a determinadas categorias de fundos de depósito.
  Estas alterações podem resultar em custos de financiamento mais elevados.
- As alterações na estrutura do Grupo podem ter um impacto negativo na avaliação realizada pelas agências de notação de crédito e pelos credores. O perfil de risco e os principais impulsionadores de risco do banco delimitado e do banco não delimitado serão específicos para as atividades e perfil de risco de cada entidade. Consequentemente, é provável que entidades do Grupo diferentes sejam avaliadas de forma diferente, o que pode resultar em diferenças nas notações de crédito.
  As alterações na avaliação de crédito ao nível do Grupo ou da entidade individual, incluindo o potencial de reduções nas notações e diferenças nas notações entre entidades, podem afetar o acesso e custo de determinadas fontes de financiamento.
- A implementação de delimitação introduz uma série de riscos de execução. A mudança de tecnologia pode resultar em falhas ou erros operacionais. O desafio jurídico para o esquema de transferência "*ring-fence*" pode atrasar a transferência dos ativos e dos passivos para o banco delimitado. Em particular, a configuração da Empresa de Serviços do Grupo (*Group Service Company*) como uma entidade jurídica separada que atende a ambas as entidades comerciais (ou seja, o banco delimitado e o banco não delimitado) exigirá que uma série de acordos a nível de serviços intra-grupo sejam estabelecidos e acordados entre a Empresa de Serviços do Grupo e as entidades comerciais, e exigirá que o Grupo defina uma nova abordagem para gerir, financiar e fornecer as atividades que serão prestadas por esta entidade. O fornecimento atrasado pode aumentar o risco de reputação ou resultar em incumprimento regulamentar.
  A incerteza da preferência do cliente (para o posicionamento no banco delimitado ou não delimitado) pode resultar em alterações no desenho e nos planos de implementação.
- A nível europeu, a regulamentação das reformas estruturais continua em desenvolvimento, tal como salientado na proposta da União Europeia, emitida em novembro de 2016, para as sociedades intermediárias gestoras de participações sociais. O impacto das regras finais nas unidades de negócio do Barclays deve ser avaliado assim que a regulamentação europeia estiver concluída. As regras finais terão de ser consideradas juntamente com as implicações do Referendo da UE. A data de implementação destas propostas dependerá da data de aprovação de qualquer legislação final.
- Existe o risco de o Barclays não cumprir os requisitos regulamentares em toda a nova estrutura. O não cumprimento destes requisitos poderá ter um impacto negativo na rentabilidade, na flexibilidade operacional, na flexibilidade de implantação do capital e do financiamento, na rendibilidade dos capitais próprios, na capacidade de pagamento de dividendos, nas notações de crédito e/ou na situação financeira do Grupo.

ii) Condições empresariais, economia geral e questões geopolíticas

O desempenho do Grupo poderá ser adversamente afetado em relação a mais de um Risco Principal através de uma economia global fraca ou em deterioração, ou instabilidade política. Estes fatores também podem ocorrer num ou mais dos principais países de atuação do Grupo.

O Grupo oferece uma vasta gama de serviços, incluindo aos clientes retalhistas, institucionais ou governamentais, em vários países. A amplitude destas operações significa que a deterioração do ambiente económico ou o aumento da instabilidade política nos países onde o Grupo está ativo, ou em qualquer outra economia sistematicamente importante, pode afetar negativamente o desempenho e as perspetivas do Grupo.

Para o Grupo, a deterioração das condições nos seus principais mercados pode afetar o desempenho de várias formas, incluindo, por exemplo: (i) a deterioração da confiança de negócios, de consumidores ou de investidores, conduzindo à redução dos níveis de atividade de um cliente ou, indiretamente, a um impacto material adverso no crescimento do PIB em mercados significativos e, portanto, no desempenho do Grupo; (ii) níveis mais elevados de taxas de incumprimento e imparidade; (iii) perdas de mercado em carteiras de negociação resultantes de alterações em fatores, tais como notações de risco, preços de ações e solvência de contrapartes; e (iv) níveis mais baixos de investimento em ativos fixos e de crescimento da produtividade no geral.

O crescimento mundial deverá manter-se modesto em 2017, com baixo crescimento de um dígito nas economias avançadas a par de um abrandamento nos mercados emergentes. Este desempenho económico moderado, os preços mais baixos das mercadorias e o aumento das tensões geopolíticas significa que a distribuição de riscos para a atividade económica global continua a ser desviada no sentido descendente.
Os preços das mercadorias, em particular, os preços do petróleo, mantêm-se em deprimidos, mas podem cair ainda mais se o crescimento da procura continuar fraco ou a oferta demorar mais tempo do que o previsto a ajustar. Ao mesmo tempo, os países com alta dependência de receitas provenientes das matérias-primas já sofreram um aperto das condições financeiras. Um período sustentado de preços baixos arrisca desencadear maior angústia financeira, incumprimento e contágio para os nossos clientes, os seus fornecedores e as comunidades locais, e perdas resultantes para o Barclays.

Além disso, o sentimento face os mercados emergentes como um todo continua a ser impulsionado em grande parte pelos desenvolvimentos na China, onde há uma grande preocupação à volta da capacidade das autoridades gerirem o crescimento enquanto transitam para serviços. Uma desaceleração mais forte do que o esperado pode acontecer se as autoridades não conseguirem controlar adequadamente o fim do investimento e crescimento liderado pelo crédito, enquanto as consequências de uma desaceleração mais rápida fluirão através dos canais financeiros e comerciais para outras economias e afetarão os mercados de mercadorias.

Embora o aperto da política monetária pela Reserva Federal dos EUA não tenha sido tão acentuado como o esperado durante 2016, espera-se um aumento moderado da atividade em 2017, a crescente divergência de políticas entre as principais economias avançadas arrisca desencadear uma maior volatilidade nos mercados financeiros. As mudanças nas expetativas de taxa de juro poderiam impulsionar mais volatilidade e valorização do dólar americano, especialmente se a Reserva Federal dos EUA aumentasse as taxas de juro mais rapidamente do que o esperado pelos mercados. Os mercados emergentes já assistiram a um crescimento lento na sequência do aumento das saídas de capital, mas o crescimento pode desacelerar ainda mais se uma política de taxas de juro dos EUA mais apertada impulsionar a reafectação do capital.

Análise de risco

Riscos materiais existentes e emergentes

Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo

Em vários países, as reversões dos afluxos de capitais, assim como a austeridade fiscal, já causaram deterioração na estabilidade política. Isto pode ser exacerbado por um novo aumento da volatilidade dos preços de ativos ou da pressão sustentada nas finanças públicas. Além disso, as tensões geopolíticas em algumas áreas do mundo, incluindo o Médio Oriente e Europa Oriental já são acentuadas e estão em risco de uma maior deterioração.

Nos EUA, espera-se que a plataforma de políticas da nova administração seja esclarecida no início de 2017. Existe a possibilidade de alterações significativas nas políticas em setores, incluindo o comércio, a saúde e as mercadorias, que podem ter impacto nas carteiras do Barclays associadas. As alterações propostas nas políticas (incluindo reduções nos impostos e gastos significativos em infraestruturas) provavelmente resultarão num maior crescimento global, reforçando ainda mais a mudança para a deflação global. As alterações políticas podem aumentar a incerteza quanto às tendências de regulamentação, tanto nos EUA como na UE.

No Reino Unido, o voto a favor da saída da UE deu origem a incertezas políticas, com consequências para o investimento e para a confiança. Ver vi) Referendo sobre a saída do Reino Unido da UE na página 139.

iii) Mudança e risco de execução

O Grupo continua a impulsionar mudanças nas suas capacidades funcionais e no ambiente operacional para permitir que o negócio explore as tecnologias emergentes e digitais e melhore a experiência do cliente, incorporando melhorias nos requisitos regulamentares, realinhamento estratégico e mudanças no modelo de negócio. A complexidade, o ritmo crescente e o volume de mudanças simultaneamente em curso significam que há um risco de execução aumentado e potencial para que a mudança não seja entregue ao plano.

A incapacidade de gerir adequadamente este risco pode resultar em perturbações e interrupções prolongadas, perda financeira, prejuízo para o cliente, responsabilidade jurídica, potencial censura regulamentar e danos à reputação.

iv) Riscos decorrentes da regulamentação da indústria de serviços financeiros

A indústria de serviços financeiros continua a ser o foco de alteração significativa de regulação e controlo, o que pode afetar negativamente os negócios do Grupo, o desempenho financeiro e as estratégias de gestão de capital e de riscos. Para mais informações sobre os regulamentos que afetam o Grupo, incluindo os desenvolvimentos regulamentares significativos, consulte a secção sobre Supervisão e Regulamentação na página 229.

a) Alterações regulamentares

O Grupo, em comum com grande parte da indústria de serviços financeiros, continua sujeito a níveis significativos de alteração regulamentar e crescente escrutínio em muitos dos países em que opera (incluindo, em particular, o Reino Unido e os EUA). Isto levou a uma abordagem mais intensiva à supervisão e fiscalização, aumento de expetativas e melhoria de requisitos. Como resultado, o risco regulamentar continuará a merecer a atenção da direção de topo e consumirá níveis significativos dos recursos empresariais. Para além disso, esta abordagem mais intensiva e as exigências reforçadas, incerteza e extensão da coordenação regulamentar internacional como normas de supervisão reforçadas desenvolvidas e implementadas podem afetar negativamente a atividade, as estratégias de gestão de capital e de riscos do Grupo e/ou pode resultar na decisão do Grupo em modificar a sua estrutura de entidade jurídica, estruturas de capital e financiamento e misturas de negócio, ou abandonar certas atividades comerciais no seu total ou determinar não se expandir em áreas apesar do seu potencial atrativo.

b) Alterações a requisitos prudenciais, incluindo alterações à CRD IV

Os resultados do Grupo e a capacidade de realizar os seus negócios podem ser afetados negativamente por alterações ou adições às expetativas prudenciais e de supervisão, incluindo em relação a eventuais requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis, requisitos de alavancagem ou de liquidez, amortecedores e/ou complementos aplicáveis a tais exigências mínimas e metodologias de cálculo de ativos ponderados pelo risco (RWA), todas as que possam ser fixadas periodicamente pelas autoridades internacionais, da UE ou nacionais (incluindo, por exemplo, através de alterações propostas ao quadro da CRD IV).

As alterações a, ou as expetativas prudenciais e de supervisão adicionais, individualmente ou em conjunto, podem levar a requisitos inesperados adicionais em relação aos rácios de capital, alavancagem, liquidez e financiamento do Grupo ou alterar a forma como tais rácios são calculados. Isto pode resultar, entre outras, numa necessidade de mais ações de gestão para cumprir os requisitos alterados, tais como: aumento de capital ou recursos de liquidez, redução da alavancagem e dos ativos ponderados pelo risco; modificar a estrutura da entidade jurídica (incluindo no que diz respeito à emissão e implantação de capital e financiamento para o Grupo); alterações na combinação de negócios do Grupo ou abandonar outros negócios; e/ou realização de outras ações destinadas a reforçar a posição do Grupo. Consulte Risco de capital e Tesouraria na página 152 e Supervisão e Regulamentação na página 229 para mais informações.

c) Reformas na infraestrutura de mercado

A infraestrutura do mercado financeiro está sujeita a uma regulamentação extensiva e crescente em muitos dos mercados do Grupo. O mercado de derivados tem sido alvo de especial atenção em todos os países do G20, exigindo a compensação de derivados normalizados e o ajustamento de margens obrigatórias de derivados não compensados. Em termos mais gerais, a diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros na Europa (MiFID II) reformulará fundamentalmente o enquadramento da infraestrutura de mercado, o Regulamento de Índices de Referência regulará a utilização de referências na UE e a regulamentação que rege as Centrais de Depósitos de Títulos aumentará as exigências para os participantes nos mercados financeiros.

É possível que estes regulamentos adicionais, e as despesas e requisitos relacionados, aumentem o custo e, portanto, afetem a intenção de participar nos mercados financeiros.

d) Planeamento da recuperação e resolução

Nos últimos anos, tem havido um forte foco regulamentar na "resolubilidade" dos reguladores a nível global, e o Barclays continua a trabalhar com as autoridades relevantes para identificar e resolver potenciais impedimentos à resolubilidade do Grupo. Como parte deste trabalho, é exigido ao Grupo que apresente propostas de Plano de Recuperação e Resolução (PRR) aos reguladores do Reino Unido, dos EUA e da África do Sul que descrevam a estratégia de recuperação e resolução rápida e ordenada do Barclays. Estas apresentações são avaliadas pelos reguladores com base em métricas qualitativas e quantitativas, cujos detalhes se podem tornar mais rigorosos ao longo do tempo.

Se as autoridades competentes de qualquer jurisdição determinarem; em última instância, que um plano de resolução não era credível ou não facilitaria uma resolução ordenada, o Barclays ou as suas subsidiárias poderiam ser sujeitos a requisitos de capital, de alavancagem ou de liquidez mais rigorosos, ou restrições ao crescimento, atividades ou operações. As possíveis alterações estruturais que possam ser necessárias para fazer face a tal determinação podem ter um impacto negativo na posição financeira ou competitiva, ou nos resultados das operações do Grupo, bem como aumentar o risco de o Grupo não conseguir manter os rácios prudenciais adequados ou ser impedido de fazer contribuições intra-grupo ou de capital externo.

e) Testes de esforço

O Grupo e alguns dos seus membros estão sujeitos a exercícios de testes de esforço de supervisão em várias jurisdições. Estes exercícios incluem atualmente os programas do BoE, do EBA, da FDIC, do FRB e do SARB. Estes exercícios visam avaliar a resiliência dos bancos a desenvolvimentos económicos ou financeiros adversos e garantir que têm processos de gestão de capital e liquidez robustos e orientados para o futuro que representem os riscos associados ao seu perfil de negócio.
A avaliação por parte dos reguladores é tanto quantitativa como qualitativa, sendo esta última centrada no modelo de negócio do Grupo ou de alguns dos seus membros, na disponibilização de dados, na capacidade dos testes de esforço e nos processos e controlos de gestão interna. Os requisitos dos testes de esforço aos quais o Grupo e os seus membros estão sujeitos tornam-se cada vez mais rigorosos, inclusive nos EUA, onde as operações recém subconsolidadas e as sociedades intermediárias gestoras de participações sociais (IHC) serão submetidas a testes de esforço e examinadas no âmbito do programa CCAR anual do FRB, pela primeira vez em 2017. O não cumprimento dos requisitos dos testes de esforço regulamentares, ou a incapacidade dos reguladores em aprovar os resultados dos testes de esforço e os planos de capital do Grupo, podem levar o Grupo a aumentar sua posição de capital, limitar distribuições de capital ou colocar capital em subsidiárias específicas. Para mais informações sobre os testes de esforço, consulte a secção Supervisão e Regulamentação na página 229.

v) Ação regulamentar no caso de insolvência de um banco

Conforme descrito na seção "Supervisão do Grupo, Regulamentação na UE e desenvolvimentos de Recuperação e Resolução no Reino Unido" na página 231, as autoridades de resolução do Reino Unido têm o direito, em determinadas circunstâncias, de intervir no Grupo de acordo com os poderes de estabilização e resolução concedidos pela Lei do Setor Bancário (*Banking Act*) e por outras legislações aplicáveis.

Se qualquer um destes poderes conferido ao Banco de Inglaterra for exercido, ou existir um aumento do risco de exercício, em relação ao Grupo ou a qualquer entidade do Grupo, isto pode resultar num efeito material adverso nos direitos ou interesses dos acionistas e dos credores, incluindo os detentores de títulos de dívida e pode ter um efeito adverso significativo no preço de mercado das ações e outros títulos emitidos pelo Grupo. Tais efeitos podem incluir a perda de participações ou direitos associados, incluindo, a diluição da participação percentual do capital social do Grupo, e pode fazer com que os credores, incluindo os detentores de dívida, percam parte ou totalidade do seu investimento em títulos emitidos do Grupo.

vi) Referendo sobre a saída do Reino Unido da UE

A 23 de junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo sobre se deveria continuar a ser membro da UE, o que resultou num voto a favor da saída da UE. O resultado do referendo significa que a natureza a longo-prazo da relação do Reino Unido com a UE não é clara e há incerteza quanto à natureza e calendarização de qualquer acordo com a UE sobre as condições de saída. Entretanto, existe um risco de incerteza tanto para o Reino Unido como para a UE, o que poderá afetar negativamente a economia do Reino Unido e das outras economias em que operamos. Os potenciais riscos associados a uma saída da UE foram cuidadosamente considerados pelo Conselho e incluem:

Risco de mercado

- Potencial para a persistência da volatilidade do mercado (nomeadamente taxas de câmbio e de juro) dada a incerteza política que poderia afetar o valor das posições da carteira de negociação.

Risco de crédito

- Aumento do risco de uma recessão no Reino Unido com menor crescimento, maior desemprego e queda dos preços das casas no Reino Unido. Isto provavelmente afetaria negativamente um número de carteiras do Barclays, notadamente: créditos à habitação com uma taxa de empréstimo mais elevada, empréstimos sem garantia do Reino Unido, incluindo cartões e exposições de imobiliário comercial.

Risco operacional

- Alterações aos atuais direitos do “passaporte” da UE: a retirada do Reino Unido da UE pode resultar na perda de direitos de acesso ao mercado transfronteiriço, o que exigiria que o Barclays fizesse acordos de licenciamento alternativos nas jurisdições da UE onde continua a operar.
- A incerteza quanto à futura abordagem do RU à liberdade de circulação na UE afetará o acesso do Barclays ao manancial de talentos da UE, as decisões de contratação da UE de funções importantes e direitos de trabalho dos atuais cidadãos da UE não britânicos do Barclays localizados no Reino Unido e dos cidadãos britânicos localizados na UE.

Risco jurídico

- O quadro jurídico em que o Barclays opera pode mudar e tornar-se mais incerto à medida que o Reino Unido toma medidas para substituir ou revogar determinadas leis atualmente em vigor e que se baseiam na legislação e regulamentação da UE. A certeza dos contratos existentes, o cumprimento das obrigações legais e a incerteza em torno do resultado dos litígios podem ser afetados até serem plenamente conhecidos os impactos da perda dos atuais acordos jurisdicionais entre os tribunais do Reino Unido e da UE e a aplicabilidade universal das decisões em toda a UE (incluindo estatuto da jurisprudência comunitária existente).

Risco de capital e tesouraria

- Potencial de expansão de *spreads* de crédito e redução da apetência dos investidores pela emissão de dívida do Barclays, o que poderia afetar negativamente o custo e/ou o acesso ao financiamento. O potencial de continuidade da volatilidade do mercado pode afetar o risco de taxa de juro na carteira bancária, bem como os títulos detidos pelo Barclays para fins de liquidez.
- As alterações nas perspetivas de longo-prazo para as taxas de juro do Reino Unido também podem afetar adversamente os passivos da IAS19 para pensões do Reino Unido.

vii) Imparidades

Espera-se que a introdução dos requisitos de imparidade da IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, a implementar a 1 de janeiro de 2018, resulte no reconhecimento antecipado de subsídios por perdas por imparidade mais elevados numa base mais prospetiva e num âmbito mais alargado de instrumentos financeiros do que no caso da IAS 39. A medição envolverá maior complexidade e julgamento e espera-se que tenha um impacto financeiro relevante, e os encargos por imparidade tendem a ser mais voláteis. Espera-se que os produtos sem garantia, com vidas mais longas, tais como os cartões de crédito renovável, sejam os mais afetados. O tratamento de capital no aumento de reservas é assunto de discussão contínua com os reguladores e em toda a indústria, mas há potencial para um impacto adverso significativo nos rácios de capital regulamentar. Além disso, o movimento de perdas de crédito incorridas para esperadas pode afetar o desempenho do Grupo em condições económicas de esforço ou em testes de esforço regulamentar. Para mais informações, consulte a Nota 1 às Políticas Contabilísticas Significativas nas páginas 284 a 289.

O Barclays tem um programa de governação e implementação de finanças e responsabilização por riscos com representação de todos os departamentos afetados. Durante 2016, continuaram-se os trabalhos de conceção e construção de modelos, sistemas, processos, governação, controlos e recolha de dados de imparidades, que continuarão a ser aperfeiçoados durante 2017. Para o mesmo ano está planeada uma execução paralela que inclui a validação, testes, calibração e análise contínua de modelos, processos e resultados.

Haverá três camadas diferentes de comités para imparidades. Além dos comités existentes a nível do Grupo e do Negócio, também haverá comités de Entidade Jurídica para o Barclays UK e para o Barclays International. Os Comités serão presididos pelo Diretor de Risco (*Chief Risk Officer*, comumente designado por CRO), com a responsabilidade conjunta pela aprovação dos resultados pelos CROs e pelos Diretores Financeiros (*Chief Finantial Officers*, comumente designados por CFOs). Espera-se que a nova estrutura do comité para imparidades da IFRS 9, com os principais controlos subjacentes, esteja em funcionamento a partir do segundo trimestre de 2017. Haverá também um Comité de Gestão de Cenários para analisar e aprovar o processo de cenários. O âmbito da análise incluirá cenários e narrativas de cenários, o núcleo de variáveis macroeconómicas e quaisquer sobreposições de gestão. O Comité de Gestão de Cenários atestará que os cenários contabilizam adequadamente a não linearidade e a assimetria da distribuição de perdas. Os resultados comunicados e as mensagens-chave serão comunicados ao Comité de Auditoria do Conselho e ao Comité Executivo para o Risco, que terão funções de supervisão e fornecerão desafios aos principais pressupostos, incluindo a base dos cenários adotados.

Riscos materiais existentes e emergentes por Risco Principal

Risco de crédito

O risco de perda para a empresa resultante do incumprimento dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber.

O Grupo pode sofrer perdas financeiras se qualquer um dos seus clientes ou contrapartes do mercado não cumprir as suas obrigações contratuais para com o Grupo. O Grupo também pode sofrer perdas quando o valor do seu investimento em instrumentos financeiros de uma entidade cair como resultado da notação de crédito daquela entidade ser despromovida. Além disso, o Grupo pode vir a incorrer em ganhos não realizados significativos ou perdas devido a mudanças nos *spreads* de crédito do Grupo ou de terceiros, uma vez que estas mudanças afetam o justo valor dos instrumentos derivados do Grupo, títulos de dívida que o Grupo detém ou emite e empréstimos realizados pelo justo valor.

Análise de risco

Riscos materiais existentes e emergentes

Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo

i) Deterioração da conjuntura político-económica

O desempenho do Grupo está em risco de deterioração no ambiente político e económico (ver também "Condições de negócio, economia geral e questões geopolíticas" na página 137), que pode resultar de uma série de incertezas, incluindo as seguintes:

a) Regiões específicas

Impactos negativos na capacidade dos clientes para o serviço da dívida e assim resultar em encargos por imparidade mais elevados para o Grupo.

Reino Unido

Na sequência do referendo sobre a saída do Reino Unido da UE de 23 de junho de 2016 (ver Referendo sobre a saída do Reino Unido da UE na página 139), o Reino Unido pode passar por um período de incerteza política e económica ao longo do período de negociação durante o qual as opções de saída são difíceis de prever com total exatidão. O impacto inicial foi a depreciação da libra esterlina, resultando em custos mais altos para as empresas expostas às importações e um ambiente mais favorável para os exportadores. A subida dos custos internos resultante do aumento dos preços das importações pode afetar os rendimentos dos agregados familiares e a acessibilidade dos empréstimos ao consumo e dos empréstimos à habitação. Por sua vez, isto pode afetar os negócios dependentes dos consumidores para receita. Tem havido também uma redução na atividade, tanto no mercado imobiliário comercial como residencial, o que pode afetar o valor.

EUA

Uma parcela significativa da carteira do Grupo está localizada nos EUA, incluindo uma carteira de cartões de crédito e uma gama de exposições da banca de investimento e da banca corporativa. A pressão na economia dos EUA, o enfraquecimento do PIB, o aumento do desemprego e/ou o aumento das taxas de juro podem levar ao aumento dos níveis de imparidade.

Mercados emergentes

O crescimento mais lento na China continua a afetar um número de economias emergentes, particularmente aquelas com elevados défices orçamentais e aquelas dependentes de financiamento externo de curto-prazo e/ou dependência material de exportações de mercadorias. A sua vulnerabilidade foi ainda mais afetada pela queda e volatilidade sustentada dos preços do petróleo, pelo forte dólar americano e pelo encerramento de políticas menor restritividade quantitativa por parte de alguns bancos centrais. O impacto no Grupo pode variar de acordo com as vulnerabilidades presentes em cada país, mas o impacto pode resultar no aumento de encargos por imparidade através de incumprimentos soberanos, ou a incapacidade ou relutância de clientes e contrapartes nesse país em cumprir as suas obrigações de dívida.

África do Sul

As perspetivas económicas negativas na África do Sul continuam, com um ambiente económico doméstico e externo desafiador e uma incerteza política contínua. O crescimento real do PIB mantém-se baixo, pelo que estes fatores domésticos e globais afetam a qualidade de crédito nas nossas carteiras. No setor do retalho, as preocupações permanecem sobre o nível de endividamento e acessibilidade dos consumidores, particularmente à medida que as taxas de juro aumentam.

b) Aumento da taxa de juro, inclusivamente como resultado do abrandamento do estímulo monetário, que poderia ter impacto no acesso à dívida por parte do cliente e à rentabilidade empresarial

Na medida em que os bancos centrais aumentam as taxas de juro em determinados mercados desenvolvidos, particularmente nos nossos principais mercados - o Reino Unido e os EUA, espera-se que sejam pequenos e graduais em escala durante 2017, embora seguindo diferentes calendários. Ocorreram aumentos recentes nas taxas de juro nos EUA, com um aumento de 0,25% em dezembro de 2015 e em dezembro de 2016. Embora mais aumentos possam apoiar as receitas do Grupo, aumentos futuros da taxa de juro, se forem maiores ou mais frequentes do que as expetativas, podem causar pressão na carteira de crédito e na atividade de subscrição do Grupo, particularmente em relação aos empréstimos de não investimento, levando à possibilidade do Grupo incorrer em maior imparidade. Perdas de crédito mais elevadas conducentes ao aumento da provisão para imparidade do Grupo afetariam particularmente carteiras com e sem garantia de retalho do Grupo como resultado de uma redução na capacidade de recuperação e valor dos ativos do Grupo, juntamente com um declínio nos valores de garantia.

Os aumentos das taxas de juro em mercados desenvolvidos também podem afetar negativamente as economias emergentes, uma vez que os fluxos de capital para mercados maduros tiram partido dos retornos mais elevados e reforçam os fundamentos económicos.

ii) Setores específicos

O Grupo está sujeito aos riscos decorrentes de alterações na qualidade do crédito e taxa de recuperação de empréstimos e adiantamentos devidos de mutuários e contrapartes numa carteira específica. Qualquer deterioração na qualidade do crédito pode conduzir a uma baixa capacidade de recuperação e maior imparidade num setor específico. As seguintes são áreas de incertezas para a carteira do Grupo que podem ter um impacto significativo no desempenho.

a) Imobiliário do Reino Unido

Com o imobiliário do Reino Unido a representar a parte mais significativa da exposição global de crédito da banca de empresas e de retalho do Reino Unido, o Grupo está em risco de uma queda nos preços dos imóveis nos setores residenciais e comerciais no Reino Unido. O forte crescimento dos preços da habitação em Londres e no sudeste do Reino Unido, impulsionado pelo investimento estrangeiro, pela forte procura de compra para arrendar (BTL) e oferta moderada de habitação, resultou em níveis recordes de acessibilidade. Os preços médios das casas, no final de 2016, eram mais de 7,9 vezes o salário médio.

No entanto, o recente referendo sobre a saída do Reino Unido da UE teve um impacto negativo nos pedidos de empréstimo à habitação devido ao aumento da incerteza no mercado imobiliário do Reino Unido, com preocupações constantes relativamente ao potencial de queda dos preços das casas, particularmente em Londres e no sudeste. Além disso, um enfraquecimento da economia teria impacto na carteira de empréstimos à habitação, uma vez que os custos aumentam com as taxas de juro mais elevadas e os clientes são afetados pelas pressões inflacionistas. As potenciais perdas seriam provavelmente mais acentuadas nos segmentos financiamento/garantia *(loan to value* - LTV) mais elevados, uma vez que a queda dos preços das casas leva um maior prejuízo e um impacto de capital negativo à medida que as taxas de perda em caso de incumprimento (*loss given default* - LGD) aumentam.

b) Recursos naturais

Apesar da recuperação limitada dos preços do petróleo e de mercadorias, o risco de perdas e aumento de imparidade são mais acentuados onde a alavancagem é maior, ou em setores atualmente sujeitos a tensão, nomeadamente o petróleo e o gás, mineração e metais e mercadorias. A diminuição constante do preço do petróleo continua e é impulsionada pelo excesso da oferta global atual. O posicionamento destas carteiras centra-se em clientes com grau de investimento ou posições garantidas. Uma pressão contínua neste mercado tem o potencial de aumentar significativamente as perdas de crédito e imparidade, onde uma queda no valor do petróleo tem impacto tanto na receita de clientes como no valor das nossas garantias subjacentes.

c) Grandes perdas em nome individual

O Grupo tem grandes exposições individuais para as contrapartes de nomes individuais. O incumprimento dessas contrapartes pode ter um impacto significativo no valor contabilístico destes ativos. Além disso, quando este risco de contraparte tiver sido atenuado através de garantia, o risco de crédito pode manter-se elevado se a garantia detida não puder ser liquidada, ou tiver que ser liquidada a preços que são insuficientes para recuperar o montante total do empréstimo ou da exposição a instrumentos derivados. Esses incumprimentos podem ter um efeito material adverso nos resultados do Grupo devido, por exemplo, ao aumento das perdas de crédito e encargos por imparidade mais elevados.

d) Subscrição de alavancagem financeira

O Grupo assume a exposição de subscrições com grau de sub-investimento significativo, incluindo o risco de nome único, principalmente nos EUA e na Europa. O Grupo está exposto a eventos de crédito e volatilidade de mercado durante o período de subscrição. Todos os eventos adversos durante este período podem resultar potencialmente em perdas para o Grupo ou num aumento da exigência de capital se houver uma necessidade de manter a exposição por um período prolongad

Risco de mercado

O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, *spreads* de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.

Aumento da incerteza entre mercados globais de tais fatores como uma desaceleração inesperada do crescimento económico global, mudanças súbitas na política monetária, volatilidade inesperada do câmbio, especialmente se acompanhada por uma deterioração significativa da profundidade da liquidez de mercado (risco emergente).

O modelo de negócio comercial está centrado na facilitação de clientes nos mercados financeiros grossistas, desde a subscrição de títulos de dívida e capital em nome de emissores, a atuar como um criador de mercado em produtos negociados em bolsa e em balcão, para fornecer soluções de gestão de risco.

O negócio comercial do Grupo é geralmente exposto adversamente a um período prolongado de elevada volatilidade dos preços dos ativos, em especial se afetar negativamente a profundidade da liquidez de mercado. Tal cenário poderia afetar a capacidade do Grupo de executar negócios com clientes e resultar em menores ganhos ativados pelo fluxo de clientes e/ou perdas baseadas em mercados na sua carteira de riscos de mercado. Estes podem incluir absorver custos de cobertura mais elevados resultantes do reequilíbrio de riscos que têm de ser geridos dinamicamente à medida que os níveis de mercado e as volatilidades associadas mudam.

Risco de capital e tesouraria

O risco de o Grupo não conseguir alcançar os seus planos de negócio devido à disponibilidade de liquidez planeada, um défice de capital ou um desfasamento nas exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos.

O Grupo pode não ser capaz de atingir os seus planos de negócio devido a: i) ser incapaz de manter os rácios de capital adequados; ii) ser incapaz de cumprir as suas obrigações na data de vencimento; iii) descidas nas agências de notação; iv) alterações adversas nas taxas de câmbio sobre rácios de capital; v) taxas de juro negativas, e vi) movimentos adversos no fundo de pensões.

i) Incapacidade de manter os rácios prudenciais adequados

Caso o Grupo não consiga manter ou alcançar rácios de capital adequados, isto pode levar a: uma incapacidade para apoiar a atividade empresarial; incapacidade de cumprir os requisitos de capital regulamentar, incluindo quaisquer acréscimos de capital adicionais ou requisitos definidos para testes de esforço do regulador; aumento do custo de financiamento devido à deterioração da apetência do investidor ou das notações de crédito; restrições à distribuição, incluindo a capacidade de cumprir as metas de dividendos; e/ou a necessidade de tomar medidas adicionais para reforçar a posição de capital ou alavancagem do Grupo. Embora os requisitos na CRD IV estejam agora em vigor no Reino Unido, podem acorrer novas alterações aos requisitos de capital, seja como resultado de (i) novas alterações à legislação da UE (por exemplo, a implementação prevista das recomendações de atualização reguladoras do Banco de Pagamentos Internacionais (*Bank of International Settlements*, comumente designado por BIS) através da CRD V, etc.), (ii) atualizações às normas técnicas reguladoras vinculativas relevantes pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), (iii) alterações na legislação do Reino Unido, (iv) alterações nas regras PRA, (v) requisitos adicionais de capital através das recomendações do Comité de Política Financeira (*Financial Policy Committee*, comumente designado por FPC); ou (vi) alterações nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards*, comumente designadas por IFRS). Tais alterações, individualmente e/ou em conjunto, podem levar a mais requisitos adicionais inesperados em relação ao capital regulamentar do Grupo. Por exemplo, durante 2016, a Comissão Europeia propôs alterações substanciais ao quadro da CRD IV (incluindo CRR) de acordo com as normas acordadas internacionalmente. Estas incluem alterações à definição regulamentar de atividade comercial, metodologias de cálculo normalizadas e avançadas de RWA para o risco de mercado e novas regras normalizadas de RWA para o risco de crédito da contraparte. A proposta inclui também disposições progressivas para o impacto do capital regulamentar da IFRS9 e a interação continuada da IFRS9 com o quadro regulamentar. O Comité de Basileia continuou o seu trabalho pós-crise no RWA e alavancou a reforma. Estão previstas outras normas durante o ano de 2017 em RWA para risco de crédito e para o risco operacional, limitações na utilização de modelos internos para fins de RWA e possíveis *floors* baseados em RWAs normalizados. O prazo de implementação destas alterações ainda não é certo.

Podem igualmente surgir requisitos prudenciais de outras reformas regulamentares, incluindo as propostas do Reino Unido, da UE e dos EUA sobre a reforma estrutural bancária e as atuais propostas relativas ao "Requisito Mínimo de Fundos Próprios e Passivos Elegíveis (MREL) ". Incluídas nestas reformas estão as mais recentes respostas do Banco de Inglaterra à consulta e declaração de políticas sobre os requisitos MREL para os bancos do Reino Unido, que foram publicados em novembro de 2016 e que continuam sujeitos a novas alterações.

Muitas das propostas regulamentares esperadas ainda estão sujeitas a finalização, com calibração e calendário de implementação ainda por determinar, e há potencial para os impactos serem diferentes dos originalmente esperados quando estiverem na sua forma final. De um modo geral, é provável que estas alterações legislativas e regulamentares tenham um impacto no Grupo, uma vez que são suscetíveis, quando implementadas, de exigir alterações na estrutura jurídica do Grupo e na forma como as empresas são capitalizadas e financiadas. Tal reforço dos requisitos prudenciais pode também limitar as atividades planeadas do Grupo, exigir reduções do balanço e aumentar os custos do Grupo, afetar os resultados do Grupo e restringir a capacidade do Grupo de pagar dividendos. Além disso, se combinado com um período de deslocação do mercado ou quando existe uma concorrência significativa para o tipo de financiamento que o Grupo necessita, pode ser mais difícil e/ou caro aumentar os recursos de capital do Grupo.

ii) Incapacidade de gerir a liquidez e risco de financiamento eficazmente

A incapacidade de gerir a sua liquidez e risco de financiamento de forma eficaz pode fazer com que o Grupo não tenha recursos financeiros suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou, embora solvente, apenas seja capaz de cumprir estas obrigações pelo custo excessivo. Isto pode fazer com que o Grupo deixe de cumprir as normas de liquidez regulamentares, seja incapaz de suportar as atividades bancárias do dia-a-dia, ou deixe de ser uma empresa em funcionamento.

iii) Alterações nas notações de crédito e o impacto nos custos de financiamento

Uma notação de crédito avalia a qualidade de crédito do Grupo, as suas filiais e sucursais e é baseada em análises de vasta gama de atributos comerciais e financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de risco, força de capital, ganhos, financiamento, liquidez, contabilidade e governação. Qualquer evento adverso a um ou mais destes atributos pode levar a uma redução, o que por sua vez pode resultar em saídas de caixa contratuais para cumprir aos requisitos contratuais relativos aos contratos existentes. Além disso, as saídas de caixa relacionadas com uma redução da notação de crédito de vários níveis estão incluídas nos cenários de pressão do LRA e uma parte do conjunto de liquidez é mantida contra este risco. Existe o risco de que qualquer potencial desvalorização pode afetar o desempenho do Grupo se os custos de empréstimos e a liquidez variarem significativamente por oposição às expetativas ou se os spreads de crédito do Grupo forem afetados negativamente.

Para mais informações, consulte "Classificações de Crédito" na secção "Desempenho do Risco de Liquidez" na página 219.

iv) Alterações adversas nas taxas de câmbio sobre rácios de capital

O Grupo possui recursos de capital, ativos ponderados pelo risco e exposições de alavancagem denominadas em moedas estrangeiras. As variações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras podem afetar negativamente o valor esterlino equivalente destes itens. Como resultado, os rácios de capital regulamentar do Grupo são sensíveis a movimentos cambiais estrangeiros, e qualquer incapacidade de gerir adequadamente o balanço do Grupo para considerar os movimentos da moeda estrangeira pode resultar num impacto adverso no capital regulamentar e nos rácios de alavancagem.

Análise de risco

Riscos materiais existentes e emergentes

Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo

v) Taxas de juro negativas

Uma queda nas taxas de juro conducente a um ambiente com taxas de juro nominais negativas afetaria negativamente a rentabilidade do Grupo, uma vez que as receitas dos negócios de retalho e empresas iriam diminuir devido à compressão das margens. Isto porque a redução significativa nas receitas dos ativos não seria compensada por uma redução no custo dos passivos devido à presença de um *floor* nas nossas taxas de depósitos e poupanças dos clientes, que normalmente são definidas a nível positivo de taxas.

vi) Movimentos adversos no fundo de pensões

Movimentos adversos entre ativos e passivos de pensões para regimes de prestações definidas podem contribuir para um défice de pensões. A taxa de desconto de passivos é um fator-chave e, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS 19), é derivada dos rendimentos de obrigações de empresas de alta qualidade (considerados aqueles com classificação AA) e, consequentemente, inclui exposição a rendimentos livres de riscos e *spreads* de crédito. Portanto, a valorização do regime de prestações definidas do Grupo será afetada por uma queda prolongada da taxa de desconto ou uma taxa baixa persistente e/ou ambiente de *spread* de crédito. A inflação é um outro fator de risco significativo para o fundo de pensões, uma vez que os passivos são negativamente afetados por um aumento da expetativa de inflação a longo-prazo. No entanto, a longo-prazo, a inflação e as taxas de risco tendem a ser negativamente correlacionadas e, portanto, parcialmente compensadas entre si.

Risco operacional

O risco de perda para a empresa de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.

O Grupo está exposto a vários tipos de risco operacional. Estes incluem: atividades criminosas internas e externas fraudulentas e outras; falhas em processos, controlos ou procedimentos (ou a sua inadequação em relação à dimensão e âmbito dos negócios do Grupo); falhas nos sistemas ou uma tentativa, por uma parte externa, de tornar um serviço ou infraestrutura tecnológica de suporte indisponível para os seus utilizadores (conhecida por ataque de bloqueio de serviços), e o risco de ameaça cibernética geopolítica que desestabilize ou destrua a tecnologia de informação do Grupo ou a infraestrutura crítica na qual o Grupo depende mas que não controla. O Grupo também está sujeito ao risco de interrupção da atividade como resultado de eventos total ou parcialmente fora do seu controlo, por exemplo, desastres naturais, atos de terrorismo, epidemias e falhas de transporte ou de serviços públicos, que podem dar origem a perdas ou reduções no serviço aos clientes e/ou perda financeira para o Grupo. Todos estes riscos também são aplicáveis nos casos em que o Grupo depende de fornecedores externos ou fornecedores para lhe fornecerem serviços a si e aos seus clientes. Os riscos operacionais a que o Grupo está exposto podem mudar rapidamente e não há nenhuma garantia de que os processos, controlos, procedimentos e sistemas do Grupo sejam suficientes para resolver, ou se possam adaptar prontamente a, tais riscos variáveis para evitar o risco de perda.

i) Risco de ataques cibernéticos

O risco de ataques cibernéticos está a crescer, sendo as instituições financeiras um alvo primário de grupos de crime cibernético cada vez mais capacitados, tal como demonstrado pelos sofisticados ataques direcionados às redes globais de pagamento durante o ano de 2016. O aumento da maturidade dos mercados em linha para serviços criminosos e dados roubados tem reduzido as barreiras à entrada de criminosos que perpetuam ataques financeiros, o que acarreta recompensas elevadas e baixo risco de aplicação da lei.

A ameaça cibernética aumenta o risco inerente aos dados do Grupo (sejam detidos pelo Grupo ou na sua cadeia de abastecimento), à integridade das transações financeiras do Grupo, dos seus clientes, das contrapartes e dos clientes e à disponibilidade dos serviços do Grupo. A incapacidade de gerir adequadamente este risco e de analisar e atualizar continuamente os processos poderá resultar num aumento de perdas por fraude, incapacidade de desempenhar funções económicas críticas, prejuízos ao cliente, potencial censura e penalidade regulamentar, responsabilidade jurídica e danos à reputação.

ii) Resiliência de infraestruturas e tecnologias

A falha das infraestruturas tecnológicas do Grupo e dos seus fornecedores continua a ser um fator de risco importante para o Grupo. O aumento da utilização de tecnologias para apoiar a estratégia de negócios e as exigências dos clientes significa que quaisquer falhas serão sentidas de forma mais imediata e com maior impacto.

A incapacidade de gerir adequadamente a resiliência nas nossas tecnologias, imobiliário e processos de negócios e fornecedores pode resultar na interrupção do serviço normal, o que pode resultar em prejuízos ao cliente, custos em reembolsos a prejuízos incorridos pelos nossos clientes, potenciais censuras ou penalidades regulamentares e danos à reputação.

iii) Capacidade de contratar e reter funcionários devidamente qualificados

O Grupo requer uma combinação diversificada de colegas altamente especializados e qualificados para materializar a sua estratégia e, portanto, é dependente de atrair e reter indivíduos adequadamente qualificados. A capacidade do Barclays em atrair e reter tal talento é afetada por uma série de fatores externos e internos.

A regulamentação externa, tal como a introdução do Regime de Responsabilidade Individual e as disposições de diferimento e reembolso dos nossos acordos de indemnização podem tornar o Barclays uma proposta menos atraente em relação aos nossos concorrentes internacionais e outras indústrias. Da mesma forma, o impacto da saída prevista do Reino Unido da UE poderia potencialmente ter um impacto na nossa capacidade de contratar e reter funcionários-chave.

A incapacidade de atrair ou impedir a saída de funcionários devidamente qualificados que se dedicam a supervisionar e administrar expetativas e normas regulamentares atuais e futuras, ou que têm as competências necessárias exigidas para materializar a estratégia do Grupo, pode afetar negativamente o nosso desempenho financeiro, ambiente de controlo, nível de envolvimento dos funcionários bem como resultar na interrupção do serviço normal, o que, por sua vez, pode causar prejuízos aos clientes e danos à reputação.

iv) Risco fiscal

O Grupo é obrigado a cumprir as leis e práticas tributárias nacionais e internacionais de todos os países em que opera.
Existe o risco de que o Grupo possa sofrer perdas devido a encargos fiscais adicionais, outros custos financeiros ou danos à reputação resultantes do incumprimento dessas leis e práticas ou da gestão inadequada dos seus assuntos fiscais. O Grupo também enfrenta riscos emergentes da evolução dos impostos nacionais e internacionais. Por exemplo, o projeto da OCDE para o combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros (*Base Erosion and Profit Shifting*, comumente designado por BEPS) e a implementação das suas recomendações na legislação nacional em países de todo o mundo tem o potencial de aumentar significativamente a obrigação de conformidade do Grupo, bem como aumentar a incidência da dupla tributação do Grupo em resultado da adoção por diferentes países de interpretações e abordagens diferentes das recomendações do BEPS.

v) Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas, bem como que a administração aja com prudência na aplicação das políticas contabilísticas relevantes. As principais áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas nas quais os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluem disposições para a conduta e questões jurídicas, regulamentares e de concorrência, o justo valor das demonstrações financeiras, encargos por imparidades de crédito para ativos de custo amortizado, imparidade e valorização dos investimentos disponíveis para venda e contabilização de pensões e benefícios pós-reforma. Existe o risco de que, se o julgamento exercido, ou as estimativas ou pressupostos utilizados, vierem posteriormente a revelar-se incorretos, isso possa resultar em perda significativa para o Grupo, para além do que foi antecipado ou previsto.

Como parte dos ativos no negócio Non-Core, o Grupo detém uma carteira do Reino Unido de empréstimos, em geral, a mais longo-prazo, para as contrapartes nos setores da Educação, Habitação Social e Autoridades Locais (ESHLA), que são medidos com base no justo valor. A valorização desta carteira está sujeita a incertezas substanciais devido à natureza de longa data das carteiras, à falta de um mercado secundário para os empréstimos relevantes e os *spreads* de crédito não observáveis. Como resultado destes fatores, o Grupo pode ser obrigado a rever os valores justos destas carteiras para refletir, entre outras coisas, alterações nas metodologias de avaliação devido a alterações nas práticas de valorização da indústria e à medida que mais uma prova de mercado é obtida no âmbito do enfraquecimento do ativo Non-Core e processo de saída. Para mais informações, consulte a Nota 18 Justo valor dos instrumentos financeiros das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O desenvolvimento adicional de normas e interpretações ao abrigo da IFRS pode também ter um impacto significativo nos resultados, condição e perspetivas financeiras do Grupo.

vi) Contratação externa

O Grupo depende de fornecedores para a prestação de muitos dos nossos serviços, embora o Grupo continue a ser responsável pelo risco decorrente das ações desses fornecedores. A incapacidade de monitorizar e controlar os nossos fornecedores pode potencialmente levar a que a informação do cliente, ou as nossas infraestruturas e serviços críticos, não sejam adequadamente protegidos.

A dependência de fornecedores e a subcontratação de serviços externos introduzem o risco de concentração onde a falha de fornecedores específicos poderia ter um impacto na nossa capacidade de continuar a prestar serviços que são relevantes para o Grupo.

A incapacidade de gerir adequadamente o risco de externalização pode resultar em maiores perdas, incapacidade de desempenhar funções económicas importantes, prejuízo ao cliente, potencial censura e penalidade regulamentar, responsabilidade jurídica e danos à reputação.

vii) Qualidade dos dados

A qualidade dos dados utilizados em modelos em todo o Barclays tem um impacto material na exatidão e integralidade das nossas métricas de risco e financeira. A evolução da modelagem complexa subjacente às decisões de risco, previsão e cálculos de capital, exige uma maior precisão nos nossos dados. A incapacidade de gerir as normas de dados em conformidade pode ter um efeito adverso significativo na qualidade da nossa gestão de risco.

viii) Precisão operacional e pagamentos

O risco de erros materiais nos processos operacionais, incluindo pagamentos, é exacerbado durante o período atual de níveis significativos de mudanças estruturais e regulamentares, a evolução do cenário tecnológico e a transição para as capacidades dos canais digitais.

Erros operacionais ou de pagamento significativos podem prejudicar os nossos clientes ou contrapartes e podem resultar em censuras e penalidades regulamentares, responsabilidade jurídica e danos à reputação.

Risco do modelo

O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.

O Barclays utiliza modelos para apoiar uma vasta gama de atividades de gestão de risco e negócios, incluindo a informação de decisões e estratégias de negócio, medição e limitação de riscos, avaliação de exposições, realização de testes de esforço, avaliação da adequação de capital, suporte à aceitação de novos negócios e avaliação de riscos/recompensas, gestão de ativos de clientes ou cumprimento dos requisitos para apresentação de relatórios.

Os modelos são representações imperfeitas e incompletas da realidade e, portanto, podem estar sujeitos a erros que afetam a precisão dos seus resultados. Os modelos também podem ser mal utilizados. Os erros ou s utilização indevida do modelo podem fazer com que o Grupo tome decisões comerciais inadequadas e esteja sujeito a perdas financeiras, risco regulamentar, risco de reputação e/ou informações inadequadas de capital.

Risco de conduta

O risco de conduta é o risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente.

O Barclays está empenhado em garantir que os resultados positivos para os clientes e a proteção da integridade de mercado são parte integrante na forma de trabalhar da empresa. Isto inclui adotar medidas razoáveis para garantir que a nossa cultura e estratégia estejam adequadamente alinhadas com estes objetivos; os nossos produtos e serviços são razoavelmente concebidos e fornecidos para responder às necessidades dos nossos clientes, bem como para manter a operação justa e ordenada dos mercados em que fazemos negócios.

Alguns dos outros riscos aqui mencionados podem resultar em prejuízo para os clientes e integridade do mercado se não forem geridos de forma eficaz. Estes incluem, mas não estão limitados, a: risco de ataque cibernético; resiliência de infraestruturas e tecnologia; capacidade de contratar e reter pessoas qualificadas; contratação externa; qualidade dos dados; precisão operacional e pagamentos; alterações regulamentares; reforma estrutural; risco de mudança e execução; e a saída do Reino Unido da UE.

i) Execução de alienação estratégica nos negócios Non-Core

À medida que o Barclays executa decisões estratégicas para sair de produtos, negócios ou países, a empresa deve considerar e mitigar qualquer prejuízo possível para os clientes e para a integridade do mercado. Há o risco de alguns clientes poderem ter um acesso reduzido ao mercado e uma escolha limitada de fornecedores alternativos, ou as transições para fornecedores alternativos causarem transtorno. Há também um risco de a alienação estratégica da empresa afetar a liquidez de mercado ou resultar em movimentos de preços adversos. Em relação às saídas de qualquer país, existe o risco de qualquer atividade transfronteiriça em curso nesses países não seja realizada de acordo com as leis e regulamentos locais. A cristalização de qualquer um destes riscos poderia causar prejuízo para os clientes e para a integridade do mercado, bem como sanções regulamentares, perdas financeiras e danos à reputação.

ii) Governação de produtos e práticas de vendas

A governação efetiva de produtos, incluindo o *design*, a aprovação e a análise periódica de produtos bem como os controlos adequados sobre vários canais de vendas internos e de terceiros são fundamentais para garantir resultados positivos para os clientes. Em particular, o Barclays deve garantir que as suas práticas de remuneração e estrutura de gestão do desempenho sejam concebidos para evitar conflitos de interesse e incentivos de vendas inadequados. A falha na governação de produtos e controlos de vendas pode resultar na venda de produtos e serviços que não respondam às necessidades ou sejam inadequados para os clientes, em sanções regulamentares, perda financeira e danos à reputação.

iii) Controlo de transações e submissões de índices de referência

Manter o controlo sobre as atividades comerciais e submissões de índices de referência é fundamental para garantir a confiança dos nossos clientes e de outros participantes no mercado. Estes controlos devem ser concebidos para garantir o cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis, bem como para evitar manipulação de mercado, negociação não autorizada e erros cometidos inadvertidamente. Uma falha destes controlos pode resultar em prejuízo para os clientes, ruturas na integridade do mercado, sanções regulamentares, perda financeira e danos à reputação. O risco de insucesso poderia ser reforçado pelas alterações necessárias para dar resposta a vários novos regulamentos, incluindo, mas não se limitando, à diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II.

iv) Crime Financeiro

A gestão do Crime Financeiro continua a ser uma área fundamental de foco regulamentar. Oferecer um ambiente de controlo robusto para garantir que o Banco gere eficazmente os riscos de Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo, Sanções e Suborno e Corrupção protege o Banco, os seus clientes e os seus funcionários, bem como a sociedade em geral, dos efeitos negativos do crime financeiro. A incapacidade de manter um ambiente de controlo eficaz pode levar a sanções regulamentares, perda financeira e danos à reputação.

Análise de risco

Riscos materiais existentes e emergentes

Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo

v) Proteção de dados e privacidade

O tratamento adequado dos dados e a proteção da privacidade dos dados é fundamental para o desenvolvimento da confiança e para sustentar relacionamentos de longo-prazo com os nossos clientes. A proteção inadequada dos dados (incluindo dados detidos e geridos por terceiros) pode levar ao comprometimento da segurança, perda de dados, perda financeira e outros possíveis prejuízos para os nossos clientes, bem como sanções regulamentares, perda financeira e danos à reputação. O risco de fracasso poderia ser reforçado pelas alterações necessárias para abordar vários regulamentos novos, incluindo, mas não se limitando, à Iniciativa de Proteção de Dados da UE.

vi) Foco regulamentar na cultura e na responsabilidade

Vários reguladores em todo o mundo enfatizaram a importância da cultura e da responsabilidade pessoal em ajudar a garantir uma conduta apropriada e a impulsionar resultados positivos para os clientes e para a integridade dos mercados. Mudanças regulamentares, tais como o novo Regime de Diretores Sénior e as Regras de Conduta do Reino Unido que entrarão em vigor em 2017, juntamente com as regulamentações semelhantes em outras jurisdições, exigirão que o Barclays melhore a sua governação organizacional e operacional para comprovar a sua gestão efetiva da cultura e responsabilidade. O não cumprimento destes novos requisitos e expectativas pode levar a sanções regulamentares, prejuízos financeiros e danos à reputação.

Risco de reputação

O risco de uma ação, transação, investimento ou evento reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, funcionários ou do público.

Alterações climáticas, direitos humanos e apoio ao setor da defesa

Qualquer transação, investimento ou evento que, na perceção das principais partes interessadas, reduza a sua confiança na integridade e competência da empresa, pode ter o potencial de gerar risco à reputação do Barclays. A associação do Barclays a setores sensíveis é frequentemente uma área de preocupação para as partes interessadas e os seguintes tópicos têm sido de particular interesse:

Combustíveis fósseis: à medida que o acordo de Paris sobre as emissões de CO_2 entra em vigor, os bancos estão sujeitos a uma pressão crescente da sociedade civil, dos acionistas e dos governos nacionais relativamente à gestão e divulgação dos seus riscos climáticos e oportunidades, incluindo as atividades de determinadas secções do seu cliente base;

Tráfico humano: A Lei da Escravatura Moderna (*Modern Slavery Act*) do Reino Unido entrou em vigor em outubro de 2015 e, com o crescente escrutínio dos investimentos globais das empresas, os riscos de associação a violações dos direitos humanos estão a crescer dentro do setor bancário, através do envolvimento indireto percebido em abusos de direitos humanos cometidos pelos clientes. Os defensores dos direitos humanos têm procurado que todas as partes envolvidas na cadeia de valores respondam por violações ambientais e de direitos humanos onde ocorram; e

Setor da defesa: O apoio ao fabrico e exportação de bens e serviços militares e controlo de motins continua a exigir uma análise significativa interna, a fim de garantir o cumprimento de todos os requisitos relevantes e evitar danos à reputação.

Risco jurídico

O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa cumprir as suas obrigações jurídicas, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

Disputas legais, investigações regulamentares, multas e outras sanções relativas à conduta de negócios e infrações à legislação e/ou regulamentos podem afetar negativamente os resultados, reputação e capacidade de realizar os negócios do Grupo.

O Grupo realiza diversas atividades num mercado global altamente regulamentado e, portanto, está exposto ao risco de multas e outras sanções relacionadas com a realização dos seus negócios. Nos últimos anos, as autoridades têm investigado cada vez mais as práticas do passado, tendo investigado com determinação alegadas violações e aplicado sanções severas a empresas de serviços financeiros. Esta tendência deverá continuar. Uma violação das leis e/ou regulamentos aplicáveis pode fazer com que o Grupo ou os seus funcionários sejam sujeitos a processos criminais, censura regulamentar, multas e outras sanções dentro das jurisdições em que opera, particularmente no Reino Unido e nos EUA. Onde quer que os clientes ou outros terceiros sejam prejudicados pela conduta do Grupo, isso também pode dar origem a processos judiciais, incluindo ações coletivas. Outras disputas legais também podem surgir entre o Grupo e terceiros relativas a questões como violações, aplicação dos direitos ou obrigações decorrentes de contratos legais, estatutos ou direito comum. Os resultados adversos em qualquer destas matérias podem fazer com que o Grupo seja responsabilizado perante terceiros com vista à reparação, ou pode fazer com que os direitos do Grupo não sejam aplicados conforme pretendido.

Detalhes de questões legais, de concorrência e regulamentares a que o Grupo está atualmente exposto constam na Nota 29 Questões legais, de concorrência e regulamentares. Além das questões especificamente descritas na Nota 29, o Grupo está envolvido em vários outros processos judiciais no Reino Unido e nos EUA e numa série de jurisdições estrangeiras que surgem no curso normal dos negócios. O Grupo também está sujeito a pedidos de informação, investigações e outras avaliações por reguladores, organismos governamentais e outros organismos públicos no âmbito das atividades de negócio em que o Grupo está ou tenha estado envolvido. O Grupo mantém todas as agências relevantes informadas de forma adequada sobre estas questões numa base contínua. À luz das incertezas envolvidas em questões legais, de concorrência e regulamentares, não pode haver nenhuma garantia de que o resultado de uma matéria ou matérias em particular não seja material para os resultados, operações ou fluxo de caixa do Grupo para um determinado período, dependendo, entre outras coisas, do valor da perda resultante da(s) matéria(s) e do montante das receitas de outra forma comunicadas para o período.

O resultado de questões legais, de concorrência e regulamentares, tanto as que o Grupo está exposto como quaisquer outras que possam surgir no futuro, é difícil de prever. No entanto, é provável que, no âmbito dessas questões, o Grupo incorra em despesas significativas, independentemente do resultado final, e qualquer dessas questões pode expor o Grupo a qualquer um dos seguintes: danos e/ou multas elevadas; reparação de clientes afetados; outras sanções e medidas cautelares; contencioso adicional; ação criminal em determinadas circunstâncias; perda de qualquer proteção acordada existente da acusação; restrições regulamentares sobre as operações comerciais do Grupo, incluindo a revogação de autorizações; aumento de requisitos de conformidade regulamentar; suspensão de operações; admoestação pública; perda de bens ou negócios significativos; um efeito negativo na reputação do Grupo; perda de confiança dos investidores e/ou demissão ou renúncia de indivíduos-chave.

Em janeiro de 2017, o Barclays PLC foi condenado a cumprir três anos de liberdade condicional a partir da data da sentença, de acordo com os termos do seu acordo de maio de 2015 com o DOJ. Durante o período de liberdade condicional, o Barclays PLC deve, entre outras coisas, (i) não cometer qualquer crime em violação das leis federais dos EUA, (ii) implementar e continuar a implementar um programa de cumprimento destinado a prevenir e detetar a conduta que deu origem ao acordo de culpa (iii) reforçar o seu cumprimento e controlos internos, conforme exigido pelas agências reguladoras ou de execução relevantes. As potenciais consequências da violação do acordo de culpa incluem a imposição de termos e condições adicionais ao Grupo, uma extensão do acordo ou o processo penal do Barclays PLC, o que poderia, por sua vez, implicar mais penalidades financeiras e consequências colaterais e ter um efeito adverso material nos negócios, resultados operacionais ou na posição financeira do Grupo.

Há também um risco de que o resultado de qualquer questão legal, de concorrência ou regulamentar em que o Grupo esteja envolvido possa dar origem a alterações na lei ou regulamento, como parte de uma resposta mais ampla por parte de fabricantes e reguladores de direito pertinentes. Uma decisão em qualquer matéria, tanto contra o Grupo como contra outra instituição financeira confrontada com queixas semelhantes, pode levar a outras queixas contra o Grupo.

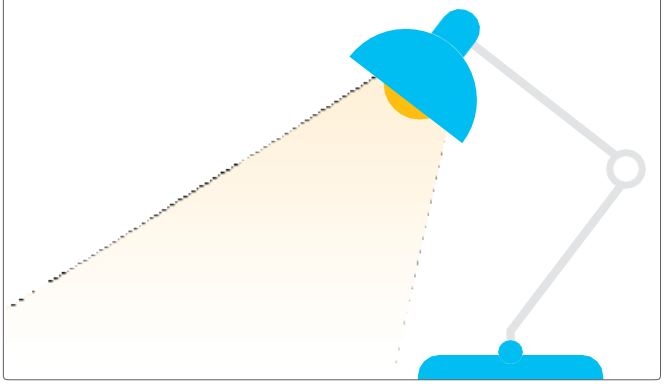
Análise de risco

Gestão de risco

Uma visão geral da abordagem do Barclays à gestão de risco

	Página
Estratégia de gestão de risco do Barclays	
Introdução	146
Quadro de Gestão de Risco da Empresa	146
Riscos Principais	146
Apetência pelo Risco para os Riscos Principais	146
Funções e responsabilidades na gestão de risco	146
Cultura de Risco do Barclays	148
Gestão de risco de crédito	
Visão geral	149
Organização e estrutura	149
Funções e responsabilidades	150
Mitigação do risco de crédito	150
Gestão de risco de mercado	
Visão geral	151
Organização e estrutura	151
Funções e responsabilidades	151
Gestão de risco de capital e tesouraria	
Visão geral	152
Organização e estrutura	152
Risco de liquidez	153
Risco de capital	154
Risco da taxa de juro na carteira bancária	156
Gestão de risco operacional	
Visão geral	157
Organização e estrutura	157
Funções e responsabilidades	158
Gestão de risco do modelo	
Visão geral	159
Organização e estrutura	159
Funções e responsabilidades	159
Gestão de risco de conduta	
Visão geral	160
Organização e estrutura	160
Funções e responsabilidades	160
Gestão de risco de reputação	
Visão geral	161
Organização e estrutura	161
Funções e responsabilidades	161
Gestão de risco jurídico	
Visão geral	162
Organização e estrutura	162
Funções e responsabilidades	162

Para uma análise mais detalhada da nossa avaliação de riscos e conteúdos de gestão de risco, consulte as páginas 134 e 135.
Mais informações sobre a forma como o Barclays gere estes riscos podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.



Análise de risco

Gestão de risco
Estratégia de gestão de risco do Barclays

Introdução

O Barclays desenvolve atividades que implicam a tomada de riscos, todos os dias, em todo o seu negócio. Esta secção apresenta esses riscos e descreve os principais mecanismos de governação para os gerir. Estes incluem funções e responsabilidades, estruturas, políticas e normas, garantia e processos de ensinamentos anteriores. A abordagem do Grupo para promover uma Cultura de Risco forte também é descrita.

Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF)

O Grupo tem objetivos claros de gestão de risco e uma estratégia para os atingir através de processos de gestão de risco centrais. O ERMF define a direção estratégica através da definição de normas, objetivos e responsabilidades claros para todas as áreas do Barclays. Apoia o CEO e o CRO na incorporação de uma gestão de risco eficaz e uma Cultura de Risco forte.

O ERMF estabelece:

- Riscos Principais enfrentados pelo Grupo
- Requisitos de Apetência pelo Risco
- Funções e responsabilidades para gestão de risco
- Estrutura do Comité de Risco.

Em dezembro de 2016, o Conselho aprovou uma revisão do ERMF, que inclui uma taxonomia de risco revista, constituída por oito Riscos Principais. Os riscos de crédito, de mercado, de financiamento, operacional e de conduta foram alinhados com esta nova taxonomia e a gestão destes riscos não mudou significativamente. O risco do modelo, o risco de reputação e o risco jurídico são recentemente classificados como Riscos Principais na última versão do ERFM, refletindo a importância crucial destes tipos de risco no ambiente atual. Em 2016, o Risco do Modelo foi gerido de acordo com políticas específicas ligadas ao ERMF. Estas políticas complementaram os principais quadros de controlo de riscos subjacentes aos tipos de risco financeiro e aplicados a todos os negócios e funções nos quais os riscos financeiros foram incorridos ou geridos. O risco de reputação foi considerado como parte do risco de conduta e o risco jurídico foi incluído como um tipo de sub-risco sob o risco operacional. No presente Relatório Anual, as secções Gestão de Risco (página 145 a 162) seguem a nova taxonomia de Risco Principal de oito riscos, refletindo a nossa abordagem atual de gestão de risco. As seções Desempenho de Risco (páginas 164 a 228) seguem a taxonomia de Risco Principal (de cinco riscos) que prevaleceu durante 2016. As informações sobre o desempenho do risco de reputação em 2016 estão incluídas como parte da secção Risco de Conduta. As informações sobre o desempenho de risco jurídico em 2016 podem ser encontradas na secção Riscos Materiais Existentes e Emergentes (página 136 a 144), na secção Supervisão e Regulamentação (página 229 a 236) e Nota 29 às Demonstrações Financeiras (página 333 a 338). A definição das Três Linhas de Defesa e responsabilidades associadas também foram analisadas. O ERMF contém também uma estrutura de governação revista, incluindo novos Comités de Risco do Grupo e de Negócios, com representação da primeira e segunda linhas de defesa.

Riscos Principais

O ERMF identifica os Riscos Principais e define as responsabilidades e as normas de gestão de risco. Note que os Riscos Jurídicos, de Reputação e do Modelo são Riscos Principais a partir de janeiro de 2017, após a aprovação do Conselho em dezembro de 2016.

Riscos Principais Financeiros:

- Risco de crédito: O risco de perda para a empresa resultante do incumprimento dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber
- Risco de mercado: O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, *spreads* de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos
- Risco de capital e tesouraria: Inclui:
  Risco de liquidez: O risco de que a empresa seja incapaz de cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes ou que não tenha o montante, teor e composição do financiamento e liquidez para suportar os seus ativos
  – Risco de capital: O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco dos planos de pensões da empresa
  – Risco de taxa de juro na carteira bancária: O risco de a empresa estar exposta a uma volatilidade de capital ou do rendimento devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).

Riscos Principais Não Financeiros:

- Risco operacional: O risco de perda para a empresa de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.
- Risco do modelo: O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.
- Risco de reputação: O risco de uma ação, transação, investimento ou evento reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, funcionários ou do público.
- Risco de conduta: O risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente.
- Risco jurídico: O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa cumprir as suas obrigações legais, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

Apetência pelo Risco para os Riscos Principais

A Apetência pelo Risco é definida como o nível de risco que a empresa está disposta a aceitar na condução de suas atividades. A Apetência pelo Risco da empresa:

- especifica o nível de risco que estamos dispostos a correr e porquê, para permitir atividades com riscos específicos
- considera todos os Riscos Principais individualmente e, se necessário, coletivamente
- comunica o nível de risco aceitável para diferentes tipos de risco; isto pode ser expresso em termos financeiros ou não financeiros, e é medida e monitorizada eficazmente
- descreve os parâmetros acordados para o desempenho da empresa a vários níveis de esforço financeiro relativamente à rentabilidade:
- é considerada no âmbito dos principais processos de tomada de decisões, incluindo o planeamento empresarial, as fusões e as aquisições, as novas aprovações de produtos e as iniciativas de alteração empresarial;

A Apetência pelo Risco é aprovada e divulgada entre todas as entidades jurídicas e negócios, incluindo pela utilização de limites de Mandato e Escala para permitir e controlar atividades específicas que tenham implicações de risco de concentração relevantes para a empresa. Estes limites também ajudam a reduzir a probabilidade e a dimensão de prejuízos extraordinários. A Apetência pelo Risco deve ser formalmente analisada pelo menos numa frequência anual, juntamente com o processo de Planeamento a Médio-Prazo (PMP) e aprovada pelo Conselho.

Funções e responsabilidades na gestão de risco - as Três Linhas de Defesa

Todos os colegas são responsáveis por contribuir para a gestão de risco do Grupo. Estas responsabilidades são definidas nas “Três Linhas de Defesa”. Em 2016, estas definições foram simplificadas. Independentemente da sua função, todas as equipas que gerem os processos na empresa são responsáveis por conceber, implementar, remediar, monitorizar e testar os controlos desses processos.

Primeira linha de defesa:
A Primeira Linha engloba todos os funcionários envolvidos na geração de receitas e nas áreas que enfrentam os clientes da empresa e todas as funções de apoio associadas, incluindo Finanças, Tesouraria, Tecnologia e Operações,

Recursos Humanos, etc. Os funcionários da primeira linha são responsáveis por:

- identificar todos os riscos nas atividades em que estão envolvidos e desenvolver políticas, normas e controlos apropriados para reger as suas atividades
- operar dentro de todo e qualquer limite que as funções de Risco e Conformidade estabelecem em relação à Apetência pelo Risco da empresa
- escalar eventos de risco para diretores sénior e Risco e Conformidade.

Os controlos internos são essenciais para a gestão de um negócio rentável e estável. Para garantir que estes controlos se mantêm fortes, sustentáveis e eficientes, foi criada a nova posição estratégica de Diretor de Controlos, que ajudará a manter e melhorar uma estrutura de controlo eficaz e consistente em toda a organização.

A Primeira Linha deve estabelecer as suas próprias políticas e controlos (sujeitos ao Quadro de Controlos da empresa), especialmente no que diz respeito às atividades operacionais, e exigir que os seus colegas administrem todos os controlos às tolerâncias especificadas. Estas atividades relacionadas com o controlo também são consideradas de Primeira Linha e são permitidas desde que estejam dentro de quaisquer limites aplicáveis estabelecidos pelo Risco ou Conformidade. Todas as atividades da primeira linha estão sujeitas à supervisão das partes relevantes da segunda e terceira linhas.

Segunda Linha de Defesa:

Os funcionários para o Risco e Conformidade compõem a Segunda Linha de Defesa. A função da Segunda Linha é estabelecer os limites, regras e restrições sob as quais as atividades de primeira linha devem ser realizadas, consistentes com a Apetência pelo Risco da empresa, e monitorizar o desempenho da Primeira Linha contra estes limites e restrições.

A Segunda Linha pode não estabelecer limites para todas as atividades da Primeira Linha, especialmente aquelas relacionadas com o Risco Operacional. Os controlos para estes serão normalmente estabelecidos por Oficiais de Controlos que operam dentro do Quadro de Controlos da empresa, sob a supervisão da Segunda Linha.

A Segunda Linha também pode realizar determinadas atividades adicionais se, na opinião do CRO do Grupo, isso reduzir a exposição da empresa ao risco.

Terceira Linha de Defesa:

Os funcionários da Auditoria Interna compõem a Terceira Linha de Defesa. Fornecem uma garantia independente ao Conselho de Administração e à Direção Executiva sobre a eficácia da governação, gestão de risco e controlo dos riscos atuais, sistémicos e em evolução.

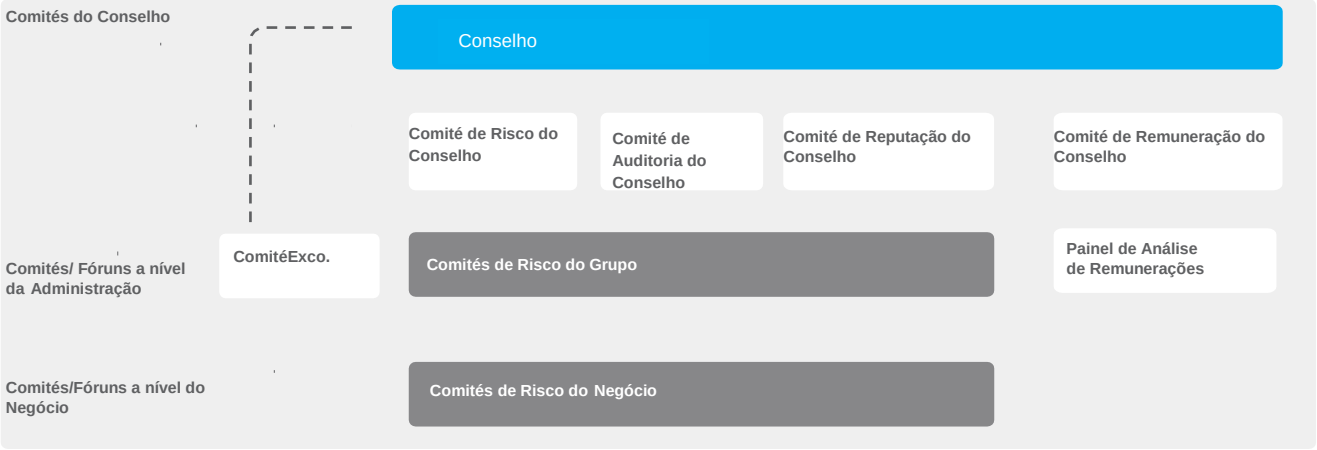
O departamento Jurídico não se senta em nenhuma das três linhas, mas apoia-as todas. No entanto, o Departamento Jurídico está sujeito à supervisão do Risco e Conformidade, no que diz respeito aos riscos Operacional e de Conduta.

Funções e responsabilidades na gestão de risco - comités de risco

Os Comités para o Risco de Negócios consideram assuntos de risco relevantes para os seus negócios e escala, conforme exigido, para o Comité de Risco do Grupo (GRC), cujo presidente, por sua vez, escala para os Comités do Conselho e para o Conselho de Administração.

Existem cinco instâncias a nível do Conselho que analisam e monitorizam os riscos entre todo o Grupo. Estas são: Conselho de Administração, Comité de Risco do Conselho de Administração, Comité de Auditoria do Conselho de Administração, Comité de Reputação do Conselho de Administração e Comité de Remunerações do Conselho de Administração.

O Presidente de cada Comité prepara anualmente uma declaração sobre as atividades do comité, que está incluída neste relatório das páginas 54 a 76



O Conselho

Uma das responsabilidades do Conselho de Administração (Conselho de Administração do Barclays PLC) é a aprovação da apetência pelo risco (consulte a secção Gestão de Risco e Estratégia na página 146), que é o nível de risco que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio. O Diretor de Risco do Grupo (GCRO) apresenta regularmente um relatório ao Conselho que resume os desenvolvimentos no ambiente de risco e as tendências de desempenho nas principais carteiras. O Conselho também é responsável pelo ERFM. Supervisiona a gestão dos riscos mais significativos através da análise regular das exposições ao risco. As responsabilidades da gestão executiva relacionadas com isto são definidas no ERMF.

O Comité de Risco do Conselho (BRC)

O Comité de Risco do Conselho (*Board Risk Committee*, comumente designado por BRC) monitoriza o perfil de risco do Grupo contra a apetência financeira acordada. Nos casos em que o desempenho real difere das expetativas, as ações tomadas pela administração são revistas para garantir que o BRC está confortável com elas. Após cada reunião, o Presidente do BRC elabora um relatório para a próxima reunião do Conselho. Todos os membros são administradores executivos independentes. O Diretor Financeiro do Grupo (*Group Finance Director*, comumente designado por GFD) e o Diretor de Risco do Grupo (*Group Committee Risk Officer*, comumente designado por GCRO) participam em cada reunião por via da regra.

O BRC considera igualmente a demonstração da apetência pelo risco do Grupo em relação ao risco operacional e avalia o perfil de risco operacional do Grupo e a monitorização do risco operacional.

O BRC recebe relatórios regulares e completos sobre as metodologias de risco, a eficácia do quadro de gestão de risco e o perfil de risco do Grupo, incluindo as principais questões que afetam cada carteira de negócios e as tendências de risco futuras. O Comité também delega uma análise aprofundada dos tópicos de risco significativos, que são apresentados pelo CRO ou pelos gestores de risco seniores nas empresas.

O Comité de Reputação do Conselho (RepCo)

O Comité de Reputação do Conselho (*Board Reputation Committee*, comumente designado por RepCo analisa as recomendações da administração sobre conduta e risco de reputação e a eficácia dos processos pelos quais o Grupo identifica e gere estes riscos. Também analisa e monitoriza a eficácia da estratégia de cidadania do Barclays, incluindo a gestão da contribuição económica, social e ambiental do Barclays.

Além disso, os Comités de Auditoria e de Remunerações do Conselho recebem relatórios regulares sobre risco que os ajudam no desempenho das suas funções.

Análise de risco

Gestão de risco
Estratégia de gestão de risco do Barclays

O Comité de Auditoria do Conselho (BAC)
O Comité de Auditoria do Conselho (*Board Audit Committee*, comumente designado por BAC) recebe relatórios periódicos sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno, relatórios trimestrais sobre questões de controlo material de importância, documentos trimestrais sobre julgamentos contabilísticos (incluindo imparidade). Recebe também uma análise trimestral sobre a adequação das imparidades, que analisa em relação ao risco inerente às carteiras, o ambiente de negócio, as políticas e metodologias do Grupo e as tendências de desempenho de bancos pares. O Presidente do BAC também se senta no BRC.

O Comité de Remunerações do Conselho (RemCo)
O Comité de Remunerações do Conselho (*Board Remuneration Committee*, comumente designado por RemCo) recebe um relatório detalhado sobre o desempenho da gestão de risco do BRC, atualizações regulares sobre o perfil de risco e propostas para os ajustes de risco *ex-ante* e *ex-post* para remuneração variável. Estas contribuições são consideradas na definição de incentivos ao desempenho.

Resumos da experiência empresarial, profissional e de gestão de risco relevante dos Conselheiros do Conselho são apresentados na secção Conselho de Administração nas páginas 51 e 52. Os termos de referência e os detalhes adicionais sobre a adesão e atividades para cada um dos principais Comités do Conselho estão disponíveis na secção Governo das Sociedades em home.barclays/about-barclays/barclays-corporate-Governação/ board-committees.

Cultura de Risco do Barclays

O Barclays define Cultura de Risco como “normas, atitudes e comportamentos relacionados com a sensibilização para os riscos, tomada de riscos e gestão de risco”. No Barclays, isto reflete-se na forma como identificamos, escalamos e gerimos questões de risco.

O Nosso Código de Conduta – o Barclays Way
Globalmente, todos os colegas devem atestar o "Barclays Way", o nosso Código de Conduta, e todos os quadros, políticas e normas aplicáveis às suas funções. O Código de Conduta descreve o Propósito e os Valores que regem o nosso modo de trabalhar (Barclays Way) entre todo o nosso negócio a nível global. Constitui um ponto de referência que abrange todos os aspetos das relações de trabalho com os colegas, especificamente (mas não exclusivamente) com outros funcionários e clientes do Barclays, governos e reguladores, parceiros de negócio, fornecedores, concorrentes e comunidade em geral.

Definição de Cultura de Risco e dos seus determinantes
Analisamos a nossa cultura através da lente de quatro “determinantes”, associados aos resultados desejados:

- **Gestão e governação:** Tom consistente desde o topo; as responsabilidades são claras para permitir identificações e desafios
- **Motivação e incentivos:** Os comportamentos corretos são recompensados e modelados
- **Competência e eficácia:** Os colegas conseguem identificar, coordenar, escalar e abordar questões de risco e controlo
- **Integridade:** Os colegas estão dispostos a cumprir suas responsabilidades de gestão de risco; os colegas escalam os problemas numa base mensal.

Gestão e governação
Os líderes devem demonstrar através dos seus comportamentos do dia-a-dia a importância de uma gestão de risco forte e garantir que as suas equipas têm recursos e capacidades suficientes para gerir o ambiente de risco.

A simplificação das Três Linhas de Defesa, bem como a reorganização de comités de negócio e de risco com representação da Primeira e Segunda Linhas de defesa promovem a propriedade e responsabilização pela gestão de risco.

Motivação e incentivos
O Barclays procura garantir que as decisões de compensação e promoção tenham em consideração comportamentos de risco. A gestão e o controlo do risco são avaliados como parte do processo anual de avaliação do desempenho para todos os colegas a nível global. Os comportamentos de gestão de risco positivos serão recompensados e considerados como parte das decisões de promoção, em especial para o diretor-geral.

Competência e eficácia
Foi desenvolvido um *scorecard* de capacidade de risco para que o Comité de Risco do Conselho de Administração monitorize e avalie as capacidades e identifique quaisquer áreas a melhorar. O Barclays também nomeou um Diretor de Risco para a Tesouraria e Capital e um Responsável pela Gestão de Risco de Modelo.

Integridade
A indução global *“Being Barclays”* apoia os novos colegas a compreender como a cultura e as práticas de gestão de risco suportam a forma como o Grupo realiza negócios e o vínculo com os valores do Barclays. O Programa de Liderança abrange a construção, sustentação e apoio de uma organização de confiança e é oferecido aos colegas globalmente.

A promoção e reforço contínuos dos Valores do Barclays, bem como o Barclays Way, refletiram-se na quase perfeita taxa de conclusão de formação dos colaboradores. As mensagens e comunicações do Diretor de Risco enfatizam a importância da escalada precoce de questões de risco.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de crédito

Risco de crédito

O risco de perda para a empresa resultante do incumprimento dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com a empresa, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros dividendos a receber.

Visão geral

A concessão de crédito é uma das principais fontes de receita do Grupo e, como um Risco Principal, o Grupo dedica recursos consideráveis para o seu controlo. O risco de crédito que o Grupo enfrenta decorre principalmente de empréstimos grossistas e retalhistas e avança em conjunto com o risco de crédito de contraparte decorrente de contratos de derivados com clientes. Outras fontes de risco de crédito são decorrentes de atividades comerciais, incluindo: títulos de dívida, saldos de liquidação com contrapartes do mercado, ativos disponíveis para venda e acordos de recompra.

Os objetivos da gestão de risco de crédito são para:

- manter uma estrutura de controlos para garantir que o risco de crédito assumido se baseia em princípios seguros de gestão de risco
- identificar, avaliar e medir o risco de crédito com clareza e precisão em todo o Grupo e dentro de cada unidade de negócio independente, desde o nível das facilidades individuais até à carteira total
- controlar e planear a assunção do risco de crédito em conformidade com as expetativas das partes interessadas externas e evitando concentrações indesejadas
- supervisionar o risco de crédito e aderência aos controlos acordados
- garantir que os objetivos de remuneração de risco são cumpridos.

Mais informações da comunicação do risco de crédito podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Organização e estrutura

As carteiras retalhista e grossista são geridas separadamente para refletir a natureza distinta dos ativos; os balanços grossistas tendem a ser maiores e são geridos numa base individual enquanto os balanços retalhistas são maiores em número mas mais pequenos no valor e são, portanto, geridos numa base de carteira homogénea.

As responsabilidades de gestão de risco de crédito foram estruturadas de modo a que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do negócio, assegurando a revisão e avaliação robustas do desempenho, infraestrutura de risco e planos estratégicos. As equipas de gestão de risco de crédito em cada negócio são responsáveis perante o Diretor de Risco do negócio de crédito relevante (BCRO), que, por sua vez, comunica ao CRO.

Supervisão do Conselho e fluxo de informações relacionadas com o risco

Organização e estrutura

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de crédito

Funções e responsabilidades

As responsabilidades das equipas de gestão de risco de crédito nos negócios, a equipa sancionatória e outros serviços partilhados incluem: sancionar novos acordos de crédito (principalmente grossistas); definir as políticas para aprovação das transações (principalmente retalhistas); definir a apetência pelo risco; supervisionar o risco face aos limites e outros parâmetros; manter a robustez dos processos, a recolha, qualidade, armazenamento e métodos de comunicação de dados para uma gestão de risco de crédito eficaz; para carteiras grossistas, realizar uma rotação efetiva e trabalhar cenários através de equipas dedicadas às reestruturações e recuperações; para carteiras retalhistas, manter processos/unidades de recolha e de recuperação sólidos; e analisar e validar modelos de medição do risco de crédito.

Para carteiras grossistas, a aprovação de risco de crédito é realizada por profissionais experientes em risco de crédito que operam dentro de uma estrutura de autoridade delegada claramente definida, com apenas os diretores de crédito mais antigos confiados com os níveis mais elevados de autoridade delegada. As maiores exposições de crédito, que estão fora da autoridade da Unidade de Sanção de Risco ou do Comité de Distribuição do Risco exigem o apoio do Diretor de Crédito Sénior do Grupo (*Group Senior Credit Officer*, comumente designado por GSCO), o sancionador de risco de crédito mais antigo do Grupo. Para as exposições em excesso da autoridade do GSCO, é necessária a aprovação do CRO do Grupo. Nas carteiras grossistas, os gestores de risco de crédito são organizados em equipas de sanção por geografia, indústria e/ou produto.

O papel da função de Risco Central é fornecer uma orientação de todo o Grupo, supervisão e avaliação da tomada de risco de crédito. O Risco Central define o Quadro de Controlo de Risco de Crédito, que fornece a estrutura dentro da qual o risco de crédito é gerido, juntamente com o apoio às políticas de risco de crédito.

Mitigação do risco de crédito

O Grupo emprega uma variedade de técnicas e estratégias para mitigar ativamente os riscos de crédito de contrapartes. Estes podem ser divididos em três tipos:

- apuração de posição líquida e compensação
- garantias
- transferência de riscos.

Apuração de posição líquida e compensação

Na maioria das jurisdições em que o Grupo opera, as exposições ao risco de crédito podem ser reduzidas mediante a aplicação de apuração de posição líquida e compensação. Em termos de exposição, esta técnica de mitigação do risco de crédito tem o maior impacto global na exposição líquida de operações com derivados, em comparação com outras técnicas de mitigação do risco.

Para as transações de instrumentos derivados, a prática normal do Grupo é entrar em acordos-quadro padrão com as contrapartes (por exemplo, o acordo-quadro da ISDA). Estes acordos-quadro permitem a apuração de posição líquida da exposição ao risco de crédito de uma contraparte resultante de uma transação de instrumentos derivados com as obrigações do grupo para a contraparte no caso de incumprimento, e assim produzir uma exposição de crédito líquido menor. Estes acordos também podem reduzir a exposição de liquidação (por exemplo, para transações de câmbio), permitindo que os pagamentos no mesmo dia na mesma moeda sejam compensados mutuamente.

Garantia

O Grupo tem a capacidade de reclamar garantias no caso de incumprimento da contraparte, que incluem:

- empréstimos à habitação: uma taxa fixa sobre a propriedade residencial na forma de casas, apartamentos e outros imóveis;
- empréstimos grossistas: uma taxa fixa sobre a propriedade comercial e outros ativos físicos, em várias formas
- outros empréstimos retalhistas: inclui os encargos sobre veículos a motor e outros ativos físicos, encargos de penhor sobre bens imobiliários residenciais, e contas a receber de locação financeira;
- derivados: o Grupo também procura entrar num acordo relativo à margem (por ex. CSA) com as contrapartes com as quais o Grupo tem acordos de apuração de posição líquida em vigor;
- acordos de revenda: as garantias normalmente incluem valores mobiliários altamente líquidos que foram legalmente transferidos para o Grupo sujeitos a um acordo para a sua devolução por um preço fixo;
- garantias financeiras e compromissos não contabilísticos semelhantes: garantias em numerário podem ser impostos a estes acordos.

Transferência do risco

Um conjunto de instrumentos incluindo garantias, seguros de crédito, derivados de crédito e titularização podem ser utilizados para transferir o risco de crédito de uma contraparte para outra. Estes mitigam o risco de crédito de duas formas principais:

- se o risco é transferido para uma contraparte que é mais fiável a nível de crédito do que a contraparte original, então o risco de crédito no geral é reduzido;
- quando o recurso para a primeira contraparte permanecer, ambas as contrapartes devem entrar em incumprimento antes de uma perda se materializar. Isto é menos provável do que o incumprimento de qualquer contraparte individualmente, por isso o risco de crédito é reduzido.

Políticas detalhadas encontram-se em vigor para garantir que a mitigação de risco de crédito é adequadamente reconhecida e registada e mais informação pode ser encontrada no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de mercado

Risco de mercado

O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços das mercadorias, *spreads* de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos

Visão geral

Risco de mercado

O risco de mercado surge principalmente como um resultado da facilitação do cliente em mercados grossistas, envolvendo atividades de criação de mercado, soluções de gestão de risco e execução de operações sindicalizadas. Após a execução de um negócio com um cliente, o Grupo irá tentar-se proteger contra o risco de o negócio se movimentar numa direção adversa. Os desajustamentos entre transações de clientes e coberturas resultam em risco de mercado devido a alterações nos preços dos ativos.

O risco de mercado nos negócios reside principalmente no Barclays International, na Tesouraria do Grupo e no segmento Non-Core. Estes negócios têm o mandato de incorrer em risco de mercado.

A avaliação e a vigilância do risco de mercado são oferecidas pelos Comités da unidade de negócio e pelos Comités do Grupo, incluindo o Comité de Risco de Mercado.

Funções e responsabilidades

Os objetivos da gestão de risco de mercado são:

- compreender e controlar riscos de mercado através de uma avaliação sólida, definição de limites, comunicações e vigilância
- facilitar o crescimento das unidades de negócio dentro de um quadro de gestão de risco controlado e transparente
- assegurar que o risco de mercado nas unidades de negócio é controlado de acordo com a apetência alocada
- apoiar a estratégia Non-Core do Barclays de redução de ativos assegurando que permanece dentro da apetência pelo risco acordada.

Para garantir que os objetivos acima referidos são cumpridos, está em vigor uma estrutura de governação bem estabelecida para gerir estes riscos consistentes com o ERMF. Consulte a página 146 sobre a estratégia de gestão de risco, governação e cultura de risco.

O BRC recomenda que a apetência pelo risco de mercado seja objeto de aprovação do Conselho. O Diretor de Risco Principal de Risco de Mercado (*Market Risk Principal Risk Officer,* comumente designado por MRPRO) é responsável pelo Quadro de Controlo de Risco de Mercado e, sob autoridade delegada do CRO, acorda com os BCROs uma estrutura de limites dentro do contexto da apetência pelo risco de mercado aprovada.

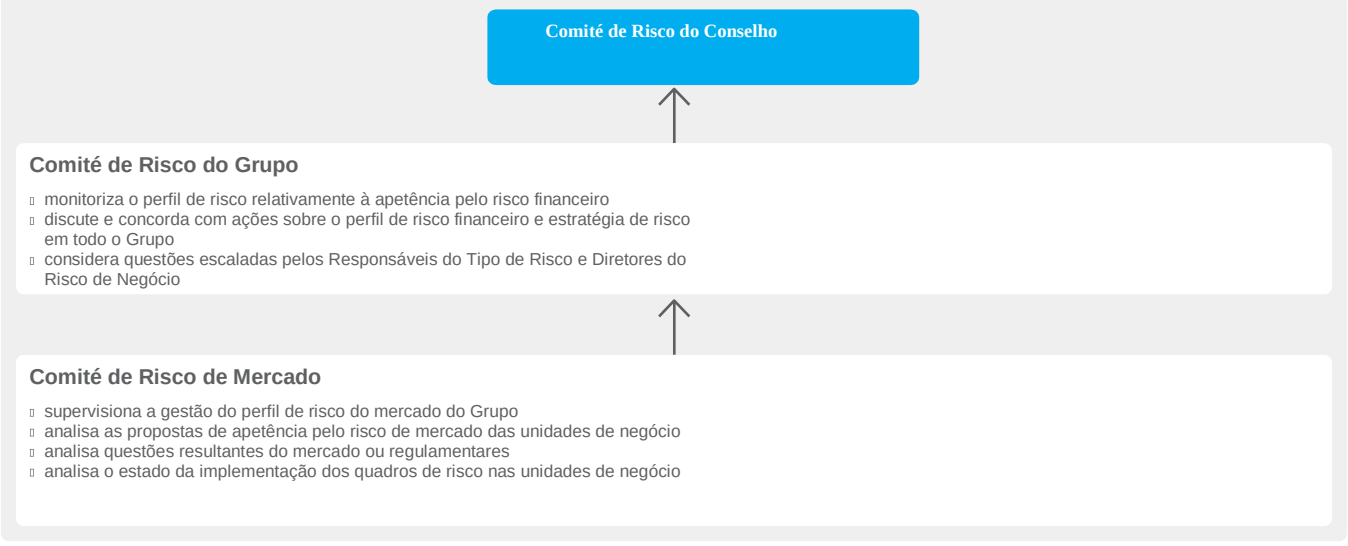
Entre o Grupo, a avaliação e a vigilância do risco de mercado são oferecidas pelos Comités da unidade de negócio e pelos Comités do Grupo, incluindo o Comité de Risco de Mercado.

O Comité de Risco de Mercado aprova e faz recomendações relativas ao perfil de risco de mercado em todo o Barclays, incluindo risco, limites e utilização. Isto inclui a supervisão do funcionamento do Quadro de Risco de Mercado e das normas e políticas associadas; análise de questões de mercado ou regulamentares, limites e utilização; e níveis de apetência pelo risco para o Conselho. O Comité é presidido pelo MRPRO e os participantes incluem os responsáveis pelas unidades de negócios de risco de mercado, os gestores de risco de mercado alinhados com os negócios e Auditoria Interna.

O responsável de cada unidade de negócio é responsável por todos os riscos de mercado associados às suas atividades, enquanto o responsável pela equipa de risco de mercado que abrange cada unidade de negócio é responsável pela implementação do quadro de controlo de risco para o risco de mercado.

Mais informações acerca da gestão de risco de mercado podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Organização e estrutura



Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de capital e tesouraria

Risco de capital e tesouraria

O risco de o Grupo não conseguir alcançar os seus planos de negócio devido à disponibilidade de liquidez planeada, um défice de capital ou um desfasamento nas exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos. A função de Risco de Capital e Tesouraria é uma função de risco independente com responsabilidade pela supervisão dos seguintes riscos:

- **Risco de liquidez:** O risco de a empresa não conseguir cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou de não dispor do montante, do teor e composição adequados de financiamento e liquidez para apoiar os seus ativos
- **Risco de capital:** O risco de que a empresa tenha um nível ou composição insuficiente de capital para apoiar as suas atividades normais de negócio e de satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Isto inclui o risco de planos de pensões da empresa
- **Risco da taxa de juro na carteira bancária:** O risco de a empresa estar exposta a uma volatilidade de capital ou de rendimento devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).

Visão geral

A Tesouraria do Barclays gere o risco de risco de capital e tesouraria numa base diária, sendo o Comité de Tesouraria o principal organismo de gestão. Para assegurar uma supervisão e segregação eficazes das funções e de acordo com o ERMF, a função de Risco de Capital e Tesouraria é responsável pela supervisão das principais atividades de gestão de risco de capital e de liquidez.

Para assegurar uma supervisão e segregação eficazes das funções e de acordo com o ERFM, a função de Risco de Capital e Tesouraria é responsável pela supervisão das atividades de gestão de risco de fundos de capital, liquidez, risco de mercado não negociado (*non-traded market risk*, comumente designado por NTMR) e risco de pensão. A seguir, descreve-se a estrutura e governação associadas aos tipos de risco dentro da função de Risco de Capital e Tesouraria.

Organização e estrutu

Comité de Risco do Conselho

- aprova a Apetência pelo Risco
- analisa questões relevantes que afetam O Risco de Capital e Tesouraria
- aprovam o ICAAP e o ILAAP

Comité de Risco do Grupo

- analisa e recomenda a Apetência pelo Risco para aprovação pelo BRC
- escala questões relevantes que afetam o Risco de Capital e Tesouraria para o BRC
- analisa e recomenda o CAAP e o ILAAP para aprovação pelo BRC

Comité de Risco de Capital e Tesouraria

- gere a Apetência pelo Risco de Capital e Tesouraria
- supervisiona o Perfil de Risco de Capital e Tesouraria
- supervisiona o Ambiente de Controlo do Risco de Capital e Tesouraria
- recomenda a Apetência pelo Risco ao GRC e ao BRC para aprovação pelo BRC
- escala questões relevantes que afetam o Risco de Risco de Capital e Tesouraria para o GRC e para o BRC

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de liquidez

Visão geral

A gestão eficiente da liquidez é essencial para o Grupo manter a confiança dos mercados financeiros e assegurar que o negócio é sustentável. Existe um quadro de controlo em vigor para gerir o risco de liquidez e que foi concebido para atingir os seguintes objetivos:

- manter os recursos de liquidez que sejam suficientes em quantidade e qualidade e um perfil de financiamento que seja apropriado para cumprir com a apetência pelo risco de liquidez tal como expresso pelo Conselho
- manter a confiança do mercado no nome do Grupo.

Isto é atingido através de uma combinação de formação de políticas, revisão e governação, análise, testes de esforço, definição de limites e supervisão. Em conjunto, estes cumprem os requisitos internos e regulamentares.

Funções e responsabilidades

A função de Risco de Capital e Tesouraria é responsável pela gestão e governação do mandato de risco de liquidez definido pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é a principal responsável pela gestão de risco de liquidez dentro da apetência pelo risco estabelecida.

Gestão de risco de liquidez

Existe um quadro de controlo em vigor para o Risco de Liquidez sob o qual a função de Tesouraria opera. O quadro de controlo descreve os processos de gestão de risco de liquidez, as políticas associadas e os controlos que o Grupo tem implementado para gerir o risco de liquidez dentro da Apetência pelo Risco de Liquidez (*Liquidity Risk Appetite*, comumente designado por LRA) e está sujeito a revisão anual.

O Conselho define a LRA sobre os testes de esforço do Grupo e é representada como o nível de risco que o Grupo escolhe assumir na prossecução dos seus objetivos de negócio e no cumprimento das suas obrigações regulamentares. A LRA aprovada é implementada de acordo com o quadro de controlo e com a política de risco de liquidez.

Quadro de controlo

O Barclays dispõe de um amplo quadro de controlo para gestão de risco de liquidez do Grupo. Este quadro foi projetado para fornecer o termo e estrutura de financiamento adequados consistentes com a LRA estabelecida pelo Conselho.

O quadro de controlo incorpora uma série de ferramentas de gestão de negócios em curso para supervisionar, limitar e testar o balanço do Grupo e passivos contingentes e um Plano de Financiamento de Contingência. A definição de limites e os preços de transferência são ferramentas concebidas para controlar o nível de risco de liquidez assumido e orientar a combinação adequada de fundos.
Juntas, estas ferramentas reduzem a probabilidade de um evento de esforço de liquidez levar a uma incapacidade de cumprir as obrigações do Grupo à medida que vencem.

Os testes de esforço avaliam as potenciais saídas de esforço contratuais e contingentes sob uma série de cenários, que são depois utilizados para determinar a dimensão do conjunto da liquidez que está imediatamente disponível para cumprir as saídas de caixa antecipadas no caso da ocorrência de um esforço.

O Grupo mantém um Plano de Financiamento de Contingência que detalha como os eventos de esforço de liquidez de gravidade variada seriam geridos. Como não se pode conhecer antecipadamente a natureza de um esforço, os planos foram pensados para serem flexíveis à natureza e gravidade do evento de esforço e para fornecerem um conjunto de opções que possam ser utilizadas tal como apropriado. O Barclays também mantém Planos de Recuperação que têm em conta ações para gerar liquidez adicional de forma a facilitar a recuperação num esforço grave.

Apetência pelo Risco e planeamento

O Barclays estabeleceu uma LRA sobre os testes de esforço do Grupo e é representada como o nível de risco de liquidez que o Grupo decide tomar na prossecução dos seus objetivos de negócio e no cumprimento das suas obrigações regulamentares.

A principal expressão do risco de liquidez é através de testes de esforço. É medida com referência ao conjunto de liquidez em comparação com as saídas de caixa contratuais e contingentes líquidas de esforço antecipadas para cada um dos cinco cenários de esforço. O Barclays definiu tanto as métricas de testes de esforço de LRA de curto-prazo como de longo-prazo.

A LRA para os testes de esforço internos é aprovada pelo Conselho. A LRA é analisada numa base contínua e está sujeita a revisão formal pelo menos anualmente como parte do processo individual de avaliação da adequação de liquidez (*Individual Liquidity Adequacy Assessment Process*, comumente designado por ILAAP).

Os exfluxos de esforço são utilizados para determinar a dimensão do Conjunto de Liquidez do Grupo, o que representa os recursos imediatamente disponíveis para cumprir os exfluxos num esforço. Para além do conjunto de liquidez, o quadro e política de controlo preveem outras ações de gestão, incluindo a geração de liquidez a partir de outros ativos líquidos no balanço do Grupo, para fazer face a exfluxos de esforço adicionais, ou para preservar ou restaurar o Conjunto de Liquidez no caso de um esforço de liquidez.

Limites de liquidez

O Barclays gere os limites numa variedade de exposições no balanço e fora do balanço, uma amostra da qual é apresentada na tabela abaixo. Estes limites servem para controlar a extensão e composição global do risco de liquidez assumido pela gestão da exposição aos exfluxos de caixa.

Indicadores de aviso prévio

O Barclays supervisiona uma série de indicadores de mercado para sinais de aviso prévio de risco de liquidez tanto no mercado como específicos do Barclays, dos quais é apresentado um exemplo na tabela adiante. Estes foram pensados para identificar imediatamente a emergência do aumento do risco de liquidez para maximizar o tempo disponível para executar as ações de mitigação adequadas. Os indicadores de aviso prévio são utilizados como parte da avaliação da possibilidade de invocar o Plano de Financiamento de Contingência do Grupo (CFP).

Plano de Financiamento de Contingência e Plano de Resolução e Recuperação

O Barclays mantém um Plano de Financiamento de Contingência (CFP), que foi concebido para apresentar uma estrutura na qual o esforço de liquidez possa ser gerido eficazmente. O CFP é proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio e é testado para assegurar que é operacionalmente sólido. O CFP detalha as circunstâncias nas quais o plano pode ser invocado, inclusive, em resultado de movimentos adversos nos Indicadores de aviso prévio de liquidez. Como parte do plano, o Tesoureiro do Barclays estabeleceu um Comité de Gestão de Liquidez (*Liquidity Management Committee*, comumente designado por LMC). Após invocação do CFP pelo Comité

Gestão de negócios em curso	Sinais prévios/ esforço médio	Esforço grave	Recuperação	Resolução
▯ Testes de esforço e planeamento ▯ Limites de liquidez ▯ Indicadores de aviso prévio	▯ Monitorização e análise ▯ Ações de gestão que não necessitam de racionalização empresarial	▯ Ativação do Plano de Financiamento de Contingência ▯ Ações de gestão com impacto positivo na franquia	▯ Ativação de opções de recuperação adequadas para restaurar a posição de capital e/ou liquidez do Grupo	▯ Garantir que é possível realizar uma resolução ordenada, se necessário, sem risco sistemático adverso ou expondo os fundos públicos a perdas

Executivo, o LMC reunir-se-ia para identificar o impacto provável do evento no Grupo e para determinar a resposta, que seria proporcional à natureza e gravidade do esforço.

O CFP fornece um plano de comunicação e inclui ações de gestão para responder aos esforços de liquidez de gravidade variável. Isto inclui a monetização do conjunto de liquidez, abrandamento da extensão do crédito, aumento do teor do financiamento e garantia ou venda de ativos.

Gestão de risco de capital

Visão geral

O risco de capital é gerido através de supervisão e gestão contínuos da posição de capital, testes de esforço regulares e um quadro sólido de governação de capital.

Organização e estrutura

A gestão de risco de capital faz parte integrante da abordagem do Grupo para a estabilidade financeira e gestão da sustentabilidade e, portanto, é incorporada na forma como as nossas unidades de negócio e entidades jurídicas atuam.

A gestão de risco de capital é apoiada por um quadro e uma política de controlo. A estratégia de gestão de capital, delineada nos planos de capital do Grupo e das entidades jurídicas, é desenvolvida em alinhamento com o quadro de controlo e política de risco de capital, e é implementada de forma consistente para cumprir os objetivos do Grupo.

O Conselho aprova o plano de capital do Grupo, testes de esforço internos e regulamentares e o plano de recuperação do Grupo. O Comité de Tesouraria é responsável pela supervisão e gestão de risco de capital de acordo com os objetivos de gestão de capital, o plano de capital e os quadros de risco do Grupo. O Comité de Risco do Conselho analisa o perfil de risco e, anualmente, analisa a apetência pelo risco e o impacto dos cenários de esforço no plano/previsão de capital do Grupo de modo a acordar a adequação de capital projetada do Grupo.

A gestão local assegura a conformidade com os requisitos de capital regulamentar mínimos, reportando aos Comités de Ativos e Passivos locais, com a supervisão do Comité de Tesouraria do Grupo, conforme necessário.

Objetivos	Práticas
Garantir que o Grupo e as entidades jurídicas mantêm capital adequado para suportar o impacto dos riscos que possam resultar das condições de esforço analisadas pelo Grupo.	▯ Cumprir os requisitos mínimos regulamentares em todas as jurisdições. ▯ Manter amortecedores de capital regulamentar mínimos. ▯ Realizar testes de esforço internos e regulamentares alargados ao Grupo. ▯ Desenvolver planos de contingência para esforços severos e extremos, que incluem ações de gestão do esforço e ações de recuperação.
Apoiar uma notação de crédito forte.	Manter os rácios de capital em conformidade com as expectativas das agências de notação.
Manter capital adequado para cobrir as necessidades de negócio atuais e previstas do Grupo e riscos associados, a fim de fornecer uma oferta de negócio viável e sustentável.	Manter um plano de capital a curto e médio-prazo, alinhado com os objetivos estratégicos do Grupo, equilibrar a geração de capital com o crescimento do negócio e a distribuição pelos acionistas.

Funções e responsabilidades

O Tesouraria tem como principal responsabilidade a gestão e monitorização de capital e relatórios ao Diretor Financeiro do Grupo. A função de Risco de Capital e Tesouraria contém uma equipa de Supervisão do Risco de Capital, e é uma função de risco independente que comunica aos CROs do Grupo, e é responsável pela supervisão do risco de capital.

Gestão de risco de capital

A estratégia de gestão do capital do Grupo é impulsionada pelos objetivos estratégicos do Grupo e pela apetência pelo risco definida pelo Conselho. Os objetivos do Grupo são alcançados através de práticas de gestão de capital bem incorporadas.

Planeamento e alocação de capital

O Grupo avalia os seus requisitos de capital em bases múltiplas, tendo o plano de capital do Grupo sido definido em função da apetência e perfil de risco do Grupo, objetivos estratégicos e de desempenho, requisitos regulamentares e fatores internos e de mercado, incluindo os resultados dos testes de esforço. O plano de capital é gerido a nível hierárquico através de ciclos de planeamento financeiro a curto e a médio-prazo e é desenvolvido com o objetivo de assegurar que o Grupo mantém um nível de capital adequado para suportar os seus requisitos de capital.

O PRA determina os requisitos de capital regulamentar para o Grupo consolidado. Ao abrigo destes quadros regulamentares, os requisitos de capital são estabelecidos tendo em conta o nível de risco a que a empresa está exposta e os fatores acima referidos, sendo medidos através de RWAs baseados no risco e em métricas baseadas em alavancagem. A avaliação interna da adequação de capital do Banco é realizada através do Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interno (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*, comumente designado por ICAAP), sendo utilizado para informar os requisitos de capital da empresa.

O Grupo espera cumprir os requisitos mínimos de capital e de alavancagem, tanto durante o período de transição como na implementação integral, além de ter um amortecedor interno dimensionado de acordo com a avaliação do risco de capital da empresa.

Através do processo de planeamento de capital, as alocações de capital são aprovadas pelo Comité Executivo do Grupo, tendo em conta a apetência pelo risco e os objetivos estratégicos do Grupo. É alocado às entidades legais regulamentadas, no mínimo, o capital suficiente para satisfazer os seus requisitos regulamentares e de negócios tanto atuais como futuros.

Monitorização e comunicação de informação

O capital é gerido e monitorizado para garantir que os planos de capital do Barclays permaneçam adequados e que os riscos para os planos sejam considerados.

Existem limites em vigor para apoiar o alinhamento com o plano de capital e a adesão aos requisitos regulamentares, sendo monitorados através de fóruns adequadamente governados. Os riscos de capital contra indicadores de alerta precoce específicos da empresa e macroeconómicos são monitorizados e comunicados ao Comité de Tesouraria, com canais de escalonamento claros para a direção de topo. Isto permite uma abordagem consistente e objetiva para monitorizar a perspetiva de capital em relação ao plano de capital, e apoia a identificação precoce quando as perspetivas se deterioram.

As informações sobre a gestão do capital estão imediatamente disponíveis para apoiar a tomada de decisões estratégica e diária da unidade de negócio da Direção de Topo.

Testes de esforço e mitigação de riscos

Os testes de esforço internos a nível do Grupo são realizados para quantificar e compreender o impacto das sensibilidades no plano de capital e rácios de capital decorrentes de condições macroeconómicas em esforço. Os recentes esforços das instituições económicas, do mercado e dos pares são utilizados para informar os pressupostos desenvolvidos para os testes de esforço internos e para avaliar a eficácia das estratégias de mitigação.

O Grupo também realiza testes de esforço prescritos pelo BoE e pela EBA. As entidades jurídicas realizam testes de esforço prescritos pelos seus reguladores locais. Estes testes de esforço informam as decisões sobre a dimensão e a qualidade do amortecedor de capital interno necessário e os resultados são incorporados no plano de capital do Grupo para garantir a adequação do capital em condições normais e graves, mas plausíveis de esforço.

As ações são identificadas como parte dos testes de esforço que podem ser realizados para mitigar os riscos que possam surgir em caso de alterações adversas materiais na atual situação económica e empresarial. Como proteção adicional, o Plano de Recuperação do Barclays define as ações e as estratégias de implementação disponíveis para o Grupo aumentar ou preservar os nossos recursos de capital no caso de eventos de esforço que sejam mais graves do que se esperava.

Transferibilidade do capital

O capital excedente mantido nas entidades do Grupo deve ser repartido pelo Barclays Bank PLC na forma de dividendos e/ou repatriação de capital, sujeito a exigências regulamentares locais, controlos cambiais e implicações fiscais. Esta abordagem permite uma flexibilidade ótima na redistribuição de capital entre entidades jurídicas. Antes e depois da implementação do *ring-fencing*, o capital é gerido para o Grupo como um todo, bem como as suas subsidiárias operacionais, para garantir a fungibilidade e a redistribuição de capital enquanto cumpre os objetivos internos e regulamentares relevantes a nível das entidades.

Risco de câmbio

O Grupo possui recursos de capital e RWAs denominados em moedas estrangeiras. As variações nas taxas de câmbio resultam em variações no valor equivalente em libras esterlinas da moeda estrangeira denominados recursos de capital e RWAs. Consequentemente, os rácios de capital regulamentar do Grupo são sensíveis aos movimentos em moeda estrangeira.

A estratégia de gestão do rácio de capital do Grupo é minimizar a volatilidade dos rácios de capital causados por movimentos da taxa de câmbio. Para alcançar este objetivo, o Grupo pretende manter o rácio de moeda estrangeira CET 1, capital de nível 1 (Tier 1) e capital total de recursos para RWA em moeda estrangeira o mesmo que os rácios de capital consolidados do Grupo.

Os investimentos do Grupo em sucursais e filiais de moeda estrangeira, na medida em que não estão cobertos para os movimentos da taxa de câmbio, traduzem-se em libras esterlinas após a consolidação, criando recursos de capital CET 1 sensíveis a movimentos em moeda estrangeira. As alterações no valor dos investimentos em libra esterlina devido a movimentos em moeda estrangeira são captadas na reserva de conversão de divisas, resultando num movimento de capital CET 1.

Para criar recursos de moeda estrangeira de Capital de Nível 1 e Capital Total adicionais para os recursos de capital CET1, o Grupo emite, sempre que possível, empréstimos em moedas que não a libra esterlina. Isto é conseguido principalmente através da emissão de capital em dívida do Barclays Bank PLC ou do Barclays Bank PLC em dólar americano ou em euro, mas também pode ser conseguido através de subsidiárias que emitem capital em moeda local.

Risco de pensões

O Grupo mantém uma série de regimes de pensões de prestações definidas para funcionários anteriores e atuais. A capacidade do fundo de pensões cumprir os pagamentos de pensões projetados é mantida principalmente através de investimentos.

O risco de pensões surge porque o valor de mercado estimado de ativos do fundo de pensões pode diminuir; os retornos de investimento podem diminuir; ou o valor estimado das responsabilidades com pensões pode aumentar como resultado de mudanças no processo de mercado. O Grupo monitoriza os riscos de mercado decorrentes dos seus regimes de pensões de prestações definidas, e trabalha com os Administradores para resolver deficiências. Nestas circunstâncias, o Grupo pode ser obrigado ou pode optar por fazer contribuições adicionais para o fundo de pensão. O regime de benefícios definido principal do Grupo foi encerrado para novas adesões em 2012.

Risco da taxa de juro na carteira bancária

Visão geral

As operações da carteira bancária geram risco de mercado não negociado, principalmente através do risco de taxa de juro decorrente da sensibilidade da margem financeira líquida devido a alterações nas taxas de juro. Para gerir o risco de taxa de juro dentro da sua apetência pelo risco definida, os principais negócios bancários envolvem negociações internas de derivativos com a Tesouraria. No entanto, os negócios permanecem suscetíveis ao risco de mercado de seis fontes principais:

- risco direto: o desfasamento entre a liquidação de saldos de produtos e a cobertura de taxa de juro associada, uma vez que o balanço é mantido estático
- risco estrutural: o impacto do choque cambial na taxa de recarga de cobertura negociável em produtos não vencidos, uma vez que o balanço é mantido estático
- risco de pagamento antecipado: a redução do balanço pode ser mais rápida ou mais lenta do que o esperado, devido ao comportamento do cliente em resposta a condições económicas gerais ou taxas de juros. Isto pode levar a uma incompatibilidade entre o saldo real dos produtos e as coberturas executadas com a Tesouraria com base em expetativas iniciais;
- risco de recrutamento: o volume das novas unidades de negócio poderá ser menor ou maior do que o esperado, exigindo que a empresa liberte ou execute transações de cobertura de risco com a Tesouraria a taxas diferentes das esperadas;
- risco residual e compressão de margens: o negócio pode reter um pequeno elemento de risco da taxa de juro para facilitar a gestão diária do negócio do cliente. Além disso, no ambiente atual da taxa de juro baixa, os depósitos em que o Grupo define a taxa de juro estão expostos a compressão de margens. Isto porque, para qualquer nova queda na taxa de base, o Grupo deve absorver uma quantidade crescente do movimento da taxa na sua margem
- risco de atraso: o risco de ser incapaz de reavaliar o preço dos produtos imediatamente após uma alteração nas taxas de juro devido a períodos de notificação obrigatória e restrições operacionais em correspondências de grande volume. Isto é altamente prevalente nos produtos de poupança de taxas (por exemplo, Poupança Diária) em que os clientes devem ser informados por escrito sobre qualquer redução prevista na sua taxa de poupança.

O risco de mercado não negociado também decorre da carteira de investimentos Saldo de Liquidez que é gerida com uma apetência pelo risco definida. Os investimentos no saldo de liquidez estão geralmente sujeitos a regras contabilísticas de venda disponíveis; as alterações no valor destes ativos afetam o capital através da reserva disponível para venda.

Funções e responsabilidades

A equipa de Risco de Mercado de Tesouraria:

- fornece a supervisão e monitorização da gestão de risco de todos os riscos de mercado negociados e não negociados na Tesouraria, que inclui especificamente a gestão de risco de saldo de liquidez, atividades de financiamento, cobertura de gestão de ativos e passivos, risco de taxas de juro residuais da solução de contabilidade de cobertura e cobertura de transposição de moeda estrangeira
- estabelece e monitoriza os limites de risco para garantir que o risco de mercado não negociado assumido na Tesouraria e a carteira bancária de clientes seguem a apetência pelo risco acordada.

A equipa do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária:

- avalia o risco de taxa de juro na carteira bancária, particularmente no que se refere à carteira bancária de clientes e Tesouraria
- atua como análise e avaliação das práticas e decisões de gestão de risco da Primeira Linha, incluindo a atividade de cobertura realizada pelo Tesouraria em nome da empresa
- atua como análise e avaliação dos pressupostos comportamentais utilizados na cobertura e preço de transferências.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco operacional

Risco operacional

O risco de perda para a empresa resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.

Visão geral

A gestão de risco operacional tem dois objetivos principais:

- minimizar o impacto das perdas sofridas, tanto no decurso normal do negócio (pequenas perdas), como de eventos extremos (grandes perdas)
- melhorar a gestão eficaz do Grupo e reforçar a sua marca e reputação externa.

O Grupo está empenhado na gestão e medição do risco operacional e foi concedido uma dispensa pela FSA (agora o PRA) para operar o Método de Medição Avançada (*Advanced Measurement Approach*, comumente designado por AMA) para o risco operacional, que teve início em janeiro de 2008. A maioria do Grupo calcula os requisitos de capital regulamentar utilizando o AMA (94% dos requisitos de capital), exceto para partes pequenas da organização adquiridas desde a permissão original (6% dos requisitos de capital) utilizando a Abordagem do Indicador Básico (*Basic Indicator Approach*, comumente designado por BIA). O Grupo trabalha para aferir a sua gestão interna do risco operacional e práticas de medição com os bancos pares e para impulsionar o desenvolvimento de técnicas avançadas.

O Grupo compromete-se a operar dentro de um forte sistema de controlo interno que permite que os negócios sejam transacionados e o risco assumido sem expor o Grupo a possíveis perdas inaceitáveis ou danos à reputação. O Grupo tem uma estrutura abrangente que define a abordagem para a governação interna. Este guia estabelece os mecanismos e processos pelos quais o Conselho orienta a organização, através da definição do tom e das expetativas a partir do topo, delegando autoridade e supervisionando a conformidade.

Organização e estrutura

O Risco Operacional engloba uma série de riscos específicos definidos como segue:

- **fornecedor externo:** seleção inadequada e gestão contínua de fornecedores externos
- **informação financeira:** declarações erradas ou omissões no âmbito da comunicação de informação financeira externa ou regulamentar
- **fraude:** comportamento desonesto com a intenção de obter uma vantagem ou causar uma perda a outros
- **informação:** proteção inadequada das informações do Grupo de acordo com o seu valor e sensibilidade
- **processamento de pagamentos:** falha no funcionamento do processamento de pagamentos
- **pessoas:** capacidades inadequadas das pessoas e/ou desempenho/estruturas de compensação e/ou comportamentos inadequados
- **instalações e segurança:** indisponibilidade das instalações (para responder à procura do negócio) e/ou ambientes de trabalho seguros, e proteção inadequada dos ativos físicos, dos funcionários e dos consumidores contra ameaças externas
- **impostos:** falha no cumprimento da legislação tributária e práticas que possam levar ao pagamento de multas, taxas ou impostos adicionais ou danos à reputação
- **tecnologia (incluindo segurança cibernética):** incapacidade de desenvolver e implantar soluções tecnológicas seguras, estáveis e fiáveis que incluem risco de perda ou prejuízo para os negócios e clientes do Barclays, como resultado de ações cometidas ou facilitadas através da utilização de sistemas de informação em rede
- **operações transacionais:** falha na gestão de processos de transação importantes.

Com vista a assegurar uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos no Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia de risco operacional estendeu-se para além dos riscos operacionais listados acima para cobrir áreas incluídas no risco de conduta. Para mais informações sobre o risco de conduta, consulte a página 160.

Estes riscos podem resultar em impactos financeiros e/ou não financeiros incluindo violações jurídicas/regulamentares ou danos à reputação.

Organização e estrutura

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco operacional

Funções e responsabilidades

A responsabilidade principal pela gestão de risco operacional e da conformidade com os requisitos de controlo cabe às unidades de negócio e funcionais onde surge o risco. O perfil de risco operacional e ambiente de controlo são analisados pela gestão da unidade de negócios através de reuniões específicas que abrangem a governação, risco e controlo. As empresas são obrigadas a comunicar os seus riscos operacionais, tanto numa base regular como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios incluem um perfil dos riscos materiais que possam ameaçar a realização dos seus objetivos e a eficácia dos controlos-chave, questões de controlo relevantes, eventos de risco operacional e uma análise de cenários.

O Diretor de Risco Operacional do Grupo é responsável pela criação, propriedade e manutenção de um Quadro de Risco Operacional alargado ao Grupo e pela supervisão da carteira de Risco Operacional entre o Grupo.

A gestão de risco operacional atua como uma segunda linha de capacidade de defesa, e é responsável pela implementação do quadro e por monitorizar eventos de risco operacional e exposições ao risco. Os Indicadores-chave (KIs) permitem que o Grupo monitorize o seu perfil de risco operacional e alerte a gestão quando os níveis de risco excederem os limites aceitáveis ou níveis de apetência pelo risco e promova a tomada oportuna de decisões e ações.
Através da participação em reuniões de GFC, a gestão de risco operacional fornece uma contribuição de risco específico para as questões destacadas e o perfil de risco global do negócio.
As questões de risco operacional escaladas a partir destas reuniões são consideradas através das reuniões de análise de Segunda Linha de Defesa. Dependendo da sua natureza, os resultados dessas reuniões são apresentados ao BRC ou BAC.

Autoavaliações de risco e controlo

O Grupo identifica e avalia todos os riscos significativos dentro de cada unidade de negócio e avalia os controlos-chave em vigor para mitigar esses riscos. Os gestores das empresas utilizam técnicas de autoavaliação para identificar riscos, avaliar a eficácia dos controlos-chave em vigor, e avaliar se os riscos são geridos de forma eficaz. As empresas são então capazes de tomar decisões sobre que ação, se houver, é necessária para reduzir o nível de risco para o Grupo. Estas avaliações de risco são monitorizadas numa base regular para assegurar que cada empresa entende continuamente os riscos que enfrenta.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco do modelo

Risco do modelo

O risco das possíveis consequências adversas de avaliações ou decisões financeiras baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.

Visão geral

O Barclays utiliza modelos para apoiar uma vasta gama de atividades, incluindo a informação de decisões e estratégias de negócio, medição e limitação de riscos, avaliação de exposições, realização de testes de esforço, avaliação da adequação de capital, gestão de ativos de clientes ou cumprimento dos requisitos para apresentação de relatórios.

Uma vez que os modelos são representações imperfeitas e incompletas da realidade, podem estar sujeitos a erros que afetam a precisão do seu resultado.

Os erros do modelo podem resultar em decisões empresariais inadequadas, perdas financeiras, risco regulamentar, risco de reputação e/ou apresentação de relatórios de capital inadequados.

Os modelos também podem ser mal utilizados, por exemplo, aplicados a produtos a que não foram destinados, ou não ajustados, onde as alterações fundamentais no seu ambiente justificariam a reavaliação dos seus principais pressupostos.

Os erros e a má utilização são as principais fontes do risco do modelo.

É crucial uma gestão robusta do risco do modelo para garantir que o risco do modelo é avaliado e gerido dentro de uma apetência pelo risco definida. A forte cultura do risco do modelo, o ambiente tecnológico adequado e o foco adequado na compreensão e resolução das limitações do modelo são componentes cruciais.

Organização e estrutura

O Barclays aloca recursos substanciais para identificar e registar modelos e a sua utilização, documentar e monitorizar o desempenho de modelos, validar modelos e garantir que as limitações do modelo são adequadamente tratadas.

O Barclays tem uma função de Gestão de Risco do Modelo (*Model Risk Management*, comumente designado por MRM) dedicada, composta por duas unidades principais: a Unidade de Validação Independente (*Independent Validation Unit*, comumente designada por IVU), responsável pela validação e aprovação do modelo e os Controlos e Governação do Modelo (*Model Governação and Controls*, comumente designada por MGC), que cobrem a governação, controlos e elaboração de relatórios do risco do modelo, incluindo a titularidade da política de risco do modelo.

A política de risco do modelo prescreve requisitos de ponta a ponta para todo o Grupo para a identificação, medição e gestão de risco do modelo, abrangendo documentação, desenvolvimento, implementação, monitorização, revisão anual, validação e aprovação independentes, processos de alteração e elaboração de relatórios do modelo. A Política é suportada por Normas globais que abrangem o inventário, documentação, validação, complexidade e materialidade, testes e monitorização, sobreposições do modelo, bem como modelos de fornecedores e avaliação comparativa do CCAR.

O Barclays está continuamente a melhorar o modelo de gestão de risco´. A MRM reporta ao Diretor de Risco do Grupo e opera uma estrutura global. A implementação de normas de melhores práticas é um objetivo central do Grupo. Estão em curso programas de desenvolvimento de novos modelos para implementar os requisitos de modelo da reforma estrutural do Reino Unido, CCAR, FRTB e IFRS9.

Funções e responsabilidades

As principais atividades de gestão de risco do modelo incluem:

- garantir que os modelos são corretamente identificados em todas as áreas relevantes da empresa e registados na Base de Dados de Modelos de Grupo (GMD), o inventário do modelo de todo o Grupo. Os responsáveis das áreas relevantes (normalmente, os Diretores de Risco da Unidade de Negócio, os Diretores Executivos da Unidade de Negócio, o Tesoureiro, o Diretor Financeiro) atestam anualmente a integridade e a exatidão do inventário do modelo. O MGC efetua análises de conformidade regulares no inventário do modelo. Estas atividades são detalhadas no Inventário, Fluxo de Trabalho e Norma de Taxonomia do Modelo
- garantir que cada modelo tem um titular do modelo que é responsável pelo modelo. O titular do modelo deve assinar os modelos antes da apresentação à IVU para validação. O titular do modelo trabalha com as equipas técnicas relevantes (desenvolvedores de modelos, implementação, monitorização, serviços de dados, regulamentação) para garantir que o modelo apresentado à IVU é e continua capacitado para o objetivo, de acordo com a Norma de Documentação Modelo e a Norma de Teste, Monitorização e Revisão Anual do Modelo
- garantir que todos os modelos são objeto de validação e aprovação pela IVU, antes de serem implementados e numa base contínua, de acordo com a Norma de Validação e Aprovação do Modelo. O nível de revisão e avaliação aplicado pela IVU é adaptado à materialidade e complexidade de cada modelo. A validação inclui uma análise dos pressupostos do modelo, da solidez concetual, dos dados, do design, dos testes de desempenho, da conformidade com os requisitos externos, se aplicável, bem como quaisquer limitações, remediações propostas e sobreposições com apoio à sua fundamentação. As alterações significativas do modelo estão sujeitas a validação e aprovação priorizadas
- normas específicas cobrem as atividades de gestão de risco do modelo relacionadas com a avaliação comparativa do CCAR, modelagem da concorrência, sobreposições de modelos, modelos de fornecedores e complexidade e materialidade do modelo.

Organização e estrutura

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de conduta

Risco de conduta

O risco de conduta é o risco de prejuízo a clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente.

Visão geral

O Grupo define, gere e mitiga o risco de conduta com os objetivos de fornecer resultados positivos para clientes e proteger a integridade do mercado. Isto inclui adotar medidas razoáveis para garantir que a nossa cultura e estratégia estejam adequadamente alinhadas com estes objetivos; os nossos produtos e serviços são razoavelmente concebidos e fornecidos para responder às necessidades dos nossos clientes, bem como para manter a operação justa e ordenada dos mercados em que fazemos negócios.

Como parte da atualização do Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF) (página 146), o risco de Reputação foi designado como Risco Principal e o Crime Financeiro foi designado como Categoria de Risco sob Risco de Conduta.

Organização e estrutura

O Comité de Risco do Grupo (GRC) é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco de Conduta do Barclays.

Funções e responsabilidades

O Quadro de Risco Principal do Risco de Conduta (*Principal Risk Framework*, comumente designado por PRF) compreende um número de elementos que permite que o Grupo faça a gestão e medição do seu perfil de risco de conduta.

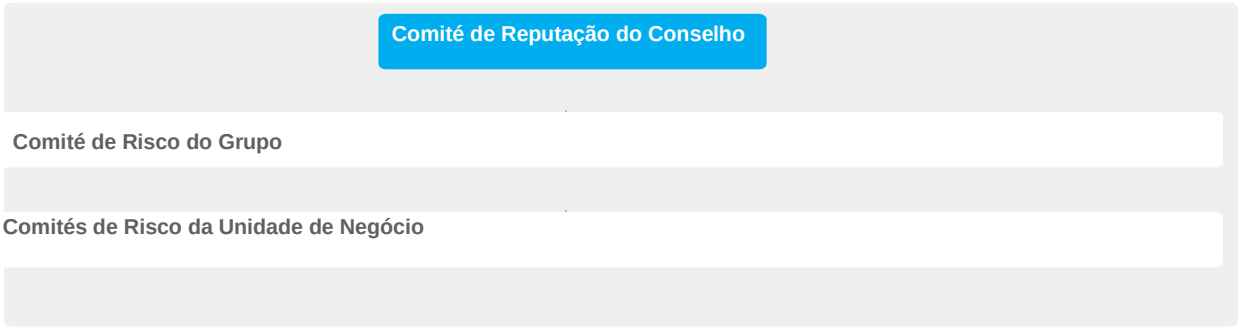
O PRF é implementado verticalmente entre o Grupo através de uma estrutura organizacional que requer que todas as unidades de negócio implementem e operem o seu próprio quadro de risco de conduta que vai de encontro aos requisitos detalhados dentro do ERMF.

A principal responsabilidade pela gestão de risco conduta e o cumprimento dos requisitos de controlo cabe ao negócio onde surge o risco. O Executivo Responsável do Risco de Conduta por cada unidade de negócio é responsável por garantir a implementação e adesão ao PRF.

O Diretor de Conformidade do Grupo é responsável por deter e manter um PRF de Conduta de Risco alargado ao Grupo e por supervisionar a gestão de risco de conduta do Grupo.

As empresas são obrigadas a informar os seus riscos de conduta, tanto trimestralmente como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios trimestrais detalham os riscos de conduta inerentes dentro da estratégia de negócio e incluem uma análise de prospeção, bem como indicadores baseados na experiência passada, a partir tanto de fontes internas como externas. Para mais detalhes, consulte a secção Análise de Risco, Desempenho do Risco de Conduta deste relatório, página 227.

Organização e estrutura



Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de reputação

Risco de reputação

O risco de uma ação, transação, investimento ou evento reduzir a confiança na integridade e na competência da empresa por parte dos clientes, contrapartes, investidores, reguladores, funcionários ou do público.

Visão geral

A redução da confiança na integridade e competência do Barclays pode reduzir a atratividade do Barclays para as partes interessadas e levar a publicidade negativa, perda de receitas, ação regulamentar ou legislativa, perda do negócio de clientes existentes e potenciais, redução da moral do grupo de trabalho e dificuldades no recrutamento de talentos. Em último caso, pode destruir o valor para os acionistas.

Com efeito a partir de 2017, o risco de reputação voltou a ser designado como um Risco Principal dentro do Quadro de Gestão de Risco da Empresa.

Organização e estrutura

O Comité de Risco do Grupo (GRC) é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco de Reputação do Barclays.

Funções e responsabilidades

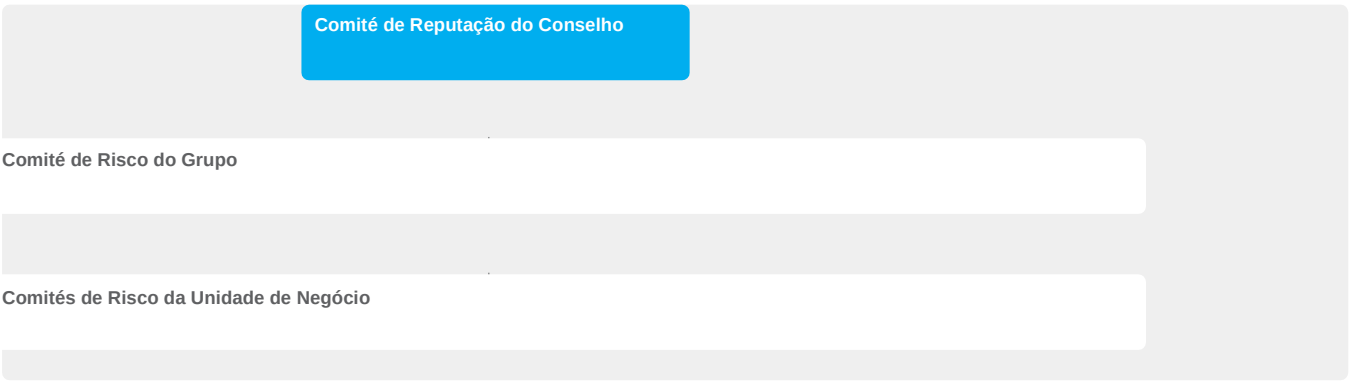
O Diretor de Conformidade é responsável por garantir o desenvolvimento de políticas e de um Quadro de Risco Principal de Reputação e que são sujeitos a limites, monitorizados, comunicados e escalados, conforme necessário.

O risco de reputação é, por natureza, penetrante e pode ser difícil de quantificar, exigindo um julgamento mais subjetivo do que muitos outros riscos. O Quadro de Risco Principal de Reputação define o que é necessário para garantir que o risco de reputação é gerido de forma eficaz e consistente em todo o banco.

A responsabilidade primária pela identificação e gestão de risco de Reputação e pela aderência aos requisitos de controlo está associada às funções de suporte e de negócio onde o risco surge.

Cada unidade de negócio é obrigada a operar dentro da apetência pelo risco de Reputação estabelecida e a apresentar relatórios trimestrais à equipa de Gestão da Reputação do Grupo, destacando seus riscos e problemas de Reputação atuais e potenciais mais significativos e a forma como estão a ser geridos. Estes relatórios constituem uma importante fonte interna de informação para os relatórios trimestrais de risco de reputação preparados para o Comité de Risco do Grupo e para o Comité de Reputação do Conselho de Administração.

Organização e estrutura



Análise de risco

Gestão de risco

Risco jurídico

Risco jurídico

O risco de perda ou imposição de penalidades, danos ou multas resultantes da incapacidade da empresa cumprir as suas obrigações legais, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

Visão geral

Com efeitos a partir de 2017, o risco jurídico, que anteriormente era um risco-chave sob o risco operacional, foi novamente designado como um risco principal dentro do Quadro de Gestão de Risco da Empresa.

O Quadro de Risco Jurídico prescreve os requisitos a nível do Grupo para a identificação, medição e gestão de risco Jurídico, abrangendo a avaliação, apetência pelo risco, principais indicadores e governação. O Conselho Geral do Grupo (*Group General Counsel*, comumente designado por GCC) é o Diretor do Risco Principal Jurídico e possui o Quadro de Risco Jurídico e as políticas legais associadas.

O risco jurídico é definido pelas cinco Políticas Jurídicas respetivas:

- **Acordos contratuais** – inexistência de contratos executórios ou incapacidade de executar os contratos como desejado
- **Gestão de litígios** – incapacidade de gerir adequadamente os litígios que envolvem o Barclays como requerente ou como requerido
- **Propriedade intelectual (PI)** – incapacidade de proteger os ativos de PI do Grupo ou do Barclays que infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros
- **Direito da concorrência/ lei "antitrust"** – incapacidade de seguir o direito da concorrência/lei "antitrust" ou incapacidade de gerir relações com autoridades de concorrência e "antitrust"
- **Utilização de sociedades de advogados** – incapacidade de controlar a instrução de uma sociedade de advogados externa.

Podem ser colocadas em vigor Normas específicas da Unidade de Negócio/Função e a nível do Grupo para apoiar a implementação das políticas jurídicas. As normas estão em linha com uma das políticas e são implementadas por Unidades de Negócio/Funções.

Organização e estrutura

O Comité de Risco do Grupo (GRC) é o órgão executivo mais alto responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco jurídico do Barclays. Existem percursos de escalamento a partir deste fórum para o Conselho do Barclays PLC.

Funções e responsabilidades

O Quadro de Risco Jurídico define o que é exigido para garantir que o risco Jurídico é gerido eficientemente e consistentemente através do banco.

A responsabilidade principal da gestão de risco Jurídico e a aderência aos requisitos de controlo estão com a unidade de negócio onde o risco ocorre.

Em nome das unidades de negócio, o Conselheiro Geral ou a Diretoria Jurídica alinhada, realizarão avaliações da apetência pelo risco Jurídico e fornecerão aconselhamento e orientação sobre a gestão de risco Jurídico. A avaliação do risco Jurídico inclui critérios quantitativos e qualitativos, incluindo:

- Conhecimento das questões ou fraquezas de controlo relevantes do risco Jurídico
- Riscos emergentes resultantes de mudanças futuras no ambiente, sistemas ou estruturas organizacionais internas de controlo
- Possíveis implicações para o Barclays de mudanças futuras no ambiente jurídico e regulamentar externo e/ou decisões prevalecentes dos tribunais e autoridades responsáveis pela aplicação da lei em relação aos riscos jurídicos definidos.

O Diretor do Risco Principal Jurídico é responsável por deter e manter um Quadro de Risco Jurídico alargado e por supervisionar a gestão de risco jurídico do Grupo.

Organização e estrutura

Análise de risco

Desempenho de risco

Manter o nosso perfil de risco a um nível aceitável e apropriado é essencial para garantir o nosso desempenho contínuo. Esta secção fornece uma análise do desempenho do Grupo em 2016 para cada um dos cinco Riscos Principais em operação durante o ano, que são risco de crédito, de mercado, de financiamento, operacional e de conduta.

Consulte a secção Gestão de Risco (páginas 145 a 162) para uma visão geral das mudanças na taxonomia de Risco Principal do Barclays em dezembro de 2016.

	Página
Risco de crédito	164
Risco de mercado	184
Risco de financiamento - risco de capital	200
Risco de financiamento - risco de liquidez	207
Risco operacional	225
Risco de conduta	227

Para uma análise mais detalhada da nossa análise de Risco e gestão de Risco, consulte as páginas 134 a 135.

Análise de risco

Desempenho de risco

Crédito de risco

Análise do risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos consumidores, clientes ou contrapartes de mercado não cumprir com as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

Esta secção detalha o perfil de risco de crédito do Grupo e fornece informações sobre a exposição do Grupo a empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, exposições máximas com garantias detidas e imparidades líquidas levantadas no ano. Fornece informações sobre os saldos que são categorizados como empréstimos de risco de crédito, saldos em tolerância, bem como a exposição e métricas de desempenho para carteiras e tipos de ativos específicos.

Métricas-chave

Os encargos de imparidade de crédito em 2016 foram 35% mais altos relativamente a 2015:

+608M£ Grupo

A imparidade dos empréstimos aumentou, refletindo encargos mais elevados na sequência da análise da gestão da modelização da imparidade da carteira de cartões do Reino Unido e dos EUA e de uma série de exposições de nome único

+555M£ Retalho Core

Aumento nos encargos, principalmente devidos a um encargo na sequência da análise da modelização da imparidade da carteira de cartões do Reino Unido e dos EUA. O desempenho subjacente entre as principais carteiras manteve-se estável e, em geral, dentro das expectativas

+63M£ Grossista Core

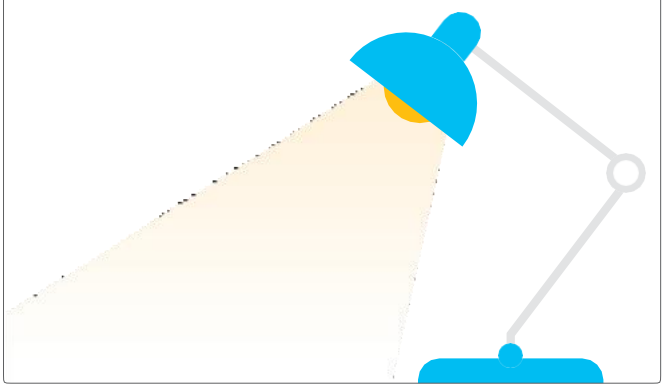
Aumento dos encargos, refletindo uma gama limitada de exposições de nome único

-10M£ Non-Core

Diminuição dos encargos, refletindo encargos mais baixos nos negócios europeus

– Os empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes e bancos diminuíram cerca de 2% em 2016

– A taxa de perdas de crédito caiu para 53 bps



Resumo dos conteúdos

	Página	
■ Visão geral do risco de crédito e resumo do desempenho	166	O risco de crédito representa um risco significativo para o Grupo e resulta principalmente da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas,
■ Análise do balanço	166	juntamente com o risco de crédito da contraparte resultante de contratos de
■ A exposição máxima do Grupo, garantia e outras melhorias de crédito detidas	167	derivados celebrados com clientes.
■ A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito	169	
– Qualidade do crédito de ativos	169	Esta secção fornece uma visão macroeconómica o das exposições de crédito do
– Garantias de dívida	169	Grupo.
– Qualidade do crédito do balanço	170	
■ Análise da concentração do risco de crédito	171	O Grupo analisa e monitoriza as concentrações de risco de várias formas
– Concentrações geográficas	171	para garantir a continuação de uma carteira diversificada a operar dentro
– Exposições do Grupo a países específicos	172	das apetências definidas.
– Concentrações industriais	173	Esta secção descreve o desempenho face aos principais riscos de concentração a um nível macro do Grupo.
■ Empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos	175	Além das concentrações a nível do Grupo, o risco de crédito monitoriza a exposição
■ Análise de carteiras e tipos de ativos específicos	176	desempenho entre uma gama de carteiras específicas onde o perfil de risco deve
– Empréstimos à habitação garantidos	176	considerar-se ponderado.
– Cartões de crédito, descobertos e empréstimos não garantidos	177	Esta secção fornece uma análise mais detalhada destas exposições e
– Exposição ao Imobiliário Comercial no RU	179	notas sobre como determinados aspetos do perfil de risco são mitigados numa base contínua.
■ Análise de empréstimos em situação problemática	180	O Grupo monitoriza as exposições a ativos onde há probabilidade de incumprimento
– Análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos que estão vencidos mas sem imparidade	180	e ativos onde correu um incumprimento real.
– Análise de empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade	180	Esta secção descreve a exposição a ativos que foram classificados como com imparidade, analisando as exposições entre as unidades de negócio e por tipos de produtos chave.
– Empréstimos de potencial risco de crédito	**181**	
– Empréstimos com imparidade	182	Pontualmente, o Grupo concorda com a suspensão de determinados aspetos
– Tolerância	182	dos contratos de crédito de clientes, geralmente durante períodos temporários de dificuldades financeiras, em que o Grupo está confiante de que o cliente poderá sanar a suspensão.
		Durante este período, os ativos do cliente são monitorizados separadamente para garantir que as medidas corretivas são cumpridas.
		Esta secção descreve a atual exposição do Grupo a ativos com este tratamento.
■ Imparidade	186	O Grupo detém disposições para imparidade no balanço como resultado do
– Deduções por imparidade	186	aumento de um encargo contra o lucro por perdas incorridas no livro de
– Ajustes de gestão aos modelos para imparidade	186	empréstimos. Uma dedução por imparidade pode ser identificada ou não identificada e individual ou coletivo.
■ Análise de títulos de dívida	187	
■ Análise de derivados	187	Esta secção descreve os movimentos na provisão para imparidade por exposição de classe de ativo, ajustes de gestão significativos aos dados do modelo, análise de títulos de dívida e derivados.

Análise de risco

Desempenho de risco

Crédito de risco

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos consumidores, clientes ou contrapartes de mercado não cumprir com as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

As divulgações nesta secção (páginas 166 a 168) não estão auditadas, salvo disposto em contrário. As divulgações para 2016 excluem os saldos de BAGL que são agora reconhecidos como detidos para venda; as tabelas comparativas para 2015 incluem os saldos de BAGL, salvo disposto em contrário.

Visão geral

O risco de crédito representa um risco significativo para o Grupo e decorre, principalmente, da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com clientes. Abaixo pode ser encontrado um resumo do desempenho.

Esta secção fornece uma análise de áreas de juros particulares ou de elevado risco potencial, incluindo: i) o balanço, incluindo exposição máxima e garantias e empréstimos e adiantamentos; ii) áreas de concentração; iii) exposição e desempenho das métricas para carteiras e tipos de ativos específicos, incluindo empréstimos à habitação, cartões de crédito e imobiliário comercial do Reino Unido; iv) exposição e desempenho de empréstimos em programas de concessão, incluindo indulgência; v) empréstimos problemáticos, incluindo os empréstimos de risco de crédito (CRLs); e por último vi) imparidade, incluindo imparidade de stock e ajustes de gestão aos dados do modelo.

Por favor consulte a secção de gestão de risco nas páginas 149 a 150 para detalhes sobre governação, políticas e procedimentos.

Resumo do desempenho no período

As despesas por imparidade de crédito aumentaram de 0,6mM£ para 2,4mM£, incluindo uma despesa de 300M£ no terceiro trimestre de 2016 após a revisão do modelo de imparidade carteira de cartões do RU e dos EUA. No geral, isto traduziu-se num aumento de 11bps na taxa de perdas nos empréstimos, para 53bps.

Os Empréstimos de Risco de Crédito (*Credit Risk Loan*, comumente designado por CRLs) mantiveram-se estáveis em 6.5mM£ (2015: 6.4mM£), com um aumento na taxa de cobertura de CRL do Grupo para 71% (2015: 65%), especialmente em carteiras retalhistas.

O total de empréstimos e adiantamentos líquidos de imparidade diminuíram de 11,4mM£ para 449,5mM£, impulsionados por um decréscimo de 31mM£ resultante de uma reclassificação de saldos de BAGL detidos para venda e 9mM£ da saída de outros ativos no negócio Non-Core. Isto foi compensado pelo crescimento de 20mM£ em empréstimos e um aumento líquido de 9mM£ em saldos de liquidação e depósitos de garantia.

Análise do Balanço

Exposição máxima, garantias e outras melhorias de crédito detidas pelo Grupo

Base de preparação

As tabelas seguintes apresentam uma reconciliação entre a exposição máxima do Grupo e a sua exposição líquida ao risco de crédito; refletindo os efeitos financeiros de garantias, melhorias de crédito e outras ações tomadas para mitigar a exposição do Grupo.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor contabilístico do balanço após a provisão para imparidade. Para garantias fora do balanço, a exposição máxima é a quantidade máxima que o Grupo terá de pagar se as garantias forem acionadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito que sejam irrevogáveis durante a vida útil das respetivas instalações, a exposição máxima é o valor total das instalações comprometidas.

Tanto esta como as análises subsequentes de risco de crédito incluem apenas os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito. Excluem outros ativos financeiros não sujeitos a risco de crédito, principalmente títulos de capital detidos para negociação, disponíveis para venda ou designados ao justo valor, e mercadorias negociadas. Os ativos designados pelo justo valor em relação a passivos ligados a clientes com contratos de investimento também não foram incluídos porque o Grupo não está exposto ao risco de crédito desses ativos. As perdas de crédito nestas carteiras, se for o caso, levarão a uma redução dos passivos relacionados e não resultarão numa perda para o Grupo. Para as exposições fora do balanço, determinados passivos contingentes não sujeitos a risco de crédito, tais como garantias de performance, são excluídos.

Tanto as exposições no balanço como fora do balanço para 2016 excluem os saldos de BAGL agora mantidos para venda. As tabelas comparativas para 2015 incluem saldos de BAGL, salvo indicado em contrário.

O Grupo mitiga o risco de crédito a que está exposto através de apuração de posição líquida e compensação, garantia e transferência de riscos. Mais pormenores sobre as políticas do Grupo para cada uma destas formas de reforço de crédito são apresentados na página 36 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Visão geral

A 31 de dezembro de 2016, a exposição líquida do Grupo ao risco de crédito após considerar a apuração de posição líquida e compensação, garantias e transferência de risco, diminuiu 6% para 740,7mM£, refletindo um aumento de 3% na exposição máxima e uma redução de 1% no nível de mitigação detido. Em geral, a extensão em que o Grupo detém atenuação contra a sua exposição total diminuiu ligeiramente para 47% (2015: 48%).

Da restante exposição absoluta, uma parcela significativa refere-se ao caixa detido em bancos centrais, títulos de dívida para venda de investimento financeiro emitidos por governos, garantia em numerário e saldos de liquidação, os quais são considerados de menor risco. As posições de carteira de negociação que cobrem de forma significativa os ativos da carteira de negociação economicamente, mas que não são detidas especificamente para fins de gestão de risco, são excluídas da análise. A qualidade de crédito das contrapartes para derivados, investimentos financeiros e empréstimos grossistas são predominantemente de grau de investimento. Uma análise mais aprofundada sobre a qualidade de crédito dos ativos é apresentada nas páginas 169 a 170.

Sempre que tenha sido obtida garantia em caso de incumprimento, o Grupo não utiliza, como regra, esses ativos para as suas próprias operações e são normalmente vendidas em tempo útil. O valor contabilístico dos ativos detidos pelo Grupo a 31 de dezembro de 2016, como resultado da execução da garantia, foi de 16M£ (2015: 69M

Exposição máxima e efeitos de garantias e outras melhorias de crédito

A 31 de dezembro de 2016	Exposição Máxima M£	Compensação e reconversão M£	Garantias em numerário M£	Não numerário M£	Transferência de riscos M£	Exposição líquida M£
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	**102.353**	**–**	**–**	**–**	**–**	**102.353**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**1.467**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.467**
Ativos da carteira de negociação:						
Títulos de dívida	**38.789**	**–**	**–**	**–**	**–**	**38.789**
Empréstimos transacionados	**2.975**	**–**	**–**	**(270)**	**–**	**2.705**
Total de ativos da carteira de negociação	**41.764**	**–**	**–**	**(270)**	**–**	**41.494**
Ativos financeiros designados pelo justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	**10.519**	**–**	**(17)**	**(4.107)**	**(432)**	**5.963**
Títulos de dívida	**70**	**–**	**–**	**–**	**–**	**70**
Acordos de revenda	**63.162**	**–**	**(688)**	**(62.233)**	**–**	**241**
Outros ativos financeiros	**262**	**–**	**–**	**–**	**–**	**262**
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	**74.013**	**–**	**(705)**	**(66.340)**	**(432)**	**6.536**
Instrumentos financeiros derivados	**346.626**	**(273.602)**	**(41.641)**	**(8.282)**	**(5.205)**	**17.896**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**43.251**	**–**	**(4)**	**(4.896)**	**(22)**	**38.329**
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos à habitação	**144.765**	**–**	**(184)**	**(143.912)**	**–**	**669**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outro crédito a retalho	**57.808**	**–**	**(235)**	**(5.258)**	**(95)**	**52.220**
Crédito a empresas	**190.211**	**(8.622)**	**(320)**	**(52.029)**	**(5.087)**	**124.153**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**392.784**	**(8.622)**	**(739)**	**(201.199)**	**(5.182)**	**177.042**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**13.454**	**–**	**(79)**	**(13.242)**	**–**	**133**
Investimentos financeiros – títulos de dívida	**62.879**	**–**	**–**	**(533)**	**(1.286)**	**61.060**
Outros ativos	**1.205**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.205**
Total de rubricas patrimoniais:	**1.079.796**	**(282.224)**	**(43.168)**	**(294.762)**	**(12.127)**	**447.515**
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	**19.908**	**–**	**(247)**	**(1.403)**	**(130)**	**18.128**
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	**1.005**	**–**	**(24)**	**(18)**	**(3)**	**960**
Acordos de revenda com início no futuro	**24**	**–**	**–**	**(24)**	**–**	**–**
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	**302.657**	**–**	**(321)**	**(26.524)**	**(1.704)**	**274.108**
Total de rubricas extrapatrimoniais	**323.594**	**–**	**(592)**	**(27.969)**	**(1.837)**	**293.196**
Total	**1.403.390**	**(282.224)**	**(43.760)**	**(322.731)**	**(13.964)**	**740.711**

Análise de risco

Desempenho de risco

Crédito de risco

Exposição máxima e efeitos de garantias e outras melhorias de crédito (auditado)

A 31 de dezembro de 2015	Exposição Máxima M£	Compensação e reconversão M£	Garantias em Numerário M£	Não numerário M£	Transferência de riscos M£	Exposição líquida M£
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.711	–	–	–	–	49.711
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.011	–	–	–	–	1.011
Ativos da carteira de negociação:						
Títulos de dívida	45.576	–	–	–	–	45.576
Empréstimos transacionados	2.474	–	–	(607)	(1)	1.866
Total de ativos da carteira de negociação	48.050	–	–	(607)	(1)	47.442
Ativos financeiros designados pelo justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	17.913	–	(21)	(5.850)	(515)	11.527
Títulos de dívida	1.383	–	–	–	–	1.383
Acordos de revenda	49.513	–	(315)	(49.027)	–	171
Outros ativos financeiros	375	–	–	–	–	375
Total de ativos financeiros designados pelo justo valor	69.184	–	(336)	(54.877)	(515)	13.456
Instrumentos financeiros derivados	327.709	(259.582)	(34.918)	(7.484)	(5.529)	20.196
Empréstimos e adiantamentos a bancos	41.349	–	(4)	(4.072)	(64)	37.209
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos à habitação	155.863	–	(221)	(154.355)	(634)	653
Cartões de crédito, crédito não garantido e outro crédito a retalho	67.840	(12)	(1.076)	(14.512)	(1.761)	50.479
Crédito a empresas	175.514	(8.399)	(593)	(45.788)	(4.401)	116.333
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	399.217	(8.411)	(1.890)	(214.655)	(6.796)	167.465
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	28.187	–	(166)	(27.619)	–	402
Investimentos financeiros – títulos de dívida	89.278	–	–	(832)	(811)	87.635
Outros ativos	1.410	–	–	–	–	1.410
Total de rubricas patrimoniais	1.055.106	(267.993)	(37.314)	(310.146)	(13.716)	425.937
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	20.576	–	(604)	(1.408)	(104)	18.460
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	845	–	(33)	(57)	(3)	752
Acordo de revenda com início no futuro	93	–	–	(91)	–	2
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	281.369	–	(313)	(24.156)	(662)	256.238
Total de rubricas extrapatrimoniais	302.883	–	(950)	(25.712)	(769)	275.452
Total	1.357.989	(267.993)	(38.264)	(335.858)	(14.485)	701.389

A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito

Qualidade do crédito de ativos
Todos os empréstimos e adiantamentos são classificados como “nem vencidos nem com imparidade”; “vencidos mas não com imparidade” ou “vencidos e com imparidade”, o que inclui empréstimos reestruturados. Para efeitos de divulgação de informação bancária no parágrafo sobre qualidade de crédito no balanço financeiro abaixo e a análise de empréstimos e adiantamentos e imparidade (página 186):

- Empréstimos nem vencidos nem com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso e de retalho com desempenho normal.

Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão para imparidade não identificada

- Um empréstimo é considerado vencido e classificado de “Risco Maior” quando o mutuário não conseguiu fazer um pagamento, quando exigível nos termos do contrato de empréstimo

- Empréstimos sobre programas de tolerância, conforme definidos na página 182, são categorizados como “Risco Maior”.

- A provisão para imparidade inclui provisões quanto aos ativos financeiros que foram individualmente prejudicados e aqueles sujeitos a imparidade coletiva.

O Grupo utiliza as seguintes medidas internas para determinar a qualidade de crédito dos empréstimos produtivos:

Grau de Incumprimento	Empréstimos grossistas Probabilidade de incumprimento	Qualidade de crédito
1-3	0,0-0,05%	Forte
4-5	0,05-0,15%	
6-8	0,15-0,30%	
9-11	0,30-0,60%	
12-14	0,60-2,15%	Satisfatório
15-19	2,15-11,35%	
20 – 21	11.35%+	Risco Maior

Para os clientes retalhistas é utilizada uma gama de ferramentas de análise para derivar a probabilidade de incumprimento de clientes no início e

numa base contínua. Para os empréstimos produtivos, estas descrições podem ser resumidas da seguinte forma:

Forte: existe uma forte possibilidade de que os ativos sejam recuperados por completo.

Satisfatório: mesmo que haja uma forte probabilidade de os ativos serem recuperados e, portanto, não é causa de preocupação atual para o Grupo, os ativos não podem ser garantidos, ou podem referir-se a facilidades de retalho, tais como saldos de cartão de crédito e empréstimos não garantidos, que foram classificados como satisfatórios, independentemente do facto de as indicações dos modelos de classificação internos terem indicado uma classificação forte ou alta. No nível mais baixo desta classificação, há clientes que estão a ser monitorizados com mais cuidado, por exemplo, clientes empresariais, que apresentam sinais de alguma deterioração, empréstimos à habitação com empréstimo superior ao valor do ativo e empréstimos de retalho sem garantia a operar fora das diretrizes normais do produto.

Risco Maior: existe a preocupação sobre a capacidade do devedor em efetuar pagamentos quando for necessário. No entanto, estes ainda não se converteram em atraso atual. Também podem existir dúvidas sobre o valor dos colaterais e garantias fornecidas. No entanto, o mutuário ou a contraparte continua a fazer pagamentos quando devidos e espera-se que liquide todos os montantes em dívida e juros.

Os empréstimos vencidos são supervisionados atentamente, com constituição de provisões para imparidade, se necessário e em conformidade com as políticas de imparidade do Grupo. Estes empréstimos são todos considerados como Risco maior para efeitos da presente análise da qualidade de crédito.

Títulos de dívida
Para ativos mantidos a justo valor, o valor contabilístico no balanço incluirá, entre outros, o risco de crédito do emitente. A maioria dos títulos cotados e alguns não cotados são avaliados por agências de notação externas. O Grupo utiliza principalmente as notações de risco externas indicadas pela Standard & Poors’, pela Fitch ou pela Moody's. Quando tais avaliações não estão disponíveis ou não estão atualizadas, o Grupo utilizará as suas notações internas para os títulos.

Qualidade de crédito de balanço
As tabelas seguintes apresentam a qualidade de crédito dos ativos do Grupo expostos a risco de crédito.

Visão geral
A 31 de dezembro de 2016, o rácio dos ativos do Grupo classificados como forte mantém-se em geral estável a 86% (2015:85%) do total dos ativos expostos a risco de crédito.

Análise de risco

Desempenho de risco

Crédito de risco

É apresentada uma análise mais profunda dos títulos de dívida por emitente e por tipo de emitente e sobre liquidez e acordos colaterais sobre instrumentos financeiros derivados nas páginas 187 e 188, respetivamente.

Qualidade de crédito de balanço (auditado)

A 31 de dezembro de 2016	Forte (incluindo o grau de Investimento) M£	Satisfatório (BB+ a B) M£	Risco maior (B- e inferior) M£	Exposição máxima ao risco de crédito M£	Forte (incluindo o grau de Investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Risco maior (B- e inferior) %	Exposição máxima ao risco de crédito %
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	**102.353**	**–**	**–**	**102.353**	**100**	**–**	**–**	**100**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**1.328**	**130**	**9**	**1.467**	**91**	**9**	**–**	**100**
Ativos da carteira de negociação:								
Títulos de dívida	**37.037**	**1.344**	**408**	**38.789**	**96**	**3**	**1**	**100**
Empréstimos transacionados	**594**	**1.977**	**404**	**2.975**	**20**	**66**	**14**	**100**
Ativos da carteira de negociação	**37.631**	**3.321**	**812**	**41.764**	**90**	**8**	**2**	**100**
Ativos financeiros designados pelo justo valor:								
Empréstimos brutos e adiantamentos	**9.692**	**533**	**294**	**10.519**	**92**	**5**	**3**	**100**
Títulos de dívida	**59**	**11**	**–**	**70**	**84**	**16**	**–**	**100**
Acordos de revenda	**53.151**	**9.999**	**12**	**63.162**	**84**	**16**	**–**	**100**
Outros ativos financeiros	**244**	**18**	**–**	**262**	**93**	**7**	**–**	**100**
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**63.146**	**10.561**	**306**	**74.013**	**85**	**14**	**1**	**100**
Instrumentos financeiros derivados	**330.737**	**14.963**	**926**	**346.626**	**95**	**5**	**–**	**100**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**39.159**	**3.830**	**262**	**43.251**	**91**	**9**	**–**	**100**
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimos à habitação	**136.922**	**2.589**	**5.254**	**144.765**	**95**	**1**	**4**	**100**
Cartões de crédito, crédito não garantido e outro crédito a retalho	**5.343**	**50.685**	**1.780**	**57.808**	**9**	**88**	**3**	**100**
Crédito a empresas	**140.414**	**37.170**	**12.627**	**190.211**	**74**	**19**	**7**	**100**
Total de empréstimos e adiantamentos a	**282.679**	**90.444**	**19.661**	**392.784**	**72**	**23**	**5**	**100**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**9.364**	**4.090**	**–**	**13.454**	**70**	**30**	**–**	**100**
Investimentos financeiros – títulos de dívida	**62.842**	**30**	**7**	**62.879**	**100**	**–**	**–**	**100**
Outros ativos	**1.085**	**117**	**3**	**1.205**	**90**	**10**	**–**	**100**
Total de ativos	**930.324**	**127.486**	**21.986**	**1.079.796**	**86**	**12**	**2**	**100**

Qualidade de crédito de balanço (auditado)

A 31 de dezembro de 2015	Forte (incluindo o grau de Investimento) M£	Satisfatório (BB+ a B) M£	Risco maior (B- e abaixo) M£	Exposição máxima ao risco de crédito M£	Forte (incluindo o grau de Investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Risco maior (B- e abaixo) %	Exposição máxima ao risco de crédito %
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.711	–	–	49.711	100	–	–	100
Itens em fase de cobrança a outros bancos	922	62	27	1.011	91	6	3	100
Ativos da carteira de negociação:								
Títulos de dívida	43.118	2.217	241	45.576	95	5	–	100
Empréstimos transacionados	329	1.880	265	2.474	13	76	11	100
Total de ativos da carteira de negociação	43.447	4.097	506	48.050	90	9	1	100
Ativos financeiros designados pelo justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	16.751	790	372	17.913	94	4	2	100
Títulos de dívida	1.378	3	2	1.383	100	–	–	100
Acordos de revenda	41.145	8.352	16	49.513	83	17	–	100
Outros ativos financeiros	313	62	–	375	83	17	–	100
Ativos financeiros designados pelo justo valor	59.587	9.207	390	69.184	86	13	1	100
Instrumentos financeiros derivados	313.114	13.270	1.325	327.709	96	4	–	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	39.059	1.163	1.127	41.349	94	3	3	100
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimos à habitação	139.252	9.704	6.907	155.863	89	6	5	100
Cartões de crédito, crédito não garantido e outro crédito a retalho	12.347	51.294	4.199	67.840	18	76	6	100
Crédito a empresas	125.743	39.600	10.171	175.514	72	22	6	100
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	277.342	100.598	21.277	399.217	70	25	5	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	23.040	5.147	–	28.187	82	18	–	100
Investimentos financeiros – títulos de dívida	88.536	632	110	89.278	99	1	–	100
Outros ativos	1.142	233	35	1.410	81	17	2	100
Total de ativos	895.900	134.409	24.797	1.055.106	85	13	2	100

Análise da concentração de risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão localizadas numa região geográfica, ou envolvidas em atividades semelhantes e têm caraterísticas económicas semelhantes que façam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afetada de forma semelhante por alterações nas condições económicas ou de outro tipo. O Grupo impõe limites a concentrações de modo a mitigar o risco. As análises de concentrações de risco de crédito apresentadas abaixo são baseadas na localização da contraparte, cliente ou indústria na qual estão envolvidos. São apresentados mais detalhes sobre as políticas do Grupo relativamente à gestão do risco de concentração na página 136 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Concentrações geográficas
A 31 de dezembro de 2016, a concentração geográfica dos ativos do Grupo continuou consistente com 2015. 41% (2015: 40%) da exposição está concentrada no Reino Unido, 33% (2015: 31%) nas Américas e 21% (2015: 20%) na Europa. O decréscimo de 58mM£ na África e no Médio Oriente deve-se à reclassificação de balanços do BAGL agora detidos para venda.

A informação sobre as exposições a países da Zona Euro apresenta-se na página 172.

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

A 31 de dezembro de 2016	Reino Unido M£	Europa M£	Américas M£	África e Médio Oriente M£	Ásia M£	Total M£
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	**30.485**	**40.439**	**24.859**	**77**	**6.493**	**102.353**
Itens em fase de cobrança a outros bancos	**969**	**498**	**–**	**–**	**–**	**1.467**
Ativos da carteira de negociação	**8.981**	**9.171**	**19.848**	**435**	**3.329**	**41.764**
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**25.821**	**10.244**	**33.181**	**733**	**4.034**	**74.013**
Instrumentos financeiros derivados	**108.559**	**107.337**	**105.129**	**1.493**	**24.108**	**346.626**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**7.458**	**12.674**	**16.894**	**1.778**	**4.447**	**43.251**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**253.752**	**47.050**	**81.045**	**3.089**	**7.848**	**392.784**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**218**	**309**	**11.439**	**92**	**1.396**	**13.454**
Investimentos Financeiros – títulos de dívida	**18.126**	**27.763**	**12.030**	**251**	**4.709**	**62.879**
Outros ativos	**987**	**–**	**137**	**10**	**71**	**1.205**
Total de rubricas patrimoniais	**455.356**	**255.485**	**304.562**	**7.958**	**56.435**	**1.079.796**
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	**8.268**	**3.275**	**6.910**	**702**	**753**	**19.908**
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	**915**	**9**	**–**	**40**	**41**	**1.005**
Acordos revenda com início no futuro	**14**	**1**	**5**	**2**	**2**	**24**
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	**106.413**	**35.475**	**156.072**	**1.692**	**3.005**	**302.657**
Total de rubricas extrapatrimoniais	**115.610**	**38.760**	**162.987**	**2.436**	**3.801**	**323.594**
Total	**570.966**	**294.245**	**467.549**	**10.394**	**60.236**	**1.403.390**

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

A 31 de dezembro de 2015	Reino Unido M£	Europa M£	Américas M£	África e Médio Oriente M£	Ásia M£	Total M£
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.061	19.094	13.288	2.055	1.213	49.711
Itens em fase de cobrança a outros bancos	543	72	–	396	–	1.011
Ativos da carteira de negociação	7.150	10.012	23.641	2.111	5.136	48.050
Ativos financeiros designados pelo justo valor	22.991	5.562	35.910	3.039	1.682	69.184
Instrumentos financeiros derivados	99.658	103.498	101.592	3.054	19.907	327.709
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10.733	9.918	13.078	2.900	4.720	41.349
Empréstimos e adiantamentos a clientes	239.086	47.372	69.803	33.461	9.495	399.217
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	5.905	4.361	15.684	915	1.322	28.187
Investimentos financeiros – títulos de dívida	20.509	40.344	20.520	3.999	3.906	89.278
Outros ativos	868	4	131	314	93	1.410
Total de rubricas patrimoniais:	421.504	240.237	293.647	52.244	47.474	1.055.106
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	9.543	3.020	5.047	2.505	461	20.576
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas	594	58	–	193	–	845
Acordos de revenda com início no futuro	9	5	65	–	14	93
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	104.797	34.370	125.456	13.600	3.146	281.369
Total de rubricas extrapatrimoniais	114.943	37.453	130.568	16.298	3.621	302.883
Total	536.447	277.690	424.215	68.542	51.095	1.357.989

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Exposições a países da Zona Euro

A tabela seguinte mostra a exposição atual mais significativa do Barclays (acima de 4mM£ de exposição líquida no balanço) a países da Zona Euro.

Base de preparação
O Grupo apresenta a exposição direta do balanço ao risco de crédito e mercado por país, sendo que os totais refletem a dedução por imparidade, compensação e garantia em numerário mantidos onde adequado.

A exposição líquida no balanço inclui:

- Empréstimos e adiantamentos mantidos a custo amortizado, líquidos de imparidade. Os saldos de liquidação e as garantias em numerário são excluídos desta análise

- Os ativos e passivos de negociação são apresentados por tipo de emitente numa base líquida. Onde as posições dos ativos excedem as posições dos ativos por tipo de emitente, as exposições são apresentadas como nulas

- Os ativos e passivos derivados são apresentados por tipo de contraparte numa base líquida. A garantia em numerário detida é então adicionada para obter a exposição líquida ao crédito. Onde as posições de passivo e garantias excedem as posições de ativo por tipo de contraparte, as exposições são apresentadas como nulas

- Investimentos financeiros - títulos de dívida relacionados principalmente com investimentos em títulos de dívida pública e outros títulos de dívida

- Outros ativos detidos para venda. Os negócios detidos para venda com exposição europeia estão incluídos na categoria Instituições Financeiras

A análise exclui os ativos financeiros não sujeitos a risco de crédito:

- Títulos de capital detidos para negociação, tais como investimentos financeiros ou designados pelo justo valor, e mercadorias negociadas

- Acordos de recompra invertida medidos pelo custo amortizado e pelo justo valor que estão materialmente totalmente garantidos

A exposição bruta reflete o total de exposições antes dos efeitos da cobertura económica por via de passivos da carteira de negociação, passivos derivados e garantias em numerário, mas após considerar as deduções por imparidade e a compensação (cálculo da posição líquida) nos termos da IFRS.

Os empréstimos à habitação italianos de 9.7mM£ (2015: 9.5mM£) são garantidos em propriedade residencial com LVTs avaliados ao valor de mercado de saldo ponderado médio de 61,8% (2015: 60,6%) e cobertura de CRL de 36% (2015: 31%). Os atrasos de 90 dias e as taxas de charge-off brutas mantiveram-se estáveis em 1,2% (2015:2%) e 0,8% (2015:0,7%), respetivamente.

Exposição líquida por país e contraparte

	Soberanos M£	Instituições financeiras M£	Empresas M£	Empréstimos à habitação M£	Outros empréstimos retalhistas M£	Exposição patrimonial líquida M£	Exposição patrimonial bruta M£	Passivos e compromissos contingentes M£
A 31 de dezembro de 2016								
Itália	**2.668**	**299**	**763**	**9.741**	**331**	**13.802**	**18.580**	**2.835**
Alemanha	**5.250**	**3.399**	**1.379**	**8**	**2.967**	**13.003**	**47.964**	**13.362**
França	**3.708**	**6.886**	**1.160**	**736**	**139**	**12.629**	**41.056**	**6.565**
Irlanda	**6**	**2.230**	**1.855**	**30**	**9**	**4.130**	**6.474**	**2.735**
Total	**11.632**	**12.814**	**5.157**	**10.515**	**3.446**	**43.564**	**114.074**	**25.497**
A 31 de dezembro de 2015								
Itália	1.708	2.283	1.039	9.505	675	15.210	20.586	2.701
Alemanha	7.494	3.621	1.602	9	2.313	15.039	50.930	8.029
França	7.426	4.967	805	1.472	152	14.822	43.427	7.436
Irlanda	9	2.824	1.282	37	51	4.203	7.454	2.673
Total	16.637	13.695	4.728	11.023	3.191	49.274	122.397	20.839

Concentrações industriais

A concentração industrial dos ativos do Grupo manteve-se consistente ano após ano. A 31 de dezembro de 2016, o total de ativos estava concentrado para bancos e outras instituições financeiras foi de 43% (2015: 42%), com predominância nos instrumentos financeiros derivados. A proporção do balanço geral concentrado nos governos e bancos centrais manteve-se estável em 14% (2015: 12%) e os empréstimos bancários em 11% (2015: 12%).

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro de 2016	Bancos M£	Outras instituições financeiras M£	Fabrico M£	Construção e propriedades M£	Governo e banco central M£	Energia e água M£	Distribuição por grosso e a retalho e lazer M£	Comércio e outros serviços M£	Empréstimos à habitação M£	Cartões, créditos não garantidos e outros empréstimos pessoais M£	Outros M£	Total M£
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	–	102.353	–	–	–	–	–	–	102.353
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.467	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.467
Ativos da carteira de negociação	2.231	7.998	1.625	565	21.047	3.733	324	2.972	257	–	1.012	41.764
Ativos financeiros designados pelo justo valor	14.714	49.783	3	5.699	856	5	33	2.811	33	2	74	74.013
Instrumentos financeiros Derivados	182.664	139.066	2.913	3.488	6.547	4.585	810	3.392	–	–	3.161	346.626
Empréstimos e adiantamentos a bancos	38.932	–	–	–	4.319	–	–	–	–	–	–	43.251
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	91.812	12.337	24.200	12.028	7.384	12.967	21.838	144.765	56.730	8.723	392.784
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	2.596	10.568	–	38	252	–	–	–	–	–	–	13.454
Investimentos financeiros – títulos de dívida	12.842	4.877	–	–	44.263	–	43	807	–	–	47	62.879
Outros ativos	975	205	–	–	25	–	–	–	–	–	–	1.205
Total de rubricas patrimoniais:	256.421	304.309	16.878	33.990	191.690	15.707	14.177	31.820	145.055	56.732	13.017	1.079.796
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1.484	4.232	3.387	707	8	2.649	1.032	4.847	40	531	991	19.908
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	433	–	377	–	–	–	157	38	–	–	–	1.005
Acordo de revenda com início no futuro	5	19	–	–	–	–	–	–	–	–	–	24
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	1.016	29.310	38.829	11.876	400	29.699	14.741	26.359	9.610	126.708	14.109	302.657
Total de rubricas extrapatrimoniais	2.938	33.561	42.593	12.583	408	32.348	15.930	31.244	9.650	127.239	15.100	323.594
Total	259.359	337.870	59.471	46.573	192.098	48.055	30.107	63.064	154.705	183.971	28.117	1.403.390

Outros riscos a monitorizar incluem exposições ao sector de Petróleo e Gás. A exposição líquida no balanço ao sector de Petróleo e Gás foi de 4.2mM£ (2015: 4.4mM£), com passivos contingentes e compromissos para este sector de 16,0mM£. (2015:13.8mM£). Os encargos por imparidade foram 94M£ (2015: 106M£). O rácio da exposição líquida total do Grupo classificada como forte ou satisfatória foi de 93% (2015: 97%) da exposição líquida total ao risco de crédito neste sector.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro de 2015	Bancos M£	Outras Instituições Financeiras M£	Fabricação M£	Construção e Imobiliário M£	Governo e Banco M£	Energia e Água M£	Distribuição por grosso e a retalho e lazer M£	Negócios e outros serviços M£	Empréstimo à habitação M£	Cartões, créditos não garantidos e outros empréstimos pessoais M£	Outros M£	Total M£
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	–	49.711	–	–	–	–	–	–	49.711
Itens em fase de cobrança de bancos	1.011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.011
Ativos da carteira de negociação	1 897	11.826	970	538	25.797	2.554	315	2.727	550	–	876	48.050
Ativos financeiros designados pelo justo valor	14.015	35.109	104	8.642	7.380	33	191	3.402	229	–	79	69.184
Instrumentos financeiros derivados	185.782	114.727	2.701	2.940	6.113	4.538	1.063	5.346	–	–	4.499	327.709
Empréstimos e adiantamentos a bancos	36.829	–	–	–	4.520	–	–	–	–	–	–	41.349
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	80.729	12.297	23.519	5.940	7.743	13.830	25.728	155.863	60.162	13.406	399.217
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	8.676	18.022	–	1.011	305	–	35	138	–	–	–	28.187
Investimentos financeiros – títulos de dívida	9.745	6.114	68	43	67.645	182	107	5.134	–	–	240	89.278
Outros ativos	312	1.077	–	–	20	–	–	–	–	–	1	1.410
Total de rubricas patrimoniais	258.267	267.604	16.140	36.693	167.431	15.050	15.541	42.475	156.642	60.162	19.101	1.055.106
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1.152	4.698	3.142	958	9	3.073	1.301	4.645	100	548	950	20.576
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	378	17	142	1	–	3	129	50	–	123	2	845
Acordos de revenda com início no futuro	78	15	–	–	–	–	–	–	–	–	–	93
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	946	31.152	35.865	11.337	871	26.217	15.054	23.180	11.708	111.988	13.051	281.369
Total de rubricas patrimoniais	2.554	35.882	39.149	12.296	880	29.293	16.484	27.875	11.808	112.659	14.003	302.883

Como principal fonte de risco de crédito para o Grupo, os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos são analisados em detalhe abaixo:

Análise de empréstimos e adiantamentos e imparidade a clientes e bancos

A 1 de dezembro de 2016	E&A brutos M£	Provisão por Imparidade M£	E&A líquidos de imparidade M£	Empréstimos de risco de crédito M£	% CRLs de E&A brutos %	Encargos por imparidade de empréstimos M£	Taxas de perdas de empréstimo bps
Barclays RU	**155.729**	**1.519**	**154.210**	**2.044**	**1,3**	**866**	**56**
Barclays Internacional	**33.485**	**1.492**	**31.993**	**1.249**	**3,7**	**1.085**	**324**
Barclays Core	**189.214**	**3.011**	**186.203**	**3.293**	**1,7**	**1.951**	**103**
Barclays Non-Core	**10.319**	**385**	**9.934**	**838**	**8,1**	**102**	**99**
Total retalhista do Grupo	**199.533**	**3.396**	**196.137**	**4.131**	**2,1**	**2.053**	**103**
Barclays RU	**15.204**	**282**	**14.922**	**591**	**3,9**	**30**	**20**
Barclays Internacional	**180.102**	**748**	**179.354**	**1.470**	**0,8**	**258**	**14**
Sede	**4.410**	**–**	**4.410**	**–**	**–**	**–**	**–**
Barclays Core	**199.716**	**1.030**	**198.686**	**2.061**	**1,0**	**288**	**14**
Barclays Non-Core	**41.406**	**194**	**41.212**	**299**	**0,7**	**11**	**3**
Total grossista do Grupo	**241.122**	**1.224**	**239.898**	**2.360**	**1,0**	**299**	**12**
Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	**440.655**	**4.620**	**436.035**	**6.491**	**1,5**	**2.352**	**53**
Empréstimos transacionados	**2.975**	**n/a**	**2.975**	**n/a**			
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	**10.519**	**n/a**	**10.519**	**n/a**			
Empréstimos e adiantamentos detidos pelo justo valor	**13.494**	**n/a**	**13.494**	**n/a**			
Total de empréstimos e adiantamentos	**454.149**	**4.620**	**449.529**	**6.491**			
A 31 de dezembro de 2015							
Barclays RU	153.539	1.556	151.983	2.238	1,5	682	44
Barclays Internacional	26.041	896	25.145	863	3,3	714	274
Barclays Core	179.580	2.452	177.128	3.101	1,7	1.396	78
Barclays Non-Core	12.588	465	12.123	936	7,4	139	110
Total retalhista do Grupo	192.168	2.917	189.251	4.037	2,1	1.535	80
Barclays UK	16.400	312	16.088	636	3,9	24	15
Barclays Internacional	159.776	617	159.159	1.331	0,8	201	13
Sede	5.767	–	5.767	–	–	–	–
Barclays Core	181.943	929	181.014	1.967	1,1	225	12
Barclays Non-Core	39.979	336	39.643	441	1,1	(16)	(4)
Total grossista do Grupo	221.922	1.265	220.657	2.408	1,1	209	9
Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado[b]	414.090	4.182	409.908	6.445	1,6	1.744	42
Empréstimos e adiantamentos do BAGL a custo amortizado	31.397	739	30.658	1.372			
Empréstimos transacionados	2.474	n/a	2.474	n/a			
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	17.913	não	17.913	n/a			
Empréstimos e adiantamentos detidos pelo justo valor	20.387	n/a	20.387	n/a			
Total de empréstimos e adiantamentos	465.874	4.921	460.953	7.817			

O total de empréstimos e adiantamentos diminuiu em 11mM£ para 449.5mM£, impulsionado por um decréscimo de 31mM£ devido à reclassificação de balanços do BAGL detidos para venda e 9mM£ da saída de outros ativos no segmento Non-Core. Isto foi compensado por um empréstimo de 20mM£ impulsionado pelo crescimento do volume e movimentos em moeda estrangeira devido à valorização do dólar americano médio e do Euro face à libra esterlina. Houve também um aumento líquido de 9mM£ em saldos de liquidação e garantias em numerário.

Os empréstimos de risco de crédito (CRLs) e o rácio de CRLs para empréstimos e adiantamentos brutos, excluindo os saldos do BAGL agora detidos para venda, mantiveram-se estáveis em 6.5mM£ (2015: 6.4mM£) e 1,5% (2015: 1,6%), respetivamente.

Os encargos por imparidade de empréstimos aumentaram 6M£ para 2.4mM£, sobretudo devido ao aumento nos encargos decorrente da análise administrativa ao modelo de imparidade para as carteiras de cartões do RU e dos EUA, e da imparidade de várias exposições em nome individual. No geral, isto traduziu-se num aumento de 11bps na taxa de perdas nos empréstimos, para 53bps.

Notas
a Excluindo encargos por imparidade em investimentos disponíveis para venda e acordos de revenda.
b Excluindo saldos do BAGL agora detidos para venda.

Análise de carteiras e tipos de ativos específicos

Esta secção fornece uma análise das principais carteiras e negócios nos segmentos retalhista e grossista. Em particular, os empréstimos à habitação, cartões de crédito, descobertos e empréstimos não garantidos são cobertos para os segmentos retalhistas. Além disso, esta secção detalha exposições a imobiliário comercial do Reino Unido.

Empréstimos à habitação garantidos:
A carteira de empréstimos à habitação do Reino Unido é constituída por empréstimos à habitação de primeiro grau e representa 98% (2015: 98%) dos saldos de empréstimos à habitação do segmento Core do Grupo e 91% (2015: 90%) dos saldos de empréstimos à habitação totais do Grupo. Os empréstimos à habitação na Itália representam 100% (2015: 91%) dos saldos de empréstimos à habitação do segmento Non-Core do Grupo e 7% (2015: 7%) dos saldos de empréstimos à habitação totais do Grupo.

Principais carteiras de empréstimo à habitação[b]

	Barclays RU	
A 31 de dezembro	**2016**	**2015**
Empréstimos e adiantamentos brutos (M£)	**129.136**	127.750
Atrasos acima de 90 dias, excluindo a carteira de recuperação (%)	**0,2**	0,2
Proporção de saldos pendentes improdutivos (%)	**0,6**	0,7
Taxas de charge-off brutas anuais (%)	**0,3**	0,3
Proporção de saldos pendentes na carteira de recuperação	**0,4**	0,4
Rácio de cobertura por imparidade da carteira de recuperação	**9,1**	10,1

Barclays UK: O desempenho da carteira manteve-se estável, refletindo o ambiente de taxa de referência baixa contínuo, a valorização do preço da habitação e condições económicas estáveis. A proporção de saldos pendentes improdutivos e cobertura de imparidades da carteira de recuperação reduziram devido à redução das ações de recuperação.

Na carteira de empréstimos à habitação no RU:

- Os empréstimos à habitação para habitação própria que preveem unicamente o pagamento periódico dos juros representaram 31% (2015: 32%) dos saldos totais. O rácio entre o montante do empréstimo e o valor do imóvel (LTV) de saldo ponderado médio nestes empréstimos reduziu para 41,7% (2015: 44,7%) à medida que os preços dos imóveis melhoraram em regiões centrais, e os atrasos acima de 90 dias excluindo a carteira de recuperação mantiveram-se estáveis em 0,2% (2015: 0,2%).
- Os empréstimos à habitação “comprar para arrendar” representaram 9% (2015: 9%) dos saldos totais. O rácio entre o montante do empréstimo e o valor do imóvel (LTV) de saldo ponderado médio reduziu para 52,6% (2015: 54,6%) e o atraso acima de 90 dias excluindo a carteira de recuperação reduziu para 0,1% (2015: 0,2%).

Principais carteiras de empréstimos à habitação - distribuição de saldos por LTV[c]

	Distribuição de saldos		Rácio de cobertura por imparidade		Proporção de saldos pendentes improdutivos		Rácio de cobertura por imparidade em saldos improdutivos		Proporção de saldos pendentes na carteira de recuperação		Rácio de cobertura por imparidade da carteira de recuperação	
A 31 de dezembro	**2016 %**	2015 %	**2016 %**	2015 %	**2016 %**	2015 %	**2016 %**	2015 %	**2016 %**	2015 %	**2016 %**	2015 %
Barclays RU												
<=75%	**91,8**	92,1	**0,1**	0,1	**0,6**	0,6	**4,2**	4,7	**0,4**	0,4	**5,9**	6,8
>75% e <=80%	**3,5**	3,4	**0,2**	0,2	**0,6**	1,0	**17,1**	13,5	**0,4**	0,8	**22,1**	15,7
>80% e <=85%	**2,1**	2,1	**0,2**	0,3	**0,8**	1,0	**20,4**	16,7	**0,6**	0,7	**25,0**	21,4
>85% e <=90%	**1,3**	1,4	**0,3**	0,3	**0,7**	1,3	**23,0**	15,7	**0,6**	1,0	**25,4**	17,8
>90% e <=95%	**0,8**	0,6	**0,4**	0,6	**1,1**	1,8	**28,3**	25,7	**0,8**	1,5	**33,7**	28,2
>95% e <=100%	**0,3**	0,2	**0,7**	1,3	**1,9**	4,0	**23,4**	25,4	**1,5**	3,5	**27,0**	27,9
>100%	**0,2**	0,2	**3,1**	3,4	**5,7**	7,0	**38,6**	35,6	**5,0**	5,6	**40,9**	41,2

Principais carteiras de empréstimos à habitação - LTV médio

	Barclays RU	
A 31 de Dezembro	**2016**	2015
LTV avaliado ao valor de mercado da carteira (%)		
Saldo ponderado	**47,7**	49,2
Valorização ponderada	**35,6**	37,3
Saldos produtivos (%)		
Saldo ponderado	**47,3**	48,8
Valorização ponderada	**35,5**	37,3
Saldos improdutivos (%)		
Saldo ponderado	**52,5**	56,5
Valorização ponderada	**41,7**	45,1
Para LTVs >100%:		
Saldos (M£)	**239**	310
Colateral de avaliados a preço de mercado (M£)	**210**	260
LTV médio: saldo ponderado (%)	**118,4**	123,0
LTV médio: valorização ponderada (%)	**113,1**	118,5
% de saldos na carteira de recuperação	**5,0**	5,6

Notas
a O saldo remanescente inclui a carteira Património (Wealth).
b Os empréstimos e adiantamentos brutos incluem empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos. As métricas de risco baseiam-se em exposições a apenas a clientes.
c Carteira avaliados a preço de mercado baseada na avaliação mais atualizada, incluindo saldos da carteira de recuperação. As avaliações atualizadas refletem a aplicação do último índice de preços da habitação disponível no país a 31 de dezembro de 2016.

O LTV do saldo ponderado no RU reduziu para 47,7% (2015: 49,2%), devido ao aumento dos preços médios das habitações nas principais regiões. A valorização do preço das habitações resultou numa redução de 23% nos empréstimos para habitação que têm LTV> 100% para 239M£ (2015: 310M£).

Principais carteiras de empréstimos à habitação - novos empréstimos

	Barclays RU	
A 31 de dezembro	**2016**	2015
Carteiras de novos empréstimos à habitação (M£)	**19.885**	18.812
Proporção de novos empréstimos à habitação acima de LTV 85% (%)	**8,6**	8,2
LTV médio em novos empréstimos à habitação: saldo ponderado (%)	**63,4**	63,9
LTV médio em novos empréstimos à habitação: valorização ponderada (%)	**54,4**	55,0

Barclays RU: Os novos empréstimos em 2016 aumentaram em 6%, refletindo um perfil de risco estável no contexto de uma atividade de mercado mais elevada. O LVT médio de saldo ponderado em novos empréstimos manteve-se, em geral, estável a 63.4% (2015: 63.9%).

Cartões de crédito e empréstimos não garantidos
As principais carteiras listadas abaixo representaram 94% (2015: 92%) do total de cartões de crédito e empréstimos não garantidos do Grupo.

Principais carteiras de cartões de crédito e empréstimos não garantidos

	Empréstimos e adiantamentos brutos[a] M£	Atrasos de 30 dias, excluindo a carteira de recuperação %	Atrasos de 90 dias, excluindo a carteira de recuperação %	Taxas de charge-off brutas anuais %	Proporção de saldos pendentes na carteira de recuperação %	Rácio de cobertura por imparidade da carteira de recuperação
A 31 de dezembro de 2016						
Barclays RU						
Cartões do RU[b]	**17.833**	**1,9**	**0,9**	**5,5**	**3,0**	**83,8**
Empréstimos pessoais do RU	**6.076**	**2,1**	**0,9**	**3,1**	**4,7**	**77,2**
Barclays Internacional						
Cartões dos EUA[b]	**23.915**	**2,6**	**1,3**	**4,5**	**2,4**	**83,6**
Barclays Partner Finance	**4.041**	**1,5**	**0,6**	**2,5**	**2,6**	**81,5**
Cartões da Alemanha	**1.812**	**2,6**	**1,0**	**3,7**	**2,7**	**79,0**
A 31 de dezembro de 2015						
Barclays RU						
Cartões do RU[b]	18.502	2,3	1,2	5,2	3,6	82,6
Empréstimos pessoais do RU	5.476	1,9	0,8	3,0	7,5	73,9
Barclays Internacional						
Cartões dos EUA[b]	16.699	2,2	1,1	3,9	2,0	84,8
Barclays Partner Finance[c]	3.986	1,5	0,6	2,4	2,5	82,2
Cartões da Alemanha	1.419	2,3	1,0	3,8	2,7	81,2

Cartões do RU: Os empréstimos e adiantamentos brutos diminuíram 4% para 17.8mM£ principalmente devido à redução de empréstimos e adiantamentos a bancos. As taxas de charge-off brutas anuais aumentaram devido à aceleração das vendas de ativos no segundo semestre do ano e ao aceleramento do charge-off de ações de acordos informais. O rácio de cobertura para imparidade da carteira de recuperação aumentou, refletindo o impacto do aumento do fluxo em baixa.

Empréstimos pessoais do RU: Os atrasos a 30 dias aumentaram para 2,1% (2015: 1,9%) e os atrasos a 90 dias aumentaram para 0,9% (2015: 0,8%) impulsionados pelo crescimento da carteira e um aumento no nível da delinquência operacional de novas aquisições de clientes. A proporção de recuperação de saldos pendentes na carteira de recuperação reduziu para 4,7% (2015: 7,5%), devido a uma venda de ativos, que resultou também num aumento no rácio de cobertura da carteira de recuperação para 77,2% (2015: 73,9%).

Cartões dos EUA: Os empréstimos e adiantamentos brutos aumentaram 43%, para 23.9mM£ devido ao crescimento da carteira, novas aquisições e valorização do dólar americano face à GBP. O aumento dos atrasos e as taxas de charge-off foram impulsionados por uma mudança na combinação da carteira, o crescimento do volume e da valorização do dólar americano médio face à GBP.

Barclays Partner Finance: Os atrasos e as taxas de charge-off da carteira mantiveram-se estáveis durante 2016.

Cartões da Alemanha: Os empréstimos e adiantamentos foram 28% mais elevados, principalmente devido a uma combinação da valorização do euro face à GBP e ao crescimento da carteira. Os atrasos de pagamento a 90 dias e as taxas de charge-off mantiveram-se estáveis, enquanto o rácio de cobertura da carteira de recuperação reduziu ligeiramente, refletindo expetativas de recuperação favoráveis.

Notas
b Os empréstimos e adiantamentos brutos incluem empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos. As métricas de risco baseiam-se em exposições a clientes.
b Para os cartões do Reino Unido e dos EUA, os saldos pendentes na carteira de recuperação para carteiras adquiridas pelo justo valor (que não têm provisão para perdas por imparidade) foram excluídas do rácio de cobertura da carteira de recuperação. As perdas foram reconhecidas onde relacionadas com gastos adicionais em contas adquiridas no período pós-aquisição.
c Valores para o rácio de cobertura da carteira de recuperação em 2015 reexpressos de 85,2% para 82,2% para refletir uma afetação mais granular dos ajustes de gestão na carteira de recuperação.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos por grosso a clientes a custo amortizado

Análise de empréstimos e adiantamentos por grosso a clientes a custo amortizado	E&A por grosso M£	Provisão por Imparidade M£	E&A líquidos de imparidade M£	Empréstimos de risco de crédito M£	% CRLs de E&A brutos %	Encargos por imparidade de empréstimos M£	Taxas de perda de empréstimo bps
A 31 de dezembro de 2016							
Bancos	**35.979**	**–**	**35.979**	**–**	**–**	**–**	**–**
Outras Instituições financeiras	**91.673**	**14**	**91.659**	**89**	**0,1**	**6**	**1**
Fabricação	**12.373**	**130**	**12.243**	**226**	**1,8**	**37**	**30**
Construção	**3.418**	**40**	**3.378**	**58**	**1,7**	**5**	**15**
Propriedade	**20.541**	**137**	**20.404**	**464**	**2,3**	**27**	**13**
Governo e banco central	**15.847**	**–**	**15.847**	**–**	**–**	**–**	**–**
Energia e água	**7.569**	**181**	**7.388**	**348**	**4,6**	**102**	**135**
Distribuição por grosso e a retalho e lazer	**12.995**	**169**	**12.826**	**258**	**2,0**	**38**	**29**
Negócios e outros serviços	**21.210**	**284**	**20.926**	**331**	**1,6**	**54**	**25**
Empréstimos à habitação[a]	**5.497**	**48**	**5.449**	**190**	**3,5**	**9**	**16**
Cartões, empréstimos não garantidos e outros créditos pessoais[a]	**5.329**	**129**	**5.200**	**207**	**3,9**	**6**	**11**
Outros	**8.691**	**92**	**8.599**	**189**	**2,2**	**15**	**17**
Total de empréstimos e adiantamentos por grosso a custo amortizado	**241.122**	**1.224**	**239.898**	**2.360**	**1,0**	**299**	**12**
A 31 de dezembro de 2015							
Bancos	32.824	–	32.824	–	–	–	–
Outras Instituições financeiras	78.766	28	78.738	63	0,1	4	1
Fabricação	10.107	114	9.993	183	1,8	17	17
Construção	3.358	44	3.314	54	1,6	4	12
Propriedade	18.444	217	18.227	713	3,9	34	18
Governo e banco central	9.686	–	9.686	–	–	–	–
Energia e água	7.370	120	7.250	296	4,0	101	137
Distribuição por grosso e a retalho e lazer	12.542	195	12.347	287	2,3	7	6
Negócios e outros serviços	23.403	261	23.142	341	1,5	23	10
Empréstimos à habitaçãoa	5.769	26	5.743	159	2,8	–	–
Cartões, créditos não garantidos e outros empréstimos pessoais[a]	8.894	107	8.787	166	1,9	2	2
Outros	10.759	153	10.606	146	1,4	17	16
Total de empréstimos e adiantamentos por grosso a custo	221.922	1.265	220.657	2.408	1,1	209	9
Empréstimos e adiantamentos do BAGL a custo amortizado	13.985	200	13.785	513	3,7		
Total de empréstimos e adiantamentos por grosso a custo amortizado	235.907	1.465	234.442	2.921	1,2		

Excluindo saldos do BAGL:

- Os empréstimos e adiantamentos por grosso aumentaram em 19mM para 241mM£ (2015: 222mM£) devido ao aumento de empréstimos de 11mM£ impulsionado pelo crescimento do volume, e movimentos em moeda estrangeira devido à valorização do dólar americano médio e do Euro face à libra esterlina, 8mM£ devido a reclassificação de empréstimos do ESHLA agora reconhecidos a custo amortizado, e um aumento líquido de 9mM£ nos saldos de liquidação e de garantia em numerário, compensados por 9mM£ da saída de ativos do segmento Non-Core.

- Os CRLs mantiveram-se estáveis a 2.4mM£ (2015: 2.4mM£).

- Os encargos por imparidade de empréstimos aumentaram para 299mM£ (2015: 209M£), a partir de várias exposições de nome individual. As taxas de perda de empréstimos aumentaram para 12bps (2015: 9bps).

Nota
a Incluem-se na análise acima as exposições do Património e da Banca Privada, medidas numa base de exposição de clientes individual.

Exposição ao Imobiliário Comercial (CRE) no RU
A carteira de CRE do Reino Unido inclui investimento imobiliário, desenvolvimento, comércio e construtores, mas exclui habitação social e empreiteiros.

Resumo de CRE do RU[a]

A 31 de Dezembro	2016	2015
Empréstimos e adiantamentos com CRE do RU (M£)	**11.227**	10.690
Saldos vencidos (M£)	**83**	152
Saldos vencidos como % de saldos de CRE RU (%)	**0,7**	1,4
Provisões por imparidade (M£)	**58**	79
Rácio de cobertura de vencidos (%)	**69,9**	52,0
Total de garantias (M£)	**23.225**	21.858
12 meses findos a 31 de dezembro		
Imparidade (crédito)/encargo (M£)	**(2)**	3

Análise da maturidade de exposição a CRE RU

	Maturidade contratual de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado com CRE RU							
A 31 de dezembro	Saldos vencidos M£	Não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses mas não mais do que um ano M£	Mais de um ano, mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos, mas não mais do que cinco anos M£	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos M£	Mais de 10 anos M£	Total de empréstimos e adiantamentos M£
2016	**83**	**774**	**668**	**1.200**	**6.318**	**700**	**1.484**	**11.227**
2015	**152**	**784**	**744**	**929**	**5.678**	**852**	**1.551**	**10.690**

A exposição total ao imobiliário comercial do Reino Unido após a reformulação de 2015 aumentou moderadamente de 10.7mM£ para 11.2mM£, principalmente em negócios de médio-prazo. Os saldos vencidos caíram de 152M£ para 83M£ devido à atividade de recuperação favorável e uma abordagem seletiva para novos negócios neste sector.

Análise LTV CRE RU

	Saldos		Saldos como proporção do total	
A 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£	2016 M£	2015 M£
Grupo				
>75%	**7.884**	7.208	**70**	68
>75% e <=100%	**102**	244	**1**	2
>100% e <=125%	**15**	109	**–**	1
>125%	**60**	18	**1**	–
Saldos não avaliadosb	**2.286**	2.370	**20**	22
Saldos não garantidosc	**880**	741	**8**	7
Total	**11.227**	10.690	**100**	100

Notas
a Com base na avaliação de valorização mais recente, os números do ano findo em 2015 foram corrigidos após um alinhamento mais próximo das classificações da indústria entre a banca de empresas e a banca de empréstimos.
b Saldos da Banca de Empresas abaixo de 1M£.
c Os saldos não garantidos referem-se principalmente às facilidades de capital circulante acordadas às empresas do CRE.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Análise de empréstimos em situação problemática

Os empréstimos vencidos ou avaliados como com imparidade nesta secção estão refletidos nas tabelas de qualidade de crédito do balanço na página 170 como sendo de Risco Maior.

Análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)
A tabela seguinte apresenta uma análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos vencidos, mas sem imparidade. Os empréstimos vencidos mas sem imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso que estão vencidos, mas individualmente avaliados como sem imparidade. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão por imparidade não identificada.

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)

	Vencidos até 1 mês M£	Vencidos 1 -2 meses M£	Vencidos 2 -3 meses M£	Vencidos 3 -6 meses M£	Vencidos 6 meses e mais M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	**29**	**8**	**18**	**–**	**16**	**71**
Empréstimos à habitação	**1**	**–**	**–**	**33**	**31**	**65**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outro crédito a retalho	**2**	**–**	**2**	**11**	**77**	**92**
Crédito a empresas	**6.962**	**1.235**	**149**	**178**	**354**	**8.878**
Total	**6.994**	**1.243**	**169**	**222**	**478**	**9.106**
A 31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	70	14	–	–	209	293
Empréstimos à habitação	22	8	6	24	80	140
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outro crédito a retalho	288	14	15	93	120	530
Crédito a empresas	5.862	897	207	226	280	7.472
Total	6.242	933	228	343	689	8.435

Os créditos a empresas vencidos até 1 mês aumentaram 1.1mM£ para 7.0mM£, principalmente impulsionados pela valorização do dólar americano médio face à libra esterlina.

Análise de empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade (auditado)
A tabela seguinte apresenta uma análise de empréstimos e adiantamentos coletivamente ou individualmente avaliados como com imparidade. A tabela inclui uma análise por antiguidade para empréstimos e adiantamentos coletivamente avaliados como com imparidade.

Empréstimos que são coletivamente avaliados com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos a retalho que estão em atraso um dia ou mais para os quais uma provisão coletiva é criada. Empréstimos por grosso que estão vencidos, avaliados individualmente como sem imparidade, mas que transportam uma provisão por imparidade não identificada, estão excluídos desta categoria.

Os empréstimos que são avaliados individualmente como com imparidade consistem predominantemente em empréstimos por grosso vencidos e para os quais foi criado um abatimento individual.

Os empréstimos à habitação, empréstimos não garantidos e coletáveis de cartões de crédito que são sujeitos a tolerância nas carteiras retalhistas são incluídos na categoria avaliados coletivamente para imparidade. Os empréstimos por grosso em tolerância com imparidade fazem parte dos empréstimos com imparidade avaliados individualmente.

Empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade (auditado)

	Vencidos até 1 mês M£	Vencidos 1 -2 meses M£	Vencidos 2 -3 meses M£	Vencidos 3 -6 meses M£	Vencidos 6 meses e mais M£	Total coletivamente avaliados M£	Imparidade individualmente avaliada M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016								
Empréstimos à habitação	**2.866**	**795**	**201**	**298**	**452**	**4.612**	**820**	**5.432**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos a retalho	**1.135**	**354**	**250**	**516**	**1.702**	**3.957**	**492**	**4.449**
Crédito a empresas	**288**	**53**	**35**	**72**	**131**	**579**	**1.580**	**2.159**
Total	**4.289**	**1.202**	**486**	**886**	**2.285**	**9.148**	**2.892**	**12.040**
A 31 de dezembro de 2015								
Empréstimos à habitação	3.672	1.036	278	364	812	6.162	648	6.810
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos a retalho	1.241	691	284	541	1.792	4.549	964	5.513
Créditos a empresas	251	76	45	76	96	544	1.786	2.330
Total	5.164	1.803	607	981	2.700	11.255	3.398	14.653

O decréscimo para 9.1mM£ (2015: 11.3mM£) nos empréstimos coletivamente avaliados como com imparidade refere-se predominantemente aos saldos do BAGL agora detidos para venda.

Empréstimos de potencial risco de crédito (PCRLs) e rácios de cobertura
O Grupo comunica potenciais e atuais empréstimos com imparidade como Empréstimos de Potencial Risco de Crédito (Potential Credit Risk Loans, comumente designados por PCRLs).

Os CRLs compreendem três classes de empréstimos:
- *Empréstimos com imparidade*: compreendem empréstimos onde uma provisão por imparidade individualmente identificada foi criada. Esta categoria compreende também empréstimos retalhistas que foram transferidos para uma carteira de recuperação. Consulte a página 182 para uma análise mais detalhada de empréstimos com imparidade.

- *Acumulados devidos a 90 dias ou mais*: compreendem empréstimos devidos há 90 dias ou mais a respeito do capital ou dos juros.

- *Empréstimos com imparidade e reestruturados*: compreendem os empréstimos não incluídos acima, quando por razões económicas ou legais relacionados com as dificuldades financeiras do devedor, tenha sido atribuída uma concessão ao devedor que, de outro modo, não seria considerada. Para informações sobre empréstimos reestruturados consulte as divulgações sobre tolerância nas páginas 182 a 185.

Os PPL são empréstimos que atualmente cumprem com os termos de pagamento, mas quando existam sérias dúvidas em relação à capacidade do devedor em continuar a cumprir esses termos num futuro próximo. Se a qualidade de crédito de um empréstimo por grosso numa lista de observação se deteriora até à categoria mais alta ou um empréstimo retalhista se deteriora num ciclo 2 de atraso (normalmente vencido entre 60 e 90 dias), considera-se incluí-lo dentro da categoria dos PPL.

Empréstimos de potencial risco de crédito e rácios de cobertura por negócio

	CRLs		PPLs		PCRLs	
A 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£	2016 M£	2015 M£	2016 M£	2015 M£
Barclays RU	**2.044**	2.238	**310**	382	**2.354**	2.620
Barclays Internacional	**1.249**	863	**192**	117	**1.441**	980
Barclays Core	**3.293**	3.101	**502**	499	**3.795**	3.600
Barclays Non-Core	**838**	936	**11**	26	**849**	962
Total retalhista	**4.131**	4.037	**513**	525	**4.644**	4.562
Barclays RU	**591**	637	**94**	127	**685**	764
Barclays Internacional	**1.470**	1.330	**1.530**	877	**3.000**	2.207
Barclays Core	**2.061**	1.967	**1.624**	1.004	**3.685**	2.971
Barclays Non-Core	**299**	441	**59**	122	**358**	563
Total grossista	**2.360**	2.408	**1.683**	1.126	**4.043**	3.534
Total retalhista	**6.491**	6.445	**2.196**	1.651	**8.687**	8.096
BAGL	**–**	1.372	**–**	399	**–**	1.771
Total Grupo	**6.491**	7.817	**2.196**	2.050	**8.687**	9.867

	Provisão por imparidade		Cobertura CRL		Cobertura PCRL	
A 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£	2016 %	2015 %	2016 %	2015 %
Barclays RU	**1.519**	1.556	**74,3**	69,5	**64,5**	59,4
Barclays Internacional	**1.492**	897	**119,5**	103,9	**103,5**	91,5
Barclays Core	**3.011**	2.453	**91,4**	79,1	**79,3**	68,1
Barclays Non-Core	**385**	464	**45,9**	49,6	**45,3**	48,2
Total retalhista	**3.396**	2.917	**82,2**	72,3	**73,1**	63,9
Barclays RU	**282**	312	**47,7**	49,0	**41,2**	40,8
Barclays Internacional	**748**	617	**50,9**	46,4	**24,9**	28,0
Barclays Core	**1.030**	929	**50,0**	47,2	**28,0**	31,3
Barclays Non-Core	**194**	336	**64,9**	76,2	**54,2**	59,7
Total grossista	**1.224**	1.265	**51,9**	52,5	**30,3**	35,8
Total retalhista	**4.620**	4.182	**71,2**	64,9	**53,2**	51,7
BAGL	**–**	739	**–**	53,9	**–**	41,7
Total Grupo	**4.620**	4.921	**71,2**	63,0	**53,2**	49,9

- Excluindo os saldos do BAGL, os CRLs mantiveram-se estáveis em 6.5mM£ (2015: 6.4mM£), com um aumento na taxa de cobertura de CRL do Grupo para 71% (2015: 65%), especialmente em carteiras retalhistas.
- O rácio de cobertura de CRL para carteiras retalhistas aumentou para 82% (2015: 72%), principalmente devido ao aumento das provisões por imparidade na sequência da análise da gestão da modelização da imparidade na carteira de cartões do Reino Unido e dos EUA.
- Os PPLs aumentaram para 2.2mM£ (2015: 1.7mM£), principalmente dentro das carteiras grossistas do Barclays International. O aumento foi impulsionado por exposições dentro da Banca de Empresas e de Investimento entre uma série de indústrias.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Empréstimos com imparidade

A tabela seguinte representa uma análise de empréstimos com imparidade de acordo com a divulgação recomendada pela Enhanced Disclosure Taskforce. Os empréstimos com imparidade são uma subcomponente dos CRLs (definidos na página 181) e incluem empréstimos onde foi criada uma provisão por imparidade individualmente identificada. Esta categoria também inclui todos os empréstimos retalhistas que foram transferidos para uma carteira de recuperação. Para a maioria dos produtos, a transferência para uma carteira de recuperação ocorre para empréstimos que estão vencidos há mais de 6 meses, excetuando quando tenha sido acordado um acordo de tolerância. Os pontos de transferência anteriores podem ocorrer dependendo de circunstâncias específicas. Os empréstimos com imparidade compreendem também empréstimos que têm garantia total ou quando a insolvibilidade tenha sido já reduzida para o valor realizável esperado.

Movimento em empréstimos com imparidade

	No início do ano	Classificados como com imparidade durante o ano	Transferidos para sem imparidade durante o ano	Reembolsos	Montantes abatidos	Aquisições e alienações	Câmbio e outros ajustes	Saldo a 31 de dezembro
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
2016								
Empréstimos à habitação	**1.337**	**308**	**(150)**	**(171)**	**(19)**	**–**	**(165)**	**1.140**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos de retalho	**2.200**	**1.761**	**(17)**	**(136)**	**(1.605)**	**(92)**	**(407)**	**1.704**
Crédito a empresas	**2.098**	**984**	**(427)**	**(220)**	**(331)**	**(15)**	**(319)**	**1.770**
Total de empréstimos com imparidade	**5.635**	**3.053**	**(594)**	**(527)**	**(1.955)**	**(107)**	**(891)**	**4.614**
2015								
Empréstimos à habitação	1.503	602	(192)	(272)	(97)	–	(207)	1.337
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos de retalho	2.613	2.226	(112)	(269)	(1.873)	–	(385)	2.200
Crédito a empresas	2.683	1.032	(558)	(208)	(333)	(43)	(475)	2.098
Total de empréstimos com imparidade	6.799	3.860	(862)	(749)	(2.303)	(43)	(1.067)	5.635

Tolerância

As medidas de tolerância consistem em concessões em relação a um devedor que está a sofrer ou está prestes a sofrer dificuldades em cumprir os seus compromissos financeiros (“dificuldades financeiras”).

Análise dos programas de tolerância

	Saldos		Provisão por imparidade		Cobertura por imparidade	
A 31 de dezembro	**2016 M£**	2015 M£	**2016 M£**	2015 M£	**2016 %**	2015 %
Barclays RU	**926**	1.036	**237**	191	**25,6**	18,4
Barclays Internacional	**243**	185	**57**	46	**23,5**	24,9
Barclays Core	**1.169**	1.221	**294**	237	**25,1**	19,4
Barclays Non-Core	**211**	247	**9**	20	**4,3**	8,1
Total retalhista	**1.380**	1.468	**303**	257	**22,0**	17,5
Barclays RU	**589**	412	**62**	32	**10,5**	7,8
Barclays Internacional	**2.044**	1.333	**257**	196	**12,6**	14,7
Barclays Core	**2.633**	1.745	**319**	228	**12,1**	13,1
Barclays Non-Core	**269**	459	**50**	146	**18,5**	31,8
Total grossista	**2.902**	2.204	**369**	374	**12,7**	17,0
Total Grupo[b]	**4.282**	3.672	**672**	631	**15,7**	17,2

Os saldos dos programas de tolerância aumentaram 17%, impulsionados por um aumento nos empréstimos de reestruturação do crédito no Barclays Internacional.

Os saldos retalhistas em programas de tolerância reduziram 6%, para 1.4mM£, e refletiram uma diminuição no Barclays UK e Barclays Non-Core compensada por um aumento nas carteiras Barclays Internacional.

- Barclays RU: A redução foi impulsionada pela carteira de cartões do Reino Unido, onde os saldos dos planos de tolerância são mais baixos devido à aplicação de critérios de entrada atualizados, bem como a venda de ativos.
- Barclays Internacional: O aumento na tolerância para cartões dos EUA esteve em linha com o crescimento da carteira e a valorização do dólar americano face à libra esterlina.

Os saldos grossistas em tolerância aumentaram em 32%, para 2.9mM£, devido a um aumento na carteira Barclays Core, onde os programas de tolerância aumentaram principalmente nos segmentos produtivos da carteira corporativa devido a uma mudança na metodologia, alargando o âmbito de tolerância anteriormente limitado em relação ao ajuste na não execução das obrigações contratuais. Esta mudança tem sido aplicada de forma consistente em toda a carteira de empresas, com o aumento principalmente no nível superior da carteira, onde a tendência da exposição estar sob obrigações contratuais é maior.

Notas
a o câmbio e outros ajustes para 2016 incluem a reclassificação de 1.015M£ relacionados com os saldos do BAGL agora detidos para venda compensados pelas flutuações cambiais devido à valorização do dólar americano médio e do euro face à libra esterlina.
b Exclui os saldos do BAGL agora detidos para venda.

Programas de tolerância retalhistas

A tolerância nas principais carteiras retalhistas do Grupo no RU e nos EUA é apresentada abaixo. As principais carteiras listadas abaixo representam 73% (2015: 76%) do total de saldos de tolerância retalhista.

Análise das principais carteiras nos programas de tolerância

	Saldos em programas de tolerância					LTV de saldos de tolerância avaliados ao preço de mercado: ponderado pelo saldo %	LTV de saldos de tolerância avaliados ao preço de mercado: ponderado pela avaliação %	Provisões por imparidade marcadas contra saldos em programas de tolerância M£	Rácio de cobertura do total de saldos em programas de tolerância %
			Dos quais:						
				Vencidos, dos quais:					
	Total M£	% de empréstimos e adiantamentos brutos	Atualizados M£	Vencidos a 1-90 dias M£	Vencidos a 91 dias ou mais M£				
A 31 de dezembro de 2016									
Barclays RU									
Empréstimos à habitação no RU	**390**	**0,3**	**188**	**149**	**53**	**44,7**	**31,3**	**3**	**0,8**
Cartões do RU	**337**	**1,9**	**255**	**59**	**23**	**n/a**	**n/a**	**185**	**54,9**
Empréstimos pessoais do RU	**94**	**1,5**	**58**	**26**	**10**	**n/a**	**n/a**	**38**	**40,4**
Barclays Internacional									
Cartões dos EUA	**186**	**0,8**	**139**	**35**	**12**	**n/a**	**n/a**	**38**	**20,4**
A 31 de dezembro de 2015									
Barclays RU									
Empréstimos à habitação do RU	445	0,3	211	177	57	48,0	34,1	4	0,8
Cartões do RU	448	2,4	414	31	3	n/a	n/a	159	35,5
Empréstimos pessoais do RU	85	1,6	60	22	3	n/a	n/a	21	24,6
Barclays Internacional									
Cartões dos EUA	133	0,8	92	30	11	n/a	n/a	30	22,7

- **Empréstimos à habitação do RU:** os saldos sob tolerância diminuíram em 12%, para 390M£, principalmente devido ao número menor de clientes que necessitam de tolerância num ambiente macroeconómico estável. O total de saldos vencidos reduziu em 14% para 202M£, em linha com a queda dos saldos totais sob tolerância.
- **Cartões do RU:** Os saldos nos planos de tolerância reduziram devido a critérios de entrada atualizados, bem como à venda de ativos. O rácio de cobertura de imparidade em programas de tolerância aumentou devido à implementação da metodologia de imparidade atualizada.
- **Empréstimos pessoais do RU:** O aumento do rácio de cobertura de imparidade reflete as alterações na metodologia para estar em linha com a política de imparidade.
- **Cartões dos EUA:** Os saldos são mais elevados em linha com o crescimento da carteira, enquanto os saldos em atraso permanecem estáveis. Os saldos vencidos como uma proporção do total de saldos reduziu, o que se reflete num rácio de cobertura de imparidade em programas de tolerância mais baixo.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Tolerância por tipo

	Barclays RU						Barclays Internacional	
	Empréstimos à habitação RU		Cartões RU Cartões EUA		Empréstimos pessoais RU			
A 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£	2016 M£	2015 M£	2016 M£	2015 M£	2016 M£	2015 M£
Concessão de pagamento	96	103	45	21	–	–	–	–
Conversão apenas de juros	84	94	–	–	–	–	–	–
Extensão de prazo	210	248	–	–	16	6	–	–
Amortização completa	–	–	–	–	65	79	97	69
Plano de reembolso[a]	–	–	218	427	13	–	89	64
Concessões de taxas de juro	–	–	74	–	–	–	–	–
Total	**390**	445	**337**	448	**94**	85	**186**	133

As concessões de pagamento em cartões do RU aumentaram para 45M£ (2015: 21M£), incluindo 31M£ adicionais identificados no segundo semestre do ano após uma revisão da política de adesão. Estes saldos foram devidamente provisionados.

Os saldos de planos de reembolso em cartões do RU diminuíram para 218M£ (2015: 427M£), impulsionados pela venda de ativos e pela redução contínua nos novos volumes de planos de reembolso. Após a revisão da política de adesão, a concessão com taxa de juros adicional para cartões do RU (74M£) e o plano de reembolso para empréstimos pessoais no RU (13M£) foram identificados no ano.

Programas de tolerância grossistas
As tabelas abaixo detalham informações de saldo para casos de tolerância grossista.

Análise dos saldos grossistas em programas de tolerância[b]

	Saldos em programas de tolerância						Provisões por imparidade marcadas para saldos em programas de tolerância M£	Rácio de cobertura do total de saldos em programas de tolerância %
			Dos quais:					
	Total de saldos M£	% de empréstimos e adiantamentos brutos %	Saldos produtivos M£	Saldos com imparidade atualizados M£	Saldos vencidos entre 1 e 90 dias M£	Saldos vencidos com 91 ou mais dias M£		
A 31 de dezembro de 2016								
Barclays RU	**589**	**3,9**	**187**	**93**	**78**	**231**	**62**	**10,5**
Barclays Internacional	**2.044**	**1,1**	**1.285**	**567**	**33**	**159**	**257**	**12,6**
Total Barclays Core	**2.633**	**1,3**	**1.472**	**660**	**111**	**390**	**319**	**12,1**
Barclays Non-Core	**269**	**0,6**	**57**	**44**	**25**	**143**	**50**	**18,6**
Total	**2.902**	**1,2**	**1.529**	**704**	**136**	**533**	**369**	**12,7**
A 31 de dezembro de 2015								
Barclays RU	412	2,5	153	48	30	181	32	7,8
Barclays Internacional	1.333	0,8	614	423	61	235	196	14,7
Total Barclays Core	1.745	1,0	767	471	91	416	228	13,1
Barclays Non-Core	459	1,1	118	101	5	235	146	31,8
Total	2.204	1,0	885	572	96	651	374	17,0

Notas
a O plano de reembolso representa uma redução para o pagamento mínimo devido a requisitos e taxa de juro..
b Valores de 2015 corrigidos devido à reestruturação da carteira Barclays Internacional para o segmento Non-Core. Os valores excluem os saldos do BAGL agora detidos para venda.

Divulgação de tolerância grossista dividida por classe de exposição

	Empresas M£	Pessoal e fundos M£	Outros M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016				
Reestruturação: fluxos de caixa contratuais reduzidos	**32**	**–**	**–**	**32**
Reestruturação: extensão da data de vencimento	**411**	**107**	**–**	**518**
Reestruturação: perfil de fluxo de caixa alterado (exceto extensão)	**346**	**1**	**–**	**347**
Reestruturação: pagamento que não numerário	**10**	**–**	**–**	**10**
Alterações nos títulos	**7**	**–**	**–**	**7**
Ajustes ou não execução de obrigações contratuais	**1.242**	**155**	**–**	**1.397**
Outros (por ex., períodos de carência para reembolso de capital, reestruturação pendente)	**438**	**153**	**–**	**591**
Total	**2.486**	**416**	**–**	**2.902**
A 31 de dezembro de 2015				
Reestruturação: fluxos de caixa contratuais reduzidos	155	–	–	155
Reestruturação: extensão da data de vencimento	563	23	62	648
Reestruturação: perfil de fluxo de caixa alterado (exceto extensão)	250	1	–	251
Reestruturação: pagamento que não numerário	12	–	–	12
Alterações nos títulos	7	1	–	8
Ajustes ou não execução de obrigações contratuais	295	92	–	387
Outros (por ex., períodos de carência para reembolso de capital, reestruturação pendente)	535	208	–	743
Total	1.817	325	62	2.204

Divulgação de tolerância grossista dividida por unidade de negócio

	Barclays RU M£	Barclays Internacional M£	Barclays Non-Core M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016				
Reestruturação: fluxos de caixa contratuais reduzidos	**3**	**29**	**–**	**32**
Reestruturação: extensão da data de vencimento	**114**	**316**	**88**	**518**
Reestruturação: perfil de fluxo de caixa alterado (exceto extensão)	**180**	**164**	**3**	**347**
Reestruturação: pagamento que não numerário	**–**	**10**	**–**	**10**
Alterações nos títulos	**1**	**6**	**–**	**7**
Ajustes ou não execução de obrigações contratuais	**132**	**1.212**	**53**	**1.397**
Outros (por ex., períodos de carência para reembolso de capital, reestruturação pendente)	**159**	**307**	**125**	**591**
Total	**589**	**2.044**	**269**	**2.902**
A 31 de dezembro de 2015				
Reestruturação: fluxos de caixa contratuais reduzidos	1	130	24	155
Reestruturação: extensão da data de vencimento	77	287	284	648
Reestruturação: perfil de fluxo de caixa alterado (exceto extensão)	51	199	1	251
Reestruturação: pagamento que não numerário	–	12	–	12
Alterações nos títulos	1	7	–	8
Ajustes ou não execução de obrigações contratuais	71	260	56	387
Outros (por ex., períodos de carência para reembolso de capital, reestruturação pendente)	211	438	94	743
Total	412	1.333	459	2.204

Fluxos em tolerância grossista em 2016

	M£
A 1 de janeiro de 2016	**2.204**
Adicionado para tolerância	**1.811**
Removido da tolerância (melhoria de crédito)	**(383)**
Total ou parcialmente reembolsado e outros movimentos	**(442)**
Abatidos/movidos para a carteira de recuperação	**(288)**
A 31 de dezembro de 2016	**2.902**

Análise de risco

Desempenho de risco
Risco de crédito

Imparidade

Provisões por imparidade
As provisões por imparidade diminuíram 6%, para 4.620mM£, principalmente devido à reclassificação dos saldos do BAGL agora detidos para venda, parcialmente compensados pelo impacto de uma revisão da gestão da modelagem da imparidade nas carteiras de cartões de crédito e ao aumento no Barclays Internacional devido ao crescimento de volume, à valorização do dólar americano médio e do euro face à libra esterlina e ao aumento da imparidade para um número de exposições de nome individual.

Movimentos na provisão por imparidade por classe de ativo (auditado)

	No início do ano M£	Aquisições e alienações M£	Desenrolar do desconto M£	Câmbio e outros ajustes M£	Montantes anulados M£	Recuperações M£	Montantes cobrados para demonstração de resultados M£	Saldo a 31 de dezembro M£
2016								
Empréstimos à habitação	**518**	**(3)**	**(5)**	**(108)**	**(23)**	**–**	**88**	**467**
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos de retalho	**3.394**	**(2)**	**(70)**	**(709)**	**(1.806)**	**296**	**1.957**	**3.060**
Crédito a empresas	**1.009**	**–**	**–**	**81**	**(364)**	**69**	**298**	**1.093**
Total de provisão por imparidade	**4.921**	**(5)**	**(75)**	**(736)**	**(2.193)**	**365**	**2.343**	**4.620**
2015								
Empréstimos à habitação	547	–	(32)	(64)	(94)	7	154	518
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos de retalho	3.345	–	(105)	(170)	(1.848)	301	1.871	3.394
Crédito a empresas	1.563	–	(12)	(383)	(335)	92	84	1.009
Total de provisão por imparidade	5.455	–	(149)	(617)	(2.277)	400	2.109	4.921

Ajustes de gestão aos modelos para imparidade
Os ajustes de gestão aos modelos para imparidade são aplicados de forma a considerar determinadas condições ou alterações na política que não estão incorporadas nos modelos de imparidade relevantes ou para garantir que a provisão por imparidade reflita todos os factos e circunstâncias conhecidos no final do período. Os ajustes normalmente aumentam a provisão por imparidade derivada do modelo. Quando aplicável, os ajustes de gestão são revistos e incorporados no desenvolvimento do modelo futuro.

Os ajustes de gestão para modelos acima de 10M£ referentes à provisão por imparidade nas nossas principais carteiras são apresentados abaixo.

Principais carteiras com ajustes de gestão acima de 10M£

	2016		2015	
A 31 de dezembro	**Total de ajustes de gestão para imparidade de ações, incluindo tolerância M£**	**Proporção do total de imparidade de ações %**	Total de ajustes de gestão para imparidade de ações, incluindo tolerância M£	Proporção do total de imparidade de ações %
Barclays RU				
Cartões do RU	**312**	**34**	147	17
Empréstimos à habitação no RU	**70**	**69**	68	67
Empréstimo a negócios RU	**69**	**33**	67	36
Barclays Internacional				
Cartões dos EUA	**278**	**24**	58	9
Banca de Empresas	**71**	**14**	116	25
Barclays Partner Finance	**59**	**37**	41	28
Cartões da Alemanha	**29**	**23**	20	21

Durante 2016, os modelos foram alinhados com uma Política de Imparidade Retalhista reforçada, na sequência da qual os ajustes foram analisados.

Cartões do RU e EUA: provisões mais elevadas detidas aguardam a plena implementação dos modelos recentemente desenvolvidos e aprovados de forma independente com uma metodologia melhorada após uma revisão da política de imparidade no 3º trimestre de 2016.

Empréstimos à habitação no RU: Para capturar o potencial impacto de um aumento no rácio "price to earnings" da habitação, mudança na metodologia de imparidade e aumento da cobertura de empréstimos apenas com juros que vencem nos próximos cinco anos.

Crédito a negócios do RU: Para alinhar os requisitos da politica de imparidade, o potencial impacto da deterioração dos preços da propriedade comercial e a suscetibilidade de clientes de serviços com dívidas mínimas a aumentos nas taxas de juro atualmente não capturados nos modelos.

Banca de Empresas: Reflete a libertação contra nomes individuais no sector do petróleo e do gás.

Barclays Partner Finance: Devido ao aumento do risco na carteira de veículos a motor segurados juntamente com ajustes na metodologia de imparidade.

Cartões da Alemanha: Para alinhar a metodologia de imparidade e o aumento da cobertura no programa de tolerância.

Nota
a O câmbio e outros ajustes para 2016 incluem principalmente a reclassificação de 762M£ relacionados com os saldos do BAGL agora detidos para venda compensados por flutuações cambiais devido à valorização do dólar americano médio e do euro face à libra esterlina.

Análise de títulos de dívida

Os títulos de dívida incluem títulos de dívida pública detidos como parte da carteira de gestão de tesouraria do Grupo para efeitos de liquidez e regulamentares, e devem ser utilizados numa base contínua nas atividades do Grupo.

As tabelas seguintes fornecem uma análise dos títulos de dívida detidos pelo Grupo para fins comerciais e de investimento por tipo de emitente, e onde o Grupo deteve títulos de dívida pública que excedem 10% do capital próprio.

Mais informações sobre a qualidade do crédito de títulos de dívida são apresentadas nas páginas 169 a 170. Mais divulgações sobre as exposições soberanas na zona Euro são apresentadas na página 172.

Títulos de dívida

	2016		2015	
A 31 de Dezembro	**M£**	**%**	**M£**	**%**
Dos quais emitidos por:				
Governos e outros organismos públicos	**64.852**	**63,7**	96.537	70,9
Empresas e outros emitentes	**28.284**	**27,8**	26.166	19,2
Agência dos EUA	**6.208**	**6,1**	8.927	6,6
Títulos garantidos por ativos e hipotecas	**2.372**	**2,3**	4.009	2,9
Certificados de depósito do banco e de sociedades de financiamento imobiliário	**23**	**0,1**	598	0,4
Total	**101.739**	**100,0**	136.237	100,0

Títulos de dívida pública

A 31 de dezembro	**2016 Justo Valor M£**	2015 Justo Valor M£
Reino Unidos Estados	**20.145**	22.372
Unidos	**16.284**	26.119

Análise de derivados (auditado)

As tabelas abaixo estabelecem os valores justos dos ativos derivados juntamente com o valor dos ativos sujeitos a acordos de compensação executórios da contraparte para os quais o Grupo detém passivos de compensação e garantias elegíveis.

Ativos derivados

	2016			2015		
A 31 de dezembro	**Ativos do balanço M£**	**Registo líquido da contraparte M£**	**Posição líquida M£**	Ativos do balanço M£	Registo líquido da contraparte M£	Posição líquida M£
Moeda estrangeira	**79.744**	**59.040**	**20.704**	54.936	40.301	14.635
Taxa de juro	**228.652**	**185.723**	**42.929**	231.426	190.513	40.913
Derivados de crédito	**16.273**	**12.891**	**3.382**	18.181	14.110	4.071
Capital próprio e índices de ações	**17.089**	**12.603**	**4.486**	13.799	8.358	5.441
Derivados sobre mercadorias	**4.868**	**3.345**	**1.523**	9.367	6.300	3.067
Total de ativos financeiros	**346.626**	**273.602**	**73.024**	327.709	259.582	68.127
Garantia em numerário detida			**41.641**			34.918
Exposição líquida menos garantia			**31.383**			33.209

A exposição de ativos derivados seria 315mM£ (2015: 295mM£) mais baixo do que relatado no âmbito da IFRS caso se permitisse cálculo da posição líquida para os ativos e passivos com a mesma contraparte ou para a qual o Grupo detém garantias em numerário. Semelhantemente, os passivos derivados seriam 315mM£ (2015:2 95mM£) mais baixos, refletindo o registo líquido da contraparte e a garantia colateral obtida. Além disso, a deteve-se uma garantia não monetária de 8mM£ (2015: 7mM£) referente aos ativos derivados. O Grupo recebeu garantias de clientes em apoio de transações de derivados OTC. Estas transações são geralmente realizadas no âmbito de acordos da International Swaps and Derivative Association (ISDA) regidos pelo direito do RU ou de Nova Iorque.

A exposição relacionada com derivados, acordos de recompra, acordos de revenda, empréstimo de ações e transações de empréstimos é calculada utilizando os modelos internos aprovados pela PRA. Estes são utilizados como base para avaliar tanto o capital regulamentar como a apetência pelo capital e são geridos numa base diária. A metodologia engloba todos os fatores relevantes para permitir que o valor atual seja calculado e o valor futuro seja estimado, por ex., taxas de mercado correntes, volatilidade do mercado e documentação jurídica (incluindo direitos de garantia).

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

A tabela abaixo estabelece o justo valor e o valor nocional dos instrumentos derivados OTC por tipo de acordo de garantia financeira.

Derivados por acordo de garantia financeira

	2016			2015		
	Valor nocional do contrato M£	Justo valor		Valor nocional do contrato M£	Justo valor	
		Ativos M£	Passivos M£		Ativos M£	Passivos M£
Unilateral a favor do Barclays						
Moeda estrangeira	**17.713**	**607**	**(274)**	15.645	242	(308)
Taxa de juro	**6.666**	**1.017**	**(60)**	4.365	846	(65)
Derivados de crédito	**174**	**3**	**(2)**	277	2	(7)
Capital próprio e índices de ações	**390**	**3**	**(147)**	303	4	(146)
Derivados sobre mercadorias	**753**	**33**	**(26)**	905	150	(30)
Unilateral total a favor do Barclays	**25.696**	**1.663**	**(509)**	21.495	1.244	(556)
Unilateral a favor da contraparte						
Moeda estrangeira	**20.837**	**786**	**(2.549)**	50.343	810	(2.107)
Taxa de juro	**108.915**	**3.795**	**(5.979)**	121.231	4.436	(6.981)
Derivados de crédito	**152**	**3**	**(7)**	140	3	(1)
Capital próprio e índice de ações	**1.121**	**312**	**(49)**	827	100	(83)
Derivados sobre mercadorias	**1.231**	**67**	**(66)**	74	–	(3)
Unilateral total a favor da contraparte	**132.256**	**4.963**	**(8.650)**	172.615	5.349	(9.175)
Acordo bilateral						
Moeda estrangeira	**3.772.477**	**70.464**	**(68.788)**	2.878.125	46.831	(50.899)
Taxa de juro	**7.335.641**	**187.155**	**(179.650)**	7.315.345	197.900	(188.293)
Derivados de crédito	**608.859**	**11.422**	**(9.994)**	663.090	13.617	(11.985)
Capital próprio e índice de ações	**192.448**	**6.146**	**(9.692)**	144.108	4.991	(8.297)
Derivados sobre mercadorias	**11.766**	**1.318**	**(1.442)**	36.794	3.164	(3.104)
Total acordo bilateral	**11.921.191**	**276.505**	**(269.566)**	11.037.462	266.503	(262.578)
Derivados não garantidos						
Moeda estrangeira	**363.921**	**7.490**	**(6.287)**	271.819	7.008	(5.424)
Taxa de juro	**184.362**	**5.723**	**(2.459)**	193.565	6.091	(2.907)
Derivados de crédito	**5.872**	**383**	**(510)**	7.881	467	(700)
Capital próprio e índice de ações	**13.706**	**2.558**	**(3.385)**	6.672	2.204	(3.075)
Derivados sobre mercadorias	**16.389**	**504**	**(748)**	13.347	1.733	(1.667)
Total de derivados não garantidos	**584.250**	**16.658**	**(13.389)**	493.284	17.503	(13.773)
Total de ativos derivados/(passivos) OTC	**12.663.393**	**299.789**	**(292.114)**	11.724.856	290.599	(286.082)

Análise de risco de mercado

O risco de mercado é o risco de uma redução nos rendimentos ou no capital devido à volatilidade das posições da carteira de negociação ou uma incapacidade de cobrir o balanço da carteira bancária.

Esta secção contém divulgações fundamentais que descrevem o perfil de risco de mercado do Grupo, destacando medidas tanto regulamentares como de gestão.

Métricas-chave

O valor em risco aumentou no ano devido ao aumento da volatilidade. A sensibilidade do rendimento às taxas em queda aumentou em relação a 2015 como resultado da taxa de GBP mais baixa e subsequente reapreçamento de depósitos

24%

Aumento na gestão do valor em risco

-220M£

Diminuição nos Rendimentos Anuais em Risco de um choque nas taxas de juros de 25bps negativos (com pressupostos em taxas mínimas (floors))

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de mercado

Resumo dos Conteúdos

	Página	
▪ Visão geral do risco de mercado e resumo do desempenho no período	191	Descreve as principais medidas utilizadas para resumir o perfil de risco de mercado do banco, tais como o Valor em Risco (Value at Risk, comumente designado por VaR) e o Rendimento Anual em Risco (Annual Earnings at Risk, comumente designado por AEaR). É feita uma distinção entre as medidas de gestão e regulamentares.
■ Vista do balanço das carteiras de negociação e de operações bancárias	192	Fornece uma visão geral a nível do Grupo sobre onde os ativos e passivos no balanço do Grupo são geridos dentro de carteiras regulamentadas negociadas e não negociadas.
Risco de mercado negociado		
■ Análise de medidas de gestão		O Grupo divulga detalhes sobre as medidas de gestão de risco de mercado.
– Os valores de média diária, máximo e mínimo de gestão do VaR	193	O VaR total de gestão inclui todas as posições de negociação e é apresentado numa base diversificada por fator de risco.
– Esforços em cenários de negócio	194	Esta secção também descreve os cenários de esforço, incluindo condições macroeconómicas modeladas como parte do quadro de gestão de risco do Grupo.
■ Análise de medidas regulamentares		
– Análise do VaR regulamentar, SVaR, IRC e Medida de Risco abrangente	194	As medidas regulamentares de risco de mercado do Grupo segundo a abordagem dos modelos internos aprovados também são divulgadas.
– Discriminação das principais medidas de risco regulamentar por carteira.	194	Como parte da divulgação deste ano, tanto o VaR de 1 dia como de 10 dias foram incluídos.
Risco de mercado não negociado		
■ Visão geral	195	É fornecida uma descrição do quadro de risco de mercado não negociado.
■ Sensibilidade do rendimento líquido dos juros	195	O Grupo divulga uma análise da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos para ativos e passivos financeiros não negociados. A análise é realizada por Unidade de Negócio e moeda.
– por unidade de negócio		
– por moeda		
▪ Capital económico por unidade de negócio	196	
▪ Análise de sensibilidade de capital	196	O Grupo mede alguns riscos de mercado não negociados, nomeadamente pré-pagamento, recrutamento e risco residual utilizando uma metodologia de Capital Económico.
▪ Volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de	197	
▪ Risco cambial	197	
– Exposição transacional a moeda estrangeira	197	O Grupo divulga o impacto global de um desvio paralelo nas taxas de juro sobre lucros acumulados, disponíveis para venda e coberturas de fluxo de caixa.
– Exposição transacional a moeda estrangeira	197	
– Divisa funcional das operações.	198	
▪ Análise de risco de pensão	198	O Grupo mede a volatilidade do valor dos instrumentos disponíveis para venda no fundo de liquidez através de VaR de risco de mercado não negociado.
– Ativos e passivos	198	
– Posição IAS 19	199	O Grupo divulga as duas fontes de risco cambial a que está exposto.
– Medição do risco	199	
		Uma análise centrada no fundo de pensões do Reino Unido, que representa a maioria do total do Grupo em termos de obrigações de benefícios de reforma.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de uma redução nos rendimentos ou no capital derivado da volatilidade de posições da carteira de negociação ou como consequência de gerir um balanço da carteira de operações bancárias e fundos de liquidez.

As divulgações nesta secção (páginas 191 a 199) não estão auditadas, salvo disposto em contrário. As divulgações para 2016 e 2015 excluem os saldos do BAGL detidos para venda, salvo disposto em contrário.

Visão geral de risco de mercado

Esta secção contém estatísticas chave que descrevem o perfil do risco de mercado do Grupo, tais como medidas de Valor em Risco (VaR) e Rendimentos Anuais em Risco (AEaR). É feita uma distinção entre medidas regulamentares e de gestão dentro da secção. As secções de gestão de risco de mercado nas páginas 138 a 145 e 150 a 157 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC fornecem descrições destas métricas.

- A página 192 fornece uma vista do risco de mercado no contexto do balanço em Grupo
- As páginas 131 a 194 abrangem a gestão de risco de mercado negociado. As medidas de gestão são apresentadas na página 193 e as medidas regulamentares equivalentes são apresentadas a partir da página 194
- O risco de mercado não negociado, resultante das nossas carteiras de operações bancárias, é analisado a partir da página 195.

Medidas de risco de mercado no Grupo e medidas de contabilidade

As medidas de risco de mercado negociado, tais como o VaR e as medidas de exposição de balanço têm diferenças fundamentais:

- As medidas do balanço mostram balanços baseados em acréscimos ou valores avaliados ao preço de mercado na data de relato;
- As medidas do VaR também consideram os valores avaliados ao preço de mercado, mas, em adição, são considerados os efeitos de cobertura entre posições
- As medidas de risco de mercado são expressas em termos de alterações nos valores ou volatilidades, em oposição aos valores estáticos.

Por estas razões, não é possível apresentar reconciliações diretas de risco de mercado negociado e medidas contabilísticas. A tabela “Vista do balanço das carteiras de negociação e operações bancárias”, na página 192 ajuda o leitor a compreender as principais categorias de ativos e passivos sujeitos a medidas regulamentares de risco de mercado.

Resumo do desempenho no período

No geral, o Grupo manteve um perfil de risco estável, com os principais movimentos descriminados abaixo:

- As medidas de risco de mercado negociado, tais como o Valor em Risco (VaR), aumentaram no ano principalmente devido aos movimentos subjacentes a spreads de crédito e à volatilidade nos mercados de divisas cruzadas impulsionados por alterações estruturais de mercado
- Os Rendimentos Anuais em Risco (AEaR) são uma medida essencial da volatilidade do risco da taxa de juro na carteira de operações bancárias (IRRBB). Esta medida de sensibilidade diminuiu em 2016, impulsionada por dois fatores: a redução na taxa de referência da GBP em agosto de 2016 com o floor modelo de 0%; e a proteção adicional que o Grupo colocou em prática para reduzir a exposição a uma possível redução na taxa de referência da GBP
- Os riscos de pensão são divulgados a partir da página 198.

Vista do balanço das carteiras de negociação e de operações bancárias

Conforme definido pelas normas regulamentares, uma carteira de negociação é constituída por posições detidas para efeitos de negociação ou para cobertura de elementos da carteira de negociação. A intenção de negociar deve ser evidenciada na base das estratégias, políticas e procedimentos estabelecidos pela empresa para gerir a posição ou a carteira. A tabela abaixo apresenta uma visão geral a nível do Grupo sobre onde os ativos e passivos no balanço do Grupo são geridos em carteiras negociadas e não negociadas.

O balanço dividido pela carteira de negociação e pela carteira de operações bancárias é apresentado num âmbito de consolidação com a IFRS. A reconciliação entre o âmbito de consolidação contabilístico e regulamentar é apresentada na tabela 1 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Balanço dividido pelas carteiras de negociação e de operações bancárias

A 31 de dezembro de 2016	Carteira bancária[a] M£	Carteira de negociação M£	Total M£
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102.353	–	102.353
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.467	–	1.467
Ativos da carteira de negociação	1.160	79.080	80.240
Ativos financeiros designados pelo justo valor	10.475	68.133	78.608
Instrumentos financeiros derivados	1.551	345.075	346.626
Investimentos financeiros	63.317	–	63.317
Empréstimos e adiantamentos a bancos	42.288	963	43.251
Empréstimos e adiantamentos a clientes	373.156	19.628	392.784
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	13.454	–	13.454
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos	2.893	–	2.893
Investimentos em entidades associadas e joint ventures	684	–	684
Ativos fixos tangíveis	2.825	–	2.825
Goodwill e ativos intangíveis	7.726	–	7.726
Ativos por impostos correntes	561	–	561
Ativos por impostos deferidos	4.869	–	4.869
Ativos de benefícios de reforma	14	–	14
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[b]	64.139	7.315	71.454
Total de ativos	692.932	520.194	1.213.126
Depósitos de bancos	46.905	1.309	48.214
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	636	–	636
Contas de clientes	408.434	14.744	423.178
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	19.760	–	19.760
Passivos de carteiras de negociação	–	34.687	34.687
Passivos financeiros designados pelo justo valor:	5.059	90.972	96.031
Instrumentos financeiros derivados	883	339.604	340.487
Títulos de divida em circulação	75.932	–	75.932
Passivos subordinados	23.383	–	23.383
Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos	8.830	41	8.871
Provisões	4.134	–	4.134
Passivo de imposto corrente	737	–	737
Passivos por impostos diferidos	29	–	29
Passivos de pensão de reforma	390	–	390
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[b]	60.703	4.589	65.292
Total de passivos	655.815	485.946	1.141.761

Incluídos na carteira de negociação encontram-se os ativos e passivos que estão incluídos nas medidas regulamentares de risco de mercado. Para mais informações sobre estas medidas (VaR, SVaR, IRC e APR), consulte a secção “Gestão de risco” na página 138 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Notas
a Os principais fatores de risco para os ativos e passivos da carteira de operações bancárias são as taxas de juro e, de uma forma menos significativa, as taxas de câmbio. Os spreads de crédito e os preços das ações também serão fatores em que o Grupo detém títulos de dívida e de capital, respetivamente, quer como ativos financeiros designados pelo justo valor (ver Nota 15) quer como disponíveis para venda (ver Nota 17).
b Incluindo o BAGL.

Análise de risco de mercado negociado

Análise de medidas de gestão
As seguintes divulgações fornecem detalhes sobre as medidas de gestão de risco de mercado. Para mais detalhes sobre as medidas de gestão e as diferenças quando comparadas com as medidas regulamentares, consulte a secção “Gestão de risco” na página 138 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays Bank PLC.

A tabela abaixo apresenta o VaR de gestão total numa base diversificada por fator de risco. O VaR de gestão total inclui todas as posições de negócio na Banca de Investimento, Non-Core e Sede.

Os limites são aplicados a cada VaR do fator de risco, assim como o VaR de gestão total, que são consequentemente encadeados por gestores de risco para cada negócio.

Valores de média, máximo e mínimo diário do VaR de gestãoa VaR de Gestão (95%) (auditado)

	2016			2015		
Para o ano findo a 31 de dezembro	**Média M£**	**Máximo[b] M£**	**Mínimo[b] M£**	Média M£	Máximo[b] M£	Mínimo[b] M£
Risco de crédito	**16**	**24**	**9**	11	17	8
Risco de taxa de juro	**7**	**13**	**4**	6	14	4
Risco acionista	**7**	**11**	**4**	8	18	4
Risco de base	**5**	**9**	**3**	3	4	2
Risco de Spread	**3**	**5**	**2**	3	6	2
Risco cambial	**3**	**5**	**2**	3	6	1
Risco de mercadoria	**2**	**4**	**1**	2	3	1
Taxa de inflação	**2**	**3**	**2**	3	5	2
Efeito de diversificação[b]	**(24)**	**n/a**	**n/a**	(22)	n/a	n/a
VaR de gestão total	**21**	**29**	**13**	17	25	12

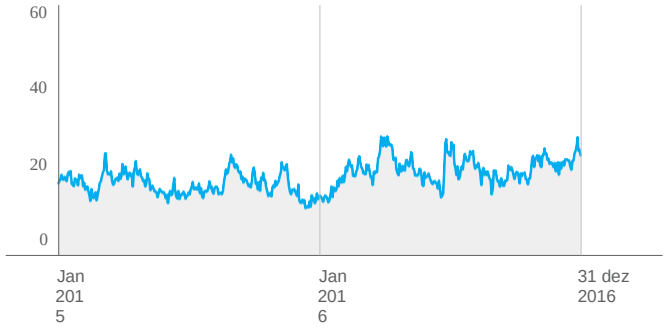
O VaR de Risco de Crédito Médio aumentou em 5M£, para 16M£ (2015: 11M£) principalmente devido aos movimentos voláteis subjacentes aos spreads de crédito dada a própria contribuição de crédito.

O VaR Base Médio aumentou em 2M£, para 5M£ (2015: 3M£), principalmente devido a uma combinação de mudanças estruturais nos mercados de divisas cruzadas levou a uma maior volatilidade e atividade dos clientes na base de divisas cruzadas do G10.

O VaR Médio de Participação diminuiu em 1M£, para 7M£ (2015: 8M£), refletindo a redução das atividades na carteira de caixa e um perfil de risco que se manteve mais conservador na carteira de derivados.

O VaR Médio de Risco Cambial foi estável como resultado de manter um perfil de risco conservador na carteira de derivados.

VaR de Gestão do Grupo[a] (M£)



O gráfico do VaR diário ilustra uma tendência crescente média em 2016. Os aumentos intermitentes do VaR deveram-se ao aumento do fluxo de clientes em períodos de volatilidade elevada em mercados específicos e subsequente gestão de risco da posição.

Notas
a Incluindo o BAGL.
b Os efeitos de diversificação reconhecem que é improvável que as perdas previstas de diferentes ativos ou negócios ocorram concomitantemente, portanto, a perda agregada esperada é menor do que a soma das perdas esperadas de cada área. As correlações históricas entre as perdas são tidas em conta ao realizar estas avaliações. Os valores de VaR mínimos e máximos apresentados para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia em que os valores de VaR mínimos e máximos foram apresentados como um todo. Consequentemente, o balanço de efeito de diversificação para os valores de VaR mínimos e máximos não seriam significativos e são, portanto, omitidos da tabela acima.

Esforços em cenários de negócio

Como parte do quadro de gestão de risco do Grupo, o desempenho dos negócios comerciais em cenários hipotéticos caraterizados por condições macroeconómicas severas é modelado. São regularmente modelados até sete cenários globais que incluem, por exemplo, uma forte deterioração de liquidez, um desaceleramento da economia global, ataques terroristas, recessão global e um aumento acentuado do crescimento económico.

Em 2016, os cenários analisados mostraram que os maiores impactos relacionados com risco de mercado se deviam a uma grave deterioração da liquidez de mercado e à recessão global.

Análise de medidas regulamentares

As seguintes divulgações fornecem detalhes sobre as medidas de regulamentares de risco de mercado. Para mais detalhes sobre medidas regulamentares e as diferenças quando comparadas com medidas regulamentares, consulte a secção “Gestão de Risco” nas páginas 141 a 143 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

O requisito de capital de risco de mercado do Grupo compreende dois elementos:

- O risco de mercado das posições da carteira de negociação contabilizadas para as entidades jurídicas que são medidas de acordo com uma abordagem de modelos internos aprovada pela PRA, incluindo VaR Regulamentar, Valor em risco em situação de esforço (Stressed Value at Risk, comumente designado por SVRR), Requisito de Fundos Próprios para Riscos Adicionais (Incremental Risk Charge, comumente designado por RIS) e Medida de Risco Abrangente, conforme exigido
- Posições da carteira de negociação que não cumpram as condições para inclusão na abordagem aprovada de modelos internos. O requisito de capital para estas posições é calculado utilizando regras normalizadas.

A tabela abaixo resume as medidas regulamentares de risco de mercado, no âmbito da abordagem dos modelos internos. Consulte a tabela 65 “Requisitos de fundos próprios de risco de mercado” na página 85 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC para uma discriminação dos requisitos de capital por abordagem.

Análise do VaR regulamentar, SVaR, IRC e Medida de Risco Abrangente

	Exercício findo em M£	Média M£	Máx. M£	Mín. M£
A 31 de dezembro de 2016				
VaR Regulamentar (1 dia)	**33**	**26**	**34**	**18**
VaR Regulamentar (10 dias)[a]	**105**	**84**	**108**	**57**
SVaR (1 dia)	**65**	**56**	**75**	**34**
SVaR (10 dias)[a]	**205**	**178**	**236**	**109**
IRC	**154**	**155**	**238**	**112**
Medida de Risco Abrangente	**2**	**5**	**12**	**2**
A 31 de dezembro de 2015				
VaR Regulamentar (1 dia)	26	28	46	20
VaR Regulamentar (10 dias)[a]	82	89	145	63
SVaR (1 dia)	44	54	68	38
SVaR (10 dias)[a]	139	171	215	120
IRC	129	142	254	59
Medida de Risco Abrangente	12	15	27	11

No geral, houve um aumento no IRC médio em 2016, sem movimentos significativos noutros componentes do modelo interno:

- VaR/SVaR Regulamentar: Manteve-se em geral estável ano a ano.
- IRC: Aumentou principalmente devido aos aumentos da posição no terceiro trimestre de 2016.
- Medida de Risco Abrangente: Reduziu na sequência de reduções adicionais numa carteira herdada específica.

Discriminação das principais medidas de risco regulamentar por carteira

A 31 de dezembro de 2016	Macro M£	Capitais Próprios M£	Crédito M£	Tesouraria Barclays Internacional[b] M£	Banca[b] M£	Tesouraria do Grupo M£	Barclays Non-Core M£
VaR Regulamentar (1 dia)	**14**	**12**	**6**	**14**	**12**	**5**	**6**
VaR Regulamentar (10 dias)	**44**	**38**	**20**	**45**	**40**	**15**	**21**
SVaR (1 dia)	**22**	**43**	**7**	**30**	**18**	**9**	**22**
SVaR (10 dia)	**69**	**137**	**24**	**95**	**58**	**30**	**69**
IRC	**220**	**8**	**146**	**196**	**25**	**10**	**18**
Medida de Risco Abrangente	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2**

A tabela acima apresenta as carteiras primárias que impulsionaram o requisito de capital modelado dos negócios comerciais a 31 de dezembro de 2016. Os resultados da carteira independente diversificam-se ao nível total e não são necessariamente aditivos. O VaR Regulamentar, SVaR, IRC e a Medida de Risco Abrangente na tabela anterior apresentam os resultados diversificados a nível do Grupo.

Notas

a O VaR de 10 dias baseia-se na escala de dados do modelo VaR de 1 dia. Pode encontrar mais informações sobre a metodologia de VaR Regulamentar e VaR em situação de esforço na página 141 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

b No quarto trimestre, a carteira de Gestão de Capital de Clientes (Client Capital Management, comumente designada por CCM) foi dividida em Tesouraria do Barclays Internacional, Banca e Serviços Derivados de Agências (Agency Derivative Services, comumente designado por ADS) e Financiamento. Para fins de divulgação, foram incluídas apenas as carteiras relevantes (Tesouraria do Barclays Internacional e Banca).

Risco de mercado não negociado

Visão geral
O quadro de risco de mercado não negociado cobre exposições da carteira de operações bancárias, que consistem maioritariamente em exposições relacionadas com contabilidade de exercício e instrumentos disponíveis para venda. A potencial volatilidade do rendimento líquido de juros do banco é medido por uma métrica de Rendimentos Anuais em Risco (AEaR) que é monitorizada regularmente e apresentada à gestão superior e ao Comité de Risco do Conselho como parte do quadro de monitorização limite.

Sensibilidade do rendimento líquido de juros
A tabela apresenta uma análise da sensibilidade do rendimento líquido de juros antes de impostos para ativos e passivos financeiros não negociados, incluindo o efeito de qualquer cobertura. A sensibilidade foi medida utilizando a metodologia de Rendimentos Anuais em Risco (AEaR), conforme descrita no Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC. Note que esta métrica assume uma mudança paralela instantânea nas curvas de taxas de juro a prazo. Os floors do modelo impactam taxas de mercado a zero; as alterações na sensibilidade de rendimentos provenientes de juros líquidos só se observam quando as taxas a prazo são superiores a zero. Os principais pressupostos do modelo são: (i) horizonte temporal de um ano; (ii) o balanço é mantido constante; (iii) os saldos são ajustados para perfis comportamentais assumidos (isto é, considera que os clientes podem solicitar o refinanciamento de créditos hipotecários antes do vencimento contratual); e (iv) os pressupostos comportamentais são mantidos inalterados em todos os cenários de taxa.

Sensibilidade do rendimento líquido de juros (AEaR) por unidade de negócio[a,b] (auditado)

	Barclays RU M£	Barclays Internacional M£	Barclays Non-Core M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016				
+25bps	**5**	**16**	**1**	**22**
–25bps	**(130)**	**(90)**	**–**	**(220)**
A 31 de dezembro de 2015				
+25bps	16	21	5	42
–25bps	(50)	(41)	–	(91)

A sensibilidade do rendimento às taxas em queda aumentou em relação a 2015 como resultado da taxa de GBP mais baixa e subsequente reapreçamento de depósitos.

Sensibilidade do rendimento líquido de juros (AEaR) por moeda[c]

A 31 de dezembro de 2016	+25 pontos base M£	-25 pontos base M£
GBP	**9**	**(215)**
USD	**3**	**(5)**
EUR	**7**	**1**
Outras moedas	**3**	**(1)**
Total	**22**	**(220)**
Como percentagem do rendimento líquido de juros	**0,21%**	**(2,09%)**

Notas
a A parte da banca de investimento do Barclays Internacional foi excluída.
b Exclui as operações de Tesouraria, que são impulsionadas pelos investimentos do Grupo no fundo de liquidez, que são geridos pelo risco utilizando as medidas de VaR descritas na página 197. A sensibilidade do rendimento líquido de juros (AEaR) da Tesouraria para uma movimentação de +25/-25bps é (39) M£/36M£, respetivamente.
c Inclui a sensibilidade do Barclays RU, o Barclays Internacional (excluindo a banca de investimento) e o segmento Non-Core. Tesouraria excluída.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de mercado

Capital económico por unidade de negócio

O Barclays mede alguns riscos de mercado não negociados utilizando uma metodologia de capital económico (CE). O CE é calculado predominantemente utilizando um modelo de VaR diário escalado para um intervalo de confiança de 99%. Um intervalo de confiança de 99,98%, como anteriormente referido, é considerado um choque muito extremo, isto é, um evento de 1 em 5.000. Um intervalo de confiança de 99% é considerado mais adequado e alinha-se também com outras observações regulamentares. Para mais informações sobre as definições de pagamento antecipado, recrutamento e risco residual, e sobre como o CE é utilizado para gerir o risco de mercado, consulte a secção "Gestão de risco de capital e tesouraria" na página 138 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Capital económico por unidade de negócio

	Barclays RU M£	Barclays Internacional[a] M£	Barclays Non-Core[b] M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016				
Risco de pagamento antecipado	**27**	**8**	**–**	**35**
Risco de recrutamento	**18**	**1**	**1**	**20**
Risco residual	**1**	**23**	**12**	**36**
Total	**46**	**32**	**13**	**91**
A 31 de dezembro de 2015				
Risco de pré-pagamento	20	7	–	27
Risco de recrutamento	39	4	4	47
Risco residual	2	26	3	31
Total	61	37	7	105

O Capital Económico Total diminuiu em 14M, para 91£ (2015: 105M£), impulsionado principalmente pelo risco de recrutamento no Barclays UK, que diminuiu em 21M£ devido a uma redução nas taxas de mercado e à volatilidade.

Análise de sensibilidade de capital

A tabela de sensibilidade de capitais próprios abaixo mede o impacto global de um movimento de +/- 25bps nas taxas de juro sobre os lucros retidos, reservas disponíveis para venda e reservas de cobertura de fluxos de caixa. Estes dados são capturados utilizando uma métrica DV01, que é um indicador da variação no valor para um movimento de 1 ponto base na curva de rendimentos.

Análise de sensibilidade de capitais próprios (auditado)

	2016		2015	
A 31 de dezembro	**+25 pontos base M£**	**-25 pontos base M£**	+25 pontos base M£	-25 pontos base M£
Rendimento líquido de juros	**22**	**(220)**	42	(91)
Efeitos de tributação nos anteriores	**(7)**	**66**	(13)	27
Efeito no resultado do exercício	**15**	**(154)**	29	(64)
Em percentagem de resultado líquido após impostos	**0,54%**	**(5,45%)**	4,72%	(10,22%)
Efeito no resultado do exercício (conforme cima)	**15**	**(154)**	29	(64)
Reserva disponível para venda	**(154)**	**114**	(180)	248
Reserva de cobertura de fluxos de caixa	**(732)**	**692**	(754)	694
Efeitos de tributação nos anteriores	**222**	**(202)**	280	(283)
Efeito sobre o capital próprio	**(649)**	**450**	(625)	595
Como % do capital próprio	**(0,91%)**	**0,63%**	(0,95%)	0,90%

Em relação à tabela de sensibilidade do rendimento líquido de juros na página 195, o impacto de um movimento de 25bps nas taxas é em grande parte impulsionado pelo Barclays UK.

A mudança nas sensibilidades das reservas disponíveis para venda foi impulsionada por uma redução no risco de taxa de juros no fundo de liquidez durante o ano. Os movimentos na reserva disponível para venda afetariam o capital CET1, calculado em total conformidade (fully loaded) com a CRD IV; no entanto, o movimento na reserva de cobertura de fluxos de caixa não afetaria o capital CET1.

Notas
a O risco residual para o Barclays Internacional inclui os produtos do Barclays Bank Delaware para estar em linha com a divulgação NII. Período anterior reapresentado na mesma base para consistência.
b Apenas as exposições retalhistas do segmento Non-Core são capturadas nesta medida.

Volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez
As alterações no valor das exposições disponíveis para venda passam diretamente através do capital pela reserva disponível para venda. A volatilidade do valor dos investimentos disponíveis para venda no fundo de liquidez é capturada e gerida através de uma medida de valor ao invés de uma medida de ganhos, ou seja, o VaR de risco de mercado não negociado.

Apesar de a metodologia subjacente para calcular o VaR não negociado ser idêntica à utilizada para calcular o VaR de gestão negociado, as duas medidas não são diretamente comparáveis. O VaR não negociado representa a volatilidade do capital motivado pelas exposições disponíveis para venda. Estas exposições estão na carteira bancária e não se enquadram nos critérios de tratamento da carteira bancária.

Volatilidade da carteira AFS no Fundo de Liquidez

Análise da volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez

	2016			2015		
Para o ano findo a 31 de Dezembro	**Média M£**	**Máximo M£**	**Mínimo M£**	Média M£	Máximo M£	Mínimo M£
Valor em Risco de mercado não negociado (diário, 95%)	**40**	**46**	**32**	42	49	37

O VaR não negociado é impulsionado principalmente pela volatilidade das taxas de juro nos mercados desenvolvidos no gráfico acima. A forte redução no VaR disponível para venda no final de setembro foi impulsionada pela redução do risco de taxa de juro assumido no fundo de liquidez, que foi restabelecido no início de outubro.

Risco cambial

O Grupo está exposto a duas fontes de risco cambial.

a) Exposição transacional a moeda estrangeira
A exposição transacional a moeda estrangeira representa a exposição de ativos e passivos bancários, denominados em divisa diferente da divisa funcional da entidade transacionadora.

As políticas de gestão de risco do Grupo impedem a conservação de importantes posições abertas em moeda estrangeira fora da carteira de negociação geridas pelo Barclays Capital, que é controlada através do DVaR.

O risco transacional de moeda estrangeira da carteira de negociação fora da Banca de Investimento é monitorizado diariamente através da função de Risco de Merca e minimizado pelos negócios.

b) Exposição transacional a moeda estrangeira
Os investimentos do grupo em subsidiárias e filiais no estrangeiro criam recursos de capital denominados em moedas estrangeiras, principalmente o dólar americano (USD), EUR e ZAR. As alterações no valor da GBP dos investimentos líquidos devidas a movimentos em moeda estrangeira são capturadas na reserva de conversão de moeda, resultando num movimento no capital CET1.

A estratégia do Grupo é minimizar a volatilidade dos rácios de capital causada por movimentos de moeda estrangeira ao utilizar os movimentos de capital CET1 para acertar em grande parte a reavaliação das exposições de RWA de moeda estrangeira do Grupo.

As coberturas económicas representam principalmente as ações preferenciais em dólar americano e euro e instrumentos Tier 1 Adicional (Additional Tier 1, comumente designados por AT1) que são detidos em equidade e contabilizados a custo histórico ao abrigo da IFRS, e não se qualificam como cobertura para fins contabilísticos.

Moeda funcional das operações (auditado)

	Investimentos líquidos em moeda estrangeira	Empréstimos que cobrem os investimentos líquidos	Derivados que cobrem os investimentos líquidos	Coberturas pré-económicas de exposição a moeda estrutural	Coberturas económicas	Restantes exposições de moeda estrutural
	M£	M£	M£	M£	M£	M£
A 31 de dezembro de 2016						
USD	**29.460**	**(12.769)**	**–**	**16.691**	**(7.898)**	**8.793**
EUR	**2.121**	**(363)**	**–**	**1.758**	**(2.053)**	**(295)**
ZAR	**3.679**	**–**	**(2.571)**	**1.108**	**–**	**1.108**
JPY	**438**	**(209)**	**(224)**	**5**	**–**	**5**
Outros	**2.793**	**–**	**(1.318)**	**1.475**	**–**	**1.475**
Total	**38.491**	**(13.341)**	**(4.113)**	**21.037**	**(9.951)**	**11.086**
A 31 de dezembro de 2015						
USD	24.712	(8.839)	(1.158)	14.715	(7.008)	7.707
EUR	2.002	(630)	(14)	1.358	(1.764)	(406)
ZAR	3.201	(4)	(99)	3.098	–	3.098
JPY	383	(168)	(205)	10	–	10
Outros	2.927	–	(1.294)	1.633	–	1.633
Total	33.225	(9.641)	(2.770)	20.814	(8.772)	12.042

Durante 2016, o total de exposição líquida de moeda estrutural de instrumentos de cobertura diminuiu em 1M£ para 11mM£ (2015: 12mM£). O decréscimo foi em grande parte impulsionado por um aumento nas coberturas ZAR após o Barclays ter anunciado reduzir a participação do Grupo no BAGL. Os investimentos líquidos em moeda estrangeira aumentaram em 5.3mM£, para 38,5mM£ (2015: 33.2mM£), impulsionados principalmente pela valorização do dólar americano face à libra esterlina. As coberturas associadas a estes investimentos aumentaram em 5.M£, para 17.5mM£ (2015: 12.4mM£).

Análise do risco de pensão

O Fundo de Pensões do Reino Unido (UK Retirement Fund, comumente designado por UKRF) representa aproximadamente 96% (2015: 92%) do total do Grupo em termos de obrigações de benefícios de reforma. Como tal, esta secção de análise de risco centra-se exclusivamente no UKRF. O UKRF foi encerrado a novos subscritores e não há nenhum novo benefício salarial final a acumular.
Os membros ativos existentes acumulam uma combinação de um benefício de saldo de caixa e um elemento de contribuição definido.

O risco de pensão surge porque o valor de mercado estimado dos ativos do fundo de pensão podem diminuir, o retorno de investimento pode diminuir, ou o valor estimado dos passivos de pensão pode aumentar.

Consulte a página 155 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC para mais informações sobre a gestão do risco de pensão.

Ativos
O Conselho de Fiduciários do UKRF define a sua estratégia global de investimento de longo-prazo com investimentos ao longo de uma vasta gama de classes de ativos. Isto garante uma combinação adequada de ativos que procuram retorno, bem como o equilíbrio entre ativos e passivos para uma melhor correspondência com as futuras obrigações de pensão. Os principais riscos de mercado dentro da carteira de ativos estão contra taxas de juro e ações. A divisão do regime de ativos do plano é apresentada na Nota 35. O justo valor dos ativos do UKRF foi de 31.8mM£ a 31 de dezembro de 2016.

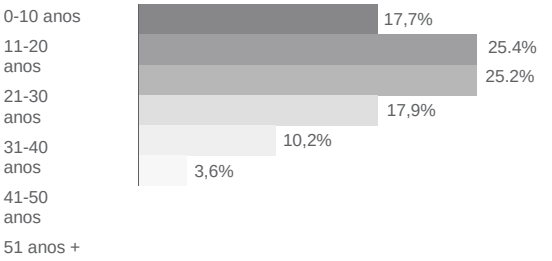
Passivos
As obrigações de benefícios de reforma do UKRF são uma série de fluxos de caixa futuros com duração relativamente longa. De acordo com a IAS 19, estes fluxos de caixa são sensíveis a alterações na taxa de inflação de preços a longo-prazo (RPI) esperada e a taxa de desconto (curva de rendimento de retorno de títulos empresariais AA):

- Um aumento na inflação esperada de longo-prazo corresponde a um aumento nos passivos
- Uma diminuição na taxa de desconto corresponde a um aumento nos passivos.

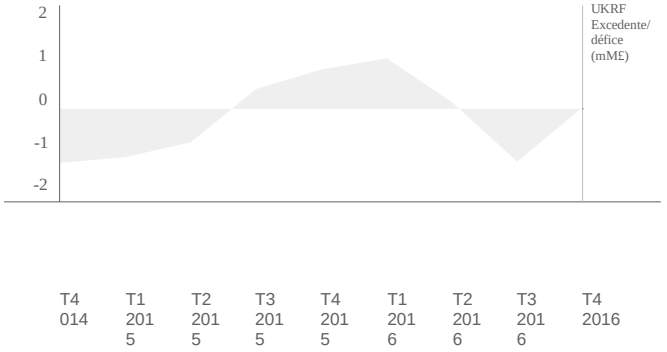
O risco de pensão é gerado através dos planos de prestações definidas do Grupo e este risco deverá reduzir-se ao longo do tempo, uma vez que o nosso principal plano de prestações definidas está encerrado para novos subscritores. A tabela abaixo descreve a forma do perfil de fluxo de caixa do passivo do UKRF (a 31 de Dezembro de 2016) que contabiliza a indexação da inflação futura dos pagamentos aos beneficiários, com a maior parte dos fluxos de caixa (aproximadamente 83%) compreendidos entre 0 e 40 anos, atingindo um pico na faixa de 11 a 20 anos, e reduzindo a partir daí. A forma pode variar dependendo das mudanças nas expetativas de inflação e mortalidade.

Para mais detalhes sobre os pressupostos financeiros e demográficos do UKRF, consulte a Nota 35 “Pensões e benefícios pós-reforma”.

Proporção de fluxos de caixa do passivo



Posição IAS 19 líquida



O gráfico acima apresenta a posição de pensão líquida do UKRF segundo a IAS19 para cada trimestre nos últimos dois anos. A volatilidade apresentada pela flutuação na posição de pensão líquida segundo a IAS 19 reflete os movimentos observados no mercado.

No 2º trimestre (T2) de 2016, a posição do UKRF segundo a IAS 19 deteriorou-se à medida que a taxa de desconto AA diminuiu, impulsionada por uma diminuição das taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública de longo-prazo e pela restritividade nos spreads de crédito.

Durante o segundo semestre de 2016, esta tendência continuou impulsionada pelos resultados do referendo sobre a saída do Reino Unido da UE em junho, bem como pelo anúncio em agosto do Banco de Inglaterra relativamente à flexibilização quantitativa. Estes eventos levaram a movimentos significativos do mercado que afetaram negativamente a taxa de desconto AA do UKRF. Por ex., o índice de mercado BOXX £-Corp AA foi 53bps mais baixo entre junho e setembro.

Os títulos reais reverteram mais elevados nos meses depois de setembro, o que se refletiu também numa taxa de desconto AA mais elevada. Consequentemente, a posição líquida da IAS 19 reverteu para perto de zero a 31 de dezembro de 2016.

Consulte a Nota 35 para mais informações sobre a sensibilidade do UKRF à alteração nos principais pressupostos.

Medição do risco
Em linha com o quadro de gestão de risco do Barclays, os ativos e passivos do UKRF são modelados dentro de um quadro de VaR para mostrar a volatilidade das posições de pensão num nível de carteira total. Isto garante que os riscos, a diversificação e as caraterísticas de correspondência de passivos das obrigações e investimentos do UKRF são adequadamente capturados. O VaR é medido e monitorizado mensalmente. Os riscos são analisados e comunicados regularmente em fóruns, incluindo o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco do Grupo, o Grupo de Administração de Pensões e o Conselho Executivo de Pensões. O modelo de VaR considera a avaliação dos passivos com base na IAS 19 (vide Nota 35). O Fiduciário recebe mensalmente medidas de VaR com base no financiamento.

O passivo relativamente às pensões também é sensível a pressupostos de mortalidade pós-aposentação que também são analisados regularmente. Consulte a Nota para obter mais detalhes.

Além disso, o impacto do risco de pensão no Grupo é tido em consideração como parte do processo de testes de esforço. Os testes de esforço são realizados a nível interno pelo menos uma vez por ano. A exposição do UKRF é incluída como parte dos testes de esforço regulamentares.

Os planos de pensões de prestações definidas afetam o capital de duas formas:

- Um défice da IAS 19 é tratado como um passivo no balanço do Grupo. O movimento num défice devido a reajustes, incluindo perdas atuariais, é reconhecido imediatamente através de Outro Rendimento Integral e, como tal, reduz o capital líquido e o capital CET1. Um excedente da IAS 19 é tratado como um ativo no balanço e aumenta o capital próprio; no entanto, é deduzido para efeitos de determinação do capital CET1.
- No balanço estatutário do Grupo, um excedente ou défice no âmbito da IAS 19 é parcialmente compensado por um passivo ou ativo por impostos diferidos, respetivamente. Estes podem ou não ser reconhecidos para o cálculo do capital CET1 dependendo da posição global por impostos diferidos do Grupo no momento específico.
- O risco de pensão é tido em consideração na avaliação de capital do Pilar 2A, realizada pela PRA pelo menos anualmente. O requisito do Pilar 2A faz parte do requisito mínimo regulamentar global do Grupo para capital CET1, capital Tier 1 e capital total. Pode encontrar mais detalhes sobre os requisitos mínimos regulamentares na secção” Risco de Financiamento - Capital” na página 200.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento - Capital

Análise de risco de capital

Risco de capital é o risco de o Grupo não ter recursos de capital suficientes para cumprir os requisitos mínimos regulamentares em todas as jurisdições; (ii) suportar a sua notação de crédito; e (iii) suportar a sua estratégia de negócio

Esta secção detalha a posição de capital do Barclays Bank PLC, fornecendo informações sobre os recursos de capital e os requisitos de capital. Fornece também detalhes sobre o rácio de alavancagem e exposições.

Métricas-chave

12,4%

Rácio Common Equity Tier 1 “fully loaded”

O rácio CET1, em total conformidade (fully loaded) com a Diretiva de Requisitos de Capital IV, aumentou para 12,4% (dezembro de 2015: 11,4%), revelando um aumento no capital CET1 de 45,2mM£, apesar do aumento nos ativos ponderados pelo risco (RWAs) de 7mM£, para 366mM£

O aumento no capital CET1 deveu-se sobretudo a lucros de 2.1mM£ gerados no período, após a absorção do impacto dos itens assinaláveis. Outros movimentos favoráveis incluem a reserva de conversão de moeda, como resultado da valorização de todas as principais moedas face à libra esterlina.

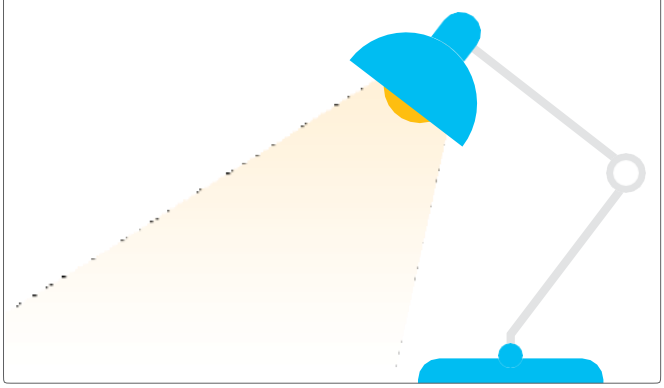
O aumento dos RWAs deveu-se sobretudo à valorização do rand sul-africano, do dólar americano e do euro face à libra esterlina, bem como ao crescimento dos negócios, que foram mais do que compensados pelas reduções dos RWAs no segmento Non-Core

4,6%

Rácio de alavancagem

O rácio de alavancagem aumentou para 4,6% (2015: 4,5%), impulsionado por um aumento de 5.8mM£ no capital Tier 1 “fully loaded” para 52mM£, parcialmente compensado por um aumento na exposição de alavancagem de 97mM£ para 1.125mM£

O total de ativos IFRS aumentou 8% para 1.213mM£ a partir de 2015, contribuindo para o aumento de 9% na exposição de alavancagem.



Resumo dos conteúdos

	Página	
▪ Visão geral do risco de capital ■ Requisitos de capital mínimo regulamentar e alavancagem – Capital – Alavancagem	202	Risco de capital é o risco de o Grupo não ter recursos de capital suficientes para (i) cumprir os requisitos mínimos regulamentares em todas as jurisdições; (ii) suportar a sua notação de crédito; e (iii) suportar a sua estratégia de negócio. Esta secção detalha a posição de capital do Barclays, fornecendo informações sobre os recursos de capital e os requisitos de capital. Fornece também detalhes sobre o rácio de alavancagem e exposições.
■ Análise de recursos de capital – Rácios de capital – Recursos de capital – Movimento no capital CET1	203	Esta secção descreve os rácios de capital do Grupo, composição de capital e fornece informações sobre movimentos no capital CET1 durante o a
▪▪ Análise de ativos ponderados pelo risco — Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e negócio — Análise do movimento de ativos ponderados pelo risco	205	Esta secção descreve os ativos ponderados pelo risco por tipo de risco, negócio e impulsionadores macroeconómicos.
▪▪ Análise do rácio de alavancagem e exposições – Rácio de alavancagem e exposições	206	Esta secção descreve os rácios de alavancagem do Grupo, a composição da exposição de alavancagem e fornece informações sobre movimentos significativos na IFRS e alavancagem dos balanços.

Análise de risco

Desempenho de risco
Risco de financiamento - Capital

Risco de capital

O risco de capital é o risco de o Grupo não ter recursos insuficientes para:

- Cumprir os requisitos mínimos regulamentares em todas as jurisdições
- Suportar as suas notações de risco; e
- Suportar a sua estratégia de negócio

Mais detalhes sobre a monitorização e gestão de risco de capital podem ser encontrados nas secções de “Gestão de Risco” nas páginas 150 a 157 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC

As divulgações nesta secção (páginas 202 a 224) não estão auditadas, salvo disposto em contrário. As divulgações para 2016 e 2015 incluem os saldos do BAGL detidos para venda, salvo disposto em contrário.

Visão geral

O rácio CRD IV CET1 “fully loaded”, entre outras métricas, é uma medida da força de capital e da resiliência do Barclays. A manutenção do nosso capital é vital para satisfazer os requisitos de capital mínimo das autoridades regulamentares e para financiar o crescimento dentro dos nossos negócios.

Esta secção fornece uma visão geral dos: (i) requisitos de capital mínimo regulamentar e alavancagem; (Ii) recursos de capital; (Iii) ativos ponderados pelo risco (RWAs); e (iv) rácio de alavancagem e exposições do Grupo.

Resumo de desempenho no período

O Barclays continua a exceder os requisitos de capital “fully loaded” e transicional mínimos e os requisitos de capital e de alavancagem da PRA.

O rácio CET1 “fully loaded” aumentou para 12,4% (dezembro de 2015: 11,4%), revelando um aumento no capital CET1 de 45,2mM£, apesar do aumento nos RWAs de 7mM£, para 366mM£.

O aumento no capital CET1 deveu-se sobretudo a lucros de 2.1mM£ gerados no período, após a absorção do impacto dos itens assinaláveis. Outros movimentos favoráveis incluem a reserva de conversão de moeda, como resultado da valorização de todas as principais moedas face à libra esterlina.

O aumento dos RWAs deveu-se sobretudo à valorização do rand sul-africano, do dólar americano e do euro face à libra esterlina bem como ao crescimento dos negócios, que foram mais do que compensados pelas reduções dos RWAs no segmento Non-Core

O rácio de alavancagem aumentou para 4,6% (2015: 4,5%), impulsionado por um aumento de 5.8mM£ no capital Tier 1 “fully loaded” para 52mM£, parcialmente compensado por um aumento na exposição de alavancagem de 97mM£ para 1.125mM£

O total de ativos IFRS aumentou 8% para 1.213mM£ a partir de 2015, contribuindo para o aumento de 9% na exposição de alavancagem.

O aumento do ativo IFRS foi impulsionado principalmente por empréstimos e adiantamentos e outros ativos, que aumentaram 82Mm£, para 707mM£. O aumento deveu-se principalmente à valorização das principais moedas face à libra esterlina, ao aumento dos ativos do fundo de liquidez e ao crescimento dos empréstimos no Barclays UK e no Barclays Internacional. Isto foi parcialmente compensado pela redução e saída dos ativos Non-Core.

A exposição de alavancagem de derivados líquidos manteve-se em geral estável, uma vez que o aumento nos ativos de 19mM£ para 347mM£ foi compensado por um aumento no passivo derivado, resultando num aumento da compensação de derivados regulamentares de 20mM£ para 313mM£. O aumento registou-se principalmente dentro dos derivados cambiais, impulsionado por um aumento nos volumes de comércio e na valorização de todas as principais moedas face à libra esterlina.

Requisitos de capital mínimo regulamentar e alavancagem

Capital

O atual requisito regulamentar do Barclays é cumprir um rácio CRD CET1 “fully loaded” que compreende o rácio CET1 mínimo exigido de 4,5% e, “phased in” partir de 2016, um Requisito de Buffers Combinados. Atualmente, este inclui um Buffer de Conservação de Capital (Capital Conservation Buffer, comumente designado por CCB) de 2,5% e um buffer para Instituições Sistematicamente Importantes a nível Global (G-SII) determinado pela PRA de acordo com as orientações do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB). Ambos os buffers estão sujeitos a uma implementação faseada, o CCB é escalado em 25% por ano, com 0,625% aplicável para 2016. O buffer para G-SIIs para 2016 e 2017 foi fixado em 2% e também é escalado em 25% por ano, com 0,5% aplicável para 2016 e 1% para 2017. A 21 de novembro de 2016, o FSB confirmou que o buffer para G-SII para 2018 será de 1,5%, com 1,1% aplicável para 2018 e entrando em vigor a partir de 2019.

Um Buffer de Capital Contracíclico (Counter- Cyclical Capital Buffer, comumente designado por CCyB) e um Buffer de Risco Sistémico (Systemic Risk Buffer, comumente designado por SRB) também fazem parte do Requisito de Buffer Combinado. A 30 de novembro de 2016, o Comité de Política Financeira (FPC) reafirmou que espera manter um CCyB de 0% em exposições no Reino Unido até pelo menos junho de 2017. As demais autoridades nacionais também determinam os CCyBs apropriados que devem ser aplicados às exposições na sua jurisdição. Durante 2016, os CCyBs começaram a aplicar as exposições do Barclays a outras jurisdições; no entanto, com base nas exposições atuais estas não são significativas. Não foi definido qualquer SRB até à data.

Além disso, o requisito do Pilar 2 do Barclays, de acordo com a Orientação de Capital Individual (Individual Capital Guidance, comumente designado por ICG) da PRA para 2016 baseado na avaliação de um ponto no tempo, foi de 3,9%, dos quais 56% têm de ser satisfeitos na forma de CET1, o que equivale a cerca de 2,2% dos RWAs. O requisito do Pilar 2A está sujeito a pelo menos revisão anual e, para 2017, o complemento do Pilar 2A do Barclays será de 4,0%, com cerca de 2,3% dos RWAs a terem de ser satisfeitos na forma de CET1. Todos os cálculos de capital, alavancagem e RWAs refletem a interpretação das regras atuais pelo Barclays.

O requisito de capital mínimo transacional CRD IV CET1 para 2016 é de 7,8%, incluindo o rácio CET1 de 4,5%, 2,2% do Pilar 2A, um buffer CCB de 0,625%, um buffer G-SII de 0,5% e CCyB de 0%.

Alavancagem

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, o Barclays é obrigado a divulgar um rácio de alavancagem e um rácio de alavancagem médio aplicável ao Grupo:

- O rácio de alavancagem é consistente com o método de cálculo de dezembro de 2015 e foi incluído na nossa divulgação. O cálculo utiliza a definição final CRR de capital Tier 1 para o numerador e a definição CRR de exposição de alavancagem. O requisito “fully loaded” mínimo esperado é de 3%, mas isso poderia ser afetado pela consulta de Basileia sobre o referencial de alavancagem.
- O rácio médio de alavancagem, conforme descrito pela Declaração de Fiscalização SS45/15 da PRA e o regulamento atualizado da PRA, é calculado como a medida de capital dividida pela medida de exposição, onde a medida de capital e de exposição se baseiam na média do último dia de cada mês no trimestre. O requisito mínimo final esperado é de 3,5%, composto pelo requisito mínimo de 3%, um buffer do rácio de alavancagem adicional G-SII “fully-phased” (G-SII ALRB) e um buffer do rácio de alavancagem contracíclico (CCLB). O requisito mínimo é faseado em linha com o buffer CET1 G-SII que resulta num requisito mínimo de 3,175% a 31 de dezembro de 2016.

Em agosto de 2016, a PRA implementou a recomendação do FPC para permitir às empresas excluir os créditos bancários centrais qualificados do cálculo da medida de exposição de alavancagem desde que estes sejam compensados por depósitos denominados na mesma moeda, sendo necessário as empresas obter a permissão da PRA. Esta mudança nos requisitos de reporte entra em vigor a partir de 1 de abril de 2017, o que resultará numa modificação do cálculo da medida de exposição para efeitos de cálculo do rácio de alavancagem do Reino Unido. A 31 de dezembro de 2016, o rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem médio divulgados não são afetados por este anúncio uma vez que as empresas devem divulgar os seus resultados com base nas regras existentes.

Recursos de capital

O CRR e a Diretiva de Requisitos de Capital (Capital Requirements Directive, comumente designada por CRD) implementaram os acordos de Basileia III dentro da UE (coletivamente conhecidos como CRD IVI), a 1 de janeiro de 2014. As regras são suplementadas por normas técnicas regulamentares e pelo Regulamento da PRA, incluindo a implementação de regras transacionais. No entanto, as regras e orientação ainda estão sujeitas a alterações, visto que certos aspetos da CRD IV estão dependentes de normas técnicas finais e clarificações a serem emitidas pela EBA e adotadas pela Comissão Europeia e pela PRA.

Rácios de capital		
A 31 de dezembro	**2016**	2015
CET1 "fully loaded"a,b	**12,4%**	11,4%
Tier 1 Transacional PRAc,d	**15,6%**	14,7%
Capital Total Transacional PRAc,d	**19,6%**	18,6%

Recursos de capital (auditado)		
A 31 de dezembro	**2016 M£**	2015 M£
Participação dos acionistas (excluindo participações não controladas) por balanço	**64.873**	59.810
Menos: outros instrumentos de participação (reconhecido como capital AT1)	**(6.449)**	(5.305)
Ajustamento a ganhos retidos para dividendos previstos	**(388)**	(631)
Participações minoritárias (montante permitido em CET1 consolidado)	**1.825**	950
Outros ajustes e deduções regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (PVA)	**(1.571)**	(1.602)
Goodwill e ativos intangíveis	**(9.054)**	(8.234)
Ativos por impostos diferidos que se baseiam em rentabilidade futura excluindo diferenças temporárias	**(494)**	(855)
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxo de caixa	**(2.104)**	(1.231)
Excesso de perdas estimadas por imparidade	**(1.294)**	(1.365)
Ganhos ou perdas em passivos a justo valor resultantes do próprio crédito	**86**	127
Ativos definidos de benefícios do fundo de pensões	**(38)**	(689)
Participações diretas e indiretas por uma instituição de instrumentos CET1 próprios	**(50)**	(57)
Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (10% acima do limiar)	**(183)**	–
Outros ajustes regulamentares	**45**	(177)
Capital CET1 "fully loaded"	**45.204**	40.741
Capital Tier 1 Adicional (AT1)		
Instrumentos de capital e contas de prémio de emissão de ações relacionadas	**6.449**	5.305
Capital AT1 qualitativo (incluindo participações minoritárias) emitido por subsidiárias	**5.445**	6.718
Outros ajustes e deduções regulamentares	**(130)**	(130)
Capital AT1 transicionale	**11.764**	11.893
Capital Tier 1 transacional PRA	**56.968**	52.634
Capital Tier 2 (T2)		
Instrumentos de capital e contas de prémio de emissão de ações relacionadas	**3.769**	1.757
Capital Tier 2 qualitativo (incluindo participações minoritárias) emitido por subsidiárias	**11.366**	12.389
Outros ajustes e deduções regulamentares	**(257)**	(253)
Total de capital regulamentar transacional PRA	**71.846**	66.527

Notas
a Os ajustes regulamentares transacionais para capital CET1 deixaram de ser aplicáveis, tendo resultado em capital CET1 numa base "fully loaded" igual ao da base transacional.
b O rácio CRD IV CET1 (declaração transacional da FSA de outubro de 2012) aplicável às Notas de Capital contingente Tier 2 foi de 13,7%, baseado em 50mM£ de capital CRD IV CET1 transacional e RWAs de 366mM£
c O capital transacional PRA baseia-se no Regulamento da PRA e declarações de supervisão correspondentes.
d A 31 de dezembro de 2016, o capital Tier 1 "fully loaded" do Barclays foi de 51.993M£ e o rácio Tier 1 "fully loaded" de 14,2%. O capital regulamentar total "fully loaded" foi de 67.772M£ e o rácio de capital total "fully loaded" foi de 18,5%. O capital Tier 1 "fully loaded" e o total de medidas de capital são calculados sem aplicar as provisões transacionais definidas na CRD IV e avaliando a conformidade de instrumentos AT1 e T2 perante os critérios relevantes na CRD IV.
e Dos 11.8mM£ de capital AT1 transacional, o capital At1 "fully loaded" utilizado para o rácio de alavancagem compreende os 6.4mM£ em instrumentos de capital e contas de prémio de emissão de ações relacionadas, 5M£ qualificando-se como participações minoritárias e 1M£ como deduções de capital. Exclui instrumentos de capital Tier 1 herdados emitidos por subsidiárias que estão sujeitas a consolidação.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento - Capital

Movimento no capital CET1	
	2016 M£
Balanço de abertura a 1 de janeiro	**40.741**
Lucro para o período atribuível a detentores de capital próprio	**2.080**
Crédito próprio	**(41)**
Dividendos pagos e previstos	**(843)**
Aumento no capital regulamentar retido gerado com receitas	**1.196**
Impacto líquido de atribuição de ações	**535**
Reservas disponíveis para venda	**(391)**
Reservas de conversão de moeda	**3.674**
Outras reservas	**(778)**
Aumento noutras reservas qualificadas	**3.040**
Reserva de benefícios de reforma	**(988)**
Dedução de ativos definidos de benefícios do fundo de pensões	**651**
Impacto líquido de pensões	**(337)**
Participações minoritárias	**875**
Ajustamentos de valor adicionais (PVA)	**31**
Goodwill e ativos intangíveis	**(820)**
Ativos por impostos diferidos que se baseiam em rentabilidade futura excluindo os decorrentes de diferenças temporárias	**361**
Excesso de perdas esperadas por imparidade	**71**
Participações diretas e indiretas por uma instituição com instrumentos CET1 próprios	**7**
Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (10% acima do limiar)	**(183)**
Outros ajustes regulamentares	**222**
Aumento no capital regulamentar devido a ajustes e deduções	**564**
Balanço final a 31 de dezembro	**45.204**

O rácio CET1 melhorou para 12,4% (2015: 11,4%), principalmente impulsionado por um aumento no capital CET1 de 4.5mM£ para 45.2mM£ como resultado de lucros de 2.1mM£ gerados durante o exercício, depois da absorção do impacto de itens significativos. O capital regulamentar gerado de receitas depois da absorção do impacto de crédito próprio e dividendos pagos e previstos aumentou o capital CET1 em 1.2mM£. Outros movimentos significativos no ano foram:

- Um aumento de 3mM£ noutras reservas qualificadas, incluindo um aumento de 3.7mM£ nas reservas de conversão de moedas como o dólar americano, o euro e o rand sul-africano face à libra esterlina; parcialmente compensado por um decréscimo de 4M£ como resultado de remição de ações preferenciais e um decréscimo de 4M£ nas reservas disponíveis para venda;
- Uma redução de 3M£, líquidos de impostos, como resultado de movimentos relativos a pensões. Houve uma diminuição de 1M£ na reserva de benefícios de pensão fortemente devida ao UKRF, que é o plano de pensões principal do Grupo, passando de um excedente de 8M£ em dezembro de 2015 para um défice de 27M£ em dezembro de 2016. A diminuição nas reservas foi parcialmente compensada pela remoção de uma dedução de capital de 7M£ para ativos do UKRF em dezembro de 2015;
- Um aumento de 9M£ nas participações minoritárias na sequência da venda de 12,2% do capital próprio emitido pelo BAGL foi parcialmente compensado por 3M£ em deduções de capital.

O capital AT1 transacional manteve-se praticamente estável no período uma vez que os resgates e recompras de 1.3mM£ de ações preferenciais sem qualificação CRD IV, notas Tier 1 e instrumentos de reserva de capital foram compensados pela emissão de 1.5mM$ em instrumentos de capital AT1 qualificado finais qualificados.

Ativos ponderados pelo risco

Ativos ponderados pelo risco (RWAs) por tipo de risco e negócio

	Risco de crédito		Risco de crédito de contraparte[a,b]				Risco de mercado		Risco Operacional	Total RWAs
A 31 de dezembro de 2016	Std M£	IRB M£	Std M£	IRB M£	Risco de Liquidação M£	CVA M£	Std M£	IMA M£	M£	M£
Barclays RU	**5.592**	**49.591**	**47**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.293**	**67.523**
Barclays Internacional	**53.201**	**82.327**	**13.515**	**13.706**	**30**	**3.581**	**9.343**	**9.460**	**27.538**	**212.701**
Sede$_c$	**9.048**	**27.122**	**77**	**1.157**	**–**	**927**	**482**	**2.323**	**12.156**	**53.292**
Barclays Core	**67.841**	**159.040**	**13.639**	**14.863**	**30**	**4.508**	**9.825**	**11.783**	**51.987**	**333.516**
Barclays Non-Core	**4.714**	**9.945**	**1.043**	**6.081**	**37**	**2.235**	**477**	**2.928**	**4.673**	**32.133**
Grupo Barclays	**72.555**	**168.985**	**14.682**	**20.944**	**67**	**6.743**	**10.302**	**14.711**	**56.660**	**365.649**
A 31 de dezembro 2015										
Barclays UK	6.562	50.763	26	–	–	–	–	–	12.174	69.525
Barclays Internacional	45.892	77.275	10.463	11.055	516	3.406	8.373	10.196	27.657	194.833
Sede$_c$	8.291	20.156	54	538	8	382	399	1.903	8.003	39.734
Barclays Core	60.745	148.194	10.543	11.593	524	3.788	8.772	12.099	47.834	304.092
Barclays Non-Core	8.704	12.797	1.653	9.430	1	7.480	1.714	3.679	8.826	54.284
Grupo Barclays	69.449	160.991	12.196	21.023	525	11.268	10.486	15.778	56.660	358.376

Análise do movimento de ativos ponderados pelo risco

Ativos ponderados pelo risco	Risco de crédito mM£	Risco de crédito de contraparte[a,b] mM£	Risco de mercado mM£	Risco operacional mM£	Total de RWAs mM£
A 1 de janeiro de 2016	**230.4**	**45.0**	**26.3**	**56.7**	**358.4**
Tamanho da carteira	**0,8**	**1,2**	**(0.6)**	**–**	**1,4**
Aquisições e alienações	**(6,4)**	**(0.2)**	**–**	**–**	**(6.6)**
Qualidade da carteira	**(0,5)**	**(0.4)**	**0.6**	**–**	**(0.3)**
Atualizações ao modelo	**(2,9)**	**(2.0)**	**(0.3)**	**–**	**(5.2)**
Metodologia e políticas	**1,1**	**(1,2)**	**(1.0)**	**–**	**(1.1)**
Movimentos cambiais[d]	**19.0**	**–**	**–**	**–**	**19,0**
A 31 de dezembro de 2016	**241.5**	**42.4**	**25,0**	**56,7**	**365,6**

Os RWAs aumentaram 7.mM£ para 365.6mM£, impulsionados por:

- O tamanho da carteira aumentou os RWAs em 1.4mM£, principalmente devido a um aumento na atividade comercial no Barclays Internacional e ao crescimento do negócio no crédito a empresas e ao consumo, parcialmente compensado por operações de titularização
- As aquisições e alienações diminuíram os RWAs em 6.6mM£, principalmente devido à degradação das carteiras do segmento Non-Core, incluindo a venda dos negócios portugueses e italianos
- As atualizações ao modelo diminuíram os RWAs em 5.2mM£, principalmente impulsionadas por mudanças no crédito hipotecário do Barclays do Reino Unido
- A metodologia e a política diminuíram os RWAs em 1.1mM£, principalmente impulsionadas pelo efeito do modelo de garantia para garantia do desfasamento entre divisas no CVA médio e um novo tratamento de exposições soberanas parcialmente compensado pela recalibração retalhista modelada.
- Os movimentos de moeda estrangeira aumentaram os RWAs em 19mM£, principalmente impulsionados pela valorização do rand sul-africano, do dólar americano e do euro face à libra esterlina.

Notas
a Os RWAs relativos a contribuições para fundos de proteção estão incluídos no risco de crédito de contraparte.
b Os RWAs relativos a ajustamentos na avaliação de crédito (CVA) estão incluídos no risco de crédito de contraparte.
a Inclui as operações descontinuadas do negócio Africa Banking.
d Os movimentos de moeda estrangeira não incluem câmbio para o risco de contraparte modelado ou para o risco de mercado modelado.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento - Capital

Rácio de alavancagem e exposições

A 31 de dezembro de 2016, rácio de alavancagem do Barclays foi de 4,6% (2015: 4,5%) e o rácio de alavancagem médio foi de 4,3%, o que excede requisito mínimo transacional de 3,175% para o Barclays e o requisito mínimo final esperado de de 3,5%.

O impacto da modificação das regras da PRA para permitir às empresas excluir os créditos bancários centrais qualificados do cálculo da medida de exposição de alavancagem teriam resultado num rácio de alavancagem médio de 4,5% e num rácio de alavancagem de 5,0% a 31 de dezembro de 2016.

Exposição de alavancagem

	A 31-12-2016 mM£	A 31-12-2015 mM£
Ativos contabilísticos		
Instrumentos financeiros derivados	**347**	328
Garantia em numerário	**67**	62
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**13**	28
Ativos financeiros designados pelo justo valora	**79**	77
Empréstimos e adiantamentos e outros ativos	**707**	625
Total de ativos IFRS	**1.213**	1.120
Ajustes de consolidação regulamentar	**(6)**	(10)
Ajustes de derivados		
Compensação de derivados	**(313)**	(293)
Ajustes a garantia em numerário	**(50)**	(46)
Proteção de crédito subscrita líquida	**12**	15
Potencial Exposição Futura (PFE) a derivados	**136**	129
Total de ajustes de derivados	**(215)**	(195)
Ajustes de transações de financiamento de títulos	**29**	16
Deduções regulamentares e outros ajustes	**(15)**	(14)
Compromissos extrapatrimoniais ponderados	**119**	111
Total de exposição de alavancagem	**1.125**	1.028
Capital CET1 “fully loaded”	**45,2**	40,7
Capital AT1 “fully loaded”	**6,8**	5,4
Capital Tier 1 “fully loaded”	**52,0**	46,2
Rácio de alavancagem	**4,6%**	4,5%

O rácio de alavancagem aumentou para 4,6% (2015: 4,5%), principalmente impulsionado por um aumento de 5.8mM£ no capital Tier 1 “fully loaded” para 52mM£ (dezembro de 2015:46.2mM£), parcialmente compensado por um aumento na exposição de alavancagem de 97mM£ para 1.125mM£ (2015: 1.028mM£):

- O aumento do ativo IFRS foi impulsionado principalmente por empréstimos e adiantamentos e outros ativos, que aumentaram 82Mm£ para 707mM£. O aumento deveu-se principalmente à valorização das principais moedas face à libra esterlina, ao aumento dos ativos do fundo de liquidez e ao crescimento dos empréstimos no Barclays UK e no Barclays Internacional. Isto foi parcialmente compensado pela redução e saída dos ativos Non-Core.
- Os ajustes de SFT aumentaram em 13mM£ para 29mM£, principalmente como resultado de uma mudança no tratamento de títulos preposicionados para utilização contra facilidades de empréstimo bancário centrais não utilizadas.
- PFE em derivados aumentou em 7mM£, para 136mM£, principalmente impulsionado pela valorização das principais moedas face à libra esterlina, parcialmente compensada pela atividade de compressão, venda de posições e vencimento de negócios.
- Os compromissos extrapatrimoniais ponderados aumentaram em 8mM£, para 119mM£, principalmente impulsionados pela valorização das principais moedas face à libra esterlina.

A medida de exposição à alavancagem média para o T4 de 2016 foi de 1.206mM£, resultando num rácio de alavancagem médio de 4,3%. O capital CET1 detido contra o ALRB G-SII transicional de 0,175% foi de 2mM£. O impacto de CCLB é atualmente nulo.

A diferença entre o rácio de alavancagem médio e o rácio de alavancagem foi impulsionada principalmente por posições mais altas em outubro e novembro dentro dos ativos da carteira de negociação, acordos de revenda e saldos de liquidação.

Nota
a Incluídos dentro dos ativos financeiros designados pelo justo valor estão acordos de revenda designados pelo justo valor de 63mM£ (2015: 50mM£).

Análise de risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes que lhe permitam cumprir as suas obrigações à medida que vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo.

Esta secção detalha o perfil do risco de liquidez do Grupo e fornece informação sobre a forma como o Grupo gere o seu risco.

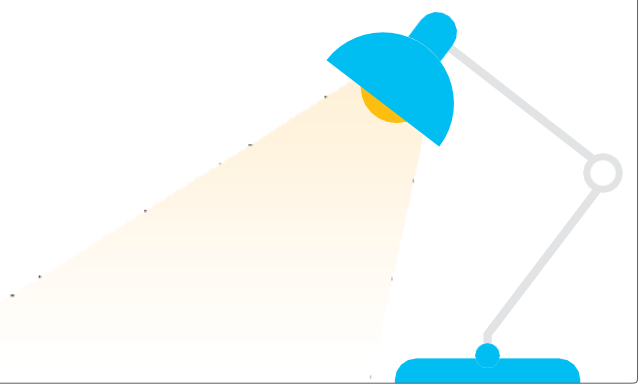
Métricas-chave

131% LCR

O Grupo reforçou a sua posição de liquidez durante o ano, aumentando o seu excedente para requisitos internos e regulamentares.

12mM£ Emissões a prazo

O Grupo mantém acesso a fontes de financiamento estáveis e diversas em depósitos de clientes e dívida por grosso.



Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Resumo dos Conteúdos

	Página	
■ Visão geral de risco de liquidez e resumo do desempenho	209	O risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes que lhe permitam cumprir as suas obrigações à medida que vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo. Esta secção fornece uma visão geral do risco de liquidez do Grupo.
■ Testes de esforço de risco de liquidez	209	
– Apetência pelo Risco de Liquidez	209	
– Regulamentação de liquidez	210	
– Testes de esforço internos e regulamentares	210	
■ Fundo de liquidez	211	O fundo de liquidez é detido sem encargos e não é utilizado para suportar o pagamento ou o cumprimento de requisitos. O fundo de liquidez tem como objetivo compensar exfluxos de esforço, e consiste em ativos de caixa e não onerados.
– Composição do fundo de liquidez	211	
– Fundo de liquidez por moeda	211	
– Gestão do fundo de liquidez do grupo	211	
– Passivo contingente	212	
■ Estrutura de financiamento e relações de financiamento	212	A base para a gestão saudável de risco de liquidez é uma estrutura sólida de financiamento que reduz a probabilidade de um esforço de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que vencem.
– Financiamento de depósitos	212	
– Perfil de Maturidade Comportamental	213	
– Financiamento por grosso	213	
– Financiamento a termo	215	
■ Oneração	215	A oneração de ativos provém de colaterais penhorados devido a financiamento garantido e outras obrigações colateralizadas. O Barclays financia uma parte dos ativos da carteira de negociação e outras garantias através de acordos de recompra e outros empréstimos similares e penhora uma parte dos empréstimos e adiantamentos a clientes como colaterais em titularização, títulos cobertos e outras estruturas garantidas similares.
– Rubricas patrimoniais	216	
– Rubricas extrapatrimoniais	216	
– Acordos de recompra e acordos de revenda	218	
■ Notações de crédito	219	Além de monitorizar e gerir métricas-chave relacionadas com a solidez financeira do Grupo, o Barclays solicita notações de crédito independentes. Estas notações avaliam a solvabilidade do Grupo, das suas subsidiárias e filiais e baseiam-se em análises de uma vasta gama de negócios e atributos financeiros, incluindo os processos e procedimentos de gestão de risco, solidez financeira, lucros, financiamento, qualidade dos ativos, liquidez, contabilidade e governação.
– Notação de crédito da exposição de rebaixamento contratual	219	
■ Gestão de liquidez no Grupo BAGL	220	O risco de liquidez é gerido separadamente no Grupo BAGL devido a exigências regulamentares, da moeda local e de financiamento.
■ Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros	220	Fornece detalhes sobre a maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes que lhe permitam cumprir as suas obrigações à medida que vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo. Isto também resulta na incapacidade de uma empresa cumprir os requisitos de liquidez regulamentar. Este risco é inerente a todas as operações bancárias e pode ser afetado por uma variedade de eventos generalizados no mercado e específicos ao Grupo.

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 209 a 224) não é auditada e exclui o BAGL, salvo indicado em contrário.

Visão geral

O Grupo dispõe de um amplo quadro de controlo para gestão de risco de liquidez do Grupo. O Quadro de Liquidez cumpre as normas da PRA e foi criado para garantir que o Grupo mantém recursos de liquidez suficientes em montante e qualidade, e um perfil de financiamento que é apropriado para satisfazer a apetência pelo risco de liquidez. O Quadro de Liquidez é fornecido através de uma combinação de formação de políticas, revisão e governação, análise, testes de esforço, definição de limites e monitorização.

O risco de liquidez é gerido separadamente no Barclays Africa Group Limited (BAGL) devido a requisitos de moeda e financiamento local. Todas as divulgações nesta secção excluem o BAGL, salvo indicação em contrário, e são reportados numa base independente. Ajustando a requisitos locais, o risco de liquidez do BAGL é gerido numa base consistente para o Grupo.

Esta secção fornece uma análise dos seguintes aspetos do Grupo: i) teste de esforço de risco de liquidez; ii) dos testes de esforço internos e regulamentares; iii) fundo de liquidez; iv) estrutura de financiamento e relações de financiamento; v) venda grossista; vi) financiamento a prazo; vii) oneração; viii) acordos de recompra; ix) notações do crédito; x) gestão da liquidez no BAGL e xi) maturidade contratual de ativos e passivos financeiros.

Para mais detalhes sobre o quadro e a governação do risco de liquidez consulte as páginas 150 a 157 do Relatório Pilar 3 2016 do Barclays PLC.

Resumo de desempenho no período

O Grupo continuou a manter excedentes para os seus requisitos internos e regulamentares. O fundo de liquidez aumentou para 165mM£ (2015: 145mM£), principalmente impulsionado pela desvalorização da GBP face a outras moedas importantes e ao aumento líquido em depósitos retalhistas e comerciais e financiamento por grosso para suportar o crescimento de negócios. O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) foi de 131% (dezembro de 2015: 133%), equivalente a um excedente de 39mM£ (dezembro de 2015: 37mM£). O financiamento por grosso a vencer excluindo acordos de recompra foi de 158mM£ (dezembro de 2015: 142mM£). O aumento foi impulsionado pela gestão prudente da posição de liquidez, emissões da holding e depreciação da GBP face a outras moedas importantes. O Grupo emitiu 12.1mM£ equivalente de capital e de dívida não garantida de primeiro grau da holding, do qual 8.6mM£ equivalente e 7M£ equivalente em dívida pública e não garantida de primeiro grau, respetivamente, e 2.8mM£ em instrumentos de capital. No mesmo período 7.4mM£ do capital e dívida não garantida de primeiro grau do Barclays Bank PLC foram novamente comprados ou acionados.

Testes de esforço de risco de liquidez

No âmbito do Quadro de Liquidez, o Grupo estabeleceu uma Apetência pelo Risco de Liquidez (LRA) juntamente com os limites apropriados para a gestão do risco de liquidez. Este é o nível de risco de liquidez que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio e cumprir as suas obrigações regulamentares. A expressão chave do risco de liquidez é através de testes de esforço internos. É medido com referência ao fundo de liquidez comparativamente exfluxos líquidos em esforço, contingentes e contratuais, para cada um dos três cenários de esforço.

Apetência pelo Risco de Liquidez

Como parte da LRA, o Grupo simula três cenários primários de esforço de liquidez de curto-prazo alinhados com os esforços descritos pela FSA:

- Um evento de esforço de 90 dias no mercado global
- Um evento de esforço de 30 dias específico do Barclays
- Um evento de esforço combinado de 30 dias no mercado global e específico do Barclays.

Em condições normais, o fundo de liquidez é gerido para ser alvo de pelo menos 100% de exfluxos de numerário antecipados em cada um destes cenários de esforço. O cenário de esforço de 30 dias específico do Barclays resulta nos maiores exfluxos líquidos de numerário de todos os testes de esforços de liquidez. O cenário combinado de 30 dias assume exfluxos de numerário consistentes com um esforço específico de uma empresa para as primeiras duas semanas do período de esforço, seguidas por exfluxos relativamente mais baixos consistentes com um esforço generalizado no mercado para o restante período de esforço.

O Barclays também avalia a sua LRA de longo-prazo, um teste de esforço de um ano baseado no encerramento prolongado dos mercados de capital.

Desempenho de risco
Risco de financiamento – Liquidez

Os principais pressupostos da LRA incluem:
Para o ano findo a 31 de dezembro de 2016

Impulsionadores do Risco de Liquidez	Esforços específicos da LRA – Principais Pressupostos
Risco de financiamento garantido e não garantido por grosso	■ Zero rollover do financiamento não garantido por grosso a vencer ■ Perda da capacidade de recompra em acordos de recompra não extremamente líquidos à data de vencimento contratual ■ Supressão de obrigações de recompra contratuais, margem excedente de futuros de clientes, numerário e overlifts de clientes de corretagem ■ Margens de avaliação aplicadas ao valor de mercado de ativos transacionáveis detidos no buffer de liquidez
Risco de Financiamento a Empresas e Retalho	■ Exfluxos de depósitos em Retalho e Empresas uma vez que as contrapartes procuram diversificar os balanços dos seus depósitos
Risco de Liquidez Intra-dia	■ Liquidez detida contra requisitos intra-dia para a liquidação de numerário e títulos em esforço
Risco de Liquidez Intra-grupo	■ Liquidez para suportar subsidiárias importantes. O excedente de liquidez detido em determinadas subsidiárias não é visto como um benefício para o Grupo mais amplo.
Risco de Liquidez de Moeda Cruzada	■ Fluxos de caixa de liquidez corrente a maturidade contratual para futuros de câmbio fisicamente liquidados e swaps de câmbio cruzado.
Risco de Liquidez de Rubricas Extrapatrimoniais	■ Levantamento em linhas de crédito consolidado baseadas no tipo de linha e contraparte ■ Exfluxos de ativos de garantia devido a um rebaixamento da notação de crédito de 2 pontos ■ Aumento do requisito da margem inicial do Grupo para todas as principais transações ■ Exfluxos de margem de variação de posições de risco garantidas ■ Exfluxo de garantias devidas mas não utilizadas ■ Perda de fontes de financiamento internas dentro do negócio sintético de Serviços de Corretagem.
Risco de Viabilidade da Franquia	■ Liquidez detida de forma a cumprir exfluxos de natureza não contratual mas necessários para o suporte da franquia em curso do Grupo (por exemplo, recompra de dívida não contratual).
Risco de concentração de financiamento	■ Liquidez detida contra a maior contraparte de financiamento por grosso a recusar transações
Ações de Gestão	■ Ações especificamente definidas que aumentam a liquidez ou mitigam os exfluxos de caixa que seriam conduzidas de forma a não aumentar a volatilidade do mercado, mantendo todas as principais franquias

Regulamentação de liquidez
O Grupo monitoriza a sua posição consoante as métricas do Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) da Lei Delegada da CRD IV e o Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) do Acordo de Basileia III.

O LCR está encarregue de promover resistência a curto-prazo do perfil de risco da liquidez de um banco, assegurando que tem ativos líquidos de alta qualidade suficientes para sobreviver a um cenário de esforço acentuado com a duração de 30 dias. O NSFR tem um horizonte temporal de 12 meses e foi desenvolvido para promover uma estrutura de ativos e passivos de maturidade sustentável.

O LCR CRD IV entrou em vigor a 1 de outubro de 2015, com um requisito de rácio mínimo no Reino Unido de 80% a 31 de dezembro de 2016; isto irá aumentar para 90% a 1 de janeiro de 2017 e, em posteriormente, para 100% a 1 de janeiro de 2018. A 31 de dezembro de 2016, o Grupo reportou um LCR CRD IV de 131% (2015: 133%).

Em outubro de 2014, o BCBS publicou uma norma final para o NSFR com o requisito mínimo de 100% a ser introduzido em janeiro de 2018 numa base contínua. A 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia publicou propostas de alteração ao Regulamento Requisitos de Capital (CRR), incluindo a sua proposta de implementação do NSFR na UE. Esta proposta faz várias alterações ao NSFR do Acordo de Basileia, particularmente no tratamento de transações financeiras garantidas e derivados. O Barclays está em processo de avaliação do impacto destas alterações no seu NSFR e nota que não se propõe que o NFSR seja um regulamento vinculativo na UE até dois anos após a finalização da legislação europeia. O Barclays mantém-se acima de 100%, muito à frente dos prazos de implementação, com base numa interpretação conservadora da regra de Basileia.

Comparação de testes de esforço de liquidez internos e regulamentares
Os cenários de esforço de LRA e o LCR da CRDIV são, em geral, cenários de esforço de curto-prazo maioritariamente comparáveis, nos quais a adequação de recursos de liquidez definidos é avaliada face a exfluxos de esforço contratuais e contingentes. Os testes de esforço LCR CRDIV fornecem uma avaliação independente do perfil de risco de liquidez do Grupo.

Testes de esforço	LRA Barclays	LCR CRD IV
Horizonte temporal	30 dias a 90 dias	30 dias
Cálculo	Ativos líquidos para exfluxos de caixa	Ativos líquidos para exfluxos de caixa líquidos

A 31 de dezembro de 2016, o Grupo detinha ativos líquidos elegíveis em excesso de 100% dos requisitos de esforço para todos os três cenários LRA de longo-prazo e o requisito LCR CRD IV.

Conformidade com os testes de esforço internos e regulamentares

A 31 de dezembro de 2016	LRA Barclays (Requisito específico do Barclays de 30 dias)[a, b] mM£	LCR CRD IV[b] mM£
Buffer de liquidez elegível	173	166
Exfluxos de esforço líquidos	(144)	(127)
Excedente	29	39
Fundo de liquidez como percentagem dos exfluxos líquidos esperados a 31 de dezembro de 2016.	120%	131%
Fundo de liquidez como percentagem dos exfluxos líquidos esperados a 31 de dezembro de 2015.	131%	133%

O Grupo planeia manter o seu excedente para os requisitos de esforço internos e regulamentares a um nível eficiente, enquanto pondera riscos de condições de financiamento de mercado e da sua posição de liquidez. A constante reavaliação destes riscos pode levar à aplicação de ações apropriadas de forma a medir o fundo de liquidez.

Fundo de liquidez

O fundo de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2016 era de 165mM£ (2015: 145mM£). Durante 2016, o fundo de liquidez ao final do mês variava entre 132mM£ e 175mM£ (2015: 142mM£ e 168mM£), e o saldo médio ao fim do mês era de 153mM£ (2015: 155mM£). O fundo de liquidez é detido sem encargos e não é utilizado para suportar o pagamento ou o cumprimento de requisitos. Tais requisitos são tratados como parte do nosso financiamento de negócio regular. O fundo de liquidez tem como objetivo compensar exfluxos de esforço, e consiste nos seguintes ativos de caixa e não onerados:

Composição do fundo de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2016

	Fundo de liquidez mM£	Fundo de liquidez do qual LCR CRD IV é elegível: Numerário mM£	Nível 1 mM£	Nível 2A mM£	2015 Fundo de liquidez mM£
Caixa e depósitos em bancos centrais[c]	103	101	–	–	48
Títulos de dívida pública[d]					
AAA a AA-	34	–	34	–	
A+ a A-	3	–	3	–	
BBB+ to BBB-	1	–	1	–	
Outros títulos de dívida pública não elegíveis LCR	1	–	–	–	
Total de títulos de dívida pública	39	–	38	–	75
Outros					
Emitentes Garantidos pelo Governo, PSEs e GSEs	12	–	9	3	
Organizações Internacionais e MDBs	6	–	7	–	
Obrigações cobertas	1	–	1	–	
Obrigações empresariais	–	–	–	–	
Outros	4	–	–	–	
Total de Outros	23	–	17	3	22
Total a 31 de dezembro de 2016	165	101	55	3	
Total a 31 de dezembro de 2015	145	45	87	8	

O fundo de liquidez do Grupo está bem diversificado pelas moedas principais e o Grupo monitoriza os cenários de esforço da LRA para as moedas principais.

Fundo de liquidez por moeda

	USD mM£	EUR mM£	GBP mM£	Outros mM£	Total mM£
Fundo de liquidez a 31 de dezembro de 2016	44	36	49	36	165
Fundo de liquidez a 31 de dezembro de 2015	41	33	46	25	145

Gestão do Fundo de Liquidez do Grupo

A composição do fundo de liquidez está sujeita a limites definidos pelo Conselho, Comité de Tesouraria e pelas funções independentes de risco de crédito e risco de mercado. Além disso, o investimento do fundo de liquidez é monitorizado para concentração de risco pelo emitente, moeda e tipo de ativo. Dados os rendimentos incrementais gerados por estes ativos altamente líquidos, o perfil de risco e recompensa é gerido continuamente.

O Grupo gere o fundo de liquidez numa base centralizada. A 31 de dezembro de 2016, 91% do fundo de liquidez estava localizado no Barclays Bank PLC (2015: 94%) e estava disponível para cumprir necessidades de liquidez em todo o Grupo. O fundo de liquidez residual é detido predominantemente dentro do Barclays Capital Inc. (BCI). A parte do fundo de liquidez fora do Barclays Bank PLC é mantida contra exfluxos em esforço de entidades específicas e requisitos regulamentares. Para fins da utilização desta parte do fundo de liquidez ser restrita devido a requisitos regulamentares, assume-se que esteja indisponível para o resto do Grupo.

Notas
a Dos três cenários monitorizados como parte da LRA, os resultados do cenário específico do Barclays de 30 dias têm o rácio mais baixo com 120% (dezembro de 2015: 131%). Isto compara-se 134% (dezembro de 2015: 144%) no cenário de mercado de 90 dias, e 144% (dezembro de 2015: 133%) no cenário combinado de 30 dias.
b Incluindo o BAGL.
c Do qual mais de 98% (2015: mais de 97%) foi colocado no Banco de Inglaterra, Reserva Federal Americana, Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco Nacional Suíço . d Do qual mais 90% (2015: mais de 92%) são títulos ingleses, americanos, japoneses, franceses, alemães, dinamarqueses, suíços e holandeses.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Liquidez de contingência

Além do fundo de liquidez do Grupo, o Grupo tem acesso a outros ativos não onerados que fornecem uma fonte de liquidez de contingência. Embora estes não estejam dependentes da LRA do Grupo, uma parte deles poderá ser monetizada em situação de esforço para gerar liquidez através do uso como colateral para financiamento garantido ou através de venda simples.

Tanto em esforços de liquidez específicos do Barclays ou generalizados no mercado, a liquidez disponível via fontes de mercado pode ser severamente interrompida. Em circunstâncias em que a liquidez de mercado está indisponível ou disponível apenas a preços fortemente descontados, o Grupo pode gerar liquidez via bancos centrais. O Grupo mantém um montante significativo de garantias preposicionadas em bancos centrais e disponíveis para angariar financiamento.

Consulte a página 215 para mais detalhes sobre outros ativos não onerados do Grupo.

Estrutura de financiamento e relações de financiamento

A base para a gestão saudável de risco de liquidez é uma estrutura sólida de financiamento que reduz a probabilidade de um esforço de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que vencem. A estratégia geral de financiamento do Grupo deverá desenvolver uma base de financiamento diversificado (geograficamente, por tipo e por contraparte) e manter o acesso a uma variedade de fontes de financiamento alternativo, para fornecer proteção contra flutuações inesperadas, mas minimizando o custo de financiamento.

Neste sentido, o Grupo quer alinhar as fontes e usos de financiamento. Assim, os empréstimos e adiantamentos ao cliente comercial e de retalho são largamente financiados por depósitos de clientes, com o excedente a financiar o fundo de liquidez. Outros ativos, juntamente com outros empréstimos e adiantamentos e ativos não onerados são financiados por dívidas e participações por grosso a longo-prazo.

A maioria dos acordos de revenda é compensada por acordos de recompra. O fundo de liquidez é predominantemente financiado através de mercados grossistas. Estas relações de financiamento estão resumidas abaixo:

Ativos	2016 mM£	2015 mM£	Passivos	2016 mM£	2015 mM£
Empréstimos e adiantamentos a clientes[a]	**326**	336	Contas de clientes[a]	**374**	374
Fundo de liquidez do Grupo	**165**	145	< 1 Ano de financiamento por grosso	**70**	54
			> 1 Ano de financiamento por grosso	**88**	88
Outros ativos	**185**	135	Participação e outros passivos	**151**	104
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares[b]	**190**	178	Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares[b]	**190**	178
Instrumentos financeiros derivados[b]	**347**	326	Instrumentos financeiros derivados[b]	**340**	322
Total de ativos	**1.213**	1.120	Total de passivos	**1.213**	1.120

Financiamento de depósitos

Financiamento de depósitos (auditado)

Empréstimos e adiantamentos a clientes A 31 de dezembro de 2016	2016 Empréstimos e adiantamentos a clientes mM£	2016 Depósitos de clientes mM£	2016 Rácio empréstimos/ depósitos %	2015 Rácio empréstimos/ depósitos %
Barclays RU	**167**	**189**	**–**	–
Barclays Internacional	**98**	**152**	**–**	–
Non-Core	**19**	**–**	**–**	–
Total Barclays RU, Barclays Internacional e Non-Core[c]	**284**	**341**	**83%**	86%
Barclays Internacional, Sede e Non-Core[d]	**109**	**82**		
Total	**393**	**423**	**93%**	95%

O total do Barclays RU, Barclays Internacional e Non-Corec é, em grande parte, financiado por depósitos de clientes. O rácio empréstimos/depósitos para estes negócios foi de 83% (2015: 86%). Os depósitos de clientes em excesso de empréstimos e adiantamentos são utilizados para financiar prioritariamente requisitos do buffer de liquidez para estes negócios. O rácio empréstimos/depósitos para o Grupo foi de 93% (2015: 95%).

A 31 de dezembro de 2016, 139mM£ (2015: 129mM£) do total de depósitos de clientes foram assegurados através do Esquema de Compensação de Serviços Financeiros do Reino Unido (Financial Services Compensation Scheme, comumente designado por FSCS) e outros esquemas similares. Além destes depósitos de clientes, existiram 4mM£ (2015: 4mM£) noutros passivos assegurados por governos.

Notas
a Excluindo garantias em numerário e saldos de liquidação.
b Composto por acordos de revenda que fornecem financiamento a clientes colateralizados por garantias altamente líquidas numa base a curto-prazo ou que são utilizadas para saldar posições de inventário a curto-prazo e financiamento de reposições de ativos de carteira de negociação.
c Excluindo negócios da banca de investimento.
d Incluindo negócios da banca de investimento.

Embora, contratualmente, as contas atuais sejam passíveis de reembolso a pedido e contas poupança a curto-prazo, a base geral de clientes do Grupo, numericamente e por tipo de depositário, ajuda a proteger contra flutuações inesperadas nos balanços. Tais contas formam uma base de financiamento estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo. O Grupo avalia a maturidade comportamental de ambos os ativos e os passivos do cliente para identificar lacunas de financiamento estruturais no balanço. O comportamento do cliente é determinado por modelo quantitativo combinado com avaliação qualitativa, tendo em conta o histórico de experiência, composição atual do cliente e projeções macroeconómicas. Estes perfis comportamentais representam as nossas expetativas futuras do perfil de "run-off". O exfluxo de caixa relativamente baixo no espaço de um ano demonstra que, de uma perspetiva comportamental, o financiamento de clientes mantém-se largamente coberto por ativos de clientes.

Perfil de maturidade comportamental

				Perfil de maturidade comportamental Exfluxos de caixa/(influxo)		
	Empréstimos e adiantamentos a clientes mM£	Depósitos de clientes mM£	Financiamento a clientes Excedente/ (défice) mM£	Não mais do que um ano ano mM£	Mais um ano, mas não mais do que cinco anos bl£	Mais do que cinco anos mM£
A 31 de dezembro de 2016						
Barclays RU	**167**	**189**	**22**	**(2)**	**(19)**	**43**
Barclays Internacional	**98**	**152**	**54**	**3**	**17**	**34**
Barclays Non-Core	**19**	**–**	**(19)**	**(1)**	**(6)**	**(12)**
Total	**284**	**341**	**57**	**–**	**(8)**	**65**
A 31 de dezembro de 2015						
Barclays UK	166	176	10	(4)	(26)	40
Barclays Internacional	88	135	47	11	18	18
Africa (descontinuado)	29	29	–	1	–	(1)
Barclays Non-Core	17	8	(9)	1	(1)	(9)
Total	300	348	48	9	(9)	48

■ Financiamento por grosso do Grupo

As relações de financiamento por grosso estão resumidas

Ativos	2016 mM£	2015 mM£
Ativos da carteira de negociação	**33**	28
Acordos de revenda	**42**	42
Acordos de revenda	**35**	34
Instrumentos financeiros derivados	**347**	326
Fundo de liquidez	**108**	97
Outros ativos[a]	**109**	103

Passivos	2016 mM£	2015 mM£
Acordos de recompra	**75**	70
	–	–
Passivos de carteiras de negociação	**35**	34
Instrumentos financeiros derivados	**340**	322
Menos de um ano de dívida por grosso	**70**	54
Maior do que um ano de dívida por grosso e equidade	**154**	150

Os acordos de recompra financiam acordos de revenda e ativos da carteira de negociação. Os passivos da carteira de negociação são liquidados pelo montante restante dos acordos de revenda (ver Nota 19 Compensação de ativos e passivos financeiros para mais detalhes sobre a posição líquida).

Passivos e ativos derivados são na maioria paritários. Uma parte significativa das posições derivadas do balanço para liquidação das contrapartes e as partes restantes são largamente compensadas quando liquidadas contra ativos em numerário recebidos e pagos.

A dívida por grosso, juntamente com o excedente dos depósitos de clientes para empréstimos e adiantamentos a clientes, é utilizada para financiar o fundo de liquidez. A dívida por grosso e a participação a prazo financiam largamente outros ativos.

Nota
a Predominantemente investimentos disponíveis para venda, ativos financeiros designados pelo justo valor e empréstimos e adiantamentos a bancos financiados por dívida por grosso e equidade e ativos da carteira de negociação maiores que um ano.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Composição do financiamento por grosso[a]

O Grupo mantém o acesso a uma variedade de fontes de fundos por grosso nas principais moedas, incluindo os disponíveis de investidores a prazo numa variedade de canais de distribuição e geografias, mercados monetários e mercados de reposições. O Grupo tem acesso direto aos mercados financeiros americanos, europeus e asiáticos através das suas operações bancárias de investimento global e investidores de longo-prazo através dos seus clientes em todo o mundo, e é um participante ativo nos mercados monetários. Como resultado, o financiamento por grosso está bem diversificado por produto, maturidade, geografia e principal moeda.

A 31 de dezembro de 2015, o financiamento por grosso total pendente do Banco (excluindo acordos de recompra) foi de 158mM£ (dezembro de 2015: 142mM£). 70mM£ (2015: 54mM£) do financiamento por grosso vence em menos de um ano, do qual 22mM£ (2015: 15mM£)[a] está relacionado com o financiamento a prazo.

A 31 de dezembro de 2016, o financiamento por grosso pendente incluía 26mM£ (2015: 25mM£) de financiamento com garantia e 132mM£ (2015: 117mM£) de financiamento não garantido.

À medida que o Grupo progride para um modelo de resolução de Ponto de Entrada Único, o Barclays continua a emitir capital de dívida e financiamento não garantido prioritário a prazo para fora do Barclays PLC, a empresa "holding", substituindo vencimentos de dívida no Barclays Bank PLC.

Perfil de maturidade do financiamento por

	<1 Mês mM£	1-3 Meses mM£	3-6 Meses mM£	6-12 Meses mM£	<1 Ano mM£	1-2 Anos mM£	2-3 Anos mM£	3-4 Anos mM£	4-5 Anos mM£	>5 Anos mM£	Total mM£
Barclays PLC											
Prioritárias não garantidas (referência pública)	–	–	–	–	–	0.9	1.6	1.1	4.5	7.9	16.0
Prioritárias não garantidas (colocação privada)	–	–	–	–	–	0.1	–	–	0.2	0.5	0.8
Passivos subordinados	–	–	–	–	–	–	–	1.1	–	2.7	3.8
Barclays Bank PLC											
Depósitos de bancos	9,2	4,3	1,7	1,1	16,3	0,2	–	0,3	–	–	16,8
Certificados de depósitos e papel Comercial	0,3	5,2	5,6	10,9	22,0	0,7	1,1	0,5	0,5	0,3	25,1
Ativos de papel comercial com garantia	3,7	3,1	0,7	–	7,5	–	–	–	–	–	7,5
Prioritárias não garantidas (referência pública)	1,7	0,6	1,6	–	3,9	–	2,7	0,7	0,7	1,1	9,1
Prioritárias não garantidas (colocação	0,6	1,5	3,6	3,5	9,2	7,3	5,5	3,2	1,6	10,0	36,8
Obrigações cobertas	–	1,8	1,6	1,5	4,9	1,0	1,8	–	1,0	3,7	12,4
Capital próprio suportado por ativos	–	0,6	1,0	0,6	2,2	0,7	1,4	0,4	–	0,7	5,4
Passivos subordinados	–	–	–	1,3	1,3	3,2	0,1	1,0	5,5	8,5	19,6
Outros[d]	1,1	0,2	0,6	1,1	3,0	0,2	0,2	0,3	0,1	0,7	4,5
Total a 31 de dezembro de 2016	**16,6**	**17,3**	**16,4**	**20,0**	**70,3**	**14,3**	**14,4**	**8,6**	**14,1**	**36,1**	**157,8**
Dos quais garantidos	**3,7**	**5,6**	**3,4**	**2,3**	**15,0**	**1,8**	**3,2**	**0,4**	**1,0**	**4,4**	**25,8**
Dos quais não garantidos	**12,9**	**11,7**	**13,0**	**17,7**	**55,3**	**12,5**	**11,2**	**8,2**	**13,1**	**31,7**	**132,0**
Total a 31 de dezembro de 2015	15,8	15,3	8,6	13,8	53,5	16,5	12,6	13,7	8,3	37,3	141,9
Dos quais garantidos	4,2	3,9	1,6	0,3	10,0	5,1	2,4	2,8	0,5	4,5	25,3
Dos quais não garantidos	11,6	11,4	7,0	13,5	43,5	11,4	10,2	10,9	7,8	32,8	116,6

O financiamento por grosso pendente inclui 37mM£ (dezembro de 2015: 35mM£) de títulos não subordinados sem garantia colocados por privados. Estes títulos são emitidos através de uma variedade de canais de distribuição incluindo intermediários e bancos privados. Apesar de não ser um requisito, o fundo de liquidez excedeu a maturidade de financiamento por grosso em menos de um ano por 95mM£ (dezembro de 2015: 91mM£).

Notas

a A composição de financiamento por grosso engloba depósitos de bancos reportados na folha de balanço, passivos financeiros pelo justo valor, títulos de dívida em circulação e passivos subordinados, excluindo ativos de capital e saldos de liquidação e swaps de garantia, Incluído nos depósitos de bancos estão 4.5mM£ de passivos retirados em facilidades do Banco Central Europeu.

b As maturidades do financiamento a prazo incluíam referenciais públicos e títulos não subordinados sem garantia, títulos cobertos/ativos garantidos (ABS) e dívida subordinada onde a maturidade dos instrumentos fosse superior a um ano.

c inclui títulos estruturados de 30.8mM£, 7mM£ dos quais vencem no prazo de um ano.

d Principalmente compostos por depósitos pelo justo valor de 3mM£ e transações de financiamento garantido de ouro físico de 5M£.

Composição monetária de dívida por grosso
A 31 de dezembro de 2016, a proporção do financiamento por grosso por moedas principais era a seguinte:

Composição monetária de financiamento por grosso

	USD %	EUR %	GBP %	Outros %
Depósitos de bancos	22	44	30	4
Certificados de depósito e papel comercial	44	48	7	1
Ativos de papel comercial com garantia	89	8	3	–
Posições prioritárias não garantidas (referência pública)	51	25	16	8
Posições prioritárias não garantidas (colocação privada)	48	25	11	16
Obrigações cobertas/ABS	30	42	28	–
Passivos subordinados	53	28	19	–
Total a 31 de dezembro de 2016	48	32	16	4
Total a 31 de dezembro de 2015	38	31	23	8

Para gerir o risco de refinanciamento de moeda cruzada, o Barclays utiliza a gestão de limites de fluxos de caixa em moeda estrangeira, que limitam o risco em maturidades específicas. A composição do financiamento por grosso é materialmente inalterada.

Financiamento a prazo

O Grupo emitiu 12.1mM£ equivalente de capital e dívida não garantida de primeiro grau da holding, do qual 8.6mM£ equivalente e 7M£ equivalente em dívida pública e privada não garantia de primeiro grau, respetivamente, e 2.8mM£ em instrumentos de capital. No mesmo período 7.4mM£ do capital e da dívida não garantida de primeiro grau do Barclays Bank PLC foi novamente comprada ou acionado.

O Grupo tem 21mM£ de financiamento a prazo a vencer em 2017 e 13.2mM£ em 2018.

O Grupo espera continuar a emitir dívida pública por grosso em 2017 a partir do Barclays PLC, a fim de garantir a conformidade com os novos requisitos prospetivos de absorção de perdas e manter uma base de financiamento estável e diversificada por tipo, moeda e canal de distribuição.

Oneração

A oneração de ativos resulta da garantia caucionada para financiamento garantido e outras obrigações garantidas. O Barclays financia uma parte dos ativos de carteira de negociação e outras garantias através de acordos de recompra e outros empréstimos similares e penhora uma parte dos empréstimos e adiantamentos a clientes como colaterais em titularização, títulos cobertos e outras estruturas garantidas similares. O Barclays monitoriza a combinação de fontes de financiamento garantidas e não garantidas dentro do plano de financiamento do Grupo e tenta utilizar eficientemente os colaterais disponíveis para angariar financiamento com garantia e cumprir outras obrigações colateralizadas.

Os ativos onerados foram definidos de forma consistente com os requisitos de comunicação do Grupo ao abrigo do artigo 100 do Regulamento de Requisitos de Capital (CRR). Os ativos de títulos e mercadorias são considerados onerados quando tenham sido penhorados ou utilizados para titularizar, garantir ou melhorar o crédito de uma transação, o que afeta a sua transferibilidade e utilização gratuita. Isto inclui acordos de recompra externos ou outros acordos similares com contrapartes de mercado.

Excluindo os ativos posicionados em bancos centrais, a 31 de dezembro de 2016, 168mM£ (2015: 157mM£) dos ativos da folha de balanço do Grupo estavam onerados, principalmente devido a garantias em numerário emitidas, financiamento empresarial de ativos de carteira de negociação e outras garantias e com o financiamento garantido contra empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os ativos também podem ser onerados ao abrigo de acordos de financiamento garantidos com os bancos centrais. Em adiantamento a tal oneração, os ativos são muitas vezes posicionados com bancos centrais para facilitar um levantamento eficiente no futuro. 63mM£ (dezembro de 2015: 88mM£) dos ativos patrimoniais foram posicionados em bancos centrais, constituídos por ativos onerados e garantias preposicionadas e disponíveis para utilização em transações de financiamento garantidas.

277mM£ (dezembro de 2015: 212mM £) dos ativos extrapatrimoniais não posicionados no banco central foram identificados como imediatamente disponíveis e disponíveis para utilização em transações de financiamento garantidas. Além disso, estes incluem numerário e títulos detidos no fundo de liquidez do Grupo bem como ativos não onerados que fornecem uma fonte de liquidez contingencial. Embora estes ativos adicionais não estejam dependentes da LRA do Grupo, uma parte deles poderá ser monetizada em situação de esforço para gerar liquidez através da utilização como colateral para financiamento garantido ou através de venda simples. Os empréstimos e adiantamentos a clientes só são classificados como imediatamente disponíveis para venda se já estiverem em tal forma que possam ser utilizados para angariar financiamento sem mais ações de gestão. Isto inclui colaterais em excesso já em veículos de financiamento garantidos.

231mM£ (dezembro de 2015: 208mM £) de ativos não posicionados no banco central foram identificados como disponíveis como garantia. Estes ativos não estão sujeitos a quaisquer limitações à sua capacidade de garantir o financiamento, serem oferecidos como garantia, ou vendidos para reduzir potenciais necessidades futuras de financiamento, mas não estão imediatamente disponíveis no curso normal dos negócios na sua forma atual. Consistem principalmente em empréstimos e adiantamentos à medida do que seria adequado para utilização em estruturas de financiamento garantidas, mas são conservadoramente classificados como não imediatamente disponíveis, pois não estão em forma transmissível.

Não disponível como garantia consiste em ativos que não podem ser penhorados ou utilizados como garantia para o financiamento devido a restrições que impedem a sua penhora ou utilização como garantia para o financiamento no curso normal dos negócios.

Os derivados e ativos de revendas referem-se especificamente aos acordos de revenda, derivados e outros empréstimos garantidos similares. Estes são apresentados separadamente, uma vez que ativos patrimoniais não podem ser penhorados. No entanto, estes ativos podem dar origem ao recebimento de ativos não monetários que não são reconhecidos no balanço, mas podem ser utilizados para aumentar o financiamento garantido ou atender requisitos adicionais de financiamento

Adicionalmente, 406mM£ (2015: 265mM£) do total de 466mM£ (dezembro de 2015: 306mM£) em garantias aceites como colaterais, e mantidas como fora do balanço, estavam em penhora, a grande maioria dos quais relacionada com atividade da carteira equilibrada onde os acordos de revenda são compensados por acordos de recompra celebrados para facilitar a atividade dos clientes. O restante está principalmente relacionado com recompras e revendas utilizadas para saldar passivos de carteira de negociação assim como colaterais assumidos para exigências de margem derivada.

Oneração de ativos

Rubricas patrimoniais A 31 de dezembro de 2016	Ativos onerados como resultado de transações com contrapartes que não os bancos centrais					Outros ativos (compreende ativos onerados em bancos centrais e ativos não onerados)					
						Ativos não posicionados em bancos centrais					
	Ativos mM£	Como resultado de obrigações cobertas mM£	Como resultado de titularizações mM£	Outros mM£	Total mM£	Ativos posicionados em bancos centrais mM£	Ativos imediata-mente disponíveis para venda mM£	Ativos disponíveis como garantia colateral mM£	Ativos disponíveis como garantia colateral mM£	Não derivados E Acordos de revenda mM£	Total mM£
Caixa e disponibilidades em bancos	102.4	–	–	–	–	–	102,4	-	–	–	102.4
Ativos da carteira de negociação	80.2	–	–	51.2	51.2	–	29,0	-	–	–	29.0
Ativos financeiros pelo justo valor	78.6	–	–	3.2	3.2	–	1,5	10.7	–	63.2	75.4
Instrumentos financeiros derivados	346.6	–	–	–	–	–	–	–	–	346.6	346,6
Empréstimos e adiantamentos – bancos[a]	20.2	–	–	–	–	–	10,1	9.0	1.1	–	20.2
Empréstimos e adiantamentos - clientes[a]	325.7	16.5	6.2	8.0	30.7	63,0	23,8	208.2	–	–	295,0
Garantia em numerário	68.8	–	–	68.8	68.8	–	–	–	–	–	–
Saldos de liquidação	21.3	–	–	–	–	–	–	–	21.3	–	21.3
Investimentos financeiros	63.3	–	–	13.6	13.6	–	49,3	49.3	–	–	49.7
Acordos de revenda	13.5	–	–	–	–	–	–	–	–	13.5	13.5
Ativos não correntes detidos para venda	6.4	–	–	–	–	–	1,2	1.2	2,1	–	6.4
Outros ativos financeiros	21.0	–	–	–	–	–	–	–	21.0	–	21.0
Total de rubricas patrimoniais:	1.148,0	16.5	6.2	144.8	167.5	63.0	217.3	231.4	45.5	423.3	980.5

Rubricas extrapatrimoniais

	Garantias recebidas mM£	Garantias recebidas das quais penhoradas mM£	Ativos imediata-mente disponíveis mM£	Disponível como garantia colateral mM£	Não disponível como garantia colateral mM£
Justo valor dos títulos aceites como garantias colaterais	466,2	405,5	59,7	–	1,0
Total de garantia não onerada	–	–	277,0	231,4	46,5

Notas
a Excluindo garantias em numerário e saldos de liquidação.
b Inclui os ativos onerados e não onerados. Os ativos dentro desta categoria que foram divulgados como ativos onerados são divulgados na Nota 40 às demonstrações financeiras na página 359

Oneração de ativos

Rubricas patrimoniais A 31 de dezembro de 2015	Ativos onerados como resultado de transações com contrapartes que não bancos centrais					Outros ativos (compreende ativos onerados em bancos centrais e ativos não onerados)					
						Ativos não posicionados em bancos centrais					
	Ativos mM£	Como resultado de obrigações cobertas mM£	Como resultado de titularizações mM£	Outros mM£	Total mM£	Ativos posicionados em bancos centrais[b] mM£	Ativos imediata-mente disponíveis para venda mM£	Ativos disponíveis como garantia colateral mM£	Não derivados Ativos disponíveis como garantia colateral mM£	E Acordo de revenda mM£	Total mM£
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	47,9	–	–	–	–	–	47,9	–	–	–	47,9
Ativos da carteira de negociação	74.8	–	–	49.1	49.1	–	25.7	–	–	–	25.7
Ativos financeiros pelo justo valor	72.5	–	–	2.5	2.5	–	3.2	17.7	1.3	47.8	70.0
Instrumentos financeiros derivados	325.5	–	–	–	–	–	–	–	–	325.5	325.5
Empréstimos e adiantamentos – clientes[a]	19.6	16.4	5.9	8.0	30.3	86.4	7.9	10.2	–	–	19.6
Empréstimos e adiantamentos – clientes[a]	307.3	16.4	5.9	8.0	30.3	86.4	14.8	175.8	–	–	277.0
Garantias em numerário	62.6	–	–	62.6	62.6	–	–	–	–	Saldos de	
liquidação	20.4	–	–	–	–	–	–	–	20.4	–	20.4
Investimentos financeiros	87.0	–	–	12.2	12.2	–	72.2	1.0	1.6	–	74.8
Acordos de revenda	28.2	–	–	–	–	–	–	–	–	28.2	28.2
Ativos não correntes detidos para venda	7.3	–	–	–	–	1.9	1.2	3.2	1.0	–	7.3
Outros ativos financeiros	19.9	–	–	–	–	–	–	–	19.9	–	19.9
Total de rubricas patrimoniais	1,073.0	16.4	5.9	134.4	156.7	88.3	172.9	207.9	45.7	401.5	916.3

Rubricas extrapatrimoniais

	Garantias recebidas mM£	Garantias recebidas das quais penhoradas mM£	Ativos imediata-mente disponíveis mM£	Disponíveis como garantia colateral mM£	Não disponíveis como garantia colateral mM£
Justo valor dos títulos aceites como garantias colaterais	305,9	265,4	39,0	–	1,5
Total de garantia colateral não onerada	–	–	211,9	207,9	47,2

Notas
a Excluindo garantias em numerário e saldos de liquidação.
b Inclui os ativos onerados e não onerados. Os ativos dentro desta categoria que foram divulgados como ativos onerados são divulgados na Nota 40 às demonstrações financeiras na página 359.

Acordos de recompra e acordos de revenda

O Barclays celebra acordos de recompra e outros semelhantes de empréstimo com garantia para financiar os seus ativos de carteira de negociação. A maioria dos acordos de revenda é compensada por acordos de recompra celebrados para facilitar a atividade dos clientes. Os restantes são utilizados para saldar passivos de carteira de negociação.

Devido à alta qualidade dos colaterais fornecidos para transações de financiamento garantidas, o risco de liquidez associado a esta atividade é bastante mais baixo do que o das transações de financiamento não garantidas. Ainda assim, o Barclays consegue que os limites descompensados brutos e líquidos limitem o risco de refinanciamento num cenário de esforço grave e uma parte do fundo de liquidez do Grupo é mantida contra exfluxos em esforço nestas posições. Os limites com garantia descompensados do Grupo são calibrados com base na capacidade de mercado, caraterísticas de liquidez dos colaterais e apetência pelo risco do Grupo.

O valor em caixa das transações de recompra e revenda serão tipicamente diferentes do valor de mercado dos colaterais contra os quais estas transações estão seguradas por uma quantia referida como margem de avaliação (ou sobrecolateralização). Os níveis típicos de margem de avaliação variam dependendo da qualidade do ativo que está subjacente a estas transações. Para transações com garantia contra colaterais de rendimento fixo extremamente líquido, os financiadores exigem margens de avaliações relativamente pequenas. Para transações com garantia contra ativos menos líquidos, as margens de avaliação variam consoante a classe de ativo (tipicamente entre
5% e 10% para títulos empresariais e outros ativos menos líquidos).

A 31 de dezembro de 2016, a maioria significativa da atividade de recompra estava relacionada com a atividade na carteira equilibrada. O Grupo pode enfrentar o risco de refinanciamento no desfasamento do vencimento líquido para a atividade da carteira equilibrada.

Atividade de carteira equilibrada líquida[a,b]

O número negativo representa o valor em caixa do acordo de recompra líquido (passivo líquido)	Menos de um mês mM£	De um a três meses mM£	Mais de três meses mM£
A 31 de dezembro de 2016			
Rendimento fixo extremamente líquido[c]	**(21,8)**	**11,6**	**10,7**
Rendimento fixo líquido	**(0,4)**	**0,8**	**(0,7)**
Capitais Próprios	**6,1**	**(0,5)**	**(9,6)**
Rendimento fixo menos líquido	**0,6**	**(0,2)**	**(1,3)**
Total	**(15,5)**	**11,7**	**(0,9)**
A 31 de dezembro de 2015			
Rendimento fixo extremamente líquido	(12,9)	7,3	5,6
Rendimento fixo líquido	0,3	0,6	(0,9)
Capitais Próprios	7,0	(1,5)	(5,5)
Rendimento fixo menos líquido	1,6	(0,4)	(1,2)
Total	(4,0)	6,0	(2,0)

A atividade residual de acordos de recompra é a componente de financiamento empresarial e reflete o financiamento do Barclays de uma parte dos seus ativos de carteira de negociação. O principal risco relacionado com a atividade de financiamento empresarial é a incapacidade de prolongar transações à medida que vencem. No entanto, 44% (2015: 50%) da atividade de financiamento empresarial foi protegida contra ativos de rendimento fixo extremamente líquidos.

Acordos de recompra de financiamento firmes[a,b]

	Menos de um mês mMl£	Um mês a três meses mM£	Mais de três meses mM£	Total mM£
A 31 de Dezembro de 2016				
Rendimento fixo extremamente líquido[c]	**28,3**	**7,1**	**1,1**	**36,5**
Rendimento fixo líquido	**2,8**	**0,8**	**1,2**	**4,8**
Altamente líquido	**13,2**	**8,9**	**14,0**	**36,1**
Menos líquido	**1,9**	**0,8**	**2,6**	**5,3**
Total	**46,2**	**17,6**	**18,9**	**82,7**
A 31 de Dezembro de 2015				
Rendimento fixo extremamente líquido	28,8	8,3	0,3	37,4
Rendimento fixo líquido	2,0	0,6	1,1	3,7
Altamente líquido	10,9	6,3	10,2	27,4
Menos líquido	2,7	1,1	1,9	5,7
Total	44,4	16,3	13,5	74,2

Notas
a Inclui swaps de garantias
b Inclui posições de financiamento para corretores de primeira linha que são comunicados como pagáveis/a receber do cliente no balanço.
c Rendimento fixo extremamente líquido é definido como soberanos e agências muito bem classificados, normalmente com classificação AA + ou melhor. Rendimento fixo líquido, capital próprio e outras garantias com menor garantia de liquidez.

Notações de crédito

Além de monitorizar e gerir métricas-chave relacionadas com a solidez financeira do Grupo, o Barclays solicita notações de crédito independentes pela Standard & Poors (S&P), Moody e Fitch, bem como Informação de Investimento e Classificação (Rating and Investment, comumente designada por R&I). Estas notações avaliam a solvabilidade do Grupo, das suas subsidiárias e filiais e baseiam-se em análises de uma vasta gama de negócios e atributos financeiros, incluindo os processos e procedimentos de gestão de risco, solidez financeira, lucros, financiamento, qualidade dos ativos, liquidez, contabilidade e governação.

Classificações de crédito

A 31 de dezembro de 2016	Standard & Poor's	Moody's	Fitch
Barclays Bank PLC			
longo-prazo	A- Negativo)	A1 (Negativo)	A (Estável)
Curto-prazo	A-2	P-1	F1
Classificação independente[a]	bbb+	Baa2	A
Barclays PLC			
Longo-prazo	BBB (Negativo)	Baa2 (Negativo)	A (Estável)
Curto-prazo	A-2	P-3	F1

Durante o ano, os outlooks de notação do Barclays para a Moody's e S&P foram alterados de Estável para Negativo na sequência do resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da UE em junho de 2016. As ações de notação fizeram parte de um conjunto mais amplo de ações que viram as duas agências a colocar vários bancos do RU em outlooks negativos enquanto confirmam as notações. As notações continuam a ter um outlook estável com a Fitch.

Em dezembro de 2016, a Moody's elevou as notações seniores de longo-prazo num ponto tanto para o Barclays Bank PLC como para o Barclays PLC, refletindo o reforço contínuo da capacidade de absorção de perdas do Barclays PLC, o que forneceria proteção adicional aos depositantes e credores sénior não garantidos do Bank PLC e aos credores sénior não garantidos do Barclays PLC num cenário de incumprimento. Os outlooks negativos atribuídos em junho permaneceram em vigor, uma vez que a avaliação da agência de notação sobre a solidez do crédito do Barclays não foi afetada pela ação de notação.

A S&P e a Fitch confirmaram as notações do Barclays em julho e dezembro de 2016, respetivamente, como parte de suas análises periódicas.

O Barclays também solicita notações de emitentes de I&D para fins de emissão local no Japão e as notações de A- para o Barclays PLC e A para o Barclays Bank PLC foram confirmados em julho de 2016 com outlooks estáveis.

Notação de crédito da exposição de rebaixamento contratual (exfluxo de caixa acumulado)

	Exfluxo de caixa acumulado	
	Redução de um ponto mM£	Redução de dois pontos mM£
A 31 de dezembro de 2016		
Derivados de titularização	**(2)**	**(1)**
Passivos contingentes	**–**	**–**
Margem de derivados	**(1)**	**–**
Facilidades de liquidez	**(1)**	**–**
Financiamento total contratual ou exigências de margem	**(4)**	**(1)**
A 31 de dezembro de 2015		
Derivados de titularização	(2)	(1)
Passivos contingentes	(1)	–
Margem de derivados	–	–
Facilidades de liquidez	(1)	(1)
Financiamento total contratual ou exigências de margem	(4)	(2)

Nota
a Refere-se ao Perfil de Crédito Independente da Standard & Poor's, Avaliação de Crédito Base (BCA) da Moody's e Rating de Viabilidade (VR) da Fitch.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Gestão de liquidez no Grupo BAGL (auditado)

O risco de liquidez é gerido separadamente no Grupo BAGL devido a requisitos regulamentares, da moeda local e de financiamento.

Além do fundo de liquidez do Grupo, a 31 de dezembro de 2016, o Grupo BAGL detinha 10mM£ (2015: 6mM£) dos ativos do fundo de liquidez face a exfluxos de esforço antecipados específicos do BAGL. O fundo de liquidez consiste em títulos e moedas, depósitos em bancos centrais, obrigações do Tesouro e bilhetes e notas do Tesouro. O Banco Absa candidatou-se com sucesso a Facilidade de Liquidez Comprometida do Banco de Reserva da África do Sul, que está incluída no fundo de liquidez a partir de janeiro de 2016.

O rácio empréstimos/depósitos a 31 de dezembro de 2016 era 107% (2015: 102%).

Informação adicional sobre a gestão de liquidez do BAGL pode ser consultada no Relatório Anual do Grupo Barclays Africa.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

A tabela abaixo faculta detalhes sobre a maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos. Os derivados (para além dos designados numa relação de cobertura) e os ativos e passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna 'a pedido' ao seu justo valor. O risco de liquidez nestes itens não é gerido na base da maturidade contratual uma vez não são mantidos para liquidação de acordo com essa maturidade e frequentemente serão liquidados antes da maturidade contratual pelo justo valor. Os derivados designados numa relação de cobertura estão incluídos de acordo com a sua maturidade contratual.

Os ativos financeiros designados pelo justo valor em relação aos passivos relacionados com os clientes ao abrigo de contratos de investimento foram incluídos em Outros ativos e Outros passivos visto que o Grupo não está exposto ao risco de liquidez resultante dos mesmos, qualquer pedido de fundos de credores seria satisfeito liquidando ou transferindo o investimento simultaneamente.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (incluindo o BAGL) (auditado)

A 31 de dezembro de 2016	A pedido M£	Não mais de três meses M£	Mais de três meses, mas não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses M£	Mais de nove meses, mas não mais do que um ano M£	Mais de um ano mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos anos M£	Mais do que três anos, mas não mais que cinco anos M£	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez M£	Mais de 10 anos M£	Total M£
Ativos											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102,031	322	–	–	–	–	–	–	–	–	102.353
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1,467	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.467
Ativos da carteira de negociação	80,240	–	–	–	–	–	–	–	–	–	80.240
Ativos financeiros designados pelo justo valor	15,558	43,270	5,518	2,376	2,081	686	90	129	771	8.129	78.608
Instrumentos financeiros derivados	345,625	5	400	5	2	14	168	175	123	109	346.626
Empréstimos e adiantamentos a bancos	4,858	34,346	2,753	480	133	412	236	20	13	–	43.251
Empréstimos e adiantamentos a clientes	26.929	85.993	7.522	6.310	8.245	29.326	25.602	44.776	48.233	109.848	392.784
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	7.043	3.678	892	144	905	792	–	–	–	–	13.454
Investimentos financeiros disponíveis para venda	40	1.015	3.064	741	2.666	10.127	9.031	15.148	12.768	8.717	63.317
Outros ativos financeiros	–	1.128	–	–	–	77	–	–	–	–	1.205
Total de ativos financeiros	583.791	169.757	20.149	10.056	14.032	41.434	35.127	60.248	61.908	126.803	1.123.305
Outros ativos[a]											89.821
Ativos totais											1.213.126
Passivos											
Depósitos de bancos	5.906	39.610	1.120	672	351	193	13	328	21	–	48.214
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	636	–	–	–	–	–	–	–	–	–	636
Contas de clientes	317.963	86.081	5.305	3.023	4.528	2.836	1.262	1.043	441	696	423.178
Acordos de revenda e outros empréstimos com garantia similares	5.480	9.235	1.934	917	1.326	311	–	83	474	–	19.760
Passivos na carteira de negociação	34,687	–	–	–	–	–	–	–	–	–	34.687
Passivos financeiros designados pelo justo valor	15,285	41,583	3,970	4,112	1,827	7 540	5 762	5.773	3.588	6.591	96.031
Instrumentos financeiros derivados	339.646	4	–	–	2	10	34	46	75	670	340.487
Títulos de divida em circulação	27	16.731	11.713	5.902	6.867	3.166	8.069	9.186	10.152	4.119	75.932
Passivos subordinados	–	8	–	–	1.317	3.230	56	7.487	6.575	4.710	23.383
Outros passivos financeiros	–	3.198	–	–	–	1.189	–	–	–	–	4.387
Total de passivos financeiros	719.630	196.450	24.042	14.626	16.218	18.475	15.196	23.946	21.326	16.786	1.066.695
Outros passivos[a]											75.066
Total de passivos											1.141.761
Gap de liquidez cumulativa		135.839	162.532	166.425	170.995	173.181	150.222	130.291	(93.989)	(53.407)	56.610	71.365

Nota
a A 31 de dezembro, outros ativos incluem saldos de 71.545M£ (2015: 7.364M£) e outros passivos incluem saldos de 65.292M£ (2015: 5.997M£) relativos às quantias detidas para venda. Por favor, consulte a Nota 44 para detalhes.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (incluindo BAGL) (auditado)

A 31 de dezembro de 2015 Ativos	A pedido M£	Não mais de três meses M£	Mais de três meses, mas não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses, mas não mais do que nove meses M£	Mais de nove meses, mas não mais do que um ano M£	Mais de um ano mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos, mas não mais do que três anos anos M£	Mais de três anos, mas não mais que do cinco anos M£	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez M£	Mais de 10 anos M£	Total M£
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.580	131	–	–	–	–	–	–	–	–	49.711
Itens em fase de cobrança a outros bancos	631	380	–	–	–	–	–	–	–	–	1.011
Ativos da carteira de negociação	77.348	–	–	–	–	–	–	–	–	–	77.348
Ativos financeiros designados pelo justo valor[a]	30.667	21.966	1.722	1.372	583	1.021	587	424	867	16.172	75.381
Instrumentos financeiros derivados	326.772	28	3	1	53	328	61	257	147	59	327.709
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.354	31.539	1.954	366	468	588	991	43	12	34	41.349
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.117	76.337	13.935	7.084	12.332	27.616	27.318	48.707	50.737	106.034	399.217
Compra com acordo de revenda e outros empréstimos com garantia similares[a]	12.171	12.089	3.296	292	205	74	35	1	24	–	28.187
Investimentos financeiros disponíveis para venda	467	2.396	1.792	4.936	2.088	11.537	14.659	17.898	21.445	13.049	90.267
Outros ativos financeiros	–	1.304	–	–	–	100	–	–	–	–	1.404
Total de ativos financeiros	135,348	1,091,584	532.107	146.170	22.702	14.051	15.729	41.264	43,.651	67,330	73.232
Outros ativos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	28.428
Total de ativos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,1200,12
Passivos											
Depósitos de bancos	5.717	38.720	1.355	540	335	97	9	67	236	4	47.080
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,013
Contas de clientes	312.921	80.114	7.605	4.253	5.304	2.845	912	1.654	622	2.012	418.242
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares[a]	5.729	11.683	3.479	1.975	876	843	52	–	398	–	25.035
Passivos na carteira de negociação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	33.967
Passivos financeiros designados pelo justo valor[a]	20.051	32.453	3.152	3.470	2.317	6.093	5.458	7.446	4.139	5.533	90.112
Instrumentos financeiros derivados	323.786	80	92	49	49	42	13	57	70	14	324 252
Títulos de dívida em circulação	50	14.270	5.615	4.322	4.469	10.164	4.797	13.037	10.028	2.398	69.150
Passivos subordinados	2	–	–	9	28	1.254	2994	2.194	8.741	6.245	21.467
Outros Passivos financeiros	–	2.685	–	–	–	1.075	–	–	–	–	3.760
Total de passivos financeiros	703.236	180.005	21.298	14.618	13.378	22.413	14.235	24.455	24.234	16.206	1.034,078
Outros passivos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	20.070
Total de passivos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,054,148
Lacuna ativos líquidos cumulativos	(171.129)	(204.964)	(203.560)	(204.127)	(201.776)	(182.925)	(153.509)	(110.634)	(61.636)	57.506	65.864

As datas de maturidade esperadas não diferem significativamente das datas dos contratos, à exceção de:

- Ativos e passivos e instrumentos financeiros derivados na carteira de negociação que poderão não ser mantidos até à maturidade, como parte das estratégias de negociação do Grupo;
- Os depósitos de retalho, que estão incluídos nas contas de clientes, são pagáveis a pedido ou com aviso a curto prazo numa base contratual. Na prática, estes instrumentos constituem uma base estável para as operações do Grupo e para as necessidades de liquidez, devido à ampla base de clientes, quer em número, quer em tipo de depositante (ver perfil de maturidade comportamental na página 213); e
- Ativos financeiros designados pelo justo valor detidos em relação a derivados ligados, que são geridos com os passivos associados.

Nota
b As categorias A pedido e Não mais do que três meses para 2015 foram ajustadas em 37mM£ para ativos financeiros e 25mM£ para passivos financeiros de modo a refletir melhor a maturidade contratual dos Acordos de recompra e dos Acordos de revenda medidos a custo amortizado e pelo justo valor.

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não descontada (auditado)
A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa pagáveis pelo Grupo de passivos financeiros por maturidades contratuais remanescentes à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais).

Os balanços na tabela abaixo não concordam diretamente com os balanços no balanço consolidado pois a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base não descontada, relacionados tanto com os pagamentos de capital como com todos os associados ao pagamento de cupão futuros.

Os instrumentos financeiros derivados detidos para negociação e os passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna "a pedido" pelo seu justo valor.

Os passivos financeiros designados pelo justo valor em relação ao passivo ligado por contratos de investimento foram excluídos desta análise, uma vez que o Grupo não está exposto a riscos de liquidez deles resultantes.

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada – (auditado)

	A pedido M£	Não mais do que três meses M£	Mais de três meses mas não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses, mas não mais do que um ano M£	Mais de um ano mas não mais do que três anos M£	Mais de três anos, mas não mais do que cinco anos M£	Mais de cinco anos, mas não mais do que dez anos M£	Mais de dez anos M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016									
Depósitos de bancos	**5.906**	**39.617**	**1.122**	**1.025**	**207**	**328**	**21**	**–**	**48.226**
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	**636**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**636**
Contas de clientes	**317.963**	**86.101**	**5.325**	**7.565**	**4.266**	**1.120**	**1.403**	**1.013**	**424.756**
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	**5.480**	**9.249**	**1.939**	**2.253**	**312**	**83**	**474**	**–**	**19.790**
Passivos da carteira de negociação	**34.687**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**34.687**
Passivos financeiros designados pelo justo valor	**15.285**	**41.599**	**3.986**	**5.979**	**13.445**	**5.899**	**3.900**	**8.443**	**98.536**
Instrumentos financeiros derivados	**339.646**	**4**	**–**	**2**	**44**	**48**	**84**	**1.086**	**340.914**
Títulos de divida em circulação	**27**	**17.126**	**11.894**	**13.285**	**12.915**	**10.505**	**12.282**	**6.054**	**84.088**
Passivos subordinados	**–**	**398**	**680**	**3.117**	**7.089**	**9.324**	**7.842**	**4.866**	**33.316**
Outros passivos financeiros	**–**	**3.198**	**–**	**–**	**1.189**	**–**	**–**	**–**	**4.387**
Total de passivos financeiros	**719.630**	**197.292**	**24.946**	**33.226**	**39.467**	**27.307**	**26.006**	**21.462**	**1.089.336**
A 31 de dezembro de 2015									
Depósitos de bancos	5.717	38.721	1.357	877	108	70	239	10	47.099
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.013	–	–	–	–	–	–	–	1.013
Contas de clientes	312.921	80.142	7.640	9.655	3.858	1.854	744	3.087	419.901
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares[b]	5.729	11.686	3.482	2.853	898	–	491	–	25.139
Passivos da carteira de negociação	33.967	–	–	–	–	–	–	–	33.967
Passivos financeiros designados pelo justo valor[b]	20.051	32.470	3.165	5.830	11.851	7.840	4.690	8.694	94.591
Instrumentos financeiros derivados	323.786	81	94	102	57	59	80	16	324.275
Títulos de divida em circulação	50	14.352	5.845	9.277	16.777	14.175	11.276	4.547	76.299
Passivos subordinados	2	253	403	344	6.057	3.737	9.969	6.313	27.078
Outros passivos financeiros	–	2.685	–	–	1.075	–	–	–	3.760
Total de passivos financeiros	703.236	180.390	21.986	28.938	40.681	27.735	27.489	22.667	1.053.122

Nota
a Os passivos financeiros numa base não descontada para 2016 excluem os depósitos do BAGL agora detidos para venda, mas são incluídos para 2015.
b As categorias A pedido e Não mais do que três meses para 2015 foram ajustadas em 25mM£ para ativos financeiros de modo a refletir melhor a maturidade contratual dos Acordos de recompra medidos a custo amortizado e justo valor.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Maturidade de compromissos extrapatrimoniais concedidos (incluindo o BAGL) (auditado)
A tabela abaixo apresenta a divisão da maturidade dos compromissos extrapatrimoniais do Grupo, recebidos e concedidos à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados (ou seja, valores nominais) com base na primeira oportunidade em que estejam disponíveis.

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais recebidos

	A pedido M£	Não mais de três meses M£	Mais de três meses mas menos do que seis meses M£	Mais de seis meses mas menos do que nove meses M£	Mais de nove meses mas menos de um ano M£	Mais de um ano mas não mais de do que dois anos M£	Mais de dois anos mas não mais de do que três anos M£	Mais de três anos mas não mais de do que cinco anos M£	Mais de cinco anos mas não mais do que dez anos M£	Mais de dez anos M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	**6.044**	**18**	**1**	**410**	**2**	**23**	**1**	**3**	**–**	**–**	**6.502**
Acordos de recompra com início no futuro.	**102**	**246**	**–**	**1**	**–**	**–**	**18**	**–**	**–**	**–**	**367**
Total de compromissos extrapatrimoniais recebidos[a]	**6.146**	**264**	**1**	**411**	**2**	**23**	**19**	**3**	**–**	**–**	**6.869**
A 31 de dezembro de 2015											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	6.329	138	4	5	32	84	12	97	4	17	6.722
Acordos de recompra com início no futuro	–	392	–	73	–	–	–	–	–	–	465
Total de compromissos extrapatrimoniais recebidos[a]	6.329	530	4	78	32	84	12	97	4	17	7.187

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais concedidos (incluindo o BAGL) (auditado)

	A pedido M£	Não mais mais de três meses M£	Mais de três meses mas não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses mas não mais do que nove meses M£	Mais de nove meses mas não mais de um ano M£	Mais de um ano mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos mas não mais de três anos M£	Mais de três anos mas não mais de anos M£	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos M£	Mais de dez anos M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016											
Passivos contingentes	**17.111**	**425**	**845**	**233**	**285**	**355**	**187**	**88**	**259**	**151**	**19.939**
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	**987**	**10**	**8**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.005**
Acordos de revenda com início no futuro	**–**	**24**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**24**
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	**300.043**	**455**	**415**	**604**	**818**	**55**	**47**	**150**	**–**	**70**	**302.657**
Total de compromissos extrapatrimoniais concedidos[a]	**318.141**	**914**	**1.268**	**837**	**1.103**	**410**	**234**	**238**	**259**	**221**	**323.625**
A 31 de dezembro de 2015											
Passivos contingentes	17.421	933	493	140	590	423	158	161	164	138	20.621
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociação de curto-prazo	617	30	10	–	61	119	–	8	–	–	845
Acordos de revenda com início no futuro	–	93	–	–	–	–	–	–	–	–	93
Facilidades de crédito “standby”, linhas de crédito e outros compromissos	274.020	1.152	1.564	1.116	1.071	873	554	906	78	35	281.369
Total de compromissos extrapatrimoniais concedidos[a]	292.058	2.208	2.067	1.256	1.722	1.415	712	1.075	242	173	302.928

Nota
a Os valores para 2016 excluem os saldos do BAGL agora detidos para venda, mas são incluídos para 2015.

Análise de risco operacional

Esta secção fornece uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos que exerceram um impacto significativo em 2016.

Métricas-chave

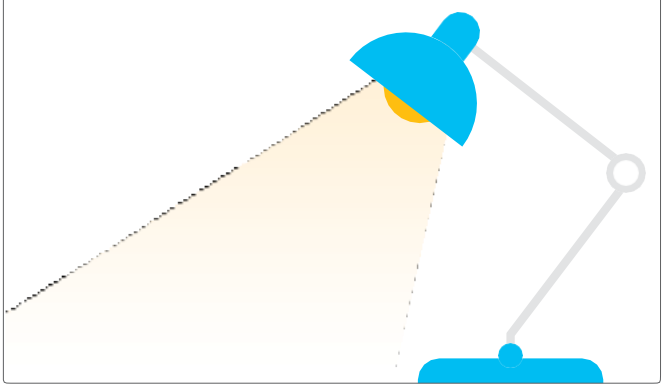
Uma pequena redução no número de incidentes registados ocorridos durante o período

91%

das perdas líquidas de risco operacional do Grupo tinham um valor de 50.000£ ou menos

65%

dos eventos devem-se a fraudes externas



Análise de risco

Desempenho de risco
Risco operacional

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda para a empresa resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Visão geral

Os riscos operacionais são inerentes nas atividades empresariais do Grupo e nem sempre é economicamente eficaz ou possível tentar eliminar todos os riscos operacionais. O quadro de gestão de risco operacional centra-se, portanto, em garantir que os riscos operacionais são identificados, avaliados e mitigados dentro da apetência pelo risco aprovada pelo Grupo. Perdas mais importantes são menos frequentes e o Grupo procura reduzir a probabilidade da sua ocorrência em conformidade com a sua apetência pelo risco.

O Risco Operacional Principal envolve os seguintes riscos-chave: relatórios financeiros, fraude, informação, processo de pagamentos, pessoas, instalações e segurança, fornecedores, tributação, tecnologias (incluindo cibersegurança) e operações de transação. Em 2016, o risco jurídico e o risco de crime financeiro foram geridos como parte do risco operacional.

Pode encontrar as definições destes riscos na página 157. Com vista a assegurar uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos no Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia de risco operacional estendeu-se para além dos riscos-chave listados acima para cobrir áreas incluídas no risco de conduta e no risco jurídico.

Esta secção fornece uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos, os quais estão acima do limite reportável do Banco e que exerceram um impacto significativo em 2016.

Para mais informações acerca dos eventos de risco de conduta, consulte a página 228.

Resumo do desempenho no período

Ao longo de 2016, o total de perdas do risco operacional diminuiu para 225.9M£ (2015: 283.5M£) com uma redução de 4% no número de eventos registados em comparação com o ano passado, impulsionada por um número limitado de eventos nas categorias execução, entrega e gestão do processo e fraude externa.

Perfil de risco operacional

Dentro do risco operacional, uma elevada proporção de eventos de risco apresenta um baixo custo financeiro associado e uma proporção muito pequena de eventos de risco operacional terá um impacto significativo nos resultados financeiros do Grupo. Em 2016, 90,8% dos eventos de risco operacional líquidos relatáveis do Grupo registaram um valor de perdas de 50.000£ ou menos (2015: 88,1%) e representaram 23,2% (2015: 14,5%) do impacto das perdas líquidas totais do Grupo.

A análise abaixo apresenta os casos de risco operacional do Grupo por categoria de eventos de Basileia:

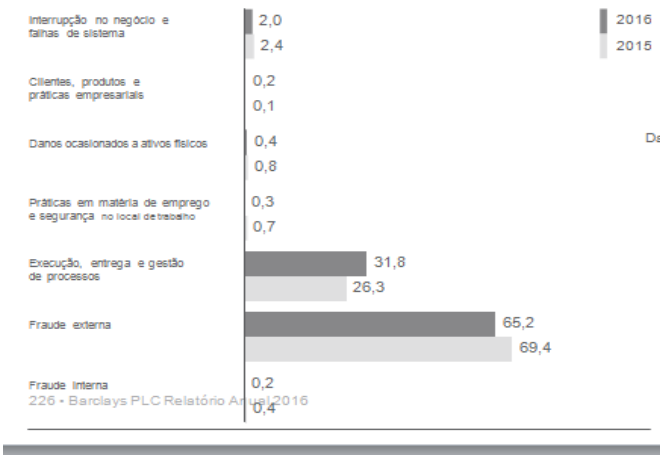
- Os impactos da execução, entrega e gestão do processo aumentaram para 124.4M£ (2015: £111.8M£) e contabilizaram 55,0% (2015: 39,4%) do global de perdas por risco operacional. Estes eventos são comuns no setor da banca em geral, onde elevados volumes de transações são processados diariamente. O aumento nos impactos deveu-se, em larga medida, a um número limitado de eventos com valores de perdas mais elevados.
- A fraude externa (65,2%) é a categoria com a maior frequência de eventos em que eventos de alto volume e de baixo valor também são coerentes com a experiência do setor, caraterizada por fraudes com cartões de débito e de crédito. Isto contabilizou 25,8% das perdas do total do risco operacional no ano de 22,2% do ano anterior.

O perfil de risco operacional do Grupo é informado por avaliações de risco ascendente por cada unidade de negócio e pela análise qualitativa descendente da gestão de risco operacional para cada tipo de risco. A fraude externa e a tecnologia foram registadas como importantes exposições ao risco operacional. O perfil de risco operacional é informado através de vários temas de risco: mudança, resiliência e cibersegurança. Estes representam um risco material para o banco mas têm um âmbito que assenta em vários tipos de risco e, portanto, requerem uma abordagem de gestão de risco integrada nas estruturas de controlo e risco relevantes.

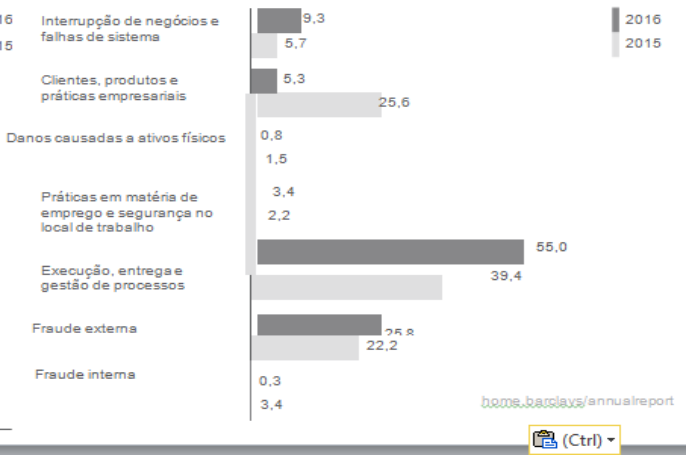
Continuou-se a fazer investimentos em sistemas e ferramentas de prevenção de fraude novos e melhorados para combater o crescente nível de tentativas de fraude, bem como para minimizar qualquer interrupção de transações genuínas. A fraude continua a ser uma ameaça para toda a indústria e o Banco continuou a trabalhar em estreita colaboração com parceiros externos em várias iniciativas de prevenção. Os riscos de tecnologia, resiliência e cibersegurança evoluem rapidamente, pelo que o Banco mantém um foco e investimento contínuos no seu ambiente de controlo para gerir estes riscos e alia-se ativamente a colegas e organizações relevantes para entender e eliminar as ameaças originadas fora do Banco.

Para mais informações, consulte a secção Gestão de Risco Operacional nas páginas 158 a 161.

Eventos de risco operacional por categoria de risco
% de eventos de risco total por contagem



Eventos de risco operacional por categoria de risco
% de eventos de risco total por valor



Nota
a Os dados apresentados incluem as perdas de risco operacional para eventos relatáveis (excluindo África) com um impacto de > £10,000 e excluem eventos considerados de risco de conduta, agregados e limite. Um evento limite é um evento de risco operacional que resulta num impacto de risco de crédito. Os eventos de risco jurídico também são incluídos. Devido à natureza em constante evolução dos eventos de risco, as perdas do ano anterior são atualizadas.

Análise do risco de conduta

Esta secção detalha o perfil de risco de conduta do Barclays e oferece informações sobre os principais eventos de risco de 2016 e as ações de mitigação do risco tomadas pelo Barclays.

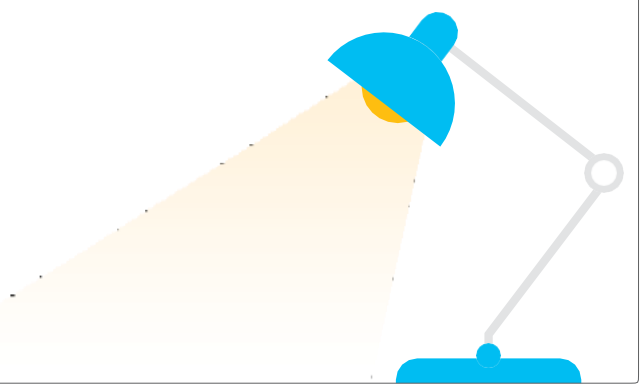
Métricas-chave

5,4/10

Balanced Scorecard

A Medida do Balanced Scorecard da Conduta de Reputação foi mantida principalmente pelo nosso foco em:

- Operar de forma aberta e transparente
- Dispor de produtos e serviços de alta qualidade
- Entregar valor para dinheiro a clientes



Risco de conduta

O risco de conduta é o risco de prejuízo a consumidores, clientes, à integridade do mercado, à concorrência ou ao Barclays devido à oferta inadequada de serviços financeiros, incluindo casos de conduta voluntária ou negligente

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Risco de conduta

O Barclays esforça-se por criar e manter relações de longo-prazo mutuamente benéficas com os seus clientes. Isto significa assumir a responsabilidade pessoal de compreender as suas necessidades e fornecer-lhes produtos e serviços que atendam adequadamente a essas necessidades e os ajudem a gerir os seus assuntos financeiros.

Enquanto banco transatlântico de consumidores, empresas e investimento, o Barclays desempenha também um papel fundamental na promoção de mercados justos, abertos e transparentes, bem como na promoção de um crescimento partilhado para todos. Isto significa respeitar normas que, em muitos casos, são superiores às estabelecidas pelas leis e regulamentos que se aplicam ao nosso negócio.

Resumo do desempenho no período

Em 2016, o Barclays manteve-se focado nas melhorias contínuas que estão a ser feitas para gerir o risco de forma eficaz, com ênfase na melhoria da governação e informação de gestão para ajudar a garantir que os riscos prospetivos são identificados precocemente.

A pedra angular dos nossos esforços é o programa Fortalecimento da Responsabilidade Pessoal, que visa fortalecer a nossa cultura e incorporar os nossos valores em toda a organização. O programa inclui a implementação do Diretor Sénior do Reino Unido, Normas de Certificação e Conduta, além das exigências e expetativas regulamentares semelhantes em outras jurisdições.

O Grupo introduziu painéis de conduta, cultura, reclamações e cidadania para ajudar o Conselho e a direção de topo a supervisionar e medir a mudança em toda a organização e tomar medidas, quando necessário, para abordar questões e incentivar o progresso. Os dados do painel refletem uma tendência descendente nos problemas e reclamações de conduta, juntamente com uma tendência ascendente de confiança em relação a falar sobre possíveis riscos de conduta e problemas.

O Barclays empreendeu proativamente avaliações de "Lições Aprendidas" sobre as questões identificadas em matéria de execução em toda a indústria, incluindo a utilização de métricas de desempenho e incentivos formais em remuneração e gestão do desempenho. O Grupo reforçou ainda o papel e o impacto das questões de conduta no processo de remuneração, tanto a nível individual como empresarial.

Os negócios têm continuado a avaliar os potenciais clientes e impactos do mercado resultantes da mudança estratégica e da reforma estrutural. Como parte do Processo de Planeamento de Médio Prazo de 2016, avaliaram-se os riscos de conduta significativos associados aos planos estratégicos e financeiros. O desinvestimento dos ativos e negócios Non-Core continuam sujeitos a um quadro de governação que considera os impactos na escolha do cliente, no acesso ao mercado, na liquidez e outros riscos de conduta.

O Grupo também avalia continuamente o impacto de eventos económicos e geopolíticos nos clientes e nos mercados. Em antecipação ao referendo sobre a saída do Reino Unido da UE, o Barclays aplicou com sucesso técnicas de gestão de incidentes para se preparar e responder às necessidades dos clientes e fornecer liquidez do mercado.

Durante 2016, os riscos de conduta foram levantados pelos negócios para consideração pelo Comité de Reputação do Conselho. O Comité de Reputação do Conselho analisou os riscos levantados e se as ações propostas pela administração foram adequadas para uma gestão eficaz dos riscos. Para além das reformas estruturais, das alterações estratégicas, do Referendo sobre a saída do Reino Unido da UE e das avaliações das lições aprendidas, o Comité de Reputação do Conselho analisou questões relacionadas com a segurança de dados, risco de ataques cibernéticos e resiliência de tecnologias.

Apesar de terem havido progressos significativos, mantém-se a necessidade de um foco contínuo. O Barclays deve impulsionar alterações culturais através de todos os níveis da organização e evidenciar a consideração consistente dos riscos de conduta em decisões estratégicas de longo-prazo, de médio-prazo e do dia-a-dia. O Grupo deve continuar a aperfeiçoar a sua estrutura de governança de conduta, nomeadamente no que respeita a informações de gestão prospetivas, de modo a conduzir a uma tomada de decisões proativa e a abordar questões que persistem em torno do ambiente geral de controlo e infraestrutura.

O Grupo continuou a incorrer em custos significativos em relação a litígios e questões de conduta. Consulte a Nota 29 Questões jurídicas, de concorrência e regulamentares e a Nota 27 Provisões para mais informações. Os custos incluem compensação e remediação de clientes, bem como multas e acordos. A resolução destas questões continua a ser uma parte necessária e importante da concretização da estratégia do Grupo e um compromisso contínuo de melhorar a supervisão da cultura e da conduta.

O Risco de Reputação foi gerido como Risco Chave sob o Risco de Conduta, antes de ser novamente designado como Risco Principal com efeitos a partir de 2017. A associação do Barclays com setores sensíveis é frequentemente uma área de preocupação para as partes interessadas e os tópicos abaixo foram de particular interesse durante o ano:

- As alterações climáticas e a gestão dos riscos climáticos são uma questão cada vez mais importante para o setor bancário. Houve um aumento do nível de interesse na nossa resposta às alterações climáticas por parte de vários grupos de partes interessadas, em grande parte impulsionado pela ratificação dos requisitos da COP21 e pela publicação de projetos de recomendação pelo Grupo de Trabalho do Conselho de Estabilidade Financeira sobre as Divulgações Financeiras relacionadas com o Clima para elaboração de relatórios anuais. Estamos a efetuar uma análise da nossa carteira de clientes do setor de energia global, a fim de desenvolver uma abordagem estratégica que seja sustentável a longo-prazo. Esperamos que a apetência pelo crédito aos combustíveis fósseis diminua ao longo do tempo devido às exigências regulamentares e às vontades e movimentos políticos no sentido do desenvolvimento de fontes de energia mais limpas, com particular foco a curto-prazo no carvão. Enquanto isso, explorámos ativamente oportunidades nos setores de energia verde e renováveis. Consulte home.barclays/citizenship/our-reporting.html para mais informações.
- O apoio ao fabrico e exportação de bens e serviços militares e controlo de motins constitui um risco de reputação para o setor dos serviços financeiros. A preocupação política e pública, em particular, está relacionada com a utilização de armas contra civis em situações de conflito e para apoiar a agressão externa injustificada. A nossa Política de Defesa determina o nosso relacionamento com os clientes neste setor e inclui uma série de restrições quanto às atividades do cliente. Por exemplo, é nossa política não financiar o comércio ou o fabrico de armas nucleares, químicas, biológicas ou outras de destruição maciça. Existe uma estrutura formal de governação para analisar as relações de defesa de alto risco e as transações comerciais caso a caso, tendo em conta o cliente, os tipos de mercadorias, o utilizador final e o risco do país.
- O setor da banca passou a ser objeto de um controlo mais estrito pelo seu envolvimento indireto com os abusos dos direitos humanos cometidos por clientes. A Declaração do Grupo Barclays sobre os Direitos Humanos descreve como podemos gerir os nossos impactos em quatro áreas principais: funcionários, comunidades locais, fornecedores e clientes, tendo em conta o Quadro e Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e outras normas de direitos humanos internacionalmente reconhecidas. A Lei sobre Escravatura Moderna do Reino Unido, que entrou em vigor em outubro de 2015, ajudou a aumentar a sensibilização para o papel desempenhado pelas empresas na gestão dos impactos dos direitos humanos. Estamos empenhados em combater o risco de escravidão moderna ou de tráfico de seres humanos na nossa cadeia de fornecimento ou em qualquer parte do nosso negócio. A Declaração do Grupo Barclays sobre a Escravidão Moderna está disponível em home.barclays/content/ dam/barclayspublic/docs/Citizenship/Policy-Positions/MSA2016.pdf

O Risco de Reputação também pode surgir como consequência de problemas e incidentes relevantes a outros Riscos Principais, em particular, outros riscos não financeiros como por ex., o risco de Conduta ou Operacional.

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

Supervisão do Grupo

As operações do Grupo, incluindo das suas agências, sucursais e associadas no estrangeiro, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentos que são uma condição para a autorização de efetuar atividades bancárias e serviços financeiros. Estes aplicam-se a operações empresariais, afetam os retornos financeiros e incluem reservas e requisitos de comunicação de informações e prudenciais, e conduzem regulamentos empresariais. Estes requisitos são impostos por bancos centrais e autoridades reguladoras relevantes que autorizam, regulam e supervisionam o Grupo nas jurisdições em que este opera. Os requisitos refletem normas globais desenvolvidas, entre outros, pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*, comumente abreviado BCBS), pela Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários e pelo Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board*, comumente designado por FSB). Vários órgãos, como os bancos centrais, também criam Códigos de Conduta voluntários que afetam a forma como o Grupo opera.

Os desenvolvimentos regulamentares afetam o Grupo a nível global. Centramo-nos particularmente na regulamentação da UE, do Reino Unido e dos EUA devido à localização das principais áreas de negócio do Barclays. As regulamentações em outros lugares afetarão o Barclays devido à localização das suas filiais, subsidiárias e, em alguns casos, clientes.

O Grupo e alguns dos seus membros estão sujeitos a exercícios de testes de esforço em várias jurisdições. Estes exercícios incluem atualmente os programas do Banco de Inglaterra (*Bank of England*, comumente designado por BoE), da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority*, comumente designada por EBA), a Corporação Federal Seguradora de Depósitos (*Federal Deposit Insurance Corporation*, comumente designada por FDIC), o Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal (*Board of Governors of the Federal Reserve System*, comumente designado por FRB) e o Banco da Reserva da África do Sul (*South African Reserve Bank*, comumente designado por SARB). Estes exercícios destinam-se a avaliar a resiliência dos bancos a desenvolvimentos económicos e financeiros adversos e a garantir que possuem processos de planeamento de capital robustos e prospetivos que respondem pelos riscos associados ao seu perfil de negócio. A avaliação por parte dos reguladores é tanto quantitativa como qualitativa, sendo esta última centrada no fornecimento, na capacidade dos testes de esforço e em controlos e procedimentos de gestão interna do Grupo.
A incapacidade de cumprir os requisitos dos testes de esforço regulamentares ou a não aprovação por parte dos reguladores dos resultados dos testes de esforço e dos planos de capital do Grupo ou dos seus membros sujeitos a estes exercícios poderá resultar na obrigação do Grupo ou de alguns dos seus membros aumentar a sua posição de capital ou limitar a distribuição de capital a quaisquer titulares externos da sua equidade ou capital ou dentro do Grupo. Em 2016, o Barclays e algumas das suas subsidiárias concluíram os testes de esforço no âmbito dos requisitos do BoE, EBA e SARB. Não foi exigido ao Barclays que apresentasse planos revistos como resultado destes testes. Mais pormenores sobre os requisitos de capital do Barclays são apresentados abaixo em “Desenvolvimentos Prudenciais”.

Supervisão na UE

A regulamentação financeira no Reino Unido é em grande parte moldada e influenciada pela legislação da UE. É ela que cria a estrutura do Mercado Único Europeu, que tem como uma das principais caraterísticas o quadro para a regulamentação das empresas autorizadas na UE. Este quadro está concebido para conferir a uma instituição de crédito ou empresa de investimento autorizada num dos estados-membros da UE a capacidade de efetuar atividades bancárias ou atividades de investimento noutro estado-membro através do estabelecimento de filiais, ou da prestação de serviços numa base transfronteiriça sem a necessidade de autorizações locais. As operações do Barclays na Europa são autorizadas e regulamentadas por uma combinação das autoridades de regulamentação dos países de origem e de acolhimento. O impacto da saída do Reino Unido da UE a este respeito e, mais amplamente, o seu impacto no quadro regulamentar nacional do Reino Unido, está ainda por determinar. Consulte Fator de Risco denominado “Referendo sobre a saída do Reino Unido da UE”, que discute mais detalhadamente o potencial impacto da saída do Reino Unido da UE.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra tem a responsabilidade de monitorizar o sistema financeiro do Reino Unido no seu todo. A regulamentação e supervisão quotidianas do Grupo dividem-se entre a Autoridade de Regulamentação Prudencial (*Prudential Regulation Authority*, comumente designada por PRA) e a Autoridade de Conduta Financeira (*Financial Conduct Authority*, comumente designada por FCA).

Além disso, o Comité de Política Financeira (*Financial Policy Committee*, comumente designado por PF) do Banco de Inglaterra tem uma influência nos requisitos prudenciais que possam ser impostos no sistema financeiro através dos seus poderes de direção e de recomendação.

O Barclays Bank PLC está autorizado e sujeito a supervisão prudencial solo e consolidada pela PRA e sujeito à regulamentação e supervisão da conduta pela FCA. As sucursais italianas e francesas do Barclays Bank PLC estão também sujeitas à supervisão direta do Banco Central Europeu (BCE).

No seu papel de supervisor, a PRA procura manter a segurança e a solidez das instituições financeiras com o objetivo de reforçar, mas não de garantir, a proteção dos clientes e do sistema financeiro. A supervisão continuada, pela PRA, das instituições financeiras é realizada através de diversas ferramentas reguladoras, incluindo a recolha de informação através de retornos prudenciais, relatórios obtidos junto de pessoas competentes, visitas a empresas e reuniões regulares com a direção com vista a debater questões como o desempenho, a gestão de risco, a conduta e cultura e a estratégia.

A regulamentação e a supervisão de questões de conduta de mercado são da responsabilidade da FCA. A regulamentação da FCA das empresas no Reino Unido no Grupo é conduzida através de uma combinação de avaliação contínua, trabalho de projeto e temático regular baseado nas avaliações do setor da FCA, que analisam as diferentes áreas do mercado e os riscos que poderão vir a surgir.

Tanto a PRA como a FCA continuaram a desenvolver e a aplicar uma abordagem mais assertiva à supervisão e à aplicação das normas existentes. Isto pode incluir a aplicação de normas que antecipam ou vão além dos requisitos estabelecidos pelas normas globais ou da UE, quer em relação ao capital, alavancagem e liquidez, resolutividade e resolução ou questões de conduta.

A FCA tem mantido uma abordagem à aplicação da lei baseada na dissuasão credível que tem assistido a um crescimento significativo na dimensão das multas regulamentares. A abordagem parece seguir a tendência de um modelo mais americano de execução, incluindo a utilização de Acordos Judiciais Diferidos, a aplicação vigorosa de infrações criminais e regulamentares, aumento de multas e propostas de medidas relacionadas com o aumento da responsabilidade penal corporativa e a incapacidade de evitar a evasão fiscal.

A FCA tem vindo a centrar-se fortemente no risco de conduta e nos resultados de satisfação dos clientes e continuará a fazê-lo. Isto incluiu uma atenção à conceção e funcionamento de produtos, ao comportamento dos clientes e ao funcionamento dos mercados. Isto pode afetar tanto a incidência dos custos de conduta como aumentar o custo da recuperação. A FCA também tem-se centrado cada vez mais na responsabilidade individual dentro das empresas, como ilustrado pelo Regime de Diretores Senior e pelo Regime de Certificação, detalhados abaixo.

Supervisão na UE

O quadro de supervisão do Barclays nos EUA é apresentado abaixo na secção intitulada “Regulamentação nos EUA”.

Supervisão na África do Sul

As operações do BAGL na África do Sul são supervisionadas e regulamentadas principalmente pelo Banco da Reserva da África do Sul (*South African Reserve Bank*, comumente designado por SARB), o Conselho de Serviços Financeiros (*Financial Services Board*, comumente designado por SAFSB) bem como por reguladores auxiliares, incluindo, entre outros, o Centro de Inteligência Financeira. O SARB supervisiona o setor bancário e segue uma abordagem baseada no risco à supervisão, ao passo que o SAFSB supervisiona serviços financeiros não bancários, tais como os seguros e atividades de investimento. O Regulador Nacional do Crédito regula o crédito ao consumidor e a Comissão Nacional do Consumidor é responsável por outros aspetos de proteção do consumidor não regulamentados pela jurisdição do SAFSB. Pretende-se que as responsabilidades regulamentares na África do Sul sejam divididas no futuro entre o SARB, que será responsável pela regulamentação prudencial, e o SAFSB, que será responsável pelas questões de conduta do mercado. A proposta de legislação “twin peaks” encontra-se atualmente na fase de consulta do processo parlamentar para aprovar a legislação. As operações da Barclays e do BAGL noutros países africanos são principalmente supervisionadas e regulamentadas pelos bancos centrais nas jurisdições onde o Barclays ou o BAGL (conforme relevante) tem uma presença bancária. Em alguns países africanos, a condução das operações do Barclays e do BAGL e as atividades não bancárias são também regulamentadas pelas autoridades dos mercados financeiros.

Supervisão na Ásia-Pacífico

As operações do Barclays na Ásia-Pacífico são supervisionadas e regulamentadas por uma vasta gama de reguladores nacionais, incluindo a Agência de Serviços Financeiros do Japão, o Banco do Japão, a Autoridade Monetária de Hong Kong, a Comissão de Valores Mobiliários e Futuros de Hong Kong, o Banco da Reserva da Índia, o Conselho de Valores Mobiliários e Câmbio da Índia e o Banco Popular da China, a Administração Estatal de Câmbio da China e a Comissão Reguladora Bancária da China. Esta supervisão e regulamentação abrangem as atividades desenvolvidas através de sucursais do Barclays Bank PLC na região Ásia-pacífico, bem como de subsidiárias do Grupo.

Desenvolvimentos globais a nível regulamentar

As alterações regulamentares continuam a afetar todas as grandes instituições financeiras. Tais alterações advêm de: instituições globais como o G20, FSB, IOSCO e BCBS; da União Europeia a nível regional; e reguladores nacionais, especialmente no Reino Unido e nos EUA. 2016 deu origem a mudanças políticas significativas nestes mercados, o que aumentou o nível de incerteza regulamentar e de supervisão enfrentado pelo Grupo e pelos mercados financeiros de forma mais ampla. Para mais informações, consulte o Fator de Risco intitulado “Condições de negócio, economia geral e questões geopolíticas”.

Novas alterações aos regulamentos dos serviços financeiros que afetam o Barclays podem constranger as atividades planeadas do Grupo e podem aumentar os custos e contribuir para impactos adversos nos rendimentos do Grupo.

O programa de reforma do quadro regulamentar global previamente acordado pelos Chefes de Governo do G20 em abril de 2009 continuou a ser desenvolvido ao longo de 2016. O G20 continua a monitorizar os riscos e vulnerabilidades emergentes no sistema financeiro e afirmou que tomará medidas para as abordar, se necessário.

O FSB foi designado pelo G20 como o órgão responsável pela coordenação da execução do programa de reforma global em relação ao setor dos serviços financeiros. Centrou-se particularmente nos riscos colocados pelas instituições financeiras sistemicamente importantes. Em 2011, os Chefes de Governo
do G20 aprovaram as propostas do FSB para reformar a regulamentação de instituições financeiras sistemicamente importantes a nível global (*Global Systematically Important Financial Institutions*, comumente designadas por G-SIFIs), incluindo bancos sistematicamente importantes a nível global (*Global Systematically Important Banks*, comumente designados por G-SIBs), como o Barclays.

Os desenvolvimentos regulamentares no setor dos serviços financeiros podem, em termos gerais, ser classificados do seguinte modo: (a) desenvolvimentos prudenciais; (b) desenvolvimentos de recuperação e de resolução, cujo aspeto principal é garantir que as G-SIFIs possam ser resolvidas sem recurso ao apoio dos contribuintes; (c) desenvolvimentos nas reformas estruturais; (d) desenvolvimentos de infraestruturas de mercado, destinadas a reforçar a proteção dos clientes, a estabilidade financeira e a integridade do mercado; (e) desenvolvimentos na conduta, cultura e defesa do consumidor.

Regulamentação nos EUA e no Reino Unido

(a) Desenvolvimentos prudenciais

As normas de capital e de liquidez de “Basileia III”, definidas pelo BCBS, são implementadas na legislação da UE através da CRD IV. As disposições da CRD IV aplicaram-se ou deviam ser aplicadas nos estados-membros da UE a 1 de janeiro de 2014. Além disso, a PRA espera que o Barclays, em conjunto com outros grandes bancos e sociedades do crédito hipotecário do Reino Unido, cumpram um rácio de CET1 de 7% ao nível do Grupo consolidado desde 1 de janeiro de 2016.

Os G-SIBs são objeto de vários requisitos prudenciais adicionais, incluindo o de capacidade de absorção de perdas adicionais e *buffers* de capital adicionais acima do nível exigido pelas normas de Basileia III. O nível de *buffer* do G-SIB é definido pelo FSB de acordo com a importância sistémica de um banco e pode variar de 1% a 3,5% dos ativos ponderados pelo risco. Este *buffer* do G-SIB deve ser cumprido com investimentos de capital comuns.

Em novembro de 2016, o FSB publicou uma atualização da sua lista de G-SIBs, reduzindo o amortecedor de G-SIB que o Barclays deve manter de 2% a 1,5%, em vigor a partir de janeiro de 2018. O amortecedor do G-SIB adicional começou a ser faseado em janeiro de 2016, a partir do momento em que os G-SIBs foram obrigados a cumprir 25% do seu amortecedor designado. Este aumento será de 50% em 2017, 75% em 2018 e 100% em Janeiro de 2019. Os G-SIBs também têm de cumprir expetativas de supervisão mais elevadas para as capacidades de agregação de dados desde 1 de Janeiro de 2016. O Barclays também está sujeito, entre outros, a um *buffer* de capital contracíclico (*countercyclical capital buffer*, comumente designado por CCyB) baseado em taxas determinadas pelas autoridades reguladoras de cada jurisdição em que o Barclays mantém exposições. Estas taxas podem variar em qualquer direção.

– Por exemplo, em julho de 2016, o FPC publicou uma declaração de política que orientava a PRA a reduzir a taxa de CCyB do Reino Unido de 0,5% para 0% das exposições dos bancos do Reino Unido com efeito imediato e que foi subsequentemente adotada pela PRA. Em novembro de 2016, o FPC reafirmou que espera manter uma taxa de CCyB no Reino Unido de 0% até pelo menos junho de 2017, sem qualquer alteração significativa nas perspetivas económicas. Espera-se que o *buffer* para risco sistémico seja estabelecido pela PRA pela primeira vez no início de 2019.

O BCBS mantém uma série de estruturas de trabalho ativas que afetarão o Grupo. Em janeiro de 2016, o BCBS aprovou um novo quadro de risco de mercado, incluindo as regras resultantes da sua análise fundamental da carteira de negociação, que entrará em vigor em 2019. O BCBS também continua a centrar-se na consistência da ponderação do risco dos ativos e na redução das variações das abordagens de ponderação do risco entre os bancos. Isto inclui revisões às regras normalizadas para risco de crédito, risco de volatilidade do ajustamento da avaliação de crédito (*Credit value adjustmen*t, comumente designado por CVA) e risco operacional. O BCBS também está a considerar se deve limitar a utilização de modelos internos em certas áreas (por exemplo, remover o Método de Medição Avançada para o risco operacional) e aplicar *floors* de capital com base em abordagens normalizadas. O BCBS também publicou recentemente normas finais sobre o quadro de titularização de Basileia III, risco de taxa de juro na carteira bancária e requisitos mínimos de capital para risco de mercado. As normas finais para a medição e o controlo dos grandes riscos foram publicadas pelo BCBS em abril de 2014 para entrarem em vigor em 2019. Em novembro de 2016, a Comissão Europeia adotou uma proposta (comumente referida como CRD V) para iniciar o processo legislativo para a introdução destas normas dentro da UE, com a legislação prevista para ser finalizada no final de 2017 ou no início de 2018. Estas propostas, se implementadas na sua forma atual, iriam, entre outras coisas, reformular as regras existentes relativas ao risco de mercado normalizado e avançado e as regras que regem a inclusão de posições na carteira de negociação regulamentar.
As propostas também reforçariam as regras para o risco de crédito da contraparte, reforçariam as exigências relativas à alavancagem e aos grandes riscos e introduziriam um rácio de financiamento líquido estável, exigindo que os bancos assegurem que mantêm fontes fidedignas de fundos que excedam a quantia necessária de financiamento estável ao longo de um ano. A CRD V propõe igualmente que as empresas-mãe não comunitárias com duas ou mais filiais estabelecidas na UE estabeleçam uma empresa-mãe intermédia autorizada, estabelecida e sujeita à supervisão de um estado-membro da UE. Este requisito aplicar-se-ia a grupos não comunitários que foram identificados como Instituições Globais Sistematicamente Importantes (*Global Systemically Important Institutions*, comumente designado por G-SII) não pertencentes à UE ao abrigo da CRD IV (conforme alterada) e a grupos com entidades na UE com ativos totais de pelo menos 30mM€. Se implementado tal como proposto, o Barclays poderia ser obrigado a constituir uma sociedade gestora de participações no que diz respeito às suas operações na UE após a saída do Reino Unido da UE.

Em janeiro de 2017, o BCBS anunciou que sua finalização das reformas para Basileia III tinha sido adiada. O BCBS deverá agora emitir normas atualizadas sobre o cálculo do risco operacional, o quadro normalizado para o risco de crédito, as restrições à utilização de modelos internos (incluindo a aplicação de *floors* de RWA com base em abordagens normalizadas), o rácio de alavancagem (incluindo o *buffer* para o rácio de alavancagem para G-SIBs) e um floor de saída baseado numa abordagem normalizada, posteriormente em 2017. Uma vez que estas medidas exigirão a aplicação da legislação da UE e nacional, não sabemos quando entrarão em vigor.

A IFRS9 será implementada na União Europeia a partir de 1 de janeiro de 2018. Em outubro de 2016, o Comité de Basileia emitiu dois documentos sobre o tratamento das provisões contabilísticas no quadro regulamentar para considerar a futura mudança às provisões de perda de crédito esperadas ao abrigo das normas da IFRS e do Conselho de Normas de Informação Financeira (FASB). Um documento considerou regulamentos transitórios para integrar gradualmente o impacto de capital imediato das novas normas de provisionamento, enquanto o outro discutiu alterações mais fundamentais no reconhecimento de provisões de capital regulamentar e no quadro de ponderação de riscos. A proposta CRR2 da Comissão Europeia propunha também disposições transitórias. O impacto do capital regulamentar da IFRS9 no Grupo dependerá do momento e da forma final de todas estas iniciativas.

(b) Desenvolvimentos de Recuperação e Resolução

Uma componente significativa do quadro legislativo da UE é a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD) de 2014, que estabelece um quadro para a recuperação e a resolução das instituições de crédito e empresas de investimento da UE. O Reino Unido implementou a BRRD através da Lei de Serviços Financeiros (Reforma Bancária) de 2013 (Lei da Reforma Bancária), que alterou a Lei Bancária de 2009.

De acordo com a Lei Bancária, as autoridades de resolução do Reino Unido têm poderes para intervir e resolver uma instituição financeira do Reino Unido que já não é viável. De acordo com estas leis, o BoE (em concertação com a PRA e o Tesouro de Sua Majestade, conforme apropriado) tem várias opções de estabilização quando uma instituição bancária está em falência ou em risco de falência: (i) transferir alguns ou todos os títulos do banco para um comprador comercial; (ii) transferir parte ou a totalidade dos bens, direitos e obrigações do banco para um "banco de transição" detido na sua totalidade pelo BoE ou por um comprador comercial; (iii) transferir os ativos depreciados ou problemáticos para um veículo de gestão de ativos que lhes permitam ser geridos ao longo do tempo; (iv) cancelar ou reduzir determinados passivos da instituição ou converter passivos em capital próprio para absorver perdas e recapitalizar a instituição e (v) no caso de uma holding, transferir a instituição bancária para propriedade pública temporária. Além disso, o BoE pode solicitar uma ordem judicial de insolvência para liquidar a instituição ou colocar a instituição em administração especial. Ao exercer qualquer uma das suas competências de estabilização, o BoE deve, em geral, prever que os acionistas são os primeiros a sofrer perdas, seguidos pelos credores em conformidade com a prioridade dos seus créditos no âmbito de um processo normal de insolvência.

A fim de permitir o exercício dos seus poderes de estabilização, o BoE pode impor uma suspensão temporária dos direitos dos credores de rescindir, acelerar ou fechar os contratos e, em alguns casos, anular os eventos de incumprimento ou de rescisão que poderiam ser invocados como resultado de uma ação de resolução. Além disso, a Lei Bancária confere ao BoE o poder de anular, alterar ou impor condições ou obrigações contratuais entre um banco do Reino Unido, a sua holding e as empresas do seu grupo, a fim de permitir que qualquer cessionário ou banco sucessor opere efetivamente após a aplicação de quaisquer ferramentas de resolução. O Tesouro de Sua Majestade tem também poderes para alterar a lei (excluindo as disposições da Lei Bancária) com o intuito de permitir a utilização efetiva dos poderes do regime, potencialmente com efeito retrospetivo. Os poderes da Lei Bancária aplicam-se independentemente de quaisquer restrições contratuais e compensações que possam ser pagas. Em julho de 2016, a PRA emitiu regras finais para garantir a continuidade operacional na resolução. As regras aplicar-se-ão a partir de 1 de janeiro de 2019 e exigirão que os bancos garantam que as suas estruturas operacionais facilitem a recuperação eficaz e o planeamento da resolução e a prestação continuada de funções importantes para a economia num cenário de resolução.

Em julho de 2016, a PRA emitiu regras finais para garantir a continuidade operacional na resolução. As regras aplicar-se-ão a partir de 1 de janeiro de 2019 e exigirão que os bancos garantam que as suas estruturas operacionais facilitem a recuperação eficaz e o planeamento da resolução e a prestação continuada de funções importantes para a economia num cenário de resolução.

A BRRD exige que os estados-membros da UE estabeleçam fundos de resolução pré-financiados de 1% dos depósitos cobertos a serem construídos até 31 de dezembro de 2024.

O governo do Reino Unido utiliza o Imposto Bancário para satisfazer as necessidades de financiamento *ex ante*, bem como as contribuições *ex post* que seriam necessárias se as contribuições ex-ante não cobrirem os custos ou outras despesas incorridas pela utilização dos fundos de resolução.

Separadamente, o Sistema de Compensação de Serviços Financeiros (*Financial Services Compensation Scheme*, comumente designado por FSCS), um sistema de garantia de depósitos estabelecido ao abrigo da Diretiva da UE relativa aos Sistemas de Garantia de Depósitos e da Diretiva sobre Sistemas de Investimento, é financiado através de taxas aplicadas às empresas participantes, incluindo o Barclays. O FSCS opera quando uma empresa autorizada é incapaz ou provavelmente incapaz de suportar pedidos de indemnização apresentados contra si pelos seus clientes devido à sua situação financeira. A maioria dos depósitos segurados efetuados com sucursais do Barclays Bank PLC no EEE é coberta pelo FSCS. A maioria dos pedidos apresentados relativamente a atividades de investimento serão igualmente créditos protegidos se a atividade tiver sido exercida a partir do Reino Unido ou de uma sucursal do banco ou da empresa de investimento em causa noutro estado-membro do EEE. Os depósitos cobertos pelo FSCS são preferidos em caso de insolvência do banco.

Caso o Tesouro da HM aumente os impostos bancários aplicáveis ao Barclays de forma significativa, ou o FSCS aumente de forma significativa as comissões cobradas ao Barclays em virtude da sua participação no FSCS, os custos associados ao Grupo poderão ter um impacto significativo nos resultados do Grupo.

A BRRD exige também que as autoridades competentes imponham um "Requisito Mínimo de Fundos Próprios e Passivos Elegíveis" (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*, comumente designado por MREL") às instituições financeiras para facilitar o exercício efetivo da ferramenta de recapitalização interna acima referida. A UE propõe que, no caso dos G-SIBs, como o Barclays, o MREL seja estabelecido de acordo com a norma de Capacidade de Absorção de Perdas Totais (*Total Loss Absorbing Capital*, comumente designado por TLAC) do FSB, discutido mais adiante.

Em novembro de 2015, o FSB finalizou as suas propostas para melhorar a capacidade de absorção de perdas de G-SIBs para garantir que existe uma capacidade suficiente de absorção e recapitalização de perdas disponível na resolução para implementar uma resolução ordenada que minimiza o impacto na estabilidade financeira, assegura a continuidade de funções críticas e evita a exposição dos contribuintes a perdas. Para tal, o FSB estabeleceu um novo requisito mínimo de "capacidade de absorção de perdas totais" (TLAC). A UE propôs implementar a norma TLAC através do requisito MREL e a Comissão Europeia propôs alterações na sua proposta da CRD V para tal. Como as propostas permanecem em preparação é incerto quais serão os requisitos e calendarização finais. A declaração de política confirmou que o BoE irá definir MREL para G-SIBs do Reino Unido conforme necessário para implementar a norma TLAC e que os requisitos MREL específicos da instituição ou do grupo específico dependerá da estratégia de resolução preferida para essa instituição ou grupo. O MREL entrará em funcionamento a partir de 1 de janeiro de 2019 e será plenamente implementado até 1 de janeiro de 2022, altura em que os G-SIBs com entidades de resolução incorporadas no Reino Unido, incluindo o Barclays, terão de cumprir um MREL equivalente ao mais elevado de (i) duas vezes a soma dos requisitos do Pilar 1 e do Pilar 2A ou (ii) o mais elevado de duas vezes o seu rácio de alavancagem ou 6,75% das exposições de alavancagem. No entanto, a PRA irá rever a calibração de MREL até ao final de 2020, incluindo a avaliação da proposta de recapitalização do Pilar 2A, o que pode conduzir a uma exigência MREL de 1 de janeiro de 2022 diferente da atualmente proposta.
Além disso, propõe-se que o capital CET1 não possa ser contabilizado tanto para o MREL como para o requisito do *buffer* combinado (*combined buffer requirement*, comumente designado por CBR), o que significa que o CBR será aplicado efetivamente acima dos requisitos do Pilar 1 e do Pilar 2A relativos aos fundos próprios e ao MREL, de modo a que incapacidade de manter outros recursos de MREL suficientes pode resultar numa violação do CBR.

Em outubro de 2016, o BCBS também publicou a sua norma final sobre o tratamento prudencial dos investimentos dos bancos em instrumentos TLAC emitidos por outras instituições, confirmando que os bancos internacionalmente ativos (G-SIB e não-G-SIB) devem deduzir as suas participações em instrumentos de TLAC que não se qualificam como capital regulamentar do seu próprio capital de Nível 2. Nos casos em que o banco investidor detenha menos de 10% das ações ordinárias do banco emissor, as participações de TLAC serão deduzidas do capital de Nível 2 somente na medida em que excedam 10% do património líquido do banco investidor (ou 5% para participações TLAC de capital não regulamentar); abaixo deste limiar, as participações seriam, em vez disso, sujeitas a ponderação de risco. Os G-SIBs só podem aplicar a ponderação de risco às participações TLAC de capital não regulamentar pelo limiar de 5%, quando essas participações se encontrem na carteira de negociação e sejam vendidas no prazo de 20 dias úteis.

Além das alterações propostas para alinhar o MREL para G-SIBs com a norma TLAC, a Comissão Europeia propôs, em novembro de 2016, um pacote de alterações à BRRD, incluindo a harmonização da classificação prioritária dos instrumentos de dívida não garantidos nos processos nacionais de insolvência e para reforçar as ferramentas de estabilização, incluindo uma ferramenta moratória.

A PRA criou regras que exigem que as empresas autorizadas elaborem planos de recuperação e pacotes de resolução, conforme planeado pela BRRD. Os planos de recuperação são concebidos para delinear ações de recuperação credíveis que as empresas autorizadas podem implementar em caso de esforço severo com o intuito de restaurar a sua atividade para uma condição estável e sustentável. O pacote de resolução contém informações detalhadas acerca da empresa autorizada em questão, que serão utilizadas para desenvolver estratégias de resolução para essa empresa, avaliar o seu nível de resolutividade atual face à estratégia, e para informar o trabalho em identificar barreiras para a implementação de planos de resolução operacional. No Reino Unido, o trabalho de Planeamento de Recuperação e Resolução (RRP) é considerado parte da supervisão contínua. A remoção de possíveis impedimentos a uma resolução ordenada do Grupo ou uma ou mais das suas subsidiárias é considerada parte integrante da estratégia de supervisão do BoE e da PRA para cada empresa, e a PRA pode exigir que as empresas façam alterações significativas a fim de melhorar a resolutividade. O Barclays oferece à PRA um Plano de Recuperação anualmente e um Pacote de Resolução a cada dois anos.

A abordagem preferida do BoE para a resolução do Grupo é uma estratégia de recapitalização interna com um único ponto de entrada através do Barclays PLC. De acordo com essa estratégia, as subsidiárias do Barclays PLC permaneceriam operacionais, enquanto os passivos elegíveis do Barclays PLC seriam baixados ou convertidos em capital para recapitalizar o Grupo e permitir a continuidade da prestação de serviços e operações ao longo da resolução. Esta estratégia baseia-se no facto de o Barclays PLC ter emitido uma capacidade de absorção de perdas suficiente para efetuar o resgate e recapitalizar o Grupo, se necessário. Como resultado, o Grupo está a centrar-se na transição de capital de absorção de perdas elegível das subsidiárias para o Barclays PLC.

(c) Desenvolvimentos na reforma estrutural

Os desenvolvimentos recentes nas leis e regulamentações relativas aos bancos no Reino Unido têm incluído legislação concebida para proteger as atividades de retalho e de aceitação de depósitos de pequenas empresas dos grandes bancos. A Lei da Reforma Bancária estabeleceu um quadro para esta legislação de proteção e secundária promulgada em 2014 elaborada com base no funcionamento e aplicação das medidas de proteção. Espera-se que sejam consultadas e elaboradas regras pela PRA que determinem melhor como os bancos delimitados estarão autorizados a funcionar.
Outras regras publicadas pela FCA estabelecem as divulgações que os bancos delimitados são obrigados a fazer a possíveis clientes que são individuais.

Relativamente ao “ring-fencing” no Reino Unido, a FSMA, tal como alterada pela Lei da Reforma Bancária, exige, entre outras, a separação das atividades de retalho e de aceitação de depósitos de pequenas empresas de bancos britânicos no Reino Unido e de filiais de bancos britânicos no Espaço Económico Europeu (EEE) numa entidade juridicamente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente, que não será autorizada a desenvolver uma série de atividades (o chamado “ring-fencing”). Os bancos britânicos delimitados e as grandes sociedades construtoras do Reino Unido deverão ter um capital CET1 superior ao exigido ao abrigo da CRD IV a partir de 2019. Este requisito será aplicado pela PRA numa base específica da instituição de acordo com um quadro estabelecido pelo FPC. As implicações destes requisitos no Barclays são discutidas mais detalhadamente no Fator de Risco intitulado “Reforma Estrutural”.

A nível europeu, a Comissão Europeia emitiu, em janeiro de 2014, propostas que recomendavam a separação obrigatória de atividades por conta própria e outras atividades comerciais de alto risco das atividades bancárias. Estas propostas aplicar-se-iam às instituições identificadas como G-SIIs no âmbito da CRD IV e preveem, entre outras: (i) a proibição de atividades por conta própria em instrumentos financeiros e mercadorias; e (ii) regras sobre ligações económicas, jurídicas, de governação e operacionais entre as entidades comerciais e outras entidades do grupo bancário. A proposta legislativa inclui uma derrogação relativa à separação das atividades comerciais (mas não a proibição de atividades por conta própria) para os estados-membros que tenham adotado medidas semelhantes antes da data da sua publicação. A proposta legislativa continua a ser analisada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da UE.

(d) Desenvolvimentos na estrutura de mercado

O Regulamento sobre a Infraestrutura do Mercado Europeu (*European Market Infrastructure Regulation*, comumente designado por EMIR) introduz novas exigências para melhorar a transparência e reduzir os riscos relacionados com o mercado de derivados, algumas das quais ainda devem ser plenamente implementadas. O EMIR exige que determinadas entidades que celebram contratos de derivados: relatem tais transações; liquidem certas transações do mercado de balcão (*over the counter,* comumente designado por OTC), quando obrigadas a fazê-lo; e implementar normas de mitigação de riscos em relação a OTC não negociados. A obrigação de compensar derivados aplica-se apenas a certas contrapartes e tipos específicos de derivados. Em outubro de 2016, a Comissão Europeia adotou um regulamento delegado relativo à troca de garantias, uma das técnicas de mitigação de riscos no âmbito do EMIR. As disposições relativas à margem inicial serão introduzidas a partir de 6 de fevereiro de 2017 até 1 de setembro de 2020. As disposições relativas à margem de variação aplicadas numa base faseada a partir de 4 de fevereiro de 2017. O EMIR tem impactos operacionais e financeiros potenciais no Grupo, incluindo através da imposição de garantias.

A CRD IV visa complementar o EMIR através da aplicação de requisitos de capital mais elevados para transações de derivados do mercado de balcão bilaterais, não compensados. Os requisitos de capital mais baixos para transações de derivados compensados estão disponíveis apenas se a contraparte central através da qual a transação é reconhecida como uma “contraparte central qualificada” (*qualifying central counterparty*, comumente designada por QCCP) que foi autorizada ou reconhecida pelo EMIR (de acordo com as normas técnicas vinculativas). Podem aplicar-se requisitos de capital mais elevados ao Grupo após a saída do Reino Unido da UE se as CCPs do Reino Unido não forem consideradas QCCPs.

Espera-se que as alterações à Diretiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros e o Regulamento relativo aos Mercados de Instrumentos Financeiros (designadas coletivamente por MiFID II) entrem em vigor a partir de 3 de janeiro de 2018. A MiFID II irá afetar muitos dos mercados de investimento em que o Grupo opera, os instrumentos em que negoceia bem como a forma como transaciona com contrapartes de mercado e outros clientes. As alterações introduzidas pela MiFID II incluem: a introdução de um novo tipo de plataforma de negociação (o sistema de negociação organizado), que capturam a negociação de títulos não representativos não abrangidos pelo regime atual; e a expansão do conceito e das exigências aplicáveis a empresas que negoceiam com base no seu próprio capital (internalizadores sistemáticos).

A MiFID II também reforça a proteção dos investidores e impõe novas restrições em negociações de alta frequência e mercadorias. Também aumenta a transparência pré e pós negociação e introduz um novo regime para as empresas de países terceiros. A MiFID II inclui igualmente novas exigências relacionadas com o acesso não discriminatório a plataformas de negociação, contrapartes centrais e índices de referência, bem como competências e sanções de supervisão harmonizadas em toda a UE.

O Regulamento dos Índices de Referência entrou em vigor em junho de 2016, com a maioria das disposições a aplicar a partir de janeiro de 2018. Este Regulamento aplica-se à administração, à contribuição dos dados e à utilização dos índices de referência na UE. As instituições financeiras da UE serão proibidas de utilizar índices de referência, a menos que os seus administradores estejam autorizados, registados ou reconhecidos na UE. Isto pode afetar a capacidade do Barclays de utilizar determinados índices de referência.

Em 2015, a Comissão Europeia iniciou os trabalhos sobre a criação de uma União dos Mercados de Capitais (*Capital Markets Union*, comumente designada por CMU) dentro da UE. A CMU pretende aumentar a disponibilidade de financiamento não bancário na UE, aprofundar o mercado único para serviços financeiros e promover o crescimento e a estabilidade financeira. O trabalho da Comissão sobre a CMU inclui o desenvolvimento de um quadro regulamentar para aumentar a eficiência no ambiente transfronteiriço para os mercados de capitais, bem como uma revisão da legislação existente para determinar os casos em que tal legislação deve ser modificada. Este trabalho deverá prosseguir até 2017 e além, e poderá resultar em alterações no quadro regulamentar da UE em que o Grupo opera.

(e) Desenvolvimentos de Conduta, Cultura e Defesa do Consumidor

A 7 de março de 2016, a PRA e a FCA introduziram medidas para aumentar a responsabilidade individual dos diretores sénior e outros beneficiários no setor bancário. O novo regime compreende o "Regime de Diretores Sénior", que se aplica a um número limitado de pessoas com responsabilidades de direção sénior dentro de uma empresa, o "Regime de Certificação", que visa avaliar e monitorizar a aptidão e propriedade de uma série mais ampla de funcionários que poderiam representar um risco significativo para a empresa ou para os seus clientes, e regras de conduta que os indivíduos sujeitos a qualquer regime devem cumprir. A partir de março de 2017, as regras de conduta serão aplicadas mais amplamente a outros funcionários de empresas no âmbito do regime.

A Lei de Serviços Financeiros de 2010, entre outros, exige que o regulador do Reino Unido crie regras sobre remunerações e exige que as empresas regulamentadas tenham uma política de remuneração consistente com uma gestão de riscos eficaz. Esta lei permite também que a FCA estabeleça regras que exijam às empresas operar um esquema de tutela coletiva dos consumidores para lidar com casos de falha generalizada por empresas regulamentadas para atender a requisitos normativos que possam ter criado prejuízo ao cliente.

O Barclays tem de cumprir as leis nacionais de proteção de dados, que regem a recolha, utilização e divulgação de dados pessoais, na maioria dos países onde opera. A partir de 25 de maio de 2018, as leis de proteção de dados em toda a UE serão substituídas por um único Regulamento Geral de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation*, comumente designado por GDPR). O governo britânico confirmou que o Reino Unido irá adotar e aplicar o GDPR a partir de maio de 2018. O impacto no Barclays será significativo, afetando não só as entidades do Grupo que operam e processam dados pessoais dentro da UE, mas também aqueles que oferecem bens ou serviços, ou monitorização de indivíduos na UE. O GDPR contém penalidades significativas para as violações e não cumprimento da proteção de dados, até 4% do volume de negócios global do Grupo.

Uma série de desenvolvimentos recentes indicou um claro desejo político e regulamentar de tornar a informação de caráter transacional de contas de clientes mais facilmente acessível aos clientes e às partes que lhes prestam serviços. Um exemplo é a revisão da diretiva relativa a serviços de pagamento (*Payment Services Directive*, comumente designada por PSD2), que entrou em vigor a 12 de janeiro de 2016 e deve ser implementada até 13 de janeiro de 2018. Pouco depois da finalização da PSD2, o Open Banking Working Group do Tesouro de Sua Majestade publicou um relatório onde descrevia a forma como um ecossistema que permitia a partilha de informações bancárias e de clientes poderia ser estabelecido, operado e governado. A norma "Open Banking Standard" resultante visa permitir o fornecimento de acesso a dados públicos e o acesso seguro a dados privados.

Em agosto de 2016, a Autoridade da Concorrência e dos Mercados (*Competition and Markets Authority*, comumente designada por CMA) do Reino Unido publicou os resultados da sua investigação de mercado na banca de retalho, identificando as caraterísticas do mercado que tinham um efeito adverso na concorrência e definindo uma série de medidas para corrigir as deficiências. Uma destas medidas exige que o Barclays, entre outros bancos, ajude a estabelecer e financiar uma entidade que governe o acesso aberto a informações sobre serviços bancários, prestação e qualidade do serviço. O Barclays espera ter de disponibilizar informações públicas através de interfaces de programação de aplicações (APIs) abertas durante 2017, com as informações transacionais a serem disponibilizadas por uma API aberta até janeiro de 2018, de modo a estar em linha com perspetiva temporal da PSD2.

A regulamentação e os governos da UE têm-se centrado cada vez mais na gestão de risco de cibersegurança para as organizações bancárias e propuseram leis que impõem uma variedade de requisitos às entidades reguladas do Barclays. Estes requisitos incluem medidas de segurança mínimas exigidas, exigências na melhoria de comunicação de informações e outras medidas de governação do risco cibernético e de informação. Quando implementadas, as propostas podem aumentar os custos de tecnologia e conformidade para o Barclays.

A Lei contra o Suborno de 2010 do Reino Unido introduziu uma nova forma de responsabilidade criminal corporativa centrada na incapacidade de uma empresa em evitar o suborno em seu nome. A legislação tem ampla aplicação e, em determinadas circunstâncias, pode ter impacto extraterritorial em relação a entidades, pessoas ou atividades localizadas fora do Reino Unido, incluindo o Barclays PLC e as suas subsidiárias. Na prática, a legislação exige que o Barclays disponha de procedimentos adequados para evitar o suborno que, devido à natureza extraterritorial do estatuto, torna este processo complexo e dispendioso.

Regulamentação nos EUA

Supervisão nos EUA

As atividades e operações do Barclays nos EUA estão sujeitas à supervisão geral do Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal (FRB), bem como a supervisão adicional, requisitos e restrições impostos por outros reguladores federais e estatais. O Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e as suas sucursais e subsidiárias nos EUA estão sujeitas a um vasto quadro regulamentar que envolve vários estatutos, regras e regulamentos, incluindo a Lei Bancária Internacional de 1978, a Lei de Holding Bancária de 1956 (BHC Act), a Lei Patriota (USA PATRIOT Act) de 2001 e a Reforma de Wall Street de Dodd-Frank e a Lei de Proteção do Consumidor de 2010 (DFA). Em alguns casos, os requisitos dos EUA podem impor restrições às atividades globais do Barclays, além das suas atividades nos EUA.

Em julho de 2016, o Barclays estabeleceu uma sociedade intermediária gestora de participações sociais norte-americana (holding intermediária), a Barclays US LLC (BUSL), que detém praticamente todas as subsidiárias e ativos do Barclays nos EUA (incluindo o Barclays Capital Inc. e o Barclays Bank Delaware), que não as sucursais norte-americanas do Barclays e determinados ativos e subsidiárias. A BUSL, o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC são regulamentadas como holdings bancárias (*bank holding companies,* comumente designadas por BHCs) pelo FRB, que exerce uma autoridade de supervisão e impõe uma variedade de requisitos e restrições sobre as operações do Barclays nos EUA, incluindo no que diz respeito à segurança e solidez. Enquanto holding bancária norte-americana de primeiro nível do Barclays, a BUSL está ou estará sujeita aos requisitos de supervisão prudencial melhorados aplicáveis às holdings bancárias dos EUA de dimensão comparável, incluindo: (i) requisitos de capital regulamentar e limites de alavancagem; (ii) supervisão anual obrigatória e testes de esforço dos níveis de capital anuais e semestrais de gestão da empresa, e apresentação anual de um plano de capital em conexão com a Análise e Revisão Abrangente do Capital (*Comprehensive Capital Analysis and Review*, comumente designado por CCAR) anual do FRB, resultando numa objeção ou não objeção do FRB ao plano de capital; (iii) não objeção do FRB a quaisquer distribuições de capital propostas pela BUSL, inclusive ao Barclays Bank PLC; (iv) requisitos de liquidez substancial adicionais, incluindo requisitos para realizar testes de esforço de liquidez interna mensais para a BUSL (e também, separadamente, para a rede de agências do Barclays Bank PLC nos EUA) e manter um *buffer* de 30 dias de ativos altamente líquidos; (v) outros requisitos de gestão de risco de liquidez, incluindo a conformidade com as normas de gestão de risco de liquidez estabelecidas pelo FRB e a manutenção de uma função independente para rever e avaliar regularmente a adequação e eficácia das práticas de gestão de risco de liquidez das operações norte-americanas combinadas do Barclays; e (vi) requisitos de gestão de risco global, incluindo um comité de risco dos EUA e um diretor de risco dos EUA. A BUSL ficará sujeita aos requisitos de planeamento de capital do FRB em 2017.

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

A Lei BHC geralmente restringe as atividades das BHCs à banca e as atividades intimamente relacionadas com a banca. Para se envolver num leque de atividades mais amplo, o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC também optaram por ser tratados como companhias financeiras (*financial holding companies*) ao abrigo da Lei BHC. As companhias financeiras podem participar numa gama de atividades financeiras e atividades relacionadas, diretamente ou através de subsidiárias, incluindo subscrição, negociação e criação de mercados em títulos. A fim de manter o seu estatuto de companhia financeira, uma companhia financeira deve cumprir ou exceder determinados rácios de capital regulamentar e outros requisitos, e ser considerada "bem capitalizada" e "bem gerida". Além disso, o estatuto de companhia financeira exige que o Barclays Bank Delaware mantenha, pelo menos, uma classificação "satisfatória" nos termos da Lei de Reinvestimento Comunitário de 1977 (*Community Reinvestment Ac*t, comumente designada por CRA). As entidades que deixam de cumprir qualquer um destes requisitos são obrigadas a celebrar um acordo para corrigir a deficiência e é-lhes atribuído um período de tempo para restaurar os níveis de capital ou classificações de gestão. A entidade não conforme estará sujeita a limitações nas atividades durante qualquer período de incumprimento. Se o nível de capital ou classificação não for restabelecido, a entidade não conforme será sujeita a penalidades cada vez mais rigorosas e poderá, em última instância, ser encerrada ou obrigada a cessar determinadas atividades nos EUA.

Além da supervisão geral pelo FRB, certas filiais e subsidiárias do Barclays são regulamentadas por autoridades adicionais com base na localização ou atividades dessas entidades. Os depósitos do Barclays Bank Delaware são segurados pela FDIC, que também exerce a autoridade de supervisão sobre as operações do banco. De acordo com a Lei Federal Deposit Insurance Act, o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e a BUSL devem agir como uma fonte de solidez financeira para o Barclays Bank Delaware. Isto pode, entre outras, exigir que estas entidades injetem capital no Barclays Bank Delaware caso não cumpra os requisitos de capital regulamentar aplicáveis. As filiais do Barclays Bank PLC em Nova Iorque e na Flórida estão sujeitas a uma ampla supervisão e regulamentação, conforme aplicável, pelo Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (*New York State Department of Financial Services*, comumente designado por NYSDFS) e pelo Escritório de Regulamentação Financeira da Flórida. O Barclays Bank Delaware, um banco comercial com concessão em Delaware, está sujeito à supervisão e regulamentação do Gabinete do Comissário do Banco do Estado de Delaware.

As operações de corretor/distribuidor de títulos/valores mobiliários, consultoria em matéria de investimentos e atividades bancárias de investimento do Barclays US estão sujeitas a uma supervisão e regulamentação contínua por parte da Comissão de Títulos e Câmbios (*Securities and Exchange Commission*, comumente designada por SEC), da Autoridade Reguladora da Indústria Financeira (*Financial Industry Regulatory Authority*, comumente designada por FINRA) e de outras agências governamentais e órgãos de autorregulamentação (OAR) como parte de um regime abrangente da regulamentação de todos os aspetos da atividade imobiliária, sob as leis federais e estatais dos EUA aplicadas a valores mobiliários.

Da mesma forma, os futuros sobre mercadorias, as opções sobre mercadorias e as operações relacionadas com *swap*s do Barclays nos EUA são sujeitos a supervisão e regulamentação permanente pela Commodity Futures Trading Commission (CTFC), a National Futures Association e outras OARs.

As atividades de retalho e consumo do Barclays nos EUA, incluindo as operações com cartões de crédito do Barclays Bank Delaware, estão sujeitas a supervisão e regulamentação diretas pelo Gabinete de Proteção Financeira aos Consumidores (*Consumer Financial Protection Bureau*, comumente designado por CFPB,) que foi criado pela DFA. O CFPB tem autoridade para examinar e tomar medidas coercivas relacionadas com o cumprimento das leis e regulamentações federais relativas à prestação de serviços financeiros aos consumidores e à proibição de "ações e práticas injustas, enganosas ou abusivas".

A "Regra de Volcker", uma disposição da DFA, entrou em vigor em julho de 2015, proíbe as entidades bancárias de realizar determinadas atividades de "operações por conta própria" e irá limitar o patrocínio de, e o investimento em, fundos de investimento de capitais privados (incluindo bens imobiliários não conformes e fundos de crédito) e em fundos de cobertura, em cada caso amplamente definidos por tais entidades. Estas restrições estão sujeitas a determinadas exceções, incluindo subscrições, criação de mercado e atividades de cobertura de mitigação de riscos assim como transações e investimentos a ocorrer apenas fora dos EUA. Tal como exigido pela regra, o Barclays desenvolveu e implementou um vasto programa monitorização e avaliação da conformidade (dentro e fora dos EUA), que abordou atividades por conta própria e atividades de fundo coberto. Espera-se que estes esforços continuem à medida que o FRB e as outras agências reguladoras competentes dos EUA continuem a implementar e monitorizar estes requisitos e o Barclays pode incorrer em custos adicionais em relação a tais esforços. A Regra de Volcker é altamente complexa e o seu impacto total não será conhecido com exatidão até que as práticas e a estrutura do mercado se desenvolvam com base nela.

A lei relativa ao sigilo bancário (*Bank Secrecy Act*), a USA PATRIOT Act de 2001 e os regulamentos neles contidos contêm inúmeros requisitos relativos ao combate ao branqueamento de capitais e de financiamento antiterrorista para instituições financeiras. Além disso, o Barclays está sujeito à Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior (*US Foreign Corrupt Practices Act*) dos EUA, que proíbe determinados pagamentos a funcionários estrangeiros, bem como regras e regulamentos relativos a sanções económicas e programas de embargo administrados pelo Gabinete de Controlo dos Ativos Estrangeiros dos EUA, que restringem certas atividades comerciais com determinados indivíduos, entidades, grupos, países e territórios. Em alguns casos, estes regulamentos podem afetar entidades, pessoas ou atividades localizadas fora dos EUA, incluindo o Barclays PLC e as suas subsidiárias. A aplicação destes regulamentos tem sido um foco importante da política do governo dos EUA relacionada com as instituições financeiras nos últimos anos, e a incapacidade de uma instituição financeira em garantir o cumprimento pode ter consequências jurídicas, financeiras e de reputação graves na instituição.

Os reguladores norte-americanos melhoraram o seu foco na promoção de valores culturais como uma área-chave para os bancos. Os reguladores vêm a responsabilidade de reformar a cultura como se assentasse principalmente na indústria. Neste sentido, os reguladores têm-se centrado cada vez mais em áreas como incentivos remuneratórios, processos de promoção e medições do sucesso.

O Título II da DFA estabeleceu a Autoridade para a Liquidação Ordenada, um novo regime para a liquidação ordenada de instituições financeiras sistematicamente importantes, que poderia ser aplicado à BUSL. Em especial, quando uma instituição financeira sistematicamente importante está em incumprimento ou em perigo de incumprimento, a FDIC pode ser nomeada liquidatária ao abrigo da autoridade para a liquidação ordenada em vez de a instituição ser resolvida através de um processo voluntário ou involuntário nos termos do Código de Falências dos EUA. Além disso, as autoridades de licenciamento de cada sucursal norte-americana do Barclays Bank PLC e do Barclays Bank Delaware têm a autoridade, em determinadas circunstâncias, de tomar posse dos negócios e bens da entidade Barclays aplicável que licenciam ou revogar ou suspender tal licença. Tais circunstâncias incluem violações da lei, práticas comerciais inseguras e insolvência.

No âmbito da DFA, o Barclays deve apresentar anualmente ao FRB e à FDIC um plano para a sua resolução "rápida e ordenada" em caso de problemas ou dificuldades financeiras relevantes. Como exigido, o Barclays apresentou o seu plano anual de resolução dos EUA mais recente aos reguladores dos EUA a 1 de julho de 2015.
A próxima apresentação do Barclays deverá ocorrer a 1 de julho de 2017, tendo em vista a determinação conjunta da FDIC e do FRB de que os requisitos de preenchimento dos planos de resolução anual de 2016 de algumas organizações bancárias estrangeiras seriam satisfeitos pela apresentação de 2017.

Além disso, a 3 de fevereiro de 2017, o Presidente dos EUA emitiu uma ordem executiva que identificava os "princípios fundamentais" para a política de regulamentação dos serviços financeiros da administração e dirigia o Secretário do Tesouro dos EUA, em consulta com os responsáveis de outras agências regulamentares financeiras dos EUA, para avaliar e emitir um relatório no prazo de 120 dias que examina a forma como o atual quadro regulamentar promove ou inibe os princípios e quais as ações que foram e estão a ser tomadas para promover os princípios.

Desenvolvimentos regulamentares nos EUA

O impacto final da Lei DFA no Grupo continua incerto e algumas das regras não foram ainda totalmente implementadas. Além disso, as estruturas e as práticas de mercado podem mudar em resposta às exigências da Lei DFA numa forma difícil de prever mas que poderia afetar os negócios do Barclays. No entanto, algumas regulamentações propostas ou finais da Lei DFA estão particularmente sujeitas a ter um efeito significativo no Grupo, incluindo:

(a) Regulamento dos mercados de derivados

Entre as alterações mandatadas pela DFA determina-se que muitos tipos de derivados que costumavam ser transacionados em mercados fora da bolsa a serem transacionados num câmbio ou plataforma de execução de *swaps* e compensados centralmente através de uma câmara de compensação regulamentada. A DFA também estipula que os *swaps* e os *security-based swaps* sejam comunicados e que alguma dessa informação seja disponibilizada ao público numa base anónima. Além disso, determinados participantes nestes mercados são obrigados a registar-se no CFTC como *swap dealers* ou *major swap participants* e/ou, seguindo a data de conformidade para as regras relevantes da SEC, com a SEC como *security-based swap dealers* ou *major security- based swap participants*. Tais inscrições estariam sujeitas a regulamentação e supervisão da CFTC e da SEC. A SEC finalizou as regras que regem o registo de *security based swap dealer* em 2015, mas esclareceu que o prazo para registo está dependente da finalização de algumas regras adicionais no Título VII da DFA, das quais várias ainda estão pendentes. As regras adicionais da SEC que regem as transações de *swap* baseadas em títulos (*security-based swap transactions*), incluindo a elaboração de relatórios sobre swaps baseados em títulos, entrarão em vigor após a data de registo de *security-based swap dealer*. O Barclays Bank PLC está registado provisoriamente na CFTC como *swap dealer*. As entidades obrigadas a registar-se estão sujeitas a requisitos de conduta comercial e de manutenção de registos e estarão sujeitas a requisitos de capital e margem relacionados com transações com determinadas contrapartes dos EUA e fora dos EUA. O Barclays Bank PLC também é regulado prudencialmente como *swap dealer*, pelo que está sujeito às regras de *swaps* do FRB.

A CFTC aprovou certas determinações de comparabilidade que permitiriam a substituição da conformidade com os regimes regulamentares não norte-americanos para certos regulamentos de *swap* relacionados com requisitos de conduta comercial.
A CFTC declarou anteriormente que as suas regras a nível de transações (como exigências de margem e documentação) seriam aplicadas a certas transações celebradas entre um *swap dealer* não americano e uma contraparte não norte-americana, mas atrasou a data de conformidade para este requisito inúmeras vezes. A extensão mais recente deste alívio expira a 30 de setembro de 2017. Além disso, a CFTC propôs aplicar regras a nível de transações a certas transações transfronteiriças com um nexo com os EUA. Não está claro se serão feitas alterações a estas regras propostas ou quando entrarão em vigor.

Neste contexto, os reguladores prudenciais dos EUA e a CFTC impuseram regras que exigem o intercâmbio de garantias relativamente a transações de derivados OTC, de forma semelhante à Comissão Europeia, tal como descrito na secção intitulada “Desenvolvimentos nas infraestruturas de mercado”.

(b) Desenvolvimentos prudenciais

O FRB propôs uma série de regras prudenciais para implementar os requisitos da DFA, bem como as suas próprias versões de uma série de normas regulamentares internacionais, incluindo as regras de grande exposição de Basileia (ou limites de crédito de contraparte individual, propostas em março de 2016) e estadas de resolução temporárias para contratos financeiros qualificados (propostas em maio de 2016).

Em dezembro de 2016, o FRB emitiu os regulamentos finais para a capacidade de absorção total das perdas (TLAC) que se aplicarão à BUSL. A regra para TLAC final do FRB, embora geralmente seguindo a tabela de termos do FSB, contém uma série de disposições que são mais restritivas. Por exemplo, a regra para TLAC do FRB inclui disposições que exigem que a BUSL (a sociedade intermediária gestora de participações sociais do Barclays) tenha (i) um montante pendente especificado de dívida de longo-prazo elegível, (ii) um montante pendente especificado de TLAC (que consiste em capital regulamentar de ações ordinárias e preferenciais mais dívida a longo-prazo), e (iii) um *buffer* de capital próprio especificado. Além disso, a regra para TLAC do FRB proibiria a BUSL enquanto o plano de resolução geral do Grupo tratar a BUSL como uma entidade não resolutiva, de emitir TLAC para outras entidades que não o Grupo e suas subsidiárias não norte-americanas.

Além disso, o FRB emitiu os regulamentos propostos para a implementação do rácio de financiamento estável líquido (*net stable funding ratio*, comumente designado por NSFR). O NSFR é uma das duas medidas de liquidez baseadas em Basileia III, juntamente com o LCR, e conforme proposto pelo FRB, seria aplicável às companhias bancárias dos EUA com mais de 250mM$ em ativos totais ou 10mM$ ou mais em exposições patrimoniais além-fronteiras, incluindo a BUSL e as subsidiárias de instituições depositárias consolidadas de tais organizações bancárias com mais de 10mM$ em ativos, incluindo o Barclays Bank Delaware. De acordo com a regra proposta, tais entidades seriam obrigadas a manter um nível mínimo de financiamento estável disponível que seja igual ou superior ao montante de financiamento estável exigido durante um período de um ano. A proposta prevê uma data efetiva de 1 de janeiro de 2018, sob reserva de finalização das regras.

Se finalmente adotado como atualmente proposto, o requisito NSFR poderia afetar a liquidez do Barclays e aumentar os custos de financiamento e de conformidade para a BUSL.

(c) Cibersegurança

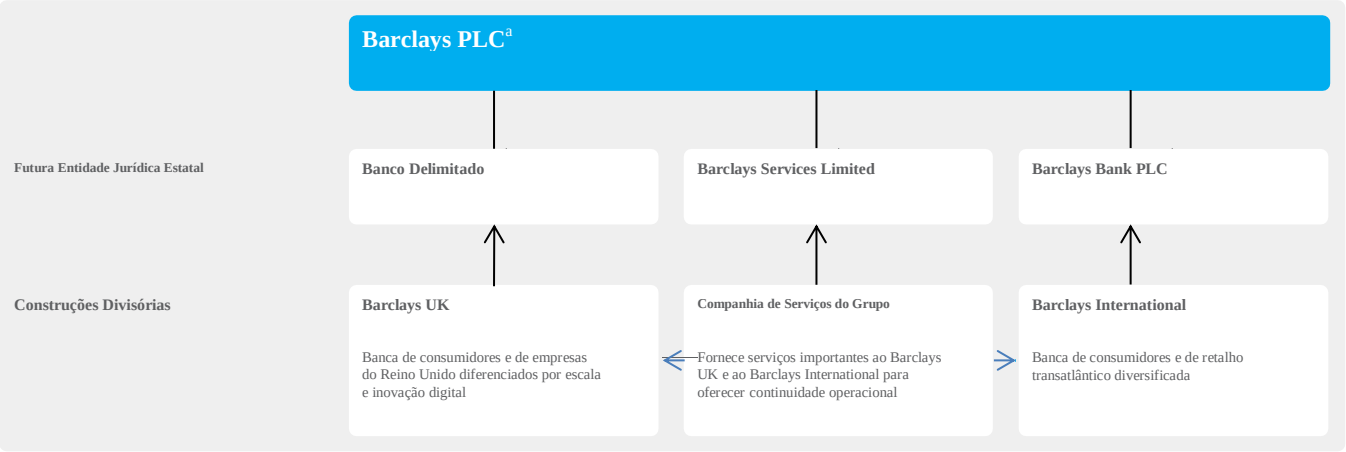
Os reguladores norte-americanos, incluindo o FRB, a FDIC e a NYSDFS, têm-se centrado cada vez mais na gestão do risco de cibersegurança para as organizações bancárias e emitiram propostas para, ou solicitaram comentários sobre, regulamentações que imponham uma variedade de requisitos novos às entidades reguladas do Barclays. Estes requisitos incluem, entre outros, a adoção de políticas e procedimentos de cibersegurança que respondam a critérios especificados, um conjunto de medidas de segurança mínimas exigidas, novos requisitos de certificação da conformidade e elaboração de relatórios e várias outras medidas de governação do risco de informação e cibersegurança. Se finalmente implementadas, as propostas poderão aumentar os custos com tecnologia e conformidade para o Barclays.

Reforma estrutural

Visão geral

O Barclays anunciou em março de 2016 que será organizado como duas divisões claramente definidas, o Barclays UK e o Barclays International, para simplificar o Grupo e preparar-se cedo para os requisitos de delimitação (*ring-fencing*) do Reino Unido.

O Barclays visa conseguir a separação de *ring-fencing* através da criação de uma entidade jurídica operacional, que constituirá o banco delimitado (*ring-fenced bank,* comumente designado por RFB) e será separado do Barclays Bank PLC. A divisão do Barclays UK do Barclays Bank PLC será transferida para RFB. O Barclays Bank PLC continuará a abrigar a divisão Barclays International. As duas entidades bancárias, a RFB (que contém o Barclays UK) e o Barclays Bank PLC (que contém o Barclays International) irão operar em conjunto, juntamente com a Companhia de Serviços do Grupo (*Group Services Company*), a Barclays Services Limited (BSerL), como subsidiárias do Barclays PLC dentro do Grupo Barclays.



Para alcançar esta estrutura alvo estatal, o Barclays terá de realizar uma série de transferências jurídicas, incluindo a transferência de ativos, passivos e acordos contratuais de clientes e de não clientes.

O Barclays pretende utilizar um processo de regimes de transferências *ring-fence* legal aprovado pelo tribunal, conforme definido na Lei de Serviços Financeiros e Mercados de 2000, Parte VII, secção 106B (RFTS), para conduzir a maioria destas transferências para o RFB, bem como outros itens para a BSerL. Além das transferências realizadas através do RFTS, certos itens serão transferidos através de acordos alternativos.

De agora em diante até 1 de janeiro de 2019, o Barclays concluirá a transição das construções divisórias anteriores para as construções de entidades jurídicas descritas acima.

Calendário

O calendário da Reforma Estrutural do Barclays, incluindo o progresso até à data e marcos futuros indicativos, é o seguinte:

- **2015:**
  - A entidade jurídica que se tornará o RFB foi incorporada.
- **2016:**
  - A sociedade intermediária gestora de participações sociais norte-americana do Barclays foi estabelecida.
  - O pedido de autorização bancária do RFB foi apresentado aos reguladores.
  - A BSerL, que passará a ser a Companhia de Serviços do Grupo, foi transferida para ser uma subsidiária direta do Barclays PLC.
- **2017:**
  - Várias entidades jurídicas ligadas ao futuro negócio do Barclays no Reino Unido serão transferidas para serem subsidiárias da entidade que passará a ser o RFB.
  - Determinados ativos, passivos e outros itens relacionados com a prestação de serviços serão transferidos do Barclays Bank PLC para a BSerL para estabelecer a entidade como a Companhia de Serviços do Grupo.
  - O processo judicial do RFTS será iniciado durante o quarto trimestre de 2017 com a apresentação de um pedido ao supremo tribunal seguido pela audiência de direções.
- **2018:**
  - A audiência final será realizada relativamente ao RFTS.
  - Os negócios do Barclays UK e os itens relacionados serão transferidos para o RFB através do RFTS e de acordos alternativos, entrando em vigor no primeiro semestre de 2018.
  - Os itens adicionais relacionados com a prestação de serviços serão transferidos para a BSerL, igualmente através do RFTS no primeiro semestre 2018.
  - Imediatamente após a conclusão do RFTS, a participação no RFB será transferida, estabelecendo o RFB como uma subsidiária direta do Barclays PLC, juntamente com o Barclays Bank PLC e a BSerL

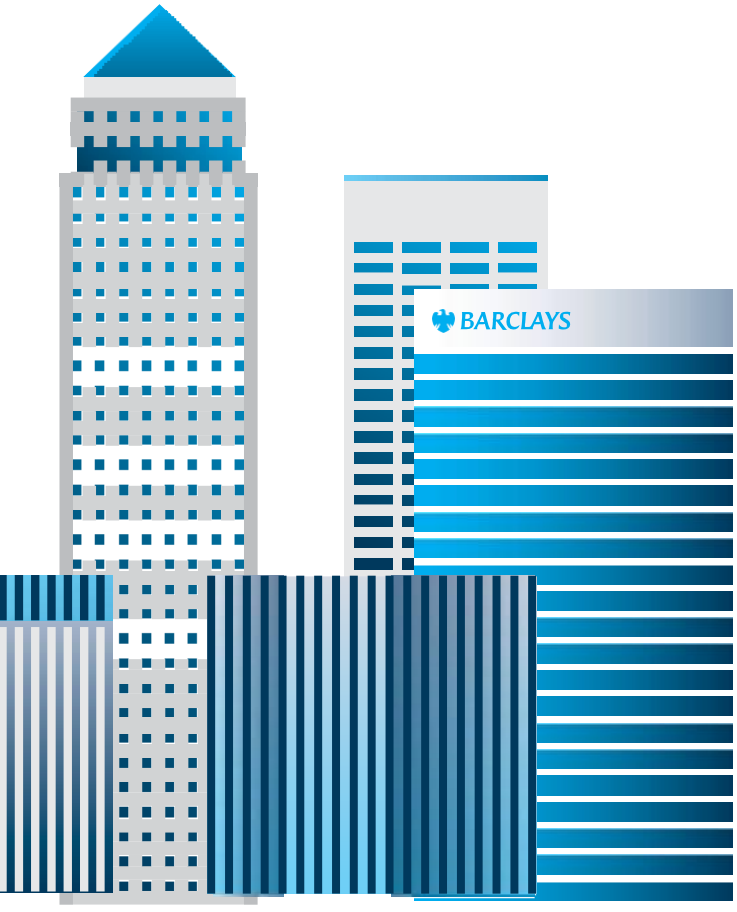
Nota:
Uma ilustração das divisões dos negócios do Barclays na preparação para o ring-fencing regulamentar. Os planos estão sujeitos a aprovações internas e regulamentares e podem mudar.

Análise financeira

Uma análise do desempenho do Barclays, incluindo os indicadores-chave de desempenho, e da contribuição de cada um dos nossos negócios para o desempenho global do Grupo.

Análise financeira

	Página
-Indicadores-chave de desempenho	238
-Demonstração dos resultados resumida consolidada	240
-Comentário à demonstração de resultados	241
-Resumo de balanço consolidado	242
-Balanço resumido consolidado	243
-Análise de resultados por negócio	244
-Medidas de desempenho não-IFRS	259



Análise financeira

Indicadores-chave de desempenho

Na avaliação do desempenho financeiro do Grupo, a gestão utiliza uma série de Indicadores-Chave de Desempenho (ICDs) que se focam na resistência financeira do Grupo, na criação de retornos sustentáveis e na gestão de custos.

Medidas de desempenho Non-IFRS

A gestão do Barclays acredita que as medidas de desempenho Não-IFRS incluídas neste documento fornecem informações importantes para os leitores das demonstrações financeiras, uma vez que permitem ao leitor identificar uma base mais consistente para a comparação do desempenho empresarial entre períodos financeiros, e fornece mais detalhes no que toca aos elementos de desempenho cujos gestores destes negócios conseguem influenciar de forma mais direta ou que são mais relevantes para uma avaliação do Grupo. Também refletem um aspeto importante na forma como metas operacionais são definidas e como o desempenho é monitorizado pela gestão do Barclays. No entanto, quaisquer medidas de desempenho Não-IFRS neste documento não substituem as medidas IFRS e os leitores devem ter também em consideração as medidas IFRS. Consulte as páginas 259-266 para mais informações, reconciliações e cálculos das medidas de desempenho Não-IFRS incluídas neste documento, e as medidas IFRS mais diretamente comparáveis.

Definição	Por que é importante e de que forma o Grupo reagiu	
Rácio CET1, em total conformidade com a CRD IV Os requisitos de capital fazem parte do quadro regulador que rege a forma como os bancos e as instituições depositárias são supervisionados. Os rácios de capital expressam o capital de um banco como uma percentagem dos seus ativos ponderados pelo risco conforme o definido no PRA. No contexto da CRD IV, o rácio CET1 capital que é predominantemente em total conformidade é uma capital pela comum conforme o definido medida para Regulamento de Requisitos de Capital.	O objetivo da gestão de capital do Grupo é maximizar o valor dos acionistas através de uma gestão prudente do nível e mistura dos seus capitais para: assegurar que o Grupo e todas as suas subsidiárias estão devidamente capitalizadas relativamente aos seus requisitos mínimos regulamentares e de tensão, suportar a apetência pelo risco do Grupo, as opções de crescimento e estratégicas, enquanto tenta manter uma proposta de crédito robusto para o Grupo e as suas subsidiárias. O rácio CTE1, em total conformidade com o CRD IV, do Grupo aumentou para 12,4% (2015: 11,4%) devido a um aumento no CET1 capital para 45,2mM€ (2015: 40,7mM£), parcialmente atenuado por um aumento do ativos ponderados pelo risco para 366mM£ (2015: 358mM£). O aumento de 100bps refletiu a capacidade do Grupo para fazer crescer capital através de uma geração de lucro. Meta do grupo: rácio de capital CET1 final revisto uma meta de 150-200bps acima do nível mínimo regulamentar que garante uma reserva de 400-450bps para o ponto de referência sistemático do teste de tensão do Banco de Inglaterra.	12,4% **Rácio CET1, em total conformidade com a CRD IV** 2015: 11.4% 2014: 10.3%
Retorno do capital tangível dos acionistas O RoTE é calculado como lucros depois dos impostos atribuíveis a acionistas ordinários, incluindo um ajustamento para o crédito fiscal registado nas reservas em relação a outros instrumentos de capital, como uma proporção da participação média dos acionistas, excluindo interesses não controladores e outros instrumentos de capital ajustados para a dedução de ativos intangíveis e *goodwill*.	Esta medida indica o retorno gerado pela gestão do negócio baseado no capital tangível dos acionistas. Atingir uma meta RoTE demonstra a capacidade da organização em executar a sua estratégia em alinhar os interesses da gestão com o dos acionistas. O RoTE está no cerne das alocações de capital do Grupo e do desempenho do processo de gestão. RoTE para o Grupo aumentou para 3,6% (2'15: (0,7%)) Refletindo um aumento no lucro atribuível do Grupo para capital tangível dos acionistas de 49mM£ (2015: 48 mM£). 1623M£ (2015: perda de 394M£) e um aumento na média. O RoTE do Core aumentou para 8,4% (2015:4,8%), refletindo um aumento de 95% em lucro atribuível para 3 350M£ e um aumento de 4 mM£ no capital tangível médio distribuído para 41 mM£, uma vez que capital foi devolvido do Non-Core. O RoTE do Core, excluindo itens assinaláveis, sofreu uma redução para 9,4% (2015: 11,2%) com um aumento de 4% no lucro antes dos impostos para 6 436M£ e uma redução de 8% em lucro atribuível para 3 781M£ que reflete maioritariamente um aumento de impostos, devido à introdução de uma nova sobretaxa de 8% que se aplica aos lucros dos bancos do Reino Unido, a entrar em efeito a 1 de janeiro de 2016. Meta do Grupo: RoTE do Grupo irá convergir na direção no RoTE do Core.	3,6% **RoTE do Grupo** 2015: (0,7%) 2014: (0,3%) 8,4% **RoTE do Core** 2015: 4,8% 2014: 7,0% 9,4% **RoTE do Core excluindo assinaláveis** 2015: 11,2% 2014: 11,2%

Definição	Por que é importante e qual foi o desempenho do Grupo	
Rácio de alavancagem O rácio é calculado como Capital de Nível 1 totalmente carregado dividido pela exposição à alavancagem.	O rácio de alavancagem não é baseado no risco e tem como intenção atuar como uma medida suplementar para as métricas de capital com base no risco, como por exemplo o rácio CET1. O rácio de alavancagem aumentou para 4,6% (2015: 4,5%), refletindo um aumento no capital de Nível 1 para 52mM£ (2015: 46,2mM£) e um aumento na exposição à alavancagem de 97mM£ para 1 125mM£. Capital de Nível 1 inclui 6,8mM£ (2015: 5,4mM£) de títulos AT1. Meta do Grupo: manter o rácio de alavancagem acima dos requisitos mínimos.	4,6% **Rácio de alavancagem** 2015: 4,5% 2014: 3,7%
Rácio custo:rendimento Total de despesas operacionais divididas pelo rendimento total	Isto é uma gestão de medidas usada para avaliar a produtividade das operações empresariais. A reestruturação da base de custos é uma prioridade-chave a ser executada na gestão e inclui uma análise de todas as categorias de despesas discricionárias e uma análise de como podemos gerir a actividade empresarial de modo a assegurar que os custos aumentem a uma taxa mais lenta que os rendimentos. O rácio custo:rendimento Grupo reduziu para 76% (2015: 84%) causado por uma redução de 12% nas despesas operacionais, parcialmente atenuado por uma redução de 3% no rendimento. A redução das despesas operacionais inclui uma redução de3 024M£ em litígios e casos de conduta em 2016 para 1 363M£. O rácio custo:rendimento do Core diminuiu para 64% (2015: 75%), refletindo a redução em litígios e casos de conduta. Excluindo os itens assinaláveis, o rácio custo: Rendimento do Core diminuiu para 61% em 2016 (2015: 62%). Meta do Grupo: rácio custo:rendimento abaixo dos 60% ao longo do tempo.	76% **Rácio custo:rendimento** 2015: 84% 2014: 84%
Despesas operacionais Despesas operacionais totais, excluindo casos de conduta e litígio, e outros itens assinaláveis	O Barclays vê as despesas operacionais como uma área estratégica chave para os bancos; aqueles que gerem ativamente os custos e que os controlam de forma eficaz irão ganhar uma forte vantagem competitiva. As despesas operacionais para o Grupo foram de 14 975M£ (2015: 14 479M£) quando excluídos os casos de conduta e litígio, e outros itens assinaláveis. Isto reflete os custos de implementação da reforma estrutural e o reforço no USD e EUR médiosface à GBP. O T416 inclui o impacto de uma decisão para os prémios de compensação de 2016, para alinhar melhor o reconhecimento de declarações de rendimento com os prémios de desempenho e de forma a harmonizar estruturas de diferimento em todo o Grupo. Estas alterações resultaram em encargos na demonstração de resultados de 395M£ no T416, dos quais 390 M£ foram em Core, o que fez com que os custos de Core ficassem acima da recomendação, nesse montante. Consultar a página 261 para a reconciliação do total de despesas operacionais, excluindo encargos de conduta e litígio, e outros itens assinaláveis	14 975M£ **Despesas operacionais do Grupo** 2015: 14 479 M£ 2014: 15 377 M£ 13 390M£ **Despesas operacionais do Core** 2015: 12 532M£ 2014: 12 664M£
Ativos Ponderados Pelo Risco Non-Core Os APRs são uma medida de ativos ajustada pelo risco. As ponderações de risco são estabelecidas de acordo com o Acordo de Basileia, conforme implementado pela PRA.	O Barclays Non-Core foi estabelecido como uma unidade separada em 2014 e reúne negócios e ativos que não se enquadram nos objetivos estratégicos do Grupo. Reduzir os APRs Non-Core irá reequilibrar o Grupo, de forma a gerar retornos mais elevados e sustentáveis. Os APRs Non-Core diminuíram em 22mM£ para 32mM£ em 2016. A redução de 41% no ano reflete um forte progresso na diminuição, impulsionado por uma redução nos Derivados de 10mM£, uma redução de 3mM£ em títulos e empréstimos, uma redução de 4mM£ nos APRs Empresariais, e uma reafetação de 4mM£ em APRs de risco operacional para a Sede Associado à saída de negócios e ativos. Meta: APRs do Non-Core de c. 25 mM£ a 30 de junho de 2017.	32 mM£ **Non-Core** 2015: 54mM£ 2014: 89mM£

Análise financeira

Resumo consolidado da demonstração dos resultados

Para o ano terminado a 31 de dezembro[a]	2016 M£	2015 M£	2014 M£	2013 M£	2012 M£
Operações contínuas[b]					
Rendimento	**10 537**	10 608	10 086	9 457	9 442
financeiro líquido	**10 914**	11 432	11 677	14 587	11 399
Rendimento total	**21 451**	22 040	21 763	24 044	20 841
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(2 373)**	(1 762)	(1 821)	(2 601)	(2 659)
Despesas operacionais	**(14 565)**	(13 723)	(14 959)	(16 628)	(15 256)
Imposto bancário do Reino Unido	**(410)**	(426)	(418)	(462)	(311)
Litígios e conduta	**(1 363)**	(4 387)	(2 807)	(2 442)	(2 912)
Despesas operacionais totais	**(16 338)**	(18 536)	(18 184)	(19 532)	(18 479)
Outros proveitos líquidos/(despesas)	**490**	(596)	(445)	(32)	122
Lucro/(perda) antes de impostos	**3 230**	1 146	1 313	1 879	(175)
Encargos fiscais	**(993)**	(1 149)	(1 121)	(1 251)	(326)
Lucro/ (perda) depois de impostos com base em operações continuadas	**2 237**	(3)	192	628	(502)
Lucro depois dos impostos no que respeita a operações descontinuadas[b]	**591**	626	653	669	683
Interesses não controladores no que respeita a operações continuadas	**(346)**	(348)	(449)	(414)	(467)
Interesses não controladores no que respeita a operação descontinuadas[b]	**(402)**	(324)	(320)	(343)	(339)
Outros acionistas	**(457)**	(345)	(250)	–	–
Lucro/(perda) atribuível	**1 623**	(394)	(174)	540	(624)
Estatísticas financeiras selecionadas					
Ganhos/(perdas) base por ação[c]	**10,4p**	(1,9p)	(0,7p)	3.8p	(4,8p)
Ganhos/(perda) base por ação[c]	**10,3p**	(1,9p)	(0,7p)	3,7p	(4,8p)
Rácio de pagamento de dividendos	**23%**	39%	38%	41%	18%
Retorno do capital tangível dos acionistas[c]	**3,6%**	(0,7%)	(0,3%)	1,2%	(1,4%)

A informação financeira acima é extraída das contas publicadas. Esta informação deve ser lida juntamente com a informação incluída nos extratos financeiros consolidados em anexo.

Notas

a Foram atualizados os comparativos para refletir a implementação da reorganização empresarial do Grupo. Estas atualizações foram detalhadas no nosso anúncio de 14 de abril de 2016, acessível em home.barclays/results.

b Consultar a página 257 para mais informação na operação descontinuada da Africa Banking.

c O lucro depois de impostos atribuível a outros detentores de capital de 457M£ (2015: 345M£) é atenuado por um crédito fiscal registado em reservas de 128M£ (2015: 70M£). O valor líquido de 329M£ (2015: 275M£), juntamente com o NCI é deduzido do lucro após impostos de forma a calcular os ganhos por ação e o retorno médio de capital acionista tangível.

Análise financeira

Comentário da demonstração de resultados

2016 em comparação com 2015

O lucro antes de impostos aumentou para 3 230M£ (2015: 1 146M£). O desempenho do Grupo refletiu uma boa prestação operacional no Barclays UK e no Barclays International, ao mesmo tempo que sofreu o impacto da perda antes de impostos do Non-Core de 2 786M£ (2015: 2 603M£), devido a uma diminuição acelerada do Non-Core e provisões de compensações para clientes britânicos de 1 000M£ (2015:2 772M£). A apreciação do USD e EUR médios face à GBP teve um impacto positivo no lucro e um impacto negativo sobre a imparidade e as despesas operacionais.

O rendimento total decresceu 3% para 21 451M£ uma vez que o redimento Non-Core decresceu 1 776M£ para uma despesa líquida de 1 164M£ devido à aceleração da redução do Non-Core, enquanto que o redimento do Core aumentou 6% para 22 615M£. Dentro do Core, o rendimento do Barclays International aumentou 9% para 14 995M£, com um crescimento tanto no CIB como no setor do Cliente, Cartões e Pagamentos, e o redimento do Barclays UK aumentou 2% para 7 517M£.

O rendimento total inclui um ganho de 615M£ (2015: nulo) na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited e uma perda em crédito próprio de 35M£ (2015: ganho de 430M£).

As despesas por imparidade de crédito aumentaram 611M£ para 2 373M£, incluindo um encargo de 320M£ no T316, após a revisão do modelo de imparidade da carteira de cartões do RU e dos EUA e crescimento do saldo principalmente dentro do setor Cliente, Cartões e Pagamentos. Isto foi parcialmente atenuado pela redução nos encargos de imparidade do crédito de 9% para 122M£ no Non-Core, devido a encargos de imparidade mais baixos nos negócios empresariais. Isto resultou num aumento de 11bps na taxa de perdas nos empréstimos, para 53bps.

Os custos operacionais totais diminuíram 12% para 16 338M£, o que reflete casos de litígio e conduta mais baixos. Isto foi parcialmente atenuado pela não recorrência dos ganhos do ano anterior de 429M£ na avaliação de uma componente dos passivos por benefícios de reforma definidas e maiores custos de implementação da reforma estrutural. As despesas operacionais também incluíram um encargo adicional de 395M£ no T416, relacionado com os prémios de compensação de 2016, refletindo a decisão de alinhar de forma mais próxima o reconhecimento nas demonstrações de rendimentos com os prémios de desempenho, e para harmonizar estruturas diferidas em todo o Grupo.

As despesas operacionais totais incluem provisões para compensações de clientes britânicos no valor de
1 000M£ (2015: 2 772M£).

O rácio custo:rendimento melhorou para 76% (2015: 84%).

Os outros rendimentos líquidos, de 490 M£ (2015: despesa de 596M£), incluem ganhos na venda do Barclays Risk Analytics e da Index Solutions, o negócio de gestão de património e de investimento da Ásia e o negócio de cartões na Europa do Sul, parcialmente atenuado pela perda na venda do negócio retalhista francês de 455M£.

A taxa de imposto efetiva sobre o lucro antes de impostos ajustado aumentou para 30,7% (2015:100,3%), principalmente como resultado de uma redução de encargos não deduzíveis.

O lucro após impostos de operações continuadas aumentou para 2 237M£ (2015: perda de 3M£). Os lucros antes dos impostos relativos às operações descontinuadas da Africa Banking desceram 6% para 591M£, uma vez que as despesas crescentes por imparidade de crédito e as despesas operacionais foram compensadas em parte pelo crescimento dos rendimentos.

O retorno do capital tangível dos acionistas foi de 3,6% (2015: (0,7%)) e os ganhos base por ação foram de 10,4p (2015: (1,9)).

2015 em comparação com 2014

O lucro antes de impostos diminuiu para 1 146M£ (2014: 1 313M£).

O rendimento total cresceu 1% para 22 040M£ com o crescimento de 4% do rendimento do Core para 21 428M£, refletindo um aumento de 6% para 13 747M£ no Barclays International e um aumento de 22% na Sede para 338M£, que foi parcialmente atenuado por um decréscimo de 1% para 7 343M£ no Barclays UK. O rendimento do Non-Core baixou 46% para 612M£, derivado da redução dos ativos e títulos, vendas de negócios incluindo o impacto das vendas dos negócios retalhistas espanhóis e nos EAU, e perdas de justo valor na carteira ESHLA de 359M£ (2014: 156M£).

O rendimento total incluiu um ganho de 496M£ (2014: 461M£) nos ativos da aquisição do US Lehman e um ganho de crédito próprio de 430M£ (2014: 34M£). O total de rendimento de 2014 incluiu uma perda de 935M£ (2015: nulo), relacionado com uma revisão à metodologia da valorização ESHLA.

Os encargos por imparidade de crédito melhoraram 3% para 1 762M£, com uma taxa de perdas nos empréstimos de 42bps (2014: 42bps). Isto refletiu uma imparidade mais baixa no Barclays UK devido ao ambiente económico benigno no Reino Unido, resultando em taxas e encargos de incumprimento mais baixos e recuperações mais altas para negócios europeus no Non-Core. Isto foi parcialmente atenuado por um aumento nos encargos de imparidade no setor Cliente, Cartões e Pagamentos, que se deveram principalmente ao crescimento de ativos e atualizações nas metodologias dos modelos de imparidade, e um aumento de encargos de imparidade de várias exposições individuais.

As despesas operacionais totais aumentaram 2% para 18 536M£ devido a um aumento nos encargos de litígio e de conduta, e custos associados à implementação da reforma estrutural. Isto foi parcialmente atenuado por poupanças do programa de custo estratégico, juntamente com uma redução contínua do Non-Core.

As despesas operacionais totais incluem provisões adicionais para a compensação de clientes britânicos no valor de 2 772M£ (2014: 1 110M£), provisões adicionais para investigações e litígios em curso, incluindo Câmbio, de 1 237M£ (2014: 1 250M£), um ganho de 429M£ (2014: nulo) na valorização de uma componente dos passivos por benefícios de reforma e 96M£ (2014:nulo) de imparidade de *goodwill* e outros ativos relacionados com negócios a serem eliminados.

O rácio custo:rendimento permaneceu estável nos 84% (2014: 84%).

As outras despesas líquidas aumentaram para 596M£ (2014: 445M£), principalmente devido a perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos de 577M£ (2014: 446M£).

O encargo fiscal de 1 149M£ (2014: 1 121M£) sobre o lucro antes de impostos de 1 146M£ (2014: 1 313M£), representou um taxa fiscal efetiva de 100,3% (2014: 85,4%), que sofreu o impacto de produtos não dedutíveis.

Os lucros antes dos impostos relativos às operações contínuas diminuíram para uma perda de 3M£ (2014: lucro de 192M£). O lucro após impostos em relação à operação descontinuada do Africa Banking decresceu 4% para 626M£, influenciado por uma redução no rendimento total e um aumento nos encargos de imparidade de crédito, parcialmente atenuado por uma redução na despesas operacionais.

O retorno do capital tangível dos acionistas foi de (0,7%) (2014: (0,3%)) e os perdas base por ação foram de 1,9p (2014: 0,7p).

Análise financeira

Balanço resumido consolidado

A 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£	2014 M£	2013 M£	2012 M£
Ativos					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	**102 353**	49 711	39 695	45 687	86 191
Itens em fase de cobrança a outros bancos Ativos da	**1 467**	1 011	1 210	1 282	1 473
carteira de negociação	**80 240**	77 348	114 717	133 069	146 352
Ativos financeiros designados no justo valor	**78 608**	76 830	38 300	38 968	46 629
Instrumentos financeiros derivados	**346 626**	327 709	439 909	350 300	485 140
Investimentos financeiros	**63 317**	90 267	86 066	91 756	75 109
Empréstimos e adiantamentos a	**43 251**	41 349	42 111	39 422	41 799
bancos Empréstimos e	**392 784**	399 217	427 767	434 237	430 601
adiantamentos a clientes	**13 454**	28 187	131 753	186 779	176 522
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**71 454**	7 364	–	–	–
Ativos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda	**19 572**	21 019	36 378	22 128	22 535
Outros ativos					
Ativos totais	**1 213 126**	1 120 012	1 357 906	1 343 628	1 512 351
Passivos					
Depósitos de bancos	**48 214**	47 080	58 390	55 615	77 345
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	**636**	1 013	1 177	1 359	1 587
Contas de clientes	**423 178**	418 242	427 704	431 998	390 828
Passivos de carteiras de negociação	**34 687**	33 967	45 124	53 464	44 794
Passivos financeiros designados ao justo valor	**96 031**	91 745	56 972	64 796	78 561
Instrumentos financeiros derivados	**340 487**	324 252	439 320	347 118	480 987
Títulos de dívida em circulação[a]	**75 932**	69 150	86 099	86 693	119 525
Passivos subordinados	**23 383**	21 467	21 153	21 695	24 018
Acordos de recompra e outros empréstimos com garantia similares	**19 760**	25 035	124 479	196 748	217 178
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como	**65 292**	5 997	–	–	–
detido para venda Outros passivos	**14 161**	16 200	31 530	20 193	17 542
Passivos totais	**1 141 761**	1 054 148	1 291 948	1 279 679	1 452 365
Participação					
Chamada de aumento de capital social e	**21 842**	21 586	20 809	19 887	12 477
prémios de emissão Outros instrumentos de	**6 449**	5 305	4 322	2 063	–
capital próprio	**6 051**	1 898	2 724	249	3 674
Outras reservas	**30 531**	31 021	31 712	33 186	34 464
Ganhos retidos					
Capital próprio total excluindo participações não controladas	**64 873**	59 810	59 567	55 385	50 615
Interesses não controladores	**6 492**	6 054	6 391	8 564	9 371
Total de investimentos de capital	**71 365**	65 864	65 958	63 949	59 986
Total de passivos e títulos de capital próprio	**1 213 126**	1 120 012	1 357 906	1 343 628	1 512 351
Valor de ativos líquidos tangíveis por	**290p**	275p	285p	283p	349p
acção Valor de ativos líquidos por	**344p**	324p	335p	331p	414p
ação ordinária	**16 963**	16 805	16 498	16 113	12 243
Número de ações ordinárias do Barclays PLC (em milhões)					
Taxa de câmbio do Dólar americano no final do ano	**1,23**	1,48	1,56	1,65	1,62
Taxa de câmbio do Euro no final do ano	**1,17**	1,36	1,28	1,20	1,23
Taxa de câmbio do Rand sul-africano no final do ano	**16,78**	23,14	18,03	17,37	13,74

Nota
a Os títulos de dívida em circulação incluem obrigações cobertas de 13,9mM£ (2015: 12,3mM£).

Análise financeira

Comentário sobre o balanço

Ativos totais
O total de ativos aumentou 93mM£ para 1 213mM£.

O numerário e balanços em bancos centrais e os produtos no decorrer da cobrança de outros bancos aumentaram 53mM£ para 102mM£ dado que a contribuição em numerário para a liquidez do Grupo foi aumentada.

Os ativos da carteira de negociação aumentaram 3mM£ para 80mM£, sobretudo devido à atividade de clientes e à apreciação do USD face à GBP, parcialmente atenuado por uma redução devido à estratégia da empresa.

Os ativos financeiros designados ao justo valor aumentaram em 20mM£ para 79mM£. Durante o período, os acordos de revenda designados ao justo valor aumentaram em 14mM£, uma vez que novos acordos de revenda em certos negócios foram designados ao valor justo para os alinhar melhor com a forma como o negócio gere o risco da carteira e o desempenho.
Adicionalmente, dentro dos ativos designados ao justo valor, houve um atenuar parcial através de decréscimos em empréstimos e adiantamentos, títulos de capital, títulos de dívida e ativos detidos referentes a passivos relacionados.

Os ativos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 19mM£ para 347mM£, o que é consistente com o aumento dos passivos de instrumentos financeiros derivados. O aumento deveu-se primariamente aos derivados de câmbio impulsionados sobretudo por um aumento nos volumes comerciais e pela apreciação de todas as principais moedas face à GBP.

Os investimentos financeiros decresceram 27mM£ para 63mM£ devido a uma diminuição em títulos de dívida pública detidos no fundo de liquidez.

O total de empréstimos e adiantamentos decresceu em 5mM£ para 436mM£, impulsionado por um
decréscimo de 31mM£ que se deveu à reclassificação de balanços BAGL detidos para venda e 9mM£ da saída de outros ativos no Non-Core. Isto foi atenuado por uma crescimento dos empréstimos de 20mM£, um aumento líquido de 9mM£ em liquidações e saldos de garantias em numerário, e um aumento de 8mM£ devido a uma reclassificação de empréstimos ESHLA agora reconhecidos ao custo amortizado.

Os acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares decresceram 15mM£ para 13mM£, sobretudo devido ao vencimento de transações dentro do custo amortizado. As novas transações são designadas ao justo valor através do lucro e da perda para melhor alinhar a forma como o negócio gere o risco da carteira e o desempenho.

Os ativos não correntes classificados como detidos para alienação aumentaram em 64mM£ para
71mM£ sobretudo devido à reclassificação de BAGL como detido para venda.

Passivos totais
Os passivos totais aumentaram em 88mM£ para 1 142mM£.

As contas de clientes aumentaram 5mM£ para 423mM£ sobretudo devido ao crescimento dos depósitos de 38mM£, e um aumento nos balanços liquidações e garantias em numerário de 5mM£, atenuado pela reclassificação de 29mM£ em balanços do BAGL como detidos para venda, bem como um decréscimo de 8mM£ devido a alienações do Non-Core.

Os acordos de recompra e empréstimos garantidos similares diminuíram 5mM£ para 20mM£ em linha com Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares descritos em cima.

Os passivos da carteira de negociação aumentaram 1mM£ para 35mM£, sobretudo devido à procura dos clientes e à apreciação do USD face à GBP.

Os passivos financeiros designados ao justo valor aumentaram 4mM£ para 96mM£, Durante o período, os acordos de recompra designados ao justo valor aumentaram em 5mM£, e os títulos de dívida ao justo valor em 2mM£, o que foi parcialmente atenuado por decréscimos em passivos para com os clientes sob contratos de investimento e depósitos ao justo valor.

Os passivos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 16mM£ para 340mM£ em linha com um aumento em ativos financeiros.

Os Títulos de Dívida em circulação aumentaram em 7mM£ para 76mM£, impulsionados sobretudo por um aumento em requisitos de liquidez e reavaliações de moedas, parcialmente atenuado pela reclassificação de balanços do BAGL como detidos para venda.

Os passivos subordinados aumentaram 2mM£ para 23mM£ devido a emissões de notas subordinadas datadas e movimentos cambiais derivados da apreciação do USD e do EUR face à GBP. Estes foram parcialmente atenuados pelos resgastes de notas subordinadas datadas e não datadas, e pela reclassificação de balanços do BAGL como detidos para venda.

Os acréscimos, rendimentos deferidos e outros passivos diminuíram 2mM£ para 9mM£ impulsionados sobretudo pela redução em passivos por contratos de seguro.

O passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda aumentou 59mM£ para 65mM£ sobretudo devido à reclassificação do BAGL como detido para venda.

Capital próprio dos accionistas
O capital próprio dos acionistas aumentou 6mM£ para 71mM£.

O capital social e os prémios de ações aumentaram 0,3mM£ para 21,8mM£ devido à emissão de ações relativas a regimes de participação de colaboradores e ao programa de dividendos em ações do Barclays PLC.

Os outros instrumentos de capital aumentaram de 1,1mM£ para 6,4mM£, devido à emissão para investidores de títulos AT1 contabilizados no capital próprio.

A 31 de dezembro de 2016 existia um saldo devedor de 0,1mM£ (2015: saldo credor 0,3mM£) na reserva disponível para venda. O decréscimo de 0,4mM£ (2015: diminuição de 0,2mM£) deveu-se a um ganho de 2,2mM£ vindo de alterações ao justo valor em Títulos de Dívida Pública, que eram predominantemente detidos no fundo de liquidez que foi mais do que compensado pelas perdas de 1,7mM£ de coberturas relacionadas e 0,9mM£ de ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos, sobretudo devido à compra por 0,6mM£ da Visa Europe pela Visa Inc. Foi reconhecido um encargo fiscal de 28M£ no período relacionado com estes produtos.

A reserva de cobertura do fluxo de caixa aumentou 0,8mM£ para 2,1mM£, impulsionada por um aumento de 1,6mM£ no justo valor de *swaps* de taxas de juro detidos para fins de cobertura perante o decréscimo nas taxas de juro futuras, parcialmente atenuado por diminuições de 0,5mM£ devido a ganhos reciclados para a declaração de rendimentos e
um encargo fiscal de 0,3mM£.

A reserva de conversão de moeda aumentou 3,7mM£ para 3,1mM£ devido à apreciação do USD e EUR face à GBP.

O valor líquido de ativos tangíveis por ação aumentou para 290p (2015: 275p). Este aumento foi sobretudo atribuível a movimentos favoráveis na reserva de conversão de moeda, parcialmente atenuado por novas mensurações de pensões.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Todas a exposições incluídas nesta secção não são auditadas, salvo indicação em contrário.

Análise de segmentos (auditada)

Análise de resultados por negócio

	Barclays Reino M£	Barclays International M£	Sede M£	Barclays Core M£	Barclays Non-Core M£	Grupo resulta M£
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2016						
Rendimento total	**7 517**	**14 995**	**103**	**22 615**	**(1 164)**	**21 451**
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(896)**	**(1 355)**	**–**	**(2 251)**	**(122)**	**(2 373)**
Rendimento operacional líquido	**6 621**	**13 640**	**103**	**20 364**	**(1 286)**	**19 078**
Despesas operacionais	**(3 792)**	**(9 129)**	**(135)**	**(13 056)**	**(1 509)**	**(14 565)**
Imposto bancário do Reino Unido	**(48)**	**(284)**	**(2)**	**(334)**	**(76)**	**(410)**
Litígios e conduta	**(1 042)**	**(48)**	**(27)**	**(1 117)**	**(246)**	**(1 363)**
Despesas operacionais totais	**(4 882)**	**(9 461)**	**(164)**	**(14 507)**	**(1 831)**	**(16 338)**
Outros (despesas)/rendimentos líquidos[a]	**(1)**	**32**	**128**	**159**	**331**	**490**
Lucro/(perda) antes dos impostos com base em operações contínuas	**1 738**	**4 211**	**67**	**6 016**	**(2 786)**	**3 230**
Total de ativos (mM£)[b]	**209,6**	**648,5**	**75,2**	**933,4**	**279,7**	**1 213,1**
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2015						
Rendimento total	7 343	13 747	338	21 428	612	22 040
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	(706)	(922)	–	(1 628)	(134)	(1 762)
Rendimento operacional líquido	6 637	12 825	338	19 800	478	20 278
Despesas operacionais	(3 464)	(8 029)	(272)	(11 765)	(1 958)	(13 723)
Imposto bancário do Reino Unido	(77)	(253)	(8)	(338)	(88)	(426)
Litígios e conduta	(2 511)	(1 310)	(66)	(3 887)	(500)	(4 387)
Despesas operacionais totais	(6 052)	(9 592)	(346)	(15 990)	(2 546)	(18 536)
Outros rendimentos líquidos/(despesas)[a]	–	45	(106)	(61)	(535)	(596)
Lucro/(perda) antes dos impostos com base em operações contínuas	585	3 278	(114)	3 749	(2 603)	1 146
Total de ativos (mM£)[b]	202,5	532,2	59,4	794,2	325,8	1 120,0
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2014						
Rendimento total	7 436	12 908	276	20 620	1 143	21 763
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	(901)	(679)	–	(1 580)	(241)	(1 821)
Rendimento operacional líquido	6 535	12 229	276	19 040	902	19 942
Despesas operacionais	(4 108)	(8 170)	(70)	(12 348)	(2 611)	(14 959)
Imposto bancário do Reino Unido	(59)	(248)	(9)	(316)	(102)	(418)
Litígios e conduta	(1 108)	(1 333)	(65)	(2 506)	(301)	(2 807)
Despesas operacionais totais	(5 275)	(9 751)	(144)	(15 170)	(3 014)	(18 184)
Outros rendimentos líquidos/(despesas)[a]	–	52	316	368	(813)	(445)
Lucro/(perda) antes dos impostos com base em operações contínuas	1 260	2 530	448	4 238	(2 925)	1 313
Total de ativos (mM£)[b]	198,0	596,5	61,0	855,5	502,4	1.357,9

Itens assinaláveis[c]

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Rendimento total			
Crédito próprio	**(35)**	430	34
Ganhos na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited	**615**	–	–
Revisão da metodologia de validação da ESHLA	**–**	–	(935)
Ganhos nos ativos de aquisição do Lehman EUA	**–**	496	461
Litígios e conduta			
Provisões para a compensação de clientes do RU	**(1 000)**	(2 772)	(1 110)
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Câmbio	**–**	(1 237)	(1 250)
Despesas operacionais			
Ganho na valorização de um componente do passivo por benefício de reforma definido	**–**	429	–
Imparidade de *goodwill* e outros ativos relacionados com negócios a serem alienados	**–**	(96)	–
Outras despesas líquidas			
Perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos	**–**	(580)	(446)
Total de itens assinaláveis	**(420)**	(3 330)	(3 246)

Notas
a As outras (despesas)/rendimentos líquidos representam: a parte de resultados depois de impostos de associadas e *joint ventures*; lucros (ou perdas) na alienação de subsidiárias, associadas e *joint ventures*, e
lucros com aquisições.
b Os ativos da Africa Banking detidos para venda são comunicados para a Sede do Core.
c Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.

Rendimento por região geográfica (auditado)

Para o ano que terminou a 31 de Dezembro	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Operações contínuas			
Reino Unido	**11 096**	12 160	11 456
Europa	**2 087**	2 245	2 896
Américas	**7 278**	6 610	6 008
África e Médio Oriente	**419**	387	627
Ásia	**571**	638	776
Total	**21 451**	22 040	21 763

Rendimento de países individuais que representam mais de 5% do rendimento total (auditado)[a]

Para o ano que termina a 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Operações contínuas			
Reino Unido	**11 096**	12 160	11 456
EUA	**6 876**	6 228	5 866

Nota
a Rendimento total com base na localização da contraparte. O rendimento de cada cliente externo individual não representa 10% ou mais do rendimento total do Grupo.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Barclays Core

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração de resultados[a]			
Rendimento total	**22 615**	21 428	20 620
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(2 251)**	(1 628)	(1 580)
Rendimento operacional líquido	**20 364**	19 800	19 040
Despesas operacionais	**(13 056)**	(11 765)	(12 348)
Imposto bancário do Reino Unido	**(334)**	(338)	(316)
Litígios e conduta	**(1 117)**	(3 887)	(2 506)
Despesas operacionais totais	**(14 507)**	(15 990)	(15 170)
Outros proveitos líquidos/(despesas)	**159**	(61)	368
Lucro antes de impostos	**6 016**	3 749	4 238
Encargos fiscais	**(1 975)**	(1 479)	(1 590)
Lucros após impostos	**4 041**	2 270	2 648
Interesses não controladores	**(297)**	(266)	(303)
Outros interesses de capital	**(394)**	(282)	(193)
Lucro atribuível[b]	**3 350**	1 722	2 152
Informação do balanço patrimonial			
Total de ativos[b]	**933,4mM£**	794,2mM£	855,5mM£
Ativos ponderados pelo risco[b]	**333,5mM£** **1.024,0mM**	304,1mM£ 879,1mM£	312,8mM
Factos principais			
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**73 000**	78 000	75 000
Medidas de desempenho			
Retorno do capital tangível médio atribuído	**8,4%**	4,8%	7,0%
Capital tangível médio atribuído[b]	**41,0mM£**	36,8mM£	31,4mM
Capital tangível atribuído no final do período[b]	**43,8 mM£**	37,8mM£	34,0mM
Rácio custo:rendimento	**64%**	75%	74%
Taxa de perda para empréstimo (bps)	**58**	45	43
Contribuição de ganhos básicos por ação	**20,5p**	10,7p	13,4p
Itens assinaláveis			
Rendimento total			
Crédito próprio	**(35)**	430	34
Ganhos na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited	**615**	–	–
Ganhos nos ativos de aquisição do Lehman EUA	**–**	496	461
Litígios e conduta			
Provisões para a compensação de clientes do RU	**(1 000)**	(2 649)	(1 035)
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Câmbio	**–**	(1 036)	(1 250)
Despesas operacionais			
Ganho na valorização de um componente do passivo por benefício de reforma definido	**–**	429	–
Outras despesas líquidas			
Perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos	**–**	(112)	315
Total de itens assinaláveis	**(420)**	(2 442)	(1 475)

Excluindo itens assinaláveis, o retorno médio do Core sobre capital tangível atribuído médio foi de 9,4% (2015: 11,2%) e os ganhos básicos por ação foram de
23,1p (2015: 24,9p).

Notas
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.
b O lucro atribuível no que respeita à operação descontinuada da Africa Banking é comunicado ao nível do grupo apenas. Os ativos detidos para venda, ativos ponderados pelo risco, exposição de alavancagem e capital tangível distribuído são comunicados à sede dentro do Core.

Barclays UK

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração de resultados[a]			
Rendimento de juros líquido	**6 048**	5 973	5 839
Rendimento líquido de taxas, comissões, e outros rendimentos	**1 469**	1 370	1 597
Rendimento total	**7 517**	7 343	7 436
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(896)**	(706)	(901)
Rendimento operacional líquido	**6 621**	6 637	6 535
Despesas operacionais	**(3 792)**	(3 464)	(4 108)
Imposto bancário do Reino Unido	**(48)**	(77)	(59)
Litígios e conduta	**(1 042)**	(2 511)	(1 108)
Despesas operacionais totais	**(4 882)**	(6 052)	(5 275)
Outras despesas líquidas	**(1)**	–	–
Lucro antes de impostos	**1 738**	585	1 260
Lucro/(perda) atribuível	**828**	(47)	852
Informação do balanço patrimonial			
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	**166,4mM£**	166,1mM£	165,3mM£
Ativos totais	**209,6mM£**	202,5mM£	198,0mM£
Depósitos de clientes	**189,0mM£**	176,8mM£	168,3mM£
Ativos ponderados pelo risco	**67,5mM£**	69,5mM£	69,3mM£
Factos principais			
LTV médio da carteira de empréstimos hipotecários[b]	**48%**	49%	52%
LTV médio da carteira de novos empréstimos hipotecários[b]	**63%**	64%	65%
Número de balcões	**1 305**	1 362	1 488
Clientes da banca móvel do Barclays	**5,7M**	4,7M	3,6M
Taxas de juros de mora de 30 dias - Cliente Barclaycard do Reino Unido	**1,9%**	2,3%	2,5%
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**36 000**	38 800	38 300
Medidas de desempenho			
Retorno do capital tangível médio atribuído	**9,6%**	(0,3%)	9,5%
Capital tangível médio atribuído	**8,9 mM£**	9,3mM£	9,1mM£
Rácio custo:rendimento	**65%**	82%	71%
Taxa de perda para empréstimo (bps)	**52**	42	53
Rácio empréstimo:depósito	**88%**	94%	98%
Margens de juros líquidos	**3,62%**	3,56%	não
Itens assinaláveis			
Rendimento total			
Ganhos na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited	**151**	–	–
Litígios e conduta			
Provisões para a compensação de clientes do RU	**(1 000)**	(2 431)	(1 067)
Despesas operacionais			
Ganho na valorização de um componente do passivo por benefício de reforma definido	**–**	296	–
Total de itens assinaláveis	**(849)**	(2 135)	(1 067)

Excluindo itens assinaláveis, o retorno do Barclays UK sobre capital tangível atribuído médio foi de 19,3% (2015: 21,1%).

Notas
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.
b LTV média da carteira hipotecária e dos novos empréstimos hipotecários calculado com base no balanço ponderado.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Análise do Barclays UK	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Análise do rendimento total			
Banca Pessoal	**3 891**	3 714	3 788
Barclaycard Consumer UK	**2 022**	2 065	2 078
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**1 604**	1 564	1 570
Rendimento total	**7 517**	7 343	7 436
Análise dos encargos com imparidades de crédito e outras provisões			
Banca Pessoal	**(183)**	(194)	(211)
Barclaycard Consumer UK	**(683)**	(488)	(592)
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**(30)**	(24)	(98)
Total de encargos de imparidade de crédito e outras provisões	**(896)**	(706)	(901)
Análise de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado			
Banca Pessoal	**135,0mM£**	134,0mM£	133,8mM
Barclaycard Consumer UK	**16,5mM£**	16,2mM£	£
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**14,9**	15,9mM£	15,8mM
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	**166,4mM£**	166,1mM£	165,3mM
Análise dos depósitos de clientes			
Banca Pessoal	**139,3mM£**	131,0mM£	124,5mM
Barclaycard Consumer UK	**–**	–	£
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**49,7mM£**	45.8mM£	–
Total dos depósitos de clientes	**189,0mM£**	176,8mM£	168,3mM

2016 em comparação com 2015

O lucro antes de impostos aumentou 1 153M£ para 1 738M£, o que reflete provisões mais baixas para a reparação de clientes no Reino Unido. O lucro antes de impostos, excluindo itens assinaláveis, decresceu 5% para 2,587M£, impulsionado por um aumento nos encargos das imparidades de crédito derivado da avaliação da gestão da modelização da imparidade da carteira de cartões, parcialmente atenuado pela redução nas despesas operacionais totais.

O rendimento total, incluindo um ganho na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited reconhecida na secção Banca Pessoal e Património, Empreendedores e Banca Empresarial (WEBB), aumentou em 2% para 7.517M£.

O Rendimento total, excluindo itens assinaláveis, esteve próximo dos 7 366M£ (2015:7 343M£). O rendimento da Banca Pessoal aumentou 1% para 3 762M£, impulsionado por uma melhoria nas margens de depósito e no crescimento de saldos, parcialmente atenuado por margens de empréstimos hipotecários mais baixas. O rendimento do Barclaycard Consumer UK decresceu 2% para 2 022M£, principalmente como resultado do Regulamento Europeu de Taxas de Intercâmbio, que entrou em vigor em dezembro de 2015, atenuado pelo crescimento dos saldos e pelos ganhos de vendas de dívida. O rendimento da WEBB aumentou 1% para 1 582M£, o que reflete a melhoria nas margens e no crescimento dos depósitos, parcialmente atenuado por uma redução do rendimento de comissões transacionais. O rendimento de juros líquido aumentou 1% para 6 048M£ devido ao crescimento dos saldos e às iniciativas relativas ao preço dos depósitos, parcialmente atenuado por margens de empréstimos hipotecários mais baixas.

A margem de juro líquida aumentou 6bps para 3,62%, refletindo margens de depósitos mais altas, parcialmente atenuadas por margens de empréstimos hipotecários mais baixas. O rendimento líquido de honorários, comissões e outros rendimentos decresceu 4% para 1 318M£ devido ao impacto do Regulamento Europeu de Taxas de Intercâmbio sobre o Barclaycard Consumer UK, o qual entrou em vigor em dezembro de 2015, e à redução no rendimento de honorários e comissões na WEBB.

Os encargos com a imparidade de crédito aumentaram 27% para 896M£, devido a um encargo de 200M£ no T316, no seguimento da avaliação da gestão da modelização da imparidade da carteira de cartões. As taxas de juros de mora de 30 e 90 dias na carteira de cartões melhoraram de um ano para o outro para 1,9% (2015: 2,3%) e 0,9% (2015: 1,2%) respectivamente.

O total de despesas operacionais, incluindo provisões para as compensações de clientes britânicos no valor de 1 000M£ (2015: 2 431M£), diminuiu em 19% para 4 882M£. O total de despesas operacionais excluindo itens assinaláveis diminuiu 1% para 3 882M£, refletindo poupanças derivadas de programas de custos estratégicos, relacionados com a restruturação da rede de agências e melhorias tecnológicas, atenuado por custos de implementação do programa de reforma estrutural.

O rácio custo:rendimento excluindo itens assinaláveis foi de 53% (2015: 53%) e o RoTE, excluindo itens assinaláveis, foi de 19,3% (2015: 21,1%).

Os empréstimos e adiantamentos a clientes permaneceram estáveis nos 166,4mM£ (dezembro 2015:166,1mM£).

O total de ativos aumentou 7,1mM£ para 209,6mM£, primariamente refletindo um aumento no fundo de liquidez distribuído.

Os depósitos dos clientes aumentaram 7% para 189,0mM£, primariamente impulsionado por saldos mais altos na Banca Pessoal e na WEBB.

Os APRs diminuíram 2,0mM£ para 67,5mM£, primariamente impulsionado por alterações no modelo de risco do crédito hipotecário.

2015 em comparação com 2014

O lucro antes de impostos decresceu 54% para 585M£. O lucro antes de impostos excluindo itens assinaláveis aumentou 17% para 2 720M£, impulsionado por uma redução contínua das despesas operacionais e encargos de imparidade de crédito mais baixos. A redução das despesas operacionais foi alcançada através de programas de custo estratégico, incluindo a restruturação da rede de agências e as melhorias tecnológicas para o aumento da automação.

O rendimento total diminuiu 1% para 7 343M£.

O rendimento da Banca Pessoal decresceu 2% para 3 714M£ devido a uma redução no rendimento de comissões e na pressão sobre as margens das hipotecas, parcialmente atenuado pela melhoria nas margens de depósito e pelo crescimento dos saldos.

O rendimento do Barclaycard Consumer UK decresceu 1% para 2 065M£, primariamente devido ao impacto do Regulamento Europeu de Taxas de Intercâmbio, parcialmente atenuado pelo crescimento dos saldos.

O rendimento da WEBB manteve-se relativamente estável em 1 564M£ (2014: 1 570M£), uma vez que o crescimento dos saldos foi atenuado pela pressão sobre as margens.

O Rendimento líquido de juros aumentou 2% para 5 973M£ devido ao crescimento dos saldos, iniciativas relativas ao preço e ao impacto de alterações à proposta de saque em julho de 2014, parcialmente atenuado pela pressão sobre as margens das hipotecas. O rendimento líquido de honorários, comissões e outros rendimentos decresceu 14% para 1 370M£ devido a alterações à proposta de saque e ao impacto no Regulamento Europeu de Taxas de Intercâmbio.

Os encargos com imparidades de crédito diminuíram 22% para 706M£, sobretudo devido ao ambiente económico favorável no Reino Unido, que teve como consequência, para todos os negócios, menores taxas de incumprimento e encargos associados. A taxa de perdas com empréstimos diminuiu 11bps, para 42bps.

O total de despesas operacionais aumentou 15% para 6 052M£, incluindo provisões para as compensações de clientes britânicos no valor de 2 431M£ (2014: 1 067M£). O total de despesas operacionais, excluindo itens assinaláveis, diminuiu 1% para 3 917M£, refletindo as poupanças derivadas de programas de custos estratégicos, incluindo a restruturação da rede de agências e melhorias tecnológicas.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes permaneceram relativamente estáveis 166,1M£ (2014: £165,3bn).

Os ativos totais aumentaram 2% para 202,5mM£.

Os depósitos dos clientes aumentaram 5% para 176,8mM£, impulsionado por saldos mais altos na Banca Pessoal e na WEBB.

Os APRs mantiveram-se maioritariamente estáveis em 69,5mM£ (2014: 69.3mM£).

Nota
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Barclays International

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração de resultados[a]			
Rendimento de	**4 512**	4 324	3 874
juros líquido	**4 580**	3 782	3 533
Rendimen	**5 903**	5 641	5 501
Rendimento total	**14 995**	13 747	12 908
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(1 355)**	(922)	(679)
Rendimento operacional líquido	**13 640**	12 825	12 229
Despesas operacionais	**(9 129)**	(8 029)	(8 170)
Imposto bancário do Reino Unido	**(284)**	(253)	(248)
Litígios e conduta	**(48)**	(1 310)	(1 333)
Despesas operacionais totais	**(9 461)**	(9 592)	(9 751)
Outros rendimentos líquidos	**32**	45	52
Lucro antes de impostos	**4 211**	3 278	2 530
Lucro atribuível	**2 412**	1 758	926
Informação do balanço patrimonial			
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado[b]	**211,3mM£**	184,1mM£	193,6mM
Ativos da carteira de negociação	**73,2mM£**	61,9mM£	87,3mM
Ativos de instrumentos financeiros derivados	**156,2mM£**	111,5mM£	149,6mM
Passivos de instrumentos financeiros derivados	**160,6**	119,0mM£	157,3mM
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**13,4mM£**	24,7mM£	62,9mM
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**62,3mM£**	46,8mM£	5,7mM
Ativos totais	**648,5mM£**	532,2mM£	596,5mM
Depósitos dos clientes[c]	**216,2mM£**	185,6mM£	188,2mM
Ativos ponderados pelo risco	**212,7mM£**	194,8mM£	201,7mM
Factos principais			
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**36 900**	39 100	36 600
Medidas de desempenho			
Retorno do capital tangível médio atribuído	**9,8%**	7,2%	3,8%
Capital tangível médio atribuído	**25,5mM£**	24,9mM£	25,0mM
Rácio custo:rendimento	**63%**	70%	76%
Taxa de perda para empréstimo (bps)	**63**	49	35
Rácio empréstimo:depósito	**86%**	88%	90%
Margem líquida de juros[d]	**3,98%**	3,80%	não
Itens assinaláveis			
Rendimento total			
Ganhos nos ativos de aquisição do Lehman EUA	**–**	496	461
Ganhos na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited	**464**	–	–
Litígios e conduta			
Provisões para a compensação de clientes do RU	**–**	(218)	32
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Câmbio	**–**	(984)	(1 250)
Despesas operacionais			
Ganho na valorização de um componente do passivo por benefício de reforma definido	**–**	133	–
Total de itens assinaláveis	**464**	(573)	(757)

Excluindo itens assinaláveis, o retorno do Barclays International sobre o capital tangível médio atribuído foi de 8,0% (2015: 9,5%).

Notas
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.
b Até 31 de dezembro, os empréstimos e adiantamentos incluíam 185,9mM£ (dezembro de 2015: 162,6mM£) em empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidação de 19,5mM£ (dezembro de 2015: 18,5mM£) e garantias em numerário de 30,1mM£ (dezembro de 2015: 24,8mM£)), e 25,4mM£ (dezembro 2015: 21,5mM£) em empréstimos e adiantamentos a bancos (incluindo saldos de liquidação de 1,7mM£ (dezembro de 2015: 1,6mM£) e garantias em numerário de 6,3mM£ (dezembro de 2015: 5,7mM£)). Os empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes no que respeita a Consumidores, Cartões e Pagamentos foram de 39,7mM£ (dezembro de 2015: 32,1mM£).
C Até 31 de dezembro, os depósitos dos clientes incluíam saldos de liquidação de 16,6mM£ (dezembro de 2015: 16,3mM£) e garantias de numerário de 20,8mM£ (dezembro de 2015: 15,9mM£). d As margens do Barclays International foram redeclaradas de forma a incluir juros do crédito concedido dentro no negócio da Banca de Investimento.

Análise do Barclays International	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informação da declaração de rendimento do Banco Corporativo			
Análise do rendimento total			
Títulos de	**1 185**	824	792
Crédito	**1 790**	1 912	1 956
Macros	**2 304**	2 108	1 950
Mercados	**5 279**	4 844	4 698
Comissões da banca	**2 397**	2 087	2 115
Empréstimo	**1 195**	1 361	1 268
empresarial Banca	**1 657**	1 663	1 594
transacional			
Banca	**5 249**	5 111	4 977
Outros	**5**	495	476
Rendimento total	**10 533**	10 450	10 151
Encargos da imparidade de crédito e outras	**(260)**	(199)	(87)
provisões Despesas operacionais totais	**(7 624)**	(7 929)	(8 279)
Lucro antes de impostos	**2 650**	2 322	1 787
Informação do balanço patrimonial			
Ativos ponderados pelo risco	**178,6mM£**	167,3mM£	175,1mM£
Medidas de desempenho			
Retorno de capital tangível médio atribuído	**6,1%**	5,4%	1,9%
Capital tangível médio atribuído	**21,9mM£**	21,9mM£	22,0

Excluindo itens assinaláveis, o retorno do CIB sobre o capital tangível médio atribuído foi de 6,1% (2015: 8,2%).

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informação da declaração de rendimentos de			
Rendimento total	**4 462**	3 297	2 757
Encargos da imparidade de crédito e outras	**(1 095)**	(723)	(592)
provisões Despesas operacionais totais	**(1 837)**	(1 663)	(1 472)
Lucro antes de impostos	**1 561**	956	743
Informação do balanço patrimonial			
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo	**39,7mM£**	32,1mM£	29,7mM
amortizado Depósitos de clientes	**50,0mM£**	41,8mM£	£
Ativos ponderados pelo risco	**34,1mM£**	27,5mM£	37,9mM
Factos principais			
Taxas de juros de mora de 30 dias - Barclaycard US	**2,6%**	2,2%	2,1%
Número total de clientes Barclaycard	**355 000**	341 000	340 000
business Valor dos pagamentos processados	**296mM£**	271mM£	236mM£
Medidas de desempenho			
Retorno de capital tangível médio	**31,4%**	20,2%	17,8%
atribuído Capital tangível médio atribuído	**3,6mM£**	3,0mM£	3,0mM

Excluindo itens assinaláveis, o retorno dos Consumidores, Cartões e Pagamentos sobre o capital tangível médio atribuído foi de 19,1% (2015: 18

2016 em comparação com 2015

O lucro antes de impostos aumentou 28% para 4 211M£, incluindo o ganho na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited. O lucro antes de impostos, excluindo itens assinaláveis[a],decresceu 3% para 3 747M£, impulsionado por um aumento de 11% no total de despesas operacionais, e um aumento de 47% na imparidade, parcialmente atenuado por um aumento de 10% no rendimento total.

O rendimento total excluindo itens assinaláveis aumentou 10% para 14 531M£, incluindo a apreciação do USD e EUR médios face à GBP, com o rendimento dos Consumidores, Cartões e Pagamentos a aumentar 21% para 3 998M£ e o rendimento do Banco Corporativo e de Investimento (CIB) a aumentar 6% para 10 533M£.

O rendimento dos mercados aumentou 9% para 5 279M£. O rendimento do crédito aumentou 44% para 1 185M£ impulsionado por um bom desempenho do crédito de rendimentos fixos, o qual beneficiou da maior volatilidade dos mercados e da procura dos clientes. O rendimento dos capitais decresceu 6% para 1 790M£ com a atividade de clientes mais baixa na Ásia e a simplificação do negócio da EMEA, parcialmente atenuado pelo melhor desempenho em numerário, derivados e financiamento em H216. O rendimento macro aumentou 9% para 2 304M£, impulsionado por um aumento na atividade após a decisão do referendo sobre a UE e as eleições nos EUA.

O rendimento bancário aumentou 3% para 5 249M£. O rendimento de comissões da banca aumentou 15% para 2 397M£, impulsionado por subscrições de dívida mais elevadas e remunerações consultivas, parcialmente atenuado por remunerações de subscrições de capital.
Os empréstimos empresariais diminuíram 12% para 1 195M£ devido a perdas em coberturas de justo valor e à não-recorrência de ganhos de *work-out* únicos reconhecidos no T215. A banca transacional manteve-se relativamente estável nos 1 657M£ (2015:
1 665M£), uma vez que os maiores saldos de depósitos foram atenuados pela compressão
da margem.

Os rendimentos dos Consumidores, Cartões e Pagamentos, excluindo itens assinaláveis, aumentaram 21% para 3 998M£, impulsionados por um crescimento em todos os negócios chave e pela apreciação do USD e EUR médios face à GBP.

Os encargos de imparidade de crédito aumentaram 47% para 1 355M£, incluindo a apreciação dos USD e EUR médios face à GBP. Os encargos de imparidade de crédito do CIB aumentaram 31% para 269M£, impulsionados pela imparidade de várias exposições individuais. Os encargos de imparidade de crédito dos Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentou 51% para 1 095M£ primariamente devido a um aumento nos saldos, uma alteração no misto de carteiras e um encargo de 120M£ no T316, no seguimento de uma avaliação da gestão da modelização da imparidade da carteira de cartões.

O total de despesas operacionais excluindo itens assinaláveis aumentou 11%. O CIB aumentou 12% para 7 624M£. Para além da apreciação do USD médio face à GBP, isto refletiu-se num encargo adicional no T416 relativamente aos prémios de compensação de 2016, custos de restruturação mais elevados, 150M£ dos quais estavam relacionados com a redução da pegada imobiliária no T316, e custos de implementação do programa de reforma estrutural, incluindo os que estão relacionados com a incorporação da Sociedade Intermédia Gestora nos EUA (SIG) a 1 de julho de 2016. Estes aumentos foram parcialmente atenuados por menores custos de litígio e conduta. Os Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentaram 7% para 1 837M£, devido ao crescimento contínuo dos negócios e à apreciação dos USD e EUR médios face à GBP, parcialmente atenuado pelos custos de restruturação mais baixos.

O rácio custo:rendimento excluindo itens assinaláveis foi de 65% (2015: 64%) e o RoTE, excluindo itens assinaláveis, foi de 8,0% (2015: 9,5%).

Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes ao custo amortizado aumentaram 27,2mM£ para 211,3mM£, com o CIB a aumentar 19,7mM£ para 171,7mM£ devido a um aumento dos empréstimos e garantias de numerário a à apreciação dos USD e EUR face à GBP. Os Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentaram 7,6mM£ para 39,7mM£, impulsionado pela apreciação dos USD e EUR face à GBP e pelo crescimento no Barclays US, incluindo a aquisição da carteira de cartões de crédito da JetBlue.

Os ativos da carteira de negociação aumentaram 11,3mM£ para 73,2mM£ devido a um aumento na atividade de clientes e à apreciação das principais moedas face à GBP.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 44,7mM£ para 156,2mM£ e 41,6mM£ para 160,6mM£, respetivamente, devido à apreciação dos USD e EUR face à GBP e a decréscimos nas taxas de juro futuras.

Os ativos financeiros designados ao justo valor aumentaram 15,5mM£ para 62,3mM£ e os acordos de recompra e outros empréstimos semelhantes decresceram 11,3mM£ para 13,4mM£. Desde 2015, novos acordos de recompra em certos negócios foram designados ao justo valor para alinhar melhor a forma como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira. Numa base líquida, as revendas aumentaram em cerca de 4,2mM£ como resultado da carteira de negociação adequada.

Os depósitos de cliente aumentaram 30,6mM£ para 216,2mM£, com o CIB a aumentar 22.6mM£ para 166,3mM£, primariamente impulsionado pelo aumento em depósitos de garantia em numerário a pela apreciação dos USD e EUR face à BGP. Os Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentou 8,2mM£ para 50,0mM£, motivado pelo crescimento dos saldos no Barclaycard US e na Banca Privada, e a apreciação dos USD e EUR face à GBP.

Os APRs aumentaram 17,9mM£ para 212,7mM£, devido à apreciação do USD face à GBP e o crescimento empresarial, incluindo a aquisição da carteira de cartões de crédito da JetBlue nos Consumidores, Cartões e Pagamentos.

Nota
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.

2015 em comparação com 2014

O lucro antes de impostos aumentou 30% para 3 278M£. O lucro antes de impostos, excluindo itens assinaláveis[a], aumentou 17% para 3 851M£, impulsionado por um aumento de 6% no rendimento, incluindo a apreciação do USD e EUR médios face à GBP média, com o rendimento dos Consumidores, Cartões e Pagamentos a aumentar 20% para 3 297M£ e o rendimento do CIB aumentou 3% para 9 954M£.

O rendimento de mercados aumentou 3% para 4 844M£. O rendimento do crédito aumentou 4% para 824M£, impulsionado por uma maior contribuição de negociações originadas no crédito e no financiamento de negócios. O rendimento de capital decresceu 2% para 1 912M£, impulsionado uma atividade de clientes mais baixa nos derivados de capital EMEA, parcialmente compensados por melhores desempenhos de capitais em numerário, O rendimento macro aumentou 8% para 2 108M£ devido a um rendimento mais elevado nas taxas e produtos monetários, o que reflete um aumento da volatilidade de mercado e da atividade de clientes.

O rendimento da Banca aumentou 3% para 5 111M£. O rendimento das remunerações da Banca diminuiu 1% para 2 087M£, impulsionado pelas comissões de subscrições de capital mais baixas, parcialmente compensadas por Comissões de consultoria financeira e subscrição de dívida mais elevadas. Os empréstimos empresariais aumentaram 7% para 1 361M£, impulsionados por perdas ao justo valor em coberturas e saldos de ativos mais elevados. O rendimento da banca transacional aumentou 4% para 1 663M£, primariamente devido ao rendimento da gestão de numerário que advém de saldos mais elevados com margens melhoradas.

Os rendimentos dos Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentaram 21% para 3 297M£, impulsionados por um crescimento do Barclaycard US e pela apreciação do USD médio face à GBP.

Os encargos de imparidade de crédito aumentaram para 922M£ (2014: 679M£). Os encargos de imparidade do crédito dos Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentaram 131M£ para 723M£, refletindo sobretudo o crescimento de ativos e a atualização das metodologias do modelo de imparidade. Os encargos de imparidade de crédito do CIB aumentaram 112M£ para 199M£, impulsionado por várias exposições individuais.

O total de despesas operacionais, excluindo itens assinaláveis, manteve-se relativamente estável nos 8 523M£ (2014: 8 533M£). O total de despesas operacionais do CIB decresceu 4% para 6 805M£, sobretudo devido à redução dos custos de recrutamento e menores encargos de litígio e conduta. Mais reduções de custos foram alcançadas através de programas de custo estratégico, incluindo a restruturação de negócios, a simplificação operacional, e a racionalização de imobiliário, compensadas parcialmente pela apreciação do USD relativamente à GBP. O total de despesas operacionais dos Consumidores, Cartões e Pagamentos aumentaram 17% para 1 718M£ devido ao investimento contínuo no crescimento empresarial, à apreciação do USD médio face à GBP e ao impacto de itens individuais, incluindo a renúncia de ativos intangíveis em cerca de 55M£, relacionado com a saída do produto Bespoke.

O rácio custo:rendimento, excluindo itens assinaláveis, foi de 64% (2014: 69%) e o RoTE, excluindo itens assinaláveis, foi de 9,5% (2014: 7,0%).

Os empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes diminuíram 9,5mM£ para 184,1mM£, enquanto o CIB decresceu 11,8mM£ para 152,0mM£ devido a uma diminuição nos saldos de liquidação e de colateral de numerário, parcialmente compensado por um aumento de 2,4mM£ nos Consumidores, Cartões e Pagamentos para 32,1mM£, o que reflete o crescimento do Barclaycard US.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados diminuíram 38,1mM£ para os 111,5mM£ e 38,3mM para os 119,0mM£ respetivamente, devido à redução das negociações líquidas e ao aumento nas principais curvas previsionais das taxas de juro.

Os ativos da carteira negocial decresceram 25,4mM£ para 61,9mM£, impulsionados por uma desalavancagem do balanço, o que resultou em posições de garantias inferiores.

Os ativos financeiros designados a justo valor aumentaram 41,1mM£ para 46,8mM£ e os acordos de recompra e outros empréstimos semelhantes decresceram 38,2mM£ para 24,7mM£. Desde 2015, novos acordos de recompra em certos negócios foram designados ao justo valor para alinhar melhor a forma como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira. Numa base líquida, as recompras invertidas aumentaram em cerca de 0,2mM£ como resultado da carteira de negociação adequada.

Os depósitos de consumidores decresceram 2,6mM£ para 185,6mM£, com os do CIB a decrescerem 6,6mM£ para 143,7mM£, impulsionados sobretudo por um decréscimo nos saldos de liquidação e de colateral de numerário, especialmente compensados por um aumento de 3,9mM£ para 41,8mM£ nos Consumidores, Cartões e Pagamentos, o qual foi impulsionado pela estratégia de financiamento de depósitos do Barclaycard US.

Os APRs decresceram 6,9mM£, dentro dos quais os APRs do CIB decresceram 7,8mM£ para 167,3mM£, primariamente devido a uma redução nos títulos e derivados, e uma melhoria na eficiência do APR. Isto foi parcialmente compensado por um aumento de 0,9mM£ para 27,5mM£ nos Consumidores, Cartões e Pagamentos, especialmente impulsionado pelo crescimento do negócio de cartões nos EUA.

Nota
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Sede

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração de resultados[a]			
Rendimento de juros líquido	**(183)**	(305)	(216)
Rendimento líquido de taxas, comissões, e outros rendimentos	**286**	643	492
Rendimento operacional líquido	**103**	338	276
Despesas operacionais	**(135)**	(272)	(70)
Imposto bancário do Reino Unido	**(2)**	(8)	(9)
Litígios e conduta	**(27)**	(66)	(65)
Despesas operacionais totais	**(164)**	(346)	(144)
Outros proveitos líquidos/(despesas)	**128**	(106)	316
Lucro/(perda) antes de impostos	**67**	(114)	448
Lucro atribuível	**110**	11	374
Informação do balanço patrimonial			
Total de ativos[b]	**75,2mM£**	59,4mM£	61.0mM£
Ativos ponderado pelo risco[b]	**53,3mM£**	39,7mM£	41,8mM£
Factos principais			
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**100**	100	100
Medidas de desempenho			
Capital tangível médio atribuído	**6,5mM£**	2,6mM£	(2,7mM£)
Itens assinaláveis			
Rendimento total			
Crédito próprio	**(35)**	430	34
Litígios e conduta			
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Câmbio	**–**	(52)	–
Outras despesas líquidas			
Perdas em vendas relacionadas com o negócio espanhol	**–**	(112)	315
Total de itens assinaláveis	**(35)**	266	349

2016 em comparação com 2015

O lucro antes de impostos foi de 67M£ (2015: perda de 114M£). O lucro antes de impostos
excluindo itens assinaláveis[a] melhorou de uma perda de 380M£ para um lucro de
102M£.

O rendimento operacional líquido, excluindo itens assinaláveis, aumentou 138M£ (2015: perda de 92M£), primariamente devido a alterações ao rendimento líquido das operações de tesouraria.

O total de despesas operacionais excluindo itens assinaláveis diminuiu para 164M£ (2015: 294M£), primariamente devido a uma redução nos custos de implementação da reforma estrutural,agora atribuídos aos negócios.

Os outros rendimentos líquidos, excluindo itens assinaláveis, aumentaram 128M£ (2015:
6M£), primariamente devido à reciclagem da reserva de conversão de moeda na alienação do negócio de cartões no sul da Europa.

O total de ativos aumentou 15,8mM£ para 75,2mM£, primariamente impulsionado por uma apreciação do ZAR face à GBP.

Os APRs aumentaram 13,6mM£ para 53,3mM£, primariamente impulsionados pela apreciação do ZAR face à GBP e pela redistribuição dos APRs de risco operacional do Non-Core, em associação com os negócios e ativos abandonados.

2015 em comparação com 2014

O lucro antes de impostos diminuiu 562M£ para uma perda de 114M£. O lucro antes de impostos excluindo o impacto de itens assinaláveis passou de um lucro de 99M£ em 2014 para uma perda de 380M£ em 2015.

O rendimento operacional líquido, excluindo itens assinaláveis, diminuiu para uma perda de 92M£ (2014: rendimento de 242M£), primariamente refletindo as despesas líquidas das operações de tesouraria e a não-recorrência de ganhos em 2014, incluindo ganhos líquidos da reciclagem cambial, oriundos da reestruturação das subsidiárias do Grupo.

O total de despesas operacionais, excluindo itens assinaláveis, aumentou 150M£ para 294M£, principalmente devido aos custos da implementação do programa de reformas estruturais, compensados parcialmente por uma redução nos encargos com litígio e conduta.

O total de ativos decresceu 1,6mM£ para 59mM£ e os APRs decresceram 2,1mM£ para 39,7mM£, primariamente devido à depreciação da ZAR face à GBP.

Notas
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.
b inclui os ativos da Africa Banking detidos para venda, no valor de 61,5mM£ (dezembro de 2015: 47,9mM£) e os ativos ponderados pelo risco de 42,3mM£ (dezembro de 2015: 31,7mM£).

Barclays Non-Core

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração de resultados[a]			
Rendimento de juros líquido	**160**	615	590
Rendimento de negociação líquido	**(1 703)**	(706)	(590)
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**379**	703	1 143
Rendimento total	**(1 164)**	612	1 143
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(122)**	(134)	(241)
Rendimento operacional líquido	**(1 286)**	478	902
Despesas operacionais	**(1 509)**	(1 958)	(2 611)
Imposto bancário do Reino Unido	**(76)**	(88)	(102)
Litígios e conduta	**(246)**	(500)	(301)
Despesas operacionais totais	**(1 831)**	(2 546)	(3 014)
Outros proveitos/(despesas) líquidos	**331**	(535)	(813)
Perdas antes de impostos	**(2 786)**	(2 603)	(2 925)
Perdas atribuíveis	**(1 916)**	(2 418)	(2 659)
Informação do balanço patrimonial			
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado[b]	**51,1mM£**	51,8mM£	70,7mM£
Ativos de instrumentos financeiros derivados	**188,7mM£**	213,7mM£	288,9mM£
Passivos de instrumentos financeiros derivados	**178,6mM£**	202,1mM£	280,6mM£
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**0,1mM£**	3,1mM£	50,7mM£
Ativos financeiros designados pelo justo valor	**14,5mM£**	21,4mM£	25,5mM£
Ativos totais	**279,7mM£**	325,8mM£	502,4mM£
Depósitos dos clientes[c]	**12,5mM£**	20,9mM£	30,8mM£
Ativos ponderados pelo risco	**32,1mM£**	54,3mM£	89,1mM£
Exposição de alavancagem	**101,5mM£**	148,7mM£	316,4mM£
Factos principais			
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**5 500**	9 900	15 000
Medidas de desempenho			
Capital médio tangível distribuível	**7,8mM£**	10,9mM£	15,6mM£
Capital tangível distribuído no final do período	**5,4mM£**	8,5mM£	13,1mM£
Taxa de perda de empréstimos (bps)	**22**	23	39
Itens assinaláveis			
Rendimento total			
Revisão da metodologia de validação da ESHLA	**–**	–	(935)
Litígios e conduta			
Provisões para a compensação de clientes do RU	**–**	(123)	(75)
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Câmbio	**–**	(201)	–
Despesas operacionais			
Imparidade de *goodwill* e outros ativos relacionados com negócios a serem alienados	**–**	(96)	–
Outras despesas líquidas			
Perdas em vendas relacionadas com o negócio espanhol	**–**	(468)	(761)
Total de itens assinaláveis	**–**	(888)	(1 771)
Análise do rendimento total			
Negócios	**485**	1139	1503
Títulos e empréstimos	**(638)**	(350)	(318)
Derivados	**(1 011)**	(177)	(42)
Rendimento total	**(1 164)**	612	1 143

Excluindo itens assinaláveis , as perdas básicas de Non-Core por ação foram de 11,3p (2015: 10,2p).

Notas

a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.

b A 31 de dezembro de 2016, empréstimos e adiantamentos incluíam 38,5mM£ (dezembro 2015: 40,4mM£) em empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidação de 0,1mM£ (dezembro de 2015: 0,3mM£) e garantias em numerário de 17,3mM£ (dezembro de 2015: 19,0mM£)) e 12,6mM (dezembro de 2015: 11,4mM£) em empréstimos e adiantamentos a bancos (incluindo saldos de liquidações de 0,1mM£ (dezembro 2015: nulo) e garantias em numerário de 12,1mM£ (dezembro de 2015: 10,1mM£)).

c A 31 de dezembro de 2016, os depósitos de clientes incluíam saldos de liquidações de 0,1mM£ (dezembro 2015: 0,2mM£) e garantias em numerário de 11,9mM£ (dezembro de 2015: 12,3mM£).

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

2016 em comparação com 2015

As perdas antes de impostos aumentaram para 2 786M£ (2015: 2 603M£). As perdas antes de impostos, excluindo itens assinaláveis[a], aumentou para 2 786M£ (2015: 1 715M£), impulsionado por uma redução dos rendimentos e pelo aumento das perdas que resultaram de um progresso contínuo na diminuição de Derivados, Negócios e Títulos e empréstimos, parcialmente compensados por despesas operacionais mais baixas e outros redimentos líquidos mais elevados vindos sobretudo de negócios e abandonos de países.

O rendimento total diminuiu 1 776M£ para uma despesa líquida de 1 164M£.

O rendimento empresarial diminuiu 654M£ para 485M£ devido a rendimentos mais baixos no seguimento da conclusão da venda de vários negócios que geravam rendimentos e encargos pagos à sede, relacionados com a cessação de cobertura interna e posições de financiamento, que já não são necessários.

Os títulos e rendimentos de empréstimos diminuíram 288M£ para uma exposição líquida de 638M£, primariamente impulsionados pelo impacto da reestruturação da carteira ESHLA, pela não-recorrência de um lançamento de provisões de 91M£, relacionado com questões de litígio no T115 e na redução da carteira. As perdas ao justo valor na carteira ESHLA foram de 393M£ (2015: 359M£).

O rendimento de derivativos diminuiu 834M£ para uma despesa líquida de 1 011M£, refletindo principalmente os custos da redução da carteira.

Os encargos de imparidade de crédito melhoraram 9% para 122M£ devido a encargos de imparidade de crédito em negócios europeus.

O total de despesas operacionais, excluindo itens assinaláveis, melhorou em 14% para 1 831M£, refletindo uma redução de custos através da cessação de certas atividades de investimento bancário em vários países e a conclusão da venda de vários negócios, parcialmente compensado por um aumento de 200M£ nos encargos de reestruturação, o qual alcançou um total de 400M£.

Os outros rendimentos líquidos, excluindo itens assinaláveis, de 331M£ (2015: despesa líquida de 70M£) inclui ganhos na venda do Barclays Risk Analytics and Index Solutions, do negócio de gestão de património e de investimento da Ásia e do negócio de cartões no Sul da Europa parcialmente atenuado pela perda na venda do negócio retalhista francês de 455M£.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes ao custo de amortização decresceram 0,7mM£ para 51mM£ devido à venda do negócio de Gestão de Investimento e Património na Ásia, e uma redução e saída de ativos bancários de investimento históricos, parcialmente compensados pelo reconhecimento de 8mM£ de empréstimos ESHLA ao custo de amortização, no seguimento da reestruturação dos termos de empréstimos LOBO.

O total de ativos decresceu 46,1mM£ para 279,7mM£ devido a menores ativos de instrumentos financeiros derivados, os quais decresceram 25mM£ para 188,7mM£, enquanto que os passivos de instrumentos financeiros derivados decresceram 23,5mM£ para 178,6mM£, sobretudo devido à redução contínua dos derivados acumulados.

A exposição a alavancagem decresceu 47mM£ para 101mM£ devido à redução na potencial exposição futura de derivativos e ativos da carteira de negociação.

Os APRs diminuíram 22,2mM£ para os 32,1mM£, apesar da apreciação do USD e Euro face à GBP, e incluindo uma redução de 10mM£ em Derivados, uma redução de 3mM£ em Títulos e empréstimos, uma redução de 4mM£ nos APRs Empresariais e uma redistribuição de 4mM£ em APRs de risco operacional para a Sede, associados a alienações e saídas de negócios.

2015 em comparação com 2014

As perdas antes de impostos diminuíram para 2 603M£ (2014: 2 925M£). As perdas antes de impostos, excluindo itens assinaláveis, decresceram 561M£ para 1 715M£, impulsionadas por uma progresso contínuo do abandono de Negócios, Títulos e empréstimos, e de ativos derivados. Os APRs diminuíram 34,8mM£ para 54,3mM£, incluindo uma redução de 13mM£ em Títulos e empréstimos, uma redução de 11mM£ em Derivados, e reduções em Negócios como resultado da venda das empresas de Crédito Garantido no Reino Unido e Espanha.

O total de rendimentos, excluindo itens assinaláveis, diminuiu 1 466M£ para 612M£. O rendimento de negócios diminuiu 24% para 1 139M£, motivado pelo impacto de um menor rendimento no seguimento da conclusão da venda de negócios, incluindo o negócio espanhol, o Barclays Wealth Americas e o UK Secured Lending. O rendimento de títulos e os empréstimos decresceu 10% para uma despesa líquida de 350M£, primariamente impulsionado por perdas ao justo valor de 259M£ (2014:156M£) na carteira ESHLA, e pela venda de negócios e redução da carteira. O rendimento de Derivados diminuiu 135M£ para uma despesa de 177M£, devido a uma redução da atividade das carteiras.

Os encargos por imparidade do crédito melhoraram em 44% para 134M£ devido a recuperações mais elevadas na Europa e à venda do negócio espanhol.

O total de despesas operacionais, excluindo itens assinaláveis, melhorou em 28% para 2 123M£, refletindo poupanças vinda das vendas do negócio espanhol, do Barclays Wealth Americas e de vários negócios de investimento principais, assim como uma redução nos encargos de conduta e litígio.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes ao custo de amortização decresceram 27% para 51,8mM£, devido à reclassificação de ativos da anunciada venda dos negócios português e italiano para ativos detidos para venda, bem como à redução e abandono de ativos de bancos de investimentos históricos.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados decresceram 26% para 213,7mM£ e 28% para 202,1mM£ respetivamente, principalmente como resultado de uma redução comercial.

Os ativos totais diminuíram 176,6mM£ para 323,8mM£, devido à redução de acordos de revenda e de outros empréstimos garantidos similares, e a menores ativos de instrumentos financeiros derivados.

A exposição à alavancagem decresceu 167mM£ para 148,7mM£, primariamente devido a acordos de revenda, potencias exposições futuras sobre derivados e ativos da carteira de negociação.

Os APRs diminuíram 34,8mM£ para 54,3mM£, impulsionados pela venda do negócio espanhol, a redução ativa de produtos de crédito e de estruturas anteriores e desenvolvimentos comerciais derivados.

Nota
a Consultar as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento.

Operação Descontinuada: Banca de África

A 1 de março de 2016, o Barclays anunciou a sua intenção de vender a participação do Grupo na BAGL. Esta venda tem como objetivo atingir um grau que permita a desconsolidação de uma perspetiva contabilística e regulamentar, sujeita a aprovação dos acionistas e entidades reguladoras, conforme os requisitos. A 5 de maio de 2016, o Barclays executou a primeira tranche da venda da participação do Grupo na BAGL, com a venda de 12,2% do capital social emitido. Após a conclusão da venda, a posição do Barclays representa 50,1% do capital social emitido da BAGL.

Os termos das providências de serviços transitórios e pagamentos de separação relacionados foram acordados com a BAGL e submetidos aos reguladores relevantes como parte do pedido para aprovação da venda por parte do Barclays abaixo dos 50% de participação. Estes termos de separação propostos incluem contribuições que totalizam 765M£ das quais 27,5M£ foram pagas em 2016, com o resto a ser pago ao longo do período até à conclusão de qualquer venda inicial da participação do Barclays na BAGL para menos de 50%. A maioria destes fundos seriam usados para o BAGL se separar do grupo Barclays, incluindo a cessação do Acordo Global de Serviços vigente, investimentos na marca, operações e tecnologia, e cobertura de despesas relacionadas com a separação. Além disso, o Barclays irá contribuir com um montante equivalente a 1,5% da capitalização de mercado da BAGL para um novo esquema de Emancipação Económica da População Negra, que representa aproximadamente 130M£ ao preço de ação e taxa de câmbio da ZAR a 31 de dezembro de 2016, e espera incorrer noutras despesas operacionais no que respeita à execução da separação de negócios sob as provisões de serviços transitórios.

Estas contribuições propostas foram tomadas em conta ao avaliar se qualquer imparidade do grupo de liquidação da BAGL era necessária no balanço do Grupo. Não foi necessária qualquer imparidade do grupo de alienação da BAGL a 31 de dezembro de 2016, uma vez que o valor de mercado da BAGL, deduzindo os custos estimados de venda ao valor por acção de final do ano e à taxa de câmbio da ZAR, foi de 8,4mM£, o qual foi superior ao valor contabilístico de ativos da BAGL nessa data, de 7,3mM£, mais os custos de separação propostos em cima.

O negócio Africa Banking cumpre os requisitos para ser apresentado com uma operação descontinuada. Nesse sentido, estes resultados foram apresentados como duas linhas na face da declaração de rendimentos do Grupo, representando o lucro após impostos e a participação não-controladora no que respeita à operação descontinuada. Se o justo valor da BAGL fosse baseado no preço das ações cotadas, deduzindo os custos de venda estimados, de forma a ficar abaixo do valor contabilístico dos ativos líquidos da BAGL, incluindo *goodwill* na aquisição, uma imparidade à participação do Barclays na BAGL resultante seria também reconhecida nestas linhas.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração dos resultados			
Rendimento de juros líquido	**2 169**	1 950	1 994
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**1 577**	1 464	1 532
Rendimento total	**3 746**	3 414	3 526
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(445)**	(353)	(347)
Rendimento operacional líquido	**3 301**	3 061	3 179
Despesas operacionais	**(2 345)**	(2 091)	(2 199)
Imposto bancário do Reino Unido	**(65)**	(50)	(44)
Litígios e conduta	**–**	–	(2)
Despesas operacionais totais	**(2 410)**	(2 141)	(2 245)
Outros rendimentos líquidos	**6**	7	10
Lucro antes de impostos	**897**	927	944
Lucros após impostos	**591**	626	653
Lucro atribuível	**189**	302	334
Informação do balanço patrimonial	**mM£**	mM£	mM
Total de ativos[a]	**65,1**	47,9	53,7
Ativos ponderado pelo risco[a]	**42,3**	31,7	36,7
Factos principais			
Fim do período - ZAR/GBP	**16,78**	23,14	18,03
Média – ZAR/GBP[b]	**20,04**	19,57	17,84
Preço por ação do Barclays Africa Group Limited (ZAR)	**168,69**	143,49	182,00
Número de ações do Barclays Africa Group Limited (m)	**848**	848	848
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	**40 800**	41 500	42 300

Notas
a Os ativos Africa Banking detidos para venda e os APRs são comunicados à Sede do Core.
b A taxa média deriva das taxas diárias à vista durante o ano.

Análise de Margens

O total de rendimentos de juros líquidos do Barclays UK e Barclays International aumentou 5% para 10,3mM£, devido a um aumento nos ativos médios por cliente para 274,6mM£ (2015: 268,8mM£) com um crescimento no Barclays International, enquanto o Barclays UK permaneceu estável. A margem de juros líquidos aumentou 11mM£ para 3,76%, primariamente devido ao crescimento em juros de crédito concedido dentro da carteira de cartões do Barclays International e margens mais elevadas em depósitos no Barclays UK.

O rendimento de juros líquidos do Grupo decresceu para os 10,5mM£ (2015:10,6mM£), incluindo contribuições líquidas de cobertura estrutural de 1,5mM£ (2015: 1,4mM£).

A margem de juros líquidos por negócio reflete os movimentos nas taxas de financiamento internas do Grupo, as quais são baseadas no custo para o Grupo de financiamento alternativo em mercados grossistas. A taxa de financiamento interno tabela o financiamento dentro do grupo e a liquidez para dar crédito de forma apropriada a negócios com excesso de liquidez e cobrar aos negócios com necessidade de financiamento alternativo a uma taxa que é baseada em taxas de mercado em vigor e que inclui prémios de risco.

	Ano terminado a 31 de dezembro de 2016			Ano terminado a 31 de dezembro de 2015		
	Juros líquidos Rendimento M£	**Média de ativos por cliente M£**	**Juros líquidos margem M£**	Juros líquidos Rendimento M£	Média de ativos por cliente M£	Juros líquidos margem M£
Barclays UK	**6 048**	**167 233**	**3,62**	5 973	167 599	3,56
Barclays International[a]	**4 275**	**107 333**	**3,98**	3 841	101 164	3,80
Total do Barclays UK e Barclays International	**10 323**	**274 566**	**3,76**	9 814	268 763	3,65
Outros[b]	**214**			794		
Rendimento líquido dos juros	**10 537**			10 608		

Notas
a As margens do Barclays International foram redefinidas de modo a incluir juros sobre créditos dentro do negócio da banca de investimento.
b A categoria Outros inclui a Sede, o Barclays Non-Core e saldos da banca de investimento não relacionados com empréstimos.

Medidas de desempenho Não-IFRS

A gestão do Barclays acredita que as medidas de desempenho não-IFRS incluídas neste documento fornecem informação valiosa aos leitores das declarações financeiras uma vez que permitem ao leitor identificar uma base de comparação mais consistente para o desempenho dos negócios entre períodos financeiros, e fornecer mais detalhes relacionados com os elementos do desempenho que os diretores destes negócios podem influenciar de forma mais direta ou que sejam relevantes para uma avaliação do Barclays PLC e das suas subsidiárias (o Grupo). Também refletem um aspeto importante sobre a forma como as metas operacionais são definidas e como o desempenho é monitorizado pela gestão do Barclays.

Também podem ser apresentadas medidas de desempenho Não-IFRS e IFRS numa base de exclusão de itens assinaláveis. Consideram-se tens assinaláveis os itens significativos com impacto sobre a comparabilidade do desempenho.

Quaisquer medidas de desempenho Não-IFRS neste documento não são substitutos para medidas IFRS e os leitores devem considerar também as medidas IFRS.

Glossário de medidas de desempenho Non-IFRS

Medida	Definição
Barclays Core	O Barclays Core inclui o Barclays UK, o Barclays International e a Sede. A reconciliação de resultados legais do Core e resultados excluindo itens assinaláveis está incluída na página 260.
Retorno do capital tangível dos acionistas	O rendimento legal após impostos atribuível a acionistas ordinários, incluindo um ajuste para o crédito fiscal em reservas no que diz respeito a outros instrumentos de capital, como uma proporção do capital médio de acionistas excluindo interesses não controladores e outros instrumentos de capital ajustados para a dedução de ativos intangíveis e *goodwill*. Os componentes dos cálculos foram incluídos nas páginas 264 e 265.
Returno do capital tangível de acionistas médio atribuído	O rendimento legal após impostos atribuível a acionistas ordinários, incluindo um ajuste para o crédito fiscal em reservas no que diz respeito ao outros instrumentos de capital, como uma proporção do capital tangível médio atribuído. Os componentes dos cálculos foram incluídos nas páginas 264 e 265.
Capital tangível atribuído no final do período	O capital tangível atribuído é calculado como 11,5% dos ativos CRD IV ponderados pelo risco totalmente carregados para cada negócio, ajustados para deduções de capital CRD IV totalmente carregadas, e excluindo *goodwill* e ativos intangíveis, o que reflete as premissas que o Grupo usa para efeitos de planeamento de capital. O capital tangível da Sede representa a diferença entre capital tangível do Grupo e os montantes atribuídos aos negócios. Calculado como a média do capital tangível de acionistas no final do mês dentro do período.
Média do capital tangível dos acionistas	Calculado como a média do capital tangível de acionistas atribuído no final do mês dentro do período.
Média do capital tangível de acionistas atribuído	
Rácio custo:rendimento	Total de despesas operacionais divididas pelo rendimento total.
Contribuição de ganhos/(perdas) básicos por ação (Barclays Core e Non-Core)	O cálculo é consistente com a medida IFRS e aplicado ao Barclays Core e Non-Core: lucro legal após impostos atribuível a acionistas ordinários, incluindo um ajuste para o crédito fiscal em reservas no que diz respeito ao outros instrumentos de capital, dividido pelo número médio base ponderado de ações do Grupo. Os componentes do cálculo foram incluídos na página 266.
Taxa de perdas pela concessão de crédito	É indicada em pontos base (bps) e representa o total de imparidades de crédito dividido pelos créditos brutos e adiantamentos aos clientes e bancos detidos ao custo amortizado à data do balanço.
Rácio empréstimo:depósito	Empréstimos e adiantamentos divididos pelas contas de clientes calculado para o Barclays UK, o Barclays International e o Non-Core, excluindo negócios de banca de investimento. Isto exclui passivos específicos emitidos por negócios retalhistas que têm características comparáveis a depósitos de retalho (por exemplo, Certificados de Depósito estruturados e títulos de retalho), os quais estão incluídos nos títulos de dívida em circulação.
Itens assinaláveis	Consideram-se itens assinaláveis os itens significativos que têm impacto na comparabilidade do desempenho e que são exibidos para cada um dos segmentos de negócios. Está incluída uma reconciliação entre os resultados legais e os resultados sem os itens assinaláveis nas páginas 261 a 263, incluindo medidas de desempenho relevantes.
Margem de juros líquidos	Rendimento de juros líquidos dividido pela soma da média de ativos de clientes. Os componentes do cálculo foram incluídos na página 258.
Valor de ativos tangíveis líquidos por ação	Calculado através da divisão do capital de acionistas, excluindo interesses não-controladores e outros instrumentos de capital, menos o *goodwill* e ativos intangíveis, pelo número de ações ordinárias emitidas. Os componentes do cálculo foram incluídos na página 266.

Análise financeira

Medidas de desempenho Não-IFRS

Reconciliação do Barclays Core

	Barclays Reino Unido M£	Barclays International M£	Sede M£	Barclays Core M£	Barclays Reino Unido M£	Barclays International M£	Sede M£	Barclays Core M£	Barclays Reino Unido M£	Barclays International M£	Sede M£	Barclays Core M£
para o ano que terminou a		31.12.16				31.12.15				31.12.14		
Rendimento total	**7 517**	**14 995**	**103**	**22 615**	7 343	13 747	338	21 428	7 436	12 908	276	20 620
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(896)**	**(1 355)**	**–**	**(2 251)**	(706)	(922)	–	(1 628)	(901)	(679)	–	(1 580)
Rendimento/(despesa) operacional líquido	**6 621**	**13 640**	**103**	**20 364**	6 637	12 825	338	19 800	6 535	12 229	276	19 040
Despesas operacionais	**(3 792)**	**(9 129)**	**(135)**	**(13 056)**	(3 464)	(8 029)	(272)	(11 765)	(4 108)	(8 170)	(70)	(12 348)
Imposto bancário do Reino	**(48)**	**(284)**	**(2)**	**(334)**	(77)	(253)	(8)	(338)	(59)	(248)	(9)	(316)
Litígios e conduta	**(1 042)**	**(48)**	**(27)**	**(1 117)**	(2 511)	(1 310)	(66)	(3 887)	(1 108)	(1 333)	(65)	(2 506)
Despesas operacionais	**(4 882)**	**(9 461)**	**(164)**	**(14 507)**	(6 052)	(9 592)	(346)	(15 990)	(5 275)	(9 751)	(144)	(15 170)
Outros rendimentos/(despesas)	**(1)**	**32**	**128**	**159**	–	45	(106)	(61)	–	52	316	368
Lucro/(perda) antes de	**1 738**	**4 211**	**67**	**6 016**	585	3 278	(114)	3 749	1 260	2 530	448	4 238
Lucro/(perda) atribuível	**828**	**2 412**	**110**	**3 350**	(47)	1 758	11	1 722	852	926	374	2 152
Média do capital tangível atribuído (mM£)	**8,9**	**25,5**	**6,5**	**41,0**	9,3	24,9	2,6	36,8	9,1	25,0	(2,7)	31,4
Ativos ponderados pelo risco	**67,5**	**212,7**	**53,3**	**333,5**	69,5	194,8	39,7	304,1	69,3	201,7	41,8	312,8
Itens assinaláveis												
Rendimento total												
Crédito próprio	**–**	**–**	**(35)**	**(35)**	–	–	430	430	–	–	34	34
Ganho sobre a alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited	**151**	**464**	**–**	**615**	–	–	–	–	–	–	–	–
Ganhos em ativos da aquisição do US Lehman	**–**	**–**	**–**	**–**	–	496	–	496	–	461	–	461
Litígios e conduta												
Provisões para a compensação de clientes do PPI	**(1 000)**	**–**	**–**	**(1 000)**	(2 431)	(218)	–	(2 649)	(1 067)	32	–	(1 035)
Provisões para investigações incluindo matérias cambiais	**–**	**–**	**–**	**–**	–	(984)	(52)	(1 036)	–	(1 250)	–	(1 250)
Despesas operacionais												
Ganhos na avaliação de um componente do passivo definido para benefícios de	**–**	**–**	**–**	**–**	296	133	–	429	–	–	–	–
Outras despesas líquidas												
Perda nas vendas Com os negócios espanhóis, portugueses e italianos	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	(112)	(112)	–	–	315	315
Total de itens assinaláveis	**(849)**	**464**	**(35)**	**(420)**	(2 135)	(573)	266	(2 442)	(1 067)	(757)	349	(1 475)
Resultados excluindo itens assinaláveis												
Rendimento total	**7 366**	**14 531**	**138**	**22 035**	7 343	13 251	(92)	20 502	7 436	12 447	242	20 125
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(896)**	**(1 355)**	**–**	**(2 251)**	(706)	(922)	–	(1 628)	(901)	(679)	–	(1 580)
Rendimento/(despesa) operacional líquido	**6 470**	**13 176**	**138**	**19 784**	6 637	12 329	(92)	18 874	6 535	11 768	242	18 545
Despesas operacionais	**(3 792)**	**(9 129)**	**(135)**	**(13 056)**	(3 760)	(8 162)	(272)	(12 194)	(4 108)	(8 170)	(70)	(12 348)
Imposto bancário do Reino	**(48)**	**(284)**	**(2)**	**(334)**	(77)	(253)	(8)	(338)	(59)	(248)	(9)	(316)
Litígios e conduta	**(42)**	**(48)**	**(27)**	**(117)**	(80)	(108)	(14)	(202)	(41)	(115)	(65)	(221)
Despesas operacionais	**(3 882)**	**(9 461)**	**(164)**	**(13 507)**	(3 917)	(8 523)	(294)	(12 734)	(4 208)	(8 533)	(144)	(12 885)
Outros rendimentos/(despesas)	**(1)**	**32**	**128**	**159**	–	45	6	51	–	52	1	53
Lucro/(perda) antes de	**2 587**	**3 747**	**102**	**6 436**	2 720	3 851	(380)	6 191	2 327	3 287	99	5 713
Lucro/(perda) atribuível	**1 685**	**1 961**	**135**	**3 781**	1 961	2 320	(176)	4 104	1 707	1 734	114	3 555

Resultados excluindo itens assinaláveis

	Resultados Barclays Core regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis
Para o ano findo a	31.12.16			31.12.15			31.12.14		
Informações da demonstração	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento de juros líquido	**10 377**	**–**	**10 377**	9 993	–	9 993	9 496	–	9 496
Rendimento líquido de taxas, comissões	**12 238**	**580**	**11 658**	11 435	926	10 509	11 124	495	10 629
Rendimento total	**22 615**	**580**	**22 035**	21 428	926	20 502	20 620	495	20 125
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(2 251)**	**–**	**(2 251)**	(1 628)	–	(1 628)	(1 580)	–	(1 580)
Rendimento operacional	**20 364**	**580**	**19 784**	19 800	926	18 874	19 040	495	18 545
Despesas operacionais	**(13 056)**	**–**	**(13 056)**	(11 765)	429	(12 194)	(12 348)	–	(12 348)
Imposto bancário do Reino Unido	**(334)**	**–**	**(334)**	(338)	–	(338)	(316)	–	(316)
Despesas operacionais totais excluindo litígios e conduta	**(13 390)**	**–**	**(13 390)**	(12 103)	429	(12 532)	(12 664)	–	(12 664)
Litígios e conduta	**(1 117)**	**(1 000)**	**(117)**	(3 887)	(3 685)	(202)	(2 506)	(2 285)	(221)
Despesas operacionais totais	**(14 507)**	**(1 000)**	**(13 507)**	(15 990)	(3 256)	(12 734)	(15 170)	(2 285)	(12 885)
Outros rendimentos líquidos	**159**	**–**	**159**	(61)	(112)	51	368	315	53
Lucro antes de impostos	**6 016**	**(420)**	**6 436**	3 749	(2 442)	6 191	4 238	(1 475)	5 713
Lucro atribuível	**3 350**	**(431)**	**3 781**	1 722	(2 383)	4 105	2 152	(1 403)	3 555
Medidas de desempenho									
Retorno do capital tangível médio atribuído	**8,4%**		**9,4%**	4,8%		11,2%	7,0%		11,2%
Rácio custo:rendimento	**64%**		**61%**	75%		62%	74%		64%

	Resultados Barclays Non-Core regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens
Para o ano findo a	31.12.16			31.12.15			31.12.14		
Informações da demonstração	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento de juros líquido	**160**	**–**	**160**	615	–	615	590	–	590
	(1 703)	**–**	**(1 703)**	(706)	–	(706)	(590)	–	(590)
Rendimento de negociação	**379**	**–**	**379**	703	–	703	1 143	(935)	2 078
Rendimento total	**(1 164)**	**–**	**(1 164)**	612	–	612	1 143	(935)	2 078
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(122)**	**–**	**(122)**	(134)	–	(134)	(241)	–	(241)
Rendimentos/(despesas) operacionais líquidos	**(1 286)**	**–**	**(1 286)**	478	–	478	902	(935)	1 837
Despesas operacionais	**(1 509)**	**–**	**(1 509)**	(1 958)	(99)	(1 859)	(2 611)	–	(2 611)
Imposto bancário do Reino Unido	**(76)**	**–**	**(76)**	(88)	–	(88)	(102)	–	(102)
Litígios e conduta	**(246)**	**–**	**(246)**	(500)	(324)	(176)	(301)	(75)	(226)
Despesas operacionais totais	**(1 831)**	**–**	**(1 831)**	(2 546)	(423)	(2 123)	(3 014)	(75)	(2 939)
Outros rendimentos/(despesas)	**331**	**–**	**331**	(535)	(465)	(70)	(813)	(761)	(52)
Perdas antes de impostos	**(2 786)**	**–**	**(2 786)**	(2 603)	(888)	(1 715)	(2 925)	(1 771)	(1 154)
Perdas atribuíveis	**(1 916)**	**–**	**(1 916)**	(2 418)	(707)	(1 711)	(2 659)	(1 550)	(1 109)

Nota
a Consultar as páginas 246 e 255 para uma discriminação dos itens assinaláveis.

Análise financeira

Medidas de desempenho Não-IFRS

Resultados excluindo itens

	Resultados Barclays UK regulament	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis
Para o ano findo a		31.12.16			31.12.15			31.12.14	
Informações da demonstração dos	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento de juros líquido	**6 048**	**–**	**6 048**	5 973	–	5 973	5 839	–	5 839
Rendimento líquido de taxas, comissões e outros rendimentos	**1 469**	**151**	**1318**	1 370	–	1 370	1 597	–	1 597
Rendimento total	**7 517**	**151**	**7 366**	7 343	–	7 343	7 436	–	7 436
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(896)**	**–**	**(896)**	(706)	–	(706)	(901)	–	(901)
Rendimento operacional líquido	**6 621**	**151**	**6 470**	6 637	–	6 637	6 535	–	6 535
Despesas operacionais	**(3 792)**	**–**	**(3 792)**	(3 464)	296	(3 760)	(4 108)	–	(4 108)
Imposto bancário do Reino Unido	**(48)**	**–**	**(48)**	(77)	–	(77)	(59)	–	(59)
Litígios e conduta	**(1 042)**	**(1 000)**	**(42)**	(2 511)	(2 431)	(80)	(1 108)	(1 067)	(41)
Despesas operacionais totais	**(4 882)**	**(1 000)**	**(3 882)**	(6 052)	(2 135)	(3 917)	(5 275)	(1 067)	(4 208)
Outras despesas líquidas	**(1)**	**–**	**(1)**	–	–	–	–	–	–
Lucro antes de impostos	**1 738**	**(849)**	**2 587**	585	(2 135)	2 720	1 260	(1 067)	2 327
Lucro atribuível	**828**	**(857)**	**1 685**	(47)	(2 008)	1 961	852	(855)	1 707
Medidas de desempenho									
Retorno do capital tangível médio atribuído	**9,6%**		**19,3%**	(0,3%)		21,1%	9,5%		18,9%
Rácio custo:rendimento	**65%**		**53%**	82%		53%	71%		57%
Análise do rendimento total									
Banca Pessoal	**3 891**	**129**	**3 762**	3 714	–	3 714	3 788	–	3 788
Barclaycard Consumer UK	**2 022**	**–**	**2 022**	2 065	–	2 065	2 078	–	2 078
Património, Empreendedores e Banca Empresarial	**1 604**	**22**	**1 582**	1 564	–	1 564	1 570	–	1 570
Rendimento total	**7 517**	**151**	**7 366**	7 343	–	7 343	7 436	–	7 436

Resultados excluindo itens

	Resultados Barclays International regulament	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis
Para o ano findo a		31.12.16			31.12.15			31.12.14	
Informações da demonstração dos	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento de juros líquido	**4 512**	**–**	**4 512**	4 324	–	4 324	3 874	–	3 874
	4 580	**–**	**4 580**	3 782	–	3 782	3 533	–	3 533
Rendimento de negociação líquido	**5 903**	**464**	**5 439**	5 641	496	5145	5 501	461	5 040
Rendimento total	**14 995**	**464**	**14 531**	13 747	496	13 251	12 908	461	12 447
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(1 355)**	**–**	**(1 355)**	(922)	–	(922)	(679)	–	(679)
Rendimento operacional líquido	**13 640**	**464**	**13 176**	12 825	496	12 329	12 229	461	11 768
Despesas operacionais	**(9 129)**	**–**	**(9 129)**	(8 029)	133	(8 162)	(8 170)	–	(8 170)
Imposto bancário do Reino Unido	**(284)**	**–**	**(284)**	(253)	–	(253)	(248)	–	(248)
Litígios e conduta	**(48)**	**–**	**(48)**	(1 310)	(1 202)	(108)	(1 333)	(1 218)	(115)
Despesas operacionais totais	**(9 461)**	**–**	**(9 461)**	(9 592)	(1 069)	(8 523)	(9 751)	(1 218)	(8 533)
Outros rendimentos líquidos	**32**	**–**	**32**	45	–	45	52	–	52
Lucro antes de impostos	**4 211**	**464**	**3 747**	3 278	(573)	3 851	2 530	(757)	3 287
Lucro atribuível	**2 412**	**451**	**1 961**	1 758	(562)	2 320	926	(808)	1 734
Medidas de desempenho									
Retorno do capital tangível médio atribuído	**9,8%**		**8,0%**	7,2%		9,5%	3,8%		7,0%
Rácio custo:rendimento	**63%**		**65%**	70%		64%	76%		69%

Nota
a Consultar as páginas 247 e 250 para uma discriminação dos itens assinaláveis.

Análise do Barclays International

Banca Corporativa e de Investimento	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis
Para o ano findo a		31.12.16			31.12.15			31.12.14	
Informações da demonstração dos	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento total	**10 533**	**–**	**10 533**	10 450	496	9 954	10 151	461	9 690
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(260)**	**–**	**(260)**	(199)	–	(199)	(87)	–	(87)
Despesas operacionais totais	**(7 624)**	**–**	**(7 624)**	(7 929)	(1 124)	(6 805)	(8 279)	(1 218)	(7 061)
Lucro antes de impostos	**2 650**	**–**	**2 650**	2 322	(628)	2 950	1 787	(757)	2 544
Medidas de desempenho									
Retorno do capital tangível médio atribuído	**6,1%**		**6,1%**	5,4%		8,2%	1,9%		5,6%

Consumidores, Cartões e Pagamentos	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis
Para o ano findo a		31.12.16			31.12.15			31.12.14	
Informações da demonstração	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento total	**4 462**	**464**	**3 998**	3 297	–	3 297	2 757	–	2 757
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(1 095)**	**–**	**(1 095)**	(723)	–	(723)	(592)	–	(592)
Despesas operacionais totais	**(1 837)**	**–**	**(1 837)**	(1 663)	55	(1 718)	(1 472)	–	(1 472)
Lucro antes de impostos	**1 561**	**464**	**1 097**	956	55	901	743	–	743
Medidas de desempenho									
Retorno do capital tangível médio atribuído	**31,4%**		**19,1%**	20,2%		18,9%	17,8%		17,8%

Sede	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis	Resultados regulamentares	Itens assinaláveis[a]	Resultados excluindo itens assinaláveis
Para o ano findo a		31.12.16			31.12.15			31.12.14	
Informações da demonstração	**M£**	**M£**	**M£**	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Rendimento de juros líquido	**(183)**	**–**	**(183)**	(305)	–	(305)	(216)	–	(216)
Rendimento líquido de taxas, comissões	**286**	**(35)**	**321**	643	430	213	492	34	458
Rendimento operacional	**103**	**(35)**	**138**	338	430	(92)	276	34	242
Despesas operacionais	**(135)**	**–**	**(135)**	(272)	–	(272)	(70)	–	(70)
Imposto bancário do Reino Unido	**(2)**	**–**	**(2)**	(8)	–	(8)	(9)	–	(9)
Litígios e conduta	**(27)**	**–**	**(27)**	(66)	(52)	(14)	(65)	–	(65)
Despesas operacionais totais	**(164)**	**–**	**(164)**	(346)	(52)	(294)	(144)	–	(144)
Outros rendimentos/(despesas)	**128**	**–**	**128**	(106)	(112)	6	316	315	1
Lucro/(perda) antes de	**67**	**(35)**	**102**	(114)	266	(380)	448	349	99
Lucro/(perda) atribuível	**110**	**(25)**	**135**	11	187	(176)	374	260	114

Nota
a Consultar a página 254 para uma discriminação dos itens assinaláveis.

Análise financeira

Medidas de desempenho Não-IFRS

Retornos

O retorno do capital tangível médio atribuído é calculado como lucro para o período atribuível aos acionistas ordinários da empresa-mãe (ajustado para o crédito fiscal registado nas reservas relativamente ao pagamento de juros noutros instrumentos de capital) dividido pelo capital tangível médio atribuído para o período adequado, excluindo interesses não-controladores e outros interesses de capital em negócios. O capital tangível atribuído é calculado como 11,5% dos ativos CRD IV ponderados pelo risco totalmente carregados para cada negócio, ajustados para deduções de capital CRD IV totalmente carregadas, e excluindo *goodwill* e ativos intangíveis, o que reflete as premissas que o Grupo usa para efeitos de planeamento de capital. O capital tangível da Sede representa a diferença entre o capital tangível do Grupo e os montantes atribuídos aos negócios.

	Ano terminado a 31.12.2016 M£	Ano terminado a 31.12.15 M£	Ano terminado a 31.12.14 M£
Lucro atribuível			
Barclays UK	**828**	(47)	852
Barclays International	**2 412**	1 758	926
Sede	**110**	11	374
Barclays Core	**3 350**	1 722	2 152
Barclays Non-Core	**(1 916)**	(2 418)	(2 659)
Operação descontinuada Africa Banking	**189**	302	334
Grupo Barclays	**1 623**	(394)	(174)
Crédito fiscal relativo ao pagamento de juros noutros instrumentos de capital	**M£**	M£	M£
Barclays UK	**29**	14	17
Barclays International	**83**	42	23
Sede	**(1)**	–	(1)
Barclays Core	**111**	56	39
Barclays Non-Core	**17**	14	14
Operação descontinuada Africa Banking	**–**	–	–
Grupo Barclays	**128**	70	54
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe	**M£**	M£	M£
Barclays UK	**857**	(33)	869
Barclays International	**2 495**	1 800	949
Sede	**109**	11	373
Barclays Core	**3 461**	1 778	2 191
Barclays Non-Core	**(1 899)**	(2 405)	(2 645)
Operação descontinuada Africa Banking	**189**	302	334
Grupo Barclays	**1 751**	(324)	(120)
Capital tangível médio atribuído	**mM£**	mM£	mM£
Barclays UK	**8,9**	9,3	9,1
Barclays International	**25,5**	24,9	25,0
Sede[a]	**6,5**	2,6	(2,7)
Barclays Core	**41,0**	36,8	31,4
Barclays Non-Core	**7,8**	10,9	15,6
Grupo Barclays	**48,7**	47,7	47,0
Retorno do capital tangível médio atribuído	**%**	%	%
Barclays UK	**9,6%**	(0,3%)	9,5%
Barclays International	**9,8%**	7,2%	3,8%
Barclays Core	**8,4%**	4,8%	7,0%
Grupo Barclays	**3,6%**	(0,7%)	(0,3%)

Nota
a Inclui a operação descontinuada da Africa Banking.

Resultados excluindo itens assinaláveis

	Ano terminado a 31.12.2016 M£	Ano terminado a 31.12.2015 M£	Ano terminado a 31.12.2014 M£
Lucro atribuível excluindo itens assinaláveis			
Barclays UK	**1 685**	1 961	1 707
Barclays International	**1 961**	2 320	1 734
Sede	**135**	(176)	114
Barclays Core	**3 781**	4 105	3 555
Barclays Non-Core	**(1 916)**	(1 711)	(1 109)
Operação descontinuada Africa Banking	**189**	302	334
Grupo Barclays	**2 054**	2 696	2 780
Crédito fiscal relativo ao pagamento de juros noutros instrumentos de capital			
Barclays UK	**29**	14	17
Barclays International	**83**	42	23
Sede	**(1)**	–	(1)
Barclays Core	**111**	56	39
Barclays Non-Core	**17**	14	14
Operação descontinuada Africa Banking	**–**	–	–
Grupo Barclays	**128**	70	54
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe, excluindo itens assinaláveis			
Barclays UK	**1 714**	1 975	1 724
Barclays International	**2 044**	2 362	1 757
Sede	**133**	(176)	126
Barclays Core	**3 891**	4 161	3 594
Barclays Non-Core	**(1 899)**	(1 697)	(1 095)
Operação descontinuada Africa Banking	**189**	302	334
Grupo Barclays	**2 182**	2 766	2 834
Capital tangível médio atribuído excluindo itens assinaláveis	**mM£**	mM£	mM£
Barclays UK	**8,9**	9,3	9,1
Barclays International	**25,5**	24,9	25,0
Head Office[a,b]	**6,8**	2,9	(1,9)
Barclays Core	**41,3**	37,2	32,2
Barclays Non-Core	**7,8**	10,9	15,6
Grupo Barclays	**49,0**	48,1	47,8
Retorno do capital tangível médio atribuído excluindo itens assinaláveis	**%**	%	%
Barclays UK	**19,3%**	21,1%	18,9%
Barclays International	**8,0%**	9,5%	7,0%
Barclays Core	**9,4%**	11,2%	11,2%
Grupo Barclays	**4,4%**	5,8%	5,9%

Notas
a Inclui a operação descontinuada da Africa Banking.
b Exclui o impacto cumulativo após impostos do crédito próprio.

Análise financeira

Medidas de desempenho Não-IFRS

Resultados por ação

	Ano terminado a 31.12.2016 M£	Ano terminado a 31.12.2015 M£	Ano terminado a 31.12.2014 M£
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe[a]			
Barclays Core	**3 461**	1 778	2 191
Barclays Non-Core	**(1 899)**	(2 405)	(2 645)
Operação descontinuada Africa Banking	**189**	302	334
Grupo Barclays[b]	**1 751**	(324)	(120)
	M£	M£	M£
Número médio ponderado base de ações	**16 860**	16 683	16 329
Resultados base por ação ordinária[a,b]	**p**	p	p
Contribuição Barclays Core	**20,5**	10,7	13,4
Contribuição Barclays Non-Core	**(11,3)**	(14,4)	(16,2)
Grupo Barclays	**10,4**	(1,9)	(0,7)
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe, excluindo itens assinaláveis[a]	**M£**	M£	M£
Barclays Core	**3 891**	4 161	3 594
Barclays Non-Core	**(1 899)**	(1 697)	(1 095)
Operação descontinuada Africa Banking	**189**	302	334
Grupo Barclays[b]	**2 182**	2 766	2 834
Resultados base por ação ordinária excluindo itens assinaláveis[a,b]	**p**	p	p
Contribuição Barclays Core	**23,1**	24,9	22,0
Contribuição Barclays Non-Core	**(11,3)**	(10,2)	(6,7)
Grupo Barclays	**12,9**	16,6	17,3

Valor líquido dos ativos tangíveis

	Ano terminado a 31.12.2016 M£	Ano terminado a 31.12.2015 M£	Ano terminado a 31.12.2014 M£
Capital total excluindo interesses não-controladores Outros instrumentos de capital	**64 873**	59 810	59 567
	(6 449)	(5 305)	(4 322)
Goodwill e ativos intangíveis[c]	**(9 245)**	(8 222)	(8 180)
Capital tangível dos acionistas excluindo interesses não-controladores atribuíveis a acionistas ordinários da empresa-mãe	**49 179**	46 283	47 023
	M£	M£	M£
Acções em circulação	**16 963**	16 805	16 498
	p	p	p
Valor líquido dos ativos tangíveis por ação	**290**	275	285

Notas
a O lucro para o período atribuível aos acionistas ordinários da empresa-mãe inclui o crédito fiscal registado nas reservas relativo ao pagamento de juros noutros instrumentos de capital. O crédito fiscal de 128M£ (2015: 70M£) é atribuído aos negócios proporcionalmente à distribuição dos pagamentos relativos a outros instrumentos de capital. b Inclui a operação descontinuada da Africa Banking
c O ano de 2016 inclui o *goodwill* e intangíveis relativos à Africa Banking, no valor de 1 519M£.

Demonstrações financeiras

Análise detalhada às nossas contas estatutárias, auditadas de forma independente, e incluindo a divulgação detalhada do desempenho financeiro do Grupo.

Demonstrações financeiras consolidadas		Página	Nota
	- Apresentação da informação	268	não
	- Relatório dos Auditores Independentes	269	não
	- Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficias de Contas	276	não
	- Demonstração de resultados consolidada	277	não
	- Demonstração de resultados detalhados consolidada	278	não
	- Balanço consolidado	279	não
	- Demonstração consolidada de alterações ao capital próprio	280	não
	- Demonstração de fluxos de caixa consolidada	281	não
	- Contas da Empresa-Mãe	282	não
	- Notas às demonstrações financeiras	284	não
	- Políticas contabilísticas significativas	284	1
Notas às demonstrações financeiras			
Desempenho/retorno			
	- Relatórios por setor	289	2
	- Resultados líquidos de juros	289	3
	- Resultados líquidos de taxas e comissões	290	4
	- Resultados líquidos de operações financeiras	290	5
	- Resultados líquidos de investimentos	291	6
	- Encargos com imparidades de crédito e outra provisões	291	7
Ativos e passivos avaliados pelo valor justo	- Encargos operacionais	293	8
	- Lucro/(perda) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures	293	9
	- Impostos	294	10
	- Resultados por ação	298	11
	- Dividendos de ações ordinárias	298	12
Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado	- Portfólio de operações financeiras	299	13
	- Ativos financeiros avaliados pelo justo valor	299	14
	- Instrumentos financeiros derivados	300	15
	- Investimentos financeiros	303	16
	- Passivos financeiros avaliados pelo justo valor	303	17
	- Valor justo dos instrumentos financeiros	304	18
	- Compensação de ativos e passivos financeiros	321	19
	- Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	322	20
	- Locações financeiras	322	21
	- Acordos de recompra inversa e de recompra. incluindo outros créditos e empréstimos semelhantes	323	22
Ativos não correntes e outros investimentos	- Ativos fixos tangíveis	324	23
	- Goodwill e ativos intangíveis	325	24
Acréscimos, provisões, contingentes e procedimentos legais	- Locações operacionais	327	25
	- Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos	328	26
	- Provisões	328	27
Instrumentos de capital, capital próprio e reservas	- Passivos e compromissos contingentes	330	28
	- Questões jurídicas, de concorrência e regulamentares	330	29
Benefícios dos empregados	- Passivos subordinados	339	30
	- Ações ordinárias, prémios de ações, e outro capital próprio	342	31
	- Reservas	343	32
Âmbito de consolidação	- Participações não-controladoras	343	33
	- Pagamentos com base em ações	345	34
	- Pensões e benefícios de reforma	346	35
Outros assuntos de divulgação	- Principais subsidiárias	352	36
	- Entidades estruturadas	353	37
	- Investimentos em associadas e joint ventures	356	38
	- Titularizações	357	39
	- Ativos hipotecados	359	40
	- Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores	360	41
	- Remuneração dos auditores	362	42
	- Gestão dos riscos financeiros, da liquidez e do capital	362	43
	- Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados	363	44
	- Barclays PLC (a Empresa-Mãe)	365	45
	- Negócios relacionados	366	46

Apresentação da informação

Abordagem do Barclays às divulgações
O Grupo pretende melhorar continuamente as suas divulgações e a sua utilidade para os leitores das demonstrações financeiras, à luz de práticas de mercado inovadores e das "áreas de interesse". Consequentemente, as divulgações do Barclays vão além dos padrões mínimos requeridos pelas normas contabilísticas e por outros requisitos regulamentares.

O Barclays continua a respeitar as recomendações e orientações apresentadas pelo Grupo de Trabalho para a Melhoria da Divulgação (EDTF). O EDTF foi formado pelo Conselho de Estabilidade Financeira com a atribuição de ampliar e aprofundar as divulgações de risco dos bancos globais numa série de áreas, nomeadamente na liquidez e no financiamento, no risco de crédito, e no risco de mercado. O Barclays adotou completamente estas recomendações ao longo do Relatório Anual e do Relatório do 3º Pilar.

Alinhado com as orientações do Conselho de Informação Financeira sobre relatórios Claros e Concisos, o Barclays concentrou os relatórios nos itens relevantes e tentou reorganizar a informação para auxiliar a compreensão dos utilizadores.

O Barclays é da opinião que as melhores divulgações continuarão a evoluir graças ao envolvimento contínuo dos mercados e das partes interessadas no setor bancário. O Barclays compromete-se a seguir o Código publicado para Divulgação de Informação Financeira (o Código). O Código estabelece cinco princípios para a divulgação, juntamente com orientações de apoio, que dizem que os bancos no Reino Unido devem:

- fornecer divulgações de alta qualidade, preponderantes, e úteis à tomada de decisão
- rever e melhorar as suas divulgações de instrumentos financeiros para áreas de interesse fundamentais
- avaliar a aplicabilidade e relevância das recomendações sobre as boas práticas nas suas divulgações, reconhecendo a importância dessas instruções
- procurar melhorar a comparabilidade de divulgação de demonstrações financeiras em todo o setor bancário do Reino Unido e
- diferenciar claramente nos seus relatórios anuais a informação que foi auditada da que não foi auditada.

Código para a Divulgação de Informação Financeira da Associação de Banqueiros Britânica (BBA)
O Barclays adoptou o Código da BBA para a Divulgação de Relatórios Financeiros e preparou o Relatório Anual e Contas de 2016 em conformidade com o Código.

As Contas Oficiais
As contas consolidadas do Barclays PLC e das suas subsidiárias são apresentadas nas páginas 277 a 281, juntamente com as contas do próprio Barclays PLC nas páginas 282 a 283. As políticas contabilísticas das páginas 284 a 288 e as Notas que iniciam na página 289 aplicam-se do mesmo modo a ambos os conjuntos de contas, a menos que seja referido em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade, de acordo com a Lei das Empresas de 2006, aplicável às empresas que usam o IFRS.

No dia 1 de março de 2016, o Barclays anunciou a sua intenção de vender as ações do Grupo no BAGL. Pretende-se que esta venda ocorra a um nível que permita a desconsolidação de uma perspetiva contabilística e regulamentar, sujeita às aprovações necessárias, tanto regulamentares como dos acionistas. Uma vez que a Africa Banking Business cumpre os requisitos para ser apresentada como operação descontinuada, estes resultados foram apresentados em duas linhas na frente da demonstração de resultados do Grupo, representando o lucro depois dos impostos e a participação não-controladora, respetivamente à operação descontinuada.

Relatórios de Requisitos de Capital País-a-País
O HM Treasury (Tesouro de Sua Majestade) transpôs os requisitos estabelecidos na Diretiva de Requisitos de Capital IV e publicou os Regulamentos de Relatórios de Requisitos de Capital País-a-País, em 2013. A legislação exige que o Barclays PLC publique informações adicionais em relação ao ano que terminou a 31 de dezembro de 2016. Estas informações estão disponíveis no website do Barclays: barclays.com/ citizenship/reports-and-publications/country-snapshot.html

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays PLC

Relatório sobre as demonstrações financeiras

A nossa opinião

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras do Grupo Barclays PLC e as demonstrações financeiras da Empresa-Mãe (as "demonstrações financeiras"):

- oferecem uma visão real e justa do estado dos negócios do Grupo e da Empresa-Mãe à data de 31 de dezembro de 2016 e dos lucros e fluxos de caixa do Grupo e da Empresa-Mãe referentes ao ano terminado nessa data
- foram adequadamente preparados de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS), conforme adotadas pela UE e
- foram preparados em conformidade com os requisitos da Lei das Empresas de 2006 e, no que se refere às demonstrações financeiras do Grupo, foram preparados em conformidade com o Artigo 4 das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS).

O que foi auditado

As demonstrações financeiras, incluídas no Relatório Anual, compreendem:

- os balanços patrimoniais consolidados da Empresa-Mãe a 31 de dezembro de 2016
- a Demonstração de resultados consolidada e da Empresa-Mãe e a Demonstração consolidada de rendimentos globais para o ano terminado nessa data
- as demonstrações de fluxos de caixa Consolidada e da Empresa-Mãe para o ano terminado nessa data
- as Demonstrações de alterações ao capital próprio Consolidada e da Empresa-Mãe para o ano terminado nessa data, e
- as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas.

Algumas divulgações obrigatórias foram apresentadas noutro ponto do Relatório Anual, em vez de serem apresentadas nas notas às demonstrações financeiras. Esses casos são referenciados nas demonstrações financeiras e foram identificados como auditados.

O enquadramento de relatórios financeiros aplicado na elaboração das demonstrações financeiras é o das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, bem como a legislação aplicável.

A nossa abordagem à auditoria

Visão Geral

Materialidade global do Grupo:
320M£, o que representa 5% do lucro antes dos impostos do Barclays Core, excluindo itens assinaláveis (conforme a reconciliação na página 260). O lucro antes dos impostos do Barclays Core, excluindo os itens assinaláveis, é um indicador financeiro essencial divulgado na Auditoria Financeira. Os itens assinaláveis e as atividades Non-Core são excluídos, uma vez que não representam verdadeiramente o desempenho subjacente do negócio.

Planeámos e definimos o âmbito da nossa auditoria para 2016, refletindo a reorganização do Grupo em resposta aos novos setores de informação divulgados no documento de reformulação do Barclays publicado em abril de 2016.

Consequentemente, definimos o Barclays UK e o Banco de Investimento, que forma parte do Barclays International, como componentes significativas do Grupo, sujeitas a uma auditoria a todas as suas informações financeiras.

Para as restantes componentes, incluindo as operações descontinuadas na Africa Banking, levámos a cabo auditorias a itens e contas específicas da demostração financeira, com base na significância financeira da componente.

As áreas de interesse da nossa auditoria, para as quais afetámos a maioria dos nossos recursos e esforços, foram:

- imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes
- valorização e contabilidade de instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor
- custos de compensação de conduta ao abrigo do Seguro de Proteção de Pagamentos
- provisões litigiosas e regulamentares
- sistemas informáticos e controlos sobre a informação financeira e
- provisão para posições fiscais incertas.

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays PLC

O âmbito da nossa auditoria e as nossas áreas de interesse
A auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda) ("ISAs (UK & Ireland)").

Estruturámos a nossa auditoria determinando a materialidade e avaliando os riscos de inexatidões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. Em particular, focámo-nos nas situações em que os Diretores fizeram juízos subjetivos, por exemplo no que diz respeito a estimativas contabilísticas significativas que envolveram fazer pressupostos e tomar em consideração acontecimentos futuros que são inerentemente incertos. Como em todas as nossas auditorias, abordámos o risco de a gerência se sobrepôr aos controlos internos, incluindo uma avaliação de possível parcialidade dos Diretores que represente um risco de distorções materialmente relevantes devido a fraude.

Os riscos de inexatidões materialmente relevantes que surtiram maior efeito na nossa auditoria, incluindo a afetação dos nossos recursos e esforços, foram identificados como "áreas de interesse" na tabela abaixo. Definimos a melhor forma de ajustar a nossa auditoria de forma a abordar estas áreas específicas, para dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras como um todo, e quaisquer comentários que façamos relativamente aos resultados dos nossos procedimentos devem ser interpretados nesse contexto. Esta lista não inclui todos os riscos identificados pela nossa auditoria. Todas estas áreas de interesse foram discutidas com o Comité de Auditoria do Conselho. O relatório do Comité relativo às questões que julgaram ser problemas significativos de informação nas demonstrações financeiras pode ser consultado nas páginas 60 a 62.

Área de interesse		Como a nossa auditoria abordou essa área de interesse
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	Focámo-nos nesta área porque os Diretores tomam decisões complexas e subjetivas tanto em relação ao tempo de reconhecimento da imparidade, como à estimativa da dimensão de tal imparidade. Nos empréstimos e adiantamentos grossistas, a porção relevante da imparidade é calculada individualmente. Para empréstimos e adiantamentos retalhistas, a porção relevante é calculada com base num modelo para portfólios e empréstimos e adiantamentos. Focámos a nossa auditoria nas áreas de imparidade relacionados especificamente com: Os pressupostos e juízos essenciais dos Diretores, subjacentes ao cálculo da imparidade retalhista sem garantia modelada (incluindo em relação a várias alterações na metodologia do modelo em 2016). Os pressupostos e juízos essenciais incluem o período de emergência usado para a imparidade não-identificada e a probabilidade de cálculo de incumprimento. Os ajustes posteriores ao modelo, efetuados em resposta a um leque de fatores internos identificados, tais como problemas no sistema e nos dados com impacto em modelos específicos de imparidade, e fatores externos como o contexto de taxas de juro constantemente baixas no Reino Unido. A exaustividade das contas do cliente incluídas no cálculo da imparidade, incluindo a forma como a imparidade não-identificada (clientes que experienciaram um incidente de perda que ainda não se manifestou num pagamento falhado ou outro indicador) e a tolerância são contabilizadas. Além disso, no caso dos grossistas, tivemos em conta o impacto dos preços continuamente baixos do petróleo, gás e bens essenciais na fiabilidade creditícia das contrapartes relevantes. Consulte as Notas 7 e 20 às demonstrações financeiras nas páginas 291 a 292 e 322 e as secções relevantes da Avaliação de Risco, a que estas fazem referência.	Avaliámos a estrutura e testámos a eficácia operacional dos controlos dos dados e cálculos de imparidade. Estes controlos incluíram os que dizem respeito à identificação de quais os empréstimos e adiantamentos com imparidade, a concessão e monitorização de tolerância, a transferência de dados (dos sistema da fonte para os sistemas de crédito, dos sistema de crédito para os modelos de imparidade, e do modelo de saída para a razão geral) e o cálculo das provisões de imparidade. Além disso, testámos os controlos informáticos relativamente ao funcionamento dos modelos, incluindo os controlo de acesso restrito e de gestão de alterações. Determinámos que podíamos confiar nestes controlos para os objetivos da nossa auditoria. Testámos os controlos ao nível da entidade e da unidade de negócios, ao longo do processo do modelo *end-to-end*, incluindo em relação à monitorização e validação do modelo, entradas e saídas do modelo e ajustes de gestão. Determinámos que podíamos confiar nestes controlos para os objetivos da nossa auditoria. Além disso, efetuámos testes exaustivos a uma amostra de modelos novos e existentes usados para calcular a imparidade, tanto identificada como não-identificada. Este teste variou com o portfólio, mas tipicamente incluiu uma combinação entre a reconstrução de um modelo independente, teste à codificação usada nos modelos de imparidade, repetição do cálculo, teste à extração de dados usada nos modelos, incluindo a classificação nas faixas de incumprimento, e teste e aplicação de sensibilidades aos principais pressupostos subjacentes. Testámos uma amostra de ajustes posteriores ao modelo, incluindo a consideração da base para o ajuste, a lógica aplicada, a fonte de dados usada, os pressupostos essenciais adotados e a sensibilidade do ajuste a esses pressupostos. Avaliámos a exaustividade dos ajustes posteriores ao modelo. Não encontrámos exceções substanciais durante os nossos testes aos modelos e controlos relevantes. Nos casos em que a imparidade foi calculada individualmente, testámos os controlos à identificação atempada de potenciais empréstimos com imparidade. Determinámos que podíamos confiar nestes controlos para os objetivos da nossa auditoria. Testámos uma amostra de empréstimos e adiantamentos para verificar se um incidente de perda (isto é, a altura em que é reconhecida a imparidade) tinha sido identificado atempadamente, incluindo, nos casos relevantes, como fora ponderada a tolerância. Nos casos em que a imparidade fora identificada, examinámos a valorização do negócio ou as previsões para os fluxos de caixa futuros elaboradas pela gerência para auxiliar o cálculo da imparidade, contestando os pressupostos e comparando as estimativas a indícios externos nos casos em que existiam. Não encontrámos exceções substanciais nestes testes. Examinámos uma amostra de empréstimos e adiantamentos que não tinham sido identificados pela gerência como potenciais casos de imparidade e formámos o nosso próprio juízo sobre se seria adequado inclui-los, utilizando indícios externos respetivos às contrapartes relevantes. Não encontrámos exceções substanciais nestes testes. Para os clientes expostos aos preços do petróleo, gás e bens essenciais, aumentámos os nossos testes a amostras de casos avaliados individualmente em termos de imparidade, incluindo os clientes identificados na lista de vigilância, e os que permaneceram bem cotados. Além disso, testámos os ajustes posteriores ao modelo relevantes e ponderámos a exaustividade da provisão de imparidade não-identificada para estes clientes. No caso de algumas provisões de imparidade, formámos uma opinião que diverge da perspetiva da gerência, mas do nosso ponto de vista enquadravam-se num intervalo razoável de resultados no contexto geral dos empréstimos e adiantamentos e das incertezas divulgadas nas demonstrações financeiras.

Área de interesse		Como a nossa auditoria abordou essa
Valorização e contabilidade de instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor	Uma das áreas de foco fundamentais é a carteira de créditos para a Educação, Alojamento Social e Autoridades Locais (ESHLA), de 8,9mM€, que requer um juízo significativo na metodologia de valorização,devido à disponibilidade limitada dos dados de mercado observáveis usados para calibrar os *spreads* de financiamento e crédito que compõem a valorização. Ao longo do ano, os Diretores renunciaram unilateralmente certas características de opção em todos os empréstimos para a ESHLA com essas características. Os Diretores formaram um juízo contabilístico significativo em torno das implicações desta ação e concluíram que se tratava de um caso de desreconhecimento destes empréstimos. Os Diretores concluíram que os novos empréstimos devem ser registados com o custo amortizado. Os Diretores tomaram decisões significativas devido à complexidade envolvida na valorização de alguns dos ativos e passivos. Estas decisões incluem: - A determinação de indicadores não-observáveis e a categorização de instrumentos financeiros com base na hierarquia de justo valor da norma IFRS13; - A metodologia e os indicadores de cálculo para os ajustes da valorização, incluindo o Ajuste do Valor Justo de Financiamento (FFVA), embora o juízo nesta área tenha descido à medida que a prática do setor se tornou mais uniformizada; e - Os casos em que existe uma divergência de valorização significativa de longa data, entre o Grupo e a contraparte, em relação a um portfólio derivado específico de longa data. Os Diretores definiram que a metodologia usada nas área de juízo acima é adequada. Consulte as notas 14 a 18 das demonstrações financeiras nas páginas 299 a 320.	Ao auditar o portfólio de empréstimos para a ESHLA, que é contabilizado ao justo valor, determinámos a adequação da metodologia de valorização e do nível de observância no mercado, incluindo uma investigação do *spread* de crédito comparável e a comparação de quaisquer observações às que são usadas pela gerência no Ajuste da Valorização de Crédito. Avaliámos independentemente a valorização de uma amostra de empréstimos e avaliámos a adequação dos ajustes ao justo valor específicos para a ESHLA. Testámos as decisões dos Diretores relativas ao caso de desreconhecimento do empréstimo à ESHLA e avaliámos a análise técnica contabilística da gerência. Com base nos nossos testes, determinámos que a renúncia às opções complexas foi um caso de desreconhecimento. Testámos o registo de novos empréstimos a custos amortizados, bem como os controlos aplicados às novas coberturas para esses empréstimos e concluímos que podíamos confiar nos mesmos para os objetivos da nossa auditoria. Para outras valorizações críticas ou complexas, regra geral, avaliámos a estrutura e testámos a eficácia operacional dos controlos essenciais de suporte à identificação, medição e supervisionamento do risco contabilístico dos instrumentos financeiros. Examinámos os controlos essenciais, incluindo o processo independente de verificação de preços, o processo de validação e aprovação do modelo, os controlos relativos às entradas de dados e indicadores para a valorização, a política de categorização hierárquica do justo valor, e os controlos de governação e relatórios. Efetuámos testes exaustivos dentro das seguintes áreas chave. Recorremos a peritos internos de valorização para levar a cabo valorizações independentes, com o objetivo de determinar se as valorizações da gerência se enquadravam num intervalo razoável. A revalorização englobou um leque de classes de produtos e foi efetuada nos níveis 1, 2 e 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 dentro do Grupo. Para valorizações que dependem de indicadores observáveis, avaliámos os pressupostos, as metodologias e os modelos usados pelos Diretores. Efetuámos uma valorização independente de uma amostra de posições, incluindo as que estavam relacionados com uma disparidade significativa na valorização. A metodologia e os pressupostos subjacentes aos ajustes essenciais da valorização, incluindo o Ajuste da Valorização de Crédito, o Ajuste da Valorização de Dívida e o Ajuste do Valor Justo de Financiamento, foram avaliados e comparados com o nosso conhecimento da prática corrente no setor. Para o FFVA, avaliámos até que ponto os custos do financiamento foram incorporados na valorização derivada referente à transação limitada observável e outros dados de mercado disponíveis. Realizámos testes para validar se a gerência atribuiu os instrumentos financeiros ao nível correto (1, 2 ou 3) na hierarquia do justo valor, em linha com a política definida, bem como se as classificações da política foram adequadas. Examinámos litígios relativos a garantias, ganhos e perdas em alienações e outros eventos que poderiam fornecer indicadores quanto à adequação das valorizações do Diretor. Examinámos a disparidade nas valorizações relativas ao portfólio de derivados de longa data. De um modo geral, no contexto das incertezas inerentes, conforme divulgadas nas demonstrações financeiras, a contabilidade foi adequada e as valorizações enquadraram-se num intervalo razoável de resultados.

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays PLC

Área de interesse		Como a nossa auditoria abordou essa área de interesse
Custos de compensação de conduta ao abrigo do Seguro de Proteção de Pagamentos	Focámo-nos na provisão de compensação de clientes, no valor de 2mM£, ao abrigo do Seguro de Proteção de Pagamentos (SPP), uma vez que a medição da provisão envolve um juízo e uma estimativa significativos por parte dos Diretores. Os Diretores desenvolveram uma metodologia de cálculo da provisão do SPP, que envolve o estabelecimento de pressupostos tais como reclamações futuras e custos de compensação. Estes pressupostos são inerentemente difíceis de estimar. Um dos fatores chave na incerteza da estimativa deste ano foi o documento de consulta 16/20 da Autoridade de Conduta Financeira, em que o prazo proposto para as reclamações dos consumidores relativas ao SPP foi adiado 12 meses, de junho de 2018 para junho de 2019. Os Diretores têm de fazer juízos significativos na atualização da sua metodologia de provisão do SPP, de forma a refletir o impacto que este e outros fatores possam ter sobre a provisão. Consulte a nota 7 das demonstrações financeiras nas páginas 328 e 329.	Avaliámos a estrutura e testámos a eficácia operacional dos controlos fundamentais ao processo de recolha de dados chave usado no modelo de cálculo da provisão do SPP. Determinámos que podíamos confiar nestes controlos para os objetivos da nossa auditoria. Examinámos o processo de recolha, análise e modelação de dados em torno do cálculo da provisão do SPP. Testámos a natureza, categorização e historial do volume de reclamações e montantes de liquidação, e avaliámos se os pressupostos de suporte ao cálculo da provisão – incluindo futuros volumes de reclamações e montantes de liquidação – eram adequados. Testámos a adequação do modelo provisão e os pressupostos subjacentes utilizados, particularmente como a gerência atualizou o seu modelo de provisão de forma a quantificar os fluxos de reclamações futuras e o prazo atualizado. Desenvolvemos e utilizámos o nosso modelo para testar diferentes cenários de provisão e comparámo-los aos intervalos da gerência. Não encontrámos exceções substanciais nestes testes. Avaliámos se as divulgações englobadas nas demonstrações financeiras abordam de forma adequada as incertezas significativas que existem em torno da determinação de provisões, bem como a sensibilidade das provisões às mudanças nos pressupostos subjacentes e o impacto do prazo atualizado proposto, e ajuizámos que se adequavam. Tivemos em consideração a sensibilidade da provisão a possíveis variações nestes pressupostos. Tais variações poderiam traduzir-se em montantes diferentes dos calculados pelos Diretores para algumas provisões, mas do nosso ponto de vista estas diferenças enquadraram-se no intervalo razoável de resultados, no contexto do grau de incerteza.
Provisões litigiosas e regulamentares	Focámo-nos nesta área porque o Grupo está sujeito a contestação nas questões jurídicas, regulamentares e de concorrência, muitas das quais fogem ao nosso controlo. Consequentemente, os Diretores ajuízam a incidência e a dimensão das obrigações resultantes do litígio ou das reclamações regulamentares ou de concorrência, que estão sujeitas ao futuro desfecho dos processos jurídicos e regulamentares. Consulte a nota 29 das demonstrações financeiras nas páginas 330 a 338.	Avaliámos e testámos a estrutura e a eficácia operacional dos controlos à identificação, avaliação, provisão e divulgação de questões jurídicas, regulamentares ou de concorrência. Determinámos que podíamos confiar nestes controlos para os objetivos da nossa auditoria. Dados os juízos significativos necessários, examinámos as provisões mais substanciais pormenorizadamente e procurámos indicadores adicionais. Ajuizámos a avaliação do Grupo relativa às análises da natureza e do estado dos litígios, reclamações e provisões, nos casos em que existiam, e discutimos com os conselheiros jurídicos internos no sentido de compreender a posição jurídica e a base das posições de risco substancial. Recebemos cartas jurídicas dos conselheiros jurídicos externos do Grupo, onde estabeleciam os seus pareceres em alguns casos. Especificamente, contestámos o tempo de reconhecimento para casos em que existe o potencial de exposição, mas não é evidente que deve ser criada a provisão, por exemplo, casos em que a obtenção de estimativas fiáveis é considerada impossível. Revimos a correspondência regulamentar com os reguladores no Reino Unido e nos Estados Unidos, para identificar potenciais investigações regulamentares que possam conduzir à necessidade de novas provisões. Conforme estabelecido nas demonstrações financeiras, o resultado das reclamações litigiosas e regulamentares depende do futura decisão dos processos jurídicos e regulamentares contínuos. Consequentemente, os cálculos das provisões estão sujeitos à incerteza inerente. Avaliámos se as divulgações englobadas nas demonstrações financeiras abordam adequadamente as incertezas significativas que existem em torno da decisão das reclamações litigiosas e regulamentares. Do nosso ponto de vista, as provisões foram definidas com base nas informações atualmente disponíveis ao Grupo e após a deliberação do conselho jurídico recebido pelo Grupo.

Área de interesse		Como a nossa auditoria abordou essa
Sistemas informáticos e controlos sobre a informação financeira	Identificámos sistemas informáticos e controlos manuais dependentes dos mesmos relativos à informação financeira como área de interesse, e uma das áreas que exigiu maior esforço. O objetivo deste trabalho foi apoiar a nossa capacidade de confiar nos controlos para os fins deste relatório, uma vez que os sistemas de contabilidade e informação financeira do Grupo dependem fortemente de sistemas complexos. Existe um risco de que os procedimentos contabilísticos automatizados e os controlos manuais dependentes das TI não estejam corretamente estruturados ou operacionais. Uma das áreas específicas de interesse esteve relacionada com a gestão de acesso lógico, incluindo acesso privilegiado e acesso de programador ao ambiente de produção. Durante o ano, identificámos várias lacunas de controlo através dos procedimentos de auditoria efetuados em relação ao acesso a infraestruturas financeiramente significativas.	Avaliámos a estrutura e testámos a eficácia operacional dos controlos à integridade contínua dos sistemas informáticos que são relevantes para a divulgação de informações financeiras. Examinámos o âmbito de governação sobre a organização informática do Grupo e os controlos ao acesso a programas e dados, alterações a programas, operações informáticas e desenvolvimento de programas. Nos casos em que foi necessário, testámos diretamente certos aspetos da segurança dos sistemas informáticos do Grupo, incluindo a gestão do acesso lógico e a separação de funções. Quando os controlos falharam, quer na estrutura quer na eficácia operacional, alterámos a nossa abordagem de auditoria e realizámos os seguintes procedimentos adicionais: - Identificámos controlos de compensação e verificámos se funcionavam eficazmente; - Aumentámos procedimentos substanciais de forma a mitigar as lacunas encontradas. Estes procedimentos adicionais mitigaram as lacunas encontradas e providenciaram os indicadores adicionais necessários à auditoria.
Provisão para posições fiscais incertas	Focámo-nos nesta área porque o Grupo está sujeito a tributação em muitas jurisdições e, em muitos casos, o tratamento fiscal final é incerto e indeterminado até que seja resolvido junto da autoridade fiscal relevante. Consequentemente, os Diretores ajuizaram a incidência e o montante das obrigações fiscais sujeitas aos resultados de avaliações futuras por parte de autoridades fiscais relevantes, bem como os procedimentos jurídicos potencialmente associados. Consulte a nota 10 das demonstrações financeiras nas páginas 294 a 297.	Os nossos peritos fiscais examinaram a correspondência entre o Grupo e as autoridades fiscais relevantes, e entre o Grupo e os seus conselheiros externos. Examinámos os assuntos sob disputa e usámos o nosso conhecimento jurídico nas jurisdições fiscais relevantes, e sobre outras questões fiscais semelhantes, para avaliar as provas disponíveis e as provisões criadas pelos Diretores. Conforme estabelecido nas demonstrações financeiras, uma vez que a resolução da posição fiscal do Grupo está sujeita a negociações futuras com várias autoridades fiscais, os cálculos das provisões estão sujeitos a uma incerteza inerente. Do nosso ponto de vista, as provisões enquadram-se num intervalo razoável de resultados no contexto dessa incerteza. Verificámos se as divulgações englobadas nas demonstrações financeiras abordam adequadamente quaisquer incertezas significativas que existam em torno da determinação das provisões.

Como adaptámos o âmbito da nossa auditoria

Adaptámos o âmbito da nossa auditoria de forma a garantir que trabalharíamos o suficiente para dar uma opinião relativa às demonstrações financeiras como um todo, tendo em conta a estrutura do Grupo, os processos e controlos da informação financeira, e o setor no qual o Grupo opera.

Definição do âmbito para as componentes

Planeámos e definimos o âmbito da nossa auditoria para 2016, refletindo a reorganização do Grupo, em resposta aos novos segmentos de informação do Grupo divulgados no documento de reformulação do Barclays, publicado em abril de 2016. A gerência passou a separar os seus resultados entre os negócios Core – as operações correntes do Barclays UK e do Barclays International – e Non-Core, negócios que pretendem vender ou excluir no futuro próximo. A Africa Banking é um segmento descontinuado, uma vez que a gerência pretende abandonar este negócio. Os segmentos da norma IFRS 8 pertencentes aos negócios Core foram determinados como o Barclays UK, o Barclays International e a Sede. Para fins de delimitação do âmbito da auditoria, as componentes auditadas são paralelas às principais divisões empresarias, e não aos segmentos de informação.

Determinámos que o Barclays UK é uma componente de auditoria financeiramente significativa no Grupo e sujeita a auditoria da totalidade das suas informações financeiras de objetivo específico, elaboradas para fins da consolidação do Grupo.

No Barclays International, determinámos que o Banco de Investimento é uma componente de auditoria financeiramente significativa no Grupo e sujeita a auditoria da totalidade das suas informações financeiras de objetivo específico, elaboradas para fins da consolidação do Grupo. Determinámos ainda que o Corporate International, o Barclaycard US e outras empresas de Pagamentos e Cartões de Crédito não são componentes de auditoria financeiramente significativas, por isso foram sujeitas a uma auditoria a itens individuais específicos das demonstrações financeiras, ou aos saldos contabilísticos.

Auditámos itens individuais específicos das demonstrações financeiras ou saldos contabilísticos da Sede, incluindo Tesouraria, Non-Core (incluindo procedimentos especificados relativos à imparidade na hipoteca em Itália), e operações descontinuadas da Africa Banking, inclusive quaisquer ganhos ou perdas nas vendas parciais até à data.

Auditámos cada um dos principais itens assinaláveis divulgados na Demonstração de Resultados Consolidada Sumária na Avaliação Financeira da página 244, nomeadamente:

- Ganhos na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited
- Provisões para a compensação de clientes do RU.

De forma a obter cobertura suficiente, aumentámos o nosso âmbito em certos itens individuais das demonstrações financeiras comparativamente ao nosso plano original. Isto deveu-se ao facto de a Africa Banking ter sido classificada como operação descontinuada, juntamente com a fraqueza da Libra Esterlina em comparação com o Dólar Americano e o Euro após o referendo da UE em junho de 2016, que exigiu que reavaliássemos os nossos níveis de cobertura para a segunda metade do ano.

Efetuámos procedimentos de auditoria nas componentes que abarcam 85% dos Rendimentos Totais do Grupo com uma base absoluta de 91% dos Ativos Totais do Grupo.

Efetuámos procedimentos analíticos ao nível do Grupo e testámos controlos transversais ao Grupo que nos permitiram determinar que não necessitam de obter mais indicadores de auditoria relativos à restante população.

Envolvimento com auditores de componentes

Decidimos se o trabalho seria feito por nós (relativamente à atividade no RU) ou por outras firmas da rede PwC sob as nossas instruções (relativamente à atividade fora do RU). Os territórios estrangeiros mais relevantes são os Estados Unidos, a África do Sul e a Índia.

Nos casos em que o trabalho foi feito por auditores de componentes de outras firmas da rede, o nosso envolvimento nesse trabalho englobou visitas aos auditores de componentes, incluindo em Nova Iorque, Delaware, Joanesburgo e Nova Deli, por parte de membros superiores do Grupo e equipas de revisão de componentes; revisão dos seus procedimentos de auditoria, incluindo a natureza, o tempo e a extensão do trabalho com impacto na opinião de auditoria ao Grupo, e comunicações frequentes da equipa de revisão do Grupo, de forma a verificar que o nosso plano de auditoria era executado adequadamente. A natureza, o tempo e a extensão do trabalho com impacto na opinião de auditoria ao Grupo são definidos

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays PLC

e monitorizados no Reino Unido, com o auxílio da equipa externa na fase de avaliação do risco.

Materialidade

O âmbito da nossa auditoria foi influenciado pela nossa definição de materialidade. Estabelecemos certos limites quantitativos para a materialidade. Estes, juntamente com as considerações qualitativas, ajudaram-nos a determinar o âmbito da nossa auditoria e a natureza, tempo e extensão dos nossos procedimentos de auditoria a itens e divulgações individuais das demonstrações financeiras, bem como na avaliação do efeito das inexatidões, tanto individualmente como nas demonstrações financeiras como um todo.

Com base na nossa opinião profissional, determinámos que a materialidade, para as demonstrações financeiras como um todo, é a seguinte:

Materialidade geral do Grupo	320M£ (2015: 313M£).
Como a determinámos	5% dos lucros antes do impostos do Barclays Core, excluindo itens assinaláveis. O desempenho do Barclays Non-Core e dos itens assinaláveis (crédito próprio, ganhos na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited e provisões para a compensação de clientes no RU) são divulgadas na Avaliação Financeira na página 244.
Fundamentação para o parâmetro de referência aplicado	O uso dos lucros antes dos impostos do Barclays Core, excluindo itens assinaláveis, é adequado, visto que evidencia os negócios subjacentes em que a gerência está focada e que restarão após a alienação dos Non-Core. O ajuste para os itens assinaláveis justifica-se com base no facto de os Diretores os considerarem de natureza histórica e que não refletem o desempenho dos negócios Core. Os lucros antes dos impostos dos negócios Core, excluindo itens assinaláveis, é uma medida crucial do desempenho, divulgada na Avaliação Financeira.

Acordámos com o Comité de Auditoria do Conselho que iriamos reportar-lhes quaisquer inexatidões acima dos 15M£ (2015: 15M£) identificadas na nossa auditoria,
bem como as inexatidões abaixo desse montante que, na nossa perspetiva, devem ser reportadas por motivos qualitativos.

Princípio de continuidade

Ao abrigo das Regras de Cotação, estamos obrigados a rever a declaração dos Diretores, apresentada na página 94, relativamente ao princípio de continuidade. Tendo efetuado a revisão, não temos nada a assinalar.

Ao abrigo das ISA (Reino Unido e Irlanda), devemos informar-vos se tivermos material a acrescentar ou destacar, quanto à declaração dos Diretores, sobre a questão de os Diretores consideraram ou não o princípio de continuidade adequado na elaboração das demonstrações financeiras. Não temos nada substancial a acrescentar ou a destacar.

Conforme expresso na sua declaração, os Diretores concluíram que é adequado adotar o princípio da continuidade na elaboração das demonstrações financeiras. O princípio da continuidade pressupõe que o Grupo e a Empresa-Mãe possuem recursos adequados para continuar em funcionamento, e que os Diretores pretendem que isso aconteça, durante pelo menos um ano a partir da data de assinatura das demonstrações financeiras. Ao chegar a esta conclusão, os Diretores tomaram em consideração a posição de capital regulamentar do Grupo, bem como a sua posição de financiamento e liquidez.

Como parte da nossa auditoria, concluímos que o uso, por parte dos Diretores, do princípio de continuidade é adequado. Contudo, dado que nem todos os eventos ou condições futuras podem ser previstos, estas demonstrações não garantem a capacidade do Grupo ou da Empresa-Mãe para continuar em operação com base no princípio da continuidade.

Outras informações necessárias

Consistência de outras informações e cumprimento dos requisitos aplicáveis

Informações ao abrigo da Lei das Empresas de 2006

Na nossa opinião, com base no trabalho que desenvolvemos ao longo da auditoria:

- as informações que constam no Relatório Estratégico e no Relatório dos Diretores, referentes ao ano fiscal a que as demonstrações financeiras dizem respeito, são consistentes com as demonstrações financeiras; e
- o Relatório Estratégico e o Relatório dos Diretores foram elaborados de acordo com os requisitos legais aplicáveis.

Além disso, face ao conhecimento e compreensão do Grupo e da Empresa-Mãe, bem como dos respetivos ambientes, obtidos durante a auditoria, devemos relatar se identificámos alguma inexatidão substancial no Relatório Estratégico e no Relatório dos Diretores. Não temos nada a relatar a este respeito.

Informação ao abrigo das ISAs (RU e Irlanda)

Ao abrigo das ISAs (RU e Irlanda) estamos obrigados a informar-vos se, na nossa opinião:	
- a informação no Relatório Anual for: – substancialmente inconsistente com a informação das demonstrações financeiras auditadas; ou – que aparente ser substancialmente incorreta, ou substancialmente inconsistente com base no nosso conhecimento do Grupo e da Empresa-Mãe obtido ao longo da nossa auditoria; ou – de outro modo enganosa.	Não temos exceções a reportar.
- a declaração fornecida pelos Diretores na página 94, em conformidade com a provisão C.1.1 do Código de Governação Corporativa do Reino Unido (o "Código") – na qual consideram o Relatório Anual, como um todo, justo, equilibrado e inteligível e que este fornece a informação necessária para os membros avaliarem a posição, o desempenho, o modelo e a estratégia de negócios do Grupo e da Empresa-Mãe – for substancialmente inconsistente com o nosso conhecimento do Grupo e da Empresa-Mãe obtido ao longo da nossa auditoria.	Não temos exceções a reportar.
- a secção do Relatório Anual na página 60, conforme requerida pela provisão C.3.8 do Código, descrevendo o trabalho do Comité de Auditoria do Conselho, não abordar adequadamente as questões que nos foram comunicadas por esse Comité.	Não temos exceções a reportar.

A avaliação , por parte dos Diretores, das projeções do Grupo e dos principais riscos que podem ameaçar a solvência ou liquidez do mesmo

Ao abrigo das ISAs (RU e Irlanda) somos obrigados a informar-vos se tivermos algo substancial a acrescentar ou destacar relativamente:	
- à confirmação dos Diretores no Relatório Anual, de acordo com a provisão C.2.1 do Código, de que estes levaram a cabo uma avaliação robusta dos principais riscos que o Grupo enfrenta, incluindo os que possam ameaçar o seu modelo de negócio, desempenho futuro, solvência ou liquidez.	Não temos nada substancial a acrescentar ou destacar.
- as divulgações no Relatório Anual que descrevem estes riscos e explicam como podem ser geridos ou mitigados.	Não temos nada substancial a acrescentar ou destacar.
- a explicação dos Diretores no Relatório Anual, de acordo com a provisão C.2.2 do Código, sobre como avaliaram as projeções do Grupo, qual o período abrangido e porque consideraram esse período adequado; bem como a declaração das suas expetativas razoáveis quanto à possibilidade de o Grupo continuar em funcionamento e cumprir as suas obrigações, à medida que estas vencem, dentro do período da avaliação, incluindo quaisquer divulgações associadas que chamem a atenção para qualificações ou pressupostos necessários.	Não temos nada substancial a acrescentar ou destacar.

Ao abrigo das Regras de Cotação temos de rever a declaração dos Diretores de que efetuaram uma avaliação robusta dos principais riscos que o Grupo enfrenta, bem como a declaração relativa à viabilidade a longo prazo do Grupo, apresentada na página 41. A nossa revisão foi substancialmente menor em termos de âmbito e consistiu apenas num averiguamento, tendo em consideração o processo dos Diretores de apoio às suas declarações; verificar se as declarações estão alinhadas com as provisões relevantes do Código; e apurar se as declarações são consistentes com o conhecimento que adquirimos ao longo da nossa auditoria. Tendo efetuado a nossa revisão, não temos nada a relatar.

Adequação dos registos contabilísticos e informações e explicações recebidas

A Lei das Empresas 2006 obriga-nos a relatar se, na nossa opinião:

- não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a realização da nossa auditoria; ou
- não foram mantidos registos contabilísticos adequados pela Empresa-Mãe, ou se não foram recebidos resultados adequados para a nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- as demonstrações financeiras da Empresa-Mãe e a parte do Relatório que diz respeito à Remuneração dos Directores auditados não estão em conformidade com os registos e resultados contabilísticos.

Não existem exceções a reportar resultantes desta responsabilidade.

Remuneração dos Diretores

Relatório de Remuneração dos Diretores - opinião relativa à Lei das Empresas de 2006

Na nossa opinião, a secção do Relatório sobre a Remuneração dos Diretores auditada foi adequadamente preparada em conformidade com a Lei das Empresas de 2006.

Outras informações ao abrigo da Lei das Empresas de 2006

A Lei das Empresas de 2006 obriga-nos a relatar se, na nossa opinião, não estiverem a ser efetuadas certas divulgações especificadas na lei, que dizem respeito à remuneração dos Diretores. Não temos exceções a relatar decorrentes desta responsabilidade.

Declaração de governação corporativa

Ao abrigo das Regras de Cotação, somos obrigados a rever a secção da Declaração de Governação Corporativa relativa a dez provisões adicionais do Código. Tendo efetuado a nossa revisão, não temos nada a relatar.

Responsabilidades para as demonstrações financeiras e a auditoria As nossas responsabilidades e as dos Diretores

Conforme é explicado em maior detalhe na Declaração de Responsabilidades dos Diretores, apresentada na página 94, os Diretores são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e por garantirem que estas oferecem uma visão verdadeira e justa.

A nossa responsabilidade consiste em auditar e exprimir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, em conformidade com a lei aplicável e com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISAs do Reino Unido e Irlanda"). Estas normas obrigam-nos a cumprir as Normas Éticas para Auditores do Conselho para as Práticas de Auditoria.

Este relatório, incluindo as opiniões nele contidas, foi preparado exclusivamente para os membros da Empresa-Mãe enquanto órgão, conforme o Capítulo 3 da Secção 16 da Lei das Empresas de 2006, e não para qualquer outro fim. Ao exprimir estas opiniões, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade, relativamente a qualquer outro fim ou a qualquer outra pessoa a quem este relatório possa ser apresentado ou que tenha acesso ao mesmo, salvo quando expressamente autorizado pelo nosso consentimento prévio por escrito.

O que engloba uma auditoria às demonstrações financeiras

Uma auditoria engloba a obtenção da confirmação de que as importâncias e a divulgação dessas importâncias nas demonstrações financeiras é suficiente como garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm qualquer inexatidão substancial, quer seja provocada por fraude ou erro. Isto inclui uma avaliação:

- à adequabilidade das políticas contabilísticas relativamente às circunstâncias do Grupo e da Empresa-Mãe, e se as políticas foram aplicadas de forma consistente e devidamente divulgadas;
- à razoabilidade das estimativas contabilísticas significativas feitas pelos Diretores; e
- à apresentação global das demonstrações financeiras.

O nosso trabalho é principalmente centrado nestas áreas, avaliando as decisões dos Diretores quanto aos indicadores disponíveis, formando as nossas próprias decisões, e avaliando as divulgações nas demonstrações financeiras.

Testamos e examinamos a informação, usando técnicas de amostragem e outras técnicas de auditoria, até à medida que consideramos necessária para fornecer uma base razoável à elaboração de conclusões. Obtemos os indicadores da auditoria através de testes à eficácia dos controlos, dos principais procedimentos, e a uma combinação de ambos.

Para além disso, lemos todas as informações financeiras e não financeiras constantes no Relatório Anual, a fim de identificar inconsistências relevantes com as demonstrações financeiras auditadas ou qualquer informação que aparente ser substancialmente incorreta que se baseie em, ou seja inconsistente com, o conhecimento adquirido por nós próprios no decurso da execução da auditoria. No caso de virmos a reconhecer qualquer inexatidão ou inconsistência aparentemente substancial, ponderaremos as suas implicações no nosso relatório. Relativamente ao Relatório Estratégico e ao Relatório dos Diretores, averiguamos se estes incluem as divulgações exigidas pelos requisitos legais aplicáveis.

Henry Daubeney (Auditor Legal Superior) para
e em nome de

PricewaterhouseCoopers LLP
Revisores Oficiais de Contas e Auditores Legais,
Londres
22 de fevereiro de 2017

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas
Ao Conselho de Administração e Acionistas do Barclays PLC

Na nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados, juntamente com as respetivas demonstrações de resultados consolidadas, demonstrações de rendimentos integrais consolidadas, demonstrações de alterações ao capital social consolidadas, e demonstrações de fluxos de caixa consolidadas, apresentam de forma adequada, em todos os aspetos relevantes, a posição financeira do Barclays PLC e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para cada um dos três anos no período terminado a 31 de dezembro de 2016, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contabilísticas. Na nossa opinião, a Empresa manteve, em todos os aspetos relevantes, um controlo interno eficaz às informações financeiras à data de 31 de dezembro, com base nos critérios estabelecidos no *Controlo Interno - Âmbito Interno* de 2013, emitido pelo Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO). A gerência da empresa é responsável por estas demonstrações financeiras, por manter um controlo interno eficaz às informações financeiras, e pela avaliação da eficácia desse mesmo controlo, englobada no relatório da gerência relativo ao controlo interno da informação financeira, que faz parte do Relatório dos Diretores apresentado na página 88 do Relatório Anual aos Acionistas. A nossa responsabilidade consiste em exprimir uma opinião sobre estas demonstrações financeiras e sobre o controlo interno da Empresa às informações financeiras, baseada nas nossas auditorias. Completámos as nossas auditorias de acordo com as normas no Conselho de Supervisão de Contabilidade de Sociedades Públicas (Estados Unidos). Estas normas obrigam a que planeemos e conduzamos as nossas auditorias para obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de inexatidões relevantes e de que foram mantidos controlos internos eficazes sobre as informações financeiras em todos os aspetos relevantes. As nossas auditorias a demonstrações financeiras incluem uma examinação, com base numa amostragem, de indicadores que comprovem os montantes e divulgações das demonstrações financeiras, aferindo os princípios contabilísticos usados e as estimativas significativas efetuadas pelos gestores, e avaliando a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria ao controlo interno sobre as informações financeiras incluiu a obtenção de conhecimento desse mesmo controlo interno, avaliando o risco de existência de uma debilidade substancial, e testando e avaliando a estrutura e a eficácia operacional do controlo interno com base no risco avaliado. As nossas auditorias também incluíram a execução de outros procedimentos que considerámos necessários dadas as circunstâncias. Estamos convictos de que a nossa auditoria fornece uma base razoável à nossa opinião.

O controlo interno de uma empresa sobre as informações financeiras é um processo concebido para fornecer uma garantia razoável quanto à fiabilidade das informações financeiras e à elaboração das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. O controlo interno de uma empresa sobre as informações financeiras inclui as políticas e procedimentos que (i) dizem respeito à manutenção de registos que, com detalhe razoável, demonstrem de forma precisa e justa as transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) oferecem uma garantia razoável de que as transações são registadas conforme necessário, de forma a permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e que as receitas e despesas da empresa são feitas apenas com a autorização da gerência e dos diretores da empresa; e (iii) oferecem uma garantia razoável quanto à prevenção ou deteção atempada de aquisições, usos ou disposições não autorizadas dos ativos da empresa que possam ter um efeito substancial sobre as demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, o controlo interno às informações financeiras pode não evitar ou detetar inexatidões. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se tornem inadequados, devido às alterações nas condições, ou que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos se deteriore.

PricewaterhouseCoopers LLP
Londres, Reino Unido
22 de fevereiro de 2017

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração de resultados consolidada

Para o ano terminado em 31 de dezembro	Notas	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Operações contínuas				
Juros credores		**14.541**	13.953	14.194
Juros pagos		**(4.004)**	(3.345)	(4.108)
Rendimento financeiro líquido		**10.537**	10.608	10.086
Rendimento de honorários e comissões	4	**8.570**	8.470	8.622
Gastos de honorários e comissões	4	**(1.802)**	(1.611)	(1.500)
Rendimento de honorários e comissões líquido		**6.768**	6.859	7.122
Rendimento de negociação líquido	5	**2.768**	3.426	3.086
Rendimento de investimentos líquido	6	**1.324**	1.097	1.309
Outros rendimentos		**54**	50	160
Rendimento total		**21.451**	22.040	21.763
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	7	**(2.373)**	(1.762)	(1.821)
Rendimento operacional líquido		**19.078**	20.278	19.942
Custos com pessoal	8	**(9.423)**	(8.853)	(9.860)
Custos com infraestruturas	8	**(2.998)**	(2.691)	(2.895)
Administração e despesas gerais	8	**(2.917)**	(2.983)	(3.069)
Provisão para reparação de clientes do R.U.		**(1.000)**	(2.772)	(1.110)
Provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira		**–**	(1.237)	(1.250)
Despesas operacionais	8	**(16.338)**	(18.536)	(18.184)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos		**70**	41	28
Lucro/(perda) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures	9	**420**	(637)	(473)
Lucro antes de impostos		**3.230**	1.146	1.313
Tributação	10	**(993)**	(1.149)	(1.121)
Lucro/ (perda) depois de impostos com base em operações descontínuas		**2.237**	(3)	192
Lucro/ (perda) depois de impostos com base em operações descontínuas		**591**	626	653
Lucros após impostos		**2.828**	623	845
Atribuível a:				
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe		**1.623**	(394)	(174)
Outros instrumentos de capitala		**457**	345	250
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe		**2.080**	(49)	76
	33	**346**	348	449
Interesses não controladores no que respeita a operação descontinuadas	33	**402**	324	320
Lucros após impostos		**2.828**	623	845
Ganhos por ação				
Ganhos/(perdas) base por ação ordinária	11	**10,4**	(1,9)	(0,7)
Ganhos/(perdas) base por ação ordinária, referentes a operações contínuas		**9,3**	(3,7)	(2,7)
Ganhos/(perdas) base por ação ordinária, referentes a operações descontinuadas		**1,1**	1,8	2,0
Ganhos/(perda) base por ação	11	**10,3**	(1,9)	(0,7)

Nota

c O lucro depois de impostos atribuível a outros detentores de capital de 457M£ (2015: 345M£) é atenuado por um crédito fiscal registado em reservas de 128M£ (2015: 70M£). O valor líquido de 329M£ (2015: 275M£), juntamente com o NCI é deduzido do lucro após impostos de forma a calcular os ganhos por ação .

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração de resultados detalhados consolidada

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Lucros após impostos	**2.828**	623	845
Lucro/(perda) após impostos referente a operações	**2.237**	(3)	192
contínuas Lucro após impostos referentes a operações	**591**	626	653
Outro rendimento integral que poderá ser reciclado para lucro ou prejuízo de operações contínuas:			
Reserva de conversão de moeda			
Diferenças de transposição de moeda estrangeira	**3.024**	748	774
Disponível para venda de reserva			
Ganhos líquidos de mudanças de valor facial	**2.147**	64	5.339
Perdas líquidas transferidas para lucros líquidos na alienação	**(912)**	(374)	(619)
(Ganhos)/perdas líquidas transferidas para lucros líquidos por imparidade	**20**	17	(31)
Ganhos líquidos transferidos para lucro líquido devida ao justo valor dos instrumentos de cobertura	**(1.677)**	(148)	(4.074)
Mudanças nas responsabilidades de seguros	**53**	86	(94)
Imposto	**(18)**	126	(103)
Reserva de cobertura do fluxo de caixa			
Ganhos/(Perdas) líquidos devido a alterações no justo valor	**1.455**	(312)	2.650
Perdas líquidas transferidas para lucros líquidos	**(365)**	(238)	(713)
Imposto	**(292)**	57	(384)
Outros	**13**	20	(42)
Outro rendimento integral que poderá ser reciclado para lucro ou prejuízo	**3.448**	46	2.703
Outros (perdas)/rendimentos integrais não reciclado para lucros ou perdas:			
Mensurações de benefícios de reforma	**1.309**	1.176	268
Imposto	**329**	(260)	(63)
Outro rendimento integral para o período	**2.468**	962	2.908
Rendimento integral total referente ao ano, líquido de impostos das explorações continuadas	**4.705**	959	3.100
Outro rendimento compreensivo/(perdas) para o ano, líquidas de imposto, de operações descontinuadas	**2.111**	(722)	346
Rendimento integral total para o ano	**6.816**	237	3.446
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe	**5.233**	45	2.755
Interesses não controladores	**1.583**	192	691
Rendimento integral total para o ano	**6.816**	237	3.446

Demonstrações financeiras

Balanço consolidado

Em 31 de dezembro	Notas	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Ativos				
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais		**102.353**	49.711	39.695
Itens em fase de cobrança a outros bancos		**1.467**	1.011	1.210
Ativos da carteira de negociação	13	**80.240**	77.348	114.717
Ativos financeiros designados ao justo valor	14	**78.608**	76.830	38.300
Instrumentos financeiros derivados	15	**346.626**	327.709	439.909
investimentos financeiros	16	**63.317**	90.267	86.066
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20	**43.251**	41.349	42.111
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20	**392.784**	399.217	427.767
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	22	**13.454**	28.187	131.753
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos		**2.893**	3.010	3.607
Investimentos em entidades associadas e joint ventures	38	**684**	573	711
Ativos fixos tangíveis	23	**2.825**	3.468	3.786
Goodwill e ativos intangíveis	24	**7.726**	8.222	8.180
Ativos por impostos correntes	10	**561**	415	334
Ativos por impostos deferidos	10	**4.869**	4.495	4.130
Ativos de benefícios de reforma	35	**14**	836	56
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	44	**71.454**	7.364	15.574
Ativos totais		**1.213.126**	1.120.012	1.357.906
Passivos				
Depósitos de bancos		**48.214**	47.080	58.390
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos		**636**	1.013	1.177
Contas de clientes		**423.178**	418.242	427.704
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	22	**19.760**	25.035	124.479
Passivos de carteiras de negociação	13	**34.687**	33.967	45.124
Passivos financeiros designados ao justo valor	17	**96.031**	91.745	56.972
Instrumentos financeiros derivados	15	**340.487**	324.252	439.320
Títulos de divida em circulação		**75.932**	69.150	86.099
Passivos subordinados	30	**23.383**	21.467	21.153
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	26	**8.871**	10.610	11.423
Provisões	27	**4.134**	4.142	4.135
Passivo de imposto corrente	10	**737**	903	1.021
Passivos por impostos diferidos	10	**29**	122	262
Passivos de pensão de reforma	35	**390**	423	1.574
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda	44	**65.292**	5.997	13.115
Total passivos		**1.141.761**	1.054.148	1.291.948
Total de investimentos de capital				
Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão	31	**21.842**	21.586	20.809
Outros instrumentos de capital próprio	31	**6.449**	5.305	4.322
Outras reservas	32	**6.051**	1.898	2.724
Lucros líquidos acumulados		**30.531**	31.021	31.712
Capital próprio total excluindo participações não controladas		**64.873**	59.810	59.567
Interesses não controladores	33	**6.492**	6.054	6.391
Total de investimentos de capital		**71.365**	65.864	65.958
Total passivos e participações		**1.213.126**	1.120.012	1.357.906

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras nas páginas 277 a 374 no dia quarta-feira, 22 de fevereiro de 2017.

John McFarlane
Presidente do Grupo

James E. Staley
Director Executivo do Grupo

Tushar Morzaria
Director do Grupo Financeiro

Demonstrações financeiras consolidadas

Mapa consolidado de alterações ao capital próprio

	Chamado capital social e prémio de	Outros capitais próprios instru-	Ativo não disponível para venda	Numerário fluxo transação de cobertura	Moeda reservab	Outras reservas e tesouro	Retained	Total de capital próprio excluindo não- controlling	Não- controlling	Total de
	prémioa M£	mentos a M£	reservab M£	reservab M£	reservab M£	açõesb M£	earnings M£	participações M£	participações M£	instrumentos M£
Saldo em 1 de janeiro de 2016	**21.586**	**5.305**	**317**	**1.261**	**(623)**	**943**	**31.021**	**59.810**	**6.054**	**65.864**
Lucros após impostos	**–**	**457**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.434**	**1.891**	**346**	**2.237**
Movimentos de conversão cambial	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.022**	**–**	**–**	**3.022**	**2**	**3.024**
Investimentos disponíveis para venda	**–**	**–**	**(387)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(387)**	**–**	**(387)**
Cobertura do fluxo de fundos	**–**	**–**	**–**	**798**	**–**	**–**	**–**	**798**	**–**	**798**
Novas mensurações de Pensões	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(980)**	**(980)**	**–**	**(980)**
Outros	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12**	**12**	**1**	**13**
Total de rendimentos integrais, líquidos de impostos de operações contínuas	**–**	**457**	**(387)**	**798**	**3.022**	**–**	**466**	**4.356**	**349**	**4.705**
Total de rendimentos integrais líquido de impostos das operações descontinuadas	**–**	**–**	**(4)**	**46**	**652**	**–**	**183**	**877**	**1.234**	**2.111**
Rendimento integral total para o ano	**–**	**457**	**(391)**	**844**	**3.674**	**–**	**649**	**5.233**	**1.583**	**6.816**
Emissão de novas acções ordinárias	**68**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**68**	**–**	**68**
Emissão de ações sob esquemas de partilha com	**188**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**668**	**856**	**–**	**856**
Emissão de outros instrumentos de capital próprio	**–**	**1.132**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.132**	**–**	**1.132**
Outros instrumentos de capital próprio de cupões	**–**	**(457)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**128**	**(329)**	**–**	**(329)**
Resgate de ações Preferenciais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(417)**	**(417)**	**(1.170)**	**(1.587)**
Aumento em ações do tesouro	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(140)**	**–**	**(140)**	**–**	**(140)**
Distribuição de ações sob partilha com colaboradores	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**166**	**(415)**	**(249)**	**–**	**(249)**
Dividendos pagos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(757)**	**(757)**	**(575)**	**(1.332)**
Impacto de capital líquido na alienação parcial da	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(349)**	**(349)**	**601**	**252**
Outras variações de reserva	**–**	**12**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3**	**15**	**(1)**	**14**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**21.842**	**6.449**	**(74)**	**2.105**	**3.051**	**969**	**30.531**	**64.873**	**6.492**	**71.365**
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	20.809	4.322	562	1.817	(582)	927	31.712	59.567	6.391	65.958
Lucros após impostos	–	345	–	–	–	–	(696)	(351)	348	(3)
Movimentos de conversão cambial	–	–	–	–	747	–	–	747	1	748
Investimentos disponíveis para venda	–	–	(229)	–	–	–	–	(229)	–	(229)
Cobertura do fluxo de fundos	–	–	–	(493)	–	–	–	(493)	–	(493)
Novas mensurações de Pensões	–	–	–	–	–	–	916	916	–	916
Outros	–	–	–	–	–	–	20	20	–	20
Total de rendimentos integrais, líquidos de impostos de operações contínuas	–	345	(229)	(493)	747	–	240	610	349	959
Total de rendimentos integrais líquido de impostos das operações descontinuadas	–	–	(16)	(63)	(788)	–	302	(565)	(157)	(722)
Rendimento integral total para o ano	–	345	(245)	(556)	(41)	–	542	45	192	237
Emissão de novas ações ordinárias	137	–	–	–	–	–	–	137	–	137
Emissão de ações sob esquemas de partilha	640	–	–	–	–	–	571	1.211	–	1.211
Emissão de outros instrumentos de capital	–	995	–	–	–	–	–	995	–	995
Outros instrumentos de capital próprio de	–	(345)	–	–	–	–	70	(275)	–	(275)
Resgate de ações Preferenciais	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento em ações do tesouro	–	–	–	–	–	(602)	–	(602)	–	(602)
Distribuição de ações sob partilha com colaboradores	–	–	–	–	–	618	(755)	(137)	–	(137)
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–	(1.081)	(1.081)	(552)	(1.633)
Outras variações de reserva	–	(12)	–	–	–	–	(38)	(50)	23	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.586	5.305	317	1.261	(623)	943	31.021	59.810	6.054	65.864

Notas
a Para mais informações, por favor consulte a Nota 31
b Para mais informações, por favor consulte a Nota 32.

Demonstrações financeiras

Mapa de fluxos de caixa consolidado

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Operações contínuas			
Reconciliação do lucro antes de impostos com fluxo de caixa líquido das atividades:			
Lucro antes de impostos	**3.230**	1.146	1.312
Ajustes para artigos não monetários:			
Dedução por imparidade	**2.357**	1.752	1.816
Depreciação, amortização e pedra de ativos fixos tangíveis e intangíveis	**1.261**	1.215	1.108
Outras provisões, incluindo pensões	**1.964**	4.241	3.487
Lucro líquido pela alienação de investimentos e ativos fixos tangíveis	**(912)**	(374)	(619)
Outros movimentos não monetários, incluindo movimentos de câmbio	**(20.025)**	226	(595)
Alterações em Ativos e Passivos Operacionais			
Aumento/decréscimo líquido em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	**(25.385)**	22.641	4.079
Redução líquida em acordos de recompra reversa e outros empréstimos semelhantes	**14.733**	103.471	54.380
Aumento/decréscimo líquido em depósitos e títulos em divida a emitir	**49.064**	(33.120)	(2.319)
(Decréscimo) líquido venda com acordo de recompra e outros empréstimos similares	**(4.852)**	(99.602)	(72.107)
Aumento/decréscimo líquido em instrumentos financeiros derivados	**(2.318)**	(3.315)	2.961
(Aumento)/decréscimo líquido em ativos detidos para negociação	**(5.577)**	37.091	18.651
Aumento/decréscimo líquido em passivos detidos para negociação	**880**	(10.877)	(8.565)
Decréscimo/(aumento) líquido em investimentos financeiros	**807**	(3.064)	(5.882)
(Aumento) líquido noutros activos	**(2.629)**	(2.661)	(14.642)
(Aumento)/decréscimo líquido em outros passivos	**(532)**	(1.766)	8.092
Imposto pago sobre o rendimento	**(780)**	(1.670)	(1.552)
Caixa Líquida de atividades operacionais	**11.286**	15.334	(10.395)
Compra de investimentos para venda disponíveis	**(65.086)**	(120.061)	(109.296)
Produto da cessão ou resgate de investimentos disponíveis para venda	**102.515**	114.529	119.129
Compra de propriedade, instalações e equipamento e intangíveis	**(1.707)**	(1.928)	(691)
Proveitos da venda de activos fixos e intangíveis	**358**	393	335
Proveitos da alienação parcial do investimento na BAGL	**595**	–	–
Outros movimentos de caixa associados a atividades de investimento	**32**	516	(48)
Numerário líquido proveniente de atividades de investimento	**36.707**	(6.551)	8.429
Dividendos pagos	**(1.304)**	(1.496)	(1.688)
Seguro de dívida subordinada	**1.457**	879	848
Resgate de dívida subordinada	**(1.143)**	(556)	(869)
Emissão líquida de ações e outros instrumentos de capital próprio	**1.400**	1.278	559
Recompra de ações e outros instrumentos de capital próprio	**(1.587)**	–	(104)
Ações de tesouro de compras líquidas	**(140)**	(679)	(909)
Reembolso líquido de ações emitidas a interesses minoritários	**–**	–	(746)
Numerário líquido proveniente de atividades financeiras	**(1.317)**	(574)	(2.805)
Fluxo de caixa resultante de operações descontinuadas	**405**	(1.821)	1.809
Efeito da taxa de câmbio no numerário e equivalente	**10.473**	1.689	(313)
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes	**57.554**	8.077	(3.275)
Caixa e equivalentes no início do ano	**86.556**	78.479	81.754
Numerário e equivalente no fim do ano	**144.110**	86.556	78.479
O numerário e os ativos de elevada liquidez são compostos por:			
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	**102.353**	49.711	39.695
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses	**38.252**	35.876	36.282
Tesouraria e outras contas elegíveis com maturidade original com menos de três meses, disponíveis para venda	**356**	816	2.322
Ativos de carteira de negociação com maturidade original de menos de três meses	**–**	153	180
Numerário e equivalente de numerário detidos para venda	**3.149**	–	–
	144.110	86.556	78.479

Os juros recebidos foram de 22.099M£ (2015: 20,376M£; 2014: 21.372M£) e os juros pagos foram de 8.850M£ (2015: 7.534M£; 2014: 8.566M£).

É exigido ao Grupo que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação, e estes totalizaram 4.254M£ (2015: 4.369M£; 2014: 4.448M£).

Para efeitos de elaboração do mapa de fluxo de caixa, o numerário abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem, e equivalentes de caixa abrangem investimentos de alta liquidez que são convertíveis em numerário com um risco insignificante de mudanças de valor com vencimentos originais de três meses ou inferior. Acordos de recompra e revenda não são considerados como parte dos equivalentes.

Declarações financeiras do Barclays PLC

Contas da empresa-mãe

Demonstração de resultados

Para o ano terminado em 31 de dezembro	Notas	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Dividendos recebidos de subsidiárias		**621**	876	821
Rendimentos de juros/(perdas) líquidos		**5**	(7)	(6)
Outros rendimentos	45	**334**	227	275
Despesas operacionais		**(26)**	(6)	(6)
Lucro antes de impostos		**934**	1.090	1.084
Imposto		**(60)**	(43)	(57)
Lucros após impostos		**874**	1.047	1.027
Atribuível a				
Outros instrumentos de capital		**417**	702	777
Outros instrumentos de capital		**457**	345	250

Os lucros após impostos e o total de rendimento integral para o ano foi de 874M£ (2015: 1.047M£). Não existiam outros componentes de total de rendimento integral que não o lucro após impostos.

A Companhia tem sete membros no pessoal (2015: nulo).

Folha de balanço

Em 31 de dezembro	Notas	2016 M£	2015 M£
Ativos			
Investimentos em filiais	45	**36.553**	35.303
Empréstimos e adiantamentos a subsidiárias	45	**19.421**	7.990
Investimentos financeiros	45	**1.218**	–
Instrumentos financeiros derivados	45	**268**	210
Outros ativos		**105**	133
Ativos totais		**57.565**	43.636
Passivos			
Depósitos de bancos		**547**	494
Passivos subordinados	45	**3.789**	1.766
Títulos de divida em circulação	45	**16.893**	6.224
Outros passivos		**14**	–
Total dos passivos		**21.243**	8.484
Participação			
Capital social exigido	31	**4.241**	4.201
Conta com prémio de ações	31	**17.601**	17.385
Outros instrumentos de capital próprio	31	**6.453**	5.321
Reserva de resgate de capital		**420**	394
Lucros líquidos acumulados		**7.607**	7.851
Total de investimentos de capital		**36.322**	35.152
Total passivos e participações		**57.565**	43.636

As demonstrações financeiras nas páginas 282 a 383 e a nota que as acompanha na página 365 foram aprovados pelo Conselho de Administração a 22 de fevereiro de 2017 e assinado em seu nome por:

John McFarlane
Presidente do Grupo

James E Staley
Director Executivo do Grupo

Tushar Morzaria
Diretor do Grupo Financeiro

Demonstração de alteração de capital

	Notas	Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão M£	Outros instrumentos de capital próprio M£	Resgate de capital transposição M£	Reserva disponível para venda M£	Lucros líquidos acumulados M£	Total de investimentos de capital M£
Saldo em 1 de janeiro de 2016		**21.586**	**5.321**	**394**	**–**	**7.851**	**35.152**
Lucro após impostos e total de rendimento integral		**–**	**457**	**–**	**–**	**417**	**874**
Emissão de novas acções ordinárias		**68**	**–**	**–**	**–**	**–**	**68**
Emissão de ações sob esquemas de partilha com		**188**	**–**	**–**	**–**	**–**	**188**
Emissão de outros instrumentos de capital próprio		**–**	**1.132**	**–**	**–**	**–**	**1.132**
Dividendos	12	**–**	**–**	**–**	**–**	**(757)**	**(757)**
Outros instrumentos de capital próprio de cupões pagos		**–**	**(457)**	**–**	**–**	**91**	**(366)**
Outros		**–**	**–**	**–**	**26**	**5**	**31**
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**21.842**	**6.453**	**394**	**26**	**7.607**	**36.322**
Saldo em 1 de janeiro de 2015		20.809	4.326	394	–	8.163	33.692
Lucro após impostos e total de rendimento integral		–	345	–	–	702	1.047
Emissão de novas ações ordinárias		137	–	–	–	–	137
Emissão de ações sob esquemas de partilha com colaboradores		640	–	–	–	–	640
Emissão de outros instrumentos de capital próprio		–	995	–	–	–	995
Dividendos	12	–	–	–	–	(1.081)	(1.081)
Outros instrumentos de capital próprio de cupões pagos		–	(345)	–	–	70	(275)
Outros		–	–	–	–	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		21.586	5.321	394	–	7.851	35.152

Mapas do fluxo de fundos

Para o ano terminado a 31 de dezembro	**2016 M£**	2015 M£	2014 M£
Reconciliação do lucro antes de impostos com fluxo de caixa líquido das atividades:			
Lucro antes de impostos	**934**	1.090	1.084
Alterações em Ativos e Passivos Operacionais	**37**	100	734
Outros movimentos não monetários	**62**	52	(43)
Imposto sobre o rendimento (pago)/recebido	**–**	(27)	38
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**1.033**	1.215	1.813
Contribuição de capital para subsidiária	**(1.250)**	(1.560)	(3.684)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	**(1.250)**	(1.560)	(3.684)
Emissão líquida de acções e outros instrumentos de capital próprio	**1.388**	1.771	3.185
(Aumento) líquido em empréstimos e adiantamentos a subsidiárias do banco da	**(10.942)**	(4.973)	(2.866)
(Aumento) líquido nos depósitos e títulos de dívida em emissão	**9.314**	4.052	2.056
Procedimentos de empréstimos e emissão de devida subordinada	**1.671**	921	803
Dividendos pagos	**(757)**	(1.081)	(1.057)
Cupões pagos em instrumentos AT1	**(457)**	(345)	(250)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**217**	345	1.871
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes	**–**	–	–
Caixa e equivalentes no início do ano	**–**	–	–
Numerário e equivalente no fim do ano	**–**	–	–
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais incluem:			
Dividendos recebidos	**621**	876	821
Juros recebidos/(pagos)	**5**	(7)	(6)

A atividade principal da Empresa-mãe é deter o investimento nas suas subsidiárias com participação total, Barclays Banl PLC e Group Service Company.
Dividendos recebidos são vistos como rendimento operacional.

A Empresa não estava exposta a 31 de Dezembro de 2016 ou 2015 a riscos significativos derivados dos instrumentos financeiros que detém, os quais consistem em empréstimos e adiantamentos e outros ativos que não tinham nenhum risco de mercado ou risco de crédito material.

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2016

Esta secção descreve as políticas significativas e as estimativas contabilísticas críticas do Barclays relacionadas com as demonstrações financeiras e respetivas notas como um todo. Quando uma politica contabilística ou uma estimativa contabilística crítica estiver relacionada com uma nota específica, a política contabilística aplicável e/ou estimativa contabilística crítica serão incluídas na nota relevante.

1 Políticas contabilísticas significativas

1. Entidade de relatório

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o Barclays PLC e respetivas subsidiárias (O Grupo Barclays PLC ou o Grupo) ao abrigo da Secção 399 da Lei das Empresas 2006. O Grupo é um grande prestador de serviços financeiros global, ligado à banca de retalho, cartões de crédito, banca grossista, banca de investimentos, gestão de património e serviços de gestão de investimentos. Além disso, foram apresentadas demonstrações financeiras individuais para a sociedade gestora.

2. Conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e as demonstrações financeiras individuais do Barclays PLC, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as interpretações (IFRIC) emitidas pelo Comité de Interpretações, conforme publicadas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Também respeitam as interpretações das IFRS e das IFRIC adotadas pela UE. As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais definem-se em seguida, e nas notas relevantes às demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico, modificada de modo a incluir a justa valorização dos bens imóveis e de instrumentos financeiros específicos, na medida necessária ou permitida pelas IFRS e definida nas políticas contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de libras Esterlinas (M£), a divisa operacional do Barclays PLC.

4. Políticas contabilísticas

O Barclays prepara demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. As políticas contabilísticas significativas do Grupo relativas a entradas específicas das demonstrações financeiras, juntamente com uma descrição das estimativas e fundamentos contabilísticos que tenham sido críticos na sua preparação, são apresentadas nas notas relevantes. As políticas contabilísticas que afetam as demonstrações financeiras como um todo apresentam-se seguidamente.

(i) Consolidação

O Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas.*

As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Barclays PLC tem controlo. O Grupo tem controlo sobre outra entidade quando se verificarem todos os seguintes itens:

1) poder sobre as atividades relevantes da empresa em que investe, por exemplo, através do direito de voto ou outros direitos;

2) exposição ou direito a retornos variáveis do seu envolvimento com a empresa em que investe; e

3) a capacidade para afetar esses retornos através do seu poder sobre a empresa em que investe.

A reavaliação do controlo baseia-se na ponderação de todos os factos e circunstâncias. O Grupo reavalia se controla a empresa em que investe se os factos e as circunstâncias indicarem que existem alterações a um ou mais dos três elementos de controlo.

As transações e balanços intra-grupo são eliminados na consolidação, sendo utilizadas regras de contabilidade consistentes em todo o Grupo para fins de consolidação.

Alterações nos interesses dos propriedade das subsidiárias são contabilizadas como transações de capital próprio, caso ocorram após o controlo ter sido obtido e se não resultarem na perda de controlo.

Uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas incluem as parcerias em que um dos paceiros é membro do Grupo, aproveitou-se a isenção ao abrigo do Regra nº 7 do Regulamento de Parcerias (Contas) de 2008, no que se refere à preparação e preenchimento das demonstrações financeiras individuais das parcerias.

São fornecidos detalhes das principais subsidiárias na Nota 36, e apresenta-se uma lista completa de todas as subsidiárias na Nota 46.

(ii) Conversão de moeda estrangeira

O Grupo aplica a IAS 21 *Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio.* As transações e os saldos em moeda estrangeira são convertidas para Libras à taxa em vigor à data da transação. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa de câmbio no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais nesses saldos são reconhecidos na demonstração de resultados.

As operações externas do Grupo (incluindo subsidiárias, *joint ventures*, associadas e filiais) sediadas fora do Reino Unido podem ter várias divisas operacionais. A divisa operacional de uma operação é a divisa da principal economia a que está exposta.

Antes da consolidação (ou da contabilização patrimonial) os ativos e passivos de operações em divisas diferentes da Libra são convertidos à taxa de fecho, e os itens de rendimentos, despesas, e outros rendimentos integrais são convertidas para Libras à taxa do dia das transações. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de operações no exterior são incluídas nas reservas para conversão cambial nos capitais próprios. Estas são transferidas para a demonstração de resultados quando o Grupo perde o controlo, controlo conjunto, ou influência significativa sobre a operação no exterior ou quando a operação é parcialmente alienada.

(iii) Ativos e passivos financeiros

O Grupo aplica a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* no reconhecimento, classificação, e mensuração, e no desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, na imparidade dos ativos financeiros, e na contabilidade de cobertura.

Reconhecimento
O Grupo reconhece ativos e passivos financeiros no momento em que se tornam uma parte dos termos do contrato, que coincide com a data de negociação ou com a data de liquidação.

Classificação e mensuração
Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e podem ser detidos a justo valor ou a custo amortizado dependendo da intenção do Grupo relativamente aos ativos e à natureza dos ativos e dos passivos, especialmente determinados pelos seus termos contratuais.
Inclui-se a política contabilística para cada tipo de ativo ou passivo financeiro dentro da nota relevante para cada item. As políticas do Grupo para determinação do justo valor dos ativos e passivos são definidas na Nota 18.

Desreconhecimento
O Grupo não reconhece um ativo financeiro, ou parte de um ativo financeiro da sua folha de balanços quando os direitos contratuais desse ativo já caducaram ou foram transferidos, normalmente por venda e com ele substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo juntamente com a capacidade incondicional de vender ou empenhar o ativo.
Os passivos financeiros são retirados do balanço quando o passivo for liquidado, tiver vencido, ou se tiver extinguido. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes (geralmente, uma diferença de 10% no valor atual dos fluxos de caixa ou uma emenda qualitativa substancial) contabiliza-se como uma extinção do passivo financeiro original e um reconhecimento do novo passivo financeiro.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica
As transações nas quais o Grupo transfere ativos e passivos, partes dos mesmos, ou riscos financeiros associados aos mesmos, podem ser complexas e poderá não ser óbvio que todos os riscos e recompensas sejam completamente transferidos. Muitas vezes, é necessário realizar uma análise quantitativa. Uma tal análise compara a exposição do Grupo à variabilidade dos fluxos de caixa do ativo antes da transferência com a sua exposição remanescente após a transferência.
Uma análise de fluxos de caixa desta natureza pode exigir decisão. Em especial, será necessário estimar os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, bem como a variabilidade potencial em redor desta expetativa. O método para estimativa dos fluxos de caixa futuros depende da natureza do ativo, devendo ser usados dados de mercado ou implícitos no mercado na maior medida possível. A variabilidade potencial em redor desta expetativa é normalmente determinada por uma maior pressão sobre os parâmetros subjacentes, para criar cenários alternativos e razoáveis de melhoria e agravamento. Seguidamente, atribuem-se probabilidades a cada cenário. Os parâmetros sob pressão podem incluir as taxas de incumprimento, a gravidade das perdas, ou as taxas de pagamento antecipado.

(iv) Dívida emitida e instrumentos de cpaital próprio
O Grupo aplica a IAS 32, Instrumentos Financeiros: Apresentação, para determinar se o financiamento consiste num passivo financeiro (dívida) ou em capital próprio.
Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação atual por parte do Grupo de entregar numerário ou outro ativo financeiro ou um número variável de capital próprio ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas são incluídas no capital, deduzidos os custos de transação. Os dividendos e outros rendimentos devidos aos detentores do capital próprio são reconhecidos no momento do pagamento ou declarados pelos membros na AGM e tratados como uma dedução aos capitais próprios.
Quando os instrumentos financeiros emitidos contiverem simultaneamente componentes ativos e passivos, serão contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é estimado e o saldo dos proveitos é incluído no capital próprio.

Normas e interpretações novas e corrigidas
As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as do exercício anterior. Não ocorreram quaisquer normas ou interpretações novas ou alteradas que tenham resultado numa alteração da política contabilística.

Desenvolvimentos contabilísticos futuros
Tem havido, e é esperada, uma série de alterações significativas ao relato de informação financeira do Grupo a partir de 2016 como resultado das novas normas ou correções emitidas pelo IASB. As mais significativas destas são as seguintes:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros
A IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substituirá a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entrará em vigor nos períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018 inclusive, e foi adotado pela UE em novembro de 2016. A IFRS 9, em especial os requisitos para imparidades, levará a alterações significativas na contabilização dos instrumentos financeiros.O Barclays não espera ter que reajustar comparativos da aplicação inicial da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 mas irá fornecer divulgações transacionais detalhadas de acordo com os requisitos corrigidos da IFRS 7.

Imparidade
A IFRS 9 introduz um modelo de imparidades revisto, que obriga que as entidades reconheçam as perdas esperadas no crédito com base em informação prospetiva imparcial. Isto substitui o modelo existente de perdas incorridas IAS 39, que apenas reconhece a imparidade se existirem provas objetivas de já ter ocorrido uma perda e que mediria a perda no resultado mas provável. O modelo de imparidades da IFRS 9 será aplicável a todos os ativos financeiros a custo amortizado, a recebimentos de locações, a ativos financeiros de dívida ao justo valor através de compromissos de crédito OCI, e a contratos de garantia financeira. Isto contrasta com o modelo de imparidades da IAS 39, que não se aplica aos compromissos de crédito nem a contratos de garantia financeira (estes cobertos pela IAS 37). Adicionalmente, o modelo da IAS 39 requer que a imparidade de dívida para disponível para venda seja baseada na perda a justo valor ao invés fluxos de caixa futuros estimados para ativos a custo amortizado. Exposições inter-empresa, incluindo compromissos de crédito e contatos de garantias financeiras, estão também no âmbito das contas de entidade de relatório independentes.

1 Políticas contabilísticas significativas continuação

A medição das perdas esperadas irá envolver uma maior complexidade e ponderação, incluindo a estimativa de probabilidades de incumprimento, perdas motivadas pelo incumprimento, vários cenários económicos futuros imparciais, estimativa de vidas esperadas, de exposições ao incumprimento e avaliação de aumentos no risco de crédito.

Antecipa-se que tenha um impacto financeiro substancial e que as perdas por imparidade se tornam mais voláteis. A imparidade também será reconhecida mais cedo e os montantes vão aumentar. Os produtos sem garantia com vidas mais longas esperadas, como cartões de crédito renovável, devem sofrer o maior impacto. Não será prático divulgar estimativas fiáveis do impacto financeiro até que haja mais progresso no programa de implementação, bem como nos testes e na validação, o que acontecerá até à data do Relatório Anual do Barclays PLC de 2017.

Com base nos requisitos atuais da Diretiva de Requisitos de Capital (CRD) IV, o aumento esperado na provisão contabilística para a imparidade irá reduzir o capital CET1, mas o impacto será parcialmente mitigado pelo "excesso de perdas esperadas por imparidade" incluído no cálculo do CET1, conforme discutido na página 203. Porém, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) está a ponderar emendar as regras para o capital na sequência da IFRS 9 e criar regras de transição que podem mitigar ou repartir os impactos no capital a partir de 1 de janeiro de 2018, bem como alterações permanentes aos requisitos de capital. Além disso, no contexto da revisão do Regulamento de Requisitos de Capital (RRC), a Comissão Europeia propôs que o impacto no capital da IFRS 9 seja implementado por fases ao longo de um período de cinco anos. A IFRS 9 é tomada em consideração no planeamento do capital do Grupo.

Conceitos chave e juízos da gerência
Os requisitos de imparidade são complexos e requerem juízos, estimativas e pressupostos da gerência. Os conceitos chave e os juízos da gerência continuaram a ser afinados durante o funcionamento paralelo em 2017 e à medida que forem emitidas orientações de caráter autoritário, e irão incluir:

- *Determinar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial*

A IFRS 9 requer o reconhecimento, para 12 meses, das perdas esperadas (as perdas de crédito esperadas dos eventos de incumprimento previstos para um intervalo de 12 meses a partir da data do relatório) se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde a data inicial do reconhecimento (fase 1), bem como as perdas de crédito esperadas para o tempo de vida dos instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde a data de reconhecimento, ou com imparidade de crédito. O Barclays espera estimar quando ocorre um aumento significativo no risco de crédito, com base nas avaliações qualitativas e quantitativas. As avaliações quantitativas serão baseadas nas mudanças e/ou limites absolutos das probabilidades médias ponderadas cumulativas de incumprimento no tempo de vida, definidas para cada carteira. Os fatores qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito devem incluir as exposições de risco mais elevado (por risco de crédito) e sujeitas a um acompanhamento cuidado do risco de crédito. As exposições com mais de 30 dias após a data de vencimento serão usadas como proteção e não como um dos principais impulsionadores. As exposições regressarão à fase 1 assim que deixem de cumprir os critérios para um aumento significativo no risco de crédito e quando forem cumpridos quaisquer critérios de remediação usados para a gestão do risco de crédito. Isto está sujeito a um mínimo de 12 meses de execução completa, incluindo a receção atempada de todos os pagamentos ao longo desse período, para exposições que tenham sido reestruturadas, ou que tenham sido alvo de tolerância ou concessões. O Barclays não espera contar em primeira instância com a isenção de risco de crédito baixo, que partiria do pressuposto de que os mecanismos de grau de investimento não estariam substancialmente deteriorados. Determinar a probabilidade de incumprimento no momento do reconhecimento inicial deve requerer estimativas da gerência, particularmente para as exposições emitidas antes de data de entrada em vigor da IFRS 9. Para certos mecanismos renováveis, como cartões de crédito ou saques a descoberto, espera-se que isso aconteça quando o mecanismo é acionado pela primeira vez, o que pode ter sido há bastante tempo. As exposições modificadas devido a dificuldades financeiras não se traduzem, geralmente, numa mudança substancial ou no desreconhecimento e portanto a probabilidade de incumprimento para essas exposições não é reposta.

- *Informações prospetivas*

As perdas de crédito são os défices financeiros previstos para a dívida contratual ao longo do ciclo de vida do instrumento financeiro, descontados à taxa de juro em vigor originalmente. As perdas de crédito previstas são imparciais, ponderadas por probabilidades e determinadas através da avaliação de um intervalo de possíveis resultados, tendo em conta as condições económicas futuras. Quando não existe uma relação linear entre os cenários económicos prospetivos e as perdas de crédito associadas, será tido em consideração um leque de cenários económicos prospetivos – espera-se atualmente um mínimo de cinco – de forma a garantir que será incluída na determinação das perdas esperadas uma amostra suficiente,representativa e imparcial da distribuição total. As metodologias de teste de tensão serão aproveitadas para prever cenários económicos, para fins da IFRS 9.

- *Definição de incumprimento e ativos com imparidade de crédito*

A definição de incumprimento, para fins da determinação de perdas de crédito esperadas, deve estar alinhada com a definição no Artigo 178 da Regulamentação de Requisitos de Capital (RRC), que pondera indicadores da incapacidade para o devedor pagar, inclui exposições na tolerância e nunca ultrapassa a data em que a exposição já tenha vencido há mais de 90 dias, ou 180 dias no caso das hipotecas no Reino Unido. Quando as exposições são identificadas como tendo imparidade de crédito, ou são comprados ou originadas dessa forma, a IFRS 9 exige a divulgação individual, e a apresentação dos rendimentos de juros à base líquida e não bruta.

A imparidade de crédito é esperada quando ocorre incumprimento na exposição, o que também deverá coincidir com as situações em que a exposição é identificada como caso individual de imparidade, ao abrigo do modelo de perdas incorridas da IAS 39. As políticas de renúncia à cobrança não devem divergir das que estão definidas na IAS 39.

- *Vida esperada*

As perdas de crédito esperadas no tempo de vida devem ser medidas ao longo da vida esperada. Esta está restringida à duração máxima do contrato e toma em consideração o pré-pagamento, extensão, compra e outras opções semelhantes esperadas, exceto para certos instrumentos financeiros renováveis que incluem tanto uma componente utilizada como não utilizada, em que a capacidade da entidade contratual para exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição a entidade a perdas de crédito no período contratual de aviso prévio, tais como cartões de crédito ou saques a descoberto. A vida esperada destes instrumentos renováveis é o ciclo de vida comportamental. As potenciais modificações futuras de contratos não são tomadas em consideração ao determinar a vida esperada, ou a exposição ao incumprimento, até que ocorram.

- *Técnicas de modelação*

As perdas de crédito esperadas (PCE) são calculadas multiplicando três componentes principais, sendo elas a probabilidade de incumprimento (PI), as perdas dado o incumprimento (PDI) e a exposição dado o incumprimento (EDI). Os cálculos das PCE de Basileia são usadas para a modelação da IFRS 9, mas ajustadas para diferenças chave que incluem:

– O BCBS requer as perdas ao longo de um ciclo económico de 12 meses, ao passo que a IFRS 9 requer as perdas numa altura específica dentro de um período de 12 meses ou do ciclo de vida, com base nas condições à data do relatório e múltiplas previsões das condições económicas futuras ao longo das vidas esperadas; e
– Os modelos da IFRS 9 não incluem alguns dos valores mínimos conservadores, nem as avaliações de declínio do modelo do BCBS, e requerem que se desconte à taxa de juro em vigor originalmente à data de relatório, ao invés de usar o custo de capital à data do incumprimento.

A gerência irá efetuar ajustes aos resultados modelados, de forma a contabilizar as situações em que os fatores e informações de risco conhecidos ou esperados não foram tomados em consideração no processo de modelização, como por exemplo previsões de cenários económicos para acontecimentos políticos incertos.

1 Políticas contabilísticas significativas continuação

Classificação e medição
A IFRS 9 obriga a que os ativos financeiros sejam classificados mediante dois critérios:

1) O modelo de negócio em que os ativos financeiros são geridos, e;

2) As características contratuais dos seus fluxos de caixa (se os fluxos de caixa correspondem "apenas a pagamentos de capital e juros").

Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem detidos por um modelo de negócio cujo objetivo seja o de deter ativos financeiros para cobrar fluxos de caixa contratuais, e os seus fluxos de caixa contratuais representarem apenas pagamentos de capital e juros.

Os ativos financeiros serão mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais, se estiverem incluídos num modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado quer por cobrar fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros, e os seus fluxos de caixa contratuais representarem apenas pagamentos de capital e juros.

Outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor através de lucro ou prejuízo. Existe a opção de fazer uma escolha irrevogável para que os investimentos de capital não negociados sejam mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais. Nesse caso, os dividendos são reconhecidos como lucro ou prejuízo, mas os ganhos ou perdas não são reclassificados como lucro ou prejuízo após o desreconhecimento, e a imparidade não é reconhecida na demonstração de rendimentos.

A contabilização dos passivos financeiros permanece em grande parte inalterada, excetuando os passivos financeiros designados ao justo valor por via dos de lucro ou prejuízo. Os ganhos e perdas associados a estes passivos financeiros e decorrentes das alterações do risco de crédito do Barclays serão apresentados através de outros rendimentos integrais, em vez de serem apresentados como lucros ou prejuízos. Não ocorre nenhuma reclassificação posterior dos ganhos ou perdas obtidos na demonstração de lucros ou perdas de crédito próprio.

O programa de implementação de Classificação e Mensuração do Barclays está em marcha. Está a ser levada a cabo uma avaliação de potenciais alterações nos ativos financeiros, com base nos saldos de 30 de junho de 2016, incluindo uma avaliação dos modelos de negócios transversais a várias carteiras, e uma revisão das características dos fluxos de caixa contratuais para ativos financeiros substanciais.

Existem algumas alterações esperadas na classificação, mas não são significativas da perspetiva do Grupo. A potencial exceção a assinalar diz respeito aos empréstimos com opções simétricas de pagamento antecipado ou pré-pagamento ao justo valor, atualmente sujeitos a discussões de interpretação no Comité de Interpretações das IFRS (IFRIC) e no IASB, sobre se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juros, ou se devem ser mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos na sua totalidade. Estas provisões de pré-pagamento estão presentes em alguns empréstimos com taxa fixa de bancos corporativos e de investimento. Estima-se que o valor contabilístico destes empréstimos seja significativo na aplicação inicial da IFRS 9. Se se chegar à conclusão de que estes empréstimos devem ser mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, o impacto potencial no capital e nos lucros ou prejuízos de abertura dependeria dos seus justos valores comparativamente aos montantes contabilísticos, e de futuras alterações no justo valor.

Os modelos de negócios são determinados na aplicação inicial e podem divergir do modelo de 30 de junho de 2016 para certos portfólios, e as características dos fluxos de caixa contratuais avaliados à data de 30 de junho de 2016 não podem ser representativos da população em transição.

O foco do projeto ao longo de 2017 será na finalização de processos, governação e controlos, em preparação para a implementação inicial em 2018. A IFRS 9 é aplicada retroavitamente, embora os comparativos não sejam redeclarados, com ajustes decorrentes das alterações à classificação e mensuração reconhecidas no capital de abertura.

Contabilidade de cobertura
A IFRS 9 contém requisitos revistos sobre a contabilidade de cobertura, que estão mais alinhados com as estratégias e os objetivos de gestão do risco de uma determinada entidade. As novas regras substituem o atual teste de eficácia quantitativa por uma versão mais simples, e requerem que exista uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura. Segundo as novas regras, as anulações voluntárias de designações de cobertura não são permitidas.

A adoção dos requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9 é opcional, e determinados aspetos da IAS 39, como é o caso da cobertura do justo valor da carteira quanto ao risco de taxa de juro, continuariam a estar disponíveis para as entidades (ao mesmo tempo que a IFRS 9 é aplicável às restantes relações de contabilidade de cobertura da entidade) até que o IASB conclua a sua contabilização para o projeto de gestão do risco dinâmico.

Com base na análise efetuada, o Barclays espera continuar a aplicar a contabilidade de cobertura da IAS 39, embora vá implementar os requisitos de divulgação de contabilidade de cobertura da IFRS 7.

Crédito próprio
O Barclays implementou a opção da IFRS 9 de reconhecer alterações no crédito próprio noutros rendimentos integrais a partir de 1 de janeiro de 2017. Isto não terá impacto sobre os ativos líquidos, e não foram redeclaradas quaisquer alterações resultantes do crédito próprio em períodos anteriores. Quaisquer montantes, realizados ou não, reconhecidos noutro rendimentos integrais não serão reclassificados nas demonstrações de rendimentos de períodos futuros.

1 Políticas contabilísticas significativas continuação

IFRS 15 – Rendimento proveniente de Contratos com Clientes
Em 2014, o IASB publicou a IFRS 15 *Receitas de Contratos com Clientes*, que irá substituir a IAS 18 *Receitas* e a IAS 11 *Contratos de Construção*. Aplica-se a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Esta norma estabelece uma abordagem mais sistemática à mensuração e reconhecimento das receitas, introduzindo um modelo de cinco passos que rege o reconhecimento de receitas.

O modelo de cinco passos inclui:

1) a identificação do contrato com o cliente;

2) a identificação de cada obrigação a cumprir incluída no contrato;

3) a determinação do montante de compensação no contrato;

4) a afetação da compensação para cada uma das obrigações a cumprir identificadas, e;

5) o reconhecimento das receitas à medida que cada obrigação é cumprida.

Em abril de 2016, o IASB publicou emendas de clarificação da IFRS 15, que oferecem orientações adicionais de implementação, mas não mudam os princípios subjacentes da norma. A norma recebeu o aval da UE em setembro de 2016. Não se espera que a adoção da norma, no dia 1 de janeiro de 2018, tenha um impacto significativo. Os esforços atuais de implementação do projeto estão focados sobretudo na preparação e obtenção da informação necessária para cumprir os requisitos reforçados de divulgação, introduzidos pela IFRS 15.

IFRS 16 – Locações
Em janeiro de 2016, o IASB publicou a IFRS 16 *Locações*, que irá substituir a IAS 17 *Locações*. A IFRS 16 será aplicável a todas as locações, exceto as licenças de propriedade intelectual, direitos garantidos por um acordo de licenciamento no âmbito da IAS 38 *Ativos Intangíveis*, acordos de concessão de serviços, locações de ativos biológicos no âmbito da IAS 41 *Agricultura*, e locações de minerais, petróleo, gás natural e outros recursos não-renováveis semelhantes.A IFRS 16 não irá resultar em alterações significativas na contabilidade do locador; contudo, para a contabilidade locatário deixará de haver uma distinção entre locações operacionais e financeiras. Em vez disso, os locatários terão de reconhecer tanto um ativo com direito de uso como um passivo de locação nos saldos para todas as locações. Assim, o Barclays registará um aumento tanto nos ativos como nos passivos para transações atualmente designadas como locações operacionais, a partir de 1 de janeiro de 2019 (a data de entrada em vigor da IFRS 16). Irá ser aplicado um quadro de isenção a locações a curto prazo e de baixo valor. Os esforços atuais de implementação do projeto estão focados na preparação e obtenção da informação necessária para cumprir os requisitos da IFRS 16. A norma ainda não recebeu o aval da UE.

Estimativas e raciocínios contabilísticos de importância crítica
A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer a utilização de estimativas. Também requer a gestão das tomadas de decisão na aplicação das políticas contabilísticas. As principais áreas que envolvem um grau mais elevado de decisão ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras consolidas ou individuais, estão assinaladas nas notas relevantes. As estimativas e juízos contabilísticos críticos estão divulgados em:

	Página		Página
Imparidade de crédito e outras provisões	291	Justo valor de instrumentos financeiros	304
Impostos sobre o rendimento	294	Provisões	328
Ativos disponíveis para venda	303	Obrigações relativas a benefícios da reforma	346
Desreconhecimento de ativos financeiros	357		

Outras divulgações
Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando informações relacionadas num só local, e para reduzir a duplicação, determinadas divulgações exigidas nos termos da IFRS foram incluídas na secção Gestão de Riscos conforme descrito abaixo:

- Relatório segmentado nas páginas 244 a 257;
- Risco de crédito, nas páginas 149 e 150, incluindo as exposições dos países selecionados;
- Risco de Mercado, na página 151;
- Risco de financiamento – risco de liquidez, nas páginas 153 e 154; e
- Risco de financiamento – risco de capital, nas páginas 154 e 155.

Estas estão englobadas na opinião de Auditoria, nos casos em que são referenciadas como auditadas, incluída nas páginas 269 a 276. As notas que acompanham as páginas 289 a 374 formam uma parte integrante destas demonstrações financeiras.

Desempenho/retorno

As notas incluídas nesta secção centram-se nos resultados e desempenho do Grupo. Inclui-se aqui a informação sobre os rendimentos gerados, as despesas incorridas, o desempenho dos vários segmentos, os impostos, os ganhos por ação e os dividendos.

2 Relatórios segmentados

Apresentação de relatórios segmentados

Os relatórios segmentados do Grupo são apresentados conforme a IFRS 8 *Segmentos Operacionais*. Os segmentos operacionais são relatados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao Comité Executivo, que é responsável pela atribuição de recursos e por avaliar o desempenho dos segmentos operacionais, e que foi identificado como o principal tomador de decisões operacionais. Todas as transações entre os segmentos do negócio são realizadas em condições comerciais equitativas, com as receitas e custos intra-segmentos a serem eliminados na Sede. Os rendimentos e as despesas segmentais excluem o BAGL, uma vez que este cumpre os requisitos de operação descontinuada. Os rendimentos e as despesas diretamente associados a cada segmento incluem-se na determinação do desempenho do segmento de negócio.

Durante 2016, as atividades do Grupo voltaram a ser segmentadas, em Barclays UK e Barclays International, como preparação para os requisitos de delimitação regulamentar. Além disso, a participação do Barclays no Barclays Africa Group Limited foi reclassificada como operação descontinuadas e o segmento Non-Core foi aumentado. Os comparativos foram atualizados de forma a refletir a nova segmentação.

A análise do desempenho do Grupo por segmento de negócios e rendimentos por segmento geográfico são incluídos nas páginas 244 e 245. São fornecidos mais detalhes sobre cada segmento nas páginas 246 a 257.

3 Rendimento líquido de juros

Contabilização de juros credores e juros pagos

O Grupo aplica a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. Os rendimentos de juros em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, os títulos de dívida em investimentos financeiros e os juros pagos de passivos financeiros detidos a custo amortizado são calculados utilizando o método do juro efetivo, que atribui juros e custos e taxas diretas e adicionais ao longo da vida esperada dos ativos e dos passivos.

O método do juro efetivo exige que o Grupo estime fluxos de caixa futuros, em alguns casos com base na sua experiência do comportamento dos clientes, tendo em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro, bem como a vida estimada dos ativos e dos passivos.

O Barclays incorre em certos custos para originar saldos de cartões de crédito, sendo o mais significativo as tarifas dos parceiros nas marcas associadas. Todos estes custos que são atribuídos a saldos renováveis de clientes, são capitalizados e posteriormente incluídos no cálculo da taxa de juro efetiva. São amortizados nos rendimentos de juros no período esperado de reembolso do saldo originado. Os custos atribuídos às transações dos saldos de clientes são registados nas despesas de taxas e comissões, quando incorridos. Não existem outras estimativas individuais envolvidas no cálculo das taxas de juros efetivas que sejam significativas para os resultados ou para a posição financeira.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Caixa e saldos em bancos centrais	**186**	157	186
Investimentos financeiros	**740**	698	803
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**600**	487	376
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**12 958**	12 512	12 768
Outros	**57**	99	61
Rendimento de juros[a]	**14 541**	13 953	14 194
Depósitos de bancos	**(265)**	(128)	(133)
Contas de clientes	**(1 514)**	(1 406)	(2 205)
Títulos de divida em circulação	**(990)**	(553)	(691)
Passivos subordinados	**(1 104)**	(1 015)	(1 006)
Outros	**(131)**	(243)	(73)
Despesa de juros[a]	**(4 004)**	(3 345)	(4 108)
Rendimento líquido de juros	**10 537**	10 608	10 086

Os custos para originar saldos de cartões de crédito, no valor de 480M£ (2015: 368M£), foram amortizados nos rendimentos de juros durante

o período. Os rendimentos de juros incluem 75M£ (2015: 91M£; 2014: 117M£) acumulados em empréstimos com imparidade.

Os outros rendimentos de juros incluem principalmente rendimentos de juros relativos a acordos de revenda. Do mesmo modo, as outras despesas de juros incluem despesas de juros relativas a acordos de recompra.

Incluído no rendimento de juro líquido está a ineficácia de cobertura conforme detalhada na Nota 15.

2016

O rendimento de juro líquido manteve-se estável nos 10 537M£ (2015: 10 608M£), impulsionado pelo aumento nas despesas de títulos de dívida em circulação, parcialmente compensado pelo crescimento no volume e melhoria da margem na carteira de cartões do Barclays International.

2015

O rendimento de juros líquido aumentou em 522M£ (5%) para 10 608M£, impulsionado sobretudo pelos menores gastos de juros das contas de clientes.

Nota

a Tanto os rendimentos como as despesas de juros para 2015 e 2014 foram ajustadas, no valor de 442M£ e 605M£ respetivamente, de forma a alinhar melhor o efeito das relações contabilísticas de cobertura com os itens cobertos associados. As seguintes categorias foram redeclaradas: investimentos financeiros em (545)M£ (2014: (637)M£), empréstimos e adiantamentos a clientes em 987M£ (2014: 1 242M£), contas de clientes em (1 783)M£ (2014: (2 016)M£), títulos de dívida em circulação em 784M£ (2014: 859M£) e passivos subordinados em 557M£ (2015: 552M£).

4 Rendimentos líquidos de honorários e comissões

Contabilização do rendimento líquido de honorários e comissões
O Grupo aplica a IAS 18 *Rendimento*. Os honorários e as comissões cobradas por serviços prestados ou recebidos pelo Grupo são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por exemplo no momento da conclusão da transação subjacente.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Rendimento de honorários e comissões			
Honorários e comissões relacionadas com a banca, a gestão de investimentos e o crédito	**8 452**	8 340	8 483
Comissões cambiais	**118**	130	139
Rendimento de honorários e comissões	**8 570**	8 470	8 622
Gastos de honorários e comissões	**(1 802)**	(1 611)	(1 500)
Rendimento de honorários e comissões líquido	**6 768**	6 859	7 122

2016
O rendimento líquido de honorários e comissões desceu 91M£ para 6 768M£. Esta descida deveu-se sobretudo a um aumento nas despesas do Barclays International, motivado pelo aumento dos custos com recompensas para os clientes e pelo decréscimo dos rendimentos de honorários do Non-Core, devido à venda dos negócios patrimoniais nos EUA e na Ásia, e ao fecho do negócio de títulos de capital transacionados, bem como uma descida no Barclays UK, motivada por taxas de intercâmbio, devido ao regulamento de intercâmbio da UE. Estes movimentos foram parcialmente compensados por um aumento nos rendimentos do Barclays International, motivado pelo crescimento na carteira de cartões de crédito e por um aumento no negócio da banca de investimento, devido a um maior rendimento dos honorários de empréstimos/obrigações e produtos com grau de investimento, juntamente com maiores honorários de assessoria financeira.

2015
O rendimento líquido de honorários e comissões diminuiu 263M£ para 6 859 M£. Isto deveu-se sobretudo ao rendimento mais baixo no Non-Core, devido à venda do negócio Patrimonial nos EUA e do negócio retalhista em Espanha, e nos negócios do Barclays UK, devido ao lançamento da proposta revista de saque a descoberto em meados de 2014, que reconhece a maior parte do rendimento de saques a descoberto como rendimento financeiro líquido, e não como honorários. O decréscimo no Barclays International foi motivado pela descida nas taxas de subscrição de títulos, enquanto o aumento no Barclaycard International ficou a dever-se ao crescimento nos volumes de pagamentos.

5 Rendimento comercial líquido

Contabilização do rendimento comercial líquido
De acordo com a IAS 39, as posições comerciais são mantidas num justo valor, e os ganhos e perdas delas resultantes são incluídos na demonstração financeira, juntamente com os juros e dividendos que surgem de custos de posições longas e curtas e de custos de financiamento relacionados com as atividades comerciais.

O rendimento surge tanto da venda e compra de posições comerciais, como das margens conseguidas através de operadores independentes e clientes profissionais e através de alterações no justo valor, provocadas por movimentos nos juros e taxas de câmbio, preços de capital próprio e outras variáveis de mercado.

Os ganhos/perdas com o crédito próprio resultam da justa valorização de passivos financeiros designados ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos. Consulte a Nota 17 *Passivos financeiros designados ao justo valor*.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Rendimento de atividade comercial	**2 803**	2 996	3 052
Crédito Próprio (perdas)/ganhos	**(35)**	430	34
Rendimento comercial líquido	**2 768**	3 426	3 086

Incluídos no rendimento comercial líquido estão ganhos de 31M£ (2015: ganho de 992M£) em ativos financeiros designados ao justo valor e ganhos de 346M£ (2015: perdas de 65M£) em passivos financeiros designados ao justo valor.

2016
O rendimento comercial líquido diminuiu 19% para 2 768M£, refletindo sobretudo um movimento de 465M£ no crédito próprio, visto que os *spreads* de crédito na dívida emitida pelo Barclays foram relativamente baixos em comparação com o ano anterior. O rendimento comercial desceu 193M£, devido principalmente à alienação e fecho contínuos de determinados negócios e da redução no justo valor na carteira ESHLA englobada no Non-Core. Este dado foi parcialmente compensado pelas maiores contribuições dos negócios de Rendimento Fixo que beneficiaram da volatilidade do mercado e dos volumes mais elevados de clientes durante o ano.

2015
O rendimento comercial líquido aumentou 11% para 3 426M£, refletindo principalmente uma variação favorável de 396M£ no crédito próprio, devida ao alargamento dos *spreads* de crédito da dívida emitida pelo Barclays. O rendimento comercial diminuiu 56M£, devido principalmente à alienação e fecho contínuos de determinados negócios e por movimentos no justo valor da carteira ESHLA englobada no negócio Non-Core. Este dado foi parcialmente compensado por aumentos nos vários negócios de banca de investimento dentro do Barclays International, impelidos por uma maior volatilidade e uma maior atividade comercial durante o ano.

6 Rendimento líquido de investimento

Contabilização de rendimentos líquidos de investimento
Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito a receber o dividendo. As outras políticas contabilísticas relativas aos rendimentos líquidos de investimento estão especificadas na Nota 14: *Investimentos financeiros designados ao justo valor* e na Nota 16 *Investimentos Financeiros*.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Ganhos líquidos da alienação de ativos disponíveis para venda	**912**	385	622
Rendimento de dividendos	**8**	8	9
Ganho líquido de instrumentos financeiros designados ao justo valor	**158**	193	203
Outros rendimentos de investimento	**246**	511	475
Rendimentos líquidos de investimento	**1 324**	1 097	1 309

2016
O rendimento líquido de investimento aumentou 21% para 1 324M£. Isto deveu-se em grande medida a um ganho de 615M£ na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited, bem como a ganhos nos resgates de emissões de dívida de primeiro grau e subordinada. Estes aumentos foram parcialmente contrabalançados pela não-repetição dos ganhos de 496M£ reconhecidos em 2015 noutros rendimentos de investimento, devido à resolução jurídica final e completa relativa aos ativos adquiridos ao Lehman dos EUA.

2015
O rendimento líquido de investimento diminuiu 16% para 1 097M£. Para esta situação contribuíram em grande parte os ganhos mais reduzidos e o menor número de investimentos disponíveis para venda, devido às condições desfavoráveis do mercado. Durante o ano, foi reconhecido um ganho de 496M£ (2014: 461M£) em rendimentos de outros investimentos, devido à resolução jurídica final e completa relativa aos ativos adquiridos ao Lehman dos EUA.

7 Encargos com imparidades de crédito e outras provisões

Contabilização de imparidades de ativos financeiros
Empréstimos e outros ativos detidos como custos amortizados

De acordo com a IAS 39, o Grupo avalia à data de cada balanço se existem evidências objetivas de que os ativos de empréstimos ou os investimentos financeiros (dívidas ou investimentos de capital) disponíveis para venda não serão recuperados na íntegra e, quando necessário, reconhece as perdas por imparidade na demonstração de resultados.

Uma perda por imparidade será reconhecida se existirem evidências objetivas de imparidade resultantes de eventos que tenham ocorrido e tido um impacto adverso sobre os futuros fluxos de caixa estimados dos ativos. Estes eventos incluem:

- a consciencialização para dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor
- uma violação do contrato, como uma falha por incumprimento ou um delito nos reembolsos de juros ou capital
- a concessão pelo Grupo, por razões económicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor, de um desconto ao devedor que de outra forma não concederia
- verificar-se a probabilidade de o devedor entrar em falência ou outra reorganização financeira
- o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras e
- dados observáveis ao nível da carteira, indicadores de uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, apesar de a redução não poder ainda ser imputada aos ativos financeiros individuais da carteira, tais como alterações desfavoráveis no estado do pagamento do devedor na carteira ou condições económicas nacionais ou locais que se correlacionem com incumprimentos nos ativos m carteira.

As avaliações de imparidade são conduzidas individualmente para os ativos mais significativos – o que compreende todos os empréstimos da banca grossista e os maiores empréstimos da banca a retalho – e coletivamente para os empréstimos mais pequenos e para riscos a nível da carteira, como os riscos nacionais e setoriais. Para os efeitos desta avaliação, os empréstimos com características de risco de crédito semelhantes são agrupados – geralmente tendo em conta o seu tipo de produto, indústria, localização geográfica, tipo de garantia, estado de vencimento, e outros fatores relevantes à valorização dos fluxos de caixa futuros esperados.

A avaliação da imparidade inclui a estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados para o ativo ou o grupo de ativos, que são em seguida descontados usando a taxa de juro efetiva original calculada para o ativo. Se este valor for inferior ao valor contabilístico do ativo ou da carteira, é constituída uma dedução para imparidade.

Se, num período subsequente, a importância da perda por imparidade for reduzida e a redução puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorre depois de a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é estornada, ajustando-se a conta de da dedução. O montante do estorno é reconhecido na demonstração de resultados.

No decurso da imparidade, o rendimento de juros continuará a ser reconhecido à taxa de juro efetiva sobre o valor contabilístico redeclarado, representando o efeito do desconto dos fluxos de caixa esperados, incluindo o capital devido em empréstimos.

Os empréstimos incobráveis são abatidos na dedução para imparidade de crédito associada, quando forem completados todos os processos internos do Grupo e tiverem sido cobrados todos os montantes recuperáveis, dentro do razoável. As recuperações subsequentes de montantes já abatidos são creditadas na demonstração de resultados.

7 Encargos com imparidade de crédito e outras provisões continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda *Imparidade dos instrumentos de dívida disponíveis para venda*

Os instrumentos de dívida são avaliados quanto à imparidade do mesmo modo que os empréstimos. Se se determinar que ocorreu imparidade, o decréscimo cumulativo do justo valor do instrumento que tenha sido previamente reconhecido na reserva disponível para venda é removido da reserva e reconhecido na demonstração de resultados. Isto poderá ser anulado se existirem provas de melhoria das circunstâncias do emissor.

Imparidade de instrumentos de capital próprio disponíveis para venda

Quando tiver ocorrido um declínio prolongado ou significativo do justo valor de um instrumento de capital abaixo do seu custo de aquisição, considera-se que está em imparidade. A perda cumulativa líquida que tenha sido previamente reconhecida diretamente na reserva disponível para venda é removida da reserva e reconhecida na demonstração de resultados.

Os acréscimos no justo valor dos instrumentos de capital depois da imparidade são reconhecidos diretamente nos outros rendimentos integrais. Os decréscimos posteriores do justo valor dos instrumentos de capital após a imparidade são reconhecidos na demonstração de resultados.

Estimativas e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O cálculo da imparidade envolve a tomada de decisões baseada na experiência do Grupo na gestão do risco de crédito.

Nas carteiras do retalho e das pequenas empresas, que incluem grandes números de pequenos ativos homogéneos com características semelhantes de risco, e onde normalmente se usam técnicas de classificação de risco, são usadas técnicas estatísticas para o cálculo das provisões para imparidade ao nível da carteira, com base nas taxas históricas de recuperação e nos períodos de emergência assumidos. Estas análises estatísticas usam, como principal valor de entrada, a dimensão do atraso nas contas da carteira e a informação histórica sobre eventuais perdas associadas a carteiras com o mesmo grau de delinquência. São usados muitos modelos deste tipo, cada um adaptado a um produto, área de negócio, ou categoria de cliente. A seleção dos métodos estatísticos a usar quando os modelos são desenvolvidos ou revistos exige raciocínio e conhecimento. A provisão para imparidade refletida nas demonstrações financeiras para estas carteiras é, portanto, considerada razoável e suportável. O encargo com imparidade refletido na demonstração de resultados para as carteiras de retalho é de 2 053M£ (2015: 1 535M£; 2014: 1 549M£) e corresponde a 87% (2015: 88%; 2014: 83%) dos encargos totais com imparidades de empréstimos e adiantamentos.

Para ativos individualmente significativos, as provisões para imparidade são calculadas numa base individual, e todas as considerações relevantes que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros são tomadas em conta (por exemplo, as perspetivas de negócio do cliente, o valor realizável da garantia, a posição do Grupo relativamente a outros requerentes, a fiabilidade da informação de cliente, e o custo e a duração prováveis do processo de resolução). O nível da provisão para imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados e descontados (à taxa de juro efetiva do empréstimo original) e o seu valor contabilístico. São tomadas decisões subjetivas durante o cálculo dos fluxos de caixa futuros. Para além disso, as decisões mudam ao longo do tempo, à medida que são disponibilizadas novas informações ou que as estratégias processuais evoluem, o que resulta em revisões frequentes das provisões para imparidade, que acompanham a tomada de decisões individuais. As alterações nestas estimativas provocam alterações nas provisões e têm um impacto direto sobre os encargos com imparidades. O encargo com imparidades apresentado nas demonstrações financeiras relativamente às carteiras grossistas é de 299M£ (2015: 209M£; 2014: 308M£) e corresponde a 13% (2015: 12%; 2014: 17%) dos encargos totais com imparidade de empréstimos e adiantamentos. Consulte a Análise de Risco para mais informações sobre as provisões para imparidade e as informações de crédito associadas.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Provisões para imparidade novas ou aumentadas	**3 259**	2 641	2 809
Transferências	**(551)**	(535)	(791)
Recuperações	**(365)**	(350)	(166)
Encargos com imparidades em empréstimos e adiantamentos	**2 343**	1 756	1 852
Encargos/(transferências) respeitantes a provisões por facilidades e garantias contratuais não utilizadas	**9**	(12)	5
Imparidade de empréstimos	**2 352**	1 744	1 857
Investimento disponível para venda	**21**	18	(31)
Acordos de revenda	**–**	–	(5)
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**2 373**	1 762	1 821

2016

A imparidade de empréstimos aumentou 35% para 2 352M£, sobretudo devido ao aumento nos encargos decorrente da revisão da gerência ao modelo de imparidade para as carteiras de cartões no RU e nos EUA, e da imparidade de várias exposições individuais.

2015

A imparidade de empréstimos caiu 6% para 1 744M£, refletindo a menor imparidade no Barclays UK e nos Non-Core, parcialmente contrabalançada pelo aumento dos encargos no Barclays International.

8 Despesas operacionais

Contabilização dos custos com pessoal

O Grupo aplica a IAS 19 *Benefícios dos funcionários* na sua contabilização da maioria das componentes de custos com pessoal.

Benefícios a curto prazo dos funcionários - os salários, os custos de desempenho acumulados e a segurança social são reconhecidos ao longo do período em que os funcionários fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

Despesas de desempenho - reconhecidas na medida em que o Grupo tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e que é reconhecida durante o período de serviço em que os colaboradores estão obrigados a trabalhar para se qualificarem para os serviços.

Os prémios diferidos monetários ou em ações são atribuídos a funcionários para incentivar a sua prestação ao longo do período em que estes fornecem os serviços. Para receber o dinheiro de um prémio, os funcionários devem fornecer os seus serviços ao longo do período de aquisição de direitos. O período durante o qual é reconhecido o encargo com prémios diferidos monetários ou em ações é baseado no período em que os funcionários considerem que os seus serviços contribuíram para os prémios. Para prémios passados, o Grupo considera apropriado reconhecer os prémios ao longo do período desde a data de atribuição até à data de aquisição dos direitos dos prémios. Em relação aos prémios atribuídos em 2017, e tendo em conta a alteração na compreensão dos funcionários relativamente a estes prémios, o Grupo considerou adequado reconhecer o encargo ao longo de quatro anos, incluindo o ano fiscal anterior à data de atribuição. O impacto em 2016 dos prémios para 2017 foi um encargo de 150M£, incluindo os custos com a segurança social.

As políticas contabilísticas para pagamentos com base em ações e para pensões e outros benefícios de reforma estão incluídos nas Notas 34 e 35, respetivamente.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Custos com infraestruturas			
Bens imóveis e equipamentos	**1 180**	1 082	1 281
Desvalorização dos ativos fixos tangíveis	**492**	475	495
Alugueres operacionais	**561**	411	512
Amortização dos ativos intangíveis	**670**	570	454
Imparidade de bens imóveis, equipamentos, e ativos intangíveis	**95**	150	153
Ganhos com a alienação de bens imóveis	**–**	3	–
Total de custos com infraestruturas	**2 998**	2 691	2 895
Custos administrativos e gerais			
Honorários de consultoria, jurídicos e profissionais	**1 105**	1 078	997
Subscrições, publicações, papelaria e comunicações	**644**	678	756
Marketing, publicidade e patrocínios	**435**	451	470
Deslocações e alojamento	**136**	188	185
Imposto bancário do Reino Unido	**410**	425	418
Imparidade do Goodwill	**–**	102	–
Outras despesas administrativas e gerais	**187**	61	243
Total dos custos administrativos e gerais	**2 917**	2 983	3 069
Custos com pessoal	**9 423**	8 853	9 860
Provisão para reparação de clientes do RU	**1 000**	2 772	1 110
Provisão para investigações contínuas e litígios, incluindo matérias cambiais	**–**	1 237	1 250
Despesas operacionais	**16 338**	18 536	18 184

2016

As despesas operacionais caíram 12% para 16 338M£ (2015: 18 536M£) sobretudo devido ao decréscimo nas provisões do SPP e provisões de litígios em 2016. Este dado foi parcialmente contrabalançado por um aumento nos custos com pessoal que se ficou a dever sobretudo os encargos adicionais no valor de 395M£ relativos aos custos de compensação em 2016.

2015

As despesas operacionais aumentaram 2% para 18 536 M£, devido a um aumento nas provisões para a reparação de clientes no Reino Unido, incluindo o SPP, e a um aumento na imparidade do *goodwill* compensado parcialmente por um decréscimo nos custos com pessoal (incluiu um ganho em benefícios de reforma de 429 M£ – consultar a Nota 35) e custos de infraestruturas que refletem poupanças conseguidas em programas estratégicos de custos.

9 Lucro/(perda) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures

Durante o ano, os ganhos na alienação de subsidiárias, associadas e *joint ventures* foi de 420M£ (2015: perda de 637M£; 2014: perda de 473M£), principalmente relacionados com a venda do Barclays Risk Analytics and Index Solutions, a alienação do negócio de cartões no Sul da Europa e a venda dos serviços de banca privada e gestão de património prestados através das subsidiárias no Hong Kong e Singapura. Estes ganhos foram parcialmente contrabalançados pelo encargo, ao abrigo da IFRS 5, com a alienação iminente do negócio em França. Para mais detalhes, consulte a Nota 44 *Ativos não-correntes para venda e passivos associados.*

10 Imposto

Contabilização de impostos sobre o rendimento

O Barclays aplica a IAS 12 *Impostos sobre o Rendimento* na contabilização dos impostos sobre o rendimento. O imposto a pagar sobre os lucros sujeitos a imposto (Imposto Corrente) é reconhecido como uma despesa no período em que se verificam os lucros. Os impostos retidos também são considerados impostos sobre o rendimento. O imposto recuperável por prejuízos fiscalmente admissíveis é reconhecido como um ativo fiscal corrente, apenas na medida em que é considerado recuperável por compensação de lucros sujeitos a imposto resultantes do período corrente ou anterior. O imposto corrente é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço patrimonial.

O imposto diferido é considerado por inteiro, usando o método da responsabilidade, para diferenças temporárias decorrentes das divergências entre as bases de incidência dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço patrimonial, que se espera que sejam aplicáveis quando o ativo por imposto diferido for realizado e a obrigação de imposto diferido for liquidada. Os ativos e passivos por impostos diferidos só são compensados quando existir um direito legal à compensação e uma intenção de liquidar pelo valor líquido.

O Grupo considera que existe uma posição fiscal incerta quando determina que em ultima instância, no futuro, o montante de lucro sujeito a impostos pode ser superior ao montante inicialmente apresentado na declaração de impostos do Grupo. O Grupo providencia disposições respetivas a posições fiscais incertas de duas formas diferentes.

Uma disposição de impostos correntes é reconhecida quando se considera provável que o resultado de uma revisão de uma entidade fiscal a uma posição fiscal incerta irá alterar o montante de dinheiro devido à, ou pela, autoridade fiscal no futuro. Após o reconhecimento, a disposição do imposto corrente é então mensurada no valor que o Grupo, em ultima instância, espera pagar à autoridade fiscal para resolver a posição.

As disposições de impostos diferidos são ajustes feitos ao valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos relativos a posições fiscais incertas. Uma disposição de imposto diferido é reconhecida quando se considera provável que o resultado de uma revisão de uma entidade fiscal a uma posição fiscal incerta irá resultar numa redução do valor contabilístico do ativo por imposto diferido. Após o reconhecimento da disposição, a mensuração do ativo por imposto diferido subjacente é ajustada de forma a ter em conta o impacto expectável da resolução da posição fiscal incerta relativa à perda ou diferença temporária que originou o ativo por imposto diferido.

A abordagem assumida na mensuração pondera se a posição fiscal incerta é uma posição discreta que será revista pela autoridade fiscal de forma independente de qualquer outra posição, ou se é um de vários temas que poderão ser revistos em conjunto de forma paralela e resolvidos em simultâneo junto da autoridade fiscal. A mensuração de disposições do Barclays baseia-se na sua melhor estimativa dos lucros adicionais que serão sujeitos a impostos. Para uma posição discreta, apenas são considerados os méritos da posição. Nos casos em que se espera que vários temas poderão ser revistos em conjunto, o Barclays toma em consideração não só os méritos da sua posição relativamente a cada tema em particular, mas também o nível global da disposição relativa ao total das posições fiscais incertas transversal a todos os temas que se espera que sejam resolvidos em simultâneo. Além disso, ao avaliar os níveis das disposições, parte-se do pressuposto que as autoridades fiscais vão rever as posições fiscais incertas e que todos os factos serão divulgados na totalidade e de modo transparente.

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Carga fiscal corrente/(crédito)			
Ano corrente	**896**	1 605	1 131
Ajustes relativos a anos anteriores	**(361)**	(188)	(19)
	535	1 417	1 112
Encargos fiscais diferidos/(crédito)			
Ano corrente	**393**	(346)	75
Ajustes relativos a anos anteriores	**65**	78	(66)
	458	(268)	9
Encargos fiscais	**993**	1 149	1 121

10 Imposto continuação

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre os encargos fiscais reais e os encargos fiscais resultantes da aplicação da taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido aos lucros do Grupo antes dos impostos.

	2016 M£	2016 %	2015 M£	2015 %	2014 M£	2014 %
Lucro antes dos impostos de operações contínuas	**3 230**		1 146		1 313	
Encargos fiscais à taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido de 20% (2015: 20,25%; 2014:	**646**	**20,0%**	232	20,25%	282	21,5%
Impacto dos lucros/prejuízos em territórios com taxas estatutárias diferentes do RU (a taxa de impostos média ponderada é de 32,8% (2015: 33,4%; 2014: 29,3%))	**415**	**12,8%**	151	13,2%	103	7,8%
Itens recorrentes:						
Impostos não creditados, incluindo impostos retidos	**277**	**8,6%**	309	27,0%	329	25,1%
Despesas não-dedutíveis	**114**	**3,5%**	67	5,8%	146	11,1%
Impacto de o imposto bancário no RU não ser dedutível	**82**	**2,5%**	96	8,4%	99	7,5%
Outros itens	**58**	**1,9%**	(14)	(1,1%)	42	3,3%
Ajustes fiscais relativos a pagamentos baseados em ações	**34**	**1,1%**	30	2,6%	21	1,6%
Impacto da alteração nas taxas de imposto	**30**	**0,9%**	158	13,8%	9	0,7%
Ajustes relativos a anos anteriores	**(296)**	**(9,2%)**	(110)	(9,6%)	(85)	(6,5%)
Ganhos e rendimentos não tributáveis	**(199)**	**(6,2%)**	(197)	(17,2%)	(212)	(16,1%)
Alterações no reconhecimento de impostos diferidos e efeito das perdas por impostos não-reconhecidas	**(178)**	**(5,5%)**	(71)	(6,2%)	(115)	(8,8%)
Impacto de as subsidiárias do Barclays Bank PLC fora do país serem taxadas tanto no RU como localmente	**(128)**	**(4,0%)**	(35)	(3,1%)	(68)	(5,2%)
Itens não-recorrentes:						
Provisões para a compensação de clientes do RU	**203**	**6,3%**	283	24,7%	–	–
Imparidades não dedutíveis e perdas por alienações	**67**	**2,1%**	39	3,4%	234	17,8%
Provisões não-dedutíveis para investigações e litígios	**48**	**1,5%**	261	22,8%	387	29,5%
Ganhos e rendimentos não-tributáveis em alienações	**(180)**	**(5,6%)**	(50)	(4,4%)	(51)	(3,9%)
Encargo fiscal total	**993**	**30,7%**	1 149	100,3%	1 121	85,4%

Fatores que influenciam a taxa de imposto em vigor

A taxa de juro efetiva, de 30,7%, é mais elevada que a taxa de imposto sobre as sociedades no RU, de 20%. Isto deve-se sobretudo ao facto de os lucros ganhos fora do RU serem tributados a taxas estatutárias locais mais elevadas. Além disso, a taxa de imposto efetiva é afetada pelo facto de as disposições de reparação de clientes no RU não serem dedutíveis para fins fiscais; pelos impostos não-creditáveis e pelas despesas não-dedutíveis, incluindo o imposto bancário no RU. Estes fatores, que aumentaram a taxa de imposto efetiva, são parcialmente compensados pelo impacto dos ganhos e rendimentos não-tributáveis, incluindo os que resultam de alienações e reduções nos passivos esperados, relativos a diversos temas de vários anos anteriores.

Comparativamente ao ano anterior, a taxa de imposto em vigor sobre os lucros antes dos impostos desceu para 30,7% (2015: 100,3%). Isto deveu-se principalmente a um menor nível de disposições não-dedutíveis para investigações e litígios em 2016, bem como aos ganhos nesse ano, decorrentes da alienação de negócios e ativos, à medida que o Grupo foi implementando a sua estratégia de redução do Non-Core, que foram tributados a taxas mais baixas.

O futuro encargo fiscal do Grupo será sensível à mistura geográfica de lucros recebidos e às taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que operamos. No RU, a legislação para reduzir a taxa de imposto sobre sociedades para 19% a partir de 1 de abril de 2017, e para 17% a partir de 1 de abril de 2020, foi promulgada. Nos EUA, as medidas propostas para a reforma fiscal incluem uma possível redução na taxa de imposto sobre sociedades nos EUA até aos 15%. A alteração à taxa nos EUA ainda é apenas uma proposta nesta fase e estamos a acompanhar de perto os desenvolvimentos. A longo prazo, a redução da taxa de imposto melhoraria os retornos gerados pelos negócios do Grupo nos EUA. Contudo, se for promulgada, esta alteração terá inicialmente um impacto negativo substancial na mensuração dos ativos por imposto diferido do Grupo nos EUA, embora este se inverta ao longo do tempo e se traduza numa taxa de imposto em vigor mais baixa, à medida que estes ativos forem utilizados.

Imposto na demonstração consolidada dos rendimentos integrais

O encargo fiscal mais significativo na demonstração consolidada de rendimento integral diz respeito à reserva de cobertura do fluxo de caixa. A maioria deste encargo recai sobre os rendimentos cobrados no Reino Unido em 2016, e isto espelha a nova sobretaxa de 8% aplicada aos lucros dos bancos no RU, bem como a taxa de imposto padrão sobre as sociedades no RU, de 20%. Incluído no item “Outros” há ainda um crédito fiscal de 21M£ (2015: crédito de 21M£) relativo a pagamentos à base de ações.

Impostos relativos a operações descontínuas

Os impostos relativos a operações descontinuadas podem ser encontradas na demonstração de rendimentos do Grupo para a alienação do BAGL (ver Nota 44). A carga fiscal de 306M£ (2015: 301M£) diz respeito única e exclusivamente ao lucro das atividades normais da operação descontinuada.

10 Imposto continuação

Ativos e passivos financeiros correntes

Os movimentos nos ativos e passivos fiscais foram os seguintes:

	2016 M£	2015 M£
Ativos	**415**	334
Passivos	**(903)**	(1 021)
A 1 de janeiro	**(488)**	(687)
Demonstração de resultados das operações descontinuadas	**(535)**	(1 417)
Demonstração de resultados relativa ao grupo de alienação do BAGL	**–**	(301)
Outros rendimentos integrais	**23**	6
Imposto pago sobre o rendimento da sociedade	**780**	1 670
Outros movimentos	**44**	241
	(176)	(488)
Ativos	**561**	415
Passivos	**(737)**	(903)
A 31 de dezembro	**(176)**	(488)

Passivos e ativos por impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos no balanço foram os seguintes:

	2016 M£	2015 M£
Sociedade Intermédia Gestora (SIG) – grupo fiscal dos EUA	**2 207**	2 049
Barclays Bank PLC (Subsidiária dos EUA) - Grupo fiscal dos EUA	**1 766**	1 569
Barclays PLC - Grupo fiscal do Reino Unido	**575**	411
Outros	**321**	466
Ativos por impostos diferidos	**4 869**	4 495
Passivos por impostos diferidos	**(29)**	(122)
Impostos diferidos líquidos	**4 840**	4 373

Ativos por impostos diferidos na SIG e na filial dos EUA

Os ativos por imposto diferido na SIG, no valor de 2 207M£ (2015: 2 049 M£) inclui 321M£ (2015: 503M£) relativos a perdas fiscais e os ativos por imposto diferido na filial dos EUA, no valor de 1 766M£ (2015: 1 569M£) inclui 142M£ (2015: 244M£) relacionados com perdas fiscais. De acordo com as leis tributárias dos EUA, as perdas podem ser transportadas e compensadas pelos lucros durante um período de 20 anos. As perdas foram inicialmente reportadas em 2011 na SIG e em 2008 na subsidiária dos EUA, logo quaisquer montantes por utilizar começarão a expirar em 2031 e 2028, respetivamente. Os restantes ativos por impostos diferidos nos EUA dizem principalmente respeito a diferenças temporárias, para as quais não existe data limite para a recuperação. Estima-se que os ativos por imposto diferido para as perdas fiscais da SIG e da filial dos EUA serão utilizados na totalidade até 2018.

A mensuração dos ativos por imposto diferido da filial americana tomam em consideração tanto os impostos no RU como nos EUA. Isto deve-se ao facto de o Barclays Bank PLC estar sujeito aos impostos do RU sobre os seus lucros globais, incluindo os lucros de filiais externas. Os ativos por imposto diferido da filial dos EUA são valorizados à diferença entre as taxas de imposto no RU e nos EUA.

Ativos por impostos diferidos do Grupo Fiscal do Reino Unido

Os ativos por imposto diferido do grupo fiscal do Reino Unido, de 575M£ (2015: 411M£), dizem respeito na totalidade a diferenças temporárias.

Outros ativos por impostos diferidos

Os ativos por imposto diferido no valor de 321M£ (2015: 466M£) noutras entidades do Grupo incluem 40M£ (2015: 155M£) relativos a perdas fiscais transportadas. Estes ativos por impostos diferidos dizem respeito a uma série de diferentes territórios, e o seu reconhecimento baseia-se nas previsões de lucros ou nas leis nacionais locais, que indicam a probabilidade da utilização das perdas e das diferenças temporárias.

Do ativo por imposto diferido de 321M£ (2015: 466M£), um montante de 267M£ (2015: 106M£) diz respeito a entidades que sofreram perdas no presente ano ou no ano transato. Esta situação foi tida em consideração para se chegar à conclusão anterior de que estes ativos por impostos diferidos seriam completamente recuperados no futuro.

10 Imposto continuação

A tabela que se segue mostra os movimentos dos ativos e passivos por impostos diferidos durante o ano. Os montantes diferem dos divulgados no balanço patrimonial e na tabela anterior, uma vez que são apresentados antes da compensação dos saldos de ativos e passivos quando existe um direito legal de compensação e a intenção de os liquidar numa base líquida.

	Diferenças no timing de ativos fixos para venda M£	Investimentos disponíveis para M£	Coberturas de fluxo de caixa M£	Obrigações dos benefícios de reforma M£	Provisão para imparidade de empréstimo M£	Outros provisões M£	Prejuízos fiscais transportados M£	Pagamentos com base em ações e compensação diferida M£	Outrs M£	M£
Ativos	**2 008**	**28**	**5**	**95**	**157**	**261**	**902**	**623**	**1 511**	**5 590**
Passivos	**(194)**	**(70)**	**(239)**	**(144)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(570)**	**(1 217)**
A 1 de janeiro de 2016	**1 814**	**(42)**	**(234)**	**(49)**	**157**	**261**	**902**	**623**	**941**	**4 373**
Demonstração de resultados	**(358)**	**9**	**(7)**	**(8)**	**52**	**17**	**(522)**	**15**	**344**	**(458)**
Outros rendimentos integrais	**–**	**49**	**(61)**	**132**	**–**	**–**	**–**	**20**	**(6)**	**134**
Outros movimentos	**253**	**26**	**(31)**	**16**	**(58)**	**(27)**	**123**	**74**	**415**	**791**
	1 709	**42**	**(333)**	**91**	**151**	**251**	**503**	**732**	**1 694**	**4 840**
Ativos	**1 801**	**183**	**–**	**91**	**151**	**251**	**503**	**732**	**2 013**	**5 725**
Passivos	**(92)**	**(141)**	**(333)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(319)**	**(885)**
A 31 de dezembro de 2016	**1 709**	**42**	**(333)**	**91**	**151**	**251**	**503**	**732**	**1 694**	**4 840**
Ativos	1 542	18	5	321	176	233	1 315	729	951	5 290
Passivos	(555)	(35)	(464)	–	–	–	–	–	(368)	(1 422)
A 1 de janeiro de 2015	987	(17)	(459)	321	176	233	1 315	729	583	3 868
Demonstração de resultados	779	(13)	1	(119)	(14)	21	(540)	(126)	279	268
Outros rendimentos integrais	–	(14)	221	(261)	–	–	122	(10)	(21)	37
Outros movimentos	48	2	3	10	(5)	7	5	30	100	200
	1 814	(42)	(234)	(49)	157	261	902	623	941	4 373
Ativos	2 008	28	5	95	157	261	902	623	1 511	5 590
Passivos	(194)	(70)	(239)	(144)	–	–	–	–	(570)	(1 217)
A 31 de dezembro de 2015	1 814	(42)	(234)	(49)	157	261	902	623	941	4 373

Os outros movimentos incluem o impacto das alterações nas taxas de câmbio, bem como os montantes de impostos diferidos relativos a aquisições, alienações e transferências para venda.

O montante dos passivos por impostos diferidos que se estima que seja liquidado após mais de 12 meses é de 273M£ (2015: 675M£). O montante dos ativos por impostos diferidos que se estima que sejam recuperados após mais de 12 meses é de 5 066M£ (2015: 4 838M£). Estes montantes são anteriores à compensação dos saldos entre ativos e passivos em que existe um direito legal de compensação e a intenção de liquidar numa base líquida.

Impostos diferidos não reconhecidos

Perdas fiscais e diferenças temporárias

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas no valor de 64M£ (2015: 51M£), e perdas fiscais br no valor de
16 820M£ (2015: 13 456M£). O aumento destas perdas em 2016 deve-se em grande parte ao enfraquecimento da libra face às moedas externas nas quais as perdas são denominadas. As perdas fiscais incluem perdas de capital no valor de 3 138M£ (2015: 3 838M£) e créditos fiscais não utilizados no valor de 514M£ (2015: 452M£). Destas perdas fiscais, 394M£ (2015: 389M£) expiram dentro de cinco anos; 57M£ (2015: 13M£) expiram dentro de seis a dez anos; 358M£ (2015: 124M£) expiram dentro de 11 a 20 anos e 16 011M£ (2015: 12 930M£) podem ser transportados indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a estes elementos por não ser provável a disponibilidade de lucros e ganhos futuros sujeitos a impostos contra os quais possam ser utilizados.

Investimentos do Grupo em subsidiárias, filiais e associadas

O imposto diferido não é reconhecido relativamente ao valor dos investimentos do Grupo em subsidiárias, filiais e entidades associadas onde o Grupo consiga controlar a duração do estorno de diferenças temporárias e seja provável que estas diferenças não sejam revertidas num futuro previsível. O montante agregado destas diferenças temporárias para as quais ainda não foram reconhecidos passivos por imposto diferido é de 2mM£ (2015: 2mM£).

Estimativas e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O Grupo não considera que exista um risco significativo de um ajuste substancial ao montante contabilístico dos saldos fiscais correntes e diferidos, incluindo provisões para posições fiscais incertas, no próximo ano fiscal. As provisões para posições fiscais incertas cobrem um vasto leque de problemas e refletem os conselhos do aconselhamento jurídico externo, nos casos relevantes. Convém salientar que só uma proporção do total das posições fiscais incertas será auditada a determinada altura, e portanto poderá ser sujeita a contestação por uma autoridade fiscal no próximo ano.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base nas previsões de lucros dos negócios. Fornecem-se detalhes adicionais sobre o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos na secção de ativos e passivos por impostos diferidos desta fiscal.

11 Resultados por ação

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários da empresa-mãe, oriundo de operações contínuas e descontinuadas	**1 623**	(394)	(174)
Crédito fiscal relativo ao lucro depois de impostos atribuível a outros acionistas	**128**	70	54
Lucro/(prejuízo) total atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe, oriundo de operações contínuas ou descontinuadas	**1 751**	(324)	(120)
Operações contínuas			
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe, oriundo de operações contínuas	**1 434**	(696)	(508)
Crédito fiscal relativo ao lucro depois de impostos atribuível a outros acionistas	**128**	70	54
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas da empresa-mãe, oriundo de operações contínuas	**1 562**	(626)	(454)
Operações descontinuadas			
Lucro atribuível a acionistas ordinários da empresa-mãe, oriundo de operações descontinuadas	**189**	302	334
Impacto diluidor sobre as opções convertíveis oriundas das operações descontinuadas	**(1)**	–	–
Lucro atribuível a acionistas da empresa-mãe, oriundos de operações descontinuadas, incluindo o impacto diluidor sobre as opções convertíveis	**188**	302	334
Lucro/(prejuízo) atribuível a acionistas da empresa-mãe, oriundos de operações contínuas e descontinuadas, incluindo o impacto diluidor sobre as opções convertíveis	**1 750**	(324)	(120)

	2016 milhões	2015 milhões	2014 milhões
Número médio ponderado base de ações em circulação	**16 860**	16 687	16 329
Número de potenciais ações ordinárias	**184**	367	296
Número médio ponderado diluído de ações	**17 044**	17 054	16 625

	Ganhos base por ação			Ganhos diluídos por ação[a]		
	2016 p	2015 p	2014 p	2016 p	2015 p	2014 p
Ganhos/(perdas) base por ação ordinária	**10,4**	(1,9)	(0,7)	**10,3**	(1,9)	(0,7)
Ganhos/(perdas) base por ação ordinária, oriundos de operações contínuas	**9,3**	(3,7)	(2,7)	**9,2**	(3,7)	(2,7)
Ganhos base por ação ordinária, oriundos de operações descontinuadas	**1,1**	1,8	2,0	**1,1**	1,8	2,0

O cálculo dos ganhos base por ação baseia-se nos lucros atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe e no número médio ponderado base de ações, excluindo ações próprias detidas em fundos fideicomissos de pensão para empregados ou detidas para negociação. Ao calcular os ganhos diluídos por ação, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado para os efeitos de todas as ações ordinárias de potencial diluidor detidas a respeito do Barclays PLC, totalizando 184M (2015: 367M) de ações. Além disso os lucros atribuíveis a acionistas da empresa-mãe é ajustado com base no impacto diluidor de potenciais conversões de opções pendentes detidas a respeito do BAGL. O decréscimo no número de potenciais ações ordinárias deve-se ao facto de o preço médio das ações, de 1,74£ (2015: 2,52£), ser inferior ao preço médio de exercício, de 1,88£ (2015: 2,11£). Ao longo do ano, o número total de opções de ações concedidas ao abrigo dos planos de ações para funcionários foi de 584M (2015: 533M). Os planos têm preços de exercício entre 1,20£ e 2,49£.

Do número total de opções de ações e prémios de ações para funcionários, a 31 de dezembro de 2016, 93M (2015: 23M) eram anti-diluidoras.

O aumento de 173M no número médio ponderado base de ações desde 31 de dezembro de 2015, atingindo os 16.860M, deve-se sobretudo às ações emitidas ao abrigo dos planos de ações para funcionários e ao Programa de Dividendos em Ações.

12 Dividendos de ações ordinárias

Os Diretores aprovaram um dividendo final, relativo a 2016, de 2,0p por cada ação ordinária de 25p, que será pago no dia 5 de abril de 2017 aos acionistas registados no Registo de Ações a 3 de março de 2017. No dia 31 de dezembro de 2016, existiam 16 963M de ações ordinárias em circulação. As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de dezembro de 2016 não refletem este dividendo, que só será contabilizado no capital próprio, como apropriação de lucros retidos no ano que terminará a 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras de 2016 incluem os dividendos provisórios desse ano, no valor de 169M£ (2015: 503M£) e os dividendos finais declarados em relação a 2015, no valor de 588M£ (2015: 578M£).

Nota
a As ações ordinárias potenciais serão tratadas como diluidoras unicamente quando a sua conversão para ações ordinárias aumentar os prejuízos por ação.

Ativos e passivos detidos ao justo valor

As notas incluídas nesta secção são referentes aos ativos e passivos que o Grupo detém e reconhece ao justo valor. O justo valor corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou ao preço que seria pago pela transferência de um passivo numa transação em condições normais de mercado com uma contraparte interessada, que poderá ser o preço observável no mercado ou, quando não existir uma cotação para o instrumento, poderá ser uma estimativa baseada nos dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do grupo quanto à gestão do risco de mercado podem ser consultados na página 151.

13 Carteira de negociação

Contabilização de ativos e passivos de carteiras de negociação

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos detidos para fins de negociação são detidos ao justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são registados como rendimento de atividade comercial na demonstração de resultados do exercício (Nota 5).

	Ativos da carteira de negociação		Passivos da carteira de negociação	
	2016 M£	2015 M£	**2016 M£**	2015 M£
Títulos de dívida e outros títulos admissíveis	**38 789**	45 576	**(26 842)**	(24 985)
Títulos de capital próprio	**38 329**	29 055	**(7 831)**	(8 982)
Empréstimos transacionados	**2 975**	2 474	**–**	–
Mercadorias	**147**	243	**(14)**	–
Ativos/(passivos) da carteira de negociação	**80 240**	77 348	**(34 687)**	(33 967)

14 Ativos financeiros designados ao justo valor

Contabilização de ativos financeiros designados ao justo valor

Em conformidade com a IAS 39, os ativos financeiros podem ser designados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas registados na demonstração de resultados, englobados no *Rendimento de negociação líquido* (Nota 5) e no *Rendimento de investimento líquido* (Nota 6). O Grupo tem a capacidade de proceder à designação do justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir uma falta de balanceamento contabilística (causada pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou for gerida pelo Grupo com base no seu justo valor, ou inclua termos com características substanciais de derivados, descritas na Nota 15 *Instrumentos financeiros derivados*.

Os detalhes de como os montantes de justo valor são derivados para os ativos financeiros designados ao justo valor são descritos na Nota 18 *Justo valor de ativos e passivos.*

	2016 M£	2015 M£
Empréstimos e adiantamentos	**10 519**	17 913
Títulos de dívida	**70**	1 383
Títulos de capital próprio	**4 558**	6 197
Acordos de revenda	**63 162**	49 513
Ativos do cliente detidos nos termos de contratos de investimento	**37**	1 449
Outros ativos financeiros	**262**	375
Ativos financeiros designados ao justo valor	**78 608**	76 830

Risco de crédito de empréstimos e adiantamentos designados ao justo valor e derivados de crédito associados

A tabela que se segue mostra a exposição máxima ao risco de crédito, as alterações no justo valor atribuíveis ao risco de crédito e as alterações cumulativas no justo valor desde o reconhecimento inicial, juntamente com o valor pelo qual os derivados de crédito associados atenuaram este risco:

	Exposição máxima a 31 de dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Alterações cumulativas no justo valor desde o início	
	2016 M£	2015 M£	**2016 M£**	2015 M£	**2016 M£**	2015 M£
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor atribuíveis ao risco	**10 519**	17 913	**(42)**	69	**(42)**	(629)
Valor mitigado por derivados de crédito relacionados	**339**	417	**(2)**	26	**(13)**	42

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos ao justo valor

15 Instrumentos financeiros derivados

Contabilização de derivados

Os instrumentos derivados são contratos cujo valor é derivado de um ou mais instrumentos financeiros ou índices definidos no contrato. Estes podem incluir *swaps*, contratos de garantia de taxas, futuros, opções e combinações destes instrumentos, e afetam diretamente o rendimento de juros líquido, o rendimento comercial líquido e os ativos e passivos derivados do Grupo. Os valores nocionais dos contratos não são registados no balanço.

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos derivados são detidos ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos. Os derivados são classificados como ativos quando o seu justo valor for positivo, ou como passivos quando o seu justo valor for negativo. Incluem-se os termos de um contrato ou outro ativo ou passivo financeiro (o contrato de base) que, caso constituíssem um contrato autónomo, respeitariam a definição de derivado. Se estes forem separados do contrato de base, isto é, se as características económicas do derivado incorporado não estão fortemente relacionadas com as do contrato de base e o instrumento combinado não é avaliado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, então são contabilizados da mesma forma que o derivados.

Contabilidade de cobertura

O Grupo aplica a contabilidade de cobertura para representar, no maior grau possível permitido pelas normas contabilísticas, os efeitos económicos das suas estratégias de gestão dos riscos de juros e cambiais. São usados derivados para cobrir as exposições ao risco de taxa de juro, ao risco cambial, ao risco de mercadorias e ao risco de capital, bem como as exposições a determinados índices, como índices de preços na habitação e índices de preços no retalho, relativos a posições não incluídas na carteira de negociação. Quando os derivados são detidos para efeitos da gestão do risco, e as transações cumprem os critérios requeridos para a documentação e eficácia da cobertura, o Grupo aplicará a contabilização da cobertura pelo justo valor, a contabilização de cobertura de fluxos de caixa, ou a cobertura de um investimento líquido numa operação externa, conforme os riscos a serem cobertos.

Contabilização da cobertura pelo justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e designados como coberturas pelo justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações no justo valor do ativo ou passivo coberto que são atribuíveis ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam o valor contabilístico do ativo ou passivo cobertos e detidos a custo amortizado.

Se as relações de cobertura deixarem de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, esta será descontinuada. Para coberturas do justo valor do risco de taxa de juro, o ajustamento do justo valor do item coberto é amortizado na demonstração de resultados ao longo do período até ao vencimento da relação de cobertura previamente designada, utilizando o método do juro efetivo. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajuste não amortizado do justo valor será imediatamente reconhecido na demonstração de resultados.

Contabilização de cobertura de fluxos de caixa

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o ganho ou prejuízo do justo valor associado à porção efetiva da cobertura de fluxos de caixa é reconhecido inicialmente nos outros rendimentos integrais, e seguidamente reciclado na demonstração de resultados, nos períodos em que o item coberto afete o ganho ou prejuízo. Qualquer porção inefetiva do ganho ou prejuízo decorrente do instrumento de cobertura será imediatamente reconhecida na demonstração de resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de estar em conformidade com os critérios de contabilização de cobertura, qualquer ganho ou prejuízo cumulativo existente no capital próprio nessa altura permanece no capital próprio e é reconhecido quando o item coberto é efetivamente reconhecido na demonstração de resultados. Quando deixar de ser expectável a ocorrência de uma transação prevista, o ganho ou prejuízo cumulativo previamente reconhecido no capital próprio será imediatamente transferido para a demonstração de resultados.

Coberturas de investimentos líquidos

Os investimentos líquidos do Grupo em operações externas, nomeadamente em itens monetários contabilizados como parte do investimento líquido, são cobertos quanto aos riscos cambiais, usando simultaneamente derivados e empréstimos de moeda estrangeira. As coberturas dos investimentos líquidos são contabilizadas de forma similar às coberturas de fluxos de caixa; a porção efetiva do ganho ou prejuízo é reconhecida diretamente nos outros rendimentos integrais, e a porção inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados. O ganho ou prejuízo cumulativo reconhecido como outros rendimentos integrais é reconhecido na demonstração de resultados na alienação ou alienação parcial de operações externas, ou em outras reduções do investimento do Grupo na operação.

Total derivados	**2016**			2015		
	Nocional valor do contrato M£	**Justo valor**		Nocional valor do contrato M£	Justo valor	
		Ativos M£	**Passivos M£**		Ativos M£	Passivos M£
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	**36 185 820**	**345 624**	**(339 646)**	29 437 102	326 772	(323 788)
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	**336 524**	**1 002**	**(841)**	316 605	937	(464)
Ativos/(passivos) derivados	**36 522 344**	**346 626**	**(340 487)**	29 753 707	327 709	(324 252)

O justo valor dos ativos derivados aumentou 6% para os 347mM£. Isto aconteceu sobretudo nos derivados cambiais e deveu-se em grande parte ao aumento nos volumes comerciais e à apreciação de todas as principais moedas face à GBP. Para mais informações sobre a apuração da posição líquida de instrumentos financeiros derivados, consulte a Nota 19 *Compensação de ativos e passivos financeiros.*

Os derivados de atividades comerciais são geridos dentro das políticas de gestão de risco de mercado do Grupo, que estão descritas na página 151.

A exposição do Grupo ao risco de crédito decorrente dos contratos derivados é descrita na secção *Risco de Crédito* nas páginas 187 e 188.

15 Instrumentos financeiros derivados continuação

Os justos valores e montantes nocionais dos instrumentos derivados detidos para negociação demonstram-se na seguinte tabela:

Derivados detidos para negociação	2016			2015		
	Nocional valor do contrato M£	Justo valor		Nocional valor do contrato M£	Justo valor	
		Ativos M£	Passivos M£		Ativos M£	Passivos M£
Derivados cambiais Derivados cambiais *Swaps* de divisas	**2 308 922**	**32 442**	**(30 907)**	1 277 863	17 613	(19 433)
Opções OTC compradas e vendidas	**1 086 552**	**40 083**	**(40 164)**	1 006 640	30 703	(32 449)
	772 031	**6 338**	**(6 762)**	924 832	6 436	(6 771)
Derivados OTC	**4 167 505**	**78 863**	**(77 833)**	3 209 335	54 752	(58 653)
Derivativos cambiais compensados pela contraparte central	**43 478**	**366**	**(388)**	9 308	33	(44)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	**18 813**	**31**	**(27)**	6 071	13	(12)
Derivados cambiais	**4 229 796**	**79 260**	**(78 248)**	3 224 714	54 798	(58 709)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	**4 799 897**	**153 822**	**(143 059)**	4 600 472	159 040	(148 475)
Contratos de taxa futura	**296 559**	**999**	**(968)**	371 510	440	(390)
Opções OTC compradas e vendidas	**2 522 430**	**42 412**	**(43 373)**	2 634 527	48 995	(49 001)
Derivados OTC	**7 618 886**	**197 233**	**(187 400)**	7 606 509	208 475	(197 866)
Derivados de taxas de juros apuradas pela contraparte central[a]	**14 439 407**	**30 503**	**(31 528)**	11 407 745	21 871	(22 603)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	**7 952 733**	**397**	**(370)**	5 470 872	281	(263)
Derivados de taxa de juros	**30 011 026**	**228 133**	**(219 298)**	24 485 126	230 627	(220 732)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	**615 057**	**11 811**	**(10 513)**	671 389	14 087	(12 693)
Derivados de crédito compensados pela contraparte central[a]	**332 743**	**4 462**	**(4 572)**	277 257	4 094	(3 931)
Derivados de crédito	**947 800**	**16 273**	**(15 085)**	948 646	18 181	(16 624)
Derivados de acções e índices de acções						
Opções OTC compradas e vendidas	**102 545**	**6 766**	**(8 837)**	53 645	5 507	(7 746)
Swaps e futuros sobre ações	**105 120**	**2 253**	**(4 435)**	98 264	1 794	(3 855)
Derivados OTC	**207 665**	**9 019**	**(13 272)**	151 909	7 301	(11 601)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	**585 620**	**8 070**	**(8 600)**	429 592	6 498	(6 851)
Derivados de acções e índices de acções	**793 285**	**17 089**	**(21 872)**	581 501	13 799	(18 452)
Derivados de mercadorias						
Opções OTC compradas e vendidas	**14 053**	**395**	**(461)**	21 959	1 402	(1 408)
Swaps e futuros sobre mercadorias	**16 086**	**1 528**	**(1 821)**	29 161	3 645	(3 397)
Derivados OTC	**30 139**	**1 923**	**(2 282)**	51 120	5 047	(4 805)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	**173 774**	**2 946**	**(2 861)**	145 995	4 320	(4 466)
Derivados de mercadorias	**203 913**	**4 869**	**(5 143)**	197 115	9 367	(9 271)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	**36 185 820**	**345 624**	**(339 646)**	29 437 102	326 772	(323 788)
Total derivados OTC detidos para negociação	**12 639 252**	**298 849**	**(291 300)**	11 690 262	289 662	(285 618)
Total derivados compensados pela contraparte central detidos para negociação	**14 815 628**	**35 331**	**(36 488)**	11 694 310	25 998	(26 578)
Total de derivados cambiais negociados detidos para negociação	**8 730 940**	**11 444**	**(11 858)**	6 052 530	11 112	(11 592)
Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação	**36 185 820**	**345 624**	**(339 646)**	29 437 102	326 772	(323 788)

Nota

a A Chicago Mercantile Exchange (CME) alterou o seu regulamento, com efeito a partir de 3 de janeiro de 2017. Ao abrigo das novas regras, as posições OTC apuradas serão liquidadas diariamente através de pagamentos em dinheiro e não garantidas através destes pagamentos (conhecido atualmente como margem de variação). Para os períodos reportados após a data de entrada em vigor, o justo valor dos derivados irá refletir a liquidação, que por sua vez reduzirá o justo valor dos ativos e passivos derivados reconhecidos. Não será reconhecida qualquer garantia em dinheiro à parte para a "margem de variação" diária. A 31 de dezembro de 2016, o justo valor dos ativos financeiros derivados afetados era de 20,4mM£ e o dos passivos derivados 21,5mM£.

15 Instrumentos financeiros derivados continuação

Os justos valores e os valores nocionais dos instrumentos derivados detidos para gestão de risco são apresentados na tabela seguinte:

Derivados detidos para gestão de risco	2016			2015		
	Nocional valor do contrato M£	Justo valor		Nocional valor do contrato M£	Justo valor	
		Ativos M£	Passivos M£		Ativos M£	Passivos M£
Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa						
***Swaps* de divisas**	**1 357**	**453**	**–**	1 357	133	–
Swaps de taxa de juros	**5 965**	**154**	**(6)**	14 198	162	(115)
Operações cambiais a prazo	**–**	**–**	**–**	759	5	–
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	**181 541**	**62**	**(27)**	147 072	–	–
Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa	**188 863**	**669**	**(33)**	163 386	300	(115)
Derivados designados como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juros	**10 733**	**301**	**(744)**	13 798	637	(264)
Operações cambiais a prazo	**–**	**–**	**–**	2 527	–	(32)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	**130 842**	**–**	**–**	134 939	–	–
Derivados designados como coberturas de justo valor	**141 575**	**301**	**(744)**	151 264	637	(296)
Derivativos designados como coberturas de investimentos líquidos						
Operações cambiais a prazo	**6 086**	**32**	**(64)**	1 955	–	(53)
Derivativos designados como coberturas de investimentos líquidos	**6 086**	**32**	**(64)**	1 955	–	(53)
Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	**336 524**	**1 002**	**(841)**	316 605	937	(464)
Total de derivados OTC detidos para gestão de risco	**24 141**	**940**	**(814)**	34 594	937	(464)
Total de derivados compensados pela contraparte central detidos para gestão de risco	**312 383**	**62**	**(27)**	282 011	–	–
Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	**336 524**	**1 002**	**(841)**	316 605	937	(464)

O Grupo cobriu a seguinte previsão dos fluxos de caixa que variam principalmente com as taxas de juro. Estima-se que estes fluxos afetem a demonstração de resultados nos períodos subsequentes, excluindo quaisquer ajustes à cobertura que possam ser aplicados:

	Total M£	Até um ano M£	Um a dois anos M£	Dois a três anos M£	Três a quatro M£	Quatro cinco M£	Mais do cinco M£
2016							
Previsão de fluxos de caixa a receber	**2 616**	**455**	**531**	**511**	**411**	**327**	**381**
Previsão de fluxos de caixa a pagar	**52**	**15**	**16**	**7**	**6**	**5**	**3**
2015							
Previsão de fluxos de caixa a receber	4 952	555	816	875	813	633	1 260
Previsão de fluxos de caixa a pagar	872	769	35	31	22	11	4

A duração máxima de tempo durante o qual o Grupo cobre a exposição à variabilidade nos futuros fluxos de caixa para operações previstas, excluindo aquelas relacionadas com o pagamento de juro variável sobre instrumentos financeiros existentes, é de 10 anos (2015: 10 anos).

Montantes reconhecidos no rendimento líquido dos juros	2016 M£	2015 M£
Ganhos em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto Perdas	**1 787**	552
em instrumentos cobertos	**(1 741)**	(485)
Ineficácia do justo valor	**46**	67
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	**28**	16
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	**(3)**	(2)

Os ganhos e as perdas transferidas da reserva de cobertura do fluxo de caixa para a demonstração de resultados incluíram um ganho de 17M£ (2015: ganho de 36M£) transferido para o rendimento de juros; um ganho de 491M£ (2015: ganho de 267M£) para as despesas de juros; nulo (2015: perda de 4M£) para o rendimento comercial líquido; um ganho de 17M (2015: ganho de 17M) para a administração e despesas gerais; e uma perda de 75M£ (2015: perda de 69M£) para a tributação.

16 Investimentos financeiros

Contabilização de investimentos financeiros

Os ativos financeiros disponíveis para venda são detidos ao justo valor, sendo as perdas e ganhos incluídos nos outros rendimentos integrais. O Grupo usa esta classificação para ativos que não são derivados e que não são detidos para propósitos comerciais ou de alguma forma designados ao justo valor através de lucro ou prejuízo, ou a custo amortizado. Os dividendos e juros (calculados usando o método de juro efetivo) são reconhecidos na demonstração de resultados na Nota 3 *Rendimento de juros líquido*, ou na Nota 6 *Rendimento de investimento líquido*. Com a alienação, os ganhos ou perdas cumulativos reconhecidos nos outros rendimentos integrais são também incluídos no rendimento de investimento líquido.

Os ativos detidos até à maturidade são avaliados ao custo amortizado. O Grupo usa esta classificação quando existe a intenção de deter o ativo até à maturidade. Os juros sobre os investimentos são reconhecidos na demonstração de resultados, englobados no *Rendimento de juros líquido* (Nota 3).

	2016 M£	2015 M£
Títulos de dívida disponíveis para venda e outros títulos	**57 703**	89 278
admissíveis Títulos de capital próprio disponíveis para	**438**	989
venda	**5 176**	–
Títulos de dívida detidos até à maturidade		
Investimentos financeiros	**63 317**	90 267

Em junho de 2016, as obrigações no Reino Unido previamente classificadas como investimentos disponíveis para venda foram reclassificadas como detidas até à maturidade, de forma a espelhar o propósito destes ativos. Qualquer ganho ou perda anterior proveniente do ativo que tenha sido acumulado na reserva disponível para venda (Nota 32) é amortizado no lucro ou prejuízo, ao longo da restante vida do ativo, utilizando o método de juro efetivo.

17 Passivos financeiros designados ao justo valor

Contabilização de passivos designados ao justo valor através de ganhos e perdas

Em conformidade com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas registados na demonstração de resultados, englobados no *Rendimento comercial líquido* (Nota 5) e no *Rendimento de investimento líquido* (Nota 6). O Grupo tem a capacidade de proceder à designação do justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir uma falta de balanceamento contabilística (causada pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou for gerida pelo Grupo com base no seu justo valor, ou inclua termos com características substanciais de derivados, descritas na Nota 15 *Instrumentos financeiros derivados*.

Os detalhes de como os montantes de justo valor são derivados para os ativos financeiros designados ao justo valor são descritos na Nota 18 *Justo valor de ativos e passivos.*

	2016		2015	
	Justo Valor M£	**Montante contratual devido na data de vencimento M£**	Justo Valor M£	Montante contratual devido na data de vencimento M£
Títulos de dívida	**34 985**	**37 034**	33 177	36 097
Depósitos	**5 269**	**5 303**	6 029	6 324
Passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento	**37**	**–**	1 633	–
Acordos de recompra	**55 710**	**55 760**	50 838	50 873
Outros passivos financeiros	**30**	**30**	68	68
Passivos financeiros designados ao justo valor	**96 031**	**98 127**	91 745	93 362

As perdas líquidas de crédito próprio cumulativas reconhecidas são de £239m (2015: £226m).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos ao justo valor

18 Justo valor dos instrumentos financeiros

Contabilização de ativos e passivos financeiros – justos valores

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor na data de reconhecimento inicial e, dependendo da classificação do ativo ou do passivo, poderão continuar a ser detidos ao justo valor quer através de lucro ou perda quer através de outro rendimento integral. O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago por transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado numa data de medição.

Onde seja possível, o justo valor é determinado com referência a um preço cotado de mercado para esse instrumento. Para muitos dos ativos e passivos financeiros do Grupo, especialmente derivados, não estão disponíveis preços cotados, e por isso são usados modelos de valorização para estimar o justo valor. Os modelos calculam os fluxos de caixa esperado ao abrigo dos termos de cada contrato específico, e depois desconta este valores para um valor actual. Estes modelos utilizam como base parâmetros de mercado de origem independente incluindo, por exemplo, curvas de rendimento da taxa de juros, preços de ações e mercadorias, fluidez de opções e taxas de câmbio.

Para passivos financeiros avaliados ao justo valor, o montante contabilístico reflete o efeito sobre o justo valor das alterações nos *spreads* de crédito próprio calibrados para os dados de mercado observáveis, tal como na emissão primária e atividade de resgate para títulos estruturados. Os spreads de crédito próprio para instrumentos emitidos pelo Barclays Bank PLC foram previamente derivados de dívida simples emitida pelo Barclays Bank PLC no mercado secundário mas, devido aos
programas extensivos de resgate de obrigações, as observações dos preços de obrigações do Barclays Bank PLC no mercado secundário caíram significativamente e já não oferecem
uma estimativa fiável para a mensuração do justo valor.

No reconhecimento inicial, é presumido que o preço de transação é o justo valor, a menos que haja informação observável em contrário, disponível num mercado ativo. A melhor prova do justo valor de um instrumento no reconhecimento inicial é tipicamente o preço de transação. Porém, se o justo valor pode ser evidenciado por comparação com outras transações do mercado atual observável com o mesmo instrumento, ou se baseia numa técnica de avaliação cujas fontes incluem apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento deve ser reconhecido ao justo valor derivado dos dados do referido mercado observável.

Para avaliações que usam dados não observáveis, a diferença entre a avaliação do modelo e o preço inicial de transação ('Lucro do primeiro dia') é reconhecido no lucro ou no prejuízo numa base linear durante o prazo da transação; ou, onde aplicável, ao longo do período até todos os dados do modelo se tornarem observáveis, ou forem emitidos na totalidade quando os dados anteriormente não observáveis se tornam observáveis.

Vários fatores influenciam a disponibilidade de dados observáveis e estes podem variar de produto para produto e mudar ao longo do tempo. Estes fatores incluem a profundidade de atividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto é novo e não é amplamente comercializado no mercado, o desenvolvimento da modelação do mercado, e a natureza da transação (personalizada ou genérica). Na medida em que a valorização é baseada em modelos ou dados que não são observáveis no mercado, a determinação do justo valor pode ser mais subjetiva, dependendo do significado dos dados não observáveis para a avaliação global. Os dados não observáveis são determinados com base na melhor informação disponível, por exemplo com referência a ativos semelhantes, maturidades semelhantes ou outras técnicas analíticas.

A sensibilidade das avaliações utilizadas nas demonstrações financeiras para possíveis alterações em dados não observáveis é apresentada na página 314.

Estimativas e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A avaliação de instrumentos financeiros envolve muitas vezes um grau significativo de decisão e complexidade, particularmente nos modelos de avaliação que utilizam dados não observáveis (ativos e passivos de "Nível 3"). Esta nota fornece informação sobre estes instrumentos, incluindo os ganhos e perdas relacionados – não realizados – reconhecidos no período, uma descrição de técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos, e uma análise à sensibilidade.

Avaliação

A IFRS 13 *Mensuração do Justo Valor* exige a uma entidade que classifique os seus ativos e passivos de acordo com uma hierarquia que reflete a possibilidade de observação dos dados de mercado significativos. Os três níveis da hierarquia de justo valor estão definidos em baixo.

Preços do mercado cotados - Nível 1

Os ativos e passivos são classificados como Nível 1 se o seu valor for observável num mercado ativo. Tais Instrumentos são avaliados por referência a preços cotados não ajustados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, nos quais o preço cotado está disponível de imediato e o preço representa transações de mercado atuais e regulares; Um mercado ativo é um mercado no qual as transacções ocorrem com um volume e frequência suficientes para permitir obter informação de preços numa base contínua.

Técnica de avaliação utilizando dados observáveis – Nível 2

Os ativos e passivos classificados como Nível 2 foram avaliados usando modelos cujos dados são observáveis direta ou indiretamente. As avaliações com base em dados observáveis incluem ativos e passivos como *swaps* e *forwards* (contratos a prazo) que são avaliados utilizando técnicas de preços normais de mercado, e opções que são normalmente comercializadas em mercados onde todos os dados para os modelos de preços normais de mercado são observáveis.

Técnica de avaliação utilizando dados significativos não observáveis – Nível 3

Os ativos e passivos são classificados como Nível 3 se a sua avaliação incorporar dados significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Os dados de avaliação são considerados observáveis se puderem ser directamente observados a partir de transações num mercado ativo, ou caso haja uma prova externa concreta que demonstre um preço de saída exequível. Os níveis de dados não observáveis são geralmente determinados através de referência a dados observáveis, observações históricas ou usando outras técnicas analíticas.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

As seguintes tabelas mostram os ativos e passivos detidos pelo Grupo ao justo valor, separados por técnica de avaliação (hierarquia do justo valor) e classificação do balanço:

Ativos e passivos detidos ao justo valor

	Técnicas de avaliação utilizando			
	Preços de mercado cotados (Nível 1) M£	Dados observáveis (Nível 2) M£	Dados não observáveis significativos (Nível 3) M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016				
Ativos da carteira de negociação	**41 550**	**36 625**	**2 065**	**80 240**
Ativos financeiros designados ao justo valor	**4 031**	**64 630**	**9 947**	**78 608**
Ativos financeiros derivados	**5 261**	**332 819**	**8 546**	**346 626**
Investimentos disponíveis para venda	**21 218**	**36 551**	**372**	**58 141**
Propriedade de investimento	**–**	**–**	**81**	**81**
Ativos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[a]	**6 754**	**8 511**	**6 009**	**21 274**
Ativos totais	**78 814**	**479 136**	**27 020**	**584 970**
Passivos da carteira de negociação	**(20 205)**	**(14 475)**	**(7)**	**(34 687)**
Passivos financeiros designados ao justo valor	**(70)**	**(95 121)**	**(840)**	**(96 031)**
Passivos financeiros derivados	**(5 051)**	**(328 265)**	**(7 171)**	**(340 487)**
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[a]	**(397)**	**(5 224)**	**(6 201)**	**(11 822)**
Passivos totais	**(25 723)**	**(443 085)**	**(14 219)**	**(483 027)**
A 31 de dezembro de 2015				
Ativos da carteira de negociação	36 676	35 725	4 947	77 348
Ativos financeiros designados ao justo valor	6 163	52 909	17 758	76 830
Ativos financeiros derivados	6 342	315 949	5 418	327 709
Investimentos disponíveis para venda	42 552	46 693	1 022	90 267
Propriedade de investimento	–	–	140	140
Ativos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[a]	26	8	7 330	7 364
Ativos totais	91 759	451 284	36 615	579 658
Passivos da carteira de negociação	(23 978)	(9 989)	–	(33 967)
Passivos financeiros designados ao justo valor	(240)	(90 203)	(1 302)	(91 745)
Passivos financeiros derivados	(5 450)	(314 033)	(4 769)	(324 252)
Passivos incluídos em grupos de alienação classificados como detidos para venda[a]	(1 024)	(802)	(4 171)	(5 997)
Passivos totais	(30 692)	(415 027)	(10 242)	(455 961)

Nota

a Os grupos de alienação detidos para venda e avaliados pelo justo valor menos o custo de venda estão incluídos na tabela do justo valor. Para grupos de alienação avaliados pelo valor contabilístico, os ativos e passivos subjacentes avaliados ao justo valor estão incluídos nas divulgações do justo valor, nas páginas 305 a 318, e os itens avaliados ao custo amortizado estão incluídos na página 319. Os ativos (6,6mM£) e passivos (1,7mM£) não-financeiros englobados nos grupos de alienação e avaliados pelo valor contabilístico são excluídos destas divulgações.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

As seguintes tabelas mostram os ativos e passivos detidos pelo Grupo ao justo valor separados por técnica de avaliação (hierarquia do justo valor) e pelo tipo de produto.

Ativos e passivos detidos pelo justo valor por tipo de produto

	Ativos Técnica de valorização usando			Passivos Técnica de valorização usando		
	Preços do mercado Cotados (Nível 1) M£	Dados Dados Não observáveis observáveis (Nível 2) M£	Dados Dados Não observáveis significativos (Nível 3) M£	Preços de mercado cotados (Nível 1) M£	Dados Dados Não observáveis observáveis (Nível 2) M£	Dados Dados Não observáveis significativos (Nível 3) M£
A 31 de dezembro de 2016						
Derivados de taxa de juros	**–**	**222 892**	**5 759**	**–**	**(215 213)**	**(4 860)**
Derivados cambiais	**–**	**79 612**	**132**	**–**	**(78 263)**	**(51)**
Derivados de crédito	**–**	**14 662**	**1 611**	**–**	**(14 844)**	**(241)**
Derivados de capital próprio	**4 210**	**11 842**	**1 037**	**(4 058)**	**(15 808)**	**(2 007)**
Derivativos de produtos de base	**1 052**	**3 809**	**8**	**(991)**	**(4 138)**	**(13)**
Dívida do governo e financiada pelo governo	**31 203**	**49 834**	**3**	**(12 761)**	**(11 454)**	**–**
Dívida empresarial	**46**	**11 921**	**969**	**(27)**	**(1 907)**	**(5)**
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	**–**	**994**	**–**	**–**	**(6 936)**	**(319)**
Acordos de recompra e revenda	**–**	**63 162**	**–**	**–**	**(55 710)**	**–**
Empréstimos não suportados por ativos	**–**	**2 888**	**8 767**	**–**	**–**	**–**
Títulos suportados por ativos	**–**	**1 956**	**515**	**–**	**(256)**	**–**
Empréstimos imobiliários comerciais	**–**	**–**	**442**	**–**	**–**	**–**
Dívida emitida	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31 973)**	**(298)**
Produtos de investimentos de capital	**35 399**	**6 478**	**150**	**(7 416)**	**(934)**	**(2)**
Fundos e produtos vinculados a fundos	**53**	**137**	**273**	**–**	**(170)**	**(37)**
Investimentos em capital próprio privado	**23**	**110**	**856**	**–**	**(18)**	**(12)**
Ativos e passivos detidos para venda	**6 754**	**8 511**	**6 009**	**(397)**	**(5 224)**	**(6 201)**
Outros[a]	**74**	**328**	**489**	**(73)**	**(237)**	**(173)**
Total	**78 814**	**479 136**	**27 020**	**(25 723)**	**(443 085)**	**(14 219)**
A 31 de dezembro de 2015						
Derivados de taxa de juros	–	228 751	2 675	–	(218 864)	(2 247)
Derivados cambiais	2	54 839	95	(4)	(58 594)	(196)
Derivados de crédito	–	16 279	1 902	–	(16 405)	(219)
Derivados de capital próprio	3 830	9 279	690	(2 870)	(14 037)	(1 545)
Derivados de mercadorias	2 510	6 801	56	(2 576)	(6 133)	(562)
Dívida do governo e financiada pelo governo	55 150	52 967	419	(15 036)	(5 474)	(1)
Dívida empresarial	352	11 598	2 895	(234)	(4 558)	(15)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	82	503	–	(5)	(6 955)	(382)
Acordos de recompra e revenda	–	49 513	–	–	(50 838)	–
Empréstimos não suportados por ativos	–	1 931	16 828	–	–	–
Títulos suportados por ativos	–	12 009	770	–	(384)	(37)
Empréstimos imobiliários comerciais	–	–	551	–	–	–
Dívida emitida	–	–	–	–	(29 695)	(546)
Produtos de investimentos de capital	29 704	4 038	171	(8 943)	(221)	–
Fundos e produtos vinculados a fundos	–	1 649	378	–	(1 601)	(148)
Investimentos em capital próprio privado	7	283	1 388	–	–	–
Ativos e passivos detidos para venda	26	8	7 330	(1 024)	(802)	(4 171)
Outros[a]	96	836	467	–	(466)	(173)
Total	91 759	451 284	36 615	(30 692)	(415 027)	(10 242)

Nota

a A categoria outros inclui empréstimos garantidos por ativos, mercadorias físicas e propriedade de investimento.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Técnicas de avaliação e análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é realizada em produtos com dados não observáveis significativos (Nível 3) para gerar uma variedade de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias de sensibilidade aplicadas têm em conta a natureza das técnicas de avaliação utilizadas, assim como a disponibilidade e fiabilidade das referências observáveis e dos dados históricos e o impacto de usar modelos alternativos.

As sensibilidades são dinamicamente calculadas todos os meses. O cálculo baseia-se num intervalo ou *spread* de dados de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado em análises de mercado relevantes, juntamente com o impacto de usar modelos alternativos. As sensibilidades são calculadas sem refletir o impacto de qualquer diversificação na carteira.

As técnicas de avaliação usadas para os principais produtos nos Níveis 2 e 3 e para análises de observabilidade e sensibilidade de produtos em Nível 3 estão descritas em baixo.

Derivados de taxa de juros

Descrição: São derivados ligados a taxas de juro ou índices de inflação. Esta categoria inclui futuros, taxas de juro e *swaps* de inflação; opções de *swaps*; *caps*; *floors*, opções de inflação; *swaps* com garantia de saldo e outros derivados de taxas de juro exóticas.

Avaliação: Os fluxos de caixa derivados de taxas de juro são valorizados utilizando curvas de rendimento das taxas de juro, pelas quais dados de mercado observáveis são usados para construir a estrutura de prazos de taxas futuras. Estas são depois usadas para prever e descontar fluxos de caixa futuros com base nos parâmetros da transação. Os instrumentos com opcionalidade são avaliados utilizando as volatilidades implícitas de dados observáveis de mercado. Os derivados exóticos de taxa de juros são avaliados através da utilização de modelos padrão e personalizados do setor, com base em dados de parâmetros de mercado observáveis e não observáveis. Os parâmetros incluem as taxas de juros, volatilidades, correlações e outros parâmetros, conforme apropriado.
As curvas de inflação futuras e as curvas de rendimento de taxas de juros podem ser extrapoladas para lá das tendências observáveis.

Os *swaps* de saldo com garantia são avaliados utilizando modelos de fluxo de caixa que calculam o justo valor com base nas previsões de prejuízos, pré-pagamento, recuperação e taxas de
desconto. Estes parâmetros são determinados com referência ao desempenho do ativo subjacente.

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos que são determinados separadamente para cada um dos parâmetros subjacentes. Algumas correlações, convexidades, *forwards* de longo prazo e exposições a volatilidade não são observáveis após os vencimentos líquidos. Os dados não observáveis do mercado e do modelo são definidos pela referência a instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso, quando disponíveis; caso contrário, são utilizados cenários de tensão e dados históricos.

Derivados cambiais

Descrição: Trata-se de derivados ligados ao mercado cambial (FX). Esta categoria inclui contratos *forward* cambiais, *swaps* cambiais e opções cambiais. A grande maioria é negociada como instrumentos derivados de venda livre (OTC).

Avaliação: Os derivados exóticos e não-exóticos são avaliados através da utilização de modelos padrão e personalizados do setor. Os parâmetros de entrada incluem as taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidades cambiais, volatilidades das taxas de juros, correlações das taxas de juro cambiais e outros, conforme apropriado. Os dados do modelo não observáveis são definidos pela referência a instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação de forma a corresponderem ao perfil de risco adequado.

Observância: Algumas correlações, *forwards* de longo prazo e volatilidades não são observáveis após os vencimentos líquidos.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso.

Derivados de crédito

Descrição: Trata-se de derivados vinculados ao *spread* de crédito de uma entidade, índice ou conjunto de entidades referenciadas, ou um conjunto de ativos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui *swaps* de incumprimento de crédito (CDS) de uma única entidade ou de um índice, CDS suportados por ativos, obrigações de dívida garantidas (CDO) sintéticas e *swaps* de cabazes de "n-ésimo" incumprimento.

Avaliação: Os CDS são avaliados através de um modelo padrão de mercado que inclui a curva de crédito como o seu dado principal. Os *spreads* de crédito são observados diretamente a partir dos dados de corretores e vendedores terceiros, ou têm os seus preços fixados por aproximação. Nos casos em que os *spreads* de crédito não são observáveis, estes são determinados com base em transações recentes ou aproximados a partir de *spreads* de obrigações em negociações observáveis do mesmo emitente ou de outras entidades similares. Os CDO sintéticos são avaliados através de um modelo que calcula o justo valor com base em *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros, e que é calibrado ao mercado de tranches de índices.

Observância: Os contratos de CDS relativos a entidades que não são negociadas ativamente são considerados não observáveis. Os dados de correlação para a avaliação dos CDO sintéticos são considerados não observáveis, uma vez que são aproximados a partir do mercado observável de tranches de índices. Nos casos em que um derivado de crédito suportado por um ativo não tem um preço de mercado observável e a avaliação é determinada através da utilização de um modelo, o instrumento é considerado não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade das avaliações da carteira de CDS sem liquidez é determinada pela aplicação de uma alteração para cada curva de *spread*. A alteração tem por base o intervalo médio dos preços observados no mercado para CDS semelhantes. A sensibilidade dos CDO sintéticos é calculada através da utilização de níveis de correlação decorrentes da gama de contribuintes para um serviço personalizado de consenso.

Derivados de capital próprio

Descrição: Trata-se de derivados vinculados a índices de capital próprio e entidades individuais. Esta categoria inclui derivados de capital próprio negociados em bolsa e OTC, incluindo opões de tipo corrente e exóticas.

Avaliação: As avaliações dos derivados de capital próprio OTC são determinadas através da utilização de modelos padrão da indústria. Os parâmetros de entrada incluem os preços de ações, dividendos, volatilidades, taxas de juros, curvas de recompra de capital próprio e, para os produtos multi-ativos, correlações. Os dados do modelo não observáveis são determinados com base em instrumentos do mercado líquido e na aplicação de técnicas de extrapolação, de forma a corresponderem ao perfil de risco adequado.

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos que são determinados separadamente para cada um dos parâmetros e elementos subjacentes.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é estimada com base na dispersão de serviços de dados de consenso, diretamente ou por aproximação.

Derivados de mercadorias

Descrição: Estes produtos são derivados OTC negociados em bolsa, baseados em mercadorias subjacentes, tais como metais, petróleo bruto e produtos refinados, produtos agrícolas, energia e gás natural.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação
Avaliação: As avaliações de *swaps* de mercadorias e opções são determinadas utilizando modelos que incorporam os descontos nos fluxos de caixa e outras técnicas padrão
de modelação do setor. Os dados de avaliação incluem curvas *forward*, volatilidades deduzidas a partir dos dados observáveis no mercado e correlações. Os dados não observáveis são definidos com base nos produtos observáveis semelhantes ou através da aplicação de técnicas de extrapolação do mercado observável.

Observância: Algumas correlações, curvas *forward* e volatilidades para exposições a prazos mais longos não são observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é determinada principalmente através da mensuração da variabilidade histórica ao longo de dois anos. Nos casos em que os dados históricos não estão disponíveis ou que a incerteza se deve ao risco volumétrico, a sensibilidade é medida através da aplicação de cenários de tensão apropriados ou usando níveis indicadores de *spread* de compra e venda.

Instrumentos derivados complexos
As estimativas de avaliação feitas pelas contrapartes relativamente aos instrumentos derivados complexos, com a finalidade de determinar o montante das garantias a serem depositadas, diferem frequentemente – por vezes de forma significativa – das próprias estimativas do Barclays. Em quase todos os casos, o Barclays tem sido capaz de resolver com êxito essas diferenças ou, de outra forma, de alcançar uma acomodação no que respeita aos níveis de depósitos de garantias, incluindo, em certos casos, a celebração de compromissos de garantias. Devido à natureza contínua dos pedidos de garantias, o Barclays discute frequentemente, a qualquer altura, com uma ou mais contrapartes, essas diferenças. As estimativas de avaliação feitas pelas contrapartes para efeitos de garantias são – como qualquer outra avaliação efetuada por contrapartes – consideradas na determinação de estimativas do valor justo do Barclays.

Dívida do governo e financiada pelo governo
Descrição: Trata-se de obrigações governamentais, obrigações supra soberanas e obrigações do tesouro.

Avaliação: As obrigações governamentais líquidas negociadas ativamente através de uma bolsa ou câmara de compensação são marcadas para os níveis de fecho observados nesses mercados. As obrigações com menor liquidez são avaliadas, utilizando preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores, dos preços entre operadores ou de outros serviços de fixação de preços fiáveis. Nos casos em que não existem preços de mercado observáveis, o justo valor é determinado com base nos rendimentos de outras obrigações do mesmo emitente.

Observância: Nos casos em que não está disponível um preço de mercado observável, a obrigação considera-se de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada através do intervalo dos preços aproximados observáveis.

Dívida empresarial
Descrição: Contém essencialmente obrigações de empresas.

Avaliação: As obrigações de empresas são avaliadas utilizando preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores, preços entre operadores ou outros serviços de fixação de preços fiáveis. Nos casos em que não existem preços de mercado observáveis, o justo valor é determinado com base em emissões ou *spreads* de CDS do mesmo emitente como dados de aproximação, para obter valores de fluxo de caixa descontados. Na ausência de obrigações ou *spreads* de CDS observáveis para o respetivo emitente, aplicam-se como aproximação os ativos de referência semelhantes ou médias do sector (a adequação das aproximações é avaliada com base no emitente, cupão, maturidade e indústria).

Observância: Nos casos em que não está disponível um preço de mercado observável, o título considera-se de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade para a carteira das obrigações de empresa é determinada pela aplicação de uma alteração para cada posição subjacente, impulsionada por intervalos médios de níveis externos observados no mercado para obrigações semelhantes.

Certificados de Depósito, Papel Comercial e outros instrumentos do mercado monetário
Descrição: Trata-se de certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário.

Avaliação: Os certificados de depósito e papel comercial são avaliados utilizando preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores, preços entre operadores ou outros serviços de fixação de preços fiáveis. Nos casos em que não existem preços de mercado observáveis, o justo valor é determinado com base em emissões ou *spreads* de CDS do mesmo emitente como dados de aproximação, para obter valores de fluxo de caixa descontados. Na ausência de obrigações ou *spreads* de CDS observáveis para o respetivo emitente, aplicam-se como aproximação os ativos de referência semelhantes ou médias do sector (a adequação das aproximações é avaliada com base no emitente, cupão, maturidade e indústria).

Observância: Nos casos em que não está disponível um preço de mercado observável, o título considera-se de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada através do intervalo dos preços aproximados observáveis.

Acordos de recompra e revenda
Descrição: Estes acordos incluem títulos adquiridos mediante acordos de revenda, títulos vendidos mediante acordos de recompra e outros acordos semelhantes de empréstimos garantidos.

Avaliação: Os acordos de revenda e de recompra são avaliados através do desconto dos futuros fluxos de caixa esperados. Os dados para a avaliação incluem taxas de juro e taxas de acordo de recompra, que são determinadas com base nos parâmetros específicos da transação.

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, tal como determinado com base nos parâmetros específicos da transação. Os dados de mercado e modelos não observáveis são definidos com base em instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso, quando disponíveis; caso contrário, são utilizados cenários de tensão e dados históricos. Em geral, a sensibilidade dos dados não observáveis não é significativa para a avaliação global do balanço, dada a natureza predominantemente de curto prazo dos acordos.

Empréstimos não suportados por ativos
Descrição: Esta categoria é composta, em grande parte, por empréstimos de taxa fixa, sobretudo a carteira ESHLA (educação, habitação social e autoridade local), que são avaliados utilizando modelos que descontam os futuros fluxos de caixa esperados.

Avaliação: Os empréstimos de taxa fixa são avaliados através de modelos que calculam o justo valor com base em taxas de juros observáveis e *spreads* de empréstimos não observáveis. Os *spreads* de empréstimos não observáveis incluem os custos de financiamento, o nível de ativos comparáveis, tais como obrigações, a qualidade de crédito do emitente e outros fatores.

Observância: Dentro desta população, o dado não observável é o *spread* dos empréstimos.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade para os empréstimos de taxa fixa é calculada através da aplicação de uma alteração aos *spreads* dos empréstimos.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Títulos suportados por ativos

Descrição: Trata-se de títulos ligados aos fluxos de caixa de um conjunto de ativos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui títulos suportados por hipotecas residenciais, títulos suportados por hipotecas comerciais, CDOs, obrigações de empréstimo com garantia (CLOs) e outros títulos suportados por ativos.

Avaliação: Nos casos disponíveis, as avaliações têm por base os preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores e dos preços entre operadores. Caso contrário, as avaliações são determinadas usando uma análise padrão do setor ao fluxo de caixa descontado, que calcula o justo valor com base em dados de avaliação, tais como a taxa de incumprimento constante, a taxa de pré-pagamento condicional, a perda dado o incumprimento e o rendimento. Estes dados são determinados através da consulta de várias fontes, incluindo a aproximação a transações observadas, os índices de mercado ou a pesquisa de mercado, bem como da avaliação do desempenho das garantias subjacentes.

A aproximação a transações observadas, a índices ou à investigação exige a avaliação e a comparação dos atributos subjacentes dos títulos relevantes, incluindo garantia, tranche, antiguidade, a composição dos ativos subjacentes (perdas históricas, características do mutuário e atributos dos empréstimos, tais como a relação valor-empréstimo e a concentração geográfica) e classificações de crédito (originais e atuais).

Observância: Nos casos em que um produto suportado por ativos não tem um preço de mercado observável, e a avaliação é determinada através uma análise do fluxo de caixa
descontado, um instrumento considera-se não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A análise da sensibilidade para produtos suportados por ativos tem por base a dispersão da fixação de preços de origem externa ou a acentuação atribuída aos dados da
análise do fluxo de caixa descontado.

Empréstimos imobiliários comerciais

Descrição: Esta carteira inclui empréstimos que são garantidos por um conjunto de tipos de propriedades comerciais, incluindo propriedades de retalho, hotéis, escritórios e propriedades
multifamiliares e industriais.

Avaliação: Os empréstimos produtivos são avaliados por meio de uma análise do fluxo de caixa descontado que toma em consideração as características do empréstimo, tais como o tipo de propriedade, a localização geográfica, a qualidade do crédito e as avaliações de desempenho da propriedade, a fim de determinar um *spread* de crédito apropriado. Nos casos em que há uma incerteza significativa relativamente ao desempenho do empréstimo, a avaliação é baseada em avaliações independentes de terceiros ou em ofertas para as propriedades subjacentes. As avaliações independentes de terceiros são determinadas pela análise do fluxo de caixa descontado. Os dados de avaliação principais são o rendimento e a perda dado o incumprimento.

Observância: Uma vez que cada empréstimo para imobiliário comercial é único por natureza, e que o mercado de crédito secundário é relativamente ilíquido, os dados de avaliação são geralmente considerados não observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: Para os empréstimos produtivos, a sensibilidade é determinada pela acentuação do *spread* do crédito para cada empréstimo. Para os empréstimos que têm uma incerteza significativa relativamente ao seu desempenho, a sensibilidade é determinada por um intervalo de ofertas ou pela acentuação dos dados a avaliações de terceiros independentes.

Dívida emitida

Descrição: Esta categoria inclui as obrigações emitidas pelo Barclays.

Avaliação: As obrigações emitidas pelo Barclays ao justo valor são avaliadas utilizando as técnicas de fluxos de caixa descontados e os modelos padrão do setor, que incorporam vários
parâmetros de dados observados para cada parâmetro ou instrumento.

Observância: Geralmente, as obrigações emitidas pelo Barclays são observáveis. As obrigações estruturadas são instrumentos de dívida que contêm derivados incorporados. Nos casos em que um dado relativo ao derivado incorporado ou ao instrumento de dívida é considerado não observável e significativo para a avaliação global da obrigação, a obrigação estruturada é classificada como de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade ao dado não observável no derivado incorporado é calculada de acordo com o método utilizado para o tipo de instrumento derivado em questão.

Produtos de investimentos de capital

Descrição: Esta categoria inclui capitais próprios listados, Fundos de Investimento Cotados em Bolsa (ETF) e ações preferenciais.

Avaliação: A avaliação de produtos de capital próprio em numerário é determinada principalmente através dos preços de mercado observáveis.

Observância: Os preços são geralmente observados no mercado. Quando o preço de um título de capital próprio não está disponível, o instrumento é considerado não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada com base na avaliação sob tensão do ativo subjacente.

Fundos e produtos vinculados a fundos

Descrição: Esta categoria inclui participações em fundos de cobertura e fundos de fundos.

Avaliação: Regra geral, as detenções de fundos são avaliadas com base na última avaliação disponível recebida do administrador do fundo. No caso das detenções de fundos ilíquidos, a valorização terá em conta todas as informações disponíveis em relação ao fundo – ou coleção de fundos – subjacente e poderá ser ajustada relativamente ao desempenho dos índices de referência relevantes.

Observância: Os fundos são considerados não observáveis quando o fundo é suspenso, quando está em redução, quando tem uma restrição sobre o resgate que afeta severamente a liquidez, ou quando o último valor do ativo líquido dos administradores do fundo é anterior à frequência ditada pelo fundo que fornece os documentos.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada individualmente para cada fundo, utilizando uma abordagem com um cenário baseado nas perdas, que tem em consideração os ativos subjacentes
do fundo específico e as taxas de recuperação previstas.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Investimentos em capital próprio privado

Descrição: Esta categoria inclui investimentos de capital próprio privado.

Avaliação: Os investimentos de capital próprio privado são avaliados de acordo com as "International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines". Tal requer o uso de uma série de referências individuais de fixação de preços, tais como os preços de transações recentes nas mesmas entidades ou em entidades semelhantes, a análise do fluxo de caixa descontado e a comparação com os ganhos múltiplos de empresas cotadas de comparação. Pelo menos duas vezes por ano
são realizadas avaliações totais, sendo as posições revistas periodicamente no sentido de verificar se há eventos relevantes que possam ter impacto sobre o justo valor. A avaliação dos instrumentos de capital próprio não cotados é subjetiva por natureza. No entanto, as metodologias relevantes são geralmente aplicadas por outros participantes no mercado e foram aplicadas de forma consistente ao longo do tempo.

Observância: Os dados não observáveis incluem os ganhos estimados, os múltiplos de empresas comparativas, os descontos comerciais e as taxas de desconto.

Sensibilidade de Nível 3: Cada um dos modelos de avaliação relevantes é sensível a uma série de pressupostos fundamentais, tais como ganhos futuros previstos, múltiplos de comparação, descontos comerciais e taxas de desconto. A sensibilidade da avaliação é estimada pela adaptação de tais pressupostos a níveis alternativos razoáveis e pela determinação do impacto sobre a avaliação resultante.

Ativos e passivos detidos para venda

Descrição: Os ativos e passivos detidos para venda são compostos substancialmente pela intenção de vender o BAGL, França, Egipto, BVP e Zimbábue.

Avaliação: Os ativos e passivos detidos para venda são avaliados pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo de venda.

Sensibilidade de Nível 3: Os grupos de alienação que são mensurados ao justo valor menos o custo de venda são avaliados ao preço acordado e não devem apresentar uma sensibilidade significativa. A sensibilidade dos ativos e passivos mensurados ao valor contabilístico é explicada nas descrições dos produtos relevantes.

Outros

Descrição: A categoria outros inclui empréstimos suportados por ativos, mercadorias físicas e propriedade de investimento.

Ativos e passivos reclassificados entre Nível 1 e Nível 2

Foram transferidos ativos de obrigações do governo no valor de 2 340M£, do Nível 2 para o Nível 1, durante o período, de forma a refletir a observância no mercado destes
tipos de produtos (2015: 537M£ em ativos e 801M£ em passivos de capital próprio e derivados cambiais transferidos do Nível 1 para o Nível 2).

Plano 3 Análise de Movimento

A tabela seguinte resume os movimentos nos saldos de Nível 3 durante o período. A tabela mostra ganhos e perdas e inclui montantes para todos os ativos e passivos financeiros detidos ao justo valor que foram transferidos de ou para o Nível 3 durante o ano. As transferências têm sido apresentadas como se tivessem sido efetuadas no início do ano.

Os ativos e passivos incluídos nos grupos de alienação classificados como detidos para venda, e avaliados ao justo valor menos o custo de venda, não estão abarcados, uma vez que são
mensurados ao justo valor numa base não recorrente.

As transferências de ativos e passivos entre o Nível 2 e o Nível 3 devem-se principalmente a i) um aumento ou diminuição da atividade do mercado observável relacionada com os dados ou ii) uma alteração na significância dos dados não observáveis, com ativos e passivos classificados como Nível 3, se um dado não observável for considerado significativo.

Durante o ano:

- 2,1mM£ em obrigações corporativas foram transferidas do Nível 3 para o Nível 2, de forma a refletir a observância no mercado dos produtos;
- 8,6mM£ em empréstimos não suportados por ativos foram desreconhecidos devido a uma modificação substancial nos termos dos empréstimos de ESHLA. Os novos empréstimos reestruturados são mensurados a uma base amortizada; e
- Os movimentos de mercado na taxa de juros e nos mercados da inflação traduziram-se num aumento no valor dos ativos de Nível 3 reportados, os ganhos
  foram contrabalançados em grande medida pelas coberturas de Nível 2.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Análise de movimentos em ativos e passivos de Nível 3

	A 1 de janeiro de 2016[a] M£	Compras M£	Vendas M£	Emissões M£	Liquidações M£	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados: Rendimento comercial M£	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados: Outros rendimentos M£	Total de ganhos ou perdas reconhecidos nos OCI M£	Transferências: Recebidas M£	Transferências: Enviadas M£	A 31 de dezembro de 2016 M£
Dívida do governo e financiada pelo governo	320	–	(317)	–	–	–	–	–	–	–	3
Dívida empresarial	2 843	38	(48)	–	(5)	206	–	–	32	(2 097)	969
Empréstimos não suportados por	507	173	(498)	–	(4)	(38)	–	–	18	(7)	151
Títulos suportados por ativos	743	129	(295)	–	(171)	111	–	–	1	(3)	515
Fundos e produtos vinculados a	340	–	(77)	–	–	23	–	–	1	(14)	273
Outros	155	59	(16)	–	(1)	(8)	–	–	–	(35)	154
Ativos da carteira de negociação	4 908	399	(1 251)	–	(181)	294	–	–	52	(2 156)	2 065
Empréstimos não suportados por	15 963	–	–	–	(8 602)	1 155	100	–	–	–	8 616
Empréstimos suportados por ativos	256	48	(225)	–	(20)	30	–	–	112	–	201
Empréstimos imobiliários	543	2 658	(2 755)	–	(12)	56	–	–	–	(48)	442
Investimentos em capital privado	457	38	(51)	–	(3)	16	120	–	6	(21)	562
Outros	78	–	–	–	(21)	(19)	85	–	41	(38)	126
Ativos financeiros designados ao justo valor	17 297	2 744	(3 031)	–	(8 658)	1 238	305	–	159	(107)	9 947
Investimentos em capital privado	877	15	(254)	–	(407)	–	–	63	–	–	294
Outros	44	53	(14)	–	(16)	–	4	7	1	(1)	78
Investimentos disponíveis para venda	921	68	(268)	–	(423)	–	4	70	1	(1)	372
Propriedade de investimento	82	–	(3)	–	–	–	2	–	–	–	81
Passivos de carteiras de negociação	–	–	(9)	–	–	(1)	–	–	–	3	(7)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado	(272)	–	–	(19)	48	2	(7)	–	(301)	230	(319)
Dívida emitida	(538)	–	–	–	231	–	9	–	–	–	(298)
Outros	(244)	–	–	–	83	(48)	(2)	–	(50)	38	(223)
Passivos financeiros designados ao justo valor	(1 054)	–	–	(19)	362	(46)	–	–	(351)	268	(840)
Derivados de taxa de juros	418	45	3	–	(6)	228	–	–	294	(83)	899
Derivados cambiais	(104)	–	30	2	40	6	–	–	55	52	81
Derivados de crédito	1 685	2	(306)	–	(119)	111	–	–	3	(6)	1 370
Derivativos de capital próprio	(857)	196	7	(83)	(34)	(98)	–	–	(15)	(86)	(970)
Derivativos de mercadorias	(506)	–	–	–	91	(3)	–	–	–	413	(5)
Instrumentos financeiros derivados líquidos[b]	636	243	(266)	(81)	(28)	244	–	–	337	290	1 375
Ativos e passivos detidos para venda	424	126	(166)	(116)	85	–	172	–	–	49	574
Total	23 214	3 580	(4 994)	(216)	(8 843)	1 729	483	70	198	(1 654)	13 567
Passivos líquidos detidos para venda, avaliados ao justo valor											(766)
Total	23 214	3 580	(4 994)	(216)	(8 843)	1 729	483	70	198	(1 654)	12 801

Notas
a Os balanços de abertura de Nível 3 foram emendados de forma a excluir os ativos e passivos detidos para venda.
b Os instrumentos financeiros derivados são representados numa base líquida. Numa base bruta, os ativos financeiros derivados são de 5 418M£ (2015: 4 745M£) e os passivos financeiros derivados são de 7 171M£ (2015: 4 769M£).

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Análise de movimentos em ativos e passivos de Nível 3

	A 1 de janeiro de 2015	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração de resultados		Total de ganhos ou perdas reconhecidos nos OCI	Transferências		A 31 de dezembro de 2015
						Rendimento comercial	Outros rendimentos		Recebidas	Enviadas	
	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
Dívida do governo e financiada pelo governo	685	27	(119)	–	(109)	(6)	–	–	2	(160)	320
Dívida empresarial	3 026	62	(64)	–	(20)	(47)	–	–	5	(80)	2 882
Empréstimos não suportados por	273	520	(251)	–	(3)	(42)	–	–	11	(1)	507
Títulos suportados por ativos	1 610	1 365	(1 565)	–	(711)	58	–	–	5	(19)	743
Fundos e produtos vinculados a	589	–	(174)	–	(56)	(27)	–	–	12	(4)	340
Outros	144	23	(19)	–	(9)	(14)	–	–	53	(23)	155
Ativos da carteira de negociação	6 327	1 997	(2 192)	–	(908)	(78)	–	–	88	(287)	4 947
Empréstimos não suportados por	17 471	192	(114)	–	(756)	(531)	(6)	–	–	–	16 256
Empréstimos suportados por ativos	393	1 098	(1 260)	–	2	8	–	–	15	–	256
Empréstimos imobiliários comerciais	1 179	3 540	(3 878)	–	(342)	49	1	–	–	–	549
Investimentos em capital privado	701	94	(200)	–	(3)	8	38	–	4	(132)	510
Outros	161	66	(31)	–	(3)	(11)	5	–	26	(26)	187
Ativos financeiros designados ao justo valor	19 905	4 990	(5 483)	–	(1 102)	(477)	38	–	45	(158)	17 758
Dívida do governo e financiada pelo governo	327	14	(36)	–	–	–	–	1	–	(212)	94
Investimentos em capital privado	425	29	(89)	–	–	–	471	22	–	20	878
Outros	561	36	(2)	–	(1 026)	–	78	397	27	(21)	50
Investimentos disponíveis para venda	1 313	79	(127)	–	(1 026)	–	549	420	27	(213)	1 022
Propriedade de investimento	207	27	(89)	–	–	–	(5)	–	–	–	140
Passivos de carteiras de negociação	(349)	–	–	–	–	–	–	–	–	349	–
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	(666)	–	–	(216)	261	–	17	–	–	221	(383)
Dívida emitida	(748)	–	–	(16)	245	(4)	(8)	–	(38)	4	(565)
Outros	(402)	–	–	–	(19)	(18)	75	–	–	10	(354)
Passivos financeiros designados ao justo valor	(1 816)	–	–	(232)	487	(22)	84	–	(38)	235	(1 302)
Derivados de taxa de juros	(105)	1	218	–	(247)	203	–	–	243	117	430
Derivados cambiais	(30)	14	(1)	(7)	9	(14)	–	–	(73)	–	(102)
Derivados de crédito	1 557	273	(12)	–	(6)	(123)	–	–	(11)	7	1 685
Derivativos de capital próprio	(845)	111	(2)	(290)	103	34	–	–	(21)	52	(858)
Derivativos de mercadorias	(152)	–	–	–	(66)	(6)	–	–	(388)	106	(506)
Instrumentos financeiros derivados líquidos[b]	425	399	203	(297)	(207)	94	–	–	(250)	282	649
Total	26 012	7 492	(7 688)	(529)	(2 756)	(483)	666	420	(128)	208	23 214
Ativos líquidos detidos para venda, avaliados ao justo valor numa base não-recorrente											3 159
Total	26 012	7 492	(7 688)	(529)	(2 756)	(483)	666	420	(128)	208	26 373

Nota
b Os instrumentos financeiros derivados são representados numa base líquida. Numa base bruta, os ativos financeiros derivados são de 8 546M£ (2015: 5 418M£) e os passivos financeiros derivativos são de
7 171M£ (2015: 4 769M£).

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Ganhos e prejuízos não realizados em ativos e passivos financeiros de Nível 3

A tabela abaixo divulga os ganhos e prejuízos reconhecidos no ano, decorrentes de ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no fim do ano.

Ganhos e prejuízos não realizados reconhecidos durante o período, em ativos e passivos de Nível 3 detidos no fim do período

	2016				2015			
	Demonstração de resultados		Outros rendimentos gerais		Demonstração de resultados		Outros rendimentos gerais	
A 31 de dezembro	Rendimento comercial M£	Outros rendimentos M£	M£	Total[a] M£	Rendimento comercial M£	Outros rendimentos M£	M£	Total M£
Ativos de carteiras de negociação	**243**	**–**	**–**	**2**	(125)	–	–	(125)
Ativos financeiros designados ao justo	**227**	**271**	**–**	**4**	(562)	(17)	–	(579)
Investimentos disponíveis para venda	**–**	**6**	**70**	**7**	–	(20)	488	4
Propriedade de investimento	**–**	**2**	**–**	**2**	–	(22)	–	(22)
Passivos de carteiras de negociação	**(1)**	**–**	**–**	**(1)**	(1)	–	–	(1)
Passivos financeiros designados ao justo	**96**	**(6)**	**–**	**9**	(24)	76	–	52
Instrumentos financeiros derivados	**175**	**–**	**–**	**1**	123	–	–	1
Ativos e passivos detidos para venda	**–**	**128**	**–**	**1**	–	–	–	–
Total	**740**	**401**	**70**	**1 2**	(589)	17	488	(84)

Nota
a O ganho não realizado de 1,2mM£ nos ativos de Nível 3 (2015: perda de 84M£) foi fortemente atenuado pelas perdas nas coberturas das carteiras de Nível 2 e Nível 1 associadas.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Análise de sensibilidade das avaliações utilizando dados não observáveis

	Justo Valor		Alterações favoráveis		Alterações desfavoráveis	
	Ativos totais M£	Passivos totais M£	Demonstração de resultados M£	Capital próprio M£	Demonstração de resultados M£	Capital próprio M£
A 31 de dezembro de 2016						
Derivados de taxa de juros	**5 759**	**(4 860)**	**209**	**–**	**(249)**	**–**
Derivados cambiais	**132**	**(51)**	**15**	**–**	**(15)**	**–**
Derivados de crédito	**1 611**	**(241)**	**127**	**–**	**(133)**	**–**
Derivativos de capital próprio	**1 037**	**(2 007)**	**163**	**–**	**(164)**	**–**
Derivativos de mercadorias	**8**	**(13)**	**5**	**–**	**(5)**	**–**
Dívida do governo e financiada pelo governo	**3**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Dívida empresarial	**969**	**(5)**	**7**	**–**	**(2)**	**–**
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	**–**	**(319)**	**–**	**–**	**(1)**	**–**
Acordos de recompra e revenda	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Empréstimos não suportados por ativos	**8 767**	**–**	**462**	**–**	**(597)**	**–**
Títulos suportados por ativos	**515**	**–**	**1**	**–**	**(1)**	**–**
Empréstimos imobiliários comerciais	**442**	**–**	**2**	**–**	**(2)**	**–**
Dívida emitida	**–**	**(298)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Produtos de capital em numerário	**150**	**(2)**	**12**	**26**	**(11)**	**(26)**
Fundos e produtos vinculados a fundos	**273**	**(37)**	**6**	**–**	**(6)**	**–**
Investimentos em capital privado	**856**	**(12)**	**104**	**18**	**(104)**	**(21)**
Ativos e passivos detidos para venda	**699**	**(125)**	**3**	**–**	**(3)**	**–**
Outros[a]	**489**	**(173)**	**147**	**–**	**(105)**	**–**
Total de	**21 710**	**(8 143)**	**1 263**	**44**	**(1 398)**	**(47)**
A 31 de dezembro de 2015						
Derivados de taxa de juros	2 675	(2 247)	93	–	(103)	–
Derivados cambiais	95	(196)	17	–	(17)	–
Derivados de crédito	1 902	(219)	66	–	(96)	–
Derivativos de capital próprio	690	(1 545)	167	–	(185)	–
Derivativos de mercadorias	56	(562)	13	–	(13)	–
Dívida do governo e financiada pelo governo	419	(1)	4	–	(4)	–
Dívida empresarial	2 895	(15)	10	1	(5)	(1)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	–	(382)	–	–	–	–
Acordos de recompra e revenda	–	–	–	–	–	–
Empréstimos não suportados por ativos	16 828	–	1 581	–	(1 564)	–
Títulos suportados por ativos	770	(37)	1	–	(1)	–
Empréstimos imobiliários comerciais	551	–	24	–	(1)	–
Dívida emitida	–	(546)	–	–	–	–
Produtos de capital em numerário	171	–	–	17	–	(17)
Fundos e produtos vinculados a fundos	378	(148)	1	–	(1)	–
Investimentos em capital privado	1 388	–	149	318	(149)	(53)
Outros[a]	467	(173)	5	–	(23)	–
Total	29 285	(6 071)	2 131	336	(2 162)	(71)

O efeito de acentuar os dados não observáveis face a um conjunto de alternativas razoavelmente possíveis, juntamente com a consideração do impacto da utilização de modelos alternativos, seria um aumento nos justos valores até 1,3mM£ (2015: 2,1mM£) ou uma diminuição nos justos valores até 1,4mM£ (2015: 2,2mM£). O potencial efeito teria um impacto significativo sobre os ganhos e as perdas, e não sobre as reservas.

Nota
a A categoria outros inclui empréstimos garantidos por ativos, mercadorias físicas e propriedade de investimento.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Dados observáveis significativos

A tabela que se segue apresenta as técnicas de avaliação e os dados não observáveis significativos para ativos e passivos reconhecidos ao justo valor e classificados como Nível 3, juntamente com o conjunto de valores usados para esses dados não observáveis significativos:

	Total de ativos M£	Total de passivos M£	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos	2016 Intervalo Mín.	2016 Intervalo Máx.	2015 Intervalo Mín.	2015 Intervalo Máx.	Unidades[a]
Instrumentos financeiros derivados[b]									
Taxa de juro derivados	**5 759**	**(4 860)**	Fluxos de caixa descontados	Futuros da inflação	**(1)**	**8**	–	8	%
				Spread de crédito	**25**	**1 669**	25	1 563	pontos base
			Modelo de opção	Volatilidade da inflação	**35**	**207**	36	197	vol. pb
				Correlação IR – IR	**(26)**	**98**	(55)	100	%
				Correlação FX – IR	**(15)**	**81**	(20)	30	%
				Volatilidade das taxas de juro	**9**	**295**	5	249	vol. pb
Derivados de crédito	**1 611**	**(241)**	Fluxos de caixa descontados	Spread de crédito	**133**	**274**	140	413	pontos base
			Modelo de correlação	Correlação do crédito	**25**	**43**	26	41	%
				Spread de crédito	**13**	**2 317**	10	9 923	pontos base
			Fixação de preços	Preço	**84**	**100**	80	102	pontos
Derivativos de capital próprio	**1 037**	**(2 007)**	Modelo de opção	Volatilidade do capital próprio	**1**	**150**	–	318	%
				Capital próprio – capital próprio correlação	**(90)**	**100**	(54)	100	%
				Correlação capital próprio	**(80)**	**25**	(100)	40	%
Instrumentos financeiros derivados									
Dívida empresarial	**969**	**(5)**	Fluxos de caixa descontados	Spread de crédito	**145**	**190**	120	529	pontos base
			Fixação de preços	Preço	**–**	**121**	1	114	pontos
Empréstimos não suportados	**8 767**	**–**	Fluxos de caixa descontados	Spread dos empréstimos	**30**	**1 495**	3	994	pontos base
				Preço	**–**	**99**	–	100	pontos
			Fixação de preços	Preço	**–**	**100**	–	101	pontos
Títulos suportados por ativos	**515**	**–**	Fluxos de caixa descontados	Taxa de pré-pagamento	**–**	**–**	–	25	%
				Taxa de incumprimento	**–**	**–**	–	2	%
				Perda dado o incumprimento	**–**	**–**	30	100	%
				Rendimento	**–**	**–**	5	58	%
				Spread de crédito	**70**	**150**	157	1 416	pontos base
Empréstimos imobiliários comerciais	**442**	**–**	Fluxos de caixa descontados	Perda dado o incumprimento	**–**	**100**	–	100	%
				Spread de crédito	**179**	**408**	230	801	pontos base
Investimentos em capital próprio	**856**	**(12)**	Fluxos de caixa descontados	Perda dado o incumprimento	**–**	**–**	–	94	%
			Múltiplo de EBITDA	Múltiplo de EBITDA	**5**	**17**	–	12	múltiplos
Outros[c]	**1 754**	**(1 018)**							
Total	**21 710**	**(8 143)**							

Notas

a As unidades usadas para divulgar intervalos para dados significativos não observáveis são percentagens, pontos e pontos base. Os pontos são uma percentagem do valor nominal; Por exemplo, 100 pontos equivalem a 100% do valor nominal. Um ponto base equivale a 1/100 de 1%; por exemplo, 150 pontos base equivalem a 1,5%.

b Alguns instrumentos derivados são classificados como Nível 3, devido à existência de dados significativos não observáveis referentes ao spread de crédito no cálculo do ajustamento da Avaliação de Crédito para os instrumentos. O intervalo dos spreads de crédito significativos não observáveis situa-se entre 67 e 874 pontos base (2015: 67-1 175 pontos base).

c A categoria Outros inclui os restantes ativos e passivos de Nível 3.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação
A secção seguinte descreve os dados não observáveis significativos identificados na tabela anterior, e a sensibilidade da mensuração do justo valor dos instrumentos classificados como ativos ou passivos de Nível 3 a aumentos nos dados não observáveis significativos. Nos casos em que as sensibilidades são descritas, a relação inversa aplica-se também na generalidade.

Para os casos em que podem ser identificadas inter-relações fiáveis entre os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do justo valor, a descrição dessas inter-relações
é apresentada na tabela que se segue.

Futuros
Um preço ou taxa que é aplicável a uma operação financeira que será realizada no futuro. Geralmente, um futuro tem por base o preço ou a taxa à vista, ajustado ao custo de transporte, e define o preço ou a taxa que será utilizada para entregar uma moeda, obrigação, mercadoria ou qualquer outro instrumento subjacente num momento futuro. Um futuro pode também basear-se na taxa fixada para uma futura obrigação financeira, tal como a taxa de juro no pagamento de um empréstimo. Em geral, um aumento significativo num futuro em isolamento irá resultar num movimento no justo valor favorável ao recetor contratado do instrumento subjacente (moeda, obrigação, mercadoria, etc.), mas a sensibilidade depende das condições específicas do instrumento.

Spread de crédito
Normalmente, os *spreads* de crédito representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título de referência ou uma taxa de referência. Os *spreads* de crédito refletem o rendimento adicional de que um participante do mercado necessitaria para ficar exposto ao risco de crédito de um instrumento, e fazem parte do rendimento usado no cálculo do fluxo de caixa descontado.

Em geral, um aumento significativo num *spread* de crédito em isolamento poderá resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável ao titular de um ativo em dinheiro.

Para um instrumento derivado, um aumento significativo num *spread* em isolamento poderá resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Volatilidade
A volatilidade é um dado essencial na avaliação dos produtos derivados que contêm opcionalidade. A volatilidade é uma medida da variabilidade ou incerteza nos retornos para um determinado derivado subjacente. Representa uma estimativa de qual será a alteração ao longo do tempo no valor de um determinado instrumento, parâmetro ou índice subjacente. Em geral, as volatilidades serão deduzidas a partir dos preços de opção observados. Para opções não observáveis, a volatilidade implícita pode refletir pressupostos adicionais sobre a natureza do risco subjacente, bem como o perfil do preço de exercício/maturidade de um contrato de opção específico.

Geralmente, um aumento significativo na volatilidade em isolamento resultará num movimento no justo valor favorável ao titular de uma opção simples, mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

Podem existir inter-relações entre volatilidades não observáveis e outros dados não observáveis que podem ser deduzidos por observação. Por exemplo, quando
os preços do capital próprio caem, normalmente as volatilidade de capital próprio deduzidas aumentam, mas estas são específicas de mercados individuais e podem variar ao longo do tempo.

Correlação
A correlação é uma mensuração da relação entre os movimentos de duas variáveis (ou seja, como a alteração de uma variável influencia uma alteração na outra variável). A correlação é um dado essencial na avaliação de contratos de derivados com mais de um instrumento subjacente. Por exemplo, quando um contrato de opção é celebrado sobre um cabaz de itens subjacentes, a volatilidade do cabaz – e, portanto, o justo valor da opção – vai depender da correlação entre os componentes do cabaz. A correlação do crédito refere-se geralmente à correlação entre os processos de incumprimento para os itens individuais que compõem o conjunto de referência de uma estrutura de CDO.

Um aumento significativo na correlação em isolamento pode resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Preço comparável
Os preços comparáveis de instrumentos são usados na avaliação através do cálculo de um rendimento implícito (ou *spread* sobre uma referência líquida) a partir do preço de uma obrigação observável comparável e, em seguida, do ajuste do rendimento (ou *spread*) para se obter um valor para a obrigação não observável. O ajuste do rendimento (ou *spread*) deve ter em conta diferenças relevantes nas obrigações, tais como a maturidade ou a qualidade de crédito. Alternativamente, pode ser assumida uma base preço-a-preço entre o instrumento comparável e a obrigação que está a ser avaliada, a fim de estabelecer o valor da obrigação.

Em geral, um aumento significativo no preço comparável em isolamento irá resultar num movimento no justo valor que é favorável para o titular de um instrumento
de caixa.

Para um instrumento derivado, um aumento significativo num dado derivado de um preço comparável em isolamento poderá resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Spread de empréstimos
Normalmente, os *spreads* de empréstimos representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título de referência ou taxa de referência. Normalmente, os *spreads* de empréstimos refletem os custos de financiamento, a qualidade do crédito, o nível de ativos comparáveis, tais como obrigações e outros fatores, e fazem parte do rendimento usado no cálculo de fluxo de caixa descontado.

A carteira ESHLA consiste principalmente em empréstimos de longo prazo e de taxa fixa concedidos a contrapartes na área da educação, habitação social e autoridade local do Reino Unido. Os empréstimos são classificados como Nível 3 na hierarquia do justo valor devido à sua natureza ilíquida e à importância para a avaliação dos *spreads* de empréstimos não observáveis. A incerteza da avaliação resulta da natureza de longo prazo da carteira, da ausência de mercado secundário nos empréstimos e na ausência dos *spreads* de empréstimos observáveis. A maioria dos empréstimos ESHLA são concedidos a mutuários em áreas fortemente regulamentadas que representam um risco de crédito extremamente baixo e têm uma história de incumprimento nula desde o início. Embora o *spread* de crédito global varie entre os 30 e os 1 495 pontos base (2015: 3 a 994 pontos base), a grande maioria dos *spreads* estão concentrados no fundo deste intervalo, e 99% dos empréstimos nocionais são avaliados com *spreads* inferiores a 200 pontos base, de forma consistente pare ambos os anos.

Em geral, um aumento significativo nos *spreads* dos empréstimos em isolamento irá resultar num movimento no justo valor que é desfavorável ao titular de um empréstimo.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Taxa de pré-pagamento condicional

A taxa de pré-pagamento condicional é a proporção dos reembolsos voluntários, não programados, do montante principal do empréstimo por parte de um mutuário. As taxas de reembolso afetam a duração média ponderada dos títulos, alterando o calendário de futuros fluxos de caixa previstos.

Um aumento significativo numa taxa de pré-pagamento condicional em isolamento pode resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Normalmente, as taxas de pré-pagamento condicional estão inversamente correlacionadas com o *spread* do crédito, ou seja, nos títulos com um *spread* de crédito elevado do mutuário verificam-se geralmente taxas de pré-pagamento mais baixas, bem como, tendencialmente, taxas de incumprimento mais elevadas.

Taxa de incumprimento constante

A taxa de incumprimento constante representa uma taxa anualizada por incumprimento do capital principal do empréstimo por parte do mutuário.

Um aumento significativo numa taxa de incumprimento constante em isolamento pode resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Normalmente, a taxa de incumprimento constante e as taxas de pré-pagamento condicional estão inversamente correlacionadas: normalmente, menos incumprimentos nos empréstimos significam uma maior qualidade de crédito e, portanto, mais pagamentos antecipados.

Perda dado o incumprimento (PDI)

A perda dado o incumprimento representa o prejuízo esperado sobre a liquidação da garantia como percentagem do saldo devedor.

Geralmente, um aumento significativo na PDI em isolamento irá representar uma recuperação mais baixa e fluxos de caixa previstos mais baixos para pagar a titularização, resultando num movimento no justo valor que é desfavorável ao titular do produto titularizado.

Rendimento

A taxa utilizada para descontar os fluxos de caixa projetados numa análise de futuros fluxos de caixa descontados.

Geralmente, um aumento significativo no rendimento em isolamento resultará num movimento no justo valor favorável ao titular de um instrumento em dinheiro.

Múltiplo de EBITDA

O múltiplo de EBITDA é a relação entre a avaliação de um instrumento e os Resultados Antes dos Juros, Impostos,

Depreciação e Amortização (EBITDA). Geralmente, um aumento no múltiplo é favorável ao proprietário do

investimento.

Ajustamentos do justo valor

Os principais ajustes à avaliação do balanço são quantificados em seguida:

	2016 M£	2015 M£
Ajustes ao preço de saída derivados dos *spreads* de compra/venda do mercado	**(475)**	(509)
Financiamento de derivados não garantidos	**(82)**	(72)
Ajustes na avaliação de crédito derivado:		
– Monorramos[a]	**–**	(9)
– Outros ajustes à avaliação de crédito derivado	**(237)**	(318)
Ajustes à avaliação de débito derivado	**242**	189

Ajustes ao preço de saída derivados dos spreads de compra/venda do mercado

O Grupo utiliza preços médios de mercado nos casos em que é criador de mercado e em que tem a capacidade de fazer transações a preço médio ou melhor (que é o caso para certas ações, obrigações e mercados de derivados de tipo corrente). Para outros ativos e passivos financeiros, os ajustes de compra e venda são registados de forma a refletir o preço para a estratégia de fecho esperada. A metodologia para determinar o ajuste de compra e venda de uma carteira de derivados envolve o cálculo da exposição ao risco líquido através da compensação de posições longas e curtas por exercício e prazo, de acordo com a estratégia de gestão de riscos e de cobertura.

Os níveis de compra e venda são geralmente derivados de cotações de mercado, como os dados dos corretores. Os instrumentos menos líquidos podem não ter um nível de compra/venda diretamente observável. Nesses casos pode haver um ajuste de saída derivado do nível de compra/venda observável para um instrumento líquido comparável, determinado através da calibração para preços derivados, ou da análise de historial e cenários.

Os ajustes ao preço de saída foram reduzidos em 34M£, para 475M£, devido à redução do risco e à restrição do *spread*.

Nota
a A exposição derivada a seguradoras monorramo foi abandonada em 2016.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Abordagens de descontos para instrumentos derivados

Com garantia
De acordo com a prática de mercado, a metodologia para descontar derivados com garantias tem em conta a natureza e a moeda da garantia que pode ser depositada dentro do CSA relevante. Esta abordagem de desconto que contempla o CSA reconhece a opção "de entrega mais barata" que reflete a capacidade da parte que deposita a garantia para alterar a moeda da garantia.

Para contrapartes em litígio relativamente à liquidação de juros da garantia, em que a taxa relevante é atualmente negativa, é feito um ajuste adicional ao justo valor de 24M£, de forma a contabilizar o impacto potencial da resolução do litígio.

Sem garantia
É aplicado um ajuste do justo valor de 82M£ para justificar o impacto da inclusão do custo de financiamento na avaliação das carteiras de derivados sem garantia e com garantia parcial nos casos em que os termos do acordo não permitem a reafetação das garantias recebidas. Este ajuste é referido como o "ajuste do justo valor de financiamento" (FFVA). O FFVA aumentou em 10M£ para 82M£, principalmente como resultado de desenvolvimentos comerciais substanciais.

O FFVA é determinado pelo cálculo da exposição esperada líquida ao nível da contraparte e pela aplicação de uma taxa de financiamento a essas exposições que reflita o custo de financiamento no mercado. As taxas internas do Tesouro do Barclays são utilizadas como dados para o cálculo. A abordagem tem em conta a probabilidade de incumprimento de cada contraparte, bem como quaisquer cláusulas de rescisão obrigatórias.

O FFVA inclui um fator de escalonamento que é uma estimativa da medida em que o custo de financiamento é incluído nos níveis negociados observados. Ao calibrar o fator de escalonamento, existe o pressuposto de que os Ajustes de Avaliação de Crédito (CVA) e Ajustes de Avaliação de Débito (DVA) são mantidos como componentes de avaliação incluídos em tais níveis. O efeito da inclusão desse fator de escalonamento a 31 de dezembro de 2016 foi a redução do FFVA em
246M£ (2015: 216M£).

A atividade de negociação de derivados sem garantia é utilizada para determinar este fator de escalonamento. O histórico das negociações analisado inclui novos negócios, rescisões, reestruturações comerciais e inovações. O saldo e o movimento do FFVA são impulsionados pelo próprio *spread* do custo de financiamento do Barclays sobre a LIBOR, as probabilidades de incumprimento da contraparte e as taxas de recuperação, bem como o valor de mercado dos derivados subjacentes. Os movimentos no valor de mercado da carteira para o FFVA são impulsionados principalmente por taxas de juros, taxas de inflação e níveis cambiais.

O Barclays continua a controlar as práticas de mercado e a atividade para assegurar que a abordagem à avaliação de derivados sem garantia permanece adequada. A
abordagem acima é utilizada desde 2012 sem alterações significativas.

Ajuste à avaliação de crédito e débito derivado
Os CVA e DVA são incluídos nas avaliações de derivados, de modo a refletir o impacto sobre o justo valor do risco de crédito da contraparte e a qualidade do crédito próprio do Barclays, respetivamente. Estes ajustamentos são calculados para derivados sem garantia e com garantia parcial em todas as classes de ativos. Os CVA e DVA são calculados usando as estimativas de exposição no momento do incumprimento, a probabilidade de incumprimento e as taxas de recuperação, ao nível da contraparte. As contrapartes incluem, mas não estão limitadas a, empresas, seguradoras monorramo, entidades e agências soberanas, entidades supranacionais e veículos para fins especiais.

A exposição no momento do incumprimento é geralmente baseada na exposição esperada, que é estimada através da simulação dos fatores de risco subjacentes. Para alguns produtos complexos, em que esta abordagem não é viável, são formuladas hipóteses simplificadoras, quer através da aproximação com uma estrutura mais simples, ou através da utilização da avaliação de preços de mercado corrente ou baseada em cenários como uma estimativa da exposição futura. Nos casos em que existe um CSA forte para atenuar o risco de crédito da contraparte, a exposição no momento do incumprimento é fixada em zero.

A probabilidade de incumprimento e as informações relativas à taxa de recuperação são geralmente provenientes dos mercados de CDS. Para as contrapartes em que estas informações não estão disponíveis ou são consideradas pouco fiáveis, devido à natureza da exposição, são seguidas abordagens alternativas com base no levantamento de cotações internas das contrapartes, juntamente com informações do incumprimento ou recuperação com base no mercado ou no historial. Isto aplica-se em particular a entidades soberanas, onde o efeito da utilização dos pressupostos de recuperação implícitos nos níveis de CDS implicaria um aumento de 95M£ (2015: 56M£) no CVA.

A correlação entre o crédito da contraparte e os fatores de risco derivados subjacentes pode levar a um desvio sistemático na avaliação do risco de crédito da contraparte, denominado "wrong way" ou "right way". Isto não é incluído sistematicamente no cálculo do CVA, mas é ajustado nos casos em que a exposição subjacente está diretamente relacionada com a contraparte.

O CVA diminuiu 90M£ para 237M£, principalmente devido à redução da data média de maturidade da carteira, motivada por desenvolvimentos comerciais, incluindo uma redução no CVA de seguradoras monorramo de 9M£. O DVA aumentou 53M£ para 242M£, principalmente em resultado da deterioração dos *spreads* de crédito do Barclays.

Isenções em carteira
O Grupo utiliza a isenção em carteira na IFRS 13 *Mensuração do Justo Valor* para medir o justo valor dos grupos de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos são medidos utilizando o preço que seria recebido para vender uma posição longa líquida, ou seja, um ativo, para uma exposição ao risco específica, ou para transferir uma posição curta líquida, ou seja, um passivo, para uma exposição ao risco específica numa transação normal entre participantes do mercado à data do balanço, em condições de mercado atuais. Por conseguinte, o Grupo mede o justo valor do grupo de ativos e passivos financeiros de forma consistente com a forma como os participantes do mercado definiriam o preço para a exposição ao risco líquida à data da mensuração.

Ganhos não reconhecidos em resultado da utilização de modelos de avaliação utilizando dados não observáveis
O montante que tem ainda de ser reconhecido nos resultados que é relativo à diferença entre o preço da transação (o justo valor no reconhecimento inicial) e o montante que teria ocorrido se tivessem sito utilizados no reconhecimento inicial modelos de avaliação utilizando dados não observáveis, menos os montantes posteriormente reconhecidos, é de 179M£ (2015: 187M£). Verificaram-se acréscimos de 29M£ (2015: 42M£) e 37M£ (2015: 51M£) nas amortizações e lançamentos.

Melhorias da qualidade de crédito a terceiros
Os certificados estruturados e intermediados de depósito emitidos pelo Grupo Barclays são segurados até 250 000$ por depositante pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) nos EUA. A FDIC é financiada pelos prémios que o Barclays e outros bancos pagam para a cobertura de seguro de depósito. O valor contabilístico destes certificados de depósito emitidos que são designados na IAS 39 *Opção pelo Justo Valor* inclui esta melhoria da qualidade de crédito a terceiros. O valor no balanço destes certificados intermediados de depósito totalizou 3 905M£ (2015: 3 729M£).

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

Comparação dos valores contabilísticos e dos justos valores para ativos e passivos não detidos ao justo valor

A tabela seguinte resume o justo valor dos ativos e passivos financeiros avaliados a custo amortizado no saldo do Grupo:

A 31 de dezembro de 2016	Valor contabilístico	Justo Valor M£	Preços Cotados no mercado (Nível 1)	Dados significativos observáveis (Nível 2)	Dados não-observáveis
Ativos financeiros					
Detidos até ao vencimento[a]	5 176	5 347	5 347	–	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	43 251	43 228	7 256	34 987	985
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
– Empréstimos para habitação	144 765	141 155	–	–	141 155
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	57 808	57 699	737	42	56 920
– Locações financeiras a receber[b]	1 602	1 598			
– Crédito a empresas	188 609	186 715	–	126 979	59 736
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	13 454	13 454	–	13 454	–
Ativos incluídos em grupos de alienação classificados como detido para venda[c]	43 593	44 838	1 070	4 614	39 154
Passivos financeiros					
Depósitos de bancos	(48 214)	(48 212)	(5 256)	(42 895)	(61)
Contas de clientes:					
– Contas correntes e à ordem	(138 204)	(138 197)	(127 258)	(10 921)	(18)
- Contas poupança	(133 344)	(133 370)	(120 471)	(12 891)	(8)
– Outros depósitos a prazo	(151 630)		(151 632)	(96 240)	(6 539)
Títulos de divida em circulação	(75 932)	(76 971)	(196)	(74 712)	(2 063)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	(19 760)	(19 760)	–	(19 760)	–
Passivos subordinados	(23 383)	(24 547)	–	(24 547)	–
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detidos para venda[c]	(51 775)	(51 788)	(22 264)	(28 998)	(526)
A 31 de dezembro de 2015 Ativos financeiros					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	41 349	41 301	5 933	34 125	1 243
Empréstimos e adiantamentos a bancos	41 349	41 301	5 933	34 125	1 243
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
– Empréstimos para habitação	155 863	151 431	–	–	151 431
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	67 840	67 805	1 148	284	66 373
– Locações financeiras a receber[b]	4 776	4 730			
– Crédito a empresas	170 738	169 697	585	129 847	39 265
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	28 187	28 187	–	28 187	–
Passivos financeiros					
Depósitos de bancos	(47 080)	(47 080)	(4 428)	(42 652)	–
Contas de clientes:					
– Contas correntes e à ordem	(147 122)	(147 121)	(130 439)	(16 537)	(145)
- Contas poupança	(135 567)	(135 600)	(122 029)	(13 537)	(34)
– Outros depósitos a prazo	(135 553)	(135 796)	(43 025)	(84 868)	(7 903)
Títulos de divida em circulação	(69 150)	(69 863)	(190)	(69 122)	(551)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	(25 035)	(25 035)	–	(25 035)	–
Passivos subordinados	(21 467)	(22 907)	–	(22 907)	–

Notas

a Em junho de 2016, as obrigações no Reino Unido anteriormente classificadas como disponíveis para venda foram reclassificadas como detidas até à maturidade, de forma a refletir a intenção relativa a estes ativos. b A hierarquia de justo valor para locações financeiras a receber não é exigida como parte da norma.

c Os grupos de alienação detidos para venda e avaliados pelo justo valor, deduzido do custo de venda, estão incluídos na tabela do justo valor. Para grupos de alienação avaliados pelo valor contabilístico, os ativos e passivos subjacentes avaliados ao justo valor estão incluídos nas divulgações do justo valor, nas páginas 305 a 318, e os itens avaliados ao custo amortizado estão incluídos na página 319. Os ativos (6,6mM£) e passivos (1,7mM£) não-financeiros englobados nos grupos de alienação e avaliados pelo valor contabilístico são excluídos destas divulgações.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação
O justo valor é uma estimativa do preço que seria recebido mediante a venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado à data de medição.Visto que existe uma vasta gama de técnicas de avaliação frequentemente disponíveis, pode ser apropriado comparar diretamente esta informação do justo valor com fontes independentes de mercado ou outras instituições financeiras. Diferentes metodologias e suposições de avaliação podem ter um impacto significativo nos justos valores que têm por base dados não observáveis.

Ativos financeiros
O valor contabilístico dos ativos financeiros detidos ao custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes, e outros empréstimos como acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo) é determinado de acordo com a política contabilística indicada na Nota 20.

Empréstimos e adiantamentos a bancos
O justo valor de empréstimos e adiantamentos, para efeitos desta divulgação, resulta do desconto de fluxos de caixa esperados, de um modo que reflita o preço de mercado atual para o empréstimo a mutuários com qualidade de crédito semelhante. Nos casos em que os dados de mercado ou a informação de crédito sobre os mutuários subjacentes não estão disponíveis, serão aplicadas várias técnicas de aproximação/extrapolação para determinar as taxas de desconto apropriadas.

Há uma diferença mínima entre o justo valor e o valor contabilístico devido à natureza de curto prazo do empréstimo (i.e. predominantemente depósitos de um dia para o outro) e a elevada qualidade do crédito das contrapartes.

Empréstimos e adiantamentos a clientes
O justo valor dos empréstimos e adiantamentos aos clientes, para fins desta divulgação, são derivados dos descontos de fluxos de caixa esperados, de forma a refletir o preço de mercado atual para empréstimos aos emitentes de qualidade de crédito semelhante.

Para crédito a retalho (isto é, empréstimos à habitação e cartões de crédito) são usados modelos de fluxo de caixa com descontos adaptados para avaliar o valor justo de diferentes tipos de produtos. Por exemplo, para os créditos à habitação são usados diferentes modelos para estimar os justos valores dos produtos de rastreio, compensação e hipotecas de taxa fixa. Os dados chave para estes modelos são os diferenciais entre as margens históricas e actuais dos produto, e as taxas de pré-pagamento esperadas.

O desconto do justo valor para o valor contabilístico para créditos à habitação reduziu para 2,5% (2015: 2,8%) devido a alterações no misto de produtos na carteira de empréstimos e movimentos em margens de produtos.

O justo valor dos empréstimos corporativos calculados através de técnicas de fluxo de caixa sujeitas a desconto onde os valores brutos de empréstimo são descontados à taxa da diferença entre margens contratuais e índices de referência (*hurdle rates*) ou *spreads* onde o Barclays cobra uma margem sobre a LIBOR dependendo da qualidade de crédito e do prejuízo devido ao incumprimento, bem como aos anos até à maturidade. O desconto entre o valor contabilístico e o justo valor para o Grupo aumentou para 1,0% (2015: 0,6%).

Acordos de revenda
O justo valor dos acordos de revenda aproxima o valor contabilístico, já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo e totalmente garantidos.

Passivos financeiros
O valor contabilístico de passivos financeiros detidos ao custo amortizado (incluindo contas de clientes, outros depósitos, acordos de recompra e
garantias em dinheiro para títulos concedidos por empréstimo, títulos de dívida em circulação e passivos subordinados) é determinado de acordo com a política contabilística na Nota 22.

Depósitos de bancos e contas de clientes
Em muitos casos, o justo valor divulgado aproxima-se do valor contabilístico porque os instrumentos são de natureza de curto prazo ou têm taxas de juros que são reapreçadas com frequência, tais como as contas de clientes e outros depósitos, e títulos de dívida de curto prazo.

O justo valor para todos os depósitos com maturidades a longo prazo, como depósitos a prazo, são calculados utilizando fluxos de caixa com desconto, aplicando tanto as taxas de mercado
como as taxas atuais para depósitos de maturidades restantes semelhantes. Consequentemente, o desconto do justo valor é mínimo.

Títulos de divida em circulação
Os justos valores de outros títulos de dívida em circulação baseiam-se em preços de mercado quando disponíveis, ou, quando os instrumentos são de curto prazo, o valor contabilístico é aproximado ao justo valor. A diferença do justo valor aumentou 1,4% (2015: 1,0%).

Acordos de recompra
O justo valor dos acordos de recompra aproxima os valores contabilísticos, já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo.

Passivos subordinados
Os justos valores para capital de empréstimo obsoleto e não obsoleto, convertível e não convertível, baseiam-se nas taxas de mercado cotadas para o emitente em questão ou para emitentes com prazos e condições semelhantes.

19 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

De acordo com o IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, o Grupo apresenta ativos e passivos financeiros numa base líquida no saldo apenas se existir um direito executório legal para compensar as importâncias reconhecidas e se houver intenção de liquidação numa base líquida, ou de realizar um ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A seguinte tabela mostra o impacto de acordos de compensação:

- todos os ativos e passivos líquidos indicados no balanço
- todos os instrumentos financeiros derivados e acordos de revenda e recompra e outros créditos com garantia semelhantes acordos que estão sujeitos a acordos de apuração de posição líquida ou acordos semelhantes, mas não se qualificam para a compensação do balanço.

A tabela identifica os montantes que foram compensados no balanço e também os valores que estão cobertos por acordos de compensação executáveis (acordos de compensação e garantia financeira), mas não se qualificam para a compensação de acordo com os requisitos da IAS 32 descrita acima.

Os 'valores líquidos' apresentados a seguir não se destinam a representar a exposição real do Grupo ao risco de crédito, uma vez que é utilizada uma variedade de estratégias de mitigação de crédito, além de acordos de compensação e garantia.

	Quantias sujeitas a acordos de compensação executáveis						Quantias não sujeito a acordos de compensação	
	Efeitos de compensação no balanço compensadas[a]			Quantias relacionadas não				
A 31 de dezembro de 2016	Valores brutos M£	Valores Compensados[b] M£	Valores indicados no no balanço M£	Instrumentos financeiros M£	Garantia financeira M£	Valores líquidos M£	executáveis[c] M£	Total do balanço[d] M£
Ativos financeiros derivados	**353 078**	**(11 934)**	**341 144**	**(273 602)**	**(49 923)**	**17 619**	**5 482**	**346 626**
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	**257 430**	**(187 262)**	**70 168**	**–**	**(69 932)**	**236**	**6 448**	**76 616**
Ativos totais	**610 508**	**(199 196)**	**411 312**	**(273 602)**	**(119 855)**	**17 855**	**11 930**	**423 242**
Passivos financeiros derivados	**(345 752)**	**10 962**	**(334 790)**	**273 602**	**47 383**	**(13 805)**	**(5 697)**	**(340 487)**
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares[e]	**(257 854)**	**187 262**	**(70 592)**	**–**	**68 897**	**(1 695)**	**(4 878)**	**(75 470)**
Total passivos	**(603 606)**	**198 224**	**(405 382)**	**273 602**	**116 280**	**(15 500)**	**(10 575)**	**(415 957)**
A 31 de dezembro de 2015								
Ativos financeiros derivados	328 692	(7 685)	321 007	(259 582)	(42 402)	19 023	6 702	327 709
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	169 597	(102 888)	66 709	–	(66 400)	309	10 991	77 700
Ativos totais	498.289	(110 573)	387 716	(259 582)	(108 802)	19 332	17 693	405 409
Passivos financeiros derivados	(325 984)	7 645	(318 339)	259 582	40 124	(18 633)	(5 913)	(324 252)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	(171 651)	102.888	(68 763)	–	68.202	(561)	(7 110)	(75 873)
Total passivos	(497 635)	110.533	(387 102)	259 582	108 326	(19 194)	(13 023)	(400 125)

Ativos e passivos derivados

A coluna 'Instrumentos Financeiros' identifica ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação ao abrigo de acordos de compensação, como o ISDA Master Agreement ou acordos de troca de derivados ou de compensação através de contraparte, em que todas as transações pendentes com a mesma contraparte podem ser compensadas, aplicando-se a compensação com vencimento antecipado em todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Garantia financeira refere-se às garantias, em numerário ou não, obtidas geralmente diária ou semanalmente, para cobrir a exposição líquida entre as contrapartes, permitindo que a garantia seja realizada no caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Acordos de recompra e de revenda e outros créditos garantidos de forma similar

A coluna "Montantes Compensados"' identifica os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação por acordos específicos, tais como Acordos Globais de Recompra e Acordos Globais para Empréstimo de Títulos, em que todas as operações pendentes com a mesma contraparte possam ser compensadas, aplicando-se a compensação com vencimento antecipado a todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou de outros eventos previamente estabelecidos.

A garantia financeira inclui tipicamente títulos de alta liquidez, que são legalmente transferidos e podem ser liquidados em caso de incumprimento da contraparte.

Estes acordos de compensação e garantia, juntamente com outras estratégias de mitigação do risco de crédito utilizadas pelo Grupo, são explicados em maior detalhe na secção de Mitigação de Risco de Crédito, na página 150.

Notas

a Foram recebidas garantias financeiras no valor de 49 923M£ (2015: 42 402M£) relativas a ativos derivados, incluindo 41 641M£ (2015: 34 918M£) de garantias em numerário e 8 282M£ (2015:7 484M£) de garantias não monetárias. Foram depositadas garantias financeiras no valor de 40 074M£ (2015: 40 124M£) referentes a passivos derivados, incluindo 43 763M£ (2015: 35 464M£) de garantias em numerário e 3 620M£ (2015: 4 660M£) de garantias não monetárias. As quantias das garantias são limitadas à exposição líquida de balanço, de forma a não incluir sobregarantias. Dos 41 641M£ (2015: 34 918M£) detidos em garantia em numerário, 26 834M£ (2015: 27 732M£) foram englobados nos depósitos de bancos e 14 807M£ (2015: 7 186M£), foram englobados nas contas de clientes. Dos 43 763M£ (2015: 35 464M£) em garantias em numerário depositadas, 17 587M£ (2015: 13 238M£) foram englobados nos empréstimos e adiantamentos a bancos, e 26 176M£ (2015: 22 226M£) foram englobados nos empréstimos e adiantamentos a clientes.

b Os montantes compensados para Ativos financeiros derivados inclui garantias em numerário liquidadas no valor de 972M£ (2015: 572M£). Os montantes compensados para Passivos derivados não incluem quaisquer garantias em numerário liquidadas em dezembro de 2016 (2015: 532M£). Os ativos e passivos de liquidações foram compensados totalizando 10 486M£ (2015: 8 886M£). Não foram compensados no balanço quaisquer outros ativos ou passivos financeiros significativos reconhecidos. Assim, as únicas categorias do balanço necessárias para a inclusão na tabela são as que foram apresentadas acima.

c Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação que estão sujeitos a incerteza ao abrigo das leis da jurisdição em questão.

d O balanço total é a soma de 'valores líquidos apurados no balanço', sujeitos a acordos de compensação executáveis e 'valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis'.

e Os Acordos de Recompra e Revenda incluem instrumentos a custo amortizado e instrumentos designados ao justo valor através de lucros e prejuízos. Os Acordos de Revenda e outros empréstimos com garantia semelhantes, no valor de 76 616M£ (dezembro de 2015: 77 700M£), estão divididos entre justo valor – 63 162M£ (dezembro de 2015: 49 513M£) — e custo amortizado – 13 454M£ (dezembro de 2015: 28 187M£). Os Acordos de Recompra e outros empréstimos com garantia semelhantes, no valor de 75 470M£ (dezembro de 2015: 75 873M£) estão divididos entre o justo valor – 55 710M£ (dezembro de 2015: 50 838M£) – e o custo amortizado – 19 760M£ (dezembro de 2015: 25 035M£).

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

As notas incluídas nesta secção referem-se a ativos detidos a custo amortizado que resultam do crédito retalhista e grossista do Grupo, e que incluem empréstimos e adiantamentos, locações financeiras, acordos de recompra e de revenda, e crédito garantido similar. Os detalhes relativos às posições de capital e de liquidez do Grupo podem ser consultados nas páginas 200 a 224.

20 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

Contabilidade para instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, as contas de clientes, os títulos de dívida, e a maioria dos passivos financeiros são detidos a custo amortizado. Ou seja, o justo valor inicial (que será normalmente o montante adiantado ou emprestado) é ajustado pelos reembolsos e pela amortização de cupões, taxas, e despesas, para que represente a taxa de juro efetiva do ativo ou do passivo.

Em conformidade com a IAS 39, quando o Grupo já não pretender negociar os ativos financeiros, poderá transferi-los da classificação de detidos para negociação e mensurá-los ao custo amortizado, se estes respeitarem a definição de um empréstimo. O valor inicial usado para determinação do custo amortizado é o justo valor à data da transferência.

A 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£
Empréstimos e adiantamentos brutos	**43 251**	41 349
a clientes Deduzidos das provisões	**–**	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**43 251**	41 349
Empréstimos e adiantamentos brutos	**397 404**	404 138
a clientes Deduzidos das provisões	**(4 620)**	(4 921)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**392 784**	399 217

Incluídos no valor contabilístico dos empréstimos e adiantamentos brutos para clientes estão os ajustes à taxa de juro efetiva, no valor de 1 028M£ (2015: 917M£). Do balanço total diferido, 649M£ (2015: 424M£) dizem respeito a custos, tais como taxas para parceiros de marcas associadas, incorridos para originar saldos de cartões de crédito.

21 Locações financeiras

Contabilidade para locações financeiras

O Grupo aplica a IAS 17 *Locações* na contabilização das locações financeiras, tanto nos casos em que é locador como naqueles em que é locatário. Uma locação financeira é uma locação que confere a maior parte dos riscos e das recompensas dos ativos locados ao locatário. Quando o Grupo for locador, o ativo locado não será incluído no balanço; em vez disso, reconhecer-se-á um valor a receber devido a locação financeira que represente o pagamento mínimo a receber de acordo com os termos da locação, descontado à taxa de juro implícita na locação. Quando o Grupo for locatário, o bem locado é reconhecido nos ativos tangíveis e reconhece-se um passivo de locação financeira, que represente o pagamento mínimo a efetuar de acordo com a locação, descontado à taxa de juro implícita na locação.

Os rendimentos ou as despesas de juros são reconhecidos nos juros a receber ou nos juros a pagar, atribuídos aos períodos contabilísticos, de forma a refletirem uma taxa de retorno periódica constante.

Contas a receber da locação financeira

As contas a receber da locação financeira estão incluídas nos empréstimos e adiantamentos a clientes. O Grupo dedica-se ao crédito baseado em ativos e trabalha com uma gama alargada de empresas internacionais de tecnologia, de equipamento industrial e comerciais, no sentido de disponibilizar programas financeiros personalizados de assistência a fabricantes, vendedores, e distribuidores de ativos.

	2016				2015			
	Investimento bruto em locações financeiras a receber M£	Rendimento financeiro futuro M£	Valor atual dos pagamentos mínimos de locação a receber M£	Valores residuais sem garantia M£	Investimento bruto em locações financeiras mínimos a receber M£	Rendimento financeiro futuro M£	Valor atual dos pagamentos mínimos de locação a receber M£	Valores residuais sem garantia M£
Não mais do que um ano	**646**	**(37)**	**609**	**60**	1 826	(230)	1 596	117
Mais de um ano, mas não mais que cinco	**986**	**(57)**	**929**	**132**	3 569	(555)	3 014	275
Durante cinco anos	**73**	**(4)**	**69**	**19**	224	(32)	192	21
Total	**1 705**	**(98)**	**1 607**	**211**	5 619	(817)	4 802	413

O decréscimo nas contas a receber de locações financeira deve-se sobretudo ao facto de os balanços do BAGL terem sido classificados como detidos para venda. A provisão para imparidade para contas a receber de locações financeiras totalizou 6M£ (2015: 56M£).

Responsabilidades de locação financeira

O Grupo cede ativos fixos tangíveis mediante termos que cumprem a definição de locações financeiras. As responsabilidades de locação financeira são apresentadas na Nota 26 *Acréscimos, rendimentos diferidos e outros* passivos.

A 31 de dezembro de 2016, o total dos pagamentos mínimos futuros ao abrigo de locações financeiras foi de 15M£ (2015: nulo). O valor contabilístico dos ativos detidos ao abrigo de locações financeiras foi de 15M£ (2015: nulo).

22 Acordos de revenda e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares

Os acordos de revenda (e empréstimo de ações ou transações semelhantes) são uma forma de empréstimo garantido pela qual o Grupo disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para a devolução dos títulos a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Grupo obtém empréstimos ou garantias em numerário em troca da transferência da garantia.

Contabilização para acordos de revenda e recompra incluindo outros empréstimos similares

O Grupo adquire (num acordo de revenda) ou contrai empréstimos de títulos, sujeitos a um compromisso de revenda ou de devolução. Os títulos não são incluídos no balanço patrimonial, já que o Grupo não adquire os riscos e as recompensas da posse. A retribuição paga (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um ativo de empréstimo a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos.

O Grupo também pode vender (num acordo de recompra) ou emprestar títulos, sujeito a um compromisso de recompra ou de resgate. Os títulos são mantidos no balanço patrimonial, já que o Grupo retém de forma substancial os riscos e as recompensas da posse. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um passivo financeiro a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via dos lucros ou prejuízos.

	2016 M£	2015 M£
Ativos		
Clientes	**2 769**	8 954
Bancários	**10 685**	19 233
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares[a]	**13 454**	28 187
Passivos		
Bancos	**12 820**	13 951
Clientes	**6 940**	11 084
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares[a]	**19 760**	25 035

Nota

a Foram designados pelo justo valor novos acordos de revenda e recompra, incluindo outros empréstimos similares em certos negócios, após uma alteração no tratamento contabilístico implementada em 2015, de modo a coincidir com a forma como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira (consultar as Notas 14 e 17 para mais detalhes).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

As notas incluídas nesta secção concentram-se nos ativos tangíveis e intangíveis não-correntes do Grupo e nos ativos fixos tangíveis, que apresentam benefícios económicos futuros a longo prazo.

23 Ativos fixos tangíveis

Contabilização de ativos fixos tangíveis

O Grupo aplica a IAS 16 *Ativos Fixos Intangíveis* e a IAS 40 *Propriedades de Investimento*.

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados pelo custo, incluindo custos de aquisição diretos e adicionais, menos as amortizações acumuladas e provisões para imparidade, se necessário. Os custos subsequentes serão capitalizados se isso resultar numa melhoria do ativo.

A amortização calcula-se de forma linear a partir do montante amortizável dos ativos fixos tangíveis ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas. As taxas, métodos, e valores residuais das amortizações subjacentes ao cálculo das amortizações dos ativos fixos tangíveis são revistas, no sentido de tomar em consideração quaisquer alterações das circunstâncias. O Grupo usa as seguintes taxas anuais para o cálculo das amortizações:

Taxas anuais para o cálculo de amortizações	Taxa de amortização
Propriedade livre	Não amortizada
Edifícios de propriedade livre e propriedade arrendada de longa-duração (mais de 50 anos para terminar)	2-3,3%
Propriedade arrendada (menos de 50 anos para terminar)	Ao longo da restante vida do arrendamento
Custos de adaptação de propriedade livre e propriedade de arrendamento	6-10%
Equipamento instalado na propriedade livre e na propriedade de arrendamento	6-10%
Computadores e equipamentos semelhantes	17-33%
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	9-20%

Quando a propriedade arrendada tem uma vida útil restante inferior a 17 anos, os custos de adaptação e de equipamento instalado são amortizados ao longo da vida restante do arrendamento.

Propriedade de investimento

O Grupo reconhece inicialmente a propriedade de investimento pelo custo, e subsequentemente pelo justo valor, em cada data do balanço, refletindo as condições de mercado à data da informação. Os ganhos e perdas na reavaliação são incluídos na demonstração de resultados.

	Propriedade de investimento M£	Propriedade M£	Equipamento M£	Ativos locados M£	Total M£
Custo					
A 1 de janeiro de 2016	**140**	**3 919**	**4 259**	**62**	**8 380**
Acréscimos	**–**	**167**	**370**	**–**	**537**
Alienações[a]	**(6)**	**(761)**	**(631)**	**–**	**(1 398)**
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Câmbios e outros movimentos[b]	**(53)**	**104**	**(158)**	**(52)**	**(159)**
A 31 de dezembro de 2016	**81**	**3 429**	**3 840**	**10**	**7 360**
Amortizações acumuladas e imparidade					
A 1 de janeiro de 2016	**–**	**(1 697)**	**(3 177)**	**(38)**	**(4 912)**
Encargos com amortizações	**–**	**(185)**	**(325)**	**–**	**(510)**
Alienações[a]	**–**	**635**	**405**	**–**	**1 040**
Câmbios e outros movimentos[b]	**–**	**(236)**	**54**	**29**	**(153)**
A 31 de dezembro de 2016	**–**	**(1 483)**	**(3 043)**	**(9)**	**(4 535)**
Valor contabilístico líquido	**81**	**1 946**	**797**	**1**	**2 825**
Custo					
A 1 de janeiro de 2015	207	4 054	4 350	10	8 621
Acréscimos	13	385	405	49	852
Alienações	(84)	(363)	(232)	–	(679)
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	10	–	–	–	10
Câmbios e outros movimentos	(6)	(157)	(264)	3	(424)
A 31 de dezembro de 2015	140	3 919	4 259	62	8 380
Amortizações acumuladas e imparidade a 1 de janeiro de 2015	–	(1 669)	(3 157)	(9)	(4 835)
Encargos com amortizações	–	(181)	(373)	–	(554)
Alienações	–	144	159	–	303
Câmbios e outros movimentos	–	9	194	(29)	174
A 31 de dezembro de 2015	–	(1 697)	(3 177)	(38)	(4 912)
Valor contabilístico líquido	140	2 222	1 082	24	3 468

Notas

a As alineações de custos e amortizações incluem 0,9mM£ relativos a ativos totalmente amortizados que já não são utilizados. Estes não têm impacto no valor contabilístico líquido.

b Inclui ativos fixos tangíveis relativos ao BAGL no valor de 627M£ (custo de 1 066M£ menos a amortização acumulada de 439M£) que foram reclassificados como detidos para venda.

23 Ativos fixos tangíveis continuação

Foram incluídos arrendamentos de propriedades no valor de 7M£ (2015: 9M£) e de 6M£ (2015: 9M£) nos rendimentos de investimento líquidos e nos outros rendimentos, respetivamente. Os encargos com imparidade no período ascenderam a 19M£ (2015: 38M£).

O justo valor da propriedade para investimento é determinado tendo por referência os preços atuais de mercado para propriedades semelhantes, ajustados, conforme necessário, pela condição e pela localização, ou tendo por referência transações recentes atualizadas, de forma a refletir as condições económicas atuais. Podem ser empregues técnicas para desconto dos fluxos de caixa no cálculo do justo valor, quando não houver transações recentes, usando dados externos e atuais do mercado, como os valores das rendas e as taxas de juro. As valorizações são efetuadas pela gestão, com o apoio de avaliadores independentes e devidamente qualificados. Consulte a Nota 18 *Justo valor de instrumentos financeiros* para mais detalhes.

24 Goodwill e ativos intangíveis

Contabilidade para *goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill (fundo de comércio)

O valor contabilístico do *goodwill* é determinado em conformidade com a IFRS 3 *Combinações Comerciais* e a IAS 36 *Imparidade de Ativos.*

O *Goodwill* decorre da aquisição de subsidiárias, associadas, e *joint-ventures*, e representa o excesso do justo valor numa consideração de compra sobre o justo valor da parte do Grupo nos ativos adquiridos e os passivos e outras responsabilidades contingentes assumidas à data da aquisição.

O *Goodwill* é revisto anualmente quanto à imparidade, ou com uma maior frequência quando existirem indicações de ter ocorrido imparidade. O teste envolve a comparação do valor contabilístico do *goodwill* com o valor presente dos fluxos de caixa antes de impostos, descontados a uma taxa de juro que reflita os riscos inerentes da unidade de geração de caixa (UGC/CGU) que está relacionada com o *goodwill*, ou com o justo valor da UGC, se for maior.

Ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis além do *goodwill* são contabilizados em conformidade com a IAS 38 *Ativos Intangíveis.*

Os ativos intangíveis incluem marcas, listas de clientes, software desenvolvido internamente, outro software, licenças e outros contratos e principais depósitos intangíveis. São inicialmente reconhecidos quando são separáveis ou decorrem de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quando o custo pode ser medido com fiabilidade e, no caso dos ativos intangíveis que não são adquiridos numa combinação comercial, quando for provável que ocorram benefícios económicos futuros atribuíveis aos ativos e decorrentes do seu uso.

Os ativos intangíveis são declarados pelo custo (que é, no caso dos ativos adquiridos numa combinação comercial, o justo valor à data de aquisição) líquido das amortizações acumuladas e das provisões para imparidade, se existirem, e são amortizados durante as suas vidas úteis, de uma forma que reflita o padrão com que contribuem para os fluxos de caixa futuros, geralmente utilizando os períodos de amortização abaixo referidos:

Taxas anuais para cálculo das amortizações	Período de amortização
Goodwill	Não amortizado
Software desenvolvido internamente[a]	12 meses a 6 anos
Outro software	12 meses a 6 anos
Principais depósitos intangíveis	12 meses a 25 anos
Marcas	12 meses a 25 anos
Listas de cliente	12 meses a 25 anos

Os ativos intangíveis são analisados relativamente à imparidade quando houver a indicações de que esta possa ter

Nota

a As exceções à taxa declarada estão relacionados com as vidas úteis de certas plataformas bancárias principais que são avaliadas individualmente e, se for apropriado, amortizadas ao longo de períodos mais extensos, entre os 10 e os 15 anos.

24 *Goodwill* e ativos intangíveis continuação

	Goodwill M£	Software desenvol intername M£	Outros software M£	Dep ósitos intangíveis M£	Marcas M£	Listas de clientes M£	Licenças e outros M£	Total M£
2016								
Custo								
A 1 de janeiro de 2016	**5 603**	**4 112**	**542**	**146**	**86**	**1 665**	**471**	**12 625**
Acréscimos e alienações	**(77)**	**955**	**2**	**–**	**–**	**59**	**78**	**1 017**
Câmbios e outros movimentos[a]	**(679)**	**(140)**	**(340)**	**(140)**	**(86)**	**(16)**	**(4)**	**(1 405)**
A 31 de dezembro de 2016	**4 847**	**4 927**	**204**	**6**	**–**	**1 708**	**545**	**12 237**
Amortização e imparidade acumuladas								
A 1 de janeiro de 2016	**(998)**	**(1 634)**	**(212)**	**(75)**	**(86)**	**(1 081)**	**(317)**	**(4 403)**
Alienações	**77**	**46**	**1**	**–**	**–**	**14**	**12**	**150**
Encargos com amortizações	**–**	**(480)**	**(36)**	**–**	**–**	**(129)**	**(29)**	**(674)**
Encargos de imparidade	**–**	**(73)**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**(1)**	**(75)**
Câmbios e outros movimentos[a]	**(9)**	**277**	**105**	**69**	**86**	**(35)**	**(2)**	**491**
A 31 de dezembro de 2016	**(930)**	**(1 864)**	**(143)**	**(6)**	**–**	**(1 231)**	**(337)**	**(4 511)**
Valor contabilístico líquido	**3 917**	**3 063**	**61**	**–**	**–**	**477**	**208**	**7 726**
2015								
Custo								
A 1 de janeiro de 2015	6 329	3 240	482	186	112	1 721	447	12 517
Acréscimos e alienações	(515)	998	75	–	–	–	18	576
Câmbios e outros movimentos	(211)	(126)	(15)	(40)	(26)	(56)	6	(468)
A 31 de dezembro de 2015	5 603	4 112	542	146	86	1 665	471	12 625
Amortização e imparidade acumuladas								
A 1 de janeiro de 2015	(1 442)	(1 257)	(194)	(88)	(111)	(962)	(283)	(4 337)
Alienações	518	128	2	–	–	–	3	651
Encargos com amortizações	–	(421)	(17)	(6)	–	(143)	(30)	(617)
Encargos de imparidade	(102)	(101)	(1)	(1)	–	(12)	–	(217)
Câmbios e outros movimentos	28	17	(2)	20	25	36	(7)	117
A 31 de dezembro de 2015	(998)	(1 634)	(212)	(75)	(86)	(1 081)	(317)	(4 403)
Valor contabilístico líquido	4 605	2 478	330	71	–	584	154	8 222

Goodwill

O *goodwill* é atribuído às operações empresariais de acordo com segmentos de negócio conforme se segue:

	2016 M£	2015 M£
Barclays UK	**3 556**	3 621
Barclays Internacional	**361**	258
Africa Banking	**–**	703
Barclays Non-Core	**–**	23
Valor contabilístico líquido total de *goodwill* (fundo de comércio)	**3 917**	4 605

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Goodwill

O teste ao *goodwill* quanto à imparidade envolve uma quantidade significativa de apreciações. Estas incluem a identificação de CGUs independentes e a atribuição de *goodwill* a estas unidades baseada nos benefícios decorrentes da aquisição e esperados pelas unidades. A atribuição é revista depois da reorganização do negócio. As projeções de fluxos de caixa tomam necessariamente em consideração as alterações no mercado em que um negócio opera, incluindo o nível de crescimento, a atividade competitiva, e os impactos de alterações regulamentares. A determinação dos fluxos de caixa esperados antes de impostos, e da taxa de juro ajustada ao risco, adequados à unidade operacional, requer um exercício de juízo. A estimativa dos fluxos de caixa antes de impostos é sensível aos períodos para os quais existirem previsões detalhadas, e aos pressupostos relativos aos fluxos de caixa sustentáveis no longo prazo.

Outros ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis (como os que decorrem de relacionamentos contratuais) requer uma análise circunstancial. A avaliação da exibição de indicadores de imparidade num ativo, bem como o cálculo da imparidade, que requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros e dos justos valores deduzidos dos custos de venda, também requer a preparação de previsões de fluxos de caixa e de justos valores para ativos que podem não ser comprados e vendidos com regularidade.

Nota
a Inclui o *goodwill* e os intangíveis relativos ao BAGL de 1,1mM£ que foram reclassificados como detidos para venda.

24 Goodwill e ativos intangíveis continuação

Testes de imparidade sobre o goodwill

Em 2016, o Grupo reconheceu um encargo por imparidade nulo (2015: 102M£), O encargo por imparidade de 102M£ reconhecido em 2015 está relacionado com o Non-Core e a retirada do produto Bespoke do Barclays International devido ao facto de o montante recuperável do *goodwill* relativo a esses negócios não ser suportado com base no valor usado nos cálculos.

Pressupostos fundamentais

Os pressupostos fundamentais usados para os testes de imparidade estão definidos abaixo para cada balanço de *goodwill* significativo. O restante *goodwill*, no valor de 787M£ (2015: 1 475M£) foi atribuído a várias UGCs que não são consideradas significativas individualmente.

Barclays UK

O *goodwill* relacionado com a Woolwich na Banca Pessoal e Banca Empresarial foi de 3 130M£ (2015: 3 130M£) do saldo total do Barclays UK. O valor contabilístico da UGC foi determinado usando o valor líquido patrimonial. O montante recuperável da UGC foi determinado usando previsões dos fluxos de caixa baseados em orçamentos financeiros aprovados pela gestão, e que cobrem um período de três anos, com uma taxa de crescimento terminal de 2,0% (2015: 2,4%) aplicada daí em diante. Os fluxos de caixa previstos foram descontados a uma taxa antes dos impostos de 14,6% (2015: 11,4%). Com base nestes pressupostos, o montante recuperável excedeu o montante contabilístico, incluindo o *goodwill*, em 4 130M£ (2015: 14 097M£). Uma alteração de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento terminal aumentaria ou diminuiria o montante recuperável em 988M£ (2015: 2 775M£) e 615M£ (2015: 2 109M£), respetivamente. Uma redução anual de 10% nos fluxos de caixa previstos reduziria o montante recuperável em 1 293M£ (2015: 2 789M£).

A margem reflete as alterações efetuadas à UGC no Barclays UK, englobadas na reorganização do negócio em 2016. A redução da margem em 2016 reflete as alterações na taxa de desconto e nas previsões de fluxos de caixa futuros.

25 Locações operacionais

Contabilização de locações operacionais

O Grupo aplica a IAS 17 *Locações*, para as locações operacionais. Uma locação operacional é uma locação em que todos os riscos e recompensas dos ativos locados permanecem substancialmente do lado do locador. Quando o Grupo é o locador, os proveitos da locação são reconhecidos pelo método linear durante o período da locação, a menos que outra base sistemática seja considerada mais apropriada. O Grupo detém os ativos locados no balanço patrimonial como ativos fixos tangíveis.

Quando o Grupo é o locatário, as rendas a pagar são reconhecidas como uma despesa na demonstração de resultados pelo método linear durante o período da locação, a menos que outra base sistemática seja considerada mais apropriada.

Valores a receber de locações operacionais

O Grupo age como um locador, que adquire ativos fixos tangíveis e depois os cede a terceiros ao abrigo de acordos que constituem locações operacionais. Os pagamentos futuros mínimos que se espera serem recebidos e que dizem respeito a locações operacionais não-canceláveis são nulos (2015: 1M£).

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda vários escritórios, balcões, e outras instalações ao abrigo de acordos de locação operacional não-canceláveis. Com acordos de locação operacional deste tipo, o ativo é mantido no balanço patrimonial do locador, e o Grupo reporta os pagamentos mínimos futuros da locação como uma despesa ao longo do período da locação. As locações apresentam diversos prazos, progressividades, e direitos de renovação. Não existem rendas contingentes a pagar.

Foram incluídas rendas de locação operacional no valor de 560M£ (2015: 411M£) em despesas

administrativas e gerais. Os pagamentos mínimos futuros da locação a suportar pelo Grupo ao abrigo de

locações operacionais não-canceláveis são os seguintes:

	2016		2015	
	Propriedade M£	Equipamento M£	Propriedade M£	Equipamento M£
Não mais do que um ano	**364**	**–**	376	1
Mais de um ano mas menos de cinco	**974**		1 127	11
anos Mais de cinco anos	**1 520**	**23**	1 874	–
Total	**2 858**	**23**	3 377	12

O total dos pagamentos mínimos futuros a receber de sublocações ao abrigo de sublocações não-canceláveis foi de 2M£ (2015: 1M£).

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

26 Acréscimos, rendimentos diferidos e outros passivos

Contabilização de contratos de seguro

O Grupo aplica a IFRS 4 *Contratos de Seguro* aos seus contratos de seguro. Um contrato de seguro é um contrato que compensa um terceiro relativamente a uma perda decorrente de um risco não-financeiro. Alguns produtos de gestão de património e de outra natureza, como os contratos de seguro de vida, combinam características de investimento e de seguro; estes são tratados como contratos de seguro no caso de pagarem benefícios que sejam pelo menos 5% superiores aos benefícios pagos no caso de o evento segurado não ocorrer.

Os passivos decorrentes da atividade seguradora incluem as melhores estimativas dos fluxos de caixa contratuais futuros, da gestão de sinistros, e dos custos administrativos relativos aos sinistros. São realizados testes de adequação de responsabilidade a cada data de balanço, para garantir a adequação dos passivos contratados. Quando os testes detetarem uma deficiência, os passivos decorrentes da atividade seguradora serão acrescidos de qualquer deficiência reconhecida na demonstração de resultados.

As receitas com prémios de seguro são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que se verifiquem, líquidas de prémios de resseguro a pagar, em prémios líquidos de contratos de seguro. Os aumentos e diminuições nos passivos decorrentes da atividade seguradora são reconhecidos na demonstração de resultados como sinistros líquidos de benefícios de contratos de seguro.

	2016 M£	2015 M£
Acréscimos e rendimento diferido	**4 422**	4 271
Outros credores	**4 382**	3 770
Obrigações financeiras por locações (consultar a Nota 21)	**15**	–
Passivos do contrato de seguro, incluindo passivos do contrato de seguro “unit link”	**52**	2 569
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	**8 871**	10 610

Os acréscimos e os rendimentos diferidos diminuíram 4% para 4,4 mM£, principalmente impulsionados pelos menores custos com pessoal, administrativos, e gerais, acumulados a
31 de dezembro de 2016.

Os Passivos de Seguros relacionados com os negócios a longo prazo do Grupo desceram 2,5mM£, devido em grande parte às entidades Non-Core serem classificadas como detidas para venda. Os passivos de contratos de seguro associados aos negócios a curto prazo do Grupo são de 52M£ (2015: 115M£). Os montantes máximos a pagar ao abrigo de todos os produtos de seguro do Grupo, ignorando a probabilidade e ocorrência de eventos segurados, juntamente com a contribuição de investimentos de suporte às políticas de seguro, foram de 0,4mM£ (2015: 65mM), ou 0,20mM£ (2015: 49mM£) após o resseguro. O decréscimo nos montantes máximos a pagar explica-se sobretudo pelo BAGL, que foi classificado como detido para venda em 2016.

O impacto para a demonstração de resultados e para o capital próprio decorrente de uma alteração razoavelmente possível dos pressupostos usados para calcular os passivos decorrentes da atividade seguradora seria de 2M£ (2015: 1M£).

27 Provisões

Contabilização de provisões

O Grupo aplica a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes, e Ativos Contingentes* na contabilização das responsabilidades não-financeiras.

São reconhecidas provisões para obrigações presentes decorrentes de consequências de eventos passados, quando for provável que seja necessária uma transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, que possa ser estimada com fiabilidade. É constituída uma provisão pelo custo previsto da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. É o que acontece quando o Grupo tem um plano formal e detalhado para reestruturar um negócio, e quando criou expetativas válidas nas pessoas afetadas pela reestruturação, ao anunciar as principais caraterísticas do plano ou ao iniciar a sua implementação. Será constituída uma provisão para compromissos de crédito não utilizado se existir a probabilidade de que a linha de crédito seja utilizada, resultando no reconhecimento de um ativo a um montante inferior ao montante avançado.

				Compensação a clientes				
	Contratos onerosos M£	Redundância e reestruturação M£	Facilidades e garantias contratualmente comprometidas não usadas M£	Seguro de Proteção de Pagamento M£	Outras compensações a clientes M£	Questões legais, de concorrência e regulamentares M£	Provisões diversas M£	Total M£
A 1 de janeiro de 2016	**141**	**186**	**60**	**2 106**	**896**	**489**	**264**	**4 142**
Acréscimos	**328**	**336**	**52**	**1 000**	**297**	**212**	**206**	**2 431**
Quantias utilizadas	**(39)**	**(274)**	**(1)**	**(1 127)**	**(396)**	**(254)**	**(84)**	**(2 175)**
Quantias não usadas revertidas	**(53)**	**(60)**	**(44)**	**–**	**(93)**	**(27)**	**(36)**	**(313)**
Câmbios e outros movimentos	**8**	**18**	**–**	**–**	**8**	**35**	**(20)**	**49**
A 31 de dezembro de 2016	**385**	**206**	**67**	**1 979**	**712**	**455**	**330**	**4 134**

As provisões que deverão ser recuperadas ou liquidadas num prazo não superior a 12 meses após 31 de dezembro de 2016 são de 2 045M£ (2015: 2 113M£).

27 Provisões continuação

Contratos onerosos
As provisões de contratos onerosos compreendem uma estimativa dos custos envolvidos no cumprimento dos termos e condições de contratos onde o passivo seja mais elevado que o montante do benefício económico a ser recebido.

Redundância e reestruturação
Estas provisões incluem o custo estimado da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. Os acréscimos realizados durante o ano relacionam-se com planos de reestruturação formal e foram utilizados, ou revertidos, esperando-se agora que os custos totais sejam inferiores ao montante original da provisão.

Facilidade e garantias contratuais comprometidas não utilizadas
As provisões são feitas se for provável que uma facilidade seja retirada e for expetável que o ativo resultante tenha um valor de realização inferior ao do montante adiantado.

Compensações a clientes
As provisões para compensações a clientes incluem o custo estimado dos pagamentos compensatórios a clientes e contrapartes por perdas ou danos associados a decisões inadequadas durante a execução das nossas atividades empresariais. As provisões para outras compensações a clientes incluem 264M£ (2015: 290M£) respetivos a práticas históricas de fixação de preços associadas a transações cambiais para determinados clientes entre 2005 e 2012, e provisões menores transversais aos negócios retalhistas e corporativos que provavelmente serão utilizadas nos próximos 12 meses.

Provisões diversas
Esta categoria inclui provisões que não se enquadram em nenhuma das outras categorias, tais como perdas por fraude e provisões de dilapidação.

Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares
O Grupo está envolvido em várias questões jurídicas, de concorrência e regulamentares, tanto no RU e nos EUA como numa série de outras jurisdições estrangeiras. Para mais informações relativas aos procedimentos jurídicos e discussão das incertezas associadas, consulte a Nota 29 *Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares.*

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica
Indemnização do Seguro de Proteção do Pagamento
A 31 de dezembro de 2016, o Barclays reconheceu provisões acumuladas no total de 8,44mM£ (31 de dezembro de 2015: 7,44mM£) contra o custo das indemnizações do Seguro de Proteção de Pagamentos (SPP) e custos de processamento associados, com uma utilização de 6,46mM£ (31 de dezembro de 2015: 5,3mM£), deixando uma provisão residual de 1,98mM£ (31 de dezembro de 2015: 2,11mM£).

Até 31 de dezembro de 2016, foram recebidos e processados 1,8 milhões (31 de dezembro de 2015: 1,6 milhões) de sinistros iniciados por clientes[a]. O volume de sinistros recebidos durante 2016 diminuiu 8%[b] relativamente a 2015. O ritmo deste decréscimo foi mais lento do que o que se registara previamente, mas correspondeu às expetativas.

A provisão atual reflete os custos estimados das indemnizações do SPP, sobretudo relacionadas com sinistros inciados pelos clientes e programas contínuos de remediação. Isto inclui também passivos geridos por terceiros e resultantes de carteiras vendidas previamente e pelas quais o Barclays continua responsável.

A 1 de dezembro de 2016, a provisão de 1,98mM£ representa a melhor estimativa do Barclays para as indemnizações do SPP, refletindo o prazo revisto para sinistros proposto no documento de consulta da Autoridade de Conduta Financeira (FCA) 16/20, publicado a 2 de agosto de 2016. Porém, é possível que o resultado final divirja da estimativa atual. Continuaremos a rever a adequação do nível de provisão relativo ao nível contínuo de sinistros.

A provisão para o SPP é calculada usando uma série de pressupostos fundamentais que continuam a envolver um juízo e modelização significativos da gestão:

- volumes dos sinistros iniciados por clientes – sinistros recebidos mas ainda não processados, mais uma estimativa dos sinistros futuros iniciados por clientes, sendo que o volume deve desaparecer após o primeiro semestre de 2019
- indemnização média por sinistro – pagamento médio esperado a receber pelos clientes por sinistros retidos, com base no tipo e na idade da apólice/apólices
- custo de processamento por sinistro – o custo, para o Barclays, da avaliação e do processamento de cada sinistro válido.

Estes pressupostos permanecem subjetivos, em particular devido à incerteza associada aos níveis de sinistros futuros, que incluem queixas motivadas pela atividade CMC.

A provisão atual representa a melhor estimativa revista do Barclays de todos os custos futuros esperados com indemnizações do SPP, com base na informação disponível no fim do ano.

A tabela seguinte apresenta os dados em detalhe até 31 de dezembro de 2016, os pressupostos de previsão usados no cálculo da provisão e uma análise de sensibilidade que ilustra o impacto sobre a provisão se os pressupostos esperados forem demasiado elevados ou demasiado reduzidos.

Pressuposto	Cumulativo atual a 31-12-2016	Futuro esperado	Análise de sensibilidade aumento/diminuição na provisão
Sinistros iniciados por clientes, recebidos e processados[a]	1 840m	650m	50m = 100M£
Taxa de retenção média por sinistro[c]	87%	83%	1% = 15M£
Indemnização média por sinistro válido[e]	2 137£	1 950£	100£ = 74M£
Custo de processamento por sinistro[f]	410£	350£	50m = 17M£

Notas
a Sinistros totais recebidos diretamente pelo Barclays até à data, incluindo os recebidos através de CMC mas excluindo aqueles para os quais não exista apólice de SPP e excluindo as respostas ao mailing proativo. b Volumes brutos recebidos, excluindo o SPP.
c Taxa de retenção média por sinistro iniciado por clientes e recebido diretamente pelo Barclays ou por mailings proativos, excluindo aqueles para os quais não existia apólice de SPP. d Indemnização média declarada por cada apólice para futuros sinistros iniciados por clientes e recebidos diretamente pelo Barclays ou por mailings proativos.
e Custo de processamento por sinistro numa base de sinistros retidos, inclui custos diretos com pessoal e despesas gerais associadas.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Passivos e compromissos contingentes

Contabilização de passivos contingentes
Os passivos contingentes constituem obrigações possíveis cuja existência só será confirmada por eventos futuros incertos, e obrigações presentes quando a transferência de recursos económicos for incerta ou não puder ser fiavelmente medida. Os passivos contingentes não são classificados como itens do balanço, mas serão divulgados a menos que a saída dos recursos económicos seja remota.

A tabela seguinte resume o valor principal nominal de passivos contingentes e compromissos que não estão registados no balanço:

Passivos e compromissos contingentes excluindo o BAGL	2016 M£	2015 M£
Garantias e cartas de crédito dadas como garantia Garantias de desempenho, aceitações e avais	**15 303** **4 636**	16 065 4 556
Passivos contingentes	**19 939**	20 621
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	**1 005**	845
Compra com acordo de revenda com início no futuro	**24**	93
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	**302 657**	281 369

Os passivos e compromissos contingentes não incluem os balanços do BAGL, no valor de 17,5mM£, para 2016, que são agora divulgados como detidos para venda.

Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS - Financial Services Compensation Scheme)
O Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS) é o plano de indemnizações apoiado pelo governo do Reino Unido para clientes de instituições autorizadas que sejam incapazes de pagar sinistros. Fornece indemnizações aos depositantes, nos casos em que as instituições do Reino Unido habilitadas a aceitar depósitos sejam incapazes de honrar os seus sinistros. O FSCS cobra taxas às instituições do Reino Unido habilitadas a aceitar depósitos com base na sua quota dos depósitos no Reino Unido, no dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do ano do sistema (que vigora entre 1 de abril e 31 de março).

Já foram pagas indemnizações pelo FSCS, financiadas por linhas de crédito, num total aproximado de 18mM£ fornecidos pelo Tesouro de Sua Majestade ao FSCS, em apoio às obrigações do FSCS perante os depositantes nos bancos declarados como estando em incumprimento. A taxa de juro aplicável ao empréstimo e cobrada ao setor está sujeita a um limite inferior igual à opção maior entre o custo de financiamento do Tesouro de Sua Majestade (normalmente, a taxa das obrigações preferenciais do Reino Unido que vencem em 2024), e a GBP-LIBOR com vencimento a 12 meses acrescida de 100 pontos base. O FSCS recuperou um défice de capital de 1mM£ relativo à linha herdada do setor em três prestações pagas em 2013, 2014 e 2015. Um outro défice, relativo à Dunfermline Building Society, foi cobrado ao setor nos anos de 2014 e 2015 e recuperado na totalidade em 2016. A responsabilidade do FSCS pelas contribuições de juros para 2016/17 foi reconhecida em 2016. O Barclays incluiu um acréscimo de 55M£ nos outros passivos a 31 de dezembro de 2016 (2015: 56M£), relativas à parte do Barclays na Taxa sobre os Juros.

Pode encontrar mais detalhes sobre os passivos contingentes relacionados com questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares na Nota 29.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares

O Barclays PLC (BPLC), o Barclays Bank PLC (BBPLC) e o Grupo enfrentam desafios jurídicos, de concorrência, e regulamentares, muitos dos quais estão fora do nosso controlo. A extensão do impacto destas questões no BPLC, no BBPLC e no Grupo não pode sempre ser prevista, mas poderá ter impacto relevante sobre as nossas operações, e sobre os nossos resultados, condição, e perspetivas financeiras. As questões decorrentes de um conjunto de circunstâncias similares podem originar um passivo contingente ou uma provisão, ou ambos, dependendo dos factos e circunstâncias relevantes. O Grupo não revelou qualquer estimativa do efeito financeiro potencial dos passivos contingentes sobre o Grupo nas situações em que tal não for atualmente exequível.

Investigações a determinados acordos de serviços de assessoria e ações cíveis
O Serious Fraud Office (SFO) do RU e a Autoridade de Conduta Fiscal (FCA) no Reino Unido, bem como o Departamento de Justiça (DOJ) e a Comissão de Valores Mobiliários (SEC) nos EUA têm investigado determinados acordos de serviços de assessoria celebrados pelo Barclays Bank PLC.

Antecedentes
O Barclays Bank PLC celebrou dois acordos de serviços de assessoria com a Qatar Holding LLC (Qatar Holding) em junho e outubro de 2008. A FCA começou posteriormente a investigar se estes acordos poderiam estar ligados aos levantamentos de capital do Barclays PLC em junho e novembro de 2008 (os Levantamentos de Capital). A existência do acordo de serviços de assessoria de junho de 2008 foi divulgada, mas a celebração do acordo de serviços de assessoria em outubro de 2008, bem como as tarifas a pagar ao abrigo de ambos os acordos, que totalizaram 322M£, a pagar num período de cinco anos, não foram divulgados nos comunicados ou nos documentos públicos relativos aos Levantamentos de Capital.

Em setembro de 2013, a FCA enviou avisos (os Avisos), informando de que, embora o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC considerassem, na altura da execução dos acordos, que deveria haver pelo menos um valor indeterminado e não especificado derivado dos mesmos, o propósito principal dos acordos não era obter serviços de assessoria, mas sim efetuar pagamentos adicionais, que não seriam divulgados, pela participação do Qatar nos Levantamentos de Capitais. Os Avisos concluíram que o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC quebraram determinadas regras de listagem relacionadas com as divulgações, e o Barclays PLC quebrou ainda o Princípio de Listagem 3 (a exigência de agir de forma íntegra para com os acionistas e potenciais acionistas da Empresa). Assim sendo, a FCA considera que o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC agiram de forma irresponsável. A penalização financeira imposta ao Grupo nos Avisos é de 50M£. O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC continua a contestar esta decisão.

O SFO também investigou os acordos e o Grupo continua a responder a pedidos de informação adicional nesta investigação, que está em fase avançada. A ação da FCA ficou pendente até que a investigação do SFO seja resolvida.

Além destas, o DOJ e a SEC também levaram a cabo investigações relacionadas com estes acordos.

Em janeiro de 2016, a PCP Capital Partners LLP e a PCP International Finance Limites (PCP) entregaram um pedido de indemnização ao Barclays Bank PLC, por danos no valor de 721,4M£ mais juros e custas por declaração fraudulenta e fraude, resultante de alegadas declarações feitas pelo Barclays Bank PLC à PCP em relação aos prazos dentro dos quais os títulos deveriam ser emitidos para os investidores, incluindo a PCP, no levantamento de capitais em novembro de 2008. O Barclays Bank PLC defende o pedido.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período. A PCP apresentou uma reivindicação contra o BBPLC no total de 721,4 M£ acrescidos de juros e custos. Este montante não reflete obrigatoriamente a exposição financeira do BBPLC no caso de uma eventual decisão contrária.

29 Questões jurídicas, sobre concorrência, e regulamentares continuação

Investigações a determinados relacionamentos comerciais

O DOJ e a SEC estão a proceder a uma investigação para aferir a conformidade dos relacionamentos do Grupo com terceiros que assistam o BPLC a obter ou reter negócios com a Lei das Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA. Determinados reguladores noutras jurisdições também foram informados das investigações. Separadamente, o Grupo está a cooperar com o DOJ e a SEC relativamente a uma investigação a determinadas práticas de recrutamento na Ásia e noutros locais, e está a manter informados determinados reguladores de outras jurisdições.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Sistemas alternativos de negociação e negociação de alta frequência

A SEC, o Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque (NYAG) e os reguladores em determinadas jurisdições têm procedido à investigação de várias questões associadas a sistemas de negociação alternativos (SNAs), incluindo *black pools* e as atividades de negociantes de alta frequência.

Antecedentes

Em junho de 2014, o NYAG submeteu uma reclamação (Reclamação do NYAG) contra o Barclays PLC e o Barclays Capital Inc. (BCI) no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque, alegando, entre outras coisas, que o Barclays PLC e o BCI incorreram em práticas fraudulentas relacionadas com o LX, o SNA do Grupo registado na SEC. Em fevereiro de 2016, o Barclays chegou a acordos separados com a SEC e com o NYAG para solucionar as reclamações destas agências contra o Barclays PLC e o BCI, relativamente à operação do LX, no valor de 35M$ cada.

O Barclays PLC e o BCI foram nomeados numa alegada ação coletiva de um cliente institucional investidor ao abrigo da lei na Califórnia, com base em alegações semelhantes às da reclamação do NYAG. Em outubro de 2016, o tribunal federal da Califórnia aprovou a moção do Barclays PLC e do BCI para encerrar a reclamação na totalidade e os requerentes recorreram da decisão do tribunal.

Após a apresentação da Reclamação do NYAG, o BPLC e o BCI foram nomeados numa ação coletiva de acionistas, juntamente com alguns dos seus antigos CEOs, e o seu atual CFO bem como um antigo, e um empregado da Negociação Eletrónica de Títulos (Ação Coletiva dos Acionistas). Os requerentes afirmam que os investidores sofreram perdas quando os seus investimentos em Recibos Depositários Americanos do Barclays decresceram de valor como resultado das alegações da Reclamação do NYAG. O BPLC e o BCI apresentaram uma moção para rejeitar a acusação, que o tribunal aprovou em parte e recusou em parte. Em fevereiro de 2016, o tribunal certificou a ação como ação coletiva, e o Barclays recorreu dessa certificação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

As ações coletivas exigem uma quantia monetária não especificada por danos, bem como medidas cautelares.Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

FERC

A Comissão Federal Reguladora da Energia (FERC) dos EUA apresentou uma ação cível contra o BBPLC e alguns dos seus antigos operadores no Tribunal Distrital da Califórnia nos EUA, procurando a aprovação de uma penalização cível avaliada em 435M$ e uma restituição de lucros de 34,9M$, acrescida de juros, relativamente a alegações de que o BBPLC manipulou os mercados de eletricidade na Califórnia e arredores. Foi também apresentada uma ação coletiva cível ao Tribunal Distrital do SDNY, nos EUA, contra o BBPLC, apresentando alegações antimonopólio que espelham aquelas levantadas na ação cível apresentada pela FERC.

Antecedentes

Em outubro de 2012, a FERC emitiu uma Ordem para Exibição de Factos e um Aviso de Penalizações Propostas (Ordem e Aviso) contra o BBPLC e quatro dos seus antigos operadores, relativamente às suas práticas de negociação no oeste dos EUA. Na Ordem e Aviso, a FERC afirmou que o BBPLC e os seus antigos operadores violaram a Regra Antimanipulação da FERC, manipulando os mercados de eletricidade na Califórnia e arredores, de novembro de 2006 a dezembro de 2008, e propôs que o BBPLC sofresse penalizações cíveis e restituísse lucros.

Em outubro de 2013, a FERC submeteu uma ação cível contra o BBPLC e os seus antigos colaboradores no Tribunal Distrital da Califórnia, nos EUA, com a intenção de receber o montante da penalização de 435M$ e a restituição de lucros no valor de 34,9M$, acrescido dos respetivos juros.

Em junho de 2015, foi apresentada uma ação coletiva cível de reclamação no SDNY no Tribunal de Primeira Instância dos EUA contra o BBPLC pela Merced Irrigation District, uma empresa Californiana de serviços de utilidade pública, defendendo alegações antimonopólio relativas à presumível manipulação dos mercados de eletricidade na Califórnia e arredores. As alegações factuais espelham as da ação cível submetida pela FERC e que se encontram atualmente pendentes no Tribunal Distrital da Califórnia.

Em outubro de 2015, o Tribunal Distrital da Califórnia ordenou que separaria a sua análise de responsabilidades e penalidades da análise da restituição de lucros. A FERC apresentou um resumo, que o BBPLC contestou, solicitando uma retificação sumária da avaliação de penalidades. O tribunal indicou que ou retificará a avaliação de penalizações, ou solicitará provas adicionais que decidam esta questão. A discussão oral relativa à retificação da avaliação das penalizações ocorreu em fevereiro de 2017.

Em dezembro de 2015, o Barclays Bank PLC submeteu uma moção para encerrar a ação coletiva cível por incapacidade de fundamentar a reclamação, que o SDNY aprovou em parte e rejeitou em parte em fevereiro de 2016.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

A FERC apresentou reclamações contra o BBPLC no total de 469,9M$, mais juros, por penalidades cíveis e restituição de lucros. A reclamação da ação coletiva cível refere-se a danos no valor de 139,3 M$. Estes montantes não refletem obrigatoriamente a exposição financeira do BBPLC no caso de uma eventual decisão contrária em qualquer uma das ações.

Investigações à LIBOR e a outros valores de referência

Os organismos reguladores e as agências de cumprimento da lei – incluindo determinadas autoridades na área da concorrência – de um conjunto de governos têm levado a cabo investigações sobre o envolvimento do BBPLC na manipulação de determinados valores de referência financeiros, tais como a LIBOR e a EURIBOR. O BBPLC, o BPLC e o BCI chegaram a acordos com a agência de cumprimento da lei ou regulador relevante em determinadas investigações, mas noutras, nomeadamente as investigações do SFO, e do gabinete do Ministério Público em Trani, Itália, permanecem pendentes.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Antecedentes

Em junho de 2012, o BBPLC anunciou que tinha chegado a acordos com a Autoridade de Serviços Financeiros (FSA, predecessora da FCA), a Commodity Futures Trading Commission nos EUA (CFTC) e a Secção de Fraude do DOJ (DOJ-FS) em relação às suas investigações sobre certas submissões de taxas de juro de referência; o BBPLC acordou pagar as penalizações no total de 290M£. O acordo com o DOJ-FS ocorreu mediante a celebração de um Acordo de Não-Acusação (NPA) que já venceu entretanto. Além disso, foi concedida tolerância ao BBPLC, por parte da Divisão Antimonopólio do DOJ (DOJ-AD) em relação às potenciais violações da lei antimonopólio no que diz respeito aos instrumentos financeiros que usam a EURIBOR como referência. O DOJ concedeu a tolerância final ao BBPLC em maio de 2016.

Acordos com os Procuradores-Gerais Estaduais dos EUA e a Comissão Suíça de Concorrência

No seguimento dos acordos anunciados em junho de 2012, vários Procuradores Gerais Estaduais (SAGs) começaram as suas próprias investigações sobre a LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Em agosto de 2016, o BBPLC, o BCI e 44 SAGs celebraram um acordo para a resolução das reclamações desses mesmos SAGs (e de outros SAGs que se juntaram ao acordo num prazo de 60 dias), relativamente às questões sujeitas a estas investigações. O Barclays comprometeu-se, entre outras coisas, a efetuar pagamentos no total de 100M$ aos SAGs ao abrigo do acordo.

Em dezembro de 2016, chegou-se a um acordo no montante de 29,8MCHF com a Comissão Suíça de Concorrência relativamente à investigação sobre a conduta relacionada com a EURIBOR.

Investigação do SFO

Em julho de 2012, o SFO anunciou ter decidido investigar a questão LIBOR, relativamente à qual o BBPLC recebeu e continua a responder a pedidos de informação. A investigação do SFO, incluindo a respeito do BBPLC, continua.

Para uma discussão sobre os litígios cíveis decorrentes destas investigações, ver "Ações cíveis relativas à LIBOR e a outros valores de referência".

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas à LIBOR e a outros valores de referência

No seguimento dos acordos relativos às investigações referidas atrás em "Investigações à LIBOR e a outros valores de referência", um conjunto de pessoas e empresas numa série de jurisdições ameaçaram apresentar ou apresentaram ações cíveis contra o Grupo relativas à LIBOR e/ou outros valores de referência. Embora vários destes casos tenham sido rejeitados e outros tenham sido resolvidos, pendentes de aprovação pelo tribunal (e no caso das ações coletivas, do direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação), outras ações ainda decorrem e o seu impacto final é incerto.

Antecedentes

Um conjunto de indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação à manipulação da LIBOR e/ou de outras taxas de referência.

Casos LIBOR USD no Tribunal MDL

A maioria dos casos LIBOR USD, que foram apresentados em várias jurisdições dos EUA, foram consolidados para efeitos de pré-julgamento perante um único juiz no SDNY (Tribunal MDL).

As reclamações são significativamente semelhantes e alegam, entre outras coisas, que o BBPLC e os outros bancos, de forma individual e coletiva, violaram as provisões da Lei Sherman Antimonopólio dos EUA (Lei Antimonopólio), da Lei de Transações de Mercadorias (LTM/CEA), da Lei contra as Organizações Corruptas e Influenciadas por Extorsionários (RICO), e de várias leis estaduais, devido a terem manipulado as taxas LIBOR USD.

As ações judiciais procuram indemnizações não especificadas, com exceção de cinco ações, em que os requerentes solicitam uma indemnização total combinada superior a 1,25mM$ a todos os arguidos, incluindo o BBPLC, acrescida de indemnizações punitivas. Algumas das ações também solicitam indemnização tripla ao abrigo da Lei Antimonopólio e da RICO.

As ações coletivas propostas são presumivelmente apresentadas em nome de (entre outros) queixosos que (i) participaram em transações do mercado de balcão (Classe OTC) indexadas à LIBOR USD; (ii) adquiriram instrumentos financeiros indexados à LIBOR USD num câmbio (Classe relacionada com Câmbios); (iii) adquiriram títulos de dívida indexados à LIBOR USD (Classe relacionada com Títulos de Dívida); (iv) adquiriram hipotecas de taxa variável indexadas à LIBOR USD (Classe de proprietários); ou (v) concederam empréstimos indexados à LIBOR USD (Classe de mutuantes).

Em agosto de 2012, o Tribunal MDL interrompeu todas as ações coletivas e individuais recém-apresentadas (Ações Interrompidas). Em março de 2013, agosto de 2013 e junho de 2014, o Tribunal MDL emitiu uma série de decisões que efetivamente encerraram a maioria das reclamações contra o BBPLC e outros arguidos do painel de bancos, em três das principais ações coletivas propostas (Ações coletivas principais) e três das principais ações individuais (Ações individuais principais).

Em julho de 2014, o Tribunal MDL permitiu que as Ações Interrompidas prosseguissem e vários requerentes submeterem reclamações emendadas. O Tribunal MDL rejeitou posteriormente várias reclamações das Ações Individuais Principais, bem como todas as reclamações da Classe de Proprietários e da Classe de Mutuantes. Em maio de 2016, o tribunal de recurso reverteu a decisão do Tribunal MDL de que os requerentes nas Ações Individuais Principais e nas Ações Coletivas Principais, incluindo a Classe de Títulos de Dívida, não teriam sofrido danos ao abrigo da Lei Antimonopólio, e reencaminhou as reclamações antimonopólio novamente para o Tribunal MDL reconsiderar estas reclamações e as questões relacionadas. Após a reconsideração, o Tribunal MDL rejeitou a maioria das reclamações antimonopólio contra arguidos estrangeiros, incluindo o BBPLC, por falta de jurisdição pessoal. Certos requerentes procuraram apresentar uma moção para que o Tribunal MDL reconsiderasse a sua decisão, e alguns arguidos, incluindo o BBPLC, procuraram apresentar uma moção para encerrar algumas das restantes reclamações antimonopólio.

Em dezembro de 2014, o Tribunal MDL concedeu aprovação preliminar para o acordo relativo às restantes queixas da Classe de Câmbios, no valor de 20M$. A aprovação final do acordo depende agora da apresentação, por parte dos requerentes, de um plano para a distribuição dos proveitos do acordo que seja aceitável para o Tribunal MDL e que está sujeito ao direito de cada parte interessada de se auto-excluir do acordo e submeter a sua própria reclamação.

Em novembro de 2015, as reclamações da Classe OTC foram resolvidas, com uma indemnização no valor de 120M$. O acordo foi pré-aprovado pelo Tribunal MDL em dezembro de 2016, mas continua sujeito ao direito de cada parte interessada de se auto-excluir do acordo e submeter a sua própria reclamação.

Em novembro de 2016, chegou-se a um acordo relativamente às reclamações da Classe de Títulos de Dívida. Uma vez que os requerentes ainda não procuraram a aprovação do tribunal no que diz respeito a estes acordos, o montante (que o Barclays não considera substancial para o Grupo) ainda não foi divulgado publicamente.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

O Caso EURIBOR no SDNY

Em fevereiro de 2013, foi submetida uma ação coletiva relacionada com a EURIBOR, contra o BPLC, o BBPLC, o BCI e outros bancos do painel EURIBOR no SDNY.Os requerentes apresentaram reclamações no âmbito da LTM, RICO e enriquecimento sem causa relacionadas com a manipulação da EURIBOR. Em outubro de 2015, a ação coletiva foi resolvida com um acordo de 94M$ sujeito à aprovação do tribunal. O acordo foi pré-aprovado pelo tribunal mas continua sujeito ao direito de cada parte interessada de se auto-excluir do acordo e submeter a sua própria reclamação.

Caso adicional LIBOR USD no SDNY

Foi iniciada uma ação individual adicional em fevereiro de 2013, junto do SDNY, contra o BBPLC e outros arguidos pertencentes ao painel de bancos. O requerente alegou que os arguidos pertencentes ao painel de bancos conspiraram para aumentar a LIBOR USD, o que causou a diminuição do valor das obrigações apresentadas como garantia de um empréstimo, resultando em última análise na venda das obrigações a um preço de mercado reduzido. Em abril de 2015, o tribunal rejeitou a ação. A moção do requerente para apresentar uma reclamação emendada está pendente.

Casos LIBOR GBP no SDNY

Em maio de 2015, foi iniciada uma putativa ação coletiva junto do SDNY, contra o BBPLC e outros bancos do painel LIBOR GBP, por um requerente envolvido em derivados cambiais e OTC que se encontravam indexados à LIBOR GBP. A reclamação alega, entre outras coisas, que o BBPLC e outros bancos do painel manipularam a taxa LIBOR GBP entre 2005 e 2010 e, ao fazê-lo, incorreram em violações da LTM, da Lei Antimonopólio, e da RICO. No início de 2016, esta ação coletiva foi consolidada com uma ação coletiva putativa adicional, com alegações semelhantes contra o BBPLC, o BCI e outros bancos do painel LIBOR GBP. Os arguidos submeteram uma moção para encerrar o caso.

Queixa apresentada no Tribunal de Primeira Instância dos EUA para o Distrito Central da Califórnia

Em julho de 2012, uma putativa ação coletiva no Tribunal Distrital para o Distrito Central da Califórnia foi emendada para incluir alegações relacionadas com a LIBOR USD, nomeando o BBPLC como arguido. A reclamação emendada foi apresentada em nome de um alegado coletivo que inclui detentores de hipotecas de taxa variável indexadas à LIBOR USD. Em janeiro de 2015, o tribunal aprovou a moção de julgamento sumário apresentada pelo BBPLC e rejeitou todas as reclamações adicionais contra o BBPLC. A decisão foi recorrida em dezembro de 2016.

Caso LIBOR JPY no SDNY

Foi iniciada uma ação coletiva putativa em abril de 2012 junto do SDNY, contra o BBPLC e outros bancos do painel LIBOR JPY por um requerente envolvido em derivados cambiais. A queixa também nomeia membros do painel da Taxa Euroyen do Mercado Interbancário de Tóquio (Euroyen TIBOR) da Associação de Banqueiros Japoneses, da qual o BBPLC não é membro. A reclamação alega, entre outras coisas, manipulação das taxas TIBOR Euroyen e LIBOR JPY e violações da LTM e da Lei Antimonopólio entre 2006 e 2010. Em março de 2014, o tribunal rejeitou integralmente as reclamações de violações da lei antimonopólio apresentadas pelo, mas considerou as violações da CEA apresentadas pelo requerente, que estão pendentes. O requerente emendou os documentos para prolongar o período da ação putativa, e os arguidos submeteram uma moção para rejeitar as reclamações durante o período adicional.

Em julho de 2015, foi apresentada uma segunda ação coletiva putativa relacionada com a LIBOR JPY, junto do SDNY, contra o BPLC, o BBPLC e o BCI. A reclamação alega violações da Lei Antimonopólio e da RICO entre 2006 e 2010, com base em alegações factuais que são substancialmente semelhantes às da ação coletiva de abril de 2012. Os arguidos submeteram uma moção para rejeição.

Caso SIBOR/SOR no SDNY

Foi iniciada uma ação coletiva em julho de 2016, junto do SDNY, contra o BPLC, o BBPLC, o BCI e outros arguidos, alegando manipulação das taxas SIBOR e da SOR. O requerente alega, entre outras coisas, a manipulação das taxas SIBOR e SOR e violações da Lei Antimonopólio e da RICO entre 2007 e 2011. Os arguidos submeterem moções para a rejeição.

Casos de Referências Fora dos EUA

Para além das ações nos EUA, foram iniciados ou ameaçados processos judiciais contra o Grupo relacionados com a alegada manipulação da LIBOR e da EURIBOR numa série de jurisdições. O número destes processos em jurisdições fora dos EUA, os valores de referência a que respeitam, e as jurisdições em que surgiram têm aumentado ao longo do tempo.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigações Cambiais

Várias autoridades reguladoras e de aplicação da lei têm investigado uma série de questões associadas às vendas e negociações cambiais, nomeadamente com a negociação eletrónica. Algumas destas investigações envolvem vários participantes no mercado em vários países. O Grupo chegou a acordo com o CFTC, o DOJ, o Departamento de Serviços Financeiros de Nova Iorque (NYDFS), o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal (Reserva Federal), e a FCA (conjuntamente, as Autoridades de Resolução de 2015) e o Conselho Administrativo de Defesa Económica do Brasil relativamente a algumas destas investigações, como se explica em maior detalhe seguidamente. A Comissão da Concorrência da África do Sul (SACC) inciou procedimentos junto do Tribunal Sul-Africano de Concorrência (Tribunal). As investigações da Comissão Europeia (Comissão) e do DOJ, entre outros, continuam pendentes.

Antecedentes

Em 2015, o Grupo chegou a acordos com as Autoridades de Resolução de 2015 relativamente a certas práticas nas vendas e transações no mercado cambial. No âmbito destes acordos, o Grupo comprometeu-se a pagar penalizações num total aproximado de 2,38mM e adotar certas ações de remediação.

Ao abrigo do acordo de confissão com o DOJ, além da coima criminal, o BPLC acordou um período de condicionalidade, durante o qual deve, entre outras coisas, (i) abster-se de cometer qualquer crime que viole as leis federais dos Estados Unidos, (ii) implementar e continuar a implementação de um programa de cumprimento concebido para evitar e detetar a conduta que originou o acordo de confissão e (iii) fortalecer os seus controlos internos e de cumprimento, do modo exigido pelas agências reguladoras e de aplicação da lei relevantes. Em janeiro de 2017, o Tribunal de Primeira Instância para o Connecticut, nos Estados Unidos, aceitou o acordo de confissão e, segundo o acordo, sentenciou o BPLC a pagar uma coima de 650M$, mais 60M$ por violar o NPA (cujos montantes estão incluídos nos 2,38mM$ mencionados anteriormente) e a um período de três anos de condicionalidade a partir da data da ordem de sentença. O Grupo também continua a providenciar informações relevantes a determinas Autoridades de Resolução de 2015.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

O texto completo do acordo de confissão com o DOJ, as ordens do CFTC, do NYFDS, e da Reserva Federal, e o Aviso Final emitido pela FCA relacionados com os acordos referidos acima estão disponíveis publicamente nos websites respetivos das Autoridades de Resolução de 2015.

Em dezembro de 2016, o Grupo chegou a um acordo com o Conselho Administrativo para a Defesa Económica no Brasil, relativamente à sua investigação de certas condutas nas transações cambiais. O Grupo acordou uma penalização de aproximadamente 4,9M£ incluída no acordo de resolução.

A investigação da FCA quanto às práticas de fixação de preços do Barclays Bank PLC no passado, associadas a determinadas transações cambiais foi descontinuada em dezembro de 2016. O Barclays Bank PLC deu início a um programa de compensação de clientes e mantém a FCA informada sobre o seu progresso.

O DOJ está também a investigar a conduta relacionada com determinadas atividades transacionais associadas a transações em 2011 e 2012. O Barclays fornece informação ao DOJ e outras autoridades relevantes que estejam a avaliar esta conduta.

Em fevereiro de 2017, a SACC levou o Barclays Bank PLC, o BCI e o Absa Bank Limited, subsidiária do BAGL, entre outros bancos, a Tribunal para serem acusados de violações da lei anti-monopólio da África do Sul relativa a transações cambiais do Rand sul-africano. Com base na sua investigação, a SACC chegou à conclusão que, pelo menos desde 2007, os bancos tinham adotado comportamentos colusivos. O Barclays foi o primeiro a chamar a atenção da SACC para a conduta, ao abrigo do seu programa de tolerância, e tem cooperado – e continuará a cooperar – com a SACC relativamente a esta questão. A SACC não tenciona solicitar ao Tribunal a imposição de qualquer multa ao Barclays Bank PLC, ao BCI ou ao Absa Bank Limited.

Para uma discussão sobre os litígios cíveis decorrentes destas investigações, ver "Ações cíveis relativas à negociação cambial".

Montantes reclamados / Impacto financeiro

A provisão para o programa de remediação de clientes relacionado com o histórico de práticas de fixação de preços do Barclays Bank PLC associado a certas transações cambiais referidas acima é de 264M£ à data de 31 de dezembro de 2016 (ver a Nota 27 *Provisões*). Além dos acordos mencionados acima, não é atualmente possível fornecer uma estimativa do potencial impacto financeiro adicional das ações descritas sobre o Grupo, ou que efeito poderão ter nos resultados operacionais, fluxos de caixa ou posições financeiras do Grupo em qualquer dado período.

Ações cíveis relativas a Câmbio

Antecedentes

Vários indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação ao câmbio, ou podem fazê-lo no futuro. Alguns destes casos foram encerrados ou resolvidos, sujeitos à aprovação do tribunal relevante (e no caso das ações coletivas, ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação).

Ação Cambial Consolidada

A partir de novembro de 2013, foram submetidas várias ações cíveis no SDNY em nome dos conjuntos propostos de requerentes, alegando a manipulação dos mercados cambiais, ao abrigo da Lei Antimonopólio e da lei do Estado de Nova Iorque, e nomeando vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o Barclays Bank PLC. Em fevereiro de 2014, o SDNY agregou todas as ações pendentes na altura, alegando um conjunto de pessoas norte-americanas, numa única ação consolidada (Ação Cambial Consolidada). EM setembro de 2015, o Barclays Bank PLC e o BCI chegaram a um acordo para a resolução da Ação Cambial Consolidada, no valor de 384M£. O acordo em si está sujeito à aprovação do tribunal e ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação.

Ação Cambial da ERISA

Desde fevereiro de 2015, foram submetidas outras ações cíveis no SDNY, em nome dos conjuntos propostos de requerentes, procurando alegar diferentes teorias jurídicas de danos (que não a da Ação Cambial Consolidada) relacionadas com a alegada manipulação das taxas de câmbio, e nomeando vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e o BCI. Uma das ações consolidadas apresenta reclamações ao abrigo do estatuto da Lei de Segurança do Rendimento de Aposentação dos Empregados (ERISA) nos EUA (Reclamações ERISA) e inclui alegações de conduta idênticas às alegações de outros casos, bem como alegações adicionais relativas aos planos da ERISA. O tribunal determinou que as alegações ao abrigo da ERISA relativas à manipulação colusiva das taxas de câmbio foram cobertas no acordo de resolução da Ação Cambial Consolidada, porém não determinou se as alegações caracterizadas pelos requerentes ERISA como manipulação não-colusiva das taxas de câmbio também estão cobertas pelo acordo. Em setembro de 2016, o Tribunal rejeitou todas as Reclamações ERISA (com base tanto na conduta colusiva como não-colusiva) contra o Barclays e todos os outros arguidos como matéria de direito. Os requerentes ERISA recorreram desta decisão.

Ação do Negócio Retalhista

Foi apresentada outra ação ao Distrito Setentrional da Califórnia (e posteriormente transferida para o SDNY) contra vários bancos internacionais, incluindo o Barclays PLC e o BCI, em nome de um conjunto putativo de indivíduos que trocavam moeda estrangeira no âmbito do negócio de retalho de sucursais bancárias (Reclamações do Negócio Retalhista). O Tribunal determinou que as Reclamações do Negócio Retalhista não estavam cobertas pelo acordo da Ação Cambial Consolidada. O Barclays apresentou uma moção para rejeitar as Reclamações do Negócio Retalhista como matéria de direito.

Ações Last Look

Adicionalmente, em novembro de 2015 e dezembro de 2015, foram apresentadas duas ações cíveis ao SDNY, em nome de conjuntos propostos de requerentes e alegando danos baseados na alegada rejeição indevida de ordens de negociação de clientes geridas pelo sistema Last Look do Barclays. Em fevereiro de 2016, o BBPLC e o BCI chegaram a um acordo coletivo com os requerentes de uma das ações (a outra ação foi removida voluntariamente). O montante do acordo proposto é de 50M$. Os membros do conjunto têm o direito de auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação.

Ação Cambial dos ETFs

Em setembro de 2016, foi submetida outra ação ao SDNY, ao abrigo da lei federal e dos Estados de Nova Iorque e Califórnia, em nome dos conjuntos propostos de acionistas dos Fundos de Investimento Cotados em Bolsa (ETFs), bem como outros que supostamente investiram indiretamente nos instrumentos cambiais. O Barclays irá apresentar uma moção para rejeitar a ação como matéria de direito ou, em alternativa, determiná-las como cobertas pelo acordo de resolução da Ação Cambial Consolidada.

Ação Cambial Canadiana

Ações semelhantes à Ação Cambial Consolidada foram submetidas nos tribunais canadianos em nome dos conjuntos propostos de requerentes, contendo alegações factuais semelhantes de manipulação das taxas de câmbio, tal como nas ações americanas, e de danos resultantes dessa manipulação em violação da lei canadiana.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, o impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou o efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período, são atualmente incertos.

Ações cíveis relativas ao ISDAFIX

Desde setembro de 2014, foi apresentado ao SDNY um conjunto de ações cíveis relacionadas com o ISDAFIX em nome de um conjunto de requerentes, alegando que o BBPLC, juntamente com um conjunto de outros bancos e um corretor violaram a Lei Antimonopólio e várias leis estaduais por participarem numa conspiração para manipular o ISDAFIX USD. Estas ações, que foram consolidadas em fevereiro de 2015, surgiram associadas às investigações de determinadas autoridades e agências regulamentares relativamente ao historial das práticas no âmbito do ISDAFIX.

Em abril de 2016, o Barclays Bank PLC e o BCI chegaram a um acordo com os requerentes para a resolução da ação consolidada, no valor de 30M$, remediando na totalidade todas as reclamações relacionadas com o ISDAFIX que haviam sido ou poderiam ser submetidas pelo conjunto. Em maio de 2016, o tribunal pré-aprovou o acordo, que permanece sujeito à aprovação final e ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação sobre metais preciosos

O BBPLC tem fornecido informação ao DOJ e a outras autoridades no âmbito de investigações sobre metais preciosos e instrumentos financeiros baseados em metais preciosos.

Para uma discussão sobre os litígios cíveis decorrentes destas investigações, ver "Ações cíveis relativas à negociação de Padrão-Ouro".

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas ao Preço do Ouro

Desde março de 2014, têm sido submetidas a Tribunais Federais dos EUA várias ações cíveis, cada uma em nome de um conjunto de requerentes, alegando que o BBPLC e outros membros da The London Gold Market Fixing Ltd. manipularam os preços do ouro e de contratos relativos a derivados de ouro, em violação da CEA, da Lei Antimonopólio, e de leis estaduais antimonopólio e de proteção ao consumidor. Todas as queixas foram transferidas para o SDNY e consolidadas para aguardar julgamento.

Foi apresentada nos tribunais canadianos uma ação cível semelhante, em nome de um conjunto de requerentes, com alegações factuais semelhantes de manipulação de preços do ouro em violação da Lei canadiana.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Atividades relacionadas com Hipoteca Comercial e Contencioso, Residencial e Comercial, dos EUA

As atividades do Grupo no setor de hipotecas residenciais dos EUA durante o período entre 2005 e 2008 incluíram:

- patrocínio e subscrição de aproximadamente 39mM$ em titularizações de marca própria;
- exposição económica à subscrição de aproximadamente 34mM$ para outras titularizações de marca própria;
- vendas de aproximadamente 0,2mM$ em empréstimos a empresas patrocinadas pelo governo (GSEs);
- vendas de aproximadamente 3mM$ em empréstimos a outros; e
- vendas de aproximadamente 19,4mM$ em empréstimos (líquidos de aproximadamente 500M$ de empréstimos vendidos durante este período e posteriormente readquiridos) que foram originados e vendidos a terceiros por originadoras de hipotecas afiliadas de uma entidade adquirida pelo Grupo em 2007 (Subsidiária Adquirida).

Durante este período, as afiliadas do Grupo participaram em operações no mercado secundário de títulos hipotecários residenciais dos EUA (RMBS) e de títulos hipotecários comerciais dos EUA (CMBS), e essa atividade operacional continua até hoje.

Relativamente às suas vendas de empréstimos e a determinadas titularizações de marca própria, a 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha um saldo aproximado de pedidos de recompra pendentes relacionados com empréstimos de 2,2mM$ no momento da sua venda, e foram iniciadas ações cíveis por várias partes, alegando que o Grupo deveria recomprar um número substancial dos referidos empréstimos.

Adicionalmente, o Grupo é parte envolvida numa série de processos iniciados por compradores de RMBS, afirmando pretensões estatutárias e/ou de direito comum. O atual montante nominal em dívida de RMBS relacionado com estas reclamações pendentes contra o Grupo, a 31 de dezembro de 2016, era aproximadamente de 0,1mM$.

Autoridades regulamentares e governamentais, incluindo entre outras o DOJ, a SEC, o Inspetor-Geral Extraordinário para o Programa de Apoio a Ativos Depreciados dos EUA (SIGTARP), o Ministério Público do Distrito do Connecticut e o Ministério Público dos EUA para o Distrito Oriental de Nova Iorque (EDNY) iniciaram investigações exaustivas sobre práticas de mercado envolvendo títulos hipotecários, e o Grupo está a colaborar com várias das referidas investigações. Em dezembro de 2016, o DOJ submeteu uma reclamação cível contra o Barclays no Tribunal Distrital para o EDNY, com diversas alegações, incluindo fraude postal e fraude eletrónica, relacionadas com os títulos hipotecários vendidos entre 2005 e 2007. A reclamação exige, entre outras compensações, penalizações monetários não especificadas. O Barclays está a defender-se desta reclamação.

Pedidos de Recompra de RMBS

Antecedentes

O Grupo foi o participante exclusivo em várias representações e garantias (R&G) a nível de empréstimos relativamente a:

- aproximadamente 5mM$ em titularizações patrocinadas pelo Grupo;
- aproximadamente 0,2mM$ em vendas de empréstimos a GSEs; e
- aproximadamente 3mM$ em empréstimos vendidos a outras partes.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação
Adicionalmente, a Subsidiária Adquirida forneceu R&G em todos os empréstimos que vendeu a terceiros. no valor de 19,4mM$.

As R&G relativas às restantes titularizações patrocinadas pelo Grupo foram primariamente fornecidas por terceiros diretamente a fundos de titularização com uma subsidiária do Grupo, tal como o depositante para a titularização, fornecendo R&G mais limitadas. Não existem provisões definidas para o vencimento aplicáveis à maior parte das R&G fornecidas pelo Grupo, pela Subsidiária Adquirida ou pelos terceiros referidos.

Sob certas circunstâncias, o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida podem ser obrigados a recomprar os empréstimos relacionados ou fazer outros pagamentos relativos a tais empréstimos se as R&G forem violadas.

Os pedidos de recompra pendentes recebidos até 31 de dezembro de 2016 inclusive, associados a todas as R&G fornecidas pelo Grupo ou pela Subsidiária Adquirida, de empréstimos vendidos a GSEs e outros, bem como de atividades de marca própria, ascendiam originalmente a um saldo de capital em dívida de aproximadamente 2,2mM$ no momento da venda.

Os pedidos de recompra pendentes acima referidos estão relacionados com ações cíveis iniciadas pelos administradores de determinadas titularizações RMBS, nas quais os administradores alegam que o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida devem recomprar os empréstimos que violaram as R&G operacionais. Estes administradores e outras partes que apresentaram pedidos de recompra também alegaram que as R&G operacionais foram violadas num montante maior (mas não especificado) de empréstimos do que o montante anteriormente referido nos pedidos de recompra específicos apresentados por tais administradores.
As perdas cumulativas relatadas a 31 de dezembro de 2016 em empréstimos cobertos pelas R&G efetuadas pelo Grupo ou pela Subsidiária Adquirida são de aproximadamente 1,3mM$. Todos os litígios relativos a pedidos de recompra estão ainda em fases iniciais.

Adicionalmente, a Subsidiária Adquirida está sujeita a uma ação cível que exige, entre outras coisas, uma indemnização por perdas alegadamente sofridas por um comprador de empréstimos, resultantes de uma alegada violação de R&G fornecidas pela Subsidiária Adquirida e relacionadas com vendas de empréstimos ao comprador no período entre 1997 e 2007. Este processo judicial ainda decorre.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Reclamações relativas a Títulos RMBS
Antecedentes
Como consequência de algumas das atividades de RMBS acima descritas, o Grupo está envolvido numa série de processos judiciais iniciados por compradores de RMBS patrocinados e/ou subscritos pelo Grupo entre 2005 e 2008. De forma geral, estes processos alegam, entre outras coisas, que os documentos de oferta de RMBS nos quais os compradores confiaram, continham declarações substancialmente falsas e enganadoras e/ou omissões, e pedem, de uma forma geral, rescisões e recuperação dos montantes pagos pelos RMBS e recuperação das perdas monetárias decorrentes da sua posse. O Grupo resolveu várias destas reclamações, e atualmente apenas uma ação permanece pendente.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Aproximadamente 0,1mM$ do valor nominal dos RMBS relacionados com a ação que permanece pendente estava em dívida a 31 de dezembro de 2016. Virtualmente, não existiam perdas cumulativas realizadas a relatar para estes RMBS a 31 de dezembro de 2016. O Grupo antecipa que, se perder a ação pendente, as perdas não serão substanciais.

Ações relacionadas com hipotecas
Várias autoridades governamentais têm investigado vários aspetos dos negócios relacionados com hipotecas. O Grupo respondeu a pedidos do DOJ relacionados com o Grupo de Trabalho de RMBS da Equipa de Intervenção de Combate à Fraude Financeira (Grupo de Trabalho RMBS), formada para investigar condutas indevidas anteriores à crise financeira e relacionadas com hipotecas. No âmbito de várias investigações por parte de membros do Grupo de Trabalho RBMS, várias instituições financeiras já celebraram acordos que envolveram pagamentos pecuniários substanciais para a resolução de reclamações relacionadas com a subscrição, titularização e venda de títulos imobiliários suportados por hipotecas. Em dezembro de 2016, o DOJ submeteu uma reclamação cível contra o Barclays no Tribunal Distrital do EDNY, nos EUA, com diversas alegações, incluindo fraude postal e fraude eletrónica, relacionadas com títulos suportados por hipotecas vendidos entre 2005 e 2007. A reclamação exige, entre outras compensações, penalizações monetárias não especificadas. O Barclays está a defender-se desta reclamação.

O Grupo recebeu também pedidos de informação e intimações da SEC, do Procurador-Geral do Distrito de Connecticut e do SIGTARP, relacionados com as práticas transacionais no mercado secundário tanto dos RMBS como dos CMBS. A investigação conduzida pela SEC está numa fase avançada.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período, mas o custo de resolução destas ações poderá ser substancial, de forma individual ou agregada.

Ações de Depósito Americano
O BPLC, o BBPLC e vários ex-membros do Conselho de Administração do BPLC foram constituídos arguidos uma ação coletiva consolidada no SDNY, relativa a títulos, alegando declarações incorretas e omissões nos documentos de oferta para determinadas Ações de Depósito Americanas emitidas pelo BBPLC em abril de 2008, com um montante nominal original de aproximadamente 2,5mM$ (a Oferta de abril de 2008).

Antecedentes
Os queixosos invocaram reivindicações ao abrigo da Lei dos Valores Mobiliários de 1933, alegando que os documentos de oferta para a Oferta de abril de 2008 continham declarações incorretas e omissões relativas (entre outras coisas) à carteira de títulos hipotecários (incluindo créditos hipotecários de alto risco dos EUA) do Barclays, à exposição do BBPLC ao risco do mercado hipotecário e do mercado de crédito, e à situação financeira do BBPLC. Os queixosos não alegaram especificamente o montante dos seus danos. Em junho de 2016, o SDNY certificou a ação como ação coletiva. O Barclays requereu um julgamento sumário.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

BDC Finance L.L.C.

O BDC Finance L.L.C. (BDC) apresentou uma queixa contra o BBPLC no Supremo Tribunal de Nova Iorque, alegando uma violação de contrato relativamente a uma carteira de *swaps* de retorno total geridos por um Acordo Geral ISDA (coletivamente, o Acordo). Outras partes relacionadas com o BDC também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut quanto à conduta do BBPLC no âmbito do Acordo.

Antecedentes

Em outubro de 2008, o BDC apresentou uma queixa no Supremo Tribunal de Nova Iorque, alegando que o BBPLC violara o Acordo ao não transferir aproximadamente 40M$ para um alegado reforço de garantias, em resposta ao pedido (o Pedido) apresentado em outubro de 2008 pelo BDC.

O BDC afirma que, ao abrigo do Acordo, o BBPLC não tinha direito a contestar o Pedido antes de transferir o alegado reforço de garantias, e que mesmo que o Acordo conferisse ao BBPLC o direito a contestar o Pedido antes de efetuar a transferência, o BBPLC não contestou o Pedido. O BDC exige indemnizações no total de 298M$, acrescido de honorários de advogados, despesas, e juros pré-julgamento. Os processos encontram-se atualmente pendentes e está agendado para 2017 um julgamento por questões de responsabilidade.

Em setembro de 2011, o consultor de investimentos do BDC, o BDCM Fund Adviser, L.L.C. e a sua empresa-mãe, Black Diamond Capital Holdings, L.L.C. também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut por danos não especificados alegadamente resultantes da conduta do BBPLC relativa ao Acordo, invocando a violação da Lei sobre Práticas Comerciais Desleais do Connecticut e interferência danosa em relações comerciais atuais e potenciais. As partes concordaram em suspender o caso.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

O BDC apresentou reclamações junto do Grupo que totalizam 298M$, acrescidos de honorários de advogados, despesas, e juros pré-julgamento. Este montante não reflete obrigatoriamente a potencial exposição financeira do Grupo no caso de uma eventual decisão contrária.

Ações cíveis a respeito da Lei Anti-Terrorismo dos EUA

Em abril de 2015, foi apresentada uma queixa cível emendada ao Tribunal Federal dos EUA no EDNY, por um grupo contendo aproximadamente 250 queixosos, alegando que o BBPLC e uma série de outros bancos se envolveram numa conspiração e violaram a Lei Antiterrorismo (ATA) dos EUA, ao facilitarem transações denominadas em dólares americanos ao Governo do Irão e a vários bancos Iranianos, que por sua vez financiaram ataques do Hezbollah que feriram ou mataram familiares dos queixosos. Os queixosos procuram ser ressarcidos pela dor, sofrimento, e angústia psicológica decorrentes das provisões da ATA, a qual permite a triplicação de quaisquer danos comprovados, bem como honorários de advogados. Os queixosos apresentaram uma segunda reclamação emendada em julho de 2016, que, entre outras coisas, acrescentou vários queixosos, aumentando o número para aproximadamente 350. Em novembro de 2016, os arguidos submeteram uma moção para o encerramento.

Em novembro de 2016, foi submetida uma reclamação cível no Tribunal Federal americano no Distrito do Sul de Illinois, por um grupo de aproximadamente 90 requerentes, alegando reivindicações contra o BBPLC e outros bancos, ao abrigo da Lei Antiterrorismo. As alegações contra o BBPLC são substancialmente semelhantes às da segunda emenda da reclamação da ação submetida ao Tribunal Federal americano do EDNY. Os requerentes submeteram uma reclamação emendada em janeiro de 2017, que, entre outras coisas, acrescentou vários requerentes, elevando o número total para aproximadamente 200.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ação cível nos EUA a respeito de *swaps* de taxas de juro

O BPLC, o BBPLC e o BCI, juntamente com outras instituições financeiras que atuam como criadores de mercado para *swaps* de taxas de juro (IRS), a Tradeweb e a ICA foram apontados como arguidos em várias ações coletivas consolidadas antimonopólio no SDNY. As reclamações alegam que os arguidos conspiraram para prevenir o desenvolvimento de transações para *swaps* de taxas de juro e exigem o pagamento de danos não especificados, danos triplicados e custas judiciais. Os requerentes incluem certas instalações de execução de *swaps*, bem como investidores do lado do comprador. Estes últimos representam um conjunto que transacionou IRSs de taxa fixa por variável com os arguidos nos EUA, desde 1 de janeiro de 2008 até ao presente, incluindo, por exemplo, fundos de pensões americanos, fundos universitários, municípios, empresas, companhias seguradoras e fundos de investimento. Os arguidos submeteram uma moção para encerrar o processo.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que tenham sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis a respeito de leilões de títulos do tesouro

Foram apresentadas várias queixas de ações coletivas putativas a Tribunais Federais dos EUA contra o BCI e outras instituições financeiras que serviram de negociadores principais em títulos do Tesouro dos EUA. As queixas foram consolidadas no Tribunal Federal em Nova Iorque. As queixas alegam geralmente que os arguidos conspiraram para manipular o mercado de títulos do tesouro dos EUA, em violação de leis federais antimonopólio dos EUA, da CEA e da lei estadual comum. Algumas queixas também alegam que os arguidos se dedicaram a *spoofing* (forjamento de dados) ilegal no mercado de títulos do Tesouro dos EUA.

Certas autoridades governamentais investigaram atividades relacionadas com a transação de títulos governamentais em vários mercados. O Barclays tem fornecido informação a várias autoridades continuamente.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação ao Negócio de Consultoria de Gestão Patrimonial e de Investimentos nas Américas

A SEC está a investigar determinadas práticas no antigo negócio de consultoria de investimento Wealth Americas, relacionadas com certas falhas nas devidas diligências, práticas de comissões e faturação e renúncias a comissões de fundos mútuos, bem como nas respetivas divulgações. O Barclays tem cooperado com a investigação, que está numa fase avançada.

29 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação sobre produtos de retalho estruturados
O Grupo encontra-se a cooperar com uma investigação policial iniciada pela FCA, no âmbito de produtos de depósito estruturados fornecidos a clientes do Reino Unido desde novembro de 2009 até ao presente.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação sobre presumível branqueamento de capitais relacionado com transações cambiais na operação Sul-africana
O Absa Bank Limited, afiliado do Barclays Africa Group Limited, identificou atividades potencialmente fraudulentas em determinados clientes, que usavam adiantamentos destinados a importações em 2014 e 2015 para efetuarem transferências cambiais da África do Sul para contas de destino localizadas na Ásia Oriental, Reino Unido, Europa e EUA. Como consequência, o Grupo encontra-se a conduzir uma análise da atividade, processos, sistemas, e controlos relevantes. O Grupo mantém as agências e reguladores relevantes informados quanto à evolução desta questão e fornece informação a estas autoridades no âmbito da sua cooperação contínua.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação da Autoridade Portuguesa para a Concorrência
A Autoridade Portuguesa para a Concorrência está a investigar se a lei da concorrência foi violada pela troca de informações sobre produtos creditícios de retalho por 15 bancos em Portugal, incluindo o Grupo, durante um período de 11 anos, com particular incidência sobre as hipotecas, o crédito ao consumo, e o crédito a pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se a cooperar com a investigação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da ação descrita ou do efeito que esta poderá ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou a posição financeira do Grupo num período determinado.

Investigações e Ações cíveis antimonopólio sobre Credit Default Swaps (CDS)
A Comissão e o DOJ-AD iniciaram investigações no mercado de CDS em 2011 e 2009, respetivamente. Em dezembro de 2015, a Comissão anunciou a sua decisão de encerrar as suas investigações sobre o BBPLC e outros 12 bancos. Em julho de 2016, a Comissão anunciou a sua decisão de aceitar os compromissos vinculativos em relação ao licenciamento de dados para a negociação em bolsa de CDS de cada uma das restantes entidades sujeitas à investigação, a ISDA e a Markit Ltd., e de encerrar a investigação. O DOJ-AD também encerrou a sua investigação.

Chegou-se a um acordo quanto a uma ação cível relacionada no SDNY, com reclamações semelhantes contra o BBPLC, outras instituições financeiras, a Markit Ltd. E a ISDA. O valor total do acordo foi de 1 864mM$ (incluindo um pagamento de 170M$ por parte do BBPLC). O acordo recebeu a aprovação final em abril de 2016 sujeito ao direito de cada parte interessada a auto-excluir-se do acordo e procurar submeter a sua própria reclamação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro
Para além do acordo referido acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Geral
O Grupo está envolvido em várias outras questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares, tanto no RU e nos EUA como em várias outras jurisdições estrangeiras. Está sujeito a procedimentos legais por e contra o Grupo que decorram pontualmente do normal decurso da sua atividade, incluindo (sem caráter limitativo) litígios relativos a contratos, títulos, cobrança de dívidas, crédito ao consumo, fraude, fideicomissos, ativos de clientes, concorrência, proteção de dados, branqueamento de capitais, crime financeiro, emprego, ambiente, e outras questões estatutárias e do direito comum.

O Grupo também está sujeito a consultas e análises, pedidos de informação, auditorias, investigações, e procedimentos legais e de outra natureza por parte de órgãos reguladores, governamentais, e outros de natureza pública, nomeadamente (sem caráter limitativo) relativos a medidas de proteção ao consumidor, cumprimento de legislação e de regulamentos, atividade de negociação grossista, e outras áreas do negócio bancário e atividades de negócio em que o Grupo está ou esteve envolvido. O Grupo mantém contínua e adequadamente informadas todas as agências relevantes, relativamente a estas questões e a outras descritas nesta nota.

Presentemente, o Grupo não espera que a decisão final relativa a qualquer uma destas outras questões tenha um efeito adverso relevante sobre a sua posição financeira. Contudo, dadas as incertezas envolvidas nestas questões e nas questões especificamente descritas nesta nota, não pode haver garantia de que o resultado de uma questão ou questões específicas não seja relevante para os resultados operacionais ou para os fluxos de caixa do Grupo para um período específico, dependendo, entre outras coisas, do montante da perda resultante da(s) questão(ões) e do montante da receita que de outra forma seria divulgada no período de referência.

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

As notas incluídas nesta secção abordam os capitais de empréstimo e os capitais próprios do Grupo, nomeadamente o capital social emitido, os lucros acumulados, outros saldos de capital e participações de acionistas minoritários nas nossas entidades subsidiárias (participações não controladoras). Para mais informação sobre a gestão do capital e o modo como o Grupo mantém capital suficiente para cumprir os nossos requisitos regulamentares, consultar as páginas 200 a 206.

30 Passivos subordinados

Contabilização de dívida subordinada
Os passivos subordinados são calculados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo nos termos da IAS 39.

Os passivos subordinados incluem juros acumulados e incluem capital de empréstimo com ou sem prazo como se segue:

	2016 M£	2015 M£
Passivos subordinados	**4 495**	5 248
perpétuos Passivos	**18 888**	16 219
Total dos passivos subordinados	**23 383**	21 467

Nenhum dos capitais de empréstimo do Grupo se encontra garantido.

Passivos subordinados perpétuos

	Data inicial da resgate	Passivos subordinados por folha de balanço 2016 M£	2015 M£
Emitido pelo Barclays Bank PLC			
Obrigações de Nível 1 (TONs)			
Obrigações Perpétuas Resgatáveis de Nível 1 a 6%	2032	**17**	16
Obrigações Perpétuas Mobilizáveis de Nível 1 a 6,86% (179M$)	2032	**232**	626
Instrumentos de Capital de Reserva (RCIs)			
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,926%	2016	**–**	113
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 7,434% (117M$)	2017	**100**	85
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 6,3688%	2019	**37**	38
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 14%	2019	**3 124**	3 062
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,3304%	2036	**54**	51
Obrigações Perpétuas			
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,375%	2017	**140**	143
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 7,7% (99M$)	2018	**84**	69
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 8,25%	2018	**148**	149
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 7,125%	2020	**193**	195
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,125%	2027	**45**	245
Obrigações Perpétuas de Taxa Variável (Junior) (38M$)	Qualquer data de pagamento de juros	**31**	74
Obrigações Perpétuas de Capital Primário de Taxa Variável 3ª Série	Qualquer data de pagamento de juros	**21**	145
Títulos			
Títulos Perpétuos Subordinados a 9,25% (ex-Woolwich PLC)	2021	**91**	91
Títulos Permanentes de Capital com Direito a Juros de 9%	Em qualquer momento	**47**	45
Empréstimos			
Empréstimo Subordinado Perpétuo em Duas Divisas Inverso a 5,03% (8 000M¥)	2028	**54**	42
Empréstimo Subordinado Perpétuo em Duas Divisas Inverso a 5% (12 000 M¥)	2028	**77**	59
Total de passivos subordinados perpétuos		**4 495**	**5 248**

Capital de empréstimo perpétuo
O capital de empréstimo perpétuo é emitido pelo Banco e pelas suas subsidiárias para o desenvolvimento e expansão do seu negócio e para fortalecer os seus fundos próprios. As condições principais do capital de empréstimo perpétuo são descritas abaixo:

Subordinação
Todo o capital de empréstimo perpétuo é classificado por contrapartida dos créditos, junto do banco, dos depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia e de detentores de capital de empréstimo com prazo na seguinte ordem: Obrigações Perpétuas de Taxa Variável Junior; outras emissões de Obrigações Perpétuas, Títulos e Empréstimos classificadas *pari passu* entre si; seguidas por TONs e RCIs classificados *pari passu* entre si.

Juro
Todo o capital de empréstimo perpétuo tem uma taxa de juros fixa até à data inicial da resgate, à exceção dos Títulos a 9%, fixada durante o prazo, e as Obrigações Perpétuas Subordinadas e da 3ª Série que têm taxas variáveis.

Após a data de resgate inicial, e no caso de não serem resgatadas, as Obrigações Perpétuas a 6,375%, 7,125% e 6,125%, e os Títulos a 9,25% acarretam juros a taxas fixadas periódica e antecipadamente por períodos de cinco anos, com base nas taxas de mercado. Todo o restante capital de empréstimo excetuando as duas Obrigações Perpétuas de taxa variável acarretará juros, e as duas Obrigações Perpétuas de taxa variável acarretam atualmente juros, a taxas fixadas periódica e antecipadamente com base nas taxas do mercado interbancário de Londres.

30 Passivos subordinados continuação

Pagamento de juros

O Banco não é obrigado a pagar juros sobre as suas Obrigações Perpétuas, Títulos, e Empréstimos, excluindo as Obrigações Perpétuas a 7,7%, as Obrigações Perpétuas a 8,25%, e os Títulos a 9,25% se, nos seis meses antecedentes, não tiverem sido declarados ou pagos dividendos a qualquer classe de ações do Barclays PLC ou, em certos casos, em qualquer classe de ações preferenciais do Banco. O Banco não é obrigado a pagar juros sobre os seus Títulos Subordinados Perpétuos a 9,25% se, no período de juros dos 12 meses imediatamente antecedentes, não tiverem sido pagos dividendos em qualquer classe do seu capital social. Os juros que não forem pagos desta forma, tornam-se pagáveis em cada caso se tais dividendos forem pagos posteriormente ou em outras circunstâncias determinadas. Durante o ano, o Banco declarou e pagou dividendos das suas ações ordinárias e de todas as classes de ações preferenciais.

Não poderá efetuar-se qualquer pagamento de capital ou de juros, a não ser que que o Banco satisfaça um teste de solvência especificado.

O Banco poderá escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre as Obrigações Perpétuas a 7,7% e sobre as Obrigações Perpétuas a 8,25%. Até que qualquer juro diferido tenha sido pago na totalidade, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, das suas ações ordinárias, ações preferenciais, ou outro capital social; ou cumprir quaisquer pagamentos de juros ou de cupões sobre determinadas obrigações júnior.

O Banco pode optar por diferir qualquer pagamento de juros relativo aos RCIs. Qualquer pagamento diferido de juros deve ser efetuado na data que surgir primeiro entre: (i) a data de resgate das RCIs, (ii) a data de pagamento do cupão, coincidindo com a data ou situando-se o mais próximo possível do décimo aniversário da data de diferimento de tal pagamento, e (iii) no que concerne apenas aos RCIs a 14%, a substituição. Embora esse diferimento seja permanente, nem o Banco nem o Barclays PLC podem declarar ou pagar um dividendo, salvo algumas excepções, sobre qualquer das suas acções ordinárias ou acções preferenciais.

O Banco pode escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre os TONs, se determinar que fica, ou que tal pagamento teria como consequência ficar, numa situação de incumprimento dos requisitos e políticas da PRA relativos a adequação de capital. Qualquer pagamento de juros diferidos dessa forma só será pago no resgate dos TONs. Até que o Banco volte a fazer um pagamento de juros sobre os TONs, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão (i) declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, sobre as suas respetivas ações ordinárias ou Ações Preferenciais, ou fazer pagamentos de juros relativos aos Instrumentos de Capital de Reserva do Banco e (ii) aplicam-se ainda determinadas restrições ao resgate, compra, ou redução do respetivo capital social e outros títulos específicos.

Reembolso

Todo o capital de empréstimo perpétuo é reembolsável, por opção do Banco e geralmente na totalidade, na data da resgate inicial e em qualquer data subsequente de pagamento de cupão ou de pagamento de juros, ou, no caso das Obrigações Perpétuas a 6,375%, 7,125% e 6,125% e dos Títulos a 9,25%, em qualquer quinto aniversário após a data de resagte inicial. Adicionalmente, cada emissão do capital de empréstimo perpétuo é reembolsável, por opção do Banco, na totalidade, no caso de determinadas alterações no tratamento fiscal das obrigações, em qualquer altura ou numa data de pagamento de juros. Não existem situações de incumprimento excetuando o não pagamento de capital ou de juro obrigatório. Quaisquer reembolsos requerem a aprovação prévia da PRA.

Outros

Todos os passivos subordinados sem prazo são não convertíveis.

30 Passivos subordinados continuação

Passivos subordinados com prazo

	Data inicial da resgate	Data de vencimento	Passivos subordinados por folha de balanço 2016 M£	2015 M£
Emitido pelo Barclays Bank PLC				
Obrigações Subordinadas Resgatáveis à Taxa Fixa de 2,625% (1 250M€)	2020	2025	**1 084**	918
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 4,375% (1 250M$)		2024	**1 054**	883
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 5,20% (2 050M$)		2026	**1 590**	–
Emitido pelo Barclays Bank PLC				
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6,05% (1 556M$)		2017	**1 316**	1 124
Obrigações Subordinadas de Taxa Variável (40M€)		2018	**34**	29
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6% (1 750M€)		2018	**1 590**	1 377
Obrigações Subordinadas Indexadas a CMS (100M€)		2018	**90**	77
Obrigações Subordinadas Indexadas a CMS (135M€)		2018	**120**	103
Obrigações Subordinadas Resgatáveis a Taxa Fixa/Variável	2018	2023	**548**	555
Obrigações de Capital Contingente a 7,75% (1 000M$)	2018	2023	**822**	679
Obrigações Subordinadas de Taxa Variável (50M€)		2019	**42**	36
Obrigações da Nível 2 a 5,14% (1 094M$)		2020	**956**	808
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6% (1 500M€)		2021	**1 444**	1 252
9,5% Títulos Subordinados (ex-Woolwich PLC)		2021	**286**	293
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (100M€)		2021	**85**	73
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 10%		2021	**2 345**	2 317
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 10,179% (1 521M$)		2021	**1 285**	1 083
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (50M€)		2022	**43**	37
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6,625% (1 000M€)		2022	**1 042**	891
Obrigações de Capital Contingente a 7,625% (3 000M$)		2022	**2 390**	1 984
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (50M€)		2023	**43**	37
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 5,75%		2026	**384**	802
Empréstimo Subordinado em Duas Divisas Inverso a 5,4% (15 000M¥)		2027	**103**	80
Obrigações Subordinadas a 6,33%		2032	**64**	60
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (68M€)		2040	**58**	74
Emitidos pelo Absa Bank Limited[a]				
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 10,28% (600M ZAR)	2017	2022	**–**	26
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (400M ZAR)	2017	2022	**–**	18
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (1 805M ZAR)	2017	2022	**–**	79
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (2 007M ZAR)	2018	2023	**–**	88
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 8,295% (1 188M ZAR)	2018	2023	**–**	42
Obrigações Resgatáveis Subordinadas Indexadas a CPI a 5,50% (1 500M ZAR)	2023	2028	**–**	86
Emitidas pelo Barclays Africa Group Limited[a]				
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (370M ZAR)	2019	2024	**–**	16
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 10,835% (130M ZAR)	2019	2024	**–**	6
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (1693 M ZAR)	2020	2025	**–**	74
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 10,05% (807M ZAR)	2020	2025	**–**	36
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 11,4% (288M ZAR)	2020	2025	**–**	13
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 11,365% (508M ZAR)	2020	2025	**–**	23
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (437M ZAR)	2020	2025	**–**	19
Obrigações Resgatáveis Subordinadas a 11,81% (737M ZAR)	2022	2027	**–**	33
Obrigações Resgatáveis Subordinadas (30M ZAR)	2022	2027	**–**	1
Outro capital emitido pelo Barclays Africa[a]		2019	**–**	3
Capital emitido por outras subsidiárias		2017-2019	**70**	84
Total de passivos subordinados com prazo			**18 888**	16 219

Capital de empréstimo com prazo

O capital de empréstimo com prazo é emitido pela Empresa, pelo Banco e pelas suas subsidiárias, para o desenvolvimento e expansão dos seus negócios e para fortalecer os seus fundos próprios respetivos. As condições principais do capital de empréstimo com prazo são descritas abaixo:

Subordinação

O capital de empréstimo com prazo emitido pela Empresa é classificado por contrapartida dos créditos, junto da Empresa, de credores não subordinados e sem garantia, mas antes dos créditos dos detentores do seu capital.

Todo o capital de empréstimo com prazo emitido pelo Banco, é classificado atrás das reivindicações contra o Banco de depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia, mas à frente das reivindicações de capital de empréstimo com prazo e dos detentores do seu capital. O capital de empréstimo com prazo emitido pelas subsidiárias é subordinado de modo similar.

Notas

[a] Os instrumentos que integram o grupo BAGL foram reclassificados como Passivos incluídos nos grupos de alienação classificados como detidos para venda.

30 Passivos subordinados continuação

Juro

Os juros das Obrigações de Taxa Variável são fixados periodicamente com antecedência, com base nas taxas interbancárias ou dos bancos centrais locais.

O juro sobre as Obrigações de Capital Contingente a 7,75% e das Obrigações Subordinadas de Taxa Fixa Resgatáveis a 2,625% é fixado até à data de resgate. Depois da data de resgate, no caso de não haver resgate, a taxa de juro será redefinida e fixada até ao vencimento com base numa taxa de mercado.

Reembolso

As Obrigações com uma data de resgate são reembolsáveis por opção do emissor, verificadas as condições que gerem as respetivas obrigações de dívida, algumas pelo todo ou em parte, e outras apenas pelo todo. O capital de empréstimo com prazo remanescente pendente a 31 de dezembro de 2016 só é reembolsável no vencimento, sujeito, em determinados casos, a provisões que permitam um resgate antecipado no caso de determinadas alterações na lei fiscal ou de determinadas alterações legislativas ou regulamentares.

Quaisquer reembolsos anteriores à maturidade requerem, no caso da Empresa ou do Banco, a aprovação prévia da PRA, ou no caso de emissões no estrangeiro, a aprovação do regulador local para essa jurisdição e da PRA em determinadas circunstâncias.

Não existem quaisquer facilidades contratuais na data do balanço que permitam o refinanciamento da dívida após a data de vencimento.

Outros

As Obrigações de Capital Contingente a 7,625% serão automaticamente transferidas dos investidores para o Barclays PLC (ou para outra entidade no Grupo) a custo nulo no caso do rácio CET 1 CRD IV consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%.

As Obrigações de Capital Contingente a 7,75% serão automaticamente amortizadas e os investidores perderão todo o seu investimento nas obrigações no caso do rácio CET1 CRD IV consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%.

31 Ações ordinárias, prémios de emissão e outro capital

Capital social solicitado, distribuído e totalmente pago

	Número de ações m	Ações ordinárias M£	Prémio de emissão M£	Capital social total e prémio de emissão M£	Outros instrumentos de capital próprio M£
A 1 de janeiro de 2016	**16 805**	**4 201**	**17 385**	**21 586**	**5 305**
Emitidos para o pessoal ao abrigo de planos de incentivo por ações	**116**	**30**	**158**	**188**	**–**
Emissões relativas ao Programa de Dividendos em Ações	**42**	**10**	**58**	**68**	**–**
Emissão de títulos AT1	**–**	**–**	**–**	**–**	**1 132**
Outros movimentos	**–**	**–**	**–**	**–**	**12**
A 31 de dezembro de 2016	**16 963**	**4 241**	**17 601**	**21 842**	**6 449**
A 1 de janeiro de 2015	16 498	4 125	16 684	20 809	4 322
Emitidos para o pessoal ao abrigo de planos de incentivo por ações	253	63	577	640	–
Emissões relativas ao Programa de Dividendos em Ações	54	13	124	137	–
Emissão de títulos AT1	–	–	–	–	995
Outros movimentos	–	–	–	–	(12)
A 31 de dezembro de 2015	16 805	4 201	17 385	21 586	5 305

Capital social resgatado

O capital social resgatado é composto por 16 963M (2015: 16 805M) de ações ordinárias de 25p cada. O aumento deveu-se à emissão de 116M (2015: 253M) de ações ao abrigo dos planos de ações para funcionários, além das 42M (2015: 54M) emitidas ao abrigo do Programa de Dividendos em Ações do Barclays PLC.

Recompra de ações

Na RGA de 2016, em abril de 2016, o Barclays PLC foi autorizado a comprar um agregado máximo de 1 681M das suas ações ordinárias de 25p. A autorização está em vigor até à RGA de 2017 ou até ao encerramento dos negócios a 30 de junho de 2017, conforme a que surgir primeiro. Não foram efetuadas recompras de ações em 2016 ou 2015.

Outros instrumentos de capital próprio

Os outros instrumentos de capital próprio, no valor de 6 449M£ (2015: 5 305M£) incluem os títulos AT1 emitidos pelo Barclays PLC. Em 2016, houve uma emissão de Títulos Convertíveis Contingentes Subordinados Perpétuos a Taxa Fixa, com um montante de capital de 1,1mM£. Em 2015 houve uma emissão de Títulos Convertíveis Contingentes Subordinados Perpétuos a Taxa Fixa, com um montante de capital de 1,0mM£.

Os títulos AT1 são títulos perpétuos sem vencimento fixo e são estruturados para se qualificarem como instrumentos AT1 ao abrigo do

CRD IV. Os termos principais dos títulos AT1 estão descritos abaixo:

- Os títulos AT1 estão classificados atrás das reivindicações contra o Barclays PLC (i) de credores não subordinados; (ii) expressas como estando subordinadas a reivindicações dos credores do Barclays PLC, mas não mais do que isso ou de forma diferente; ou (iii) que são, ou estão expressas como sendo, de classificação inferior às reivindicações de outros credores do Barclays PLC, quer sejam subordinadas ou não, exceto reivindicações classificadas, ou expressas como estando classificadas, *pari passu* com as reivindicações dos detentores dos títulos AT1, ou abaixo das mesmas.
- Os títulos AT1 acarretam uma taxa de juro fixa até à data inicial de solicitação. Após esta data, caso não sejam resgatados, os títulos AT1 acarretam juros a taxas fixadas periodicamente com antecedência para períodos de 5 anos, com base nas taxas do mercado.
- Os juros dos títulos AT1 serão devidos e pagáveis apenas à discrição do Barclays PLC, e o Barclays PLC tem o poder de decisão único e absoluto, a todo o momento e por qualquer motivo, para cancelar (em parte ou na totalidade) qualquer pagamento de juros que seria de outro modo pago em qualquer data de pagamento de juros.

31 Ações ordinárias, prémios de emissão e outro capital próprio continuação

- Os títulos AT1 não têm prazo e são reembolsáveis, ao critério do Barclays PLC, na totalidade à data inicial de solicitação, ou no quinto aniversário após essa mesma data. Além disso, os títulos AT1 são reembolsáveis, ao critério do Barclays PLC, na totalidade em caso de certas alterações no tratamento fiscal ou regulamentar dos títulos. Quaisquer reembolsos requerem o consentimento prévio da PRA.

Todos os títulos AT1 serão convertidos em ações ordinárias do Barclays PLC, a um preço pré-definido, no caso de o rácio CET1 carregado na totalidade do Grupo Barclays cair abaixo dos 7,0%.

32 Reservas

Reserva de conversão de moeda

A reserva de conversão de moeda representa os ganhos e perdas cumulativos associados à reconversão do investimento líquido do Grupo em operações no estrangeiro, líquidos dos efeitos de cobertura.

A 31 de dezembro de 2016, existia um saldo credor de 3 051M£ (2015: débito de 623M£) na reserva de conversão de moeda. O aumento no saldo credor de 3 674M£ (2015: débito de 41M£) refletiu sobretudo o fortalecimento das principais moedas face à GBP. Os movimentos na reserva de conversão de moeda associados a participações não controladoras foram de 801M£ de crédito (2015: débito de 435M£), refletindo o fortalecimento do ZAR face à GBP.

Durante o ano, foi reconhecida na demonstração de resultados uma perda líquida de 101M£ (2015: perda líquida de 65M£) decorrente da reciclagem da reserva de conversão de moeda.

Reserva disponível para venda

A reserva disponível para venda representa a alteração não realizada no justo valor dos investimentos disponíveis para venda desde o reconhecimento inicial.

A 31 de dezembro de 2016, existia um saldo devedor de 74M£ (2015: crédito de 317M£) na reserva disponível para venda. O decréscimo de 391M£ (2015:
decréscimo de 245M£) deveu-se a um ganho de 2 192M£ vindo de alterações ao justo valor em Títulos de Dívida Pública, que eram predominantemente detidos no fundo de liquidez, e foi mais do que contrabalançado pelas perdas de 1 677M£ de coberturas relacionadas e 912M£ de ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos, sobretudo devido ao ganho de 615M£ na alienação da participação do Barclays na Visa Europe Limited. Foi reconhecido um encargo fiscal de 28M£ no período relacionado com estes itens.

Reserva de cobertura do fluxo de caixa

A reserva de cobertura do fluxo de caixa representa os ganhos e prejuízos cumulativos dos instrumentos de cobertura de fluxo de caixa efetivos, que irão ser reciclados na demonstração financeira quando as transações cobertas afetarem os ganhos ou perdas.

A 31 de dezembro de 2016 existia um saldo credor de 2 105M£ (2015: crédito de 1 261M£) na reserva de cobertura do fluxo de caixa. O decréscimo de 844M£ (2015: decréscimo de 556M£) refletiu principalmente um decréscimo de 1 595M no justo valor dos *swaps* de taxa de juro detidos para efeitos de cobertura à medida que as curvas futuras das taxas de juro diminuíram, parcialmente compensado pelos ganhos de 450M£ reciclados na demonstração de resultados, em linha com os momentos em que o item coberto afeta os lucros ou as perdas, e um encargo fiscal de 326M£. O encargo fiscal sobre os movimentos de reserva de cobertura do fluxo de caixa representaram uma taxa de imposto efetiva de 27,9% (2015: 10,6%). Este valor reflete a introdução da nova sobretaxa de 8%, que se aplica aos lucros dos bancos no RU, em vigor desde janeiro de 2016, além da taxa de juro corporativo padrão no RU, de 20%.

Outras reservas e ações próprias

A 31 de dezembro de 2016, existia um saldo credor de 969M£ (2015: crédito de 943M£) nas outras reservas e ações próprias.

Um saldo credor de 1 011M£ (2015: crédito de 1 011M£) relacionado com o preço de recompra excedente pago acima do preço nominal das ações ordinárias e preferenciais resgatadas, emitidas pelo Grupo.

As ações próprias estão relacionados com as ações do Barclays PLC detidas que dizem respeito aos vários planos de ações. Estes planos são descritos na Nota 34 *Pagamentos à base de ações*.

As ações próprias são deduzidas no capital próprio noutras reservas. É efetuada uma transferência para os rendimentos retidos, em linha com a atribuição das ações próprias detidas para fins de pagamentos à base de ações.

A 31 de dezembro de 2016, existia um saldo devedor de 42M£ (2015: débito de 68M£) nas outras reservas relacionadas com ações próprias. Este decréscimo refletiu sobretudo os 166M£ (2015: 618M£) transferidos das ações próprias, que por sua vez refletem a atribuição de pagamento diferidos à base de ações, parcialmente compensado pelos 140M£ (2015: 602M£) em compras líquidas de ações próprias detidas para fins de planos de ações para funcionários.

33 Participações não controladoras

	Lucro atribuível a participações não controladoras		Capital próprio atribuível a participações não controladoras		Dividendos pagos a participações não controladoras	
	2016 M£	2015 M£	**2016 M£**	2015 M£	**2016 M£**	2015 M£
Emitido pelo Barclays Bank PLC:						
– Ações preferenciais	**340**	343	**2 698**	3 654	**340**	343
– Instrumentos do topo do Nível 2	**3**	2	**272**	486	**–**	–
Barclays Africa Group Limited	**402**	324	**3 507**	1 902	**235**	209
Outras participações não controladoras	**3**	3	**15**	12	**–**	–
Total	**748**	672	**6 492**	6 054	**575**	552

As subsidiárias do Grupo que originam participações minoritárias significativas são o Barclays Bank PLC e o Barclays Africa Group Limited.

Barclays Bank PLC

O Barclays PLC detém 100% dos direitos de voto do Barclays Bank PLC. A 31 de dezembro de 2016, o Barclays Bank PLC tem ações preferenciais e instrumentos do topo do Nível 2 em circulação que somam 11% (2015: 11%) do seu capital próprio. Os dividendos e resgates das ações preferenciais ficam tipicamente ao critério do Barclays Bank PLC. O pagamento dos cupões e capital dos instrumentos do topo do Nível 2 ficam tipicamente ao critério do Barclays Bank PLC, exceto os pagamentos de cupões que se tornam obrigatórios quando o Barclays PLC tiver declarado ou pago um dividendo de ações ordinárias no período dos seis meses anteriores. Tipicamente, os detentores de ações preferenciais e instrumentos do topo do Nível 2 apenas têm direito ao resgate em caso de insolvência.

33 Participações não controladoras continuação

Instrumento	2016 M£	2015 M£
Ações Preferenciais:		
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 6,00%	**203**	203
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 6,278%	**318**	318
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 4,75%	**211**	211
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 6,625%	**–**	406
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 7,1%	**657**	657
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 7,75%	**–**	550
Ações preferenciais resgatáveis não cumulativas a 8,125%	**1 309**	1 309
Total das Ações Preferenciais do Barclays Bank PLC	**2 698**	3 654
Barclays Africa Group Limited	**277**	201
Total	**2 975**	3 855
Instrumentos do topo do Nível 2:		
Obrigações Perpétuas do Capital Primário de Taxa Variável Série 1	**93**	222
Obrigações Perpétuas do Capital Primário de Taxa Variável Série 2	**179**	264
Total dos Instrumentos do topo do Nível 2	**272**	486

Direitos de proteção de participações não controladoras

Barclays Africa Group Limited

O Barclays PLC detém 50,2% (50,1% incluindo ações próprias) do capital social do Barclays Africa Group Limited. Os direitos de acesso do Barclays PLC aos ativos do Barclays Africa e das empresas do seu grupo são restringidos pela Lei das Sociedades Comerciais da África do Sul, que requer uma aprovação por 75% dos acionistas para alienar a totalidade ou a maior parte dos ativos do Barclays Africa Group Limited ou para completar a liquidação voluntária da entidade.

Barclays Bank PLC

O Barclays Bank PLC tem também em circulação ações preferenciais que representam participações não controladoras para o Grupo. Segundo os termos destes instrumentos, o Barclays PLC não pode pagar dividendos de ações ordinárias até que o dividendo seguinte destes instrumentos seja pago ou até que os instrumentos sejam resgatados ou comprados pelo Barclays Bank PLC. Não existem restrições à autorização do Barclays para remeter capital à Empresa-Mãe, resultante destes instrumentos emitidos.

Benefícios dos colaboradores

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho dos colaboradores contratados pelo Barclays.

34 Pagamentos à base de ações

Contabilização de pagamentos à base de ações

O Grupo aplica a IFRS 2 *Pagamentos à Base de Ações* para obter o valor contabilístico das remunerações dos colaboradores na forma de acções.

Os incentivos a empregados incluem prémios na forma de ações e opções sobre ações, bem como a disponibilização, aos empregados, da oportunidade de adquirirem ações em condições favoráveis. O custo dos serviços recebidos dos empregados relativamente às ações ou opções de ações concedidas é reconhecido na demonstração de resultados durante o período em que os empregados prestam os serviços, que é normalmente o período que decorre entre a data da concessão ou notificação do prémio e a data de vencimento
das ações ou opções. O custo global do prémio é calculado usando o número de ações e opções de vencimento previsto e o justo valor das ações ou opções à data da concessão.

O número de ações e opções de vencimento expetável considera a probabilidade de que o desempenho e as condições de serviço incluídos nos termos dos prémios serão cumpridos. A incapacidade de cumprir a condição de não-vencimento é tratada como uma anulação, resultando numa aceleração do reconhecimento do custo dos serviços do empregado.

O justo valor das ações é o preço de mercado vigente à data de concessão, ajustado em alguns casos para refletir restrições na capacidade de transmissibilidade. O justo valor das opções concedidas é determinado usando modelos de fixação de preços de opções para estimar os números de ações com vencimento provável. Estes consideram o preço de exercício da opção, o preço atual da ação, a taxa de juro sem risco, a volatilidade esperada do preço da ação durante o período de vida da opção e outros fatores relevantes. As condições de mercado que devem ser cumpridas para que o prémio vença são também refletidas no justo valor do prémio, tal como outras condições não associadas ao vencimento - como continuar a destinar pagamentos

O encargo anual resultante dos planos de pagamento com base em ações foi o seguinte:

	Encargo anual		
	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Plano de valor de acções	**473**	442	575
Outros	**192**	86	82
Capital próprio total liquidado	**665**	528	657
Numerário liquidado	**1**	4	5
Total de pagamentos baseados em ações	**666**	532	662

As condições dos principais planos atuais são as seguintes:

Plano de Valorização de Ações (SVP)

O SVP foi introduzido em março de 2010 e aprovado pelos acionistas (para participação do Diretor Executivo e utilização de novas ações emitidas) na RGA em abril de 2011. Os prémios SVP são concedidos aos participantes na forma de um direito condicional a receber ações do Barclays PLC ou direitos provisórios sobre ações do Barclays PLC que vencem ou são consideradas para libertação durante um período de três anos em tranches anuais iguais. Os participantes não pagam para receber um prémio ou uma emissão de ações. O cedente também pode fazer aos participantes um pagamento equivalente a dividendos na emissão de um prémio SVP. Os prémios SVP também são atribuídos a determinados empregados para efeitos de recrutamento. Todos os prémios estão sujeitos a caducidade potencial no caso de alguns cenários de saída. Consultar também a Nota 8 para mais detalhes sobre as ações concedidas ao abrigo do SVP.

Outros planos

Além do SVP, o Grupo opera um conjunto de outros planos, incluindo planos que são operados e liquidados por ações de empreendimentos auxiliares, nenhum dos quais são individualmente ou coletivamente relevantes relativamente ao encargo anual ou ao efeito diluidor de opções de ações em circulação. Estão incluídos nos outros planos o Sharesave (no Reino Unido e no estrangeiro), o Plano de Incentivos de Longo Prazo do Barclays, e o Plano de Atribuição de Ações a Executivos.

Planos de opções e atribuições de ações

A média ponderada do justo valor por prémio concedido e a média ponderada do preço das ações à data do exercício/libertação de ações durante o ano foi:

	Média ponderada do justo valor por prémio concedido durante o ano		Média ponderada do preço de exercício das ações libertadas durante o ano	
	2016 £	2015 £	**2016 £**	2015 £
SVP[a]	**1,66**	2,54	**1,66**	2,53
Outros[a]	**0,61-1,67**	0,49-2,54	**1,65-1,88**	2,37-2,67

O SVP consiste em prémios a custo zero em que as condições de desempenho são substancialmente verificadas à data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prémios baseia-se no valor de mercado a essa data.

Notas
a. Opções/prémios concedidos sobre as ações do Barclays PLC.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

34 Pagamentos à base de ações continuação

Movimentos em opções e prémios

O movimento no número de opções e prémios para os planos principais e o preço médio ponderado do exercício das opções foi:

	SVP[a,b]		Outros[a,c]			
	Número (000s)		Número (000s)		Média ponderada do preço de ex.(£)	
	2016	2015	**2016**	2015	**2016**	2015
Por saldar no início do ano/data de aquisição	**386 470**	480 042	**166 975**	185 599	**1,75**	1,61
Concedido no ano	**229 371**	186 397	**154 069**	55 982	**1,20**	2,27
Exercido/transferido no ano	**(191 623)**	(252 031)	**(60 912)**	(50 538)	**1,39**	1,41
Menos: recusado no ano	**(18 202)**	(27 938)	**(47 342)**	(20 811)	**1,95**	1,76
Menos: expirado no ano	**–**	–	**(7 661)**	(3 257)	**1,83**	2,39
Por liquidar no fim do ano	**406 016**	386 470	**205 129**	166 975	**1,38**	1,75
Dos quais exercíveis:		30	**24 435**	26 058	**1,78**	1,48

Alguns dos planos de opções sobre ações do Grupo permitem a certos Diretores e empregados subscreverem novas ações ordinárias do Barclays PLC. Para a contabilização das ações próprias, consultar a Nota 32 *Reservas*.

A média ponderada da vida contratual remanescente e o número de opções e prémios por liquidar (incluindo os exercíveis) à data do balanço são os seguintes:

	2016		2015	
	Média ponderada da vida contratual remanescente em anos	**Número de opções/prémios pendentes (milhares)**	Média ponderada da vida contratual remanescente em anos	Número de opções/prémios pendentes (milhares)
SVP a,b	**1**	**406 016**	1	386 470
Outros[a]	**0-3**	**205 129**	0-2	166 975

Não ocorreram modificações significativas aos acordos de pagamentos à base de ações em 2016 e em 2015.

A 31 de dezembro de 2016, a responsabilidade total decorrente de transacções de pagamento à base de acções e liquidadas em dinheiro foi nula (2015: 13M£).

Detenções de acções do Barclays PLC

Vários fundos de benefícios para empregados estabelecidos pelo Grupo detêm ações do Barclays PLC para cumprir obrigações relacionadas com os planos de pagamentos baseados em ações do Barclays. O número total de ações do Barclays detidas nestes fundos de benefícios de empregados a 31 de dezembro de 2016 era de 6,6 milhões (2015: 5,1 milhões).
Os direitos a dividendos foram anulados para todas estas ações. O valor total de mercado das ações detidas nos fundos, com base no preço ao fim do ano de 2,23£ (2015: 2,19£), era de 14,7M£ (2015: 11,2M£).

35 Pensões e benefícios de aposentação

Contabilização de pensões e benefícios de aposentação

O Grupo opera uma série de planos de pensões e de benefícios pós-emprego.

Planos de contribuições definidas – o Grupo reconhece as contribuições devidas e relativas ao período contabilístico na demonstração de resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data do balanço são incluídas no passivo.

*Planos de benefícios definido*s – o Grupo reconhece as suas obrigações perante os membros de cada plano no fim do período, deduzidas do justo valor dos ativos do plano após aplicar o teste do limite máximo aos ativos. Não se espera que as clarificações contidas nas emendas propostas à IFRIC 14, sobre quando uma entidade tem um direito incondicional de beneficiar de um excedente do plano, tenham um impacto material sobre o Grupo. O Conselho de Fiduciários não tem o direito material de aumentar os benefícios no UKRF, nem de liquidar o plano, exceto em caso de dissolução do Banco ou de término das contribuições do Banco.

As obrigações de cada plano são calculadas usando o método da unidade de crédito prevista. Os ativos do plano são considerados ao justo valor no fim do período.

As alterações a passivos ou ativos de planos de pensões ('reavaliações') que não surjam do custo normal de pensões, juros sobre passivos ou ativos de benefícios líquidos definidos, custos de serviços passados, liquidações ou contribuições para o plano, são reconhecidas nos outros rendimentos integrais.
As reavaliações incluem ajustes de experiência (diferenças entre pressupostos atuariais anteriores e o realmente ocorrido), os efeitos das alterações nos pressupostos atuariais, o rendimento dos ativos do plano (excluindo os montantes incluídos no juro dos ativos) e quaisquer mudanças no efeito da restrição do limite máximo para os ativos (excluindo os montantes incluídos no juro sobre a restrição).

Benefícios pós-emprego – o custo com o fornecimento de benefícios de cuidados de saúde a empregados aposentados é adicionado como passivo nas demonstrações de resultados durante o período em que os empregados prestaram serviços ao Grupo, usando uma metodologia semelhante à usada para os planos de pensões de benefícios definidos.

Notas
a. Opções/prémios concedidos sobre as ações do Barclays PLC.
b. Prémio a custo zero e, portanto, o preço médio ponderado de exercício foi zero.
c O numero de prémios na categoria Outros no fim do ano deve-se sobretudo ao Sharesave (o número de prémios exercíveis no fim do ano era de 10 584 072). A média ponderada do preço de exercício diz respeito ao Sharesave.

Planos de pensões

Fundo de Pensões do Reino Unido (UKRF)

O UKRF é o principal plano do Grupo, representando 96% das obrigações totais de benefícios de aposentação do Grupo. O UKRF foi fechado a novos entrantes a 1 de outubro de 2012, e inclui dez secções, sendo as mais significativas:

– Afterwork, que inclui um elemento de benefício contributivo definido por um saldo em numerário, e um elemento contributivo voluntário. O elemento do saldo em numerário acumula todos os anos e é revalorizado até à Idade Normal de Reforma, de acordo com o aumento do Índice de Preços de Retalho (RPI) (até um máximo de 5% ao ano). Ao critério do Barclays, também pode ser adicionado um incremento decorrente de investimento no valor de 2% ao ano. Entre 1 de outubro de 2003 e 1 de outubro de 2012 a maioria dos novos empregados fora do negócio da banca de investimento dentro do Barclays International foram elegíveis para adesão a esta secção. Os custos das aposentações por questões de saúde e os benefícios por morte em serviço para os membros do Afterwork são suportados pelo UKRF. Os principais riscos suportados pelo Barclays e relativos ao Afterwork são limitados, apesar de contribuições adicionais serem necessárias se o retorno do investimento pré-aposentação não for suficiente para fornecer os benefícios.

– O plano de Pensões de 1964: a maior parte dos empregados recrutados antes de julho de 1997 acumulou benefícios neste plano não-contributivo de benefícios definidos relativamente ao serviço até 31 de março de 2010. As pensões foram calculadas por referência ao serviço e ao salário pensionável. A partir de 1 de abril de 2010, os membros tornaram-se elegíveis para acumular benefícios futuros de serviço, quer no Afterwork ou no Plano de Investimento de Pensões (PIP), uma secção contributiva definida historicamente que se encontra atualmente fechada a contribuições futuras. Os riscos que o Barclays corre relativamente à secção de pensões de 1964 são típicos dos planos de pensões de último salário: principalmente, que os retornos do investimento não correspondam às expetativas, que a inflação exceda as expetativas, e que os aposentados vivam mais do que o esperado.

Plano de Poupanças e Pensões Barclays (BPSP/Barclays Pension Savings Plan)

– A partir de 1 de outubro de 2012 foi estabelecido um novo plano de pensões no Reino Unido, o BPSP, para cumprimento da legislação de Inscrição Automática. O BPSP é um plano de contribuições definidas (Pensão Pessoal do Grupo) que distribui benefícios a todas as novas contratações do Barclays do Reino Unido a partir de 1 de outubro de 2012, aos empregados do negócio da banca de investimento dentro do Barclays International que se encontravam abrangidos pelo PIP a 1 de outubro de 2012, e também a todos os empregados no Reino Unido que à data não eram membros de um plano de pensões. Sendo um plano de contribuições definidas, o BPSP não está sujeito aos mesmos riscos de retorno de investimento, inflação ou esperança de vida enfrentados pelos planos de benefícios definidos. Os benefícios dos membros refletem as contribuições pagas e o nível do retorno sobre o investimento alcançado.

Para além do UKRF e do BPSP, o Barclays opera globalmente uma série de planos menores de pensões, de benefícios de longo prazo a empregados, e de cuidados de saúde pós-aposentação, sendo os maiores destes os planos de benefícios definidos dos EUA. Muitos dos planos são financiados, com ativos subjacentes às obrigações detidas em veículos legais distintos, tais como fundos. Outros operam numa base não financiada. A abordagem ao financiamento depende dos benefícios e a base jurídica dos planos reflete os ambientes locais.

Governação

O UKRF opera de acordo com a lei fiduciária e é gerido e administrado em nome dos seus membros, de acordo com os termos do Contrato Fiduciário e das Regras do Fundo e com toda a legislação relevante. O Administrador Corporativo é a Barclays Pension Funds Trustees Limited, uma sociedade anónima que é também uma subsidiária totalmente detida pelo Barclays Bank PLC. O Administrador é o proprietário legal dos ativos do UKRF, que são detidos separadamente dos ativos do Grupo.

O Conselho Fiduciário é composto por seis diretores administrativos selecionados pelo Barclays, dos quais três são Diretores independentes sem nenhuma relação com o Barclays ou o UKRF, mais três Diretores nomeados entre os membros selecionados a partir do pessoal ativo e membros elegíveis reformados que se candidataram ao cargo.

O BPSP é um acordo de Pensões Pessoais do Grupo que opera um conjunto de planos pessoais de pensões. Cada plano pessoal de pensão é um contrato direto entre o empregado e o fornecedor BPSP (Legal & General Assurance Society Limited), e é regulamentado pela FCA.

Princípios semelhantes de governação de pensões aplicam-se aos outros planos de pensões do Grupo, dependendo da legislação local.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

35 Pensões e benefícios de aposentação continuação

Quantias reconhecidas

As tabelas seguintes incluem os montantes reconhecidos na demonstração de resultados e uma análise das obrigações de benefícios e ativos incluídos nos planos para todos os planos de benefícios definidos do Grupo. A posição líquida é reconciliada com os ativos e passivos reconhecidos no balanço. As tabelas incluem os benefícios pós-aposentação financiados e não financiados.

Encargos na demonstração financeira[a]

	2016 M£	2015 M£	2014 M£
Custo do serviço corrente	**243**	255	279
Custo financeiro líquido	**(32)**	41	69
Custos passados de serviço	**–**	(432)	(1)
Outros movimentos	**2**	1	(15)
Total	**213**	(135)	332

Os custos do serviço passado incluem ganhos nulos (2015: 429M£; 2014: zero) na valorização de um componente das responsabilidades por benefícios de aposentação definidos.

Reconciliação da folha de balanço[a]

	2016		2015	
	Total M£	Dos quais relacionados com o UKRF M£	Total M£	Do quais relacionados com o UKRF M£
Obrigação de benefício no início do ano	**(28 279)**	**(26 027)**	(30 392)	(27 931)
Custo do serviço corrente	**(243)**	**(220)**	(303)	(234)
Despesas de juros dos passivos do plano	**(1 016)**	**(980)**	(1 147)	(1 010)
Custos passados de serviço	**–**	**–**	434	429
(Perdas)/ganhos de reavaliação - financeiras	**(7 214)**	**(7 170)**	1 161	1 121
Ganhos/(perdas) de reavaliação - demográficas	**413**	**390**	(159)	(160)
Ganhos de reavaliação - experiência	**525**	**490**	609	611
Contribuições do colaborador	**(4)**	**(1)**	(36)	(2)
Benefícios pagos	**1 852**	**1 800**	1 172	1 021
Câmbios e outros movimentos	**933**	**(129)**	382	128
Obrigação de benefício no fim do ano	**(33 033)**	**(31 847)**	(28 279)	(26 027)
Justo valor dos ativos do plano no início do ano	**28 752**	**26 829**	28 874	26 827
Juros credores sobre ativos do plano	**1 048**	**1 023**	1 105	979
Contribuição do empregador	**720**	**634**	689	586
Reavaliação - retorno em ativos do esquema maior/(menor) do que a taxa de desconto	**5 009**	**5 002**	(476)	(446)
Contribuições do colaborador	**4**	**1**	36	2
Benefícios pagos	**(1 852)**	**(1 800)**	(1 172)	(1 021)
Câmbios e outros movimentos	**(1 024)**	**131**	(304)	(98)
Justo valor dos ativos do plano no final do ano	**32 657**	**31 820**	28 752	26 829
(Déficit)/superávit líquido	**(376)**	**(27)**	473	802
Excedentes irrecuperáveis (efeito do limite de ativos)	**–**	**–**	(60)	
(Passivos)/ativos reconhecidos líquidos	**(376)**	**(27)**	413	802
Ativos de benefícios de aposentação	**14**	**–**	836	802
Passivos de pensão de aposentação	**(390)**	**(27)**	(423)	–
(Passivos)/ativos líquidos de benefícios de aposentação	**(376)**	**(27)**	413	802

Incluído nas obrigações de benefício do Grupo estavam 979M£ (2015: 2 050M£) relativos a pensões no estrangeiro e 207M£ (2015: 202M£) relativos a outros benefícios pós-laborais.

A 31 de dezembro de 2016, o esquema de ativos UKRF estava deficitário face às obrigações da IAS 19 em 27M£ (2015: superávit de 802M£). O movimento para o UKRF é sobretudo devido a um aumento na taxa de desconto para 2,62% (2015: 3,82%), e um aumento na taxa de inflação para 3,35% (2015: 3,05%), parcialmente compensado pelo défice das contribuições, previsões da mortalidade atualizadas baseadas no plano de experiência, e retornos mais elevados do que o esperado sobre os ativos do plano. Os benefícios UKRF pagos de 1 800M£ (2015: 1 021M£), incluíram transferências do fundo e reembolso de contribuições em cerca de 1 029M£ (2015: 270M£).

Quando os ativos de esquemas excedem as suas obrigações, um ativo é reconhecido desde que não exceda o valor presente de futuras contribuições de férias ou devoluções de contribuições (o limite máximo de ativos). No caso do UKRF, o limite máximo de ativos não se aplica, uma vez que em certas circunstâncias, tais como a insolvência, o Barclays espera ser capaz de recuperar algum excedente. A aplicação do limite máximo de ativos a outros planos é pensada numa base de plano individual.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A avaliação actuarial das obrigações dos planos depende de uma série de pressupostos. Abaixo segue-se um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adoptados para o UKRF.

Pressupostos financeiros chave do UKRF	2016 % p.a.	2015 % p.a.
Taxa de inflação da	**2,62**	3,82
taxa de desconto (RPI)	**3,35**	3,05

Nota

a Informação Comparativa para o encargo da demonstração de rendimentos foi reajustado para excluir o BAGL, o qual foi reclassificado como detido para venda. Por favor, consulte a página 268 para mais detalhes.

A previsão da taxa de desconto do UKRF para 2016 baseou-se no modelo padrão RATE Link de Willis Towers Watson. Esta variante inclui todos os títulos classificados como AA por pelo menos uma das quatro grandes agências de rating, e assume que os vencimentos após 30 anos são fixos. A previsão da inflação sobre o RPI para 2016 foi definida usando como referência a curva do ponto de inflação do Banco de Inglaterra, assumindo que a curva do ponto se mantém fixa após os 25 anos designados. A previsão da inflação incorpora uma dedução de 20 pontos base como provisão por um prémio de risco de inflação. A metodologia usada para obter a taxa de desconto e a previsão da inflação do preço é consistente com a que foi usada no final do período anterior.

Os pressupostos de mortalidade pós-aposentação do UKRF baseiam-se no pressuposto de melhor estimativa derivado de uma análise realizada em 2016 à própria experiência de mortalidade pós-aposentação do Barclays, e considerando os dados recentes de inquéritos à mortalidade publicados. Foi efetuado um ajustamento para melhorias futuras na mortalidade, com base no modelo principal de previsão de 2015 publicado pelo Continuous Mortality Investigation Bureau e sujeito a uma tendência de longo prazo de 1.25% por ano, para melhorias futuras. A tabela abaixo mostra como a esperança de vida assumida aos 60 anos, para membros do UKRF, tem variado durante os últimos três anos:

Esperança de vida prevista	2016	2015	2014
Esperança de vida aos 60 para pensionistas atuais (anos)			
– Homens	**27,9**	28,4	28,3
– Mulheres	**29,7**	30,0	29,9
Esperança de vida aos 60 para futuros pensionistas atualmente com 40 (anos)			
- Homens	**29,7**	30,2	30,1
- Mulheres	**31,7**	32,0	31,9

Análise de sensibilidade sob pressupostos atuariais

A análise de sensibilidade foi calculada pela avaliação dos passivos do UKRF e usando os pressupostos corrigidos apresentados na tabela seguinte e mantendo os pressupostos restantes iguais aos descritos na tabela anterior de pressupostos UKRF, exceto no caso da sensibilidade à inflação, em que outros pressupostos que dependem da inflação prevista foram também alterados. A diferença entre o valor recalculado dos passivos e o valor referido na tabela anterior de reconciliação do balanço é o valor apresentado. A seleção destes movimentos para ilustrar a sensibilidade da obrigação de benefício definida aos pressupostos principais não deve ser interpretada como a manifestação de uma opinião especifica do Barclays quanto à probabilidade de ocorrência de tais movimentos.

Mudança no pressupostos chave	2016 (Diminuição)/ Aumento na obrigação de benefício definida pelo UKRF mM£	2015 (Diminuição)/ Aumento na obrigação de benefício definida pelo UKRF mM£
Taxa de desconto		
Aumento de 0,5% p.a.	**(2,8)**	(2,1)
Aumento de 0,25% p.a.	**(1,4)**	(1,1)
Decréscimo de 0,25% p.a.	**1,5**	1,2
Decréscimo de 0,5% p.a.	**3,2**	2,4
RPI previsto		
Aumento de 0,5% p.a.	**1,9**	1,4
Aumento de 0,25% p.a.	**0,9**	0,7
Decréscimo de 0,25% p.a.	**(0,9)**	(0,7)
Decréscimo de 0,5% p.a.	**(2,0)**	(1,3)
Esperança de vida aos 60		
Aumento de um ano	**1,1**	0,9
Decréscimo de um ano	**(1,1)**	(0,9)

A duração média ponderada dos pagamentos de benefícios refletidos na obrigação de benefícios definida para o UKRF é de 20 anos.

Ativos

Foi definida uma estratégia de investimento a longo prazo para o UKRF, com a sua distribuição de ativos a ser composta por uma mistura de títulos, obrigações, imóveis e outros ativos apropriados. Isto reconhece que as várias classes de ativos devem originar rendimentos diferentes no longo prazo e que algumas classes de ativos podem ser mais voláteis que outras. A estratégia de investimento a longo prazo garante, para além de outros objetivos, que os investimentos são adequadamente diversificados. É permitida alguma flexibilidade aos gestores de ativos para variar a distribuição de ativos na estratégia de investimento a longo prazo dentro de intervalos de controlo acordados periodicamente com o Administrador do Fundo.

O UKRF também utiliza instrumentos derivados, quando apropriado, para alcançar uma exposição ou rendimento específicos, ou para fazer corresponder melhor os ativos com os passivos. O valor dos ativos apresentados reflete os ativos físicos detidos pelo plano, sendo as detenções de derivados refletidas numa base de preço de mercado.

35 Pensões e benefícios de aposentação continuação

O valor dos ativos dos planos e a sua percentagem em relação aos ativos totais do plano são os seguintes:

Análise dos ativos do plano

	Total com UKRF		dos quais relacionados com UKRF	
	Valor M£	% do justo valor total dos ativos do plano %	Valor M£	% do justo valor total dos ativos do plano %
A 31 de dezembro de 2016				
Capitais – cotados	**8 123**	**24,9**	**7 840**	**24,6**
Capitais – não cotados	**2 043**	**6,3**	**2 042**	**6,4**
Obrigações - títulos de dívida pública fixos[a]	**1 330**	**4,1**	**1 072**	**3,4**
Obrigações - títulos de dívida pública indexados[a]	**13 173**	**40,3**	**13 165**	**41,4**
Obrigações – corporativas e outras[a]	**5 222**	**16,0**	**5 054**	**15,9**
Imobiliário – comercial[b]	**1 630**	**5,0**	**1 622**	**5,1**
Derivados[b]	**870**	**2,7**	**870**	**2,7**
Outros[b]	**266**	**0,7**	**155**	**0,5**
Justo valor dos ativos do plano	**32 657**	**100,0**	**31 820**	**100,0**
A 31 de dezembro de 2015				
Capitais – cotados	7 764	27,0	6 947	25,9
Capitais – não cotados	1 757	6,1	1 750	6,5
Obrigações - títulos de dívida pública fixos[a]	1 105	3,8	577	2,2
Obrigações - títulos de dívida pública indexados[a]	9 677	33,7	9 670	36,0
Obrigações – corporativas e outras[a]	5 856	20,4	5 680	21,2
Imobiliário – comercial[b]	1 602	5,6	1 581	5,9
Derivados[b]	183	0,6	183	0,7
Outros[b]	808	2,8	441	1,6
Justo valor dos ativos do plano	28 752	100,0	26 829	100,0

Incluídos no justo valor dos ativos do plano estão: 0,2M£ (2015: 5M£) relativos a ações do Barclays PLC, 0,1M£ (2015: 23M£) relativos a obrigações emitidas pelo Barclays PLC, 0M£ (2015: 6M£) relativos a imóveis ocupados pelas empresas do Grupo, e 0M£ (2015: 7M£) relativos a outros investimentos. O UKRF também investe em veículos de investimento que podem deter ações ou dívida emitida pelo Barclays PLC.

Os ativos do plano do UKRF também incluem 32M£ (2015: 36M£) relativos a investimentos em capital no Reino Unido e 2 009M£ (2015: 1 714M£) relativos a investimentos de capital no estrangeiro. Estes são divulgados acima em Títulos - não cotados.

Aproximadamente 40% dos ativos do UKRF são investidos em estratégias de investimento orientadas para passivos; principalmente obrigações do tesouro do RU, bem como *swaps* de taxa de juro e de inflação. São usados para fazer corresponder melhor os ativos aos passivos. Os *swaps* são usados para reduzir os riscos de inflação e duração do plano relativamente aos passivos.

Notas
a. Os ativos detidos são predominantemente cotados.
b Os ativos detidos são predominantemente não cotados.

Financiamento

A avaliação de financiamento trienal do UKRF está atualmente em curso com a data efetiva de 30 de setembro de 2016. Os requisitos de contribuição, incluindo quaisquer planos de recuperação de défices, têm de ser acordados até 31 de dezembro de 2017 e espera-se que sejam acordados entre o Banco e o Agente Fiduciário bem antes do prazo estatuário final. Nestas discussões, o Banco e o Agente Fiduciário estão a ter em conta o impacto do Programa de Reforma Estrutural.

A avaliação de financiamento trienal anterior, a 30 de setembro de 2013, demonstrou um défice de 3,6mM£ e um nível de financiamento de 87,4%. O Banco e o Agente Fiduciário acordaram uma meta de financiamento específico para o plano, uma declaração de princípios de financiamento, um calendário de contribuições e um plano de recuperação para eliminar o défice relativo à meta de financiamento. A principais diferenças entre o financiamento e os pressupostos da IAS 19 são as previsões mais prudentes para a taxa de desconto e longevidade relativamente ao financiamento.

O plano de recuperação, acordado como parte avaliação actuarial de 2013, proporcionado ao Banco para pagar as contribuições de défice ao UKRF até 2021. Foram pagas contribuições de défice no valor de 300M£ em 2015 e 2016. No âmbito do plano de recuperação existente, existirão mais contribuições de défice, no valor de 740M£ por ano, a pagar entre 2017 e 2021, e até 500M£ das contribuições de défice de 2021 podem ser pagas em 2017, dependendo do nível de défice na altura.
Estas contribuições de défice são adicionais às contribuições regulares para satisfazer a participação do Grupo do custo das prestações vencidas todos os anos.

Nos anos sem avaliação, o Plano Atuarial prepara uma atualização da posição de financiamento. A atualização anual mais recente foi levada a cabo a 30 de setembro de 2015 e demonstrou um défice de 6,0M£ e um nível de financiamento de 82,7%. As contribuições pagas ao UKRF são acordadas entre o Barclays e o Agente Fiduciário a cada três anos.

As contribuições de benefícios definidas pagas em relação ao UKRF foram as seguintes:

Contribuições pagas

	M£
2016	**634**
2015	586
2014	241

Incluído dentro das contribuições do Grupo pagas estavam 112M£ (2015: nulo; 2014: nulo) em contribuições da Secção 75.

As contribuições esperadas do Grupo para o UKRF, no que respeita ao benefícios definidos em 2017 é de 1 585M£ (2016: 634M£) incluindo 167M£ em contribuições da secção 75. Além disso, as contribuições esperadas para planos de contribuições definidos no Reino Unido em 2017 é de 36M£ (2016: 49M£) para o UKRF e 124M£ (2016:126M£) para o BPSP.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

A secção apresenta informação dos investimentos do Grupo em subsidiárias, *joint ventures* e associadas, e as suas participações em entidades estruturadas. São também detalhadas as transações de titularização a que o Grupo aderiu e os acordos que foram celebrados fora do balanço.

36 Principais subsidiárias

O Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*. As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Grupo detém controlo. De acordo com a IFRS 10 isto ocorre quando o Grupo está exposto ou tem direito a rendimentos variáveis devido ao seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses rendimentos através do seu poder sobre a entidade.

O grupo reavalia se controla uma entidade se os factos e circunstâncias indicarem que houve alterações aos seus poderes, aos sues direitos a retornos variáveis ou à capacidade de usar os seus poderes para afetar o montante dos seus retornos.

As transações e saldos intra-grupo são eliminados na consolidação e são usadas políticas de contabilização consistentes em todo o Grupo para os efeitos da consolidação. As alterações nos interesses de propriedade sobre as subsidiárias são contabilizadas como transações de capital, se ocorrerem depois de ter sido obtido o controlo e se não resultarem numa perda de controlo.

Os raciocínios utilizados na aplicação desta política estão especificados abaixo.

Contabilização do investimento nas subsidiárias
Nas demonstrações financeiras individuais do Barclays PLC, os investimentos nas subsidiárias são apresentados sob a forma de custo menos imparidade.

As principais subsidiárias do Grupo são referidas seguidamente. São incluídas as subsidiárias mais significativas no contexto do negócio, dos resultados ou da posição financeira do Grupo.

Denominação da Empresa	Principal local de negócio ou Incorporação atividade empresarial	Natureza da	Proporção dos direitos de voto detidos %	Interesses não controladores – Proporção percentual da participação de propriedade %	Interesses não controladores – Proporção das participações de voto %
Barclays Bank PLC	Inglaterra	Banca, sociedade gestora	100	11	–
Barclays Capital Securities Limited	Inglaterra	Transação de títulos	100	–	–
Barclays Securities Japan Limited	Japão	Transação de títulos	100	–	–
Barclays Africa Group Limited	África do Sul	Banca	50,1	49,9	49,9
Barclays Capital Inc	EUA	Transação de títulos	100	–	-
Barclays Bank Delaware	EUA	Emissor de cartões de crédito	100	–	–

O país do registo ou da constituição é também a principal área de operação de cada uma das subsidiárias acima.

As participações de propriedade são, em alguns casos, diferentes das participações de voto devido à existência de participações de capital sem direito a voto, como ações preferenciais. Ver Nota 33 *Participações não controladoras* para mais informações.

A Barclays Private Clients International Limited foi considerada a principal subsidiária em 2015. A Barclays Private Clients International Limited transferiu todos os ativos e passivos associados ao Barclays Bank PLC em outubro de 2016.

Critérios e pressupostos significativos utilizados para determinar o âmbito da consolidação
A determinação do controlo de uma entidade pelo Grupo é normalmente simples e baseada na propriedade da maioria do capital com direito a voto. Contudo, em certos casos esta determinação envolve um ajuizamento significativo, especialmente no caso de entidades estruturadas onde o direito a voto não é frequentemente o fator determinante nas decisões sobre atividades relevantes. Este ajuizamento pode envolver a avaliação do objetivo e organização da entidade. Poderá também ser frequentemente necessário considerar se o Grupo, ou outra parte envolvida com poder sobre as atividades relevantes, age como parte principal de direito próprio ou como agente em representação de terceiros.

Frequentemente existe também um ajuizamento envolvido na avaliação contínua do controlo sobre entidades estruturadas. A este respeito, em casos em que as condições de mercado se tenham deteriorado de tal forma que as exposições dos outros investidores aos rendimentos variáveis da estrutura tenham sido substancialmente eliminados, o Grupo poderá concluir que os gestores da entidade estruturada agem como um agente seu e procederá consequentemente à consolidação da entidade estruturada.

Um interesse no capital com direito a voto superior a 50% indicaria normalmente que o Grupo controla uma entidade. Contudo, certas entidades são excluídas da consolidação porque o Grupo não está exposto aos seus rendimentos variáveis. Estas entidades são controladas por contrapartes externas e diferentes do Grupo.

País de registo ou constituição da empresa	Denominação	Percentagem de direitos de voto detida (%)	Fundos de capital dos Acionistas (M£)	Lucro retido para o ano (M£)
Reino Unido	Fitzroy Finance Limited	100	–	–
Ilhas Caimão	Palomino Limited	100	2	1

Estas entidades são geridas por contrapartes externas, e por essa razão não são controladas pelo Grupo. Quando apropriado, as participações relacionadas com estas entidades são incluídas na Nota 37 *Entidades estruturadas*.

Restrições significativas
Como é normal para um Grupo da sua dimensão e âmbito internacional, existem restrições à capacidade do Barclays PLC obter distribuições de capital, acesso a ativos ou reembolsar os passivos dos membros do seu Grupo devido aos requisitos jurídicos, regulamentares e contratuais das suas subsidiárias e devido aos direitos de proteção de participações não-controladoras. Estes são considerados na próxima página.

36 Principais subsidiárias continuação

Requisitos regulamentares

As principais empresas subsidiárias do Barclays têm ativos e passivos antes de eliminações inter-empresa no valor de 1 553mM£ (2015: 1 468mM£) e 1 480mM£ (2015: 1 398mM£) respetivamente. Os ativos e passivos estão sujeitos à regulamentação prudencial e aos requisitos regulamentares de capital dos países que os regulam. Estes obrigam a que as entidades mantenham rácios mínimos de capital que não podem ser devolvidos à empresa-mãe, o Barclays PLC, com base na continuidade do negócio.

Por forma a cumprir os requisitos de capital, as subsidiárias poderão deter determinados instrumentos financeiros contabilizados como capital ou contabilizados como dívida e
instrumentos não relacionados com ações tais como instrumentos de capital de Nível 1 ou Nível 2 e outras formas de responsabilidades subordinadas. Consultar a Nota 28 P*assivos e obrigações contingentes*, a Nota 30 *Passivos subordinados* e a Nota 33 *Participações não-controladoras* para detalhes sobre estes instrumentos. Estes instrumentos podem estar sujeitos a cláusulas de cancelamento ou restrições de preferência de ações que limitariam a capacidade da entidade de repatriar o capital de um modo atempado.

Requisitos de liquidez

As subsidiárias reguladas do Grupo devem manter fundos de liquidez para cumprir os requisitos regulamentares locais e da Autoridade de Regulação Prudencial. As principais subsidiárias afetadas são a Barclays Bank PLC, a Barclays Capital Inc. e a Barclays Africa Group Limited que devem garantir a conformidade diária com o mínimo regulamentar. Veja as páginas 207 a 224 para mais detalhes sobre os requisitos de liquidez, incluindo os aplicáveis às nossas subsidiárias mais significativas.

Requisitos estatuários

As subsidiárias do Grupo estão sujeitas a requisitos estatutários para não procederem a distribuições de capital e lucros não realizados e geralmente para manter a solvência. Estes requisitos restringem a capacidade das subsidiárias procederem a envios de dividendos ao Barclays PLC, a empresa-mãe de última instância, exceto no caso de uma redução ou liquidação legal do capital. Na maior parte dos casos as restrições regulamentares acima enunciadas excedem as restrições estatutárias.

Requisitos contratuais

Oneração de ativos

O Grupo usa os seus ativos financeiros para reunir financiamento na forma de titularizações e através dos modelos de liquidez dos bancos centrais. Uma vez onerados, os ativos deixam de estar disponíveis para serem transferidos pelo Grupo. Os ativos tipicamente afetados são divulgados na Nota 40 *Ativos Comprometidos*.

Ativos detidos por entidades estruturadas consolidadas

99M£ (2015: 80M£) dos ativos incluídos no balanço do Grupo estão relacionados com fundos de investimento consolidados e são detidos para pagar retornos e capitais a detentores de unidades nos fundos. Os ativos detidos nestes fundos não podem ser transferidos para outros membros do Grupo.

Outras restrições

É exigido ao Grupo que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação, e estes totalizaram 4 254M£ (2015: 4 369M£).

Os ativos do Barclays Africa Group Limited estão sujeitos ao regulamento de controlo de transferências determinados pelo South African Reserve Bank (SARB). Os dividendos especiais e os empréstimos por conta de dividendos não podem ser transferidos sem a aprovação do SARB.

37 Entidades estruturadas

Uma entidade estruturada é uma entidade em que os direitos de voto ou semelhantes não constituem o fator dominante para a definição do controlo. As entidades estruturadas são normalmente criadas para alcançar um objetivo particular e bem definido e apresentam restrições às suas atividades continuas.

Dependendo do poder do Grupo sobre as atividades da entidade, e da sua exposição aos seus próprios rendimentos, bem como das sua capacidade de os influenciar, a entidade poderá ser consolidada. Noutros casos, poderá patrocinar ou estar exposto a uma tal entidade, mas não proceder à sua consolidação.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo possui acordos contratuais que podem requerer que forneça apoio financeiro aos seguintes tipos de entidades estruturadas consolidadas:

Veículos de titularização

O Grupo usa a titularização como fonte de financiamento e como meio de transferência de risco. Consultar a Nota 39 *Titularizações* para mais detalhes.

O Grupo concede facilidades de liquidez a certos veículos de titularização. A 31 de dezembro de 2016, existiam compromissos de crédito pendentes com estas entidades no total de 152M£ (2015: 135M£).

Papel comercial (PC) e veículos de médio prazo

O Grupo disponibilizou 9mM£ (2015: 8,5mM£) a facilidades contratuais não utilizadas e de regulação de liquidez, a veículos PC.

Entidades de gestão de fundos

O Barclays garantiu contratualmente o desempenho de certos investimentos monetários numa série de fundos de investimento geridos, o que resultou na sua consolidação. A 31 de dezembro de 2016, o valor nocional da garantia era de 99M£ (2015: 257M£). O decréscimo é explicado sobretudo pelo encerramento de fundos europeus patrimoniais durante o ano, assim como uma redução de ativos do fundo.

Fundos de benefícios para empregados e outros fundos

O Grupo concede contribuições de capital a fundos de benefícios para empregados para que estes possam cumprir as suas obrigações perante os empregados e decorrentes de planos de pagamento baseados em ações. Durante 2016, o Grupo forneceu linhas de crédito não utilizadas no valor de 0,4mM£ (2015: 0,8mM£) a determinados fundos.

Entidades estruturadas não consolidadas em que o Grupo detém participações

Uma participação numa entidade estruturada é qualquer forma contratual ou não contratual de envolvimento que crie variabilidade nos rendimentos decorrentes do desempenho da entidade para o Grupo. Estes interesses incluem dívida ou ações detidas, derivados que transferem riscos financeiros da entidade para o Grupo, empréstimos, compromissos de crédito, garantias financeiras e acordos de gestão de investimentos.

Os *swaps* de taxa de juro, derivados cambiais que não sejam complexos e que exponham o Grupo a um risco de crédito insignificante por estar a montante na cascata de pagamentos de uma titularização e os derivados que sejam determinados para introduzir risco ou variabilidade numa entidade estruturada não são considerados como tendo interesse numa entidade e foram excluídos das divulgações abaixo.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

37 Entidades estruturadas continuação
A natureza e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas é resumida seguidamente:

Resumo de interesses em entidades estruturadas não consolidadas	Financiamento garantido M£	Participações de curto prazo comercializadas M£	Derivados comercializados M£	Outras participações M£	Total M£
A 31 de Dezembro Ativos					
Ativos da carteira de negociação	–	8 436	–	516	8 952
Ativos financeiros designados ao justo valor	22 706	–	–	367	23 073
Instrumentos financeiros derivados	–	–	4 731	2 130	6 861
Investimentos disponíveis para venda	–	–	–	894	894
Empréstimos e adiantamentos a bancos	–	–	–	4 915	4 915
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	–	–	24 142	24 142
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	6 338	–	–	–	6 338
Outros ativos	–	–	–	25	25
Ativos totais	29 044	8 436	4 731	32 989	75 200
Passivos					
Instrumentos financeiros derivados	–	–	3 567	2 130	5 697
A 31 de dezembro de 2015					
Ativos					
Ativos da carteira de negociação	–	8 949	–	1 648	10 597
Ativos financeiros designados ao justo valor	12 382	–	–	353	12 735
Instrumentos financeiros derivados	–	–	4 427	1 926	6 353
Investimentos disponíveis para venda	–	–	–	1 060	1 060
Empréstimos e adiantamentos a bancos	–	–	–	4 067	4 067
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	–	–	27 700	27 700
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	7 117	–	–	–	7 117
Outros ativos	–	–	–	31	31
Ativos totais	19 499	8 949	4 427	36 785	69 660
Passivos					
Instrumentos financeiros derivados	–	–	2 761	1 926	4 687

Os acordos de financiamento garantidos, participações negociadas a curto prazo e derivados negociados são normalmente geridos de acordo com políticas de gestão do risco de mercado descritas na página 191, que incluem uma indicação da alteração das medidas de risco comparativamente ao ano passado. Por esta razão, os ativos totais destas entidades não são considerados significativos para o propósito de compreender os riscos relacionados e por isso não foram apresentados. Outras participações relevantes incluem uma carteira inserida no Non-Core que está a ser progressivamente descontinuada, veículos e empréstimos corporativos em que o juro é definido pela procura normal dos clientes.

Financiamento protegido
O Grupo celebra rotineiramente contratos de revenda, de empréstimo de títulos e acordos similares, em termos comerciais normais, em que a contraparte do acordo é uma entidade estruturada. Dada a natureza destes acordos, especialmente pela transferência de garantia e pela aplicação contínua de margens, o Grupo tem uma exposição mínima ao desempenho da contraparte da entidade estruturada. Inclui-se uma descrição destas transações na Nota 22 *Acordos de revenda e de recompra incluindo outros créditos similares*.

Interesses comercializados a curto prazo
O Grupo compra e vende participações em entidades estruturadas como parte das suas atividades de negociação, por exemplo, títulos garantidos por hipotecas, títulos de dívida garantidos e participações semelhantes. Estas participações são normalmente detidas em nome individual ou como parte de uma carteira mais extensa por um período não superior a 90 dias. Nestes casos, o Grupo não detém normalmente outro envolvimento com a entidade estruturada para além dos títulos que detém como parte das suas atividades de negociação, e a sua exposição máxima a perdas está limitada pelo valor contabilístico do ativo.

A 31 de dezembro de 2016, 6 568M£ (2015: 7 443M£) dos 8 436M£ (2015: 8 949M£) aplicados em participações do Grupo negociadas a curto prazo constaram de títulos de dívida emitidos por veículos de titularização de ativos.

Derivados transacionados
O Grupo celebra uma série de contratos derivados com entidades estruturadas que referenciam variáveis de risco de mercado tais como taxas de juro, taxas de câmbio e índices de crédito, para além de outros. Os principais tipos de derivados que são considerados participações em entidades estruturadas incluem *swaps* baseados em índices e *swaps* de risco de crédito para entidades específicas, *swaps* garantidos pelo balanço, *swaps* de retorno total, *swaps* de mercadorias e *swaps* de capital. A Nota 15 *Instrumentos financeiros derivados* contém detalhes que descrevem os tipos de derivados e as práticas de gestão de risco. O risco de perda pode ser atenuado através de requisitos contínuos de aplicação de margens, bem como de um direito aos fluxos de caixa da entidade estruturada que esteja a montante na cascata de pagamentos. Estes requisitos de aplicação de margens são consistentes com a prática do mercado para muitos acordos derivados e estão alinhados com as políticas normais de crédito do Grupo.

As transações derivadas requerem a contrapartida da necessidade de proporcionar numerário ou outra garantia prevista nos acordos de aplicação de margens, para mitigar o risco de crédito da contraparte. O Grupo está exposto ao risco de liquidação apenas nestes derivados sendo o mesmo atenuado através da aplicação diária de margens. O total dos valores nocionais atingiu
1 183 215M£ (2015: 1 117 642M£).

37 Entidades estruturadas continuação

Exceto para *swaps* de risco de crédito em que a exposição máxima à perda é o montante nocional do *swap*, não é possível estimar a exposição máxima à perda relativa às posições derivadas, já que o justo valor dos derivados está sujeito a alterações nas taxas de juro de mercado, nas taxas de câmbio e nos índices de crédito, que são incertos por natureza. Além disso, as perdas do Grupo estariam sujeitas a ação atenuante decorrente das suas políticas de risco de mercado e de risco de crédito, que exigem à contraparte a constituição de uma garantia em numerário ou outros ativos, na maior parte dos casos com periodicidade diária.

Outras participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas que não são detidas para fins de atividades de negociação de curto prazo são apresentados abaixo, resumidos pelos propósitos das entidades e limitados às categorias significativas, com base na exposição máxima a perdas.

Natureza da participação

	Carteira de crédito estrutu	Programas de canais de distribuiçã	Crédito M£	Títulos supor tados por	Fundos de investiment o e *trusts*	Outros M£	Total M£
A 31 de dezembro de 2016							
Ativos da carteira de negociação							
- Títulos de dívida	**441**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**441**
- Títulos de capital próprio	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**75**	**75**
Ativos financeiros designados ao justo valor							
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	**–**	**–**	**260**	**–**	**–**	**4**	**264**
- Títulos de dívida	**–**	**–**	**50**	**–**	**–**	**48**	**98**
- Títulos de capital próprio	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5**	**5**
Instrumentos financeiros derivados	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2 130**	**2 130**
Investimentos disponíveis para venda							
- Títulos de dívida	**535**	**–**	**–**	**357**	**–**	**2**	**894**
Empréstimos e adiantamentos a bancos	**–**	**–**	**4 890**	**–**	**–**	**25**	**4 915**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**637**	**6 016**	**16 754**	**–**	**–**	**735**	**24 142**
Outros ativos	**–**	**5**	**7**	**–**	**13**	**–**	**25**
Total na exposição do balanço	**1 613**	**6 021**	**21 961**	**357**	**13**	**3 024**	**32 989**
Total de valores nocionais extrapatrimoniais	**681**	**2 734**	**9 873**	**–**	**–**	**1 058**	**14 346**
Exposição máxima às perdas	**2 294**	**8 755**	**31 834**	**357**	**13**	**4 082**	**47 335**
Total de ativos da entidade	**22 508**	**75 535**	**492 950**	**12 213**	**18 550**	**4 621**	**626 377**
A 31 de dezembro de 2015							
Ativos da carteira de							
- Títulos de dívida	1 545	–	–	–	–	40	1 585
- Títulos de capital próprio	–	–	–	–	–	63	63
Ativos financeiros designados ao justo valor							
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	–	247	–	–	6	253
- Títulos de dívida	–	–	41	–	–	57	98
- Títulos de capital próprio	–	–	–	–	–	2	2
Instrumentos financeiros derivados	–	–	–	–	–	1 926	1 926
Investimentos disponíveis para venda							
- Títulos de dívida	537	–	–	515	–	8	1 060
Empréstimos e adiantamentos a bancos	–	–	4 051	–	–	16	4 067
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 599	5 029	20 571	–	–	501	27 700
Outros ativos	–	4	7	–	20	–	31
Total na exposição do balanço	3 681	5 033	24 917	515	20	2 619	36 785
Total de valores nocionais extrapatrimoniais	708	3 042	10 225	–	–	1 409	15 384
Exposição máxima às perdas	4 389	8 075	35 142	515	20	4 028	52 169
Total de ativos da entidade	36 290	81 355	376 296	115 351	21 766	5 084	636 142

Exposição máxima às perdas

Excetuando nos casos seguintes em contrário, a exposição máxima do Grupo às perdas é o total das suas posições no balanço e dos seus acordos fora do balanço, incluindo compromissos de crédito e garantias financeiras. A exposição à perda é atenuada através de garantias reais, de garantias financeiras, da disponibilidade de compensação e da proteção de crédito existente.

Carteira de crédito estruturado

Incluem-se aqui os interesses em títulos de dívida emitidos por veículos de titularização, principalmente os Empréstimos Garantidos (CLO), as Obrigações Garantidas (CDO), as estruturas de Titularização de Hipotecas Residenciais e Comerciais (RMBS e CMBS), e as facilidades de crédito utilizadas e não utilizadas por estas entidades. As entidades são tem a sua dívida inteiramente financiada através da emissão de tranches de títulos de dívida ou através de financiamento direto, como as facilidades de crédito concedidas pelo Grupo. À medida que os ativos subjacentes das entidades são amortizados e pagos, os títulos de dívida emitidos pelas entidades são reembolsados por ordem de antiguidade. Nos casos em que as entidades enfrentem deteriorações significativas do crédito, os títulos de dívida podem ser anulados ou cancelados por ordem inversa de antiguidade.

A 31 de dezembro de 2016, as exposições financiadas do Grupo de 1 613M£ (2015: 3 681M£) compreendiam 441M£ (2015: 1 545M£) em títulos de dívida ao justo va 637M£ (2015: 1 599M£) de empréstimos e adiantamentos de custo amortizado. Dos quais 645M£ (2015: 2 783M£) estavam inseridos na categoria de investimento, enquanto o remanescente é categorizado como não investimento ou não é categorizado. O Grupo também tinha 681M£ (2015: 708M£) de exposições não financiadas na forma de compromissos de liquidez não exercidos. Dos 2 294M£ (2015: 4 389M£) de exposições financiadas e não financiadas, 2 294M£ (2015: 4 387M£) têm maior antiguidade na estrutura de capital da entidade.

37 Entidades estruturadas continuação

Embora as exposições financiadas do Grupo tenham principalmente categoria de investimento e maior antiguidade na estrutura de capital, existem casos em que os interesses subordinados aos interesses principais e intercalares do Grupo têm valor mínimo ou nulo, devido a decréscimos do justo valor das garantias subjacentes detidas pela entidade.

O rendimento do Grupo destas entidades abrange receitas da atividade comercial (em grande parte ganhos e prejuízos de variações no justo valor e juros sobre títulos) em itens classificados como detidos para negociação e rendimentos de juros sobre juros classificados como empréstimos e valores a receber.

Durante 2016, o Grupo registou ganhos no justo valor de 78M£ (2015: perdas de 4M£) em títulos de dívida. As perdas por imparidade registadas em empréstimos e adiantamentos não tiveram relevância no ano corrente nem no ano transato.

Programas de canais de distribuição multivendedor

O canal de distribuição multivendedor dedica-se a fornecer financiamento a vários clientes e detém interesses parciais em fundos de contas a receber ou obrigações semelhantes. Estes instrumentos estão protegidos contra perdas através de sobregarantia, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas pelo veículo. A exposição extrapatrimonial do Grupo incluída na tabela anterior representa facilidades de liquidez concedidas ao canal de distribuição para benefício dos detentores do papel comercial emitido pelo mesmo e que só serão utilizadas quando este for incapaz de aceder ao mercado de papel comercial. Se estas facilidades forem utilizadas, o Grupo está protegido contra perdas através de sobregarantia, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas para o veículo. O Grupo tem também uma sobreposição de exposição do canal de distribuição que advém da carta de crédito e do programa de empréstimo. A carta de crédito é um compromisso não financiado que apenas é financiado para cobrir perdas de crédito até um máximo de 10% dos compromissos totais. O programa de empréstimo, o qual permite ao veículo cumprir as regras de retenção de risco dos EUA, é uma exposição financiada que está posicionada *pari passu* com os interesses dos detentores de papel comercial. O Grupo aufere rendimentos das comissões recebidas nas facilidades de liquidez e na carta de crédito concedida aos veículos. Não existiram perdas por imparidade nestes empréstimos no ano corrente nem no ano transato.

Crédito

Esta carteira inclui o crédito concedido pelo Grupo a entidades estruturadas não-consolidadas do decurso normal das suas atividades creditícias para auferir rendimentos na forma de juros e comissões de empréstimo e inclui o crédito a entidades estruturadas que é normalmente garantido por imóveis, equipamentos ou outros ativos. Todos os empréstimos são sujeitos ao processo de aprovação de crédito do Grupo. Os contratos de garantia são específicos para as circunstâncias de cada empréstimo, sendo procuradas garantias e cauções adicionais junto do promotor da entidade estruturada para certos contratos. Durante o período o Grupo incorreu numa imparidade de 24M£ (2015: 35M£) nestes créditos. Os principais tipos de crédito são 2mM£ (2015: 3mM£) de crédito de financiamento a entidades estruturadas remotas em falência, para investimento ou desenvolvimento imobiliário, 3mM£ (2015: 4mM£) de crédito a entidades estruturadas criadas por um indivíduo para deter um ou mais ativos, 2mM£ (2015: 2mM£) a entidades cujas operações estão limitadas ao financiamento da aquisição de ativos específicos como escolas, hospitais, estradas e projetos de energias renováveis de acordo com a Private Finance Initiative (PFI), e 1mM£ (2015: 1mM£) de crédito de financiamento a entidades estruturadas remotas em falência, para permitir a aquisição de bens de equipamento para as empresas-mãe, e que é suportado por garantias governamentais à exportação.

Títulos garantidos por créditos hipotecários

Esta carteira contém obrigações de taxa variável usadas como cobertura contabilística do risco de taxa de juro de acordo com o programa de cobertura estrutural do Grupo. Todas as obrigações são categorizadas como investimento. A carteira diminuiu devido a uma redução nos requisitos de cobertura contabilística em libras esterlinas.

Fundos de investimento e trusts

No decurso das suas atividades de gestão de fundos, o Grupo institui fundos comuns de investimento que compreendem investimentos de vários tipos, adaptados para cumprirem determinados requisitos dos investidores. A participação do Grupo nos fundos é normalmente restrita a uma comissão de gestão do fundo, cujo valor é normalmente baseado no desempenho do fundo.

O Grupo intervém como mandatário num conjunto de *trusts* instituídos pelos seus clientes, ou em nome dos mesmos. O objetivo dos *trusts*, que cumprem a definição de entidades estruturadas, é deter ativos em nome de beneficiários. A participação do Grupo nos *trusts* é normalmente restrita a comissões não pagas que, dependendo do *trust*, poderão ser fixas ou baseadas no valor dos ativos do *trust*. O Barclays não possui outra exposição nos *trusts*.

Outros

Incluem 2 130M£ (2015: 1 926mM£) de transações de derivados com entidades estruturadas, em que o risco de mercado é coberto de forma relevante por contratos derivados correspondentes.

Ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas

Os ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas não foram significativos.

38 Investimentos em entidades associadas e *joint ventures*

Contabilização de associadas e *joint ventures*

O Barclays aplica a IAS 28 *Investimentos em Associadas* e a IFRS 11 *Acordos Conjuntos*. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa – mas não controlo – nas políticas operacionais e financeiras. Normalmente o Grupo detém mais de 20% mas menos de 50% dos seus direitos de voto. As *joint ventures* são acordos conjuntos que proporcionam o controlo conjunto e direitos aos ativos líquidos da entidade.

Os investimentos do Grupo em associadas e *joint ventures* são inicialmente registados pelo custo e acrescidos (ou decrescidos) anualmente pela parte do Grupo no lucro (ou perda) posterior à aquisição. O Grupo deixa de reconhecer a sua parte nas perdas de associados contabilizados no capital quando a sua parte dos ativos líquidos e montantes devidos pela entidade tenham sido completamente amortizados, a não ser que exista uma obrigação contratual ou implícita de assumir a sua parte nas perdas. Em certos casos, os investimentos nestas entidades podem ser detidos ao justo valor por via dos resultados, por exemplo, os detidos por empresas de capitais de investimento.

38 Investimento em associados e *joint ventures* continuação

Não existem investimentos individualmente significativos em *joint ventures* ou associadas detidos pelo Barclays.

	2016			2015		
	Associadas	***Joint ventures***	**Total de**	Associadas	*Joint ventures*	Total de
	M£	**M£**	**M£**	M£	M£	M£
Títulos de capital próprio contabilizados	**321**	**363**	**684**	217	356	573
Detido pelo justo valor através de lucros ou prejuízo	**–**	**484**	**484**	77	475	552
Total	**321**	**847**	**1 168**	294	831	1 125

A informação financeira resumida para as associadas e *joint ventures* contabilizadas no capital do Grupo é apresentada seguidamente. Os montantes apresentados são os rendimentos líquidos dos beneficiários do investimento, e não apenas a parte do Grupo para o ano terminado a 31 de dezembro de 2016, com a exceção de certos empreendimentos para os quais os montantes foram baseados em contas atualizadas mais de três meses antes da data do balanço.

	Associadas		***Joint ventures***	
	2016	2015	**2016**	2015
	£m	£m	**£m**	£m
Lucros provenientes de operações	**33**	5	**64**	73
contínuas Outras despesas integrais	**–**	–	**19**	(24)
Total de rendimentos integrais de operações contínuas	**33**	5	**83**	49

As partes não reconhecidas das perdas individualmente relevantes de associadas e *joint ventures* foram iguais a zero (2015: zero).

As associadas e *joint ventures* do Grupo estão sujeitos a requisitos legais que não podem efetuar remissão de dividendos ou efetuar reembolso de empréstimos ao Barclays PLC sem autorização de terceiros externos.

A parte do Grupo em compromissos e contingências das suas associadas e *joint ventures* incluiu linhas de crédito não utilizadas e fornecidas a clientes no valor de 1 755M£ (2015: 1 450M£). Além disso, o Grupo celebrou compromissos para financiar ou conceder recursos às suas *joint ventures* e associadas no valor de 263M£ (2015: 177M£).

39 Titularizações

Contabilização de operações de titularização

O Grupo usa as titularizações como origem de financiamento e como um meio de transferência de risco. Estas transações resultam normalmente na transferência de fluxos de caixa contratuais de carteiras de ativos financeiros para detentores de títulos de dívida.

As titularizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação; levar ao reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou resultar na anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência. A completa anulação do reconhecimento ocorre quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa provenientes dos ativos financeiros, ou quando retém os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa, mas assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento relevantes, e ainda transfere substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade, incluindo o risco de crédito, o risco de pagamento antecipado e o risco de taxa de juro.

No decurso da sua atividade bancária normal, o Grupo realiza transferências de ativos financeiros, tanto jurídicas (em que os direitos legais aos fluxos de caixa do ativo são transferidos para a contraparte) como usufrutuárias (em que o Grupo retem os direitos aos fluxos de caixa mas assume a responsabilidade de transferi-los para a contraparte). Dependendo da natureza da transação, isto poderá resultar na anulação do reconhecimento dos ativos na sua totalidade, na anulação parcial do reconhecimento ou em nenhuma anulação do reconhecimento dos ativos sujeitos à transferência.

Em seguida apresenta-se um resumo das principais transações, assim como dos ativos e passivos e dos riscos financeiros que advêm das mesmas:

Transferências de ativos financeiros que não resultam em desreconhecimento

Operações de titularização

O Grupo participou em transações de titularização envolvendo os seus empréstimos hipotecários residenciais, empréstimos empresariais e saldos de cartões de crédi

Nestas transações, os ativos, os interesses sobre os ativos, ou os interesses benéficos nos fluxos de caixa decorrentes dos ativos, são transferidos para uma sociedade de propósito específico, que emite seguidamente títulos de dívida remunerados a investidores terceiros.

As titularizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação. Também podem ocorrer o reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou a anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência.

39 Titularizações continuação
A tabela seguinte demonstra a valor contabilística dos ativos titularizados que não resultaram num total desreconhecimento, juntamente com os passivos associados, para cada categoria de ativos no balanço:

	2016				2015			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos hipotecários para habitação	**125**	**120**	**(107)**	**(107)**	376	362	(168)	(170)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	**5 094**	**5 084**	**(4 926)**	**(4 931)**	5 433	5 472	(4 604)	(4 606)
Crédito a empresasa	**–**	**–**	**–**	**–**	8	8	(8)	(8)
Total	**5 219**	**5 204**	**(5 033)**	**(5 038)**	5 817	5 842	(4 780)	(4 784)
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Juros retidos em empréstimos a empresas[a]	**–**	**–**	**–**	**–**	42	42	não disponível	não disponíve

Os saldos incluídos nos empréstimos e adiantamentos a clientes representam operações de titularização nas quais todos os riscos e remunerações do ativo foram substancialmente mantidos pelo Grupo.

A relação entre os ativos transferidos e os passivos associados é que os detentores das obrigações poderão olhar apenas aos fluxos de caixa de ativos titularizados para pagamentos de dívida e juros devidos de acordo com os termos das suas obrigações, embora os termos contratuais das suas obrigações possam ser diferentes da maturidade e juros dos ativos transferidos.

Os juros retidos em transferências de ativos financeiros que resultaram em desreconhecimento parcial são garantias que representam uma exposição continuada ao risco de pagamento antecipado e de crédito dos ativos subjacentes titularizados. Exclusivamente para o Grupo, o valor contabilístico dos empréstimos antes da transferência era de zero (2015:
78M£). O juro retido é inicialmente registado como uma alocação do valor contabilístico original baseado nos justos valores relativos da porção não reconhecida e da porção retida.

Para as transferências de ativos relativas aos acordos de recompra, ver a Nota 22 *Acordos de recompra e de revenda incluindo outros financiamentos e empréstimos similares* e a Nota 40 *Ativos comprometidos*.

Envolvimento continuado em ativos financeiros cujo reconhecimento tenha sido anulado
Em determinados casos, o Grupo pode transferir um ativo financeiro na sua totalidade mas continuar a ter um envolvimento continuado no mesmo. Isto ocorre nas titularizações de ativos em os empréstimos e dos títulos garantidos por ativos foram desreconhecidos como consequência do envolvimento contínuo do Grupo, principalmente em
Non-Core, com CLOs, CDOs, RMBS e CMBS. O envolvimento contínuo decorre principalmente do fornecimento de financiamento para estas estruturas sob a forma de notas acumuladas, que não comportam primeiras perdas.

A tabela abaixo mostra as potenciais implicações financeiras de tal envolvimento continuado:

	Envolvimento continuado a 31 de dezembro de 2016			Lucros/(perdas) do envolvimento continuado	
Tipo de transferência	**Valor contabilístico M£**	**Justo Valor M£**	**Exposição máxima às perdas M£**	**Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2016 M£**	**Acumulado até 31 de dezembro de 2016 M£**
CLO e outros ativos Sub-prime e Alt-A nos EUA	**10**	**10**	**10**	**–**	**(3)**
	–	**–**	**–**	**–**	**(95)**
Total	**10**	**10**	**10**	**–**	**(98)**

	Envolvimento contínuo a 31 de dezembro de 2015			Ganho/(Perda) do envolvimento continuado	
Tipo de transferência	Valor contabilístico M£	Justo Valor M£	Exposição máxima às perdas M£	Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2015 M£	Acumulado até 31 de dezembro de 2015 M£
CLO e outros ativos	686	684	686	7	(36)
Sub-prime e Alt-A dos EUA	38	37	38	–	(426)
Total	724	721	724	7	(462)

Nota
a Os empréstimos a empresas e juros retidos em balanços de empréstimos a empresas em dezembro de 2015 eram atribuíveis ao BAGL, que foi classificado como detido para venda em 2016.

39 Titularizações continuação

Os ativos que representam o envolvimento continuado do Grupo em ativos desreconhecidos são registados nas seguintes rubricas:

Tipo de transferência	Empréstimos e adiantamentos M£	Ativos da carteira de M£	M£ Total
A 31 de dezembro de 2016			
CLO e outros ativos Sub-	**–**	**10**	**10**
prime e Alt-A nos EUA	**–**	**–**	**–**
Total	**–**	**10**	**10**
A 31 de dezembro de 2015			
CLO e outros ativos	327	359	686
Sub-prime e Alt-A dos EUA	38	–	38
Total	365	359	724

40 Ativos comprometidos

Os ativos são comprometidos como garantias para assegurar passivos sujeitos a acordos de recompra, titularizações e acordos de empréstimo de ações ou como depósitos de títulos relacionados com os instrumentos financeiros derivados. Os ativos comprometidos como garantia incluem todos os ativos classificados como onerados na divulgação da página 215, além daqueles detidos em veículos de papel comercial. Nestas transações será necessário o Barclays intervir para proporcionar o próprio financiamento sob uma facilidade de liquidez se o veículo não conseguir aceder ao mercado de papel comercial. A seguinte tabela resume a natureza e montante contabilístico dos ativos comprometidos como garantia face a estes passivos:

	2016 M£	2015 M£
Ativos da carteira de negociação	**51 241**	49 308
Ativos financeiros pelo justo valor	**3 195**	2 534
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**30 414**	51 038
Garantia em numerário	**68 797**	62 599
Investimentos financeiros	**13 053**	11 666
Ativos imobilizados detidos para venda	**117**	1 930
Ativos comprometidos	**166 817**	179 075

O Barclays apresenta 14mM£ (2015: 13mM£) adicionais em empréstimos e adiantamentos nos seus programas de financiamento garantido por ativos que podem ser prontamente usados para angariar financiamento adicional e disponibilizados para apoiar emissões futuras.

Garantias detidas como caução de ativos

Em algumas transações, incluindo acordos de revenda e transações de empréstimo de ações, o Grupo pode revender ou recomprometer a garantia detida. O justo valor à data do balanço de garantias aceites e recomprometidas a outros era o seguinte:

	2016 M£	2015 M£
Justo valor dos títulos aceites como garantias	**466 975**	308 162
Do qual o justo valor dos títulos recomprometidos/transferidos a outros	**405 582**	266 015

A divulgação completa prevista na IFRS 7 foi incluída em garantias e outras melhorias de crédito (ver páginas 167 a 168).

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

As notas incluídas nesta secção centram-se nas transações relacionada com as partes e remunerações dos diretores e auditores.
As partes relacionadas incluem quaisquer subsidiárias, associadas, *joint ventures*, entidades sob administração partilhada e Pessoal de Gestão Principal.

41 Transacções de parte relacionada e remunerações dos Directores

Transacções de parte relacionada

As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar a outra parte ou de exercer influência significativa sobre a outra parte durante a tomada de decisões financeiras ou operacionais, ou ambas forem controladas por uma ou outra parte. A definição inclui subsidiárias, associadas, *joint ventures*, e os planos de pensões do Grupo.

Subsidiárias

As transações entre o Barclays PLC e as subsidiárias também cumprem a definição de transações com partes relacionadas. Quando estas forem eliminadas na consolidação, não serão divulgadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo. As transações entre o Barclays PLC e a sua subsidiária, Barclays Bank PLC, estão totalmente divulgadas na folha de balanço e declaração de rendimentos do Barclays PLC. É apresentada uma lista das principais subsidiárias do grupo na Nota 36.

Entidades associadas, *joint ventures* e outras entidades

O Grupo fornece serviços bancários às suas associadas, *joint ventures*, fundos de pensões do Grupo (especialmente o Fundo de Reformas do Reino Unido) e às entidades sob administração partilhada, concedendo empréstimos, saques a descoberto, depósitos com ou sem juros e contas correntes a estas entidades e outros serviços bancários análogos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia aos planos de pensões do Grupo. O Grupo também fornece serviços da banca de "unit trust" (fundos de investimento coletivo) e fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo que não são individualmente materiais. Todas estas transações são conduzidas nos mesmos termos das transações com terceiros. A informação financeira resumida para as associadas e *joint ventures* do Grupo é apresentada na Nota 38.

Os montantes incluídos nas contas, agregados por categoria da entidade de parte relacionada são os seguintes:

	Associadas M£	*Joint ventures* M£	Fundos de pensões, unidades de participação e fundos de investimento M£
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2016			
Rendimento	**(20)**	**7**	**4**
Imparidades	**(13)**	**–**	**–**
Ativos totais	**72**	**2 244**	**–**
Passivos totais	**94**	**95**	**260**
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2015			
Rendimento	(19)	40	4
Imparidades	(4)	(2)	–
Ativos totais	36	1 578	–
Passivos totais	158	133	184
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014			
Rendimento	(5)	9	4
Imparidades	–	(1)	–
Ativos totais	130	1.558	–
Passivos totais	264	188	149

As garantias, penhores ou compromissos apresentados, e relativos a estas transações durante o ano, totalizaram 940M£ (2015: 881M£), predominantemente relacionados com *joint ventures*. Não foram recebidas garantias, penhores ou compromissos durante o ano. Os derivados transacionados em nome dos fundos de pensões, *trusts*, e fundos de investimento totalizaram 3M£ (2015: 13M£).

Pessoal de Gestão Principal

O Pessoal de Gestão Principal do Grupo, e as pessoas com quem estão ligados, também são considerados como sendo partes relacionadas para efeitos de divulgação. O Pessoal de Gestão Principal é constituído pelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Barclays PLC (direta ou indiretamente) e incluem os Diretores do Barclays PLC e os Quadros do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo do Grupo e os responsáveis das principais unidades e funções de negócio.

Não ocorreram quaisquer transações relevantes com entidades sob administração partilhada em que um Diretor ou um outro membro do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa relacionada) seja também um Diretor ou outro membro do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa relacionada) do Barclays.

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação
O Grupo fornece serviços bancários a Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal e às pessoas com eles relacionadas. As transações durante o ano e os saldos remanescentes eram os seguintes:

Empréstimos por liquidar

	2016 M£	2015 M£
A 1 de janeiro	**9,8**	11,4
Empréstimos emitidos durante o ano	**0,6**	1,1
Reembolsos de empréstimos durante o ano/mudança de pessoal de gestão principal	**(1,2)**	(2,7)
A 31 de Dezembro	**9,2**	9,8

Não foram reconhecidos abatimentos por imparidade a respeito dos empréstimos concedidos a Diretores ou a outros membros do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada).

Depósitos por liquidar

	2016 M£	2015 M£
A 1 de janeiro	**116,5**	103,0
Depósitos recebidos durante o ano	**18,9**	44,8
Depósitos pagos durante o ano/mudança de pessoal de gestão principal	**(128,1)**	(31,3)
A 31 de Dezembro	**7,3**	116,5

Total de compromissos pendentes
O total de compromissos pendentes refere-se ao total de todos os montantes não utilizados em cartões de crédito/facilidades de descoberto concedidas a Pessoal de Gestão Principal. O total de compromissos pendentes a 31 de dezembro 2016 atingiu 0,2M£ (2015: 0,5M£).

Todos os empréstimos concedidos a Diretores e a outro pessoal de gestão principal (e pessoas a eles associadas) (a) foram feitos no decurso normal da actividade empresarial, (b) foram feitos substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, conforme as que prevalecem ao mesmo tempo para transacções comparáveis com outras pessoas e (c) não envolveram mais do que o risco normal de cobrança ou apresentaram outras características desfavoráveis.

Remunerações de Diretores e de outro Pessoal de Gestão Principal
A remuneração total paga aos Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal abaixo inclui os prémios concedidos a indivíduos que tenham sido aprovados pelo Comité de Remunerações do Conselho durante as últimas decisões de remuneração, e é consistente com a abordagem adotada para as divulgações apresentadas nas páginas 99 a 133. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados refletem os encargos contabilísticos para o ano e são incluídos nas despesas operacionais. A diferença entre os valores pagos e os encargos reconhecidos na demonstração de resultados deve-se principalmente ao reconhecimento dos custos diferidos dos prémios do ano transato. São fornecidos os valores para o período em que os indivíduos respeitavam a definição de Diretores e outro Pessoal de Gestão Principal.

	2016 M£	2015 M£
Salários e outros benefícios de curto prazo	**31,9**	31,3
Custos de pensão	**0,2**	0,3
Outros benefícios de longo prazo	**11,0**	4,7
Pagamentos com base em ações	**21,9**	11,0
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	**6,2**	5,2
Despesas reconhecidas para fins contabilísticos	**71,2**	52,5
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	**(6,2)**	(5,2)
Outros benefícios a longo prazo – diferença entre prémios concedidos e despesas reconhecidas	**(2,5)**	2,5
Pagamentos com base em acções – diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	**(8,9)**	(2,3)
Total de remunerações atribuído	**53,6**	47,5

Divulgação solicitada pela Lei das Sociedades Comerciais de 2006
A seguinte informação relativa aos diretores é apresentada em conformidade com a Lei das Sociedades Comerciais de 2006:

	2016 M£	2015 M£
Total de emolumentosa	**8,1**	7,0
Montantes pagos ao abrigo	**–**	2,2
	8,1	9,2

Não existiram pagamentos de contribuições de pensões para planos contributivos definidos em nome dos Diretores (2015: nulo). Não existiram contribuições nocionais de pensões para esquemas contributivos definidos.

A 31 de dezembro de 2016, não houve Diretores que acumulassem benefícios de prestações num plano de benefícios definido (2015: zero libras esterlinas).

Notas
O total de emolumentos inclui montantes pagos para o ano de 2016. Alem disso, serão atribuídos prémios de ações diferidos a James E Staley e Thushar Morzaria, que apenas serão adquiridos caso sejam verificadas determinadas condições. O total dos prémios de ações diferidos é de 1,4M£ para 2016 (0,7M£ para 2015).
b O valor nulo é mostrado para 2016 em “Montantes pagos ao abrigo dos PILP” porque nenhum dos Diretores executivos detinha um prémio PILP distribuído em 2016. O montante PILP na tabela de número único total para a remuneração de 2016 de diretores executivos no relatório da Remuneração de Diretores está relacionado com o prémio que está planeado ser distribuído em 2017 no que respeita ao ciclo de PILP 2014-2016.

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação

Ações e opções de Diretores e Quadros

O benefício de posse de capital acionista ordinário do Barclays PLC por parte dos Diretores e Quadros do Barclays PLC (envolvendo 24 pessoas) a 31 de dezembro de 2016 totalizava um montante de 11 464 580 (2015: 10 586 812) em ações ordinárias de 25p cada (0,07% do capital social ordinário em dívida).

A 31 de dezembro de 2016, os Diretores executivos e os quadros do Barclays PLC (envolvendo 13 pessoas) possuíam opções de compra num total de 22 527 (2015: 17 206) de ações ordinárias do Barclays PLC a 25p cada, a preços de 120p a 178p no âmbito do Sharesave.

Adiantamentos e créditos aos Diretores e garantias por conta dos Diretores

Em conformidade com a Secção 413 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006, o montante total dos adiantamentos e créditos disponibilizados em 2014 a pessoas que serviram como Diretores durante o ano foi de 0,2M£ (2015: 0,3M£). O valor total das garantias constituídas em nome de Diretores durante 2016 foi igual a zero (2015: zero).

42 Remuneração de auditores

A remuneração de auditores está incluída nos honorários de consultoria, jurídicos e profissionais sob despesas de administração e gerais e compreende:

	Auditoria M£	Relacionados com auditoria M£	Serviços de tributação M£	Outros serviços M£	Total M£
2016					
Auditoria das contas anuais do Grupo	**14**	**–**	**–**	**–**	**14**
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa[a]	**27**	**–**	**–**	**–**	**27**
Outros serviços fornecidos[b]	**–**	**3**	**–**	**–**	**3**
Outros serviços relativos à tributação					
– serviços de cumprimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
– serviços de consultoria[c]	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Outros	**–**	**1**	**–**	**4**	**5**
Total da remuneração dos Auditores	**41**	**4**	**–**	**4**	**49**
2015					
Auditoria das contas anuais do Grupo	13	–	–	–	13
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa[a]	21	–	–	–	21
Outros serviços fornecidos[b]	–	3	–	–	3
Outros serviços relativos à tributação					
– serviços de cumprimento	–	–	1	–	1
– serviços de consultoria[c]	–	–	–	–	–
Outros	–	4	–	1	5
Total da remuneração dos Auditores	34	7	1	1	43
2014					
Auditoria das contas anuais do Grupo	11	–	–	–	11
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa[a]	24	–	–	–	24
Outros serviços fornecidos[b]	–	4	–	–	4
Outros serviços relativos à tributação					
– serviços de cumprimento	–	–	1	–	1
– serviços de consultoria[c]	–	–	–	–	–
Outros	–	3	–	1	4
Total da remuneração dos Auditores	35	7	1	1	44

Os valores mostrados na tabela em cima estão relacionados com honorários pagos à PricewaterhouseCoopers LLP e seus associados, dos quais os honorários pagos em relação às operações descontinuadas foram de 12M£ (2015: 10M£, 2014: 10M£).

Os honorários pagos a outros auditores não associados à PricewaterhouseCoopers LLP com respeito à auditoria de operações descontinuadas perfizeram 5M£ (2015: 4M£, 2014: 4M£).

43 Gestão de riscos financeiros, de liquidez e de capital

Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando a informação relacionada num só local, e para reduzir duplicações, as divulgações exigidas pelas IFRS relacionadas com riscos financeiros e recursos de capital foram incluídas na secção de Gestão do Risco e Governação do modo seguinte:

- Risco de rédito, da página 149 à 150;
- Risco de Mercado, na página 151
- Recursos de capital, da página 154 à 155; e
- Risco de liquidez, da página 153 à 154.

Notas

a. Compreendem taxas relativas à revisão legal de subsidiárias tanto dentro como fora do Reino Unido e taxas relativas ao trabalho realizado pelos associados da PricewaterhouseCoopers LLP em relação às demonstrações financeiras consolidadas da empresa.

b Compreende serviços relativos a apresentações estatutárias e regulamentares. Estes incluem serviços de auditoria para a revisão da informação financeira intercalar de acordo com as Regras à Cotação da autoridade bolsista do Reino Unido.

c. Incluem consultoria em assuntos fiscais, aconselhamento fiscal relativo a transações e outro tipo de planeamento e aconselhamento fiscal.

44 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados

Contabilização de ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

O Grupo aplica a IFRS 5 *Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas.*

Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) são classificados como detidos para venda quando a recuperação do seu valor contabilístico depender mais de uma transacção de venda do que do uso continuado. Para ser classificado como detido para venda, o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos usuais e costumeiros, e a venda deve ser altamente provável. Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) detidos para venda são valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo da venda.

A 1 de março de 2016, o Barclays anunciou a intenção de reduzir a participação de 62,3% na BAGL. Esta redução tem a intenção de atingir um nível que permita a desconsolidação de um ponto de vista contabilístico e regulamentar para o qual os acionistas concederam a sua aprovação na assembleia geral do Grupo de 28 de abril de 2016. A 5 de maio de 2016, o Barclays vendeu 12,2% da participação do Grupo na BAGL, o que resultou na transferência de participações não controladoras no valor de 601M£. Após esta venda, a participação do Barclays representa 50,1% do capital próprio da BAGL. O grupo de alienação da BAGL inclui todos os ativos e passivos da BAGL e as suas subsidiárias, assim como os balanços do Grupo associados à BAGL e contribuições esperadas que farão parte da venda.

Não foi reconhecida nenhuma imparidade para a BAGL no âmbito da IFRS 5 a 31 de dezembro de 2016. A imparidade no âmbito da IFRS 5 é calculada como uma diferença entre justo valor menos os custos de alienação e o valor contabilístico do grupo de alienação. O justo valor é determinado usando como referência o preço cotado de mercado para a BAGL e a taxa de câmbio para ZAR/GBP a 31 de dezembro de 2016 menos as contribuições esperadas. O justo valor menos os custos de alienação e as contribuições esperadas excede o valor líquido de ativos a 31 de dezembro de 2016.

O Barclays continua a explorar uma venda através da alienação das suas ações na BAGL durante 2017.

Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido para venda

	BAGL 2016 M£	Outros 2016 M£	Total 2016 M£	Total 2015 M£
Numerário e disponibilidades nos bancos centrais	2 689	241	2 930	21
Itens em fase de cobrança a outros bancos Ativos da	549	21	570	24
carteira de negociação	3 044	40	3 084	–
Ativos financeiros designados ao justo valor	5 546	1 438	6 984	696
Instrumentos financeiros derivados	1 992	–	1 992	–
Investimentos financeiros	4 995	2 742	7 737	1 230
Empréstimos e adiantamentos a	1 184	482	1 666	74
bancos Empréstimos e	41 793	1 711	43 504	5 513
adiantamentos a clientes	637	59	696	47
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e	63	24	87	10
outros investimentos em ativos em associados ou	902	52	954	128
joint ventures Ativos fixos tangíveis	965	32	997	–
Goodwill Ativos	554	16	570	43
intangíveis	124	25	149	22
Ativos por impostos atuais e	33	–	33	–
Total	65 070	6 883	71 953	7 808
Saldo de imparidades por afetar de acordo com a IFRS 5		(499)	(499)	(444)
Total de ativos classificados como detidos para venda	65 070	6 384	71 454	7 364

Passivo incluído em grupos de alienação classificado como detido para venda

	BAGL 2016 M£	Outros 2016 M£	Total 2016 M£	Total 2015 M£
Depósitos de bancos	2 113	36	2 149	–
Itens em fase de cobrança devidos a bancos	350	23	373	74
Contas de clientes	39 331	3 100	42 431	4 000
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	597	–	597	–
Passivos da carteira de negociação	388	–	388	–
Passivos financeiros designados ao justo	3 748	3 577	7 325	346
valor Instrumentos financeiros derivados	1 610	1	1 611	3
Títulos de dívida em	7 997	–	7 997	1 474
emissão Passivos	934	–	934	–
subordinados	1 061	119	1 180	39
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras	52	51	103	34
responsabilidades Provisões	154	8	162	(6)
Ativos por impostos atuais e diferidos				
Passivos de pensão de aposentação	26	16	42	33
Total de passivos classificados como detidos para venda	58 361	6 931	65 292	5 997
Ativos/(passivos) líquidos classificados com detidos para venda[a]	6 709	(547)	6 162	1 367
Pagamentos e custos de separação da BAGL esperados[b,c]	866	–	866	–
Contribuições pós grupo de alienação	7 575	(547)	7 028	1 367

Notas

a O valor contabilístico do grupo de alienação é definido após a eliminação de balanços internos entre o Barclays e a BAGL de 595M£. Os balanços internos foram considerados na determinação do valor contabilístico da BAGL (7,3mM£ antes das contribuições planeadas referentes à BAGL) com o objetivo de medir o grupo de alienação no valor mais baixo entre o valor contabilístico e o justo valor menos os custos da venda.

b Em Dezembro de 2016, o Barclays finalizou propostas relativamente a contribuições planeadas para o grupo BAGL relativamente à devolução de certas despesas, assim como contribuições para investimento no apoio da separação de atividades. O numerário e equivalentes a numerário utilizados para fazer estas contribuições planeadas está incluído dentro do perímetro do grupo de alienação, também com o objetivo de medir o grupo de alienação ao valor mais baixo entre o valor contabilístico e o justo valor menos os custos da venda. As contribuições planeadas são comunicadas no Numerário e balanços a bancos centrais na folha de balanço consolidado do Grupo.

c Em dezembro de 2016, o Barclays reembolsou a BAGL por despesas que esta incorreu num montante de 28M£. Este montante está excluído do valor da potencial reembolso e contribuição geral proposta de 866M£.

44 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados continuação

O grupo de alienação do BAGL cumpre os requisitos para ser apresentado como uma operação descontinuada. Nesse sentido, os resultados, que foram apresentados como lucro após impostos e participação não controladora no que respeita à operação descontinuada na frente da declaração de rendimentos do Grupo, são analisados na declaração de rendimentos em baixo.

Declaração de rendimento do grupo BAGL

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	2016 M£	2015 M£
Rendimento de juros líquido	**2 169**	1 950
Rendimento líquido de honorários e comissões	**1 072**	1 033
Rendimento líquido de negociação	**281**	197
Rendimento líquido de investimento	**45**	41
Outros rendimentos	**179**	193
Rendimento total	**3 746**	3 414
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	**(445)**	(353)
Rendimento líquido operacional	**3 301**	3 061
Custos com pessoal	**(1 186)**	(1 107)
Administração e despesas gerais	**(653)**	(545)
Desvalorização dos ativos fixos tangíveis	**(513)**	(442)
Amortização dos ativos intangíveis	**(58)**	(47)
Despesas operacionais	**(2 410)**	(2 141)
Participação de resultados após impostos de associadas e *joint ventures*	**6**	7
Lucro antes de impostos	**897**	927
Tributação	**(306)**	(301)
Lucros após impostos	**591**	626
Atribuível a:		
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe	**189**	302
Interesses não controladores	**402**	324
Lucros após impostos	**591**	626

Os outros rendimentos integrais relativos a operações descontinuadas são os seguintes:

Para o ano terminado a 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£
Ativos detidos para venda Reservas	**(9)**	(22)
de conversão de moeda Reservas	**1 451**	(1 223)
de cobertura de fluxos de caixa	**89**	(101)
Outros rendimentos abrangentes, líquidos de impostos de operações descontinuadas	**1 531**	(1 346)

Os fluxos de caixa atribuídos a operações descontinuadas são os seguintes:

Para o ano terminado a 31 de dezembro	2016 M£	2015 M£
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**1 164**	794
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	**(691)**	(1 883)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**(105)**	133
Efeito da taxa de câmbio no numerário e equivalente	**37**	(865)
Aumento/(decréscimo) líquido no numerário e equivalentes	**405**	(1 821)

44 Ativos incluídos nos grupos de alienação classificados para venda e passivos associados continuação

Outros ativos detidos para venda

Venda no negócio retalhista francês

O grupo de alienação inclui o total de ativos e passivos no negócio retalhista francês, com ativos de 4mM£. Uma imparidade de 456M£ foi reconhecida na expetativa de perda na venda, esperando-se que a venda esteja completa em 2017.

Venda do negócio bancário egípcio

O grupo de alienação inclui um total de ativos e passivos no Barclays Bank Egypt, com ativos de 1mM£. Sujeita a aprovações reguladoras, é esperado que a venda esteja completa em S1 2017.

Venda de Barclays Vida Y Pensiones

A maioria do grupo de alienação foi vendido durante 2016. Espera-se que venda do restante negócio de Seguros de Vida espanhol, com ativos de 657M£, seja concluída em 2017.

Venda do negócio do Zimbábue

O grupo de alienação inclui um total de ativos e passivos no negócio do Zimbábue, com ativos de 362M£. É esperado que a venda seja concluída em T4 2017.

Venda de outros negócios

As outras alienações incluem 379M£ de ativos, maioritariamente compostos pelo negócio Italiano, com ativos de 258M£. Espera-se que a venda seja concluída em 2017. Os restantes negócios consistem maioritariamente no negócio de seguros na Irlanda, UK Trust and VocaLink, cuja venda é esperada em 2017.

Durante o ano, vários grupos de alienação de ativos detidos para venda foram alienados. A venda do negócio Asia Wealth foi levado a cabo em novembro de 2016. Um ganho de 164M£ na venda foi registado na declaração dentro da (perda)/lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e *joint ventures*. As vendas do Barclays Risk Analytics and Index Solutions Ltd em agosto de 2016, negócios de cartões de crédito portugueses e espanhóis em novembro de 2016, negócio de seguros italiano em junho de 2016, banca de retalho italiana em agosto de 2016, negócios de seguro e de retalho portugueses em abril de 2016, o negócio Offshore Trust em Janeiro de 2016, a venda do negócio designado por Market Maker em abril de 2016 e parte do negócio de seguros espanhol em novembro de 2016 também ocorreram nesse ano.

45 Barclays PLC (a Empresa-Mãe) Outros rendimentos

Os outros rendimentos de 334M£ (2015: 227M£) incluem 457M£ (2015: 345M£) de rendimento recebido de pagamentos de cupões brutos em garantias AT1 emitidos pelo Barclays Bank PLC.

Ativos e Passivos Não Correntes

Investimentos em subsidiárias

O investimento em subsidiária de 36 553M£ (2015: 35 303M£) representa um investimento feito no Barclays Bank PLC incluindo 6 486M£ (2015: 5 350M£) em títulosAT1. O aumento de 1 250M£ durante o ano deveu-se sobretudo à emissão de 1,5mM£ em AT1 durante o terceiro trimestre.

Empréstimos e adiantamentos a subsidiárias, passivos subordinados e títulos de dívida em circulação

Durante o período, o Barclays PLC emitiu 2,1mM£ de Obrigações Subordinadas de Taxa Fixa incluídas no balanço de passivos subordinados de 3 789M£ (2015: 1 766M£), 6,7mM$ em Obrigações Seniores de Taxa Fixa, 20mM¥ em Obrigações Seniores de Taxa Fixa, 2,7mM€ em Obrigações Seniores de Taxa Fixa e Variável, 1.3mM£ em Obrigações Seniores de Taxa Fixa e 0,2M AUD em Obrigações Seniores de Taxa Fixa incluídas nos títulos de dívida no balanço emitido de 16 893M£ (2015: 6 224M£). Os proveitos alcançados através destas transações foram usados para investir em subsidiárias do Barclays Bank PLC, considerados com empréstimos e adiantamentos a subsidiárias em 19 421M£ (2015: 7 990M£). .

O Barclays PLC mantem o direito a gerir a natureza dos seus investimentos internos em subsidiárias de acordo com as suas necessidades reguladoras e empresariais. À medida que vamos implementando o nosso programa de reforma estrutural, o Barclays PLC irá investir capital e financiamento no Barclays Bank PLC e outras subsidiárias do grupo tais como a Empresa de Serviço de Grupo, o US IHC e o banco delimitado do Reino Unido.

Investimentos financeiros

Os ativos de investimento financeiro dizem respeito a empréstimos feitos a subsidiárias do Grupo. Estes instrumentos incluem uma funcionalidade que permite ao empréstimo ser designado como inteiro ou parcial pelo mutuário, apenas no caso dos passivos da subsidiária excederem os ativos.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados de 268M£ (2015: 210M£) detidos pela Empresa-Mãe representam o direito do Barclays PLC de receber uma Obrigação de Capital sem consideração adicional, no caso de o rácio CET1 CRD IV consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%, altura em que as obrigações são automaticamente atribuídas aos detentores do Barclays PLC.

Total de investimentos de capital

O capital social resgatado e os prémios de ações do Barclays PLC foram de 21 842M£ (2015: 21 586M£). Os outros instrumentos de capital no valor de 6 453M£ (2015: 5 321M£) representam os títulos AT1. Para mais detalhes, consultar a Nota 31 *Ações ordinárias, prémios de ações e outro capital próprio*.

Notas às demonstrações financeiras

46 Compromissos relacionados

A estrutura corporativa do Grupo consiste de uma série de empresas coligadas, que inclui subsidiárias, *joint ventures*, associadas e vários outros interesses. Apresenta-se seguidamente uma lista completa destas empresas, do seu país de constituição, e da propriedade de cada classe de ações. Esta informação refere-se a 31 de dezembro de 2016.

As entidades são agrupadas pelos países onde foram constituídas. Os lucros auferidos pelas atividades destas entidades são, em alguns casos, taxados em países diferentes dos de constituição. O Country Snapshot de 2016 do Barclays fornece detalhes relativos ao local onde o Grupo desenvolve o seu negócio, onde os seus lucros estão sujeitos a impostos, e os impostos que paga em cada país onde opera.

Subsidiárias integralmente detidas

Salvo especificação em contrário, as empresas abaixo referidas são integramente detidas e consolidadas pelo Barclays, e o capital social divulgado inclui ações ordinárias ou comuns que são detidas por subsidiárias do Grupo.

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Reino Unido	
– 1 Churchill Place, London, E14 5HP	
Aequor Investments Limited Ardencroft	
Investments Limited	
B D & B Investments Limited	
B.P.B. (Holdings) Limited	
Barafor Limited	
Barclay Leasing Limited	
Barclays (Security Realisation) Limited	
Barclays Aegis Trust	D
Barclays Africa Group Holdings Limited	J,
K Barclays Aldersgate Investments Limited	
Barclays Asset Management Limited	
Barclays Bank PLC	A, F, I
Barclays BCL FI Trust	D
Barclays Bedivere Trust	D
Barclays BR Investments Trust	D
Barclays Cantal Investments Trust	D
Barclays Capital Asia Holdings Limited	
Barclays Capital Finance Limited	
Barclays Capital Japan Securities Holdings Limited	
Barclays Capital Luxembourg S.à.r.l. Trust	D
Barclays Capital Margin Financing Limited	
Barclays Capital Nominees (No.2) Limited	
Barclays Capital Nominees (No.3) Limited	
Barclays Capital Nominees Limited	
Barclays Capital Principal Investments Limited Barclays	
Capital Securities Client Nominee Limited	
Barclays Capital Securities Limited	F, I
Barclays Capital Services Limited	A
Barclays CCP Funding LLP	B
Barclays Converted Investments (No.2) Limited	
Barclays Converted Investments Limited Barclays	
Direct Investing Nominees Limited Barclays	
Directors Limited	
Barclays Equity Index Investments Bare Trust	D
Barclays Executive Schemes Trustees Limited	
Barclays Fiduciary Services (UK) Limited	
Barclays Financial Planning Nominee Company Limited	
Barclays Funds Investments Limited	
Barclays Global Shareplans Nominee Limited	
Barclays Group Holdings Limited	
Barclays Group Operations Limited	
Barclays Industrial Development Limited	
Barclays Industrial Investments Limited	
Barclays Insurance Services Company Limited	
Barclays Investment Management Limited	
Barclays Lamorak Trust	D
Barclays Leasing (No.9) Limited Barclays	
Long Island Limited	
Barclays Luxembourg GBP Holdings Trust	D
Barclays Luxembourg USD Holdings Trust	D
Barclays Marlist Limited	
Barclays Mercantile Business Finance Limited	
Barclays Mercantile Limited	
Barclays Nominees (Branches) Limited Barclays	
Nominees (George Yard) Limited Barclays	
Nominees (K.W.S.) Limited Barclays Nominees	
(Monument) Limited Barclays Nominees	
(Provincial) Limited	
Barclays Pelleas Trust	D
Barclays Pension Funds Trustees Limited	
Barclays Private Bank	

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Barclays Private Banking Services	
Limited Barclays Private Trust	
Barclays SAMS Limited	
Barclays Services (Japan)	
Limited	
Barclays Shea Limited	
Barclays Singapore Global Shareplans Nominee	
Limited Barclays Stockbrokers (Holdings) Limited	
Barclays Stockbrokers Limited	
Barclays Trust Company Limited	I, P
Barclays UK and Europe PLC	
Barclays Unquoted Investments Limited	
Barclays Unquoted Property Investments Limited	
Barclays USD Funding LLP	B
Barclays Wealth Nominees Limited	
Barclayshare Nominees Limited	
Barcosec Limited	
Barley Investments Limited	I, J, K
Barometers Limited	
Barsec Nominees Limited	
BB Client Nominees Limited	
BCLI GP Trust	D
BMBF (Bluewater Investments)	
Limited BMBF (No.12) Limited	
BMBF (No.21) Limited	
BMBF (No.24) Limited	
BMBF (No.3) Limited	
BMBF (No.6) Limited	
BMBF (No.9) Limited	
BMBF USD NO 1	
Limited BMI (No.9)	
Limited	
BNRI ENG 2013 Limited Partnership	B
BNRI ENG 2014 Limited Partnership	B
BNRI ENG GP LLP	B
BNRI England 2010 Limited Partnership	B
BNRI England 2011 Limited Partnership	B
BNRI England 2012 Limited Partnership	B
Boudeuse Limited	
Capel Cure Sharp Limited	
Carnegie Holdings Limited	I, J, K
Chapelcrest Investments Limited	
Clydesdale Financial Services Limited	
Cobalt Investments Limited	
Condor No.1 Limited Partnership	B
Condor No.2 Limited Partnership	B
CP Flower Guaranteeco (UK) Limited	E
CP Propco 1 Limited	
CP Propco 2 Limited	
CP Topco Limited	J, K
CPIA England 2008 Limited Partnership	B
CPIA England 2009 Limited Partnership	B
CPIA England No.2 Limited Partnership	B
Denham Investments Limited	
DMW Realty Limited	
Durlacher Nominees Limited	
Eagle Financial and Leasing Services (UK) Limited	
Equity Value Investments Limited Liability Partnership	B
Equity Value Investments No.1 Limited	
Equity Value Investments No.2 Limited	F,
I Exshelfco (DZBC)	
Finpart Nominees Limited	
FIRSTPLUS Financial Group	
PLC	
Fitzroy Finance Limited	Z

46 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
1 Churchill Place, London, E14 5HP continuação	
Foltus Investments Limited	
Gerrard (OMH) Limited	
Gerrard Financial Planning Limited Gerrard	
Investment Management Limited Gerrard	
Management Services Limited Gerrard	
Nominees Limited	
Global Dynasty Natural Resource Private Equity Limited Partnership	B
Globe Nominees Limited	
GM Computers Limited	
Greig Middleton Holdings Limited	
Greig Middleton Nominees Limited	
Hawkins Funding Limited	
Heraldglen Limited	G, H, I
Investors In Infrastructure Limited	
J.V. Estates Limited	
Keepier Investments	
Kirsche Investments Limited	
Lindley Developments Limited	U
Lombard Street Nominees Limited	
Long Island Assets Limited Maloney	
Investments Limited Menlo	
Investments Limited Mercantile Credit	
Company Limited	
Mercantile Leasing Company (No.132) Limited	
MK Opportunities LP	B
Murray House Investment Management Limited	
Naxos Investments Limited	
North Colonnade Investments Limited	
Northwharf Investments Limited	I, X
Northwharf Nominees Limited	
PIA England No.2 Limited Partnership	B
Real Estate Participation Management Limited	
Real Estate Participation Services Limited	
Relative Value Investments UK Limited Liability Partnership	B
Relative Value Trading Limited	
Roder Investments No. 1 Limited	I, Y
Roder Investments No. 2 Limited	I, Y
Ruthenium Investments Limited	
RVT CLO Investments LLP	B
Scotlife Home Loans (No.3) Limited	
Sharelink Nominees Limited Solution	
Personal Finance Limited Surety	
Trust Limited	
Swan Lane Investments Limited	F, I
US Real Estate Holdings No.1 Limited	
US Real Estate Holdings No. 2 Limited	
US Real Estate Holdings No.3 Limited	
W.D. Pension Fund Limited	
Wedd Jefferson (Nominees) Limited	
Westferry Investments Limited	
Woolwich Assured Homes Limited	
Woolwich Homes (1987) Limited	E
Woolwich Homes Limited	
Woolwich Limited	
Woolwich Plan Managers Limited	
Woolwich Qualifying Employee Share Ownership Trustee Limited	
Woolwich Surveying Services Limited	
Zeban Nominees Limited	
Planeamento Financeiro do Barclays (Entrou em Liquidação a 26 de janeiro de 2017)	
– Hill House, 1 Little New Street, London, EC4A 3TR	
54 Lombard Street Investments (em Liquidação)	
Barclays Global Investors Finance Limited (em Liquidação)	
Barclays Global Investors UK Holdings Limited (em Liquidação)	J,
K Barclays Mercantile Highland Finance Limited (em Liquidação)	
Barclays Physical Trading Limited (em Liquidação)Eldfell Investments Limited (em Liquidação)	
Fair and Square Limited (em Liquidação)	
Mercers Debt Collections Limited (em Liquidação)	
Pendle Shipping Limited (em Liquidação)	
Reflex Nominees Limited (em Liquidação)	
– 5 The North Colonnade, Canary Wharf, London, E14 4BB	
Barclays Bayard Investments Trust	D

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
– 5 The North Colonnade, Canary Wharf, London, E14 4BB continuação	
BBR Holdings Trust	D
Barclays Capital Trading Luxembourg Trust	D
Barclays Luxembourg EUR Holdings Trust	D
Barclays Luxembourg Finance Index Trust	D
CPIA Canada Holdings	B
Leonis Investments LLP	B
Preferred Liquidity Limited Partnership	B
– Aurora Building, 120 Bothwell Street, Glasgow, G2 7JS	
Barclays SLCSM (No.1) Limited (em Liquidação)	
R.C. Grieg Nominees Limited	
– 50 Lothian Road, Festival Square, Edinburgh, EH3 9WJ	
BNRI PIA Scot GP Limited	
BNRI Scots GP, LLP	B
Pecan Aggregator LP	B
– Logic House, Waterfront Business Park, Fleet Road, GU1 3SB	
The Logic Group Holdings Limited	J
The Logic Group Enterprises Limited	
Argentina	
– Av. Leandro N.Alem 855, 8th Floor, Buenos Aires	
Compañía Sudamerica S.A.	
– Marval, O'Farrell & Mairal, Av. Leandro N. Alem 882, Buenos Aires, C1001AAQ	
Compañia Regional del Sur S.A.	
Brasil	
– Av. Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, 12th floor, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, CEP, 04538-132	
Banco Barclays S.A.	
Canadá	
– 333 Bay Street, Suite 4910, Toronto ON M5H 2R2	
Barclays Capital Canada Inc	
– Stikeman Elliott LLP, 199 Bay Street, 5300 Commerce Court West, Toronto ON M5L 1B9	
Barclays Corporation Limited	
Ilhas Caimão	
– Maples Corporate Services Limited, PO Box 309GT, Ugland House, South Church Street, Grand Cayman, KY1-1104	
Alymere Investments Limited	G, H, I
Alymere Investments Two Limited (em Liquidação)	
Analytical Trade UK Limited	
Aquitaine Investments Limited (em Liquidação)	
Barclays Capital (Cayman) Limited	
Braven Investments No.1 Limited	
Capton Investments Limited	
Claudas Investments Limited	G, H, I
Claudas Investments Two Limited	
CPIA Investments No.1 Limited	V
CPIA Investments No.2 Limited	F, I
Cureton Investments No. 1 Limited (em Liquidação)	
Cuth Investments Limited	F, I, T
Furbridge Investments Limited	
Hamar Investments Limited	
Hurley Investments No.1 Limited	
Iris Investments 1 Limited	G, H, I
Mintaka Investments No. 4 Limited	
OGP Leasing Limited	
Pelleas Investments Limited Pelleas	
Investments Two Limited Pippin	
Island Investments Limited	
Razzoli Investments Limited	F, I
RVH Limited	F, I
Zanonne Investments Limited (em Liquidação)	
Zumboorok Investments Limited	
– PO Box 1093, Queensgate House, Grand Cayman, KY1-1102	
Blaytell Limited	
Coskwo Limited	
Godler Limited	
Harflane Limited	
Hentock Limited	
Hollygrice Limited	
Pilkbull Limited	

46 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
– PO Box 1093, Queensgate House, Grand Cayman, KY1-1102 continued	
Strickyard Limited	
Winhall Limited	
– 190 Elgin Avenue, George Town, Grand Cayman, KY1-9005	
Calthorpe Investments Limited	
Gallen Investments Limited	
JV Assets Limited	L
Palomino Limited	Z
Raglan Investments Limited	
Wessex Investments Limited	
– Walkers Corporate Limited, Cayman Corporate Centre, 27 Hospital Road, George Town, KY1 – 9008	
Long Island Holding B Limited	
China	
– Room 213, Building 1, No. 1000 Chenhui Road, Zhangjiang Hi-Tech Park, Shanghai	
Barclays Technology Centre (Shanghai) Company Limited	
Egito	
– Star Capital Al Tower, City Stars Project, 2 Ali Rashed Street, Nasr City, Cairo	
Barclays Bank Egypt SAE	
França	
– 183 avenue Daumesnil, Paris, 75012	
Barclays Courtage SAS	
Barclays Diversification	
Barclays Patrimoine	
S.C.S. Barclays Vie SA	
BBAIL SAS	
– 32 avenue George V, Paris, 75008	
Barclays France SA	
Barclays Wealth Managers France SA	
Alemanha	
– Bockenheimer Landstrasse 38-40, D-60323 Frankfurt Am Main	
Barclays Capital Effekten GmbH	
Sulm Investments GmbH (em Liquidação)	
– c/o SFM Deutschland GmbH, Gruneburgweg 58-62, 60322, Frankfurt am Main	
Baubecon Holding 1 GmbH (em Liquidação)	
Opal 110. GmbH (em Liquidação)	
– Gasstrasse 4c, 22761, Hamburg, Germany	
Baban Mantel AG (em Liquidação)	
Gibraltar	
– Suite 1, Burns House, 19 Town Range	
Frankland Properties Limited	
Norfolk LP	B
Ringmer Properties Limited	
Saveway Properties Limited	
Stowmarket Investments Limited	
Townmead Properties Limited	
Trefield Holdings Limited	
Guernsey	
– P.O. Box 33, Maison Trinity, Trinity Square, St. Peter Port, GY1 4AT	
Barclays Insurance Guernsey PCC Limited	O
– PO BOX 41, Floor 2, Le Marchant House, Le Truchot, St Peter Port, GY1 3BE	
Barclays Nominees (Guernsey) Limited	
Hong Kong	
– 42nd floor Citibank Tower, Citibank Plaza, 3 Garden Road	
Barclays Bank (Hong Kong Nominees) Limited (em Liquidação)	
Hollygrice Limited	
A	
Barclays Capital Asia Nominees Limited (em Liquidação)	
– Level 41, Cheung Kong Center, 2 Queen's Road Central	
Barclays Asia Limited	
Barclays Capital Asia Limited	
Índia	
– 208 Ceejay House, Shivsagar Estate, Dr A Beasant Road, Worli, Mumbai, 400 018	
Barclays Securities (India) Private Limited	
Barclays Wealth Trustees (India) Private Limited	

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
– 67, Maker Tower 'F' 6th Floor, Cuffe Parade, Mumbai, 400 005	
Barclays Holdings India Private Limited (em Liquidação)	
– DLF IT Park 8th Floor, Building 9A and B, 1/124 Shivaji Gardens, Mount Poonamallee Road, Manapakkam, Chennai, 600089	
Barclays Shared Services Private Limited	
– Ground to Fourth Floor, Wing 3 – Cluster A, Eon Free Zone, MIDC Knowledge Park, Pune, 411014	
Barclays Technology Centre India Private Limited	
– Level 10, Block B6, Nirlon Knowledge Park, Off Western Express Highway, Goregaon (East), Mumbai, 40063	
Barclays Investments & Loans (Índia) Limited	F, I
Indonésia	
– Barclays House, 12th Floor, Jl. Jend Sudirman Kav. 22-23, Jakarta, 12920	
PT Bank Barclays Indonesia (em Liquidação)	
– Plaza Lippo, 10th Floor, Jalan Jend, Sudirman Kav 25, Jakarta, 12920	
PT Bhadra Buana Persada (em Liquidação)	
Irlanda	
– Two Park Place, Hatch Street, Dublin 2	
Barclaycard International Payments Limited	
Barclays Assurance (Dublin) Designated Activity Company Barclays	
Bank Ireland Public Limited Company	
Barclays Insurance (Dublin) Designated Activity Company	
Barclays Capital Asia Nominees Limited (em Liquidação)	
Ilha de Man	
– Barclays House, Victoria Street, Douglas, IM1 2LE	
Barclays Nominees (Manx) Limited	
Barclays Portfolio (IoM GP) No.2 Limited	
Barclays Private Clients International Limited	J, K
– 2nd Floor, St Georges Court, Upper Church Street, Douglas, IM1 1EE	
Barclays Holdings (Isle of Man) Limited	
Itália	
– Milano, Via della Moscova 18	
Barclays Private Equity S.p.A. (em Liquidação)	
Japão	
– 10-1, Roppongi 6-chome, Minato-ku, Tokyo	
Barclays Funds and Advisory Japan Limited	
Barclays Securities Japan Limited	
Barclays Wealth Services Limited	
Jersey	
– Third Floor, 37 Esplanade, St. Helier, JE2 3QA	
CP Newco 1 Limited	
CP Newco2 Limited	J, K
CP Newco3 Limited	
– La Motte Chambers, St Helier, JE1 1BJ	
Barclays Services Jersey Limited	
– 39-41 Broad Street, St Helier, JE2 3RR	
Barclays Wealth Management Jersey Limited	
BIFML PTC Limited	
– 13 Castle Street, St. Helier, JE4 5UT	
Barclays Index Finance Trust	S
– Lime Grove House, Green Street, St Helier, JE1 2ST	
Barbridge Limited	
– 13 Library Place, St Helier, JE4 8NE	
Barclays Nominees (Jersey) Limited	
Barclaytrust Channel Islands Limited	
– Appleby Trust (Jersey) Limited, PO Box 207, 13-14 Esplanade, St Helier, JE1 1BD	
MK Opportunities GP Ltd	
Coreia, República da	
– A-1705 Yeouido Park Centre, 28-3 Yeouido-dong, Yeongdeungpo-gu, Seoul	
Barclays Korea GP Limited	
Luxemburgo	
– 9, allée Scheffer, L-2520	
Barclays Aegis Investments S.à	
r.l. Barclays Alzin Investments S.à	
r.l.	
Barclays Bayard Investments S.à r.l.	J, K

46 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
– 9, allée Scheffer, L-2520 continued	
Barclays BCL Fixed Income S.à.r.l.	
Barclays BCLI no.1 S.à r.l	
Barclays BCLI no.2 S.à r.l.	
Barclays Bedivere Investments S.à r.l. Barclays Bordang Investments S.à r.l. Barclays BR Holdings S.à r.l.	
Barclays BR Investments S.à r.l.	
Barclays Cantal Investments S.à r.l.	J
Barclays Capital Luxembourg S.à r.l.	
Barclays Capital Trading Luxembourg S.à r.l.	J, K
Barclays Claudas Investments Partnership	B
Barclays Equity Index Investments S.à r.l.	
Barclays Lamorak Investments S.à r.l.	
Barclays Leto Investments S.à r.l.	
Barclays Luxembourg EUR Holdings S.à r.l	
Barclays Luxembourg Finance S.à r.l.	
Barclays Luxembourg GBP Holdings S.à r.l.	
Barclays Luxembourg Holdings S.à r.l.	I, AA
Barclays Luxembourg Holdings SSC	B
Barclays Luxembourg USD Holdings S.à r.l.	J, K
Barclays Pelleas Investments Partnership	B
Barclays Pelleas Investments S.à r.l.	G, I
Barclays Bayard Investments S.à r.l.	J, K
Blossom Finance General Partnership	B
– 68-70 Boulevard de la Petrusse, L-2320	
Adler Toy Holding Sarl	
Malásia	
– Unit 30-01, Level 30, Tower A, Vertical Business Suite, Avenue 3, Bangsar South, No.8, Jalan Kerinchi, Kuala Lumpur, 59200	
Barclays Capital Markets Malaysia Sdn Bhd. (em Liquidação)	F, I
Maurícia	
– C/O Rogers Capital Corporate Services, St. Louis Business Centre, Cnr Desroches & St. Louis Streets, Port Louis	
Barclays Capital Mauritius Limited	
Barclays Capital Securities Mauritius Limited	
– Fifth Floor, Ebene Esplanade, 24 Cybercity, Ebene	
Barclays (H&B) Mauritius Limited	
Barclays Mauritius Overseas Holdings Limited	
México	
– Paseo de la Reforma 505, 41 Floor, Torre Mayor, Col. Cuauhtemoc, CP 06500	
Barclays Bank Mexico, S.A.	K, M
Barclays Capital Casa de Bolsa, S.A. de C.V.	K, M
Grupo Financiero Barclays Mexico, S.A. de C.V.	K, M
Servicios Barclays, S.A. de C.V.	
Mónaco	
– 31 Avenue de la Costa, BP 339	
Barclays Wealth Asset Management (Monaco) S.A.M	
Holanda	
– Strawinskylaan 3105, 1077 ZX, Amsterdam	
Barclays SLCSM Funding B.V.	
– De Boelelaan 7, 1083 Hj Amsterdam	
Chewdef BidCo BV. (em Liquidação)	
Nigéria	
– Southgate House, Udi Street, Osborne Estate, Ikoyi, Lagos	
Barclays Group Representative Office (NIG) Limited	
Filipinas	
– 21/F, Philamlife Tower, 8767 Paseo de Roxas, Makati City, 1226	
Meridian (SPV-AMC) Corporation	
Federação Russa	
– Four Winds Plaza, 1st Tverskaya-Yamskaya Str , Moscow 21, 125047	
Limited Liability Company Barclays Capital (em Liquidação)	
Arábia Saudita	
– 18th Floor Al Faisaliah Tower , Riyadh, 11311	
Barclays Saudi Arabia (em Liquidação)	

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
Singapura	
– 10 Marina Boulevard, #24-01 Marina Bay Financial Centre, Tower 2, 018983	
Barclays Bank (Singapore Nominees) Pte Ltd Barclays	
Bank (South East Asia) Nominees Pte Ltd Barclays	
Capital Futures (Singapore) Private Limited Barclays	
Capital Holdings (Singapore) Private Limited	
Barclays Merchant Bank (Singapore) Ltd.	
Espanha	
– Plaza De Colon 1, 28046, Madrid	
Barclays Tenedora De Immuebles SL.	
Barclays Vida Y Pensiones, Compañía De Seguros, S.A	Z
The Logic Group Enterprises S.L	
Suíça	
– Chemin de Grange Canal 18-20, PO Box 3941, 1211, Geneva	
Barclays Bank (Suisse) S.A.	
BPB Holdings SA	
Taiwan	
– 11/F, 106 Xin-Yi Road, Sec. 5, Taipei 110	
Barclays Capital Securities Taiwan Limited (em Liquidação)	
Tailândia	
– 87, M Thai Tower All Seasons Place, 23rd Floor, Wireless Road, Lumpini, Phatumwan, Bangkok, 10330	
Barclays Capital (Thailand) Ltd. (em Liquidação)	
Estados Unidos	
– Corporation Trust Company, Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington DE 19801	
Archstone Equity Holdings Inc	
Barclays BWA, Inc.	
Barclays Capital Commodities Corporation	
Barclays Capital Derivatives Funding LLC	C
Barclays Capital Energy Inc.	
Barclays Capital Real Estate Finance Inc.	
Barclays Capital Real Estate Holdings Inc.	
Barclays Capital Real Estate Inc.	
Barclays Commercial Mortgage Securities LLC	C
Barclays Delaware Holdings LLC	F, I
Barclays Electronic Commerce Holdings Inc.	
Barclays Financial LLC	C
Barclays Group US Inc.	
Barclays Investment Holdings LLC	
Barclays Oversight Management Inc.	
Barclays Financial LLC	C
Barclays Services Corporation	
Barclays US CCP Funding LLC	C
Barclays US Funding LLC	C
Barclays US LLC	G, I
BCAP LLC	C
BNRI Acquisition No.4 LLC	C
BNRI Acquisition No.5, LP	B
CPIA Acquisition No.3 LLC	C
CPIA Equity No. 1 Inc.	
Crescent Real Estate Member LLC	C
Gracechurch Services Corporation	
Long Island Holding A LLC	C
LTDL Holdings LLC	C
Marbury Holdings LLC	
Persica Holdings LLC	C
Persica Lease LLC	C
Persica LL LLC	C
Persica Property LLC	C
Protium Finance I LLC	C
Protium Master Mortgage LP	B
Protium REO I LP	B
RB Special Assets, L.L.C.	C
Securitized Asset Backed Receivables LLC	C
Sutton Funding LLC	C
TPLL LLC	C
TPProperty LLC	C
TPWorks LLC	C

46 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias integralmente detidas	Nota
– Corporation Trust Company, Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington DE 19801 continuação	
US Secured Investments LLC	C
Vail 09 LLC	C
Vail Residential 09 LLC	C
Vail SC LLC	C
– 1201 North Market Street, P.O. Box 1347 Wilmington, DE19801	
Barclays Bank Delaware	F, I
Procella Investments LLC	C
Procella Investments No.1 LLC	C
Procella Investments No.2 LLC	C
Procella Investments No.3 LLC	C
Procella Swaps LLC	C
Verain Investments LLC	
– 2711 Centerville Road, Suite 400, Wilmington DE 19808	
Analog Analytics Inc	
Barclays Capital Equities Trading GP	B
Barclays Capital Holdings Inc.	G, I
Lagalla Investments LLC	
Protium Master Grantor Trust	D
Relative Value Holdings, LLC	
– 745 Seventh Avenue, New York NY 10019	
Alynore Investments Limited Partnership	B
Curve Investments GP	B
Preferred Liquidity, LLC	J
– CT Corporation System, One Corporate Center, Floor 11, Hartford CT 06103-3220	
Barclays Capital Inc.	
– c/o RL&F Service Corp, One Rodney Square, 10th Floor, Tenth and King Streets, Wilmington DE 19801	
Analytical Trade Holdings LLC	
Analytical Trade Investments LLC	BB
– 100 South West Street, Wilmington DE 19801	
Barclays Dryrock Funding LLC	C
Wilmington Riverfront Receivables LLC	J, K
– 100 South Wacker Drive, Suite 2000, Chicago IL 60606	
BTXS Inc.	
– 15 East North Street, Dover DE DE 19801	
Barclays Services LLC	C
– 200 Park Avenue, New York, New York, 10166	
HYMF, Inc.	
– CT Corporation System, 225 Hillsborough Street, Raleigh, NC 27603	
Barclays US GPF Inc.	
– CT Corporation System, 350 North St. Paul Street, Dallas TX 75201	
La Torretta Beverages LLC	C
La Torretta Hospitality LLC	C
La Torretta Operations LLC	C
– Aon Insurance Managers (USA) Inc., 199 Water Street, New York NY 10038	
Barclays Insurance U.S. Inc.	
– Suite 1100, 50 W. Liberty St., Reno, Nev 89501	
CPIA FX Investments Inc.	
– 500 Forest Point Circle, Charlotte, North Carolina 28273	
Equifirst Corporation (em Liquidação)	
Zimbábue	
– 2 Premium Close, Mount Pleasant Business Park, Mount Pleasant, Harare	
Branchcall Computers (Pvt) Limited	
A	
– 2nd Floor, Barclays House, Corner Jason Moyo Avenue/First Street, Harare	
Afcarme Zimbabwe Holdings (Pvt) Limited	

Outros Compromissos Relacionados

Salvo disposto em contrário, os compromissos em baixo estão consolidados e o capital social divulgado é composto por ações ordinárias ou comuns que são detidas pelas subsidiárias do Grupo. A percentagem de participação geral do Grupo é fornecida para cada compromisso.

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
Reino Unido		
– 1 Churchill Place, London, E14 5HP		
Barclays Africa Limited	50,10%	
Barclaycard Funding PLC	75,00%	J
Claas Finance Limited	51,00%	K
PSA Credit Company Limited (em Liquidação)	50,00%	J, L
Barclays Covered Bond Funding LLP	50,00%	B
– 1 Angel Lane, London, EC4R 3AB		
Vocalink Holdings Limited	15,18%	Z
– 1 Poultry, London, England, EC2R 8EJ		
Igloo Regeneration (General Partner) Limited	25,00%	L, Z
– 1 Robeson Way, Sharston Green Business Park, Manchester, M22 4SW		
KDC Holdings Limited	37,41%	EE, Z
– 3-5 London Road, Rainham, Kent, ME8 7RG		
Trade Ideas Limited	20,00%	Z
– Derby Training Centre, Ascot Drive, Derby, DE24 8GW		
Develop Training Group Limited	70,01%	CC, Z
– 50 Lothian Road, Festival Square, Edinburgh, EH3 9BY		
Equistone Founder Partner II L.P.	20,00%	B, Z
Equistone Founder Partner III L.P.	35,00%	B, Z
– Building 6 Chiswick Park, 566 Chiswick High Road, London W4 5HR		
Intelligent Processing Solutions Limited	19,50%	Z
– 13 Frensham Road, Sweet Briar Industrial Estate, Norwich, NR3 2BT		
Warehouse Express Group Limited	62,88%	DD, Z
– Oak House, Ellesmere Port, Cheshire, CH65 9HQ		
Elan Homes Holdings Limited	59,94%	J, L, Z
– 16 Palace Street, London, SW1E 5JD		
Barclays Alma Mater Management Limited Partnership	30,00%	B, Z
– 20-22 Bedford Row, London, WC1R 4JS		
Cyber Defence Alliance Limited	25,00%	E, Z
– 30 Gresham Street, London, EC2V 7PG		
Gresham Leasing March (3) Limited	30,00%	Z
– 80 New Bond Street, London, W1S 1SB		
GN Tower Limited	50,00%	Z
GW City Ventures Limited	50,00%	K, Z
– Basepoint Business Centre, 70-72 The Havens Ransomes Europ, IP3 9SJ, Ipswich		
Equity Estates Basingstoke Limited	25,05%	J, Z
– 5th Floor, 70 Gracechurch Street, London, EC3V 0XL		
Camperdown UK Limited	50,00%	J, Z
– 5 North Colonnade, Canary Wharf, London, E14 4BB		
BEIF Management Limited Partnership	30,00%	B, Z
Imalivest LP	66,71%	J, K, Z
– Blake House, Schooner Court, Crossways Business Park, Dartford, DA2 6QQ		
Lakeview Computers Group Limited	57,83%	J, Z
– Queens House, 8 Queen Street, London EC4N 1SP		
BIE Topco Limited	44,80%	J, Z
– No.1 Dorset Street, Southampton, Hampshire, SO15 2DP		
MCC (15) GH Limited	72,25%	J, Z
– 2nd Floor, 110 Cannon Street, London, EC4N 6EU		
Vectorcommand Limited (em Liquidação)	30,39%	J, K, Z
– 55 Baker Street, London, W1U 7EU		
Vectorcommand Limited (em Liquidação)	70,32%	J, K, Z
– Countryside House, The Warley Hill Business Park, The Drive, Brentwood, Essex, CM13 3AT		
Woolwich Countryside Limited	50,00%	O, Z
– Haberfield Old Moor Road, Wennington, Lancaster, LA2 8PD		
Full House Holdings Limited	67,43%	J, Z
6th Floor, 60 Gracechurch Street, London, EC3V 0HR		
BMC (UK) Limited	40,57%	F, J, Z
– Central House, 124 High Street, Hampton Hill, Middlesex TW12 1NS		
Rio Laranja Holdings Limited	45,00%	J, Z
– 13-15 York Buildings, London, WC2N 6JU		
Business Growth Fund PLC	24,18%	Z

46 Procedimentos relacionados continuação

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
Botsuana		
– 5th Floor, Prime Plaza, Plot 74358, Central Business District, Gabarone		
Barclays Bank of Botswana Limited	33,98%	
– Deloitte & Touche House, Lot 50664 , Gaborone		
Barclays Insurance Services (Pty) Limited	33,98%	
– Khama Crescent, Plot 17938, Government Enclave		
Barclays Life Botswana Proprietary Limited	50,10%	
Canadá		
– 15th Floor, Bankers Court, 850 – 2nd Street, Calgary AB T2P 0R8		
Clearbrook Resources Inc	21,62%	Z
Ilhas Caimão		
– Maples Corporate Services Limited, PO Box 309GT, Ugland House, South Church Street, Grand Cayman, KY1-1104		
Chrysaor Holdings Limited	39,60%	F, J, Z
Cupric Canyon Capital LP	40,03%	FF, Z
Southern Peaks Mining LP	56,17%	FF, Z
Third Energy Holdings Limited	77.82%	F, J, K, Z
Alemanha		
– SchopenhauerstraBe 10, D-90409, Nurnberg		
Eschenbach Holding GmbH	21,70%	Z
Gana		
– Barclays House, High Street, Accra		
Barclays Bank of Ghana Limited	50,10%	
Hong Kong		
– 6/F, Kiu Fu Commercial Building, 300-306 Lockhart Road		
CR SpaClub at Sea (HK) Limited	53,86%	Z
Indonésia		
– Wisma GKBI 39th Floor, Suite 3906, Jl. Jend. Sudirman No.28, Jakarta, 10210		
PT Barclays Capital Securities Indonesia (em Liquidação)	99,00%	
Ilha de Man		
– 3rd Floor, St George's Court, Upper Church Street, Douglas, IM1 1EE		
Absa Manx Holdings Limited	50,10%	
Absa Manx Insurance Company Limited	50,10%	
Quénia		
– 5th Floor, IKM Place, 5th Ngong Avenue, Nairobi		
Barclays Life Assurance Kenya Limited	31,99%	
– The West End Building, Waiyaki Way, Nairobi		
Barclays (Kenya) Nominees Limited	34,32%	
Barclays Bank Insurance Agency Limited	34,32%	
Barclays Bank of Kenya Limited	34,32%	
Barclays Deposit-Taking Microfinance Limited	34,32%	
Barclays Financial Services Limited	34,32%	
Barclays Pension Services Limited	31,20%	Z
– 9th Floor, Williamson House, 4th Ngong Avenue, Nairobi		
First Assurance Company Limited	31.99%	
First Assurance Holdings Limited	50,10%	
Coreia, República da		
– 18th Floor, Daishin Finance Centre, 343, Samil-daero, Jung-go, Seoul		
Woori BC Pegasus Securitization Specialty Co., Limited	70,00%	A
Luxemburgo		
– 9, allée Scheffer, L-2520		
BNRI Limehouse No.1 Sarl	96,30%	R
Partnership Investments S.à r.l.	33,40%	
Preferred Funding S.à r.l.	33,33%	H
Preferred Investments S.à r.l.	33,33%	H, I
Malta		
– RS2 Buildings, Fort Road, Mosta MST 1859		
RS2 Software PLC	18,25%	Z

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
Maurícia		
– Barclays House, 68 Cyber City, Ebène		
Barclays Bank Mauritius Limited	50,10%	G, H, J, K
Mónaco		
– 31 Avenue de la Costa, Monte Carlo		
Societe Civile Immobiliere 31 Avenue de la Costa	75,00%	
Moçambique		
– Avenida 25 de Setembro, No 1184, 15 Andar, Maputo		
Barclays Bank Moçambique SA	49,50%	
– Rua da Imprensa, 183 – R/C, Maputo		
Global Alliance Seguros, S.A.	50,10%	
Namíbia		
– Bougain Villas, 78 Sam Nujoma Drive, Windhoek		
EFS Namibia Proprietary Limited	50,10%	
– Unit 6, Ausspann Plaza, Dr Agostinho Nero Road, Ausspannplatz, Windhoek		
Absa Namibia Proprietary Limited	50,10%	
Holanda		
– Alexanderstraat 18, 2514 JM, The Hague		
Tulip Oil Holding BV	30,45%	J, L,Z
Nigéria		
– Plot 6, Block XII, Osborne Estate, Ikoyi, Lagos		
Absa Capital Representative Office Nigeria Limited	50,10%	
Noruega		
– Postbox 6783, ST Olavs plass, 0130 Oslo		
EnterCard Norge AS	40,00%	Z
– Skansegata 2, Stavanger, 4006, Rogland		
Origo Exploration Holding AS	28,32%	F, I, Z
Seychelles		
– Capital City, Room 1-01, 1st Floor, Independence Avenue, Victoria, Mahe		
Barclays Bank (Seychelles) Limited	49,98%	
África do Sul		
– Barclays Towers West, 15 Troye Street, Johannesburg, 2001		
1900 Summerstrand Share Block Limited	50,10%	
Absa Alternative Asset Management Proprietary Limited	50,10%	
Absa Asset Management Proprietary Limited	50,05%	
Absa Bank Limited	50,10%	I, J
Absa Capital Securities Proprietary Limited	50,10%	
Absa Consultants and Actuaries Proprietary Limited	50,10%	
Absa Development Company Holdings Proprietary Limited	50,10%	F,
I Absa Estate Agency Proprietary Limited	50,10%	
Absa Financial Services Africa Holdings Proprietary Limited	50,10%	
Absa Financial Services Limited	50,10%	
Absa Fleet Services Proprietary Limited	50,10%	
Absa Fund Managers Limited	50,10%	
Absa idirect Limited	50,10%	
Absa Insurance and Financial Advisers Proprietary Limited	50,10%	
Absa Insurance Company Limited	50,10%	
Absa Insurance Risk Management Services Limited	50.10%	
Absa Investment Management Services Proprietary Limited	50,10%	
Absa Life Limited	50,10%	F, I
Absa Mortgage Fund Managers Proprietary Limited	50,10%	
Absa Nominees Proprietary Limited	50,10%	
Absa Ontwikkelingsmaatskappy Eiendoms Beperk	50,10%	
Absa Outsource Competency Centre Proprietary Limited	50,10%	
Absa Portfolio Managers Proprietary Limited	50,10%	
Absa Property Development Proprietary Limited	50,10%	
Absa Secretarial Services Proprietary Limited	50,10%	
Absa Stockbrokers and Portfolio Management Proprietary Limited	50,10%	
Absa Technology Finance Solutions Proprietary Limited	50,10%	
Absa Trading and Investment Solutions Holdings Proprietary Limited	50,10%	
Absa Trading and Investment Solutions Proprietary Limited	50,10%	

46 Procedimentos relacionados continuação

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
– Barclays Towers West, 15 Troye Street, Johannesburg, 2001 continuação		
Absa Trust (Natal) Limited	50,10%	
Absa Trust Limited	50,10%	I, J
Absa Vehicle Management Proprietary Limited	50,10%	
Absa Vehicle Management Solutions Proprietary Limited	50,10%	
ABSAN Proprietary Limited	50,10%	
ACS Nominees Proprietary Limited	50,10%	
AIMS Nominees (RF) Proprietary Limited	50,10%	
Alberton Industrial Properties Proprietary Limited	50,10%	
Allied Development Company Proprietary Limited	50,10%	
Allied Grinaker Properties Proprietary Limited (Em Liquidação)	25,55%	
Allpay Consolidated Investment Holdings Proprietary Limited	50,10%	Allpay
Eastern Cape Proprietary Limited (Em Liquidação)	33,07%	
Allpay Free State Proprietary Limited (Em Liquidação)	30,06%	
Allpay Gauteng Proprietary Limited (Em Liquidação)	30,06%	
Allpay Mpumalanga Proprietary Limited	50,10%	
Allpay Western Cape Proprietary Limited (Em Liquidação)	33,07%	
Bankorptrust Limited	50,10%	
Barclays Africa Group Limited	50,10%	
Barclays Africa Regional Office Proprietary Limited	50,10%	
Cedar Lakes Country Estates Proprietary Limited (Liquidada a 19 de janeiro de 2017)	50,10%	
Combined Mortgage Nominees Proprietary Limited	50.10%	
Compro Holdings Proprietary Limited	50,10%	
Draaikloof Properties Proprietary Limited (Em Liquidação)	40,08%	
FFS Finance South Africa (RF) Proprietary Limited	25,05%	
AIMS Nominees (RF) Proprietary Limited	50,10%	
Goldreef Village Share Block Limited	50,10%	
Instant Life Proprietary Limited	37,57%	
iSentials Proprietary Limited	25,05%	
MAN Financial Services (SA) (RF) Proprietary Limited	25,05%	
Marmanet Retirement Village Proprietary Limited	50,10%	
Kempwest Proprietary Limited	25,05%	
Lekkerleef Eiendoms Beperk	50,10%	
MB Acquired Operations Limited (Em Liquidação)	50,10%	
Meeg Asset Finance Proprietary Limited (Em Liquidação)	50.10%	
Merfin Proprietary Limited	50,10%	
Nation-Wide Recovery Services Proprietary Limited	25,05%	
NewFunds (RF) Proprietary Limited	50,10%	
Newgold Issuer (RF) Limited	50,10%	Z
Newgold Managers Proprietary Limited	24,55%	
Olieven Properties Proprietary Limited (Liquidada a 19 de janeiro de 2017)	50,10%	
Ottawa Development Trust Proprietary Limited	50,10%	
Palmietfontein Investments Proprietary Limited (Liquidada a 19 de janeiro de 2017)	50,10%	
Roodekop Townships Proprietary Limited	50,10%	
UBS Trust Limited	50,10%	
United Development Corporation Proprietary Limited	50,10%	
United Towers Proprietary Limited	50,10%	
Volkskas Eiendomsdienste Eiendoms Beperk	50,10%	I, J
Volkskastrust Beperk	50,10%	I, J
Woodbook Finance Proprietary Limited	50,10%	
Woolworths Financial Services Proprietary Limited	25,05%	
– Absa Capital, 15 Alice Lane, Sandton, Gauteng		
Barrie Island Property Investments Proprietary Limited	50,10%	
Blue Age Properties 60 Proprietary Limited	50,10%	
Culemborg Investment Properties Proprietary Limited	28,69%	J,
K Diluculo Investments Proprietary Limited	50,10%	
Diluculo Properties Proprietary Limited	50,10%	
Diluculo Property Trading Proprietary Limited	50,10%	
Ngwenya River Estate Proprietary Limited	50,10%	
Nkwe Rosslyn Properties Proprietary Limited	50,10%	
Pienaarsrivier Properties Proprietary Limited	50,10%	
– 18 Bompas Road, Dunkeld West		
African Spirit Trading 309 Proprietary Limited	25,05%	Z
– 52 Grosvenor Road, Bryanston, 2021		
Campus on Rigel Proprietary Limited (em Liquidação)	16,70%	Z
– 9th Floor, Standard Bank Centre, 5 Simmonds Street, Johannesburg		
Integrated Processing Solutions Proprietary Limited	25,05%	
– Abcon House, Fairway Office Park, Bryanston		
Somerset West Autopark Proprietary Limited	16,70%	Z

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
– Corner Ian Halle, P O Box 44845, Claremont, 7735		
Northern Lights Trading 197 Proprietary Limited	25,05%	Z
Pacific Heights Investments 196 Proprietary Limited	25,05%	Z
Suécia		
– c/o ForeningsSparbanken AB, 105 34 Stockholm		
EnterCard Holding AB	40,00%	K, Z
EnterCard Sverige AB	40,00%	Z
Tanzânia, República Unida da		
– Azali Certified Public Secretaries, Hillside Apartments, First Floor, Suite #04, Ragati Road Upperhill, Nairobi		
First Assurance Company Limited (Tanzania)	16,79%	
– Barclays House, P O Box 5137, Ohio Street, Dar es Salaam		
Barclays Bank Tanzania Limited	50,10%	G, I
– Mezzanine Floor, NBC House, Sokoine Drive, Dar Es Salaam		
National Bank of Commerce Limited	27,55%	
Turquia		
– Bahcelievler Mah., Kaldirim Cad. No. 34/1, Cengelkoy-Uskudar, Istanbul		
CRKK RESORT OTEL ISLETMECILGI LIMITED SIRKETI	54,40%	Z
Uganda		
– 16 Kampala Road, Kampala		
Barclays Bank of Uganda Limited	50,10%	
Estados Unidos		
– 777 Main Street, Fort Worth TX 76102		
CR Lenox Residences, LLC	54,40%	C, Z
CR Management, LLC	54,40%	C, Z
CRE Diversified Holdings LLC	80,00%	C, Z
Crescent Crown Greenway Plaza SPV LLC	80,00%	C, Z
Crescent Crown Land Holding SPV LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Hotel Owner GP, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Hotel Owner, L.P.	80,00%	B, Z
Crescent Plaza Residential LP, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Residential, L.P.	80,00%	B, Z
Crescent Plaza Residential, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Restaurant GP, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Property Services LLC	80,00%	C, Z
Crescent Real Estate Equities Limited Partnership	80,00%	B, Z
Crescent Real Estate Equities, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Real Estate Holdings LLC	80,00%	C, Z
Crescent Resort Development LLC	80,00%	C, Z
Crescent Tower Residences GP, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Tower Residences, L.P.	80,00%	B, Z
Crescent TRS Holdings LLC	80,00%	C, Z
Crescent-Fearing, L.P.	40,00%	B, Z
CREW Tahoe Holdings LLC	80,00%	C, Z
DBL Texas Holdings LLC	80,00%	C, Z
Desert Mountain Development LLC	80,00%	C, Z
Desert Mountain Properties Limited Partnership	74,40%	B, Z
East West Resort Development VII LLC	80,00%	C, Z
Mira Vista Development LLC	78,40%	C, Z
Moon Acquisition Holdings LLC	80,00%	C, Z
Moon Acquisition LLC	80,00%	C, Z
Mountainside Partners LLC	80,00%	C, Z
Sonoma Golf Club, LLC	64,00%	C, Z
Sonoma Golf, LLC	64,00%	C, Z
Sonoma National, LLC	80,00%	C, Z
– 8600 E. Rockcliff Road, Tucson AZ 85750		
Canyon Ranch Enterprises, LLC	54,40%	C, Z
CR Employment, Inc.	54,40%	Z
CR Las Vegas, LLC	54,40%	C, Z
CR License, LLC	54,40%	C, Z
CR Miami Employment, LLC	54,40%	C, Z
CR Miami, LLC	54,40%	C, Z
CR Operating, LLC	54,40%	C, Z
CR Orlando, LLC	54,40%	C, Z
CR Products, LLC	54,40%	C, Z
CR Resorts, LLC	54,40%	C, Z
CR SpaClub at Sea, LLC	54,40%	C, Z
Spa Project Advisors, LLC	54,40%	C, Z
Tucson/Lenox Special Manager, Inc.	54,40%	Z

46 Procedimentos relacionados continuação

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
– 8600 E. Rockcliff Road, Tucson AZ 85750 continuação		
Tucson/Lenox, LLC	54,40%	C, Z
- 126 Riverfront Lane, 5th floor, Drawer 2770, Avon CO 81620		
Blue River Land Company, LLC	39,55%	C, Z
East West Resort Development IV, L.P., L.L.L.P.	71,11%	B, Z
East West Resort Development VI, L.P., L.L.L.P.	35,86%	B, Z
East West Resort Development VIII, L.P., L.L.L.P.	71,11%	B, Z
East West Resort Development XIV, L.P., L.L.L.P.	33,52%	B, Z
EW Deer Valley, LLC	29,28%	C, Z
EWRD Perry Holding, L.P., L.L.L.P.	67,61%	B, Z
EWRD Perry-Riverbend, LLC	54,31%	C, Z
EWRD Summit Holding, L.P., L.L.L.P.	79,57%	B, Z
EWRD Summit, LLC	79,10%	C, Z
MV Penthouses, LLC	51,20%	C, Z
Water House on Main Street LLC	35,26%	C, Z
– 3001 Northstar Drive, C200, Truckee CA 96161		
CREW Tahoe LLC	60,80%	C, Z
East West Resort Development V, L.P., L.L.L.P.	74,75%	B, Z
Gray's Station, LLC	56,96%	C, Z
Home Run Tahoe, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Mountain Properties, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Trailside Townhomes, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Village Townhomes, LLC	56,93%	C, Z
Old Greenwood Realty, Inc.	60,80%	Z
Old Greenwood, LLC	60,80%	C, Z
Tahoe Club Company, LLC	60.80%	C, Z
Tahoe Mountain Resorts, LLC	60,82%	C, Z
The Glades Tahoe, LLC	60,82%	C, Z
– Corporation Service Company, 2711 Centreville Road, Suite 400, Wilmington DE 19808		
CR SPE1, LLC	54,40%	C, Z
Crescent CR Holdings LLC	80,00%	C, Z
Crescent Fresh Series B Hold Co.	80,00%	Z
Crescent McKinney Olive Holdings GP LLC	80,00%	C, Z
MVWP Development LLC	30,40%	C, Z
MVWP Investors LLC	60,80%	C, Z
Stellar Residences, LLC	60,82%	C, Z
Northstar Village Townhomes, LLC	60,82%	C, Z
– 1701 Wynkoop Street, Suite 140, Box 47, Denver CO 80202		
St. Charles Place, LLC	47.63%	C, Z
The Park at One Riverfront, LLC	47,63%	C, Z
Central Platte Valley Management, LLC	51,78%	C, Z
Union Center LLC	51,78%	C, Z
– Corporation Trust Company, Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington DE 19801		
DG Solar Lessee II, LLC	50,00%	C, Z
DG Solar Lessee, LLC	50,00%	C, Z
Cupric Canyon Capital LLC	40,03%	FF, Z
VS BC Solar Lessee I LLC	50,00%	C, Z
– East West Partners, Inc., 126 Riverfront Lane, 5th Floor, Avon CO 81620		
Tahoe Club Employee Company	60,80%	Z
– 200 Renaissance Parkway Suite 20, Atlanta, Georgia 30308		
Overlook at Sugarloaf Inc	50,10%	
– C/O Capitol Services Inc., Suite B, 1675 South State Street, Dover DE 19901-5140		
Continental Intermodal Group LP	37,58%	FF, Z
– C/O W.J. Harrison & Associates, P.C., 3561 East Sunrise Dr., Ste. 201, Tucson AZ 85718		
CR Bodrum Management, LLC	54,40%	C, Z
– 6600 Mira Vista Blvd., Fort Worth TX 76132		
Mira Vista Golf Club, L.C.	76,83%	Z
– c/o National Corporate Research Ltd. 615 DuPont Highway, Dover, Kent County, DE 19901		
Surrey Funding Corporation	99,45%	
Sussex Purchasing Corporation	99,45%	
Zâmbia		
– 3rd Floor, Mpile Park, 74 Independence Avenue, Lusaka		
Barclays Life Zambia Limited	50,10%	

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
– Stand No. 4643 and 4644, Elunda Office Park, Addis Ababa Roundabout, Lusaka		
Barclays Bank Zambia PLC	50,10%	
– Kafue House, Cairo Road, Lusaka, 10101		
Kafue House Limited	50,10%	
Zimbábue		
– 2nd Floor, Barclay House, Corner First Street, Jason Moyo Avenue, PO Box 1279, Harare		
Barclays Bank of Zimbabwe Limited	67.68%	
Barclays Merchant Bank of Zimbabwe Limited (em Liquidação)	67.68%	
Barclays Zimbabwe Nominees (Pvt) Limited	67,68%	
Fincor Finance Corporation Limited	67,68%	
– 2 Premium Close, Mount Pleasant Business Park, Mount Pleasant , Harare		
BRAINS Computer Processing (Pvt) Limited (em Liquidação)	78,45%	F, I

Subsidiárias por força de controlo

Os procedimentos relacionados que se seguem são subsidiárias de acordo com o s.1162 Lei das Sociedades Comerciais de 2006, sendo que o Barclays pode exercer uma influência ou controlo dominante sobre elas. As entidades são detidas pelo Fundo de Pensões do Barclays Bank UK.

Subsidiárias por força de controlo	Percentagem	Nota
Reino Unido		
– 1 Churchill Place, London, E14 5HP		
Oak Pension Asset Management Limited	0,00%	Z
Water Street Investments Limited	0,00%	Z
Ilhas Caimão		
– PO Box 309GT, Ugland House, South Church Street, Grand Cayman, KY1-1104		
Hornbeam Limited	0,00%	Z

Joint Ventures

Os compromissos relacionados em baixo são *Joint Ventures* de acordo com a S.18, Plano 4. Os Regulamentos para Empresas e Grupos de Média e Grande dimensão (Contas e Relatórios) de 2008 e estão proporcionalmente consolidados.

Joint Ventures	Percentagem	Fatores de gestão conjuntos
Reino Unido		
– 21 Garlick Hill, London, EC4V 2AU	50,00%	O Conselho da *Joint Venture* agrega dois diretores representativos do Barclays, dois diretores dos parceiros da JV e três diretores parceiros, mas não da JV. O Conselho é responsável por definir a estratégia e orçamentos.
Vaultex UK Limited		

46 Procedimentos relacionados

Notas

A Diretamente detido pelo Barclays PLC

B Interesse de Parceria

C Interesse de Adesão **D**

Interesses de Confiança

E Fiador

F Ações Preferenciais

G A Ações

Preferenciais **H** B Ações

Preferenciais

I Ações Ordinárias/Comuns juntamente com outas ações

J A Ações Ordinárias

K B Ações Ordinárias

L C Ações Ordinárias

M F Ações Ordinárias

N O Ações Ordinárias

O W Ações Ordinárias

P Ações Ordinárias Regatáveis

Q Ações Essenciais e Ações de Seguro (Classificadas)

R B, C, D, E (94,36%), F (94,36%), G (94,36%), H (94,36%), I (94,36%), J (95,23%) e Ações de Classe K

S Ações de Unidade A e B

T Ações residuais de classe A, Ações residuais de classe B

U A Ações com direito de voto, e B Ações sem direito de voto

V Ações ordinárias Classe A, Ações preferenciais Classe A (48,50%), Ações Ordinárias Classe B, Ações Ordinárias Classe C, Ações Preferenciais Classe C (92, 53%), Ações Ordinárias Classe D, Ações Preferenciais Classe D, Ações Ordinárias Classe E, Ações Preferenciais Classe E, Ações Ordinárias Classe F, Ações Preferenciais Classe F, Ações Ordinárias Classe H de 2012, Ações Preferenciais Classe H de 2012, Ações Ordinárias Classe H, Ações Preferenciais Classe H (79,84%), Ações Preferenciais Classe I (50,00%), Ações Ordinárias Classe J, Ações Preferenciais Classe J

W Ações Comuns de Primeira Classe, Ações Comuns de Segunda Classe

X Comissão de Desempenho PEF

Y Fundo de Índice em EUR, Fundo de Índice em GBP, Fundo de Índice em USD

Z Não Consolidados (ver Nota 37 *Entidades estruturadas*)

AA Ações Ordinárias ligadas a USD

BB Ações de Classe B Reembolsáveis

CC A Ordinárias, Y Ordinárias, Z Ordinárias

DD A Ordinárias, B Ordinárias, ZA Ordinárias, ZB Ordinárias, D Ordinárias

EE A Ordinárias, ZI Ordinárias

FF Interesses / Unidades de Classe A

Informações dos acionistas

Recursos para acionistas incluindo contactos para solicitações dos acionistas

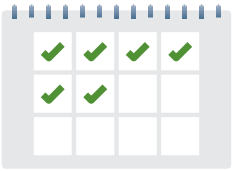
Informação sobre acionistas

	Página
-A sua participação no Barclays	376
-Detalhes de contacto úteis	377

Informações dos acionistas

A sua Participação no Barclays

Datas chave



5 de abril de 2017
Data final de pagamento do dividendo

28 de abril de 2017
Anúncio dos resultados do T1

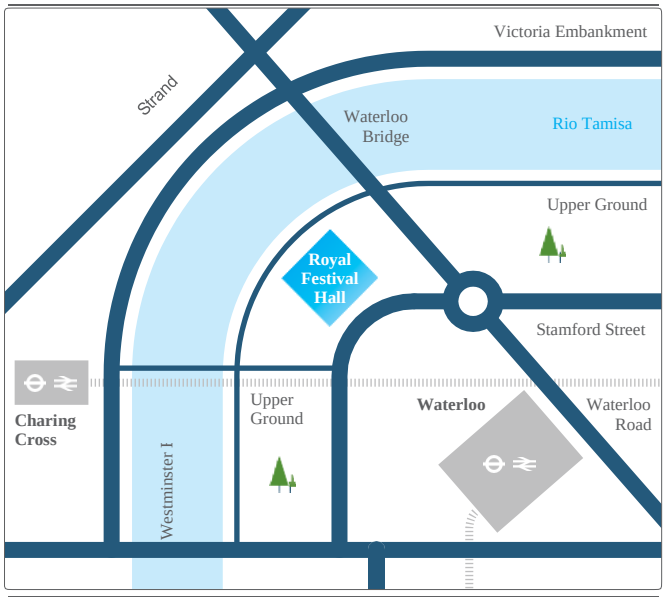
10 de maio de 2017
Reunião Geral Anual

18 de setembro de 2017
Data de pagamento de dividendos interinos

Reunião Geral Anual (RGA)

A RGA deste ano terá lugar no Royal Festival Hall, Southbank Centre, Belvedere Road, London SE1 8XX, na quarta-feira, 10 de maio de 2017 às 11:00 da manhã.

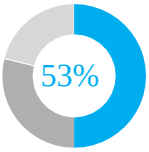
O Presidente do Conselho e o Diretor Executivo irão informar os acionistas acerca do nosso desempenho em 2016 e dos nossos objetivos para 2017. Os acionistas terão também a oportunidade de colocar questões ao Conselho na reunião.



Dividendos

O dividendo final para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2016 será de 2,0 pence por ação, fazendo o dividendo total de 2016 3,0 pence, de acordo com a nossa intenção de reduzir o dividendo em 2016 e 2017 para nos permitir continuar a nossa redução do Non-Core. O Conselho reconhece a importância de pagar um dividendo significativo e está empenhada em fazê-lo no futuro.

Como é que os acionistas do Barclays recebem os seus dividendos?



A 31 de dezembro de 2016 Os acionistas do Barclays
receberam os seus dividendos dos seguintes modos:

Diretamente na conta bancária	**53,5%**
Cheque	25,1%
Programa de dividendos em ações (novas ações)	21,4%

Poupe tempo e receba os seus dividendos mais rapidamente escolhendo que eles lhe sejam pagos diretamente na sua conta bancária ou na conta da sua sociedade de crédito hipotecário
É fácil de estabelecer e o seu dinheiro estará disponível na sua conta na data de pagamento do dividendo. Se for detentor de 2 500 ações ou menos, pode facultar os detalhes do seu banco ou da sua sociedade de modo rápido e fácil, por contacto telefónico, usando os detalhes de contacto Equiniti no verso. Se for detentor de mais de
2 500 ações, por favor contacte a Equiniti para mais detalhes sobre como alterar As suas instruções de pagamento.

Programa de Dividendos em Ações
Os acionistas podem escolher ver os seus dividendos reinvestidos em novas ações ordinárias do Barclays através do Programa de Dividendos em Ações. Mais informação, incluindo os Termos e Condições e o formulário de candidatura, estão disponíveis no website.

Para saber mais, contacte a Equiniti ou visite
home.barclays/dividends

Mantenha os seus dados pessoais atualizados

Por favor lembre-se de informar a Equiniti se:

- se mudar
- precisar de atualizar os detalhes do seu banco ou sociedade.

Se for membro do Shareview, pode atualizar a sua conta ou detalhes de morada do banco ou sociedade online. Se for detentor de 2 500 ou menos ações, pode atualizar os detalhes de forma rápida e fácil, por contacto telefónico, usando os detalhes de contacto Equiniti no verso. Se for detentor de mais de 2 500 ações, terá de escrever para a Equiniti. Deverá facultar uma cópia do seu certificado das ações, declaração Sharestore ou a confirmação de dividendos mais recente. Se este não estiverem disponíveis, terá de facultar uma cópia de uma fatura de serviços ou declaração bancária datada nos últimos três meses.

Pode saber mais em
home.barclays/agm

Donativos para caridade

Inaugurámos em novembro de 2016 um Serviço Especial de Negociação de Ações destinado a acionistas com participações relativamente pequenas, para quem a negociação de títulos seria de outra forma desvantajosa. Uma das opções disponíveis aos acionistas foi a de doar o produto da venda à ShareGift. Como consequência desta iniciativa, foram doadas mais de 100 000£.

Devolução de fundos dos acionistas

Mais de 60 000 acionistas não descontaram os seus cheques de Ações Não Levantadas (ANL) emitidos após a Emissão de Direitos em setembro de 2013. Em 2016, continuámos o processo de rastreio para devolver a estes acionistas os seus proveitos ANL e quaisquer dividendos não reclamados. No fim de 2016, tínhamos devolvido mais de 1,65M£ aos nossos acionistas.

Nota
a Por favor lembre-se que esta data é provisória e está sujeita a alteração.

Detalhes de contacto úteis

Equiniti

O registo de ações do Barclays é mantido pela Equiniti. Se tiver qualquer questão sobre as ações do Barclays, por favor contacte a Equiniti visitando **shareview.co.uk**

Equiniti
0371 384 2055b (no Reino Unido)
+44 121 415 7004 (no estrangeiro)
0371 384 2255b (para indivíduos com deficiência auditiva no Reino Unido)
+44 121 415b (para indivíduos com deficiência auditiva no estrangeiro)

Aspect House
Spencer Road
Lancing
West Sussex
BN99 6DA

Certificados de Depósito Americanos (CDAs)

Os CDAs representam a participação em ações do Barclays PLC, as quais são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os CDAs têm preços e pagam dividendos em dólares americanos.

Se tem alguma questão sobre CDAs, por favor contacte J.P.Morgan: **jpmorgan.adr@wellsfargo.com** ou visite **adr.com**

J.P.Morgan Shareholder Services
+1 800 990 1135 (sem custos nos EUA e Canadá)
+1 651 453 2128 (fora dos EUA and Canadá)

JPMorgan Chase Bank N.A.
PO Box 64504
St Paul
MN 55164-0854 USA

Relações de Acionistas

Se tiver alguma questão ou se pretender dar-nos o seu feedback, por favor contacte: **privateshareholderrelations@barclays.com**

Relações de Acionistas
Barclays PLC
1 Churchill Place
London
E14 5HP

Preço das ações

Informação sobre o preço das ações do Barclays e outras ferramentas de preços de ações estão disponíveis em: **home.barclays/investorrelations**

Formatos

Os documentos de acionistas podem ser fornecidos em impressão, CD áudio ou em braille, sem custos adicionais, contactando a Equiniti.

0371 384 2055b (no Reino Unido)
+44 121 415 7004 (no estrangeiro)

Versões áudio do Relatório Estratégico também estarão disponíveis na RGA

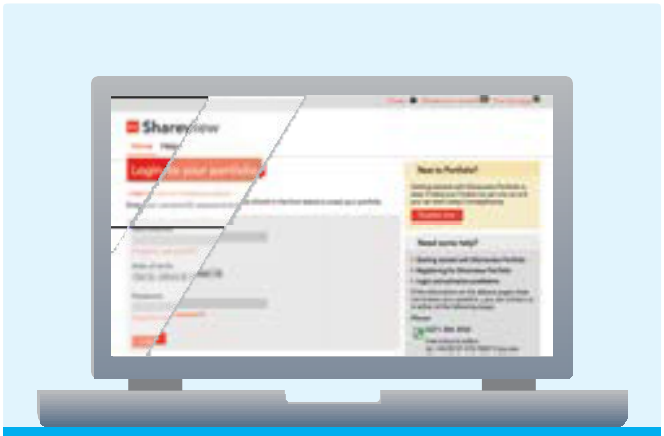
Gerir as suas ações online

Shareview

Os acionistas do Barclays podem entrar online para gerir a sua participação e saber mais sobre o desempenho do Barclays, aderindo ao Shareview.

Através do Shareview, pode:

- receber as últimas atualizações do Barclays diretamente para o seu emai
- atualizar os seus detalhes da morada e do banco online
- votar de forma adiantada para as reuniões gerais.



Para aderir à Shareview, por favor sigas este passos

Passo 1 Entre em **shareview.co.uk**

Passo 2 Registe-se para as comunicações eletrónicas seguindo as instruções no

Passo 3 Ser-lhe-á enviado um código de ativação no correio no dia útil

Por favor lembre-se que é pouco provável que empresas autorizadas pela Autoridade de Conduta Financeira (FCA) o contactem sem aviso. Deverá considerar ter aconselhamento financeiro ou profissional de alguém que não esteja ligado à respetiva empresa antes de entregar qualquer dinheiro.

Denuncie um esquema fraudulento. Se suspeitar que foi abordado por burlões, por favor ligue para a FCA usando o formulário de denúncia de fraude de ações em **fca.org.uk/scams.** Pode também contactar a Linha de Apoio da FCA através do 0800 111 6768 ou através da Fraude de Ações no 0300 123 2040.

Nota
b As linhas estão abertas das 8:30 da manhã até às 17:30 de segunda à sexta, excluindo feriados.

Notas
O termo Barclays ou Grupo refere-se ao Barclays PLC em conjunto com as suas subsidiárias. Salvo disposição em contrário, a análise da demonstração de resultados compara o exercício encerrado a 31 de dezembro de 2016 aos correspondentes doze meses de 2015 e a análise do balanço a 31 de dezembro de 2016 com comparativos relativos a 31 de dezembro de 2015. As abreviaturas "M£" e "mM£" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de libras esterlinas; as abreviaturas "M$" e "mM$" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de dólares dos EUA; e as abreviaturas "M€" e "mM€" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de Euros.

Foram atualizados os comparativos para refletir a implementação da reorganização empresarial do Grupo. Estas atualizações foram detalhadas no nosso anúncio de 14 de abril de 2016, disponíveis em home.barclays/results.

Existe um número de áreas de reflexão principais, como por exemplo os cálculos de imparidade, que são baseados em modelos e que estão sujeitos a ajustamentos e modificações constantes. Os números divulgados refletem as melhores estimativas e reflexões numa determinada altura.

Os itens assinaláveis definidos conforme a página 244 e são considerados como itens significativos com impacto
na comparabilidade do desempenho.

Os termos relevantes que são utilizados neste documento, mas que não estão definidos nos termos da orientação regulamentar aplicável ou das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) são explicados no glossário de resultados que pode ser acedido em home.barclays/results.

As informações contidas neste comunicado, que foi aprovado pelo Conselho de Administração a 22 de fevereiro de 2016, não incluem contas estatutárias no âmbito do significado da Secção 434 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006. As contas estatutárias para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2015 que incluíram determinadas informações exigidas para o relatório anual conjunto no Formulário 20-F do Barclays PLC e Barclays Bank PLC à Comissão de Valores Imobiliários dos EUA (SEC), e que continha um relatório de auditoria sem ressalvas no âmbito da Secção 495 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006 (que não efetuou quaisquer divulgações ao abrigo da Secção 498 da Lei da Sociedades Comerciais de 2006), foram entregues no Registrar of Companies, em conformidade com a Secção 441 da lei das Sociedades Comerciais de 2006.

Estes resultados serão fornecidos como um Formulário 20-F à SEC, logo que possível após a sua publicação. Uma vez fornecidos à SEC, estarão também disponíveis cópias do Formulário 20-F a partir do website de Barclays Investor Relations em home.barclays/results e a partir do website da SEC em www. sec.gov.

O Barclays é um emissor frequente nos mercados de capitais de dívida e reúne regularmente com investidores através de reuniões formais individuais ou coletivas e outras reuniões espontâneas. Em consonância com a sua prática habitual, o Barclays espera que durante o próximo trimestre se irá reunir regularmente com investidores a nível mundial para discutir estes resultados e outros assuntos relacionados com o Grupo.

Medidas de desempenho Não-IFRS
A gestão do Barclays acredita que as medidas de desempenho não-IFRS incluídas neste documento fornecem informação valiosa aos leitores das declarações financeiras uma vez que permitem ao leitor identificar uma base de comparação mais consistente para o desempenho dos negócios entre períodos financeiros, e fornecer mais detalhes relacionados com os elementos do desempenho que os diretores destes negócios podem influenciar de forma mais direta ou que sejam relevantes para uma avaliação do Grupo. Também refletem um aspeto importante sobre a forma como as metas operacionais são definidas e como o desempenho é monitorizado pela gestão do Barclays. No entanto, quaisquer medidas de desempenho Não-IFRS neste documento não são substitutos para medidas IFRS e os leitores devem considerar também as medidas IFRS. Consulte as páginas 259 a 266 para mais informações, reconciliações e cálculos de medidas de desempenho Não-IFRS em todo o documento, e as medidas IFRS mais diretamente comparáveis.

Declarações de previsão
Este documento contém certas declarações de previsão na aceção da Secção 21E da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934, conforme alterada, e da Secção 27A da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1933, conforme alterada, a respeito do Grupo. O Barclays adverte os leitores que nenhuma
declaração de previsão é uma garantia de desempenho futuro e de que os resultados reais ou outras condições financeiras ou medidas de desempenho podem diferir materialmente dos resultados contidos nas declarações de previsões. Estas declarações de previsão podem ser identificadas pelo facto de não se referirem apenas a factos históricos ou atuais. As declarações de previsão utilizam por vezes palavras como "pode", "irá", "procurar", "continuar", "objetivo", "antecipar", "alvo", "previsto", "esperar", "estimativa", "intenção", "plano", "meta", "acreditar", "alcançar" ou outras palavras de semelhante significado. Os exemplos de declarações de previsão incluem, entre outras, declarações relativas à posição financeira futura do Grupo, ao crescimento do rendimento, ativos, encargos e provisões de imparidades, estratégia comercial, capital, alavancagem e outros rácios regulamentares, pagamento de dividendos (incluindo rácios de pagamento de dividendos), níveis previstos de crescimento nos mercados bancários e financeiros, custos ou poupanças projetadas, compromissos e metas originais e revistas no âmbito do programa de custos estratégicos e a Atualização da Estratégia do Grupo, degradação de ativos e negócios no âmbito do Barclays Non-Core, redução da
participação do Grupo no Barclays Africa Group Limited, estimativas de despesas de capital e planos e objetivos para operações futuras, número previsto de funcionários e outras declarações que não sejam factos históricos. Pela sua natureza, as declarações de previsão envolvem riscos e incertezas porque dizem respeito a eventos e circunstâncias futuras. Estas podem ser afetadas por alterações na legislação, desenvolvimento de normas e interpretações de acordo com as IFRS, evolução das práticas em relação à interpretação e aplicação das normas contabilísticas e regulamentares, resultado de processos judiciais atuais e futuros e investigações regulamentares, futuros níveis de disposições de conduta, futuros níveis de itens assinaláveis, políticas e ações das autoridades governamentais e regulamentares, riscos geopolíticos e o impacto da concorrência. Além disso, fatores, incluindo (sem caráter limitativo) os seguintes podem ter um efeito: capital, alavancagem e outras normas regulamentares (incluindo em relação à futura estrutura do Grupo) aplicáveis a períodos anteriores, atuais e futuros; condições macroeconómicas e comerciais globais e no Reino Unido, EUA, África e Zona Euro; os efeitos da volatilidade continuada nos mercados de crédito; riscos relacionados com o mercado como alterações nas taxas de juros e taxas de câmbio; efeitos de alterações na avaliação das exposições ao mercado de crédito; alterações na avaliação de títulos emitidos; volatilidade nos mercados de capital; alterações nos *ratings* de crédito de quaisquer outras entidades dentro do Grupo ou quaisquer valores mobiliários emitidos por essas entidades; a possibilidade de saída de um ou mais países da Zona Euro; as implicações dos resultados do referendo de 23 de junho de 2016 no Reino Unido e as perturbações que ocorrerão no Reino Unido e à escala global da saída do Reino Unido da União Europeia; A implementação do programa de custo estratégico; e o sucesso de aquisições, alienações e outras transações estratégicas. Alguns destes
fatores e influências estão fora do controlo do Grupo. Como consequência, os resultados atuais e futuros do Grupo podem diferir materialmente de planos, objectivos, e expectativas definidos nas declarações previsionais do Grupo. Riscos adicionais e factores que possam ter impacto futuro na situação financeira e desempenho do Grupo estão identificados nos nossos relatórios com a SEC (incluindo, sem limitação, o nosso relatório anual no formulário 20-F para o exercício encerrado a 31 de dezembro de 2016), que se encontra disponível no website da SEC em
www.sec.gov.

De acordo com as nossas obrigações nos termos da legislação e regulamentos aplicáveis no RU e nos EUA, em matéria de divulgação e informação contínua, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever quaisquer declarações de previsão, seja como resultado de novas informações, eventos futuros ou por outro motivo.

Este relatório foi imprimido em Cocoon Preprint 100% em fibra FSC® reciclada certificada, feito de resíduos pós-consumidor destintados. A gráfica e a fábrica estão ambas certificadas pela Norma de Sistemas de Gestão Ambiental ISO14001 e pela FSC®. Ao imprimir esta publicação em Cocoon Reprint, o impacto foi reduzido em: 4 952Kg de resíduos depositados, 732Kg de CO2 e gases com efeito de estufa, 102 989 litros de água, 9 490 kWh de energia e 8 046Kg de madeira.

54x1

Fonte: Dados da pegada de carbono avaliada pela Labelia Conseil de acordo com a metodologia Bilan Carbone.
Os cálculos são baseados numa comparação entre o papel reciclado usado face a uma fibra de papel virgem de acordo com os últimos dados BREF europeus (fibra de papel virgem) disponíveis.

Sede social: 1 Churchill Place, London E14 5HP
Registada em Inglaterra, n.º de registo: 48839

© Barclays Bank PLC 2017

Desenhado por FleishmanHillard Fishburn www.fhflondon.co.uk